VELHOS E NOVOS MUNDOS
ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA MODERNA
OLD AND NEW WORLDS
STUDIES ON EARLY MODERN ARCHAEOLOGY

VOLUME 2

Centro de História de Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

TÍTULO / TITLE
Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna
Old and New Worlds. Studies on Early Modern Archaeology
Volume 2

COORDENADORES / COORDINATORS
André Teixeira, José António Bettencourt

ORGANIZADORES / ORGANIZERS
André Teixeira, Élvio Sousa, Inês Pinto Coelho, Isabel Cristina Fernandes,
José António Bettencourt, Patrícia Carvalho, Paulo Dórdio Gomes, Severino Rodrigues

EDIÇÃO / EDITION
Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
Universidade dos Açores
Av. de Berna, 26C, 1069 - 061 Lisboa
www.cham.fcsh.unl.pt / cham@fcsh.unl.pt

TIRAGEM / COPIES
500

COLECÇÃO / COLLECTION
ArqueoArte, n.º 1

DEPÓSITO LEGAL
353251/12

ISBN
978-989-8492-18-0

GRAFISMO E PAGINAÇÃO / GRAPHIC DESIGN
Canto Redondo
www.cantoredondo.eu / geral@cantoredondo.eu

IMPRESSÃO / PRINT
Europress

DATA DE EDIÇÃO / FIRST PUBLISHED IN
Dezembro de 2012 / December 2012

ORGANIZAÇÃO

Centro de História de Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

APOIOS

FCSH Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Fundação Luso-Americana
Cascais Câmara Municipal
Município Palmela
Alcochete Câmara Municipal

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.
Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico.

© CHAM e Autores

ÍNDICE

VOLUME 1

9 **INTRODUÇÃO**

11 **CONFERÊNCIAS**

13 From español to criollo: an archaeological perspective on spanish-american cultural transformation, 1493-1600
Kathleen Deagan

23 Bahia: aportes para uma Arqueologia das relações transatlânticas no período colonial
Carlos Etchevarne

37 Of sundry colours and moulds: imports of early modern pottery along the atlantic seaboard
Alejandra Gutierrez

51 Velhos e novos mundos em uma perspectiva arqueológica
Marcos Albuquerque

69 **CIDADES: URBANISMO, ARQUITECTURA E QUOTIDIANOS**

71 Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna
Rodrigo Banha da Silva, Pedro Miranda, Vasco Noronha Vieira, António Moreira Vicente, Gonçalo C. Lopes e Cristina Nozes

85 Os novos espaços da cidade moderna: uma aproximação à Ribeira de Lisboa através de uma intervenção no Largo do Terreiro do Trigo
Cristina Gonzalez

95 O mobiliário do Palácio Marialva (Lisboa): discursos socioeconómicos
Andreia Torres

111 Um celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do século XVI à actualidade
Lídia Fernandes e Rita Fragoso de Almeida

123 Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria / Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística
António Marques, Eva Leitão e Paulo Botelho

135 Espólio vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, Portugal)
Carlos Boavida

141 Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria
Tiago Nunes e Iola Filipe

151 Vestígios modernos de uma intervenção de emergência na Rua Rafael Andrade (Lisboa)
Sara Brito e Regis Barbosa

157 Alterações urbanísticas na Santarém pós-medieval: a diacronia do abandono de uma rua no planalto de Marvila
Helena Santos, Marco Liberato e Ricardo Próspero

163 Fragmentos do quotidiano urbano de Torres Vedras, entre os séculos XV e XVIII: um olhar através dos objectos do poço dos Paços do Concelho
Guilherme Cardoso e Isabel Luna

173 A modernidade em Leiria: imagens da vida pública e privada na antiga judiaria. O caso do Centro Cívico de Leiria
Iola Filipe e Marina Pinto

181 Arqueologia das cidades de Beja: onde a cidade se encontra com a sua construção
Maria da Conceição Lopes

189 Fragmentos de vida e morte da Idade Moderna no centro histórico de Elvas
Teresa Ramos Costa, Cristina Cruz, Gonçalo Lopes e Ana Braz

201 A intimidade palaciana no século XVII: objectos provenientes de um esgoto do Paço dos Lobos da Gama (Évora)
Gonçalo Lopes e Conceição Roque

209 Evidências de época moderna no castelo de Castelo Branco (Portugal)
Carlos Boavida

219 Crise e identidade urbana*: o Jardim Arcádico* de Braga de 1625
Gustavo Portocarrero

223 Ao som da bigorna: os ferreiros no quotidiano urbano de Arrifana/Penafiel no século XVIII
Teresa Soeiro

233 A paisagem de Arrifana de Sousa descrita pelo Arruamento de 1762
Maria Helena Parrão Bernardo

245 Uma taça de porcelana branca e uma asa de grés na "Arca de Mijavellas": História e estórias reveladas pela construção da Estação do Campo 24 de Agosto do Metro do Porto
Iva Teles Botelho

255 O aqueduto da Mãe d'Água: Vila Franca do Campo
N'zinga Oliveira e Joana Rodrigues

261 La ocupación moderna del Teatro Romano de Cádiz (España): nuevos datos a luz de las recientes intervenciones arqueológicas
J. M. Gutiérrez, M. Bustamante, V. Sánchez, D. Bernal e A. Arévalo

273 El acueducto de la Matriz de Gijón: investigación documental y arqueológica
Cristina Heredia Alonso

277 Processo de *contato* e primórdios da colonização na baixa bacia do Amazonas: séculos XVI-XVIII
Rui Gomes Coelho e Fernando Marques

285 Crise e rebelião colonial: uma perspectiva urbana (Minas Gerais / Brasil – século XVIII)
Carlos Magno Guimarães, Mariana Gonçalves Moreira, Gabriela Pereira Veloso, Anna Luiza Ladeia e Thaís Monteiro de Castro Costa

293 Arqueologia e arquitecturas daqui e d'além-mar
Maria de Magalhães Ramalho

303 **ESPAÇO RURAL: PAISAGENS E MEIOS DE PRODUÇÃO**

305 A paisagem como fonte histórica
David Ferreira, Paulo Dordio e Alexandra Cerveira Lima

315 Cabeço do Outeiro (Lousada, Portugal): um núcleo rural da Idade Moderna
Manuel Nunes, Joana Leite e Paulo Lemos

323 O ciclo do linho no concelho de Penafiel
Ana Dolores Leal Anileiro

333 As pontes de Pretarouca (Lamego): registo arqueográfico no âmbito de processos de avaliação de impactes ambientais
Carla Alves Fernandes e Cristóvão Pimentel Fonseca

339 Engenho de açúcar da alcaidaria de Silves
Rosa Varela Gomes

351 Imagens, memórias, ruínas nos tempos do lugar: a biografia de uma paisagem urbana
Silvio Luiz Cordeiro

357 Da aldeia guarani à cidade colonial: o processo de urbanização e as missões jesuíticas platinas nas frentes de colonização ibérica
Arno Alvarez Kern

365 O café, a escravidão e a degradação ambiental: Minas Gerais /Rio de Janeiro – Brasil – século XIX e XX
Carlos Magno Guimarães, Mariana Gonçalves Moreira, Gabriela Pereira Veloso, Elisângela de Morais Silva e Camila Fernandes Morais

373 **FORTIFICAÇÕES, ESPAÇOS DE GUERRA E ARMAMENTO**

375 Excavaciones arqueológicas en la muralla real de Ceuta: persistencias y rupturas (1415-1668)
Fernando Villada Paredes

385 La coracha de Tanger
Abdelatif El-Boudjay

393 Villalonso: un castillo medieval en la transición hacia la modernidad
Angel L. Palomino, Manuel Moratinos, José M. Gonzalo, José E. Santamaría e Inés M. Centeno

407 Pólvora y cal: evidencias arqueológicas de las fortificaciones costeras de época moderna en Luarca (Asturias-España)
Valentín Álvarez Martínez, Patricia Suárez Manjón e Jesús Ignacio Jiménez Chaparro

419 Museu de Macau e o território da Companhia de Jesus: resultados e integração dos vestígios arqueológicos
Clementino Amaro e Armando Sabrosa

431 Do papel da Arqueologia para o conhecimento da expansão portuguesa: notas a partir de algumas estruturas fortificadas no Oriente
João Lizardo

445 O papel do Forte do Guincho na estratégia de defesa da costa de Cascais
Soraya Rocha e Guilherme Sarmento

449 **EDIFÍCIOS RELIGIOSOS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS**

451 Sé da Cidade Velha, República de Cabo Verde: resultados da 1.ª fase de campanhas arqueológicas
Clementino Amaro

465 Divindade, governante ou guerreiro? O personagem Kukulcán nas crônicas do século XVI e o registro arqueológico de Chichén Itzá, México
Alexandre Guida Navarro

469 Andrés de Madariaga's mausoleum-church: former Jesuit College in Bergara (Gipuzkoa, Basque Country, Spain)
Jesús-Manuel Pérez Centeno e Xabier Alberdi Lonbide

475 Os Passos da Paixão de Cristo (Setúbal)
João Ferreira Santos, Daniela dos Santos Silva e José Luís Neto

483 O lugar da Torre dos Sinos (Convento Velho de S. Domingos), Coimbra: notas para o estudo da formação dos terrenos de aluvião, em época moderna
Sara Almeida, Ricardo Costeira da Silva, Vítor Dias e João Perpétuo

489 Cerca de Santo Agostinho, Coimbra: estudo preliminar das fases evolutivas e linhas para a sua recuperação
Sara Almeida, Susana Temudo, Joana Mendes, Sofia Ramos e António Cunha

497 Convento de São Francisco da Ponte: novas perspectivas arquitectónicas
Mónica Ginja e António Ginja

505 O último convento da Ordem de Santiago em Palmela: dados arqueológicos da intervenção no pátio fronteiro à igreja
Isabel Cristina Ferreira Fernandes

517 Convento quinhentista do Bom Jesus de Peniche: primeira intervenção arqueológica
Claudia Cunha, Carlos Vilela, Sónia Simões, Tiago Tomé, João Moreira, Mónica Ginja e Gerardo Gonçalves

527 Cerâmica dos séculos XV a XVIII do Convento de Santana de Leiria: História e vivências em torno da cultura material
Ana Rita Trindade

539 Mosteiro de São Francisco de Lisboa: fragmentos e documentos na reconstrução de quotidianos
Joana Torres

551 Os painéis de azulejo do adro da Igreja de São Simão (Azeitão)
Mariana Almeida e Edgar Fernandes

561 Para as mulheres pobres, mas honradas: os recolhimentos em Setúbal
José Luís Neto e Nathalie Antunes Ferreira

569 Contributo para o conhecimento da população na época moderna na Madeira: abordagem antropológica aos casos de Santa Cruz
Rafael Fabricio Nunes

579 O registo arqueológico de uma superstição: o signo-Salomão no Alentejo – séculos XV-XVIII
Andrea Martins, Gonçalo Lopes, Helena Santos, Manuela Pereira, Marco Liberato e Pedro Carpetudo

VOLUME 2

593 **PAISAGENS MARÍTIMAS, NAVIOS E VIDA A BORDO**

595 O navio como *Fait Social Total*: para uma epistemologia da arqueologia em contexto náutico
Jean Yves Blot

601 Projecto N-utopia: tratados, nomenclaturas náuticas e construções navais europeias
Tiago Miguel Fraga, Brígida Baptista, António Teixeira e Adolfo Silveira Martins

605 Paisagens culturais marítimas: uma primeira aproximação ao litoral de Cascais
Jorge Freire e António Fialho

613 Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbano
César Augusto Neves, Andrea Martins, Gonçalo Lopes e Maria Luísa Blot

627 Ribeira das Naus hoje: a perene relação de Lisboa com o Tejo. Dos estaleiros navais do Renascimento ao antigo Arsenal da Marinha. Subsídios da arqueologia
Rui Nascimento

633 Angra, uma cidade portuária no Atlântico do século XVII: uma abordagem geomorfológica
Ana Catarina Garcia

645 Caractérisations et typologie du Cimetière des Ancres: vers une interprétation des conditions de mouillage et de la fréquentation de la Baie d'Angra do Heroísmo, du XVI au XIX siècle. Île de Terceira, Açores
Christelle Chouzenoux

655 La Rucha: deconstruyendo el origen de la piratería de costa en el Cabo Peñas (Gozón-Asturias-España)
Nicolás Alonso Rodríguez, Valentín Álvarez Martínez e José Antonio Longo Marina

665 *Santo António de Tanná*: uma fragata do período moderno
Tiago Miguel Fraga

671 Cada botão sua casaca: indumentária recuperada nas escavações arqueológicas da fragata *Santo António de Taná*, naufragada em Mombaça em 1697
André Teixeira e Luís Serrão Gil

683 Projecto de carta arqueológica subaquática do concelho de Lagos
Tiago Miguel Fraga

689 Conservação das estruturas em madeira de um navio do século XV escavado na Ria de Aveiro: resultados preliminares
João Coelho, Pedro Gonçalves e Francisco Alves

697 **CERÂMICAS: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO**

699 A olaria renascentista de Santo António da Charneca, Barreiro: a louça doméstica
Luís Barros, Luísa Batalha, Guilherme Cardoso e António Gonzalez

711 As formas de pão-de-açúcar da Mata da Machada, Barreiro
Filipa Galito da Silva

719 A cerâmica moderna do Castelo de S. Jorge: produção local de cerâmica comum, pintada a branco, moldada e vidrada e de faiança
Alexandra Gaspar e Ana Gomes

733 De Aveiro para as margens do Atlântico: a carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cêramica na Época Moderna
Patrícia Carvalho e José Bettencourt

747 Portuguese coarseware in Newfoundland, Canada
Sarah Newstead

757 Muito mais do que lixo: a cerâmica do sítio arqueológico subaquático Ria de Aveiro B-C
Inês Pinto Coelho

771 A cerâmica do açúcar de Aveiro: recentes achados na área do antigo bairro das olarias
Paulo Jorge Morgado, Ricardo Costeira da Silva e Sónia Jesus Filipe

783 Portugal and Terra Nova: ceramic perspectives on the early-modern Atlantic
Peter E. Pope

789 Considerações acerca da cerâmica pedrada e respetivo comércio
Olinda Sardinha

797 A importação de cerâmica europeia para os arquipélagos da Madeira e dos Açores no século XVI
Élvio Sousa

813 Pottery in Cidade Velha (Cabo Verde)
Marie Loiuse Sorensen, Chris Evens e Tânia Casimiro

821 A cerâmica no quotidiano colonial português: o caso de Salvador da Bahia
Carlos Etchevarne e João Pedro Gomes

829 Modern Age Portuguese pottery find in the Bay of Cadiz, Spain
José-Antonio Ruiz Gil

837 La mayólica del convento de Santo Domingo (siglos XVI-XVII), Lima (Perú): la evidencia arqueométrica
Javier G. Iñañez, Juan Guillermo Martín, Antonio Coello

847 Majólicas italianas do Terreiro do Trigo (Lisboa)
Cristina Gonzalez

855 Produções sevilhanas – azul sobre branco e azul sobre azul: no contexto das relações económicas e comerciais entre o litoral algarvio e a Andaluzia (século XVI-XVII)
Paulo Botelho

865 As cerâmicas modernas da Fortaleza de N. Sr.ª da Luz, em Cascais: histórias fragmentadas
J. A. Severino Rodrigues, Catarina Bolila, Vanessa Filipe, José Pedro Henriques, Inês Alves Ribeiro e Sara Teixeira Simões

877 Primeira abordagem a um depósito moderno no antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro): a cerâmica desde meados do século XV à consolidação da Renascença
Ricardo Costeira da Silva

891 Aldeia da Torre dos Frades (Torre de Almofala) através da cerâmica em época moderna
Elisa Albuquerque

897 Um gosto decorativo: louça preta e vermelha polvilhada de branco (mica)
Isabel Maria Fernandes

909 Os potes "martabã": um conceito em discussão
Sara Teixeira Simões

919 Do Oriente para Ocidente: contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa
José Pedro Vintém Henriques

933 Porcelana chinesa em Salvador da Bahia (séculos XVI a XVIII)
Carlos Etchevarne e João Pedro Gomes

937 Faiança portuguesa: centros produtores, matérias, técnicas de fabrico e critérios de distinção
Luís Sebastian

951 Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.º 10, Lisboa
Luísa Batalha, Andreia Campôa, Guilherme Cardoso, Nuno Neto, Paulo Rebelo e Raquel Santos

963 Elementos para a caracterização da faiança portuguesa do século XVII: a tipologia de Pendery aplicada à realidade da Casa do Infante (Porto)
Anabela P. de Sá

975 As produções de louça preta em Trás-os-Montes: caracterização etnográfica e química, seu interesse para o estudo das cerâmicas arqueológicas
Isabel Maria Fernandes e Fernando Castro

983 Fábrica de Cerâmica de Santo António de Vale da Piedade (Vila Nova de Gaia): estruturas construídas e espaços de laboração no século XVIII
Laura Cristina Peixoto de Sousa

995 **GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO**

997 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: da luz dos archotes aos momentos da contemporaneidade. Projeto e fruição
Artur Côrte-Real

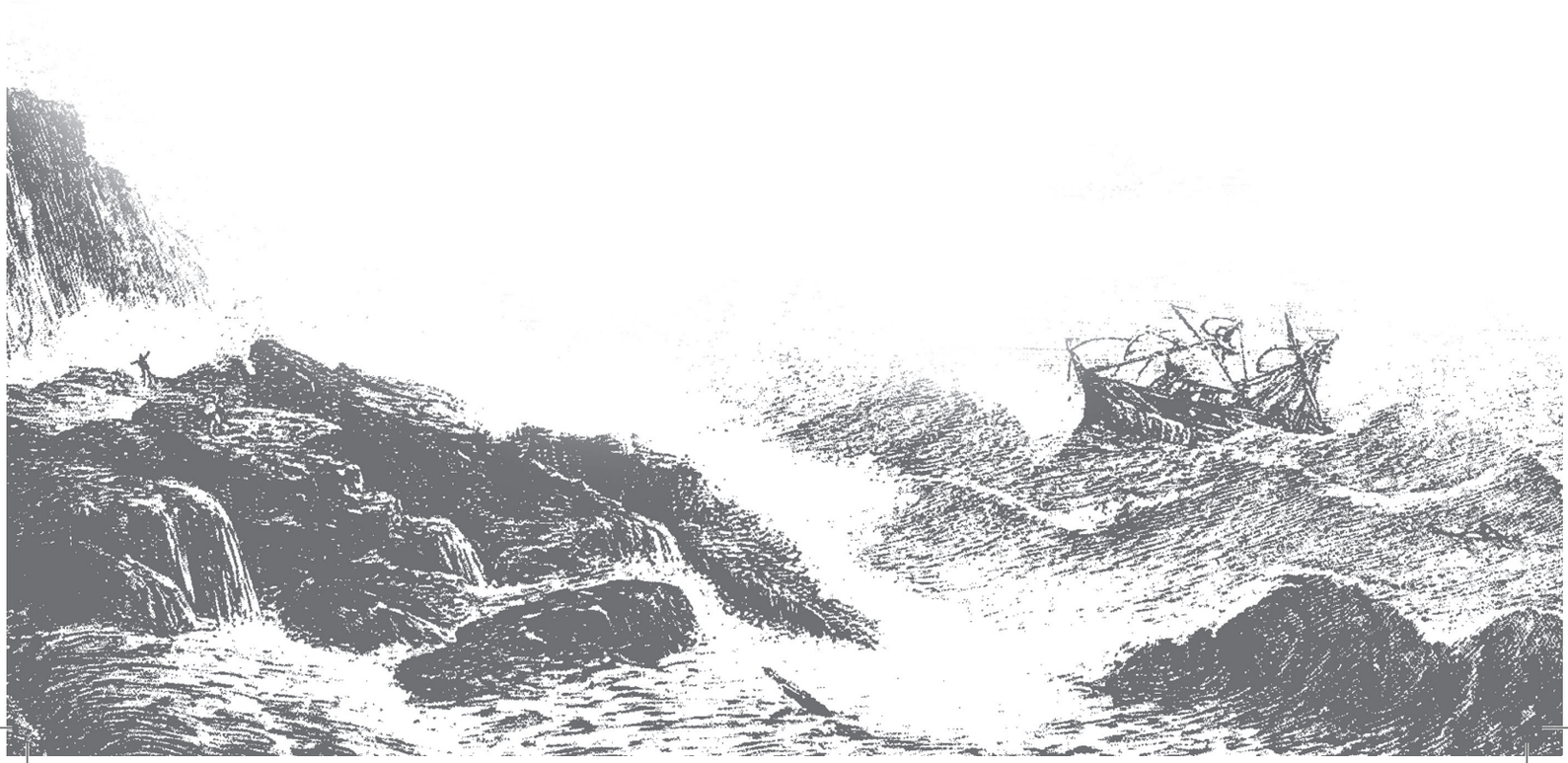
1005 Preservação arqueológica nas missões jesuítico-guaranis
Tobias Vilhena de Moraes

1011 Monumentos restaurados e historias em ruínas: o programa Monumenta e a problemática da intervenção arqueológica na restauração arquitetônica no Brasil
Ton Ferreira

1019 Património cultural subaquático: uma questão de visibilidade
Margarida Génio

1023 **ABSTRACTS**

PAISAGENS MARÍTIMAS, NAVIOS E VIDA A BORDO



O NAVIO COMO *FAIT SOCIAL TOTAL*

PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA ARQUEOLOGIA EM CONTEXTO NÁUTICO

JEAN-YVES BLOT

RESUMO Meio século depois da abordagem pioneira de John Goggin (1960) em contextos coloniais norte-americanos, o recente debate epistemológico em torno da «*maritime archaeology*» (Ransell, 2005; Flatman, 2007) leva a uma reavaliação do papel do navio e da realidade material que lhe diz respeito, indo ao encontro do universo epistemológico definido há meio século pelo arqueólogo britânico Mortimer Wheeler que investigava «*not artifacts but people*».

PALAVRAS-CHAVE **Epistemologia, transdisciplinaridade, Arqueologia do navio, Arqueologia marítima**

O LUGAR DO NAVIO

Ao publicar em 1971 a mais extensa síntese jamais empreendida a respeito da história da ciência e da tecnologia no universo cultural chinês, o historiador e sinólogo Joseph Needham denunciava o vazio existente em matéria de estudos de navios do passado chinês apesar de séculos de erudição ocidental em matéria de sinologia. Needham resumia o tema numa frase contundente relacionada com uma falha da obra do etnógrafo naval J. R. G. Worcester: por não ter recebido a colaboração de um especialista da cultural e história chinesa, Worcester, funcionário da alfândega britânica em Shanghai na primeira metade do século XX, tinha publicado notáveis inventários e desenhos seus de embarcações chineses, compilando no processo dados de âmbito lendário ou semi-lendário nem sempre identificados com tais. Needham perdoou ao brilhante etnógrafo autodidacta falecido dois anos antes (1969), mas responsabilizou outros: «...era difícil interessar investigadores com formação académica nalguma coisa tão baixa e cheia de breu com um barco» (Needham, 1971, p. 403, nota b) (tradução nossa).

Não é difícil encontrar ecos de mesma ordem noutros contextos académicos em vigor há meio século, com algumas excepções, nomeadamente na Escandinávia onde, em 1959, dois artigos, publicados por três investigadores, abordam o tema do barco de uma maneira irresistivelmente inovadora, embora só um dos textos tenha migrado até outras disciplinas, nomeadamente a arqueologia naval no caso que nos interessa aqui, ao ponto de fornecer um dos seus paradigmas metodológicos no estudo das embarcações em geral, da lancha ao navio. Iremos evocar ambos no decurso do presente texto embora o segundo, menos conhecido, seja aquele que nos permitirá concluir esta breve reflexão sobre «as» visões do navio.

O presente artigo explora a diacronia analítica que levou, no último meio século, à situação em que se encontra hoje o «barco» como objecto de estudo, diacronia essa que iremos iniciar com um trabalho seminal publicado em 1924 pelo sociólogo Marcel Mauss na revista *Année Sociologique*.

Apesar da sua importância, esse trabalho de Mauss intitulado *Essai sur le Don* reeditado anos mais tarde sob forma de livro, raramente entra na bibliografia arqueológica apesar de conter um conceito poderoso, o de *Fait Social Total* (Facto Social Total) que leva o investigador das ciências humanas a procurar temas da vida social (o acto de Dar, por exemplo) que possam, pela sua múltipla dimensionalidade, alcançar uma grande parte da realidade da sociedade na qual se integram.

O navio não figura *a priori* na lista dos candidatos mais óbvios a esse papel.

Máquina concebida por uma fracção geralmente reduzida da população – os construtores navais – para outra fracção pouco mais representativa, os marinheiros, os navios figuram, no entanto, no fulcro da vida social por razões que se prendem, em primeiro lugar, com o seu papel nas trocas do espaço económico em que se integram (o transporte por água constitui o meio mais económico para deslocar homens e bens, independentemente da época), e, em segundo lugar, por se tratar, não só de uma máquina, a maior que o homem concebeu até uma fase adiantada da era industrial, mas por serem ainda um espaço social, microcosmo cuja especificidade irá reflectir-se não só no arranjo de parte da própria máquina, como ainda nos materiais associados

à própria tripulação do barco, ficando claro à partida que existe, para o objecto investigado e reconstruído pela investigação, um risco de só «existir» em função do olhar que lhe é dirigido.

OS LUGARES NO NAVIO

Com ou sem barco, o objecto em risco, no plano da arqueologia, é o próprio homem, risco que o arqueólogo Mortimer Wheeler cunhou em palavras imortais quando, em meados do século XX, lembrou no seu *Archaeology from the Earth* (1954), que ele, arqueólogo, não estudava «artefactos», mas sim «gente» (*people*).
O tema do navio como *Fait Social Total* figura na retaguarda da panóplia dos olhares analíticos quando, em 1959, Aubert et Arner publicam um estudo de terreno baseado em observações sobre a maneira de viver a bordo de navios noruegueses contemporâneos. O artigo dos dois antropólogos escandinavos intitulado *On the Social Structure of the Ships*, revela ao leitor uma visão espacial da vida a bordo, como o lugar das refeições, por exemplo.
Num dos casos estudados, o comandante, cuja cabine está situada no centro do navio, toma as refeições na companhia do engenheiro de máquinas. A cabine deste último está situada na popa, enquanto oficiais subalternos que assistem o comandante durante a navegação, caminham, na hora das refeições, até à popa onde se encontra o refeitório que lhes é destinado, cruzando no caminho o chefe engenheiro, também ele próprio a caminho do lugar central do navio, subtil hierarquia dos espaços só desvendada por essa discreta rotina das refeições a bordo.
Uma frase do artigo de Auber et Arner resume a tela de fundo na qual se integra a reflexão «náutica» dos dois antropólogos: «A diferença mais óbvia entre o navio e uma fábrica (*industrial plant*) é que o marinheiro vive no seu local de trabalho, entre os seus colegas e superiores, e passa a maior parte dos seus lazeres no mesmo local. O navio é uma «instituição total» comparável de maneira significativa ao hospital, ao acampamento militar, à prisão, ao claustro, e ao pensionato) (*boarding school*)...» (Auber, Arner, idem, p. 200). Na altura do trabalho de Auber e Arner, o arqueólogo John Goggin (1916-1963), especialista em cerâmica colonial, baseado no norte da Florida, figurava entre os pioneiros da sua disciplina no que dizia respeito à investigação debaixo de água. Goggin investigava acampamentos indígenas em terra, nas margens de um rio, aprendeu a mergulhar com escafandro autónomo e prosseguiu a sua investigação debaixo de água, na periferia dos sítios «terrestres» investigados.

TRANSDISCIPLINARIDADE

Enquanto Goggin desenvolvia a sua investigação rodeado pelos seus alunos da universidade de Gainesville, milhares de praticantes do mergulho com escafandro autónomo exploravam as águas do mesmo estado da Florida. Inúmeras descobertas eram assinaladas pela comunidade de amadores ou profissionais, provenientes, na maioria, de contextos de naufrágios. Goggin, o cientista mergulhador, ousou nestas circunstâncias lembrar à comunidade que, para além da floresta de artefactos assim desvendados, os navios constituíam, também eles, um objecto de estudo potencial: «*A maioria dos arqueólogos estaria de acordo com a ideia de que um navio é um componente cultural do qual todos os detalhes deveriam ser fielmente registados*» (Goggin, 1960, p. 349, tradução nossa).
Três anos mais tarde, o etnólogo sueco Olof Hasslöf retomava, num artigo publicado no *Mariner's Mirror*, um tema que já tinha abordado anteriormente em língua sueca e que dizia respeito à maneira tradicional de construir barcos ou navios. O facto de se expressar em língua inglesa vai dar às suas palavras um peso que nenhum outro texto tem tido no âmbito da arqueologia naval do último meio século.
Grande parte dos dados de terreno compilados e comentados por Hasslöf dizem respeito ao universo escandinavo cuja especificidade, em matéria de embarcações, tinha levado o etnólogo sueco a distinguir duas abordagens possíveis para conceber uma embarcação. Num caso – o da construção tradicional escandinava, o barco é concebido «por fora», a partir da «pele» do próprio casco, ao contrário da maneira mais divulgada em manuais de construção moderna, que consiste em erguer um esqueleto que fica coberto, mas só numa segunda fase, pela «pele» constituída pelas tábuas do costado. O tema foi depois retomado pelo historiador da época clássica Lionel Casson que o aplicou à construção naval da antiguidade no Ocidente, disponibilizando assim as ferramentas conceptuais nascidas da etnografia naval escandinava junto de inúmeros arqueólogos e historiadores que começaram a aplicá-las no decurso das suas próprias investigações da antiguidade «clássica».
Para muitos, tratava-se doravante de distinguir assemblagens em madeira, embarcações, neste caso, caracterizadas pela cronologia da sua construção, «*shell-first*» ou «*skeleton-first*».
Mas para Hasslöf, o etnólogo, tratava-se de falar de «gente» e da sua maneira de «ver» e de conceber o barco por nascer.
Hasslöf citava diversos casos «híbridos» observados em embarcações contemporâneas nos quais uma parte do casco tinha sido construída, a pedido do proprie-

tário, segundo o conceito «tradicional» de *shell-first*, enquanto o resto da embarcação, igualmente a pedido do dono, ou para imitar o barco de outro proprietário, seguia o conceito oposto, *skeleton-first,* neste caso.

E útil recordar nesta fase que o artigo seminal de Hasslof de 1963 começava por um parágrafo no qual o etnólogo sueco evocava o peso crescente da comunidade do mergulho, evocando profissionais ou amadores, para terminar, um parágrafo mais abaixo, pela seguinte observação: «Actualmente (...) com o facto de existirem mergulhadores amadores que oferecem os seus serviços em números crescentes para a exploração, a investigação e empresas de recuperações (*salvage*), os arqueólogos também têm começado a descer no mar, abraçando uma disciplina inteiramente nova – a arqueologia submarina (*marine archaeology*) na qual o equipamento de mergulho e de recuperação constituem as ferramentas principais» (Hasslöf, 1963, p. 162, tradução nossa).

No mesmo ano de 1963, o filósofo Karl Popper, formado em física nuclear e músico emérito, questionava a pertinência das fronteiras disciplinares, e comentava:

«A crença no facto de existir uma coisa tal como a física, a biologia ou a arqueologia e que esses «estudos» ou «disciplinas» podem ser distinguidos pelo tema (*subject matter*) que investigam, parece-me ser um resíduo do tempo em que se acreditava que uma teoria tinha de ter como ponto de partida a definição do seu próprio tema (*subject matter*)", antes de concluir: «Não somos estudantes de um dado tema, mas estudantes de problemas. Problemas podem cortar caminho através das fronteiras de qualquer tema ou disciplina» (Popper, 1963, tradução nossa).

Seis anos depois, falecia na Inglaterra George Raleigh Gray Worcester, o etnógrafo naval da China da primeira metade do século XX. O ponto culminante da sua investigação, um livro volumoso dedicado às embarcações do rio Yangtsé, acabou por ser publicado pouco depois (Worcester, 1971), no mesmo ano em que Joseph Needham completava a edição do quarto volume da série monumental *Science and Civilisation in China*.

EPISTEMOLOGIA SOB FORMA DE DESABAFO

Referindo-se a este período um quarto de século depois, a arqueóloga Cherryl Ward (2003, p. 655) recordava o estatuto dado pelos colegas arqueólogos a quem estudava «barcos» debaixo de água, lembrando a frustração de se ver relegada à categoria de «mergulhadora» pelos mesmos colegas.

Um quarto de século depois, uma arqueóloga «submarina» lançava um alerta impensável vinte e cinco anos antes:

«O privilégio epistemológico em arqueologia náutica (*maritime archaeology*) continua enraizado num discurso extremamente conservador que dá ênfase à construção e função: trata-se do físico, não do social» (Ransley, 2005, p. 626).

O artigo da arqueóloga «marítima» estava intitulado: «Boats are for the Boys» (*Barcos são para Rapazes*), um tema elucidado pela própria autora da maneira seguinte: «...pelo facto de não conseguir, nem sequer de pôr em questão, o carácter machista (*masculist*) da arqueologia marítima (*maritime archaeology*), os arqueólogos marítimos contribuem de facto para a sua própria marginalização no seio da disciplina da arqueologia» (Ransley, *op. cit*, tradução nossa).

O tema da marginalidade é retomado em termos ainda mais contundentes por outro arqueólogo «marítimo», Joe Flatman, em 2007, num artigo publicado pela revista *Public Archaeology*:

«Um aspecto da arqueologia marítima que se presta a confusões junto de estranhos (*outsiders*) é a obsessão institucional acerca da tecnologia do barco. Como Paul Bahn comentava no tom da piada no *The Bluffer's Guide do Archaeology*, os arqueólogos submarinos (*underwater archaeologists*) ficam muito excitados com desenhos de navio e de cargas, assuntos que deixam os colegas terrestres (*terrestrial colleagues*) bastante frios (1989, p. 31)» (Flatman, 2007).

Flatman prossegue, e esboça uma análise sócio ética de algumas das práticas metodológicas do arqueólogo marítimo, nomeadamente no domínio da prospecção e teledetecção no mar:

«Enquanto a arqueologia terrestre utiliza ferramentas como o GPS que foram desenvolvidas pelos (...) militares, e partilha uma origem «militar» comum através de uma longa linha de praticantes desde (o General) Pitt-Rivers até (o Brigadeiro) Wheeler (...), a arqueologia marítima é a única que faz uso regular de tecnologias como a do sonar, de magnetómetros rebocados e de submarinos de mergulho profundo, que derivam todos directamente do complexo militar / industrial da Guerra Fria...» (Flatman, 2007).

Essas chamadas de atenção dos próprios praticantes da disciplina, para os seus colegas inscrevem-se numa reflexão mais genérica que visa renovar a inserção do estudo dos «navios» no conjunto do universo analítico relacionado com as memórias materiais da humanidade.

Reflectir sobre as idiosincrasias, conscientes e inconscientes, da disciplina da arqueologia do universo náutico não passa de uma etapa da reflexão mais genérica sobre a relação Terra/Água e ao papel do navio no volume das trocas globais. Os economistas contemporâneos mostram-nos o caminho da maneira mais imediata ao identificar o navio como vector de mais de 80% das trocas globais de mercadoria, «fatia» que

poderá um dia nutrir um modelo analítico das trocas desde o final da Idade do Bronze e a generalização da navegação no alto mar.

Até isso acontecer, os muros auto-infligidos da arqueologia naval ou náutica não resistem à mais superficial análise da diacronia da relação da jovem disciplina com as outras suas vizinhas. O modelo analítico acima comentado, do *shell first / skeleton first* que ajudou duas gerações de arqueólogos navais na leitura de vestígios de embarcações do passado ilustra com toda a acuidade o facto de a disciplinar NÃO estar separada das suas vizinhas, da etnologia naval, neste caso, da qual ela herdou, pela via do universo náutico da Escandinávia, um dos seus modelos analíticos mais pertinentes e «globais».

O adjectivo «submarino», tantas vezes aplicado à arqueologia do universo náutico perde o sentido perante o facto de uma fracção decisiva dos vestígios investigados provenientes de embarcações não terem sequer sido encontrados debaixo de água, mas em contextos muitas vezes secundários, nomeadamente urbanos.

Esta perspectiva permitiu há muito que a reflexão «náutica» ganhasse em maturidade. A força seminal do artigo de Hasslöf de 1983 não deixou de evoluir seguidamente, dentro de uma reflexão já não etnográfica, mas sim arqueológica. Como acontece com todos os modelos, excepções e «anomalias» começaram a ser assinaladas, e propostas a serem feitas no sentido de ajustar o modelo à diversidade do espectro das soluções construtivas efectivamente encontradas pelo arqueólogo na altura de registar formas de «pensar» e de «materializar» uma embarcação.

Um dos primeiros a abordar a questão, já nos anos 1980, foi Richard Steffy, arqueólogo naval pioneiro e veterano cuja versatilidade analítica lhe permitia estudar embarcações da antiguidade mediterrânica até embarcações do período colonial norte-americano. Outras vozes se fizeram ouvir por essa altura, entre as quais a de Lucien Basch, grande erudito da náutica da Antiguidade clássica, que pouco mais de duas décadas depois da emergência das ideias de *shell first / skeleton first*, propunha uma afinação do conceito e a sua melhor adequação à realidade arqueológica (cf. Hocker, 2004, p. 65).

EXO-ESQUELETOS

Em meados dos anos 1990, o arqueólogo naval holandês Thijs Maarleveld voltava a lançar a pedra «no charco», baseando-se, desta vez, em aspectos construtivos e estruturais dos maiores navios de construção holandesa no final do século XVI e início do século XVII. Ao contrário de toda a «literatura» naval, esses navios não mostravam qualquer tipo de dependência morfológica em relação à geometria do dito «esqueleto» transversal. Vestígios de navios como os de *Scheurak* SO_1 ou do *Mauritius* revelavam, antes pelo contrário, uma primazia estrutural que não obedecia sequer à tradição conceitual do *shell-first* e muito menos à do *skeleton-first*, tratando-se, neste caso, de um «duplo» envelope estrutural constituído pela «pele» exterior, um fortíssimo costado de madeira, numa ou várias camadas, cuidadosamente ligado à «pele» interior, o forro interno do casco, através do cavername. Uma densa rede de cavilhas de madeira assegurava a ligação entre uns e outros, constituindo no seu conjunto um verdadeiro «exo-esqueleto». A arqueologia dinamarquesa tem vindo a ilustrar mais recentemente, no decurso de grandes obras urbanas no coração de Copenhague, essa solução holandesa (navio *B &W 2,* datado de c. 1618) (Lemée, 2006, p. 196-232) à qual Maarleveld chamou «a Dupla Solução Holandesa» (*Double Dutch Solution*) (Maarleveld, 1994).

Quanto ao papel histórico do cavername na literatura e na interpretação da construção naval em geral, tratava-se pura e simplesmente, segundo Maarleveld, de um etnocentrismo histórico baseado NUMA visão construtiva do navio. Uma, entre outras. A «liberdade conceptual» dos carpinteiros navais holandeses do passado para com o modelo geométrico do «esqueleto» transversal demonstrava que nem todo o construtor naval retomava a «metáfora operativa» do esqueleto, humano ou animal, para «conceber» o barco em gestação.

O tema, no seu conjunto, cruza-se com uma reflexão de Gary Thomas, da Universidade de Bristol: «*Homo Sapiens is a pattern-finding animal whose facility to divine patterns where there aren't any is prolific*» (Thomas, 1998), ou com outra, do arqueólogo Serge Cleuziou: *«Les régularités que l'archéologie et l'anthropologie cherchent à établir sont continuellement trahies par ceux-là même auxquels on voudrait les appliquer»* (Cleuziou, 2005).

ASSINATURAS

O barco representa, desde o final da Idade do Bronze, a maior máquina fabricada pelo homem, tratando-se por essência de um conjunto de materiais que, pelo seu volume e especificidade técnica, ultrapassa a capacidade individual de investimento e fabrico. Trata-se, portanto, de um instrumento social no qual convergem identidades múltiplas, a do armador, a do construtor e, finalmente, a do utente, o nauta ou marinheiro.

Dessa teia, a documentação de arquivos relacionada com barcos e navios fornece-nos uma leitura enviezada pelo olhar do autor da documentação, seja ele cronista, artista ou notário. Aí, a arqueologia oferece a acuidade que o documento escrito dificilmente irá atingir.

Extracto de uma carta do vice-almirante Sir Thomas Trowbridge (Almirantado Britânico, 16 de Novembro de 1803): dirigida ao mestre construtor Jemsatjee Bomanjee, em Bombaim:

«I am very anxious to hear you have begun our two ships; I am deeply pledged for your ability and exertion, and I know you will do all that is possible to meet the wishes of the Company and British Government, and be assured you will be rewarded… I have pledged myself you will produce ships that will eclipse those built in England».

(Money 1811, *Appendice* N.º VII)

No decorrer da reconstrução em Aveiro, na década dos anos 1990, da fragata *Dom Fernando* construída em Damão um século e meio antes, foram observadas algumas «anomalias» entre as quais a orientação das escarvas da quilha. O construtor gujarate desta fragata da Marinha Portuguesa demonstrava na materialidade da teca indiana o papel identitário de paradigmas normativos associados a uma cultura que lhe era estranha. Ao efectuar-se em Bombaim, no início do século XIX, uma reparação completa da fragata de guerra britânica *HMS Cornwallis,* construída no local em 1800, por carpinteiros do Gujerat, o próprio construtor, Jamsetjee Bomanjee, fez notar às autoridades coloniais ali presentes a existência, no fundo do porão, de uma inscrição gravada por ele muitos anos antes, na sobrequilha (Kocchar, 1994).

Nela se lia:

«*This ship was built by a d-d Black Fellow A.D.1800*».

BIBLIOGRAFIA

AUBERT, V. e ARNER, O. (1959) – On the Social Structure of the Ship, *Acta Sociologica*, 3.4, p. 200-219.

CLEUZIOU, S. (2005) – Pourquoi si tard? nous avons pris un autre chemin. L'Arabie des chasseurs-cueilleurs de l'Holocène au début de l'Age du Bronze. In Guilaine, J. (dir.), – *Aux marges des grands foyers du Néolithique: Périphéries débitrices ou créatrices?* Paris: Errance, p. 123-148.

FLATMAN, J. (2007) – The Origins and Ethics of Maritime Archaeology. *Public Archaeology*, 6. 2, p. 77-97.

GOGGIN, J. (1960) – Underwater archaeology: its nature and limitations. *American Antiquity*, 25.3, p. 348-354.

HOCKER, F. M. (2004) – Bottom-based shipbuilding in Northwestern Europe. In Hocker, Frederick M. e Ward, Cheryl A. (ed.) – *The Philosophy of Shipbuilding. Conceptual approaches to the study of wooden ships*. Texas A&M University, College Station, p. 65-93.

KOCHHAR, R. K. (1994) – Shipbuilding at Bombay, *Current Science*, 66.

LEMÉE, C. (2006) – The Renaissance Shipwrecks from Christianshavn (An archaeological and architectural study of large carvel vessels in Danish waters, 1580-1640), *Ships and Boats of the North*, 6. Roskilde. p. 371.

MAARLEVELD, T. (1994) – Double Dutch solutions in flush-planked shipbuilding: continuity and adaptations at the start of Modern History. In Westerdahl, C. (ed.), *Crossroads in Ancient Shipbuilding. Proceedings of the Sixth International Symposium on Boat and Ship Archaeology, Roskilde 1991*. ISBSA 6. Oxford: Oxbow Monograph 40, p. 153-163.

MONEY, W. T. (1811) – *Observations on the expediency of Shipbuilding at Bombay, for the service of His Majesty, and of the East India Company*. London, 73 pages, appendices.

NEEDHAM, J. (1971) – *Science and Civilisation in China*. IV: 3. Cambridge.

POPPER, K. R. (1963) – *Conjectures and Refutations*. *The Growth of Scientific Knowledge.* London: Routledge and Kegan Paul.

RANSLEY, J. (2005) – Boats are for Boys: Queering Maritime Archaeology, *World Archaeology*, 37.4, p. 621-629.

THOMAS, G. (1998) – The Myth of Rational Research, *British Educational Research Journal*, 24, 2.

WARD, C. (2003) – Integrating Maritime Archaeology, *American Journal of Archaeology*, vol. 104, n.º4, p. 655-658.

WORCESTER, J.R.G. (1971) – *The Junks & Sampans of the Yangtze*. Naval Institute, Annapolis, p. 626.

PROJECTO N-UTOPIA

TRATADOS, NOMENCLATURAS NÁUTICAS E CONSTRUÇÕES NAVAIS EUROPEIAS

TIAGO MIGUEL FRAGA Centro de Investigação e Desenvolvimento do Mar, Universidade Autónoma de Lisboa. arqsublagos@gmail.com
BRÍGIDA BAPTISTA Centro de Investigação e Desenvolvimento do Mar, Universidade Autónoma de Lisboa. bribaptista@gmail.com
ANTÓNIO TEIXEIRA Centro de Investigação e Desenvolvimento do Mar, Universidade Autónoma de Lisboa. antonio-teixeira@sapo.pt
ADOLFO SILVEIRA MARTINS Centro de Investigação e Desenvolvimento do Mar, Universidade Autónoma de Lisboa. asilveira@ual.pt

RESUMO A linha de investigação Tratados, Nomenclaturas Náuticas e Construções Navais Europeias, da responsabilidade do CIDMar da Universidade Autónoma de Lisboa, sob a direcção do Prof. Doutor Adolfo Silveira Martins, é um projecto que tem promovido o estudo dos tratados de construção naval europeus à luz das novas tecnologias. N-Utopia é o acrónimo que designa a modelação virtual das propostas náuticas existentes nos tratados, com vista ao entendimento da fidelidade da fonte escrita e como esta, pode contribuir para a melhor interpretação das embarcações modernas europeias.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia náutica, reconstrução virtual, tratados navais, construção naval

1. INTRODUÇÃO

Aponta-se Henrique Lopes de Mendonça (1892, 1898) como o principal mentor dos estudos de arqueologia naval em Portugal, seguidor da corrente que se inicia em França por Auguste Jal, o "pai" da Arqueologia Naval, com a publicação da obra *Archeólogie Naval* (1840). Nos anos 70 do século XX, João da Gama Pimentel Barata apresentou importantes noções conceituais em arquitectura e construção naval portuguesa (Barata, 1989).

O estudo da arqueologia naval portuguesa, até ao desenvolvimento da arqueologia subaquática, baseia-se maioritariamente nas fontes escritas. Portugal conta com um importante acervo documental composto até à data de cerca de quinze obras com cronologias compreendidas entre 1580 e 1700. Contente Domingues (2004) considera esta colectânea de fontes textuais como provavelmente uma das mais importantes colecções documentais da Europa sobre construção naval. Baseados nestas obras, principalmente em Oliveira (c. 1580), Fernandez (1616) e Lavanha (c. 1608), diversos autores propõem que a construção naval portuguesa transformou-se de um sistema empírico para um sistema de construção com base em regras. Eugénio Estanislau de Barros (1933, p. 33), baseado em regras esplicitadas nos tratados e que transcreve, tira uma ou outra conclusão, como por exemplo a que refere que o comprimento da boca deverá ser igual a um terço da coberta principal e não a um terço da quilha. Este sistema de proporcionalidades ou simetria das diversas partes das embarcações, referido pelos tratadistas e nomeado por Oliveira como "concordia de medidas" (Oliveira, c. 1580, p. 69), levanta a questão se seria aplicado nos estaleiros dos séculos XVI a XVII. Pimentel Barata propõe a existência de um diagrama geral aplicado nos estaleiros, já utilizado em Itália no início do século XV, que segundo o autor se aplica a todos os tipos de navios portugueses, entre 1500 e 1650 (Barata, 1989a, p. 214). O autor afirma que:

"o traçado dos navios portugueses do século XVI não foi obra de mero empirismo, mas resultou do estudo científico dos tratados transmitidos pela tradição e que foram enquadrados dentro de diagramas geométricos, com relações simples que permitiram a redução a um tipo único de traçado." (Barata, 1989a, p. 198).

A proposta de Barata sobre a transformação da construção naval portuguesa de um sistema empírico para um sistema de regras de proporções poderá mesmo ser anterior à Época Moderna. Richard Barker (1992, p. 58-59) propõe que esta teria ocorrido durante a Idade Média, séculos XII a XIII com a importação de métodos geométricos italianos.

Francisco Contente Domingues defende que o sistema terá evoluído de um empirismo para um sistema de regras escritas em forma de tratado dos quais ressalta

dois importantes construtores navais, Fernando Oliveira e João Baptista Lavanha, porém não precisa uma data para esta alteração. Diz Contente Domingues sobre a passagem da teoria para a prática dos estaleiros o seguinte:

"a interpretação da maneira como a arquitectura naval impera ou condiciona sobre a construção naval é que tem dado origem a percursos historiográficos totalmente distintos uns dos outros" (Domingues, 2000, p. 515-516).

Filipe Castro (2008, p. 67), no seu artigo publicado no Historical Archeology, discorda desta corrente, refere que os tratados navais surgem na Península Ibérica no último quartel do século XVI, porém "não foram escritos por construtores navais, nem para construtores navais".[1] Acrescentando, que estes documentos são "uma consequência da recolha e organização durante o Renascimento por curiosos nesta temática, sem aplicação prática em estaleiros" (Castro, 2008, p. 67).[2] Refere o mesmo, que esta problemática somente pode ser resolvida com um incremento do número de naufrágios de tradição ibero-atlântica que permita o acesso a mais dados (Castro, 2008, p. 82).

O desenvolvimento da arqueologia subaquática nas últimas décadas do século XX, permitiu o acesso à cultura material submersa. Essa nova fonte tem permitido aos investigadores responderem a um conjunto de questões sobre os navios ibéricos (Alves, 2001). Desde a metodologia desenvolvida por J. Richard Steffy (1994) que arqueólogos têm contribuído com o estudo e reconstrução de navios para a arqueologia naval. Com a identificação actual de jazidas arqueológicas de origem ibérica, por um conjunto designado de assinaturas chaves (Oertling, 2001, 2005) os investigadores utilizam as fontes históricas associadas aos materiais para formularem propostas de reconstrução de navios a partir de escassos vestígios de naufrágios (Castro, 2001; Fraga, 2007). Noutros casos, essa reconstrução materializa-se apenas com base em fontes documentais (Hazlet, 2007). No entanto, a reconstrução de navios para o período da Idade Moderna tem em nossa opinião, incorrido numa persistente lacuna, o uso de fontes históricas sem uma análise crítica da sua validade enquanto fonte fidedigna. A análise crítica das fontes históricas não é uma questão simples, existe uma tendência da arqueologia focar-se somente no conteúdo das fontes materiais ignorando outros recursos. Este facto deve-se à separação entre fontes textuais e cultura material, dois caminhos distintos para perceber o passado (Leone e Potter, 1988). Esta separação de fontes levou a uma "fissura fundamental" entre o estudo arqueológico fundamentado na cultural material e o estudo histórico através das fontes textuais (Galloway, 2006, p. 42-43). A realidade é que a distinção das metodologias dos estudos apresentado por Galloway (2006, p. 53) tem na nossa opinião, levado a arqueologia a relegar para segundo plano o estudo das fontes textuais e muitas vezes, quando sem acesso à cultural material, aceitar o conteúdo apresentado sem reservas. Porém, devemos ter em consideração que as fontes textuais são também inequivocamente cultura material. Livros impressos, manuscritos ou cartas são artefactos e como tal podem ser analisados nessa perspectiva. O estudo de livros como artefactos, por meios técnicos além da análise de caligrafia, tem auxiliado na validação dos conteúdos, quer pela sua datação (Pollard, 2011), quer pela identificação de alterações posteriores, quer pela revelação de dados pouco visíveis (Liang, 2011, p. 55). O estudo dos livros como artefactos é uma disciplina que tem ganho adeptos e fornece uma série de perspectivas pertinentes para a validação dos conteúdos (Clarke, 2011). Deste modo em linhas gerais, o nosso projecto é desenvolvido, na sua vertente arqueológica, dentro de uma política de aproximação das fontes textuais, estudando as fontes existentes de três formas específicas:

1) O impacto histórico da obra – suscitando a interrogação e procurando resposta se o tratado em estudo teria sido utilizado em tempo, como suporte das práticas em uso na ribeira;

2) O seu valor científico para a arqueologia naval – quais as informações e em que grau devem ser utilizadas para a reconstrução;

3) A aplicabilidade do tratado – são os navios propostos no tratado navegáveis e funcionais.

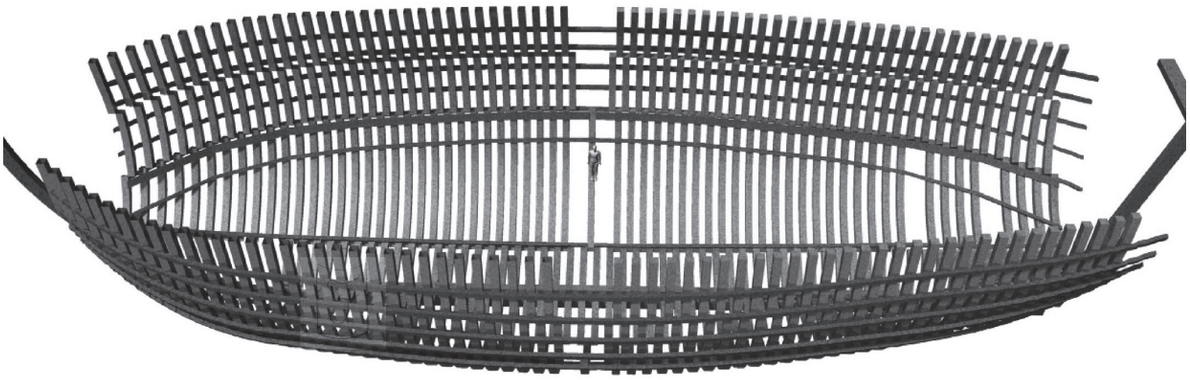
2. METODOLOGIA DO PROJECTO – VERTENTE ARQUEOLÓGICA

Com base nestes conceitos, pretendemos estudar os tratados, utilizando uma metodologia aplicável em cinco fases distintas:

2.1 Fase 1 – Consequências históricas e científicas dos trabalhos

Nesta fase pretendemos identificar as razões que levaram à elaboração do tratado, avaliando o contexto histórico da obra e do seu autor. Procurando respostas às perguntas: qual o impacto prático e perceptível na construção naval para o período em referência? Identifica-se a aplicação das indicações descritas e a sua

1. Tradução dos autores.
2. Tradução dos autores.



1. Elementos estruturais e morfologia da nau da Índia do Livro da Fábrica das Naus.

implementação nos estaleiros navais? De igual modo, pretende-se confrontar as informações técnicas do tratado com os dados recolhidos em estruturas arqueológicas. Por último, é nossa opinião que o *status* social do autor e sua influência foi determinante para a aceitação das suas propostas pela comunidade da época.

2.2 Fase 2 – Registro dos elementos estruturais – componentes e gramática de construção

Nesta fase importa determinar a identificação dos componentes e a gramática construtiva interrelacional de todos os elementos. Tencionamos em cada tratado, registar todos os componentes descritos, identificá-los e interrelacioná-los numa base de dados. A gramática construtiva é uma terminologia proposta por T. Fraga (2004) em seguimento de Eric Rieth (1998), que defende a utilização de uma gramática que permita a criação de assinaturas únicas para cada tipo de navio, agrupando-os em tipologias. Elementos que podem ser usados pelos arqueólogos, com expressão tipológica na identificação de jazidas *in situ* de navios. A produção de uma base de dados de componentes e instruções de construção, permitirá orientar futuros investigadores sobre a construção ibérica, auxiliar na identificação de navios pelos seus componentes e servir de suporte para futuras propostas de reconstrução.

2.3 Fase 3 – Estudo dos elementos e criação de modelos virtuais

Nesta etapa, simulamos em ambiente virtual, a construção dos navios conforme as instruções presentes em cada tratado (fig. 1). A maioria dos trabalhos é efectuada com base na metodologia testada por Castro e Fonseca (2006), Hazlet (2007) e Fraga (2007). Esta, oferece vantagens significativas sobre os métodos mais tradicionais, porque os modelos tridimensionais, apresentam uma realidade mais aproximada do objecto em estudo. A utilização de modelos virtuais permite também o redimensionamento e correcções sem aumentar os custos. Por último o produto final é uma útil ferramenta visualmente atraente tanto para fins de educativos como de investigação.

2.4 Fase 4 – Testes de modelos

Validada a morfologia e estrutura conceptual do navio com base na metodologia descrita, o percurso seguinte incidirá na validação do modelo enquanto navio. Com o suporte em estudos técnicos, a produzir por engenheiros navais sobre os modelos que elaboramos, esperamos recolher informação sobre velocidade, capacidade de carga, de manobra e navegabilidade de navios da Idade Moderna. Confrontaremos os resultados pelo saber náutico, através do apoio de experientes homens do mar que certamente detectam as inconsistências das nossas propostas.

2.5 Fase 5 – Divulgação da informação

Pretendemos prosseguir activamente a difusão de informação porque o nosso objectivo é também facultar os resultados e contribuir para o melhor conhecimento da construção naval antiga. Neste propósito pretendemos divulgar o conhecimento adquirido em quatro domínios:

1) À comunidade científica, através da participação regular em congressos nacionais e internacionais e na publicação de artigos;

2) Ao público em geral, através da publicação de artigos em revistas e na organização de sessões anuais de natureza generalista;

3) Na criação de um estojo para professores com conteúdo didáctico sobre os tratados e navios estudados, com modelo experimental já acessivel on-line;

4) Na divulgação livre das informações por meios electrónicos, com a publicação dos relatórios, modelos virtuais e todos os dados sobre o projecto no nosso site (www.nautical-archaeology.com).

3. CONCLUSÕES

Apresentamos de uma forma sumária as razões e metodologia deste projecto, que se foca no estudo de navios. Num país orgulhoso da sua cultura marítima é de uma enorme responsabilidade a representação correcta dessa tradição marítima. Os poucos testemunhos de jazidas náuticas, objecto director em arqueologia, tornam premente a utilização de fontes textuais para colmatar as inúmeras questões do tema. As mesmas, no contexto actual da metodologia arqueológica, são um recurso sub-aproveitado que pode contribuir para o tema. Assim como investigadores, tentamos pelos recursos disponíveis, de uma forma inovadora contribuir para o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Aos diversos investigadores deste projecto sem os quais este artigo não seria possível. Às diversas instituições que apoiam este projecto, Academia da Marinha, Biblioteca da Ajuda e Laboratório José Figueiredo um sincero obrigado.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, F. (2001) – *Proceedings International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition, Lisbon, September 1998*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BARATA, J.G.P. (1989) – *Estudos da Arqueologia Naval*, 2 vol. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

BARATA, J.G.P. (1989a) – O traçado das naus e galeões portugueses de 1550-1580 a 1640. In *Estudos da Arqueologia Naval*, vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 155-202.

BARKER, R. (1992) – Portuguese Shipbuilding. From Genoa to Goa via Geometry. In *Studies in the Portuguese Discoveries I*. Oxford: Linacre College, p. 53- 69.

BARROS, E. E. (1993) – *Traçado e Construção das Naus Portuguesas dos Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa da Armada.

CASTRO, L. F. V. de (2001) – *The Pepper Wreck: A Portuguese Indiaman At the Mouth of the Tagus River.* Texas A&M University: College Station. Tese.

CASTRO, L. F. V. de (2008) – In Search of Unique Iberian Ship Design Concepts. *Historical Archaeology*. Montana. 42: 2, p. 67-87.

CASTRO, L.F.V. de e FONSECA, N. (2006) – Sailing the Pepper Wreck: a Proposed Methodology for Understanding an Early 17th–Century Portuguese Indiaman. *International Journal of Nautical Archaeology*. Portsmouth. 35: 1, p. 97-103.

CLARKE, M. (2011) – Framing Analytical Research Questions. In *The technological study of books and manuscripts as artefacts.* Oxford. B.A.R., p. 25-30.

DOMINGUES, F.C. (2000) – *Os Navios da Expansão*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese.

DOMINGUES, F.C. (2004) – *Os Navios do Mar Oceano: teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 533 p.

FERNANDEZ, M. (1616) – *Livro das Traças de Carpintaria*. [Facsimile] Lisboa: Academia de Marinha.

FRAGA, T. M. (2004) – A proposed model for the reconstruction of shipwrecks. Case study: a late seventeenth century Portuguese frigate. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 585-605.

FRAGA, T. M. (2007) – Santo Antonio de Tanná: *Story and Reconstruction*. College Station: Texas A&M University. Tese.

GALLOWAY, P. (2006) – Material Culture and Text: Exploring the Spaces Within and Between. In *Historical Archaeology*. Oxford: Blackwell, p. 42-64.

HAZLET, A. (2007) – *The* Nau *of Livro Náutico: Reconstructing a Sixteenth century Indiaman from texts*. College Station:Texas A&M University. Tese.

JAL, A. (1840) – *Archeólogie Navale*. Paris:Arthus Bertrand.

LAVANHA, J. B. (c1608) – *Livro Primeiro da Architectura Navale.* [Facsimile] Lisboa: Academia de Marinha.

LEONE, M. P. e POTTER, P. B. (1988) – *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States.* Washington: Smithsonian Institution Press.

LIANG, H. (2011) – Advanced Optical Imaging Methods for Investigating Manuscripts. In *The technological study of books and manuscripts as artefacts.* Oxford. B.A.R., p. 55-66.

MENDONÇA, H. L. (1892) – *Estudos sobre Navios Portugueses*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

MENDONÇA, H. L. (1898) – *O Padre Fernando Oliveira e a sua obra nautica: memória comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo*... Lisboa: Academia Real das Sciencias.

OERTLING, T. (2001) – The Concept of the Atlantic Vessel. In *Proceedings International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian–Atlantic Tradition, Lisbon, September 1998*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 213-228.

OERTLING, T. (2005) – Characteristics of Fifteenth – and Sixteenth–Century Iberian Ships. In *The Philosophy of Shipbuilding*. Colege Station: Texas A&M University Press, p. 129-136.

OLIVEIRA, F. (c1580) – *O livro da Fábrica das Naus* [Facsimile] Lisboa: Academia de Marinha.

POLLARD, A. M. (2011) – Scientific approaches to dating historical documents. In *The technological study of books and manuscripts as artefacts.* Oxford. B.A.R., p. 91-100.

RIETH, E. (1998) – Construction navale à Franc–Bord en Méditerranée et Atlantique (XIVe–XVIIe siècle) et "Signatures Archictecturales" Une Première Approche Archéologique. In *Mediterranee antique. Pêche, navigation, commerce. Ancient Mediterranean: fishing, navigation, and commerce.* Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, p. 177-188.

STEFFY, J. R. (1994) – *Wooden Ship Building and the Interpretation of Shipwrecks*. College Station: Texas A&M University Press.

PAISAGENS CULTURAIS MARÍTIMAS

UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO LITORAL DE CASCAIS

JORGE FREIRE CHAM – FCSH - UNL | UAç
ANTÓNIO FIALHO Divisão do Património Histórico e Cultural/DEC – C. M. Cascais

RESUMO O conceito de paisagem Cultural Marítima é, na arqueologia subaquática portuguesa, de discussão muito recente. Esta proposta pretende analisar o impacto que este tipo de abordagem tem numa costa que é fortemente recortada e num litoral que é morfologicamente complexo pois têm influência do Oceano Atlântico e do Estuário do Rio Tejo. O litoral de Cascais, localizado junto a Lisboa, é o paradigma epistemológico desta abordagem. Fortes, fortalezas, faróis, porto, fundeadouro e naufrágios fazem parte de um leque que perspectiva uma utilização de *longue durée* cujo influências mediterrânicas de Braudel estão presentes mas com a singularidade de serem compreendidas e aplicadas pelo Homem atlântico. As relações e as redes entre o homem e os vestígios, directos e indirectos, do passado náutico serão observados numa diacronia centrada na época moderna mas sem esquecer as influências históricas anteriores e os condicionamentos na época posterior. Esta análise, baseada na investigação feita pelo Chister Westerdahl, Ben Ford e Brad Duncan, faz uso do trabalho desenvolvido pela linha de investigação em Arqueologia do Centro de História Além-Mar no projecto de Carta Arqueológica Subaquática do litoral de Cascais.

PALAVRAS-CHAVE Paisagem cultural marítima, arqueologia costeira, Cascais

INTRODUÇÃO

O primeiro contacto com esta problemática surge com a intervenção realizada no sítio Arqueológico Subaquático *Thermopylae*/Pedro Nunes, afundado na Baía de Cascais em 1907[1]. O estudo de interpretação que resultou deste trabalho, iniciou uma análise centrada na discussão; do pesqueiro anónimo a interpretação multidisciplinar dos destroços assente num fundeadouro milenar (Freire *et al*, 2009, p. 240-241; Blot, 2009). A contextualização deste não se limitou à caracterização do sítio enquanto vestígio material, mas na construção de uma leitura em que a Arqueologia se relaciona com o "ambiente marítimo" do depósito e com a História sociocultural e política da região.

A conclusão deste trabalho levou-nos a encarar o sítio arqueológico subaquático numa dupla vertente de local de abandono e de contexto de fundeadouro numa diacronia de utilização muito anterior ao afundamento de 1907, a questionar a relação existente entre a biodiversidade e a jazida arqueológica, e a problematizar o reflexo entre o vestígio, o Homem, a costa e o mar na perspectiva epistemológica de *Maritime Cultural Landscapes* (Westerdahl, 1992, p. 5-14).

Para as actas do *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna – Velhos e Novos Mundos*, realizado em Lisboa, propomos uma primeira observação ao litoral de Cascais partindo da multiplicidade de leituras que nos é oferecido pela abordagem da paisagem de um litoral como cultural marítima. O título sugerido mostra por si a complexidade do tema e das muitas questões que levanta, e que certamente as deixa em aberto para uma investigação de maior folgo[2]. Esta primeira análise será por isso limitada: geograficamente, entre a Guia e São Julião da Barra; cronologicamente, à época moderna; e em determinadas questões de interface, sobretudo a relação entre os sítios arqueológicos subaquáticos, as zonas de naufrágios e os elementos terrestres directamente ligados aos aspectos náuticos.

PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA: UMA DEFINIÇÃO

A abordagem as "Paisagens Culturais Marítimas" têm sido largamente discutidas em países Norte Europeus (Westerdahl, 1992; 1998; 2006; 2010; Tuddenham, 2010), Estados Unidos (Ford, 2009; 2010) e Austrália (Duncan, 2006), produzindo uma vasta bibliografia que se revela fundamental para o nosso estudo. Em Portugal, o trabalho da Arqueóloga Maria Luísa Pinheiro Blot, no estudo dos portos e a sua relação diacrónica com os elementos de interface (Blot, 2003), completa o leque essencial para a problemática em discussão.

O conceito de paisagem cultural marítima é, em certo sentido, uma reacção contra o particularismo que arqueologia subaquática concentra, principalmente a partir da utilização em larga escala do escafandro

1. Agradecemos ao Jean-Yves Blot por nos ter introduzido no conceito de *Maritime Cultural Landscapes*.

2. De salientar que o tema tratado nesta acta será amplamente desenvolvido como tema de mestrado em Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa pelo primeiro signatário.

autónomo, no quase exclusivo estudo dos naufrágios e dos vestígios que estão directamente associados a actividade náutica (Tuddenham, 2010, p. 6).

Apoiado na definição dada por Muckelroy de Arqueologia Marítima[3], a perspectiva clássica de "Paisagem Cultural Marítima" de Westerdahl referia-se especificamente a uma arqueologia marítima centrada na unidade entre a cultura material encontrada em terra e no mar: "*The maritime cultural landscape signifies human utilization (economy) of maritime space by boat: settlement, fishing, hunting, shipping and its attendant subcultures, such as pilotage, lighthouse and seamark maintenance"* (Westherdahl, 1992, p. 5). Esta unidade marítima não deve ser, contudo, vista como extensão de terra mas como uma realidade de interface cuja abordagem é feita em espaços categorizados (Duncan, 2006, p. 9).

Para esta primeira abordagem à "Paisagem Cultural Marítima" do litoral de Cascais na época moderna, iremos unicamente identificar os **elementos** dos vestígios humanos que se relacionam directamente ou indirectamente com a actividade marítima, reduzir esta primeira observação em **categorias**, e estabelecer interacção e dinâmicas que estes têm dentro da zona de paisagem marítima estabelecida.

QUADRO 1

ELEMENTOS	CATEGORIAS
PAISAGEM NATURAL	PAISAGEM MARITIMA: ECONÓMICA E DE TRANSPORTE PAISAGENS DE PODER OU DEFENSIVAS PAISAGENS COGNITIVAS OU RITUAIS
PAISAGEM CULTURAL: *Naufrágios* *Fortes e Fortalezas* *Faróis* *Portos* *Ancoradouros* *Marcas na costa* *Cartografia*	

Todavia, a definição dos elementos e a atribuição das categorias devem ser precedidas de duas questões base: o que é cultura marítima? Qual é o significado de marítimo? (Tuddenham, 2010, p. 7).

A topografia e a "cultura" de uma região podem, no entender de Westerdahl (Westerdahl, 2006, p. 334), responder as questões de base. Com a topografia podemos resumir aos elementos marítimos que se identificam na costa desde sinais antrópicos directamente relacionados com o mar até a condição geográfica da região ou zona em estudo. A "cultura" é considerada por este num sentido mais ritual e simbólico da utilização ou apropriação cognitiva do litoral: "*One could express it this way: physical lanscape + cognitive landscape = cultural landscape"* (Tuddenham, *op. cit.*, p. 7).

No entendimento de Jasinsky[4], o desenvolvimento do conceito da "Paisagem Cultural Marítima" tem sido importante para a compreensão da arqueologia marítima porque, não só nos oferece um campo teórico e conceptual, como mostra-nos uma variedade de dados que podem ser incluídos no estudo do Homem e da sua relação com o mar: "*(...) the maritime cultural landscape would be the whole network of sailing routes, with ports, havens and harbours along the coast, and its related constructions and other remains of human activity, underwater as well terrestrial" (*Westherdahl, 2006, p. 212).

Partindo desta perspectiva, o desafio metodológico que se propõe no estudo de *Cascais marítimo* é desenvolver uma linha de investigação que permita correlacionar e compreender a distribuição espacial dos vestígios patrimoniais e analisar as relações, as dinâmicas e os comportamentos históricos do litoral cascaense.

A problemática que está subjacente à caracterização desta realidade e da sua evidência no enclave costeiro de Cascais remete para um nível de discussão diferente, que ultrapassa a simples análise espacial da distribuição dos achados e vestígios arqueológicos e históricos de época moderna em meio terrestre e subaquático. Leva-nos a cruzar estes testemunhos com a paisagem envolvente destacando as relações e diacronias de longo prazo.

BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DE CASCAIS

O litoral de Cascais situado na fachada ocidental da Península Ibérica encontra-se numa das parcelas do território português que terá sofrido com a submersão pós-glaciar dos vales profundos, criando uma topografia costeira muito recortada, sobretudo entre a Baía de Cascais e o *Promontorium Magnum* (Cabo da Roca) (Dias, Rodrigues e Magalhães, 1997, p. 53-66) permitindo uma excelente navegabilidade, graças a um conjunto de abrigos naturais (Blot, 2003, p. 56) reforçados pela orientação da costa que fornece protecção dos ventos dominantes do Quadrante Norte, que assim facilitaria a entrada e saída da embocadura do Tejo (Carvalho e Freire, 2009, p. 855-856).

3. *"(...) was the scientific study of the material remains of man his activity on the sea (...)"* (Muckelroy, 1978, p.4).

4. Citado por Tuddenham, p. 8: "*... a sub discipline of archaeology (that) covers the entire research field of marine archaeology, other spheres of past material culture related to the sea and, in addition, the cognitive aspects of human attachment to the sea".*

Integrado no *hinterland* olisiponense, este enclave costeiro beneficia de uma hidrografia dupla que joga com a influência oceânica e a fluvial, com a característica principal as fortes correntes de maré associadas às enchentes e vazantes do estuário, que irá condicionar a ocupação e utilização humana da costa desde pelo menos a época proto-histórica.

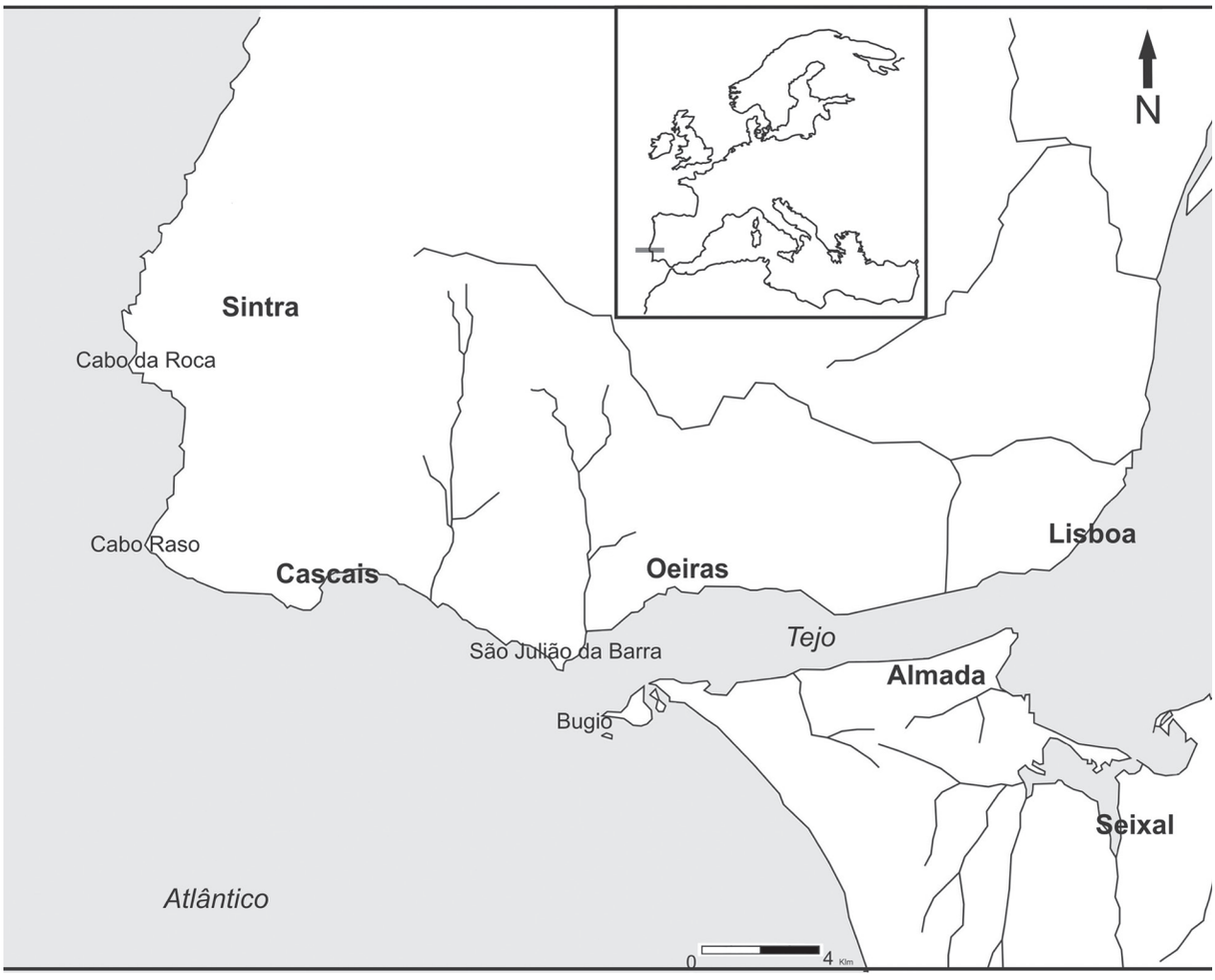
Os elementos antrópicos desta paisagem estão, para a época Moderna, intimamente ligados às dinâmicas comerciais e politicas além-mar. Entre os séculos XVI e XVII, o movimento expansionista de Portugal projectou Lisboa e o seu território para o centro do mundo moderno. As águas da entrada do Tejo eram intensamente sulcadas por navios e embarcações que transportavam os importantes recursos do reino e por aqueles que vinham na demanda de os poder comercializar. Uma das formas de atestar essa dinâmica é sem dúvida o registo e identificação dos inúmeros naufrágios ocorridos na costa de Cascais.

A bibliografia consultada em 2009 durante os trabalhos realizados no âmbito do projecto "Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Cascais – Fase A", permitiu quantificar em termos gerais que as "Zonas"[5] de Carcavelos e Parede apresentam o maior índice de naufrágio por erro de navegação, encalhe e tempestade. No caso da Baía de Cascais, o predomínio de perdas vai para o factor tempestade, tendo relevo, no entanto, os acidentes por incêndio e abalroamento. No Guincho e no Raso, o encalhe e a tempestade estão presentes, ganhando igualmente evidência o desastre por avaria e o abalroamento entre navios. Os ataques de corsários, piratas e armadas estrangeiras não eram, na bibliografia consultada em 2009[6], significativos (ocorreram em Carcavelos, na Baía de Cascais e no Cabo Raso) (Freire e Fialho, 2009, p. 12).

Esta informação cruzada com os dados arqueológicos permite-nos ver, a luz do trabalho desenvolvido já em 2011,

5. A definição de zonas no espaço marítimo diz respeito a gestão patrimonial da Câmara Municipal de Cascais através da ferramenta *Inpatrimonium*.

6. Está ainda em fase de apreciação o trabalho de recolha do historiador Patrick Lizé, documentação incorporada no acervo da DANS/IGESPAR, IP. Processo inserido no projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Cascais – 2011.



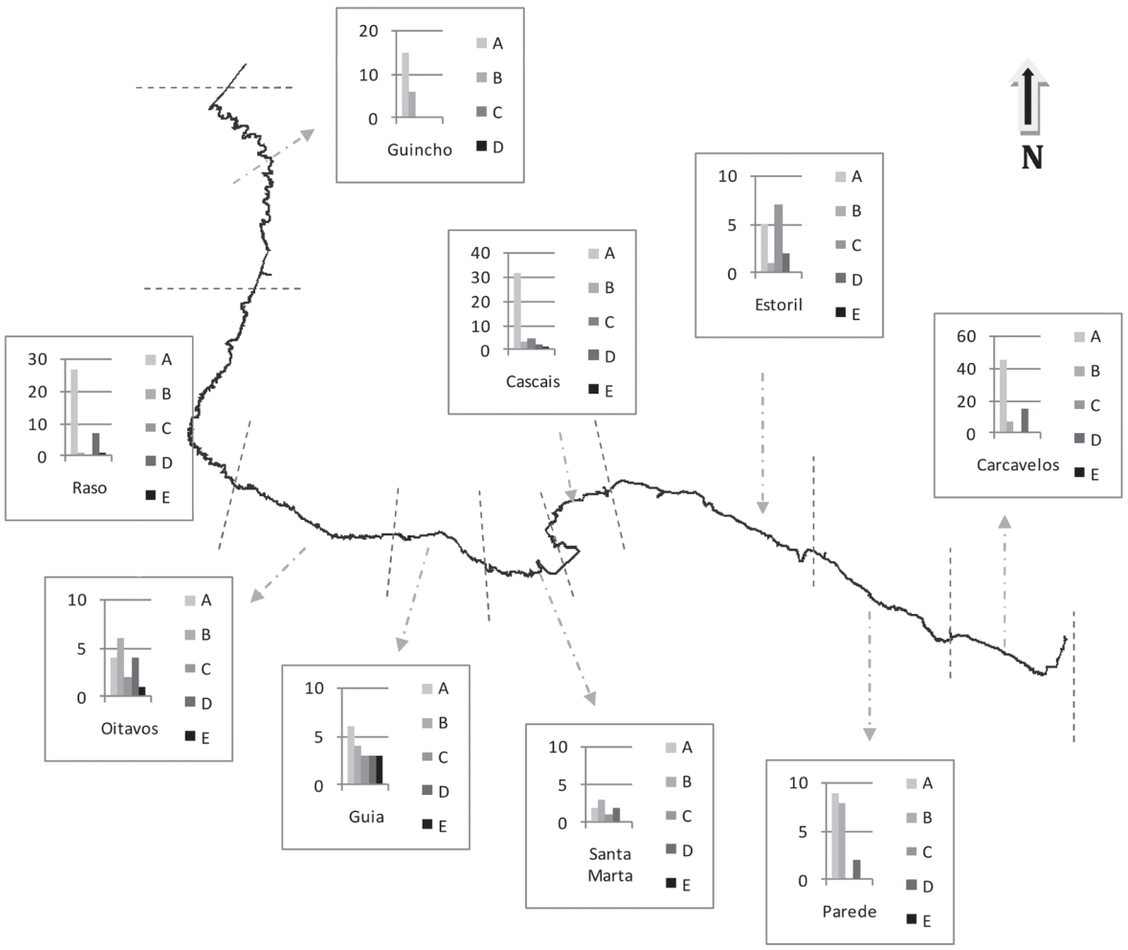
1. Zona de estudo.

que a maior concentração de vestígios subaquáticos está em Carcavelos, principalmente junto a São Julião da Barra e que, um segundo foco, se situa entre a Guia e a Baía de Cascais, apesar de neste segundo caso a discrepância entre os dados e as fontes ser considerável.

Como iremos ver mais a frente, estas duas zonas de concentração de naufrágios tinha uma ligação especial com terra, não só na defesa mas na ritualização costeira. Importa, no entanto, aqui reter o seguinte, e que será importante para discutirmos o próximo item, a defesa da costa de Cascais foi assegurada, num primeiro momento, pelos próprios navios comerciais e, num segundo momento, num sistema defensivo combinado, desenvolvido no reinado de D. João II, entre navios e embarcações patrulhas e as torres fortificadas (Boiça, Barros, Ramalho, 2001, p. 18). Destas, o melhor exemplo é a Torre de Santo António de Cascais utilizada como posto de vigia mais avançado da entrada da Barra do Tejo, protegida pelas muralhas já adaptadas a uma artilharia que possuía capacidade de fogo sobre a baía e em direcção ao mar aberto (Ramalho, 2010, p. 25). A política de controlo da costa de Cascais com este sistema de defesa, revelou-se, contudo nos séculos XVI e XVII, um meio de protecção insuficiente, perante os progressos da pirobalística aproveitada pelos temidos corsários turcos e franceses (Fialho e Freire, 2006, p. 7).

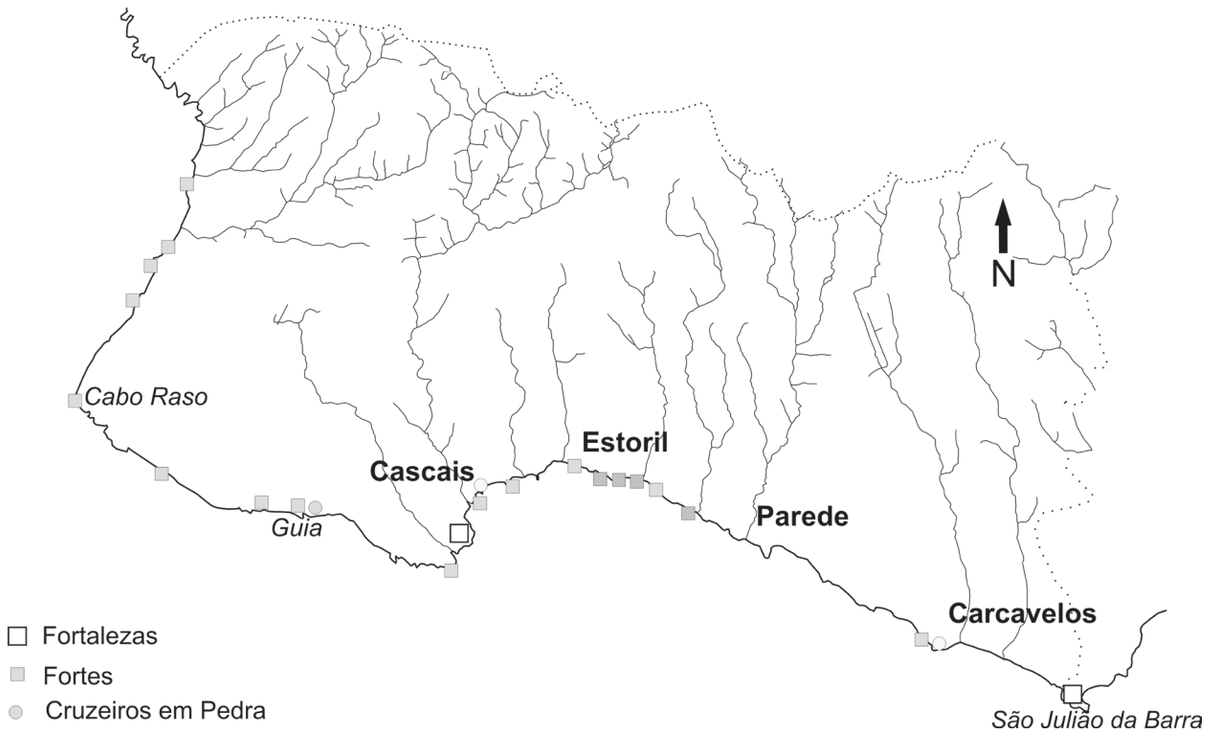
Olhando agora para as fortalezas marítimas da antiga costa de Santo António, conhecida actualmente por Costa do Estoril ou de Cascais, foram construídos durante a época moderna, tendo sido levantadas, entre Carcavelos e o Cabo da Roca, cerca de duas dezenas destas estruturas militares (Ramalho, 2010, p. 11). Se é verdade que a eficácia do sistema de fortificação preconizado por Francisco de Holanda, prende-se com o seu carácter dissuasor, também é legítimo afirmar que este sistema tinha o seu ponto fraco: o seu fácil acesso por terra (op. cit, p. 22).

A importância de Cascais como entreposto defensivo



Visão Global dos sítios Arqueológicos Subaquáticos e dados históricos:
A – Naufrágios – Dados Históricos
B – Achados isolados *in situ*
C – Achados Isolados *in situ* geoposicionados
D- Achados Recolhidos
E- Achados complexos

2. Síntese do trabalho realizado em 2009 no âmbito do Projecto Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Cascais – Fase A.



3. Distribuição espacial dos fortes, fortalezas e cruzeiros no concelho de Cascais.

de Lisboa assumiu um carácter decisivo no processo de construção e fortificação da linha de costa e possibilitou a protecção dos navios comerciais à chegada a Lisboa, contra o insistente perigo. As novas construções fortificadas assentavam em soluções arquitectónicas já experimentadas em vários da Europa que no caso português, segui a influência italiana, com a construção de baluartes angulares, traçados regulares e volumetria chã (Boiça; Barros; Ramalho, 2001, p. 17). A esta necessidade de construir fortificações abaluartadas, seguiu-se uma linha de estratégica que passou pelo avanço até a entrada da barra, justamente onde os canais de navegação eram mais estreitos; pela criação de um eixo nuclear no aparelho defensivo, com a construção de São Julião da Barra, Forte do Bugio e a Cidadela de Cascais, e a construção de uma rede de pequenos fortes, fundamentais para a coesão do sistema defensivo (Boiça; Barros; Ramalho, op. cit). Se tivermos atentos ao mapa do sistema defensivo, apercebemo-nos de uma maior concentração da parte oriental do concelho desta rede secundária, exactamente dentre do eixo nuclear. Como vimos na discussão anterior, a maior concentração de informação de naufrágios e vestígios arqueológicos localiza-se exactamente dentro deste triângulo estratégico, e é também dentro deste eixo que concentram os cruzeiros em pedra, datados de época moderna, que terão sido provavelmente construídos como evocação da memória da tragédia marítima.

A PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA DE CASCAIS: GESTORA DE UM PASSADO MARÍTIMO

As zonas de transporte e comunicação devem ser entendidas com um dos aspectos aglutinador dos elementos e categorias das Paisagens culturais Marítimas. A teoria ou hipótese de zonas de transporte dissolve-se em duas perspectivas que podem ser vistas de forma independente: a *longue Durée* e os *pontos de navegação (Transit Points)* (Westerdahl, 2006, p. 339-341).

Na perspectiva de diacronia histórica, *la longue durée* de Braudel, perpetua-se zonas em que "estruturas" marítimas tem longa continuidade de utilização (Braudel, 1983). Para Rönnby (Op. Cit, p. 65), a *longue durée* não é mais do que a história quase imutável dessas estruturas nos aspectos da mentalidade, da tecnologia e da paisagem. Desse Grande *Mediterrâneo* de Fernand Braudel, fica o legado de uma latinidade temperada pelas influências Atlânticas anteriores e posteriores à presença romana (Mantas, 2002/2003, p. 447). Este *plus ultra* latinidade está bem presente na costa de Cascais com a continuidade de comportamentos herdados de épocas antigas. Na verdade, a rota que os navios do tempo dos descobrimentos seguiam para entrar na barra do Tejo era quebrada pela paragem junto a, antiga mas moderna, *statio*[7] romana da Baía de Cascais

7. Porto de abrigo de época romana com alguma organização económica e comercial. *Vide* a esse respeito: Carvalho e Freire, 2009.

(Carvalho e Freire, 2009, p. 859), para abrigo ou para permitir a entrada do piloto da barra. O fundeadouro da entrada Barra, tal como as congéneres de Tróia ou Berlengas (Blot, 2009), a "evidência silenciosa" (Taleb, 2009, p. 149) desta paisagem marítima, tem uma longa diacronia de utilização como sustenta a identificação de cepos em chumbo de âncoras romanas frente ao farol de Santa Marta e da Baía da Cascais. O mesmo se pode dizer dos achados subaquáticos, na Guia e no Mar de Cascais, testemunhos de uma navegação antiga perpetuado para além da modernidade. Apesar desta afinidade cultural com mediterrâneo, Predrag Matvejevitch (Matvejevitch, 1995, p. 22) considera-o uma mar de vizinhança, enquanto que o Atlântico é um mar de distancias. Quer isto dizer que a teoria desenvolvida por determinados investigadores, devotos da dialéctica centro-periferia, mais centrados numa visão mediterrânica da História Europeia unicamente quebrada pela expansão ibérica além-mar tem uma diacronia muito anterior (Mantas, 2002/2003, p. 445).

Os meios de transporte, ou seja, a construção de navios, embarcações e as técnicas de propulsão estão intimamente adaptados à geografia natural da zona em questão: recorte da costa, portos, correntes e ventos. Esta adaptação e continuidade são, para o período em questão, um trabalho em aberto, sobretudo quando ligado a questão das embarcações tradicionais. Não só as questões de técnica construtiva têm reminiscências no passado, como a forma de navegar, numa região que geograficamente e tipologicamente[8] é uma zona de **mar aberto** e de **estuário.**

Na transição entre zonas devemos observar e analisar diversos obstáculos naturais e outras marcas que podem auxiliar a navegação, a que podemos chamar *pontos de navegação* (*transit points*). Não obstante, há uma dado que devemos, a partir dos trabalhos realizados dos destroços do *clipper Thermopylae*, ter em conta: a "fronteira" subaquática que delimita a **zona de influência estuarina** e de **mar aberto**.

8. Westerdahl define sete tipos de zonas.

Jorge Freire

4 A. Cidadela de Cascais.

Susana Martinez

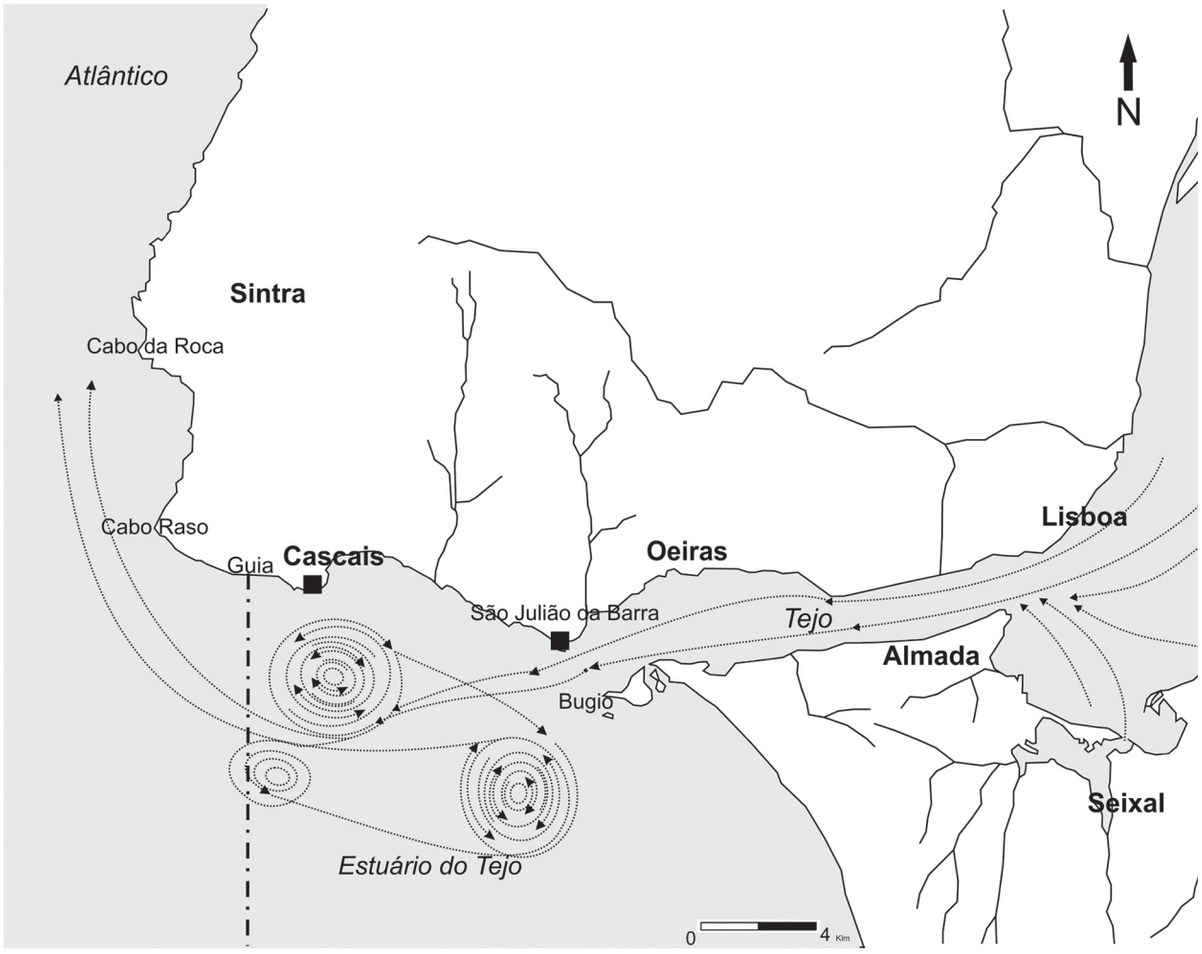
4 B. Fortaleza de São Julião da Barra.

António Fialho

4 C. Cruzeiro da Guia, século XVII.

Jorge Freire

4 D. Cruzeiro da Ponta de Rana, Carcavelos, século XVII.



5. Na vazante é criado um jacto na saída do estuário. Este "produz" um vórtice anticiclónico e, depois da embocadura, dois adjacentes, um na margem norte e outro mais a sul da entrada da Barra. A água deixa o estuário pelo vórtice do sul, que é formado pela água que deixa o estuário e pela água recirculada que será deflectida, efeito de *Coriolis*, em forma decorrente, que contorna os Cabos Raso e da Roca, em direcção a Norte.

O *limes* subaquático situa-se na denominada ROFI (*Region of Freshwater Influence*), o mesmo que dizer que é uma faixa afectada pela dinâmica do estuário, mas que não o afecta directamente (Fernandes, 2005, p. 23-25). A leitura que podemos ter actualmente da hidrodinâmica é que a vazante cria um jacto na saída do estuário. Este jacto "produz" um vórtice anti-ciclónico e, depois da embocadura, dois adjacentes, um na margem norte e outro mais a sul da entrada da Barra. A água deixa o estuário pelo vórtice do Sul, que é formado pela água que deixa o estuário e pela água recirculada que será deflectida, efeito de *Coriolis*, em forma de corrente, que contorna os Cabos Raso e da Roca, em direcção a Norte. Ou seja, a zona da Guia marca a "fronteira" no comportamento hidrodinâmico e morfodinâmico do litoral Cascaense (Freire *et al*, 2009, p. 234; Anjos *et al*, 2003, p. 9).

Esta marca subaquática é "complementada", em terra, pelo eixo de defesa da embocadura da barra. Os dois vórtices situam-se exactamente onde foi construído as duas fortalezas opostas: São Julião e a Cidadela de Cascais, e onde se registam o maior número de naufrágios. Quer isto dizer que o forte da Guia e a Cidadela de Cascais, acompanhados dos respectivos faróis da Guia e de Santa Marta, funcionam como marcos de navegação na costa e de transição de zona, que podemos considerar intermédia, antes da entrada no estuário do Tejo demarcada naturalmente pelos cachopos e fisicamente pela fortaleza de São Julião da Barra e pelo forte do Bugio. Neste sentido, acreditamos que a navegação costeira, quando feita pela *barra de Cascais,* era ainda apoiado pelos cruzeiros em pedra, não só pela ritualização da costa mas como forma o assinalar de zonas potencialmente perigosas para a navegação, como é o caso do cruzeiro de Carcavelos evocativo de um naufrágio na zona conhecida como o "fim do mundo"[9].

9. Comentário pessoal de Francisco Alves. Seminário de Arqueologia Náutica e Subaquática, 31/04/2011.

Esta investigação procura compreender a relação entre o homem e o mar partindo da multiplicidade de leituras centradas na abordagem da paisagem e da cultura marítima. É, no entanto, uma investigação cuja problemática continua em aberto. Falta terminar a análise aos registos dos naufrágios e esmiuçar o conhecimento destes a partir das fontes escritas. Mas acima de tudo, falta o trabalho Arqueológico, o aprofundar da Carta Arqueológica Subaquática de Cascais no conhecimento dos sítios enquanto vestígios materiais e enquanto expressão de realidade e vivências muito mais vastas, que implica uma visão dos *tristes trópicos*, juntando à arqueologia os vários saberes: empírico e científico.

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, D.; FERNANDES, R. LINO, S.; PITA, G. e NEVES, R. (Novembro de 2003) – Modelação Operacional no Estuário do Tejo – Realtime /Acoplamento de um Modelo e de um sistema Automático de Aquisição de Dados). Lisboa: *VII Congresso nacional de Engenharia do Ambiente*, p. 1-9.

BRAUDEL, F. (1983) – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes.

BLOT, J. (2009) – *Memórias de longo prazo e património histórico: o Thermopylae/Pedro Nunes (Aberdeen, 1868/ Cascais, 1907.)* Cascais: Câmara Municipal (parecer policopiado).

BLOT, M. L P. (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos: Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Fluvio-Marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia 28.

BOIÇA, J. M. F.; BARROS, M. de F. R. e RAMALHO, M. de M. (2001) – *As fortificações Marítimas da Costa de Cascais.* Câmara Municipal de Cascais e Quetzal Editores.

CARVALHO, A. e FREIRE, J. (*2009)* – Cascais y la Ruta del Atlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta. *Roma y las provincias: modelo y difusión*, Actas del *XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial. Hispania Antigua*, Serie Arqueológica de L´Erma di Brestchneider, Vol. II, p. 855-864.

CASCAIS na rota dos naufrágios: Museu do Mar-Rei D. Carlos [exposição catálogo] – coordenação António Carvalho, Carla Varela Fernandes; textos António Fialho, Jorge Freire. Câmara Municipal de Cascais, 2006.

DIAS, J. A.; RODRIGUES, A. e MAGALHÃES, F. (1997) – Evolução da linha de costa em Portugal desde o máximo glaciar até a actualidade: síntese dos conhecimentos. *Estudos do Quaternário,* APEQ, 1, p. 53-66.

DUNCAN, B. G. (2006) – *The Maritime Archaeology and Maritime Cultural Landscapes of Queenscliffe: A Nineteenth Century Australian Coastal Community*. James Cook University.

JASINSKI, M. E. (1999) – Which way now? Maritime archaeology and underwater heritage into the 21st century. *World archaeological congress 4, maritime archaeology: challenges for the new millennium*. Cape Town, South Africa January.

FERNANDES, R. M. A. dos S. (2005) – *Modelação Operacional no Estuário do Tejo.* Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ecologia, Gestão e Modelação dos Recursos Marinhos, Universidade Técnica, Instituto superior Técnico.

FREIRE, J.; BLOT, J. Y.; VIEITES, A.; FIALHO, A. e REICHERDT, F. (2009) – Missão de Avaliação e de Levantamento do sítio Submarino do Clipper Thermopylae. *In Revista portuguesa de Arqueologia,* vol 12, n.º 1, p. 222-243.

FREIRE, J. e FIALHO, A. (2009) – *Relatório do Projecto: Carta Arqueológica Subaquática de Cascais do Ano 2009*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais (policopiado).

FORD, B. L. (2009) – *Lake Ontario Maritime Cultural Landscape*. Texas A&M University.

MANTAS, V. (2002/2003) – O Atlântico e o Império Romano. *Revista Portuguesa de História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Instituto de História Económica e Social, Tomo XXXVI, Vol. 2, p. 445-477.

MATVEJEVITCH, P. (1995) – *Brèviaire méditerranéen*, Paris.

RAMALHO, M. M. (2010) – Fortificações Marítimas. *Roteiros do Património de Cascais,* n.º 3.

RÖNNBY, J. (2007) – Maritime Durées: Long-Term Structures in a Coastal Landscapes. *In Journal of Maritime Archaeology*, 2, p. 65-82.

SOUTO, H. e MARTINS, L. S. (2009) – *Cascais. Tradição e Indústrias nas Pescas*. Câmara Municipal de Cascais, Apogeu e Dilemas, volume 1.

TALEB, N. N. (2009) – *O cisne Negro. O impacto do Altamente Improvável*. Lisboa: Dom Quixote, 4.ª edição.

TUDDENHAM, D. B. (2010) – Maritime Cultural Landscapes, Maritimity and Quasi Objects. *Journal of Maritime Archaeology*, 5, 1, p. 5-16.

WESTERDAHL, C. (1992) – The Maritime Cultural Landscape. *The International Journal of nautical Archaeology*, 21, 1, p. 5-14.

WESTERDAHL, C. F. (2006) – River to Sea Catching the Monsoon, Concepts of the Maritime Landscapes. *In Indo-Portuguese Encounters, Journey in Science, Tecnology and Culture.* New Delhi: Indian National Science, vol 1, p. 334.

WESTERDAHL, C. (2007) – Fish and Ships. Towards a theory of maritime culture. *Deutschen Schiffahrtsarchiv Wissenschaftliches Jahrbuch des Deutschen Schiffahrtsmuseums* 30.

DO TERREIRO DO PAÇO À PRAÇA DO COMÉRCIO (LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DE NATUREZA PORTUÁRIA NUM SUBSOLO URBANO

CÉSAR AUGUSTO NEVES Arqueólogo. Crivarque, Lda. c.augustoneves@gmail.com
ANDREA MARTINS Arqueóloga. andrea.arte@gmail.com
GONÇALO LOPES Arqueólogo. Crivarque, Lda. gasglopes@gmail.com
MARIA LUÍSA BLOT Investigadora independente, ex-coordenadora do Inventário Nacional do Património Arqueológico Náutico e Subaquático – Carta Arqueológica (DANS – IGESPAR). mariablot_1405@yahoo.fr

RESUMO No âmbito da *Empreitada de Construção do Sistema de Intercepção e Câmara de Válvulas de Maré do Terreiro do Paço*, obra a cargo da SIMTEJO, foram identificados diversos vestígios arqueológicos que nos permitem recuar a vivência daquele espaço da cidade de Lisboa até meados do século XVI.
O revolvimento profundo que a obra implicava no subsolo da actual Praça do Comércio permitiu a identificação de um conjunto vasto de realidades patrimoniais, que tiveram que ser alvo de distintas intervenções arqueológicas que permitissem a sua salvaguarda e registo integral.
Uma dessas acções incidiu sobre uma estrutura portuária que terá sido erigida em meados do século XVII, permanecendo em actividade até ao Terramoto de 1755. Esta realidade corresponderá a um grande cais em pedra localizado na antiga frente ribeirinha, ligado a um muro de grandes dimensões.
Durante a escavação arqueológica foram, igualmente, recolhidos artefactos de natureza diversa, sendo que o carácter excepcional da localização da obra, em ambiente húmido, permitiu a preservação e recolha de elementos perecíveis, tais como cordas, solas de sapatos, couros, sementes e restos de espécies arbustivas.
Apesar de todos os condicionalismos inerentes a uma intervenção arqueológica de emergência realizada em contexto urbano, numa das zonas mais emblemáticas do país, a caracterização desta estrutura permitirá uma leitura aproximada do ambiente urbano vivido na frente ribeirinha da Lisboa Pré-Pombalina. De igual modo, a sua identificação é um importante contributo na clarificação de algumas dúvidas de natureza histórica e iconográfica, nomeadamente em torno da efectiva localização do Palácio Real, Torreão Filipino e Baluarte.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia urbana, Lisboa pré-pombalina, estruturas portuárias, arqueologia náutica, geomorfologia

1. INTRODUÇÃO

Entre os meses de Janeiro e Setembro de 2009 realizou-se a *Empreitada de Construção do Sistema de Intercepção e Câmara de Válvulas de Maré do Terreiro do Paço*. Esta obra a cargo da SIMTEJO, por ter tido lugar numa zona inserida no centro histórico da cidade de Lisboa, foi alvo de Acompanhamento Arqueológico, dirigido por um dos signatários, a cargo da empresa de arqueologia Crivarque, Lda.
Os múltiplos trabalhos da obra permitiram a identificação e registo de um número significativo de vestígios arqueológicos, de diversa natureza arquitectónica e patrimonial, balizados, crono-culturalmente, desde de meados do século XVI até à contemporaneidade.
O presente estudo corresponde a uma abordagem preliminar a um conjunto de estruturas identificadas na intervenção, importantes para a história da cidade de Lisboa nomeadamente a sua frente ribeirinha num período Pré-Pombalino.
Apesar de todos os condicionalismos inerentes a uma intervenção arqueológica de emergência realizada em contexto urbano, numa das zonas mais emblemáticas do país, a caracterização das realidades arqueológicas em apresentação permitirá uma leitura aproximada do ambiente urbano vivido na frente ribeirinha da Lisboa Pré-Pombalina. De igual modo, a sua identificação é um importante contributo na clarificação de algumas dúvidas de natureza histórica e iconográfica, nomeadamente em torno da efectiva localização do Palácio Real, Torreão Filipino e Baluarte.

2. ESPAÇO

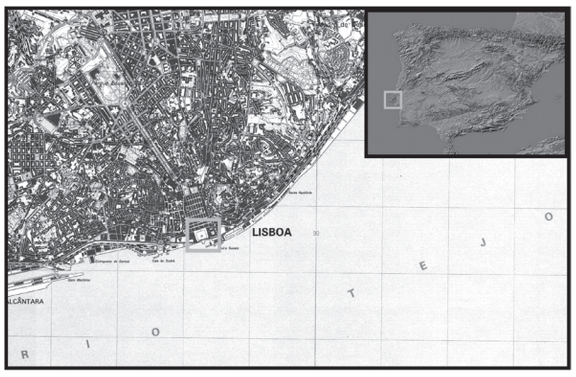
A obra da SIMTEJO teve lugar na Praça de Comércio, na actual cidade de Lisboa, no espaço histórico denominado de Baixa Pombalina. A cidade integra o concelho e distrito de Lisboa, estando o espaço da Praça do Comércio inserido na freguesia de São Nicolau. A intervenção arqueológica aqui analisada localizava-se na zona a Oeste da Praça, entre a actual estátua de D. José e os Ministérios da Marinha e Agricultura (fig. 1).

3. ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

A obra tinha como principal objectivo a interrupção de despejo, directamente para o rio Tejo, de grande parte do sistema de saneamento da cidade de Lisboa. Neste sentido, era necessário desviar três caneiros reais que estavam em actividade desde da renovação pombalina desta zona, na 2.ª metade do século XVIII. O objectivo passava por enviar para o rio as águas pluviais, passando o esgoto a ser direccionado (através de tubagem e estações elevatórias) para uma Estação de Tratamento (ETAR), localizada numa zona mais exterior da cidade.

Para o sucesso desta acção foram construídas duas Caixas de Válvulas de Maré, uma correspondente ao Caneiro da Rua do Ouro (CVM-RO) e, outra, para os Caneiros da Rua Augusta e da Rua da Prata (CVM-RA/RP). Além de ajudar ao controlo da subida das marés neste espaço, nestas caixas, o esgoto vindo dos caneiros, desde do centro da cidade, seria separado das águas pluviais, dividindo-se em duas tubagens distintas (uma para o esgoto que corre para a ETAR e outra para as águas pluviais que continua a correr directamente para o rio).

Para a sua construção foi preciso proceder-se a escavações, envolvendo um grande espaço de afectação (quer em termos de largura/comprimento e, especialmente, profundidade), implicando um revolvimento profundo no subsolo da Praça do Comércio, havendo a necessidade de efectuar uma escavação até cerca de 6 m abaixo do piso actual (via urbana).



1. Localização da intervenção arqueológica (C.M.P. 1:25 000; Folha 431 – adaptado).

Desta forma, a abertura destas infra-estruturas envolviam-se de grande preocupação ao nível do acompanhamento arqueológico, devido à sua localização, dimensão e método de abertura.

A abertura da CVM-RO foi a que proporcionou a maior intervenção arqueológica realizada no decorrer desta obra. Com uma largura de cerca de 12 m, um comprimento máximo de 16 m e atingindo uma profundidade superior a 5 m, a eventual existência de níveis/estruturas arqueológicas preservadas deixava antever uma intervenção arqueológica de grande amplitude, tal era o espaço afectado.

Durante a sua abertura, no sentido Sul-Norte, e após terem sido removidos alguns níveis de aterro cronologicamente enquadrados com a requalificação pombalina e com a (re)construção da Praça do Comércio, a cerca de 4 m de profundidade, foram identificados alguns elementos em madeira de grandes dimensões. Constatou-se que se tratavam de uma estaca em pinho que, ainda, estava cravada e de um elemento de embarcação. A presença dos elementos de construção naval nesta área da obra fez com que se solicitasse, imediatamente, a paragem dos trabalhos, para se dar início ao processo de avaliação arqueológica destes vestígios. Depois de se verificar que estes elementos se encontravam *in situ* procedeu-se ao contacto com os arqueólogos do IGESPAR, e com a Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática (DANS) deste Instituto, de forma a definirem-se as estratégias de intervenção arqueológica, nesta área.

O início da caracterização arqueológica dos vestígios identificados consistiu numa limpeza superficial da área a intervencionar. Através de meios manuais, iniciaram-se os trabalhos que possibilitassem observar o topo das realidades arqueológicas, afim de se puder definir uma estratégia de trabalho, preconizar metodologias de acção e, o mais importante de tudo neste tipo de contexto, decidir um prazo de execução da intervenção arqueológica. No decorrer dessa limpeza, começou-se a observar a presença de uma estrutura pétrea de grandes dimensões, composta por silhares em lioz, associada a um alinhamento em estacas de madeira (fig. 2). Pela sua posição estratigráfica, pelo seu posicionamento face ao rio e à disposição da actual Praça do Comércio, e pela sua arquitectura, cedo se percebeu que se estava perante uma estrutura de cariz portuário, claramente enquadrada com uma etapa crono-cultural anterior ao Terramoto de 1755.

Neste momento, além do Acompanhamento Arqueológico que nunca foi interrompido nos outros espaços da empreitada, dava-se início a uma nova fase de tra-

balhos arqueológicos enquadrada com esta obra, uma escavação arqueológica.

4. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

4.1 Metodologia

A metodologia de intervenção foi acertada entre a equipa da Crivarque e a DANS, visto que se tratavam de realidades portuárias e de ambientes húmidos.

A metodologia teve de ter em conta três aspectos que não se podiam dissociar: a afectação total dos vestígios arqueológicos no espaço da obra, não existindo a possibilidade de conservação *in situ* das realidades identificadas (e a identificar); consequente escavação arqueológica e registo integral dos vestígios arqueológicos; a maior celeridade possível na execução da intervenção arqueológica.

A metodologia de acção consistiu em escavar de forma manual e mecânica (retroescavadora). O recurso a meios mecânicos permitia, por um lado, o cumprimento dos prazos pré-estabelecidos pela obra e, por outro lado, era a única forma de escavar em certas zonas, em virtude da forte presença de calda de cimento que tinha sido, anteriormente, injectada pelo empreiteiro (através de estacas de jet), com a função de estancamento da subida do nível freático no decorrer da construção das CVM (fig. 3).

Durante a intervenção arqueológica foi desenvolvida uma metodologia de trabalho adaptada às realidades arqueológicas detectadas, mas, principalmente, aos constrangimentos próprios do quadro conceptual de uma escavação de emergência. Recuperar, registar e caracterizar com o maior rigor possível, a maior quantidade de informação, são as únicas premissas que regem este tipo trabalho. Neste caso, como em grande parte das intervenções de emergência, as áreas escavadas eram seguidamente destruídas ou colmatadas, não existindo qualquer possibilidade de se desenvolver novos trabalhos arqueológicos nesses locais.

A área de cerca de 80 m² foi subdivida em quadrículas de 3x3 m, tendo a escavação seguindo uma orientação Sul-Norte, isto é, no sentido de Meio Aquático (rio) para Meio Terrestre (terra), seguindo as indicações metodológicas propostas pelo IGESPAR. A escavação desenvolveu-se até à cota de afectação da obra. No entanto, apesar deste condicionalismo, foi possível, caracterizar, em profundidade, a totalidade das realidades arqueológicas aqui descritas.

A escavação das camadas sedimentares foi realizada segundo o método de decapagem por camadas naturais, não se tendo realizado qualquer subdivisão artificial das mesmas. O princípio de escavação adoptado procurava identificar e caracterizar realidades de formação natural ou antrópica, removendo-as do terreno, por ordem inversa da sua deposição (Barker, 1977; Harris, 1991; Harris *et al*, 1993).

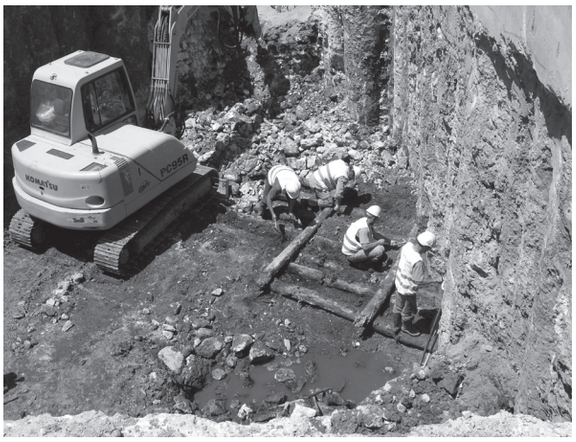
A atribuição de U.E.s foi desenvolvida por ordem sequencial crescente, nunca se repetindo um número e seguindo preferencialmente a ordem da escavação. Estas unidades estratigráficas podem adquirir a forma de depósito, interface ou estrutura arqueológica. Todas as unidades estratigráficas foram registadas através do preenchimento de uma ficha adequada ao método proposto.

Foram registadas fotograficamente todas as realidades estratigráficas reconhecidas e todos os perfis estratigráficos. O registo fotográfico tentou ser o mais completo possível, tendo-se recorrido, por vezes, à fotografia ortogonal para posterior auxílio no Registo Gráfico.

O Registo Gráfico consistiu no desenho de todos os planos de depósitos, estruturas, perfis estratigráficos, realização de uma planta, à escala 1:20, sempre com a indicação das cotas altimétricas absolutas.

A implantação da área de escavação, assim como todos

2. Aspecto geral da área antes do início da escavação arqueológica. Em primeiro plano observa-se um elemento de embarcação (fragmento de caverna) e, ao fundo, o topo das estruturas arqueológicas.



3. Pormenor de escavação manual e mecânica das realidades arqueológicas.

os pontos altimétricos e registos topográficos efectuados, foram realizados com o apoio de uma equipa de topografia. No Registo Topográfico, utilizou-se a Estação Total para a georeferenciação de todos os elementos intervencionados (desde estruturas a materiais arqueológicos). Além de se recolher a informação relativamente à altimetria, disponibiliza informação relativamente ao espaço concreto das realidades arqueológicas, face ao contexto (neste caso urbano) actual. As múltiplas ferramentas deste tipo de equipamento e registo são um excelente auxílio ao registo gráfico e a informação recolhida pode ser trabalhada em múltiplos aspectos como a reconstituição gráfica em 3D.

Os materiais arqueológicos recolhidos foram, na totalidade, identificados com a Quadrícula e Camada de onde provinham, mediante o preenchimento de uma ficha própria para esse efeito.

Além dos materiais arqueológicos, foram recolhidas amostras de argamassa e de sedimento. Com estas acções, pretendeu-se salvaguardar alguns elementos que, através de análises mineralógicas, polínicas, antracológicas, granulométricas e químicas, permitirão, no futuro, uma melhor caracterização da funcionalidade das realidades intervencionadas.

A presença de elementos em madeira no decorrer da escavação fez com que a preocupação relativamente à sua conservação (em fase de escavação) fosse uma constante. Desta forma, estes elementos foram repetidamente molhados e protegidos com manta geo-têxtil (também ela molhada). Após a sua escavação, foi realizado um corte de cerca de 15 cm (em forma circular) em cada elemento de madeira, colocada uma etiqueta com a sua proveniência e embrulhado em papel celofane, sem entradas de ar. Estes elementos estão, assim, passíveis de ser analisados, auxiliando à datação e melhor caracterização das distintas realidades arqueológicas.

A singularidade da realidade intervencionada, pela sua dimensão, relevância científica e pelo contexto geomorfológico onde se insere, fez com se realizasse mais acções de registo que não são muito comuns. O Registo em vídeo é um dos casos, bem como o da recolha de amostras de madeira de cada um dos elementos registados e intervencionados para futuras análises e/ou datações.

Nesta intervenção registou-se uma acção não muito usual na Arqueologia de Emergência, o da salvaguarda física dos vestígios arqueológicos intervencionados. Após a percepção de que seria impossível conservar no terreno a estrutura identificada, solicitou-se à equipa da Crivarque, Lda. que removesse toda a estrutura pétrea descoberta, para que a mesma pudesse ser remontada noutro local, com o mesmo figurino arquitectónico. Uma vez mais, todas a entidades envolvidas preconizaram uma metodologia direccionada para esta situação. Fiada a fiada, todos os elementos pétreos foram levantados e acondicionados em lugar, na obra, previamente definido entre todas a entidades envolventes.

Os silhares foram numerados e marcados com letras de forma contínua, enquanto se fazia o registo gráfico e fotográfico, realizado entre o levantamento de cada fiada. Devido ao excessivo peso da cada silhar, recorreu-se ao auxílio de meios mecânicos sob a orientação da equipa de arqueologia.

4.2 Vestígios Arqueológicos

A escavação arqueológica permitiu a identificação e caracterização de duas realidades estruturais que apresentavam uma monumentalidade ajustada à funcionalidade que detiveram na Época Moderna e, especialmente, ao espaço físico em que se encontravam, o centro político e económico do Império Português, o Terreiro do Paço.

As estruturas identificadas correspondem a uma realidade arqueológica de cariz portuário e defensivo. Apesar de corresponderem a uma única estrutura, provavelmente construída num único momento, apresentam funções distintas (fig. 4).

4. Plano Final da escavação manual. Aspecto geral das realidades arqueológicas antes de serem desmontadas.

Correspondendo à antiga linha de costa, foi construído, no Terreiro do Paço, um grande muro, caracterizado como um Paredão da linha de costa, que teria sensivelmente ao centro desta grande Praça um Baluarte de formato pentagonal. Nesta intervenção foi identificado um troço do Paredão, que apresentava na sua face exterior (virada ao Rio Tejo) uma fiada de blocos pétreos – silhares, de lioz, com formato rectangular ou quadrangular, de grandes dimensões, aparelhados e unidos com argamassa, com 3,4 m de altura e 3,5 m de comprimento. O carácter defensivo ou protector desta estrutura é bem patente através da espessura deste muro: cerca de 3 m. Através do desmonte e

definição da face interior desta estrutura, verificou-se que não era constituída por blocos pétreos idênticos aos exteriores, mas por um aglomerado de pedras de pequena e média dimensão, irregulares, juntamente com fragmentos de cerâmica de construção, ligados por uma argamassa de coloração amarelada e com elevada consistência. Porém, este aparente descuido arquitectónico será resultado de destruições recentes, nomeadamente das instalações sanitárias e caixa de electricidade, anteriormente, existentes nesta área. Seguramente a face interior deste paredão, ou seja o lado virado para o interior do Terreiro do Paço, teria algum tipo de reboco ou aparelho pétreo de revestimento, bem como a área de topo do paredão.

O topo do Paredão encontrava-se a cerca de 2 m da superfície actual da Praça do Comércio, coberta por sucessivas camadas de aterro claramente relacionadas com o alteamento desta zona durante a requalificação da Baixa Pombalina, após o Terramoto de 1755.

Na zona Este da área intervencionada identificou-se a estrutura de cariz portuário, interpretada como um Cais (fig. 5). Trata-se de uma estrutura de formato quadrangular, não tendo sido possível definir o seu término, construída com recurso a silhares de lioz, de formato rectangular e quadrangular, aparelhados e unidos com argamassa. Mediante o desmonte desta realidade, verificou-se que era toda constituída por silhares, sendo o seu interior totalmente compacto e resistente. As dimensões desta estrutura, na área intervencionada, são de 3,4 m de largura, 4,4 m de comprimento e 2 m de altura. O seu topo dista cerca de 3 m da superfície actual. Face ao Paredão, este tem cerca de 1 m a mais de altura, não sendo possível determinar a altura real do Paredão. Esta diferença ao nível de altura, ajuda a conferir distintas funcionalidades para estas realidades arquitectónicas.

5. Paredão e Cais. Ao fundo, o Paredão com a parte superior destruída, tendo sido, somente, recuperado o preenchimento. Em primeiro plano, o Cais, sendo visível a sua base em estacaria e traves de madeira.

O Cais encontrava-se ligado ao Paredão, estando os silhares de ambas estruturas imbricados, correspondendo, assim, à mesma fase de construção e a uma mesma realidade estrutural.

Com o desmonte destas duas estruturas verificou-se que ambas assentavam sobre estacaria de madeira (fig. 6). Estas estacas de pinho verde encontravam-se na vertical, com madeiros na horizontal fazendo uma estrutura de grelha de assentamento, ligadas entre si através de cavilhas de ferro. As estacas verticais encontravam-se afeiçoadas na ponta e em toda a superfície, enquanto que os madeiros horizontais correspondiam a grandes troncos de pinheiro, que não foram alvo de preparação específica, sendo ainda visíveis os nós de crescimento da árvore e partes da casca. Estes troncos horizontais foram colocados previamente à construção das estruturas, em formato de uma só grelha, ficando, por isso, um só tronco sob ambas as estruturas (fig. 7). Esta base foi identificada e escavada com cotas altimétricas negativas, estando, até à nossa escavação, claramente envolvida nos efeitos de maré do rio Tejo. Este facto permitiu a sua excelente conservação até aos dias de hoje.

Paralelamente às realidades estruturais registadas, nos sedimentos escavados, foram identificados e recolhidos abundantes fragmentos de materiais arqueológicos que terão um determinante contributo na aferição

6. Perfil do Paredão, observando-se a base (em madeira), a face externa (silhares) e o preenchimento.

cronológica desta estrutura. Embora a análise artefactual ainda esteja por concluir, nesta fase preliminar da investigação, importa destacar os múltiplos fragmentos de azulejo, de cerâmica comum (em bom estado de conservação), de cerâmica vidrada, de faiança, de "jarras espanholas", porcelanas (só a "azul e branco"), adornos, e elementos de cachimbos.

O carácter excepcional da localização da obra, em ambiente húmido, permitiu a preservação e recolha de elementos perecíveis. Neste conjunto, realça-se a presença de cordas, solas de sapatos em couro, sementes e restos de espécies arbustivas.

Os materiais arqueológicos foram recolhidos nas camadas que encostavam às estruturas. Visto que só se escavou no lado exterior do Paredão e Cais, as camadas escavadas corresponderão a aluviões, níveis de rio. Os artefactos parecem enquadrar-se num período temporal desde finais do século XVI até meados do século XVIII. Este espaço crono-cultural parece ir de encontro à utilização das realidades estruturais aqui em análise. No entanto, aconselha-se uma avaliação prudente na tentativa de relacionar materiais arqueológicos que provêm de contextos não fechados e sujeitos a uma intensa dinâmica geomorfológica (níveis de rio e efeitos de maré) ao longo de vários séculos, e umas estruturas arqueológicas que terão tido um período de actividade mais exacto e curto.

7. Base do Paredão e Cais em formato de uma só grelha, confirmando a construção de uma única realidade estrutural, embora com distintas funcionalidades.

5. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR

A actual Praça do Comércio é o expoente máximo do programa arquitectónico levado a cabo pelos arquitectos da denominada reconstrução pombalina, sendo as suas dimensões um símbolo de afirmação e de poder. Porém, o seu carácter de local de reunião, encontro, manifestação social, política e económica tornou-se evidente desde época medieval, onde na zona de praia, fora das muralhas, se realizavam diversas actividades do quotidiano do reino. Os sucessivos aterros promovidos por D. Manuel, em finais do século XV e início do século XVI, deram forma ao Terreiro do Paço, transformando-o numa grande praça de formato quadrangular, aberta ao rio, rodeada por edifícios e, no lado Oeste, com o majestoso Paço da Ribeira ou Paço Real (Moita, 1994). Em 1508 o arquitecto Diogo de Arruda iniciou a construção de um Baluarte adossado ao Paço Manuelino, voltado para o rio Tejo, sendo de cariz defensivo com terraço guarnecido de guaritas (Soromenho, 1994, p. 676).

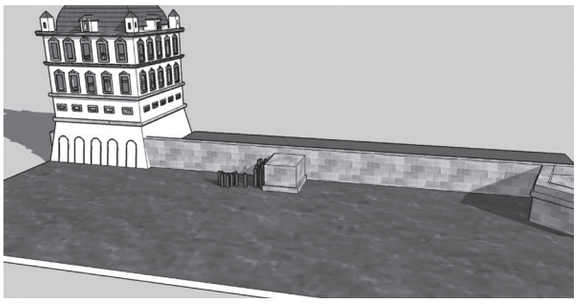
Na intervenção e acompanhamento arqueológico promovidos no âmbito desta obra de requalificação, foi possível observar os níveis de aterro manuelinos, os vários pisos que corresponderiam a várias fases de renovação e restauro do Terreiro (estes pisos são constituídos essencialmente por pedras miúdas, argamassa e cal) e, ainda, os caneiros manuelinos que drenavam as águas das ribeiras, estando, actualmente, na direcção da Rua do Ouro e da Rua da Prata. Estes caneiros manuelinos foram reaproveitados com a reconstrução pombalina, tendo-se neste período construído o grande caneiro central, que se localiza ao centro da Rua Augusta e que drena as águas pluviais e de esgoto para o cais das Colunas, desaguando no Tejo.

O Baluarte Manuelino foi, posteriormente, recuperado nas obras da grande reconstrução do Paço da Ribeira efectuada por Filipe II em finais do século XVI. Em 1584 este novo Torreão estava já concluído, funcionando, também, como um marco simbólico da Lisboa filipina (Soromenho, 1994, p. 677).

Este projecto contemplou, igualmente, a construção em 1605 de um parapeito, muro ou cais no terreno dos Paços da Ribeira. Correspondia a uma estrutura de grandes dimensões, de carácter defensivo e que passou a fechar a frente fluvial em termos de contacto visual directo com o Tejo, transformando o Terreiro do Paço da época, e até ao sismo de 1755, numa praça fechada por um muro, cuja parte central fora guarnecida de um baluarte – o Forte do Terreiro do Paço. Teria portas de saída para a zona de praia.

Após a Restauração da Independência surge, em 1678, um pedido para demolição do Baluarte e da denomina-

8. Cortejo Náutico no embarque da D. Catarina para Inglaterra, por Dirck Stoop (1662). Em destaque o Paredão, correspondendo à realidade arqueológica registada na escavação (MC. GRA 1076 – retirado de: Geo, 2009, p. 34 – adaptado).



Gonçalo Lopes

9. Reconstituição tridimensional dos vestígios arqueológicos intervencionados e sua posição face ao Torreão Filipino (à esquerda da imagem) e Baluarte (à direita da imagem).

da "Cortina", pois eram estruturas inúteis do ponto de vista defensivo e que tiravam a vista do rio (Silva, 1987). Porém este pedido não foi concretizado, como foi comprovado com a nossa intervenção arqueológica.

O recurso a fontes iconográficas poderá ajudar-nos a identificar e a balizar cronologicamente as estruturas arqueológicas. No entanto, estas fontes iconográficas foram muitas vezes efectuadas à posteriori, correspondendo a cópias de outros autores. Também reflectem o gosto pessoal e o propósito com que a obra foi realizada, sendo notória a relevância dada a alguns temas e a ausência de estruturas menos imponentes. A perspectiva da maioria destas gravuras, geralmente de frente para a cidade, revela-nos, também, que poderá não corresponder a uma cópia fidedigna da realidade. Contudo, apesar de todos estes condicionalismos, são uma fonte histórica que deverá ser utilizada numa óptica interdisciplinar, tendo em conta as suas limitações.

Assim, para a zona do Terreiro do Paço, observamos que na gravura de Georg Braunius, de cerca de 1598 mas baseada num desenho de 1565, o Terreiro do Paço surge sem o Paredão e apenas com um cais na área mais a Este. Este cais não será de pedra mas assenta em estacaria de madeira, visualizando-se ainda a saída do caneiro manuelino (imagem publicada em: Geo, 2009, p. 58).

Na gravura de Hans Schorken segundo desenho de Domingos Vieira Serrão, na vista de Lisboa durante o desembarque de Filipe II no Terreiro do Paço em 29 de Junho de 1619, constata-se que não existe Paredão, mas que o pequeno cais a Este parece já ser de pedra, pois são visíveis as escadas laterais de acesso ao rio (imagem publicada em: Geo, 2009, p. 64-65).

Uma das iconografias mais detalhadas foi realizada por Dirck Stoop, em 1662, relatando o embarque da D. Catarina para Inglaterra. Nesta imagem observamos o Torreão, o Paredão e o Baluarte central. Entre o Torreão e Baluarte não surge nenhum tipo de cais mas uma porta de entrada no Terreiro do Paço (fig. 8).

A planta de João de Tinoco é um documento que tem sido utilizado para caracterização da cidade pré-pombalina, porém, esta planta datada de cerca de 1650, é, na realidade, uma cópia feita em 1850. Nela, a zona do Terreiro do Paço surge sem qualquer tipo de estrutura, sendo representada apenas como uma praça muito idêntica à actual Praça do Comércio (imagem publicada em: Geo, 2009, p. 72-73).

Nas várias iconografias da primeira metade do século XVIII surge representado o Paredão, o Baluarte e as portas que estavam no paredão, nunca se visualizando nenhum tipo de cais.

Esta breve análise à iconografia disponível revela-nos que apesar de ser um bom indicador cronológico (a construção do Paredão e Baluarte em período Filipino), não representa com exactidão e pormenor todos os elementos arquitectónicos existentes. De facto, o Cais que fazia parte do próprio Paredão e ao qual se tinha acesso por uma das portas, não surge representado em nenhuma gravura (fig. 9).

O terramoto de 1755 e posterior *tsunami* modificou profundamente e permanentemente toda esta zona ribeirinha. O Paço da Ribeira, juntamente com o Teatro da Ópera ficaram totalmente destruídos, permanecendo, porém, preservadas as imponentes estruturas da frente ribeirinha: o Paredão, o Cais e o Baluarte.

A reconstrução pombalina não se efectuou rapidamente na área do Terreiro do Paço devido, principalmente, à instabilidade do terreno, como se pode verificar com a conclusão do Torreão Poente, apenas em 1840 e a cerca de 50 m do local onde existia o Torreão Filipino (Araújo, 1993). Neste longo período de reconstrução poderão ainda ter sido utilizadas as estruturas agora identificadas, que se encontravam em bom estado de conservação após o terramoto.

6. O TERREIRO DO PAÇO SEGUNDO UMA PERSPECTIVA DE APROPRIAÇÃO ANTRÓPICA DO ESPAÇO FLUVIAL[1]

6.1 Uma problemática portuária

A descoberta do Terreiro do Paço seiscentista insere-se no conjunto de evidências arqueológicas proporcionadas pelas intervenções de acompanhamento arqueológico de obras no subsolo de Lisboa e constitui um valioso contributo para a arqueologia urbana em contexto de feição aquática.

No decurso de assessorias científicas quanto à especificidade das ocorrências arqueológicas de cariz náutico – naval e portuário – e os processos de construção de estruturas em meio húmido e subaquático[2] (fig. 10), as sucessivas descobertas ao longo de vários quilómetros correspondentes ao progressivo aproveitamento da margem fluvial, conjuntos de formas e funções muito variadas, são indicadores de um potencial arqueológico específico, e, ao mesmo tempo, marcadores de um meio *intertidal*, um território de investigação que anteriormente analisámos e descrevemos (Blot, 2003), sendo previsível a ocorrência desses indicadores no âmbito da arqueologia urbana em contextos ribeirinhos.

As experiências da fachada fluvial lisboeta determinaram uma prioridade: desenvolver um modelo de interpretação desta frente ribeirinha em conformidade com as funções que desempenhou ao longo dos séculos, incluindo a variedade de opções no contacto entre a terra e o meio aquático (Blot, no prelo). Dentro da perspectiva de apropriação da margem e do próprio leito do Tejo, a realidade arqueológica vem revelar uma típica "paisagem cultural marítima", retomando o conceito de C. Westerdahl[3] (1991; 2008), na versão flúvio – marítima deste caso, *terminus* fluvial e marítimo – em que se torna incontornável uma problemática náutica e portuária subjacente a qualquer intervenção arqueológica nesta faixa de subsolo urbano.

1. O Capítulo 6 é da autoria de Maria Luísa Pinheiro Blot, sendo, os restantes, da responsabilidade dos outros signatários deste texto.

2. As ocorrências de tipo naval e portuário na frente fluvial de Lisboa registaram-se numa linha de antigas praias, em Santa Apolónia, Avenida Infante D. Henrique, Praça do Comércio, Praça do Município, Largo do Corpo Santo, Avenida da Ribeira das Naus/Corpo Santo, Cais do Sodré, Largo Vitorino Damásio, Avenida D. Carlos I, Avenida 24 de Julho, Alcântara, Junqueira, Belém e Avenida da Índia/Avenida da Torre de Belém.

3. *"I believe it is obvious that, even if we deal with what we suppose is a single culture, it is in itself at least two, taken as a combination of two or more ways of subsistence"* (Westerdahl, 2008, p. 191).

10. Carta da frente fluvial de Lisboa com as principais descobertas arqueológicas marcadoras do horizonte arqueonáutico.
J. G. Alves e J-Y. Blot
A. Corpo Santo: vestígios navais do século XIV.
B. Praça do Município: vestígios de estaleiro de construção naval medieval.
C. Cais do Sodré: embarcação do final do século XV.
D e E. Largo Vitorino Damásio : embarcadouro de madeira (século XIX) e, na Avenida D. Carlos I, cofragem de aterro portuário com reutilização de elementos de embarcação não datados.
F. Mercado da Ribeira: estruturas portuárias em pedra (século XIX) e ensecadeiras de madeira para construção de estruturas em meio húmido (século XVIII).
G. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: vestígios de instalações ribeirinhas da Idade do Ferro, das épocas romana, medieval islâmica e cristã e da época Moderna, incluindo a estacaria de pinheiro verde que suporta a urbanização pombalina.
H. Praça do Comércio : conjunto de estruturas portuárias efémeras, de madeira, em direcção ao rio, e grande cais de pedra construído sobre fundações de madeira não afeiçoada (século XVIII), correspondente à fachada fluvial do histórico Terreiro do Paço.

As primeiras experiências portuguesas no domínio da arqueologia náutica em contexto urbano materializaram-se na descoberta de uma embarcação do século XVI no subsolo do Cais do Sodré (Rodrigues *et al*, 2001, *apud* Blot, 2003), bem como pelos vestígios de uma embarcação do século XIV no Largo do Corpo Santo (Alves, Rieth e Rodrigues, 2001, *apud* Blot, 2003; Rodrigues e Vale, 2000).

O Largo do Município iria fornecer vestígios de um espaço especializado, estaleiro de construção naval, com materiais de construção naval dos séculos XIII-XIV (Alves, 2002; Queiroz e Leeuwaarden, 2002; Muralha e Leitão, 1998), num local que se presume corresponder a tercenas medievais (Pereira, 1994, *apud* Blot, 2003).

Posteriormente, descobertas no Largo Vitorino Damásio e na Avenida D. Carlos I (Blot e Henriques, 2004), viriam enriquecer – e confirmar – as nossas expectativas: no primeiro caso, a um tabuado inclinado, construído sobre estacaria (Santos, 2006), interpretado como embarcadouro, corresponde ao tipo de cais observáveis na iconografia de G. Braunius, entre outras fontes iconográficas. Na Avenida D. Carlos I, uma cofragem em madeira para contenção de aterro portuário apresentava a particularidade de estar construída com reutilização de elementos navais – cavernas de embarcação, tabuado de casco e uma madre de leme na parede de contenção. Além da espessura cronológica dos materiais utilizados, a datação destas estruturas com carácter efémero coloca dificuldades por não figurarem nos registos cartográficos impressos (Blot e Henriques, *op. cit*.; Buckley, 2000).[4]

Na Avenida 24 de Julho, outro plano inclinado em direcção ao rio indicou-nos a possível interpretação de um plano inclinado de estaleiro naval para lançamento de barcos à água[5].

Num outro ponto da mesma Avenida[6], bem como em Alcântara (na margem do antigo estuário da Ribeira de Alcântara) ocorreram estruturas de complexos industriais de fundição do século XIX, numa posição ribeirinha reveladora da via escolhida para abastecimento e escoamento, a margem fluvial, acesso directo à via aquática de circulação e transporte.

Embora brevemente enumeradas numa nota anterior, cumpre-nos sublinhar que todas estas ocorrências confirmam a paisagem cultural marítima, estuarina, intimamente ligada ao oceano e reveladora de recursos de ordem e origens diversas, materializada por vestígios de equipamentos portuários construídos (cais, embarcadouros), e por elementos de afeiçoamento da margem (tabuados, cofragens para aterros, paliçadas de contenção) gradualmente sepultados pela implantação de outras estruturas – artérias rodoviárias, vias ferroviárias, incluindo metropolitano, e estruturas portuárias dos séculos XIX e XX – cais, docas, implantações de guindastes e outros equipamentos de utilização portuária, actualmente classificáveis como património do domínio da arqueologia industrial.

Neste "território – ponte" de antigo interface, no *terminus* oceânico de um vasto complexo portuário flúvio-estuarino (Blot, 2003; 2004a, 2004b; Blot e Henriques, *op. cit.*; *Cronologia do Porto de Lisboa*, 1988), todos estes vestígios sofreram processos pós-deposicionais complexos, quer por assoreamento progressivo dos vales fluviais dos afluentes do Tejo e do próprio esteiro da Baixa (Amaro, 1999; Blot, 2004; Blot, M. L.,2004a, 2004b), quer pelos sucessivos aterros antrópicos que acompanharam a progressão da malha urbana. Às iniciais e antigas praias fluviais do final da Idade do Ferro – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Amaro, 1999) – sobrepôs-se a ocupação ribeirinha de todas as épocas seguintes, incluindo a reconstrução geométrica pombalina, num contínua expansão em direcção ao rio, recorrendo a sucessivos aterros entre os quais destacámos o Terreiro do Paço (na realidade o aterro contíguo ao Paço real) que corresponderá ao mais esforçado gesto de dignificação da margem urbanizada do Tejo durante a Época Moderna.

Seguir-se-ia em dimensão, embora sem a mesma monumentalidade, já no século XIX, o extenso Aterro da Boavista, construído sobre o anterior espaço conquistado ao fundeadouro em frente a Santos.

6.1.1 Paralelos na arqueologia portuária de além fronteiras

Os exemplos recolhidos em documentação sobre idênticas descobertas nos contextos urbanos do norte da Europa (Rasmussen, 1999; Molaug, 1999; Kulessa, 1999) permitiram comparar estas descobertas e verificar as flagrantes semelhanças das opções/soluções portuárias e de afeiçoamento de margem. Torna-se oportuno divulgar uma tipologia indispensável à interpretação destes indicadores de convivência com a via fluvial e alertar para a prática corrente de construção em meio húmido mediante o recurso a pilares, a estacaria e a tabuados de vários tipos, com uma dimensão geográfica e uma continuidade cronológica notáveis. Efectivamente, os exemplos transculturais surgem tanto

4. Estes materiais, após registo *in situ*, foram desmontados. Encontram-se conservados na actual DANS aguardando estudo e datação. Além da espessura cronológica dos materiais utilizados, a datação destas estruturas com carácter efémero coloca dificuldades por não figurarem nos registos cartográficos impressos (Blot e Henriques, *op. cit.*; Buckley, D., 2000).

5. Uma gravura de Van Merle (Castilho, 1893, p. 470-471) representa num estaleiro naval do Corpo Santo um plano inclinado do mesmo tipo (Blot e Henriques, *op. cit.*).

6. Ferreira, Mulize *et al* – Relatório de Trabalhos Arqueológicos. Sondagens arqueológicas. Av. 24 de Julho, n.º 74-76 A, Lisboa. Julho de 2008. Terra Levis – IGESPAR. Inédito.

em contextos urbanos da China (vestígios de embarcação e de cais da época Song (Shimin, 1991; Green, 1997) como das urbes mediterrânicas: vejam-se os numerosos casos do Mediterrâneo Ocidental nas Actas dos Simpósios do Projecto ANSER (De Maria e Turchetti, 2004; Zevi e Turchetti, 2004) ou do vasto arco atlântico Europeu (Hugot e Tranoy, 2010), bem como na *Waterfront* de Londres, mediante um processo a que G. Milne sugestivamente chamou uma "*river front reclamation*" (Milne, 1997), entre outras experiências britânicas, e ainda as do Norte da Europa (J. Bill e L. C. Birthe, 1999).

6.2 O contexto geomorfológico subjacente a Lisboa e a ocupação humana da paisagem. Uma progradação urbana sobre aterros feitos em território náutico

Hidrografia e forma urbana surgem no caso de Lisboa em total e reveladora sintonia: ribeiras e antigos esteiros (Ribeiras de S. Sebastião e de Arroios, encaixadas em vale – Picoas, Santa Marta, Portas de Santo Antão, na zona central, a Ribeira e o esteiro de Chelas para leste, e a Ribeira de Alcântara, para ocidente) e ocupação humana progressiva das respectivas margens. Em altura, um *locus* ideal para o *habitat* dominando os esteiros e o estuário do Tejo (inicialmente no Morro do Castelo e na plataforma da Sé, bem como nas vertentes dessas elevações). As praias garantiam os varadouros e o acesso à vastidão do estuário do Tejo que significa, segundo a perspectiva que lhe é indissociável, um fundeadouro seguro para embarcações de maior calado.

A reconstituição deste suporte geomorfológico proporciona-nos o "horizonte arqueonáutico" (Blot, 2004) da fachada fluvial de Lisboa.

O conjunto desse horizonte é cronologicamente espesso e reflecte a pressão antrópica sobre o suporte geomorfológico pré-existente, num confirmado processo de conquista de terreno em favor da expansão urbana. Assim, entendemos a frente fluvial de Lisboa – frente portuária - como o resultado de um tropismo direccionado para a via fluvial.[7]

Não admira que a progradação urbana de Lisboa em direcção ao rio tenha proporcionado a viajantes medievais – como Ahmed Arrazi, no século X – a panorâmica de uma cidade "à beira-mar" cujas muralhas eram invadidas pelas marés (Nabais e Ramos, 1987 *apud* Blot, 2004). Assim comprovaram essa proximidade as fundações da muralha fernandina recentemente postas a descoberto no subsolo do Largo do Chafariz de Dentro, em que tivemos a ocasião de constatar os processos construtivos com recurso a fundações de madeira; estacaria de pinheiro verde e tabuado[8].

Vimos como no século XVI se transformou de modo radical a frente fluvial com a implantação do palácio real no grande aterro que recebeu o nome de Terreiro do Paço. Ficava assim esquecido o que restava ainda do espaço húmido do antigo esteiro, progressivamente transformado em depósito de lixos. Mas, em 1571, a construção de alicerces revelara pedras equipadas com argolas de bronze para amarração de embarcações[9].

Estava assim delineado um percurso urbano indissociável da questão portuária: progressiva apropriação, intensa e contínua, de uma forma geográfica privilegiada pela facilidade que oferecia à circulação aquática num abrigo náutico ideal (esteiro em estuário), a transformação em *terminus* fluvial, mas também *terminus* marítimo, pela proximidade da foz do Tejo, porta aberta sobre o oceano.

As sondagens geotécnicas, feitas em 1999 ao longo da frente aquática, do Cais do Sodré ao Campo das Cebolas[10], evocam uma linha marcada pelos vestígios antrópicos de utilização das antigas formas fluviais de aproximação dos pontos de contacto com terra, sobretudo no final do Renascimento. Os últimos 500 anos reflectem uma densificação dos aterros e das várias formas de afeiçoamento da fachada fluvial, e as profundidades atingidas pela actividade antrópica, na zona central da linha de sondagens, correspondem a cotas entre -15 e -16 metros e mais (fig. 11), e o espaço compreendido entre ST9 e ST11-ST10 corresponde à parte central da frente aquática da Praça de Comércio (Blot, 2004).

6.3 Aportes das fontes iconográficas e cartográficas

Nos estudos desenvolvidos estabelecemos, sempre que possível, o cruzamento dos arqueológicos com a cartografia urbana (Magalhães, Garcia, Flores, 1997), bem como com outro elemento de diálogo, a iconografia, disponível em arquivos ou já publicada (Moita, 1994; Caetano, 2004). (Ver também a listagem do **Material Cartográfico**).

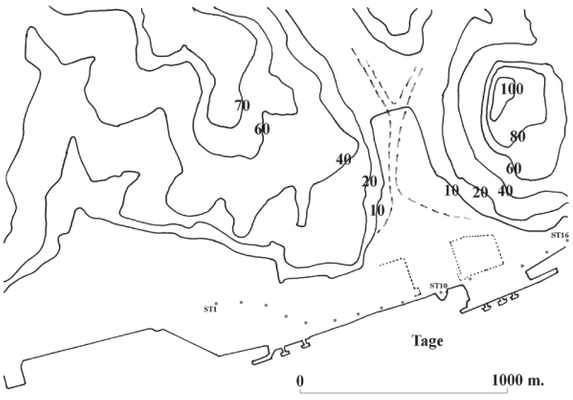
Muitos dos documentos consultados proporcionaram a detecção de estruturas de contenção da margem, ater-

7. A ocupação das antigas margens fluviais, expressivamente demonstrada pelo subsolo da Rua dos Correeiros, remonta pelo menos à Idade do Ferro (Amaro, 1995, *apud* Blot, 2003), (Blot, J.-Y, 2004). Após a urbanização romana, sucessivos aterros sepultaram o esteiro inicial, numa conquista ao espaço aquático que se acelerou durante a época islâmica. O novo espaço antropizado especializou-se: profissões ligadas ao transporte aquático e à reparação / construção naval (Amaro, 1997 *apud* Blot, 2004).

8. Assessoria científica de M. L. Blot, 2008 / 2009, no âmbito das funções desempenhadas na DANS – IGESPAR.

9. A propósito deste processo construtivo, Damião de Góis refere-o relativamente às fundações da Alfândega de Lisboa (Blot, 2003, p. 241) «*É uma mole imensa de pedra, escorada em estacas travejadas, postas em grupo e fincadas a maço dentro da água do mar*» (*apud* Blot, 2004).

10. Sondagens numeradas de ST1 a ST16, Keller Grundbau GmbH, projecto de túnel, grupo Ferconsult S.A. (Blot, 2004).



11. Relevo subjacente à malha urbana de Lisboa e localização das sondagens de 1999 reveladoras de presença de materiais antrópicos (cerâmicas e madeira) sob as antigas praias, como testemunhos de circulação entre a via fluvial e a terra. A parte central desta linha de sondagens corresponde à entrada do canal de acesso náutico ao antigo esteiro. Reproduzido de Blot, 2004.

ros para trânsito portuário, varadouros naturais na margem fluvial, cais, estaleiros navais, e áreas de armazenamento. Constituem um *corpus* de documentação particularmente expressiva quanto à utilização da madeira na construção de muitos equipamentos desta índole, o que directamente se articula com as descobertas em apreço no âmbito de todas as intervenções arqueológicas no subsolo urbano ribeirinho de Lisboa.

No entanto, observámos que a cartografia não registou estruturas mais ou menos efémeras, como as simples "pontes" ou embarcadouros públicos ou privados, sobre estacaria de madeira, as rampas de estaleiros de construção naval, cujos vestígios podem no entanto surgir na periferia de estruturas de maiores dimensões. Foi o que ocorreu na Praça do Comércio, em posição mais avançada do que o cais de pedra do Terreiro do Paço que aqui ficou apresentado, e em estreita relação com o rio (vasa inundada).

É observável uma progressiva transferência das funções portuárias tanto para ocidente como para oriente da fachada urbana fluvial correspondente ao Terreiro do Paço (Blot, 2003). Exemplo deste fenómeno pode ser a comparação de panorâmicas da cidade, entre as quais as de G. Braunius[11], representando Lisboa no século XVI, a de Witt (edição de 1965) com uma representação da cidade no século XVII, e a de Couse (edição de 1955) com uma imagem da cidade de Lisboa anterior a 1755.

A perspectiva de Lisboa num vasto painel de azulejos (*Lisboa antes do Terramoto, grande vista da cidade, entre 1700 e 1725*, 2004) (fig. 12)[12] mostra a frente ribeirinha anterior ao 1755, rica em espaços de margem fluvial que a evolução urbana em direcção ao rio relativamente recente (século XIX) veio sepultar, com aterros que se avultaram em direcção a ocidente. A ocupação urbana do espaço ribeirinho da margem direita do Rio Tejo seguiu a curva dessa mesma margem, condicionando a forma da própria malha urbana, nomeadamente da zona de Santos e de Alcântara.

Comparámos ainda a cartografia de Lisboa existente no Museu da Cidade, nomeadamente as plantas de 1727[13], de 1807[14], de 1812[15], de 1834[16] (área de Santos, anterior à construção das estruturas portuárias descobertas em 2003), a planta de 1864, em que figura já o *Aterro da Bôa Vista*[17], bem como a precisa *Carta Topográfica de Lisboa* da autoria de Filipe Folque, de 1871[18].

No que concerne a continuidade da ocupação da margem, a progressão de estruturas portuárias marca também a descentralização das mesmas[19], sinal de uma distribuição hierárquica comum a todos os complexos portuários (Blot, 2003).

6.4 Importância de um diálogo inter-documental e transdisciplinar

Dado o potencial arqueológico deste tipo em toda a fachada fluvial de Lisboa, não poderemos ficar alheios à famosa *Panorâmica de Lisboa* quinhentista (1.ª metade do século XVI), de autor anónimo, conservada na Biblioteca Universidade de Leyde, uma pormenorizada representação legendada da fachada fluvial lisboeta da época (*Lisboa Quinhentista*, Catálogo, 1997, p. 82, nº 16), aliás detalhadamente comentada no *Livro de Lisboa* (Moita, 1994). Esta representação quinhentista sugere estruturas que poderão ocorrer nas zonas situadas para o interior das que nos foi dado observar *in situ*.

Das experiências referidas ficou para nós clara a opção, na construção portuária antiga, de utilização de madeira, incluindo a que funcionou como suporte para cais em pedra, e ainda como "ensecadeiras" para construções em pedra, presentes em muitos dos casos registados. Outros vestígios deste tipo serão de esperar

11. Vista panorâmica de Lisboa, por G. Braunius (1572) – Representação de equipamentos portuários, do tipo bacia portuária ou pequena doca com varadouro natural (troço de praia) para embarcações de pequeno calado.

12. *Grande Vista de Lisboa.* Painel de azulejos anterior ao terramoto de 1755, Museu Nacional do Azulejo.
13. *Planta dita "da Casa do Alentejo",* de 1727 (Museu da Cidade, DES. 1403).
14. *Carta Topográfica de Lisboa*, de J. Duarte Fava (Museu da Cidade, GRA. 481).
15. *Planta de Lisboa e Belém* em 1812 segundo observações de oficial do General Duque de Wellington (Museu da Cidade, GRA 292).
16. *Planta de Lisboa e Belém* (Museu da Cidade, GRA 299).
17. Museu da Cidade, GRA. 990.
18. Museu da Cidade, GRA. 480.
19. Na antiga margem frente à Torre de Belém, vestígios de estacaria na areia, em meio subaquático, sugeriram algo correspondente a um pequeno cais de madeira, eventualmente privado - antigo Palácio do Governador da Torre de Belém.

em outras frentes urbanas ribeirinhas do território em estudo, pelo que se consideram indispensáveis prospecções intrusivas prévias nas zonas passíveis de conter este potencial arqueológico.

E, tendo a frente fluvial de Lisboa sido profundamente perturbada pelo *tsunami* que, em 1755, devastou a fachada aquática e a parte baixa da cidade, caberá à dendrocronologia, a partir das amostras recolhidas, e com séries que venham a traduzir a especificidade paleoclimática da frente ibérica atlântica, fornecer datações fiáveis de muitos dos casos referidos cuja cronologia permanece ainda nebulosa.

7. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA PRAÇA DO COMÉRCIO: PROBLEMÁTICA E PERSPECTIVAS

O grande Caneiro central construído na reconstrução pombalina destruiu parcialmente o Baluarte Filipino que se localizava no centro do Terreiro do Paço. Este caneiro drenava as águas das ribeiras, as águas pluviais e todos os esgotos desta zona central da cidade, seguindo até ao cais das Colunas e aí desaguando no rio Tejo. Foi esta situação, actualmente insustentável e incompreensível do ponto de vista ambiental, que levou a que fosse possível a identificação e caracterização dos achados arqueológicos, localizados numa das caixas de válvulas de marés que efectuam a separação das águas pluviais dos esgotos. As vicissitudes históricas levaram a que os vestígios arqueológicos do antigo Terreiro do Paço, do Paredão, do Cais e do Baluarte só tenham sido identificados com a remodelação de estruturas que inicialmente os tinham desactivado. O Terreiro do Paço encontra-se preservado a cerca de 3m do nível do solo actual sendo perceptível que as estruturas que aqui existiam (Cais, Paredão e Baluarte) resistiram ao terramoto de 1755 e posterior *tsunami*, tendo sido desactivadas e parcialmente danificadas (como o Baluarte, pelo Caneiro Pombalino) por questões de planificação urbanística na reconstrução pombalina. Porém, nesta remodelação da praça, as estruturas não foram destruídas, nem se observa que tenham sido utilizados os silhares para a reconstrução pombalina. Foram, simplesmente, aterradas e colmatadas, criando-se assim a Praça do Comércio.

Intervenções urbanísticas contemporâneas (como as casas de banho, caixas da PT, caixas da electricidade, entre outras) destruíram partes do Baluarte e do Paredão, sem que tivesse sido efectuado o devido acompanhamento e registo arqueológico.

Este olhar sobre o Terreiro do Paço permitiu a confirmação de algumas hipóteses baseadas na iconografia e nos documentos de época. O Baluarte Filipino localiza-se ao centro da Praça do Comércio, em frente à estátua de D. José, ficando, assim, o centro do Terreiro do Paço estabelecido. O Paredão filipino atravessava longitudinalmente todo o terreiro, terminado a Oeste, no Torreão Filipino e anterior torre do Paço Manuelino. Através da localização do troço agora identificado, conseguimos saber a localização exacta destas estruturas régias, traçando assim a antiga linha de costa e a zona de praia. Verificamos que os aterros pombalinos conquistaram ao rio Tejo vários metros, ficando todas estas estruturas sensivelmente no último terço da Praça do Comércio (fig. 13). Consegue-se definir a antiga linha de costa pré-terramoto de 1755 e saber qual o nível de aterros efectuados na reconstrução, possibilitando o conhecimento da cota do Terreiro do Paço.

Esta intervenção permite a reflexão sobre várias problemáticas: a importância da iconografia para o conhecimento histórico e arqueológico; as dimensões destas estruturas; a possibilidade de conhecimento dos outros edifícios do Terreiro do Paço; as dinâmicas fluviais e aquáticas em contextos urbanos ribeirinhos; condicionalismos da arqueologia de emergência em

12. *Grande Vista de Lisboa.* **Pormenor de painel de azulejos anterior ao sismo de 1755 (Museu Nacional do Azulejo). Neste troço da grande panorâmica de Lisboa são visíveis a zona de Santos, bem como a parte da margem que segue para Oriente, com a respectiva margem fluvial funcionando como informal área de varadouro. São visíveis os espaços especializados na construção naval.**

Google Earth

13. Localização da intervenção arqueológica (a negro) na actual Praça do Comércio.

meio urbano (neste caso com uma forte componente política).

O estudo aprofundado destas estruturas e dos materiais arqueológicos associados, a realização de estudos interdisciplinares (dendocronologia, arqueozoologia, antracologia), bem como um exaustivo levantamento bibliográfico, documental e iconográfico permitirão um melhor enquadramento e caracterização destas realidades arqueológicas do antigo Terreiro do Paço.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, J. G. (2002) – *Approche archéologique d'un chantier naval médiéval. La découverte des vestiges d'architecture navale de la Praça do Município, Lisbonne (Portugal)*. Thèse de Maîtrise en Archéologie Médiévale, sous la direction de Joëlle Burnouf et Eric Rieth, Paris – Lisbonne 2002 (Université de Paris I – Sorbonne). Disponível em: http://www.musee-marine.fr/index.php?lg=fr&nav=533&flash=1

AMARO, C. (1999) – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros – Exemplo de sítio arqueológico musealizado na baixa pombalina. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série IV, 17, p. 465-487.

BILL, J. e BIRTHE, L. C. (ed.) (1999) – *Maritime Topography and the Medieval Town.* Papers from the 5th International Conference on Waterfront Archaeology in Copenhagen, 14--16 May 1998. Copenhage, PNM Publications from The National Museum. Studies in Archaeology and History, vol. 4.

ARAÚJO, N. (1993) – *Peregrinações em Lisboa,* 2.ª ed.: XII, Lisboa.

BARKER, P. (1977) – *Techniques of archaeological excavation*. London: Batsford.

BLOT, J.-Y. (2004) – Le paléoestuaire du centre de Lisbonne (Portugal): sondages récents dans le cadre des travaux d'aménagement urbain. In MÉNANTEAU, L. e GALLICÉ, A. (Coord.) – *Les Dossiers d'Ethnopôle. Pour une géoarchéologie des estuaires*. *Aestuaria*. Cordemais: Estuarium, 2004, n.º 5, p. 193-216.

BLOT, M. L. P. (no prelo) – Le potentiel archéologique nautique des sous-sols urbains. Le cas de Lisbonne, port maritime dans l'estuaire du Tage (Portugal). In M. DAIRE *et al* (ed.) – *Ancient maritime communities and the relationship between people and environment along the European Atlantic coasts/ Anciens peuplements littoraux et relations home/milieu sur les côtes de l'Europe atlantique*. Actes du Colloque HOMER 2011.Vannes, Setembro de 2011. Université de Rennes1. Oxford: B. A. R. (British Archaeological Reports, Archaeopress).

BLOT, M. L. P. (2010a) – Seaports and fluvial harbours in the Portuguese territory – The options for ancient harbour activities within a changing nautical landscape. In CARRERAS, C. e MORAIS, R. (ed.) - *The Western Roman Atlantic Façade. A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate*. (BAR) British Archaeological Reports. Oxford, Archaeopress. International Series 2162, p. 81-89.

BLOT, M. L. P. (2010b) – Ports et points d'abordage au Portugal - Un paysage nautique en évolution. In HUGOT, L. e TRANOY, L. (ed.) – *Les structures portuaires de l'Arc Atlantique dans l'Antiquité*. Université de La Rochelle, Bordeaux. *Aquitani*a, Supplément 18, p. 39-59.

BLOT, M. L. P. (2004a) – Estuaires et histoire urbaine. Problématique portuaire et présence phénicienne en territoire portugais. In MÉNANTEAU, L. e GALLICÉ, A. (Coord.) – *Les Dossiers d'Ethnopôle. Pour une géoarchéologie des estuaires. Aestuaria.* Cordemais: Estuarium, n.º 5, p. 171-192.

BLOT, M. L. P. (2004b) – Paléogéographie côtière et activités portuaires sur le littoral portugais: une archéologie de contacts méditerranéens sur la façade atlantique. In DE MARIA, L. e TURCHETTI, R. (ed.) – *Evolución paleoambiental de los puertos y fondeaderos antiguos en el Mediterraneo Occidental.* I Séminaire International ANSER, "El patrimonio Arqueológico Submarino y los Puertos Antiguos". Alicante, 14-15 de Novembro de 2003. Roma: Rubbettino, p. 37-60.

BLOT, M. L. P. (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos: Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Fluvio-Marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia, n.º 28, p. 338. Disponível em: http://www.aldraba.org.pt Publica%C3%A7%C3%-B5es%20trabalhos%20acad%C3%A9micos%20Portos.html

BLOT, M. L. P. e HENRIQUES, R. (2004) – Arqueologia Urbana e Arqueologia do Meio Aquático. A problemática portuária como "ponte" entre dois territórios de investigação. In Bicho, N. F. (edit). *História, Teoria e Método da Arqueologia.IV Congresso de Arqueologia Peninsular.* Faro: Universidade do Algarve. Promontória Monográfica 14, p. 127-140.

BUCKLEY, D. (2000) – Lost and Found: The Archaeology of the Essex Coast. In ABERG, A. e LEWIS, C. (ed.) – *The Rising Tide. Archaeology and Coastal Landscapes.* Oxford: Oxbow Books, p. 5-16.

CAETANO, C. (2004) – *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII).* Lisboa: Pandora, p. 285.

CASTILHO, J. de (1893) – *A Ribeira de Lisboa: Discripção Histórica da Margem do Tejo desde a Madre de Deus Até Santos o Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CHRISTOPHERSEN, A. (1999) – The waterfront and beyond. Commercial activity and the making of townscapes. In BILL, J. e BIRTH, L. (ed.) – *Maritime Topography and the Medieval Town.* Papers from the 5th International Conference on Waterfront Archaeology in Copenhagen, 14-16 May 1998. Copenhage: PNM, Publications from The National Museum. Studies in Archaeology and History, vol. 4, p. 161-168.

CRONOLOGIA do Porto de Lisboa (1988) – Concurso de Ideias para a renovação da zona ribeirinha de Lisboa. P. Brandão. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.

DE MARIA, L. e TURCHETTI, R. (Coord.) (2004) – *Evolución paleoambiental de los puertos y fondeaderos antiguos en el Mediterraneo Occidental.* I Seminario International ANSER, intitulado "El patrimonio Arqueológico Submarino y los Puertos Antiguos". Alicante, 14-15 de Novembro de 2003. Roma: Rubbettino.

– *Rotte e Porti del Mediterraneo dopo la Caduta dell'Imperio Romano d'Occidente*. IV Seminario ANSER. Genova, 18-19 de Junho de 2004. Roma: Rubbettino.

FOLQUE, F. (dir.) (1856-1858) – *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

GEO (2008) – *Lisboa do século XVII. "A Mais Deliciosa Terra do Mundo"*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

GEO (2009) – *História de Lisboa. Tempos Fortes,* Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

GREEN, J. (1997) – Archaeological evidence of East Asian vessels. In GREEN, J. (ed.), BURNINGHAM, N.; CLARK, P. e KENDERDINE, S. (contrib.) – *Maritime Archaeology of the People's Republic of China*. Interim Report for the Western Australian Department of Resources Development. Australian Centre of Excellence for Maritime Archaeology. Western Australian Museum, n.º 237, Special Publication n.º 1, p. 19-31.

HARRIS, E. C. (1991) – *Princípios de estratigrafia arqueológica,* Crítica, Barcelona.

HARRIS, E. C.; BROWN III, M. e BROWN, G. (1993) – *Practices of Archaeological Stratigraphy*, Academic Press.

HUGOT, L. e TRANOY, L. (ed.) (2010) – Les Structures Portuaires de l'Arc Atlantique dans l'Antiquité. Journée d'Etudes, Université de La Rochelle, janvier 2008. *Aquitania*, Supplément 18. Bordeaux : Maison de l'Archéologie.

KULESSA, B. (1999) – The harbour suburb an its significance for the urban development of Stralsund. In BILL, J. e BIRTHE, L. C. (ed.) - *Maritime Topography and the Medieval Town.* Papers from the 5th International Conference on Waterfront Archaeology in Copenhagen, 14-16 May 1998. Copenhage: PNM Publications from The National Museum. Studies in Archaeology & History, vol. 4, p. 71-78.

LISBOA antes do Terramoto, Grande vista da cidade, entre 1700 e 1725 (2004). Lisboa: Gótica.

LISBOA Quinhentista, Catálogo, 1997. Lisboa: Museu da Cidade.

MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C. e FLORES, J. (dir.) (1997) – *Cartografia de Lisboa Séculos XVII a XX.* Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos. Lisboa: Museu da Cidade, Câmara Municipal de Lisboa.

MILNE, G. (1997) – River Thames. In DELGADO, J. P. (ed.) – *Encyclopaedia of Underwater and Maritime Archaeology.* London: British Museum Press, p. 347-348.

MOITA, I. (1994) – Lisboa no Século XVI. A Cidade e o Ambiente. *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte.

MOLAUG, P. B. (1999) – King's Quay and Bishop's Quay – the harbour of medieval Oslo. In BILL, J. e BIRTHE, L. C. (ed.) - *Maritime Topography and the Medieval Town.* Papers from the 5th International Conference on Waterfront Archaeology in Copenhagen, 14-16 May 1998. Copenhage: PNM Publications from The National Museum. Studies in Archaeology & History, vol. 4, p. 169-178.

MURALHA, J. e LEITÃO, M. (1998) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados na Praça do Município*. Lisboa: Museu da Cidade.

QUEIROZ, P. F. e LEEUWAARDEN, W. V. (2002) – *Identificação de um conjunto de peças de madeira provenientes do estaleiro da Ribeira das Naus na Praça do Município, Lisboa*, Trabalhos do CIPA n.º 34, CIPA (Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências – IPA). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

RASMUSSEN, U. F. (1999) – Køge – the topography of a planned harbour town. In BILL, J. e BIRTHE, L. C. (ed.) - *Maritime Topography and the Medieval Town.* Papers from the 5th International Conference on Waterfront Archaeology in Copenhagen, 14-16 May 1998. Copenhage: PNM, Publications from The National Museum. Studies in Archaeology & History, vol. 4, p. 237-250.

RODRIGUES, P. J. e VALE, A. (2000) – Os navios de Lisboa. In *"Terrenos" da Arqueologia da Península Ibérica.* Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. UTAD, Vila Real, Setembro de 1999. Porto: ADECAP, p. 454-467.

SANTOS, M. J. (2006) – O Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho, Lisboa: contributo para a história da zona ribeirinha de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Vol. 9, n.º 2, p. 369-399.

SILVA, A. V. (1987) – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3.ª ed.: I e II, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

SHIMIN, L. (1991) – Waterfront excavations at Dongmenkou, Ningbo, Zhe Province, P. Republic of China. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 20: 4, p. 299-311.

SOROMENHO, M. (1994) – Paço da Ribeira. *Dicionário da História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, p. 676-678.

WESTERDAHL, C. (2008) – Fish and Ships. Towards a theory of maritime culture. *Deutches Schiffahrtsarchiv Wissenschaftliches Jahrbuch des Deutchen Schiffahrtsmuseums* 30. 2007.

WESTERDAHL, C. (1991) – The maritime cultural landscape. *The International Journal of Nautical Archaeology.* 5-14. London.

ZEVI, A. G. e TURCHETTI, R. (Coord.) (2004) – *Méditerranée Occidentale Antique: Les Échanges.* III Séminaire International ANSER. Marseille, 14-15 de Maio de 2004. Roma : Rubbettino.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

BRAUNIUS, G (1572) – *Civitates Orbis Terrarum*. Vol. . Colónia: T. Graminaeus.

COUSE, J. (s. d.) – *Panorâmica de Lisboa anterior ao terramoto de 1755*. Biblioteca Central de Marinha, 5K3 17.

COUSE, J. (1965) – *The City of Lisbon as Before The Dreadfull Earthquake of November 1st. 1755.* Lisboa: Câmara Municipal.

GRANDE Vista de Lisboa. Painel de azulejos anterior ao sismo de 1755, Museu Nacional do Azulejo.

MATERIAL CARTOGRÁFICO

Planta de Lisboa "Da Casa do Alentejo" (1727). Museu da Cidade, DES. 1403.

Carta Topográfica de Lisboa, de J. Duarte Fava (1826). Museu da Cidade, GRA. 481.

Planta de Lisboa e Belém (1812) segundo observações de oficial do General Duque de Wellington. Museu da Cidade, GRA 292.

Planta de Lisboa e Belém. Museu da Cidade, GRA 299.

Carta Topográfica de Lisboa (1871), Filipe Folque (1871). Museu da Cidade, GRA. 480.

Carta Militar de Portugal. Folha 431, Instituto Cartográfico do Exército, escala 1/25 000, Lisboa, suporte digital.

RIBEIRA DAS NAUS HOJE: A PERENE RELAÇÃO DE LISBOA COM O TEJO

DOS ESTALEIROS NAVAIS DO RENASCIMENTO AO ANTIGO ARSENAL DA MARINHA

SUBSÍDIOS DA ARQUEOLOGIA

RUI CARVALHO DO NASCIMENTO

RESUMO Num momento em que se encontram em curso múltiplos projectos de requalificação da frente ribeirinha na cidade de Lisboa, necessário se torna realçar a primordial importância de uma estratégia de salvaguarda arqueológica para contextos de relação fluvio-marítima.
A empresa Era – Arqueologia, S.A., ao longo dos últimos anos, tem integrado diversos projectos de preservação e estudo destas realidades patrimoniais de impar e inequívoca importância para a história da capital portuguesa e do país.
Consubstanciando-se nos resultados obtidos nas investigações levadas a cabo na Avenida da Ribeira das Naus, desde 2009, pretende-se realizar um enquadramento global das estruturas portuárias aqui identificadas neste lugar fulcral, que se constituía como um complexo estaleiro naval, em directa articulação com outros espaços portuários como os Armazéns da Guiné e a Casa da Índia. Um núcleo agitado por múltiplos mesteres, altamente especializados e que compreendia, no século XVI, mais de duzentos carpinteiros navais e uma centena de calafates, a que se juntavam outros artífices como cordoeiros, remolares ou ferreiros. Aqui se incluíam entrepostos de munições, armas, pólvora, bem com outros géneros, que se integravam assim num símbolo da aventura oceânica portuguesa.
Tais estaleiros navais, serão a primacial indústria do Renascimento Português, autêntica prioridade da Coroa, um pólo que promove o desenvolvimento e que se constituí como um grande vector de atracção de populações.

PALAVRAS-CHAVE **Ribeira das Naus, Arsenal da Marinha, Doca Seca, Doca da Caldeirinha, estaleiros navais, contextos arqueológicos fluvio-marítimos**

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Imagem perene da vocação marítima e comercial de Lisboa, a Ribeira das Naus constituía-se como um complexo estaleiro naval, em directa articulação com outros espaços portuários como os Armazéns da Guiné e a Casa da Índia. Um núcleo agitado por múltiplos mesteres, altamente especializados e que compreendia, no século XVI, mais de duzentos carpinteiros navais e uma centena de calafates, a que se juntavam outros artífices como cordoeiros, remolares ou ferreiros. Aqui se incluíam entrepostos de munições, armas, pólvora, bem como outros géneros, que se integravam assim num símbolo da aventura oceânica portuguesa.
Tais estaleiros navais, serão a primacial indústria do Renascimento Português, autêntica prioridade da Coroa, um pólo que promove o desenvolvimento e que se constitui como um grande vector de atracção de populações.
Todo este legado imagético, associado à gesta marítima e às actividades náuticas, ficará permanecente no antigo Arsenal da Marinha, que perfilha esta titulatura desde a segunda metade do século XVIII até finais dos anos trinta do século XX.

1. ***Vue du Palais que le Roi de Portugal a acheter.*** **Vista da Ribeira das Naus e do Palácio Corte Real. Publicado por Pieter van der Aa em Leiden – 1741.**

CONTEXTO INSTITUCIONAL

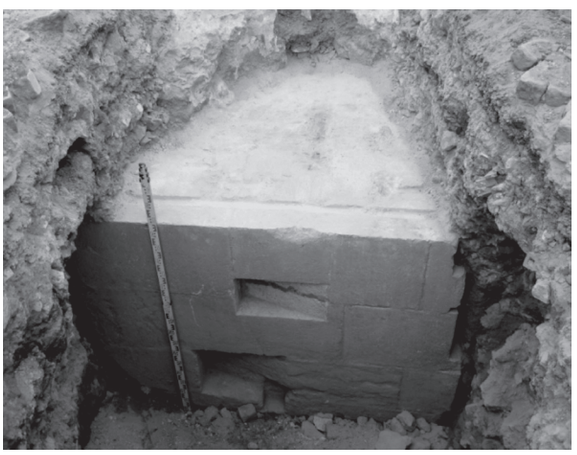
Num momento em que se encontram em curso múltiplos projectos de requalificação da frente ribeirinha na cidade de Lisboa, necessário se torna realçar a primordial importância de uma estratégia de salvaguarda arqueológica para contextos de relação fluvio-marítima.
A empresa Era – Arqueologia, S.A, ao longo dos últimos anos, tem integrado diversos projectos de preservação e estudo destas realidades patrimoniais de inequívoca importância para a história da capital portuguesa e do país.
Nesta perspectiva, são aqui sintetizados os resultados do diagnóstico arqueológico realizado no âmbito da requalificação do Espaço Público da Ribeira das Naus, com a realização de sondagens em áreas referentes ao antigo Arsenal da Marinha, nomeadamente na Doca da Caldeirinha, na Doca Seca e no espaço compreendido entre estas duas docas, visando a antecipação da minimização do impacto sobre o património, que a empreitada prevista poderá ter nesta faixa espacial.
Paralelamente, os resultados da intervenção contribuíram para instruir o projecto, em elaboração, servindo de suporte à estratégia a adoptar no desenvolvimento deste empreendimento.

TRABALHOS REALIZADOS

1.1 Doca Seca

Nesta área foram efectuadas três sondagens (1, 5 e 6), de forma a apurar o grau de preservação desta estrutura, nomeadamente os respectivos flancos e o sistema de encerramento do dique.
Assim, a sondagem 1 que possuía as dimensões de 5,50 x 2,60 metros foi aberta a cerca de vinte e cinco metros da zona actualmente exposta da referenciada Doca Seca, permitindo a identificação desta mesma estrutura (UE 103) a apenas cerca de trinta centímetros relativamente ao pavimento actual.
Desta forma, foi possível identificar, em projecção vertical, o flanco Oeste da Doca Seca composto por silhares em calcário de secção rectangular dispostos em fiadas, cuja ligação entre os elementos pétreos foi realizada com argamassa hidráulica que endurece no contacto com a água.
Estas paredes laterais vão aumentando no sentido da extremidade superior da Doca Seca, de forma a facilitar toda a circulação do pessoal especializado bem como o escoramento das embarcações que aqui entravam.
O topo da UE 103, visível num espaço de 2,60 x 2,50 metros encontrava-se, em grande parte, coberto por argamassa extremamente compacta, de tonalidade rosada, indiciando poder-se tratar de um nível de preparação para o assentamento de uma realidade já inexistente.
Foi ainda possível verificar o alçado Poente, que pelo facto de estar permanente soterrado durante o tempo útil de utilização da Doca Seca, possuía um aparelho construtivo de menor organização, composto por clastos angulosos a rolados de calcário, de médias a grande dimensões, a que se associam fragmentos de telhas e tijolo maciço ligados por argamassa moderadamente espessa.
Na continuação dos trabalhos, procedeu-se à abertura de mais duas sondagens, pretendendo-se investigar os vestígios materiais de confinamento do dique.
A sondagem 6, com a extensão de 5,50 x 2 m, permitiu revelar o limite Sul do espaço de encerramento relativo à comporta, identificando-se o flanco Este da Doca Seca (UE 606) numa projecção vertical de cerca de 2,10 metros, cujo aparelho era constituído por blocos robustos de calcário, apresentando duas cavidades certamente relacionadas com o sistema de fecho.

2. Sondagem 1 – Primeiro patim da Doca Seca (UE 103) quanto ao topo da estrutura. Orientação Oeste – Este.



3. UE 606 – Vista geral. Orientação Oeste – Este.

Em plano, a mencionada realidade apresentava, no sentido Norte – Sul, uma calha ocada nos elementos

pétreos, com uma largura em torno de cinquenta centímetros.
Sobreposta à UE 606 encontrava-se uma estrutura constituída por blocos irregulares de calcário (UE 605) e tijolo maciço (em menor número) cuja ligação era possibilitada por uma argamassa compacta de tonalidade rosada, apresentando marcas de alcatrão bastante dispersas. A sua funcionalidade não foi totalmente esclarecida durante os trabalhos, conjecturando-se a hipótese de se integrar como um sustentáculo a algum tipo de mecanismo, pois trata-se de uma base extremamente sólida.
A sondagem 5 foi implantada a Sul da sondagem 6, numa área de 3,50 x 2,20 metros, e aqui confirmou-se a existência de uma possante estrutura formada por blocos calcários dispostos em fiadas, de secção quadrangular a rectangular, unidos por argamassa de tonalidade rosada, com marcados refestos em plano inclinado e vestígios de cimentação disseminados (UE 505).
Apenas se identificaram cerca de três metros de extensão, no sentido Norte – Sul, no entanto pela presença de negativos e de elementos metálicos poderemos sustentar se constituir como mais um sistema de confinamento relativamente à Doca Seca.

1.2 Doca da Caldeirinha

Neste espaço foram realizadas nove sondagens (3, 4, 7, 8, 10, 11 e 13) com o objectivo de aferir os elementos estruturais de contenção de margem, viabilizando a definição de uma planta geral, bem como a avaliação do estado de conservação destas realidades.
Deste modo, a sondagem 3 (6,20 x 3,40 metros) testemunhou a presença do paredão de contenção com uma orientação Oeste – Este (UE 308) que delimitava, a Norte, esta doca de abrigo e que confinava, a Oeste, com a concernente estrutura de sentido Norte – Sul (UE 309).
Ambos os vestígios patrimoniais eram compostos por silhares de calcário, bastante robustos, ligados por argamassa hidráulica, verificando-se igualmente resquícios de cimento, a que se associa a presença de elementos metálicos, entre os blocos pétreos, de modo a reforçar a sua resistência.
Na mencionada sondagem foi ainda possível identificar a escadaria pétrea de acesso Poente, bem como o respectivo patamar (UE 310), colocando-se a descoberto apenas nove dos degraus que permitiam a aproximação às embarcações em virtude da influência do nível freático.
Todas as estruturas se apresentavam em excelente estado de conservação, apesar de terem sido sumariamente afectadas pela abertura de valas para a instalação de cablagem eléctrica e de telecomunicações.
Deste modo, quanto à UE 309, adossado a esta realidade surgiam os cabos eléctricos que não permitiam a observação do alçado superior da estrutura e, no seu topo, um maciço de betão protegia os revestimentos em PVC.
As referenciadas infra-estruturas destruíram ainda, parcialmente, dois degraus da mencionada escadaria.

4. Vista do patamar e dos primeiros quatro degraus a partir do topo é possível verificar no canto superior esquerdo a afectação provocada pela instalação das infra-estruturas. Orientação Este – Oeste.

Na continuação dos trabalhos, a sondagem 4 revelou a área com maior perturbação e delapidação dos elementos patrimoniais devido à profusão de infra-estruturas aqui existentes.
Assim, num espaço com cerca de 6 x 2 metros no sentido Este - Oeste que, posteriormente, se prolongou numa faixa de 1x 2,40 metros para Sul, detectou-se somente o provável patamar e os primeiros dois degraus que prosseguem para Oeste (UE 405), marcadamente destruídos, certamente pertencentes à escadaria nascente.
Visto que a referenciada sondagem 4 se situou somente sobre a área correspondente a esta plataforma de acesso fluvial, o paredão de contenção de margem, consubstanciando-se na continuação para oriente da UE 308, não foi exumado por se encontrar a Norte da superfície intervencionada.
Profundamente danificada pela colocação de uma tubagem em ferro fundido, de abastecimento de água ao sistema de protecção contra incêndios, encontrava-se a UE 407, constituída por elementos robustos de calcário ligados por argamassa hidráulica, possivelmente correspondendo ao maciço em que assentaria o patamar da referenciada escadaria (UE 405).
Já o elemento estrutural de contenção de margem que se prolongava para Sul não foi identificado ao longo dos trabalhos nesta área. A existência de uma conduta de abastecimento de água, cujo diâmetro provável é de 800 mm, não nos permitiu o prosseguimento dos trabalhos.

A sondagem 7, cuja intervenção inicial abrangia um espaço de 4 x 2 metros e se alargou, no sentido Norte e Sul, de modo a albergar os limites das realidades identificadas, permitiu a identificação do términus Sudoeste da Doca da Caldeirinha.

Desta forma, revelou-se uma estrutura (UE 703) cortada a Sul, provavelmente, pelos recentes trabalhos de saneamento, realizados desde 2009, por parte da Simtejo, inclusos no Plano Integrado de intervenção no Terreiro do Paço.

Tal realidade era constituída por blocos maciços de calcário que sustentavam um lajeado marcado por vestígios oxidados de elementos metálicos bem como ferretes de pez (acentuadamente visíveis na extremidade ocidental), interrompida, a Norte, pela implantação de infra-estruturas cujo maciço de betão não permitiu verificar a proveniência.

5. UE 703 – Plano. Orientação Oeste – Este – Oeste.

Integrado na UE 703 encontrava-se uma base de sustentação (UE 704), com negativos de encaixe, inegavelmente associada à existência de maquinaria, anteriormente, aqui sobreposta.

A abertura mecânica das sondagens 8 e 10 não revelou vestígios arqueológicos, impossibilitando a identificação do limite Sudeste da Doca da Caldeirinha.

Deste modo, tendo como base o trabalho que anteriormente havia sido realizado neste espaço (Nascimento, 2009) ao abrigo do Plano integrado de Intervenção no Terreiro do Paço, no âmbito do acompanhamento arqueológico da renovação da tubagem de abastecimento de água, procedeu-se à abertura da sondagem 11 na área onde se tinha identificado uma realidade estrutural, cujo enquadramento nos levou a aventar a hipótese de se constituir como o limite austral da doca de marés (Idem, p. 96 e 102).

Visto que unicamente se tinha identificado somente o alçado do elemento patrimonial em questão, prosseguiu-se com a escavação mecânica de modo a realizar o seu reconhecimento em plano.

Foi assim possível registar uma estrutura constituída por blocos de calcário de robustas dimensões ligados por argamassa hidráulica de tonalidade amarelada (UE 1104), apresentando diversas áreas já cimentadas, cuja extensão entre o paramento Norte e Sul era de 2,20 metros, prolongando-se no sentido Este-Oeste numa amplitude de 4,10 metros.

Devido à influência do nível fluvial, apenas se tornou exequível observar a projecção vertical desta realidade, a Sul, em cerca de 25 a 30 centímetros, permitindo, no entanto, afirmar que apresenta as faces dos elementos pétreos constituintes com algumas manchas esparsas de cimentação.

Na continuação dos trabalhos, com o objectivo de verificar a orientação e conservação da estrutura no sentido ocidental, situou-se a sondagem 12, numa área de 4 x 3 metros a Oeste da sondagem 11.

Neste espaço, a afectação por parte do nível fluvial foi ainda superior, apenas nos possibilitando a identificação de uma estrutura, junto ao corte Sul, formada por calhaus calcários de dimensões irregulares e ligados por cimento (UE 1205) que se afigurava estar parcialmente assente sobre outra realidade (UE 1206) cujo caudal freático prontamente fez imergir, restando o seu plano submerso em cerca de quinze centímetros. Sem a possibilidade de utilização de bombas de água apenas nos foi permitido georeferenciar tal estrutura, em momento ulterior, que será referenciado ao longo deste texto, foi-nos possível caracterizar a mencionada realidade (UE 1206).

Visto que o rumo das realidades identificadas nas sondagens 11 e 12 se acercava do limite austral da anterior sondagem 10, optou-se por realizar nova intervenção mecânica (sondagem 13) com 3,50 x 2,50 metros que representa a continuação para Sul da referenciada sondagem 10.

Aqui foi possível identificar uma estrutura cujo plano se encontrava rebocado em betão (UE 1305) com evidentes paralelos com a UE 1205.

Não se identificando devidamente as estruturas presentes na sondagem 12 e apenas registando o possível prolongamento de uma delas até à sondagem 13,

revelou-se necessário efectuar a escavação mecânica entre ambas as áreas de afectação.
Deste modo, foi possível confirmar que [1205] e [1305] representavam uma única unidade estratigráfica, constituída por elementos irregulares de calcário acimentados, com o topo revestido a betão, cuja funcionalidade decerto nunca esteve associada a uma barreira de contenção fluvial perene e exposta às dinâmicas de maré, devido à sua constituição informe e ausência de robustez.
Esta estrutura encontrava-se colocada sobre uma realidade composta por blocos calcários de grandes dimensões (UE 1206) com inclusões esparsas de tijolo, apresentando vastas áreas cimentadas e o segmento final do referenciado elemento estrutural com um capeamento em betão.
Julgamos extremamente plausível que a UE 1206 represente o prolongamento para ocidente da UE 1104, constituindo-se assim como o limite Sudeste da Doca da Caldeirinha.
A referenciada estrutura apresenta um rampeamento contínuo no sentido Este – Oeste, cuja finalidade não é de forma clara perceptível, no entanto a inclinação presente nesta realidade dificultou a continuação dos trabalhos pois permitiu a sua submersão parcial, apenas nos sendo possível verificar que no espaço anteriormente referente à sondagem 10, a uma cota de 0,38 metros, não se atesta a presença da estrutura.
No momento actual dos nossos conhecimentos, podemos assim afirmar que o paredão de contenção de margem que delimita a Doca da Caldeirinha a Sudeste se apresenta em bom estado de conservação e nas áreas onde não se identificou a sua presença poderá ser explicada por afectações pontuais, bem como pela influência do nível fluvial, que obriga neste espaço a drenagem constante do seu caudal através de sistemas de bombeamento e escoamento, de forma a comprovar devidamente a sua inexistência.

1.3 Área entre docas – Contígua às carreiras de construção naval

Neste espaço procedeu-se à realização de duas sondagens – 2 e 9, com vista à possível identificação e avaliação do estado de preservação das carreiras de construção naval.
A sondagem 2 (7 x 2,50 metros) revelou a existência de uma estrutura de contenção de margem (UE 205), em plano inclinado, composta por cilhares de calcário, cujo topo apresenta um lajeado de secção rectangular e extensa área coberta por argamassa de tonalidade rosada. Esta realidade encontra-se cortada, a Sul, pela introdução de infra-estruturas de condução de águas pluviais.

6. UE 205 – Alçado. Apresenta marcas evidentes de pez e substâncias de coloração. Orientação Este – Oeste.

Finalmente, a sondagem 9, realizada a Sul da sondagem 2, com uma área de 5 x 1,70 metros, permitiu a identificação de um conjunto de estruturas que denunciam estarmos perante áreas oficinais ou de armazém. Deste modo, no limite oriental, verifica-se a existência de um lajeado (UE 905) composto por elementos de calcário de grande dimensão e secção rectangular que no sentido ocidental é sobreposto por um pavimento cimentado (UE 910), com muitas fracturas. Esta última realidade referenciada desemboca num lancil (UE 907) que julgamos tratar-se de uma delimitação entre áreas interiores e exteriores. Atravessando esta realidade encontra-se uma manilha (UE 906) cuja pendente é manifestada numa orientação ocidental, razão pela qual advogamos que a área interior estivesse situada a Este e a exterior a Oeste.

SÍNTESE DE RESULTADOS

O diagnóstico arqueológico efectuado correspondeu a treze sondagens mecânicas, quatro realizaram-se nas actuais instalações da Administração Central de Marinha (sondagens 1 a 4) e cinco a Sul do eixo rodoviário da Avenida da Ribeira das Naus (sondagens 5 a 13).
Assim, os trabalhos de escavação decorreram em três áreas principais – Doca Seca e Doca da Caldeirinha, elementos de referência – a Ocidente e a Oriente respectivamente – do antigo Arsenal da Marinha, bem como no espaço existente entre as referenciadas estruturas, nomeadamente na contiguidade das anteriores carreiras de construção naval, elementos que se encontravam ainda em utilização aquando da inauguração do Arsenal do Alfeite, na oposta margem do Tejo, em 1939, e consequente encerramento da Nau de Pedra, como respeitosamente é apelidado o complexo arsenalista, extinto pelo Decreto n.º 29.595 de 13 de Maio

do referenciado ano.

A investigação realizada permitiu-nos verificar o excelente estado de conservação das realidades patrimoniais identificadas, obviamente afectadas por algumas intervenções para instalação de infraestruturas, que necessariamente remetem para intervenções esporádicas de conservação e restauro no futuro, aquando das fases posteriores de execução do actual projecto de reabilitação desta área fulcral para a história de Lisboa e do País.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, F. M. de (1986) – *Carta Geológica do Concelho de Lisboa*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

ARAÚJO, N. de (1944) – *Inventário de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

ARAÚJO, N. de (1993) – *Peregrinações em Lisboa*, Volume XII, 2.ª edição, Lisboa, Vega.

A. A. V. V. (1994) – *Lisboa Subterrânea*. Catálogo da Exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.

BLOT, M. L. B. H. P. (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos: Contributos para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-Marítimas em Portugal*, Trabalhos de Arqueologia n.º 28, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

BUGALHÃO, J. (2005) – Lisboa sempre Ribeirinha, *Al-madan*, 2.ª série, Almada.

CAGGIANI, J. M. (1843) – *Retratos de homens illustres*, Lisboa Lithographia de Santos.

CALADO, M. (1993) – *Atlas de Lisboa. A cidade no espaço e no tempo*, Lisboa, Contexto.

CARITA, H. (1999) – *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte.

CARLA, H. coord. (2004) – *Baixa Pombalina. 250 Anos em Imagens*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

CARVALHO, G. (2005) – *A Baixa de Lisboa. Espaço de memória, local de encontro,* Lisboa, Edições INAPA.

CASTILHO, J. de (1893) – *A Ribeira de Lisboa. Descripçao historica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho,* Lisboa, Imprensa Nacional.

CASTRO, M. de (1810) – *Descrição analytica da estatua equestre erigida em Lisboa à glória do Senhor Rei Fidelissimo D. José I,* Lisboa, Impressão Régia.

DIAS, M. T. (1996) – *Lisboa Desaparecida*. Volume V, Coimbra, Quimera.

FRANÇA, J. A. (1989) – *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, XII vol., Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

HARRIS, E. C (1991) – *Principios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona, Editorial Critica.

LOUREIRO, A. (1906) – *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Volume III, Parte II, Lisboa, Imprensa Nacional.

MACEDO, L. P. de (1960) – *Lisboa de Lés a Lés, Subsídios para a História das Vias Públicas da Cidade*, Vol. II, 2.ª edição, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

MAGALHÃES, J. R.; GARCIA, J. C. e FLORES, J. M. coord. (1997) – *Cartografia de Lisboa. Séculos XVII a XX, Catálogo de Exposição*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Museu da Cidade.

MARQUES JUNIOR, H. V. da C. (1909) – *Arsenal da Marinha: Serões de Lisboa*, Lisboa, Livraria Ferreira.

MECO, J. (1989) – *O azulejo em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa.

MOURA, F. (1994) – *Lisboa em movimento. 1850-1920*. Lisboa, Livros Horizonte.

NABAIS, J. A. e RAMOS, P. O. (1985) – *Porto de Lisboa: subsídios para o estudo das obras, equipamentos e embarcações na perspectiva da arqueologia industrial*, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa.

NABAIS, J. A. e RAMOS, P. O. (1987) – *100 Anos do Porto de Lisboa*, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa.

NASCIMENTO, R. (2009) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, PRR 57 – Conduta Dn 1000 Praça do Comércio / Largo do Corpo Santo*, exemplar policopiado.

OLIVEIRA, Frei N. de (1991) – *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Vega.

REIS, A. E. (1988) – *O Dique da Ribeira das Naus*, Lisboa, Academia de Marinha.

SANDÃO, A. (1985) – *Faiança portuguesa, Séculos XVIII-XIX, vol. I e II,* Lisboa, Livraria Civilização.

SANTA ANNA, J. J. (1825) – *Memória sobre o estado actual do Dique de Lisboa,* Lisboa, Impressão Régia.

SANTANA, F. e SUCENA, E., dir. (1994) – *Dicionário da História de Lisboa,* Sacavém, Carlos Quintas & Associados.

SILVA, A. V. da (1940) – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, Volume I, 2.ª edição, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, A. V. da (1968) – *Dispersos,* Volume I, Lisboa, Biblioteca de Estudos Olisiponenses.

SILVA, A. V. da (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2 Volumes, 2.ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

VIEGAS, I. M. ed. e TOJAL, A. A. M. ed. (2000) – *Catálogos do Arquivo Municipal de Lisboa: Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque,* Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

VIEGAS, I. M. e TOJAL, A. A. M., ed. lit. (2005) – *Levantamento da Planta de Lisboa 1904 – 1911,* Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

ANGRA, UMA CIDADE PORTUÁRIA NO ATLÂNTICO DO SÉCULO XVII

UMA ABORDAGEM GEOMORFOLÓGICA

ANA CATARINA GARCIA CHAM – FCSH - UNL | UAç

RESUMO O estudo sobre o sistema portuário de Angra durante o século XVII, incide entre outros aspectos, numa análise das características geomorfológicas deste espaço e em que medida determinaram a importância do porto de Angra veio a ter ao longo da época Moderna. Este aspecto foi considerado fundamental para poder entender o modo como este espaço se terá apresentado aos primeiros navegantes e em que medida essas características terão influenciado as escolhas dos povoadores na decisão sobre a localização do principal porto da ilha, uma vez que as características geomorfológicas de Angra não terão deixado indiferentes os homens que primeiro chegaram à ilha Terceira. A morfologia do espaço portuário espaço terrestre como subaquático foi determinante para a escolha deste espaço como o porto de eleição para o apoio à navegação atlântica. A escolha dos primeiros locais de embarque e desembarque de que resultaram os primeiros fenómenos de fixação terão ido ao encontro, por um lado, da necessidade de um bom porto de abrigo, por outro, da necessidade de se encontrarem bons locais para o desbravar da terra. Neste contexto, considerou-se que o estudo do porto de Angra, enquanto estrutura que apenas nasceu nos inícios da Época Moderna e em condicionalismos geográficos muito próprios, poderia constituir um contributo para a compreensão de outros fenómenos portuários onde já se tivessem perdido as suas "raízes". Complementa esta abordagem o recurso à análise minuciosa da informação cartográfica disponível, recorrendo-se não apenas à cartografia da época, mas também a cartas com uma latitude temporal ligeiramente superior ou inferior ao período em estudo. O recurso à obra de Jan Huygen van Linschoten, Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas, de 1595, justifica-se por se tratar de um documento com grande pormenor sobre os elementos estruturais e as diversas realidades observadas directamente pelo autor na sua estadia em Angra em 1588. A carta de Linschoten foi essencial para a cartografia produzida sobre Angra no século XVII, pois inspirou muitas outras cartas da época.

PALAVRAS-CHAVE Açores, Angra do Heroísmo, sistemas portuários, portos, navegações atlânticas

1. OS AÇORES E SUA POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA

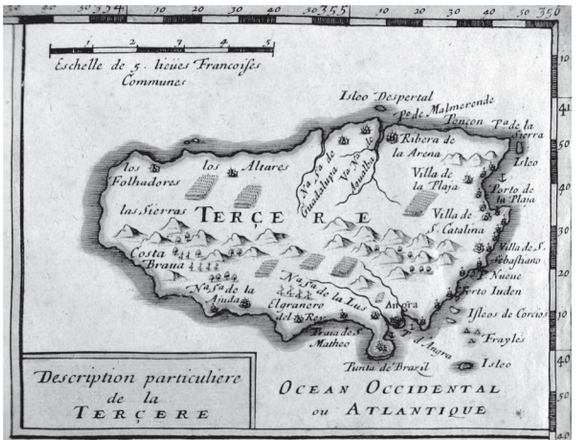
A localização geográfica dos Açores, no centro do Atlântico Norte, desde cedo se revelou estratégica para a navegação. A descoberta do regime de correntes e ventos no Atlântico, conjugados com o tipo de embarcações utilizadas e os conhecimentos de astronomia (Albuquerque, 1989; Peres, 1983; Marques, 1987; Fonseca, 1999), tornaram possíveis as viagens à costa africana e permitiram introduzir novas concepções geográficas sobre o oceano Atlântico desde meados do século XV.

O facto de o porto de Angra assumir, quase desde os primórdios do povoamento das ilhas, um papel importante, dado ser o melhor porto de mar (Koiso, 2004, p.241-261; Gil, 1999, p. 97-105) de que o arquipélago conseguia dispor, levou a que no núcleo urbano, em espaço adjacente ao porto, se tenham fixado desde cedo as sedes de governo da ilha, desenvolvido estruturas de apoio e de assistência às navegações, se tenham instalado pequenos grupos de mercadores e se tenham produzido bens de consumo comerciáveis, que alimentavam circuitos mercantis dentro e fora do arquipélago (Meneses, 1995, p. 147-222).

2. A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO DE ANGRA. EVOLUÇÃO

As características geomorfológicas de Angra não terão deixado indiferentes os homens que primeiro chegaram à ilha Terceira. No entanto, os estudos mais recentes (Gregório, *op. cit.*) revelam que os primeiros processos de povoamento terão sido iniciados com a ocupação do território pela costa norte da ilha e que só depois se terá progredido para a parte sudoeste da ilha, chegando-se mais tarde a Angra (fig. 1).

Considera-se que terão sido outros os factores que terão pesado na escolha para os primeiros locais de embarque e desembarque de que resultaram os primeiros fenómenos de fixação. Os terrenos férteis



1. Pormenor da ilha Terceira do atlas de Pierre Meritte, Paris 1683. Museu de Angra do Heroísmo (Ref. R.97.127).

da costa Norte e algumas das enseadas abrigadas poderão ter sido o atractivo que terá parecido favorável ao embarque e desembarque, causando a ilusão de serem estes os melhores locais para se fixarem e acederem a terra[1]. O facto de o percurso de fixação ter ocorrido de Este (Praia) para Oeste (Angra) (Gregório, *op. cit.*) indica que a sondagem da costa na procura de locais de acostagem possa ter sido feita através da exploração das enseadas da ilha. A baía da Praia foi, deste modo, a primeira enseada a ser explorada, mas as características dos seus fundos para a ancoragem e a exposição aos ventos do quadrante Este levaram a que fosse preterida por Angra. Esta enseada, apesar de bem dimensionada, fica totalmente desprotegida pelo vento e ondulação do quadrante Este e ao mesmo tempo a falta de pontos altos que permitissem a vigia e a defesa terão dissuadido à escolha deste porto como principal. A afirmação do porto da baía de Angra vai estar assim intimamente associada aos processos do povoamento inicial e exploração da costa da ilha na escolha dos melhores locais para a acostagem na ilha Terceira.

Rute Gregório, tendo como fonte o cronista seiscentista frei Diogo das Chagas, apurou o reconhecimento de Angra como vila remontando a 1480, sendo que, já em 1492, estaria instalado o hospital de Angra. Se nestas datas já se encontram referências à permanência de população no sítio onde viria a ser erguida a futura cidade, deve igualmente considerar-se que o espaço portuário também já estaria em funcionamento. Em finais do século XVI, Gaspar Frutuoso refere-se a Angra como um porto onde a entrada de embarcações estava limitada apenas ao período de Verão. Tal limitação poderia resultar do desconhecimento da morfologia do fundeadouro e dos problemas inerentes à própria arte da navegação[2], levando a que, muitas vezes por incúria, se cometessem erros originando o naufrágio das embarcações.

As estruturas iniciais para a utilização da baía de Angra como porto são, na sua grande maioria, de origem natural. Esta é a grande vantagem da baía, pois permitia que tivesse a função de porto sem a necessidade de grandes edificações ou estruturas. Ao seu dispor, os marinheiros dispunham de bons locais para a ancoragem de embarcações de maior porte nos fundos de areia e fundos rochosos junto à encosta do Monte Brasil e de enseadas de areia que permitiam a varagem de embarcações de pequeno porte para as acções de carga e descarga e a boa protecção dos ventos e ondulação dominante de Noroeste (fig. 2).

2. Pormenor de representação de zona de varagem. Carta Linschoten 1595, BPAPD (Ref. Pasta IV, n.º 52).

No entanto, o sistema portuário vai além das suas estruturas físicas, considerando-se que o porto de Angra nasceu com o início da utilização integrada do espaço de porto e da cidade. Os órgãos da administração local foram os agentes da implementação institucional do porto, tendo estado na origem da "sistematização" do funcionamento do espaço em aspectos como o planeamento das suas estruturas defensivas, locais de embarque e desembarque, modos de controlo de chegada e partida de embarcações, entre outros. Este conhecimento do espaço físico terá sido consolidado através da observação da dinâmica da utilização do porto, por um lado, pelas suas próprias experiências e, por outro, em resultado dos acidentes e das dificuldades sentidas pelos pilotos em manobrar no espaço do porto.

1. As pequenas enseadas da costa Norte da ilha Terceira são desabrigadas e totalmente desprovidas de protecção contra a ondulação dominante do quadrante Nor-nordeste. No entanto, os terrenos férteis destas zonas levam a que se desenvolvam na costa Norte pequenos portos ou calhetas de apoio à acostagem para o pequeno transporte de gentes e mercadorias, como o porto dos Biscoitos.

2. As manobras de ancoragem dos navios, manobras de navegação, saída de portos, fuga a obstáculos, conhecimento de recifes são temas que nem sempre eram bem dominados por todos os mestres e pilotos das embarcações, conduzindo muitas vezes a desastres.

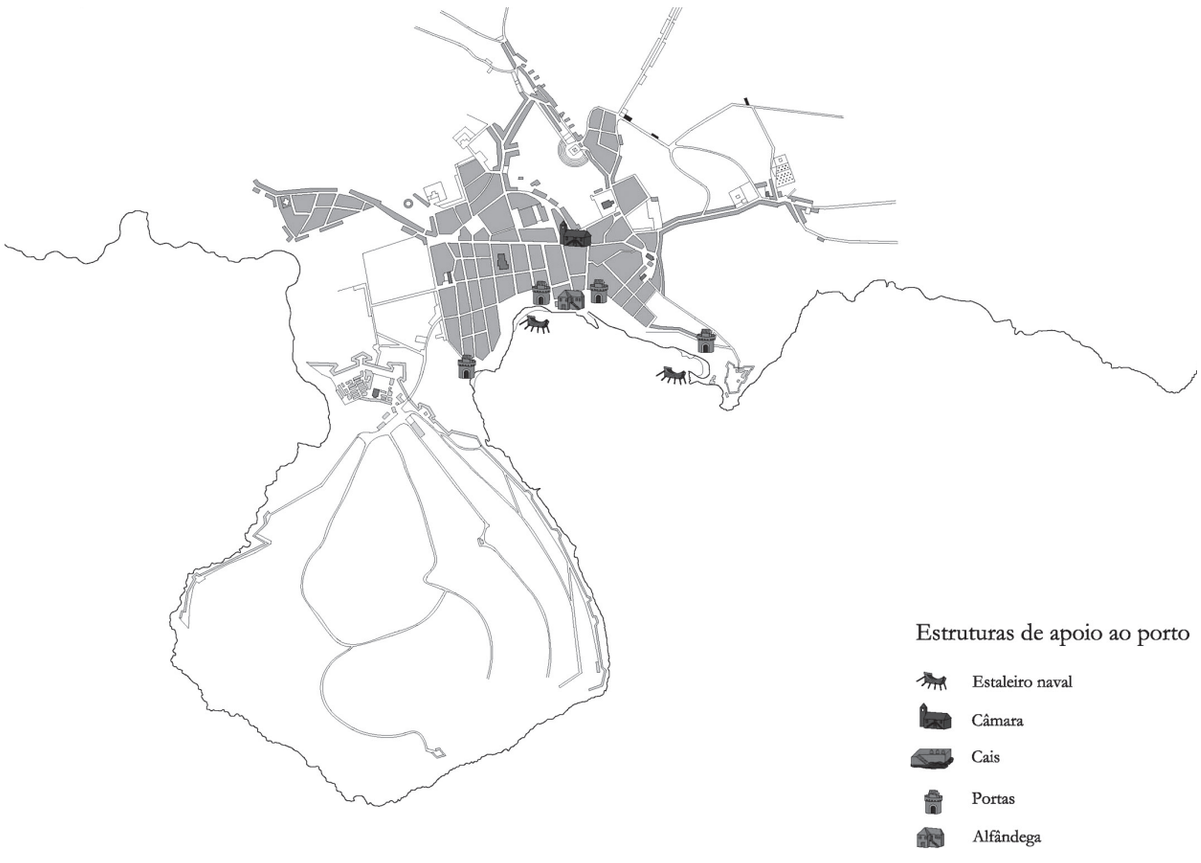
O cais da cidade, pela sua posição em relação à entrada na urbe, terá assim sido a primeira estrutura artificial a funcionar ao serviço do porto, já que o foral da alfândega, passado em 1499, denuncia o início oficial do seu funcionamento, bem como o provimento de cargos como corregedores, tabeliães, escrivães ou cirurgiões em 1520 (Rodrigues, 2005, p. 198; Gregório, *op. cit.*, p. 360), indicando já o pleno funcionamento destes órgãos essenciais também para a regulação do espaço portuário (fig. 3). Contudo, terá sido a partir da criação da provedoria das armadas e a determinação de Angra como escala das rotas da Índia que muitos dos procedimentos e melhoramentos no espaço portuário se terão dado. A partir da década de 1520 ter-se-ão estabelecido serviços de assistência, como o fornecimento da aguada necessária, reparações, assistência a doentes, protecção de cargas que tivessem de ser descarregadas e defesa contra embarcações inimigas. Todas estas funções estiveram na origem do desenvolvimento de diversas funcionalidades e operacionalidades do porto/cidade que terão fomentado a constituição de estruturas físicas que as tornassem possíveis.

Considera-se deste modo que, se por um lado Angra e o seu porto surgiriam do evoluir natural do fenómeno de povoamento, por outro lado a missão para a qual as ilhas Atlânticas estariam destinadas, em primeira instância, fez a afirmação de Angra enquanto estrutura portuária.

3. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PORTUÁRIO FACE À CIDADE. ESTRUTURAS NATURAIS E ARTIFICIAIS

O porto de Angra implanta-se numa baía delimitada, protegida a Oeste pela elevação do Monte Brasil e a Este por uma ponta rochosa que se prolonga pelo limite da própria baía. Sensivelmente a meio da costa meridional Sul da ilha Terceira, o Monte Brasil[3] (Martins, 2007, p. 21-24; Fernandes, 1989, p.22-39) é um acidente geográfico que teve origem num fenómeno de actividade vulcânica submarina em águas pouco

3. O Monte Brasil constitui o maior aparelho vulcânico litoral dos Açores com um cone peninsular de 205 metros de altura e 1,5 km2 de área. Liga-o à ilha um istmo de 500 metros de comprimento por 500 metros de largura, onde acenta desde 1595 o forte de S. Filipe do Monte Brasil, mais tarde denominado de S. João Baptista. O cone deste aparelho vulcânico é formado por tufo de palagonite parcialmente litificado, visível ao logo das arribas ou nos cortes formados pelas pedreiras utilizadas para a construção das estruturas militares que aí se encontram. Todo o elemento do Monte Brasil é limitado por arribas. No caso das arribas viradas a sul e sudoeste mais expostas aos ventos dominantes verifica-se um maior fenómeno erosivo provocado pela acção do vento e do mar.

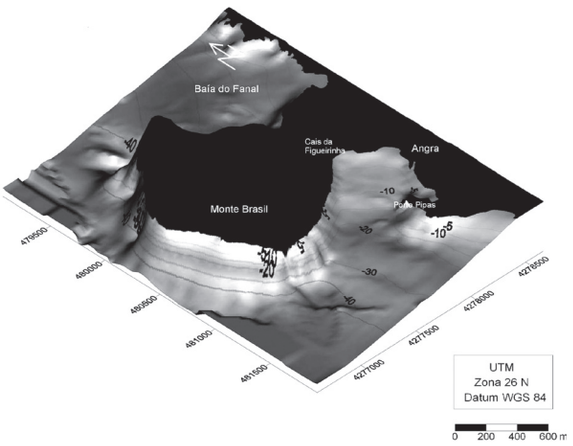


3. Localização das estruturas de apoio ao funcionamento do porto.

profundas que, dando a forma de baía a esta zona da costa, se liga a esta por um istmo (Agostinho, 1959) que divide a linha de costa em duas baías amplas, uma a Leste, onde se formou a cidade e outra a Oeste, denominada de baía do Fanal (fig. 4). Esta enseada encontra-se protegida dos ventos dominantes do quadrante Noroeste e Oeste no Inverno e Oeste e Sudoeste no Verão (Gygax, 1969-1970, p.179), permitindo uma situação de ondulação estável no seu interior na maioria dos dias do ano.

Estas características geográficas ideais para a função de porto terão sido os denominadores mais importantes para a escolha dos agentes do povoamento na busca de lugares que fossem favoráveis ao abrigo da navegação, defensáveis e abastecidos de água.

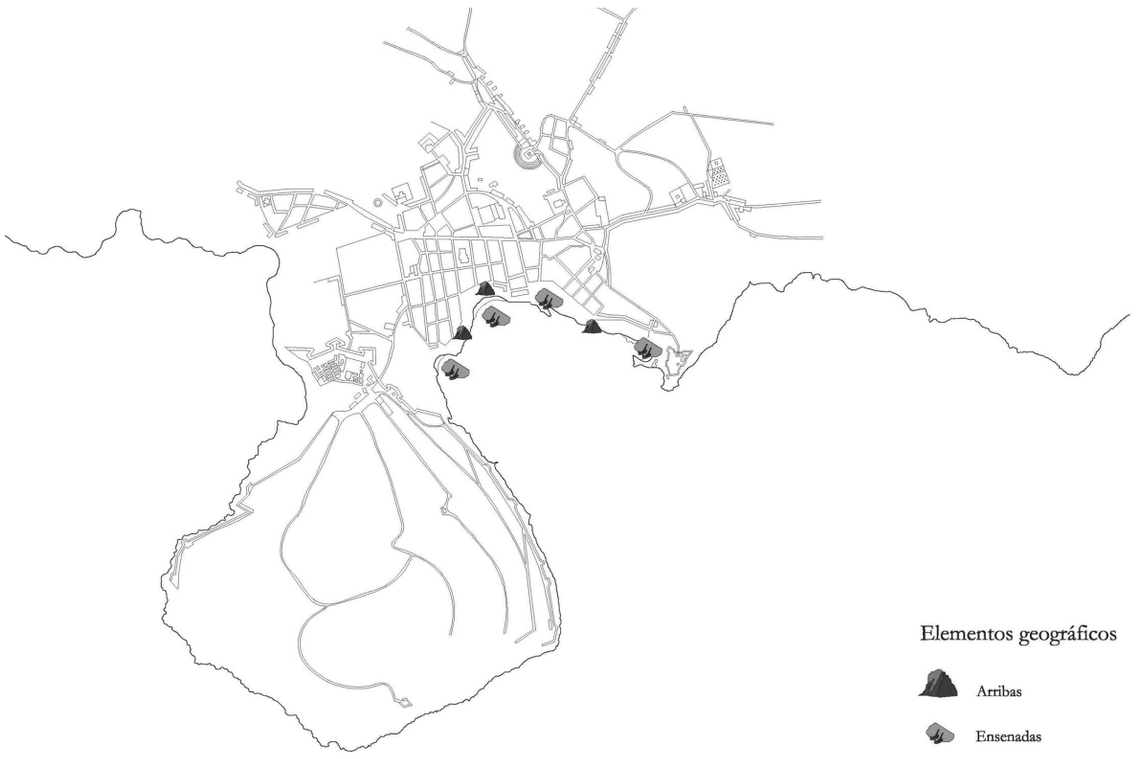
A cidade de Angra, localizada geologicamente no sopé do flanco sul da Serra do Moirão, orientada no sentido Sul – Norte, a cidade de Angra estende-se sobre um terreno de orografia irregular[4] (Fernandes, *op. cit.*, p.18) sobre o qual se dispôs um traçado urbano, definido por uma planta de malha urbana regular (Leite, op. cit, p.48) perpendicularmente às curvas de nível do terreno. Toda a linha de costa que limita a cidade, desde a encosta do Forte de S. João Baptista até ao Porto de Pipas, é composta por estratos resultantes das erupções vulcânicas[5] (Gygax, *op. cit.*, p.156; Fernandes, *op. cit.* p.17) centrais da ilha aos quais se sobrepõem camadas de tufos resultante da acção eruptiva do Monte Brasil. Esta origem morfológica, conjuntamente com a acção da erosão, deram origem a uma baía na qual os pontos de contacto e de acesso ao mar só são possíveis através de pequenas enseadas que surgem entre as arribas (Fernandes, *op. cit.* P. 17-39) do Porto de Pipas ao Canta Galo e da Prainha ao Porto Novo (fig. 5). Estas arribas eram, na linha de costa antes da edificação da estrada dos Corte Real, já no século XIX, barreiras



4. Batimetria do fundo da baía de Angra.

4. Este modelo urbano procura o sul como a orientação preferencial uma vez que é o quadrante de menor incidência de ventos e agitação marítima e que obtêm incidência da luz solar durante mais tempo. Verificado em cidades como Funchal, Horta, Vila Franca do Campo.

5. Em termos geológicos a cidade de Angra assenta essencialmente num nível de camadas de traquite resultantes das erupções da Caldeira de Guilherme Moniz.



5. Posicionamento dos elementos geográficos que caracterizam a baía de Angra.

intransponíveis formadas por uma camada[6] (Agostinho, 1959, p.6-7) contínua de basalto entre a baía das Águas, o Castelinho e a zona do Canta Galo (fig. 6). As arribas que se encontram viradas para Este e Sudoeste, já na baía de Angra, são mais baixas, apenas com cerca de 20 metros de desnível. Este fenómeno deve-se ao facto de estarem mais protegidas dos agentes erosivos evidenciando deste modo um recuo da linha de costa menos acentuado.

Angra, apesar de virada ao mar, não possuía uma linha de costa ampla e limpa, como se verificava, por exemplo, na Praia da Vitória (Loureiro, 1997, p.337), onde, de qualquer ponto de terra, poderia haver acesso ao mar ou vice-versa. Esta característica, apesar de poder parecer prejudicial, era no contexto da época favorável à defesa e à protecção da própria cidade, uma vez que estas arribas funcionavam como muralhas naturais dispensando a edificação de estruturas defensivas. A exposição de Angra a Sul – Sueste torna-a vulnerável às intempéries e à agitação marítima por um lado devido aos escassos recursos para o apoio às embarcações e por outro devido aos rudimentares conhecimentos da época sobre a natureza dos fundos ao que se acrescia o condicionamento da ausência de grandes estruturas artificiais de apoio e protecção dada a dificuldade para os edificar. No entanto, e apesar destas condicionantes, as funcionalidades dentro do porto foram-se organizando e consolidando e a função de entrada e saída de mercadorias no porto de Angra ficou garantida pelo cais da cidade, que se posicionou entre a enseada da Prainha e o Canta Galo, num local de confluência entre as encostas Este e Oeste da cidade. Pelas características orográficas, depreende-se que este terá sido o local mais favorável de acesso ao mar bem como o local com melhor abertura para terra conduzindo ao trajecto mais directo de entrada no aglomerado urbano.

A consulta à cartografia mais antiga não permite deduzir se já existiria no local um esporão rochoso que tivesse sido o "embrião" do cais. Neste caso, a zona de edificação do cais terá surgido não só pela configuração e relevo da baía, mas também em resultado da sua posição favorável em relação à cidade afirmando-se pela consequência da sua utilização como entrada na cidade e de varadouro (fig. 7). Aqui, as embarcações de pequeno porte ou barcas fariam a varagem nas zonas de areia onde seria mais confortável efectuar as pequenas acções de carga e descarga[7].

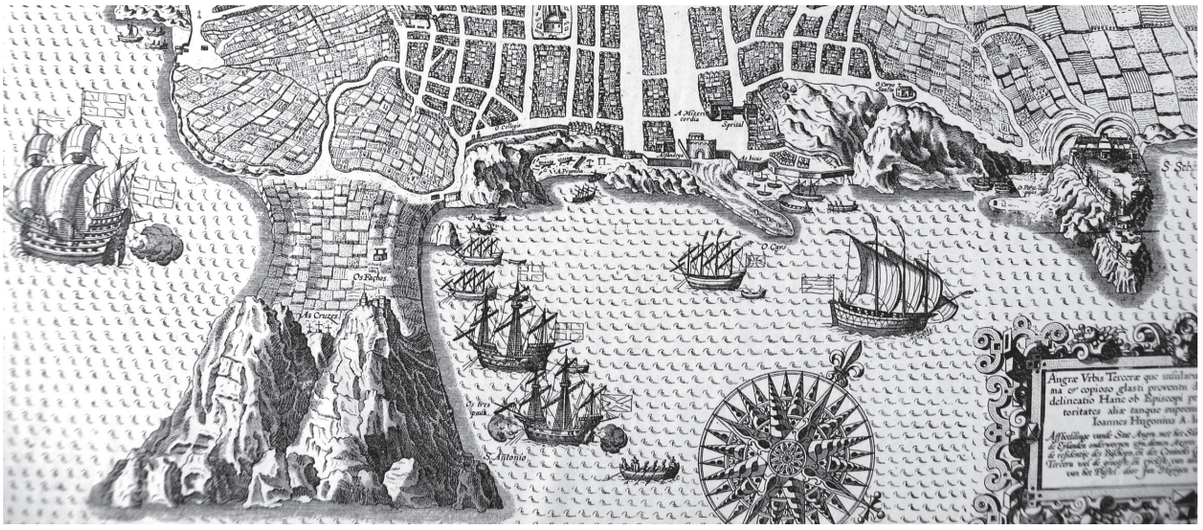
Já a utilização de locais para fundeadouro disponíveis

6. Esta camada geológica inflecte para sul a oeste do cais de Alfândega, desaparecendo no Canto da Rocha onde se sobrepõem já camadas de tufo associadas com o fenómeno vulcânico do Monte Brasil.

7. Linschoten assinala na sua carta de Angra de 1593-95 este local também como local de varadouro de embarcações de pequeno porte.

Catarina Garcia

6. Perspectiva da orla costeira de Angra na actualidade.



7. Pormenor da Carta de Linschoten, 1595. BPAPD (Ref. Pasta IV, n.º 52).

na baía foi surgindo pela própria exploração do espaços e conhecimento das suas características naturais levando os utilizadores do porto, pela experiência, a distinguir quais os melhores e mais adequados lugares para ancorar[8]. Uma vez que assim se dispunha naturalmente o espaço de Angra, as zonas mais afastadas da cidade ficaram reservadas à ancoragem de embarcações de grande porte, levando a que se tivessem de organizar sistemas de transporte para pessoas e géneros que garantissem a ligação entre os navios e terra. Permaneciam na baía um número de barcas disponíveis para estas funções que em caso de necessidade efectuavam a ligação entre terra e as embarcações fundeadas.

Apesar da carta de Allain Menesson, de 1683[9], sugerir uma língua de terra que se confunde, na sua representação, com as zonas de afloramento rochoso e arribas da enseada, não fica clara a distinção entre a representação de uma estrutura natural ou artificial no local de cais. No entanto, Linschoten, ainda em 1593, já assinala neste local a existência de um cais como estrutura edificada e com a atribuição dessa função.

Em documento camarário de 1628 é demonstrada a necessidade das sucessivas reparações a efectuar no cais, atestando a pressão a que estaria sempre sujeito devido às frequentes intempéries de sul que aqui acorriam e que o fustigavam, danificando-o.[10]

Outro dos espaços que evidencia ter sido propício à carga e descarga de mercadorias é a zona denominada por Porto das Pipas, localizada a Leste da baía, protegida dos ventos e da ondulação desse quadrante pelo promontório onde se edificou o Castelo de S. Sebastião. Segundo a cartografia de finais de século XVI, neste local estaria posicionada uma enseada natural que evoluiu para a edificação, ainda que muito rudimentar, de um pequeno cais. No entanto, este local, apesar de propício às actividades de carga e descarga, encontrava-se em posição mais afastada do centro da cidade, obrigando a que o transporte de mercadorias que entrassem ou saíssem por este cais necessitassem de transporte terrestre ou marítimo (em pequenas barcas) para ou desde o centro de Angra[11]. Pode no entanto considerar-se um ponto favorável para carga e descarga de mercadorias destinadas ou oriundas das zonas rurais do lado Leste da ilha ao para o forte e S. Sebastião. É igualmente um lugar propício para o embarque e desembarque pela facilidade de acostagem das pequenas embarcações. De acordo com a orografia do terreno e confirmado pelos cronistas da época, a frente de arribas da zona do Canta Galo impossibilitavam o acesso directo para a cidade, sendo sempre necessário subir à zona de S. Bento para depois se poder chegar à cidade.

A enseada da Prainha, composta por um pequeno areal posicionado a norte da baía, mesmo em frente à cidade, é referenciada na documentação de século XVII como um possível local de embarque e desembarque[12] (Cordeiro, 1981, p. 269). No entanto, a função que mais

8. No Mapa 4 podem-se observar as batimetrias do fundo da Baía e que revelam com a encosta do Monte Brasil é abrupta descendo no limite sul para os 40 metros de profundidade ao mesmo tempo que no interior da baía se verifica uma diminuição gradual da profundidade em fundo de areia.

9. *Description de l'Universe, contenant les differents systems du monde.* Alain Manesson Mallet, a Paris, Ches Denys Thierry, 1683.

10. Cf., BPARAH, AL, ACAH, Livro de Vereações (1628) S.R.

11. Cf., BPARAH, AL, ACAH, *Livro de Vereações (1652-57)*, fl. 188v-189v.

12. Cf., BPARAH, AL, ACAH, *Livro de Vereações (1628)* S.R.

tarde se vê atribuída à Prainha[13] é a de estaleiro naval, apesar de esta também estar associada ao Porto de Pipas[14].

A referência ao funcionamento de actividades associadas com a pesca nesta zona da cidade é mencionada nas posturas camarárias de 8 de Janeiro de 1660, nas quais se regulamenta que na zona da Prainha e do cais da cidade, por exemplo, "é proibido escamar e vender peixe". Neste excerto das posturas camarárias de 1660 podemos verificar algumas das normas aplicadas aos pescadores, referentes à utilização do espaço de cais como ponto de apoio, denunciando o uso indevido destas zonas nas funções proibidas pela regra camarária.

4. O FUNDEADOURO

Relativamente ao funcionamento do fundeadouro e a ancoragem no porto de Angra, é essencial, além de entender os ventos e a agitação maritíma dominante, analisar o tipo de fundo e a sua geomorfologia. A tipologia do fundo da baía é formada essencialmente por areia e uma faixa de zonas rochosas paralela à costa (Chezenoux, 2010) numa extensão de cerca de 30 metros, resultantes da própria formação vulcânica, localizada essencialmente junto ao Monte Brasil, entre a ponta de Santo António e o Forte de S. Benedito ou 3 Paus (fig. 8).

FRN-DRaC

8. Perspectiva do interface entre o fundo rochoso e arenoso da baía.

Estas formações rochosas compõe-se de elementos em tufo de grandes dimensões, que se desagregaram da parede Oeste do vulcão do Monte Brasil, descaindo desde a linha de água até uma profundidade de cerca de 25 metros, em frente ao Forte de S. Benedito ou Três Paus, prolongando-se por cerca de 40 metros, no sentido sul, até ao Forte de Santo António[15]. Estas rochas aparentam ser ideais para a ancoragem de navios de grande tonelagem porque, por um lado, permitiam agarrar bem as âncoras devido ás reentrâncias e dimensões das rochas e, por outro, ao localizarem-se no limite da encosta do Monte Brasil permitem uma rápida saída do porto em caso de necessidade. António Cordeiro afirma que: "O ancoradouro é limpo de cachopos e bancos de areia, e firmam nele as âncoras tão seguramente que nunca arrastam e só quebrando desamparam o navio" (Cordeiro, op. cit, 269). Os vestígios arqueológicos sobreviventes da utilização deste local como ancoradouro contribuem para o conhecimento do funcionamento do porto e de acordo com a documentação histórica e os vestígios arqueológicos analisados, considera-se que neste local ancorariam embarcações de maior porte com o intuito de permanecerem algum tempo no porto e de se abrigarem do vento e da agitação forte de Noroeste.

A representação cartográfica deixada por Linschoten indica esta como uma das zonas ancoragem do porto, desenhando aí o fundeadouro dos navios de maior tonelagem com a colocação de três amarras por cada navio, por oposição a uma ou duas amarras dos navios colocados no meio da baía[16].

Apesar das características orográficas apresentadas, grande parte da baía de Angra é composta por um fundo arenoso com profundidades favoráveis à presença de navios de médio e pequeno calado em zonas muito próximas da cidade. Os fundos arenosos permitem uma mais rápida e fácil ancoragem ou amarração a bóias poitadas no porto, no entanto estes sistemas poderão tornar-se menos seguros em caso de aumento da agitação marítima e da intensidade do vento.

Em 1757, na correspondência do Provedor das Armadas, existem referências à presença de bóias no Porto de Angra sugerindo que, em zonas de pouca profundidade, provavelmente em zonas de fundo arenoso, estas estariam disponíveis para o funcionamento do porto como bóias de amarração e sistemas de amarras

13. Cf. BPARAH, AL, ACAH 4, *Livro do Tombo da Câmara (1656-1707)* fl. 83 a 88v; L. S. Ribeiro (1954) - *Posturas da Câmara Municipal de Angra em 1788*, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XII, p. 379-408; *Reforma das posturas do Concelho de Angra, em 1655*, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. IX (9) 1951, p. 121-182.

14. Na representação dessa função que consta da Carta de Linschoten é representada a actividade da construção de naval e bem como a referência às âncoras. Este apoio funcionava muito próximo do cais e da entrada da cidade deduzindo uma actividade intensa relacionada com as actividades náuticas muito próximo da cidade.

15. No limite sul da parede oeste do Monte Brasil a inclinação da faixa de rocha vai-se acentuando, formando apartir de determinada zona um declive vertical que se inicia apartir dos 28 metros de profundidade e vai descendo abruptamente até aos 40/45 metros até encontrar o fundo de areia. Depositadas junto a este declive foram localizadas em trabalhos da Carta Arqueológica dos Açores, levada a cabo pela DRaC, oito ancoras em ferro de grandes dimensões, comprovando a utilização desta área limite do porto como local de fundeadouro.

16. Verifica-se igualmente na carta holandesa de 1681 "Nieuwe Pafcaert. Van alle de Vlaemse Eylanden", de *Johannus van Keulen Boeckverkooper*, *Amesterdão*, a representação desta área como local de fundeadouro, representado por duas âncoras.

para as embarcações o que obviava em tempo e esforço a tarrefa de ancorar.

As bóias utilizadas seriam feitas de madeira, de acordo com paralelos para a mesma época no porto de Lisboa (Vaz, 2002, p.56), construídas com as mesmas técnicas dos tonéis calafetados, para que pudessem flutuar, aos quais era colocada uma estrutura central em ferro com uma argola por onde passavam os cabos de amarração. Já para a função de poita podiam utilizar-se pedras de maiores dimensões ou um equipamento misto composto por ferros de âncora já inutilizados com elementos pétreos.

O fundeadouro do porto de Angra possuía zonas distintas para a ancoragem, diferenciando-se estas de acordo com as embarcações que o utilizavam, sendo por isso um espaço bastante versátil (fig. 9). No entanto, o porto não era considerado um fundeadouro absolutamente seguro, uma vez que não garantia a estabilidade das embarcações, especialmente em caso de fortes intempéries, nomeadamente quando se tratava de navios de maiores dimensões e bem carregados. O cronista Maldonado, refere nos anos de 1669 e 1690 que, muitas vezes, os pilotos não conheciam bem o porto nem as suas especificidades. Havia assim que ter em atenção as várias situações possíveis de perigo dentro do porto, como ser apanhado muito no interior onde a mudança de vento para o quadrante Sul-Sueste tornava difícil a manobra de saída (Maldonado, *op. cit.* (1990) – Vol. 2º, p. 647) [17] ou ainda o perigo de ficar com o barco preso muito junto a terra e ser apanhado pela ondulação potenciando o embate nas rochas (figs. 10 e 11).

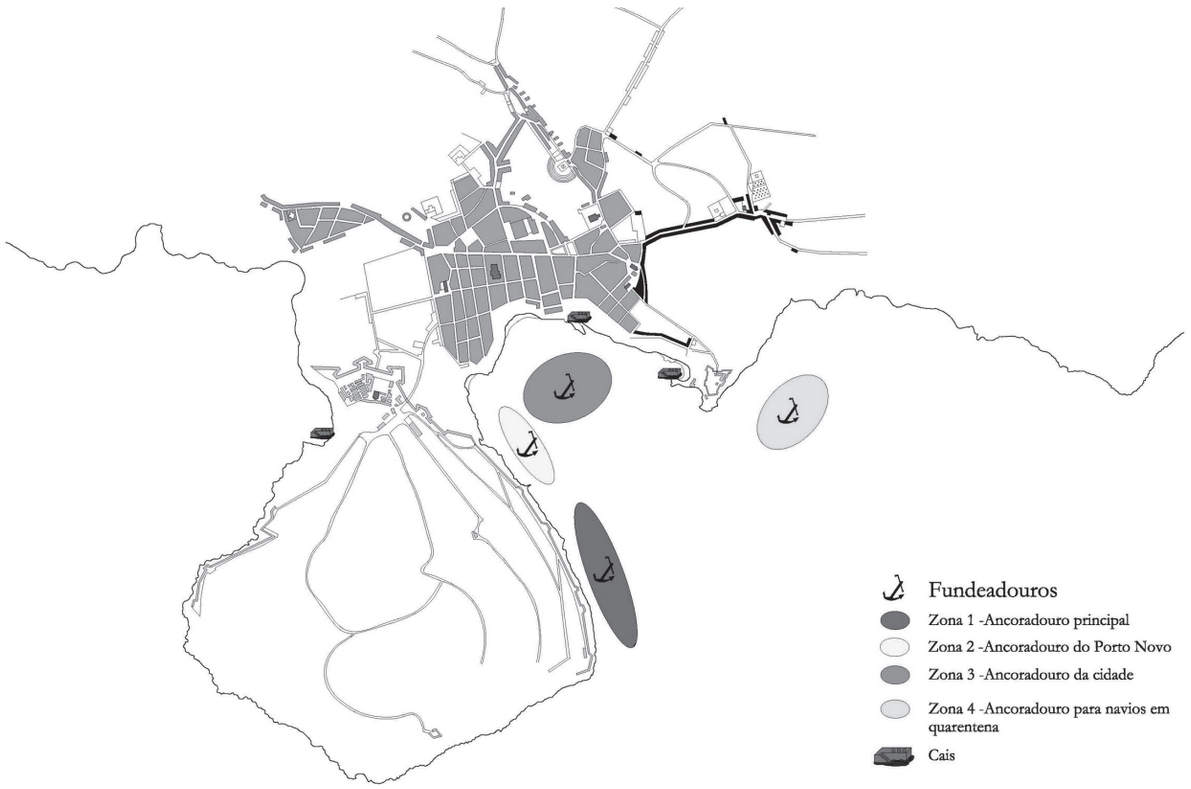
É de considerar que qualquer acidente junto ao ancoradouro do Monte Brasil diminuía a possibilidade de salvamento, uma vez que o local é bastante fundo e afastado da costa, não sendo por isso possível a recuperação das cargas dos náufragos. Nestes casos, decidir-se-ia pelo abandono da embarcação tentando a sobrevivência através dos pequenos botes que normalmente assistiam os navios (Maldonado, *op. cit.*, Vol 2º, 1990, p. 647)[18].

Aos locais de fundeadouro do porto já referidos, verificados na cartografia, considera-se um outro referenciado na documentação camarária de 8 de Março de 1656[19], que se localizava em frente ao forte de S. Sebastião e que se destinava aos navios em quarentena, que por alguma razão de saúde pública deveriam aguardar ordem para o contacto com terra. Considera-se

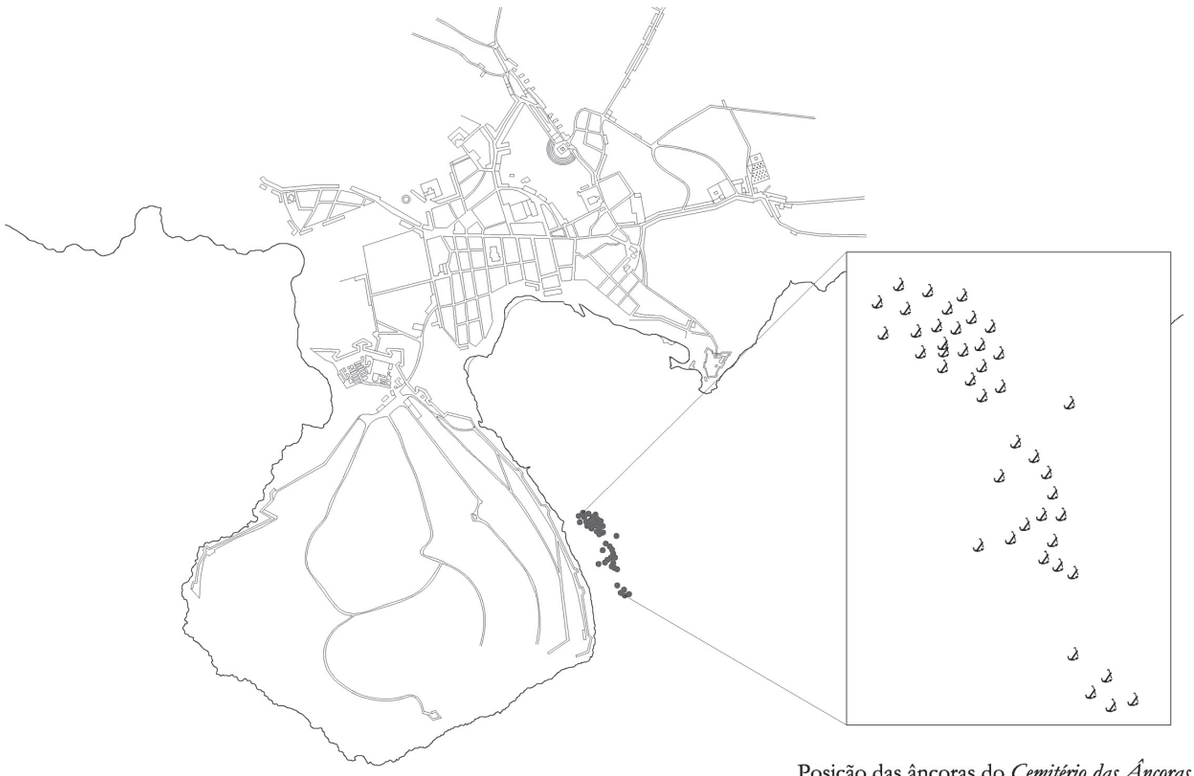
17. Neste caso, melhor solução seria a saída para alto mar de modo a escapar à colisão contra a encosta do Monte Brasil ou os recifes que se localizam mais a Leste em frente ao Forte de S. Sebastião.

18. Os pequenos botes ou "lanchas" que eram normalmente transportados dentro dos navios eram colocados à chegada ao porto à popa para serem utilizados como barcos de ligação a terra dos oficiais do navio.

19. "[...] asentarão que se pusese dito Navio en degredo gente e fazenda Na Agoa de são Sebastião como he costome [...]". Cf. BPARAH, AL, ACAH *Vereações 1652-1657*. Fl.188v-189v.



9. Localização dos fundeadouros do porto de Angra.



10. Mapa com posicionamento das âncoras no fundo.

que a ordem para fundear neste local apenas poderia ocorrer em dias de mar calmo uma vez que a proximidade dos recifes que se encontram nesta zona poderiam tornar-se uma séria ameaça aos navios em caso de agitação marítima.

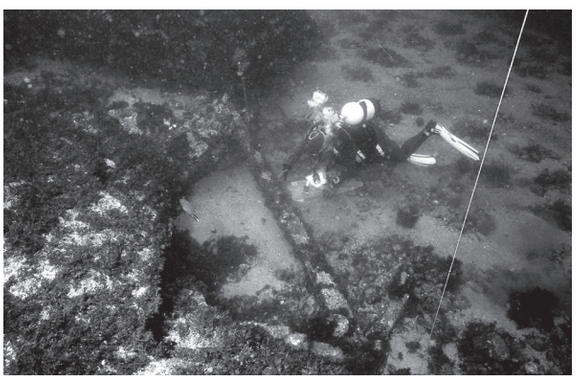
Todos os locais de fundeadouro do porto de Angra apresentavam assim características geomorfológicas relativamente favoráveis para se conseguirem fazer prender as amarras ao fundo. No entanto, a vulnerabilidade deste porto às intempéries e a agitação marítima torna qualquer local do porto destinado a fundear pouco seguro em caso de tempestade principalmente do quadrante Sul-Sueste.

CONCLUSÃO

Apesar de o porto de Angra ser considerado o melhor porto dos Açores, na realidade, eram recorrentes as referências ao perigo do seu ancoradouro, sobretudo por fazer encurralar as embarcações de maior porte, que, movidas pela força do vento, tinham dificuldade em fazer-se ao largo, já que esta era a única possibilidade que havia neste porto de escapar à fúria do mar. A ironia levou a que se afirmasse que o local mais seguro para a protecção dos navios quando surpreendidos por forte agitação marítimas era precisamente o mar, devendo permanecer assim o mais longe possível da costa de Angra longe dos esporões ou recifes (Bettencourt, 2008).

Quando comparado com outros portos do mundo atlântico na época moderna o porto de Angra reúne as características particulares do que se pode denominar como um "porto insular", ou seja, um porto distinto dos principais portos continentais, preferencialmente abrigados nos estuários dos grandes rios navegáveis e protegidos da inconstante agitação marítima. Enquanto porto insular, Angra não possuía uma protecção face à inconstância do mar, nem foi possível no seu espaço edificar sólidas docas para instalar um importante entreposto comercial, não se vindo a afirmar, deste modo, na linha de tendência dos grandes portos

FRN-DRaC



11. Exemplo de âncora depositada no fundo.

europeus do Atlântico com avultados investimentos em infra-estruturas de apoio à navegação e à actividade mercantil.

Todos os condicionalismos geográficos e socioeconómicos do espaço portuário angrense, a sua vulnerabilidade à agitação marítima, o facto de não ser um centro abastecedor de qualquer produto ou matéria-prima central para a economia-mundo europeia, fizeram com que os poderes que tutelavam o funcionamento do porto procurassem desenvolver as *reais* possibilidades deste espaço, que eram maioritariamente as de protecção e assistência a navios em trânsito.

Os grandes investimentos aplicados nas estruturas artificiais foram essencialmente feitos na construção e manutenção de sistemas defensivos e esta estratégia não foi mais do que fomentadora ao apoio e à passagem por Angra e não um incentivo à permanência dos barcos e ao estabelecimento de trocas comerciais. Porém, tal estratégia era plenamente justificada, tomando em linha de conta a necessidade constante de garantir a defesa contra inimigos, invasores ou piratas.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO DA CÂMARA DE ANGRA DO HEROÍSMO, N.º 14, *Livro de Vereações (1652-1657);* BPARAH.

ARQUIVO DA CÂMARA DE ANGRA DO HEROÍSMO, N.º 4, *Livro do Tombo da Câmara (1656-1707),* BPARAH.

ARQUIVO DA CÂMARA DE ANGRA DO HEROÍSMO, N.º11, *Livro de Vereações (1628),* BPARAH.

ARQUIVO DOS AÇORES (1980-1984). Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 15 volumes.

AGOSTINHO, J. (1959) – *O Monte Brasil. Esboço Monográfico*, Separata de *Açoreana. Boletim da Sociedade Afonso Chaves*, vol. IV, n.º4, 1949, Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade.

AGUSTÍN G. e DOLORES R. ed. (1996) – El Sistema Portuário Español. In P*uertos y Sistemas Portuários (Siglos XVI-XX), Actas del Coloquio Internacional.* Madrid, Ministério de Fomento.

ALBUQUERQUE, L. (dir.) – (1994) - *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 2 volumes.

ARNAUD, J. L. (2008) – *Analyse spatiale, cartographie et histoire urbaine*, Éditions Parenthèses/MMSH, Marseille.

BARRETO, L. F. (1983) – *Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI,* Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

BETTENCOURT, J. (2008) – *A nau Nossa Senhora da Luz (1615) no contexto da Carreira da Índia e da escala dos Açores: uma abordagem Histórico – arqueológica.* Tese de Mestrado, Universidade Nova, Lisboa (policiopiado).

BICALHO, M. F. (2003) – *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BLOT, M. L. (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos*, Trabalhos de Arqueologia, 28, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português de Arqueologia.

BOIÇA, J. M. F. (1998) – Zarpar e Arribar a Lisboa na Época da Navegação Moderna. In *Nossa Senhora dos Mártires. A última Viagem,* Catálogo do Pavilhão de Portugal, Expo' 98, Lisboa, Editorial Verbo, p. 23-31.

BROWN, R. (1997) – Arms and Armour from Wrecks: an introduction. In *Artefacts from Wrecks: Dated Assemblages from the Late Middle Ages to the Industrial Revolution*. Redknap, M., "Oxbow Monograph, 84", Oxford, Oxbow Books, p. 101-109.

BRYCE, D. (1984) – *Weaponry from the Machault: an 18th Century French Frigate*, National Historic Parks and Sites Branch. Parks Canada. Environment Canada, p.41-61.

BUTEL, P. (1999) – *The Atlantic*, Seas in History, London, Routledge.

CARITA, R. (2001) – As defesas da Antiga Vila da Praia na ilha Terceira nos séculos XV e XVII. In *Francisco Ornelas da Câmara. Actas do Colóquio Comemorativo 400 Anos do seu Nascimento*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, p. 81-93.

CHOUZENOUX, C. (2010) – *Projecto de Investigação Arqueológica Subaquática do Sítio "Cemitério da Âncoras". Um contributo para a análise, caracterização e tipologia de um conjunto de 40 das Âncoras Estudo e Interpretação.* Tese de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, (policopiado), Porto.

CORDEIRO, A. (1981) – *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, edição fac-similada da edição *princeps* de 1717, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

COSTA, L. F. (1997) – *Naus e Galeões da Ribeira das Naus. A construção Naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1997.

COSTA, L. F. (2002) – *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2 volumes.

DELESTRE, X. e MARCHESI, H. (2010) – *Archéologie des rivages méditerranéens, 50 ans de recherche, actes du colloque d'Arles (Bouches-du-Rhône)*, Éditions Errance, Ministère de la culture et de la Comunication, Paris.

DOMINGUES, F. C. (2004) – *Os navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

ENES, M. F. D. T. (1984) – A Provedoria das Armadas no Século XVII (algumas notas). In *Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 147-205.

FERNANDES, M. J. (1989) – *Angra do Heroísmo,* Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, Editorial Presença.

FERREIRA, A. M. P. – Os Açores e o Corso Francês na Primeira Metade do Século XVI: a Importância Estratégica do Arquipélago (1521-1537). In *Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984, p. 280-308.

FREIRE, J. A. S. – *O Porto de Ponta Delgada e o Comércio de S. Miguel: 1700-1720*, dissertação de Mestrado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, policiopiado.

FRUTUOSO, G. (1978) – *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

FUNDO ERNESTO DO CANTO, *Cartas Régias (1514-1803),* BPAPD.

GIL, M. O. R. (1983) – Os Açores e o Comércio Atlântico nos Finais do Século XVII (1680-1700), *Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, p. 137-203.

GIL, M. O. R. (1984) – Os Açores e a Rede de Negócios na Atlântico Seiscentista (elementos para o seu estudo: as procurações), In *Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 555- 575.

GODINHO, V. M. (1978) – *Ensaios II: Sobre a História de Portugal,* 2.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

GODINHO, V. M. (1989) – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença.

GRAFE, R. (2005) – *Entre el Mundo Ibérico y el Atlântico. Comercio y Especialización Regional (1550-1650)*, Bilbao, Diputación Foral de Bizkaia.

GREGÓRIO, R. D. (2008) – *Terra e Fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*, Teses, Centro de História de Além-Mar, Ponta Delgada.

GYGAX, K. E. (1969-1970) – Contribuições para a Geografia de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (Açores), *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 27/28, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.

HARING, C. H. (1979) – *Comercio y Navegación entre España y las Índias, en la época de los Absburgos*, México, Fondo de Cultura Económica.

HAUDRÉRE, P. (2000) – *O Grande Comércio Marítimo do Século XVIII. Os Europeus e o espaço Marítimo,* Mem Martins, Publicações Europa-América.

JACKSON, G. (1983) – *The history and Archaeology of Ports,* Kingswood, World Work LTD.

KOIKO, K. (2004) – *Mar, Medo e Morte: aspectos psicológicos dos náufragos na História Trágico-Marítima, nos testemunhos inéditos e noutras fontes,* Cascais, Patrimonia Histórica, vol. I, p. 241-261.

LEITE, A. R. (2002) – Angra, um Porto no percurso da Cidade Portuguesa, *Atlântida*, vol. XLVII, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.

LEITE, J. G. R. (1998) – Guardas das Naus da Índia e Mina no Porto de Angra. In *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Angra do Heroísmo, p. 741-777.

LEITE, J. G. R. (2001) – A estrutura da provedoria das Armadas de Angra no século XVIII. Uma visão burocrática. In *Portos Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente*. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal, Ilhas Terceira e S. Miguel, Lisboa, Universidade dos Açores – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1.º vol., p. 295-308.

LIMA, M. C. B. (1984) – Angra Universal Escala do Mar Poente no Século XVI. In *Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 859-875.

LINSCHOTEN, J. H. (1997) – *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Arie Pos e Rui Manuel Loureiro prep., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

MALDONADO, M. L. (1990) – *Fénix Angrense*, transcrição e notas de Hélder Fernando Parreira de Sousa Lima, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, volume 2.

MANGAS, F. S. (1989) – *Armadas Y Flotas de La Plata (1620--1648)*, Madrid, Banco de España.

MARTINS, J. M. S. (2007) – O Património Fortificado da Ilha Terceira. O Passado e o Presente, *Atlântida - Revista de Cultura*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, vol. LII, p. 9-52.

MATOS, A. T. (1990) – *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa (Novos elementos para o seu estudo)*, Lisboa, Academia de Marinha.

MATOS, A. T. (1983) – Os Açores e a carreira das Índias no século XVI. In *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. II — Séculos XVI-XX, Lisboa, Editorial Estampa, p. 93-110.

MATOS, A. T. (1984) – *O Regimento do provedor das Armadas dos Açores (1575).* Separata de *A abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus. Em Homenagem a Luís Albuquerque*, Lisboa, Ed. Presença, vol. II, p. 39-50.

MATOS, R. C. (2002) – *António de Mariz Carneiro Cosmógrafo--mor de Portugal,* dissertação de Mestrado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, policopiado.

MENESES, A. F. (1998) – Angra na Rota da Índia: Funções, cobiças e tempos, In *A Carreira da Índia e as rotas dos Estreitos,* Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Angra do Heroísmo.

MENESES, A. F. e RODRIGUES, J. D. – Economia, In *Enciclopédia Açoriana* [URL: http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=2909].

MONTEIRO, P. (2000) – A Carta Arqueológica Subaquática dos Açores: Metodologia, resultados e sua aplicação na Gestão do Património Subaquático da Região Autónoma dos Açores, In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular,* ADECAP, Porto, p. 497-519.

O'FLANAGAN P. (2008) – *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500–1900*, Oxford, Ashgate Publishing.

PAULET, J.-P. (2007) – *Les villes et la mer*, Ellepses, Paris.

POLÓNIA, A. (2007) – *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local – O Porto de Vila do Conde no Século XVI,* INCM, Lisboa.

POLÓNIA, A. (2007) – Os Náuticos da Expansão Portuguesa. Perfis de Actuação Económica, Estratégias de Investimento e Funções Sociais. Um Estudo Micro-Analítico, In *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro do Matos*, Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa coord., Lisboa, Centro de História de Além-Mar. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade dos Açores, p. 377-400.

POLÓNIA, A. e OSSWALD, H., coord. (2007) – *European Seaports Systems in the early Modern Age – A Comparative Approach*, International Workshop, Porto, Instituto de História Moderna – Universidade do Porto.

RODRIGUES, J. D. (1994) – *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII,* Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

RODRIGUES, J. D. (1998) – A Carreira da Índia e a escala açoriana. In *Catálogo Oficial do Pavilhão de Portugal. Exposição Mundial de Lisboa de 1998*, Lisboa, Expo'98, Pavilhão de Portugal, p. 131-147.

RODRIGUES, J. D. (2003) – *Casa, Elites e Poder: São Miguel no Século XVIII,* Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2 volumes.

ROSSA, W. (1995) – A Cidade Portuguesa. In *História da Arte Portuguesa*, 3.º Vol, Paulo Pereira dir., Círculo de Leitores, p. 233-323.

ROSSA, W. (2002) – *A Urbe o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*, Coimbra, Almedina.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1990) – Ports of Colonial Brazil. In *Atlantic Port Cities*, Franklin W. Knight and Peggy K. Liss (eds.), Knoxville, The University of Tennessee Press, p. 196-239.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1998) – *The Portuguese Empire, 1415-1808. A world on the move*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press.

SANTOS, J. M. (1989) – *Os Açores nos Sécs. XV e XVI*, Angra do Heroísmo, SREC/DRAC, 2 volumes.

SANTOS, J. M. (2007) – Os Açores e o seu Mundo em Começos do Século XVII. In *Francisco Ornelas da Câmara. Actas do Colóquio Comemorativo 400 Anos do seu Nascimento*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, p. 39-49.

SICKING, L. (2007) – Portas para o mar: infraestruturas portuárias nos Países Baixos na Baixa Idade. In *European Seaports Systems in the early Modern Age – A Comparative Approach*, International Workshop (Amélia Apolónia, Helena Osswald coord). Porto, Instituto de História Moderna – Universidade do Porto, p. 96-106.

SILVA, A. C. (1998) – Espaços *Urbanos de Cabo Verde. O tempo das Cidades-Porto,* Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

VAUTHIER-VÉZIER, A. (2007) – *L'estuaire et le port. L'identité maritime de Nantes au XIXe siècle*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes.

VENTURA, M. G. M. (2000) – *Portugueses no Descobrimento e conquista da Hispano-América. Viagens e expedições (1492--1557),* Lisboa, Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero--Atlântica, p.149-159.

VIEIRA, A. (1989) – Da Poliorcética à Fortificação nos Açores. Introdução ao Estudo do Sistema Defensivo nos Açores nos Séculos XVI-XIX. In *Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico. Do Descobrimento à II Guerra Mundial*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 1525-1564.

CARACTÉRISATION ET TYPOLOGIE DU CIMETIÈRE DES ANCRES

VERS UNE INTERPRÉTATION DES CONDITIONS DE MOUILLAGE ET DE LA FRÉQUENTATION DE LA BAIE D'ANGRA DO HEROISMO, DU XVI AU XIX SIÈCLE ÎLE DE TERCEIRA, AÇORES

CHRISTELLE CHOUZENOUX CHAM – FCSH - UNL | UAç

RESUMO A intervenção subaquática realizada em Junho e Julho de 2009 levou à análise e interpretação do Cemitério das Âncoras, uma das áreas definidas em 2006 como Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira do arquipélago dos Açores. O principal objectivo do estudo foi realçar o interesse histórico e arqueológico deste cemitério submerso, analisando as características particulares de cada uma das 44 âncoras deste depósito atípico. Foi com este fim que se definiu e aplicou uma metodologia sistemática para recolha de informações sobre cada âncora submersa, a fim de criar uma tipologia baseada no estudo morfológico das peças. A interpretação destes dados inéditos permitiu um melhor entendimento da cronologia, função e potencial destas âncoras, bem como determinar os tipos de navios susceptíveis de as transportar e as razões que os terão levado a as abandonar aqui. De modo mais geral, este estudo teve como objectivo compreender o papel desempenhado pelo antigo porto de Angra âncora no comércio internacional entre os séculos XVI e XIX.

PALAVRAS-CHAVE Âncoras, porto, ancoragem, Açores, Angra

1. INTRODUCTION, CONTEXTE

L'établissement des tracés des grandes routes maritimes et commerciales permit à l'archipel des Açores de s'imposer comme étape incontournable lors des expéditions du XV° et du XVI° siècles. C'est ainsi que les îles connurent un essor sans précédent, favorisé par une situation géographique privilégiée au regard de la géopolitique et des échanges internationaux. L'île de Terceira va elle-même connaître un remarquable développement grâce à l'aspect polyvalent du port d'escale d'Angra do Heroismo qui, naturellement abrité des vents et des courants violents (Mota 1970) sévissant sur le reste des côtes, garantissait l'optimisation du voyage au retour des traversées transatlantiques (Linschoten, 1610). Permettant aux bateaux d'effecteur une halte technique et mercantile, le port favorisa l'affirmation de véritables circuits commerciaux (Meneses, 1995). Ceux-ci étaient principalement organisés entre les navigateurs de passage désireux de ravitailler leurs navires et les autochtones qui tentaient de s'enrichir et d'acheter épices, soieries et autres marchandises issues des colonies (Chaunu, 1984; Meneses, 1995). Cependant, si la qualité des fonds marins garantissait la réputation internationale du port d'Angra, celui-ci n'en était pas moins redouté pour ses vents violents, rendant périlleuses les manœuvres à l'entrée ou au sortir du port (Chaunu, 1984). Durant les tempêtes, de forts courants menaçaient la stabilité des navires, tandis qu'un vent d'orientation S-SE, désormais connu sous le nom de *Carpinteiro* (*le charpentier*), les rabattait dangereusement contre les écueils du volcan du Monte Brasil (Linschoten, 1610). Pour se sauver, les équipages se voyaient forcés d'abandonner dans l'urgence les amarres fréquemment prises au fond (Maldonado, 1989). En 1527 fut créée la *Provedoria das Armadas.* Cette institution, qui œuvrait aux contrôles portuaires (Garcia, 2008), joua un rôle prépondérant dans la gestion des nombreux problèmes d'amarrage survenus dans l'ancien port de la ville. L'une de ses nombreuses fonctions était d'assurer la manutention des systèmes de mouillage des navires, incluant la

récupération et la réutilisation des ancres perdues[1]. Les écrits témoignant de ces abandons attestent de conditions de navigation difficiles sur une mer démontée, provoquant la rupture des ancres ou engendrant une impossibilité de les remonter. Une mauvaise connaissance des spécificités de la côte pouvait donc être fatale, comme le prouvent les 44 ancres aux tailles et typologies variées, gisant le long des parois immergées du Monte Brasil.

Officiellement reconnu en 1995, le site fut initialement identifié comme lieu de concentration d'un nombre élevé d'ancres et associé à l'ancien poste d'amarrage de la ville, du XVI° au XVIII° siècle. Il fut officiellement référencé en 2001, lors de l'élaboration de la Carte Archéologique des Açores, bien que la difficulté d'accès du gisement n'ait permis à l'époque l'identification de seulement 22 ancres. Le site fut finalement appréhendé dans son ensemble en 2006, lorsqu'il fit l'objet d'une mesure de protection spécifique et fut classé *Parc Archéologique Sous-Marin*.

2. ELEMENTS DE METHODOLOGIE POUR L'ETUDE DES ANCRES

L'ancre est un symbole emblématique dont l'analyse en contexte archéologique est précieuse, car elle peut fournir un point de référence permettant la déduction de plusieurs types d'informations, tant sur l'artefact en lui-même que sur le navire qui la transportait. La détermination de la chronologie des amarres constitue donc un enjeu important. En effet, la conception et la fabrication des ancres évoluent parallèlement aux innovations techniques de la navigation. Elles seront fortement liées à l'essor de la marine et à l'amélioration des navires de guerre. Au XVII siècle puis essentiellement au XVIII° siècle, la taille et le poids des ancres font l'objet de travaux de normalisation, ce en vue de fournir des pièces adaptées aux besoins spécifiques des différents navires et d'optimiser l'efficacité de leur prise aux fonds. L'acquisition des amarres équipant les flottes était réalisée par le biais de commandes d'envergure tandis que les grands centres de production œuvraient à échelle européenne et que les transactions étaient nombreuses (Jobling, 1993). La datation fournie par l'étude des ancres doit cependant être considérée avec précaution, dans la mesure où elle ne permet pas toujours de déduire celle du navire qui les transportait. En effet, les cas de réutilisation étaient fréquents et les amarres vétustes ou brisées pouvaient être modifiées pour être transportées dans des embarcations plus récentes (Greenhill & Morrisson, 1976). En outre, malgré les innovations techniques apportées au fil des siècles, certaines des formes les plus anciennes vont perdurer et leur emploi s'étendre au-delà de la période qui leur est supposément attribuée.

La provenance géographique est un autre facteur à prendre en considération dans l'élaboration de la typologie car elle peut être déterminante lors de l'analyse morphologique des pièces. Les normes établies dans les traités de construction européens variaient selon les centres de production (Angleterre, France, Allemagne, Hollande, Suède ou Espagne pour les principaux). La confrontation des registres et des archives des flottes ayant fréquenté les côtes du port d'Angra avec les textes relatifs à la fabrication des ancres permet d'obtenir une idée représentative des nationalités potentielles des fers gisant au fond de la baie[2].

A partir de la taille des ancres analysées, le calcul de leur poids théorique est effectué. Il est principalement basé sur les tables de proportions développées dès la fin du XVII° siècle. Le poids est dit théorique dans la mesure où il reste approximatif et ne tient pas compte des réalités métallurgiques ni des spécificités de l'ancre. Il permet de déduire les potentielles fonctions des fers à bord[3]. Au regard de ces standards de normalisation, une même ancre pouvait se voir attribuer différents usages, variables selon la taille de l'embarcation qui la transportait. C'est ainsi que *l'ancre de miséricorde*[4] embarquée à bord d'un petit vaisseau pouvait par

1. *«[…] contesia por muitas vezes levantados e as ditas naos da ìndia, ou galleois dos portos em que estavão anchorados de noute os obrigados do vento que lhe sobrevinha, ou pella pressa ser muita e não convir deterem-se, lhe ficavão algumas amarras sem Anchoras das que trazião e levavão outras das que lhe hião de terra de forte […] se veja a todo o tempo o que Se gasta em as ditas amarras e as que restam em fes, e as que leuão os galleois e as que deixão e as que se perdem que senão podem tirar do fundo do mar e as que se Gastão.*» BPARPD, FEC, Tombo da Correspondência Oficial do Provedor das Armadas, Vol I, fl 33-34.

2. L'un des principaux objectifs de ce travail est d'apporter une contribution sur les connaissances relatives à la production des ancres modernes, dans la mesure où la bibliographie disponible est souvent peu exhaustive, à l'instar notamment des ancres ibériques.

3. La fonction de l'ancre varie selon le type de bateau qui la transportait. Les navires de guerre et flottes royales avaient développé des normes permettant de définir et de répertorier le nombre exact des ancres à bord, leurs poids respectifs, ainsi que celui des maîtres-câbles utilisés, calculés en fonction du tonnage des vaisseaux et ce, pour tout type de navire.

4. *L'ancre de miséricorde (sheet anchor)* également appelée *ancre de calle*, *ancre sacrée*, ou *maîtresse ancre,* est la plus lourde et de la plus résistante des ancres à bord. De par ses dimensions imposantes, elle est stockée dans la calle. Pering la définit en 1819 comme *le meilleur espoir des marins* car elle représente l'ultime recours permettant de faire face aux situations les plus critiques (Falconer, 1769). Cependant, la manipulation de cette ancre reste ardue dans la mesure où il s'agit d'une ancre très lourde. Notons, à titre indicatif qu'un navire de la Royal Navy de 500 tonnes serait doté d'une ancre de miséricorde de 907kg: *a sheet anchor weight 2000 pounds of 907* kg's (Pering, 1819). C'est ainsi qu'elle n'est pas toujours présente à bord. Réaumur souligne à ce titre que « *Quelques Capitaines n'en veulent point, parce qu'on s'en sert rarement et que souvent le danger est passé avant qu'on l'ait* parée *et mise en état de servir* » (Réaumur, 1764).

exemple correspondre à une *ancre à empenneler*[5] sur un navire d'envergure. Les amarres ainsi différenciées étaient stockées dans des endroits spécifiques à bord des navires, eux-mêmes déterminés en fonction de l'utilisation prévue et selon des finalités bien définies. Bien qu'il reste difficile d'estimer le nombre exact des fers embarqués, l'analyse des traités de l'époque souligne l'évolution de leur emploi et atteste de la progressive standardisation des relations de proportionnalité entre la taille ou l'envergure du navire et le poids des ancres transportées.

Afin d'optimiser les résultats de cette étude, il fut nécessaire d'établir une normalisation de la terminologie appliquée aux ancres, ainsi qu'une définition des paramètres généraux permettant l'évaluation et la mesure des éléments constitutifs. Les éléments morphologiques significatifs, tels que sections, formes des pattes ou du diamant, angles d'ouverture des bras, systèmes de levage, etc., devaient systématiquement être pris en considération grâce à une évaluation visuelle rigoureuse, compte tenu de l'état de conservation des artefacts et du biais engendré par les concrétions. Une attention particulière fut portée sur les indices susceptibles d'offrir des informations quant aux techniques de fabrication utilisées, à l'instar du mode de fixation des pattes, de la présence éventuelle de cerclages ou de chevilles, voire de marques de soudure au niveau des bras (bien que les concrétions rendent souvent ces éléments illisibles en milieu sous-marin).

L'élaboration de la typologie des 44 ancres du gisement d'Angra a donc permis de mieux cerner l'évolution morphologique des pièces au fil des siècles, en soulignant les potentiels indicateurs chronologiques ou ceux relatifs à la provenance géographique. Cela a également permis d'envisager les différentes fonctions que ces ancres pouvaient avoir à bord.

3. ANALYSE DES CONDITIONS DE MOUILLAGE

La localisation du gisement est singulière dans la mesure où elle s'inscrit sur la ligne de jonction marquant la transition entre les deux types de fonds qui caractérisent la baie d'Angra. Les premiers sont de nature sableuse à l'intérieur de l'anse et présentent une déclivité douce suivant une orientation Nord-Sud. Ils permettaient aux embarcations modestes d'amarrer tout en bénéficiant de la proximité directe de la ville. Les sédiments sableux sont cernés d'une bande de blocs rocheux de lave basaltique (Caniaux, 2006)[6].

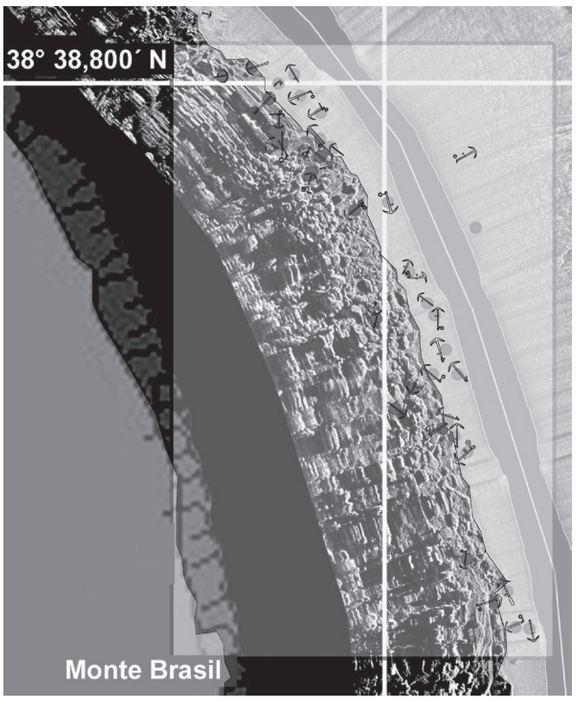
Large d'une dizaine de mètres, ces derniers longent les parois immergées du volcan du Monte Brasil suivant une inclinaison Nord-Sud, Ouest-Est. Cette ceinture rocheuse s'enfonce progressivement depuis la ligne d'eau jusqu'à une profondeur pouvant atteindre les 40 mètres, avant de chuter vers un à-pic abrupt. Les navires de fort tonnage pouvaient amarrer à cet endroit, assurant une bonne prise à leurs ancres qui venaient s'accrocher sous des blocs imposants.

Situé sur la ligne marquant la frontière entre ces deux zones, le site des ancres est caractérisé par une bathymétrie variant de 15 à 36 mètres et par une vaste zone de dispersion, rendant son accès compliqué (fig. 1). Aux vues des contraintes liées à la nature du site et à l'état de conservation des pièces, l'intervention envisagée visait à identifier les principales caractéristiques et à recueillir toutes les évidences archéologiques *in situ*. Les mesures effectuées sur les artefacts furent déterminées en fonction de leur importance, elle-même jugée selon la pertinence des informations quantitatives ou qualitatives prétendues.

A l'issue de l'évaluation des caractéristiques générales du site, du mode de distribution et de dépôt des pièces,

5. *L'ancre à empenneler ou empannelle (stream anchor)* présente une taille moyenne et est utilisée pour des courants légers. Facilement maniable grâce à son gabarit, elle est également employée en rivière ou pour la réalisation d'un arrêt provisoire. Elle est cependant fréquemment couplée à une seconde ancre afin d'*empenneler* ou *empanner* le navire, c'est-à-dire de l'arrêter. Ces deux ancres sont stockées conjointement contre les porte-haubans du mât de misaine (Lescallier, 1791). Selon une définition du *Dictionnaire Littré,* l'ancre à empenneler correspond à une petite ancre, « qui tient par un câble à la grosse, et que l'on mouille devant elle, pour tenir le vaisseau plus ferme » *(*Littré, 1863-77). Elle sert aussi de sécurité lors du mouillage d'une ancre de gabarit plus important.

6. Fruit d'une éruption de lave basaltique, le Monte Brasil est un cône de tuf, roche résultant de la consolidation de débris volcaniques sous l'action de l'eau (Canieux, 2006).

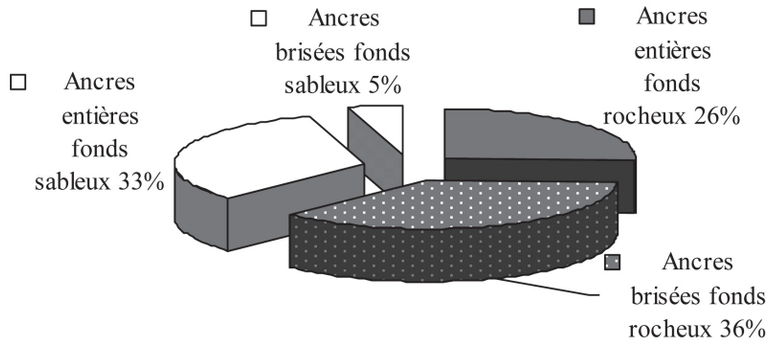


1. Localisation, orientation et répartition des ancres selon le type de fond. Carte réalisée à partir d'une image de sonar à balayage latéral.

une première classification des 44 ancres a pu être établie. Elles se répartissent entre 2 ensembles principaux, différenciés selon le type de fond rencontré. Une majorité de 28 ancres (63% du gisement) se trouve dans la zone rocheuse longeant la paroi du Monte Brasil, tandis que les 16 autres (37%) reposent sur les fonds sableux (fig. 2). Dans chacun de ces 2 groupes, il est possible de distinguer 2 sous-ensembles. L'un est composé des ancres qui reposent librement sur le sol, indépendamment de la nature de celui-ci, tandis que l'autre réunit celles qui sont prises dans le sable ou enchevêtrées dans les rochers. Les ancres gisant librement au fond représentent 63% de la totalité. Celles prises dans le sable regroupent 5% des cas, et celles coincées dans l'enchevêtrement des roches 32%. Parallèlement, une autre distinction peut être établie en fonction de l'état de conservation des ancres, qu'elles soient entières ou brisées. Parmi les ancres se trouvant sur fonds rocheux, près de 60% sont brisées, contre seulement 12% sur fonds sableux (fig. 3). Au regard de ces résultats, il est possible d'envisager diverses interprétations relatives aux conditions d'abandon et de déposition des ancres, pouvant résulter de situations de mouillage ou de manœuvres différentes.

33% de la totalité des ancres recensées (14 fers) se trouvent coincées dans les rochers. Cette réalité atteste de la «bonne prise au fond» qui conférait sa réputation au port d'Angra, mais également de la difficulté d'en extraire les amarres. Bien qu'il ne soit pas envisageable d'exclure la fragilisation du métal due aux phénomènes d'érosion, aux courants de fonds ou aux concrétions, les ancres situées en contexte rocheux sont fréquemment détériorées, brisées ou tordues, ce pour 60 % des cas alors qu'ils ne représentent que 12% sur fond sableux. Ce phénomène pourrait résulter de vaines tentatives de récupération, notamment lors des manipulations violentes réalisées en cas de tempêtes ou de mer agitée, comme en témoignent les cas de sections ou de torsions au niveau de la verge des ancres AN17, AN20 ou AN29 (fig. 4). C'est en effet au moment de la récupération de l'ancre que la force exercée atteint son paroxysme et que la probabilité d'entraîner une rupture au lieu de la libération escomptée est la plus grande (Réaumur & Duhamel, 1764). Il convient cependant de rester prudent dans l'interprétation des fractures, puisqu'elles peuvent également être dues à la mauvaise qualité du métal employé ou à l'érosion des pièces, auxquels cas elles pourraient être postérieures à l'abandon de l'ancre (AN20). Par ailleurs, un autre

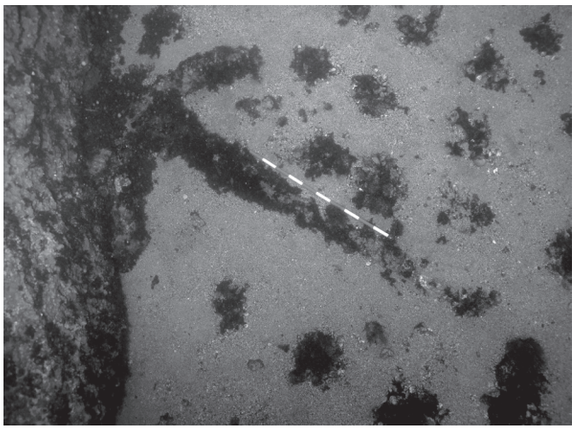
2. Localisation, orientation et répartition des ancres.



3. Répartition et état de conservation des ancres selon les différents types de fonds.

4. Exemple d'une ancre prise dans les rochers (AN17).

J.A. Bettencourt



5. Ancre (AN21) gisant sur fonds sableux.

paramètre lié à la fabrication en elle-même peut être pris en compte, car la force exercée par les bras dans le cas où la longueur de la verge observe une proportion supérieure à la taille requise s'avère être un motif de rupture fréquent (Réaumur, 1723; Pering, 1819). Il est en outre envisageable que cette situation de perte ait pu résulter d'erreurs de navigation ou de manœuvres hasardeuses. Il était en effet dangereux de larguer des ancres sur de tels fonds rocheux car ils rendaient leur récupération ardue, voire improbable. Les vaisseaux se voyaient alors obligés de sectionner les amarres et d'abandonner leurs fers sur place. Aucune information quant aux règles de mouillage dans la zone n'a pu être retrouvée parmi les instructions nautiques disponibles. Parmi les 16 ancres reposant sur les fonds sableux, 14 (soit 88% de l'ensemble) sont dégagées de toute contrainte physique susceptible de les retenir ou de compliquer leur récupération. Seul un fer est enfoncé dans le sable (AN16) pouvant ainsi présenter une plus grande résistance, tandis qu'une ancre gît sous une autre pièce de même morphologie (AN44, ancre inédite découverte sous l'ancre AN27). Il s'agit des deux seuls cas où l'ancre n'est pas libre. L'absence de contrainte physique semble attester du fait que les amarres ont été abandonnées lors d'un départ précipité (fig. 5). Dans certains cas, la présence de chaînes, parfois de longueur conséquente (AN14), peut impliquer qu'elles ont été volontairement sectionnées. Ce cas de figure pourrait traduire l'impossibilité de remonter les ancres par manque de temps, dans une situation extrême ou à cause de conditions désastreuses, à l'instar de fortes intempéries. L'ancre AN20, brisée et tordue à différents niveaux semble illustrer ces vaines tentatives d'extirpation, avant son abandon au pied de la ligne de roche, frontière entre la paroi volcanique et les fonds sableux. Parallèlement, les ancres entières reposant sur (ou entre) les rochers représentent 26% de la totalité. L'absence de contrainte physique qui aurait pu empêcher leur récupération laisse penser que ces ancres ont été abandonnées dans un contexte similaire à celles délaissées sur le sable.

L'hypothèse de l'existence d'une relation liant la taille des ancres et la bathymétrie enregistrée dans la zone où elles reposent peut difficilement être prouvée. Le site du Cimetière des Ancres se situe à une profondeur moyenne de 25 mètres, les fonds oscillant entre un minimum de 16,5 mètres et un maximum de 36,5 mètres. Les ancres les plus grandes, soit celles dont la taille est supérieure à la valeur médiane de 2,65 mètres, sont régulièrement réparties, indépendamment de l'évolution de la profondeur. Les ancres présentant les plus petits gabarits (taille inférieure à la valeur moyenne de 2,50 mètres) sont également dispersées de façon aléatoire, entre 16 et 31 mètres de fond. Cependant, elles n'apparaissent pas au-delà de cette profondeur, à une exception près. Il semble que dans le cas de l'amarrage dans l'ancien port d'Angra, le type de fond soit plus déterminant que la profondeur en elle-même. Ceci expliquerait que les ancres de plus gros calibre, pouvant correspondre aux amarres principales des bateaux de tailles moyennes ou encore aux ancres secondaires appartenant à des bâtiments de plus gros tonnages, sont amarrées dans la roche.

4. ELEMENTS DE TYPOLOGIE DES ANCRES DE LA BAIE D'ANGRA

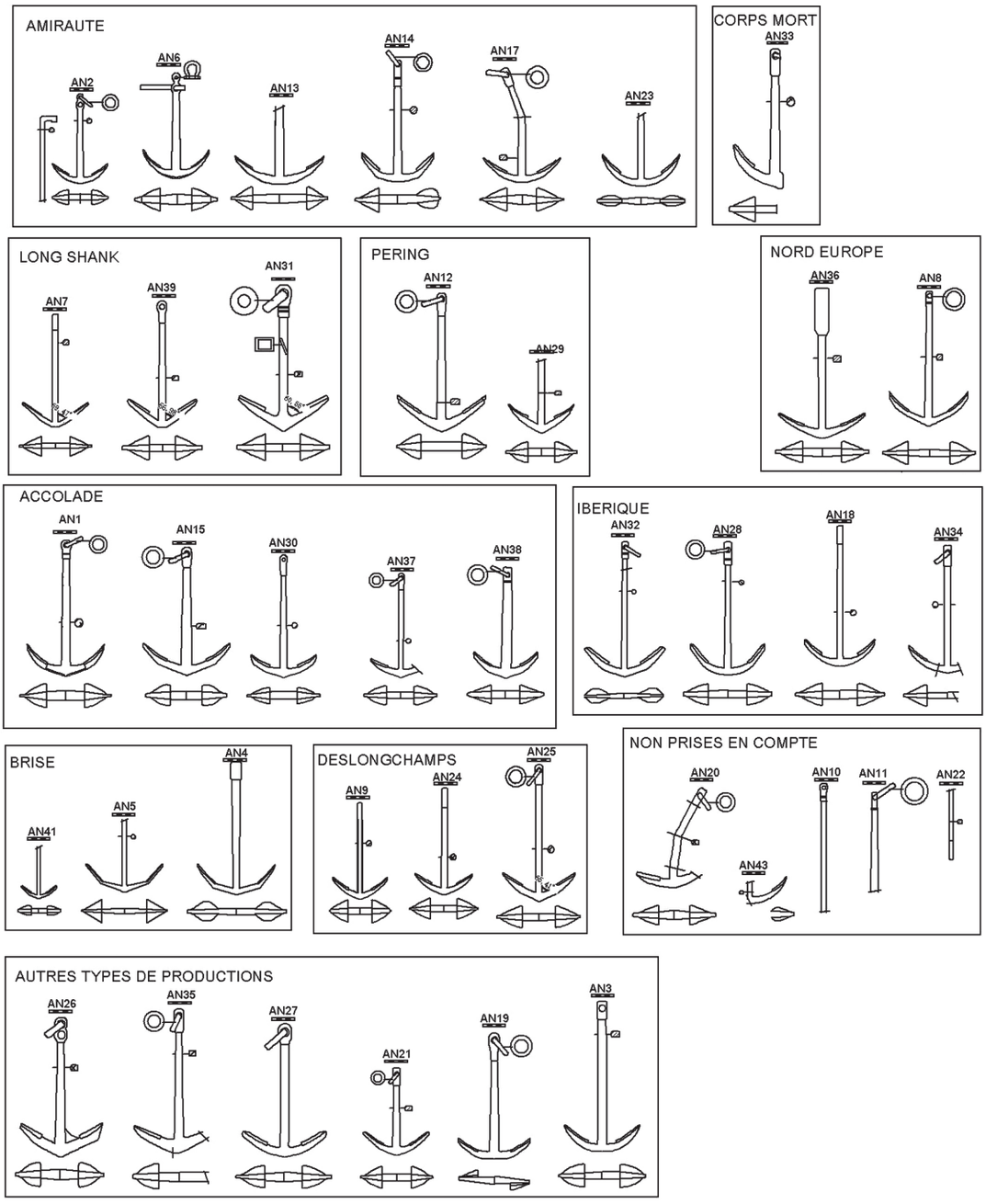
L'analyse morphologique des ancres du gisement d'Angra a permis la création d'une typologie, dont l'élaboration fut basée sur la potentielle provenance géographique des pièces et sur leurs chronologies respectives.
Le 1er ensemble réunit les ancres de types anglais et fut lui-même réparti en 3 catégories. La première est constitué des ancres dites *Long Plan Old Shank* (AN7, AN31 et AN39*).* Il s'agissait au XVIII° siècle des ancres officielles de la Royale Navy. Leurs bras droits et fins observent environ la proportion d'1/3 de la longueur totale de la verge. Ils sont terminés par des pattes larges dont la forme triangulaire est caractéristique de l'époque, tout comme l'ouverture de l'angle de l'aisselle, d'une valeur de 60°. Cependant ces ancres étaient réputées pour leur fragilité et leurs fréquentes ruptures obligeaient à effectuer de nombreuses réparations. Ces fractures touchaient essentiellement les pattes et la verge, où s'exerçaient les plus grandes forces ou poussées. Il était donc fréquent de remonter la verge seule et de perdre le reste (Pering, 1819; Cotsell, 1856). Le calcul du poids théorique des fers de type *Old Plan*, établi sur la base des tables de la Royal Navy (1763) et sur celles de Burney en 1815, laisse présumer qu'il pourrait s'agir d'*ancres à empenneler ou à touer.*
Les ancres AN12 et AN29 peuvent être groupées en un 2nd groupe, dont l'aspect général est proche de celles inventées par Pering au XIX° siècle. Bien que chronologiquement et morphologiquement similaires aux précédentes*,* elles présentent une série de modifications exposées dans un traité publié en 1819[7]. Au regard des tables de Pering, les pièces de ce groupe correspondraient à des *ancres à empenneler* dans le cas d'un navire de 4° rang armé de 60 canons, ou d'*ancres de veille* voire de *miséricorde* pour un 3 mât.
Le 3eme ensemble regroupe les ancres de type *Amirauté* (*AN2, AN6, AN13, AN14, AN17 et AN23).* Apparues en Angleterre aux alentours de 1840[8], ces amarres dont l'utilisation se développe très largement vers 1850, deviendront les ancres officielles de la Royal Navy grâce à leurs performances et qualités techniques novatrices (Cotsell, 1856; Jobling, 1993). Désormais célèbre, ce modèle présente une morphologie aux proportions caractéristiques. Les bras sont arrondis selon une courbure régulière, tandis que la verge suit une section circulaire. Les pattes, dont la longueur observe la proportion de la moitié de celle d'un bras, présentent différentes typologies: *spatule arrondie* (AN2), triangulaire (AN6, AN14, AN17) ou de type *Porter* (AN23) (Cotsell 1856). Les ancres AN2, AN14 et AN17 possèdent une culasse rectangulaire et un organeau, tandis que l'ancre AN6 est dotée d'une manille, donc potentiellement plus récente, tout du moins postérieure à 1820. Les différentes fonctions attribuées à ces ancres sont variables selon la taille du navire[9]. Les plus grandes pourraient correspondre aux *ancres à empenneler* d'une corvette de 18 ou de 20 canons, voire d'un navire de 3° rang, ou encore aux *ancres de bossoir* d'un 3 mâts. Les ancres de taille plus modeste constitueraient les *ancres à touer* d'un navire de 5° ou 6° rang ou d'une corvette de 18 canons, ou les *ancres de bossoir* d'un bateau de type cotre (Pering, 1819).
Relativement aux modèles français, le 1er groupe est composé des ancres en *Accolade* (AN1, AN15, AN30, AN37, AN38). Leurs bras suivent une forme singulière dessinant un demi-cercle qui part des pattes pour se resserrer au niveau du collet, en formant un diamant pointu. Il s'agit d'ancres à organeau dont la verge est de section circulaire. Les pattes en *spatule* se terminent par un bec bien prononcé. Les ancres AN1 et AN38 possèdent encore des tenons servant à fixer un jas en bois sur la culasse. Il ne reste aucun vestige de ces jas. L'aspect général de ces pièces est comparable à celui des ancres françaises utilisées à la fin du XVII° siècle et au XVIII° siècle[10]. Toutes les amarres de ce groupe correspondent à des ancres à empenneler pour des frégates de 12 (AN1), de 8 (AN15, AN30), chébec ou corvette (AN37, AN 38)[11].
Les ancres AN4, AN5, AN41 appartiennent au type *Brisé.* Leurs bras décrivent un semi octogone formé de segments se rejoignant en un angle de 150 degrés. Le diamant est pointu, tandis que les angles des aisselles sont égaux à 70 degrés. Ces ancres de petit gabarit se situent à de faibles profondeurs et rappellent un modèle de production utilisé en France au XVIII° siècle[12].
Similaires au prototype dessiné par *Deslongchamps* en 1732, les ancres AN9, AN24, AN25 s'apparentent également à des productions françaises du XVIII° siècle. De section circulaire, la verge mesure en moyenne 2,5 fois un bras. Les pattes observent la proportion de la moitié de la longueur d'un bras et forment un triangle isocèle terminé par un petit bec. L'angle des

7. Nombre des ancres de type *Old Plan* étant défectueuses, il s'agissait en fait de palier à ces zones de fragilité. Pering suggère notamment dans *A treatise on the anchors*, d'utiliser du fer de meilleure qualité et de fabriquer les ancres avec des barres de fer aplaties, et non plus rondes ou rectangulaires. La jonction ne se fait plus à la croisée de la verge et des bras (Pering, 1819).
8. L'ancre de l'Amirauté est brevetée en 1841 sous la direction de Sir William Parker.
9. Cf. Tableaux de dimensions des ancres adoptés par la Royal Navy. *A treatise on the anchor* Pering, 1819
10. Cf. planche XII de l'*Encyclopédie sur la forge des ancres* de Diderot & d'Alembert, où apparaît une ancre de 1760 (1751-1772).
11. Cf. Tables de Réaumur (1764) et de Lescallier (1791).
12. Ce modèle, illustré par une gravure de *l'Encyclopédie* de Diderot, est également similaire à l'une des ancres qui équipaient le cotre français *Le Cerf* en 1779 (Boudriot & Berti, 1970).

aisselles a une valeur moyenne de 65 degrés, et les culasses de forme droite et rectangulaire représentent près d'1/6ème de la longueur totale de la verge. Seule l'ancre AN25 a conservé son organeau. Les éléments de ce groupe correspondent à des *ancres à empenneler*.

Les 4 ancres, AN18, AN28, AN32 et AN34, mettent en exergue une morphologie rappelant les modèles *ibériques.* Elles possèdent des verges très fines[13] aux sections circulaires et des culasses rectangulaires. Cependant ces culasses présentent des différences majeures, puisque l'ancre AN32 possède un tenon encore visible indiquant la présence d'un jas en bois aujourd'hui disparu, alors que sur l'ancre AN28 sont greffés les vestiges d'un jas en métal dont il ne reste qu'une infime partie (35 cm mesurés de part et d'autre de la culasse). Les connaissances relatives aux ancres ibériques étant limitées, il est difficile d'élargir nos

13. Les ancres réalisées dans la péninsule ibérique avant le 17°siècle sont célèbres pour leurs verges très fines. L'expression nautique « être aussi maigre qu'une ancre espagnole » souligne cet état de fait (Jobling, 1993).



6. Typologie des ancres de la Baie d'Angra.

déductions sur ce groupe[14]. En se référant, par défaut, aux tables françaises de l'époque, il pourrait s'agir d'*ancres à empenneler* d'une frégate de 8 (AN18, AN34), de 12 (AN32) ou d'ancre à touer pour un bateau de type chébec ou corvette (AN28).

Parallèlement aux ensembles précédemment identifiés, certaines pièces marginales restent difficilement classables bien que divers parallèles aient pu être effectués avec la bibliographie. Un groupe hétérogène a ainsi été créé, rassemblant les éléments potentiellement originaires du nord de l'Europe. Semblable aux modèles hollandais de la seconde moitié du XVII° siècle, l'ancre AN8 présente de fortes similitudes avec une ancre recensée en Allemagne et exposée dans la cours du *Dutch Cultural Heritage Agency*, à Lelystad[15]. Un dessin de David Mortier (*L'art de Batir les Vaisseaux,* 1719) présente également une ancre comparable. Bien que l'allure générale de cette pièce puisse évoquer les ancres françaises dites en *accolade*, la verge et les bras sont plus longs et plus fins, et se referment pour former un angle aigu. La présence de tenons laisse supposer celle d'un jas en bois aujourd'hui disparu.

L'ancre AN36, qui mesure 3,27 mètres, est la plus grande du gisement, conjointement à l'AN33. Elle présente une morphologie comparable à celle des ancres utilisées par les allemands, hollandais ou suédois vers 1800 (Cotsell, 1856; Pering, 1819). Cependant son imposante culasse rompt avec cette ressemblance. Atteignant 1 mètre de longueur, cette culasse très massive est exceptionnellement longue et unique au regard des autres ancres du gisement ou de la bibliographie disponible. Il est envisageable que sa taille résulte d'une réparation ou d'un éventuel renforcement de la partie supérieure de la verge[16].

Le groupe de type *corps-mort* est formé par un seul exemplaire (AN33), cas atypique du gisement. Il s'agit d'une ancre à bras unique, dotée d'un anneau ou d'une manille situé au-dessous de la croisée.[17] La boursouflure présente dans l'épaisseur du diamant atteste de la présence de l'un de ces systèmes de levage, bien que l'abondance des concrétions à ce niveau ne permette pas d'obtenir plus d'informations (fig. 6).

5. CONCLUSION

Il est nécessaire de rester prudent dans notre interprétation du Cimetière des Ancres puisque l'état de conservation des pièces a très largement conditionné la réalisation d'une expertise plus détaillée. En effet, 6 ancres ont dû être écartées de l'analyse. Totalement recouvertes de concrétions ou présentant de multiples fractures, elles ne permettaient d'apporter aucune information formelle significative (AN10, AN11, AN16, AN20, AN22, AN40, AN43). Par ailleurs, 4 ancres (AN3, AN19, AN27, AN44) présentent des morphologies différentes de celles identifiées ou référencées dans la bibliographie. L'hypothèse du caractère original de ces pièces pourrait être avancée, sans pour autant être prouvé.

Par ailleurs, la déduction des fonctions potentielles des ancres, réalisée à partir des traités en vigueur dans les différents pays, est biaisée pour les ancres dont la provenance est restée indéterminé, puisque l'option choisie a été d'utiliser par défaut les tables françaises du XVIII° siècle. Celles-ci présentaient en effet des données standardisées relativement précises et complètes pour chaque catégorie de poids. Or nous avons pu observer que selon les origines géographiques, les normes préconisées présentent des différences notables.

Au travers de la synthèse bibliographique et des résultats obtenus, il s'avère que l'essentiel des ancres du gisement est constitué de pièces de tailles moyennes, voire petites. Il apparaît que la grande majorité de ces amarres correspondrait à des *ancres à empenneler*, notamment à la première des 2 *ancres à empenneler* transportées à bord des navires[18]. Dans les 2 cas, il s'agit d'ancres légères dont l'usage est nettement différencié de celui des 4 principales ancres à bord[19].

Parallèlement, si l'on compare toutes les possibilités relatives aux fonctions que pouvaient exercer les ancres avec les différentes catégories de navires susceptibles de les avoir transporté, il apparaît qu'elles proviendraient en grande majorité de frégates de 12, frégates de 8, ou encore de corvettes ou chébecs. Les gros bâtiments armés, tels que les vaisseaux de 78 à 48 canons,

14. Nous n'avons à l'heure actuelle aucune connaissance de l'existence de traités de fabrication d'ancres espagnoles. Cependant divers parallèles entre les ancres d'Angra et celles retrouvées lors de l'étude des naufrages de gros bâtiments du XVI° siècle ont pu être établis. C'est le cas pour la *Trinidad Valencera* ou la *Santa Maria de la Rosa,* échouées sur la côte du Kerry en Irlande lors de l'expédition de 1588 contre l'Angleterre (Martin, 1989). D'autres similitudes avec une ancre retrouvée sur l'épave de la *Mary Rose,* échouée à Portsmouth en 1545 (Curryer, 1999), ou avec celle associée au naufrage *Emanuel Point* à Peniscola Bay en Floride (Smith, 1998) ont été relevées.

15. Site internet Big Anchor Project.com de la Nautical Archaeology Society.

16. Les tables hollandaises établies par Witsen en 1691 sont présentées dans le texte *Aeloude en hedendaegsche scheeps-bouw en bestier*. Cependant leur utilisation reste délicate puisqu'il n'existe aucune traduction.

17. Bien cet ancre soit souvent utilisée sur un mouillage fixe, la bibliographie mentionne que cet anneau ou manille « permet de soutenir l'ancre pendant qu'on la mouille, pour être certain que l'unique bras reste bien dirigé vers le fonds » (Gay, 1997).

18. Si l'on s'en réfère aux écrits du Père Fournier au milieu du XVII° siècle, l'*ancre à empenneler* représente 32% à 29% de la masse de la *maîtresse ancre* ou *ancre de miséricorde*. Ces textes sur le poids des ancres sont suivis, au XVIII° siècle, de ceux de Boudriot, à la lecture desquels l'on note que la seconde *ancre à empenneler* est substituée par l'*ancre à jet*, qui représente alors entre 31% et 29% de l'ancre de miséricorde, soit également 1/3 du poids de celle-ci.

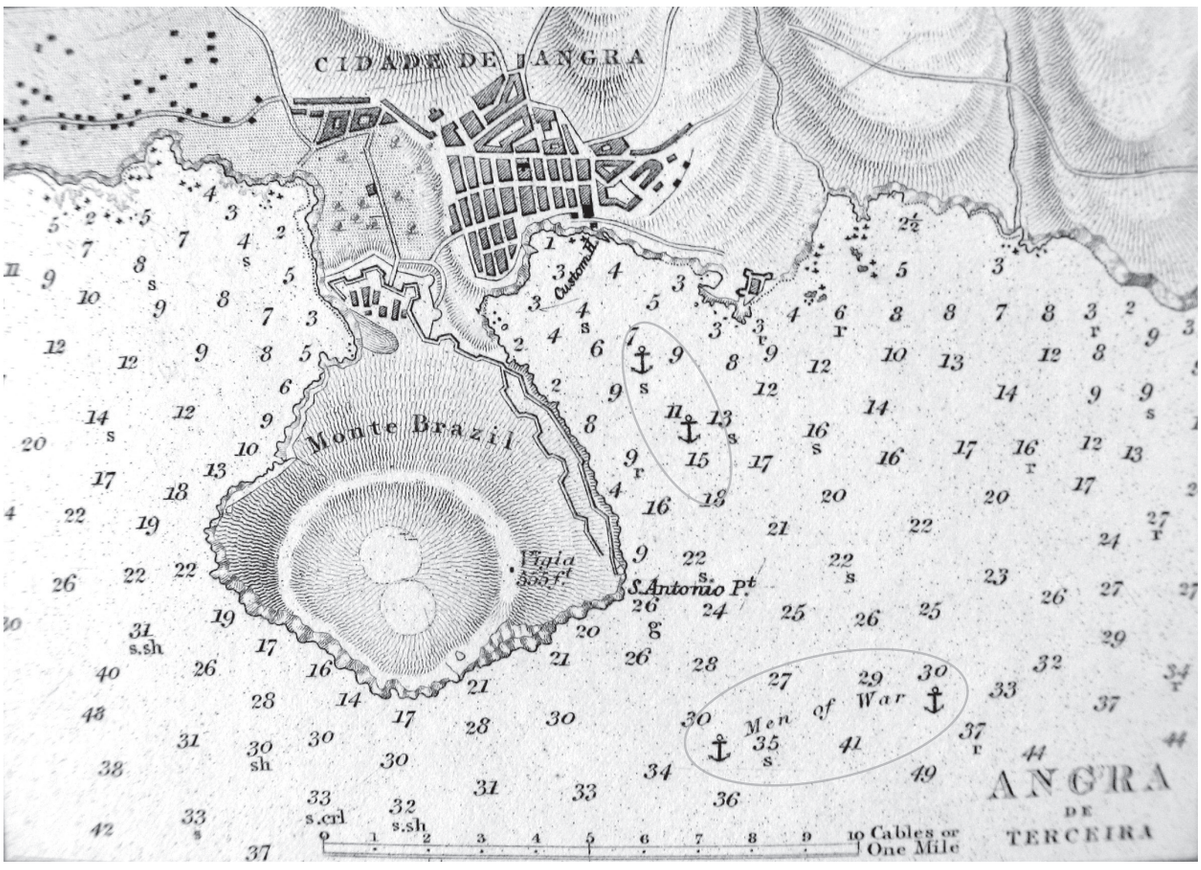
19. *Maîtresse ancre, seconde ancre, ancre d'affourche* et *ancre de touée* selon le Père Fournier (*L'hydrographie*, 1667) ou *ancre de miséricorde, grande ancre, ancre de veille, ancre d'affourche* pour Boudriot (*Le vaisseau de 74*, 1970).

apparaissent également dans ces résultats, mais de façon beaucoup plus sporadique. La probabilité pour que certaines des ancres aient pu être transportées à bord de ce type de navires représente environ 1/5ème des cas, soit 22% du total. Il en est de même pour les bateaux plus modestes de type 3 mâts (11% des cas). Il convient cependant de souligner que les tables utilisées étaient spécifiquement conçues pour les navires de guerre et qu'elles ne s'appliquaient pas forcément aux bateaux marchands qui peuplaient majoritairement les côtes de la baie d'Angra, dont la fonction prépondérante était commerciale.

Le Cimetière des Ancres s'affirme donc comme un incontestable indicateur de la densité des échanges opérés dans l'ancien port de la ville d'Angra do Heroismo. La diversité morphologique des 44 ancres en témoigne, avec des réalités chronologiques et des origines géographiques hétérogènes. Elle souligne également la grande variété de vaisseaux ou d'embarcations susceptibles de transporter ces ancres. Tous sillonnaient les côtes de la baie, véritable carrefour maritime dont l'affluence était en grande partie due à l'aspect polyvalent de ce port très convoité.

Cependant, il est à noter que durant ces trois siècles de prospérité, près de 70 naufrages ont été détectés dans la baie. Il est donc probable que d'autres vestiges d'ancres puissent se trouver à proximité. Ceci sous-entendrait que nous puissions escompter la présence potentielle d'un nombre d'individus bien supérieur aux 44 fers du gisement du Cimetière des ancres, dans l'ensemble de la baie d'Angra. L'on peut en effet présumer que pour bon nombre des amarres se trouvant dans le cimetière, les navires associés ont réussi à se sauver au prix de manœuvres désespérées les poussant à abandonner leurs fers sur place. La présence de 2 ancres retrouvées à proximité du gisement conforte cette idée. Leurs tailles sont respectivement estimées à 1 mètre et à 3 mètres de longueur. Elles sont associées au noyau archéologique dit *Angra G* correspondant à un naufrage du XVI° ou XVII° siècle. Il s'agit probablement d'un navire portugais échoué au retour de la route des Indes, à l'époque de l'expansion portugaise. De même, d'autres pièces ont été signalées, à l'instar notamment d'une ancre de grande dimension, plus éloignée du gisement et reposant à plus de 50 mètres de fond dans la zone sud du Monte Brasil.[20] La détection de ces amarres d'envergure laisse envisager que les bâtiments de

20. Carte Archéologique 2004 - Rapport final. DRaC des Açores.



7. Gravure de la baie d'Angra représentant les différentes zones de mouillage dans l'ancien port.

plus gros tonnage n'aient pas amarré dans l'ancien port d'ancrage de la ville, mais plus au large, s'écartant alors des dangers de cette côte volcanique et s'assurant de meilleures prises au fond. Cette hypothèse justifierait le fait que les ancres étudiées semblent correspondre à des bateaux de taille moyenne voire petite, ce qui impliquerait qu'il devait alors exister une autre zone d'ancrage spécifique pour les gros bâtiments. L'idée est d'ailleurs confortée par une gravure représentant la baie d'Angra (fig. 7) et dont l'examen laisse apparaître une zone de mouillage attribuée aux *Men of war*, expression qui, selon une définition de la Royal Navy, se rapportait à de puissants navires de guerre. Cette aire d'ancrage se situe en retrait de l'ancien port. Par ailleurs, le *Provedor das Armadas* donnait pour consigne aux navires des Indes qui transitaient par le port d'Angra de mouiller par 55 mètres de fond, soit 30 bras comme représenté sur la gravure[21]. Il serait donc intéressant de recenser et d'étudier individuellement les ancres découvertes à ces profondeurs afin de les comparer à celles du Cimetière des Ancres, notamment dans les cas où elles peuvent être associées à un contexte archéologique défini, à l'instar d'un naufrage. Les informations morphologiques intrinsèques à ces pièces pourraient alors être mises en perspective et apporter de précieuses informations quant à la provenance et à la datation des ancres non identifiées du gisement. Cela permettrait également de vérifier l'existence de zones de mouillage plus éloignées destinée aux navires d'envergure et finalement de mieux appréhender le fonctionnement du port d'Angra.

21. *"[…] De acordo com o regimento do provedor das Armadas dos Açores de 1575, as naus da Índia, em trânsito no porto de Angra, deveriam ancorar em local limpo, com trinta braças de profundidade (cerca de 55 m⁴), indicado por pilotos ou outros oficiais escolhidos pelo provedor"* (Bettencourt e Carvalho, 2010, p. 82).

BIBLIOGRAFIA

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2010) – Arqueologia marítima na baía de Angra (Angra do Heroísmo, Terceira): enquadramento e resultados preliminares do projecto PIAS, *Arqueologia Moderna e Contemporânea 1,* Funchal: CEAM, p. 69-91.

BOUDRIOT, J. e BERTI, H. (1970) – *Monographie du Cerf - Cotre – 1779-1780.* Nice: Ancre.

CANIAUX, G. (2006) – Morphologie des littoraux aux Açores. In *Les littoraux volcaniques: Une approche environnementale*. Clermont Ferrand: P.U. Blaise Pascal, p. 31-64.

CHAUNU, P. (1984) – *Conquista e exploração dos novos mundos (século XVI)*. São Paulo: Livraria Pioneirra.

COTSELL, G. (1856) – *A Treatise on Ship's Anchors.* London: John Weale.

DIDEROT, D. e ALEMBERT, J. (1751-1772) – Forge des ancres. In *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des arts et des métiers*. Paris. 1, p. 444-448.

GARCIA, C. (2008) – *O porto de Angra no século XVII e o sistema portuário do Atlântico*. Angra do Heroismo.

GAY, J. (1997) – *Six millénaires d'histoire des ancres.* Paris: Université de Paris-Sorbonne, p. 272.

GREENHILL, B. e MORRISON, J. (1976) – *The Archaeology of Boats and Ships.* Londres: Conway Maritime Press.

JOBLING, H. J. (1993) – *The history and development of english anchors, CA 1550 to 1850.* PhD thesis. Tamu: Texas A&M University.

LINSCHOTEN, J. H. (1610) – *Histoire de la navigation de Jean Hugues de Linscot Hollandois et de son voyage*. Amsterdam: Henry Laurent.

MALDONADO, M. L. (1989) – *Fenix Angrence, Vol. 2*, P. Angra do Heroísmo: Instituto Historico da Ilha Terceira.

MENESES DE FREITAS, A. (1995) – *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos* (1740-1770). Ponta Delgada: Université des Açores.

MORTIER, D. (1719) – *L'art de Bâtir les Vaisseaux et d'en perfectionner la construction […]* Roma: Editoriale.

MOTA, A. (1970) – As rotas marítimas portuguesas no Atlântico de meados do século XV ao penúltimo quartel do século XVI. In *Do Tempo e da História, vol. III*. Lisboa, p. 13-33.

PERING, R. (1819) – *A Treatise on the Anchor*. Plymouth Dock: Congdon & Hearle.

RÉAUMUR, R. e DUHAMEL, M. (1764) – *Fabrique des Ancres, lue à l'Académie en juillet 1723.* Collection Description des arts et métiers. Paris : Bibliothèque de l'Image, p. 54.

WITSEN, N. (1671) – *Aeloude en hedendaegsche scheepsbouw en bestier*. Amsterdam: Commelijn, Casparus.

AUTRES SOURCES

BPARPD: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

FEC: Fundo Ernesto do Canto (Tombo da Correspondência Oficial do Provedor das Armadas, Cartas Régias).

LA RUCHA

DECONSTRUYENDO EL ORIGEN DE LA PIRATERÍA DE COSTA EN EL CABO PEÑAS (GOZÓN-ASTURIAS-ESPAÑA)

NICOLÁS ALONSO RODRÍGUEZ Gabinete Arqueológico. nicolasalonsorodriguez@yahoo.es
VALENTÍN ÁLVAREZ MARTÍNEZ Gabinete Arqueológico. valentinalvarez33@hotmail.com
JOSÉ ANTONIO LONGO MARINA Gabinete Arqueológico. llunallongo@hotmail.com

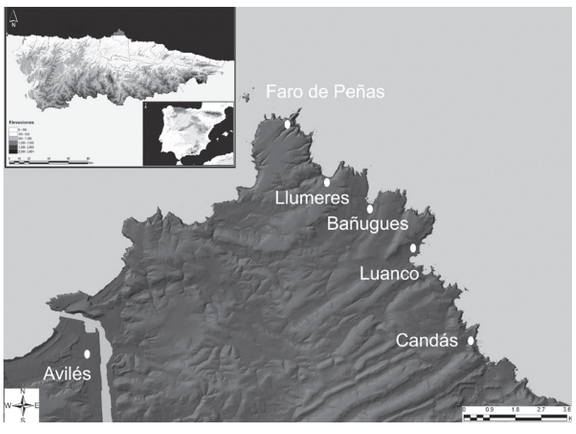
RESUMO Entre a população local do território perto da Enseada de Bañugues (Gozón, Astúrias, Espanha) persiste a crença popular de que os habitantes daquela área são descendentes de antigos piratas da costa. Segundo a tradição, num passado impreciso estes grupos acendiam luzes nos penhascos a fim de fazer encalhar as embarcações, que depois roubavam. Até hoje, estas lendas não tiveram suporte documental que explicasse tais práticas e a sua veracidade histórica. Contudo, após a descoberta de nova documentação da época moderna, a releitura de vários manuscritos já conhecidos e o reconhecimento de novos sítios arqueológicos terrestres e subaquáticos conseguiu-se identificar a possível origem e evolução destas crenças, tão amplamente difundidas na região Cabo Peñas. Com este contributo pretende-se proporcionar uma nova visão destas lendas a partir dos testemunhos materiais e imateriais que se mantém no território marítimo do concelho de Gozón.

PALAVRAS-CHAVE Pirataria de costa, naufrágios, arqueologia, tradição oral, Astúrias

1. INTRODUCCIÓN

1.1 Contexto geográfico

El litoral del Cabo Peñas es una franja costera situada en la zona central del Principado de Asturias (España). Su configuración apuntada, con una orientación N-S, rompe la homogeneidad de la costa creando dos fachadas litorales: una al NE delimitada entre el Cabo Peñas y la ría de Aboño y otra al NW desde el mismo cabo hasta la ría de Avilés.
La complicada orografía de la zona se caracteriza por estar bordeada de bajíos e islotes rocosos, con escasas ensenadas que ofrezcan abrigo, y numerosas rompientes que emergen en bajamar, dificultando la navegación de cabotaje. Por todo ello, la cartografía náutica histórica siempre lo ha destacado como uno de los accidentes geográficos más peligrosos de la fachada marítima cantábrica. En este sentido, estudios recientes refuerzan esta idea con el registro de noventa muertes de pescadores entre 1877 y 1903 en esta área. También estiman que en el entorno del cabo hay más de veinte embarcaciones hundidas desde finales del siglo XVII (Cuervo Rodríguez, 2006, p. 162 y 174).



1. Zona de estudio y principales lugares mencionados en el trabajo.

1.2 Objetivos y método

Esta investigación toma como punto de partida una serie de narraciones orales, recogidas entre los vecinos de la zona, que aluden a una actividad – sin una cronología precisa – denominada piratería de costa. Ésta consiste en el saqueo de barcos embarrancados en el litoral. Se practica realizando señales lumínicas desde los acantilados, logrando que la derrota de la nave le conduzca a alguno de los accidentes orográficos conocidos por los vecinos[1].

1. Este relato, aunque ha sido recogido entre varios vecinos del concejo de Gozón de manera fraccionaria, en el estudio sólo recurriremos a la narración realizada por el vecino de Bañugues D. José Alfredo Viña de 89 años de edad – a partir de ahora en el texto J.A. Viña – porque presenta el relato más completo y la secuencia de acontecimientos más coherente.

El estudio se fundamenta en lo que hemos denominado proceso de "deconstrucción" del relato popular. Así, y desde una perspectiva crítica, se han tratado de establecer los conceptos históricos básicos que se encuentran en el transfondo de estos sucesos instalados en la memoria popular. Para ello, se ha recurrido a la relectura de las distintas fuentes documentales disponibles y al análisis de las evidencias materiales que jalonan el espacio litoral, buscando establecer, si hubiera existido, los potenciales orígenes históricos en que se asienta esta costumbre.

La localización de un "punto de partida", al que hemos denominado *hecho traumático*, nos permite plantear un nuevo discurso basado en la convergencia de tres elementos: un contexto geográfico concreto; las particulares relaciones entre esta comunidad y el mar; y las evidencias históricas.

La zona costera del Cabo Peñas es un medio singular debido a su importancia en la vertebración y control del tráfico naval en la fachada litoral cantábrica. Por eso siempre han existido proyectos encaminados a garantizar ese dominio con la instalación de atalayas, faros, fortificaciones, puertos…

Los diversos recursos procedentes del contacto entre el hombre y el mar establecieron nuevas relaciones económicas de la comunidad asentada en la costa. Esta interacción, más allá del aspecto económico traerá consigo una honda repercusión en la mentalidad de todo el colectivo. De esta manera, para comprender en toda su extensión esta relación entre hombre, mar y territorio debemos acercarnos a los valores inherentes de la cultura y la realidad social que rodea a estos grupos (*vid*. Martín Bermejo, 2006; Rodríguez Muñoz, 2006, p. 776-792).

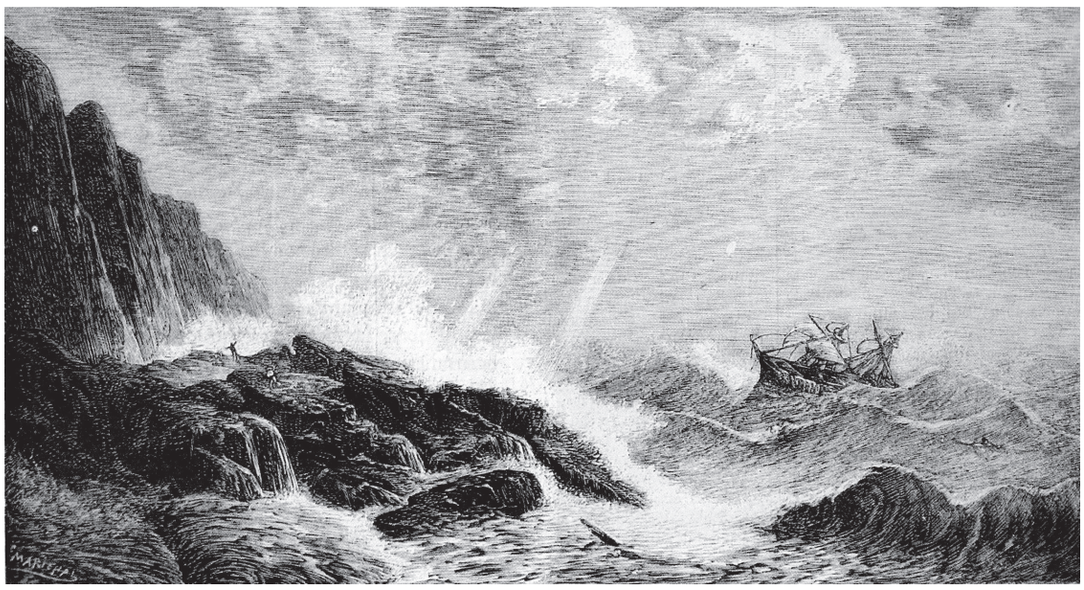
Nuevas informaciones sobre el pasado de esta área nos permiten presentar una interpretación que enlaza la tradición oral con unos acontecimientos probados que, con el paso del tiempo, y la consiguiente reelaboración, pudieron originar el relato que ha llegado hasta nosotros.

2. LAS FUENTES DE INFORMACIÓN

El desarrollo de las investigaciones en los últimos años ha proporcionado nuevas pruebas que resultan fundamentales para este estudio. Sobresale la localización de dos noticias que narran los naufragios, en 1635 y 1698, de sendos buques en la ensenada de Bañugues.

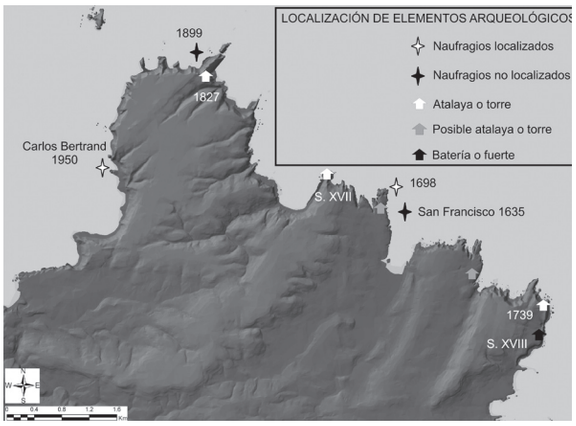
El primero de ellos fue el *San Francisco,* un galeón en el que perecieron unos 225 hombres, y que diversos esfuerzos intentaron reflotar su artillería, para armar las baterías de costa de Gijón y Avilés (*Vid.* Alonso Rodríguez, Álvarez Martínez & Longo Marina, e.p.). Apenas sesenta años después, se repite la tragedia cuando una embarcación de menor porte, embarranca y se hunde en el bajío de *El Curviru*. Dicho suceso ha sido identificado con los restos materiales submarinos – cañones y munición – encontrados en las cercanías de este accidente náutico (Rodríguez Asensio 1992; Rodríguez Asensio, Noval & Barrera, 1996). En total, en estas dos tragedias fallecieron, según lo descrito en la documentación, un total de 240 hombres que fueron sacados del mar y enterrados por los vecinos en el cementerio de la iglesia parroquial.

De las prácticas de auxilio o labores de rescate de embarcaciones en apuros volvemos a tener constancia unos años después, cuando en 1746 un pleito narra las



2. "Naufragio en la costa de Asturias" de Rafael Monleón, 1868 (Crabiffosse, 2006, p. 806). El cabo de Peñas en el ocaso de la marina a vela siguió siendo un peligroso accidente geográfico.

3. Perfil del antiguo cementerio de Bañugues donde se enterraron los muertos de los naufragios del siglo XVII.



4. Localización de las distintas evidencias señaladas en el estudio.

vicisitudes de la venta por parte de los vecinos de Luanco de un navío que habían encontrado *abandonado, desarbolado y sin gente*[2] frente a las costas de Peñas.

De forma paralela, otras referencias coetáneas a los hundimientos aluden a un estado de inseguridad en esta costa. Así, tanto en 1674 como en 1694, hay constancia de alarmas en el puerto de Luanco ante el asalto de una flota enemiga (Pando García-Pumarino, 1981, p. 34). En esta segunda ocasión se toma la decisión de crear puestos de vigilancia litoral situando una en el Cabo de Peñas, el lugar más adecuado para avistar escuadras enemigas. Los centinelas tenían la misión, ante el avistamiento de embarcaciones sospechosas, de prevenir a las autoridades municipales para organizar una primera defensa en la línea de playa y a la vez alertar a los concejos cercanos. El sistema de señalización empleado era a través de "almenaras" o torres que se servían de hogueras para enviar mensajes de advertencia. De este modo, un documento fechado en 1739 muestra la implantación de una atalaya de señales en el cabo de la Baca, en las cercanías de Luanco. Esta orden obliga a apostar *centtinelas* con el objeto de que *visiesen umadas día y noche fuego* para reconocer a los *nabios enemigos de la corona*[3].

Si bien los estudios que se han acercado a estos elementos defensivos de la cornisa cantábrica aún no son numerosos – destacando entre ellos el realizado en la atalaya de Mutriku (Pérez; Alberdi & Aragón, 2005) en el País Vasco – futuros trabajos parece que podrán ir aclarando esta red de garitas, hoy simplemente esbozada.

El clima de indefensión y de precariedad de las defensas marítimas del área de Peñas parece encajar con la dinámica general de la costa, pues no surgieron grandes proyectos de fortificación de los puertos hasta bien entrado el siglo XVIII[4] (*vid.* Adaro Ruíz, 1976; Mortera Pérez, 2010; Gutiérrez González & Suárez Manjón, e.p.). En este sentido, y aunque ya hay noticias en 1707 del emplazamiento en Luanco de una batería desmantelada (Adaro Ruíz, 1976, p. 401; Pando García-Pumarino, 1981, p. 35), este área no contará con un conjunto de fortificaciones estables hasta la puesta en marcha, a mediados de ese siglo, de los proyectos del ingeniero militar Francisco Llobet para Avilés, Luanco y Candas. Sin embargo, y pese a estas obras militares, el entorno del Cabo de Peñas a comienzos del siglo XIX seguía siendo zona de refugio para los corsarios ingleses, como ocurría con la cala de Llumeres (Cartañà Marquès, 2003).

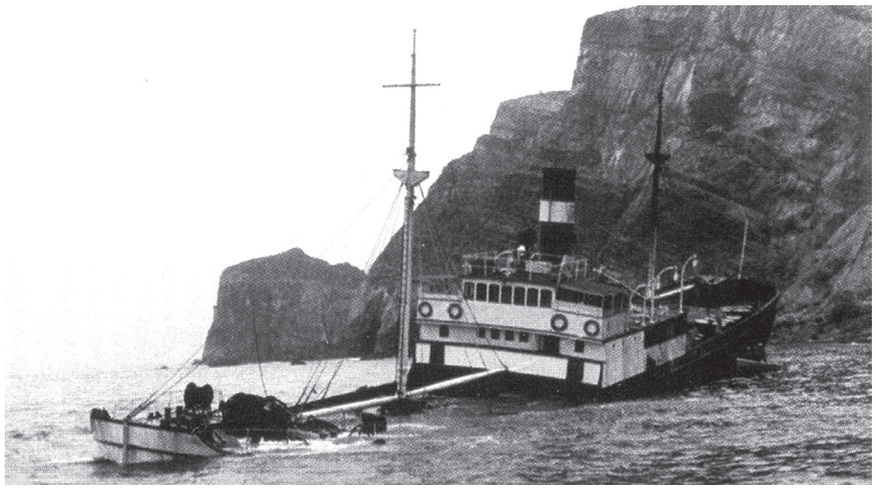
Todos estos documentos históricos permiten entrever como el espacio geográfico objeto de nuestra atención aglutina ciertos elementos que son fundamentales en la narración tradicional, punto de partida de este trabajo. La existencia de una inseguridad en el espacio costero es perceptible a partir de los enfrentamientos contra Francia e Inglaterra y queda de manifiesto en una serie de elementos materiales como fortificaciones y estructuras de vigilancia que circundan la costa. A ello, se debe añadir una serie de desastres navales reiterados en el espacio y en el tiempo que acrecientan la sensación de indefensión e imprevisibilidad ante lo que llega del mar.

2.1 La rucha ¿piratas o recolectores?

En Asturias, la cuestión de la piratería de costa no ha sido estudiada en profundidad y las únicas referencias bibliográficas que existen al respecto no son otra cosa que alusiones genéricas sin ninguna base documental.

2. Archivo Histórico de Asturias: Gozón, caja 218, s/f. 1r°/ Marzo 19 de 1749.
3. Archivo Histórico de Asturias: Gozón, caja 217, s/f. 1r°/ Noviembre 24 de 1739.

4. Para una síntesis sobre la fortificación costera en Asturias ver el artículo publicado en este mismo congreso: Pólvora y cal: Evidencias arqueológicas de las fortificaciones costeras de época moderna en Luarca (Asturias-España).



5. Imagen del Carlos Beltrand siendo abordado por babor: www.elferrero.com.

Los propios ordenamientos legales locales se muestran opacos en estas cuestiones, e incluso las presuntas menciones a éstas prácticas en las cofradías de pescadores, como se ha defendido en las supuestas ordenanzas de Luarca de 1468 (Casariego, 1976, p. 155; Suárez Álvarez, 1975), *evidencian torpes manipulaciones que hacen más que problemática su autenticidad y totalmente recusable su manejo* (Ruiz de la Peña, 1981, p. 253). No obstante, y a pesar de esta falta de reglamentación local, ya en el siglo XIII con Alfonso X – Partida V, título IX, Ley XII –[5] se condenaba, de una manera precisa, a "*Pescadores, e otros omes de aquellos que vsan a pescar, e a ser cerca la ribera de la mar, fazen señales de fuego de noche engañosamente en logares peligrosos, a los que andan navegando, e cuydan que es el puerto alli, o las fazen con intencion de engañar, que vengan a la lumbre o fieran los nauios en peña, o en lugar peligrosos, e se quebrantasse por tal engaño como este* (…)" (Casariego 1976, p. 155; Bazán, 2006, p. 76).

En la actualidad en el ámbito del Cabo Peñas aún persiste un término "*rucha*" o "*la rucha*" para designar una actividad basada en la recolección de los distintos bienes que el mar arrastra sobre la línea litoral en bajamar. Esta denominación presenta una dispersión lingüística limitada, pues su principal zona de empleo se sitúa en el entorno del Cabo Peñas – parroquias de Bañugues, Viodo y Luanco –. También aparece reflejada en el vocabulario marinero de otros concejos costeros asturianos como Colunga, Soto del Barco y Cudillero (Barriuso, 2002, p. 324).

Según García Arias (2000, p. 180) esta palabra podría tratarse de un préstamo del francés *rouche,* que se define como 'armazón de una nave en el astillero'. En las regiones vecinas, esta misma práctica es conocida con el término "raque" y los que la realizan como "raqueiros" en Galicia y "raqueros" en Cantabria.

La Real Academia Española define "raque" como '*acto de recoger los objetos perdidos en las costas por algún naufragio o echazón*'. Según Corominas (1954, p. 1005) ese sustantivo es de origen incierto, quizás germánico, relacionado con el inglés *to rake* el neerlandés *raken* o el islandés *raka 'recoger con rastrillo'*. De todas formas, no deja de ser sugerente la etimología propuesta por la Real Academia Española, que la relacionaba con el vocablo bajo alemán *wrack: 'buque naufragado'*, similar al término inglés *wreck*: '*barco naufragado, restos de naufragio*' (Corominas, 1954, p. 1005).

A tenor de todo ello, la palabra asturiana parece ser una voz específica de la zona de estudio – que hace referencia a una labor precisa vinculada con la recogida de productos traídos por el mar – y diferenciada con respecto a la empleada en otros lugares de la costa cantábrica.

Los elementos que definen esta actividad son sencillos aunque necesitan de la interacción de toda la comunidad. En la parroquia de Bañugues aún hoy existe una regla no escrita, basada en el derecho consuetudinario, sobre la recogida, propiedad y gestión de los productos llegados del mar. Así, mediante una serie de señales codificadas, que son reconocidas y respetadas por el grupo, se realizan las apropiaciones de estos objetos. Un resto que permanece a flote se fija a tierra mediante un cabo a la espera de su recogida en bajamar. Si la pieza se encuentra varada en una zona de difícil acceso la colocación de un pesado canto rodado vuelve a indicar posesión. Estas prácticas no son exclusivas de esta área, pues también las encontramos documentadas en el entorno del Cabo Busto – Valdés –, en la costa occidental asturiana. Allí los vecinos que viven en torno a la playa de Cueva se nutren de la madera que cíclicamente vara en el arenal. De este modo, tras grandes marejadas o riadas, los grupos familiares recogen y amontonan sistemáticamente las piezas marcando cada fardo como señal de pertenencia.

5. Real Academia de la Historia (1807) – *Las siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio cotejadas con varios códices antiguos*, p. 242-243.

En 1950 el carguero *Carlos Bertrand*[6] embarrancó en un bajío denominado *Los Clérigos*, al oeste del Cabo Peñas. Tras el auxilio a la tripulación por parte de los marineros locales se desarrolló una pugna entre la autoridad y los vecinos por hacerse con las pertenencias del buque. Los intentos de acceder a la embarcación a través del acantilado o en botes, obligaron a la instalación de un retén de las fuerzas de seguridad para disuadir a la población del saqueo de la carga. A pesar de ello, y en el contexto de la posguerra española, el naufragio se convirtió en un lucrativo negocio de productos de primera necesidad –estraperlo –[7]. Como hemos visto, este relato es aún recordado por los más ancianos como un hecho transcendental que les permitió ampliar, en época de carestía, sus perspectivas económicas, siempre dependientes de la variabilidad de las capturas pesqueras.

A pesar de todo ello no se puede negar que nos encontramos ante una actividad marginal marcada por el oportunismo ante un hallazgo casual, aunque llegó a convertirse en una práctica estacional como es la recogida de leña para el invierno, tras las grandes mareas otoñales. Pese a ello, no hay duda de que esta actividad tuvo cierta relevancia como sustento para las comunidades litorales hasta fechas no muy lejanas.

Una nueva evidencia, esta vez material, muestra la reutilización de estos objetos llegados del mar. El hórreo[8] de *Casa L´Alcalde* en Bañugues fue confeccionado a comienzos del siglo pasado, según aseguran los lugareños, con las maderas rescatadas de un naufragio Quizás esta materia prima haya que ponerla en relación con el hundimiento en 1899 de un *bergantín redondo portugués, cargado de 500 toneladas de madera y barriles de resina*, en las cercanías de esta ensenada[9].

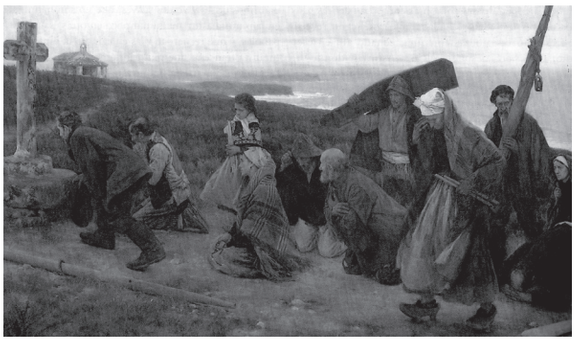
Todas estas noticias de naufragios, tanto históricos como contemporáneos, tienen en común el proceso seguido en la gestión del desastre marítimo. La solidaridad marinera, un valor universal enfrentado a las prácticas piráticas, aparece como la primera acción desarrollada por los lugareños. Así el salvamento de los náufragos o el entierro de los cuerpos de los fallecidos es una prioridad. En un momento posterior es cuando los vecinos recogen los desechos o saquean la embarcación, intentando anticiparse a las medidas organizadas por la autoridad para recuperar los elementos valiosos. Véanse los cargamentos de las naves o la artillería en el caso del galeón *San Francisco*.

6. Relato obtenido de la entrevista con J.A. Viña.
7. Según la Real Academia Española: 'Comercio ilegal de artículos intervenidos por el Estado o sujetos a tasa'.
8. Según la Real Academia Española: 'Construcción de madera o piedra, aislada, de forma rectangular o cuadrada, sostenida por columnas, característica del noroeste de la Península Ibérica, donde se utiliza para guardar granos y otros productos agrícolas'.
9. *Naufragio*, Diario Noroeste, 12-2-1899.

3. DE LOS HECHOS HISTÓRICOS A LA TRADICIÓN ORAL

Las comunidades tradicionales, con una fuerte dependencia de la memoria oral como elemento vertebrador de su propia conciencia colectiva, construyen el relato a partir de diversos elementos, muchas veces alejados de su propia cotidianeidad. Por ello, es habitual que el propio narrador distorsione los hechos históricos que se encuentran en la base de la tradición adaptando localizaciones y situaciones para dotar de cercanía y actualidad al contenido narrativo (Damm, 2005, p. 77-78; González Álvarez, 2011; Álvarez Martínez, Menéndez Blanco & Jiménez Chaparro, e.p.). Por ello, intentar desentrañar los cimientos sobre los que se asienta esta leyenda implica despojar los datos añadidos e interpretaciones adoptadas por las sucesivas generaciones que lo han recibido, interiorizado y trasmitido. Esta labor es sumamente compleja, pues a nuestra disposición sólo contamos con una pequeña muestra de narraciones. A ello se debe sumar que todas, excepto una, son muy parciales en sus contenidos. Por tanto, identificar los marcadores fundamentales sobre los que se sustenta la narración ha sido, en última estancia, una decisión de los propios autores de este trabajo. De este modo hemos identificado tres elementos esenciales

6. Hórreo de *Casa L´Alcalde* confeccionado con los restos de un naufragio.

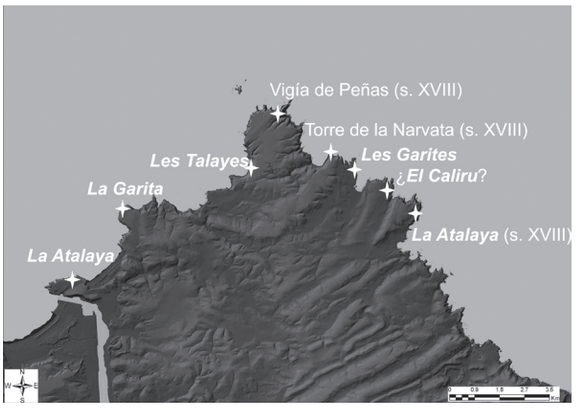


7. "La Promesa" de Ventura Álvarez Sala, 1903 (Barón, 2007, p. 225).

que prevalecen en todas las entrevistas y se configuran como la estructura del discurso: el naufragio como punto de partida, las señales de tierra como desencadenantes del desastre y la recogida de los restos del desastre naval como desenlace.

3.1 El punto de partida: el naufragio como hecho traumático

Todo naufragio es objetivamente un acontecimiento traumático tanto desde la perspectiva de los que lo sufren directamente como de los observadores del accidente. Por ello, históricamente las poblaciones marineras, por su relación directa con el medio marino, han sufrido estos sucesos de forma constante, generándose con ello una serie de conductas de diversa índole – sociales, religiosas, económicas...– donde el naufragio como evento queda fijado dentro del propio imaginario colectivo, manifestándose de diversas maneras:
Entre las religiosas, la construcción de capillas dedicadas a la devoción marinera en zonas de acantilado, a modo de atalayas de vigilancia, manifiestan el deseo de protección del grupo por la divinidad. En la zona de estudio sobresalen las capillas de San Antonio, en Candás y de la Isla del Carmen en Luanco.
El 5 de febrero de 1776[10] tuvo lugar en Luanco el conocido como milagro del Cristo del Socorro. Ese día, según la tradición, la intervención divina impidió el naufragio de las lanchas de pescadores ante una gran tempestad. Lo que fue un hecho histórico de fortuna, paso a la memoria colectiva como una referencia de favor religioso.
Muy vinculado con estas manifestaciones de religiosidad popular encontramos la práctica individual de obsequiar con exvotos a estos santos protectores tras salir indemne de un naufragio, como se recoge en documentación de finales del siglo XVIII en Luanco "*(...) en recuerdo de tal beneficio el día insinuado con una muy solemne función: manifestando además su protección y milagros muchos quadros, muletas, efigies de zera, cabos de navios ofrecidos en sus borrascas y peligros y otras señales demostrativas que cerca de su altar mayor le rodean"* (Merinero & Barrientos, 1992, p. 138).
Reconociendo lo impactante que resultaba a la población marinera cualquier hecho relacionado con los naufragios, no es de extrañar que la coincidencia de dos importantes hundimientos en un corto periodo de tiempo fuese suficiente para condicionar la remembranza histórica de un lugar. Esta coincidencia se dio, como ya mencionamos, en la ensenada de Bañugues en el siglo XVII. La reacción colectiva para el auxilio a los supervivientes y la sepultura de los cadáveres, así como su participación en la recuperación de las piezas de artillería del galeón deben entenderse como un hecho lo suficientemente importante como para marcar la identidad de esta comunidad.



8. Espacios atalayeros reconocidos en la costa del Cabo de Peñas.

3.2 Señales desde tierra. La tergiversación de una práctica histórica

Los relatos de sabotajes se fundamentan en la práctica de hacer señales desde la costa para atraer a las embarcaciones. Estas imprecisas alusiones en algunos informantes adquieren cierta claridad al afirmar que estas falsas indicaciones eran realizadas mediante el uso de fuegos. Así en la entrevista con J. A. Viña, él afirmaba la existencia de *fuberes* – seguramente una derivación lingüística del término asturiano fogueres / hogueras – encendidas por el litoral rocoso para desconcertar a la embarcaciones. En otros casos, los informantes mencionaban estos signos luminosos que se realizaban por el encendido del astado de bóvidos o de carros cargados de maleza que se movían por el acantilado. Estas últimas noticias, con una gran carga legendaria, también son recogidas en otros lugares de la costa cantábrica.
Volviendo a la narración, J.A. Viña reconoce que estos fuegos se encendían en momentos de mal tiempo para indicar a los barcos puntos de abrigo en calas y ensenadas, aunque las malas prácticas los lanzaban contra las rocas.
En la toponimia del entorno de Bañugues encontramos elementos de conexión entre la tradición y el hecho histórico, ya que en la zona nororiental de la entrada se halla una cala abrigada denominada *Llumeres* – plural del latín LUMEN + -ARIA, en asturiano el *llume* o *llumbre* significa literalmente 'lumbre, fuego' o 'luz' – (A.Ll.A, 2000; García Arias, 2005) que presenta una etimología sumamente llamativa.

10. Archivo Parroquial de Santa María de Luanco. Libro de Fábrica de Santa María de la Pola de Luanco (año de 1776).

De la misma forma, su posición geográfica resulta interesante, pues fue utilizada por los corsarios enemigos para esconderse y aco sar a las embarcaciones que sobrepasaban Peñas en el siglo XVIII (Cartañà Marquès, 2003). Así entre ésta y Bañugues, en una pequeña península de tierra que se adentra en el mar conocida como el cabo de la Narvata, se edificó una fortificación en época moderna como apunta la documentación escrita (Adaro Ruíz, 1976, p. 409; Adaro Ruíz, 1979, L. 41; Cartañà Marqués, 2003) y la arqueológica (Díaz Nosty & Sierra Piedra, 1992; Gutiérrez González & Suárez Manjón, 2009).

Cercano a estos lugares, en la bocana occidental del fondeadero, se encuentran unas praderías situadas enfrente del bajío del *Curviru* que reciben el nombre de *Les Garites* / Las Garitas –, un galicismo importado de la palabra *garite* / refugio – (García Arias, 2005; A.Ll.A, 2000, Concepción Suárez, 2007, p. 579). Un topónimo común en la costa asturiana para indicar espacios donde se apostaron puestos de vigilancia (García Álvarez-Busto & Muñiz López, 2010, p. 176). Quizás tenga el mismo origen una pequeña elevación situada en las cercanías de la desembocadura de la ensenada, aunque en su vertiente oriental, controlando, desde la zona más conspicua del acantilado, la entrada al pequeño puerto de Moniello. Ésta estructura a base de cantos de piedra hundidos fue en su momento catalogada como un túmulo prehistórico, ya que su morfología y composición así parecía indicarlo (Díaz Nosty & Sierra Piedra, 1992). Sin embargo, informaciones orales la ponen en relación con una cabaña de pastores o con un calero – horno de cal –, como parece señalar su topónimo *El Caliru*. A falta de una intervención arqueológica que permita desvelar su verdadero origen y función, solo se puede insinuar las analogías formales que guarda estos caleros tradicionales (García López del Vallado, 2009) con las "almenaras" costeras que utilizaban el fuego y el humo como indicadores de peligros.

El cabo de Peñas debido a su posición preferente en la línea litoral fue dotado a lo largo de la historia de una serie de elementos de control del espacio marítimo, aunque, como ya señalamos, será a partir del siglo XVIII cuando se manifiesta de una manera más definida la necesidad de erigir estos puntos de avistamiento y defensa. Aun así, como muestra el siguiente testimonio, a mediados del siglo XIX el espolón rocoso de Peñas seguía siendo un lugar inseguro para la navegación: "(…) *estaba de todo punto abandonado, sin un faro que sirviese de guía a los navegantes, siendo causa esta incuria de numerosos naufragios* (…)" (de Paula Mellado, 1849, p. 106).

Por todo ello, la instalación de una red de torres atalayeras en la costa, comunicadas entre sí por fuego, con unos amplios fines – reconocimiento de buques sospechosos, bancos de pesca o elemento de referencia ante el mal tiempo (Castañón, 1964; Cuervo Rodríguez, 2006, p. 166 y 167) – parece una solución de carácter local que no llegó a cumplir las expectativas para la que fue diseñada.

A tenor de lo expuesto se puede plantear que estas infraestructuras que recurrían a hogueras, como demuestra la referencia de la punta de *la Baca*, para alertar de los peligro de la costa fueron reinterpretadas por la comunidad asentada en sus cercanías, una vez que dejaron de cumplir su cometido, como una cuestión totalmente contraria a su origen.

3.3. Lo que el mar regala. La rucha como una práctica de subsistencia

A partir del naufragio, las distintas posturas adoptadas por la comunidad, que observa desde la costa el desastre marítimo e interviene en mayor o menor medida, varían en función de la oportunidad. No cabe duda de que la posibilidad de hacerse con un cargamento puede ser entendido por los vecinos como una coyuntura positiva. Más si cabe, cuando estos pueblos marineros son dependientes de actividades económicas precarias y variables.

Ya desde época medieval, en la fachada atlántica, siguiendo las influencias de los Roles de Olerón, se busca a través de leyes tanto proteger la propiedad del naufragio como la recuperación de la carga. Esta reglamentación, como prueban las disposiciones incluidas en los fueros de Santander y de San Sebastián (*Vid.* Fernández González, 2001; Basabe, 1982), indica que la legalidad era trasgredida en las playas del litoral cantábrico (Arizaga Bolumburu & Martínez Martínez, 2006, p. 139). Estas disputas por hacerse con los desechos marinos será una constante a lo largo del tiempo, incluso en el siglo XIX el derecho marítimo seguía legislando en torno a la propiedad de estos objetos o materiales arrojados a la orilla:

Real Orden de 19 de enero y 2 de febrero de 1828: "*Del mismo modo que en los naufragios han de entender los comandantes de marina en la custodia y adjudicación de todo aquello que la mar arroje a las playas, bien sea productos de la misma mar o de otra cualquiera especie que no teniendo dueño corresponderá a quien lo hubiera encontrado, lo mismo el que extrajeré conchas, ámbar, coral, etc".*

Real Orden de 9 de marzo de 1846. Aprovechamiento de escorias del mar: privilegios de los hombres del mar: "*que los matriculados* – mareantes – *se les defraudaba del derecho que les asiste de aprovecharse de lo que se halla en el mar, con exclusión de los terrestres…"* (Martínez Alcubilla, 1862, p. 47-48).

A tenor de esta realidad, perpetuada históricamente, se

aprecian dos visiones confrontadas. Los vecinos justifican de por sí esta práctica desde una coyuntura puntual. Por otro lado, elementos ajenos al colectivo lo perciben como una alteración de las conductas éticas y morales. Así la catástrofe, entendida como una ganancia de pobres, pudo convertirse ante miradas externas como una práctica reprobable, cercana a la delincuencia.

4. CONCLUSIONES

La piratería de costa, como una actividad premeditada e intencionada, no ha podido ser confirmada en otros los lugares donde ya ha sido objeto de estudio, las islas británicas (Rule, 1975; Bathurst, 2006) o Galicia (San Claudio, 1997, 2001, 2002). No obstante, y de manera puntual, no se puede descartar la existencia de sabotajes que no han tenido su reflejo en las fuentes escritas. La transmisión oral en las sociedades tradicionales tiene como objetivo perpetuar la memoria colectiva recordando hechos relevantes para el grupo. Partiendo de la premisa de que los sucesos en esencia existen, aunque han sido distorsionados con el trascurrir de las generaciones, este trabajo ha aportado una interpretación de la leyenda de la piratería de costa en el Cabo Peñas. Así, tras desmembrar el relato oral en sus tres elementos esenciales –planteamiento, nudo y desenlace – se ha comprobado como todos ellos se conjugan en un microespacio, la ensenada de Bañugues, donde la narración aún persiste.

De manera etnográfica, el propio relato parece perpetuarse en el recuerdo colectivo de las poblaciones inmediatas a la ensenada. Del mismo modo, la actividad de ir a "la rucha" pervive como una práctica de subsistencia conocida y practicada por el vecindario.

Por otro lado, como ya se ha señalado anteriormente, varios sucesos históricos han jalonado el pasado de esta comunidad de pescadores: los grandes naufragios del siglo XVII, el clima de inseguridad ante el asalto de armadas y corsarios enemigos y la pervivencia en forma de toponimia, de construcciones destinadas a la vigilancia y protección de la costa. De esta manera, se ha configurado un espacio simbólico integral donde la tradición oral permanece como aglutinante de los diversos acontecimientos históricos que han estado presentes en esta costa a lo largo de la historia.

Finalmente y ante la falta de otros documentos, más allá de la vetusta alusión en las leyes de Alfonso X el Sabio, consideramos que este modelo de piratería en la marina asturiana no debió realizarse de una manera sistematizada, aunque tal vez pudo haber algún episodio esporádico del cual nosotros no hemos encontrado huellas.

AGRADECIMENTOS

Este trabajo no habría sido posible sin la colaboración de los distintos vecinos del concejo de Gozón que amablemente informaron sobre la piratería de costa. En especial debemos agradecer a José Alfredo Viña su paciencia a la hora de atender nuestros requerimientos. Del mismo modo, a Juan de el Ferrero (elferrero.com) por sus noticias sobre naufragios en el entorno de Peñas.

A Dora Rodríguez por su aportación con la bibliografía anglosajona. Finalmente hay que reconocer que para realizar este estudio hemos contado con el concurso de cinco personas que han ayudado a mejorar nuestras ideas iniciales: El historiador Manuel del Campo quién nos guió, con buen tino, por los archivos regionales en busca de noticias sobre naufragios y fortificaciones en el cabo de Peñas. A los profesores de la Universidad de Oviedo Adolfo Rodríguez Asensio – pionero de la arqueología subacuática en la región – por recibirnos siempre y facilitar nuestro trabajo. A Fernando Álvarez-Balbuena por sus apreciaciones filológicas y a Miguel Calleja Puerta por ayudar en la búsqueda de documentación medieval.

Por último, no podríamos dejar de mencionar a José Ramón García – Director del Museo Marítimo de Luanco – quien siempre ha apoyado a este grupo de investigación.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA DE LA LLINGUA ASTURIANA – A.Ll.A (2000) – *Diccionariu de la Llingua Asturiana*. Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana.

ADARO RUIZ, L. (1976) – *El puerto de Gijón y otros puertos asturianos*, Tomo I. Gijón: Cámara Oficial de Comercio, Industria y Navegación.

ALONSO RODRÍGUEZ, N., ÁLVAREZ MARTÍNEZ, V. e LONGO MARINA, J.A. (e.p.) – El naufragio de un capitán irlandés, Cayetano Carti, en las costas de Bañugues. En Alonso, N.; Álvarez, V. & Jiménez, J.I. (Ed.) *Actas del I symposium internacional "Gentes del Mar". Historia y Arqueología del Arco Atlántico*. Oviedo.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, V., MENÉNDEZ BLANCO, A. e JIMÉNEZ CHAPARRO, J.I. (e.p.) – Percepciones míticas y pautas de comportamiento en torno a los espacios megalíticos de montaña. Un caso de estudio: "La Carreiriega de los Gallegos" (Ayande, Asturias) en Orjia (Ed.) *Actas de las IIª Jornadas de Jóvenes Investigadores en Arqueología* Ed. Orjia.

ARIZAGA BOLUMBURU, B. e MARTÍNEZ MARTÍNEZ, S. (2006) – *Atlas de villas medievales de Vasconia (Bizkaia).* San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos.

BARÓN THAIDIGSMAN, J. (2007) – *Catálogo de la Pintura Asturiana del siglo XIX*. Oviedo: Museo de Bellas Artes de Asturias.

BARRIUSO FERNÁNDEZ (2002) – *Atlas léxico marinero de Asturias*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos.

BASABE MARTÍN, A. (1982) – Estudio lingüístico del Fuero de San Sebastián. *El Fuero de San Sebastián y su época (1981)*. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos, p. 27-68.

BATHURST, B. (2006) – *The Wreckers. A story of killing seas, lights and plundered ships*. Londres: Harper Perennial.

BAZÁN, I. (2006) – Degollaron a todos los dichos treynta e tres yngleses e asy degollados dis que les lançaron en la mar. Las hermandades vascas y la lucha contra la piratería en la Baja Edad Media. *Itsas Memoria, Revista de Estudios Marítimos del País Vasco* n.º 5. San Sebastián, p. 69-93.

CARTAÑÀ MARQUÈS, E. (2003) – Descripción y reconocimiento de la costa de Asturias en 1806. Un informe del ingeniero militar Thomas Pasqual de Maupoey. *Biblio 3W*, vol. VIII, n.º 477. Barcelona. Disponible en http://www.ub.es/geocrit/b3w-477.htm.

CASARIEGO, J.E. (1976) – *Asturias y la Mar (Breve historia marítima de Asturias).* Salinas: Ed. Ayalga.

CASTAÑÓN, L. (1964) – Notas sobre la pesca de la ballena en relación con Asturias. *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos*, n.º 51. Oviedo, p. 39-62.

CONCEPCIÓN SUÁREZ, J. (2007) – *Diccionario etimológico de toponimia asturiana*. Oviedo: KRK Ediciones.

COROMINAS, J. (1954) – *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Volumen III. Berna: A. Francke AG.

CRABIFFOSE CUESTA, F. (2006) – El arte y la mar en Rodríguez Muñoz, J. (Dir.) *Asturias y la Mar*. Oviedo: Prensa Asturiana, p. 801-816.

CUERVO RODRÍGUEZ, T. (2006) – La muerte y la mar. en Rodríguez Muñoz, J. (Dir.) *Asturias y la Mar*. Oviedo: Prensa Asturiana, p. 161-180.

DAMM, C. (2005) – Archaeology Ethno-history and Oral traditions: Aprovaches to the Indegenous Past. *Norwegian Archaeological Review*, n.º 38 (2), p. 73-87.

DE PAULA MELLADO, F. (1849) – *Recuerdos de un viage por España*. Tomo I. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Mellado.

DÍAZ NOSTY, B. e SIERRA PIEDRA, G. (1992) – *Carta Arqueológica del Concejo de Gozón*. Depositada en la Consejería de Cultura del Principado de Asturias.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, L. (2001) – *Santander una ciudad medieval*. Santander: Estvdio.

GARCÍA ÁLVAREZ-BUSTO, A. e MUÑÍZ LÓPEZ, I. (2010) – *Arqueología Medieval en Asturias*. Gijón: Ediciones Trea S.L.

GARCÍA ARIAS, X.L. (2000) – *Propuestes Etimolóxiques* (1975--2000). Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana.

GARCÍA ARIAS, X.L. (2005) – *Toponimia Asturiana. El porqué de los nombres de nuestros pueblos.* Oviedo: Prensa Asturiana.

GARCÍA LÓPEZ DEL VALLADO, J. L. (2009) – *La Cal en Asturias*. Gijón: Museo del Pueblo de Asturias.

GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D. (2011) – Arqueología, folklore y comunidades locales: los castros en el medio rural asturiano. *Complutum*, n.º 22 (1), p. 133-155.

GUTIERREZ GONZÁLEZ, J.A. e SUÁREZ MANJÓN, P. (2009) – Castillos y fortificaciones feudales en Asturias. *Excavaciones arqueológicas en Asturias 2003-2006.* Oviedo, p. 493-517.

GUTIERREZ GONZÁLEZ, J.A. e SUÁREZ MANJÓN, P. (e.p.) – Fortificación y defensa del litoral asturiano. Una perspectiva arqueológica. En *Actas I Symposium Internacional "Gentes del Mar" Historia y Arqueología en el litoral del Arco Atlántico*. Luanco 16-18 diciembre 2009.

MARTÍN BERMEJO, I. (2006) – Estudio preliminar de la comunidad de pescadores de Donostia: reflexiones sobre el modelo pesquero, el naufragio como referencia cultural y la gestión de recursos. *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, n.º 5, Untzi Museoa-Museo Naval, Donostia-San Sebastián, p. 745-762.

MARTÍNEZ ALCUBILLA, M. (1862) – *Diccionario de administración. Obra de utilidad práctica para los alcaldes y ayuntamientos y para todos los funcionarios públicos en el Orden judicial y administrativo,* Tomo V, Madrid.

MERINERO, Mª. J. e BARRIENTOS G. (1992) – *Asturias según los asturianos del último setecientos (Respuestas al interrogatorio de Tomás López)*. Oviedo: Consejería de Educación Cultura Deportes y Juventud del Principado de Asturias.

MORTERA PÉREZ, A. (2010) – *Las defensas de la bahía de Gijón: siglos XVII-XX*. Gijón: KRK Editorial.

PANDO GARCÍA-PUMARINO, R. (1981) – Luanco y concejo de Gozón. Salinas: Everest.

PÉREZ CENTENO, J. M.; ALBERDI LONBIDE, X. e ARAGÓN RUANO, A. (2005) – Talaixa (Mutriku). *Arkeoikuska* 2004, p. 395-396.

REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (1807) – *Las siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio cotejadas con varios códices antiguos*. Madrid.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (2001) – *Diccionario de la Lengua Española. Vigésima segunda edición*. Madrid: Espasa-Calpe.

RODRÍGUEZ ASENSIO, J.A. (1992) – Prospecciones Subacuáticas en la Isla del Corbiro (Bañugues), un naufragio de 1698. *II Jornadas de Arqueología Subacuática en Asturias (Gijón, 1991).* Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, p. 19-38.

RODRÍGUEZ ASENSIO, J. A.; NOVAL, M. A. e BARRERA, J. M. (1996) – Trabajos arqueológicos realizados en el pecio de Bañugues (Isla del Corbiro, Bañugues, Asturias). *III y IV Jornadas de Arqueología Subacuática en Asturias (Gijón, 1992-1993)*. Oviedo: Servicio de Publicaciones Universidad de Oviedo, p. 39-61.

RODRÍGUEZ MUÑOZ, J. (2006) – Ocio y religiosidad en la Mar. En Rodríguez Muñoz, J. (Dir.) *Asturias y la mar*. Oviedo: Prensa Asturiana, p. 776-792.

RUIZ DE LA PEÑA, J.I. (1981) – *Las "polas" asturianas en la Edad Media: estudio y diplomatario*. Oviedo.

RULE, J.G. (1975) – Wrecking and Coastal Plunder, En *Albion´s Fatal Tree – Crime and Society in Eighteenth Century England*. Nueva York: Pantheon Books.

SAN CLAUDIO (1997) – *Tesouros asolagados. Historia dos naufragios no mar de Galicia*. Santiago de Compostela: Lea.

SAN CLAUDIO (2001) – El Priam, una historia de raqueros. *Espacio Submarino*, n.º 8. La Coruña, p. 22-25.

SAN CLAUDIO (2002) – *Historia sumergida. Mar, puertos, barcos y naufragios en las costas gallegas*. Santiago de Compostela: Lea.

SUAREZ ÁLVAREZ, M.J. (1975) – El "novilísimo gremio" de mareantes de Luarca, *Asturiensia Medievalia*, 2. Oviedo, p. 239-275.

SANTO ANTÓNIO DE TANNÁ

UMA FRAGATA DO PERÍODO MODERNO

TIAGO MIGUEL FRAGA CHAM – FCSH - UNL | UAç

RESUMO *Santo António de Tanná* é o exemplo perfeito de como a conjugação entre arqueologia e história podem produzir resultados que elucidem a temáticas de marinharia e sociedade portuguesa na Idade Moderna. A perda da fragata *Santo António de Tanná*, a 20 de Outubro de 1698, em Mombaça, Quénia, é uma importante peça da história náutica portuguesa. O autor tenciona aprofundar como esta "cápsula do tempo" portuguesa foi utilizada para trazer à vida o navio, a tripulação e os passageiros. Especial ênfase no trabalho de reconstrução desta estação arqueológica única e aos resultados daí derivados. Este trabalho foi o tema da tese de mestrado do autor, efectuada com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE Fragatas, arqueologia náutica, construção naval, *Santo António de Tanná*

1. INTRODUÇÃO

Descobertos no antigo porto de Mombaça por Conway Plough e Peter Philips, mergulhadores locais, em 1960, a uma profundidade de 15 m, os destroços da Fragata *Santo António de Tanná* foram responsáveis por um novo entendimento da construção naval portuguesa, da vida a bordo e da sociedade portuguesa do século XVII. Neste artigo, apresentaremos a história da fragata, o seu naufrágio, a intervenção arqueológica e a actual proposta de reconstrução. Por último expomos algumas das questões e hipóteses que a morfologia desta embarcação apresenta no contexto histórico em que foi construída.

2. HISTÓRIA DA FRAGATA *SANTO ANTÓNIO DE TANNÁ*

Em Fevereiro de 1678 a Coroa Portuguesa ordenou a construção da fragata *Santo António de Tanná* para ser lançada no final do ano. Passarão dois anos antes da sua conclusão. Em Dezembro de 1680, o casco é finalmente lançado ao mar e a fragata é rebocada para Goa onde lhe é colocado o arvoredo. Inicia-se a carreira de um dos poucos navios-de-linha a operar no Índico (Pona, 1890, p. 218).

Pouco se sabe dos seus 17 anos de carreira. A fragata *Santo António de Tanná* operou no Índico e fez pelo menos uma viagem até Lisboa (Blot e Blot, 1984, p. 42; Esparteiro, 1977, p. 56; Boxer, 1984, p. 41). Em Novembro de 1696, *Santo António de Tanná*, foi a Nau Almirante de um esquadrão, sob o comando do Capitão Domingues Pereira de Gusman, instruído para levar reforços e mantimentos ao Forte São Jesus (Blot e Blot, 1984, p. 45).

O Forte São Jesus, localizado em Mombaça, Quénia era um dos fortes instrumentais para a defesa da rota do cabo. Cercado por tropas do Xá de Oman, a chegada do esquadrão foi muito bem recebida no dia de natal de 1696. Durante 25 dias foram desembarcadas tropas e mantimentos do esquadrão. A 21 de Janeiro, a fragata *Santo António de Tanná* sofreu um percalço, perdeu as âncoras e nos restantes quatro dias foi obrigada a navegar na zona enquanto se terminava o reabastecimento do forte (Fraga, 2007, p. 48). Oito meses mais tarde em Agosto de 1697, o forte encontrava-se novamente em risco de se perder, todos os portugueses já tinham falecido e as forças leais a Portugal encontravam-se sob o comando de um príncipe local.

Como anteriormente, foi armado um esquadrão de reabastecimento onde a Fragata *Santo António de Tanná* serviu como nau almirante. O esquadrão navegou sob o comando directo do Governador de Moçambique o General Sampaio de Melo. Lançado ferro na baía da fortaleza a 15 de Setembro de 1697 a fragata desembarcou tropas e mantimentos sob o fogo constante das baterias inimigas.

A 20 de Outubro do mesmo ano, por motivos desconhecidos, a fragata *Santo António de Tanná* perdeu os cabos da amarração ficando à deriva até encalhar perto de uma das baterias inimigas, seguiu-se uma luta intensa entre as tropas portuguesas e as tropas omanitas pelo controlo do navio. Uma sortida do forte, sob o comando do Capitão Joseph Pereira de Brito, capturou uma paliçada directamente por cima da área de combate. Com a vantagem táctica dos portugueses e seus aliados, as tropas omanitas não tiveram outra alternativa senão retirarem-se da zona.

Utilizando a maré a fragata foi desencalhada e rebocada para a protecção das baterias do forte onde foi inspeccionada. Os danos da quilha e do casco eram, na opinião dos avaliadores, bastante severos. Sob ordens directas do Rei para não perder nenhum navio de linha sob o seu comando e ciente do número reduzido desses navios a operar no Índico, o General ficou relutante em ordenar o seu abandono, reunindo um concelho para determinar a sorte da fragata (Sasson, 1982, p. 106). O mesmo decretou o salvamento de tudo o que fosse útil e o abandono da fragata. Porém pela quantidade de artefactos localizados durante a subsequente escavação e pela descrição de uma das crónicas da batalha, não parece que os portugueses tenham tido tempo para completar a operação, já que "o peso concentrado na proa, fez que a mesma se partisse e se afunda-se no recife" (Fraga, 2007).

O forte caiu nas mãos dos Omanitas a 13 Dezembro de 1698, iniciando-se imediatamente as operações de salvamento ao material ainda existente na fragata. O naufrágio ficou votado ao esquecimento até à sua descoberta por dois mergulhadores amadores, Conway Plough e Peter Philips em 1960, quase duzentos anos após a sua perda (Piercy, 1977).

3. A ESCAVAÇÃO

A estação arqueológica *Santo António de Tanná* foi escavada por uma equipa conjunta do Institute of Nautical Archaeology (INA) e Fort Jesus Museum (FJM), liderada por Robin Piercy (INA), Jeremy Green (INA) e Hamo Sassoon (FJM).

De 1977 a 1978 foi escavado o material que se encontrava depositado por cima do navio e em 1979 iniciou-se a escavação da lateral norte do local, que não chegou a ser terminada. O trabalho foi bastante intenso já que, por exemplo, em 1977, foram registadas 987 horas de mergulho em somente 67 dias (Piercy, 1978, 1979).

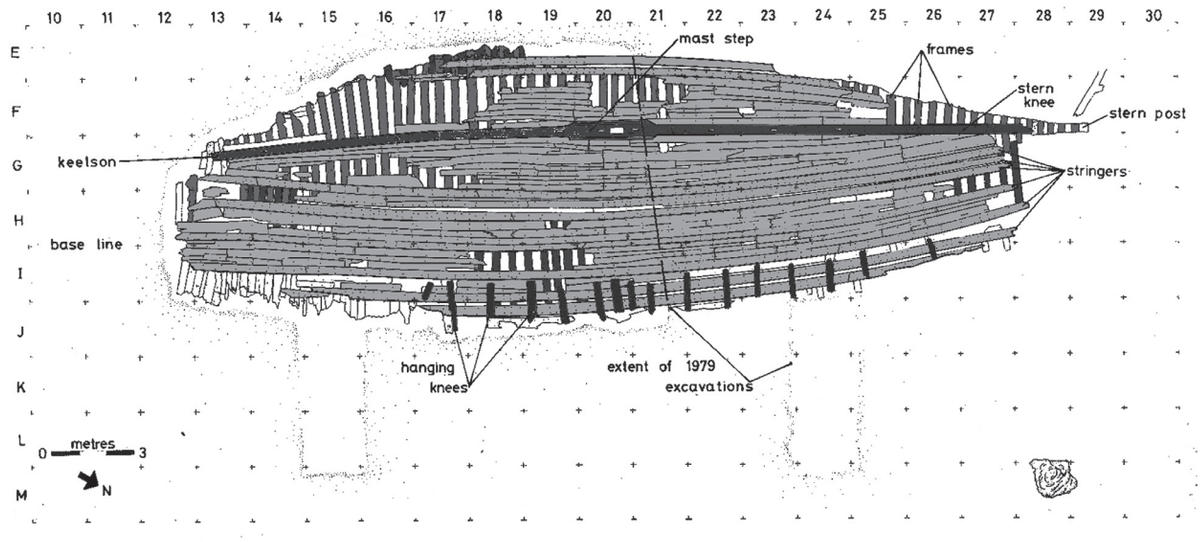
A razão deveu-se à quantidade de artefactos no local, mais de 15.000 foram recolhidos e catalogados, nos quais incluem-se cinco peças de artilharia, diversas armas pessoais e munições, três bússolas, ferramentas de bordo, cerâmica, utensílios de cozinha, ornamentos, utensílios de higiene pessoal e por último mais de 200 troncos de *Dalbercia Melanoxylon*, ébano (Piercy, 1978, 1979, 1980).

Em 1980, face à quantidade de materiais por tratar, a equipa dedicou-se à conservação, catalogação e estudo dos artefactos, tencionando iniciar a desmontagem e estudo do casco nos anos seguintes. Porém, devido a diversas circunstâncias externas ao projecto, não foi possível escavar o navio em si.

O local foi positivamente identificado como os destroços da Fragata *Santo António de Tanná* pela descoberta de dois fragmentos de um painel com as armas de Portugal e algumas estatuas de querubins (Blot & Blot, 2001).

4. A ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA *SANTO ANTÓNIO DE TANNÁ*

A estação arqueológica encontra-se a uma profundidade de 15 metros e ocupa uma área de 33 metros de comprimento por 12 metros de largura. O navio acabou pousado no seu lado de bombordo, o que permitiu a sobrevivência do casco, do lado de bombordo até às curvas da primeira coberta. Do lado de estibordo resta casto desde a quilha até à primeira escoa. Em comprimento, sobrevive material desde o cadaste até à parte inferior da roda de proa (fig. 1).



1. Planta dos destroços in situ (Baseado em Piercy, 1979, p. 306).

Em mais detalhe, das madeiras de popa restam fragmentos de três paus, o cadaste em si, um contra cadaste do lado interior e duas peças de reforço, porém não foi possível compreender se o delgado deste navio teria um coral.

Do cavername do navio sobreviveram 55 balizas, cada uma consiste numa caverna, dois primeiros braços e restos dos dois segundos braços. Não existem na zona de fundo braços ou madeiras de enchimento. As cavernas apresentam uma secção quadrada de 25.6 cm por 20.48 cm e os braços uma secção quadrada de 25.6 cm por 20.48 cm na base e 25.6 cm por 15.36 cm no topo.

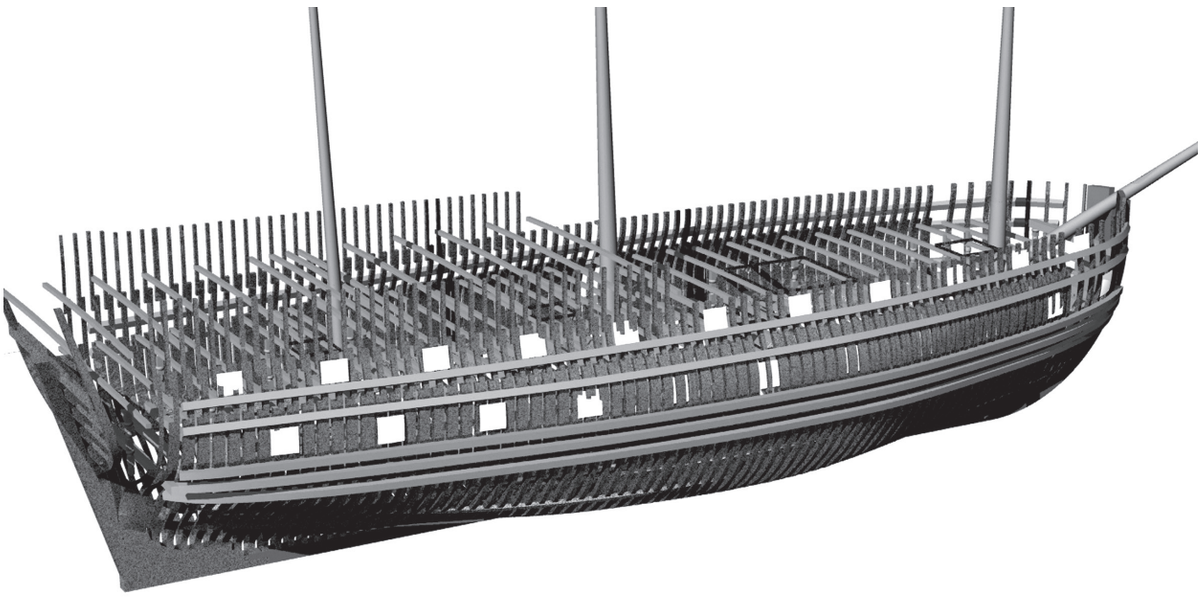
A sobrequilha mede 29.68 metros em comprimento com uma secção quadrada de 34 cm por 30.72 cm. A mesma é composta por três peças de madeira. As escarvas que as ligam são curvas com as pontas apontadas para as extremidades do navio. A carlinga, de 3.2 metros de comprimento integra a segunda peça de madeira, uma das assinaturas tipológicas portuguesas (Oertling, 2001, 2005). A mesma é suportada por chapuzes. A pia do mastro tem uma secção rectangular de 48 cm por 21 cm.

Existem, à frente e atrás da pia, dois pequenos entalhes que serviam de base para a colocação dos pés-de-carneiro à frente e atrás do mastro. Devido à proximidade dos mesmos ao mastro, é nossa opinião que eram suporte a vaus reforçados que serviriam de encaixe ao colar de mastro. Além destes dois entalhes existem mais seis entalhes para pés-de-carneiro na embarcação. Pelo menos num caso, o pé-de-carneiro, de secção quadrada de 22 cm, encontrava-se *in situ*. Dos pés-de-carneiro recuperados o mais completo atinge 2.8 metros de altura.

Sobre o forro exterior, o casco apresentava na zona do fundo cerca de 10 cm de espessura. Mais detalhe é conhecido sobre o casco interior, o mesmo tinha entre 2 a 5 cm de espessura e era composto de fiadas de madeira com uma variedade elevada de escarvas. Atendendo à idade da embarcação, este facto foi, na nossa opinião, devido a reparações sucessivas do forro interior. O forro encontra-se pregado com conjuntos de pregos e cavilhas de madeira sem nenhuma ordem aparente.

Das escoas, nove sobreviveram, sete a bombordo e duas a estibordo, apresentam uma secção de 12.5 cm por 20 cm (Thompson, 1988, p. 26; Jordan, 2001, p. 305). As primeiras três escoas, encontram-se encostadas umas às outras de forma a fazer um reforço sólido na área do côvado. Seguem-se mais duas à meia altura do porão e uma terceira a uma altura de 2.14 metros. Por último são colocadas duas escoas que servem de base para as curvas de alto. As escoas são compostas por várias peças ligadas entre si, na maioria por escarvas diagonais e pregadas às cavernas. Em exemplo a escoa mais bem preservada é composta por quatro madeiras, da popa à proa, uma primeira de 19.10 metros de comprimento, a segunda com 5.35 metros, uma terceira com 2.65 metros e uma quarta incompleta de 2.10 metros com um tamanho provável de 3.1 a 3.6 metros.

Das curvas de alto, sobreviveram, *in situ*, quinze com espessuras entre 15 a 30 cm. Todas as curvas foram fixadas às escoas número 6 e 7 com quatro pregos, dois por cada escoa.



2. Proposta reconstrutiva da Fragata *Santo de António de Tanná*.

5. A FRAGATA *SANTO ANTÓNIO DE TANNÁ*

Dos dados recolhidos da estação arqueológica, em conjunto com outras fontes foi-nos possível apresentar uma proposta de como seria a fragata *Santo António de Tanná* (fig. 2).

Acreditamos que a fragata *Santo António de Tanná* seria uma fragata de quarta classe com 50 peças. Sabemos que, na reconstrução inicial, o seu cumprimento encontra-se 70 cm a menos do que seria na realidade, portanto o seu comprimento roda a roda seria de 40 metros com uma boca na ordem dos 10/11 metros a um racio de 1:3.6 ou 1:4.

Esta fragata apresenta duas características relevantes, primeiro o padrão de balizamento e segundo o número de escoas/verdugos.

Ao contrário das congéneres europeias, que balizam os seus navios de uma forma massiva, compondo um bloco de madeira para servir de maior protecção contra a artilharia (Boudriot, 1993; Winfield, 1997), a construção da fragata *Santo António de Tanná*, ainda se efectua com um balizamento espaçado sem presença de peças de enchimento (fig. 3). Isto aparenta ser um atraso em relação à restante construção naval, porém permite um navio mais leve e consequentemente mais rápido.

Este tipo de balizamento poderia ser um detrimento em caso de batalha, sendo a *Santo António de Tanná*, em teoria, um navio mais frágil. Porém não é o caso, a solução encontra-se no uso elevado de verdugos e escoas por todo o navio. Estes formam um padrão cruzado de madeiras que em conjunção da madeira utilizada, teca, criam uma muralha defensiva bastante eficiente contra artilharia (fig. 4). Este padrão de construção explica, na nossa opinião, a razão da capacidade deste navio de descarregar provimentos para um forte enquanto sob fogo das baterias inimigas a cerca de 500 a 700 metros de distância.

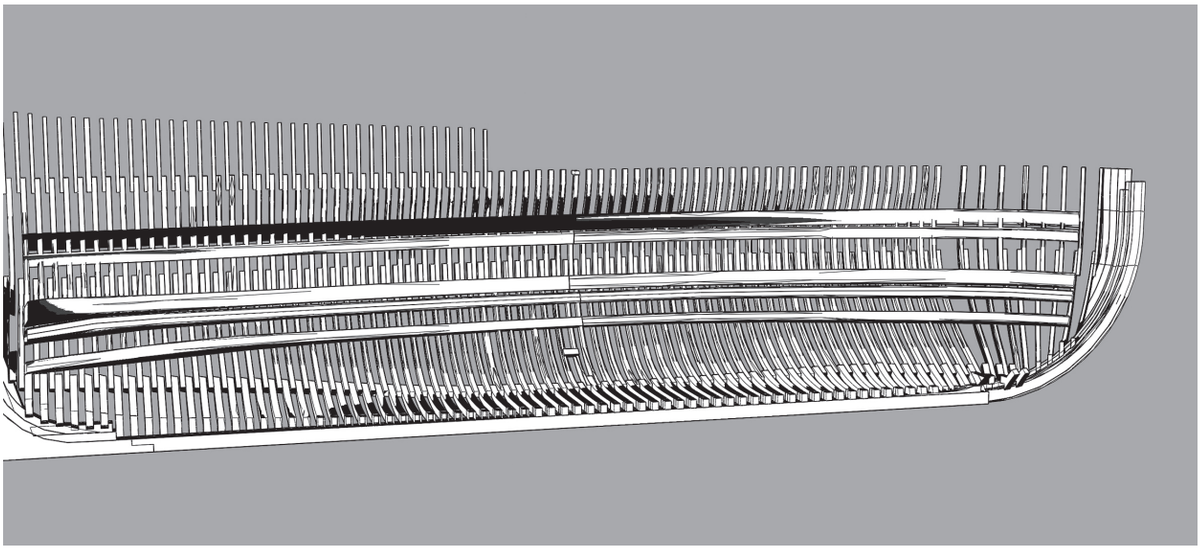
Santo António de Tanná ainda é mais surpreendente quando olhamos para a sua forma em comparação com as outras formas europeias da época (fig. 5). Este navio, morfologicamente encontra mais semelhanças com um navio mercante do que com as fragatas da época.

Na nossa opinião e que tencionamos fundamentar com a tese de doutoramento, a que nos presentemente dedicamos, esta morfologia é uma resposta tecnológica a necessidades da presença portuguesa no Índico existentes na altura da construção do *Santo António de Tanná*.

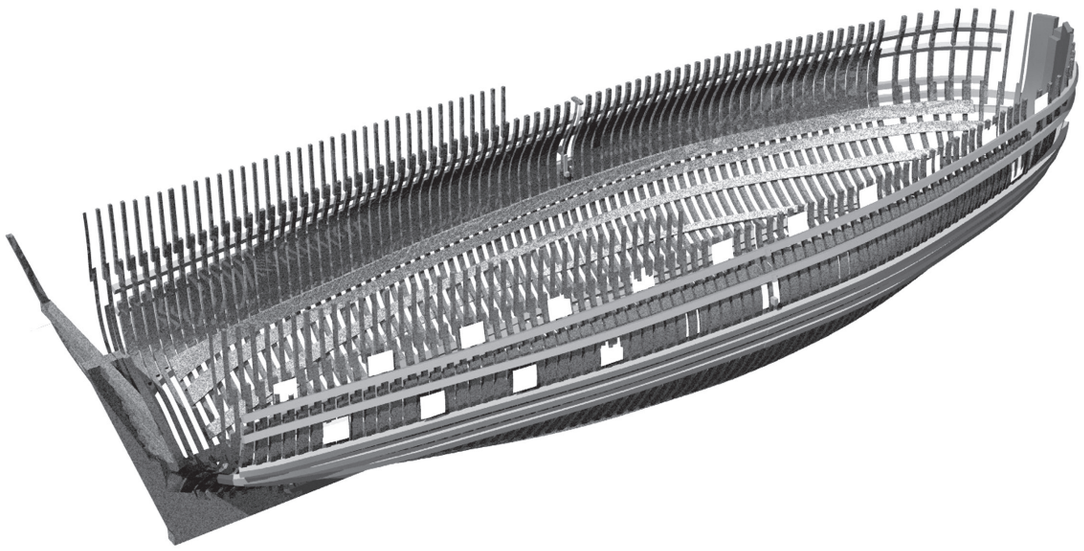
O século XVII foi um século de transformação da presença marítima portuguesa no Índico. A queda de Serião, em 1612 marca, o ínicío de uma nova realidade no Índico. A perda do controlo privilegiado dos mares devido a uma série de perdas portuguesas de portos estratégicos para outras potências europeias, aliado à ascensão de três importantes impérios. O Império Omanita, que se estende de Oman à costa oriental de África. O Império Mogul que domina uma parte considerável do sub-continente Indiano. Por último o Shogunato dos Tokugawa que obtém o domínio do Japão.

A recuperação da supremacia portuguesa obriga a um reforço constante das capacidades militares navais dos portugueses. Este reforço, no qual a coroa portuguesa investe inicialmente, é desviado para o comércio do Brasil aquando a descoberta de importantes depósitos de ouro na colónia. A presença oficial portuguesa no Índico nos finais do século XVI e XVIII caracteriza-se por uma falta constante de navios militares e navios mercantes.

Na Europa entre 1680 e 1730, vemos o desenvolver de um novo tipo de marinha de guerra, os navios-de-linha e em consequência a separação da marinha em duas,



3. Cavername da Fragata *Santo António de Tanná.*

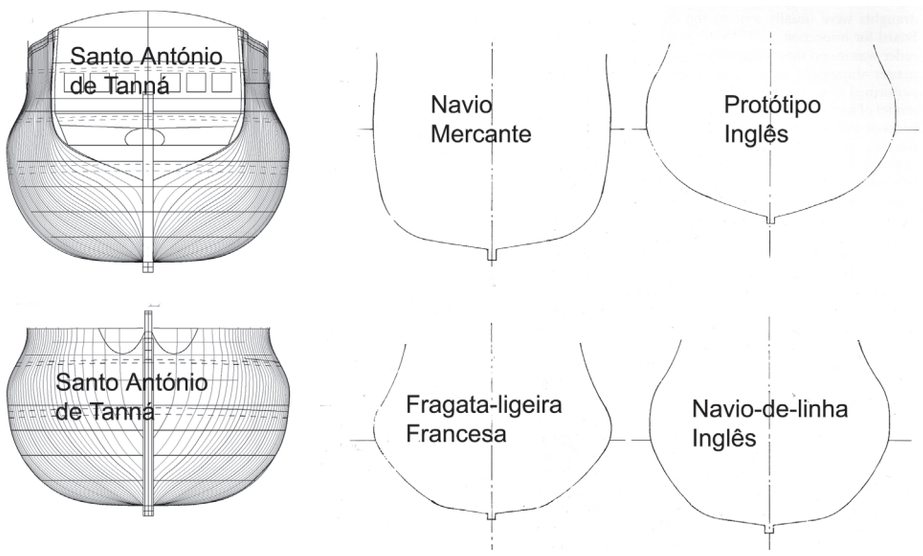


4. Cavername, verdugos e escoas do navio.

uma marinha militar profissional e uma marinha mercante. Esta separação, em conjunção com as novas tipologias das embarcações militares, leva a avultados investimentos por toda a Europa, mas principalmente pelos Franceses, Ingleses, Holandeses e Espanhóis. Carla Ranh Philips (1992) defende que Espanha, incapaz de acompanhar a evolução e construção naval das suas concorrentes europeias, desenvolve estratégias diferentes. Estas estratégias, na nossa opinião, tendo em conta da união das duas coroas (1580-1640), foram também aplicadas em Portugal.

Com a manutenção da presença ibérica por todo o mundo e com os custos que isso acarretava, a União Ibérica, esgotada de recursos por campanha sucessivas, não foi capaz de desenvolver uma marinha de guerra nos mesmos moldes das suas congéneres europeias. Com a independência portuguesa em 1640, Portugal, com as suas fronteiras ameaçadas por Espanha, os seus domínios marítimos em constante ataque pelos seus "aliados" ingleses e holandeses e pelas novas potências locais, também não conseguiria desenvolver e suportar marinhas de guerra equivalentes às outras potências europeias.

Neste contexto, consideremos a construção mais leve da *Santo António de Tanná* em comparação com as suas congéneres europeias. Tomemos em conta que, durante a sua carreira, como o caso de outras fragatas portuguesas, serviu em diversas missões comerciais (Esparteiro, 1977, 1978, 1979,1980). Facto confirmado pela carga de ébano descoberta a bordo durante a sua escavação (Piercy, 1977). Estamos, na nossa opinião, a ver uma construção naval, que confrotada com a falta de recursos e necessitada de ambos navios militares



5. Formas da baliza mestra em comparação com a *Santo António de Tanná*.

e mercantes, criou um tipo de navios militares que pudessem também servir de navios mercantes. Esta solução, intencional ou não, permite a coroa portuguesa desenvolver uma ferramenta naval que em tempo de paz é fonte de receitas e, em tempo de guerra, está disponível para a defesa do comércio naval português, essencial à manutenção das políticas da coroa portuguesa. Fica somente em aberto a questão do contributo à presença portuguesa no Índico deste tipo de fragatas-mercantes.

6. CONCLUSÃO

Em conclusão, apresentamos a hipótese que a Fragata Portuguesa, desenvolvida nas últimas décadas do século XVII, foi uma embarcação multi-tarefas. Um navio capaz de operar de forma independente e que se tornou uma peça essencial na estratégia naval portuguesa. Na nossa opinião e que iremos desenvolver como tema de doutoramento, a Fragata Portuguesa foi um navio que seguiu um conceito construtivo e morfológico completamente diferente da construção naval europeia.

Santo António de Tanná é um exemplo como a arqueologia naval pode responder a questões importantes sobre a construção naval e a presença portuguesa no Índico e a sociedade do século XVII em geral. Também é um exemplo demonstrativo que utilizando uma combinação de elementos talentosos, boas técnicas de arqueologia e registo é possível criar dados suficientes para se concluir o estudo 24 anos depois. Porém a fragata *Santo António de Tanná* é somente mais um dado, para uma série de questões sobre a evolução da construção naval portuguesa e sobre historiografia portuguesa em geral. Mais estações propriamente e seriamente escavadas, reconstruídas e publicadas são necessárias para melhorar o nosso entendimento de uma ferramenta complexa e essencial à humanidade que uniu e ainda hoje une povos. Os Navios.

BIBLIOGRAFIA

BLOT, J.-Y. e BLOT, M.L. (2001) – Archives and Nautical Archaeology: Late 17th century Portuguese shipbuilding in India and the *fragata* "Santo António de Tanna" In MHAMAI S.K. ed. lit. – *Fourth Centenary Volume of the Goa Archives (1595--1995).* Goa: D.A.A.G.G., p. 104-124.

BLOT, J.-Y. e BLOT, M. L. – *Report on a Research in India and Portugal on the Historical Aspects of the 17th Century Portuguese Frigate Santo António de Tanna Sunk in Mombasa, Kenya, November, 1697* [Manuscrito]. 1984. Acessível na Biblioteca do IGESPAR, Lisboa, Portugal.

BOUDRIOT, J. (1993) – *The History of the French Frigate, 1650-1850.* Translated by D.H. Roberts. Sussex, UK: J. Boudriot, p. 416.

BOXER, C.R. (1984) – *From Lisbon to Goa, 1500-1750.* London: Variorum Reprints, p. 314.

ESPARTEIRO, A. M. (1977) – *Três Séculos no Mar 1640-1910. III Parte/Fragatas/1.º Volume*. Lisboa: Ministério da Marinha.

ESPARTEIRO, A. M. (1978) – *Três Séculos no Mar 1640-1910. III Parte/Fragatas/2.º Volume*. Lisboa: Ministério da Marinha.

ESPARTEIRO, A. M. (1979) – *Três Séculos no Mar 1640-1910. III Parte/Fragatas/3.º Volume*. Lisboa: Ministério da Marinha.

ESPARTEIRO, A. M. (1980) – *Três Séculos no Mar 1640-1910. III Parte/Fragatas/4.º Volume*. Lisboa: Ministério da Marinha.

FRAGA, T. (2007) – *Santo António de Tanna: Story and Reconstruction*. College Station: Texas A&M, p. 231. Tese.

JORDAN, B. (2001) – Wrecked Ships and Ruined Empires: an Interpretation of the Santo António de Tanna´s Hull Remains Using Archaeological and Historical Data. In ALVES, F. ed. lit. – *Proceedings International Symposium on Archaeological of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 301-216.

OERTLING, T. J. (2001) – The concept of the Atlantic Vessel. In ALVES, F. ed. lit. – *Proceedings International Symposium on Archaeological of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 232-240.

OERTLING, T. J. (2005) – Characteristics of Fifteenth and Sixteenth-Century Iberian Ships. In HOCKER, F. M. e WARD, C. A. eds. lits. – *The Philosophy of Shipbuilding*, p. 129-36.

PIERCY, R. (1977) – Mombassa Wreck Excavation. Preliminary Report 1977. *INA Quarterly* College Station. 6:4, p. 331--147.

PIERCY, R. (1978) – Mombassa Wreck Excavation. Second Preliminary Report, 1978. *INA Quarterly* College Station. 7:4, p. 301-319.

PIERCY, R. (1979) – Mombassa Wreck Excavation. Third Preliminary Report, 1979. *INA Quarterly* College Station. 8:4, p. 303-309.

PIERCY, R. (1980) – Mombassa Wreck Excavation. Fourth Preliminary Report, 1980. *INA Quarterly* College Station. 10:2, p. 109-118.

PONA, A. (1890) – Construcções Navaes no Seculo XVII. *Annaes do Clube Militar Naval.* Lisboa XX, p. 217- 223, p. 255-258.

RAHN PHILIPS, C. (1992) – *Six Galleons for the King of Spain: Imperial Defense in the Early Seventeenth Century.* London: John Hopkins University Press, p. 318.

SASSON, H. (1982) – The Sinking of the *Santo António de Tanna* in Mombasa Harbour. *Paideuma* Frankfurt. 28, p. 101--108.

THOMPSON, B.F.C. (1988) – *The Rigging of a 17th-Century Frigate at Mombasa, Kenya*. College Station: Texas A&M University, p. 160. Tese.

WINFIELD, R. (1997) – *The 50-Guns Ship.* London: Chatham Publishing, p. 128.

CADA BOTÃO SUA CASACA

INDUMENTÁRIA RECUPERADA NAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS DA FRAGATA *SANTO ANTÓNIO DE TANÁ*, NAUFRAGADA EM MOMBAÇA EM 1697

ANDRÉ TEIXEIRA, LUÍS SERRÃO GIL CHAM – FCSH-UNL|UAç

RESUMO Em 1697, a fragata *Santo António de Taná* partiu num pequeno esquadrão liderado pelo general Luís de Melo Sampaio para a costa oriental de África, em socorro da fortaleza de São Jesus de Mombaça, que sofria há vários meses o cerco dos árabes omanitas. No entanto, esta tentativa de auxílio teve um desfecho trágico para esta embarcação, naufragada junto à fortificação nesse ano. Os destroços da *Santo António de Taná* permaneceram praticamente intocados até a década de 70 do século XX, quando uma equipa do Institute of Nautical Archaeology (INA) liderada por Robin Piercy ali realizou escavações arqueológicas. Nos destroços foram identificados e recuperados inúmeros artefactos de uso quotidiano utilizados pela tripulação aquando do naufrágio. Entre eles conservaram-se diferentes peças da indumentária utilizada pelos nautas, elemento distintivo numa sociedade onde o aspecto visual tinha forte impacto nas relações interpessoais e na diferenciação social, mesmo a bordo, revelando igualmente aspectos relacionados com a religiosidade dos que seguiam a bordo.

PALAVRAS-CHAVE Oceano Índico, portugueses, naufrágio, vestuário, religiosidade

1. INTRODUÇÃO

A 25 de Novembro de 1696, a fragata *Santo António de Taná* partiu de Goa para a costa oriental africana à frente de um pequeno esquadrão de cinco embarcações, a fim de socorrer a fortaleza de Jesus de Mombaça, que sofria há vários meses o cerco de forças omanitas[1]. Naqueles finais do século XVII, o "inimigo arábio" era um dos principais competidores do Estado da Índia, empreendendo um processo de expansionismo naval no Índico Ocidental, visando simultaneamente os portos portugueses no litoral leste-africano e na costa ocidental indiana. A embarcação fora construída década e meia antes em Baçaim, cidade da província do Norte onde existiam importantes estaleiros de construção naval, além de oficiais especializados nas actividades marítimas. A maioria dos tripulantes da expedição, incluindo marinheiros e militares, tinha origem indiana. O próprio comandante, Luís de Melo Sampaio, era natural do Estado da Índia[2], pertencendo a uma linhagem de fidalgos há mais de um século estabelecidos naquelas terras de Baçaim, onde detinham importantes concessões fundiárias (Teixeira, 2010, p. 313, 363-78). A paragem de alguns meses em Moçambique, depois de uma primeira aproximação a Mombaça e antes do desfecho trágico junto a esta cidade, terá levado ao ingresso a bordo de pessoas e bens com esta origem, como provam os achados cerâmicos e, provavelmente, uma carga de ébano (Sassoon, 1981, p. 126-28). Efectivamente, a tentativa de socorro gorou-se e a fragata naufragou à vista de Mombaça nos primeiros dias de Novembro de 1697, precipitando a queda da cidade nesse mesmo ano, depois de 32 meses de cerco, facto que veio a consagrar o poder omanita na região.

Os destroços da *Santo António de Taná* permaneceram praticamente intocados até à década de 1960, quando mergulhadores amadores os descobriram, levando à organização de uma campanha arqueológica dirigida por James Kirkman. Entre 1976 e 1980, uma equipa do *Institute of Nautical Archaeology* liderada por Robin Piercy realizou ali trabalhos arqueológicos mais intensivos, revelando os vestígios de uma parte significativa da embarcação e recuperando mais de 7000 objectos relacionados com o funcionamento do navio, a vida a bordo e a carga transportada, obrigando a campanhas posteriores para registo de todos os achados (Piercy, 1998). Depois da realização de vários estudos parcelares, bem como de teses académicas, o sítio de naufrágio está a ser objecto de investigação mais abrangente, com vista à publicação de uma monografia dos trabalhos arqueológicos, da história da embarcação e

1. Sobre o forte de Jesus de Mombaça veja-se Kirkman, 1974.
2. Veja-se a relação do cerco de Mombaça existente na Biblioteca Nacional, *Fundo Geral*, Códice 584, fol.18. Escreve-se ali que no "número de soldados e marinheiros entravam muitos naturais", identificando Melo Sampaio como "fidalgo nascido na Índia". Agradecemos a Pedro Pinto a disponibilização deste documento.

do seu contexto. Dado o desejo de desenvolver este trabalho numa perspectiva interdisciplinar e internacional, foi firmado em 2011 um protocolo de colaboração entre o *Institute of Nautical Archaeology* e o Centro de História de Além-Mar.

É neste âmbito que se insere o presente trabalho. Efectivamente, no espólio recuperado entre os destroços da *Santo António de Taná* individualizaram-se artefactos que remetem para o vestuário e que permitem lançar hipóteses acerca das indumentárias utilizadas pelos diferentes tripulantes. Embarcavam nestas "povoações flutuantes" pessoas de diferentes condições e costumes (Guinote, 1998, p. 53), incluindo uma série de oficiais especializados, gente de armas, marinheiros e passageiros, portanto indivíduos de todos os estratos sociais, desde o fidalgo ao indigente, e com origens étnicas distintas. Estas diferenças sociais eram visíveis não só nas funções e nas condições como viviam a bordo, como também no traje, pois este era usado para que "reflectisse com clareza o estatuto social" (Silva, 2001, p. 450-51).

2. O VESTUÁRIO PORTUGUÊS EM FINAIS DE SEISCENTOS

O século XVII foi marcado por grandes alterações no modo de vestir. A indumentária tornou-se menos rígida, surgindo um estilo mais natural (Köhler, 1996, p. 349), "a que corresponde também o desenvolvimento das indústrias têxteis, nomeadamente das sedas e outros produtos de luxo". Este processo iniciou-se no vestuário masculino a partir da França de Mazarino e Luís XIV, que substituiu em Portugal as antigas influências predominantemente espanholas, italinas e alemãs. As "alterações do gosto" terão sido introduzidas pelos matrimónios reais de D. Catarina de Bragança com o soberano inglês Carlos II, em 1664, e do monarca português D. Afonso VI com a infanta D. Maria Francisca da Sabóia, dois anos mais tarde. Assim, vão aparecer "duas tendências de moda barroca", de influência inglesa e francesa (Pires *et al*, 1989, p. 5-6).

A indumentária masculina da fidalguia na segunda metade do século XVII incluia os seguintes elementos: chapéu de aba larga virada para cima num dos lados, copa alta, decoração com penas e debrum de ouro ou um tricórnio; cabelo comprido ou peruca tipo *allongée*, uma massa de pequenos cachos que pendiam até meio das costas; *cravate*, um lenço de pescoço; uma camisa com mangas bufantes, normalmente de linho; um gibão curto, usado neste período apenas em dias festivos; *la veste* ou véstia, uma espécie de casaco que chegava quase aos joelhos, com botões na parte da frente, justo no peito e aberto nas costas e nos lados até aos quadris; o *justaucorps*, casaca que sobrepunha a véstia, muito ornamentada e com botões na parte da frente, na abertura das costas, nos bolsos e nos punhos, peça que se tornou a mais importante até ao final do século XVIII; *la culotte*, calções largos franzidos na cintura; meias ornamentadas com um debrum de renda; sapatos decorados ou botas (Boucher, 1987, p. 260-70; Köler, 1996, p. 353-82).

Se o traje dos homens de "classe média" se aproximava ao da fidalguia, embora menos dispendioso e elaborado, os grupos populares envergavam vestes bem mais simples e funcionais, de paleta cromatica sóbria e limitada, cujo corte das peças se mantinha ao longo de gerações (Silva, 1993, p. 171). Contava basicamente com um chapéu de abas largas, uma camisa, um casaco abotoado ou colete, por vezes de pele tipo gibão, calções até joelho e sapatos ou botas (Boucher, 1987, p. 286-88).

Os dados para o Estado da Índia são escassos neste domínio. O circunstanciado relato do viajante francês Pyrard de Laval, de inícios de Seiscentos (Castro e Bouchon, 1998), é uma das melhores fontes para conhecer o traje dos súbitos asiáticos do monarca português, juntamente com a iconografia de Jan Huygen van Linschoten (Pos e Loureiro, 1998). Assim, os nobres portugueses de Goa apresentavam-se em cerimónias oficiais "soberbamente trajados", montados nos seus cavalos e cobertos por sombreiros, vestindo claramente "à maneira de Portugal". As mulheres fidalgas usavam vestidos de brocado de ouro, prata, seda e pedras preciosas, ornando-se de jóias no cabelo, nos braços, nas mãos e na cintura e calçando sapatos abertos de salto alto; usavam véus de finos tecidos da cabeça aos pés, mais coloridos no caso das moças, negros no caso das casadas (Castro e Bouchon, 1998, p. 601 e 621-22).

Já os soldados portugueses, que usavam capacete de ferro com crista e cobertura da nuca, envergavam em terra calções largos e bem compridos, ao passo que no mar preferiam calções mais curtos e ajustados, ditos então "à francesa", dispensando muitas vezes os sapatos para obter maior estabilidade. Numa curiosa metáfora, o viajante francês referia, porém, que "todos deitam as suas colheres ao mar" depois de passar o Cabo da Boa Esperança, deixando assim os seus modos e costumes europeus (Castro e Bouchon, 1998, 638 e 644). O autor descreve, ainda, as roupas usadas em casa pelos portugueses mestiços e cristãos indianos: os homens vestiam ceroulas até ao calcanhar e camisa, de tecido branco e fino, ostentando chapéu ou carapuça de veludo ou tafetá. As mulheres trajavam um *baju*, uma camisa curta sobre as ancas quase sem mangas, muito fina, clara e com amplo decote, além de uma saia de algodão ou seda, usando a cabeça

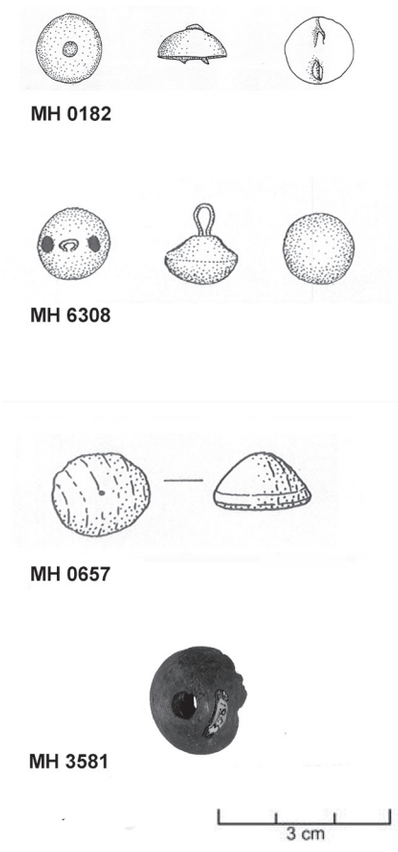
descoberta. Finalmente, os "servidores e escravos", de origem asiática ou africana, envergavam somente uma saia, de fina manta de seda colorida (Castro e Bouchon, 1998, p. 622 e 630-31).

3. BOTÕES

Entre o espólio associado a vestuário recolhido na intervenção arqueológica da *Santo António de Taná* destaquem-se onze botões em prata, dois em cobre, quatro em chumbo e oito em madeira (fig. 1). Os primeiros apresentam uma cabeça subcircular com 1 cm de diâmetro e um engaste em anel subicircular (MH6308), parecendo fazer parte da véstia ou mais dificilmente da casaca. Esta forma de abotoadura parece enquadrar-se tipologicamente nas limitações criadas pela pragmática de 1688, que apenas permitia o uso de botões de "prata lisa feitos ao martelo e não feitos de filigrana de prata ou ouro". Este tipo de legislação foi abundante no século XVII, tendo como principal objectivo refrear o luxo exacerbado das elites e conter as importações de tecidos e adornos produzidos fora do Reino (Silva, 2001, p. 450-51).

As abotoaduras em prata pertenceriam certamente ao capitão geral ou aos oficiais superiores da fragata, já que constituíam um bem móvel de grande valor, "cuidadosamente guardadas em caixas ou arcas de madeiras preciosas" quando não utilizadas (Silva, 1991, p. 329-30). O seu uso está largamente documentado entre a nobreza europeia da época, testemunhado em quadros como o de William II de Orange, pintado por Anthonis Van Dyck c. 1641; Luís XIV de França, pintado por Henri Testelin em 1666; ou do próprio monarca português D. João V, retratado hipoteticamente por Duprá décadas depois (Pereira, 1995, p. 141). Foram também identificados artefactos semelhantes em escavações arqueológicas, embora em número muito reduzido, por exemplo no antigo Palácio dos Marqueses de Marialva de Lisboa (Torres, 2006).

Quanto aos quatro botões de chumbo exumados na *Santa António de Taná* apresentam uma cabeça semiesférica com 1,22 cm de diâmetro, uma pequena calote esférica na parte superior e um engaste possivelmente semicircular (MH0182). Os dois botões de cobre assemelham-se aos anteriores, embora alguns exemplares tenham uma perfuração central em substituição do engaste. Esta forma de abotoadura encontra paralelo em exemplar de ferro exumado no Solar dos Ribeirinho, na cidade madeirense de Machico, datado do século XVII (Sousa, 2006, p. 167).



William II, principe de Orange, no retrato pintado por Anthonis Van Dyck, datado de c. 1641. D. João V, retratado hipoteticamente por Duprá, 1725.

Gabriel Metsu, An Old Man Holding a Pipe and a Jug, de c. 1663.

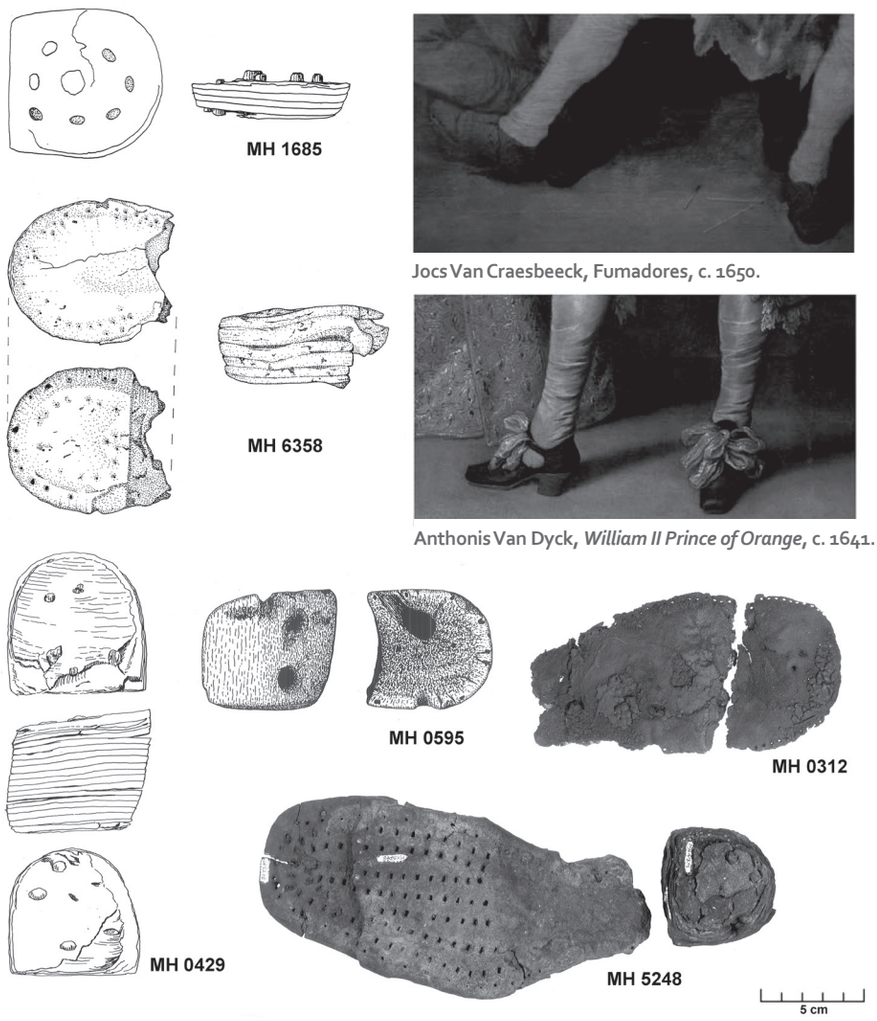
1. Botões.

Por fim, refiram-se os oito botões fabricados em madeira (MH0657, MH3581), de forma semiesférica com perfuração central e ligeiramente maiores que os metálicos, com cerca de 1,75 cm de diâmetro. Esta matéria-prima era empregue em botões mais simples, servindo para abotoar casacos ou coletes como o representado na obra de Gabriel Metsu *"An Old Man Holding a Pipe and a Jug",* de c. 1663. Estes botões devem, pois, ter pertencido a soldados portugueses da fragata, sendo certo que o seu uso, por exemplo em contextos coloniais espanhóis, só se começou a generalizar nesta época (Deagan, 2002, p. 158-60) e que os indianos e africanos não envergavam este tipo de traje, como referido.

4. CALÇADO

Durante a intervenção arqueológica foram também recolhidas peças que são atribuíveis a partes do calçado utilizado a bordo (fig. 2). Durante o século XVII a moda dos sapatos acompanhou a par e passo as transformações ocorridas no vestuário. Nesta época usavam-se botas, sapatos e sandálias em couro ou tecido que podiam ser muito simples ou mais elaborados, com ou sem salto, de ponta quadrada, afilada ou redonda, consoante a classe que os envergava ou a moda vigente (Köhler, 1996, p. 370-373).

Além da esmagadora maioria dos nautas, que seguiriam a bordo descalços, alguns tripulantes portugueses podiam utilizar sapatos de couro baixos e de ponta arredondada, atados por correias. Entre os 33 fragmentos de sola em pele encontrados nos destroços da *Santo António de Taná*, um claramente corresponde a este tipo de calçado, dada a sua forma (MH0312). Exemplares semelhantes foram exumados em sítios arqueológicos, sobretudo em contexto subaquático, como o navio inglês *Mary Rose*, afundado em 1545 no Reino Unido (Gardiner e Allen, 2005, p. 66-93); o galeão espanhol *San Juan,* naufragado na Terra Nova em 1565 (Davis, 1997, p. 43-44) e a fragata *The Machault,* perdida no Quebec em 1760 (Sullivan, 1986, p. 80-81). Refira-se também o achado do século XVII-XVIII do Convento de Jesus de Lisboa (Cardoso, 2008, p. 280-82). Apesar das diferenças cronológicas, estes paralelos apresentam características semelhantes, reforçando a ideia de que as classes populares reproduziam os mesmos modelos



Jocs Van Craesbeeck, Fumadores, c. 1650.

Anthonis Van Dyck, *William II Prince of Orange*, c. 1641.

2. Calçado.

de vestuário ao longo dos tempos, preocupando-se sobretudo em satisfazer as suas necessidades básicas. Para além dos achados arqueológicos, a presença deste tipo de calçado é visível na iconografia da época, como a pintura *"Poultry Sellers"*, de Joachim de Beuckelaer, datada de c. 1570, e *"Fumadores"*, de Joos Van Craesbeeck, de c. 1650.

Por sua vez, o calçado da elite adquiria inúmeras formas e feitios, cujo aspecto oscilou ao longo das décadas. Usavam-se botas com salto alto, de ponta quadrada ou afilada, que no início do século chegavam somente acima dos joelhos, tornando-se depois mais longas e, por vezes, dobradas para fora na sua zona superior e forradas com tecido colorido ou renda. Os sapatos de ponta quadrada ou afilada podiam ter o salto pintado de vermelho e eram adornados por fitas, rosetas, rendas, brilhos ou fivelas (Boucher, 1987, p. 266; Köhler, 1996, p. 370; Goubitz *et al*, 2007, p. 229-36 e 281-87).

Nos destroços da fragata foram detectados exemplares correspondentes a este tipo de calçado, destacando-se o MH5248 quase completo, com 22,7 cm de comprimento, 8,4 cm de largura, ponta quadrada e vestígios do respectivo salto. Exumaram-se também fragmentos de ponta afilada, de que se assinala o MH3231. Identificaram-se ainda nove saltos de sapato compostos por várias camadas de pele sobrepostas, de forma semi-quadrangular; o mais completo tinha 5,3 cm de lado e 5,3 cm de altura, com 19 camadas (MH0429), mas outros tinham menos de 1 cm de espessura e eram fabricados com 2 a 6 camadas de pele (MH1685, MH6358). Recolheram-se, por fim, três saltos em madeira maciça, com 6 a 7,5 cm de lado e 6 a 6,5 cm de altura (MH0595).

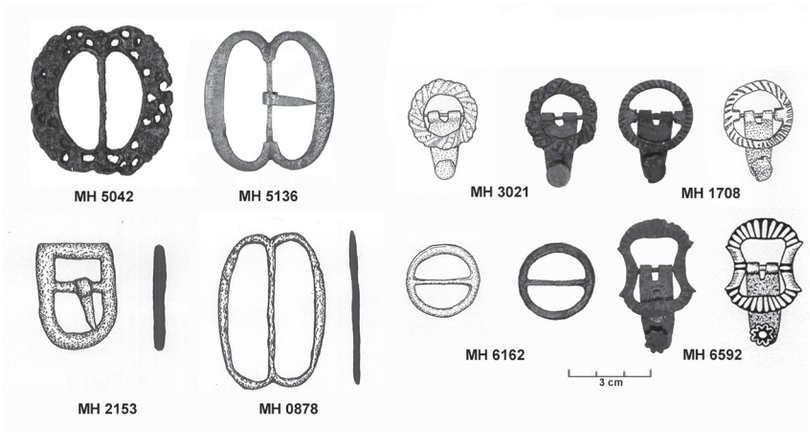
O aspecto original destes sapatos seria semelhante ao pintado no referido retrato de William II de Orange ou na *"Conversão"*, de Pieter Hooch, de 1663-65. Estes exemplares só podem ter sido utilizados pelos escassos fidalgos presentes a bordo, sendo o seu número anormalmente alto face a outros contextos de naufrágio, ou mesmo terrestres. A título de exemplo refira-se o paralelo de Londres, em Southwark (Egan, 2005, p. 29), muito idêntico ao citado MH5248.

5. FIVELAS

As fivelas são um elemento muito utilizado desde a época pré-romana e podem pertencer a calçado, vestuário, arreios, armaduras ou armamento. A identificação da sua função é por vezes difícil, recorrendo-se à sua dimensão, ao período datável e às suas características formais, bem como às representações artísticas (fig. 3).

Possivelmente relacionadas com o calçado, foram identificadas na *Santo António de Taná* duas fivelas em bronze de forma oval dupla com travessão central, cerca de 5 cm de lado, secção plana e decoração "rendilhada" e com motivos florais (MH5042). O seu uso é visível nas pinturas de Thomas Hawker e na iconografia de Robert White, datada de c. 1680, representando o rei Carlos II de Inglaterra.

Foram igualmente exumadas cinco fivelas mais simples em liga de cobre, provavelmente também pertencentes a sapatos, de forma circular, com 2,6 a 3 cm de diâmetro, travessão central, anverso arredondado e reverso plano (MH6165). Exemplares semelhantes registam-se em vários sítios arqueológicos coevos, como o Solar dos Ribeirinho do Machico (Sousa, 2006, p. 167), o Convento do Carmo de Lisboa (Ferreira, 1999) ou o antigo Palácio dos Marqueses de Marialva da mesma cidade (Torres, 2006). São referidas também em cidades europeias, como Londres (Egan, 2005, p.



3. Fivelas.

Rembrant, Rembrant e Saskia na cena do filho pródigo no bordel, c. 1636.

Cristovão de Morias, D. Sebastião, c. 1572-74.

34), ou em sítios coloniais, como os da América espanhola (Deagan, 2002, p. 181-82). Refira-se que, entre 1670 e 1680, as fivelas substituíram os laços nos sapatos, conhecendo por isso mais larga difusão (Boucher, 1987, p. 266).

Entre o espólio da fragata recolheram-se três outras fivelas em liga de cobre com forma de U, duas de menores dimensões (2,3x2,8 cm) com anverso arredondado e reverso plano, outra bem maior (3x4 cm) de secção arredondada (MH2153). Se a função das primeiras é menos clara, a última é consentânea com a representada no quadro do 8.º correio-mor do Reino, Duarte Sousa Mata Coutinho, datado de 1674-1696, onde é utilizada em calçado.

Registaram-se ainda quatro fivelas de forma oval dupla em liga de cobre, com 3,6x3,8 a 4x5,8 cm, secção arredondada no anverso e plana no reverso, presumivelmente pertencentes a cintos. A MH0878 e, talvez, a MH 5136 deverão atribuir-se a talabarte ou *baldric*, cinto de fixação da espada que atravessava o corpo do ombro até à cintura, uma peça de luxo que evidenciava o *"status"* do seu portador. Este tipo de fivela, normalmente maior e mais afilada que as fivelas de vestuário, encontra paralelo em peça exumada em St. Augustine, na Florida (Deagan, 2002, p. 190-91), datada da segunda metade do século XVII. Refira-se também a pintura *"Rembrant e Saskia na cena do filho pródigo no bordel"*, de Rembrant, datada de c. 1636. O talabarte foi substituído pelo cinto de espada cerca de 1680, utilizando-se nesse caso pelo menos quatro fivelas (Boucher, 1987, p. 270).

Por fim, foram identificadas três fivelas em liga de cobre provavelmente utilizadas também em cintos, mas apresentando decoração, o que as remete para uma utilização mais nobre, como se vê numa das mais célebres representações de D. Sebastião, a de Cristóvão de Morais, ou no retrato de D. Francisco de Moura Corte Real, 3º marquês de Castelo Rodrigo, mais próximo cronologicamente desta época. A MH6592 tem forma de "8" com travessão central redondo, 3,4 cm de cumprimento e 2,1 a 2,7 cm de largura, sendo decorada com traços incisos no anverso; conserva-se ainda a lingueta de fixação com 3,1 cm de comprimento, culminada por tacha em forma de roseta. A MH1708 tem forma circular, 2,6 cm de diâmetro e lingueta com 2,6 cm de comprimento finalizada por tacha circular; o anverso tem secção arredondada, verificando-se decoração incisa, ao passo que o reverso é plano. A MH3021 tem forma circular com 2,7 cm de diâmetro e decoração entrançada; a lingueta de fixação tem 2,8 cm de comprimento e termina igualmente com tacha circular.

Assim, o grupo das fivelas aponta, tal como o calçado, para a indumentária dos militares portugueses embarcados, podendo alguns dos exemplares considerar-se claramente pertencentes à elite a bordo.

6. MEDALHAS DEVOCIONAIS

Os aspectos devocionais das sociedades europeias da época moderna tinham natural continuidade além-mar e uma grande expressão no contexto marítimo, onde deixaram marcas na cultura popular portuguesa[3]. Está documentada uma intensa actividade religiosa a bordo da Carreira da Índia, fomentada pela longa duração das viagens e pelos perigos da navegação, onde a doença e a morte eram desfechos sempre possíveis, de tal modo que "Deus surgia muitas vezes como a única tábua de salvação" (Guinote, 1998, p. 60). Este facto manifestava-se nos actos litúrgicos realizados a bordo e nas orações colectivas, cumprindo escrupulosamente o calendário canónico e agradecendo ou pedindo sucesso na viagem, mas também na própria devoção pessoal, visível nas confissões e no uso de símbolos e imagens (Domingues e Guerreiro, 1989, p. 211-18).

Durante a intervenção arqueológica realizada na *Santo António de Taná* foram recolhidas três pequenas medalhas devocionais em cobre ligadas à prática religiosa, crendo-se que seriam usadas em redor do pescoço, pregadas à roupa ou nos chapéus ou como parte integrante de rosários (fig. 4). Uma delas tem forma redonda e 1,8 cm de diâmetro (MH1643). Uma das faces ostenta em relevo a figura da Virgem Maria segurando o menino com a mão direita, agarrando ambos um rosário; as figuras são emolduradas por uma "coroa" de flores de lírios, símbolo de pureza, majestade, paz e protecção. A imagem representa Nossa Senhora do Rosário, cujo culto se divulgou na segunda metade do século XV, tornando-se padroeira da Carreira da Índia em 1571 (Pedrosa, 2011, p. 5). Na outra face foi representada uma figura masculina com hábito, segurando na mão direita um livro aberto e na mão esquerda um ramo de três lírios, um elemento associado a Santo António nas representações artísticas posteriores ao século XV; a composição é rodeada pela mesma "coroa" de flores. O culto deste santo adquiriu grande difusão popular a partir de Quinhentos, sendo considerado protector dos artilheiros e contra os relâmpagos, entre outros atributos (Galvão e Galvão, 1996). A medalha é originária de Roma, um dos principais centros produtores deste tipo de objectos nesta época, dada a inscrição gravada sob a Senhora do Rosário (Deagan, 2002, p. 43).

3. Como ilustra o provérbio português quinhentista: "Se queres aprender a orar, entra no mar" (Domingues e Guerreiro, 1989, p. 211).

Outro exemplar tem forma octogonal e 2,8 cm de diâmetro (MH4627). Ostenta numa das faces duas figuras: uma masculina montada, envergando armadura e espada desembainhada, outra prostrada de braços erguidos recebendo algo do cavaleiro, possivelmente metade da sua capa. Trata-se de São Martinho de Tours, como mostra a inscrição «SAN MARTIN», mas facilmente reconhecível pela cena representada. Este foi o primeiro santo não mártir a receber o culto oficial de igreja católica e um dos mais populares da Europa medieval, sendo considerado o protector dos militares. Na outra face encontra-se uma figura masculina com barba comprida e rosto de perfil, encimada por auréola, representando São Pedro, como se lê na inscrição «PETR(?)V», o primeiro bispo de Roma e protector dos pescadores.

A terceira medalha tem forma octogonal e 2,15 cm de diâmetro (MH2049). Numa das faces ostenta uma figura masculina aureolada, vestindo uma estola de sacerdote e segurando na mão esquerda um livro; erguendo o rosto em direcção a um sol radioso, preenchido no seu interior com a sigla IHS, foi identificado como sendo Santo Inácio de Loyola, reconhecível também pelas inscrições «(?)GNATIVS» e «SOC(*ieta*) IESV.E», referência à ordem fundada por este santo. Na outra face encontra-se uma figura masculina aureolada, segurando possivelmente um bordão, ladeada pelas inscrições «SOC(*ieta*) IESV» e «FRANC(*iscus*) X(*averius*)», identificando assim São Francisco Xavier, o grande missionário jesuíta, com decisivo trabalho apostólico na Ásia sob jurisdição do Padroado Português do Oriente.

Este tipo de medalhas foi reconhecido em vários contextos da expansão espanhola na América, como Santa Catalina de Guale (Geórgia) e St. Augustine (Florida), mas também em vestígios de naufrágio, como os da armada espanhola afundada na Irlanda em 1588 (Deagan, 2002, p. 41-54). Elas encontram-se, aliás, globalmente espalhados na Europa cristã, com representações próprias da devoção de cada região[4]. Podem citar-se paralelos nacionais seiscentistas bastante diversos, como o citado Convento de Jesus de Lisboa (Cardoso, 2008, p. 259-84), o Convento do Carmo da mesma cidade (Ferreira, 1999, p.158), o Covento de Santa Clara-a-velha de Coimbra (Mourão, 2004, p.120-23), ou um habitat rural do concelho de Lousada (Leite *et al*, 2006, p. 40).

Note-se que os exemplares recuperados na *Santo António de Taná* relacionam-se directamente com a gente cristã embarcada naquele universo índico. As evocações protectoras da Carreira da Índia e dos artilheiros, por um lado, dos militares e pescadores, por outro, apontam claramente para o contexto marítimo e bélico dos tripulantes da fragata, naquela espinhosa missão de defesa de Mombaça; estas enquadrariam os servidores do rei na Igreja, através daquelas imagens identitárias. As referências aos jesuítas, nomeadamente ao seu fundador e ao "apóstolo das Índias", como ficou conhecido o padre Xavier, conformam o cenário apostólico do Estado da Índia, embora não fossem dele exclusivo, sendo aliás bastante divulgados em terras americanas neste período (Deagan, 2002, p. 44).

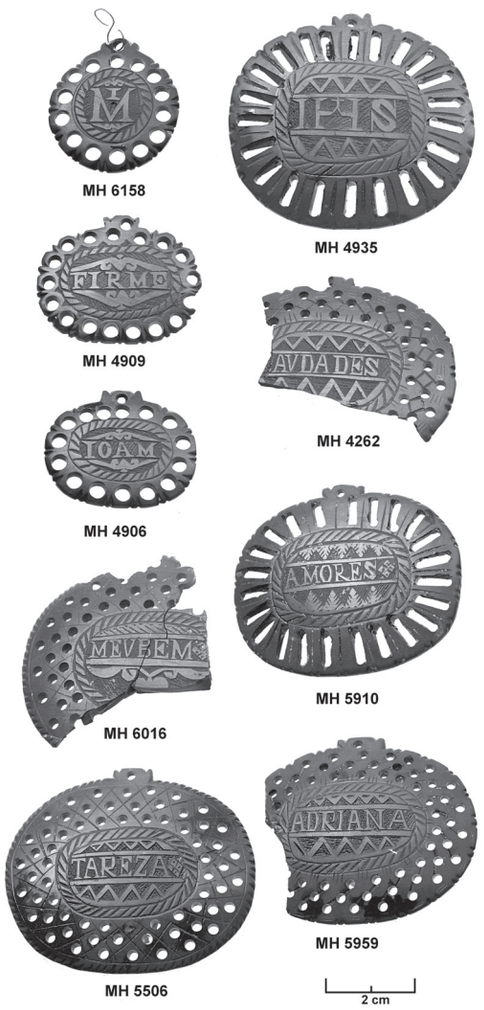
4. Medalhas.

7. MEDALHÕES

A coexistência entre objectos de cunho religioso e outros de origem profana com atributos mágicos ou taumatúrgicos foi muito comum na história do Cristianismo, nomeadamente na época da expansão. Surgiram nesta

4. Para o caso espanhol, refiram-se a título de exemplo os artigos publicados em TORRES, 2011.

jazida arqueológica 13 medalhões em azeviche, com três tipologias: 9 ovais com 5x6 cm; 2 ovais com 3x2,5 cm; 2 circulares, com 3 cm de diâmetro; têm diferentes tipos de inscrições e decorações, às quais se atribuem significados distintos (fig. 5). Um deles puramente religioso, quando alusivo a Jesus Cristo ou à Virgem Maria, através das seguintes inscrição: «IHS» (MH4935), as três primeiras letras do nome de Jesus em grego, IHSOUS, a partir do século XVII interpretado pelo latim como IESUS HOMINIUM SALVATOR; ou «MI» (MH6158), exprimindo a designação de Maria Imaculada. Outros objectos apontam para um sentido evocativo que ultrapassa a fé católica, como as inscrições «VIDA» ou «FIRME» (MH4909), este último encorajando à força e coragem. Por fim, um grupo de medalhões ostenta gravado o nome de um ofertante, daquele que se quer lembrar ou, simplesmente, o nome do possuidor, distinguindo-se designações gerais, como «(S)AUDADES» (MH4262), «MEVBEM» (MH6016) e «AMORES» (MH5910), antropónimos femininos, seja «TAREZA» (MH5506), «ADRIANA» (MH5959), «IZABEL» ou «IASINTA», ou um antropónimo masculino, representado pela inscrição «IOAM»(MH4906).



5. Medalhões.

A presença destes medalhões mostra uma ligação ao sagrado num misto de religiosidade e superstição, presente também em cruzes ou breves, relacionados com o "culto semi-privado, semi-público do divino" (Sousa, 2004, p. 167). Este aspecto sai reforçado se atentarmos ao material em que foram fabricados os exemplares recuperadas nesta fragata, o azeviche, ou âmbar negro, resina fóssil de cor negra brilhante. Trata-se de um material utilizado na Península Ibérica desde a Antiguidade para fabrico de objectos com poderes protectores e mágicos. O seu uso renascera na Idade Média com as peregrinações a Santiago de Compostela, para a manufactura de objectos de culto aos quais se atribuíam poderes taumatúrgicos. Foram produzidos em Espanha por uma corporação em regime de monopólio nos séculos XV e XVI, quando a sua manufactura passou a ser feita também nas Astúrias. O seu transporte para a América, sob a forma de contas, rosários, imagens, amuletos e também medalhões, está documentado em fontes escritas de finais de Quinhentos e da centúria seguinte, exumando-se igualmente em sítios arqueológicos do Novo Mundo em estratos mais tardios (Deagan, 2002, p. 38-39, 73-74, 93-98).

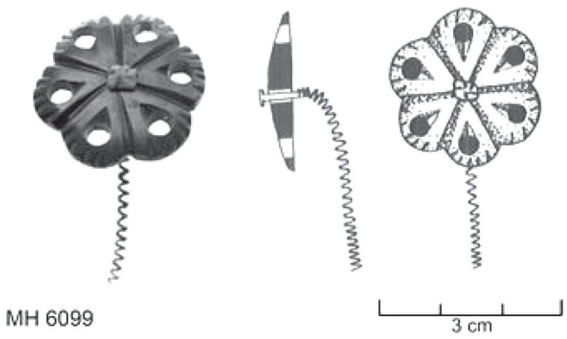
Em Portugal surgiram exemplares deste tipo de objectos no convento de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, nomeadamente medalhões com evocações religiosas ou antropónimos femininos, sendo ali interpretados como reflexo deste sentimento religioso da época moderna que, mesmo no interior de uma congregação de clarissas, articulava fortemente com práticas e usos supersticiosos (Côrte-Real, 2009, p. 40-41). Muitos outros sítios arqueológicos nacionais documentaram objectos em azeviche, sobretudo contas de rosários e figas, sendo evidente um uso generalizado.

Os medalhões recuperados na *Santo António de Taná* terão sido fabricados em contexto português, dado o teor das inscrições bem nacionais, crendo-se que a matéria-prima tenha origem europeia, visto não se conhecer exploração à época desta substância em terras da orla do Índico. Não se pode excluir completamente que tenham sido talhadas na Ásia, sabendo-se que "com o objectivo de obter clientela, os ourives indianos procuravam seguir a moda e copiar os desenhos da península" (Arbeteta, 1998, p. 34), embora neste caso pareça menos provável. Tal como referido, estes medalhões seriam utilizados pela tripulação naufragada no quadro da sua vida espiritual e afectiva, crendo-se no seu uso relativamente generalizado à época, dado o número importante de exemplares detectados. A hipótese destes objectos serem mercadoria de trato

é menos verosímil, dada a sua clara afinidade com o quadro mental europeu, embora não possa ser totalmente descartada, como adiante se verá.

8. ALFINETE E BRINCOS: MULHERES A BORDO?

Alguns dos artefactos exumados na fragata podem claramente ser associados ao quotidiano feminino, podendo indiciar a presença de mulheres a bordo. Trata-se de uma hipótese intrigante à partida, dado que a embarcação cumpria uma missão militar específica e a presença de mulheres a bordo seria sempre evitada, visto ser geradora de inúmeros problemas. No entanto a documentação da Inquisição de Goa parece demonstrar que esta situação não foi esporádica. As mulheres que embarcavam nas naus da Carreira da Índia eram normalmente clandestinas "a fugir às pestes, à orfandade, a maridos insuportáveis, com desejos de mudar de vida, vestidas de homem, atrás de sonhos de amor e vida melhor". Seguiam também algumas esposas de súbditos do monarca que iam servir ou viver na Índia, bem como prostitutas (D'Armada, 1994, p. 199-218).



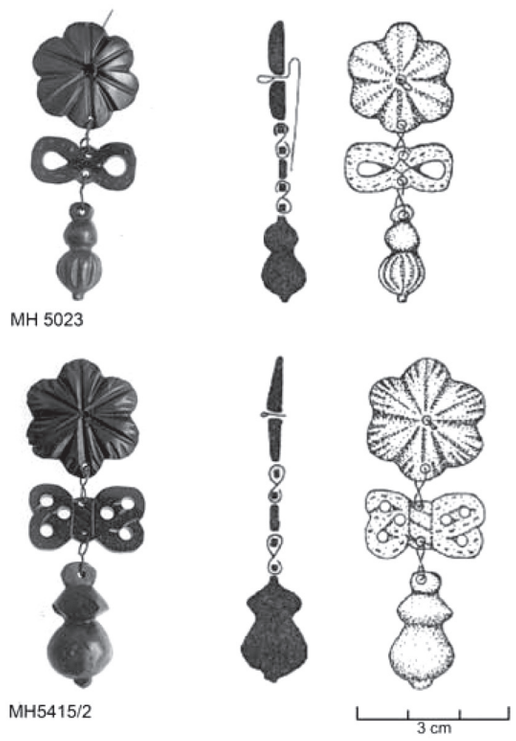
6. Alfinete de cabelo.

José de Avelar (?), *D. Luisa de Gusmão*, c. 1657.

Foi identificado no espólio da *Santo António de Taná* um adorno de cabelo "trémulo" em florão, com estrutura móvel, fabricado em azeviche (MH6099, fig. 6). Este tipo de enfeite era muito comum no século XVII e XVIII, como é visível na pintura de D. Luísa de Gusmão realizada por José Avelar c.1657, ou no "*Retrato de Dama*", de c.1625-1635. Os cabelos femininos nesta época usavam-se baixos, "na frente e dos lados eram enrolados para trás enquanto o restante era trançado e reunido na nuca, sendo preso por fitas, grampos e botões ornamentais" (Köhler, 1996, p. 352). Madame D'Aulnoy comentava em 1679 sobre as mulheres espanholas que "todas têm as suas cabeças cheias de alfinetes, alguns feitos de diamantes em forma de mosca ou borboleta e cujas cores advêm das diferentes pedras" (Deagan, 2002, p. 137). Esta moda não seria muito diferente da vivida em Portugal, embora a análise da iconografia pareça mostrar um uso mais comedido de adornos de cabelo.

Foram também identificados nos destroços desta embarcação quatro brincos inteiros (MH5023, MH5415/2, fig. 7) e outros quinze fragmentos de características semelhantes. São todos fabricados em azeviche, têm cerca de 6 cm de comprimento e são constituídos por três elementos: um florão recortado em seis secções, nuns casos mais arredondadas, noutros mais apontadas, com uns exemplares mais decorados por finas incisões que outros; um laço, com dimensões variando entre os 2 e 5 cm, nuns casos de composição mais simples, noutros representando um entrelaçado mais denso com vários orifícios; e um pingente, composto por pequena anilha de ligação, um corpo cónico médio e um circular de maiores dimensões.

Esta parece ser uma composição típica dos brincos desta época, como se pode testemunhar em vários tipos de fontes. Por um lado, a pintura, de que é exemplo a obra "*El niño enfermo*", de Gabriel Metsu, de c. 1660, por outro os objectos de joalharia portuguesa (D'Orey *et al*, 1995). A este propósito refira-se que, pelas suas características formais e decorativas, estas peças em azeviche parecem tratar-se de reproduções de jóias, um facto que se poderá relacionar com a tendência dos grupos populares mais endinheirados para utilizar "soluções de menor custo, como as imitações" (Arbeteta, 1998, p. 33). Os achados arqueológicos de brincos na América espanhola são numerosos, incluindo objectos com diversos fabricos, sobretudo vítreos, mas onde se incluem objectos em azeviche (Deagan, 2002, p. 126-30). Recorrendo novamente ao testemunho de Madame D'Aulnoy para as mulheres espanholas, registava-se em finais de Seiscentos que estas "suspensos nas orelhas usam largos pendentes, excessivamente pesados, que não sei como podem suporta-los" (Deagan, 2002, p. 127). Aparentemente os portugueses eram conhecidos



Gabriel Metsu. El niño enfermo, c. 1660.

7. Brincos.

nesta época pela sua mestria no fabrico de colares, mas também de pendentes (Dalmau e Janer, 1947).

Resta, pois, interpretar a presença destes objectos na *Santo António de Taná*. Não se podendo descartar a hipótese de seguir alguma mulher a bordo da fragata, eventualmente no séquito do capitão-geral Luís de Melo de Sampaio e seus oficiais, a hipótese que por ora parece mais plausível é de que estes materiais em azeviche, certamente raros na costa oriental africana, tenham sido transportados como mercadoria de comércio. Na verdade, se a principal missão confiada pelo vice-rei a Melo de Sampaio era descercar a fortaleza de Mombaça, este fidalgo também partiu de Goa com o posto de capitão-geral dos rios de Sofala, um cargo altamente rendoso pelas possibilidades de trato naquela região de Moçambique. A sucessão dos factos naquele ano de 1697 evidencia claramente que o comandante da expedição deu prioridade a estes interesses em relação ao socorro da posição sitiada, transportando os seus haveres durante os recontros militares[5]. A presença de uma importante carga de ébano entre os destroços da fragata tem sido relacionada, precisamente, com a mercancia, a que se entregou o capitão antes mesmo de cumprir o desafio militar que lhe havia sido cometido.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserindo-se o presente texto numa investigação mais vasta sobre o sítio de naufrágio da fragata *Santo António de Taná*, deve ressalvar-se que as hipóteses aqui lançadas deverão, de futuro, ser objecto de confronto e discussão com os demais trabalhos parcelares, com vista à resolução de problemáticas aqui apenas afloradas.

Ainda assim, o estudo dos materiais ligados ao vestuário permitiu, por um lado, identificar as diferenças sociais dos que seguiam a bordo e as imagens que caracterizavam essa hierarquia. Elementos do traje, como os botões, os sapatos ou, em menor escala, as fivelas, apresentavam características que permitem associá-los ao restrito grupo em torno do capitão-geral, ou aos demais portugueses embarcados. Da esmagadora maioria dos tripulantes, de origem africana e sobretudo indiana, restaram naturalmente menos sinais, dada a pobreza da sua indumentária. Deve, aliás, referir-se que os achados da *Santo António de Taná* apresentam alguma excepcionalidade neste âmbito, pelo elevado peso relativo de bens de algum luxo. Tal situação deve justificar-se pelo facto do comandante da expedição ter seguido para o combate com todos os seus haveres. Com efeito, a maior parte deste espólio foi exumado, precisamente, junto à popa da fragata, espaço reservado à elite embarcada, onde foram aliás recuperados outros materiais de circulação mais restrita (Piercy, 1981, p. 109-10).

5. Confira-se a citada relação do cerco de Mombaça, muito crítica da acção do vice-rei e do comandante da expedição de socorro (Biblioteca Nacional, *Fundo Geral*, Códice 584, fol. 18-18v). Segundo este documento, quando saiu de Moçambique para socorrer pela segunda vez Mombaça, fez "embarcar o general tudo o que tinha de seu em Moçambique" (*Ibidem*, fol. 55v).

Por outro lado, a recolha de medalhas e medalhões entre os destroços da embarcação possibilitou abordar a religiosidade dos que seguiam a bordo, mais uma vez com enfoque limitado a um grupo, o dos cristãos. As evocações presentes nas primeiras, produzidas e largamente difundidas nas cristandades dos Velhos e Novos Mundos, condizem perfeitamente com as crenças dos nautas à época, identificando-se com o mar, as viagens marítimas, a guerra ou o apostolado missionário oriental. As inscrições gravadas no azeviche dos segundos apontam para as superstições, crenças, aspirações e "sentimentos individuais" da gente embarcada, no universo religioso complexo e diverso da Idade Moderna.

Por fim, brincos e alfinetes permitem colocar a hipótese de mulheres seguirem na fragata, eventualmente no círculo do capitão-geral Luís de Melo Sampaio. As peças fabricadas em azeviche poderiam, contudo, ser um objecto para o trato na costa oriental africana, aquele que parece ter sido o grande objectivo do comandante da frota durante os meses que permaneceu na região. A ambiguidade das ordens dadas em Goa possibilitou que este fidalgo da Índia privilegiasse o exercício do rendoso posto de capitão-geral dos rios de Sofala ao de líder da operação de socorro a Mombaça, contribuindo assim para o desfecho trágico da embarcação e da presença portuguesa naquela zona.

BIBLIOGRAFIA

ARBETETA, L. (1998) – *La joyería Española de Filipe II a Alfonso XIII*. Madrid: Editorial Nerea.

BARROS, A. J. M. (2004) – Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes do mar nos séculos XV e XVI. In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos.* Porto: Faculdade de Letras do Porto, p. 249-63.

BOUCHER, F. (1987) – The Seventeenth Centery. In *20,000 Years of Fashion. The history of costume and personal adornment*. New York: Harry N. Abrams, Inc., Publishers, p. 251-89.

CARDOSO, J. L. (2008) – Resultados das escavações arqueológicas realizadas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre Junho e Dezembro de 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, p. 259-84.

CASTRO, X. de e BOUCHON, G., ed. (1998) – *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)*, Paris: Editions Chandeigne, 2 vols.

CÔRTE-REAL, A., coord. (2009) – *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*, 2.ª edição. s.l.: Direcção Regional de Cultura do Centro.

CUMMING, V. (2010) – *The dictionary of fashion history*. Oxford / New York: C.W. Cunnington and P.E. Cunnington.

D'ARMADA, F. (1994) – As mulheres nas naus da Índia (séc. XVI). In *Actas do congresso internacional: O rosto feminino da expansão portuguesa.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p.197-229.

D'OREY, M. L.; SANTOS, R. e CARVALHO, R. (1995) – *Cinco séculos de joalharia, Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Instituto Português dos Museus / Zwemmer.

DAVIS, S. (1997) – Piecing Together the Past: Footwear and Other Artifacts from the Wreck of a 16th-Century Spanish Basque Galleon. In REDKNAP, M., ed., *Artefacts from Wrecks. Dated Assemblages from the Late Middle Ages to the Industrial Revolution*. Oxford: Oxbow Books, p. 110-20.

DEAGAN, K. (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean 1500-1800*, vol. II: *Portable Personal Possessions*. Washington / London: Smithsonian Institution Press.

DOMINGUES, F. C. e GUERREIRO I. (1989) – A vida a bordo na Carreira da Índia (século XVI). In *VI reunião internacional da história da náutica e hidrografia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.185-225.

EGAN, G. (2005) – *Material culture in London in an age of transition. Tudor and Stuart finds c.1450 - c.1700 from excavations at riversides sites in Southwark*. Londres: Museum of London Archaeology Service (MOLAS Monograph, 19).

FERREIRA, F. E. R. (1999) – Escavação da Igreja do Convento do Carmo. *Arqueologia e História*. Lisboa. 51, p. 73-164.

GALVÃO, C. M. e GALVÃO, A. M. (1996) – *Santo Antônio, a realidade e o mito.* Petrópolis: Editora Vozes.

GARDINER, J. e ALLEN, M. J. (2005) – *Before the mast: life and death aboard the Mary Rose*. Local: Mary Rose Trust.

GOUBITZ, O.; DRIEL-MURRAY, C. e WAATERINGE, W. G. (2007) – *Stepping through Time: Archaeological Footwear from Prehistoric Times until 1800*, Zwolle: Stichting Promotie Archeologie.

GRACIAS, M. F. da S. (1998) – Entre partir e chegar: saúde, higiene e alimentação a bordo da Carreira da Índia no século XVIII. In *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-portuguesa.* Angra do Heroísmo, p. 457-67.

GUINOTE, P.; FRUTUOSO, E. e LOPES, A. (1998) – *Naufrágios e outras perdas da "Carreira da Índia" séculos XVI-XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

KIRKMAN, J. (1974) – *Fort Jesus. A Portuguese Fortress on the East African Coast*. Oxford: Oxford University Press.

KÖHLER, C. (1996) – *História do Vestuário*. São Paulo: Martins Fontes.

LAVER, J. (1989) – *A roupa e a moda. Uma História concisa*. São Paulo: Companhia das Letras.

LEITE, J.; NUNES, M.; SOUSA, L. e GONÇALVES, C. (2006) – Sondagem arqueológica em Nespereira - Lousada: resultados preliminares de uma intervenção de emergência. *Oppidum*. Lousada. 1, p. 11-45.

MOURÃO, T. (2004) – *Entre murmúrios e orações: Aspectos da vida quotidiana do convento de Santa Clara-a-velha captados através do espólio funerário, séculos XVI e XVIII.* Tese de mestrado em Museologia e Património Cultural, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado)

PEDROSA, F. G. (2011) – *Marinheiros portugueses em navios espanhóis e as suas devoções (1550-1636)*, em linha *www.nautical-archaeology.com/_pub.htm.*

PEREIRA, J. F. (1995) – O Barroco do século XVIII. In *História de Arte Portuguesa*, III. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 51-181.

PIERCY, R. C. M. (1977) – Mombasa wreck excavation, Preliminary report, 1977. *International Journal of Nautical Archaeology*. 6.4, p. 331-47.

PIERCY, R. C. M. (1978) – Mombasa wreck excavation, second preliminary report. *International Journal of Nautical Archaeology*. 7.4, p. 301-19.

PIERCY, R. C. M. (1979) – Mombasa wreck excavation. Third preliminary report, 1979. *International Journal of Nautical Archaeology*. 8.4, p. 303-09.

PIERCY, R. C. M. (1981) – Mombasa wreck excavation. Fourth preliminary report, 1980. *International Journal of Nautical Archaeology*. 10.2, p. 109-18.

PIERCY, R. (1998) – A Escavação do Santo António de Tanna, um navio português naufragado no porto de Mombaça. *almadam*. Almada. S. IIª, 7, p. 135-40.

PIRES, A. P.; GUERRA, H. C. e PRATA, H. M. (1989) – *Traje erudito e traje popular português*. Macau: Leal Senado de Macau.

POS, A. e LOUREIRO, R. M. L., ed. (1998) – *Itinerário, viagem ou navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias orientais ou portuguesas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SASSOON, H. (1981) – Ceramics from the wreck of a Portuguese ship at Mombasa. *Azania*. Nairobi. 16, p. 97-130.

SILVA, A. J. (1993) – Modelos e Modas - traje de corte em Portugal nos séculos XVII e XVIII. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, anexo V: *Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII.* Porto, p. 171-85.

SILVA, M. B. N. da (1991) – A Cultura Implícita. In SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, dir., *Nova História da Expansão Portuguesa,* vol. VII: MAURO, Frédéric, coord., *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 265-365.

SILVA, M. B. N. da (2001) – A Vida Quotidiana. In SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, dir., *Nova História de Portugal,* vol. VII: MENESES, Avelino de Freitas de, coord., *Da paz da Restauração ao ouro do Brasil*. Lisboa: Presença, p. 442-61.

SILVA, N. V. e (1995) – *Joalharia portuguesa / Portuguese Jewellery*. Lisboa: Bertrand Editores.

SOUSA, É. (2006) – *Arqueologia da cidade de Machico. A construção do quotidiano no século XV, XVI, XVII*. Madeira: Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea.

SOUSA, G. de V. (2004) – A joalharia feminina e o seu significado social e económico em Portugal. *Revista Museu*, Lisboa. S. IV, 13, p.17-24.

SULLIVAN, C. (1986) – *Legacy of the Machault: A Collection of 18th Century Artifacts*. s.l.: Parks Canada.

TEIXEIRA, A. (2010) – *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*, tese de doutoramento em História apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

TEIXEIRA, J. (1990) – *A iconografia da época da Restauração, Museu de Évora*, Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

TORRES, A. (2006) – *Complementos de traje provenientes da escavação da Praça Luís de Camões em Lisboa – do Palácio dos Marqueses de Marialva aos Casebres do Loreto (séc. XVII-XVIII)*. Trabalho final de curso em História, variante Arqueologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

TORRES, J. ed. (2011) – *XIV Congreso Nacional de Numismática. Ars metallica: monedas y medallas. Nules-Valencia, 25-27 de octubre de 2010*. Madrid: Museo Medallística «Henriqve Giner» e Museo Casa de la Moneda.

PROJECTO DE CARTA ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA DO CONCELHO DE LAGOS

TIAGO MIGUEL FRAGA Associação Dinamika[1]

RESUMO O projecto de carta arqueológica subaquática do Concelho de Lagos tem como objectivo a localização, identificação e valorização do património cultural subaquático do Concelho e ao mesmo tempo desenvolver o nosso conhecimento sobre a interface marítima de Lagos e seu tráfego. Apresentamos alguns dos resultados das campanhas arqueológicas deste projecto e os objectivos ainda por cumprir. Este projecto é promovido pela Câmara Municipal de Lagos, com o apoio de diversas instituições locais, regionais e internacionais.

PALAVRAS-CHAVE Gestão de património, metodologia, arqueologia náutica

1. CARTAS ARQUEOLÓGICAS

Tradicionalmente a elaboração e gestão de inventários de património ou cartas arqueológicas tem sido da responsabilidade de organismos centrais (Divisão, 2002, p. 277). Desde a década de 80 do século XX, que através do IPPAR se elabora sistematicamente o registo das estações arqueológicas em meio terrestre (Real, 1995, p. 11). Na mesma década a inventariação do património cultural subaquático foi desenvolvida pelo M.N.A (Blot e Blot, 1990-1992). Com a criação do IPA e o CNANS em 1997 ocorre a fusão das cartas de meio terrestre e meio aquático no sistema Endovélico, desenvolvido pela Divisão de Inventariação (Divisão, 2002). No presente tempo a manutenção e actualização do Endovélico cabe à Direcção-Geral do Património Cultural. Também em 1997 inicia-se o primeiro levantamento de Carta Arqueológica dos Açores (CASA) através de um protocolo entre o INA e CNANS (Mateus, 2011). Actualmente o CASA é desenvolvido pela DRC Açores /Garcia, 2004). Em 2006 inicia-se o Projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Lagos (PCASCL), a pesquisa sistemática da área marítima do concelho de Lagos com o intuito de identificar e cartografar o património cultural subaquático (PCS). Este demarca-se por ser uma iniciativa do poder local que toma a seu cargo uma responsabilidade dos organismos centrais. Actualmente este modelo de gestão tem seguimento na Carta Arqueológica Subaquática do Litoral de Cascais, sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Cascais (Freire e Fialho, prelo).

2. PCASCL

O Projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Lagos serve três propósitos:
1) Avançar o conhecimento sobre navios através da promoção de futuros projectos de investigação no PCS localizado;
2) Integrar na Câmara de Lagos o PCS no planeamento do desenvolvimento sustentado;
3) Promover o turismo cultural através de exposições, itinerários subaquáticos e enriquecimento das oportunidades culturais.

3. METODOLOGIA

De certa forma o projecto de Lagos trabalha duas dimensões distintas que se complementam. Uma dimensão científica e uma dimensão de gestão de património cultural. Na científica focamos o estudo do património cultural submerso na zona do concelho de Lagos enquanto fonte de saber sobre a evolução da própria Cidade. Na gestão cultural, localizamos e identificamos património que possa enriquecer a oferta cultural da cidade e ao mesmo tempo garantir a sua defesa.
A maneira mais simples de concretizarmos estes objectivos seria dividir a área de trabalho por grelhas de sondagens e efectuar missões de campo sistemáticas. Porém, devido à extensão da área a ser intervencionada pelo projecto, decidimos por uma metodologia por fases, na qual cada fase operava sobre os resultados da anterior (fig. 1).

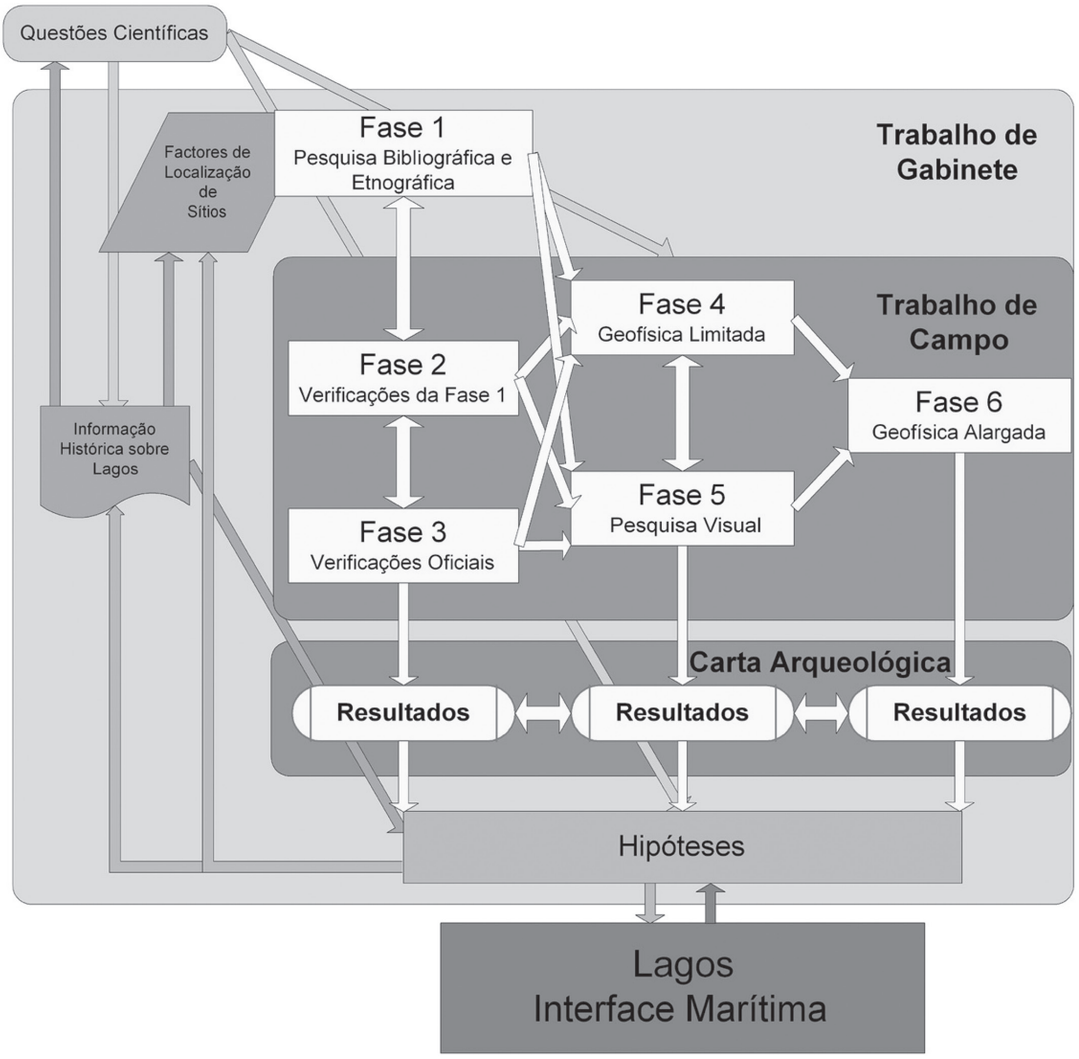
1. Rua da Paz, Vivendas Pinto, 8125 Quarteira.

A fase um operava a partir de trabalhos anteriores, em conjunção com investigações bibliográficas e etnográficas com o objectivo de elaborar uma cartografia preliminar composta por áreas onde incidir os trabalhos. A fase dois e três, vertentes operacionais de campo, eram constituídas por missões pontuais, concentradas sobre pontos indicados na fase um. Após, com as fases quatro e cinco, ambas de prospecção, a quatro de geofísica e a cinco de verificação de alvos por mergulhadores, desenvolveu-se os trabalhos em área. Por último a fase seis, consiste na prospecção sistemática de toda a restante área do projecto.

Esta metodologia permitia-nos concentrar recursos nas zonas mais críticas do projecto e garantir resultados em todas as fases (Fraga, Marreiros e Jesus, 2007, p. 26-33).

4. RESULTADOS

No ano de 2006, na fase um determinamos o potencial de património cultural subaquático na orla marítima de Lagos referente a estações arqueológicas náuticas (Fraga, 2007a). Marcamos 12 zonas de interesse onde dedicar esforços durante a fase dois (fig. 2). No mesmo ano, na fase dois prospectamos dez pontos e concentramos os trabalhos em cinco das doze áreas. Estes trabalhos, maioritariamente de prospecção visual, resultaram em espólio isolado e descontextualizado desde a época clássica até à Idade Contemporânea e na localização de dois naufrágios (Fraga, Jesus e Marreiros, 2007). Estes, um contemporâneo e outro desconhecido, foram localizados graças à partilha de informações pelo Instituto Hidrográfico (Fraga, 2007a).



1. Metodologia adoptada para o projecto.

Em 2007, tentamos determinar mais estações arqueológicas submersas em três das áreas delimitadas. Apesar da identificação e recolha de mais artefactos isolados não localizamos mais estações arqueológicas em duas das três áreas. Na terceira área, confirmamos a existência de três núcleos compostos por âncoras de diversas nacionalidades e épocas (Fraga, 2007b). Baptizado de "cemitério" de âncoras, foi proposto para a criação de um itinerário virtual em cumprimento do terceiro propósito do projecto (Jesus, Fraga e Marreiros, 2007).

Em 2008, localizamos mais três naufrágios baseados em dados recolhidos e pela partilha de informações. Iniciamos a fase quatro do projecto com uma campanha de geofísica que resultou num aumento de pontos (202) para missões pontuais. Das quais seleccionamos 19 alvos preferenciais, por serem de formato semelhante a estações arqueológicas já identificadas (Fraga, 2008).

Em 2009 o trabalho de campo do projecto foi concebido como estágio, no âmbito da Pós-graduação de Arqueologia Subaquática, desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Tomar e pela Universidade Autónoma de Lisboa. Assim, foi importante ter em atenção a concretização dos objectivos pedagógicos, mas também dos propósitos científicos do projecto (Fraga, 2009). Não obstante terem-se cumprido os objectivos propostos para 2009, logramos acrescentar estações arqueológicas relevantes às conhecidas do projecto (fig. 3). Também em 2009 de acordo com o primeiro propósito do projecto, iniciou-se um segundo projecto de investigação científica focado num das estações localizadas (Fraga e Martins, 2009).

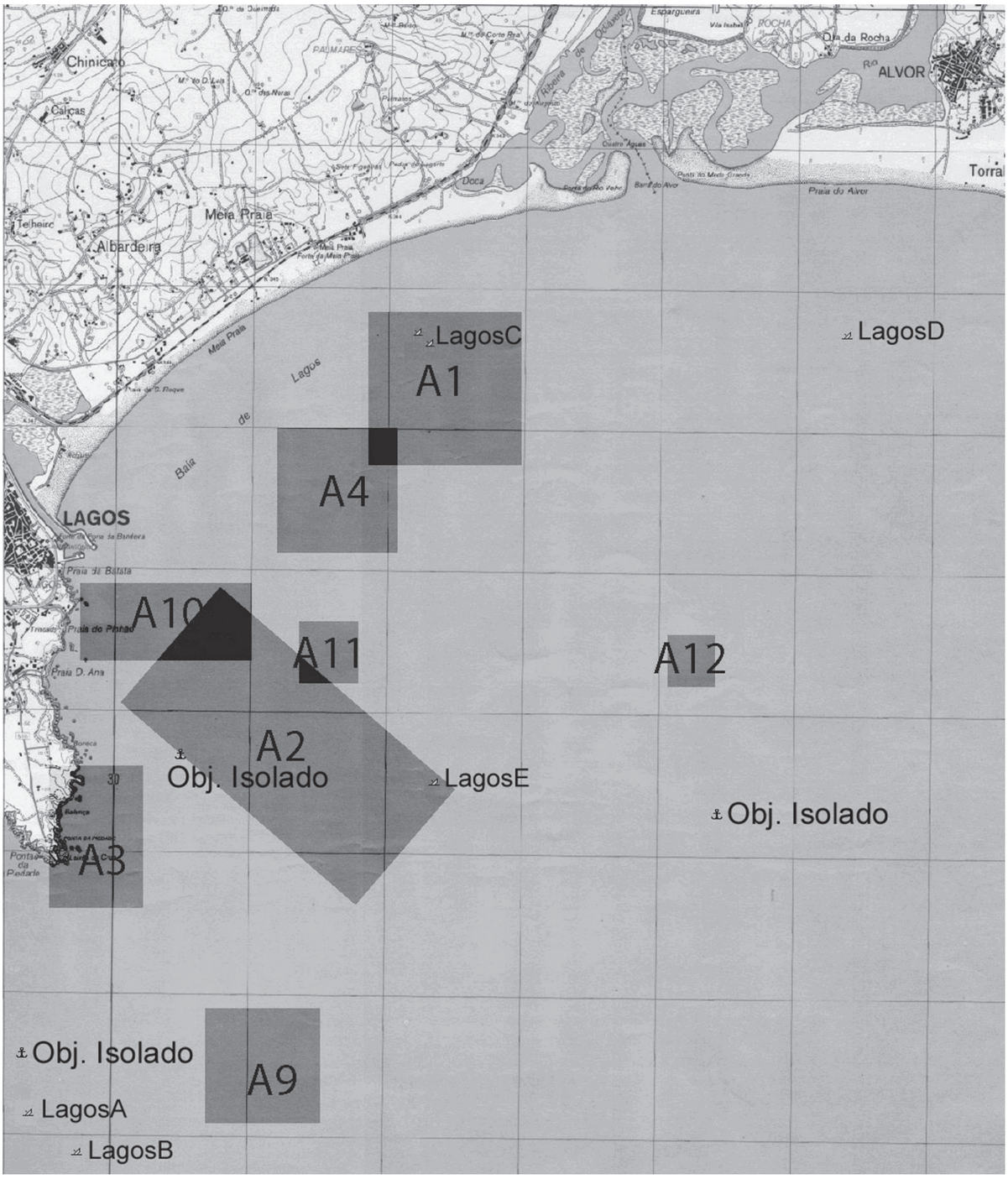
5. A ESCOLHA DE LAGOS

Lagos, pela sua posição estratégica e morfologia costeira, era o melhor ancoradouro disponível para acolhimento dos navios provenientes do Mediterrâneo, antes de se aventurarem para o Atlântico (Barbosa 1993, p. 24). Esta condição permitiu a predominância de Lagos como cidade marítima na zona do Barlavento Algarvio.

Com as suas origens no período pré-histórico (Morán, 2006), as óptimas condições de fundeadouro da área de Lagos, em conjunção com achados na ribeira de Besafrim, apontam para a existência de uma cidade marítima pré-romana (Blot, 2003, p. 275). A cidade de Lagos mantém-se como uma cidade marítima relevante ao longo do tempo. Foi um dos principais portos da antiguidade na zona do barlavento algarvio (Formosinho, 1992, p. 29). Foi uma das localidades fortificadas que protegeram a capital muçulmana de Silves (Coutinho, 2001, p. 13). Fez parte da linha de defesa costeira portuguesa e um importante porto de escala medieval nas rotas do comércio internacional que na época ligavam o Mediterrâneo aos importantes centros mercantis do Norte de África (Loureiro, 1991, p. 16-17).

Estas rotas, aliadas às tensões existentes entre Cristãos e Muçulmanos, são o palco perfeito para o corso português (Barbosa. 1993, p. 25). Lagos com uma experiência marítima no campo militar e civil, é escolhida para porto de apoio de retaguarda das praças de Marrocos (Barbosa, 1993, p. 25). Essa capacidade destaca novamente Lagos aquando a escolha de uma base marítima, pelo Infante D. Henrique, para as expedições dos Descobrimentos (Coelho, 1992, p. 13). Em Lagos ficaram sediadas as primeiras casas de feitoria, responsáveis pelas feitorias de Arguim e da Mina, no norte de África (Coelho, 1992, p. 13).

2. Áreas demarcadas de especial interesse.



3. Resultados até 2009.

Loureiro afirma que:

Em 1460, data da morte do Inf. D. Henrique, Lagos detinha a preponderância, entre todos os portos nacionais, no comércio com o litoral oeste-africano a sul do cabo Bojador, baseando o seu crescimento económico e desenvolvimento urbano nas relações mercantis com o continente africano (Loureiro 1991, p.65).

O acesso a água potável, as boas zonas de varação e as amplas áreas de ancoragem, são as razões que levam as embarcações a escolher Lagos como ponto de paragem de preferência, mantendo-se a cidade como um dos principais portos de abastecimento do Algarve.

Porém, a morfologia costeira de Lagos obriga a cuidados especiais já que desembarques fáceis também significavam fragilidade na defesa de Portugal. Facto recordado muitas vezes à Coroa, levando a uma preocupação acrescida na sua defesa (Iria, 1976, p. 6).

"carta enviada ao Rei D. José o governador do Reino do Algarve, faz notar a respeito de Lagos que «este lugar era a chave do reino por ser situado na costa do mar, com

uma baia onde podia dar fundo mais de 200 naus de guerra e uma praia onde em poucas horas se podia fazer desembarque de um grande exercito» (Paula, 1992, p. 20).
O declínio de Lagos como principal cidade marítima, ocorre nos finais do século XVIII com o terramoto de 1775. Este, além de arrasar completamente a cidade de Lagos, foi também responsável pelo assoreamento da barra de acesso ao porto (Centro de Estudos Gil Eanes, 1996, p. 140).
No século XIX a Cidade de Lagos continua a ser uma cidade marítima com uma relevante comunidade piscatória (Paula, 1992, p. 74). A decadência geral do sector das pescas eliminou nos últimos anos do século XX o grosso desta actividade em Lagos. Actualmente além das actividades piscatórias, a vertente marítima de Lagos encontra-se virada principalmente para o turismo recreativo.
Como anteriormente se referiu, devido à sua localização privilegiada Lagos foi um importante porto de passagem de navios, o que ao longo dos séculos contribuiu, para a presença nas suas águas de um rico património cultural subaquático. No mínimo existem registados na zona de Lagos, três naufrágios do período Moderno, identificados por mergulhadores (CNS 22233, 22780, 23483). Do período contemporâneo existe o relato da descoberta de um naufrágio (CNS 28513). Estes poderão, ou não, corresponder a alguma das oito referências bibliográficas sobre perdas de navios na área da baía de Lagos:

· 1566 Nuestra Señora de la Concepción (CNS 29344)
· 1593 Santa Ana (CNS 29312)
· 1628 Nuestra Señora de la Muela (CNS 29313)
· 1727 Saint Joseph (CNS 29354)
· 1785 Anónimo (CNS 29735)
· 1815 Anónimo (CNS 29342)
· 1826 Bergantim (CNS 29347)
· 1830 São José (CNS 29346)

6. CONCLUSÕES

O desenvolvimento da carta arqueológica portuguesa tem sido efectuado principalmente pelos organismos centrais. Com o diminuir da capacidade dos organismos centrais e com o aumentar da consciência do valor desse património a nível local, nos últimos anos o poder autárquico têm intervindo directamente no desenvolver destas cartas a nível regional. O PCASCL, promovido pela Câmara Municipal de Lagos, marca o início do poder local como interveniente directo na elaboração da vertente subaquática de uma carta arqueológica. Do ponto de vista municipal a disponibilização da informação recolhida durante o projecto à autarquia, é uma mais-valia para a sua valorização como importante cidade dos Descobrimentos portugueses. O aumento do conhecimento do seu património histórico submerso permite a sua referência no panorama nacional da arqueologia subaquática portuguesa. Sob o panorama nacional este projecto estuda, valoriza e dá a conhecer um rico e singular património subaquático existente nas costas portuguesas. Tendo por base uma metodologia de cinco fases, calendarizadas por quatro anos, o PCASCL resultou num contributo substancial para a carta arqueológica portuguesa com a localização de cinco naufrágios, diverso espólio descontextualizado e a promessa da existência de mais património nas restantes duas centenas de alvos, descobertos no âmbito do projecto. A incerteza da continuidade deste projecto-piloto em Portugal não afecta o seu contributo arqueológico para a região. As descobertas que originou permitiram a criação de um novo projecto de estudo e valorização de uma estação arqueológica em Lagos e estabeleceu condições para um futuro itinerário arqueológico subaquático em Lagos.

AGRADECIMENTOS

Ao Sr. Presidente da Câmara Dr. Júlio Barroso e ao Professor Doutor Rui Loureiro por todo o apoio prestado.
À Dr.ª Elena Móran pelo seu valioso aconselhamento.
A toda a excelente equipa que trabalha nos serviços municipais por toda a sua dedicação para resolver a logística do projecto.
Ao Professor Doutor Luís Filipe Vieira de Castro, à Universidade Texas A&M e aos alunos que participaram no projecto. Ao Professor Doutor Adolfo Silveira Martins, à Universidade Autónoma de Lisboa, à Professora Doutora Alexandra Figueiredo, ao Instituto Politécnico de Tomar e todos os alunos que participaram no projecto.
À Algarve Archaeological Association por tudo que fizeram pelo projecto.
Aos voluntários e instituições que acreditaram no projecto e que fornecerem tempo, meios e apoios financeiros nomeadamente Clube de Vela de Lagos, Centro de Mergulho Cientifico da Universidade do Algarve, Centro de Estudos Marítimos de Lagos, Armadores de Lagos, Osmos(is), OpenWaters, BlocoD, Grupo de Estudos Oceânicos, Instituto Superior Técnico, Blue Edge, Marina de Lagos, Water World, FunConservation e Instituto Hidrográfico.
À equipa da Associação Dinamika por todo apoio logístico e financeiro.
Por último aos meus técnicos incansáveis, inabaláveis, recursos basilares deste projecto. João Figueiras Marreiros, Luís Filipe de Jesus, Alan Wilson e Christiane Kelkel. Um sentido agradecimento.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, P. G. (1993) – O porto de Lagos no final da Idade Média: Algumas Reflexões, In *Cadernos Históricos Lagos IV*. Lagos: Comissão Municipal dos Descobrimentos, p. 15-26.

BLOT, M. L. P. (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos: Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BLOT, J.-Y. e BLOT, M. (1990-1992) – Problématique d'une recherche entreprise pour le compte du Museu Nacional de Arqueologia (M.N.A.) de Lisbonne dans le cadre du programme de recensement du patrimoine culturel immergé. *O Arqueólogo Português* Lisboa S. IV, 8/10, p. 469- 85.

REAL, F. (1995) – Prefácio. In *Carta Arqueológica de Portugal* v.3 Lisboa: IPPAR. p. 13.

CENTRO DE ESTUDOS GIL EANES (1996) – *Fontes Setecentistas para a história de Lagos*: Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes.

COELHO, A. B. (1992) – Introdução. In *Lagos, Evolução Urbana e Património*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, p. 12-15.

COUTINHO, V. (2001) – *Dinâmica defensiva da Costa do Algarve do Período Islâmico ao século XVIII*. Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.

DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA (2002) – Endovélico: Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa 5: 1, p. 277-283.

FORMOSINHO, J. (1992) – A Lenda da sua Fundação no Paul. In *Lagos, Evolução Urbana e Património*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, p. 29.

FRAGA, T.M. (2007a) – *Projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Lagos 2006.* [Relatório]. Acessível no IGESPAR, Divisão de Arqueologia Nautica e Subaquática, Lisboa. Portugal.

FRAGA, T.M. (2007b) – *Relatório de progresso PCASCL 2007* [Relató-rio]. Acessível no IGESPAR, Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, Lisboa. Portugal.

FRAGA, T.M. (2008) – *Relatório final PCASCL 2007/8.* [Relatório]. Acessível no IGESPAR, Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, Lisboa. Portugal.

FRAGA, T.M. (2009) – *Projecto de carta arqueológica subaquática do concelho de Lagos 2009*. [Relatório]. Acessível no IGESPAR, Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, Lisboa. Portugal.

FRAGA, T.M.; JESUS, L. e MARREIROS, J.M.F. (2007) – Resultados do plano de sondagens do património submerso no concelho de Lagos: Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Lagos. *Vipasca Arqueologia e História.* Aljustrel 2: 2, p. 711-719.

FRAGA, T.M.; MARREIROS, J. M. F. e JESUS, L. (2007) – *Contos Inacabados: A história submersa de Lagos*. Lagos: DPMCD – Câmara Municipal de Lagos.

FRAGA, T.M. e MARTINS, A.S. (2009) – *Projecto de estudo de um naufrágio meia praia b – provável Canhoneira Faro*. [Relatório] Acessível no IGESPAR, Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, Lisboa. Portugal.

FREIRE, J. e FIALHO, A. (No prelo) – Carta Arqueologica Subaquática do Litoral de Cascais (2009). *Al-mandan.*

GARCIA, C. (2004) – A Importância Histórica dos Açores e o seu Património Arqueológico Subaquático. *Revista Atlantis Cup,* Clube Naval da Horta, p.31 e 32.

IRIA, A. (1976) – *Da importância Geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

JESUS, L.; FRAGA, T.M. e MARREIROS, J. M. F. (2007) – *Projecto de itinerário subaquático virtual – Âncoras. Computer Aplications in Arqueology 2007* [CD-ROM], Leiria: IPT.

LOUREIRO, R. M. (1991) – *Lagos e os Descobrimentos até 1460*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

MATEUS, B. B. (2011) – Arqueologia Subaquática nos Açores: O Balanço de 15 anos de trabalhos na região. *Actas do Segundo Seminário Arqueomac.* La Restinga Canárias.

MORAN, E. (2006) – Arqueologia urbana no centro histórico de Lagos: Estratégia de intervenção e balanço dos resultados obtidos. *Xelb* 6, p. 103-110.

PAULA, R. M. (1992) – *Lagos, Evolução Urbana e Património*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS EM MADEIRA DE UM NAVIO DO SÉCULO XV ESCAVADO NA RIA DE AVEIRO

RESULTADOS PRELIMINARES

JOÃO COELHO, PEDRO GONÇALVES e FRANCISCO ALVES **Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.**[1]

RESUMO Os objectos arqueológicos provenientes de meios aquáticos estão inevitavelmente sujeitos a fenómenos de degradação, sendo particularmente susceptíveis às alterações de meio ambiente, transitando de um ambiente "molhado", muitas vezes anaeróbio, para um ambiente seco e oxigenado. Quando se recolhe e traz para a superfície um artefacto, após um longo período de imersão, sem quaisquer medidas de conservação, ocorrem alterações irreversíveis ao nível da sua estrutura física e composição química, que se traduzem na maioria dos casos na perda de informação e, muitas vezes, na perda do próprio artefacto. Perante tais evidências, torna-se imprescindível, durante qualquer tipo de trabalho arqueológico, garantir os meios necessários ao posterior tratamento[2] dos artefactos recolhidos.

No que se refere às madeiras arqueológicas provenientes de meios aquáticos, durante o período de imersão, os seus componentes estruturais são destruídos pela acção de microrganismos e, simultaneamente, por reacções químicas com o meio, resultando no seu interior espaços vazios que são ocupados pela água. É por esta razão que as madeiras degradadas mantêm o volume e a forma original, desde que se conservem encharcadas. Se forem expostas ao ar, sem qualquer tipo de tratamento, ocorre uma secagem directa, que resulta na alteração dimensional da sua estrutura e, consecutivamente, na sua deformação e fendilhamento superficial.

De modo a que os artefactos arqueológicos em madeira se conservem com as suas características originais, no que diz respeito à forma e volume, é necessário garantir um processo de tratamento que permita retirar a água do seu interior, sem afectar a sua estrutura. Tais são os pressupostos dos trabalhos de conservação do navio do século XV proveniente da Ria de Aveiro, dito "*Ria de Aveiro A*", imediatamente subsequentes à escavação da respectiva parte estrutural, iniciada a partir de 1996 e concluída em 1999 com a recuperação integral das suas estruturas de madeira. Estas, têm vindo a ser alvo, desde 2003, de um atribulado[3] processo de impregnação com polietilenoglicol (PEG), através de um tratamento em duas etapas, que correspondem numa primeira fase à aplicação deste produto com dois dos seus pesos moleculares, PEG 400 e PEG 4000, e à posterior secagem controlada.

PALAVRAS-CHAVE **Madeira encharcada, conservação, polietilenoglicol, arqueologia subaquática**

1. INTRODUÇÃO

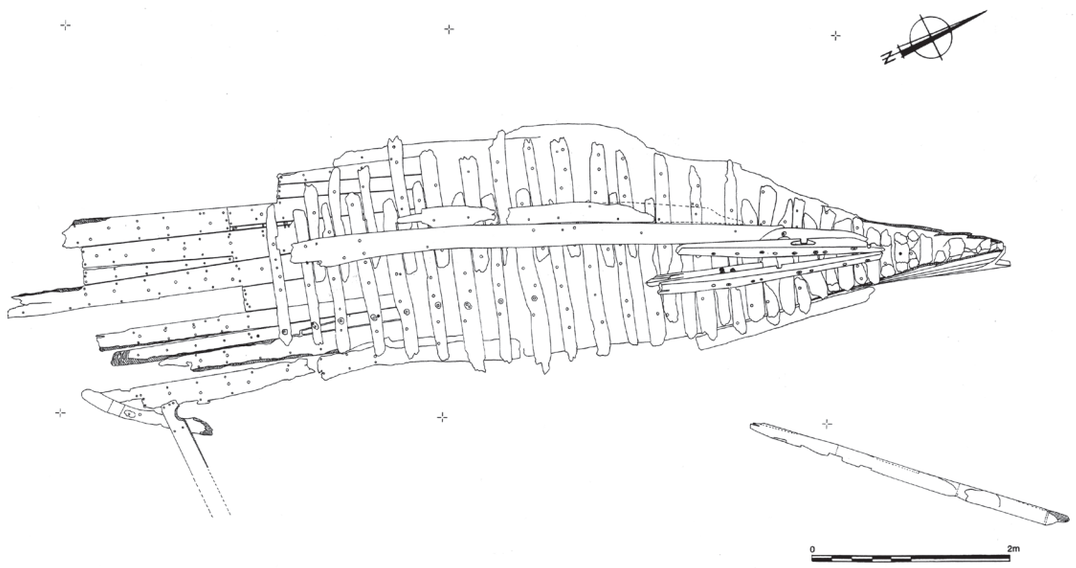
Os destroços do navio da Ria de Aveiro, dito *Ria de Aveiro A* (fig. 1), foram descobertos fortuitamente em 1992, junto à margem, no Canal da Mira, perto da

G. Garcia/CNANS

1. Os vestígios do casco do navio *Ria de Aveiro A in situ*.

1. MARL – Pavilhão CC1, Lugar do Quintanilho, 2660-421 S. Julião do Tojal.
2. Entenda-se o termo tratamento, como a intervenção ou conjunto de intervenções, independentemente da sua natureza, incorridas em determinado artefacto arqueológico, com vista à sua estabilização e conservação.
3. Devido a alguns períodos de contaminação biológica e de respectiva descontaminação, agravados por frequentes limitações orçamentais condicionando o aprovisionamento de produtos químicos de base.

CNANS



2. As estruturas do casco do navio.

ponte da Barra (Alves, 1998, 2000, 2001). Através da sua datação por radiocarbono verificou tratar-se de um navio de meados do século XV.

Os trabalhos arqueológicos no terreno dividiram-se em duas fases:

· 1996 a 1999 – escavação, desmontagem e recolha das estruturas do casco do navio (Alves, 1998, 2000, 2001) (fig. 2);

· 2000 a 2005 – escavação de parte da área da carga de cerâmica derramada (Bettencourt, *et al*, 2007-2008), composta quase exclusivamente por louças de um fabrico local, típico da região de Aveiro (fig. 3). A restante carga preserva-se, actualmente, *in situ*.

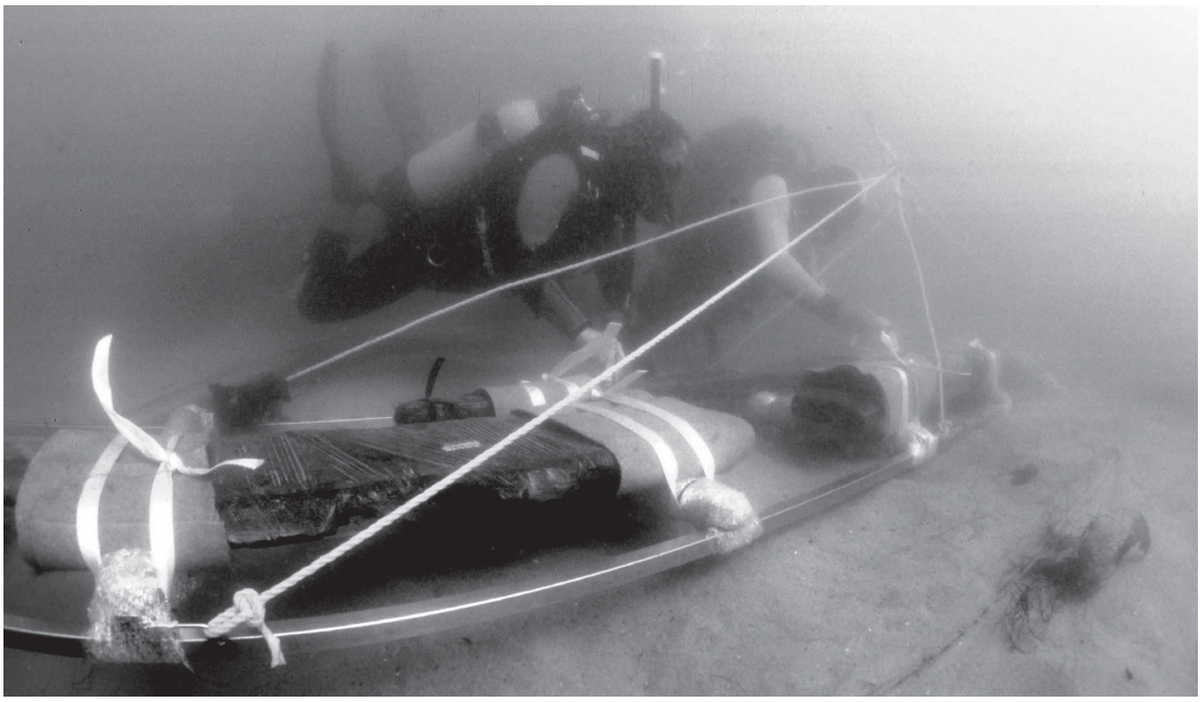
O naufrágio deste navio deveu-se muito provavelmente a um incêndio a bordo, como o atestam as tábuas do forro do casco carbonizadas e as diversas peças de cerâmica, da carga, deformadas e/ou parcialmente vidradas por reaquecimento.

Este achado constitui o mais antigo e bem preservado vestígio da tradição de arquitectura naval ibero-atlântica, conhecido à escala internacional e o exemplo coevo e mais próximo de uma caravela dos descobrimentos. Seria um pequeno navio de carga e de cabotagem, de manifesta feitura local; o que o torna ainda mais im-

F. Alves/CNANS

3. A cerâmica da carga do navio.

F. Alves/CNANS



4. Desmontagem e recuperação das estruturas do navio.

portante, pelo facto de as suas características estruturais documentarem, com um século e meio de antecipação, algumas das normas que viriam a ser consignadas nas fontes escritas da arquitectura naval portuguesa de tradição erudita, dos finais do século XVI e inícios do XVII (Alves, 1998, 2000, 2001).

Com vista ao estudo e conservação laboratorial, a estrutura remanescente do navio foi completamente desmontada em 1999 (fig. 4). Todas as peças foram devidamente acondicionadas e seladas com filme de polietileno de modo a evitar a sua secagem pelo contacto com a atmosfera após a recuperação (Gonçalves, 2003). Esta medida é essencial, pois os problemas de conservação da madeira arqueológica encharcada devem-se fundamentalmente ao risco de secagem directa sem a aplicação de qualquer tipo de tratamento. Após limpeza em laboratório e remoção dos sais solúveis incorporados durante o período de imersão na Ria, as diversas estruturas de madeira foram colocadas em tanques apropriados à sua impregnação com polietilenoglicol (PEG).

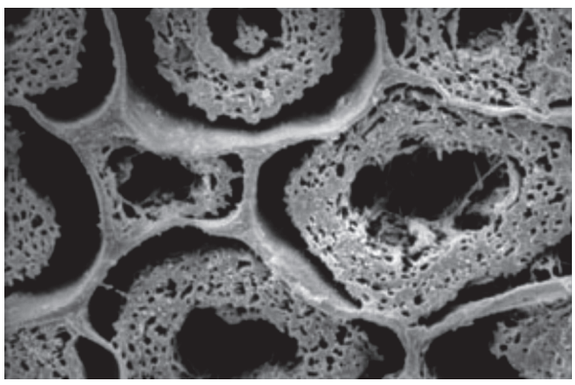
2. DEGRADAÇÃO DA MADEIRA ARQUEOLÓGICA

A madeira, material orgânico por excelência, é muito susceptível a ataques biológicos e microbiológicos que contribuem significativamente para a sua deterioração (fig. 5). Em função do género, estes organismos destroem a madeira, escavando cavidades que enfraquecem a sua macroestrutura, ou destruindo as paredes celulares através do consumo dos seus polímeros constituintes, sendo a lenhina[4] um dos únicos elementos que oferece alguma resistência ao ataque biológico. Contudo, ao contrário do que acontece em terra, em ambientes aquáticos as peças tendem a ser cobertas por uma camada de sedimentos que as selam, criando-se assim um ambiente anaeróbio, o que provoca um decaimento da acção microbiológica[5] permitindo a sua conservação a longo prazo. É por esta razão que chegam aos nossos dias estruturas em madeira, com alguns séculos, em relativo bom estado de conservação.

4. Polímero tridimensional amorfo composto por grupos fenólicos. Funciona como aglutinante da celulose e da hemicelulose, conferindo resistência e rigidez à parede celular.

5. Esta é uma situação generalista, contudo existem algumas bactérias que vivem em ambientes anaeróbios, e que por consequência continuam a promover a degradação da madeira nestas condições.

Blanchette, 2006



5. Estrutura celular de uma madeira onde é possível observar degradação microbiológica.

No entanto, como as peças se encontram imersas em água, ocorrem fenómenos químicos que resultam na perda de elementos essenciais à sua estrutura, o que provoca a alteração das suas propriedades mecânicas e coloca em risco a sua integridade física. São exemplos, do exposto, a hidrólise da celulose[6], e a dissolução dos componentes hidrosolúveis e minerais que, em conjunto com a degradação biológica, tornam a madeira altamente porosa e permeável.

Todos os espaços vazios (nomeadamente ao nível celular), pela perda dos componentes poliméricos, são substituídos por água, razão pela qual as madeiras degradadas mantêm o volume e a forma original, desde que conservadas molhadas.

Em função do grau de degradação, ou seja na quantidade de material sólido constituinte que resta, a madeira arqueológica pode ser classificada em três classes (quadro 1), com base na percentagem de água que contém (De Jong, 1977).

QUADRO 1. Classificação das madeiras em função do seu estado de degradação (adaptado de De Jong, 1977).

Classe	Teor de humidade (U_{max})*	Descrição	Esquema
I	> 400 %	Camada superficial muito degradada e extensa em profundidade, com um núcleo de madeira relativamente bem conservada, muito pequeno.	
II	185–400 %	Camada superficial degradada fina, com um sólido núcleo de madeira bem conservada.	
III	<185 %	Camada superficial degradada muito fina, com um sólido núcleo de madeira bem conservada.	

6. Polímero de cadeia longa de glucose (polissacárido) cujas moléculas formam estruturas inquebráveis e insolúveis em água. Componente estrutural primário, constitui o principal hidrato de carbono e encontra-se ao nível das paredes celulares.

* $$\text{Teor de humidade } (U_{max}) = \frac{\text{Peso húmido} - \text{Peso seco}}{\text{Peso seco}}$$

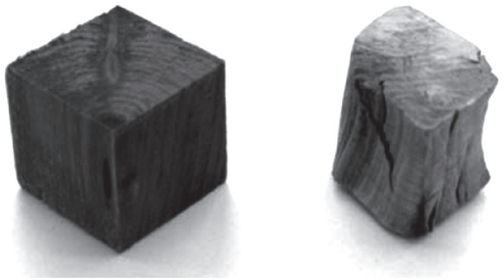
As madeiras mais degradadas são as da classe I, que apresentam um índice de retenção de água superior a 400%, sendo relativamente frequente algumas madeiras apresentarem índices superiores a 800%. Quanto maior for este valor menor é a resistência mecânica da madeira.

3. CONSERVAÇÃO DA MADEIRA ARQUEOLÓGICA

Quando a madeira arqueológica degradada, proveniente de meios aquáticos, é exposta ao ar, sem qualquer tipo de tratamento, ocorre uma secagem directa, durante a qual sucedem alterações dimensionais na sua estrutura, como consequência de dois tipos de fenómenos: o colapso[7] das cavidades celulares e o encolhimento/retracção das paredes celulares. O primeiro ocorre fundamentalmente acima do ponto de saturação das fibras (FSP)[8] e o segundo abaixo deste patamar (Grattan, 1987). Na base destes fenómenos está a tensão capilar a que são sujeitas as células, como resultado da acção da tensão superficial[9] da água ao evaporar. Outros fenómenos associados aos primeiros, são a deformação estrutural e o aparecimento de fendas à superfície (fig. 6), como resultado das tensões que se fazem sentir, uma vez que esses ocorrem de forma anisotrópica (fig. 8).

Se não forem tomadas medidas de minimização destes impactes negativos, durante a secagem ao ar, a água migra do interior para as superfícies externas,

Hoffmann, 2006



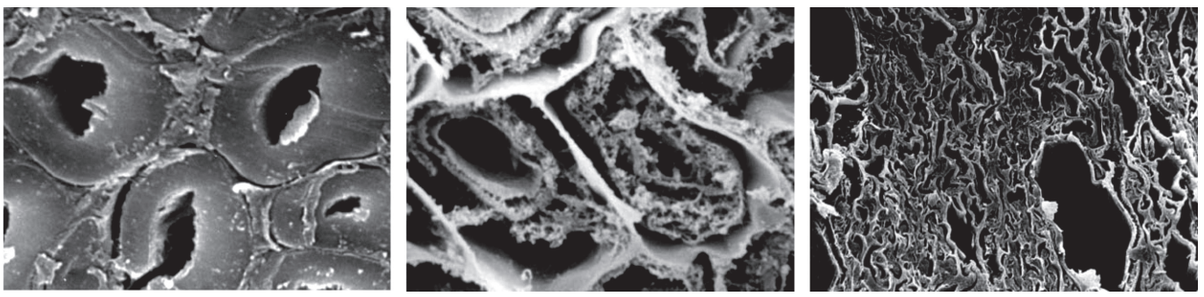
6. Comparação entre duas amostras de madeira secas, originalmente de dimensões iguais. A primeira foi alvo de tratamento e a segunda foi seca directamente ao ar.

7. Entenda-se o colapso como a retracção drástica da madeira. A diferença entre os termos colapso e retracção, aplicados respectivamente aos efeitos de secagem das cavidades e das paredes celulares, resulta dos danos mais evidenciados provocados pelas tensões resultantes da evaporação rápida da água contida nas primeiras, pelo facto de aí se encontrar em concentrações superiores e de ser esta água a primeira a sair.

8. Ponto no qual a parede celular está saturada com a água de constituição, ou química (U_{max} de cerca de 20%), mas não existe água livre na cavidade celular. É abaixo deste ponto, com a secagem da água de constituição, que a retracção ocorre.

9. A tensão superficial é uma propriedade que resulta da interacção das moléculas numa zona de interface. É definida por Smith, *et al* (2005) como sendo *"a força por unidade de comprimento actuando perpendicularmente a qualquer linha da superfície ou da sua fronteira"*.

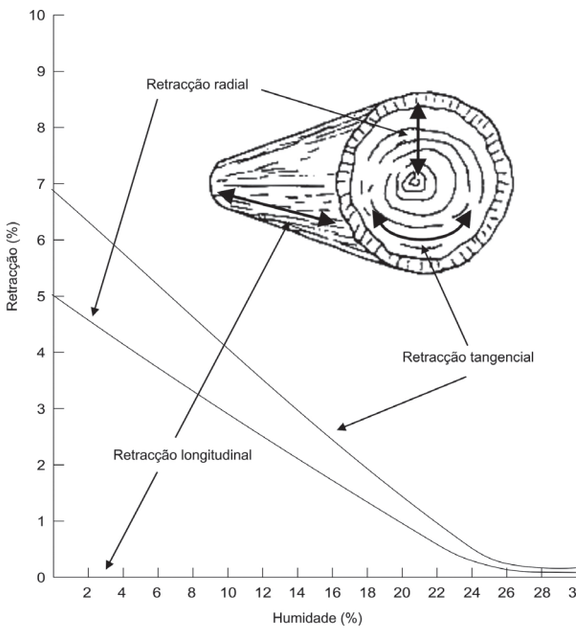
Hoffmann, 2006



7. Imagens, respectivamente, da estrutura celular de uma madeira não degradada, de uma madeira degradada onde é possível verificar que ao nível das paredes celulares a forma se mantém devido à água que contém. A última imagem mostra uma madeira cujas células sofreram colapso durante a secagem.

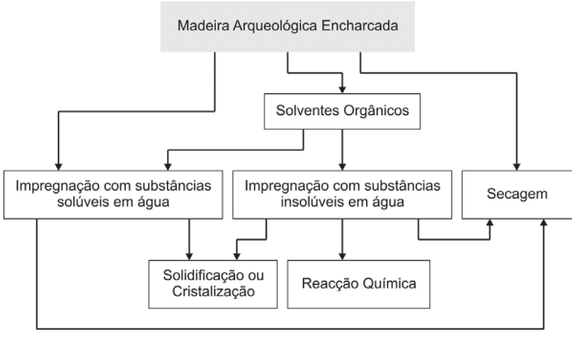
exercendo a sua tensão superficial que provoca o arrastamento das paredes celulares fragilizadas, e consequentemente a retracção da estrutura do artefacto que pode ir até uma perda de 70% do seu volume original (Hon, 2001) (fig. 7).

Esta retracção está directamente relacionada com a classe de degradação a que a madeira pertence e, desencadeia-se em três sentidos: o longitudinal, o radial e o tangencial. Como é possível verificar através do diagrama representado na fig. 8, a retracção no sentido tangencial é a que se encontra na causa das maiores alterações que podem ocorrer na madeira durante a secagem.



8. Relação humidade-retracção na madeira verde[10] em função da orientação (adaptado de Grattan, 1987).

De forma a conservar os artefactos arqueológicos em madeira com as suas características originais, no que diz respeito à forma e volume, é necessário garantir um processo de tratamento que permita simultaneamente retirar a água do seu interior, sem afectar a sua estrutura, possibilitando assim a sua exposição ao ar. Neste sentido, nas últimas décadas têm vindo a ser desenvolvidas várias metodologias de conservação (fig. 9), que, independentemente dos materiais e processos técnicos ou tecnológicos, seguem fundamentalmente três linhas de orientação: a impregnação da madeira com uma substância em substituição da água, que lhe confira resistência mecânica, a secagem controlada da madeira, ou a combinação das duas, sendo esta a mais usual.



9. Esquema representativo das várias etapas inerentes aos possíveis tratamentos de conservação de madeiras arqueológicas provenientes de meios aquáticos (adaptado de Kozuma, 2004).

No que se refere aos métodos de impregnação, destacam-se a impregnação com polietilenoglicol – PEG[11] (normalmente com dois pesos moleculares) (Grattan, 1987) (fig. 10); a impregnação com sacarose (Parrent, 1985); o método da Acetona-Rosin[12] (Bryce & McKerrell, 1975); e, mais recentemente, a impregnação com

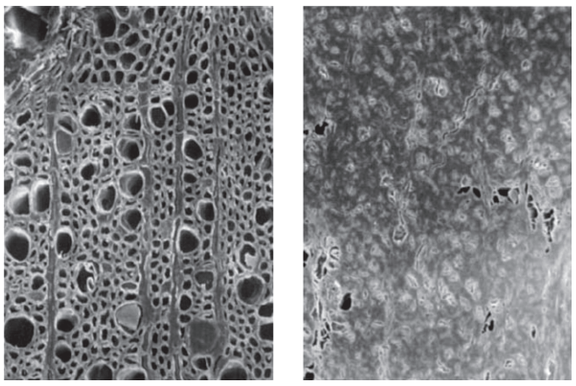
10. Entenda-se por madeira verde, a madeira recente acabada de cortar.

11. O polietilenoglicol (PEG) é um polímero de óxido de etileno, disponível numa variedade de pesos moleculares, solúvel na maioria dos solventes orgânicos e também na água.

12. Método de estabilização de madeiras arqueológicas provenientes de meios aquáticos, que consiste na sua desidratação com acetona, seguida pela impregnação com uma resina natural – colofónia. Este método é normalmente usado na conservação de madeiras resinosas bem conservadas, nas quais o PEG não consegue penetrar, podendo ser também estendido a materiais compósitos (madeira-metal) (Bryce e McKerrell, 1975).

óleos de silicone (Smith, 2003) e a impregnação com resinas de poliéster, seguida da polimerização com raios gama (Munnikendam, 1967; Ramiere & Tran, 1989; Tran, *et al*, 1990).

Hoffmann, 2006

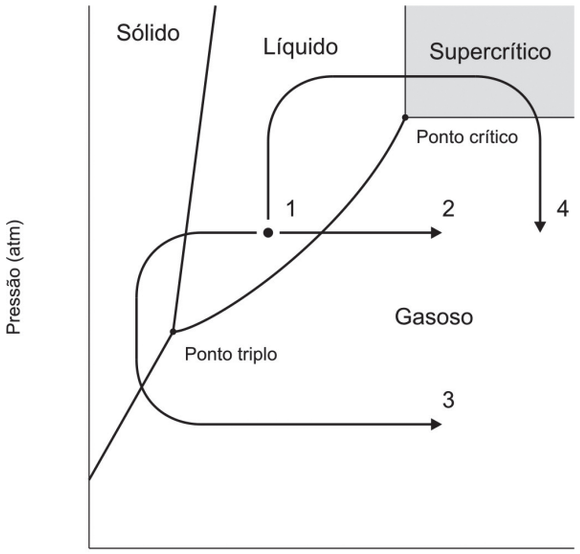


10. Aspecto da estrutura da madeira após a impregnação com PEG. A imagem da esquerda mostra o resultado da primeira parte da impregnação, com PEG de peso molecular mais baixo. A imagem da direita mostra o resultado final após a impregnação com PEG de peso molecular mais elevado.

Dos métodos de secagem destacam-se a secagem controlada ao ar, a secagem controlada ao ar precedida pela desidratação com solventes orgânicos, a liofilização[13] (Grattan, 1987) e a secagem supercrítica[14] (Kaye *et al*, 2000).

Relativamente às combinações entre impregnação e secagem, existem várias possibilidades, sendo as mais vulgares a impregnação com PEG seguida por uma secagem controlada ao ar (normalmente, aplicada a artefactos de grande dimensão), ou por liofilização (o método mais comum).

No que se refere à secagem, ou extracção de água, o problema maioritário, como foi já evidenciado, prende-se com a transição da água através da interface líquido-gasoso, que está na origem do desenvolvimento das forças de tensão superficial, características da fase líquida, tendo os métodos de secagem como objectivo "contornar" esta interface, ou transitá-la de forma lenta, minimizando os seus efeitos (fig. 11).



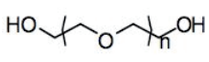
11. Diagrama de fases simplificado que traduz o comportamento da água durante os vários processos de secagem.
1-2 – Secagem ao ar; 1-3 – Secagem por sublimação (liofilização); 1-4 – Secagem supercrítica (adaptado de Kaye, *et al*, 2000).

4. TRATAMENTO

A madeira das estruturas do navio *Ria de Aveiro A*, identificada como *Quercus robur*, encontra-se num estado de degradação relativamente avançado. A maioria das peças apresenta uma estrutura heterogénea, a que corresponde um interior coeso e bem conservado, mas com uma superfície exterior num estado de degradação avançado (U_{max} ≈300 % - classe II); contudo, uma parte mais reduzida do conjunto, apresenta uma estrutura homogénea muito degradada (U_{max} ≈500 % - classe I) (Gonçalves, 2003). Estas madeiras apresentam ainda vestígios da acção de organismos xilófagos aquáticos, nomeadamente de *Teredo navalis*[15], que se traduzem em galerias escavadas aleatoriamente no seu interior, razão pela qual algumas destas peças apresentam uma estrutura muito enfraquecida.

O tratamento projectado para as estruturas em madeira do navio *Ria de Aveiro A*, consiste na sua impregnação com polietilenoglicol, seguindo-se uma secagem controlada ao ar.

O polietilenoglicol (PEG) é um polímero de óxido de etileno, de estrutura química:



disponível numa variedade de pesos moleculares, solúvel na maioria dos solventes orgânicos e também na

13. Método de desidratação, puramente físico, através da sublimação da água (fig. 11 – 1-3), normalmente a pressões reduzidas (vácuo moderado). Desta forma, a interface líquido-gasoso é eliminada e, as forças de tensão superficial da água são inibidas. No âmbito da conservação de madeiras arqueológicas, como a sublimação é antecedida pela congelação da água, esta transição de fase provoca a sua expansão e, como consequência, os cristais de gelo que se formam no interior da madeira poderão causar a sua destruição estrutural. Assim, para se anular esta adversidade, recorre-se à aplicação de um crioprotector, na madeira, antes do processo. Normalmente, o crioprotector usado é o PEG, que para além desta função, coadjuva como consolidante da madeira conferindo-lhe coesão estrutural. Porém, a concentração de PEG aplicada neste processo é muito inferior à concentração aplicada quando a secagem é controlada ao ar (Kaye *et al*, 2000).

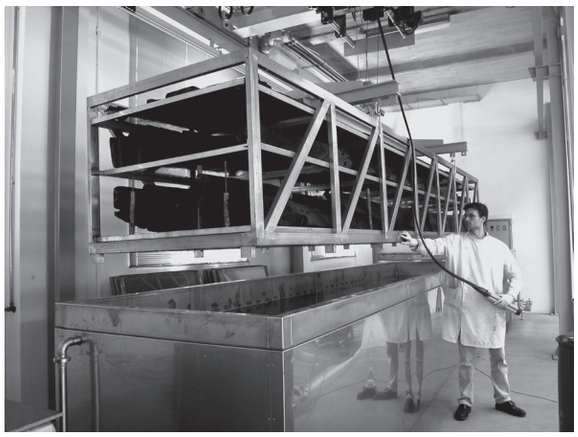
14. A secagem supercrítica, tal como a liofilização, constitui um método físico através do qual se suprime a interface líquido-gasoso, afastando a possibilidade de ocorrência de forças de tensão superficial. A eliminação desta interface é conseguida através da passagem da fase líquida para o estado supercrítico (fig. 11 – 1-4), no qual a densidade do líquido e do gás se tornam idênticas (Kaye *et al*, 2000).

15. Molusco xilófago, pertencente à família Teredinidae, que ataca estruturas em madeira submersas, em ambiente marítimo.

água, amplamente utilizado nas indústrias farmacêutica e cosmética. Nos pesos moleculares mais elevados a sua aparência é semelhante à de uma cera sólida, razão pela qual, em conjugação com o facto de ser solúvel em água e de ser um material relativamente estável em condições controladas, tem sido utilizado na impregnação e consolidação de madeiras arqueológicas provenientes de meios aquáticos.

A impregnação das estruturas de madeira, está a ser efectuada em duas etapas, as quais correspondem à aplicação de PEG com dois pesos moleculares distintos, 400 e 4000, em tanques concebidos para o efeito (fig. 12), equipados com sistemas de recirculação, aquecimento e filtragem (fig. 13). Numa primeira fase foi aplicado PEG 400 até uma concentração máxima de 20 % (fig. 14); este produto tem por finalidade substituir a água de constituição (ou química), através da sua ligação às paredes celulares da madeira, prevenindo assim o encolhimento destas durante a secagem.

J. Coelho/CNANS

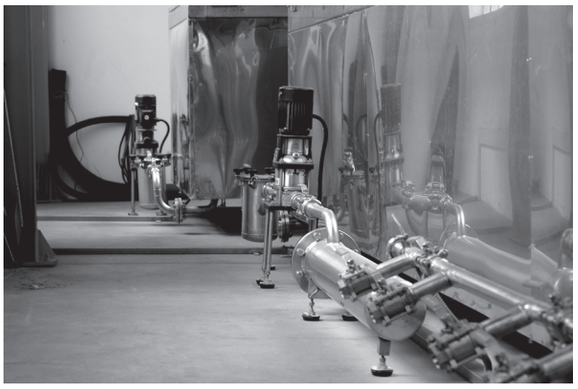


12. Tanque de tratamento onde estão a ser impregnadas com PEG as estruturas mais longas do navio.

O PEG 4000 está a ser aplicado gradualmente, com uma taxa de incrementação não superior a 2 % por mês (fig. 14), para que se garanta a sua difusão no interior da madeira, com o objectivo de se atingir uma concentração final de 70 %. A aplicação deste produto tem por finalidade o preenchimento de todas as cavidades no interior da madeira (cavidades celulares, capilares e microcapilares das paredes celulares), substituindo assim a água e proporcionando simultaneamente o reforço da macroestrutura da madeira. Deste modo, será possível minimizar a acção de tensões capilares durante a posterior secagem, com o objectivo de se inibir o colapso das cavidades celulares, e todos os fenómenos daí resultantes.

Após a impregnação, proceder-se-á a uma secagem controlada das estruturas, numa câmara climatizada, concebida para o efeito, no interior da qual será possível

J. Coelho/CNANS



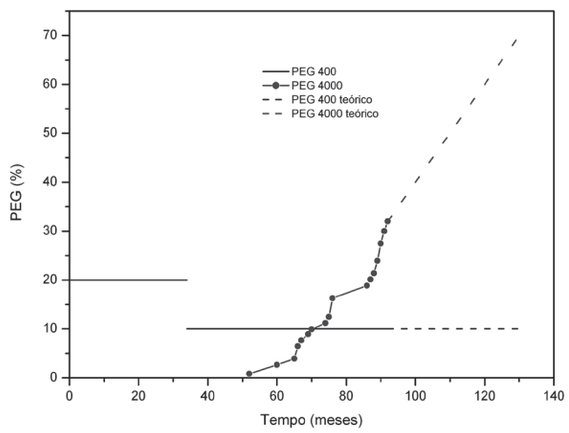
13. Pormenor dos sistemas de recirculação, aquecimento e filtragem, acoplados aos tanques de impregnação com PEG.

o controlo da temperatura e da humidade relativa do ar (HR). Esta secagem, será efectuada lenta e progressivamente, iniciando-se com uma HR o mais próximo possível dos 100 %, a uma temperatura constante de 20 ºC, até se atingirem valores de HR na ordem dos 55-60 %, intervalo dentro do qual as estruturas serão posteriormente conservadas. A descida percentual da HR do ar será gradual, controlada através da monitorização da resistividade eléctrica da madeira; este indicador permitirá avaliar o teor de humidade na madeira e consecutivamente estabelecer os patamares de HR do ambiente durante o processo de secagem.

5. RESULTADOS PRELIMINARES

Desde 2003 que as madeiras da estrutura do navio se encontram em processo de impregnação (fig. 14).

Devido ao facto de se estar a reutilizar PEG 4000 doado pelo Yigal Allon Center (Kibbutz Ginosar, Israel), utilizado no tratamento do *Kinneret Boat* (Wachsmann, *et al*, 1987), produto que se encontra em blocos de aproximadamente 70 kg, os quais necessitam de ser derretidos, numa câmara que foi concebida para o efeito, de modo a poderem ser colocados em solução



14. Curva de impregnação, com PEG, das estruturas do navio *Ria de Aveiro A*.

(processo que demora aproximadamente 72 horas), o tratamento tem estado a demorar mais tempo do que o previsto inicialmente; contudo, estima-se que dentro de sensivelmente 20 meses se dê por concluído o processo de impregnação.

A inibição da proliferação de microrganismos nas soluções de tratamento, tem sido efectuada através da adição periódica de biocidas, uma vez que durante este tipo de tratamentos existe uma forte propensão para o seu aparecimento.

Presentemente, as estruturas do navio *Ria de Aveiro A* encontram-se imersas numa solução de PEG 400 a 10 %[16] e de PEG 4000 a ≈30 % (fig. 14).

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio científico do Dr. Quoc Khôi Tran (ARC-Nucléart, Grenoble).

16. Esta adição de 10 % de PEG 400 à solução de PEG 4000 tem por objectivo evitar que o PEG 400, previamente aplicado, saia do interior das madeiras para a solução atingir um equilíbrio.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, F. *et. al.* (1998) – The hull remains of Ria de Aveiro A, a mid-15th century shipwreck from Portugal: a preliminary analysis. In Alves, F., ed. lit. – *Proceedings. International Symposium on Archaeology of Medieval an Modern Ships of Iberian-AtlanticTradition. Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Instituto Português de Arqueologia, p. 317-345.

ALVES, F. *et. al.* (2001) – Ria de Aveiro A: a shipwreck from Portugal dating to the mid-15th century; a preliminary report. *The International Journal of Nautical Archaeology*. London. 30:1, p. 12-36.

ALVES, F. e RIETH, E. (2000) – Ria de Aveiro A'99 – balanço da fase final de um projecto de arqueologia náutica e subaquática. In *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica,* vol. VIII, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto: ADECAP, p. 623-628.

BETTENCOURT, J. *et. al.* (2007-2008) – A carga do navio Ria de Aveiro A (Ílhavo, Portugal): uma aproximação preliminar ao seu significado histórico-cultural. In *Actas de la 13ª Reunión Internacional de Historia de la Nautica y de la Hidrografia*. Borja: Centro de Estudios Borjanos e Instituición Fernando el Católico, p. 257-287.

BLANCHETTE , R. (2006) – *Deterioration in Historic and Archaeological Wood* [Em linha]. Forest Pathology and Wood Microbiology Research Laboratory. University of Minnesota. [Consult. 19 Nov. 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://forestpathology.cfans.umn.edu/archaeologicalwood.htm>.

BRYCE, T. e MCKERRELL, H. (1975) – The Acetone-Rosin Method for the Conservation of Waterlogged Wood and Some Thoughts on the Penetration of PEG into Oak. *National Maritime Museum Monograph*. 16, p. 35-43.

CHAUMAT, G. *et. al.* (1998) – Trials of Shape Recovering from Collapsed Waterlogged Wood by Treatment with CO_2 Supercritical Fluid. In Bonnot-Diconne, C.; Hiron, X.; Tran, Q.; Hoffmann, P., eds. lits.- *Proceedings of the 7th ICOM-CC Working Group on Wet Organic Archaeological Materials Conference.* Grenoble: ARC-Nucléart, p. 137-142.

DE JONG, J. (1977) – Conservation techniques for old waterlogged wood from shipwrecks found in the Netherlands. In WALTERS, A. H., ed. lit.- *Biodeterioration Investigation Techniques*. Elsevier Science & Technology, p. 295-338.

GONÇALVES, P. (2003) – La conservation au Centre National d'Archéologie Nautique et Subaquatique. Le cas d'Aveiro A – Du site à la cuve de traitement. *Le navi di Pisa e l'Europa. Dalla conservazione alla valorizzazione* [CD-ROM]. Pisa.

GRATTAN, D. W. (1987) – Waterlogged wood. In PEARSON, C. ed. lit.- *Conservation of Marine Archaeological Objects*. Butterworths, p. 55-67.

GRATTAN, D. W. e CLARKE, R. W. (1987) – Conservation of waterlogged wood. In PEARSON, C. ed. lit.- *Conservation of Marine Archaeological Objects*. Butterworths, p. 164-206.

HOFFMANN, P. (2006) – *The Waterlogged Wood Laboratory* [Em linha]. Deutsches Schiffahrtsmuseum [Consult. 15 Nov. 2007]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dsm.de/Ma/woodlab.pdf>.

HON, D. N.-S. (2001) – Preservation of Waterlogged Wood. In Hon, D. N.-S.; Shiraishi, N., eds. lits.- *Wood and Cellulosic Chemistry, Second Edition Revised and Expanded*. MARCEL DEKKER, INC, p. 807-825.

KAYE, B.; COLE-HMAILTON, D. J. e MORPHET, K. (2000) – Supercritical drying: A new method for conserving waterlogged archaeological materials. *Studies in Conservation*. London: International Institute for Conservation. 45:4, p. 233-252.

KOZUMA, Y. (2004) – *Characteristics of Waterlogged Woods* [Em linha]. Center for Archaeological Operations. National Research Institute for Cultural Properties, Nara, [Consult. 19 Nov. 2011]. Disponível em WWW: <URL:http://www.nara.accu.or.jp/elearning/2004/waterlogged-woods.pdf>.

MUNNIKENDAM, R. A. (1967) – Conservation of Waterlogged Wood Using Radiation Polymerization. *Studies in Conservation*. London: International Institute for Conservation.12:2, p. 70-75.

PARRENT, J. (1985) – The Conservation of Waterlogged Wood Using Sucrose. *Studies in Conservation*. London: International Institute for Conservation. 30:2, p. 63-72.

RAMIERE R. e TRAN K. Q. (1989) – *Nucleart: Nuclear Techniques Applied to Art.* Nuclear Europe, 7:50.

ROWELL, R. M. (2005) – *Handbook of Wood Chemistry and Wood Composites*. CRC Press.

SMITH, C. (2003) – *Archaeological Conservation Using Polymers. Practical Applications for Organic Artifact Stabilization*. (Texas A&M University Anthropology Series; 6).

SMITH, J. M.; VAN NESS, H. C. e ABBOTT, M. M. (2005) – *Introduction to chemical engineering thermodynamics* (7th ed. Rev.). Boston: McGraw-Hill.

TRAN, K.; RAMIÈRE, R. e GINIER-GILLET, A. (1990) – Impregnation with Radiation-Curing Monomers and Resins In Rowel, R.; Barbou, R., ed. lit. – *Archaeological Wood Properties, Chemistry, and Preservation*. Washington: American Chemical Society, p. 217-233 (Advances in Chemistry Series 225).

UNGER, A.; SCHNIEWIND, A.P. e UNGER. W. (2001) – *Conservation of Wood Artifacts*. Springer.

WACHSMANN, S.; RAVEH, K. e COHEN, O (1987) – The Kinneret boat project Part I. The excavation and conservation of the Kinneret boat. *The International Journal of Nautical Archaeology*. London. 16:3, p. 233-245.

CERÂMICAS: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO

A OLARIA RENASCENTISTA DE SANTO ANTÓNIO DA CHARNECA – BARREIRO

A LOUÇA DOMÉSTICA

LUÍS BARROS Câmara Municipal de Almada
LUÍSA BATALHA Arqueóloga
GUILHERME CARDOSO Assembleia Distrital de Lisboa
ANTÓNIO GONZALES Arqueólogo

RESUMO Dos finais do século XV aos inícios do seguinte, laborou em Santo António da Charneca, Barreiro, uma olaria que produziu cerâmica fosca e vidrada de qualidade, com pastas de argila vermelha e branca, locais.
O reportório formal ali produzido, mostra-nos uma panóplia de peças que vão da cerâmica industrial, da qual já apresentámos um estudo sobre as formas de pão de açúcar, até à utilitária doméstica que agora tratamos mais pormenorizadamente.
A proximidade de um dos esteiros do Tejo, a cerca de um quilómetro, possibilitava o escoamento da sua produção através da via fluvial e posteriormente marítima.

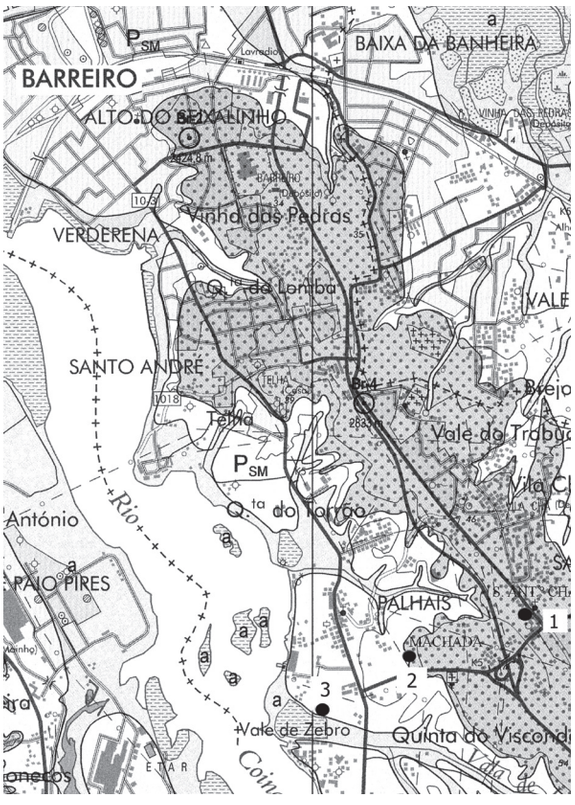
PALAVRAS-CHAVE Rejeitados, vidrado, doméstica, olaria, cerâmica

1. INTRODUÇÃO

A mais recente abordagem, sobre os fornos de Santo António da Charneca, pretende trazer à estampa os últimos resultados do estudo que vem sendo efectuado ao longo destes anos e que devido ao volume de espólio em análise, se tem mostrado moroso, embora gratificante.
Trata-se de um contributo, sobretudo de carácter tipológico, dado que, no decorrer do nosso estudo, nos vemos surpreendidos pela diversidade de formas.
Nesta apresentação, teremos em conta, a forma, a funcionalidade e a decoração, as características das pastas, o tipo de cozedura, bem como as técnicas utilizadas.
Consideramos ainda de primordial importância, realçar o papel da produção oleira, no contexto pré-industrial nos séculos XV-XVI na região do Barreiro, bem como, o seu subsídio para o melhor entendimento das técnicas e tipologias destes centros produtores.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Situada sensivelmente a trinta quilómetros de Lisboa, na margem Sul, localiza-se a vila do Barreiro. Pela interpretação toponímica, facilmente se depreende que deve o seu nome aos abundantes barreiros ali existentes, que possibilitaram a extracção de argila e consequentemente a instalação de várias olarias, de que são exemplo, a Mata da Machada e Santo António da Charneca. Estas, localizadas próximo da margem esquerda do Tejo, facilitaram o escoamento da produção de cerâmica para outros destinos.



1. Carta geológica de Santo António da Charneca.

Foi o caso do fabrico de placas de biscoito (vindas da tradição islâmica das placas de pão), para a produção daquele alimento, fundamental na dieta dos marinheiros portugueses. Assim se explica que a fábrica de biscoito de Vale de Zebro se tivesse desenvolvido como uma das principais indústrias da região, uma vez que produzia não só para o mercado interno, mas também para as guarnições das colónias.

O Barreiro e o seu termo foi uma região que beneficiou, na época Moderna, da proximidade a Lisboa. As facilidades de escoamento dos seus produtos através das linhas fluviais levaram à instalação de várias manufacturas no seu território. Esta vocação manteve-se ao longo dos séculos, conhecendo o seu auge de produtividade na segunda metade do século XX. Por outro lado, as unidades de produção ali situadas, interagiam entre si, de modo a que, diminuída a distância aumentassem as vantagens económicas.

A zona ribeirinha em que se insere o Barreiro apresenta uma continuidade geográfica, com as mesmas características morfológicas. Esta foi uma região onde a agro-pecuária teve uma importância acrescida. Estamos a falar de pomares e de vinha, esta última, com carácter intensivo. Vários documentos atestam a qualidade das suas produções, bem como a sua exportação para a Flandres e Alemanha, onde estes vinhos eram muito apreciados (Nabais, 1984, p. 52).

Também a pesca ocupava as gentes ribeirinhas, levando-as, não só a explorar as espécies piscícolas do rio, mas ainda à actividade piscatória junto à costa.

Por outro lado, a margem esquerda do estuário do Tejo, proporcionava uma mais-valia traduzida no intenso coberto arbustivo. Dali partiam diariamente em direcção à capital, barcos carregados de lenha e carvão, provenientes das matas de pinheiros, algumas pertencentes às quintas e conventos da região, cuja exploração se mostrou fundamental na construção naval. Não podemos esquecer que foi a partir dos estaleiros navais do Barreiro, que se construíram as naus da primeira viagem da Índia e que foi ainda a abundância desta matéria – prima, que fez surgir fornos com produções diversas (Nabais, 1984, p. 60).

Assim, o Barreiro viu nascer pequenas unidades fabris que deram um importante contributo para o seu desenvolvimento e que num contexto pré-industrial, forneceram Lisboa e regiões limítrofes de bens essenciais. Foi o caso das manufacturas de moagem de cereais, com produção muito significativa, dado o número de moinhos de maré que se foram instalando na zona estuarina, abastecendo de farinha a capital.

A proximidade dos fornos de biscoito de Vale de Zebro consumia na verdade boa parte da produção cerealífera. Esta manufactura, funcionando e tempo inteiro, exigia também, para além de uma mão-de-obra bem hierarquizada e especializada, um conjunto de serviços paralelos que contribuíam e garantiam o seu funcionamento. Estes fornos, cuja construção se pensa remontarem a finais do século XV, visavam prioritariamente abastecer de biscoito as embarcações que cruzando os mares em longas viagens atingiam novos espaços geográficos.

Entre esses serviços, assume especial relevância a produção oleira: "*No período compreendido entre 1489 e 1496, teriam entrado nos fornos de Vale de Zebro 400 «formas de barro com seus porooes» e 160 «sinos de barro»* (Ventura, 2009, p. 14). É evidente que o texto refere formas de pão de açúcar e porrões, utensílios utilizados no fabrico do açúcar e não do biscoito, e mais à frente: "*Da conta mandada fazer a Afonso Monteiro em 1510, recebedor dos fornos de Vale de Zebro durante os anos de 1505, 1506 e 1507, constam também, de entre muitos outros objectos, 400 tigelas, quantitativo bastante expressivo da utilidade destes objectos na actividade diária da produção do biscoito…*". Noutro passo do seu trabalho, o autor reitera esta importância: "*Este tipo de panificação exigia a utilização de múltiplos utensílios de barro, nomeadamente as formas do biscoito, tigelas, lamparinas, barris e muitos outros recipientes que apesar da sua débil consistência, eram indispensáveis nas práticas diárias dos operacionais de fabrico*." (Ventura, 2009, p. 15).

Para este autor, a manufactura oleira foi indispensável no apoio ao funcionamento dos fornos de Vale de Zebro, lembrando a proximidade dos fornos da Mata da Machada, omitindo, provavelmente por desconhecimento, os fornos de Santo António da Charneca ali tão próximos. Considerando o conjunto de placas e formas de pão de açúcar exumadas destas entulheiras, esta olaria contribuiu certamente com as suas produções, abastecendo igualmente os fornos de biscoito.

Segundo João José Alves Dias, citando Joaquim Veríssimo Serrão, durante o período de 1495 e 1580, foram criadas treze vilas, entre as quais a do Barreiro. O autor, refere ainda que D. Manuel I visitou este lugar em 1521, por o considerar "*…Tão acrescentada, sendo um dos mais principais assim como em povoação como em outras coisas…"* (Dias, 1988, p. 29-31).

Na verdade, depreende-se que o desenvolvimento deste lugar, muito provavelmente devido à instalação das novas unidades de produção, com o consequente aumento da população, criou nos seus moradores, o desejo de autonomia em relação à sede de concelho – Alhos Vedros. Deste modo, surgiu, a 16 de Janeiro de 1521, a Vila Nova do Barreiro (Dias, 1988, p. 31-32).

No numeramento de 1527, primeiro cadastro nacional, constam 131 fogos na vila do Barreiro, equiparado a

Alhos Vedros com 138. Nada de surpreendente, se tivermos presente os cerca de 1 337 000 habitantes em todo o território no início do século XVI (Rodrigues, Teresa Ferreira, 1993, p. 203). Um outro documento do primeiro quartel do século XVII, faz referência à vila do Barreiro, dando conta de uma freguesia, com duzentos e cinquenta fogos, nos quais habitariam setecentas e dez pessoas (Oliveira, 1620, p. 86-89). Este aumento demográfico é transversal a todos os outros concelhos, o que por si só, explica um crescimento populacional, compatível com o desenvolvimento proto-industral da região, num período correspondente a sensivelmente cem anos.

3. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A intervenção arqueológica no forno de Santo António da Charneca, no Barreiro, teve lugar em Março de 1997, após a abertura de valas para uma futura urbanização. O local da escavação ocorreu a Oeste dos muros da actual escola primária, prolongando-se até uma zona que actualmente serve de pasto a gado bovino, que confina com a via rápida do Barreiro e na qual, tudo indica existir um segundo forno, bem como vestígios de entulheiras.

A maioria do espólio cerâmico é proveniente de um barreiro de amassadura aberto no substrato geológico, composto por arenitos. O mesmo encontrava-se impermeabilizado com uma espessa camada de argila cinzenta esverdeada, resultante da sua intensa utilização.

Na rua de acesso à urbanização, surgiu, nas bermas, sob o alcatrão, uma camada de tijolos maciços, a qual não ofereceu de imediato uma leitura precisa. Foi uma testemunha que presenciando o início dos trabalhos, referiu o aparecimento junto à escola, de uma estrutura de tijolo. Esta foi arrasada e coberta com alcatrão, não restando dúvidas quanto a ser este o local do forno responsável pelos vestígios em seu redor.

Por outro lado, antigos moradores referiram a existência de uma "gruta" numa elevação, 100 m a Oeste da escola primária. Verificámos, tratar-se de outro forno, cuja boca, a "gruta", se encontra actualmente oculta, pelo escorrimento provocado por erosão atmosférica e animal, mas apresentando cerâmica em seu redor e estruturas de alvenaria seca.

Durante o processo de laboração, houve certamente a preocupação de manter limpo o local (assim o determinavam as posturas camarárias) e para tal, o mesmo barreiro que antes servira para amassar a argila, serviu posteriormente como depósito para as peças rejeitadas. Estas foram cuidadosamente armazenadas e cobertas com terra humosa.

Para além deste sector, classificado como sector A, a que correspondem os quadrados 29 e 30 das sondagens efectuadas, foi identificado também o sector B, onde foram escavadas duas grandes bolsas, uma no sentido longitudinal e outra perpendicular à rua, abertas no substrato arenoso.

4. GEOLOGIA

A olaria de Santo António da Charneca, assim como a da Mata da Machada, ambas dos séculos XV-XVI, foram construídas sobre a formação geológica quaternária denominada Marco Furado. Nas cartas geológicas actuais, esta formação está representada por QMF, oscilando a sua cota entre os 30 e 60 m de altitude, na região delimitada pelas povoações de Barreiro, Palhais, Coina e Moita.

As camadas geológicas do Pliocénico dessa mesma região, apresentam argila que também poderia ter sido utilizada pelos Oleiros de Santo António da Charneca, tal como foi usada mais recentemente na zona da Moita por grandes olarias industriais.

A análise, por difractometria de raios X, das argilas e das pastas das produções daquela olaria, juntamente com o estudo da componente arenosa, permitiria obter mais informação sobre a origem provável dos barreiros utilizados.

É de salientar que a antiguidade da utilização das argilas desta região remonta já ao Neolítico. Na Ponta da Passadeira, foram descobertos vestígios indiscutíveis de uma olaria com 5.000 anos, instalada na zona ribeirinha, adjacente a um nível de argila verde do Quaternário recente.

Quanto à composição mineralógica, as argilas pliocénicas e as do Quaternário (QMF), distinguem-se por uma diferente percentagem de dois minerais seus constituintes: a ilite e/ou mica e a caulinite. As argilas oriundas de níveis pliocénicos, apresentam maior percentagem de caulinite, enquanto as das camadas quaternárias são mais ricas em ilite.

No referente aos teores de argila dos sedimentos pliocénicos, a percentagem desta não ultrapassa os 25%. Por sua vez a dos quaternários atinge os 50%.

Outra das características dos sedimentos da Formação do Marco Furado, é a presença de encouraçamentos ferruginosos, donde a cor vermelha das argilas, que por dissolução gradual do ferro vão mostrando descoloração acentuada.

5. AS PASTAS

A análise das pastas do espólio exumado dos vazadouros dos fornos de Santo António da Charneca apresenta características siliciosas. Os elementos não plásticos

são compostos por moscovite, pequenos nódulos de óxido de ferro, quartzo hialino, leitoso, róseo e defumado.
São pastas bem compactas, sujeitas a boa cozedura, daí a sua elevada dureza, ou nalguns casos de dureza média. Foliáceas, de grão médio, apresentam uma paleta cromática na sua maioria de tons claros que vão desde os rosados aos bege muito claro nas loiças de cerâmica vidrada, ou vermelhos e laranjas, no caso da cerâmica fosca.

6. TIPOLOGIAS

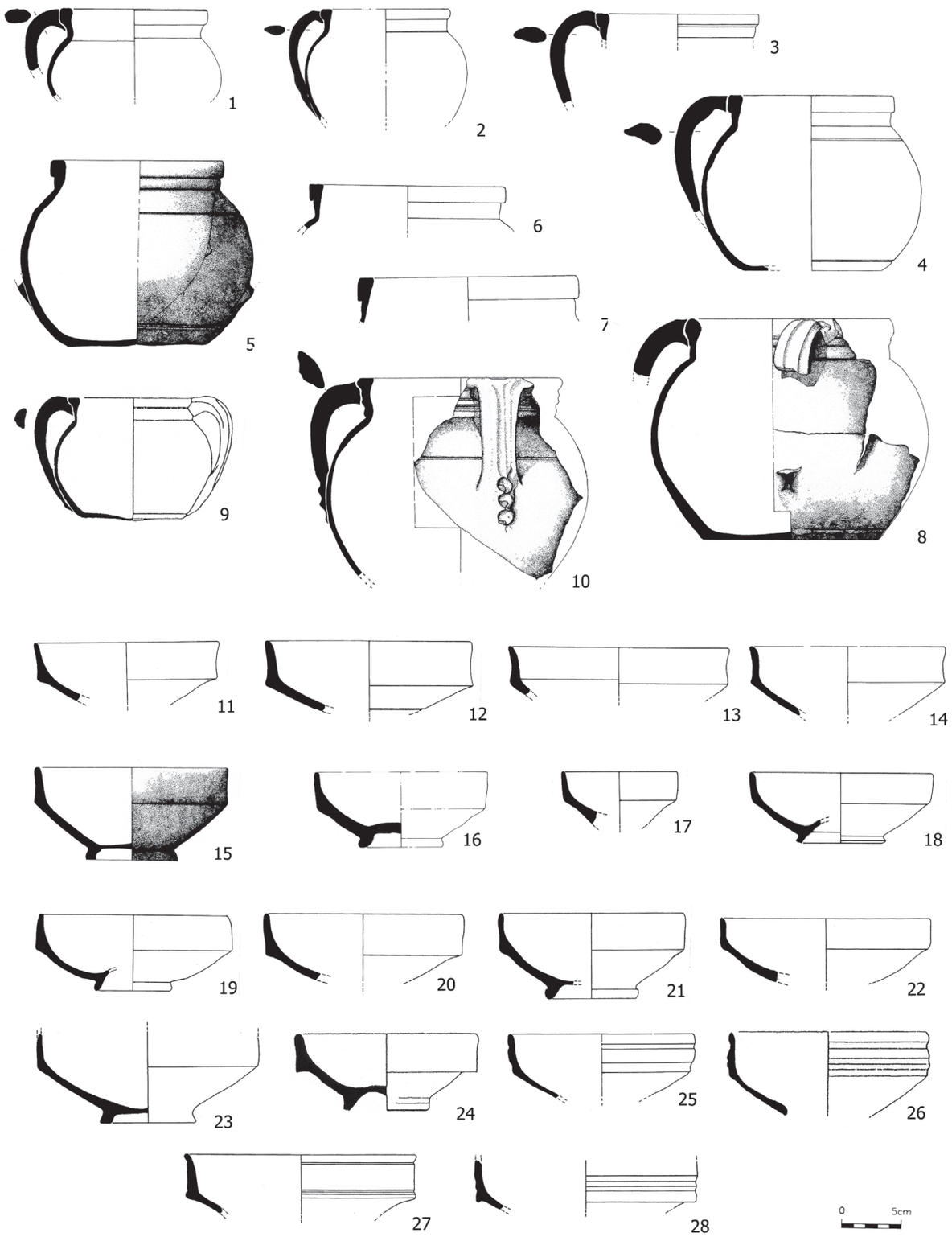
Quando analisamos o vasto conjunto de espólio cerâmico das entulheiras de Santo António da Charneca, falamos de refugo. Encontramos peças partidas, ou defeituosas, fenómenos ocorridos durante o processo de cosedura e manuseamento após o seu fabrico.
As entulheiras apresentaram grande variedade tipológica, desde loiça doméstica, até materiais de construção. Assim, no que concerne à loiça doméstica, encontramos, formas abertas, tais como: panelas, tachos, malgas, taças, tigelas, pratos, fogareiros, e bacios. Quanto às formas fechadas, identificamos: cântaros, bilhas, barris, potes e púcaros. Nos contentores de fogo, observam-se as candeias trilubadas de reservatório aberto e as de palmatória.
Quanto ao restante espólio, estes fornos produziram ainda, materiais de construção – telhas e tijolos; objectos de uso arquitectónico – azulejos; objectos de armazenamento e transporte de produtos sólidos – formas de pão de açúcar; objectos de uso complementar, como é o caso dos trempes e por último, placas de biscoito (pão).
No que respeita à loiça vidrada, esta sofria duas cozeduras. Neste caso de barro branco, por vezes rosado e com um acabamento tosco. Após sujeita a primeira cozedura, a loiça, era posteriormente vidrada, escondendo assim qualquer tipo de imperfeição.
Esta técnica foi utilizada em pratos, malgas, candeias, alguidares, púcaros e jarros de mesa.
Tal fenómeno encontra-se bem visível nos inúmeros trempes recolhidos. Estes apresentam duas tipologias distintas: trempes de três garras e trempes em forma de hélice.
O vidrado aplicado é plumbífero de tons verde e melado. Por vezes surgem peças onde se apresentam as duas tonalidades.
Quanto à cronologia, as tipologias apresentadas são datáveis dos finais do século XV e primeira metade do século XVI – de acordo com o que disse Cláudio Torres, para os materiais da olaria da Mata da Machada.

7. DESCRIÇÃO FORMAL DAS PEÇAS

As entulheiras dos Fornos de Santo António da Charneca ofereceram tipologias muito diversas, dado que estamos perante um importante conjunto de rejeitados, proveniente de várias cozeduras.
A diversidade de formas, é sinónimo de mudança de mentalidades. Na Europa, despontam manifestações estéticas com carácter prático, em que o comer e o estar à mesa, proporcionam novas práticas de higiene e sociabilização que atingiriam o seu ponto alto nos séculos XVII-XVIII.
Da mesa medieval, em que todos os convivas se serviam da comida com as mãos, do recipiente comum, lavando-a assim à boca, passamos gradualmente a uma atitude individual, em que os objectos ganham progressiva importância, aliando-se aos aspectos práticos, o gosto e o requinte.
Estamos perante modificações muito profundas, no modo de preparar e servir os alimentos. A descoberta de "novos mundos", com a consequente introdução de espécimes até então desconhecidos, vem forçosamente alterar os hábitos alimentares e revolucionar as práticas gastronómicas. Estes processos, embora lentos, dadas as resistências de carácter social, acabaram por se impor por força do costume, a que também não terá sido alheia a "contaminação" pelas ideias e o desejo de imitação.

Panelas

Um dos conjuntos mais significativos deste espólio, é o das panelas. Podemos observar três tipos, que embora apresentem corpo globular de base achatada, possuem bordos diferenciados. As mais comuns oferecem bordos de secção quadrangular (n.os 1 a 7) mas também se observam bordos espessados (n.º 8), bem como dois bordos com lábio direito e secção triangular (n.os 9-10). Dentro desta forma, uma panela de bordo subtriangular, apresenta sob a asa, três marcas digitadas, indicando medida de capacidade. Nalguns casos as panelas possuem duas asas finas de secção oval.
Podemos encontrar paralelos para estes exemplares em Almada (Sabrosa; 1994, p. 40); Cascais (Cardoso, e Encarnação; 1990, Estampa VII), Cascais (Cabral, Cardoso e Encarnação, 2009, p. 237 e 239), Madeira (Sousa, 2003); Mata da Machada (Torres, 1985, p. 293-296); (Torres, s/d, Mata da Machada – Barreiro); Évora (Teichner, 2003, p. 509-520); Machico (Sousa, 2006, p. 131); Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 201); Peniche (Venâncio, 2006, p. 82, fig. 5); Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005, p. 153); Castelo de Penamacor (Silvério, Barros e Nunes, 2011, p. 214) e Palmela (Fernandes e Carvalho, 1997, p. 290).



2. Panelas e malgas.

Malgas

Também as malgas se encontram bem representadas neste contexto. São taças carenadas, com diâmetros variáveis e pé destacado. Apresentam bordos côncavos (n.os 11 a 15), direitos (n.os 16 a 24), ou ainda com nervuras, (n.os 25 a 28), tal como os exemplares dos fornos da Mata da Machada.

Esta forma mostrou ser muito comum no nosso território. Encontramos malgas em Alcoutim (Catarino, 1997, p. 161-177), Casal do Geraldo (Cardoso e Encarnação, 1990, Estampa X); Cascais (Cardoso e Rodrigues; 1999, p. 193-212); Palmela (Fernandes, 2004); Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995, p. 245); Alenquer (Cardos, Gomes e Rodrigues, 2001, p. 1-9); Évora (Teichner; 2003, p. 509-520); Mata da Machada (Torres, 1985, p. 293-296); Cascais (Cabral, Cardoso e Encarnação, 2009, p. 203-41) e Machico (Sousa, 2006, p. 108 e 137).

Pratos

Os pratos, loiça de mesa, eram peças vidradas, como o demonstram os fragmentos em vidrado melado, e os exemplares em chacota. Apresentam diâmetros diversos e duas variantes dentro da mesma tipologia; uma forma com aba horizontal (n.os 29 a 32) e outra com aba oblíqua (n.os 33 e 34). Todos os exemplares apresentam ressalto no interior.

Voltamos a encontrar esta forma na Mata da Machada (Torres, 1985, p. 293-296); Alcoutim (Catarino, 1997, p. 161-177); Alenquer (Cardoso, Gomes e Rodrigues, 2001, p. 1-9); Cascais (Cabral, Cardoso e Encarnação, 2009, p. 203-241); Vila Franca de Xira (Mendes e Pimenta, 2005, p. 58, n.º 51); Machico (Sousa, 2006, p. 126).

Tigelas

Outra forma bem datada cronologicamente é o conjunto de tigelas. Tal como na Mata da Machada, predominam três tipos, um com bordo boleado, depressão bem vincada, acentuadamente envasado e paredes com curvatura na parte superior (n.os 36-37). O segundo tipo apresenta um bordo boleado e espessado, paredes ligeiramente convexas e envasadas (n.º 38). No terceiro tipo, o bordo também é boleado, mas o corpo tem a forma de calote esférica (n.º 39).

Estas formas encontram-se presentes em Vila Franca de Xira (Mendes e Pimenta, 2005, p. 54); Mata da Machada (Torres; 1985, p. 293-296); Mata da Machada (Torres, s/d – Barreiro); Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 203); Casal do Geraldo (Cardoso e Encarnação, 1990, Estampa IX); Calçada de S. Lourenço, Lisboa (Diogo e Trindade, 2003, p. 212); Rua dos Correeiros, Lisboa (Diogo e Trindade, 2001, p. 22); Sobral de Monte Agraço (Gonçalves e Gonçalves, 1990, p. 85); Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995, p. 246); Almada (Sabrosa; 1994, p. 41).

Escudelas

Esta forma apresenta escudelas de pegas e escudelas de asas horizontais com corpo em calote. São peças de ir à mesa, normalmente vidradas e muito agradáveis do ponto de vista estético. As pegas apresentam decoração elaborada, tal como o exemplar vidrado melado deste catálogo (nº 40), enquanto as de pega horizontal, podem revelar perfuração (n.º 41).

Este último tipo surge na Mata da Machada (Torres, s/d, p. 7); Alcoutim, (Catarino, 2003, p. 170); Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005, p. 179). As escudelas de pegas decoradas, estão presentes em Almada (Barros e Henriques, 2003, p. 142); Vila Franca de Xira (Mendes e Pimenta, 2005, p. 75); Machico (Sousa, 2006, p. 132); Alenquer (Cardoso, Gomes e Rodrigues, 2001, p. 2 e 4); Torres Vedras (Luna e Cardoso, 2006, p. 103); Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005, p. 179); Palmela (Fernandes e Carvalho, 1997, p. 291); Cascais (Cabral, Cardoso e Encarnação, 2009, p. 239).

Testos

Trata-se de uma forma comum em todo o território, dada a sua utilização complementar, em panelas, cântaros, talhas, etc.

Os exemplares exumados, apresentam bordo espessado, com pitorra no centro. Alguns fragmentos de testos mostram que foram sujeitos a vidrado plumbífero melado, sendo a maioria em cerâmica fosca (n.os 42 a 44).

Os paralelos para esta forma e cronologia encontram-se na Mouraria, em Lisboa (Diogo e Trindade, 1995, p. 264); Calçada de S. Lourenço, em Lisboa (Diogo e Trindade, 2003, p. 212); Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995, p. 250); Casal do Geraldo (Cardoso e Encarnação, 1990, Estampa XI); Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 199); Cascais (Cabral, Cardoso e Encarnação, 2009, p. 238); Machico (Sousa, 2006, p. 95); Palmela (Fernandes, Carvalho, 1997, p. 291) e em Almada (Sabrosa; 1994, p. 40).

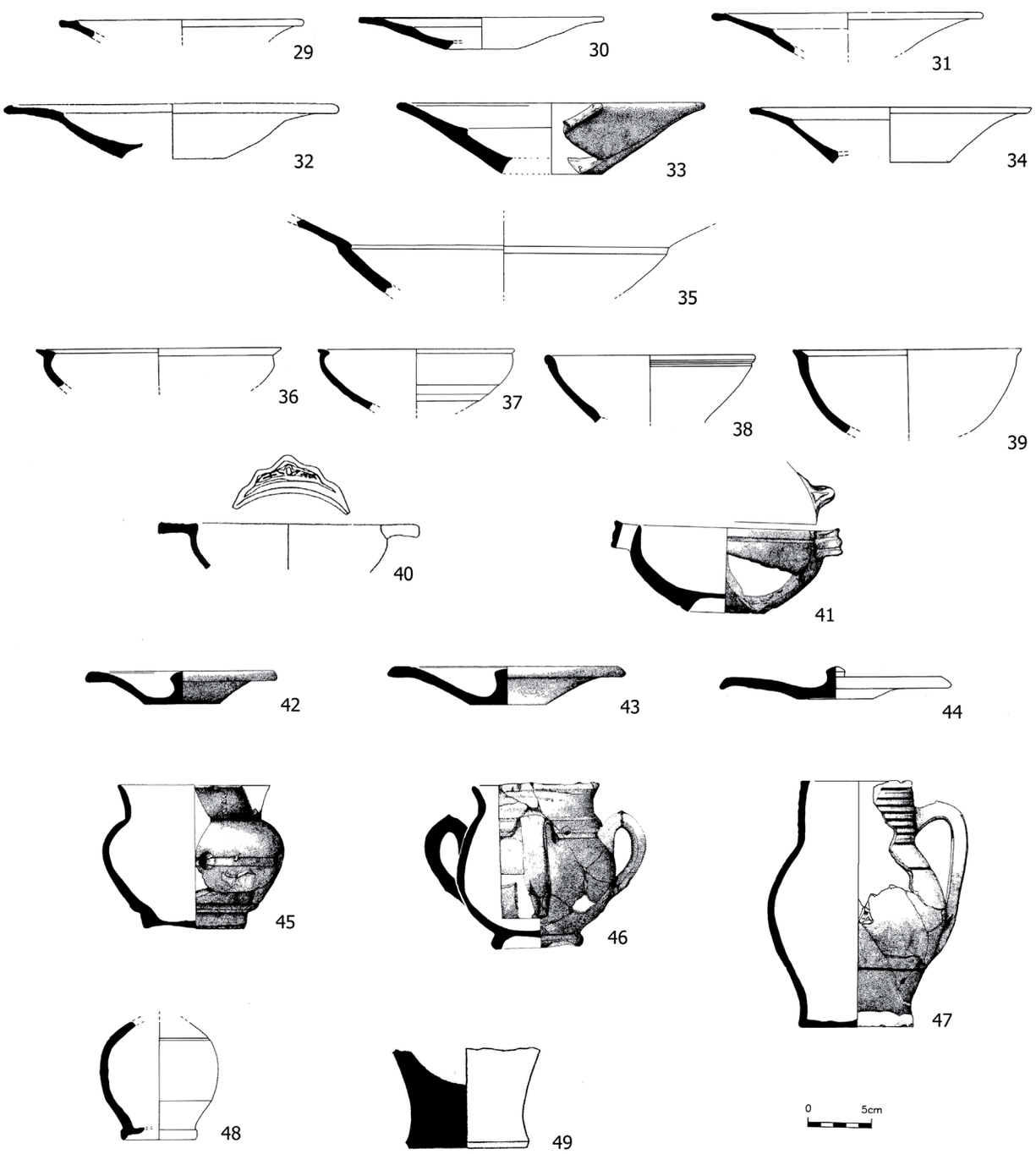
Púcaros e caneca

Estamos perante três peças de mesa com características muito interessantes, tendo em conta a cronologia em análise. Assim, a peça n.º 45, em chacota, apresenta pé em bolacha, bordo envasado com lábio boleado e corpo globular. A meio deste, observam-se depressões digitadas, a espaços regulares, interceptadas por duas incisões paralelas, horizontais. A peça nº 46 é um púcaro com vidrado plumbífero verde na superfície externo e melado na interior. Com quatro asas de secção oval, corpo globular e pé destacado, apresenta paralelos formais com um exemplar de Manizes, datado do século XV (Sandão, s/d, p. 34). Esta técnica, encontramo-la principalmente em contexto islâmico, sendo por isso, dada a

distância temporal, um caso em que técnicas medievais prevaleceram, possivelmente, através de mão-de-obra especializada oriunda do território vizinho. A peça n.º 47 é uma caneca para ir à mesa, com vidrado plumbífero verde no exterior e melado no interior. O bordo é direito com lábio plano, apresentando nervuras e possuindo uma asa de secção oval.

Almotolia

Uma peça também em vidrado melado, de ir à mesa, com pé destacado, sem bordo nem asa, seria utilizada como contentor de azeite (n.º 48).



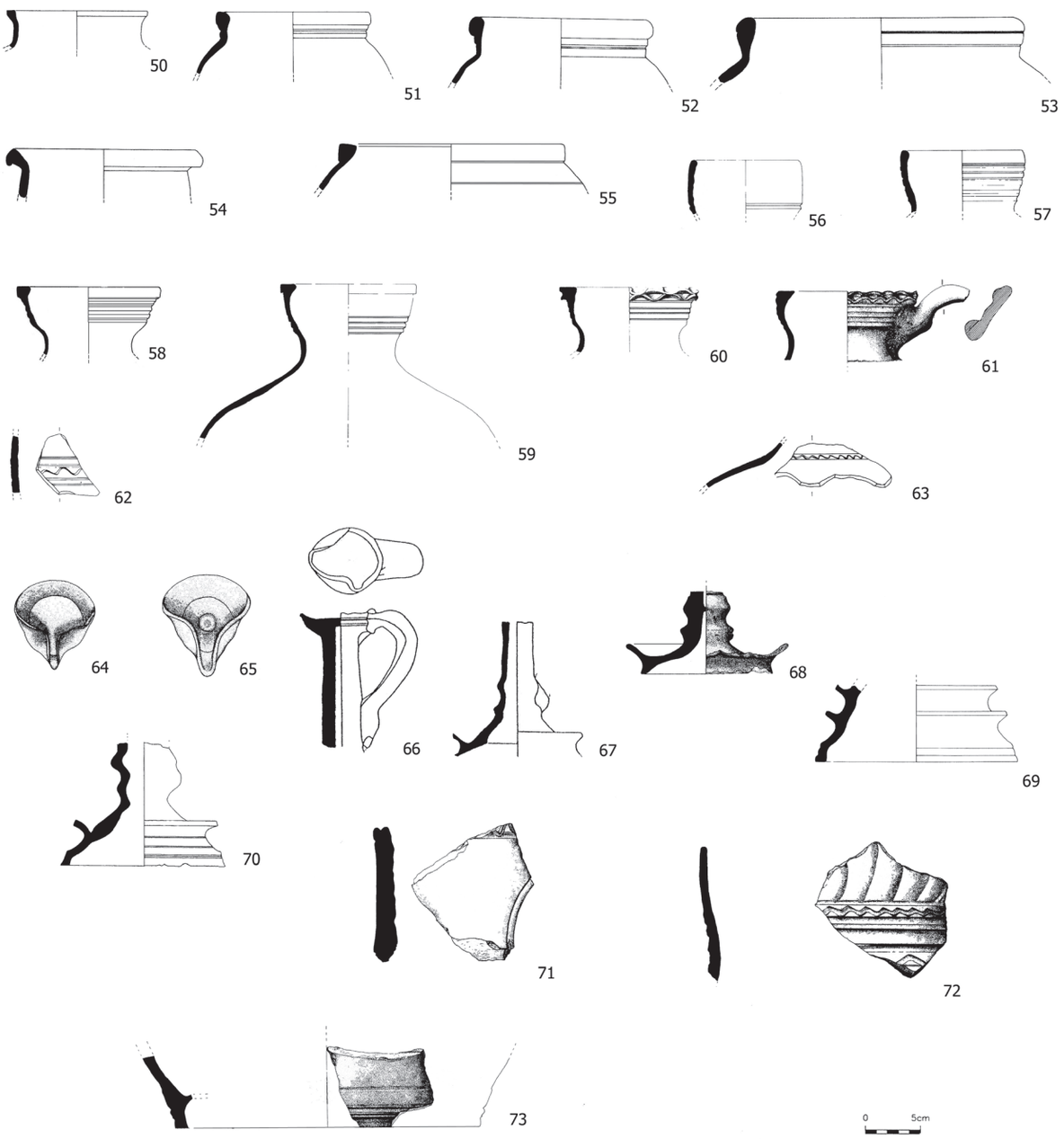
3. Pratos, tigelas, escudelas, testos, púcaros, caneca, almotolia e almofariz.

Almofariz

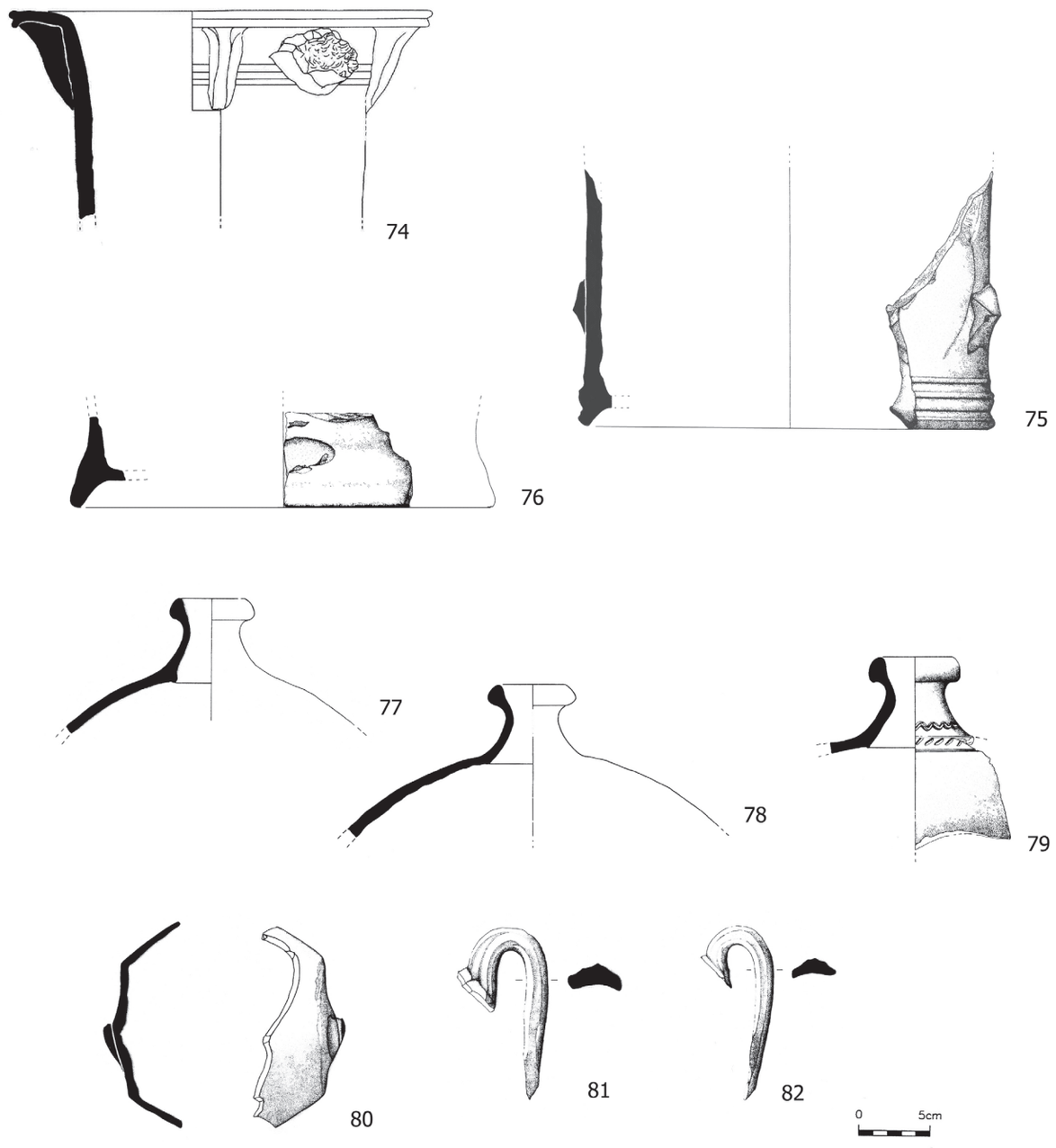
A peça n.º 49 corresponde a uma base de almofariz. Trata-se de um recipiente de uso culinário, utilizado para triturar ou esmagar alimentos ou condimentos. Podemos encontrar paralelos para este fragmento em Alenquer (Cardoso, Gomes e Rodrigues, 2001, p. 8).

Potes

Duas tipologias estão presentes nos fornos de Santo António da Charneca. A peça n.º 50 apresenta bordo de secção quadrangular e lábio plano, enquanto as peças n.º 51 a 53, apresentam bordos curtos, espessados e arredondados, decorados com caneluras.



4. Potes, talha, atanor, infusas, bilhas, candeias, palmatórias e fogareiros.



5. Bispotes e barris.

Em relação a estes últimos, encontramos paralelos em Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005, p. 151); Alenquer (Cardoso; Gomes e Rodrigues, 2001, p. 8); Vila Franca de Xira (Mendes e Pimenta, 2005, p.82) e Sobral de Monte Agraço (Gonçalves e Gonçalves, 1990, p. 84).

Talha

A peça n.º 54, corresponde a um fragmento de bordo de talha, com bordo em aba. Trata-se de um contentor de líquidos, com grande bojo e bordo estreito. Esta forma encontra-se presente em Montemor-o-Novo (Ribeiro, 1984).

Atanor

Esta tipologia encontra-se representada através de um bordo de secção subquardangular, com lábio plano (n.º 55). Poderiam funcionar como contentor de líquidos. Um conjunto de atanores, do século XVI, foi registado em Montemor-o-Novo (Ribeiro, 1984, p. 39 e 40).

Bilhas

Também as bilhas se apresentam bem representadas em Santo António da Charneca. Das duas formas analisadas, dois exemplares podemos classificar como

infusas (n.os 56-57). O bordo vertical, com algumas caneluras como decoração, possui lábio boleado e arredondado. A segunda forma, apresenta três exemplares com bordo sub quadrangular extrovertido (n.os 58 a 60), e outro, com bordo subtriangular e asa de secção em fita. Em todos os exemplares, o colo é estrangulado e decorado com finas caneluras, possuindo os exemplares correspondentes aos n.os 60 e 61, decoração digitada junto ao lábio. A primeira forma, tem paralelos no Casal do Geraldo (Cardoso e Encarnação, 1990, Estampa VI). As restantes peças surgem na Calçada de São Lourenço, Lisboa (Diogo e Trindade, 1999, p. 211).
Os fragmentos n.os 62 e 63, correspondem a paredes de bilhas, apresentando pequenas bandas, constituídas por finas caneluras e decoração ondulada.
Encontramos paralelos para as infusas no Poço dos Paços do Concelho em Torres Vedras (Luna e Cardoso, 2006, p. 106) e em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 20).

Candeias

Em relação aos contentores de fogo, registamos duas formas. A primeira, mais antiga, possui reservatório aberto para colocação de azeite e bordo trilobado (n.os 64-65). Temos paralelos na Mata da Machada (Torres, 1985, fig. 12); Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005, p. 173); Palmela (Fernandes e Carvalho, 1997, p. 290).
Quanto à segunda forma, trata-se de uma candeia de pé alto ou palmatória (n.os 66 a 70). O bordo da peça n.º 66 é trilobado e o pé, vertical, com volutas, tinha uma asa. As bases, com diversos diâmetros, apresentam um reservatório para conter a cera ou o óleo que escorria da queima. Os exemplares estudados são peças revestidas com vidrado plumbífero verde.
Um fragmento correspondente a esta última tipologia foi registado em Vila Franca de Xira (Mendes e Pimenta, 2005, p. 83).

Fogareiros

Apesar de não possuirmos exemplares completos desta tipologia, são muitos os fragmentos de fogareiros, principalmente os que correspondem às suas bases (n.º 73) e alguns fragmentos de paredes (n.os 71-72).
Não foram encontrados paralelos para estas formas e decoração.

Bispotes

Em relação ao conjunto de bispotes, os exemplares encontrados nestes vazadouros, apresentam paredes verticais, com arranque de asa, base destacada e decorada com nervuras. A aba larga, com lábio bífido, é sustentada por quatro contrafortes. São peças em chacota que seriam certamente vidradas posteriormente (n.os 74 a 76).

Barris

Por último, apresentamos um conjunto de fragmentos correspondentes a barris. Estes contentores de água, possuíam duas asas sobre elevadas a fim de puderem ser pendurados.
Registaram-se exemplares de várias dimensões e embora possamos estabelecer paralelos com os barris dos fornos da Mata da Machada, os das entulheiras de Santo António da Charneca, apresentam-se com forma oblonga e achatada (n.os 77 a 82).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os trabalhos por nós efectuados em Santo António da Charneca, confirmou-se a existência de fornos de cerâmica que terão laborado nos séculos XV-XVI; o primeiro destruído pela urbanização e o segundo, aguardando condições para ser estudado.
Dado que ainda decorre o estudo do espólio cerâmico das entulheiras dos fornos de Santo António da Charneca, revertemos as conclusões finais sobre o mesmo para próxima publicação. Contudo, a análise dos materiais efectuada até ao momento, permite-nos avançar com resultados concisos quer no que respeita ao período cronológico, quer da sua importância, no contexto económico da região.
Esta olaria, é bem representativa das produções cerâmicas que forneciam a região de Lisboa, não só devido à abundância de matéria-prima, mas também porque a sua localização excepcional, facilmente permitia o escoamento das mesmas.
Datadas cronologicamente dos finais do século XV e primeira metade do século XVI, as produções cerâmicas demonstraram grande variedade tipológica. Para além da loiça doméstica fosca, estes fornos produziram significativas produções de loiça de mesa vidrada, pretendendo assim satisfazer gostos mais requintados, sinónimo de uma certa classe com poder de compra, dado que as peças vidradas eram mais dispendiosas.
Queremos realçar o facto de estes fornos se encontrarem inseridos numa dinâmica produtiva que resultou na importação de novas técnicas de fabrico, como foi o caso dos azulejos de aresta de influência Sevilhana (Meco, 2003, p. 305-307). Por outro lado, as produções de formas de "pão de açúcar", evidenciam a importância da indústria açucareira neste período, desconhecendo-se no entanto o destino das mesmas, dado que seria necessário analisar as formas, de acordo com os centros produtores de açúcar nesta época (Cardoso, 2006, p. 34-45).
Neste contexto, têm relevância os fornos de biscoito do Vale do Zebro e a sua localização. Não deixa de ser significativa a produção das placas de biscoito

nos fornos de Santo António da Charneca. Entre vários fragmentos, dois exemplares com decoração. Uma delas, com alusão directa à sua funcionalidade apresenta a palavra "Pan", demonstrativo da diversidade formal produzida nesta olaria.

Assim, se a Santo António da Charneca juntarmos as produções da Mata da Machada, estudada pelo Dr. Cláudio Torres, bem como as formas do Pinhal das Formas, no concelho da Moita – igualmente referidas por aquele arqueólogo – poderemos concluir, estarmos perante uma concentração de manufacturas de produção cerâmica que explorando a abundância de argila e lenha desta região, abasteceu mercados regionais, carentes de loiça de uso doméstico e artefactos de uso "industrial", nalguns casos vocacionados, como ficou demonstrado, para uma nova realidade: a dinâmica da expansão.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, T.M. (1982) – *O Sinclinal de Albufeira*, Dissertação Doutoramento em Geologia, Departamento de Geologia, Faculdade de Ciências de Lisboa. Lisboa, p. 45-293.

BARREIRA, P.; DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1995) – Antigas Casas da Alfândega Velha e da Moeda do Porto – 200 Anos de Cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval.* Tondela, p. 145-184.

CABRAL, J. P.; CARDOSO, G. e ENCARNAÇÃO, J. d' (2009) – Sondagem Arqueológica no Palácio dos Condes da Guarda. In *A Casa dos Azulejos de Cascais. De Palácio dos Condes da Guarda a Paços do Concelho.* Câmara Municipal de Cascais. Cascais, p. 203-241.

CARDOSO, G.; BARROS, L. e GONZALEZ, A. (1997) – Primeira notícia do forno de Santo António da Charneca – Barreiro. In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval.* Tondela, p. 295-307.

CARDOSO, G. e ENCARNAÇÃO, J. d' (1990) – Uma sondagem de emergência no Casal do Geraldo – Cascais Estoril, *Boletim Cultural do Município da Câmara Municipal de Cascais.* Cascais. 9, p. 45-62.

CARDOSO, G.; GOMES. J. F. e RODRIGUES, S. (2001) – Aspectos da produção de cerâmicas vidradas em Alenquer, durante o século XVI, *Arqueologia no Distrito de Lisboa. Alenquer, Cadaval e Cascais.* Assembleia Distrital de Lisboa. Lisboa, p. 1-8.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval.*6.Porto, p. 193-212.

CARVALHO, G. de (1967) – *Significado Geológico dos Minerais das Argilas. Naturália,* Vol. IX, Fasc. III-IV. Lisboa.

CATARINO, H. (1995) – Cerâmicas da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no castelo da vila de Alcoutim. In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval.* Tondela, p. 161-177.

DIAS, J. J. A. (1988) – *Nova História de Portugal,* Vol. V, *Portugal – do renascimento à crise dinástica.* Lisboa, Editorial Presença, p. 29-31.

DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (1998) – Intervenção Arqueológica da Rua João do Outeiro, nº 36 – 44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 3.as Jornadas, de cerâmica Medieval e Pós Medieval.* Tondela, p. 257-265.

DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (2000) – Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 3: 2, p. 201-235.

DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (2001) – Intervenção Arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros, Baixa de Lisboa. As sondagens n.º 3, 11, 26 e 27. *Arqueologia e História.* 53. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, p. 15-33.

DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (2005) – Cerâmicas de Barro Vermelho da intervenção arqueológica na Calçada de S. Lourenço, n.º 17/19, em Lisboa. In *Actas das 3.as Jornadas, de cerâmica Medieval e Pós Medieval.* Tondela, p. 203-213.

FERNANDES, I. C. (2004) – *O Castelo de Palmela, do islâmico ao cristão.* Palmela: Câmara Municipal de Palmela, Colibri, p. 354.

FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. (1997) – Intervenção Arqueológica na rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela). In *Setúbal Arqueológica*, 11-12, p. 279-295.

FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós – Medievais de Palmela. In *Actas das 2.as Jornadas, de cerâmica Medieval e Pós Medieval.* Tondela, p. 211-255.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos século XIV, XV e XVI do poço-cisterna de Silves. In *A cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental.* Lisboa. Campo Arqueológico de Mértola, p. 457-490.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço-cisterna de Silves. *Xelb.*3.Silves, p. 143-205.

GONÇALVES, J. L. M. e GONÇALVES, J. (1990) – Escavação Arqueológica no Salvador (Sobral de Monte Agraço), Campanha de 1987. *Revista de Arqueologia*. Assembleia Distrital de Lisboa. 1, p. 77-88.

LUNA, I. e CARDOSO, G. (2004) – Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. *Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval, p. 99-112.

MOITA, I. (1960) – Hospital Real de Todos os Santos. *Revista Municipal de Lisboa*, 102-103-104.

NABAIS, A. (1984) – A margem sul do estuário do Tejo durante a expansão portuguesa – aspectos económicos. *Al-madan.* Almada. 1.ª Série, 2, p. 47 a 65.

OLIVEIRA, N. (1620) – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa, p. 86 a 89.

OSÓRIO, M. I. N. A. P. e SILVA, A. M. S. P. (1995) – Cerâmicas Vidradas da Época Moderna no Porto. In *Actas das Segundas Jornadas, de cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela, p. 283-314.

RIBEIRO, M. (1984) – Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI, *Cadernos de Etnologia*, 1, Montemor-o-Novo.

RODRIGUES, T. F. (1993) – dir. José MATTOSO, *História de Portugal,* vol. 3, *População e Economia.* Lisboa, Círculo de Leitores, p. 203.

SABROSA, A. (1994) – Cerâmicas quinhentistas do Palácio Pragana. *al Madan*. 2.ª Série, 3, p. 38-44.

SANDÃO, A. (s/d) – *Faiança Portuguesa* – Séculos XVIII-XVIII, p. 34.

SILVÉRIO, S. e BARROS. L. (2005) – *Arqueologia no Castelo da Aldeia Histórica de Castelo Novo (2002 – 2004). Resultados Preliminares*. Câmara Municipal do Fundão, p. 229.

SILVÉRIO, S.; BARROS. L. e NUNES, D. (2011) – Arqueologia no Castelo de Penamacor – Cimo de Vila. A Alcáçova e o Cemitério. Resultados das campanhas de 2004 a 2006. In *Arqueologia Medieval*, 11 Porto, p. 195-223.

SOUSA, É. (2006) – *Arqueologia da cidade do Machico. A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI, e XVII.* CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea.

TEICHNER, F. (2003) – Dois conjuntos de cerâmica quinhentista, provenientes do Convento de S. Domingos e do claustro da Igreja de S. Francisco, em Évora (Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia,* 6, 2, p. 501-520.

TEIXEIRA, C. e GONÇALVES, F. (1980) – *Introdução à Geologia de Portugal.* Instituto Nacional de Investigação Cientifica, Lisboa, p. 165-214.

TORRES, C. (s.d.) – *Um forno Cerâmico dos séculos XV-XVI na cintura industrial de Lisboa – Mata da Machada – Barreiro*. Câmara Municipal do Barreiro.

TORRES, C. (1985) – 1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. In *Jornadas de História Medieval*. Lisboa, p. 293-303.

ZBYSZEWSKI, G. (1963) – *Carta Geológica Arredores Lisboa e Noticia Explicativa. Escala 1/50.000.* Serviços Geológicos Portugal. Lisboa, p. 5-12.

DOCUMENTO ELECTRÓNICO

VENTURA, A. G. (2009) – *«A Outra Banda» e a Expansão Portuguesa: O contributo dos fornos do Biscoito de Vale de Zebro.* Disponível em WWW: (marinha.pt/PT/amarinha/actividade/.../02JUN09%201.pdf)

AS FORMAS DE PÃO-DE-AÇÚCAR DA MATA DA MACHADA, BARREIRO

FILIPA GALITO DA SILVA Arqueóloga, Mestra em História da Náutica e Arqueologia Naval, Investigadora

RESUMO Num período de consolidação das conquistas insulares portuguesas, a cultura e produção de açúcar veio valorizar os novos espaços atlânticos. Por serem desabitadas e desprovidas de condições de sobrevivência humana, a sua colonização exigiu esforços logísticos, alimentares e administrativos.
Neste âmbito, a Olaria da Mata da Machada veio responder a mais uma das lacunas destes espaços, a ausência de barros de qualidade. Assim apresentou-se como fornecedora de formas de pão-de-açúcar dos primeiros centros açucareiros atlânticos.
A variedade morfológica registada no conjunto de formas de pão de açúcar recolhidas durante a escavação da Olaria da Mata da Machada, deu a conhecer três tipologias de dimensões distintas: tipo I (formas médias), tipo II (formas grandes) e tipo III (formas pequenas).

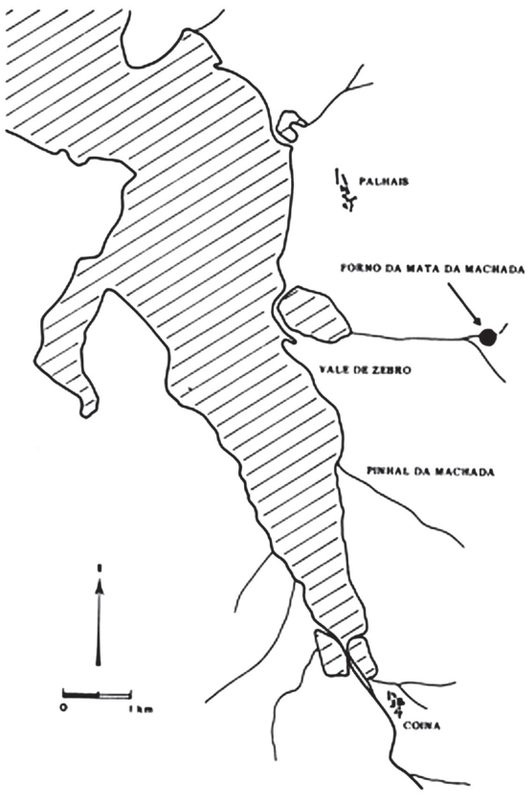
PALAVRAS-CHAVE Arqueologia do açúcar, expansão portuguesa, olaria da Mata da Machada, formas de pão-de-açúcar, tecnologia açucareira

INTRODUÇÃO

No âmbito da elaboração da tese de mestrado na Universidade Autónoma de Lisboa, retomou-se recentemente o estudo das formas de pão-de-açúcar da Mata da Machada, procurando trabalhar o material armazenado na Reserva Museológica do Barreiro.
A configuração geológica e hídrica, do concelho do Barreiro, favoreceu a implantação humana e o desenvolvimento de várias actividades necessárias à subsistência humana. Neste sentido, a pesca e a transformação do pescado, a olaria e a moagem de cereais, destacaram-se como as actividades mais significativas (Paulo e Guinote, 2000). Mais do que representantes do modo de vida das comunidades ribeirinhas, tornaram-se serviços fundamentais no quotidiano de um número cada vez maior de habitantes.
O grande *boom* do desenvolvimento comercial na margem sul foi sentido durante séculos XIV-XVI. A partir do século XIV já registamos uma participação mais activa desta região no abastecimento de Lisboa (Torres, 1990).
O avanço que o império português exigia que o reino fosse detentor de pontos de apoio à navegação sólidos e seguros. A margem sul, especificamente a margem esquerda da ribeira de Coina, destacaram-se no abastecimento de produtos (biscoito, água, carne, peixe seco, cerâmica) e reparação de naus que chegavam ou partiam em viagem.
Neste sentido, verificamos que numa fase inicial a olaria da Mata da Machada se destacou como produtora de diversos tipos de recipientes cerâmicos destinados a exportação e consumo nacional e no momento em que se foram consolidando os novos espaços atlânticos, nomeadamente, o arquipélago da Madeira, Açores, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, através da sua ocupação, a olaria foi-se distinguindo paralelamente, como produtora de formas de pão-de-açúcar.
Era essencial a colonização e integração destes espaços insulares no mercado europeu de modo a oficializar a presença portuguesa nesses mesmos territórios e a criar uma nova fonte de rendimento ao reino.
A cultura da cana exigia não só determinadas condições climáticas e geológicas como também necessitava de um investimento tecnológico específico para a sua transformação em açúcar. Algum desse investimento era efectuado nas formas de pão-de-açúcar, recipientes utilizados na cristalização e purificação do açúcar. Estas formas deviam ser feitas em barro de grande qualidade para que suportassem as altas temperaturas a que estavam sujeitas. Porém a elevada qualidade do barro exigida não correspondia à presente nestas ilhas necessitando por isso da importação destas formas.
Assim na primeira metade do século XV a olaria da Mata da Machada distinguiu-se das restantes olarias nacionais, com a exportação de formas de-pão-açúcar para os primeiros centros açucareiros insulares.

A DESCOBERTA

Identificado em 1980, o sítio arqueológico da Mata da Machada revelou a presença de um forno cerâmico bem conservado datado entre os séculos XV-XVI (fig. 1). Em 1981, uma equipa dirigida por Cláudio Torres realizou ali trabalhos de prospecção e escavação. Recuperou-se então abundante espólio cerâmico, nomeadamente uma grande concentração de formas de pão-de-açúcar, além de recipientes quotidianos de uso à mesa, como pratos e malgas. Em torno do forno principal, foi detectada uma pequena unidade para a produção de louça vidrada e uma outra dependência possivelmente para armazenamento (Torres, 1981).
Outros núcleos de produção cerâmica foram identificados na área envolvente, nomeadamente St. António da Charneca e Pinhal das Formas (Cardoso e Gonzalez 2006). O valor histórico-arqueológico do Barreiro e da Margem sul tem vindo a ser reconhecido, nomeadamente pelo papel essencial que desempenhou no abastecimento dos mercados na capital, servindo também como suporte logístico da expansão portuguesa.



1. Implantação geográfica da olaria da Mata da Machada.

ESTUDO CERÂMICO

O estudo material das formas de pão de açúcar da olaria da Mata da Machada, envolveu uma amostra de 573 fragmentos de formas de pão-de-açúcar. A informação recolhida durante a escavação e o estado fragmentário de todo o conjunto e direciona-nos para uma proveniência de vazadouro.
A análise macroscópica das pastas possibilitou a definição de dois fabricos distintos. Verificou-se que no fabrico 1, a pasta é composta na sua maioria por areia, quartzo e óxido de ferro é pouco homogénea e possuía uma textura granulosa de grão fino. O grau de compacticidade é fraco a médio, com fraca frequência de elementos não plásticos sendo estes de pequenas a médias dimensões. O fabrico 2 distingue-se por apresentar na sua composição, elementos não plásticos, de barro cozido esmagado, quartzo e feldspato. Exibem uma frequência média e dimensões pequenas a médias. Esta composição atribui à pasta homogénea uma textura granulosa, de grão médio e um grau de compacticidade médio (gráfico 1).
Paralelamente à análise das pastas, o trabalho de colagem, permitiu o reconhecimento das duas tipologias anteriormente identificadas por Cláudio Torres. Uma análise mais aprofundada proporcionou o registo de várias subtipologias associadas às formas médias e às formas grandes e duas novas tipologias.
Na amostra cerâmica as formas de pão-de-açúcar de médias dimensões têm maior representatividade do que as formas grandes. Paralelamente a estes dois tamanhos, verificou-se um terceiro de pequenas dimensões e um quarto de formas dimensões semelhantes às formas grandes, que em confronto com os outros dois tem uma representatividade muito reduzida.
A seguir à análise morfológica das formas, classificámos tipologicamente cada um dos fragmentos, associando-os ao tipo I ou formas médias, ao tipo II ou formas grandes, ao tipo III ou formas pequenas e paralelamente distinguiu-se o tipo IV, que apesar de ter uma dimensão semelhante ao tipo II, distancia-se deste, morfologicamente.

TIPOLOGIAS

O tipo I caracteriza-se por exibir um bordo levemente extrovertido, lábio redondo ou achatado e uma boca circular, exibindo um diâmetro de bordo, que oscila entre os 18 e os 22 cm. O bordo pode apresentar um ou duas caneluras separando a zona do bordo, do corpo da peça. Não existe colo e o corpo da peça troncocónico é característico das formas de pão-de-açúcar. Não possui asas nem carenas e a extremidade perfurada da peça pode apresentar uma configuração em U ou em V
Dentro deste tipo I, pôde-se registar dois subtipos: o **I.A**, que se caracteriza por ter um bordo levemente extrovertido, lábio perlado, arredondado ou achatado no

topo. Apresenta uma redução da espessura do corpo em relação ao bordo e um afunilamento da parede do fragmento. O bordo tem um diâmetro que varia entre 18 e 20 cm e a altura registada entre o rebordo e a caneluras ligeiramente vincada é de 5 - 6,5 cm de altura. Nesta subtipologia a parede da peça tem a espessura entre 1,00 - 1,50 cm.

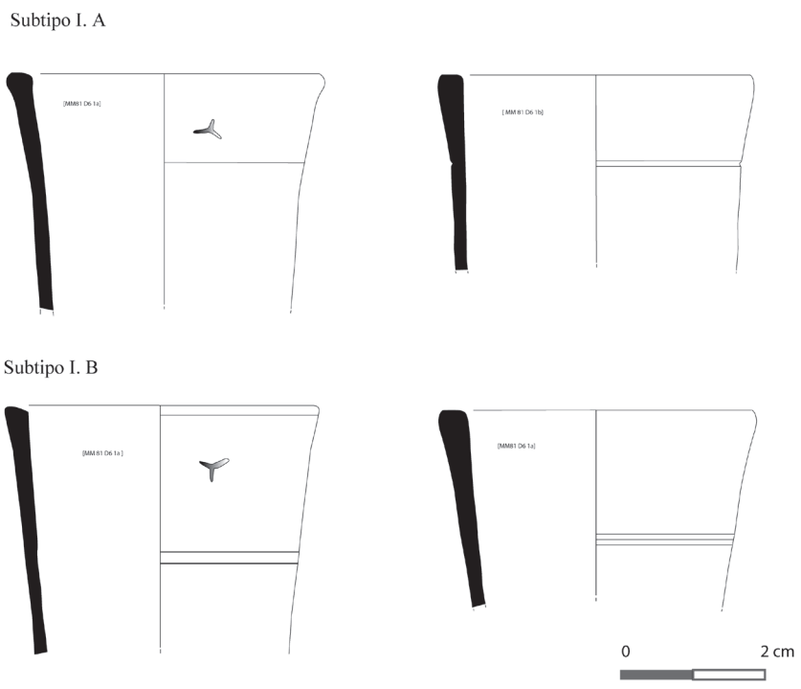
O subtipo **I.B** apresenta segundo o aspecto formal, um bordo levemente extrovertido, lábio perlado, arredondado ou achatado no topo. Ao contrário do I.A, este subtipo pode exibir uma ou duas caneluras bem vincadas, em torno do bordo como forma de o delimitar. No caso de duas, essas caneluras podem ter um espaçamento entre elas de meio centímetro ou um milímetro**.** Bordo tem um diâmetro entre os 20 e 22 cm apresenta dois níveis de altura máxima do bordo: entre 9,5 e 7,5 cm. A configuração do bordo apresenta indícios de um afunilamento da parede do fragmento (fig. 2).

O tipo II caracteriza-se por possuir um bordo levemente extrovertido, emoldurado e de secção redonda, rectangular ou semicircular. Tem uma boca circular e um lábio plano ou biselado. Não possui colo e o corpo apresenta-se troncocónico. Distingue-se do tipo I por apresentar diâmetros superiores, entre os 28 e 38cm e por apresentar um bordo emoldurado. E tal como o tipo I, não possui asas nem carenas. Foram definidos três subtipos e para cada um entre três a sete variantes, as quais são descritas a seguir.

De secção rectangular, no subtipo II.A destaca-se a variante **II.A.1** (*Estreita)***,** representada por 16 fragmentos da totalidade do conjunto, os quais se apresentam modelados exclusivamente com argila de fabrico 1. Com um bordo levemente extrovertido, de secção rectangular estreita. Exibe uma ligeira concavidade na superfície interna do bordo. O lábio inferior externo é plano e apresenta um espessamento interior na zona de contacto entre o bordo e o bojo. Registou-se um afunilamento da parede do fragmento**.** Apresenta um diâmetro de bordo entre os 29 e 32 cm e uma altura de bordo de 4,7-5 cm. Entre todas as variantes é a que apresenta uma espessura de bordo menor, exibindo entre 1,7-2 cm.

A variante **II.A.2** *(Extrovertida)* é representada por 9 fragmentos os quais à semelhança da variante anterior são modelados exclusivamente com o fabrico 1. Tem um bordo extrovertido, que torna o assentamento da peça mais seguro durante o seu transporte e lábio superior achatado. Apresenta um espessamento interior da zona de contacto entre bordo e o corpo do fragmento. Exibe um diâmetro de bordo de 36 cm, superior à variante anterior. Mede entre 4,6-5,3 cm de altura, podendo medir de espessura 1,9 a 2,3 cm.

A variante **II.A.3 (*Plana)*** apresenta 63 fragmentos de bordo levemente extrovertido e um lábio superior achatado e por vezes em bisel. Apresenta um espessamento interior da zona de contacto entre o bordo**.** Alcança um diâmetro médio de 34 cm, uma altura de bordo de 4,8-5,8 cm e uma espessura de 2,0-2,6 cm. Paralelamente a estes valores, foram registados 3 fragmentos (n.º de inventario 26,27,28) que apesar de cumprir os parâmetros formais desta variante, representam uma classe que exibe diâmetros superiores, de 40 cm e 5-5,3 cm de altura do bordo, com uma espessura de 2,5 cm. Segundo análise estatística, percebemos um domínio



2. Formas de açúcar Tipo I, subtipo I.A e I.B.

do fabrico 1 na modelagem desta variante.

A variante **II.A.4** (*Subida)* é representada por 39 fragmentos na totalidade do conjunto com um predomínio do fabrico 1. Distingue-se por ter um bordo levemente extrovertido e um lábio achatado ou em bisel, enquanto que o lábio inferior exterior é subido. É registado um espessamento interior da zona de contacto entre o bordo e o corpo do fragmento tal como uma ligeira concavidade na superfície interna da parede. Exibe um diâmetro médio de bordo de 34 cm, uma altura de bordo entre 4,7-5,6 cm e uma espessura de bordo de 1,9-2,5 cm.

Por se ter verificado na variante **II.A.5** (*Descaída)* a presença de dois conjuntos de fragmentos com um pequena variação na altura do bordo e por isso foram criados dois grupos. O grupo 1 é representado por 11 fragmentos e o grupo 2 por 9 fragmentos. Ambos exibem uma preferência pelo fabrico 1.

O primeiro grupo destaca-se por ter um bordo mais baixo com uma altura de 5,1-5,4 cm, e 2,0-2,5 cm de espessura. O segundo grupo em relação ao primeiro apresenta uma altura de 5,6-6,1 cm e uma espessura de bordo 2,0-2,5 cm. Os restantes dados são partilhados por ambos os grupos, exibindo um diâmetro de bordo de 38 cm e uma espessura de bordo de 2-2,5 cm. A configuração do bordo também é igual entre os dois grupos, apresentando um bordo levemente extrovertido, lábio achatado ou biselado, lábio inferior exterior descaído, espessamento interior na zona de contacto entre o bordo e o corpo do fragmento.

A variante **II.A.6** (*Baixa)* apresenta 5 exemplares exibindo o fabrico 1 como exclusivo. O seu bordo é levemente extrovertido, de lábio achatado. Apresenta um espessamento interior do bordo, inflexão na superfície interna do bordo. A sua forma distancia-se da generalidade das formas apresentadas até ao momento, porque a altura do seu bordo é inferior à das outras variantes, exibindo um bordo com 4,1 cm de altura em contrapartida a espessura do mesmo, eleva-se perante as restantes formas, apresentando valores entre 2,4 -2,6 cm, já o diâmetro de bordo assemelha-se às restantes formas com 32 cm. Do ponto de vista decorativo exibe sequências de 3 a 4 linhas rectas incisas, por debaixo do bordo. Esta particularidade decorativa fixa-se unicamente nesta variante.

Para finalizar, **II.A.7** (*Projectada)* possui uma representatividade de apenas 5 exemplares neste conjunto, também com preferência pelo fabrico 1. A sua característica mais evidente é a projecção exterior do bordo, que aliada à forma emoldurada característica do tipo II, salienta-se do restante corpo da peça. Distingue-se por ter um bordo levemente extrovertido de lábio achatado. Estreitamento irregular da superfície externa do bordo até ao lábio, projecção do bordo tornando-o numa pega funcional e espessamento interior da zona de contacto entre o bordo e o corpo do fragmento. Apresenta um diâmetro médio de 30cm, uma altura de bordo entre os 3,8-4,3 cm e uma espessura de 1,8-2,0 cm (fig. 3).

3. Formas de açúcar Tipo II, subtipo II.A, variante 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.

No que diz respeito ao subtipo **II.B** distinto do II.A exibe um bordo de secção redonda. Na totalidade da amostra de estudo este subtipo possui 74 exemplares cerâmicos.

A variante **II.B.1** (*Extrovertida)* é representada por 19 fragmentos característicos por preferirem o fabrico 1. Com um bordo extrovertido, lábio superior arredondado, lábio inferior pouco destacado e com espessamento interior. Estes fragmentos apresentam um diâmetro médio de 41,0 cm, uma altura de bordo de 3,8-4,3 cm e uma espessura de 1,9-2,6 cm.

Relativamente à variante **II.B.2** (*Plana),* exibe uma elevada representatividade com 45 fragmentos em relação às restantes variantes deste subtipo marcando uma preferência pelo fabrico 2. De bordo levemente extrovertido, lábio arredondado e lábio inferior exterior plano. Apresenta o espessamento interior junto ao ponto de contacto entre o bordo e o corpo do fragmento. Exibe um diâmetro médio de 29,0 cm, uma altura de bordo de 1,9-2,3 cm e uma espessura de 1,9-2,6 cm.

A variante **II.B.3** (*Subida)* apresenta 4 exemplares modelados exclusivamente com o fabrico 1. De bordo levemente extrovertido, lábio arredondado e lábio inferior exterior ligeiramente subido. Apresenta um espessamento interior junto ao ponto de contacto entre o bordo e a parede. Caracteriza-se por ter um diâmetro médio de 28 cm, uma altura de bordo de 4,8-5,6 cm e uma espessura de 2,0-2,4 cm.

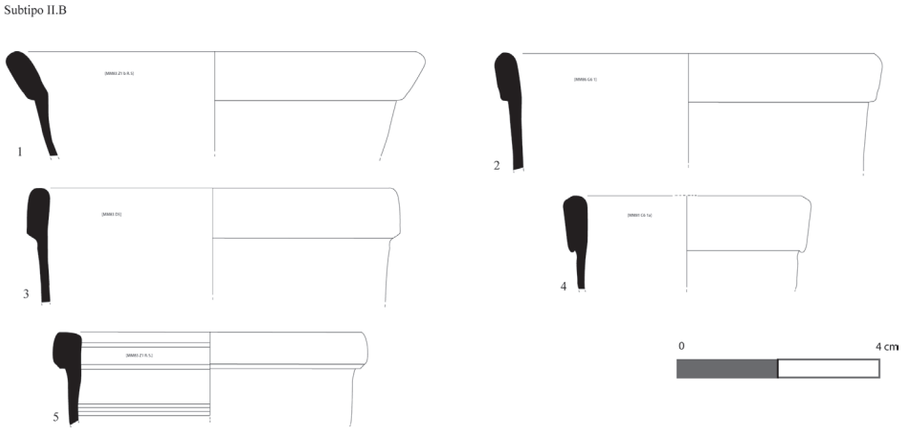
Na variante **II.B.4** (*Descaída)* a sua representatividade é de 5 exemplares modelados exclusivamente com o fabrico 1. Exibe um bordo levemente extrovertido, de lábio arredondado e lábio inferior exterior descaído. Mais uma vez apresenta um espessamento interior no ponto de contacto entre o bordo e o corpo. Registou-se uma porção de parede com inflexão. Exibe um diâmetro médio de 28 cm, uma altura de bordo de 5,5 ou 5,6 cm e uma espessura de 2,1-2,3 cm.

Relativamente à variante **II.B.5** (*Baixa)* apresenta na amostra de estudo, 4 fragmentos moldados unicamente com o fabrico 1. De bordo levemente extrovertido, lábio arredondado e lábio inferior exterior plano. Apresenta um espessamento interior na zona de contacto entre o bordo e o corpo. Exibe uma sequência de 3 a 4 caneluras marcadas na argila ainda fresca. Possui um diâmetro médio de 30 cm, uma altura de bordo de 3,7-4,3 cm e uma espessura de 2,8-3,0 cm (fig. 4).

O subtipo **II.C** distinto por apresentar um bordo de secção semicircular encontra-se em último lugar em relação ao subtipo II.A e II.B, apresentando somente 70 fragmentos. Possui três variantes formais, a variante **II.C.1 (*Descaída)***, representada por 54 fragmentos, 46 deles moldados com o fabrico 1. Com um bordo levemente extrovertido e um lábio superior ligeiramente achatado ou semicircular e lábio inferior descaído. À semelhança dos restantes fragmentos apresenta um espessamento interior da zona de contacto entre o bordo e a parede e espessamento do corpo da peça. Registou-se a marcação da parede com riscos aleatórios na pasta ainda fresca. O bordo apresenta um diâmetro entre os 26 e os 34 cm, uma altura de 4,5 cm e 1,3 cm de espessura de parede.

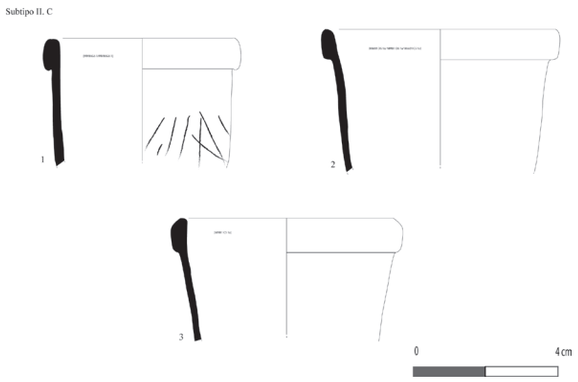
A variante **II.C.2 (*Normal)*,** representada por 12 exemplares de bordo moldados preferencialmente com o fabrico 1. O bordo levemente extrovertido de lábio semicircular com espessamento interior do bordo, exibe uma ligeira concavidade no interior e caracteriza-se por ter um diâmetro médio de 32,6 cm, a altura de bordo de 4,4-5,3 cm e a espessura de parede de 2,0-2,6 cm.

A **II.C.3 (*Subida)***, apresenta 4 exemplares de bordo levemente extrovertido de lábio achatado e lábio inferior exterior destacado. Os dados estatísticos revelam uma preferência pelo fabrico 1. Espessamento interior da zona de contacto do bordo com o vestígio de parede. Tem um diâmetro médio de 36,0cm, uma altura de bordo de 40-4,6 cm e uma espessura de 2,1-2,4 cm. Tal como foi registado no subtipo II.B.5, também



4. Forma de açúcar, Tipo II, subtipo II.B, variante 1,2,3,4.

esta variante apresenta dois grupos, desta vez com alturas de bordo e diâmetros distintos. O grupo 1 tem um bordo alto com valores entre 4,8-5,8 cm e uma espessura de bordo de 2,1-2,5 cm, tal como um diâmetro médio de 29,4 cm. O grupo 2 tem um bordo baixo de 3,6-4,3 cm, uma espessura de 1,9-2,3 cm e um diâmetro médio de 28 cm (fig. 5).



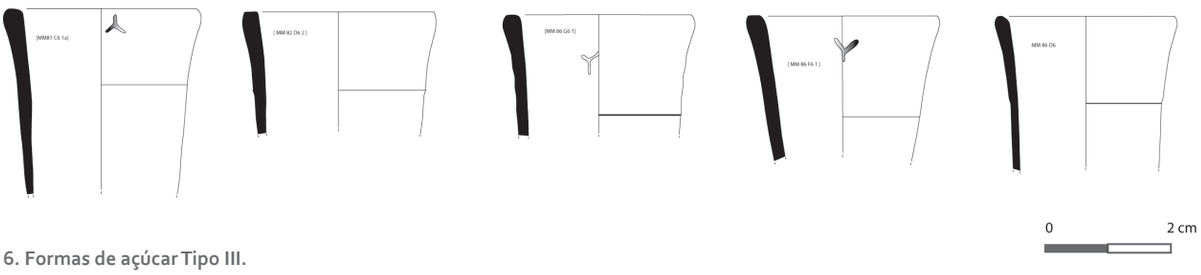
5. Forma de açúcar, Tipo II, Subtipo II.C, variante 1,2,3.

O tipo III apresenta fragmentos com um bordo levemente extrovertido, lábio arredondado e estreitamento das paredes em relação ao bordo. Apresenta uma canelura na zona do bordo, à semelhança dos outros subtipos do tipo I. Exibe um diâmetro de 14 cm, altura de bordo de 6,5 – 7,5 cm e uma espessura de 0,5-0,7 cm (fig. 6).

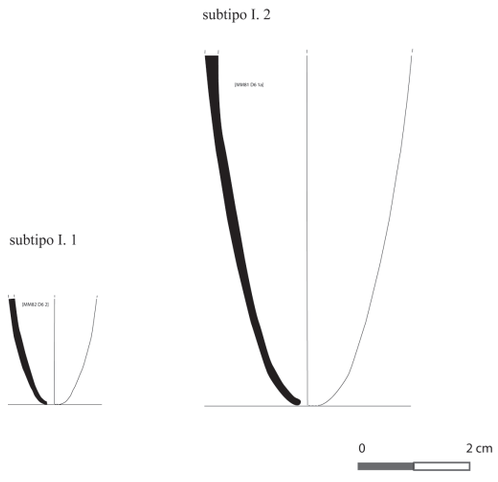
O tipo IV, apresenta um diâmetro médio de bordo entre os 35 e 40 cm, semelhante ao tipo II, exibindo-o em forma de gota invertida, estreitando a partir da secção do bordo em sentido descendente. Apesar de marcado não exibe a robustez e emolduramento do tipo II (fig. 7). Quanto às extremidades ou pontas das formas de açúcar, o trabalho de colagem possibilitou uma leitura morfológica mais clara. Neste sentido associaram-se as pontas em U e V ao tipo I e III e as pontas de pé anelar ao tipo II e IV.

O tipo **I.1** característico por ter uma forma ogival (em U), mais aberta e arredondada possui um diâmetro do orifício entre 1 cm e 1,3 cm com excepção de um exemplar que apresenta 0,7 cm de diâmetro (fig. 3). O tipo **I.2** distinto por ter uma forma cónica (em V), mais estreita e alongada, exibe um diâmetro médio de 0,9 cm (fig. 8).

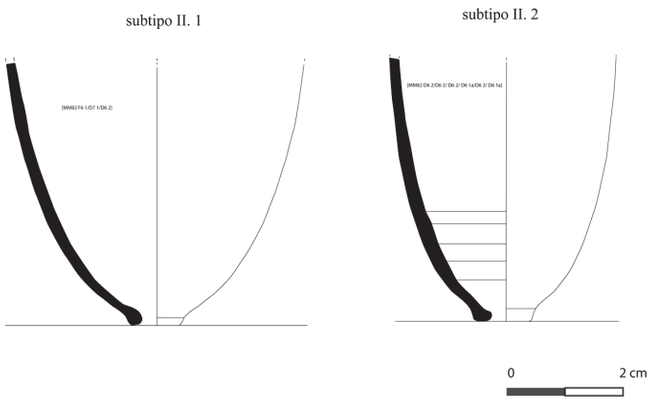
O **II.1** distingue-se por ter de base anelar de secção quadrada e uma perfuração com um diâmetro entre 2,1-2,6 cm e uma altura do pé (medida desde a base do anel até ao ponto onde este une com a parede da peça) entre 0,8-1,5 cm com uma espessura de 1,5-1,8 cm (fig. 3). O **II.2** característico por ter uma base anelar de secção redonda e por apresentar um diâmetro da perfuração de 1,8-2,6 cm, uma altura da base anelar de 0,8-1,3 cm e uma espessura de 1,2-1,5 cm.Quanto à base anelar de secção redonda, apresenta um arrebite para o exterior, no ponto de contacto entre o anel e o início da parede (fig. 9).



6. Formas de açúcar Tipo III.



7. Pontas de formas de açúcar, Tipo I, subtipo I.1, I.2.



8. Pontas de formas de açúcar Tipo II, subtipo II.1 e II.2.

9. Marcas de oleiro.

10. Marcas de oleiro.

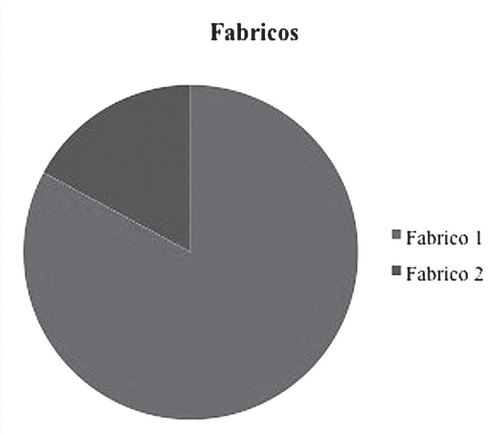


Gráfico 1. Frequência dos fabricos 1 e 2 no conjunto cerâmico.

As "marcas de oleiro" são outro dos elementos caracterizadores deste recipiente. São identificadas especificamente no bordo das formas de pão-de-açúcar. A sua presença é registada com maior frequência nas formas tipo I e III e com menor frequência no tipo II, o tipo IV não apresenta nenhuma marca.

Podemos observar marcas de ferradura, pé de galinha, X ou um conjunto de círculos. Efectivamente a marca mais aplicada é o pé de galinha, aparecendo as restantes esporadicamente. Podem aparecer sozinhas ou em sequências no máximo de 3 marcas. A aplicação destas marcas é feita por meio de um carimbo, com excepção de um fragmento que apresenta um X que parece ter sido riscado por um instrumento afiado, enquanto a argila estava num estado de secagem intermédio (fig. 10).

A razão pela qual eram usadas, está intimamente associado à marca de identificação do oleiro e da geração do oleiro, precisando para tal, de anexar à marca do pai uma outra marca igual, formando assim a sequência de marcas. Porém outras teorias explicam a presença destas marcas como forma de quantificar o número de peças que produziam, riscando ou carimbando o número da fornada a que aquela peça pertencia. Neste sentido Élvio Sousa acredita que as marcas de oleiro registadas nas formas madeirenses possam ter sido indicadoras da exigência do cumprimento do Regimento do Oleiro de D. Manuel, que defendia a extinção das formas grandes e a padronização da forma média.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descoberta do sítio arqueológico da Olaria da Mata da Machada, veio preencher no estudo da história do açúcar, um espaço que até à data da sua descoberta se encontrava pouco conhecido.

Integrado no complexo industrial da margem sul e com base nos dados arqueológicos disponíveis, a olaria da Mata da Machada em conjunto com outras olarias na proximidade, parecem ter assegurado a exportação de formas de pão-de-açùcar para os centros açucareiros insulares durante o século XV e XVI.

O estudo cerâmico deu a conhecer um claro predomínio do tipo I em detrimento do tipo II e III e IV. Esta realidade pode estar relacionada com as primeiras tentativas de estabelecer o Regimento do Oleiro de D. Manuel e, assim cessar a produção de formas tipo II e padronizar a morfologia das formas tipo I. A identificação de uma forma mais pequena, revela-nos uma possível produção em pequena escala ou mesmo doméstica.

A análise macroscópica das pastas, levou-nos a questionar a opção primordial dos oleiros por um fabrico, que segundo a nossa análise, era o mais débil, podendo esta escolha condenado a produção oleira da Mata

da Machada, levando-a ao seu encerramento.
Os dados resultantes da escavação e o volume de formas de pão-de-açúcar recolhidas refletem uma olaria que teve uma participação activa no abastecimento das colónias insulares. Contudo os dados que possuímos neste momento não são os suficientes para desvendar algumas das problemáticas que este sítio demonstra.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV, Ria de Aveiro A e da Ria de Aveiro B: Aproximação tipológica preliminar. *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval,* Tondela (22 a 25 de Março de 1995). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 185-210.

BAZZANA, A. (1979) – *Céramiques médiévales: Les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne Orientale.* In *Melanges de la Casa de Velazquez (Separata)*, Paris: Difusion e de Boccard, Tomo XV, p. 135-185.

BELFET, H. e FAUVET-BERTHELOT, M.-F. (1983) – *Pour la Normalization de la Description des Poteries*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, p. 7, 29-35, 45-81, 85-91.

CARDOSO, G. e GONZÁLEZ, A. (2006) – As Formas de Pão-de-Açúcar da Olaria de S. António da Charneca, Barreiro In *Mesa Redonda "A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna".* Funchal: C.E.H.A, , nº1, p. 34-45.

CARMONA, R. e SANTOS, C. (2005) – *Olaria da Mata da Machada – Cerâmicas dos séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

COELHO, I. P. (2009) – A cerâmica do sítio arqueológico Ria de Aveiro B-C: tipologias e significado histórico-cultural. *Actas do colóquio Octávio Lixa Felgueiras. Arquitecto de Culturas Marítimas.* Ílhavo: Câmara Municipal de Ílhavo e Ancora Editora, p. 163-186.

LEAL, A. de S. (1998) – *O Barreiro e a Expansão Portuguesa, Imagens do Concelho dos Sécs. XV a XVII* (coord. José Guerra Soares), Câmara Municipal do Barreiro.

LOURENÇO, S. e BUGALHÃO, J. (2006) – As Formas de Pão de Açúcar da Ilha da Berlenga In *Mesa Redonda "A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna"*. Funchal: C.E.H.A, nº1, p. 48-61.

MORGADO, P. J. (2009)– A cerâmica do açúcar em Aveiro na Época Moderna. *Revista Patrimónios*. Aveiro: ADERAV (Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro), nº 7, II série, , p. 117-142.

NUNES, N. (2006) – A Terminologia da Cerâmica do Açúcar de Cana. In *Mesa Redonda "A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna"*. Funchal: C.E.H.A, nº1, p. 64-69.

PAULO, E. de M. e GUINOTE, P. (2000) – *A Banda d' Alem do Tejo na Historia.* Roteiro História da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao Fim do Antigo Regime. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação, para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 10-103.

SOUSA, E. D. M. (2006) – A Cerâmica do Açúcar das Cidades de Machico e do Funchal. Dados Históricos e Arqueológicos para a Investigação da Tecnologia e da Produção Açucareira em Portugal. In *Mesa Redonda "A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna"*. Funchal: C.E.H.A, , n.º1, p. 10-31.

TORRES, C. (1991) – A arqueologia Medieval e a Historiografia portuguesa nos últimos anos. *Actas do Congresso A cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental (16-22 de Novembro, 1987, Lisboa).* Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola, p. 15 e 16.

TORRES, C. (1991) – A indústria do açúcar nos alvores da expansão atlântica portuguesa. *Actas del segundo Seminario Internacional La Caña de Azúcar en el Mediterráneo (Motril, 17-21 Septiembre, 1990).* Motril: Diputacíon Provincial de Granada, p. 183-206.

TORRES, C. – *Relatório de Escavação da Olaria da Mata da Machada*, Processo nº 80/1 (115) CNS 264; relativo aos anos 1981, 1982, 1984, 1985, 1985.

TORRES, C. (1990) – Um Forno cerâmico dos séculos XV e XVI, na cintura industrial de Lisboa. *Colloque Fours de Potiers et Testares Médièvaux en Mediterranée occidentale: Métodes et Résultats (Madrid, 8-10 Janvier, 1987).* Madrid: Publications de la Casa de Velázquez, série Archeológie XIII, p. 131-141.

TORRES, C. (s.d.) – *Um Forno Cerâmico dos séculos XVI e XVII na cintura industrial de Lisboa*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

A CERÂMICA MODERNA DO CASTELO DE SÃO JORGE

PRODUÇÃO LOCAL DE CERÂMICA COMUM, PINTADA A BRANCO, MOLDADA E VIDRADA E DE FAIANÇA

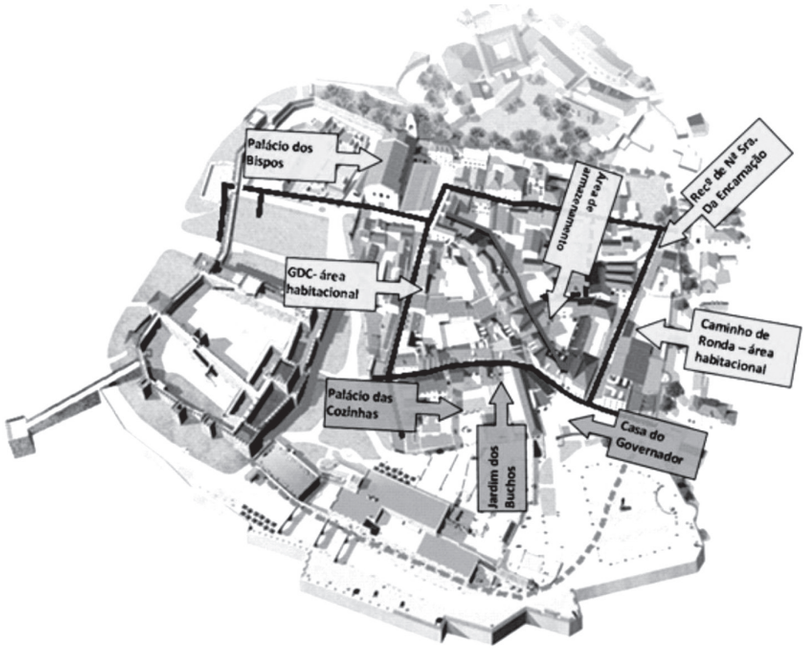
ALEXANDRA GASPAR E ANA GOMES Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

RESUMO Este trabalho tem como objectivo uma apresentação das produções cerâmicas de época moderna que ocorrem na alcáçova do Castelo de S. Jorge, em Lisboa.
Estas cerâmicas surgem em contextos associados a "casas nobres" e áreas de lixeiras de época.
As produções modernas aqui identificadas resultam da produção local de cerâmica comum, pintada a branco, moldada e vidrada e de faiança. Com excepção desta última, as restantes parecem corresponder a um único fabrico muito característico nas produções de Lisboa. Nas cerâmicas importadas destacam-se as produções valencianas de loiça dourada e azul e dourada, presente na alcáçova desde o século XIV, cujas importações se reforçam nos séculos XV e XVI a que se irão juntar as produções italianas de majólica desde meados do século XVI.

PALAVRAS CHAVE Cerâmicas modernas, Castelo de São Jorge

Pretende-se apresentar as produções cerâmicas de época moderna que ocorrem nas escavações arqueológicas na alcáçova do Castelo de S. Jorge.
Nesta época o espaço da alcáçova apresenta muitas semelhanças com a Idade Média (fig. 1). Mantêm-se as quatro portas de entrada/saída da alcáçova, as quais, com excepção da Porta da Traição, localizada a ocidente do Castelejo, estão ligadas a dois grandes eixos viários – a actual Rua de Sta. Cruz e a Rua do Recolhimento. A localização das áreas públicas mantém-se – a zona do Paço Real, do Castelejo, na zona oeste, a Igreja e o Palácio dos Bispos na zona oriental, e a zona de armazenamento, na zona habitacional. Outros equipamentos são apenas referidos na documentação,

1. Planta da Alcáçova do Castelo de S. Jorge em Época Moderna (proposta).



2. Planta de localização da Alcáçova do Castelo de S. Jorge.

desconhecendo-se a sua localização exacta, como é o caso da Chancelaria do Rei, da Albergaria ou das Cavalariças da Rainha.

De modo geral estas cerâmicas surgem associadas a contextos de Palácios, referenciados na documentação, e em áreas de lixeiras (fig. 2). Daqueles destaca-se a Casa do Governador que no século XV deveria fazer parte integrante do Paço da Alcáçova. As escavações arqueológicas realizadas no âmbito do projecto de recuperação deste imóvel, permitiram identificar um silo de grandes dimensões, depois utilizado como fossa, com um enchimento muito uniforme (Gaspar, 2009). Das cerâmicas exumadas destaca-se o predomínio das produções locais e o facto de no conjunto das produções estarem ausentes as faianças e as cerâmicas importadas de Itália. O edifício actual do Palácio das Cozinhas foi construído sobre as ruínas do primitivo palácio que também estava integrado no conjunto que formava o paço da alcáçova; no decorrer das obras de recuperação foram identificados vários compartimentos contemporâneos deste período. Um outro palácio – o dos Duques de Aveiro, localizava-se na Rua do Recolhimento; aqui foi identificada uma cisterna e um conjunto de materiais de época moderna; este espaço, no século XVII, passa a fazer parte do Hospital dos Soldados. O Palácio localizado na Praça Nova, no extremo NE da alcáçova, foi primitivamente Paço dos Bispos, depois dos Condes de Santiago, tendo sido sucessivamente habitado desde o século XIII até ao terramoto de 1755. Também neste edifício e em contextos de ocupação surgem alguns exemplares de produções de cerâmica moderna; destaca-se, no entanto, um contexto de aterro relacionado com as obras da DGEMN, em que surge grande quantidade de cerâmicas modernas, locais e importadas, misturadas com cerâmicas de várias épocas – desde a Idade do Ferro até ao século XX.

Na Rua das Flores escavou-se o edifício do Grupo Desportivo do Castelo (GDC) onde se identificaram estas produções em contextos habitacionais do século XVI onde ocorrem, para além das cerâmicas comuns, faianças e majólicas.

No Beco do Forno e no Beco do Recolhimento localiza-se uma grande área de armazenagem da alcáçova utilizada desde o período islâmico até à época moderna. Dos cerca de 40 silos escavados, parte foram reutilizados como fossas em época moderna fornecendo peças das diferentes produções (Gomes, 2009).

As produções que ocorrem no Castelo de S. Jorge distribuem-se pelas várias produções locais e as importadas. As cerâmicas fabricadas localmente incluem várias produções – a cerâmica comum que é predominante, as cerâmicas pintadas a branco, a cerâmica moldada, a cerâmica vidrada a verde e melado, a cerâmica esmaltada e as faianças; o conjunto das cerâmicas importadas inclui as produções valencianas e as majólicas italianas.

Estas cerâmicas ilustram os vários serviços de mesa, de cozinha, de armazenamento, de iluminação, bem como outros equipamentos de apoio como os almofarizes ou fogareiros.

3. Cerâmica comum.

1. CERÂMICAS DE PRODUÇÃO LOCAL

Cerâmica comum (fig. 3)

Da análise macroscópica foi definida uma única pasta de cor beige com tonalidades mais claras ou mais escuras, sendo por vezes avermelhadas (M35, L25, P25); a pasta é mediamente a pouco dura, de aspecto laminar, com abundantes quartzos de diferentes calibres dispostos com uma certa regularidade, com raros grãos ferruginosos dispersos e alguma moscovite. As quantidades idênticas de argila e de elementos não plásticos constituem a sua característica mais típica que a nível macroscópico nos permite identificá-la claramente.

Os acabamentos destas peças são pouco variados. A quase totalidade das formas apresenta um engobe de cores que variam entre o rosado, laranja, o avermelhado e castanho claro (N15, P17, M15, M25) podendo ser alisadas ou polidas. Este tipo de acabamento está relacionado com a morfologia. Assim as formas de armazenamento e as formas abertas de mesa e de cozinha apresentam-se sempre polidas e as formas fechadas, apenas algumas, maioritariamente de mesa, são polidas.

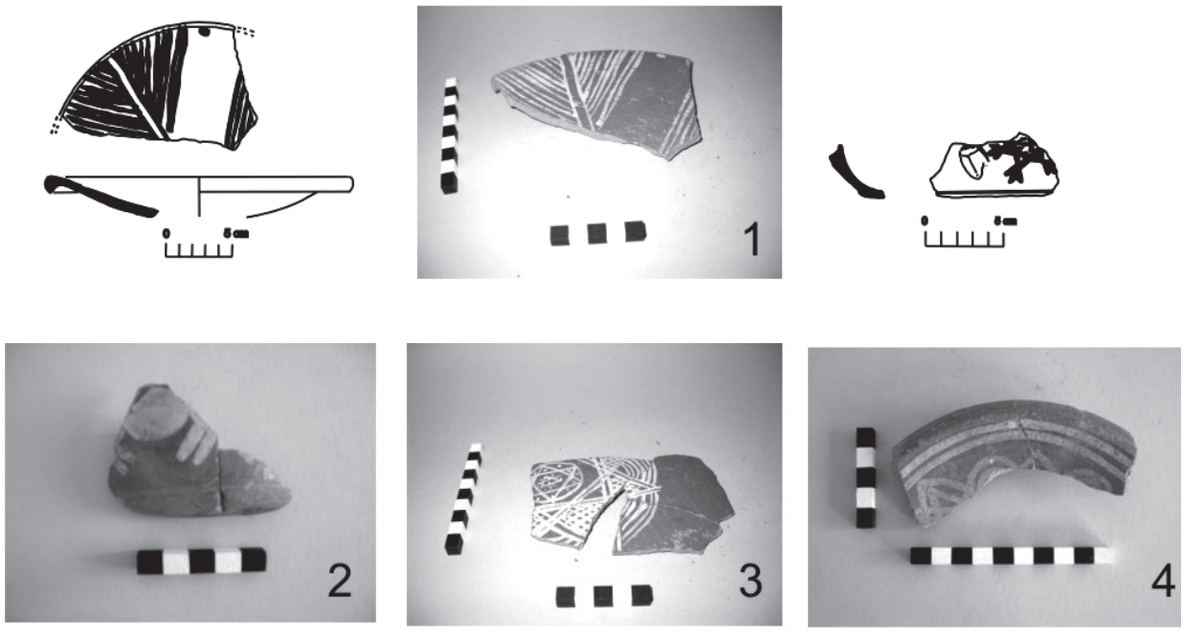
Pode-se assim apontar como característica a homogeneidade de produção.

Estas cerâmicas foram analisadas quimicamente por activação de neutrões (AAN) realizadas no Instituto Tecnológico Nuclear (ITN) (Prudêncio,2009). As amostras incluíram vários recipientes de cerâmica comum, cerâmica pintada a branco e cerâmica moldada. Os resultados mostraram grande afinidade entre todas as amostras analisadas confirmando-se quimicamente a hipótese de se tratar de uma única pasta. Relativamente à proveniência, e resultado do cruzamento de dados com as análises realizadas para outros conjuntos, nomeadamente as cerâmicas do período islâmico, confirmam a ausência de continuidade de utilização dos fornos da baixa e zona ribeirinha, tendo-se recorrido a matérias-primas diversas. Assiste-se assim, e a partir do século XIV a, por um lado a diferenciação na estratégia de exploração de recursos com a utilização de novos barreiros e, por outro, a uma mudança da localização dos fornos. A localização destes fornos poderia ser o bairro da mouraria onde a documentação refere a existência de fornos.

As formas são muito variadas e incluem-se nos serviços de mesa – canecas, pucarinhos, infusas, jarros, bilhas, pratos e tigelas e taças; no serviço de cozinha – panelas, tachos, caçarolas, pote de duas asas, testos, frigideiras, almofarizes, fogareiros, serviço de armazenamento – talhas e cântaros, e as típicas candeias de câmara aberta para a iluminação e ainda outras formas como os copos de medida, os alguidares, um suporte tripé, os vasos de noite ou camareiros.

Do ponto de vista decorativo ressalta a ausência de decorações – cerca de 90% das peças não são decoradas. As caneluras e as incisões são as mais utilizadas, recorrendo-se raramente a molduras e impressões de dígitos.

Este conjunto de peças provém maioritariamente do silo da Casa do Governador onde foram exumadas grandes quantidades desta cerâmica comum, bem preservada, o que permitiu a caracterização desta produção. Desta lixeira provêm também peças de



4. Cerâmica pintada.

produção valenciana - loiças douradas e azuis e douradas. Das produções locais registam-se os vidrados a verde, melado, verde e melado e a cerâmica pintada a branco. As faianças e as cerâmicas esmaltadas estão ausentes deste conjunto. As moedas mais recentes são ceitis de D. Afonso V. O conjunto de materiais aí encontrados permitiu propor uma cronologia do século XV/primeira metade do XVI.

Algumas das formas deste conjunto existiam já no século XIII e no século XIV. As outras poderão ser consideradas como típicas do século XV podendo a sua produção ter-se estendido ao século XVI. Dentro das cerâmicas de mesa destaca-se a forma 1 dos pucarinhos de duas asas com pé de bolacha identificada em níveis da 2.ª metade do século XII/XIII do Castelo de S. Jorge (Gomes, 2005), em níveis do século XIV também no Castelo (Gomes, 2009) e num conjunto de cerâmicas encontradas na baixa da cidade (Gaspar, 1997). Nas formas de cozinha poderemos assinalar a diversidade de panelas já verificada em épocas anteriores, a forma 1 dos tachos já identificada no século XIV (Gaspar, 1997), os testos de botão de preensão central, sobretudo os de barbela, existentes no século XIII (Gomes, 2005) e XIV (Gaspar, 1997). As candeias da forma 1 são também formas já produzidas no século XII/XIII (Gomes, 2005) no século XIV (Gaspar, 1997) e os cântaros no século XIV (Gaspar, 1997). Pode ainda referir-se que no século XIV foram encontrados os mesmos grafitos aqui apresentados, mas em jarros – apresentando estes também os bordos cortados, post-cozedura (Gaspar, 1997).

Estas cerâmicas são comuns em Lisboa e na sua região. Uma vez que esta produção de cerâmicas comuns locais já se encontra publicada, remetemos para esse artigo. (Gaspar, *et al*, 2009)

Cerâmicas pintadas a branco (fig. 4)

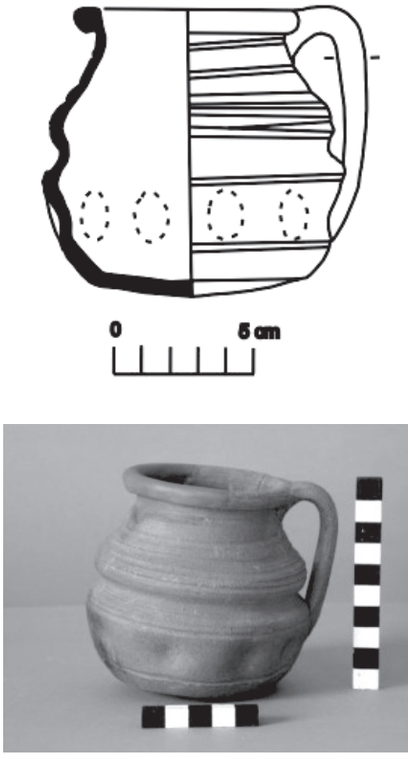
Uma das produções locais característica desta época em Lisboa é a das cerâmicas pintadas a branco. Embora não se tenha encontrado em grandes quantidades e o seu estado seja fragmentário, é uma produção facilmente identificável.

A pasta utilizada nestas cerâmicas é a mesma das cerâmicas comuns, com as paredes engobadas a laranja avermelhado e polidas embora as formas fechadas não sejam engobadas internamente. A pintura é feita a branco.

As formas são pouco variadas mas incluem-se todas no serviço de mesa, com formas abertas – pratos e tigelas, e fechadas – potinhos e copos. Os pratos são rasos, de paredes rectas muito esvasadas e as tigelas são hemisféricas; as formas fechadas encontram-se mais fragmentadas mas foi possível identificar colos verticais de lábio simples e fundos de potinhos com arranque de asa.

Os motivos decorativos, pintados a branco, consistem em motivos em espinha (fig. 4.1), linhas paralelas verticais ou oblíquas, estrelas de seis pontas de triângulos entrecruzados, concêntricas que podem ser inseridas em círculos e preenchidas internamente por reticulados (fig. 4.3), reticulados, etc. O interior de

alguns motivos pode ser preenchido a cheio (fig. 4.2), com pontilhado ou com reticulados.
Esta produção foi encontrada maioritariamente na Casa do Governador em contextos do XV/1.ª metade do XVI em que não aparecem cerâmicas esmaltadas e faianças, mas também em silos da área de armazenagem e na área habitacional do Grupo Desportivo do Castelo, em níveis quinhentistas associado a cerâmicas vidradas, esmaltadas e cerâmica dourada de Paterna/Manises.
Propõe-se que a cronologia desta produção se situe entre o século XV/XVI, desaparecendo posteriormente.
As cerâmicas pintadas estão presentes no Castelo no século XIII, nas cerâmicas de transição, associadas ainda à tradição das cerâmicas pintadas islâmicas, sendo produzidas nas olarias da baixa e da zona ribeirinha (Gomes, 2005). No século XIV não existem cerâmicas pintadas e os centros produtores são diferentes. (Prudêncio, 2009)
Só nos séculos XV e XVI voltaremos a encontrar esta produção de cerâmica pintada a branco, com características de fabrico, morfológicas e temáticas decorativas distintas da produção do século XII / XIII.
Esta produção poderá ser encontrada na região da grande Lisboa, embora não esteja ainda estudada.



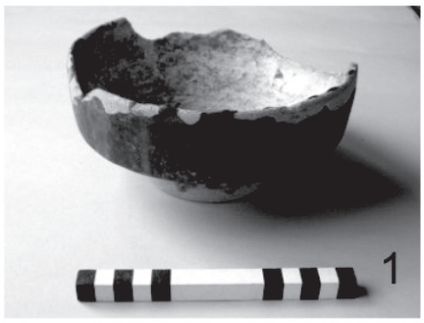
5. Cerâmica moldada.

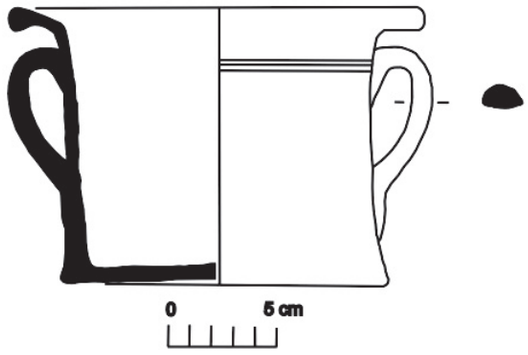
Cerâmica moldada (fig. 5)

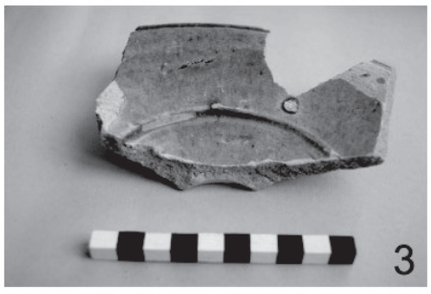
Esta produção é rara nos contextos escavados no Castelo de S. Jorge. No entanto, o exemplar encontrado permite avançar com algumas propostas.
O exemplar encontra-se muito bem preservado apresentando-se apenas fracturado parcialmente no bordo (fig. 5).
A pasta é igual às pastas das cerâmicas comuns e pintada a branco desta época. As análises químicas permitiram concluir que se trata de uma cerâmica local de Lisboa. A parede externa apresenta um engobe de cor vermelha alisada e a parede interna não foi engobada.
A forma encontrada é um pucarinho de uma asa, feito a torno. A peça é dividida em duas partes por uma funda canelura; na parte superior apenas se registam caneluras bem marcadas, irregulares e na parte inferior apresenta uma banda de depressões enquadradas por duas caneluras, também irregulares. Trata-se de uma decoração pouco profusa, que difere dos exemplares posteriores, mas que usa uma das técnicas características desta produção – as depressões.
Este exemplar foi encontrado na Casa do Governador num contexto bem datado propondo-se assim o recuo da cronologia desta produção para o século XV/primeira metade do XVI.
Esta produção tem tido denominações diferentes. Optamos pelo critério de não alterar a designação mais antiga, uma vez que nenhuma das novas denominações é definidora das características da produção.

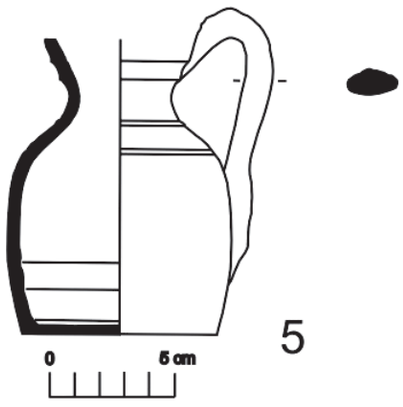
Cerâmica vidrada a verde, melada (fig. 6)

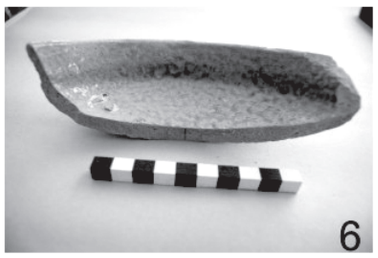
As cerâmicas vidradas são pouco abundantes. As pastas são locais, de cor vermelha ou beige.
As formas vidradas a verde identificadas são variadas correspondendo a alguidares de diferentes dimensões, taça carenada, uma pequena tampa com botão de preensão, um vaso de noite – camareiro.
Destas destaca-se uma taça carenada com pé em anel vidrada a verde exteriormente e a branco na parede interna (fig. 6.1). Esta peça corresponde à descrição de uma tigela, integrada no Grupo E de Barreira (1998, p. 152) referida como uma peça rara. O nosso exemplar foi encontrado no Palácio do Governador, num contexto datado do século XV/inícios do XVI, onde não estão presentes faianças.
O vaso de noite ou camareiro (fig. 6.2) apresenta-se vidrado a verde na parede externa e a melado na parede interna. Um fundo em anel, de uma forma aberta apresenta a mesma combinação de vidrados.
As formas das cerâmicas meladas/castanho correspondem a uma bilha de colo estreito (fig. 6.4), jarro de asa soerguida (fig. 6.5), bordo de pequeno cântaro, tigelas de carena alta (fig. 6.6), prato de fundo em ônfalo demarcado internamente por filete relevado (fig. 6.3).
Destes exemplares destaca-se a bilha de colo estreito vidrada a castanho, por se encontrar bem conservada e











6. Cerâmica vidrada.

pelo contexto onde foi encontrada – Casa do Governador; esta forma é semelhante a uma publicada por Gomes (1996, fig. 24). O jarro de asa soerguida apresenta um vidrado a castanho e verde; a pasta parece local. A tigela de carena alta, e o prato de fundo sublinhado por filete relevado apresentam características formais registadas em exemplares publicados por Gomes (1996, p. 154); as características deste último caso são apresentadas como sinal de antiguidade.
Alguns destes exemplares provêm do Palácio do Governador associados a vidrados melados, a cerâmicas de Paterna/Manises – dourada e azul e dourada e onde não se encontraram faianças; outros apareceram associados a faianças e cerâmicas esmaltadas a branco.
No Castelo, nos níveis do século XIV também surgem formas vidradas a verde, após um interregno do século XIII, em que estes vidrados praticamente desaparecem.

Cerâmica esmaltada a branco (fig. 7)

As cerâmicas esmaltadas a branco, loiça dita malagueira, não são muito abundantes.
As pastas são todas idênticas apresentando uma cor que varia do branco amarelado, ao beige, por vezes rosado, mediamente granulosa apresentando alguns vacúolos alongados, com raros quartzos e grãos carbonatos dispersos e alguns grãos ferruginosos. Os vidrados são mates e apresentam craquelés.
As formas cingem-se às tigelas carenadas (fig. 7.1) e hemisféricas, por vezes com asas polilobuladas e aos pratos de fundo em ônfalo (fig. 7.2).
Foram encontrados em diferentes contextos do século XVI associados a faianças, vidrados a verde e melados, importações de Paterna/Manises. Alguns exemplares aparecem associados a majólicas.
Pelas suas características e pelos contextos em que foram encontrados as peças desta produção deverão situar-se no século XVI.

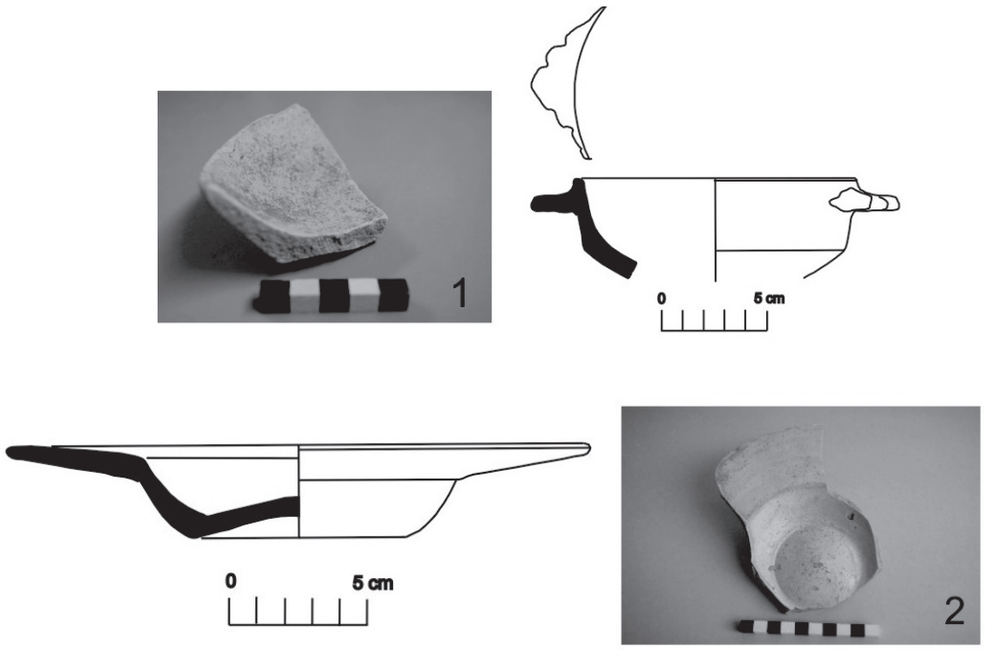
Faianças (fig. 8)

As faianças encontradas no Castelo constituem uma produção muito uniforme.
As pastas são idênticas às da cerâmica esmaltada a branco, devendo corresponder às produções das olarias de Lisboa. O vidrado de cor branco é mate e apresenta frequentemente craquelés, sendo pintado a azul.
O reportório formal é pouco variado limitando-se a pratos, muitas vezes com ônfalos e tigelas hemisféricas ou carenadas. A maioria dos exemplares apresenta o fundo em ônfalo, aparecendo algumas tigelas carenadas com pé em anel.
Os motivos decorativos, pintados a azul, são muito simples. Podem limitar-se a linhas simples ou duplas a delinear o fundo e o bordo (fig. 8.1), motivos geométricos (fig. 8.2), motivos florais estilizados (figs. 8.3 e 4); uma tigela apresenta um motivo floral que se desenvolve em toda a parede interna (fig. 8.5), diferindo dos outros exemplares que normalmente só são decorados no fundo.
Estas peças apareceram em diferentes contextos do século XVI, associados a cerâmicas esmaltadas a branco, a vidrados a verde, melados, importações de Paterna/Manises. Alguns exemplares aparecem associados a majólicas.
Pelas suas características e pelos contextos em que foram encontrados as peças desta produção deverão situar-se no século XVI.

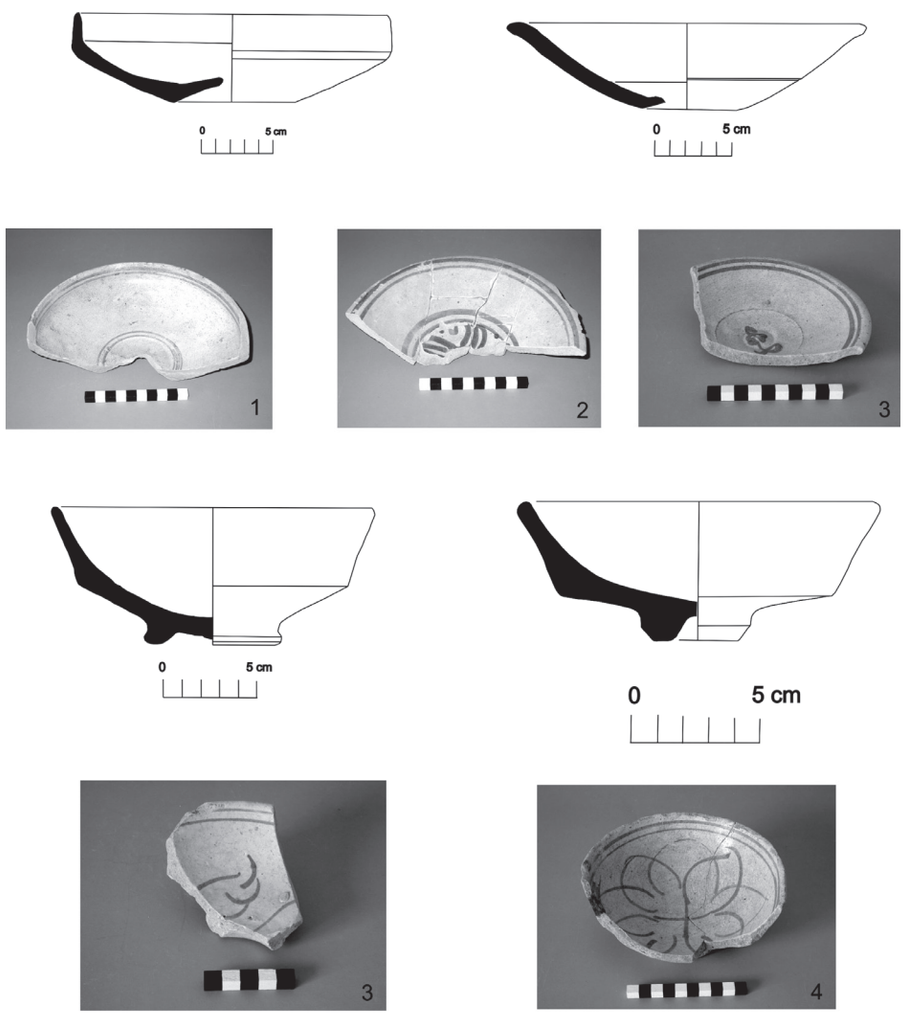
2. CERÂMICAS IMPORTADAS

Paterna / Manises (fig. 9)

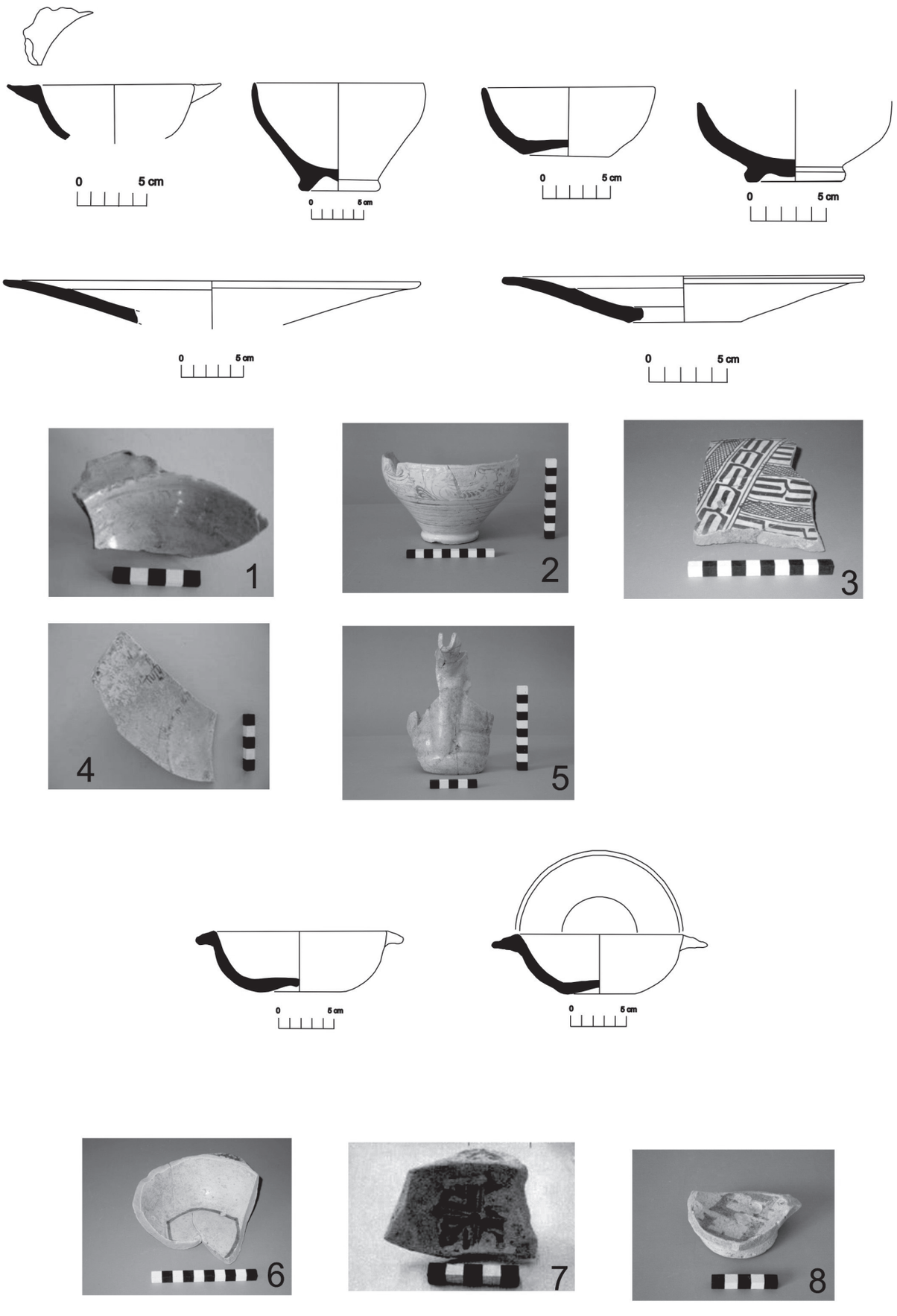
As loiças importadas da região valenciana (Paterna/Manises) aparecem agora em maior quantidade do que se encontrou, no Castelo, no século XIV. As produções identificadas são a de loiça dourada e azul e dourada.
As peças integram-se no serviço de mesa com formas abertas - que incluem tigelas, por vezes com pegas polilobuladas e pratos – e fechadas que incluem um jarro e alguns pequenos fragmentos de colos de formas indeterminadas.
Os motivos decorativos são variados estando identificados os epigráficos, pseudo-heráldicos, acicates, folhas de cardo, "*solfas*", rosas góticas e letra gótica.
A **loiça dourada** inclui peças exclusivamente do serviço de mesa com uma maioria de formas abertas com predomínio das tigelas de diferentes dimensões, por vezes com asas polilobuladas, alguns pratos e um jarro.
Algumas peças encontram-se muito bem preservadas sendo possível observar a sua decoração, interna e externa; outras permitem apenas leituras parciais.
Foi identificado numa tigela de pequenas dimensões, com asas polilobuladas, uma decoração epigrafada disposta na parede interna (fig. 9.1). Uma outra tigela decorada com folhas de cardo (fig. 9.2) encontra-se muito bem preservada e vem de um contexto de inícios do XVI. Uma tigela é decorada no exterior com estrelas de cinco pontas.
Outras tigelas mais fragmentadas apresentam no fundo em ônfalo, externo, uma estrela de cinco pontas, em dourado e noutra, também na parede externa, estrelas inscritas em círculo.
Um fragmento de prato de grandes dimensões apresenta uma decoração de acicates (fig. 9.3) na parede interna e de estrelas inscritas em círculo na parede



7. Cerâmica esmaltada.



8. Cerâmica faiança.



9. Cerâmica de Paterna/ Manisses: dourada (1 a 5) e azul e dourado (6 a 8).

externa. Um outro prato de menores dimensões apresenta uma decoração mais simples de "*solfas*" (fig. 9.4) que preenchem toda a parede interna e externa. Um outro é apenas decorado na parede externa com estrelas inseridas em círculos.
O jarro de corpo decorado com meias canas salientes e com bico bem demarcado apresenta igualmente uma decoração de "*solfas*" (fig. 9.5).
A loiça dourada aparece em zonas de lixeiras à excepção da tigela decorada com folhas de cardo que provém do Palácio dos Duques de Aveiro de um nível de época moderna.
O Palácio do Governador forneceu a maioria dos exemplares identificados – fundo com estrela, prato decorado com acicates e outros fragmentos de tigelas e pratos muito fragmentados.
As formas de **azul e dourada** incluem-se no serviço de mesa – tigelas, pratos e um gargalo
Destaca-se uma tigela com decoração de triângulo a azul, três tigelas com asas polilobuladas, uma, com decoração no fundo pseudo-heráldica (fig. 9.6), uma decorada na parede com rosa gótica (fig. 9.7) e outra toda vidrada a branco com pega com flor de lis, em azul; um fundo é decorado com motivo epigráfico cristão – S gótico (fig. 9.8). Um gargalo foi igualmente decorado com uma rosa gótica. Outros pequenos fragmentos mostram motivos geométricos a azul e com apontamentos a dourado.
Estas peças foram encontradas em contextos de lixeira.
Os motivos decorativos identificados nas importações valencianas integram-se no conjunto de decorações típicas existentes desde finais do século XIV/XV e que se prolongam até ao XVI.
Estas importações foram identificadas, no Castelo, maioritariamente em contextos de lixeiras bem datadas para o período que tratamos. Apenas a tigela de loiça dourada poderá ser associada ao Palácio dos Duques de Aveiro.
A maior parte da produção valenciana provém do Palácio do Governador de um contexto do século XV/primeira metade do XVI. Aqui foram encontradas loiças douradas, azuis e douradas. Os motivos das peças aí encontradas inclui os acicates, as estrelas, as rosas góticas. As cerâmicas locais comuns predominam estando também presentes os vidrados; as cerâmicas esmaltadas e faianças estão ausentes deste contexto.
Na zona de armazenagem do Castelo foi identificado, no silo 1, fragmentos de loiça dourada, azul e dourada decorada com triângulo azul e outro com rosa gótica.
De produção local foram exumados, para além da cerâmica comum, predominante, alguns vidrados a verde, cerâmica esmaltada, faianças azuis e brancas e cerâmica pintada a branco.

No Castelo foram encontrados alguns exemplares desta produção do século XIV de que se salienta um prato a azul claro e dourado com a representação de uma árvore da vida. Durante o século XV estas importações vão aumentar (Gomes, 2005).

2.2 Majólicas (fig. 10)

Encontraram-se nas intervenções arqueológicas no Castelo algumas majólicas importadas de Itália. O centro produtor mais representado é Montelupo, verificando-se também a presença, embora de forma residual, da Ligúria e de Faenza. Na generalidade as cerâmicas encontram-se muito fragmentadas não permitindo a visualização da decoração total da peça.
Os produtos vindos de **Montelupo** caracterizam-se pela profusão decorativa, integrando-se maioritariamente na produção geométrica polícroma, onde ressaltam a combinação de diferentes cores vivas. As formas integram-se todas no serviço de mesa e correspondem a pratos rasos ou pratos fundos; alguns pequenos fragmentos, pelo diâmetro do fundo poderiam corresponder a pratos ou tigelas de pequenas dimensões.

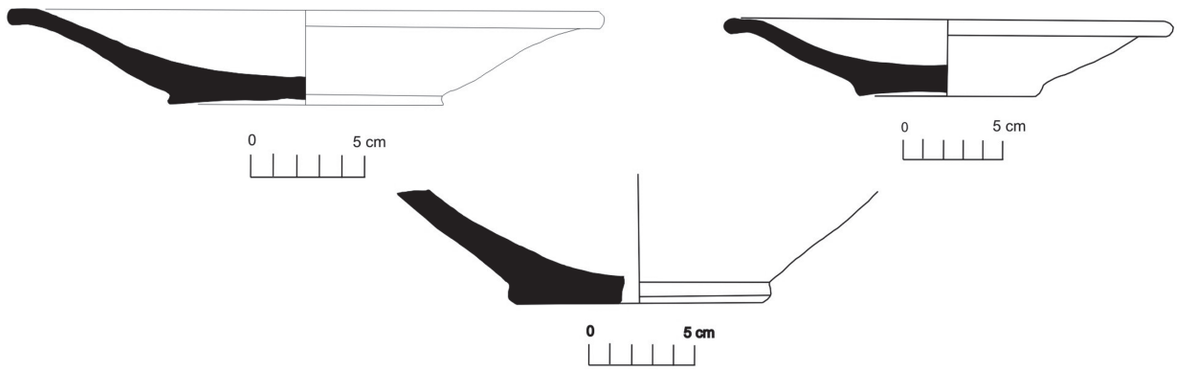
2.2.1 Produção geométrica polícroma

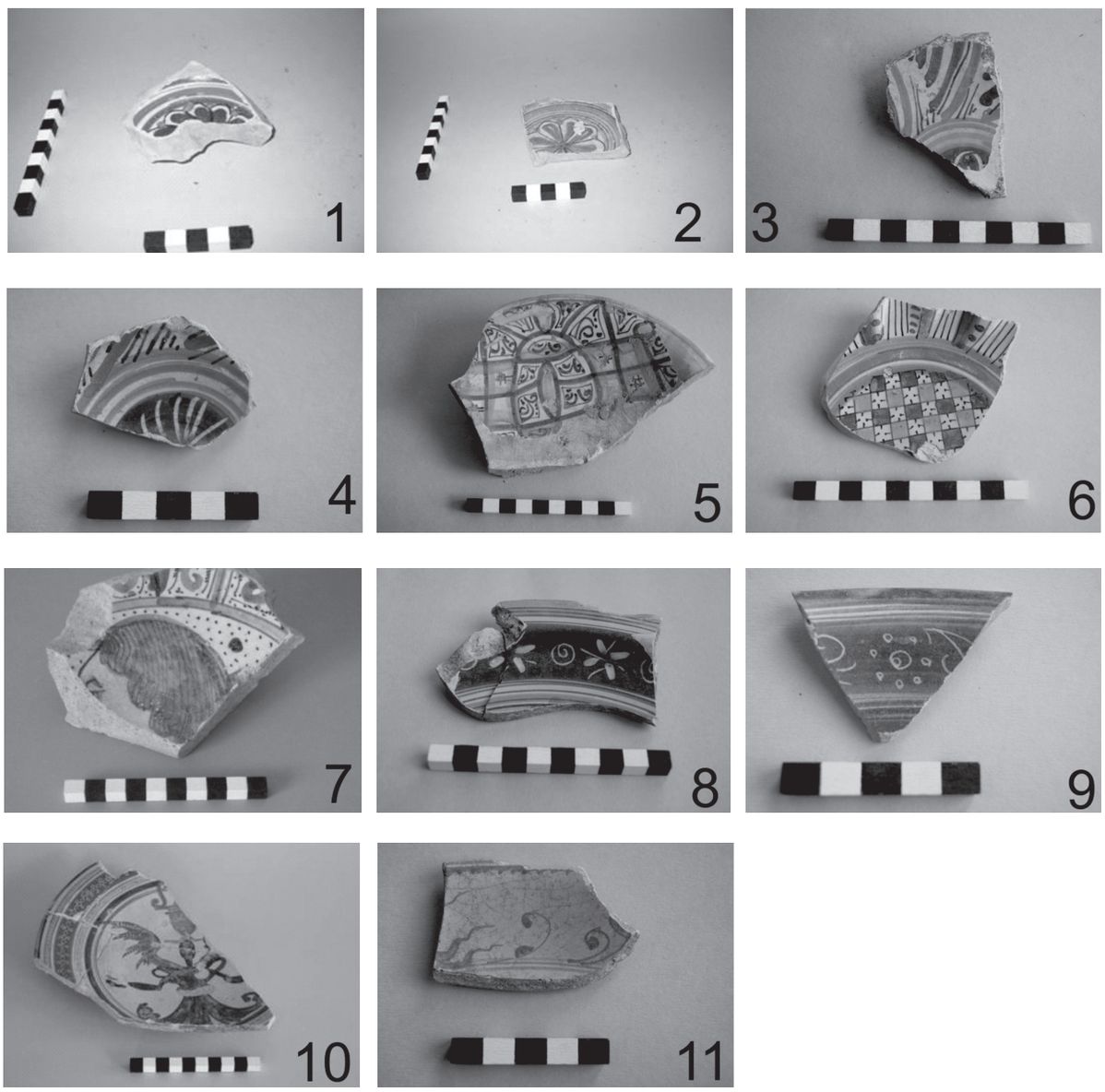
É a mais comum no conjunto dos exemplares encontrados no Castelo.

Rombi e ovali
Esta decoração apresenta muitas vezes um fundo decorado com flores centrais. No Castelo apenas foram encontrados dois fundos com este motivo floral (figs. 10.1 e 2), embora o seu estado fragmentário não permita a identificação da decoração típica dos *rombi*. Um outro exemplar com fundo de prato decorado em *scacchiera policroma* parece ter sido decorado na parede com este motivo.
Um destes exemplares provém do Palácio das Cozinhas de níveis do século XVI.
Este tipo de decoração existe no século XVI e também no século XVII.

Nastri spezzati
Foi apenas identificado um bordo de um prato com a decoração típica de duas fitas em linha quebrada em azul com apontamentos em amarelo forte delineando uma flor estilizada.
Este exemplar foi encontrado em níveis superficiais.
A cronologia atribuída é século XVII.

Spirali e monticelli
Existem apenas dois fundos, bastante fragmentados,





10. Cerâmica majólica.

com as espirais em laranja; num dos fundos, com pé em anel, provavelmente de uma tigela, é ainda visível o que poderia ser um motivo central em *girandola* – fundo azul decorado a branco (figs. 10.3 e 4).
Estes exemplares provêm de níveis revolvidos.
Este tipo de decoração é comum na segunda metade do século XVI; um exemplar, com o mesmo motivo central, foi encontrado em níveis da primeira metade do século XVII, em Barcelona. (Heredia Bercero, 2010, p.20).

Losanghe ou nodi orientali
Um prato raso (fig. 10.5) apresenta esta decoração nos tons azuis típicos formando losangos e curvas, pontuados de pontos amarelos, típicos de Montelupo, que preenchem toda a zona do prato. A parede exterior é decorada com linhas concêntricas paralelas pintadas. Um pequeno fragmento de aba de prato com a mesma decoração apresenta o lábio sublinhado a amarelo.
Este exemplar provém de níveis do século XVIII mas esta decoração foi encontrada em níveis do século XVI e XVII, em Barcelona (Heredia Bercero, 2010, p. 20).

Scacchiera policroma
Foram identificados três fundos de pratos (figura 10.6) com este motivo decorativo. Um deles ainda apresenta o arranque de parede ondulada fazendo lembrar algumas formas de pé alto com paredes facetadas designada por *crespina.* A decoração do fundo é formada por pequenos quadrados dispostos como um tabuleiro de xadrez em verde, vermelho e branco. Na forma de parede ondulada vislumbra-se um arranque de parede em segmentos radiais em azul/amarelo, verde/vermelho alternando com linhas em azul sobre branco. No terceiro exemplar vislumbra-se a decoração do arranque da parede que poderia ser em *rombi e ovali*.
O prato de parede ondulada provém de níveis do século XVII e os outros exemplares de níveis perturbados.
A cronologia desta decoração é normalmente da primeira metade do século XVII.

Embricazione
Duas abas de prato apresentam este tipo de decoração em tons de laranja delineados a azul.
Estes exemplares provêm de níveis superficiais.
A cronologia desta decoração é da segunda metade do século XVI/XVII.

Produção figurativa polícroma

Foi identificada um único fundo de prato fundo com uma representação de busto de perfil (fig. 10.7) sobre um fundo branco decorado com pontilhado a azul. O limite do fundo é delineado a amarelo, apercebendo-se o início de uma decoração a azul enquadrada com a mesma linha a amarelo.
Este exemplar provém de um contexto moderno no local onde existia o Palácio dos Duques de Aveiro.

Produção floral geométrica policroma

Blu graffito
Os exemplares desta decoração são na generalidade de pequenas dimensões tendo sido identificados alguns bordos de prato. A decoração é típica apresentando decoração de pequenos motivos florais estilizados e geométricos a branco, sobre fundo azul (figs. 10.8 e 9).
O prato mais completo encontrado no Castelo apresenta um bordo decorado com *blu graffito* e o centro do prato com a representação de um candelabro (fig. 10.10).
Este prato e alguns exemplares mais fragmentados foram encontrados em níveis de época moderna.
Do centro de **Ligúria** foram apenas identificados dois pequenos fragmentos, um deles de uma aba de um prato, o outro correspondendo à parede de um prato fundo (fig. 10.11). A decoração de blu berettino, "calligrafico a volute tipo C", apresenta o típico fundo azul claro com volutas e elementos florais estilizados em linhas finas a azul mais escuro.
Estes exemplares foram encontrados em níveis perturbados da Praça Nova.
A cronologia desta decoração é atribuída à segunda metade do século XVI-1.ª metade do XVII.
Do centro de Faenza encontraram-se dois pequenos fragmentos de fundo possivelmente de tigelas. A atribuição destes dois fragmentos ao centro de **Faenza** prende-se com as características desta produção – o vidrado branco, opaco e muito brilhante e a decoração de figura central – peixe(?) e flor – a azul forte e amarelo.
Estes exemplares foram encontrados em níveis modernos e do século XVIII.
Muitos dos exemplares encontrados provêm de níveis superficiais ou perturbados. No entanto, algumas destas majólicas foram exumadas em níveis modernos associados a outras produções típicas desta época como as cerâmicas comuns que aparecem sempre em maior quantidade, cerâmica vidrada a verde ou melado, cerâmica esmaltada a branco, faiança a azul e branco com fundos em ônfalo e loiça dourada de Paterna/Manises.
As majólicas identificadas aparecem associadas a zonas de Palácios existentes no Castelo, como o Palácio dos Duques de Aveiro, o Palácio das Cozinhas, que estava inserido no Paço da Alcáçova, o Palácio dos Condes de Santiago e ainda numa casa localizada na

Rua das Flores. A documentação refere que Gil Lourenço de Miranda, escrivão de D. João III e alcaide-mor de Miranda do Douro, morava nesta rua; no entanto, não se sabe qual seria a sua casa (Andrade, 1954, p. 88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das cerâmicas modernas encontradas no Castelo de S. Jorge em contextos do século XV e XVI incluem cerâmicas locais e importadas.

As produções locais – comuns e vidradas – provêm de dois centros produtores de Lisboa.

As produções locais comuns caracterizam-se pela homogeneidade verificando-se uma tendência para a continuidade e uniformidade dos fabricos, já observados no período anterior, que se reduzem a um único. As formas são variadas cobrindo uma vasta área de serviços – de mesa, cozinha, armazenagem, iluminação que permitem caracterizar os quotidianos desta época. Algumas destas formas vêm em continuidade do século XIV. O conjunto de esmaltadas e faianças presentes na alcáçova é representativo dos exemplares mais antigos desta produção, em Lisboa.

As importações valencianas predominam a partir do século XV/XVI com as produções de dourado e azul e dourado estando presentes os motivos decorativos típicos desta época.

Na segunda metade do século XVI surgem as importações italianas destacando-se Montelupo como centro produtor.

A mudança do Paço Real da alcáçova para o Terreiro do Paço, vai ter consequências no quadro das importações, passando a existir uma realidade distinta entre as produções que ocorrem no Castelo e na zona ribeirinha.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, F. de (1954) – *A freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, Lisboa.

AMIGUES, F. (1995) – La cerámica gótico-mudéjar valenciana y las fuentes de inspiración de sus temas decorativos, *Spanish Medieval Ceramics in Spain and British Isles, Bar International Series, 610,* p. 141-158.

AMIGUES, F. (2002) – Las importaciones de cerâmicas doradas valencianas de los talleres de Paterna em el Languedoc-Rosellon, *La cerâmica de Paterna – Reflejos del Mediterráneo*, Valencia, p. 58-82.

BARREIRA, P.; DÓRDIO P. e TEIXEIRA R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII, *2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, p. 145-184.

CAILLEUX (A.) (S/D) – *Notice sur le code des couleurs des sols*, Paris: Boubée.

CARDOSO, G. e RODRIGUES S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas do século XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais, *Arqueologia Medieval*, n.º 6, Porto, p. 193-212.

CARDOSO, G. e RODRIGUES S. (2002) – Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade, em Cascais, *3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Almada, p. 269-288.

DIOGO, A.M. e DIAS, L. T. (2000) – Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa), *Arqueologia e História*, vol. 52, Lisboa.

DIOGO, A.M. e DIAS, L. T. (2003) – Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na Calçada de S. Lourenço, n.º 17/19 em Lisboa, *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela), Porto, p. 203-213.

DIOGO, A.M. e DIAS, L. T. (2003) – Cerâmicas da intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, n.º 17/19 em Lisboa, *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela), Porto, p. 257-267.

FARINHA, A.L. (1932) – *Notícia Histórica do Bairro das Olarias (Lisboa),* Cucujães.

FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. R. (1998) - Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela, *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, p. 211-255.

GASPAR, A. *et al* (2009) – Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador – Castelo S. Jorge – Lisboa, *VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, Ciudad Real (2006), p. 653-672.

GASPAR, A. e AMARO, A. (1997) – Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa, *La céramique médiévale en Méditerranée, Actes du 6ème Congrès*, Aix-en-Provence, p. 337-345.

GOMES, A. *et al* (2005) – Cerâmicas medievais de Lisboa, continuidades e rupturas, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela.

GOMES, A. *et al* (2009) – Cerâmicas medievais provenientes do Beco do Forno – Castelo de S. Jorge, *VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, Ciudad Real (2006), p. 955-962.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. e CARDOSO, J. L. (1996) – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves durante o século XV, *Xelb,* 3, Silves, p. 33-78.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV a XVI do poço-cisterna de Silves, *Xelb*, 3, p. 143-205.

BERCERO, H.; BELTRAN, J.; MIRÓ, N. e MIRÓ, A. (2010) – *The ceramics trade in Barcelona in the 16th-17th centuries*, Barcelona: Museu d'Historia de Barcelona.

LIBERATO, M. A. A. (2012) – *A cerâmica pintada a branco na Santatém Medieval: uma abordagem diacrónica – séculos XI a XVI*, Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MANGUCCI, A. C. (1996) – Olarias de Louça e azulejo da Freguesia de Santos-o-Velho dos meados do século XVI aos meados do século XVIII, *Al-madan*, II série, n.º 5, p. 155-168.

MESQUIDA, M. (1998) – La produccion alfarera de Paterna en la primera mitaddel siglo XVI, *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela), Porto, p. 267--281.

MESQUIDA, M. (1995) – La cerâmica azul y dorada de Paterna: formas y decoraciones, *1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Post-medieval*, Tondela, p. 97-107.

PRUDÊNCIO, I. *et al* (2009) – Evolução das tecnologias de produção cerâmica dos séculos XI a XVI na cidade de Lisboa, *VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, Ciudad Real (2006), p. 509-514.

RIBEIRO, M. (1991) – Património cerâmico e linguístico português sob influência islâmica, *Congresso Internacional Estudo da Cerâmica Medieval do Mediterrâneo*, Mértola.

SABROSA, A. e SANTO, P. E. (1992) – Almada medieval/ moderna – um projecto de investigação, *Al-Madan*, 1.ª série, 1, Almada, 1992, p. 5-12.

SILVA, R. B. e GUINOTE, P. (1998) – *O quotidiano na Lisboa dos descobrimentos – Roteriro arqueológico e documental dos espaços e objectos*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação par as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SILVA, V. da (1937) – *O Castelo de S. Jorge – Estudo histórico descriptivo*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

TEICHNER, F. (2003) – Dois conjuntos de cerâmicas quinhentistas, provenientes do Convento de São Domingos e do claustro da Igreja de São Francisco em Évora (Alentejo), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 6, número 2, Lisboa, p. 501-520.

DE AVEIRO PARA AS MARGENS DO ATLÂNTICO

A CARGA DO NAVIO RIA DE AVEIRO A E A CIRCULAÇÃO DE CERÂMICA NA ÉPOCA MODERNA

PATRÍCIA CARVALHO **CHAM – FCSH - UNL | UAç | Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia**
JOSÉ BETTENCOURT **CHAM – FCSH - UNL | UAç | Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

RESUMO Em 1992, na Ria de Aveiro, foram descobertos fortuitamente os vestígios de uma embarcação, construída em madeira e datada por radiocarbono de meados do século XV, com uma carga de cerâmica comum. Entre 1996 e 2005 estes vestígios foram parcialmente escavados e recuperados em duas fases de trabalho. A primeira centrou-se na escavação e recuperação da estrutura em madeira e a segunda, iniciada em 2000, ocupou-se do estudo e caracterização da mancha de dispersão da carga do navio.
O bom estado de conservação dos vestígios permitiu abordar temas relacionados com a formação do sítio arqueológico, a estiva a bordo do navio ou a produção de cerâmica comum da região de Aveiro-Ovar.
Nesta comunicação apresentam-se os trabalhos efectuados no sítio e faz-se uma aproximação preliminar ao seu contexto histórico-cultural, nomeadamente no quadro da navegação moderna e na circulação de cerâmica comum de origem portuguesa no Atlântico.

PALAVRAS-CHAVE **Cerâmica comum, Ria de Aveiro, arqueologia subaquática, comércio marítimo**

INTRODUÇÃO

Os vestígios do naufrágio Ria de Aveiro A (RAVA), descobertos em 1992, foram tema de um programa plurianual de investigação entre 1996 e 2005, com o objectivo de proceder ao seu estudo e salvaguarda.
Uma primeira fase centrou-se na escavação do navio, sendo finalizada no terreno em 1999, com a remoção dos vestígios arquitecturais (Alves *et. al.*, 2001a, p. 317--345; Alves *et. al.,* 2001b). Durante esses trabalhos foi ainda recuperada uma vasta colecção de cerâmicas, que correspondia apenas aos níveis depositados no interior ou na imediata periferia da estrutura da embarcação, sobretudo junto à popa (Alves *et. al.*, 1998, p. 185-210; Alves, 1997, p. 85-86), o que justificou a continuidade do projecto, ao revelar a preservação de depósitos significativos da carga em torno do navio.
Uma nova fase de escavação foi iniciada em 2001 pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do programa POCTI (POCTI/ 34922/ HAR/ 2000), e teve a duração de quatro anos, revestindo-se de duas abordagens complementares. Por um lado, procurou-se definir o processo de distribuição da carga a bordo e interpretar as áreas funcionais do navio e, por outro, caracterizar a carga e a cultura material ligada ao funcionamento da embarcação. Este artigo resume os resultados obtidos durante este projecto.

1. LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

O sítio arqueológico RAVA situa-se junto à praia de Biarritz, no canal de Mira (freguesia de São Salvador, concelho de Ílhavo), cerca de 400 m a Sul da ponte da Barra (fig. 1). Quando foi descoberto, caracterizava-se por apresentar uma *mamoa,* na qual eram visíveis os

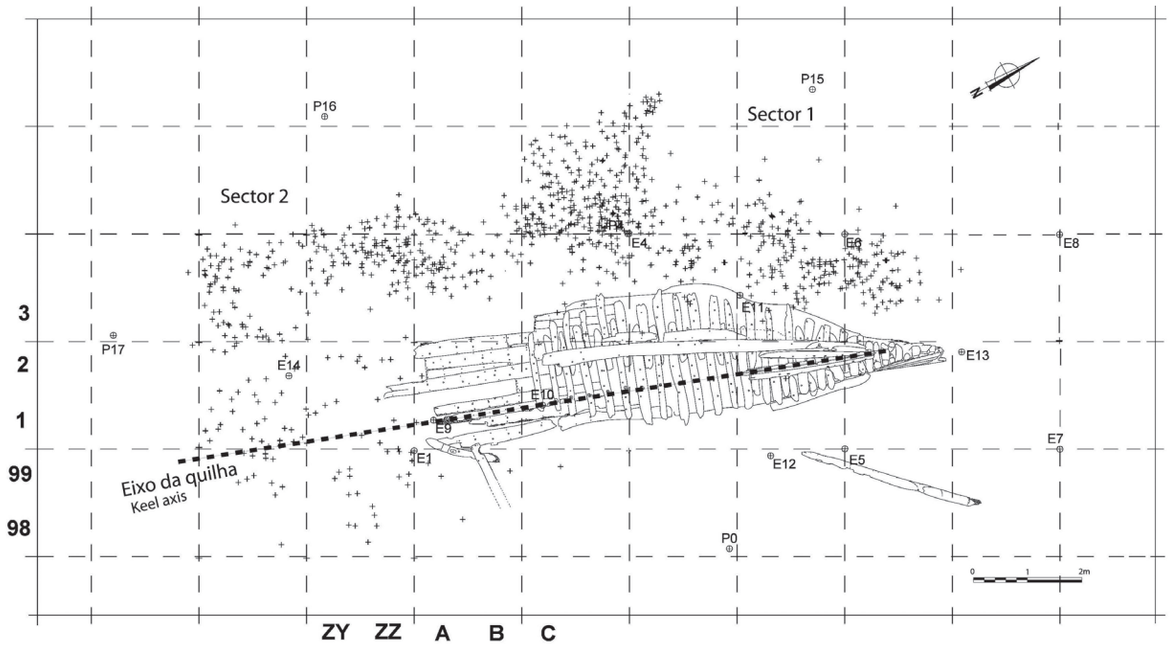
1. Localização do sítio arqueológico RAVA.

topos das cavernas de uma embarcação em madeira e vários objectos de cerâmica na sua imediata periferia.

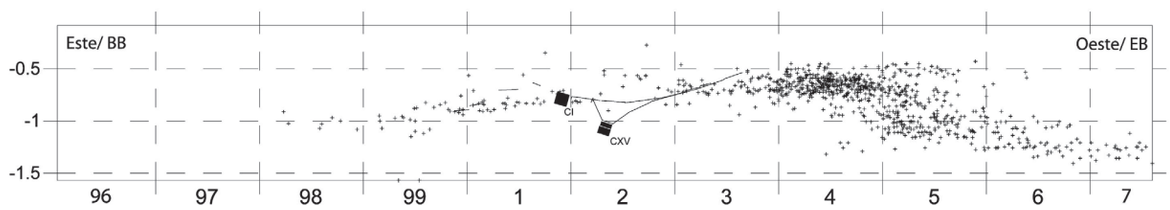
As escavações efectuadas posteriormente revelaram que a parte central dos vestígios era ocupada pela metade de popa do fundo do navio até ao primeiro braço no bordo de estibordo, o melhor preservado. Na análise da distribuição dos artefactos coordenados entre 2000 e 2005 verificou-se que a maior densidade de vestígios se distribuía ao longo desse bordo (eixos 4 e 5 da planta), onde se localizaram depósitos primários da carga (fig. 2). Estes caracterizam-se por apresentarem significativa percentagem de formas completas e em associação, preservadas em sedimentos finos argilosos, que permitiram ainda a conservação de materiais orgânicos. Porém, esta dispersão, na imediata periferiado navio, afastava-se progressivamente do eixo longitudinal da quilha no sentido da proa, da qual não se encontraram, até agora, quaisquer indícios.

Na análise notou-se também um decréscimo na densidade dos vestígios nas unidades do eixo 3, sobretudo no sector 2. Nestes quadrantes, os vestígios, fragmentados, caracterizam-se pela dispersão vertical e horizontal e por se encontrarem maioritariamente preservados em areias. Nestes depósitos, secundários, os materiais orgânicos são escassos e as peças cerâmicas apresentam, por vezes, incrustações calcárias de origem biológica nas superfícies.

Estas observações constituem um importante indício do processo de formação do sítio, pois parecem indicar um processo de erosão dos vestígios que se encontravam nestas áreas. Com efeito, a destruição da estrutura do navio mostra uma orientação de Sul para Norte, no sentido da vazante, quando as correntes são mais fortes. É sobretudo expressiva a posição de alguns elementos deslocados do navio, como por exemplo a caverna V de proa ou a sobrequilha, que foram localizados a Este da carena preservada. Significativo é ainda o facto da extremidade Sul do navio conservar apenas o tabuado, o que também pode ser relacionado com o processo gradual de erosão dos sedimentos argilosos que cobriam esta parte da embarcação e consequente destruição dos níveis e das estruturas que se sobrepunham ao forro exterior. O sítio terá, assim, integrado um ambiente protegido numa primeira fase e outro mais exposto após a



2. Distribuição horizontal dos materiais coordenados entre 2000 e 2005.



3. Distribuição vertical dos materiais coordenados em relação aos perfis das cavernas CI e CXV. Notar a concentração de materiais a Oeste da estrutura, onde a carga foi derramada.

construção da Barra Nova, no início do século XIX (Bettencourt e Carvalho, 2007-2008).

Refira-se, também, que foram documentadas diversas evidências da ocorrência de um incêndio a bordo do navio, que terá levado ao derrame da carga sobre estibordo. Estas são materializadas em cerâmicas deformadas e vitrificadas pelo calor e em carvões vegetais, localizados não só entre os sedimentos que protegiam a carga, como também no interior de alguns artefactos. O derrame da carga e as condições de baixa energia a que estiveram sujeitos os vestígios numa primeira fase explicam a boa preservação dos depósitos arqueológicos. Muitas cerâmicas apareciam empilhadas, como os alguidares e as tigelas, ou arrumadas no interior das peças de maior dimensão, como as talhas ou os cântaros. Dentro das talhas, por exemplo, foram encontrados até ao momento um máximo de 14 púcaros. Registe-se também o acondicionamento de púcaros sobre tigelas ou pratos, de tigelas e púcaros no interior de servidores ou o aparecimento de dois púcaros envoltos num tecido grosseiro, semelhante e serapilheira (Bettencourt e Carvalho, 2007-2008).

4. Acondicionamento de púcaros no interior de uma talha.

2. A CARGA CERÂMICA

2.1 Produção

No sítio RAVA foram identificadas produções de louça vermelha e de louça preta, fabricadas com argilas semelhantes no que diz respeito à composição, textura e fractura. A louça vermelha, cozida num ambiente oxidante, é constituída por peças de tom vermelho-alaranjado (10R 5/8 a 7.5YR 7/6, do catálogo Munsell Soil Color Chart). A louça preta, fabricada em ambiente redutor, produziu peças de tom cinzento e negro, por vezes com evidente brilho metálico (2.5Y 5/1). Muitas das peças apresentam nas superfícies exteriores diferentes tonalidades e mesmo manchas negras resultantes de variações no ambiente e na temperatura de cozedura no forno. Existe também um grupo pouco numeroso com pastas beges (7.5YR 6/3), mas nesta fase não sabemos se corresponde a um fabrico específico ou ao resultado de variações nas condições de cozedura das produções anteriores.

Macroscopicamente, ambas as produções apresentam o mesmo tipo de elementos não plásticos: quartzo e mica, de grão fino a médio, bem distribuídos ao longo da matriz. O tratamento das superfícies consiste sobretudo na aplicação de um engobe ou aguada da mesma cor, mas de tom mais escuro do que o cerne da cerâmica. Esta aplicação surge ainda brunida em linhas verticais e cruzadas, formando nalguns casos motivos geométricos nas formas fechadas (púcaros, bilhas, cântaros e talhas) e linhas concêntricas ou espiraladas nas formas abertas (tigelas e pratos).

A homogeneidade deste conjunto foi comprovada por análises mineralógicas e químicas, que confirmaram também uma variação significativa no ambiente de cozedura (redutora e oxidante) das diferentes amostras (Alves, Castro e Labrincha, 1998). As mesmas análises, a par de outras efectuadas a materiais semelhantes, indicam que estas cerâmicas serão uma produção da região de Aveiro-Ovar (Barreira, Dordio e Teixeira, 1998; Castro, Dordio e Teixeira, 2003 e Sousa 2012, Newstead 2008).

Na verdade, estas produções encontram-se largamente documentadas nesta zona, no sítio Ria de Aveiro B (Alves *et. al.*, 1998; Coelho, 2009) e na área urbana de Aveiro – nomeadamente nas escavações efectuadas no Museu daquela cidade e em recolhas de materiais durante obras na área do antigo Bairro das Olarias (Barreira *et. al.,* 1998, p. 181), entre outros pontos. Paralelamente, a documentação escrita atesta a intensa actividade oleira nesta região desde o século XV, nomeadamente nas povoações de Ovar, Aradas, Ouca e no Bairro das Olarias em Aveiro, com produções diversificadas – cerâmica vermelha e negra, utilitária e de construção (Silva, 1996).

2.2 Tipologia

O desenvolvimento da investigação sobre os vestígios da carga de RAVA identificar novas formas, como jarros

e funis, o que implicou a actualização da anterior tipologia (Alves *et. al.,* 1998). Registaram-se, igualmente, variantes de formas já representadas - tachos, púcaros, cantis, cântaros e talhas (Bettencourt e Carvalho, 2009). O estudo tipológico permitiu, assim, documentar praticamente todas as formas e tipologias de objectos cerâmicos utilizados no quotidiano da época[1]. Com efeito, apesar do carácter multi-funcional de algumas formas, pode dizer-se que as tigelas, os pratos, os púcaros, os jarros e algumas jarras ou bilhas se inserem na categoria de louça de mesa; os alguidares, os tachos e as panelas correspondem a louça de cozinha; os cântaros, as talhas, os cantis e os atanores serviam para armazenamento e transporte de líquidos. Os testos e as bilhas podem ser incluídos nas categorias de louça de mesa, de cozinha ou de armazenamento de líquidos e as talhas, além de contentores para armazenamento, podem ter tido funções decorativas. A higiene pessoal está representada pelos servidores e por alguidares ou bacias. Entre os materiais cerâmicos encontram-se, ainda, alguns exemplares menos comuns e com outras funções: mealheiros e fragmentos de um fogareiro.

2.2.1 *Louça de mesa*

As tigelas são o tipo mais comum (53,51% do total da cerâmica classificada até à data), registando-se três variantes: 1A, 1B/1C1 e 1C2. A forma 1A corresponde ao tipo de menores dimensões e apresenta corpo hemisférico. A forma 1B/1C1 distingue-se da 1A por apresentar carena de perfil mais ou menos curvo. A variante 1C2 tem forma troncocónica, de paredes extrovertidas e carena acusada, e o bordo extrovertido, espessado e aplanado superiormente. A totalidade das tigelas assenta em pé baixo, maioritariamente de perfil indistinto (figs. 5-6).

Estão ainda significativamente representados os pratos (14,64% do total da cerâmica), divididos em duas variantes: 2 e 3. A variante 2 apresenta forma troncocónica de paredes extrovertidas e bordo extrovertido e pendente de secção subtriangular. A forma 3 apresenta corpo troncocónico, com paredes extrovertidas, demarcadas por um profundo estrangulamento no seu volume mediano. A aba é inclinada, com bordo extrovertido e pendente. Ambas as variantes assentam em pé baixo, de perfil indistinto. É possível que a forma 3 tenha sido também utilizada como tampa.

A superfície interna dos pratos, tal como a das tigelas, pode revelar engobe ou aguada de tonalidade vermelha, alaranjada ou castanha, nas peças produzidas com pastas vermelhas ou alaranjadas. Depois de brunida, esta aplicação forma linhas concêntricas ou espiraladas.

As peças de cerâmica preta, resultantes da cozedura em ambiente redutor, oferecem aguadas de tom negro, mais escuro do que a superfície, formando os mesmos motivos de linhas concêntricas ou espiraladas.

Na categoria de louça de mesa (Figs. 5-6) inserem-se os púcaros, outra das formas mais representadas (14,15% do total da cerâmica), com uma grande variedade de decoração e tratamento das superfícies. Até ao momento foram identificadas três variantes (7A/7B, 21, 22). A variante mais comum, forma 7A/B, exibe corpo globular, colo troncocónico de paredes extrovertidas e, uma asa vertical de secção subcircular, que arranca do bordo e termina a meio do bojo, e um pé em bolacha. A forma 21 apresenta corpo globular com profunda canelura horizontal no bojo, colo troncocónico de paredes extrovertidas e base plana. Em ambas, a superfície externa pode oferecer aguada de tonalidade mais escura do que o cerne que, depois de brunida, forma uma temática decorativa diversificada no bojo: linhas verticais ou oblíquas, paralelas ou cruzadas, que formam motivos losangulares, em ambos os casos de espessura variável.

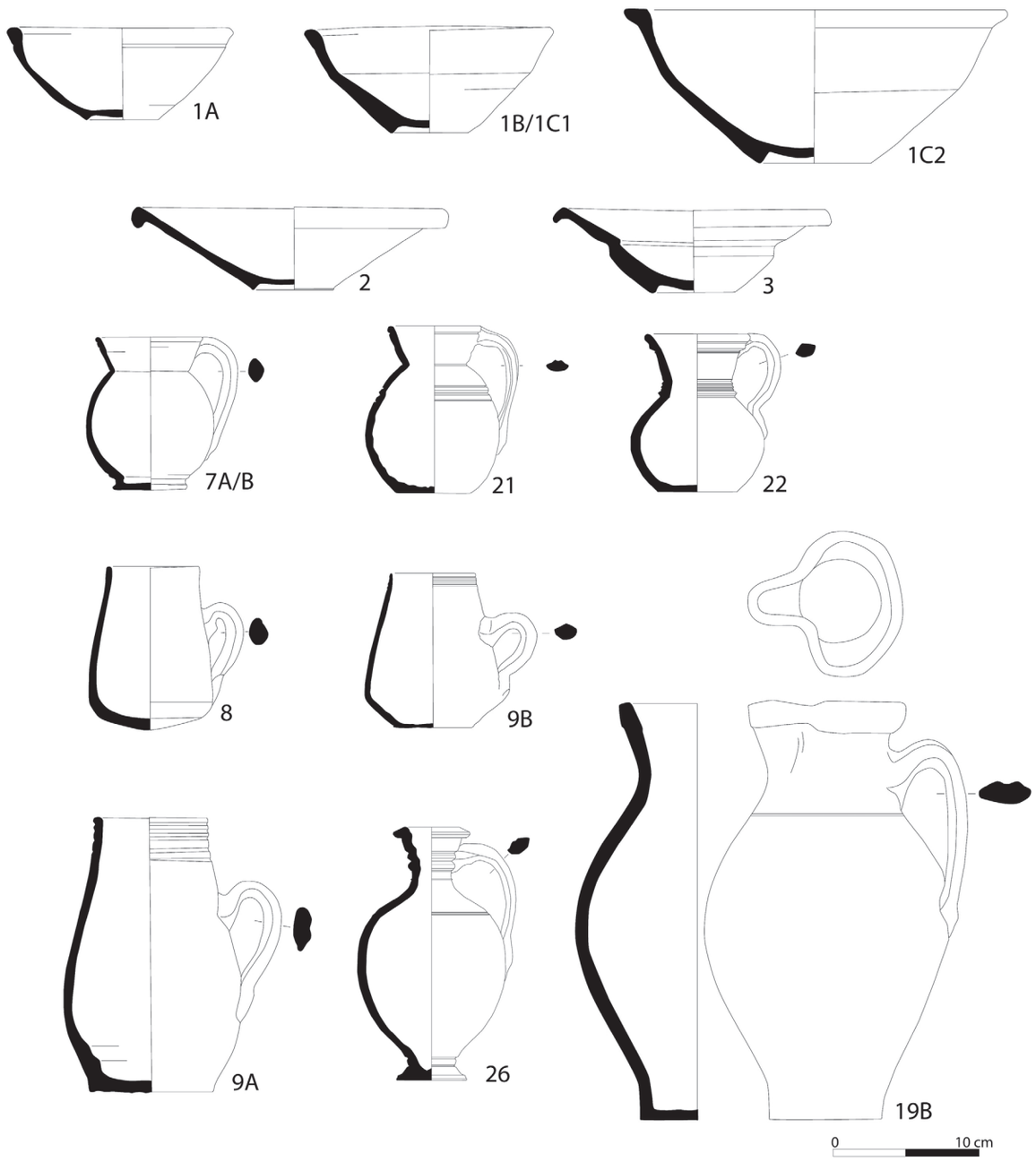
A terceira variante de púcaro (forma 22) está representada por apenas cinco peças inteiras. Esta forma oferece características bastante diferentes das anteriores. Tem corpo globular achatado e o colo alto troncocónico de paredes extrovertidas, demarcado do bojo por acentuada canelura. O bordo é extrovertido e espessado, de secção subcircular. Apresenta uma asa vertical, que arranca no bordo e termina a meio do bojo, e assenta em base plana. Ao contrário dos outros exemplares recuperados, estes púcaros não apresentam qualquer tratamento das superfícies.

Foram ainda identificadas canecas, correspondendo aos tipos 8, 9A e 9B da tipologia. O tipo 8 tem corpo cilíndrico, ligeiramente troncocónico, de paredes introvertidas, com colo indiferenciado; a asa é vertical de secção subcircular, arrancando e terminando no bojo, e a base é convexa. A forma 9A apresenta corpo ovóide, uma asa vertical de secção oval e assenta em base plana. O tipo 9B corresponde a uma forma marcadamente troncocónica de paredes introvertidas e carena acentuada na parte mais baixa do corpo; o colo é indistinto e termina em bordo vertical com lábio de secção subcircular demarcado exteriormente por linhas horizontais incisas, assentando em base plana. A base convexa da forma 8 sugere que esta poderá ter sido utilizada com outras funções, nomeadamente como medida.

A louça de mesa inclui também duas variantes de jarros e uma de jarra ou bilha. A forma 19A está representada apenas por um fragmento com bico trilobado e arranque de corpo hemisférico. A forma 19B apresenta

1. Sobre o quotidiano ver, por exemplo, Fernandes, 2003.

corpo ovóide alongado com colo troncocónico de paredes extrovertidas, demarcado do bojo por uma canelura horizontal, e bordo espessado com bico trilobado. No corpo apresenta uma asa vertical que arranca no colo e termina a meio do bojo. Na face exterior tem decoração brunida, semelhante à dos cântaros e das outras formas fechadas. A jarra ou bilha (forma 26) tem corpo ovóide e colo estreito. O bordo é espessado e extrovertido, decorado por caneluras. Apresenta uma asa vertical, que arranca no bordo e termina no bojo. O pé é alto, com base plana. Algumas destas peças exibem, na superfície exterior, engobe de tom mais escuro do que as pastas, formando motivos decorativos semelhantes aos descritos para os púcaros.



5. Louça de mesa.

6. Louça de mesa - 1A, 1B/1C1, 1C2,7A/B e 9B.

2.2.2 Louça de cozinha

Nesta categoria (figs. 7-8) incluem-se os tachos ou terrinas com duas variantes: as formas 4 e 24 da tipologia. A forma 4 apresenta corpo troncocónico de paredes extrovertidas e colo curto e introvertido, demarcado do corpo por carena, terminando num bordo espessado de secção semicircular; tem duas asas horizontais no arranque do bojo, simétricas e torcidas, de secção oval, e base convexa. A forma 24 distingue-se da anterior por assentar em pé baixo de perfil indistinto, semelhante ao das tigelas.

Os alguidares (forma 5) constituem outro tipo largamente representado no sítio (7,41% do total da cerâmica). Apresentam forma troncocónica, bordo extrovertido e pendente de secção subtriangular e assentam em base plana. Na superfície interna apresentam engobe ou aguada de tonalidade mais escura do que o cerne, formando linhas concêntricas ou espiraladas semelhantes às das tigelas e dos pratos.

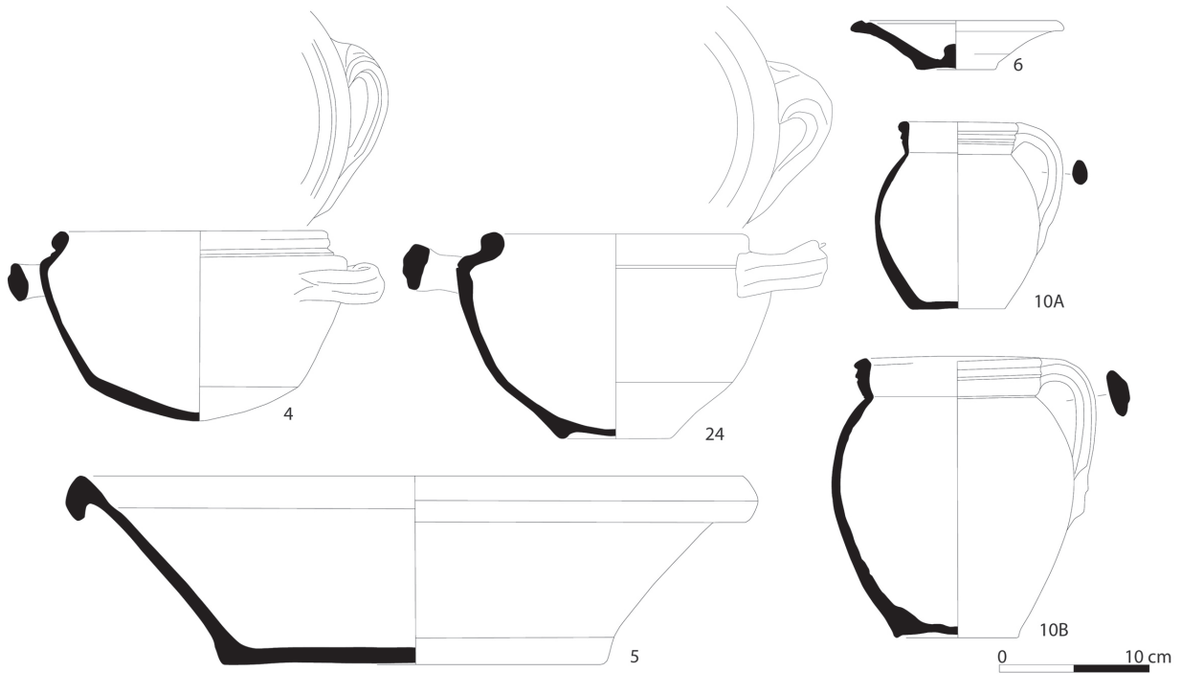
Foram ainda incluídos neste grupo a forma 10A, uma variante de panela ou púcaro, e a 10B, uma panela. Ambas têm o corpo ovóide, com colo curto de paredes quase rectas, bordo espessado, de secção semicircular, e uma asa vertical, de secção oval ou circular, que arranca no bordo e termina no bojo. A forma 10B apresenta, no entanto, dimensões superiores à 10A.

Foram ainda identificados fragmentos de um fogareiro e de tijolos, estes últimos com função ainda indeterminada no contexto deste sítio de naufrágio. Relacionados também com a cozinha, o armazenamento e a conservação de alimentos encontram-se os testos (forma 6).

2.2.3 Louça de armazenamento, conservação e transporte

Este grupo (figs. 9 a 11) inclui um conjunto de formas fechadas, nomeadamente cântaros, cantis ou bilhas, atanores e talhas.

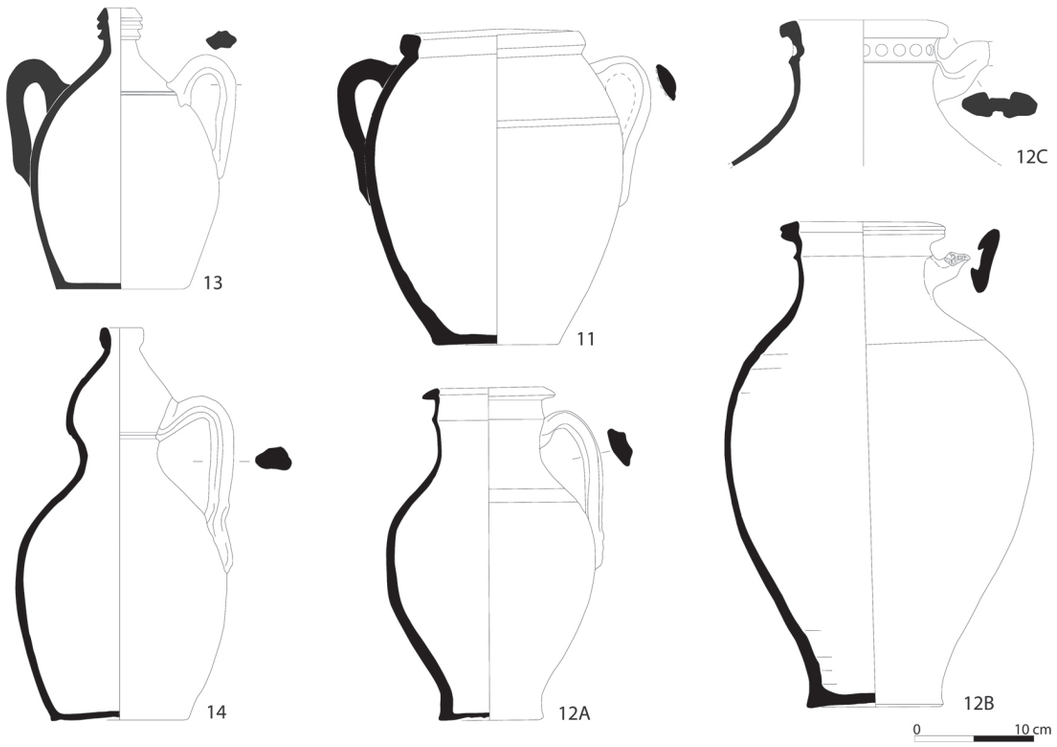
A forma 12 corresponde a cântaros, que podem ser



7. Louça de cozinha.

8. Louça de cozinha - 4, 10A, 10B e 6.

divididos em dois grupos distintos, considerando critérios dimensionais e características morfológicas. A primeira variante, que corresponde à forma 12A da colecção, oferece corpo ovóide alongado e colo cilíndrico que termina em bordo espessado, ligeiramente pendente, de secção subtriangular. O tipo 12B, de maiores dimensões, tem atributos semelhantes, excepto no bordo, espessado de secção subquadrangular. Tal co-



9. Louça de armazenamento, conservação e transporte.

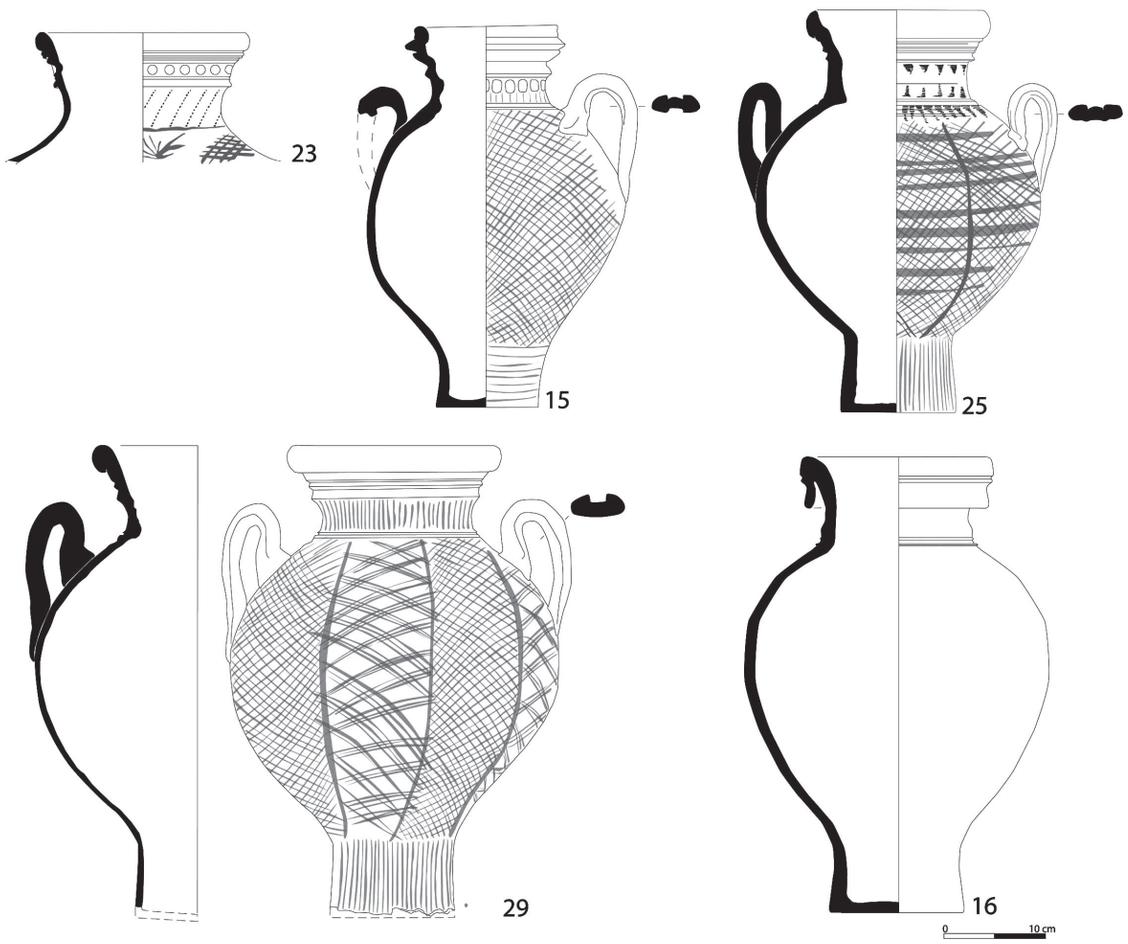
10. Louça de armazenamento, conservação e transporte - 19B, 13, 16 e 12A.

mo na forma 12A, o colo apresenta uma canelura saliente, sensivelmente no seu volume mediano. Ambas as variantes têm asa vertical, em fita, e base plana. A superfície externa dos cântaros exibe aguada de tonalidade mais escura que os cernes, formando decoração composta por linhas verticais paralelas e horizontais, de espessura diversa (temática decorativa similar à dos púcaros ou de algumas talhas). Um fragmento de bordo de cântaro (12C) apresenta ainda decoração modelada.

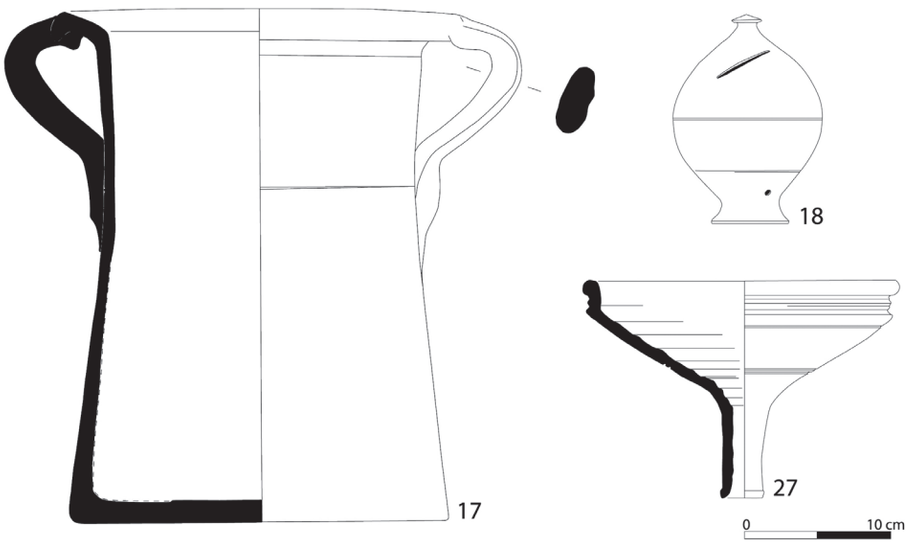
Dentro da louça de armazenamento, foram identificadas até ao momento duas formas distintas de cantis ou bilhas. A forma 13, com diversas variantes, apresenta corpo ovóide e colo alto, estreito e afunilado. Tem duas asas verticais simétricas de secção semicircular, arrancando no início do colo e terminando a meio do bojo, e base plana. A 14, em forma de cabaça, apresenta corpo ovóide alongado, colo esférico afunilado separado do corpo por profundo estrangulamento, uma asa vertical que arranca a meio do bojo e termina no ombro, e base plana.

Foram também reconhecidos atanores (forma 11), com corpo ovóide, que termina em bordo espessado, de secção subquadrangular. Estes apresentam duas asas verticais simétricas e assentam em base plana. Os exemplares recuperados não exibem qualquer decoração ou tratamento das superfícies.

Neste grupo temos ainda as talhas, que exibem grande variedade formal e decorativa (fig. 11). Todas as variantes têm corpo ovóide alongado e assentam em base plana e estreita. Na forma 15 o bordo e colo apresentam caneluras salientes e decoração modelada. As formas 23 e 25 têm ainda decoração incisa no colo. A forma 29 tem caneluras no colo, mais simples que as anteriores. As variantes 15, 25 e 29 oferecem duas asas verticais simétricas em fita larga com canelura central. A forma 16, a mais comum em toda a colecção e única variante com vários exemplares, distingue-se das anteriores por apresentar bordo pendente, mais simples, e por não possuir asas. O colo e os bordos destas peças, dada a sua complexidade formal e decorativa, foram todos aplicados posteriormente sobre o corpo indicando fases de produção distintas. Em algumas das talhas, a superfície externa oferece aguada de tonalidade mais escura do que os cernes, com motivos decorativos diversificados.



11. Louça de armazenamento e conservação – talhas.



12. Formas com outras funções.

13. Formas com outras funções - 17, 27 e 18.

2.2.4 Outras funções

Entre os materiais cerâmicos encontram-se ainda alguns exemplares menos comuns e com outras funções: servidores, relacionados com a higiene (forma 17); mealheiros (forma 18); funis (forma 27) e fragmentos de um fogareiro.

3. CRONOLOGIA

Uma problemática essencial inerente ao estudo das cerâmicas do sítio RAVA é a da cronologia do naufrágio e das produções recuperadas. As quatro datações por radiocarbono efectuadas no início dos trabalhos a materiais orgânicos provenientes do contexto apontam para meados do século XV (Alves *et. al*. 2001a).

Todavia, se o estudo comparativo, a nível tipológico, permite sustentar essa cronologia para algumas das formas representadas, para outras as cronologias definidas em contextos terrestres indicam um âmbito cronológico mais recente, na época moderna.

No mundo anglo-saxónico, estas produções foram agrupadas no tipo denominado *Merida Ware*. Esta denominação surgiu nos anos 60 do século XX e foi criada por John Hurst para designar a cerâmica comum com superfícies vermelhas ou acastanhadas, com pastas ricas em mica, que se supunham ser fabricadas na região de Mérida, e que eram encontradas em contextos arqueológicos dos séculos XIII ao XVII na Europa, em contextos coloniais ingleses e holandeses, na América do Norte, ou nos navios da Armada Invencível (Gutierrez, 2000, p. 74-75).

Na Europa as cerâmicas de Aveiro têm surgido sobretudo em níveis arqueológicos do século XVI ou do sé-

Forma	Altura (cm) (máx-min)	Ø bordo (cm) (máx-min)	Ø base (cm) (máx-min)	Ø máximo (cm) (máx-min)
Tigela 1A	4,7 – 7,7	14 – 21	4 – 6,6	14 - 21
Tigela 1B/1C1	4,8 – 9,9	14 – 19,2	4 – 6,9	14 - 19,2
Tigela 1C2	8,4 – 13,2	19,4 – 25,7	6 – 8,1	19.4 – 25,7
Prato 2	4 – 8,9	10 – 22	5 – 7,2	10 – 22
Prato 3	4 – 6,3	14,8 – 19,5	4,4 – 6,1	14,8 – 19,5
Alguidar 5	8,5 – 13,8	26,4 – 47,7	13,4 - 27	26,4 – 47,7
Púcaro 7A/7B	10 – 12,7	5,8 – 8,8	4,5 – 7,4	7,2 – 11,6
Púcaro 10A	10,6 - 13	8,3 - 9	5,5 – 6,5	10,3 – 12,1
Panela 10B	16 – 22,1	12,5 – 14,4	7,7 – 9,2	15,9 – 18,7
Cântaro 12A	18,2 – 28,5	9 – 12,2	6,3 – 12	12 – 17,9

Tabela 1 – Dimensões das formas mais comuns.

culo XVII, nomeadamente no Porto (Barreira, Dordio e Teixeira, 1998, p. 181), no Machico (Sousa, 2012, p. 218), ou em Southampton (Gutierrez, 2007), só para citar alguns exemplos. Em contextos ultramarinos da América do Norte, nomeadamente em St. Augustine, um pequeno *presidio* fundado em 1565 (Lister e Lister, 1987, Deagan, 1987), foram encontrados fragmentos que parecem corresponder a púcaros da forma 7A e tigelas da forma 1A desta tipologia de RAVA em níveis datados entre 1550 e 1650. Estes fragmentos integram um grupo descrito como *Orange Micaceus*, proveniente de um centro produtor ibérico então desconhecido (Florida Museum of Natural History, 2004).

Do ponto de vista da cronologia, este estudo considera, por isso, uma análise ampla entre a segunda metade do século XV e a primeira metade do XVII. Esperamos que novas datações por radiocarbono e por termoluminiscência, já em curso, a par da continuidade da análise da colecção de RAVA, nos permitam encurtar a margem de incerteza.

4. A CERÂMICA DA REGIÃO DE AVEIRO E A CIRCULAÇÃO NO ATLÂNTICO

Estas produções parecem ter atingido uma difusão comercial expressiva durante os séculos XVI e XVII. No continente português, estes materiais têm grande representação quantitativa e tipológica no Porto, na Casa do Infante (Barreira, Dordio e Teixeira, 1998; Castro, Dordio e Teixeira 2003), em Viana do Castelo, onde foram localizadas na Casa de Lanhelas (cf. poster apresentado por Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca nas 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela), e em Coimbra, onde apareceram no Mosteiro de Santa Clara a Velha (comunicação pessoal de César dos Santos) e no Museu Nacional Machado de Castro (comunicação apresentada por Ricardo Costeira da Silva no *Velhos e Novos Mundos: Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*). Tivemos igualmente possibilidade de assinalar a presença de materiais idênticos em Peniche, recuperados durante obras efectuadas na fortaleza, e durante o acompanhamento de dragagens efectuadas em São Martinho do Porto (Moreira *et. al.*, 2001).

As cerâmicas aveirenses foram igualmente identificadas em arquipélagos da Macaronésia: Madeira e Açores. Na Madeira foram documentados fragmentos de tigelas entre os materiais exumados na casa de João Esmeraldo, durante a primeira intervenção arqueológica efectuada no Funchal (Gomes e Gomes, 1998). Desde então foi possível alargar a área de distribuição destes materiais ao Machico, onde foram identificadas peças similares em vários contextos (Sousa, 2012; Sousa, 2006a; Sousa, 2006b; Sousa, Silva, Celso, 2005).

Nos Açores, estes materiais foram identificados nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial. Em São Miguel, na Ribeira Grande, nas escavações do Mosteiro de Jesus (observação dos autores; Sousa, 2012, p. 217-218). Em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, as cerâmicas de Aveiro apareceram no Recolhimento de São Gonçalo (observação pessoal dos autores), entre as cerâmicas recuperadas no navio Angra D ou na baía de Angra do Heroísmo, em zona de fundeadouro (Bettencourt e Carvalho, 2010). No Faial, mais recentemente, foram recolhidas cerâmicas de Aveiro durante o acompanhamento das dragagens no âmbito da construção do novo terminal de passageiros no porto da Horta (Bettencourt, no prelo).

A difusão comercial das produções cerâmicas de Aveiro/Ovar em território português é também registada nas

fontes escritas. O "Aforamento das Sisas das Herdades", de 1628 e 1683, refere o abastecimento da cidade do Porto com louça vermelha de Ovar (Barreira, Dordio, Teixeira, 1998, p. 181). No mesmo sentido, Olga Bettencourt, com base na análise das vereações da vila das Velas (ilha de São Jorge - Açores), avança a possibilidade de, em finais do século XVI, o porto de Aveiro ser o mais importante no abastecimento de louça àquela vila (Bettencourt, 1995, p. 185-186). Do mesmo modo, Manuel Leão refere o abastecimento da ilha Terceira com louça de Aveiro em 1597 (cit. Sousa 2012, p. 219). Também a documentação relacionada com a administração regional insular refere a louça de Aveiro, sugerindo uma certa padronização/standartização na dimensão destas produções (Sousa 2012, p. 219), o que é aliás corroborado pelo estudo tipológico da colecção de RAVA. Com efeito, apesar de existirem algumas diferenças entre os valores mínimos e máximos dos atributos morfológicos de cada tipo, os parâmetros dimensionais acabam por ser muito semelhantes, reflexo de um modelo pré-industrial.

Além do mercado interno, continental e insular, a produção oleira de Aveiro teve circulação internacional. Em território europeu, estas produções foram reconhecidas, por exemplo, em Southampton (Brown, 1995, p. 321-322; Gutierrez, 2007), Plymouth (Hurst, Neal, Beunin-gen, 1986, p. 69-73) e em vestígios de dragagens efectuadas na Galiza, em Bayona (comunicação apresentada por Miguel San Claudio e Raúl Gonzalez no Simpósio *Gentes del Mar*, Luanco, 2009).

Entre os sítios ultramarinos encontram-se vários contextos escavados desde 1930 em St. Augustine, na Florida (Lister e Lister, 1987; Deagan, 1987) ou na Terra Nova. Nesta região, nos últimos anos, foram identificados materiais do mesmo fabrico em vários contextos relacionados com ocupações sazonais de pescadores de origem europeia, como Ferryland, Renews ou Placencia (Mills, 2000; Newstead, 2008). Estes materiais arqueológicos correspondem a um vasto conjunto de cerâmicas descobertas em sítios terrestres e a achados isolados subaquáticos na baía de Kingsman's Cove.

A nível internacional, a documentação comprova sobretudo o papel da região de Aveiro na manufactura de cerâmica industrial, nomeadamente para a exploração açucareira. Um estudo de Manuel Cabrera estima que, entre 1560 e 1575, tenham sido enviadas de Aveiro para os engenhos das Ilhas Canárias mais de 13.000 formas de açúcar, dada a sua boa qualidade (Sousa, 2012, p. 216; Sousa, 2006b). A comprová-lo está a descoberta de formas de açúcar atribuídas à região de Aveiro na ilha Gran Canaria, no engenho de "Las Candelarias", semelhantes às encontradas na Madeira ou nos Açores (Sousa 2012, p. 216). A boa qualidade das formas de açúcar de Aveiro terá mesmo motivado também o *Consejo a la Casa de la Contratación* nos finais do século XVI a considerar o envio destes utensílios para a Ilha de Cuba para a moagem de cana-de-açúcar[2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo da distribuição das cerâmicas produzidas na região de Aveiro / Ovar, representadas no naufrágio RAVA, verificou-se que estas terão atingido difusão nacional e internacional, surgindo em contextos europeus, atlânticos e americanos relacionados com a colonização peninsular, em cidades portuárias e em áreas de exploração piscatória (Bettencourt e Carvalho, 2007-2008).

A distribuição geográfica das cerâmicas produzidas nesta região parece acompanhar, de um modo geral, os mesmos fluxos de outros produtos exportados ou importados entre os séculos XV e XVII no espaço Atlântico. Efectivamente, durante este período Aveiro assumiu um importante papel comercial nas rotas marítimas que ligavam o norte da Europa ao Mediterrâneo e a Península Ibérica aos seus territórios ultramarinos. Os estudos históricos disponíveis indicam contactos regulares dos armadores e mestres da vila de Aveiro com a Irlanda, a Flandres, as ilhas Atlânticas, a Galiza (Costa, 1997; Amorim, 1997), a Inglaterra (por exemplo Plymouth) (Allan e Barber, 1992), os portos do Golfo da Biscaia (Huxley, 2003) e a Terra Nova (Varela, 1996; Varela, 2001).

A produção e comércio da cerâmica terão sido responsáveis pelo desenvolvimento de uma navegação relacionada com a sua distribuição, documentada nas fontes escritas nacionais e internacionais, no último caso sobretudo relacionadas com abastecimento de formas de açúcar aos centros açucareiros.

Neste contexto, por um lado, a análise da carga do navio Ria de Aveiro A permite constituir uma base de referência para o estudo do comércio e das relações marítimas de Portugal com o exterior, nomeadamente do papel do porto de Aveiro. Por outro, a sua dimensão e as características de uma colecção isócrona, formada por centenas de peças que documentam praticamente todos os aspectos do quotidiano da época, é de grande interesse no âmbito da caracterização da produção de cerâmica de Aveiro/Ovar, constituindo também um ponto de partida para estudos de índole económica, social ou cultural.

Entendemos por isso que a continuidade do estudo da difusão das cerâmicas de Aveiro poderá contribuir para

2. "Carta acordada del Consejo a la Casa de la Contratación para que informe con su parecer sobre la conveniencia de que vayan uno o dos navíos con utensilios de barro desde Aveiro en Portugal a la isla de Cuba, para la labor de molienda de la caña de azúcar." Madrid, 1598, Archivo General de Indias, ES.41091.AGI/22.15.2019 // INDIFERENTE, 1952, L.4, F.200.

a compreensão das redes de circulação de pessoas e bens na época da expansão ibérica ultramarina.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Dr. Francisco Alves, investigador responsável do projecto FCT durante a segunda fase dos trabalhos, ao IGESPAR - DANS o apoio prestado para a continuação deste estudo e a toda a equipa que participou neste projecto. Os desenhos das formas novas foram realizados por Guida Casella; as fotografias das cerâmicas são de José Paulo Ruas.

BIBLIOGRAFIA

ALLAN, J. e BARBER, J. (1992) – A seventeenth-century pottery group from Kitto Institute, Plymouth. In GAIMSTER, D. e REDKNAP, M. eds. – *Everyday and Exotic Pottery from Europe. Studies in honour of John G. Hurst.* Oxford: Oxbow Books, p. 225-245.

ALVES, F. (1997) – Os destroços do navio do séc. XV: Ria de Aveiro A. In FERNANDES, I. M. e TEIXEIRA, R. coord. – *A Louça preta em Portugal: olhares cruzados. Catálogo da exposição itinerante "A Louça Preta em Portugal"*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.

ALVES, F. *et. al.* (1998) – A Cerâmica dos destroços do navio de meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona de Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 185-210.

ALVES, F. *et. al.* (2001a) – The hull remains of Ria de Aveiro A: a mid-15th century shipwreck from Portugal: a preliminary analysis. In ALVES, F. ed. – *International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition: Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 317-345. (Trabalhos de Arqueologia 18)

ALVES, F. *et. al.* (2001b) – Ria de Aveiro A: a shipwreck from Portugal dating to the mid-15th century: a preliminary report. *International Journal of Nautical Archaeology*. London. 30.1, p. 12-36.

ALVES, F.J.S.; CASTRO, F. e LABRINCHA, J.A. (1998) – Physical and Chemical Characterization of Archaeological Ceramics found in a mid-15th Century shipwreck in Ria de Aveiro. In *Actas do Euromat'98 "Materials in Oceanic Environment"*. Lisboa, p. 223-232.

AMORIM, I. (1997) – *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814), estudo económico de um espaço histórico.* Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

BARREIRA, P., DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 145-184.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2007-2008) – A carga do navio Ria de Aveiro A (Ílhavo, Portugal): uma aproximação preliminar ao seu significado histórico-cultural". *Cuadernos de Estudios Borjanos.* Borja, L-LI, p. 257-287.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2009) – A carga de cerâmica do navio Ria de Aveiro A (Ílhavo, Portugal). In ZOZAYA, J., RETUERCE, M., ÁNGEL HERVÁS e DE JUAN, A. eds. – *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, p. 947-954.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2010) – Arqueologia marítima da baía de Angra (Angra do Heroísmo, Terceira): enquadramento e resultados preliminares do projecto PIAS. *Arqueologia Moderna e Contemporânea*. Funchal, 1, p. 69-91

BETTENCOURT, J. (no prelo) – O porto da Horta na História do Atlântico (sécs. XVI a XX) a partir do registo arqueológico: alguns exemplos. In *Actas das Jornadas do Mar*, Escola Naval.

BETTENCOURT, O. (1995) – A Periferia das Pequenas Ilhas: o exemplo de São Jorge, a partir das Vereações de Velas (1559--1570-1571). In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p.183--188.

BROWN, D. (1995) – Iberian pottery excavated in medieval Southampton. In GERRARD, C. M., GUTIÉRREZ, A. and VINCE, A. eds. – *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles*. Oxford: B.A.R., p. 319-328.

CASTRO, F., DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (2003) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante (século XVI a meados do século XVIII): identificação visual e química dos fabricos. In *3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieva*l. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 223-230.

COELHO, I. P. (2009) – A cerâmica do sítio arqueológico Ria de Aveiro B-C: tipologias e significado histórico-cultural. In *Octávio Lixa Filgueiras. Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa: Âncora Editora, p. 163-186.

COSTA, L. F. (1997) – *Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa, A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*. Cascais: Patrimonia Histórica.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800*, vol. 1. Washington, D.: Smithsonian Institution.

FERNANDES, I. M. (2003) – Vasilhas: em barro se fazem, de barro se usam – o quotidiano visto através da olaria. In SILVA, R. H., FERNANDES, I. M., SILVA, R. B. *Olaria portuguesa: do fazer ao usar*. Lisboa: Assírio & Alvim, p. 61-218.

FLORIDA MUSEUM OF NATURAL HISTORY (2004) – Digital Type Collections. Florida Museum of Natural History [em linha]. Florida. [consultado a 7 de Maio de 2007] Disponível em URL: http://www.flmnh.ufl.edu/histarch/ gallery_types/.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1998) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 315-348.

GUTIERREZ, A. (2000) – *Mediterranean pottery in Wessex households (13th to 17th centuries).* Oxford: B.A.R., 306

GUTIERREZ, A. (2007) – Portuguese coarsewares in early modern England: reflections on an exceptional pottery assemblage from Southampton. *Post-medieval archaeology*, 41 (1), p. 64-79.

HURST, G., NEAL, D. e BEUNINGEN, H. (1986) – *Pottery Produced and Traded in North-West Europe 1350-1650*, Rotterdam Papers VI.

HUXLEY, M. B. (2003) – El comercio marítimo y guipuzcoano con el Atlântico peninsular (Astúrias, Galicia, Portugal y Andalucía) y com los archipiélagos de Canárias y Madeira al principio de la Edad Moderna. *ITSAS Memoria. Revista de Estúdios Marítimos del País Vasco.* Donostia-San Sebastián, 4, p. 147-164.

LISTER, F. C. e LISTER, R. H. (1987) – *Andalusian Ceramics in Spain and New Spain. A Cultural Register from the Third Century B.C. to 1700.* Tucson: The University of Arizona Press.

MILLS, S. (2000) – *Seventeenth-century life in Renews, Newfoundland - archaeological analysis of an English West Country planter's house*. Thesis submitted to the School of Graduate Studies in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts. Department of Anthropology: Memorial University of Newfoundland. (Texto policopiado)

MOREIRA, J. B. *et. al*. (2001) – *Relatório final de intervenção arqueológica no âmbito das dragagens de 2001 na concha de São Martinho do Porto*. Lisboa, Série Trabalhos do CNANS n.º 0. (Texto policopiado)

NEWSTEAD, S. (2008) – *Merida no more: Portuguese redware in Newfoundland.* Thesis submitted to the School of Graduate Studies in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts. Department of Anthropology: Memorial University of Newfoundland. (Texto policopiado)

SILVA, A. M. (1996) – Cerâmica tradicional na região de Aveiro: alguns elementos documentais. *Olaria*. Barcelos. 1, p. 53-77.

SILVA, M. (1991) – *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

SOUSA, É. (2006a) – *Arqueologia da Cidade de Machico. A construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*. Machico: CEAM-Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea.

SOUSA, É. (2006b) – A cerâmica do açúcar das cidades de Machico e do Funchal. Dados históricos e arqueológicos para a investigação da tecnologia e da produção açucareira em Portugal. In SOUSA, É. coord. – *A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna*. Lisboa/Machico: Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, p. 9-31.

SOUSA, É. (2012) – *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores: (séculos XV-XVIII)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa da Universidade de Lisboa. (Texto policopiado)

SOUSA, É.; SILVA, J. e CELSO, G. (2005) – Chemical and physical characterization of fragments from ceramic jar called «formas de açúcar» exhumed in the town of Machico, Madeira Island. In PRUDÊNCIO, M. I., DIAS, M. I. e WAERENBORGH, J. eds. *Understanding People Through Their Pottery. Proceedings of the 7th European Meeting on Ancient Ceramics* (EMAC 03). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 263-268.

VARELA, C. (1996) – Las Rutas Marítimas: La Ruta del Bacalao. In VENTURA, M. G. ED. - V*iagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista. Primeiras jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa, p. 57-66.

VARELA, C. (2001) – O controlo das Rotas do Bacalhau nos séculos XV e XVI. *Oceanos. Terra Nova. A epopeia do bacalhau*. Lisboa. 45, p. 22-30.

PORTUGUESE COARSEWARE IN NEWFOUNDLAND, CANADA

SARAH NEWSTEAD **Centre for Historical Archaeology, University of Leicester (Leicester, UK).**
srn5@le.ac.uk

RESUMO Este texto discute a questão da cerâmica comum portuguesa (*Portuguese coarseware*) encontrada na Terra Nova (Newfoundland), no Canadá. Esta cerâmica é detectada frequentemente em contextos ingleses desta ilha de finais do século XVI e do século XVII, assim como em sítios de outros países relacionados directa ou indirectamente com o comércio português seiscentista. Apresentam-se aqui os diferentes fabricos e formas da cerâmica comum portuguesa encontrada na Terra Nova, juntamente com uma breve reflexão acerca dos factores sócio-económicos subjacentes à sua circulação no Atlântico.

PALAVRAS-CHAVE **Terra Nova, Portugal, faiança comum, século XVII**

1. INTRODUCTION

Portuguese coarseware, which has previously been called 'Merida-type ware' by Anglo archaeologists, is commonly found in late sixteenth- through seventeenth--century English contexts, on the island of Newfoundland, Canada (Hurst, Neal and Van Beuningen, 1986). The ware is also found elsewhere, in contexts which had an association, either directly or indirectly, with early modern Portuguese trade (Kirkman, 1974; Sassoon, 1981; Allan and Barber, 1982; Hurst, Neal and Van Beuningen, 1986; Martin, 1979; 1995; Gutiérrez, 2000; 2007). In Newfoundland, the ware is associated with many of the early English settlement sites on the island and study of it therefore provides insight into trade networks supplying Newfoundland during the seventeenth century (Mills, 2000; Crompton, 2001; Tuck and Gaulton, 2002; 2003; Mills and Tuck, 2004; Pope, 2004a; 2004b; Gaulton, Tuck and Miller, 2009). This paper will define and describe Portuguese coarseware form and fabric variation as well as explore possible production areas for the ceramics found in Newfoundland. It will conclude with a brief discussion of the socioeconomic factors which facilitated the consumption of this ceramic type in Newfoundland. The findings presented and discussed in this paper are from research undertaken for my MA thesis, which was completed in 2008 (Newstead, 2008).

2. BACKGROUND

Portuguese coarseware has been called 'Merida-type ware' by Anglo archaeologists for the last several decades. This confusing label stems from work by John Hurst, who initially identified the ware in Britain in the 1960s (Hurst, Neal and Van Beuningen, 1986). Although he originally published that the ware was produced in Merida, Spain, he acknowledged that it was likely Portuguese-produced in subsequent publications (Hurst, Neal and Van Beuningen, 1986). Hurst's ceramic research has been hugely influential on Anglo historical archaeology and this resulted in the 'Merida-type ware' label being widely adopted; despite the ware's acknowledged Portuguese provenance. In Newfoundland, we have more recently been calling the ceramic 'Portuguese Redware', as only the red type of Portuguese coarse earthenware has been found on the island (Newstead, 2008). We have yet to recover any examples of black Portuguese coarse earthenware. In this paper, however, I have chosen to use the broader label of 'Portuguese coarseware'. I suggest that this is the most appropriate English label for the ceramic type; the name is simple and properly reflects the ware's Portuguese provenance.

Despite the initial naming error, Hurst's research was instrumental in promoting the identification of Portuguese coarse earthenware on British and colonial sites. Subsequent to Hurst's initial publication, Portuguese coarseware has been found in various British and colonial coastal contexts dating from the late-medieval period through the seventeenth century (Allan, 1984, p. 109-111; Hurst, Neal and Van Beuningen, 1986; Deagan 1987; Allan and Barber, 1992, p. 226-229; Martin, 1995; Gutiérrez, 2000; Brown, 2002, p. 37-39; Gutiérrez, 2007). Peter Pope first identified Portuguese coarseware in Newfoundland in his 1986 MA thesis (Pope, 1986). From that point onward, the ware has been consistently found on sixteenth and seventeenth-century

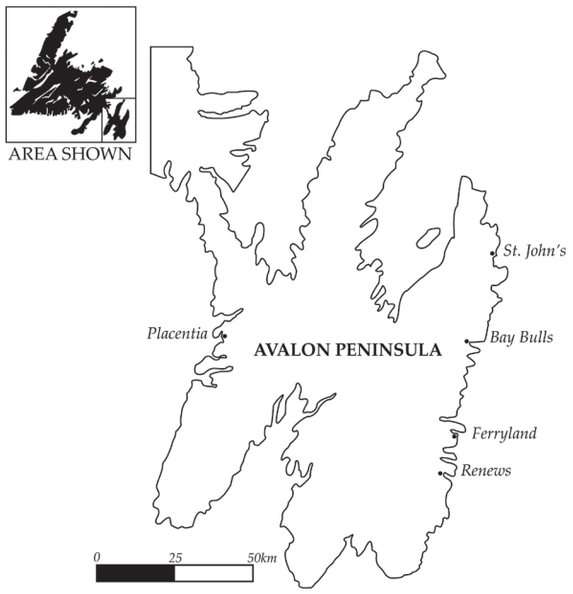
English sites on the island (fig. 1). To date, thousands of sherds have been recovered along with a number of complete vessels. The seventeenth-century settlement site of Ferryland has presented alone over 9000 identified sherds, with the potential for more to be found among those labeled as "unknown" (Tuck and Gaulton, 2003; Gaulton, Tuck and Miller 2009). However, the ware identifications in Newfoundland were often inconsistent. The fault for these inconsistencies does not lie with the people identifying the ceramics, but rather with the sources they were utilizing for identification criteria. The sources that were being utilized for identification were lacking both a comprehensive set of potential fabrics as well as a correct, complete vessel typology for potential forms. The research I undertook for my MA aimed to clarify future identifications by establishing a typology of forms and fabrics for the Portuguese coarseware found in Newfoundland (Newstead, 2008).

In order to compile appropriate and correct typologies for the Newfoundland collections, I made a research trip to Portugal in the autumn of 2006. This research trip involved examining hundreds of examples of Portuguese coarseware vessels from over twenty different sites in Portugal (fig. 2).[1] The research also involved gathering Portuguese-language sources on locally produced coarse earthenware and meeting with many archaeologists and curators who have worked with the material in order to facilitate the identification of these ceramics in Newfoundland. An important part of my MA work was to disseminate Portuguese-language research to archaeologists in Canada. The language barrier and accessibility issues have tended to discourage Anglo archaeologists from consulting Portuguese-language sources. This research trip allowed me to access sources that were difficult or impossible to obtain from Canada and gave me the opportunity to inform archaeologists working with Portuguese coarseware in Newfoundland and elsewhere about the relevant research being undertaken in Portugal. In addition to the source material, a small selection of diagnostic, seventeenth-century sherds was brought back to Canada for direct comparison to sherds found in Newfoundland, these adding to the sherds we had in our reference collection from Portugal in 2005.

Due to the amount of material available, the collections in Newfoundland were sampled. The aim of the research was to present an overview of potentially occurring Portuguese coarseware forms and fabrics in a pan-Newfoundland context, therefore a sampling strategy focused on diagnostic quality, form and fabric diversity with lessened emphasis on specific archaeological context was applicable. With this more general strategy, the research was able to incorporate collections that were poorly provenienced, but were rich in form and fabric diversity.[2]

1. See acknowledgements for a list of collections.

2. See acknowledgements for a list of collections.



1. Map of Newfoundland, Canada, with main areas for Portuguese coarseware finds noted.

2. Map of Portugal, with main site areas in project noted.

3. FABRICS AND FORMS

3.1 Fabrics

For this research, ceramic fabrics were examined visually as well as tested for elemental composition.[3] This paper utilizes the results of the visual examination of the sherds, rather than presenting the elemental composition data generated for this project. Portuguese coarseware fabrics have previously been researched both petrographically and chemically (Williams, 1984; Gaulton and Mathias, 1998; Castro, Dordio and Teixeira, 1999; Brown, 2002; Sousa, Silva, and Gomes, 2003; Cranfill, 2004). However, many of these studies have been preliminary, particularly when examining ceramics from non-Portuguese contexts. The base of compositional data is building for ceramics from Portuguese sites and this, combined with further research into production areas, will provide a context and motivation for further, in-depth compositional studies of exported Portuguese coarseware.

In the Newfoundland collections, Portuguese coarseware predominantly falls into three main fabric types. The difference in fabric seems to be correlated with specific vessel forms. All types of Portuguese coarseware in Newfoundland share some basic fabric characteristics.

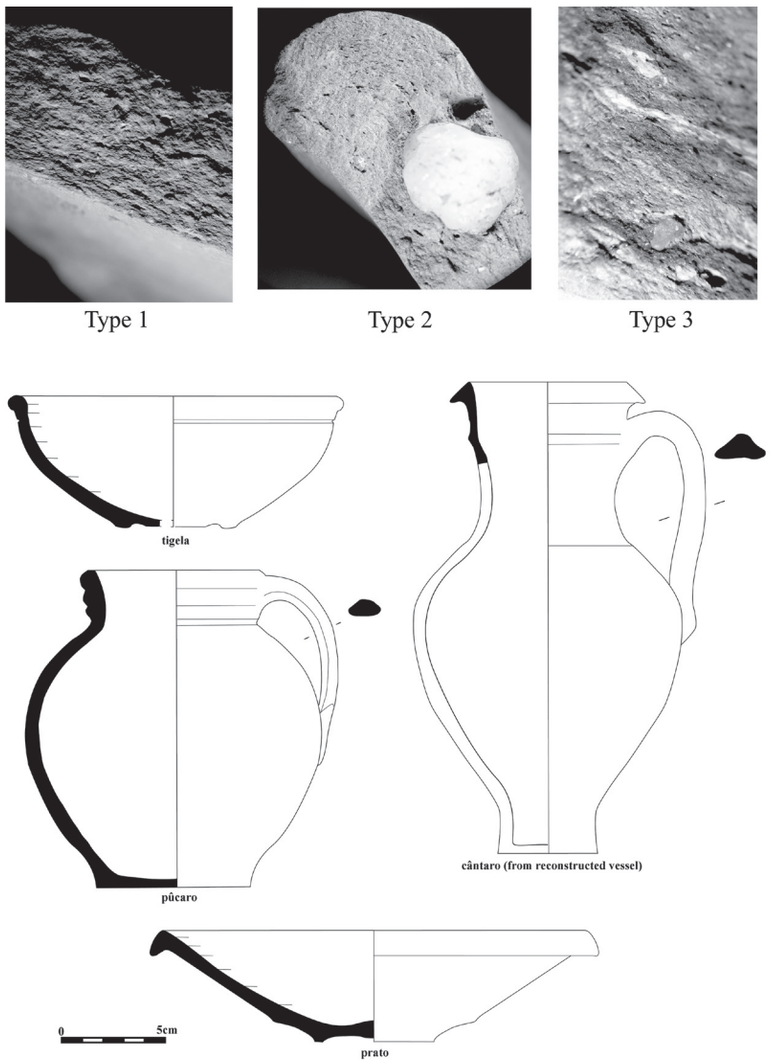
1. A significant amount of mica with muscovite being the most prominent, although biotite is also present. Mica is always visible on the surface of the ceramic.
2. Inclusions of quartz, feldspar and grog.[4]
3. A colour which has orange tones.

Beyond these basic characteristics, the sherds can be grouped into three main types (fig. 3).

3. LA-ICP-MS testing was performed on 28 sherds in 2007. See Newstead, 2008 for complete results.

4. The quartz inclusions range from clear through opaque and white. The grog inclusions are earthenware, with their colour tones being comparable to the overall fabric colour tones.

S. Newstead



3. Top: Photos of Portuguese coarseware fabric types found in Newfoundland.
Bottom: A selection of Portuguese coarseware forms from the Newfoundland collections.

Type 1, Coarse Brown-Orange: A homogenous fabric which contains a large amount of quartz, feldspar and grog inclusions. The quartz inclusions range in size from very small to large, with some quartz visible poking through the surface of the ceramic. Quartz occurs in both clear and opaque forms. The fabric has a coarse appearance and is medium-hard. The colour of this fabric tends to be in the brown-orange range. It is associated in the Newfoundland collections with vessels that are unburnished or glazed. It is also associated with some of the larger vessels, and occasionally with olive jars, as will be discussed below.

Type 2, Smooth Orange-Red: A homogenous, compact fabric which contains quartz, feldspar and grog inclusions. The feldspar and grog inclusions are very small, with the quartz inclusions ranging in size from very small to very large. Occasional very large white, opaque quartz inclusions are typical in this fabric. These quartz inclusions are often seen poking through the surface of the fabric. The fabric is regular, smooth and compact in appearance. It is also relatively hard. The colour of this fabric is an orange-red. This fabric is the most recognizable Portuguese coarseware fabric and is associated with vessels that are burnished.

Type 3, Soft Marbled: A soft, marbled fabric which contains quartz, feldspar and grog inclusions. The quartz inclusions range in size from very small to large, with some quartz which pokes through the surface of the fabric. The fabric is marbled with an orange-pink clay and a soft, powdery white material. The marbling can occur in parts of the fabric, or throughout. This fabric is associated with the olive jar forms, particularly with jars that have been slipped with white.

Early-modern ceramic production in Portugal produced a range of ceramic types, often dependant on the area of production (Resende, 1986; Sardinha, 1990; Rego, 1993; Catarino, 1995; Diogo, and Trindade, 1995; Real *et al*, 1995; Amorim, 1996; 1998; Silva, 1996; Gaspar and Amaro,1997; Alves *et al*, 1998; Barreira, Dordio and Teixeira, 1998; Osório and Silva, 1998; Teixeira, 1998; Castro, Dordio and Teixeira, 1999; Gutiérrez, 2000; Alves *et al*, 2001; Bettencourt *et al*, 2003; Bettencourt *et al*, 2003a; 2003b; Alves and Rieth, 2004; Bettencourt, Carvalho and Pinto, 2005a; 2005b; Bettencourt and Carvalho, 2007; Barbosa, Casimiro and Manaia, 2008; Gomes, 2008). The Newfoundland collections do not demonstrate the full range of ceramic production from Portugal. The Newfoundland coarse earthenware can be most closely connected to the productions originating in Aveiro and Lisbon. This will be discussed in further detail below. Although not all of the production types have currently been identified in Newfoundland, there is a possibility that they do occur in small quantities but have yet to be recognized. It has therefore been important to recognize the full production range of Portuguese coarseware from this period. It has also been useful to recognize all the production types in order to situate the possible production area for Newfoundland Portuguese coarseware within the greater system of regional ceramic production in Portugal.

Although mica is a defining characteristic of Portuguese coarseware, it is also common in other wares from Western Europe and England. In a place like Newfoundland, which has a great deal of early modern ceramic material from all over Europe, this can lead to misidentification. However, Portuguese coarseware seems to have a greater amount of mica than most other wares, with the mineral being apparent on the surface of the vessels. When identifying Portuguese coarseware in contexts where other highly micaceous wares occur, like French Landieul or English North Devon Smooth, one must use a combination of the ware's fabric attributes, such as inclusions, as well as vessel form, if possible, to be sure of an identification.

3.2 Forms

There is a solid basis of previous typological work related to early modern coarse earthenware in Portugal. There is not yet a pan-Portuguese typology for coarseware, however there is now some consistency in vessel form names and descriptions among archaeological projects and publications (Alves *et al*, 1998; Barreira, Dordio and Teixiera, 1998; Bettencourt *et al*, 2003a). After consultation with Portuguese archaeologists familiar with coarse earthenware, it was determined that most of the Newfoundland forms fit into the developing Portuguese typological system. As far as possible I have used the Portuguese names for the vessel forms found in Newfoundland (figs. 3 and 4). The use of Portuguese names clarifies the description of forms and will lessen the inherent biases which happen when utilizing, for example, English vessel names for Portuguese forms.[5] It will also facilitate discussion between Portuguese and English researchers, as it will lessen confusion when attempting to describe specific vessels. Although sometimes imprecise, the Portuguese nomenclature is better than using terms designed for English ceramics.

The overall Portuguese coarseware assemblage in Newfoundland is characterized by coarse vessel forms. There have been very few examples of finer forms and fabrics, such as those seen with *ceramicas modeladas*, recovered on the island. The majority of the forms that

5. For example: Beaudry *et al* 1983 describes the milk pan, a form similar to the Portuguese *alguidar.*

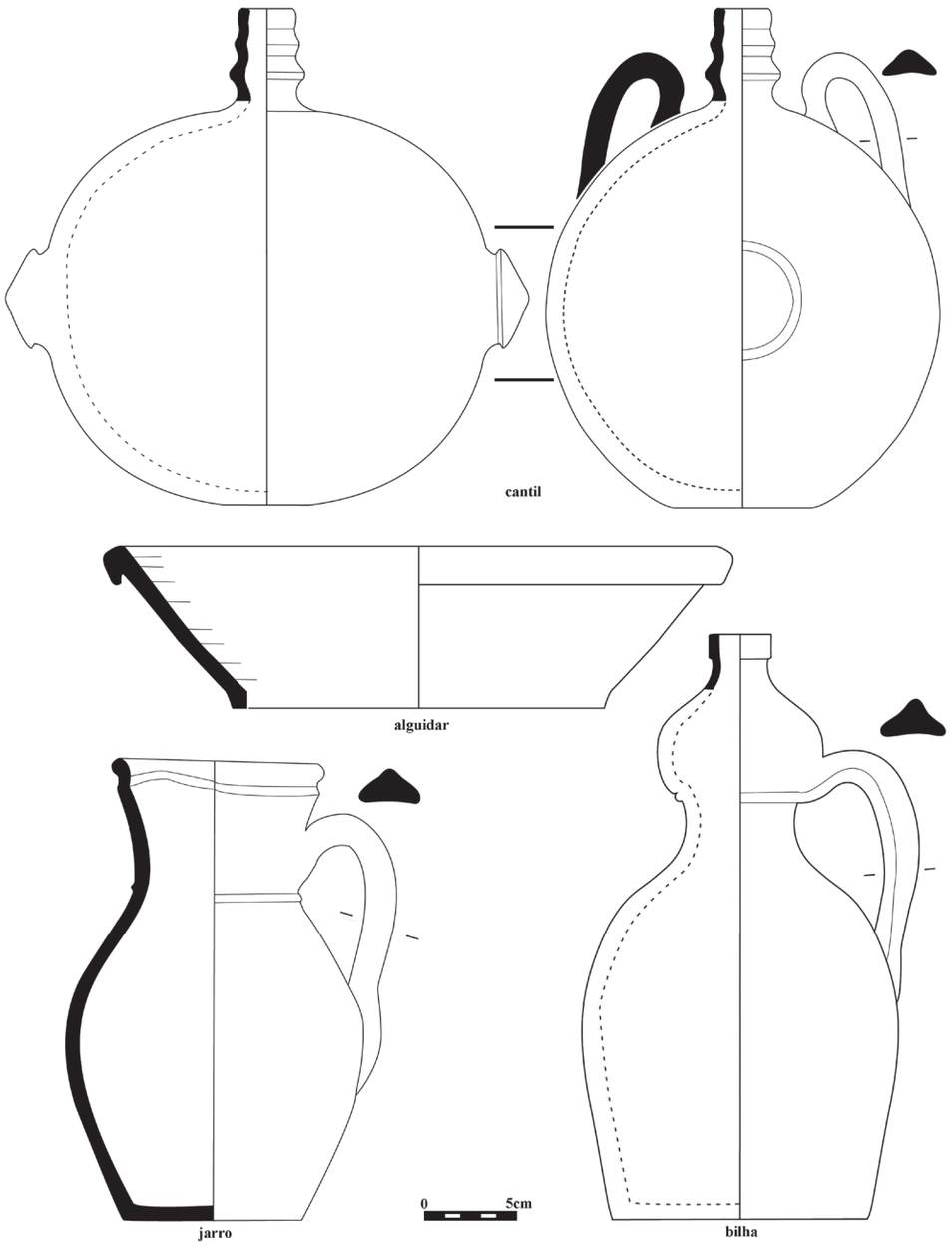
have been found in Newfoundland represent storage vessels or coarse table/utilitarian ware (Newstead, 2008).

3.2.1 The Jars

The storage or 'olive' jar is the most common of the Newfoundland Portuguese coarseware vessels. When pictures and descriptions of the Portuguese coarseware jars were shown to various archaeologists in Portugal, the repeated response was that these vessels were rare in contemporaneous Portuguese contexts, but it was likely that they were produced in Portuguese kilns (Hurst Hurst, Neal and Van Beuningen, 1986; Pope, 1986; Gutiérrez, 2000; Crompton, 2000; Paulo Dordio, 2006, pers. comm.; Patrícia Carvalho and José Bettencourt, 2006, pers. comm.; Claudio Brochado, 2006, pers. comm.; António Marques, 2006, pers. comm.; António Silva, 2006, pers. comm.; Gutiérrez, 2007; Barbosa, Casimiro and Manaia, 2008). It could be suggested that due to their common appearance in collections outside of Portugal and rarity inside of the country, these vessels were produced for an export market.

Portuguese coarseware 'olive' jars are distinct from Spanish 'olive' jars, both in fabric, but also in rim and body form (fig. 5) (Goggin, 1968; James, 1988). They come in slipped and glazed varieties, although the slipped vessels are more common. The jars all have two incised rings near their bottom and triangular rims. Many of the jars exhibit the Type 3 fabric.

S. Newstead



4. A selection of Portuguese coarseware forms from the Newfoundland collections.

A high percentage of jars occur at sites in Newfoundland where Portuguese coarseware is found in quantity. For example, a valid estimation for the proportion of jar sherds in Ferryland's total Portuguese coarseware collection would be 29 to 30%. Their presence may be related to the foodstuffs that were being utilized on English ships and in the nascent colonies on the island. Although the common English name for these vessels suggests that they were predominately used for shipping olives, it is more likely they were used for shipping and storing wine or oil. Their relatively homogenous size and shape suggests that they were being produced for a specific storage task. There is not a great deal of evidence that these jars were being used in a context other than storage, as burned or use-worn sherds are uncommon in the Newfoundland collections. If they were being used solely for storage and were not being commonly reused in any capacity, it makes sense if they were viewed as disposable, thereby making their abandonment in Newfoundland more likely. This is in contrast to the higher quality Portuguese coarseware serving and multi-use vessels, which would have had a higher rate of curation and a range of reuse.

4. PRODUCTION

The most important areas of production for Newfoundland Portuguese coarseware were the areas closely associated with port cities which Newfoundland-bound ships frequented. The two main ports were Lisbon, which had its own production and Porto, which was known for selling earthenware from Ovar/Aveiro kilns as well as kilns in Prado and Braga (Barreira, Dordio and Teixeira, 1998; Paulo Dordio, 2006, pers. comm.; António Silva, 2006, pers. comm.). A third, less major port that received Newfoundland-associated ships is Aveiro itself (Innis, 1929; Abreu-Ferreira, 1995). These cities had active English or French involvement in the flow of goods being shipped and this likely facilitated the export of Portuguese ceramics (Abreu-Ferreira, 1995; 2004). There are several other regions known for early modern ceramic production, such as the Alto Alentejo. Each area produced distinctive ceramic types, although there are overlaps in vessel forms, finishing techniques and fabric composition (Resende, 1986; Sardinha, 1990; Rego, 1993; Catarino, 1995; Diogo, and Trindade, 1995; Real *et al*, 1995; Amorim, 1996; 1998;

S. Newstead

5. A Portugese coarseware jar from Newfoundland. From the Collections of the Rooms, Provincial Museum, Newfoundland.

Silva, 1996; Gaspar and Amaro,1997; Alves *et al*, 1998; Barreira, Dordio and Teixiera, 1998; Osório and Silva, 1998; Teixeira, 1998; Castro, Dordio and Teixeira, 1999; Gutiérrez, 2000; Alves *et al*, 2001; Bettencourt *et al*, 2003; Bettencourt *et al*, 2003a; 2003b; Alves and Rieth, 2004; Bettencourt, Carvalho and Pinto, 2005a; 2005b; Bettencourt and Carvalho, 2007; Barbosa, Casimiro and Manaia, 2008; Gomes, 2008). It is unlikely, however, that all of Portugal's earthenware production zones are represented in Newfoundland contexts.

The majority of securely identified Portuguese coarseware in Newfoundland exhibits characteristics very similar to the ware produced in the Aveiro region. The Newfoundland forms and fabrics are analogous to contemporaneous samples from Porto and Aveiro that were produced in the Aveiro region. The ratio of glazed to unglazed ceramics in the Newfoundland collections is also similar to seventeenth-century contexts containing Aveiro-produced ceramics in Porto (Castro, Dordio and Teixeira, 1999). One sees in the Newfoundland collections many Aveiro-style vessel forms with a smaller number of vessel forms that could be attributed to areas like Lisbon.

The potential production origin of the Portuguese coarseware jars warrants a more detailed discussion. They do not occur normally in Portuguese contexts, and yet are the most numerous Portuguese coarseware vessel type that occurs in Newfoundland. On first glance they are visually dissimilar to typical Aveiro-style form and fabric. However, upon closer examination of the fabric, the jars exhibit many similarities to the known Aveiro fabrics. The inclusions are the same, the general colour is similar and the jars often exhibit one of the main Aveiro-style fabric markers, which is the large opaque quartz inclusions. The main differences are the marbling of the fabric and its softness. The jars are often slipped with white, but they can be burnished, plain or glazed; all three of the latter result in sherds that are very similar to the Aveiro style. More tellingly, when tested for trace elements, the jar sherds matched well with the other Newfoundland sherds that had been visually identified as being from Aveiro. The jars, then, may have been produced in Aveiro but from lesser quality clays and with less care than the other Aveiro vessels. They may also have been mass produced for an export market for basic storage use, resulting in lower quality expectations. This being said, Portuguese jars are still of much higher production quality than typical Spanish jars of the seventeenth century (Goggin, 1960; Sassoon, 1981; James, 1988). Their fabric is finer and their vessel shape is more regular. This fits with historians' assertions that ceramic production was being regulated in Aveiro from the late sixteenth century onwards, leading to quality vessel production (Bettencourt, 1995). The Aveiro region was also known for actively marketing its wares outside of the region, which would make production of a vessel almost exclusively for an export market part of a larger ceramic production and marketing context (Bettencourt, 1995).

5. DISCUSSION

Portuguese ceramics arriving via English ships to Newfoundland are an excellent reflection of long-standing trade relationships between the English and Portuguese. These relationships were well established by the seventeenth century: formal commercial contact between England and Portugal began in the thirteenth century (Shillington and Chapman, 1970; Shaw, 1989, p. 15; Childs, 1992). By the fifteenth century, English merchant communities had been established in most of the major ports in Portugal, with Lisbon and Porto having the largest number of English merchant families (Childs, 1992, p. 205).

Although the Portuguese had an early association with the island of Newfoundland, with their seafarers exploring and exploiting the resources of the area from the late-fifteenth century onwards, their direct presence in Newfoundland's waters declined at the end of the sixteenth century (Abreu-Ferreira, 1997; 1998; Pope, 2004a, p. 12-20). As Portugal's direct contact with island lessened, the English fishery in Newfoundland began to fill the sustained Portuguese demand for salted cod. Portugal was a good market choice for English-caught cod during the seventeenth century. Portugal produced goods that were readily saleable in England and Newfoundland, such as wine, fruit and olive oil. These commodities, when traded for Newfoundland cod, could make an English merchant profit, as the cod had a lower value when brought directly to English markets (Pope, 2004a, p. 91).

Commercial transactions were often conducted through English merchants living in Portugal (Shillington and Chapman, 1970; Abreu-Ferreira, 1995; 2003; Shaw, 1989; Studnicki-Gizbert, 2007). This local presence of English merchants may have affected the types of ceramics that the English were acquiring. There are some fundamental differences in the makeup of Portuguese coarseware from coastal archaeological collections in Portugal versus those Newfoundland, notably the absence of black coarse earthenware on the island, an attribute which is ubiquitous in seventeenth-century Portuguese collections containing red coarse earthenware. The main reasons for these differences may have been due to the goods inside the vessels, rather

than the vessels themselves, but whether this difference may be partially due to an Anglicization of the ceramics available for trade to Newfoundland-bound ships is an interesting thought. The strong trading connections between the English and Portuguese are not solely reflected materially in Newfoundland by the appearance of Portuguese coarseware. Portuguese *faiança* is also well represented at Ferryland, with mid-seventeenth-century contexts often containing a higher than average amount when compared to other contemporary English sites (Stoddart, 2000; Pope, 2004a, p. 373). Ferryland also has the only examples of Portuguese fine earthenware (*púcaros)* in North America, which could be attributed to the close merchant connections between Newfoundland and Portugal (Tuck and Gaulton, 2002).

Adding to these situational factors of consumption was the maritime culture which placed the people involved in the Newfoundland fishery at the cusp of the evolution of consumer behaviour which was happening in earnest through the seventeenth century. The maritime community in Newfoundland was connected to a dynamic web of trade networks which stretched across the Atlantic. This connection facilitated the access to foreign goods, such as Portuguese earthenware and fostered a culture where consumption of these goods was acceptable for a wide range of society (Pope, 2004a). The maritime community in Newfoundland was not a poor one. The Newfoundland cod fishery was a risky, but lucrative economy (Innis, 1940; Matthews, 1968; Cell, 1969; Pope, 2004a). One can then infer that there was a certain amount of disposable income available to people working in the Newfoundland economy. This income would have made Portuguese goods, such as wine and ceramics, more accessible and viable for a wide range of maritime consumer. The values and structure of the seventeenth-century maritime community associated with Newfoundland encouraged the consumption of exotic goods, while the availability of a degree of disposable income to a wide range of society facilitated the acquisition of these goods (Pope, 2004a).

6. CONCLUSION

Research on Portuguese coarseware in Newfoundland and other export contexts is still only in its preliminary stages. Further research into production areas needs to be continued, as does research of the forms and fabrics of the ware. The next stage is to associate vessel forms and fabrics with specific archaeological and temporal contexts in Newfoundland and to see if any patterns emerge suggesting changes in consumption over time. More elemental testing of the ceramic and archival research into the trade of Portuguese coarseware will also be useful in further research. This work represents an initial attempt at greater contact between archaeologists and researchers working in Portugal and Newfoundland. The close historical ties between the Portuguese and Newfoundland maritime communities make continuing contact a worthwhile undertaking. Further collaboration will result in new and innovative perspectives on early modern North Atlantic trade and social connections; perspectives that could be difficult to obtain in isolation.

7. ACKNOWLEDGEMENTS

Thanks to all who allowed me access to the collections utilized for this project. In Newfoundland: Dr. Peter Pope (St. John's Waterfront [CjAe-08, CjAe-53, CjAe--15]), Drs James Tuck and Barry Gaulton (Ferryland [CgAf-02]), Stephen Mills (Renews and Placentia New Fort [ChAl-09]), Amanda Crompton (Placentia Vieux Fort [ChAl-04]), Elaine Anton (The Rooms, Provincial Collection [ChAe-09, ChAe-02, CfAf-09, CgAf-03, CfAf--19, *HMS Saphire*]). In Portugal: Paulo Dordio (Casa do Infante, Porto), Francisco Alves, Patrícia Carvalho and José Bettencourt (Ria de Aveiro A/B, CNANS, Lisbon), Lidia Fernandes and António Augusto da Cunha Marques (Rua Benformoso, Lisbon; Câmara Municipal and Museu da Cidade, Lisbon); Claudio Brochado and Claudia Mihazaz (Museu de Olarias, Barcelos), José Antonio Cristo (Museu Regional de Aveiro and Câmara Municipal, Aveiro); António Manuel Silva (Câmara Municipal, Gabinete de Arqueologia Urbana, Porto); Artur Côrte-Real (Sta. Clara-a-Velha, Coimbra). Project funding provided by the Institute of Social and Economic Research (ISER), the J.R. Smallwood Foundation and the School of Graduate Studies at Memorial University of Newfoundland.

BIBLIOGRAFIA

ABREU-FERREIRA, D. (1995) – *The Cod Trade in Early-Modern Portugal: Deregulation, English Domination, and the Decline of Female Cod Merchants*, Memorial University of Newfoundland PhD thesis.

ABREU-FERREIRA, D. (2003) – The English mercantile community in seventeenth-century Porto: a case study of the early Newfoundland trade. *Newfoundland Studies.* St. John's. 19:1, p. 132-151.

ABREU-FERREIRA, D. (2004) – The French in Porto in the Seventeenth Century. *International Journal of Maritime History.* St. John's. 26:2, p. 95-110.

ALLAN, J. (ed.) (1984) – *Medieval and Post-Medieval Finds from Exeter, 1971-1980.* Exeter: Exeter City Council and University of Exeter. (Exeter Archaeological Reports 3.) 377 p.

ALLAN, J. e BARBER J. (1992) – A seventeenth-century pottery group from Kitto Institute, Plymouth. In GAIMSTER, D. e REDKNAP, M., eds. – *Everyday and Exotic Pottery from Europe: Studies in honour of John G. Hurst,* Oxford: Oxbow Books, p. 225-45.

ALVES, F. e RIETH, E. (2004) – *Um Mergulho na História – O navio do século XV Ria de Aveiro A. (Diving into History – The 15th century ship Ria de Aveiro A.* Portugal: Museu Marítimo de Ílhavo. 115 p.

ALVES, F. *et. al.* (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*: Aproximação tipológica preliminar. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (1995). Tondela, p. 185-210.

ALVES, F. *et. al* (2001) – Ria de Aveiro A: a shipwreck from Portugal dating to the mid-15th century; a preliminary report. *International Journal of Nautical Archaeology.* 30: 1, p. 12-36.

AMORIM, I. (1996) – A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das olarias à fábrica de "louça fina". *Revista de Faculdade de Letras, 2.ª Série.* Porto. 13, p. 403-422.

AMORIM, I. (1998) – A olaria de Aveiro, no séc. XVIII: continuidade e desenvolvimento. *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos.* Barcelos. 2, p. 70-80.

BARBOSA, T.; CASIMIRO, T. e MANAIA, R. (2008) – A late 15th century household pottery group from Aveiro (Portugal). *Medieval Ceramics.* London. 30, p. 119-138.

BARREIRA, P.; DORDIO, P. e TEIXIERA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (1995). Tondela, p. 145-184.

BEAUDRY, M. *et. al* (1983) – A vessel typology for early Chesapeake ceramics: the Potomac typological system. *Historical Archaeology.* Rockville. 17: 1, p. 18-43.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2007) – Relatório dos trabalhos de escavação efectuados em 2005 no âmbito do projecto Ria de Aveiro A 2000 (FCT). *Trabalhos do CNANS 42.* Lisbon.

BETTENCOURT, J.; CARVALHO, P. e PINTO, I. (2005a) – Relatório dos trabalhos de escavação efectuados em 2004 no âmbito do projecto Ria de Aveiro A 2000 (FCT). *Trabalhos do CNANS 30: 1.* Lisbon.

BETTENCOURT, J.; CARVALHO, P. e PINTO, I. (2005b) – Relatório dos trabalhos de escavação efectuados em 2004 no âmbito do projecto Ria de Aveiro A 2000 (FCT). *Trabalhos do CNANS 30: 2.* Lisbon.

BETTENCOURT, J. *et. al* (2003) – Projecto Ria de Aveiro A – 2000 (FCT) POCTI/ 34922/ HAR/ 2000 Relatório dos trabalhos desenvolvidos em 2003 no âmbito do projecto Ria de Aveiro A – 2000. *Trabalhos do CNANS 14.* Lisbon.

BETTENCOURT, J. *et. al* (2003a) – Projecto Ria de Aveiro A – 2000 (FCT) POCTI / 34922 / HAR / 2000 relatório preliminar de estudo das cerâmicas. *Trabalhos do CNANS 8: 2.* Lisbon.

BETTENCOURT, J. *et. al* (2003b) – Projecto Ria de Aveiro A – 2000 (FCT) relatório da campanha de 2002. *Trabalhos do CNANS 8: 1.* Lisbon.

BETTENCOURT, O. (1995) – A Periferia das Pequenas Ilhas: o exemplo de São Jorge, a partir das Vereações de Velas (1559-1570-1571). In *O Faial e a periferia açoriana nos sécs. XV a XIX: actas do colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993.* Portugal: Núcleo Cultural da Horta.

BROWN, D. (2002) – *Pottery in Medieval Southhampton, c 1066-1510.* York: Council for British Archaeology. (Southampton, Archaeology Monographs 8, CBA Research Report 133.) 196 p.

CASTRO, F.; DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1999) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante – Porto (século XVI a meados do século XVIII): identificação visual e química dos fabricos. *Actas de 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (1997). Tondela, p. 223-230.

CATARINO, H. (1995) – Cerâmicas tardo-medievais/modernas do Alto-Alentejo: a escavação de um silo na vila do Crato, *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (1992), 129-136.

CELL, G. (1969) – *English Enterprise in Newfoundland 1577--1660,* Toronto: University of Toronto Press.

CHILDS, W. (1992) – Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century. *Transactions of the Royal Historical Society.* London. 6th series: 2, p. 195-219.

CRANFILL, R. (2004) – *Mineralogical and Petrological Investigation of Orange Micaceous Ceramics from St. Mary's City Maryland*. University of North Carolina Honours thesis.

CROMPTON, A. (2001) – *A seventeenth-century planter's house at Ferryland, Newfoundland (CgAf- 2, Area D).* Memorial University of Newfoundland MA thesis.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500- 1800, Volume I: Ceramics, Glassware, and Beads*, Washington: Smithsonian Institution Press. 222 p.

DIOGO, A. e TRINDADE, L. (1995) – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo Terramoto de 1755. *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (1992). Tondela, p. 171-186.

GASPAR, A. e AMARO, C. (1997) – Cerâmicas dos Séculos XIII-XV da Cidade de Lisboa. *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du 6e congrès*. Aix-en-Provence, p. 337-345.

GAULTON, B. e MATHIAS, C. (1998) – Portuguese *terra sigillata* earthenware discovered at a 17th-century colonial site in Ferryland, Newfoundland. *Avalon Chronicles*. St. John's. 3, p. 2-17.

GAULTON, B.; TUCK, J. e MILLER, A. (2009) – Archaeology at Ferryland 2009. *Provincial Archaeology Office (Newfoundland & Labrador) Archaeology Review*. St. John's. 8, p. 62 -65.

GOGGIN, J. (1960) – The Spanish Olive Jar: An Introductory Study. (Yale University Publications in Anthropology Number 62). In MINTZ, S., ed. – *Papers in Caribbean Anthropology.* New Haven: Yale University (Yale University Publications in Anthropology Numbers 57-64).

GOMES, M. (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII): notícia preliminar. *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval.* Tondela, p. 271-292.

GUTIÉRREZ, A. (2000) – *Mediterranean Pottery in Wessex Households: 13th to 17th Centuries*. Oxford: J. and E. Hedges. (BAR British Series Vol. 306) 257 p.

GUTIÉRREZ, A. (2007) – Portuguese coarsewares in early modern England: reflections on an exceptional pottery assemblage from Southampton. *Post-Medieval Archaeology.* 41: 1, p. 64-79.

HURST, J.; NEAL, D. e VAN BEUNINGEN, H. (1986) – *Pottery Traded in North-West Europe 1350-1650.* Rotterdam: Rotterdam Papers VI.

KIRKMAN, J. (1974) – *Fort Jesus: A Portuguese Fortress on the East African Coast.* Oxford: Clarendon Press. 327 p.

INNIS, H. (ed.) (1929) – *Select Documents in Canadian Economic History 1497-1783,* Toronto: University Press.

INNIS, H. (1940) – *The Cod Fisheries: the History of an International Economy,* New Haven: Yale University Press.

JAMES, S. (1988) – A reassessment of the chronological and typological framework of the Spanish olive jar. *Historical Archaeology.* Rockville. 22: 1, p. 43-66.

MARTIN, C. (1979) – Spanish armada pottery. *International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration.* 8: 4, p. 279-302.

MARTIN, C. (1995) – Spanish Armada Ceramics. In GERRARD, C.; GUTIÉRREZ, A. e VINCE, A., eds. – *Spanish Medieval Ceramics in Spain and 173 the British Isles: Cerámica medieval española en España y en las Islas Británicas*. Oxford: Hadrian Books, p. 353-358.

MATTHEWS, K. (1968) – *A History of the West of England-Newfoundland Fishery*. Oxford University D. Phil. dissertation.

MILLS, S. (2000) – Seventeenth-century Life in Renews, Newfoundland : Archaeological Analysis of an English West Country Planter's House. Memorial University of Newfoundland MA thesis.

MILLS, S. e TUCK, J. (2004) – *Archaeological Investigations at Ilhavo Park (CjAe-53), Duckworth Street and Plymouth Road St. John's, Newfoundland and Labrador.* Newfoundland: Report to Grand Concourse Authority, St. John's, from Aardvark Archaeology.

NEWSTEAD, S. (2008) – *Merida No More: Portuguese Redware in Newfoundland.* Memorial University of Newfoundland MA thesis.

OSÓRIO, M. e SILVA, A. (1998) – Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (1995), Tondela. p. 145-184.

POPE, P. (1986) – Ceramics from Seventeenth-Century Ferryland, Newfoundland. (CfAf-2, Locus B*),* Memorial University of Newfoundland MA thesis.

POPE, P. (2004a) – *Fish into Wine: The Newfoundland Plantation in the Seventeenth Century.* Chapel Hill: University of North Carolina Press. 463 p.

POPE, P. (2004b) – The Waterfront Archaeology of Early Modern St. John's, Newfoundland. In PASQUINUCCI, M. e WESKI, T., eds. – *Close Encounters: Sea and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. Oxford: Archaeopress, p. 170-190.

REAL, M. *et. al.* (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (1992). Tondela, p. 171-186.

REGO, M. e MACIAS, S. (1993) – Cerâmicas do século XVII do convento de Sta. Clara (Moura). *Arquelogia Medieval.* 3, p. 147-159.

RESENDE, T. (1986) – Cerâmica comum tardia provenviente das escavações da zona do Castelo de Montemor-o-Novo. *Almansor.* 4, p. 43-62.

SARDINHA, O. (1990) – *Olarias Pedradas Portuguesas: Contribuição Para o Seu Estudo : - Os Objectos Procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos.* Lisbon: National Museum of Archaeology (Series 4, Vol 8.).

SASSOON, H. (1981) – Ceramics from the wreck of a Portuguese ship at Mombassa. *Azania.* Nairobi. 16, p. 97-130.

SHAW, L. (1989) – *Trade, Inquisition and the English Nation in Portugal, 1650-1690.* Manchester: Carcanet Press.

SHILLINGTON, V. e CHAPMAN, A. (1970) – *The Commercial Regulations of England and Portugal*. New York: Burt Franklin. (Reprint of 1907 ed.)

SILVA, A. (1996) – Cerâmica tradicional na região de Aveiro: alguns elementos documentais. *Olaria: Estudos Arquelógicos, Históricos e Etnológicos.* Barcelos. 1, p. 53-77.

SOUSA, É.; SILVA, J. e GOMES, C. (2003) – Chemical and physical characterization of fragments from ceramics called "formas de açucar" exhumed in the town of Machico, Madeira island. *Proceedings of the EMAC'03 7th European Meeting on Ancient Ceramics*. Lisbon.

STODDART, E. (2000) – *Seventeenth-century Tin-glazed Earthenware from Ferryland, Newfoundland.* Memorial University of Newfoundland MA thesis.

STUDNICKI-GIZBERT, D. (2007) – *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640.* Oxford: University Press.

TEIXEIRA, R. e DORDIO, P. (1998) – Como pôr ordem em 500 000 fragmentos de cerâmica? Ou Discussão da metodologia de estudo da cerâmica na intervenção arquelógica da Casa do Infante (Porto), *Olaria: Estudos Arquelógicos, Históricos e Etnológicos.* Barcelos. 2, p. 115-124.

TUCK, J. e GAULTON, B. (2002) – Terra sigillata from a seventeenth-century settlement in Newfoundland. *Ceramics in America 2002.* Milwaukee, p. 202-204.

TUCK, J. e GAULTON, B. (2003) – The archaeology of Ferryland, Newfoundland until 1696. *Avalon Chronicles.* St. John's. 8, p. 187-224.

WILLIAMS, D. (1984) – The petrology of the olive jars and merida-type wares. In ALLAN, J., ed. – *Medieval and Post-Medieval Finds from Exeter, 1971-1980.* p. 146. Exeter: Exeter City Council and University of Exeter (Exeter Archaeological Reports 3).

MUITO MAIS DO QUE LIXO

A CERÂMICA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO RIA DE AVEIRO B-C

INÊS PINTO COELHO **CHAM – FCSH - UNL | UAç. inespintocoelho@fcsh.unl.pt**

RESUMO O núcleo de cerâmicas estudado, proveniente do sítio arqueológico Ria de Aveiro B – C, integra uma das maiores colecções de cerâmica comum portuguesa, encontradas em contextos subaquáticos. Inclui produções de fabrico regional, faiança e grés, com uma cronologia que se estende desde o século XV até ao século XVIII. A cerâmica comum é a mais representada e forma um grupo muito homogéneo em termos de fabrico, oriundo de manufacturas locais, da região Aveiro/Ovar, onde existiram numerosas olarias. Também se encontram presentes exemplares de importação, provenientes de regiões do sul e do norte da Europa.
O estudo destes materiais contribui para o conhecimento das produções e do comércio de Aveiro, evidenciando o papel de destaque que esta região assumiu na expansão marítima portuguesa.

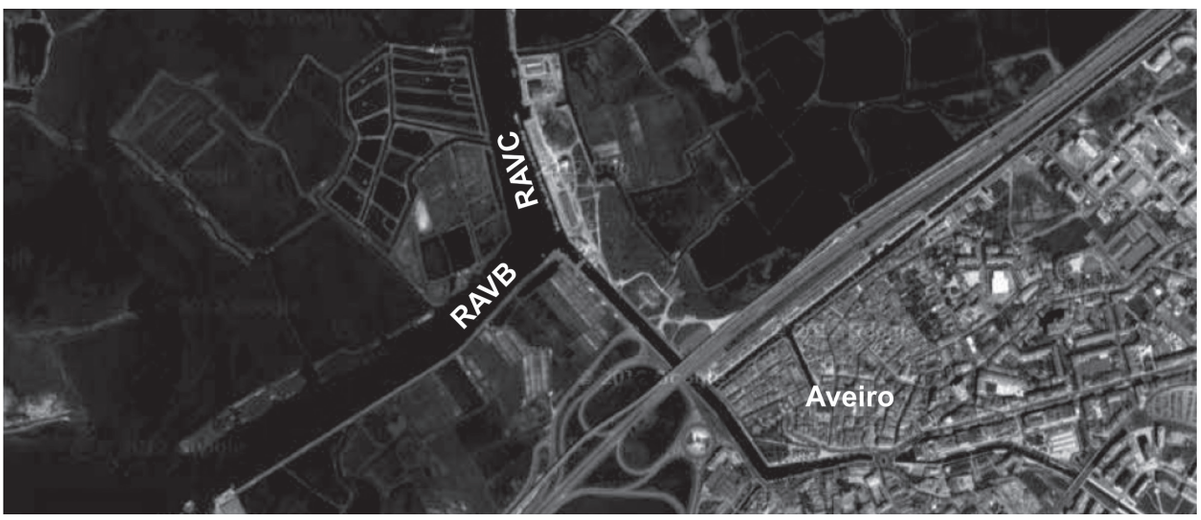
PALAVRAS-CHAVE **Aveiro/Ovar, Ria de Aveiro B-C, arqueologia subaquática, cerâmica**

INTRODUÇÃO

1. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO

O sítio arqueológico subaquático Ria de Aveiro B-C localiza-se no cotovelo do Canal Principal com a Cale da Veia, junto ao Canal das Pirâmides, em Aveiro (fig. 1). Este sítio corresponde a uma área que é delimitada a leste, por uma perpendicular ao leito da Cala Maior, distante 300 metros do eixo do Canal Principal, e a oeste, no Canal Principal, por uma linha semelhante, que dista 500 metros do eixo da Cala Maior (Alves, 1993, p. 1-18).
Na sequência de trabalhos arqueológicos ali desenvolvidos foi possível concluir que o canal apresenta, na quase totalidade da sua extensão, uma vasta colecção de cerâmicas de diversas épocas. Esta dispersão de espólio estará relacionada com o efeito cumulativo das correntes de maré e com o revolvimento dos fundos ocorrido durante as dragagens aqui efectuadas, na década de 1970.
O conjunto estudado é composto por: peças recuperadas nas dragagens efectuadas na Ria, na década de 1970[1]; materiais recolhidos avulsamente por mergulhadores

1. Na década de 1970, foram efectuadas dragagens com o objectivo de abrir o canal principal da Ria de Aveiro até à Lota, evitando que este canal, que separa a laguna do mar, se fechasse, permitindo assim, que se continuasse a utilizar o seu porto. Neste contexto, um conjunto que ascende a mais de uma centena de peças foi recuperado e depositado na Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, onde permaneceu até ao ano de 2000. Posteriormente foi cedido pela referida instituição à Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática (DANS), do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., para ser efectuado o seu estudo (Alves, 1993).

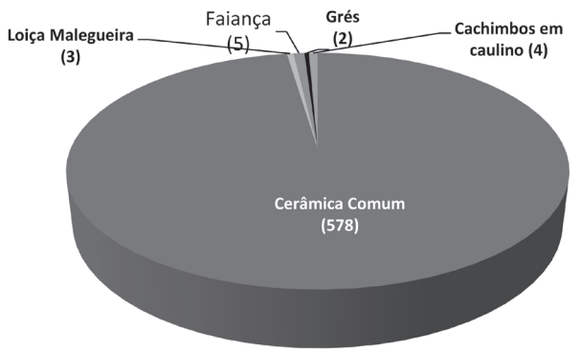


1. Localização do sítio arqueológico Ria de Aveiro B-C.

amadores, entre 1993 e 1994[2]; e por peças recuperadas em intervenções arqueológicas realizadas em 2000[3].

2. ESTUDO DO ESPÓLIO

O conjunto de cerâmicas em estudo é composto, essencialmente, por peças de cerâmica comum de uso quotidiano (97,64 %), dividindo-se esta em loiça de mesa, loiça de cozinha e loiça destinada ao transporte e armazenamento de líquidos, destacando-se também um número significativo de formas de açúcar, destinadas ao fabrico e purga deste produto. Com expressão reduzida registam-se peças de faiança (0,84 %), alguns exemplares de loiça malegueira (0,50 %), assim como cachimbos em caulino (0,68 %), dois fragmentos de *bellarmina* (0,34 %) e dois exemplares de anforeta (tabela 1; fig. 2).



2. Relação dos grupos estudados.

Tabela 1 – Inventário geral dos artefactos estudados

Artefactos	Tigelas	Pratos	Garrafas	Copos	Alguidares	Testos	Funil	Potes	Cântaros	Jarros	Bilhas	Pucarinhos	Vasos de noite	Formas de Açúcar	Pratos com ônfalo	Escudelas	Cachimbos	Anforetas	Indeterminados	Total
Cerâmica comum	106	55	-	1	35	5	1	34	60	1	18	9	1	118	-	-	1	2	131	578
Faiança	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5
Loiça malegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	3
Cachimbos em caulino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Grés	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Total	106	59	2	1	35	5	1	34	60	1	18	9	2	118	2	1	5	2	131	592

2.1 Cerâmica comum de uso quotidiano

As peças pertencentes a este grupo são as mais numerosas. Para além da predominante tonalidade vermelha-alaranjada, por vezes os exemplares apresentam um tom castanho. Registam-se também fragmentos com pastas de dupla coloração (veio central de cor cinzenta e periferia de tom castanho avermelhado), o que evidencia resfriamento do forno após a cozedura. Surgem também algumas peças com manchas de tom negro, sobretudo na superfície externa, características da ocorrência de oscilações do ambiente de cozedura. Normalmente, a superfície externa é da cor da pasta; a

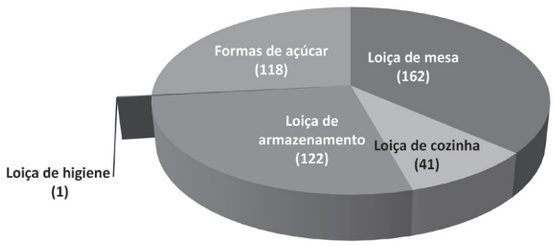
2. A 2 de Novembro de 1993, um grupo de mergulhadores participaram à capitania do Porto de Aveiro a descoberta de diversos materiais de cerâmica na zona Ria de Aveiro B (Informação DANS: Despacho n.º 65/99). A 5 de Abril de 1994, o mesmo grupo de mergulhadores declarou novos achados fortuitos – inúmeras peças de cerâmica, estruturas de madeira de um barco, ossos e uma bilha com uma inscrição cursiva gravada na zona do colo, datada de meados do século XVI –, numa zona adjacente da área da Ria de Aveiro B, situada na parte terminal da Cala Maior, junto à lota, sítio arqueológico que passou a ser designado por Ria de Aveiro C (Alves, 1993: 1-18; Alves, 1994).

3. Na sequência dos referidos achados, no ano de 2000, foram realizados trabalhos de prospecção ao longo de duas faixas laterais de uma corrente metálica colocada no fundo, transversalmente ao eixo dos canais, fixada nas margens em pontos sucessivamente afastados de 5 em 5 metros. A corrente encontrava-se numerada com pontos de 5 em 5 metros e, em cada um deles, foi colocado um saco para a recepção dos vestígios móveis recolhidos, nomeadamente as cerâmicas (Informação da DANS: Missão da Ria de Aveiro B – C, 2000: CNANS 00/717, de 11 de Agosto, Pº CNANS 93/13) (Alves, 1993: 1-18).

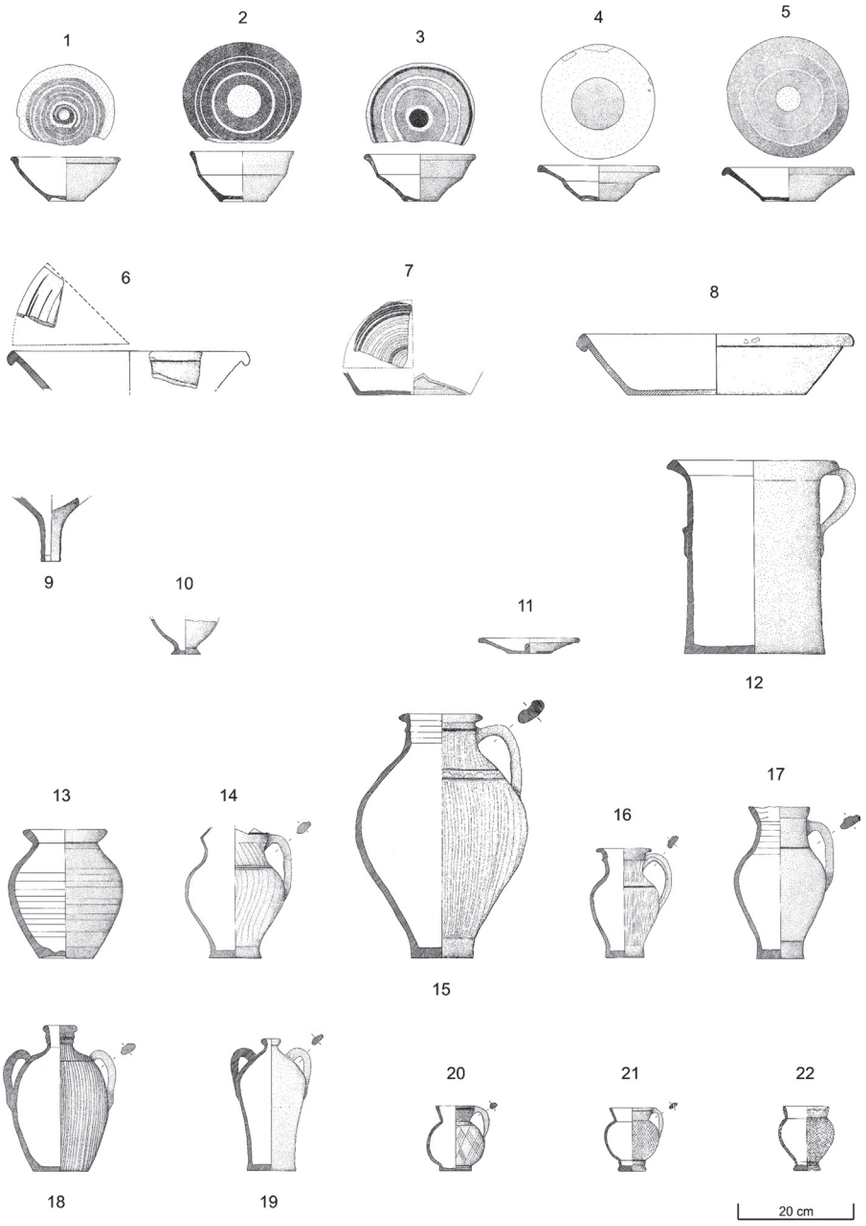
superfície interna de algumas formas – taças, pratos e alguidares – oferece um engobe com a mesma tonalidade da pasta, vermelha-alaranjada ou castanha. Este engobe, depois de brunido, origina o aparecimento de motivos compostos por linhas concêntricas ou em espiral. Ao nível da sua composição macroscópica as peças apresentam quartzo e mica, de grão fino a médio.

A cerâmica comum distribui-se pelos seguintes tipos: loiça de mesa, que constitui 36,49% dos exemplares, loiça de cozinha com 9,23%, loiça destinada ao transporte e armazenamento de líquidos e sólidos com 27,48%, formas de açúcar com 26,58% e loiça de higiene com 0,22% (fig. 3).

Entre as formas de loiça de mesa, destinadas à apresentação e consumo de alimentos, destacam-se as tigelas e os pratos. As tigelas têm feição curva e aberta



3. Relação dos vários tipos de peças de cerâmica comum.



4. Tipologia das formas de cerâmica comum de uso quotidiano.

(fig. 4.1), carenada (fig. 4.2) ou ligeiramente carenada (fig. 4.3). Os bordos são extrovertidos ou ligeiramente extrovertidos e com lábio de secção semicircular. Assentam maioritariamente em pé anelar e destacado; a altura varia entre os 6,7 cm e os 11 cm, os diâmetros dos bordos variam entre 8 cm e 20 cm e os da base, entre 32 cm e 58 cm. Os pratos apresentam corpo troncocónico de paredes baixas (fig. 4.4), bordo em forma de aba plana com lábio pendente e fundo em calote esférica sobre pé baixo e anelar (fig. 4.5). A altura varia entre os 5,6 cm e os 6,3 cm, os diâmetros dos bordos variam entre 7,5 cm e 21 cm e os da base, entre 4,1 cm e 6 cm.

Ao conjunto da loiça de mesa terá ainda pertencido um provável fragmento de copo (fig. 4.10), recipiente de pequenas dimensões, com corpo tronco-cónico, paredes altas e assente em pé alto, de base plana. O diâmetro do fundo é de 5 cm e mede de altura 6 cm.

Os pucarinhos pertenceriam também à loiça de mesa. As peças de maiores dimensões poderiam ser utilizadas ao lume, muitas vezes funcionando como panelas. As peças de menores dimensões foram decoradas com linhas brunidas cruzadas, originando motivos em forma de losângulo (fig. 4.20), ou então mais simples (figs. 4.21 e 4.22). Tratam-se de recipientes de corpo globular, com uma asa e base plana. A altura varia entre 10,7 cm e 15 cm, os diâmetros dos bordos variam entre 3,2 cm e 3,8 cm e os dos fundos entre 2,3 cm e 5,4 cm.

Os jarros também pertenceriam à loiça de mesa, sendo utilizados para conter e servir líquidos. O exemplar deste conjunto (fig. 4.17) apresenta bordo demarcado exteriormente, com vertedor, corpo de forma globular alongada e base plana. O diâmetro do bordo é de 10,6 cm, mede 26 cm de altura e o diâmetro do fundo é de 8 cm.

Nos utensílios de cozinha refiram-se os numerosos alguidares (figs. 4.6, 4.7 e 4.8). São recipientes com bordos em forma de aba derrubada, com fundos planos, cuja altura varia entre 10,5 cm e 15 cm, os diâmetros dos bordos entre 17,5 cm e 44 cm e os das bases, entre 13 cm e 13,5 cm. Integrando também esta categoria surgem os testos (fig. 4.11), que apresentam forma tronco-cónica, com pega em forma de botão no topo e assentam em base plana; e os funis (fig. 4.9).

Os potes encontram-se igualmente bem representados, servindo para conter, armazenar e conservar alimentos (fig. 4.13). Oferecem forma globular, assentam em base plana, têm bordo extrovertido, algo biselado e demarcado exteriormente e, em alguns casos, mostram caneluras ao longo de toda a peça. A altura ronda os 21,4 cm, os diâmetros dos bordos variam entre 6,5 cm e 16 cm e os das bases, entre 4,1 cm e 6 cm.

Entre os cântaros evidenciam-se objectos de dimensões bastante variadas: os maiores têm corpo globular ou ovóide alongado, com uma altura que varia entre 41,7 cm e 42,3 cm, gargalo alto, bordos com diâmetros que variam entre 6 cm e 6,7 cm, bases planas com um diâmetro que varia entre 5,2 cm e 5,5 cm (fig. 4.15); os de dimensões médias têm um diâmetro do bordo que varia entre 41,7 cm e 42,3 cm e um diâmetro da base que varia entre 3,9 cm e 14,8 cm (fig. 4.14), e, os mais pequenos (fig. 4.16), cujo diâmetro do bordo é de 4 cm, com uma altura média de 19,1 cm e com um diâmetro da base de 3,4 cm. Na sua grande maioria, oferecem uma temática decorativa composta por um brunido de estrias ou linhas verticais paralelas e uma cartela com linhas onduladas incisas.

Ao grupo de recipientes destinados ao transporte e armazenamento de líquidos pertencem também as bilhas. Estas peças oferecem forma globular ou ovóide alongada e assentam em base plana. A superfície externa encontra-se brunida (fig. 4.19) ou com decoração composta por linhas ou estrias verticais espatuladas (fig. 4.18). A altura varia entre os 20,2 cm e os 25,2 cm, os diâmetros dos bordos variam entre 1,5 cm e 2,7 cm e os das bases, entre 3,7 cm e 5,6 cm.

Finalmente, anote-se a existência de um vaso de noite, incluído no grupo da loiça de higiene (fig. 4.12). São recipientes altos, com forma tronco-cónica e assentes em base plana. O exemplar em estudo apresenta bordo largo, em aba, extrovertido, demarcado exteriormente, a partir do qual se desenvolvem duas asas assimétricas até à zona mediana do corpo. O diâmetro do bordo é de 14 cm, mede de altura 34 cm e o diâmetro da base é de 12 cm.

Exemplares idênticos a nível formal, decorativo e tecnológico foram recolhidos na cerâmica que constitui a maior parte da carga do navio Ria de Aveiro A (Bettencourt e Carvalho, 2009, p. 947-954). Estas produções foram identificadas em jazidas arqueológicas do norte e centro de Portugal, nomeadamente, no Porto, em Viana do Castelo, em Peniche e em São Martinho do Porto (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1998, p. 145-184); nas ilhas Atlânticas, no Arquipélago dos Açores (em particular, em São Miguel e na Terceira) e no Arquipélago da Madeira (Sousa, 2011; Gomes e Gomes, 1998, p. 315-348); na Galiza (em Baiona); em Inglaterra (nomeadamente, em Plymouth) (Hurst *et al*, 1986, p. 69-73; Allan e Barber, 1992, p. 225-245); no Canadá (na Terra Nova) (Newstead, 2008) ou nos Estados Unidos (na Florida) (Florida Museum of Natural History, 2004). São regiões com as quais as fontes escritas documentam contactos regulares dos armadores da vila de Aveiro (Bettencourt e Carvalho, 2007-2008, p. 257-287).

2.2. Formas de açúcar

As formas de açúcar faziam parte do tradicional comércio açucareiro do atlântico, que se iniciou no século XV. Em documentação, datada de 1761, é referenciada a existência de formas de pequenas e grandes dimensões numa refinaria na zona de Marvila, em Lisboa (Sousa, 2010, p. 429). A importância do açúcar na economia da expansão tomou este produto precioso, com aplicações desde condimento culinário à farmacopeia (Torres, 2005, p. 23).

As formas de açúcar do sítio Ria de Aveiro B-C são atribuídas à região de Aveiro/Ovar, com fabrico idêntico ao dos materiais anteriormente descritos.

Os recipientes de Aveiro B-C caracterizam-se pelo seu formato cónico, cuja extremidade inferior convexa mostra uma perfuração circular no vértice, por onde escorriam as substâncias líquidas ou o melaço resultante do processo de purga do açúcar. Estes recipientes serviriam de moldes cerâmicos para o fabrico do denominado pão de açúcar que, após extraído das formas, era selecionado pela sua qualidade e acondicionado em caixas de madeira para ser comercializado. Alguns autores referem a possibilidade do açúcar ter sido também transportado em panelas e potes de barro (Childs, 1995, p. 29; Sousa, 2012, p. 429).

Através da determinação do diâmetro e altura, conjuntamente com o cálculo do volume interno e massa[4] foi possível diferenciar três tipos de variantes entre o conjunto de Ria de Aveiro B-C:

Tipo I: peças de menores dimensões, com bordos emoldurados, lábios aplanados, demarcados exteriormente por incisão, ou ligeiramente extrovertidos, de secção semicircular, com diâmetros entre 18,7 cm e 22 cm, medindo de altura cerca de 36 cm e com uma capacidade média de aproximadamente 4 dm3 (figs. 5.24 e 5.25);

Tipo II: peças de dimensão intermédia, com bordos de feição idêntica aos anteriores, com 22,2 cm de diâmetro, medindo de altura cerca de 42 cm e com uma capacidade média de aproximadamente 7 dm^3 (fig. 5.26);

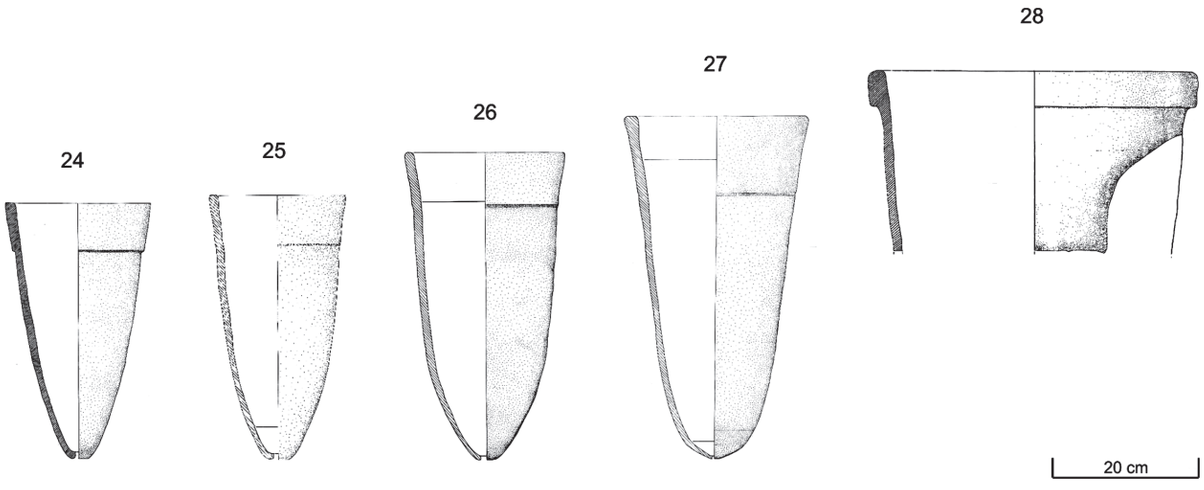
Tipo III: peças de maiores dimensões, com um diâmetro do bordo que se situa entre os 24 cm e os 25,5 cm, medindo de altura cerca de 47 cm e com uma capacidade média de aproximadamente de 10 dm3" (fig. 5.27);

Tipo IV: forma de grandes dimensões, com bordo emoldurado e lábio aplanado demarcado exteriormente, com 43 cm de diâmetro, não sendo possível determinar a altura e volume das peças (fig. 5.28).

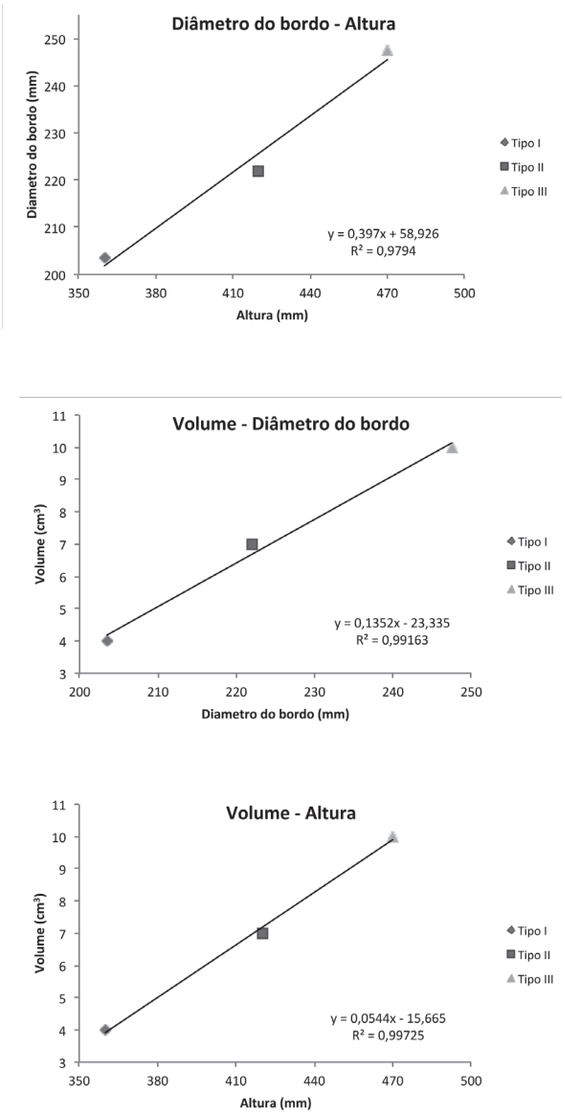
Não obstante o carácter experimental deste ensaio, depreende-se uma preocupação com a uniformização do volume das peças segundo três destes tipos (I, II e III)[5] e um cuidado nas relações de proporcionalidade na manufactura das mesmas, nomeadamente no que diz respeito à relação entre o volume e a altura (fig. 6).

4. O cálculo da massa foi efectuado para cada tipo de forma com base no seu volume interno e na densidade da sacarose (1,587 kg/dm3), resultando, respectivamente, para os Tipos I, II e III aproximadamente 6,348 kg, 11,109 kg e 15,870 kg. De notar que estes valores são meramente teóricos; com o seu cálculo pretendeu-se obter uma noção aproximada da massa que cada tipo de forma poderia comportar.

5. Não foi possível relacionar o tipo IV com os restantes por falta de dados relativos à altura e, por conseguinte, ao volume interno.



5. Tipologia das formas de açúcar.



6. Relações de proporcionalidade entre o volume, a altura e o diâmetro do bordo dos tipos I, II e III das formas de açúcar.

Esta análise remete-nos ainda para duas posturas que regulamentam o fabrico das formas de açúcar. A primeira diz respeito aos registos do *Livro de Vereações da Câmara Municipal do Funchal* (1470-1472), onde foi estabelecido um padrão, através do qual 7 e 8 formas corresponderiam a uma arroba[6]. Posteriormente, no Regimento de D. Manuel I, datado de 27 de Março de 1501, foram estabelecidas medidas de uniformização das formas. Deste modo, e de acordo com uma bitola padronizada, seis pães de açúcar equivaleriam a uma arroba. O mesmo regimento considerava ainda que as formas de maiores dimensões eram prejudiciais à qualidade do açúcar, pelo que ordenava o estabelecimento desta medida-padrão, que servia de norma aos oleiros do Reino e de Castela, aos negociantes e aos indivíduos responsáveis pela produção de açúcar na Ilha da Madeira[7] (Sousa, 2012, p. 456).

A região de Aveiro era amplamente rica em barros e calcários, sendo evidente a sua produção oleira. Este facto é comprovado pela descoberta de fornos nas traseiras do Convento de Jesus, local onde se têm recuperado inúmeros exemplares de formas (Neves, 1985, p. 17-18; Sousa, 2012, p. 436). A tradição oleira desta região está ainda patente na malha urbana da cidade, sobretudo pela presença de vários fragmentos de cerâmica e, em particular, de formas de açúcar, que servem de enchimento aos muros e paredes de habitações (Morgado, 2009, p. 117-142; Sousa, 2012, p. 437). Formas semelhantes foram recuperadas nos Açores, no Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande (Ilha de S. Miguel), no Convento de São Gonçalo e na Baía de Angra do Heroísmo (na Terceira). Através de estudos arqueométricos foi possível concluir que a composição das pastas de Aveiro é idêntica à dos exemplares recolhidos em vários contextos dos séculos XVI e XVII e, mais esporadicamente, do século XVIII e XIX da área urbana de Machico, denunciando uma rede de contactos regulares entre os centros insulares produtores de açúcar e este centro de fabrico das formas (Sousa, 2012, p. 438).

De acordo com fontes documentais, nos séculos XV e XVII foram exportadas de Aveiro formas de açúcar para a Madeira, Açores, Canárias e Brasil, locais onde portugueses e espanhóis criaram uma muito lucrativa produção de açúcar pré-industrial (Sousa, 2006; Bettencourt e Carvalho, 2007-2008, p. 280-281). Documentação castelhana associada à Casa da Contratação sugere o envio destes utensílios de Aveiro para Cuba, para fabrico de açúcar[8].

2.3 Anforetas

Entre os séculos XV e XVIII, as anforetas ou *olive jars* (Marken, 1994, p. 41-137) desempenharam um papel

6. *"Item disse que faziam grrandes formas que as fezessem todas per huua vitolla - a saber - de sete e oito em arroua. E os dictos oficiaes determynaram que deste anno em diante nenhum nom tevesse formas saluo de set e oito em arroua"*. Cfr., José Pereira da Costa, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Funchal: CEHA, 1995 (cit. Sousa, 2012: 456).

7. *" (...) Por quoanto como Jaa disemos aoutra parte que causa os açuquares nam vijrem em sua perfeçam he serem feytos em grandes formas E se nam poderem purgar avemos por bem se se fazerem hos ditos açuquares em formas ygaaes E que Razoada mente pouco mays ou menos venham seis pães aaroba E pera se bem poder fazer mandamos fazer bitollas que se dem nestes nosos Regnos aos olleyros E assy mãdamos fazer hua pera la estar nessa ylha E cada lealldador teer sua (...).".*Cfr. *"Regimento del Rey nosso senñor que falla da maneyra que am de teer os allealladores no allealldamento dos açuquares"*, AHM, Vol.XVII, doc. 246,1973, p. 408-416 (cit. Sousa, 2012: 456).

8. "Carta acordada del Consejo a la Casa de la Contratación para que informe con su parecer sobre la conveniencia de que vayan uno o dos navíos con utensilios de barro desde Aveiro en Portugal a la isla de Cuba, para la labor de molienda de la caña de azúcar." ES.41091.AGI/22.15.2019 // INDIFERENTE, 1952, L.4, F.200, Archivo General de Indias, Madrid, 1598.

essencial no transporte e conservação de diversos produtos a bordo dos navios que atravessavam o Atlântico. Segundo alguns autores, os principais produtos transportados eram o azeite, as azeitonas em salmoura, as alcaparras, os feijões, as ervilhas, o grão-de-bico, vinho, água, mel, amêndoas, breu e pólvora (Goggin, 1960, p. 6; Martin, 1979, p. 282).

No sítio Ria de Aveiro B-C foi encontrado um exemplar que ainda conservava a rolha de cortiça, fabricado em cerâmica vermelha (fig. 7.29), possivelmente atribuível às mesmas produções de Aveiro mencionadas (Bettencourt, 2009, p. 145; Coelho e Coelho, 2012, p. 143-144). Peças idênticas foram recolhidas num dos navios que William Phips perdeu, em 1690, no Quebeque, o *The Siege of Québec* (AAVV, 2005, p. 42).

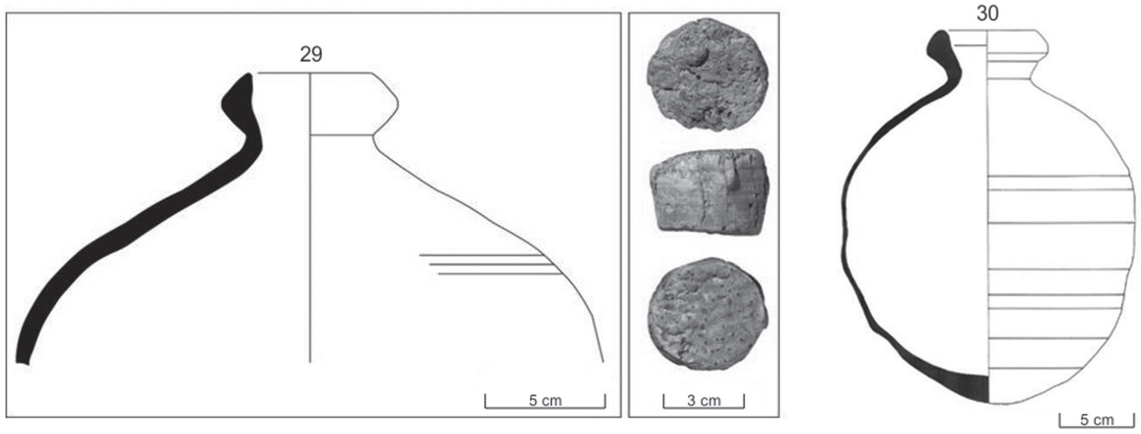
O fabrico de anforetas em cerâmica vermelha não é muito comum, tendo a maioria pastas beges muito porosas, atribuídas às oficinas do sul de Espanha (Marken, 1994, p. 41-137; Deagan, 1987, p. 25-35). O conjunto em estudo é composto por um recipiente deste tipo. Trata-se de um exemplar completo, com bordo espessado de secção subtriangular, lábio de secção semicircular, ligeiramente introvertido, demarcado exteriormente, apresentando várias caneluras ao longo do corpo de forma globular (fig. 7.30).

duas linhas concêntricas junto ao bordo, em tons de azul acinzentado, assim como pinceladas muito finas em tons vinoso (fig. 8.37). Um outro exemplar apresenta na superfície interna bordo delimitado por duas linhas concêntricas, a partir das quais se desenvolve a decoração composta por motivos florais e vegetalistas, apresentando a base um medalhão central, delimitado por duplo círculo, enquadrando ao centro decoração indeterminada. Na superfície externa, a aba e o tardoz apresentam uma escorrência que parte da base para o topo, onde é mais estreita (fig. 8.38).

O conjunto de faiança em estudo não oferece um grande número de exemplares. Possivelmente serão peças de origem local (Aveiro) ou regional (Porto, Coimbra), mas também poderiam provir das oficinas de Lisboa – é o caso do exemplar (fig. 8.38) – preponderantes, sobretudo a partir de inícios do século XVII (Godinho, 1980). Sobre este último é importante referir que as decorações de motivos vegetalistas, entre as quais se destacam as grandes folhas, são comuns na grande maioria dos sítios arqueológicos nacionais e estrangeiros, a partir de 1640 (Casimiro, 2011: 606-607, 661; Torres, 2011).

Em Portugal, o auge das produções de faiança decorre ao longo de toda a centúria de seiscentos, prolon-

J.P. Ruas



7. Tipologia dos exemplares de anforetas (7.29: desenho de J. Bettencourt).

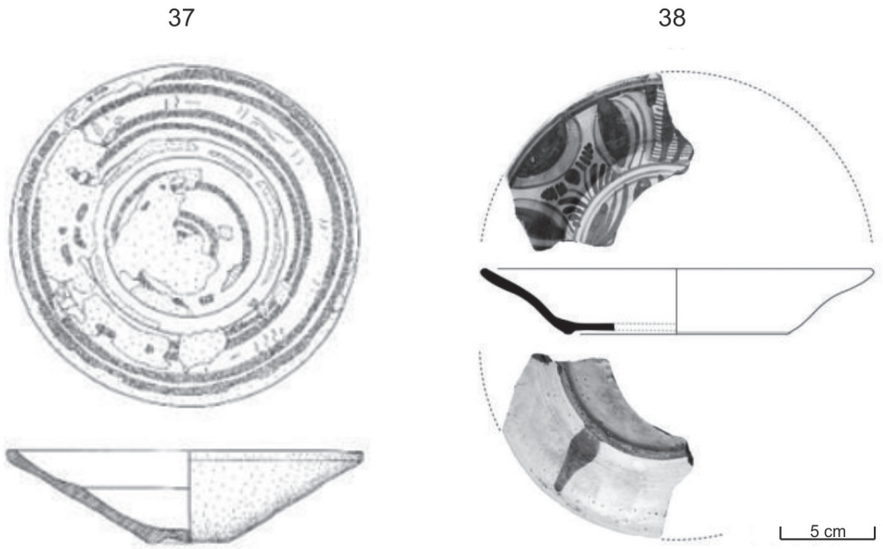
Para ambos os exemplares e de acordo com a tipologia sistematizada por Goggin, baseada em numerosos achados mundiais, em contextos terrestres ou subaquáticos, podemos avançar com a hipótese destas peças se enquadrarem no *estilo médio* (1580-1800) (Goggin, 1968).

2.4. Faiança

Entre as faianças, encontram-se apenas dois pratos com paredes finas entre 0,3 cm e 1 cm de espessura.

Um dos pratos apresenta vestígios de decoração composta por duas linhas concêntricas junto ao fundo e por

gando-se até à segunda metade do século XVIII, por esta altura ligada às fábricas pombalinas. Entre estas últimas refira-se a Fábrica de Loiça Fina, em Aveiro, que alguns autores consideram herdeira de uma mais antiga, localizada no Cojo (Macedo, 1982, p. 157). Os produtos desta eram distintos das faianças provenientes das restantes oficinas portuguesas, sobretudo pela tonalidade azul acinzentada que compunha as decorações. Esta tonalidade, pouco transparente e fria, poderia estar associada à grosseira composição de esmalte estanífero.

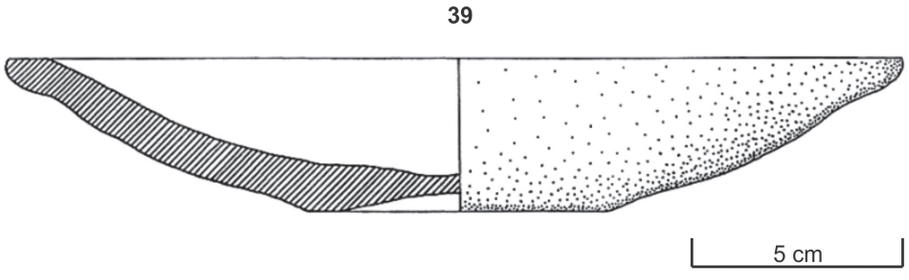


8. Tipologia dos exemplares de faiança (8.38: desenho de J. Bettencourt).

2.5. Loiça malegueira

A loiça malegueira, comummente denominada pelos autores anglo-saxónicos por *Columbia Plain* (Martin, 1979, p. 284-286 e Marken, 1994, p. 140-179), apresenta características tecnológicas bastante específicas, sendo um dos grupos sempre presente em contextos de naufrágios ibéricos, como também em jazidas terrestres, dos séculos XVI-XVII. A pasta é branca amarelada homogénea, com pequenos orifícios e, por vezes, com fissuras, registando-se escassos desengordurantes. As superfícies estão bem alisadas, sendo revestidas por esmalte branco amarelado espesso, apresentando coloração negra ou manchas castanhas resultantes das condições de jazida.

As formas reconhecidas são também as típicas deste tipo de cerâmica: pratos com fundo em ônfalo (fig. 9.39) e escudelas. Os pratos apresentam paredes oblíquas espessas e assentam em base côncava, marcada no interior por ônfalo bem saliente, rodeado por filete em relevo. O exemplar de escudela mostra forma hemisférica assente em pé anelar saliente de perfil trapezoidal. Estas peças são semelhantes ao conjunto classificado como grupo A, atribuível a níveis do século XVI, na Casa do Infante, no Porto (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1998, p. 152). Em termos formais, destaquem-se paralelos na olaria da Mata da Machada, no Barreiro (Torres, 1985, p. 293) e, em Faro, datadas dos séculos XIV-XVI (Gamito, 1991, p. 361-364). Peças idênticas foram encontradas em sítios da colonização europeia (Deagan, 1987, p. 56-59); em diversos sítios de naufrágios espanhóis (Marken, 1994, p. 139-177); assim como em sítios de naufrágio nos Açores, sobretudo na Baía de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira) (Bettencourt e Carvalho, 2010, p. 77-99).



9. Tipologia dos exemplares de loiça malegueira.

2.6. Cachimbos

O hábito de fumar ervas aromáticas foi uma das aquisições mais expressivas da Europa no contacto com a América. A divulgação do tabaco e do hábito de fumar foi de tal ordem que, no século XVII, a utilização dos cachimbos em caulino excedia largamente o fumo do tabaco enrolado (Martins, 1988, p. 16 e Silva e Guinote, 1998). Estes artefactos estão, por isso, presentes em numerosos contextos arqueológicos europeus e coloniais, resultando nomeadamente de manufacturas que se desenvolveram nos Países Baixos e em Inglaterra (Leclaire, 1986, p. 21-44).

No sítio Ria de Aveiro B-C foram encontrados cinco cachimbos, quatro fabricados em caulino e um em barro vermelho. Estes exemplares oferecem dimensões que variam entre 5,7 cm e 14,3 cm, uma espessura média que varia entre 0,8 cm e 0,9 cm e a medida média dos orifícios das hastes varia entre 0,2 cm e 0,3 cm. O cachimbo fabricado em barro vermelho (fig. 10.33) ostenta o fornilho baixo e não apresenta pedúnculo.

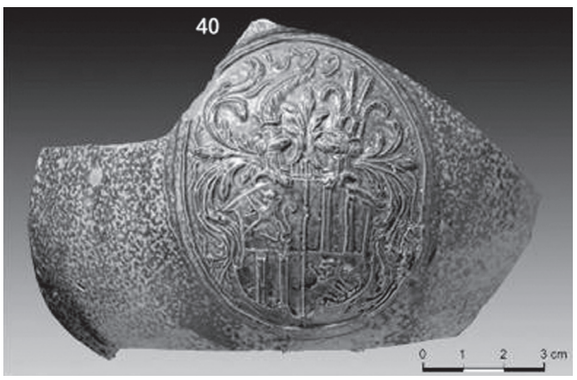
Quanto aos cachimbos em caulino, um deles apresenta um motivo figurativo em forma de estrela e um outro pormenor indecifrável, sinais escolhidos pelos fabricantes como forma distintiva das suas produções (fig. 10.32). Encontramos paralelos para estes motivos em cachimbos provenientes de Saint-Quentin-La-Poterie (França), mas também em cachimbos oriundos da Holanda e da Inglaterra (Leclaire, s/d: 34-37). Um outro exemplar oferece decoração composta por círculos salientes no fornilho em forma de pipa (fig. 10.36). Tanto a insígnia como o pedúnculo curto são característicos de cachimbos ingleses atribuídos aos séculos XVII-XVIII (Hartin, 1987, p. 211--224). Outro artefacto recolhido neste sítio arqueológico apresenta uma insígnia composta por duas iniciais [EE] (?) (fig. 10.35), considerado como uma assinatura do fabricante (Leclaire, s/d: 34).

2.7 Grés

O núcleo de cerâmicas em estudo inclui também dois fragmentos de garrafas em grés (fig. 11.40), as também denominadas *Bellarminas* (rhenish stoneware), fabricos comuns das oficinas situadas nas margens do Reno, nas imediações de Colónia (Renânia) (Gaimster, 1997, p. 121-128). O nome *Bellarmina* deriva da representação da figura masculina com barba, que representaria o rosto e a figura do cardeal Bellarmino, adversário do protestantismo no Norte da Alemanha e nos Países Baixos (Pijl-Ketel, 1982, p. 246).

Um dos fragmentos, claramente com este fabrico, apresenta um medalhão ainda desconhecido com a data de 1599. Entre os séculos XVI e XVIII, estas produções foram largamente comercializadas por via marítima – eram utilizadas como produto final ou como contentores de produtos variados – aparecendo por isso em numerosos sítios de naufrágio (Gaimster, 1997, p. 121-128).

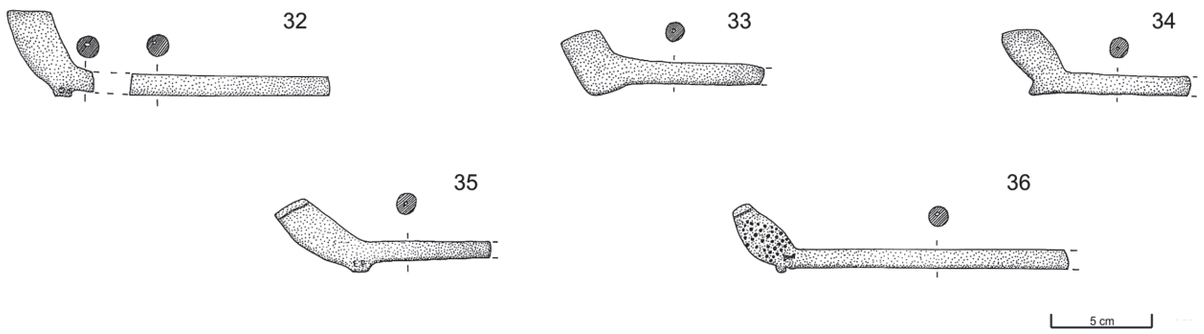
J.P. Ruas



11. Fragmento de bellarmina em grés.

3. RIA DE AVEIRO B-C: TESTEMUNHO DE UMA ACTIVIDADE PORTUÁRIA SECULAR

Fruto da posição geográfica que ocupavam, os núcleos urbanos localizados nas margens ribeirinhas ou nas linhas de costa desde sempre tiveram propensão para subsistirem de actividades ligadas ao mar, que lhes permitiam a descoberta e o contacto com outras rea-



10. Tipologia dos exemplares de cachimbos.

lidades culturais muito distintas das que conheciam. Como forma de ultrapassarem a simples ideia de sobrevivência e atraídas pelo comércio marítimo, as populações costeiras depositavam as esperanças no mar para melhorar as suas condições de vida (Magalhães, 1998, p. 9).

A cidade de Aveiro não foi uma excepção, pois também ela dependeu do aproveitamento dos recursos naturais que estavam ao seu alcance. Aveiro subsistiu de actividades relacionadas com a pesca e a exploração de sal (Rau, 1963), bens que eram objecto de transacção em larga escala. Na documentação dos séculos XV-XVI são vastas as referências aos proprietários das marinhas de sal, marnotos, pescadores, procuradores de pescadores e almocreves, oficiais régios que se dedicavam à cobrança de taxas aduaneiras (Silva, 1991, p. 113-114, 121-129).

A navegação marítima e fluvial desempenhou para as populações do litoral português e, em particular, para Aveiro um meio singular e privilegiado de contacto. Ao longo dos rios e através de diversos tipos de embarcações, escalonavam-se pequenos portos, que possibilitavam a circulação de pessoas, bens e mercadorias. O foral de Lisboa de 1377 refere contactos da metrópole com os inúmeros portos situados entre as regiões norte, centro e sul de Portugal, destacando-se a região de Aveiro.

O século XV marcou um período de expansão para a Aveiro, assim como de toda a sua região envolvente, registando-se importante actividade de construção naval. Se, inicialmente, as embarcações construídas se destinavam à pesca e ao comércio de cabotagem, posteriormente ter-se-ão destinado às viagens do Mediterrâneo, Norte da Europa, Índico e Novo Mundo (Silva, 1991 e Barreira, 1998).

No início do século XVIII, também a cidade de Coimbra utilizava o ancoradouro de Aveiro como ponto de escala na rota em direcção ao norte. As loiças de pasta branca de Coimbra, conjuntamente com as de barro vermelho de Aveiro, eram transportadas através de embarcações para Peniche e Viana do Castelo (Capela, s/d, p. 77, 80 e 83).

Do ponto de vista geológico[9], Aveiro é uma região composta por depósitos de materiais provenientes da destruição de rochas transportados pelas águas correntes, originando solos demasiado húmidos e pantanosos para a agricultura. Na região distinguem-se dois tipos de solos: um muito pobre, constituído por materiais grossos xistosos, onde a areia predomina, encontrando-se vestígios de limo e argila; e, um outro, praticamente não cultivável, maioritariamente composto por areia, sobre o qual assentam as marinhas (Cardoso, 1965; Blot, 2003, p. 197-204). Assim, desde muito cedo os oleiros desta região viram reunidas as condições necessárias para o fabrico de objectos de barro. A abundância de jazidas argilosas, integradas em depósitos plio-plistocénicos de origem distinta, fez de Aveiro uma região de tradição oleira.

Em documentação do Mosteiro de Jesus, datada do século XV, temos conhecimento de dois oleiros que se dedicariam ao fabrico de cerâmica para auto-consumo, para uso doméstico ou para exportação (Silva, 1991, p. 109; Gaspar, 1997, p. 144). Em pleno século XVI, parte da vila estava ocupada pelas oficinas de cerâmica (Queirós, 1913). Entre a "Porta do Sol" e a "Porta da Vila", principal acesso à cidade, existia o bairro dos oleiros e, junto à "Porta do Sol", a torre com este mesmo nome. Era para sul, na zona extramuros, que se desenvolviam e localizavam as olarias (fig. 12). O fabrico de telha era efectuado nos fornos da Vila do Eixo, em actividade até às primeiras décadas do século XX (Gaspar, 1997, p. 144).

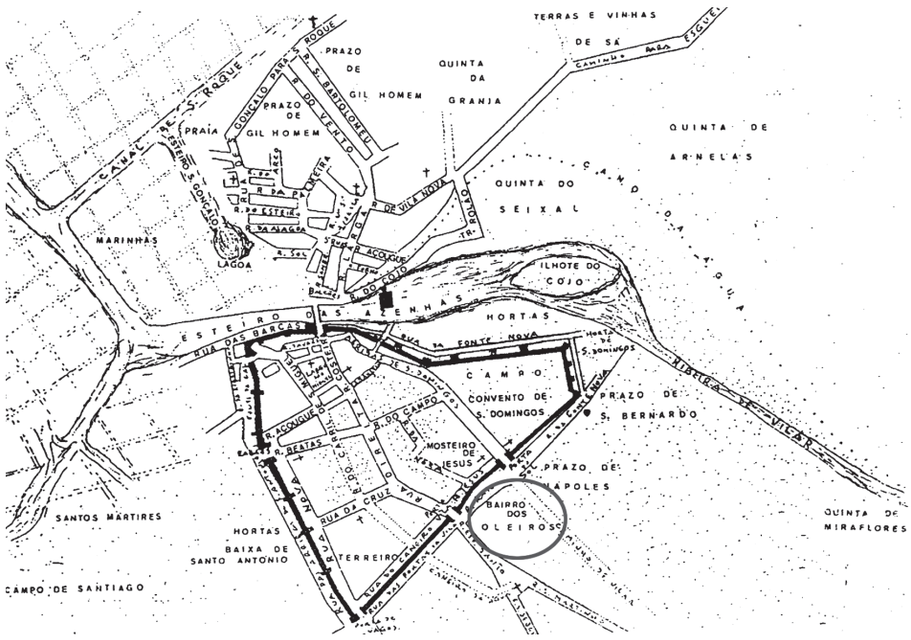
A cal e o barro figuravam entre os produtos que se exportavam para outras paragens, nomeadamente para os centros oleiros de Ovar e Porto (Oliveira, 1990, p. 21-22). A cerâmica, produzida localmente, no Bairro das Olarias, conjuntamente com o sal, o vinho, o peixe e a cortiça, eram os produtos transacionados para os portos marítimos mais distantes (Arroteia, 1998, p. 39)[10]. Os ceramistas fabricavam as mais diversas peças, entre as quais pratos para conter alimentos, tigelas para o conduto e para o vinho, púcaros para a água e bilhas destinadas às mais variadas funções. Estas produções eram em tão grande quantidade que a vila de Aveiro, para além de se abastar a si, exportava para outras regiões, nomeadamente para o Minho (Gaspar, 1997, p. 144).

Assim, se considerarmos que entre os séculos XVI e XVIII o canal principal da ria seria um intenso espaço de tráfego comercial, animado pela entrada e saída constante de embarcações de pequeno e médio porte, podem ser colocadas algumas hipóteses acerca da origem do espólio de Ria de Aveiro B-C.

A hipótese do conjunto pertencer ao carregamento de uma só embarcação é improvável, tendo em conta a quantidade e, sobretudo, a diversidade tipológica e cronológica das peças exumadas. A eventualidade deste conjunto ter pertencido à carga de várias em-

9. Carta Geológica de Portugal, escala 1/50 000. Notícia explicativa da folha 16-A: Aveiro, por Carlos Teixeira e Georges Zbyszewski, Lisboa, 1976.

10. A partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, foi criado em Ovar um importante centro de fabrico de cerâmica. Em Aradas, localidade nas imediações de Aveiro, pelo menos até meados do século XIX, proliferou o tradicional fabrico de loiça de barro preto, preferida à de ferro. Sensivelmente, mais a sul, em Vagos, existiam algumas oficinas de cerâmica. Na verdade, Aveiro funcionava como distribuidora e receptora de produtos de cerâmica, que vinham de outros centros de produção, de que são exemplo as loiças de Castela, da Beira e de Coimbra (Neves, 1971: 49).



12. Planta da cidade de Aveiro em 1696, onde podemos observar a zona onde se encontrava localizado o Bairro dos Oleiros (Barreira, 1998, p. 20).

barcações é possível, uma vez que existem referências a diversos naufrágios na zona, na sequência de invernos bastante rigorosos, e uma vez que algumas peças foram encontradas empilhadas, o que sugere o carácter comercial de um carregamento. As peças poderão ainda ser oriundas de diversas cargas que, ao serem transportadas pelas embarcações, ter-se-ão perdido ou caído à ria aquando dos movimentos de carga e descarga dos navios. Ainda neste contexto, não podemos esquecer a existência do micro-topónimo *Gran Caravela*, precisamente na zona de maior concentração de cerâmicas e de onde se localizaram madeiras pertencentes a um navio (Alves *et al*, 1998ª, p. 199--210). Não podemos também excluir a possibilidade de algumas destas peças terem pertencido a um contexto de terra, sendo resultantes de despejos urbanos.

Considerando as hipóteses avançadas, e uma vez que grande parte da cerâmica é de provável produção da região de Aveiro/Ovar, conclui-se que a grande maioria das peças seria carga a embarcar ou embarcada, por terem sido recuperadas ainda empilhadas umas nas outras. Deste grupo, destacam-se tigelas, pratos e uma significativa quantidade de cerâmica do açúcar, cujas produções tiveram grande difusão comercial, evidenciando a importância de Aveiro no abastecimento aos espaços açucareiros do Atlântico. Tal como acontece com o grupo da cerâmica do açúcar, as olarias de Aveiro parecem dominar as importações de cerâmica utilitária para as ilhas, sobretudo a partir dos meados do século XVI (Sousa, 2011, p. 216).

Se cruzarmos os dados arqueológicos com a informação histórica é possível definirmos uma grande divulgação das produções em estudo. A distribuição geográfica destas cerâmicas acompanha, na generalidade, as mesmas redes comerciais de outros produtos exportados ou importados pela região de Aveiro, entre os séculos XV e XVII. Aveiro estava integrada numa vasta região com contactos marítimos regulares, documentados por outros vestígios náuticos na ria de Aveiro (Bettencourt, 2009, p. 137-160) e pela distribuição das cerâmicas de Aveiro na Europa e no espaço Atlântico (Bettencourt e Carvalho, 2007-2008, p. 281).

Quanto aos restantes materiais, têm um carácter residual, estando provavelmente relacionados com actividades portuárias. É, no entanto, de destacar a presença de vários materiais exógenos, como o exemplar de *bellarmina* e os cachimbos em caulino – podendo-se tratar de produções inglesas ou holandesas, fabricos largamente conhecidos – que denunciam contactos comerciais e/ou culturais com o norte e sul da Europa, comunidades oriundas dos vizinhos ibéricos, flamengas, inglesas ou holandesas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de toda e qualquer zona portuária ser, por definição, considerada como uma "lixeira histórica" (Alves *et al*, 1998ª, p. 200), o espólio exumado no sítio Ria de Aveiro B-C, muito mais do que lixo, é um indício da importância da actividade do porto de Aveiro e do papel da região nas rotas comerciais europeias e atlânticas.

A par do sítio arqueológico Ria de Aveiro A, Ria de Aveiro B-C poderá contribuir para o estudo dos intercâmbios comerciais entre Portugal e outros países, as-

sim como para a uma melhor percepção das redes de circulação das cerâmicas de Aveiro na época da expansão marítima portuguesa.

Na verdade, o sítio arqueológico Ria de Aveiro B-C é, sobretudo, um registo essencial da produção cerâmica daquela região, sendo também testemunho evidente das várias vivências, ocupações e dos inúmeros aspectos da vida quotidiana das comunidades ali residentes ou que por ali passaram.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Direcção-Geral do Património Cultural (em particular, à ex-Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.) e à Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, o acesso ao espólio e aos dados que permitiram a realização deste estudo. A autora agradece ainda a José Bettencourt pela cedência de alguns desenhos, a José Paulo Ruas pelas fotografias dos materiais aqui publicados, a João Coelho e Patrícia Carvalho, pelas sugestões, a André Teixeira e a José Bettencourt pela revisão final do texto.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2005) – *1690 The Siége of Québec. The Story of a Sunken Ship*. Pointe-à-Callière: Montreal Museum of History and Archaeology.

ALLAN, J. e BARBER, J. (1992) – A seventeenth-century pottery group from Kitto Institute, Plymouth. In GAIMSTER, D.; REDKNAPS, M. eds. –*Everyday and Exotic Pottery from Europe. Studies in honour of John G. Hurst*. Oxford: Oxbow Books, p. 225-245.

ALVES, F. (1993) – *Relatório da Missão de Reconhecimento da Jazida Arqueológica Subaquática. Ria de Aveiro B*. Lisboa: Arqueonáutica – Centro de Estudos, 18p. (Texto policopiado)

ALVES, F. *et. al.* (1998[a]) – Cerâmica dos destroços do navio de meados do século XV Ria de Aveiro A e Zona da Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 185-210.

ALVES, F.; CASTRO, F. e LABRINCHA, J.A. (1998[b]) – Physical and Chemical Characterization of Archaeological Ceramics found in a mid-15th Century shipwreck in Ria de Aveiro. *Actas do Euromat'98 "Materials in Oceanic Environment"*. Lisboa, p. 223-232.

ARROTEIA, J. C. (1998) – *Aveiro: Aspectos Geográficos e do Desenvolvimento Urbano*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

AMORIM, I. (1996) – A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das Olarias à Fábrica de «Louça Fina». *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. 3.2, p. 403-422.

BARREIRA, M.B. (1998) – *Santa da Misericórdia de Aveiro. Poder, Pobreza e Solidariedade*. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

BARREIRA, P.; DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 145-184.

BARROS, L.; CARDOSO, G. e GONZÁLEZ, A. (2006) – As formas de Pão de Açúcar da Olaria de S. António da Charneca = Barreiro. In SOUSA, É. coord. - *A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna*. Lisboa/Machico: Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, p. 34-45.

BERTHIER, P. (1964) – La canne à sucre, richesse de l'ancien Maroc. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. 2, p. 376-386.

BETTENCOURT, J. (2009) – Arqueologia marítima da Ria de Aveiro: uma revisão dos dados disponíveis. In *Octávio Lixa Filgueiras. Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa: Âncora Editora, p. 137-160.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2007-2008) – A carga do navio Ria de Aveiro A (Ílhavo, Portugal): uma aproximação preliminar ao seu significado histórico-cultural". In *Cuadernos de Estudios Borjanos.* Borja, L-LI, p. 257-287.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2009) – A carga cerâmica do navio Ria de Aveiro A (Ílhavo-Portugal). In ZOZAYA, J., RETUERCE, M., ÁNGEL HERVÁS e DE JUAN, A. eds. – *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo.* Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, p. 947-954.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2010) - Arqueologia marítima na baía de Angra (Angra do Heroísmo, Terceira):

enquadramento e resultados preliminares do projecto PIAS. *Revista de Arqueologia Moderna e Contemporânea*. Funchal. 1, p. 77-99.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2011) – A história submersa da baía da Horta: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos no «naufrágio do marfim» (primeiro quartel do século XVIII). In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 139-152.

BETTENCOURT, J.; CARVALHO, P. e PINTO, I. (2005) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2004 no âmbito do projecto Ria de Aveiro A 2000 (FCT)* [em linha]. Lisboa: Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática – Instituto Português de Arqueologia (Série Trabalhos do CNANS 30:1-2). [Consult. 16 Novembro 2005]. Disponível em WWW: URL:http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans/.

BLAKE, W. e GREEN, J. (1986) – A mid-XVI century Portuguese wreck in the Seychelles. *International Journal of Nautical and Underwater Exploration*. London. 15.1, p. 1-23.

BLOT, M. L. (2003) - *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos. Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia 28).

CAPELA, J. (S/d.) – *Viana na 2.ª metade do século XVIII: em torno de um processo de decadência e subalternização comercial*. Braga: J.V.E.C.

CARDOSO, J. C. (1965) – *Os Solos de Portugal, a sua classificação, caracterização e génese, I. A Sul do rio Tejo*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Agrícolas.

CARITA, R. (1989) – *As Casas de João Esmeraldo/ Cristóvão Colombo no Funchal, Escavações nas casas de João Esmeraldo Cristóvão Colombo*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, p. 15-23.

CASIMIRO, T. (2011) – Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVII). Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Texto policopiado).

COELHO, I. P. (2009) – A cerâmica do sítio arqueológico Ria de Aveiro B-C: tipologias e significado histórico-cultural. *In Octávio Lixa Filgueiras. Arquitecto de Culturas Marítimas.* Lisboa: Âncora Editora, p. 163-186.

COELHO, I.P. e COELHO, J. (2012) – A cerâmica do sítio arqueológico Ria de Aveiro B-C: análise e conservação. In *Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*. Faro: Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia, Departamento de Artes e Humanidades, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Universidade do Algarve), p. 141-148.

CHILDS, W. R. (1995) – Documentary evidence for the import of Spanish pottery to England in the later Middle Ages (Thirteenth to early Sixteenth centuries). In Gerrard, C.; Gutiérrez, A.; Vince, A. eds – *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles/ Cerâmica medieval española en España y en las Islas Británicas*. Oxford: BAR, p. 25-31 (Bar Internacional Series, 610).

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean 1500-1800*. Washington / Londres: Smithsonian Institution Press.

DUCO, D. H. (1982) – *Merken van Goudse Pijpenmakers, 1660-1940*. S.l.: Uitgeversmaatschappij De Tijdstroom Lochem / Poperinge, p.7-13.

FLORIDA MUSEUM OF NATURAL HISTORY (2004) – Digital Type Collections. Florida Museum of Natural History [em linha]. Florida. [Consult. Julho 2012]. Disponível em WWW: URL: http://www.flmnh.ufl.edu/histarch/ gallery_types/.

GAIMSTER, D. (1997) – Rhenish stonewears from shipwrecks: the study of ceramic function and lifespan. In REDKNAP, M. ed. – *Artifacts from Wrecks. Dated assemblages from the Late Middle Ages to the Industrial Revolution*. Oxbow Monograph. 84, p. 191-207.

GAMITO, T. (1991) – As escudelas medievais de Faro. Sua função e áreas de distribuição. In *Actas do IV Colóquio Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 361-364.

GASPAR, J. G. (1997) – *Aveiro na História*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

GISBERT SANTOJA, J. A. (2000) – *Sucre e Borja la cayamel dels sucs*. Gandia.

GODINHO, V. M. (1980) – *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia.

GOGGIN, J.M. (1960) – The Spanhish Olive Jar. An Introduction Study. *Papers in Caribbean Anthropology*. New Haven. 62.

GOGGIN, J.M. (1968) – Spanish Majolica in the New World. Types of the Sixteenth to Eighteenth Centuries. *Archaelogy*. New Haven. 72.

GOMES, M.V. e GOMES, R.V. (1998) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In *2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós- Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 315-348.

GUTIERREZ, A. (2000) – *Mediterranean pottery in Wessex households (13th to 17th centuries).* Oxford: B.A.R. (BAR British Series, 306).

HARTIN, C. J. M. (1987) – *A Group of Pipes from the Dutch East Indiaman Kennemerland, 1664*. Escócia: S/e., p. 211-224.

HIGGINS, D. A. (S.d.) – The identification, analysis and interpretation of tobacco pipes from wrecks. In REDKNAP, M. ed. – *Artefacts from Wrecks, Dated Assemblages from the Late Middle Ages to the Industrial Revolution*. Oxbow Monograph. 84, p. 129-136.

HURST, G.; NEAL, D. e BEUNINGEN, H. (1986) – *Pottery Produced and Traded in North-West Europe 1350-1650*. Rotterdam Papers VI.

LECLAIRE, A. e LECLAIRE, M. (1986) – *Naissance de La Pipe en Terre a Saint – Quentin – La – Poterie*. Avignon: Atelier de L'Office Culturel.

LESSMANN, A. W. (1997) – *The Rhenish Stoneware from the Monte Cristi Shipwreck, Dominican Republic*. Master Thesis of Arts Submitted to the Office of Graduate Studies of Texas A&M University. Texas: Texas A&M University.

MACEDO, B. (1982) – *A situação económica no tempo de Pombal*, 2.ª edição. Lisboa: Moraes Editores.

MAGALHÃES, J. R. (1998) – *Os Portugueses no mundo do século XVI: espaços e produtos*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

MARKEN, M.W. (1994) – *Pottery from Spanish Shipwrecks, 1500-1800*. Florida: University of South Florida.

MARSDEN, P. (1974) – *The Wreck of the Amsterdam*. New York: Stein and Day Publishers.

MARTÍN, C. J. M. (1979) – Spanish Armada Pottery. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Texas. 8.4, pp. 279-302.

MARTINS, M. (1988) – Três Cachimbos do Hospital de Todos – os – Santos. *Revista Municipal*. Lisboa: S.e., p.16-18.

MOITA, I. (1964-1965) – Hospital Real de Todos-os-Santos. *Revista Municipal de Lisboa*, Lisboa. 101-102, p. 77-100; 26-103.

MORGADO, P. (2009) – A Cerâmica do Açúcar em Aveiro na Época Moderna. *Patrimónios*. Aveiro. 7, p. 117-142.

NEVES, F. F. (1971) – Subsídios para a história económica de Aveiro no século XVII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. Vol. XXXVII, pp. 38-51.

NEVES, A. (1985) – *Azulejaria Antiga em Aveiro. Subsídios para o estudo da cerâmica*. Aveiro: Ed. Autor.

NEWSTEAD, S. (2008) – *Merida no more: Portuguese redware in Newfoundland*. Master thesis submitted to the School of Graduate Studies, Department of Anthropology. Newfoundland: University of Newfoundland.

NEYLAND, R. S. e SCHRÕDER, B. (1996) – *A Late Seventeenth Century, Dutch Freighter, Wrecked on the Zuiderzee*. S/l, Ministerie van Verkeer en Waterstaat, Directoraat – Generaal Rijkswaterstaat, Directie Ijsselmeergebied, Nederlands Istitut voor Scheeps – en onderwater Archeologie / ROB (NISA), p. 3 ; 83-87. (Excavation Report 20).

OLIVEIRA, A. (1990) – *Poder e Oposição Política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel.

PIJL-KETEL, C.L. van der (1982) – The *Ceramic Load of the Witte 1613 Leeuw*. Amsterdam: Rijksmuseum Amsterdam.

QUEIRÓS, J. (1913) – *Olarias do Monte Sinay*. Lisboa: Typographia Castro e Irmão.

RAU, V. (1963) – Rumos e vicissitudes do comércio do sal português nos séculos XVI a XVIII. *Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. 3.7.

RIU, M. (1984) – La ceramica popular barcelonina del segle XIV. Aportació a l'estudi de les seves formes i marques. *Annex da Acta Medievalia*. Barcelona, p. 163-171.

SEBASTIAN, L. (2010) – *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Texto policopiado).

SILVA, A. M. (1997) – Cerâmica Tradicional na região de Aveiro: alguns elementos documentais. *Olaria – Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, pp. 53-77.

SILVA, M. J. M. (1991) – *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

SILVA, R. B. e GUINOTE, P. (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SOUSA, É. (2006) – *Arqueologia da Cidade de Machico. A Construção do Quotidiano nos séculos XV, XVI e XVII*. Machico: Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea.

SOUSA, É. (2012) – *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*. Volumes I e II. Tese de Doutoramento em História, especialização em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Texto policopiado).

TORRES, C. (1985) – A cintura industrial da Lisboa de quatrocentos: uma abordagem arqueológica. *Separata das Actas das Jornadas de História Medieval: 1383-85 e a Crise Geral dos séculos XIV-XV*. Lisboa.

TORRES, C. (2005) – *Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos Séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

TORRES, J. (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Tese de Mestrado em Arqueologia, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Texto policopiado).

A CERÂMICA DO AÇÚCAR DE AVEIRO

RECENTES ACHADOS NA ÁREA DO ANTIGO BAIRRO DAS OLARIAS

PAULO JORGE MORGADO **Eng.º Geólogo, Geobiotec, Universidade de Aveiro**
RICARDO COSTEIRA DA SILVA **Bolseiro de doutoramento da FCT, Investigador do CEAUCP**
SÓNIA JESUS FILIPE **Arqueóloga, Gabinete Candidatura à UNESCO, Reitoria da Universidade de Coimbra**

RESUMO A região de Aveiro possui grandes reservas de argila de muito boa qualidade. A existência desta matéria-prima levou a que a produção cerâmica desde cedo tomasse parte das actividades produtivas das comunidades locais, facto que se encontra atestado através da recorrente referência, documental e oral, ao "Bairro das Olarias" e dos frequentes achados de cerâmicas modernas exumadas em níveis arqueológicos preservados e identificadas em contextos secundários. Entre estas, ganha notabilidade a denominada cerâmica do açúcar constituída pelas Formas de Pão de Açúcar. Um pouco por todo o centro histórico da cidade de Aveiro é comum presenciar a reutilização destes recipientes como elemento constitutivo dos paramentos dos edifícios mais antigos.
Porém, recentes trabalhos arqueológicos desenvolvidos na orla do antigo Bairro das Olarias, permitiram identificar fragmentos deste tipo de cerâmica em estratigrafia arqueológica selada e datada do século XVI. A análise destes depósitos colabora para o estabelecimento de um quadro cronológico do seu período de produção e fundamentação da sua origem local ou regional.

PALAVRAS-CHAVE **Cerâmica do açúcar, Aveiro, Estado da Arte, produção cerâmica**

INTRODUÇÃO

Dos materiais geológicos aflorantes na região de Aveiro destacam-se as denominadas "Argilas de Aveiro". Estas constituem a última formação da série Cretácica, do Senoniano, constituídas por argilas e argilas arenosas, de cores em regra esverdeadas mas também avermelhadas, frequentemente margosas, com intercalações de margas e calcários margosos dolomíticos, apresentando uma espessura de cerca de 100±50 m (Rocha, 1993). Estas argilas apresentam propriedades químicas e mineralógicas indicadas para o seu uso como matéria-prima da actividade olárica. De facto, os dados arqueológicos têm revelado que a produção de cerâmica tem estado lado a lado com a ocupação humana destes territórios.
A ocupação humana mais antiga atestada na cidade reporta-se ao povoado de Pré-história Recente da Agra do Crasto (Pereira, 2005), localizado no *Campus* Universitário da Universidade de Aveiro (Verdemilho). Aqui, tal como em outros sítios arqueológicos de períodos posteriores, foi possível recolher conjuntos artefactuais cerâmicos cujas características apontam para uma produção local e regional.
A este propósito refira-se a identificação no lugar da Marinha Baixa (Cacia), de uma série de estruturas de combustão (Sarrazola, 2006), associadas essencialmente á produção de vidro, mas que poderá ter tido igual papel relevante no fabrico cerâmico.
Na povoação de Eixo foram mesmo postos a descoberto fornos de produção cerâmica, datados do período tardo-romano/visigótico, dos séculos VI-VII (Almeida *et al*, 1987). No entanto, estas evidências não se testemunham para a fase de transição entre a época medieval e moderna, momento em que se dá o grande apogeu da actividade oleira em Aveiro, tendo mesmo este ofício ficado registado na toponímia da cidade como o Bairro das Olarias, Travessa das Olarias ou Rua dos Barreiros. Produziam materiais para construção como os ladrilhos, as telhas, os tijolos, mas também para o uso doméstico – armazenar, cozinhar e servir –, como as panelas, caçoilas, pratos, tijelas, copos ou alguidares. Alguns oleiros prolongavam a sua arte para a produção de peças mais decorativas como a estatuária ou os presépios. Outros tipos de cerâmica associadas a funções específicas foram também produzidos. Alcatruzes para as noras, bacias e talhadores para os talhos, ou Formas de Açúcar para a produção açucareira. Recentes intervenções arqueológicas vieram realçar a importância de Aveiro como centro produtor deste tipo cerâmico (Morgado, 2009). As Formas de Açúcar,

inserem-se tipologicamente na chamada Cerâmica do Açúcar entrando no ciclo da sua produção na fase da purga. Trata-se de um molde cónico de barro cozido, com um furo no seu vértice, por onde pela acção da gravidade, verte o mel ficando dentro a parte sólida que desenformada constitui o pão de açúcar.

Uma gravura elaborada por Stradanus no século XV (fig. 1), relativa ao modo como fazer o açúcar, mostra-nos as etapas por que passa a cana, desde que entra no engenho até que sai o produto final. Após a entrada da cana, esta é limpa e cortada, passando depois para a moagem (neste caso realizada com auxílio de um moinho de água – azenha), onde o produto moído é transportado para a prensagem. A calda obtida vai a cozer, sendo depois colocada em formas cerâmicas onde se dá a purga e se forma o açúcar, que é mais ou menos puro em função do tempo de cozedura ou do número de vezes que é fervida. Por fim tem-se o desenformar dos pães de açúcar.

Com o florescimento da produção de açúcar, nomeadamente a partir do século XV, centrada na Ilha da Madeira mas que rapidamente passa para outros pontos geográficos ultramarinos (Açores, Cabo Verde, São Tomé ou Brasil), verifica-se a simultânea prosperidade das notas de encomenda deste tipo de cerâmica. É possível que anteriormente já fossem produzidas, mas terá sido certamente neste século que se dá o grande incremento na sua produção.

A primeira vez que surge o termo *forma*, para designar esta peça cerâmica, ocorre nos inícios do século XV, na Sicília com a seguinte descrição "zucchero cum furmis et cantarellis" em 1411 ou "forme di miele" ou "forme di zuccaro" em 1452. Também em Valência aparece esta designação como "mille et quingentas formas pró operando los sucres" em 1415 ou "304 formes plenes de çucre" em 1435. Na Madeira, as primeiras referências conhecidas são de meados do mesmo século: "o meu terço do dito açúcar que me há de dar asy ho das formas" em 1452 ou "faziam grrandes formas que as fezesem todas per huua vitolla de sete e oyto em arrova" em 1471 (Nunes, 2000). No entanto, já anteriormente temos referência a estas peças, embora sem esta designação específica, como acontece num texto do século XII, o "Livro de Agricultura", de Ibn al-Awwām, na parte relativa ao cultivo da cana e o modo de fazer o açúcar: "*Sobre o modo de fazer delas o açúcar,*

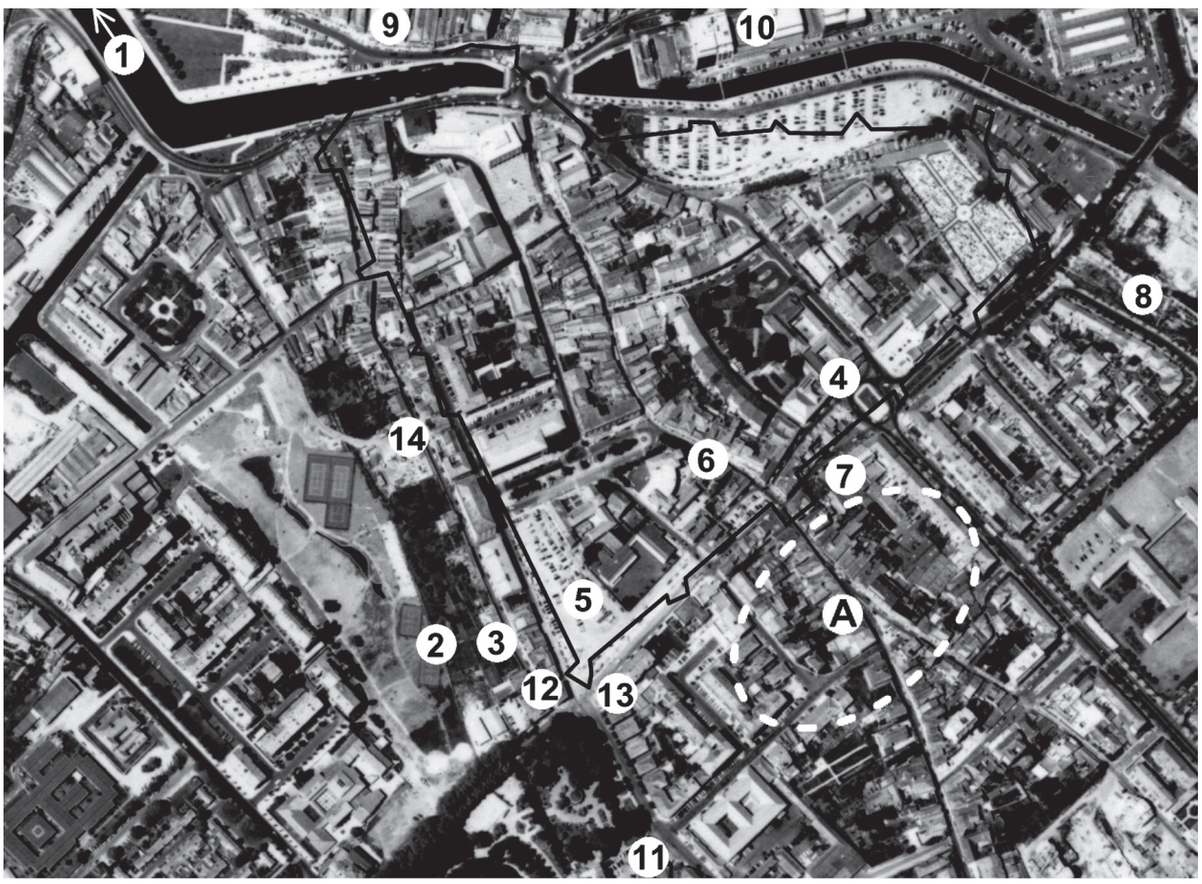
1. Gravura de *Stradanus*, mostrando o processo de produção açucareira (http://www.wittert.ulg.ac.be/fr/images/i_11/b11784x.jpg visualizado em 30 Outubro de 2011).

disse Abu-al-Jair, que chegadas as canas ao fim da sua maturação, no referido tempo do mês de Janeiro se cortem em pequenos pedaços, e que estes bem pisados em lagares ou semelhantes sítios se apertem no engenho; que o sumo se ponha a ferver ao fogo em caldeira limpa, que se deve deixar até clarificar, depois se volta a cozer até ficar a quarta parte; que se encha com ele os recipientes feitos de barro de figura particular, se ponha a purgar à sombra…"(Bordoy, 1994). Os recipientes de figura particular (forma cónica?) referidos no texto serão as *formas*, ideia reforçada pela menção de que são *feitos de barro*.

Actualmente estão referenciadas no continente português duas áreas produtoras: uma está localizada na região do Barreiro, sendo a outra na região de Aveiro. Na localidade de Paimogo, Lourinhã, foram recolhidos à superfície em 2005, fragmentos desta cerâmica, tendo-se também associado este achado a um contexto produção, embora não se tenha encontrado nenhuma evidência de forno (Mateus, 2008).

No Barreiro foram escavados dois fornos: um na Mata da Machada e outro em Santo António da Charneca. Em 1980, foi descoberto em plena Mata da Machada, um centro oleiro onde foram escavados os primeiros fornos com cronologia atribuível a este período. O espólio cerâmico exumado permitiu identificar a presença de cerâmica comum, cerâmica brunida e esmaltada, materiais de construção (tijolo e telha) e cerâmica industrial, esta representada pelas formas de biscoito e pelas formas de pão de açúcar. A datação do período de laboração do forno pode balizar-se entre 1450 e 1530, tendo em conta o espólio numismático recolhido (Torres, 1990). Em 1997 foram identificados vestígios de uma outra antiga olaria, encontrados no interior de valas abertas para a colocação de manilhas de infra-estruturação de uma urbanização de S. António da Charneca. De entre as peças recolhidas destaca-se um significativo conjunto de fragmentos de cerâmica pertencentes ao grupo das Formas de Pão de Açúcar. A análise estratigráfica permitiu concluir que o período de laboração deste forno se situa entre os finais do século XV e meados do XVI. Foi ainda recolhida uma moeda de D. Manuel I (Barros *et. al.*, 2006).

Ao contrário dos sítios arqueológicos acima referidos, onde foi possível identificar e escavar fornos relacionados



2. Vista aérea de Aveiro com demarcação do suposto traçado da muralha da cidade, localização da área proposta do antigo bairro das Olarias (A) e dos diversos sítios onde se identificou a presença de Formas de Açúcar: 1 – Arqueosítio Ria da Aveiro B (canal da antiga Lota de Aveiro); 2 – Baixa de Santo António: muro de adobe (destruído); 3 – Baixa de Santo António: muro na plataforma superior; 4 – Museu de Aveiro/Convento de Jesus; 5 – Garagem da PSP (demolida); 6 – Muro adjacente aos Correios; 7 – Edifício na Av. Santa Joana (demolido); 8 – Muro sul da plataforma superior do canal do Cojo; 9 – Casa junto à Praça do Peixe (demolida); 10 – Casa do Seixal; 11 – Convento de Santo António; 12 – Gaveto da Av. Dr. Artur Ravara e R. Homem Cristo Filho; 13 – Gaveto da Av. Araújo e Silva e a Av. de Santa Joana; 14 – Lixeira ou entulheira de época Moderna.

com este tipo de produção, em Aveiro, não foi até ao momento identificado nenhuma estrutura similar, não obstante ser conhecido a área de implantação do antigo Bairro das Olarias.

A CERÂMICA DO AÇÚCAR EM AVEIRO – ESTADO DE ARTE

Em consequência da inexistência de vestígios de fornos de produção cerâmica, somos levados a socorrermo-nos de outras fontes de informação que nos indiciam Aveiro como centro produtor.

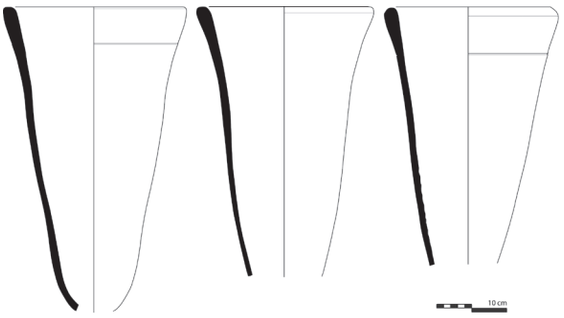
A identificação de vários exemplares de formas inteiras ou de fragmentos, num local onde historicamente não é conhecida nem a cultura da cana do açúcar nem a sua produção, conjugado com o facto de ter sido encontrado, num dos braços da laguna adjacentes à cidade, um conjunto de formas empilhadas (admitindo-se assim que pertenceriam à carga de um navio ou que estariam em depósito para serem embarcadas), leva-nos a inferir que Aveiro seria o seu local de produção e de posterior exportação.

Mas é pela análise da documentação antiga que se substancia Aveiro como um centro produtor deste tipo de peças cerâmicas. Um manuscrito do século XVII (acta da vereação da Câmara Municipal do Funchal), refere que os oficiais da autarquia funchalense, ao constatarem a carência de formas para a produção de cana expectável, mandam chamar *Cosme Camelo*, proprietário de uma caravela, "*e lhe diserão que esta tera estava falta de formas que mandase a carauela que ora tinha comprado a Aveiro a buscalas pera que sem falta sem perderia muita cantidade de canas se as ditas formas não fosem buscar e pelo dito Cosme Camelo foi dito que elle queria mandar buscar as ditas formas e que (...) se obrigava a trazer a dita carauela chea de formas de Aveiro*" (Sousa, 2006). Uma outra referência documental indica que Aveiro fornecia os engenhos de açúcar das Ilhas Canárias, tendo exportado 13850 Formas de Açúcar, entre 1560 e 1575, que os Canários consideravam como peças cerâmicas sólidas e de boa qualidade (Cabrera, 1987).

Por outro lado não se sabe ao certo até quando as formas de açúcar foram produzidas pelos oleiros aveirenses, embora na descrição da cidade de Aveiro contida no texto "Memória de Aveiro no Século XIX", de José Ferreira Sousa (1940, p. 22) pode ler-se o seguinte: "*No bairro das Olarias apenas conheci dois vélhos que me diziam terem sido oleiros, mas que já não trabalhavam (...) Também ali se fabricavam fôrmas dos chamados pãis de açúcar que iam para o Brasil e que deixaram de ir, desde o infelicíssimo tratado de 1810, sendo algumas dessas fôrmas aplicadas à construção de muros de quintais, e bastantes vi eu no muro que fechava a quinta da Fábrica pelo lado da Corredoura.*" Atendendo a este facto pensamos que terão sido produzidas até ao início do século XIX.

Um pouco por toda a cidade é possível observar este tipo de cerâmica, com maior concentração junto à zona onde a cartografia antiga localiza o antigo bairro das olarias (fig. 2).

Amaro Neves alude que em 1975 ocorreu a destruição de vários fornos nas traseiras do Convento de Jesus (Neves, 1985). Neste local, aquele autor identificou um



3. Alguns dos exemplares de formas de açúcar recuperados, provenientes do coroamento de um muro localizado no parque da Baixa de Santo António (sítio n.º 2).

4. Casa do Seixal – parede constituída por exemplares inteiros de formas de açúcar.

conjunto cerâmico que continha diversos fragmentos de formas de açúcar, que eventualmente aqui terão sido produzidos.

Não obstante a ausência de registo de estruturas de combustão, nos últimos anos tem-se intensificado o reconhecimento da utilização destes recipientes como material de construção no edificado, numa zona onde a ausência de afloramento rochoso motiva o recurso a este expediente (Morgado, 2009).

Com efeito, observa-se que formas inteiras foram aplicadas no coroamento de muros de adobe situados no actual Parque da Baixa de Santo António (fig. 2, n.º 2). Apesar de vandalizado, a recolha e remontagem dos fragmentos que se encontravam dispersos pelo solo, permitiu a reconstituição de uma forma de perfil completo (fig. 3[1]).

O edifício seiscentista da Casa do Seixal (fig. 2, n.º 10), localizada na actual Rua Guilherme Gomes Fernandes (antiga Rua do Seixal), possui no seu interior, uma parede parcialmente constituída por uma sucessão de formas de açúcar inteiras, colocadas horizontalmente e agregadas com argamassa (fig. 4). Todas as formas inteiras utilizadas na construção desta parede apresentam algum tipo de defeito desenvolvido durante a cozedura: umas estão deformadas, outras fracturadas, outras ainda não apresentam orifício na sua base (ainda que alguns autores defendam a possibilidade deste também poder ser produzido após a cozedura da peça). Somos levados a pensar que se tratam de peças de refugo, rejeitadas para entrarem no circuito comercial. Por outro lado, assiste-se igualmente à reutilização de formas em perfeito estado, possivelmente motivado pela ocorrência de momentos de dificuldades no escoamento comercial, ou quando se verifica o *terminus* da sua exportação.

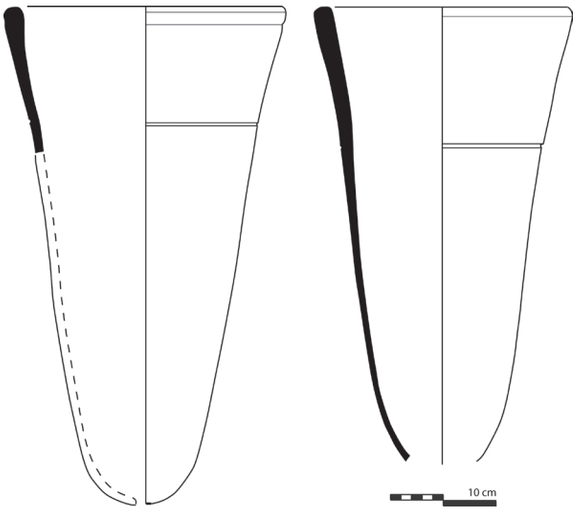
Para além do reaproveitamento de formas inteiras, verifica-se ainda a utilização de um elevado número de fragmentos na constituição dos paramentos de diversos edifícios antigos e muros em vários pontos da cidade. Nos restos de uma casa em ruínas localizada junto ao antigo mosteiro de Jesus (actual museu de Aveiro (fig. 2, n.º 4), inserida cronologicamente nos séculos XVI/XVII, é possível observar uma série de elementos de bordo de formas. Também o muro de alvenaria que funciona como parede de contenção da plataforma superior do lado sul do Cojo (fig. 2, n.º 8), incorpora fragmentos da mesma natureza (muitos bordos), a par com outras cerâmicas de tipologias várias (fig. 5).

Da mesma forma, intervenções arqueológicas na cidade têm possibilitado a recolha de elementos desta tipologia cerâmica, como a escavação realizada no Museu de Aveiro, antigo Convento de Jesus, no local das cozinhas (Pereira, 2001).

No arqueosítio, designado por Ria de Aveiro B (Alves *et. al.*, 1998, p. 199) (fig. 2, n.º 1), foi identificado um conjunto de formas encaixadas umas nas outras e enterradas no lodo, o que leva a crer que possam estar relacionadas com o carregamento de uma embarcação afundada, ou mesmo provirem de um contexto terrestre de margem onde as peças estivessem em reserva num entreposto de um oleiro ou armador. Formas inteiras têm sido também recolhidas por pescadores (fig. 6).

Os exemplares enumerados revelam uma homogeneidade morfológica. Tratam-se de formas de bordo simples e lábio boleado com diâmetro exterior que varia entre os 186 mm e 265 mm e uma altura que oscila dos 435 mm a 470 mm (figs. 3 e 6).

5. Exemplo de reutilização de bordos de formas de açúcar no enchimento de muros.



6. Formas de Açúcar recolhidas na laguna de Aveiro por pescadores.

1. Os desenhos dos materiais cerâmicos apresentados foram realizados por Sara Almeida, a quem agradecemos.

A CERÂMICA DO AÇÚCAR EM AVEIRO – NOVOS DADOS

Para além dos diversos locais enumerados onde se assiste à recorrente reutilização das formas de açúcar como material de construção e composição de várias empenas de edifícios da cidade, intervenções arqueológicas recentemente realizadas na orla do antigo Bairro das Olarias permitiram exumar um conjunto de peças semelhantes em contexto estratigráfico selado. Entre estes, conta-se a escavação de diagnóstico que ainda decorre no conjunto edificado formado pela Igreja de Santo António e Capela de S. Francisco, o acompanhamento arqueológico da construção de um edifício de habitação e comércio em terreno baldio localizado na confluência da Av. Dr. Artur Ravara com a R. Homem Cristo Filho[2] (concluído em Março de 2011) e cujos dados recolhidos importa aqui relevar. Refira-se ainda a exumação de fragmentos deste tipo de cerâmica nos trabalhos de acompanhamento arqueológico para a construção de um edifício de habitação e comércio na esquina da Av. Araújo e Silva e a Av. de Santa Joana (fig. 2, n.º 13), não se apresentado dados pois os trabalhos de elaboração de relatório final ainda decorrem. Por último, apenas se menciona o reconhecimento de um aterro disposto no lado imediatamente exterior ao traçado da antiga muralha (fig. 2, n.º 14) onde recentes trabalhos de desmatação e limpeza puseram a descoberto uma invulgar concentração de fragmentos cerâmicos à superfície. A par dos vestígios de recipientes de cerâmica doméstica comum, que ilustram formas e tipos semelhantes aos recolhidos nas embarcações modernas da Ria de Aveiro (Alves *et. al.*, 1998), pontuam os fragmentos de formas de açúcar de diversas dimensões. A sua localização e características levam-nos a equacionar a hipótese de se tratar de uma grande área de descarte/lixeira ou entulheira de época Moderna (séculos XVI-XVII), cujo aparente bom estado de conservação motiva uma análise mais circunstanciada em futuras investigações.

GAVETO DA AV. DR. ARTUR RAVARA E RUA HOMEM CRISTO FILHO

O projecto de construção de um novo edifício de habitação e comércio em plena Baixa de Santo António em Aveiro (fig. 2, n.º 12), previa o desaterro de uma superfície de cerca de 600m², que na zona de cota mais elevada atingia os 10 m de profundidade. Dada a relevância histórico-patrimonial da área circundante (adjacente ao traçado da antiga muralha da cidade) e os possíveis impactes patrimoniais decorrentes da execução da obra programada, impôs-se o desenvolvimento de acções de minimização patrimonial (acompanhamento arqueológico). Estes trabalhos permitiram concluir que a área de intervenção se encontrava fortemente condicionada pela presença de vestígios dos níveis de construção de um casario de época contemporânea (provavelmente da primeira metade do século XX) que assentavam directamente sobre o substrato geológico, condicionando a possibilidade de se detectarem indícios preservados de épocas anteriores. Apesar disso,

2. A intervenção arqueológica de diagnóstico e de apoio à elaboração de projecto de requalificação da Igreja de Santo António e Capela de S. Francisco é da responsabilidade dos autores deste texto. Por sua vez, o acompanhamento arqueológico da construção de edifício de habitação e comércio no gaveto da Av. Artur Ravara e R. Homem C. Filho foi realizado sob a direcção de um dos autores (R.C.S.) e Carla Alegria Ribeiro.

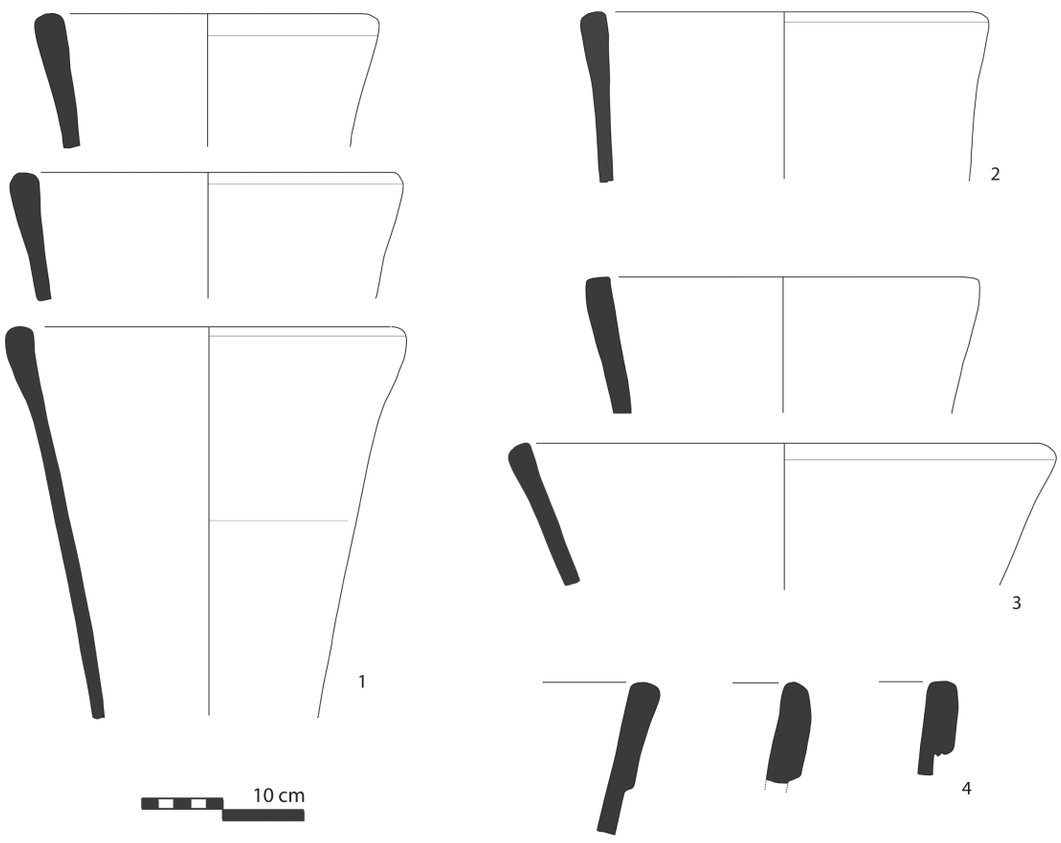
7. Perfil estratigráfico do canto NW da área de intervenção do Gaveto da Av. Dr. Artur Ravara e R. Homem Cristo Filho, com indicação do depósito de Época Moderna.

subsistia, no canto NW da área do empreendimento e junto ao perfil da área escavada, uma pequena bolsa com seixos de rio e vários fragmentos de cerâmica instalada numa depressão natural do nível geológico argiloso de cor alaranjada (fig. 7). Terá subsistido à construção das estruturas contemporâneas apesar de ter sido parcialmente cortada pelo muro de delimitação da propriedade que se encontra a Norte. A remoção manual do depósito que colmatava aquele negativo permitiu reunir uma colecção de materiais cerâmicos composta por louça de uso comum e Formas de Açúcar, que embora diminuta (133 exemplares), possui informação significativa.

O lote de cerâmica doméstica comum, que corresponde a 74% do conjunto, denota um leque tipológico pouco diversificado, cingindo-se essencialmente a recipientes de mesa (taças ou tigelas) ou outras formas residuais como os alguidares, grandes cântaros e panelas que nada acrescentam de novo às produções locais ou regionais já conhecidas e bem documentadas (Alves *et. al.*, 1998 e Bettencourt e Carvalho, 2008).

O restante 26% do espólio exumado insere-se tipologicamente na designada cerâmica do açúcar. Apenas se contabilizaram os fragmentos de bordo (34) e fundo (1). Embora não se tenha recolhido nenhum exemplar de perfil completo, foi possível estabelecer um quadro de referência tendo em conta a diversidade ao nível das dimensões e tipologia do bordo e lábio.

Do ponto de vista das pastas e características técnicas gerais, tanto deste lote como dos outros apresentados, a análise macroscópica realizada não nos autoriza, com segurança e rigor, o estabelecimento de um quadro de fabricos. Se por um lado a homogeneidade de constituição das pastas é uma realidade, por outro a multiplicidade de resultados finais a que se assiste ao nível da cozedura e acabamentos daria lugar a uma repartição exagerada e nada conclusiva do conjunto. Com efeito, podemos dizer que as pastas se apresentam arenosas, de cor exclusivamente clara, tendencialmente alaranjada, de textura compacta, dura, pouco depurada, com abundância de elementos não plásticos, mal distribuídos, de pequeno e médio calibre – onde facilmente se distinguem grãos rolados de quartzo leitoso, mica e pequenas partículas de óxido de ferro de cor escura. De destacar o carácter, por vezes vacuolar das pastas, denotando-se igualmente a presença de negativos de elementos vegetais. A cozedura é predominantemente oxidante. No entanto, verifica-se com frequência a existência de um núcleo redutor (cozedura redutora com arrefecimento oxidante) apenas na zona do bordo, onde a espessura da parede é mais significativa. As superfícies são sempre e ambas



8. Formas de Açúcar do sítio do Gaveto da Av. Dr. Artur Ravara e R. Homem Cristo Filho: 1 – Tipo IA; 2 – Tipo IB; 3 – Tipo IC; 4 – Tipo II.

alisadas. Apenas se deve realçar a presença vulgar de alguns recipientes com fina película de engobe de cor castanho acinzentado.

A análise efectuada permite equiparar este conjunto, a nível tecnológico e tipológico, com os demais conhecidos na região de Aveiro (Alves *et. al.*, 1998, p. 202 e Morgado, 2009), na ilha da Berlenga (Lourenço e Bugalhão, 2006), na ilha da Madeira (Sousa, 2006) e na olaria de Santo António da Charneca no Barreiro (Barros *et. al.*, 2006).

Dos 34 elementos de bordo recolhidos, apenas nove nos possibilitaram a obtenção das dimensões de abertura do bordo. O diâmetro interno da boca varia entre os 180 mm e os 230 mm, enquanto o diâmetro exterior da boca alterna entre os 210 mm e os 260 mm aproximando-se do tipo 3 dos recipientes identificados na Madeira (Sousa, 2006) e do tipo 1 das peças exumadas na olaria de Santo António da Charneca (Barros *et. al.*, 2006). Excepção feita apenas a um exemplar que apresenta 310 mm e 340 mm de diâmetro interno e externo respectivamente (fig. 8-3) aproximando-se do tipo 2 madeirense e tipo 2 do Barreiro.

Do ponto de vista da morfologia dos bordos constata-se a primazia do modelo mais simples com lábios pouco sugeridos e arredondados (31 exemplares). Estes poderão ser repartidos em três subtipos: tipo IA de bordo simples com lábio boleado (fig. 8-1) com paralelos no tipo IB do Barreiro (Barros *et. al.*, 2006, p. 36); tipo IB com boca mais cilíndrica (fig. 8-2) com paralelo no tipo IC do Barreiro (Barros *et al*, 2006: 36) e o tipo IC que comporta recipientes mais afunilados de lábio menos arredondado ou aplanado (fig. 8-3).

O tipo II comporta elementos de que não dispomos de diâmetro mas que apresentam bordo em fita com ressalto destacado no exterior (fig. 8-4) que associamos, apenas do ponto de vista morfológico do bordo, ao tipo II do Barreiro (Barros *et. al.*, 2006, p. 36).

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DE DIAGNÓSTICO NA IGREJA DE SANTO ANTÓNIO E CAPELA DE S. FRANCISCO (AVEIRO)

O conjunto edificado composto pela Igreja de Santo António, Capela da Ordem Terceira de S. Francisco e respectivos anexos conventuais (casa do despacho) (fig. 2, n.º 11), corresponde a uma interessante mole arquitectónica implantada na periferia meridional do centro histórico da cidade de Aveiro. O primitivo convento franciscano de Santo António, de que apenas subsiste a igreja e parte do complexo claustral, terá sido fundado em 1524 (Gonçalves, 1959, p. 133). Nos finais do século XVII (1677 – Oudinot, 2009, p. 461), adossada ao flanco sul daquela igreja, inicia-se a construção da Capela de S. Francisco, motivo pelo qual são vulgarmente apelidadas de "igrejas geminadas" (fig. 9). Desde então, estes dois imóveis (que se encontram actualmente comunicantes através de rasgo aberto num dos arcos/capela da parede lateral norte da igreja de Santo António) têm sido alvo de várias transformações e reestruturações que paulatinamente lhe foram alterando a traça original. Para além disso, este conjunto edificado, classificado como Monumento Nacional, padece actualmente de vários problemas de conservação e carece de inadiáveis obras de valoriza-

9. Vista geral da frontaria das "igrejas geminadas" composto pela igreja de Santo António, Capela de S. Francisco e casa do despacho.

10. Vista geral da sondagem 1 da intervenção realizada no convento de Santo António, com marcação da estrutura em negativo.

Sond. /u.e.	Bordos	Fundos	Bojos	Totais
Sond.1 – [03]	0	0	1	1
Sond.1 – [03A]	12	4	12	28
Sond.1 – [04]	11	2	31	44
Sond.1 – [07]	19	3	70	92
Sond.1 – [08]	31	10	220	261
Sond.2 – [06]	2	0	2	4
Totais	75	19	336	430

11. Tabela quantitativa dos fragmentos de Forma de Açúcar exumados durante a intervenção do convento de Santo António.

ção. Com efeito, a Câmara Municipal de Aveiro, em colaboração com a ADERAV - Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, contemplou no seu projecto de regeneração urbana, denominado "Parque da Sustentabilidade", o restauro e reabilitação estrutural deste importante complexo patrimonial. É neste seguimento que se propôs, com sucesso, o desenvolvimento de acções prévias de recolha de informação de suporte, apoio e fundamentação da elaboração do futuro projecto de requalificação daquele espaço. Do ponto de vista arqueológico, aquelas traduzem-se essencialmente na realização de três sondagens no exterior e junto às fundações deste conjunto edificado.

Até ao momento a campanha arqueológica iniciada no verão de 2010 concluiu a abertura de duas sondagens que permitiram reconhecer as potencialidades dos contextos estratigráficos da área e intuir sobre a evolução arquitectónica dos vários módulos que constituem o conjunto. Ambas implantadas no terreno localizado nas traseiras do conjunto edificado, a sondagem 1 encosta ao alçado Norte da capela-mor da Igreja de Santo António e a sondagem 2 conflui com o alçado Este da sacristia deste complexo. Os resultados da intervenção associam-se aos objectivos propostos, tendo permitido caracterizar com rigor a natureza das fundações dos edifícios, verificando o seu estado de conservação ao mesmo tempo que revelou uma série de interessantes dados arqueológicos. Na sondagem 1, identificou-se mesmo a vala de fundação que acompanha parcialmente o embasamento da capela-mor da Igreja de Santo António, cujo espólio exumado no aterro que a preenchia confirma a sua datação de construção da primeira metade do século XVI (1524). Não obstante, os trabalhos ficam marcados pelo aparecimento insuspeito de uma estrutura em negativo (fossa) aberta no substrato geológico argiloso de configuração, aparentemente, subrectangular (fig. 10). Localizada no extremo Oeste da sondagem, esta estrutura foi parcialmente cortada pela implantação de um contraforte em alvenaria que encosta ao alçado exterior da Igreja de Santo António. Esta fossa encontrava-se aterrada por dois estratos (u.e.[5] 07 e 08) de cuja escavação resultou a exumação de um numeroso lote de materiais cerâmicos onde pontuam as Formas de Açúcar. De facto, fragmentos deste tipo de recipientes encontram-se presentes em quase todos os níveis identificados (fig. 11) e surgem a par com outras formas cerâmicas de uso comum (panelas, cântaros, taças e alguidares com paralelos junto das recolhidas na ria de Aveiro (Alves et. al., 1998) e, em menor quantidade, com louça de mesa de fabrico fino como as escudelas de faiança e um azulejo de arestas. No entanto, verifica-se uma predominância daquela forma entre os materiais recolhidos naquele enchimento e que no estrato inferior (u.e. 08) contabiliza mais de 65% da cerâmica recolhida. Situação que se torna relevante quando confrontada com a cronologia estimada do depósito. Na verdade, a datação auferida aponta para o primeiro quartel do século XVI em momento coetâneo ou imediatamente anterior à construção da Igreja de Santo António (1524). Para além disso, a própria configuração desta estrutura em negativo, a natureza predominante do espólio do estrato inferior, a constituição argilosa do substrato geológico onde foi aberta e a sua proximidade geográfica com o antigo bairro das olarias levam-nos a ponderar a hipótese de poder estar relacionada com esta actividade oleira, particularmente com a exploração de jazidas argilíferas. Circunstância que deverá ser abalizada quando confrontados os resultados dos testes químicos efectuados às pastas destes recipientes e à argila que molda a respectiva fossa de proveniência.

Entre o espólio cerâmico recolhido em toda a intervenção foi possível distinguir a presença de 75 fragmentos de bordo e 19 pertencentes ao fundo de Formas de Açúcar (fig. 11). Todavia surgem muito fracturados, compondo fragmentos de pequena dimensão, não tendo sido exequível estabelecer nenhum perfil completo. Apesar da relativa porção de bordos identificados,

apenas 21 (28%) permitem a obtenção do diâmetro de abertura. Este varia externamente entre os 180 mm e os 250 mm e internamente entre os 157 mm e 220 mm, estabelecendo-se, mais uma vez, um paralelismo com o tipo 1 do Barreiro (Barros *et. al.*, 2006) e tipo 3 da Madeira (Sousa, 2006).

Apenas um exemplar oferece um diâmetro externo do bordo de 390 mm e interno de 360 mm. Este reflecte, do ponto de vista morfológico, o tipo menos representado (7%) composto por recipientes de bordo em fita com ressalto acentuado sobre o corpo que enquadramos no nosso tipo II (fig. 12-5) e que encontra afinidade igualmente com o tipo 2 da olaria de Santo António da Charneca (Barros *et. al.*, 2006, p. 36).

O conjunto volta a denotar a predominância (76%) dos modelos mais simples com bordos de lábios boleados que inserimos no tipo IA (figs. 12-1 e 2), semelhante ao tipo IB do Barreiro (Barros *et. al.*, 2006, p. 36). Alguns destes fragmentos caracterizam-se por exibir uma canelura ou pequeno ressalto na demarcação do bordo. Optámos por não ter em conta este factor durante o estabelecimento do referido quadro tipológico pois a linha de fractura de grande parte dos fragmentos situa-se logo imediatamente abaixo da boca.

Por fim, considera-se a presença de formas de bordo simples com lábio aplanado (tipo IC- 17%). Este modelo comporta recipientes normalmente afunilados, embora se ateste um espécime de boca mais cilíndrica

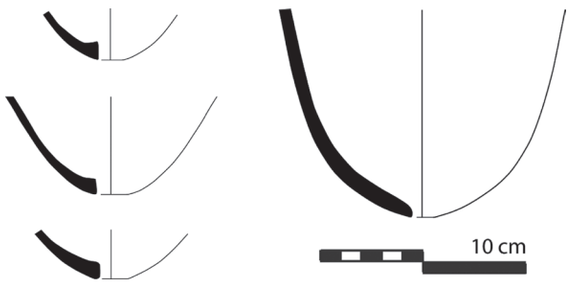
12. Formas de Açúcar do convento de Santo António: 1 – Tipo I (com canelura ou ressalto na demarcação do bordo); 2 – Tipo IA; 3 – Tipo IC (bocal cilíndrico com incisões); 4 – Tipo IC; 5 – Tipo II.

marcada por incisões na face externa (figs. 12-3 e 4). Os fundos confirmam a morfologia cónica das Formas. Contêm orifício aberto em momento pré-cozedura no seu vértice cuja base é frequentemente aplanada (fig. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário das olarias da Mata da Machada e S. António da Charneca no Barreiro, até ao momento não foi identificado em Aveiro nenhum forno cerâmico que se consubstanciasse como evidência física da produção deste tipo cerâmico. No entanto, é um facto aceite e documentado (Cabrera, 1987 e Cit. por Sousa, 2006, p. 14) que este local teve um papel de relevo no ciclo da produção açucareira como centro produtor das Formas de Açúcar. Não obstante, o recorrente reaproveitamento de peças deformadas nas empenas dos casarios daquela urbe, a sua presença nas cargas dos navios de época moderna identificados na laguna de Aveiro compostas na sua totalidade por peças de produção local (Bettencourt e Carvalho, 2008, p. 272) e a frequência da sua ocorrência em detrimento de outro tipo de recipientes cerâmicos podem, em última instância, ser considerados como provas materiais da sua origem local e regional. De Aveiro saía assim parte da sua riqueza geológica, habilmente transformada pelos anónimos oleiros em peças cerâmicas (fig. 14). Para além disso, o seu aparecimento em contextos arqueológicos de descarte e datados dos inícios do século XVI e sua reutilização em empenas de edifícios construídos nos inícios da contemporaneidade, levam-nos a sugerir uma diacronia de produção que se prorroga entre os finais do século XV e o século XIX.

Estamos em crer que a implementação sistemática de medidas de minimização arqueológica no decurso das obras realizadas no centro histórico desta cidade possa colaborar com o aumento significativo da actual plataforma de conhecimento associado a esta temática e abrir novas linhas de estudo complementares.



13. Formas de Açúcar do convento de Santo António – fundos.

14. Exemplos de Formas de Açúcar encontradas em Aveiro.

BIBLIOGRAFIA

AMEIDA, C.A.B.; LEAL, A. e ALMEIDA, A. (1987) – O forno cerâmico romano de Eixo – Aveiro. *Portugália*. Porto. Nova série: 8.

ALVES, F.J.S. *et. al.* (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar. *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*, Tondela. p. 185-210.

BARROS, L.; CARDOSO, G. e GONZÁLEZ, A. (2006) – As formas de Pão de Açúcar da Olaria de Santo António da Charneca – Barreiro. *A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna* – Colecção "Mesa Redonda". Lisboa/Machico. 1, p. 33-45.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2008) – A carga do navio Ria de Aveiro A (Ílhavo, Portugal): uma aproximação preliminar ao seu significado histórico-cultural. *Cuadernos de Estudios Borjanos*. Borja. L-LI, p. 257-287.

BORDOY, R. (1994) – Ceramica y azúcar en época medieval. *1492: Lo Dulce a la conquista de Europa*. Granada. p. 90. Actas do Quarto Seminário Internacional sobre a Cana de Açúcar.

CABRERA, M. (1987) – El comercio entre Portugal e Canarias en el quinientos. Estudio aproximado. *Revista de História Económica e Social*. (s.l.). 19, p. 1-16.

GONÇALVES, A. N. (1959) – *Inventário Artístico de Portugal: distrito de Aveiro – zona Sul*. Lisboa: Academia Nacional das Belas Artes. 6, p. 133-138.

LOURENÇO, S. e BUGALHÃO, J. (2006) – As Formas de Pão de Açúcar da Ilha Berlenga. *A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna* – Colecção "Mesa Redonda". Lisboa/ Machico. 1, p. 47-61.

MATEUS, I. (2008) – A cerâmica na Lourinhã. *Boletim do Museu da Lourinhã*. GEAL. n.º 7.

MORGADO, P. (2009) – A Cerâmica do Açúcar em Aveiro na Época Moderna. *Patrimónios*. ADERAV Aveiro. S. II, 7, p. 117--142.

NEVES, A. (1985) – *Azulejaria Antiga em Aveiro. Subsídios para o estudo da cerâmica*. Aveiro. Ed. Autor.

NUNES, N. (2000) – As palavras e as técnicas da produção açucareira actual, na Ilha da Madeira e em Cabo Verde: estudo comparativo. *História e Tecnologia do Açúcar*. CEHA, p. 453-470. Seminário Internacional "História e Tecnologia do Açúcar".

OUDINOT, J. R. Q. (2009) – *Aveiro, Apontamentos Históricos*. Aveiro. I, p. 451-501.

PEREIRA, I. (2001) – *Relatório da Intervenção arqueológica no Museu de Aveiro*. Aveiro. Policopiado.

PEREIRA, I. (2005) – *Relatório da Intervenção Arqueológica na Agra do Crasto Campus Universitário de Santiago (Verdemilho).* Aveiro. Policopiado.

ROCHA, F. (1993) – *Argilas aplicadas a estudos litoestratigráficos e paleoambientais na bacia sedimentar de Aveiro*. Dissertação de doutoramento – policopiada. Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro.

SARRAZOLA, A. e SILVA, I. (2006) – *POTOR (Povoado da Torre). Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos.* Relatório Final policopiado.

SOUSA, É. (2006) – A Cerâmica do Açúcar das cidades de Machico e do Funchal. Dados Históricos e Arqueológicos para a Investigação da Tecnologia e Produção do Açúcar em Portugal. *A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna* – Colecção "Mesa Redonda". Lisboa/Machico. 1, p. 9-31.

SOUSA, J. F. C. (1940) – Memória de Aveiro no século XIX. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. V. 6, N. 22, p. 92.

TORRES, C. (1990) – Um Forno Cerâmico dos Séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa. *Fours de potiers et "testards" médiévaux en Méditerranée Occidentale*. Casa de Velázquez, p. 131-142.

PORTUGAL AND TERRA NOVA

CERAMIC PERSPECTIVES ON THE EARLY-MODERN ATLANTIC

PETER E. POPE **Department of Archaeology, Memorial University, St John's, Newfoundland, Canada**

RESUMO Os achados arqueológicos de cerâmica portuguesa sustentam a tradição de que navegadores do Porto, de Aveiro e de Viana exploraram a costa leste da península de Avalon, na Terra Nova, durante o século XVI. É necessário, contudo, reconhecer que a cerâmica portuguesa também é comum em sítios ingleses da Terra Nova.

Os navegadores ingleses não foram participantes activos na pesca da Terra Nova até cerca de 1565. Depois desta data ocuparam à força estabelecimentos piscatórios na costa leste da ilha, tendo até 1620 desalojado não apenas os portugueses, mas também os bretões, os normandos e os bascos. Os pescadores ingleses do West Country passaram então a deter aqui uma área de actuação exclusiva, iniciando a ocupação costeira desta parte da Terra Nova.

Ao longo dos últimos 20 anos, escavações em Ferryland, Cupids e St John têm ilustrado estes primeiros assentamentos. Os dados arqueológicos sugerem que os portos portugueses foram marcos importantes na paisagem económica e cultural do Atlântico. O peixe seco seguia em frotas anuais para Portugal, enquanto o vinho fluía para Londres, Amesterdão, Terra Nova e, mais tarde, Nova Inglaterra. Navios ingleses trouxeram cerâmica portuguesa para a Terra Nova, incluindo loiça vermelha, faiança decorada e até a elegante cerâmica pedrada. Cada tipo pode ser lido, à sua maneira, para perspectivar a paisagem cultural transatlântica moderna. Propõe-se aqui que, nos sítios da Terra Nova, a faiança portuguesa é o elemento que marca o assentamento permanente de famílias agricultoras.

PALAVRAS-CHAVE **Portugal, Terra Nova, assentamentos, cerâmica, faiança**

Portugal and Newfoundland have a long relationship, which dates from the beginnings of the transatlantic world. If we understand this relationship in the 16th and 17th centuries, we will have a context for some of the archaeological evidence recently excavated in Newfoundland. Finds of Portuguese ceramics, in particular, can in turn tell us something about the early transatlantic cultural landscape. Recurring finds of particular Portuguese ceramics in Newfoundland suggest that some, such as decorated *faiança*, were widely distributed amongst the planter families who had actually settled in Newfoundland, and can therefore be used by archaeologists to distinguish settled sites from the more transient stations used by seasonal migratory fishers.

The construction of the Atlantic world was a long series of small steps, rather than a few big ones. Portugal's first step to the west was the colonization of the Açores, which started with Santa Maria in the 1440s and moved westward, from island to island, until Flores was settled, around 1500 (Goulart Costa, 2008, p. 25-50, Carita, 2008, de Freitas de Meneses, 2008). About this time, Açorean captains made some of the earliest documented exploratory voyages to *Terra Nova*, including early fishing voyages (Quinn, 1977, p. 126-127). On a map of Newfoundland's Avalon Peninsula, the evidence is everywhere, for the earliest place names are Portuguese: including *Cauo de la Spera* or Cape Spear, the part of North America closest to Europe; *Farilham* or Ferryland, now an important archaeological site; and St John's, originally *Sam Joham*, now the capital of Newfoundland (Seary, 1971, p. 27-33).

The only known attempt to continue the Açorean pattern of island-hopping colonization westward to North America was sponsored, in the 1520s, by investors from Viana, probably associated with João Alvarez Fagundes. A small colony of *laboradores* survived for a year or two in the New World. Some historians have placed this short-lived colony in Newfoundland, but 16th-century accounts suggest that after visiting the island, the Açoreans moved on to Cape Breton, in what is today the neighbouring Canadian province of Nova Scotia (Quinn, 1977, p. 352, Pope, 1992). The question is, in fact, confusing, for in the 16th century, *Terra Nova* or *New Found Land* often meant the whole Atlantic coast and not just the island we know today. Wherever they settled, by the mid 1540s, the Açoreans were only a memory to the French fishing masters who reported the disappearance of their settlement.

When a seasonal, migratory, shore-based, dry salt-cod fishery developed at Newfoundland and Cape Breton, during the early decades of the 16th century, it was the northern Portuguese ports best linked to the Açores, whose merchants also invested in the *Terra Nova* voyage: Porto, Aveiro and Viana. The Canadian historian Darlene Abreu-Ferreira has recently minimized Portugal's participation in the 16th-century transatlantic fishery, but Amandio Jorge Barros shows that as late as the 1580s the Terra Nova fishery was, in fact, commercially significant for the ports involved (Abreu Ferreira, 1996, 1998, Barros, 2004). The archaeological

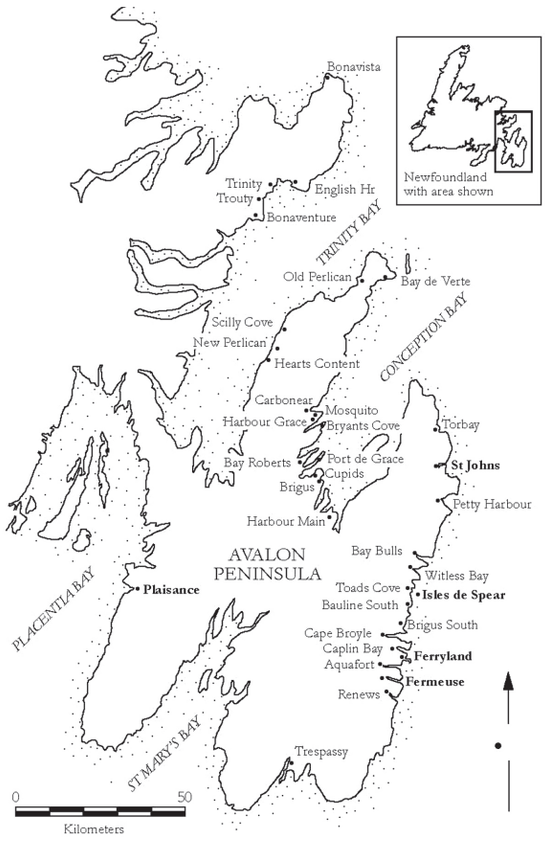
evidence, in the form of Portuguese redware, supports the tradition that Portuguese crews played an important role in the 16th-century migratory cod fishery on the east coast of Newfoundland's Avalon Peninsula (fig. 1). There is a potential confounding factor here, which complicates this conclusion: Portuguese ceramics also occur, in significant quantities, on early English sites in Newfoundland. It is unlikely, though, that Portuguese redwares occurring, for example, at Ferryland, in mid-16th century contexts, relate to an English presence, even seasonal. Although the English took part in some of the very earliest transatlantic fishing voyages, around 1500, they were not a significant part of the Newfoundland migratory fishery until after 1565 (Pope, 2004a, p. 15-20). So early finds of common Portuguese earthenware are almost certainly traces of the seasonal presence of Portuguese fishing crews, in the first century of the transatlantic fishery. A cook pot, recovered from an early context at Renews, an fishing station near Ferryland, was almost certainly used by a 16th-century seasonal Portuguese fishing crew; English planters of the following century used North Devon cook pots not Portuguese ones (Mills, 2002).

In the later 16th century, English crews occupied Newfoundland fishing stations in an increasingly aggressive way. By 1620 they had displaced the crews of other European regions from the harbours of the eastern Avalon. Portuguese investment in the *Terra Nova* fishery was falling off anyway, with the increasing allure of the Brazilian trade (Barros, in press). But the English also displaced Breton, Norman and Basque crews, who fell back on fisheries they had already developed, elsewhere in Newfoundland and Atlantic Canada (Pope, 2003). England's West Country fisherfolk now had an exclusive *English Shore* and they then began to settle Newfoundland, starting in 1610, at Cupids Cove in Conception Bay. Over the last 25 years, archaeological investigations at Ferryland, Cupids and St John's have done much to shed light on the social and economic context of these early English settlements (Tuck, 1996, 1998, Tuck & Gaulton, 2001, Gaulton & Tuck, 2003, Gilbert, 1996, 2003, Pope, 2004b.).

17th-century ceramic assemblages from the English Shore reflect the West-Country connections of the settlers or "planters" as they were called: the wares excavated are predominantly North Devon, South Somerset and Rhenish stonewares, the latter an exotic ware but widely distributed in England itself, or at least at English ports. Portugal is probably the next most common continental source of 17th-century ceramics excavated in Newfoundland – comprising perhaps 5 or 10 percent of assemblages. Most of these Portuguese wares are also known from excavations at West Country ports like Plymouth – but they are more common in Newfoundland, as in New England (Fairclough, 1979, p. 46, 52, Gaskell-Brown, 1986, p. 28-29, Pendery, 1999). What is more, the range of Portuguese wares recovered from early Newfoundland sites is surprisingly wide.

One of the conclusions we must draw from these assemblages is that several Portuguese ports were key landmarks in the circum-Atlantic cultural landscape. *Bacalhau* came in annual convoys from *Terra Nova* to Lisbon, Porto and Aveiro, while wine and other goods flowed from these ports to London, Newfoundland and New England (Abreu-Ferreira, 2003, Pope, 2004a, p. 91-96). Meanwhile, the Açores remained an important provisioning station for transatlantic mariners, particularly on the more difficult westward passage. Ships coming to Newfoundland and New England frequently arrived with fruit and Fayal wine (Pope, 2004a, p. 377).[1] The Portuguese ceramics that English traders brought to Newfoundland include decorated *faiança, louça vermelha* and even elegant *louça pedrada*, the latter otherwise not recorded in North America. Each class of Portuguese ceramics can be read in its own way, to add a perspective to our understanding of the early modern Atlantic.

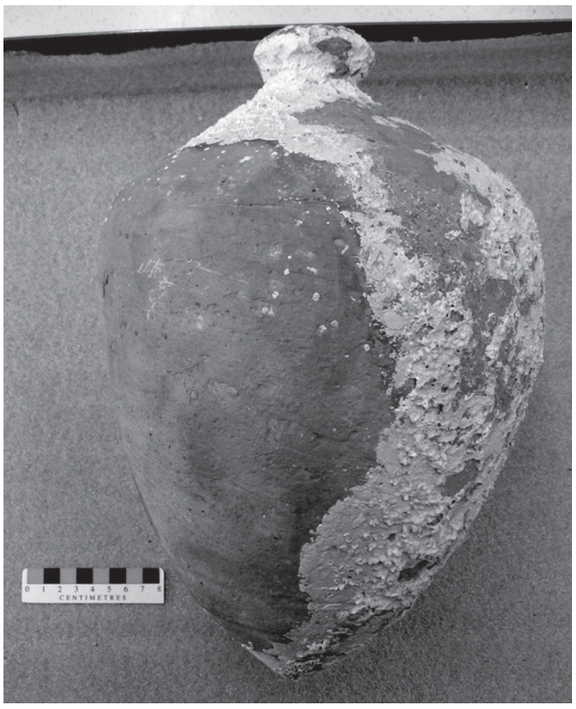
Ed Eastaugh



1. Map of Newfoundland's Avalon Peninsula. Places mentioned in the text are shown in bold.

1. The wine was actually produced on Pico. As I was told there: "In Pico we work, in Fayal, they make money."

Sarah Newstead



2. Portuguese *louça vermelha* olive oil jar, recovered from an underwater site at Kingman's Cove, Fermeuse Bay, Newfoundland (CfAf-09).

Sarah Newstead has shown us that the *louça vermelha* – the Portuguese redwares – excavated in Newfoundland were probably produced in northern kilns, around Aveiro (Newstead, 2008). This makes perfect sense, given the commercial connections of the period. She has also researched the range of vessel forms excavated in Newfoundland. Certain forms, including jars for oil (fig. 2), bottles, costrels, plates and small pans are widely represented on English settlement sites in Newfoundland, throughout the 17th century. Portuguese redware in these contexts is essentially a sturdy, inexpensive, utilitarian good, suitable for storage and service of food and drink for ordinary working people, including Newfoundland settlers and their more transient fishing servants. We even know some of these forms from the wreck of the Royal Navy frigate *Saphire*, sunk in Bay Bulls harbour in 1697 – so British naval crews were also sometimes equipped with plain Portuguese wares (Pope, 1984, p. 232).

Some forms of *louça vermelha* have turned up in earlier contexts, which may reflect Portuguese fishing activity in the 16th century. On the St John's waterfront, the relative representation of Portuguese redware is stronger amongst waterworn sherds, which we can assume have been redeposited from the active beach area (fig. 3). Unworn Portuguese redware sherds occur in the contexts which we can associate with the English planters of the 1660s and 1670s, but in a somewhat smaller proportion (Pope, 2004b). The earlier material probably echoes the importance of Portuguese crews among the cosmopolitan mix at St John's in the 16th century. The later material reflects the cosmopolitan character of European imports to English Newfoundland, when settlement took root. As Tânia Manuel has shown by examining the Porto export records, these included a surprising range of goods from Portugal, ranging from cork, to lemons, to wine, oil and fruit and including, notably, earthenwares and *faiança*, brought back to Newfoundland by the same ships which brought cod to Portugal (Manuel in press).

Some of the finest examples of *faiança* excavated in Newfoundland were excavated by James Tuck and Barry Gaulton at Ferryland (Stoddart, 2000). This 16th--century migratory fishing station became an English colony in the 1620s, sponsored by Sir George Calvert, Lord Baltimore – whose sons eventually established the colony of Maryland, in Chesapeake Bay, far to the south. From 1637, Ferryland was dominated by Sir David Kirke, a merchant with wide Atlantic connections (Pope, 2004a, p. 79-121). The quality of Portuguese *faiança* pieces excavated in contexts associated with Kirke or, after his death, his widow Sarah or their sons suggests that this family of merchants had close commercial connections in Portugal. In her study of tin-glazed vessels excavated at Ferryland in the 1990s, Eleanor Stoddart noted the quantity and quality of the Portuguese vessels recovered, particularly the plates (Stoddart, 2000). One bears a winged heart with the word *Amors* (fig. 4). Other motifs include the coat of arms of the da Silva family and imitations of Chinese Wan-Li designs. A closer analysis of the provenance of such finds might enable us to reconstruct the commercial network of the Kirkes in Portugal. But Portuguese *faiança* is not confined to contexts associated with the merchant gentry. A smaller planter's house at Ferryland showed similar material, even if not quite as grand as that used by the Kirkes. Stoddart's analysis of the provenance of tin-glazed wares at Ferryland is interesting. After English Delft style wares, Portuguese

St. John's Waterfront Archaeology Project

3. Waterworn Portuguese *louça vermelha* olive oil jar mouth, from an early beach context at 327 Water Street, St. John's, Newfoundland (CjAe-08).

Barry Gaulton

4. Portuguese *faiança* decorated plate, inscribed with the word *Amors*. From a mid-17th century context at Ferryland Newfoundland (CgAf-02).

William Gilbert

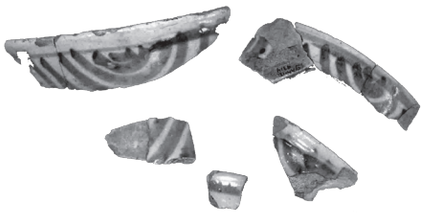
5. Portuguese *faiança* cup, from a mid-17th century context at Cupids, Newfoundland (CjAh-13).

faiança is, in effect, the second most common tin-glazed ware, probably representing almost a third of tin-glazed vessels at that complex site (Table 1).

Portuguese *faiança* has, in fact, been recovered from virtually every 17th-century settlement site excavated to date on Newfoundland's English Shore. Figure 5 is a cup uncovered by Bill Gilbert from his excavations at Cupids, the site of the first permanent English settlement in Newfoundland and, indeed, Canada. The site was occupied from 1610 to about 1665. It has yielded a *faiança* bowl very similar to one recovered, appropriately enough, from the Rua dos Bacalhoeiros, in Lisbon (figs. 6 & 7). Gilbert has also recovered similar material at New Perlican in Trinity Bay, a plantation of the later 17th century. Portuguese tin-glazed earthenwares were also recovered from the St John's waterfront, in contexts associated with John Collins, a planter of the 1670s and 80s (Pope, 2004b). Finds included a saucer (fig. 8) and a decorated plate, recovered from a somewhat later context (fig. 9). Portuguese *faiança* also turned up at a planter's house in Clears Cove, in Fermeuse Bay, south of Ferryland, dating to the same period (Pope, 2005). Portuguese *faiança* was, it would seem, a normal part of the English Newfoundland planter household – a decorative ware associated with people of the "middling sort" to use a contemporary phrase, people who had some social pretensions, even if they depended on others, like the Kirkes, to market their fish in Europe. If utilitarian Portuguese redwares were widely used by planters and fishing servants alike, Portuguese *faiança* was restricted in distribution to the planter class, the proprietors of permanent Newfoundland fishing stations, in the period. We might ask what Portuguese *faiança* represented to consumers in Newfoundland. A reminder of a colourful world overseas? The flowers and lush foliage of the south? Perhaps simply, the exotic? These are questions worth thinking about.

A third group of Portuguese ceramics has been excavated in Newfoundland. These are delicate *púcaros* and other finely decorated forms, called *terra sigillata* by the Dutch archaeologist Jan Baart (1992). Lively discussions at the *Velhos e Novos Mundos* conference in Lisbon made it pretty clear that there is no real consensus even among Portuguese archaeologists about what the finely thrown and decorated Portuguese redwares should be called – except for general agreement that it was unnecessarily confusing to call them *terra sigillata*. I will use the term *ceramica pedrada*, following the

William Gilbert

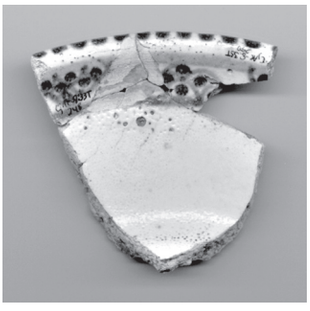


6. Rim sherds from a.Portuguese *faiança* bowl excavated from a 17th-century context at Cupids, Newfoundland (CjAh-13).

William Gilbert

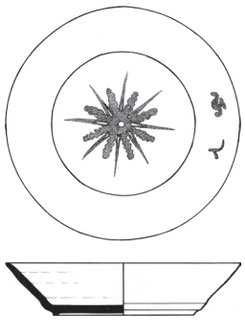
7. A complete Portuguese *faiança* bowl excavated in the Rua dos Bacalhoeiros, Lisbon.

St. John's Waterfront Archaeology Project



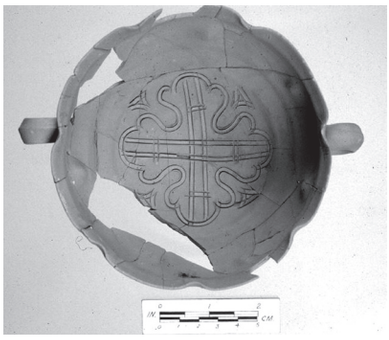
8. Portuguese *faiança* bowl, from a late 17th-century context at 327 Water Street, St. John's, Newfoundland (CjAe-08).

St. John's Waterfront Archaeology Project



9. Portuguese *faiança* pan, from an early 18th-century context at 327 Water Street, St. John's, Newfoundland (CjAe-08). Drawing from Pope 2004b.

Barry Gaulton



10. Ornate Portuguese *ceramica pedrada* handled bowl (Baart's "terra sigillata") , from a mid 17th-century context at Ferryland, Newfoundland (CgAf-02).

Barry Gaulton

11. Ornate Portuguese *ceramica pedrada* costrell, from a mid 17th-century context at Ferryland, Newfoundland (CgAf-02).

terminology Olina Sardinha used in her presentation (Sardinha, 2011 and cp., 1992). These baroque parallels of similar Roman products were incised, pierced and often decorated with inlays of fine white clay or mica. There was a fashion for such decorated wares among the Spanish and Portuguese elite in the early 17th century. In his famous painting *las Meninas*, Diego Velasquez shows one of the children of Philip II holding a *púcaro* (Seseña, 1991). Archaeological examples have been recovered from the homes of wealthy merchants in Amsterdam and Antwerp and at one merchantile site at Limehouse in London – but this type of ceramic is unknown archaeologically in the rest of the English-speaking Atlantic world... except from the Kirkes plantation in Newfoundland, where about a dozen vessels have been recovered (Tuck & Gaulton, 2002). Baart thinks that the vessels reported from the Netherlands were produced in Estremoz, in Alentejo. Is this the most likely source of the vessels excavated by Tuck and Gaulton at Ferryland? Perhaps it is time for some ICP chemical analysis. Although these exquisite ceramics could possibly have reached Newfoundland via Amsterdam, they more likely reflect close direct connections with Portugal.

The bowls, chalices, and handled jars found at Ferryland are delicate decorative pieces, obviously intended for display rather than table use (figs. 10 & 11). *Ceramica pedrada* is ostentatiously non-utilitarian. In fact, in Portugal *púcaros* are supposed to have sometimes been eaten (Pleguezuelo, 2000, p. 130). This is conspicuous consumption taken to an extreme! The pseudo-classical style of these pieces suggest that they might have represented a self-conscious celebration of Western Europe as the new Rome, on the threshold of empire. They were probably not imported to Newfoundland for sale – as with the best of the *faiança* uncovered at Ferryland, they are more likely gifts, sent from commercial partners in Portugal, to strengthen the personal ties, so essential to business in the period. Their very fragility gave them the potential to signify to all who saw them on display that their possessors had the transatlantic connections needed to obtain and protect such rare and delicate objects.

Each of the three groups of Portuguese ceramics identified in Newfoundland archaeological contexts has its historical significance. Together we might use them as evidence for the continuing economic connection between Portugal and *Terra Nova*, even after Portugal abandoned direct participation in the transatlantic fishery, at least for a few centuries (Garrido, 2003). In Newfoundland, *louça vermelha* is a good indicator of the presence of fishing servants or other mariners. Portuguese *faiança* can be taken as a *type fossile* for 17th-century planter proprietors. To date, *ceramica pedrada* has been reported only from the premises of the most powerful merchants in Newfoundland, in the period, the men and women who were, in effect, the regional gentry (Pope, 2004a, p. 268-273). The three groups of Portuguese ceramics recovered from early modern site in eastern Newfoundland nicely parallel the tripartite structure of the society, which consisted of fishing servants, employed by planter proprietors, themselves in turn clients of a small class of merchant gentry. The Portuguese wares are not the only ones which reflect such status distinctions but they are a unique cluster, given their common provenance. Read critically, as cultural evidence, these ceramic finds also suggest that Portugal, in effect, exported attitudes and ideas to this part of North America, as well as specific goods.

BIBLIOGRAFIA

ABREU-FERREIRA, D. (1995) – The Portuguese in Newfoundland: Documentary evidence examined. *Portuguese Studies Review*. Peterborough ON. 4:2, p. 11-33.

ABREU-FERREIRA, D. (1998) – Terra Nova through the Iberian looking glass: The Portuguese-Newfoundland cod fishery in the sixteenth century. *Canadian Historical Review*. Toronto ON. 79:1, p. 100-115.

ABREU-FERREIRA, D. (2003) – The English merchantile community in seventeenth-century Porto: A case study of the early Newfoundland trade. *Newfoundland Studies*. St John's NL. 19:1, p. 132-152.

BAART, J. M. (1992) – *Terra Sigillata* from Estremoz, Portugal. In Gaimster, D.; Redknap, M. eds., *Everyday and exotic pottery from Europe, studies in honour of John G. Hurst*, p. 273--278. Oxford: Oxbow. 382 p.

BARROS, A. J. M. (2004) – *Porto: A Conctrução de um Espaço Marítimo nos Alvores dos Tempos Modernos*. Ph.D. dissertation. Modern History, University of Porto. 880 p.

BARROS, A. J. M. (in press) – Cod Fishery and global trade: Porto's ships at Newfoundland in the 16th century. *Studia Atlantica*. Hull. 9.

CARITA, R. (2008). – O descobrimento dos Açores. In de Matos, A. T.; de Freitas de Meneses, A.; Reis Leite, J. G., eds, *Historia dos Açores, do Descobrimento ao Século XX*, vol. I, p. 49-61. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. 664 p.

CARTER, M.; GAULTON, B. e TUCK, J. A. (1998) – Archaeology at Ferryland, Newfoundland – 1997. *Avalon Chronicles*. St. John's. 3, p. 49-62.

DE FREITAS DE MENESES, A. (2008) – O povoamento. In de Matos, A. T.; de Freitas de Meneses, A.; Reis Leite, J. G., eds, *Historia dos Açores, do Descobrimento ao Século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, p. 63-109.

FAIRCLOUGH, G. J., ed. (1979) – *Plymouth Excavations, St. Andrews Street 1976*. Plymouth Museum Archaeological Series, no. 2. Plymouth. 149 p.

GARRIDO, A. (2003) – The new state and the Portuguese cod fleet: the economy and policy of line-fishing, 1934-1974. *International Journal of Maritime History.* St. John's. 15:2, p. 73-94.

GASKELL-BROWN, C. (1986) – *The Medieval Waterfront, Woolster Street Finds*. Plymouth Museum Archaeological Series, number 3. Plymouth. 101 p.

GAULTON, B. e TUCK, J. A. (2003) – Archaeology at Ferryland, Newfoundland, until 1696. *Avalon Chronicles* St John's. 8, p. 187-224.

GILBERT, W. (1996) – Looking for Cupers Cove: Initial archaeological survey and excavations at Cupids, Newfoundland. *Avalon Chronicles*. St John's. 1, p. 67-96.

GILBERT, W. (2003) – Finding Cupers Cove: Archaeology at Cupids 1995-2002. *Avalon Chronicles*. St John's. 8, p. 117-154.

GOULART COSTA, S. (2008) – *Açores: Nove Ilhas, uma Historia*. Ponta Delgada: Governo dos Açores, Direcção Regional da Cultura. 288 p.

MANUEL CASIMIRO, T. (in press) – From Portugal to Newfoundland in the 17th century: Supplying European colonies or provisioning a fishery? In Pope, P.E. e Lewis-Simpson, S. eds, *Exploring New World transitions: From Seasonal Presence to Permanent Settlement*. London: Boydell and Brewer.

MILLS, S. F. (2002) – Archaeology at Renews, Newfoundland 2001-2002. *Avalon Chronicles*. St. John's. 7, p. 83-104.

NEWSTEAD, S. (2008) – Merida No More: Portuguese Redware in Newfoundland. M.A. thesis. Memorial University of Newfoundland (Archaeology). 206 p.

PENDERY, S. R. (1999) – Portuguese tin-glazed earthenware in seventeenth-century New England. *Historical Archaeology*. Glassboro NJ. 33:4, p. 58-77.

PLEGUEZUELO, A. (2000) – Cerámicas para agua en el barroco español: Una primera aproximación desde la literatura y la pintura. *Ars Longa*. València. 9-10, p. 123-138.

POPE, P. E. (1986) – Ceramics from Seventeenth-Century Ferryland, Newfoundland (CgAf-02, Locus B). M.A. thesis. Memorial University, Anthropology. Rep. in *Studies in Newfoundland Archaeology*, vol. 2, *17th and 18th-Century Material Culture*. St. John's NL: Memorial University, NAHOP. CD--ROM. 272 p.

POPE, P. E. (1992) – *A Sixteenth-Century Azorean Portuguese Colony in Cape Breton: A Speculative Analysis*. Unpub. report for Nova Scotia Department of Tourism and Culture. 56 p.

POPE, P. E. (2003) – Early European occupations in southeast Newfoundland: Archaeological perspectives on competition for fishing rooms, 1530-1680. In Roy, C.; Bélisle, J.; Bernier, M.-A. e Loewen, B., eds, *Mer et monde: Questions d'archéologie maritime*, p. 122-133. *Archéologiques.* Quebec. Collection hors série 1.

POPE, P. E. (2004a) – *Fish into Wine: The Newfoundland Plantation in the Seventeenth Century*. Chapel Hill NC: Omohundro Institute of Early American History and Culture and University of North Carolina Press. 463 p.

POPE, P. E. (2004b) – The waterfront archaeology of early modern St John's Newfoundland. In Pasquinucci, M. e Weski, T., eds. *Close Encounters: Sea and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. Oxford: BAR International Series, vol. 283, p. 179-190.

POPE, P. E. (in press) – The admiral system as conflict management, in the transatlantic migratory fisheries, 1500-1800. *Studia Atlantica*. Hull. 9.

QUINN, D. B. (1977) – *North America from Earliest Discovery to First Settlements: The Norse Voyages to 1612*. New York: Harper and Row. 621 p.

SARDINHA, O. (1992) – Olarias pedradas portuguesas: Contribuição para o seu estudo. *O Arqueólogo Português*. Lisbon. Series IV, S 10, p. 487-512.

SARDINHA, O. (2011) – Considerações acerca da cerâmica pedrada e respectivo comércio. *Velhos e Novos Mundos*. Lisbon. Conference.

SEARY, E. (1971) – *Place Names of the Avalon Peninsula of the Island of Newfoundland*. Toronto: University of Toronto Press. 383 p.

SESEÑA, N. (1991) – El búcaro de las meninas. In Centro de Estudios Históricos (Madrid), eds, *Velásquez y el Arte de su Tiempo: V Journadas de Arte*, Madrid: Ed. Alpuerto. 458 p., p. 39-48.

STODDART, E. (2000) – Seventeenth-century tin-glazed earthenware from Ferryland. *Avalon Chronicles*. St. John's. 5, p. 49-100.

TUCK, J. A. (1996) – Archaeology at Ferryland, Newfoundland 1936-1995. *Avalon Chronicles*. St John's. 1, p. 21-42.

TUCK, J. A. e Gaulton, B. (2001) – Archaeology at Ferryland 1998-2000. *Avalon Chronicles*. St John's. 6, p. 89-106.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CERÂMICA PEDRADA E RESPETIVO COMÉRCIO

OLINDA SARDINHA oh.olinda@gmail.com

RESUMO O presente texto desenvolve um pouco a produção dos objetos cerâmicos pedrados, foca exemplares procedentes de escavações arqueológicas os de cronologia mais antiga em território português (Mata da Machada, Barreiro) e, em território espanhol (Mérida). Aborda-se o comércio marítimo, nomeadamente com Espanha, Norte de África, Brasil. Torna-se difícil identificar o percurso deste tipo de carga nos navios que, quando do domínio espanhol, transportavam uma grande diversidade de objetos para várias regiões. Iremos centrar-nos no galeão espanhol "San Diego" e na cerâmica de Nisa e um pouco na de Estremoz. É da conjugação da análise de objetos pedrados tão diversos como a cerâmica fosca, a faiança, a porcelana, com a ajuda da etnografia, da arqueologia, da literatura e da iconografia, que podemos chegar ao reconhecimento da dinâmica que existia na navegação e no comércio marítimos portugueses dos sécs. XVI e XVII.

PALAVRAS-CHAVE **Pedrado ou empedrado, Nisa, Estremoz, referências etnográficas, arqueológicas, literárias e iconográficas**

O início da Idade Moderna também foi o tempo das descobertas de novos mundos, no qual os reinos ibéricos, sobretudo Portugal, tiveram um papel fundamental.

A composição decorativa do pedrado ou empedrado consiste na incrustação de pedrinhas brancas de quartzo que, depois de serem cozidas no forno e partidas, são colocadas na superfície interna ou externa do objeto cerâmico. Em Portugal apenas tenho conhecimento de espécimes incrustados com quartzo e vidro.

As povoações onde mais se fabricaram peças com esta técnica foram Nisa e Estremoz. Além destes centros produtores, existiram laborações em Cacheiro e Amieira do Tejo, povoações situadas perto de Nisa e do rio Tejo. Vamos referir-nos a Estremoz e, com mais desenvolvimento a Nisa.

Em Nisa, a memória de alguns inquiridos (hoje com sessenta e setenta e poucos anos) diz-nos que usam a técnica do pedrado há muito. Têm lembrança desde o tempo de seus avós. A vila tem ainda hoje o Museu do Bordado e do Barro, sob a direção da Câmara Municipal[1].

Nisa é uma vila situada no Alto Alentejo, distrito de Portalegre, a sul do rio Tejo. O clima quente de todo o Alentejo proporcionou a produção de bilhas, moringues, talhas, em suma, vasilhas em cerâmica que eram utilizadas para transporte e provisão de água, designados de hidrocéramos, e que, também devido à qualidade do barro (especialmente o de Estremoz), tornavam a água ainda mais apetecível, gostosa, agradável. Hoje, na loiça de Nisa, colocam-se apenas na superfície externa pequenos fragmentos de quartzo, com motivos geométricos, flores, parras, uvas e outros elementos, cuja finalidade é apenas de enfeitar, decorar, não possuindo atualmente qualquer outro tipo de função.

A mais antiga referência em Portugal a esta técnica, resultante de escavações arqueológicas, de que temos conhecimento, é datável do último quartel do século XV e primeira metade do século XVI. Encontra-se presente em dois objetos: uma pequena tampa (fig. 2) e um fragmento de pé de vaso não identificado (fig. 1),

1. Fundo de vaso não identificado. 2. Tampa.

1. O município colabora na sobrevivência desta técnica decorativa, fornecendo periodicamente o transporte do cascalho ou quartzo que depois distribui gratuitamente aos três oleiros, facilitando o seu trabalho.

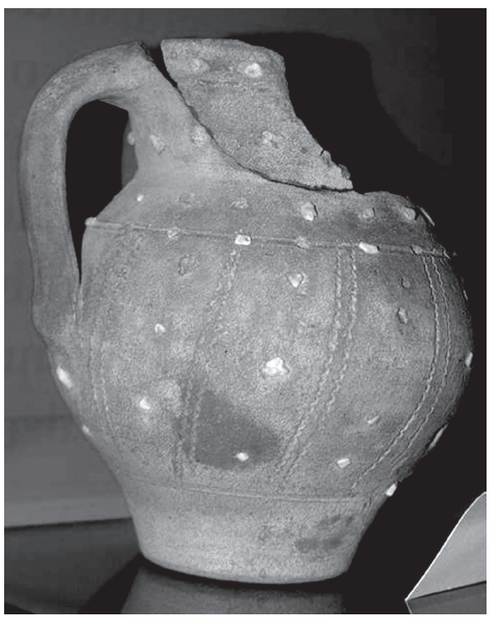
que foram retirados, conjuntamente com outro material cerâmico, de parte de um forno com atividade entre 1450 e 1530, na Mata da Machada (concelho do Barreiro, distrito de Setúbal). São provenientes de uma escavação realizada no início dos anos 80, sob a orientação científica de Cláudio Torres (Torres, 1985), do espólio da reserva arqueológica da Mata da Machada[2], onde também foram encontradas frigideiras, formas de depuração de açúcar, de fazer pão, caçoilas, e outro material.

Em Espanha, a peça com a mais antiga cronologia remonta à primeira metade do século XVII. Trata-se de um recipiente para água, procedente da Colegiata de Zafra (Badajoz), exposta no Museu Provincial de Badajoz (Alba, 1992, p. 89). Atualmente, esta técnica decorativa ainda se pratica, pelo menos, em Ceclavin, na Estremadura espanhola.

O que dizer quanto à difusão desta técnica? Será que foi de Portugal para a atual Espanha ou o inverso? De Espanha, e do que até agora temos conhecimento, mencionamos objetos encontrados em Valladolid, Salamanca, Zamora, Badajoz, Cádiz e Mérida.

No bairro da Mouraria, em Mérida, de escavação dirigida por Miguel Alba, de entre várias peças foi encontrado um bernagal (fig. 3) ou jarro. Miguel Alba informa: «el enchinado ha venido de Portugal, concretamente de Estremoz... sin embargo, diversas pruebas etnográficas y arqueológicas nos conducen a considerar como una pervivencia estética antaño generalizada a otros puntos del suroeste peninsular, fruto de una tradición anterior al trazado de la frontera» (Alba, 1992, p. 88).

2. Reservas museológicas visitáveis da Câmara Municipal do Barreiro, Campo Arqueológico da Mata da Machada.



3. Bernagal.

Quanto à investigação de objetos cerâmicos decorados com esta técnica, Alba informa que há muito poucos investigadores, em Espanha, que se dedicam a este estudo.

Estamos de acordo com Miguel Alba no que respeita à origem portuguesa do pedrado. Quanto à investigação em relação a Portugal temos a mesma opinião. Alguns investigadores têm incluído nos seus estudos objetos pedrados, no entanto, são escassos os que se dedicam unicamente a este estudo.

Perante o resultado das duas escavações referidas, a origem e a difusão desta técnica decorativa continua por esclarecer, apesar de poder ser considerada como «fenómeno peninsular».

Não esqueçamos que as peças da Mata da Machada são as de cronologia mais antiga. A cidade do Barreiro está situada junto ao estuário do rio Tejo, local privilegiado para as comunicações marítimas, com as ilhas atlânticas (Madeira e Açores), alguns países e cidades europeias, como Antuérpia, com Alcácer Seguer, com Cabo Verde, com o Brasil e com outras partes do mundo, então dominadas pelo comércio dos portugueses.

Para documentarmos a componente etnográfica, e nunca descurando a arqueológica, já abordada, usámos um questionário que segue alguns dos elementos constantes da ficha de inventário de cerâmica elaborada há alguns anos por Eugénio Lapa Carneiro, e também pela signatária, para definir aspetos como a caracterização das pedras utilizadas (apuramento, definido como o ato de joeirar e escolher as pedrinhas segundo as suas dimensões e calibragem), a técnica de incrustação (pedras bem ou mal enterradas nas espessuras as paredes, ou seja, nas superfícies externas ou em acrescentos de pasta, isto é, relevos apostos nas paredes), a sua presença apenas vestigial (não subsistem mais do que as marcas deixadas depois de terem caído, marcas que se identificam pelo sinal/ ou «vestígios»), a quantificação dos elemento incrustados (número ou números, separados pelo sinal, que significa a separação entre as faces da peça), assim como as partes da peça (pé, bojo, colo, bordo, aba, fundo, asas, indeterminado) e os motivos decorativos (pedras isoladas, conjunto de fiadas horizontais ou/e verticais, triângulos, circunferências, etc.) em que se inserem.

Regressamos a Nisa, centro produtor cerâmico da maior relevância, onde efetuámos dois inquéritos a António de Oliveira Cacharo Pequito (1996 e 2002), por ser o que labora há mais tempo nesta arte e também porque os outros dois oleiros (António Louro e António Carita Piedade) trabalhavam parte do dia noutra profissão. Hoje reformados, dedicam-se apenas à olaria.

No que diz respeito às diversas etapas do processo de pedrar um objeto cerâmico, para melhor compreensão

quanto à colocação dos pequenos fragmentos de quartzo na superfície externa dos desses objetos, podemos afirmar o seguinte: as pedras, geralmente do tamanho de uma mão ou um pouco maiores, são também designadas de seixo, cascalho, «pedra crua» ou quartzo (termo que é utilizado pelos «entendidos»). Em 1996, as «pedras cruas» eram colocadas por cima dos arcos do próprio forno[3] . Para a loiça cozer, a temperatura deveria atingir cerca de 700 °C, segundo informação do Sr. Pequito. As pedras ficam muitas vezes de umas fornadas para outras porque se forem cozidas 6, 7, 8 vezes, são mais fáceis de partir e sobretudo ficam mais «branquinhas». Retiradas as pedras do forno, partem-se melhor quando estão quentes; são partidas com um paralelepípedo das calçadas, sendo pisada numa pedra de cantaria, junto ao forno. No início, esta operação tem o nome de «pisar» e é utilizado um paralelepípedo maior. De seguida, as pedrinhas de quartzo assim obtidas são passadas por três crivos: o da pedra grossa, o da pedra de segunda, um outro, o da pedra miúda (a mais pequenina), que é chamado o da pedra de primeira e as restantes eram utilizadas para fazer os potes roçados. Estas além de serem utilizados para aproveitamento da pedra, serviam, também, para ir buscar água à fonte.

É a partir daqui que tem início o trabalho feminino. À seleção das pequenas pedras, de acordo com o seu calibre ou tamanho, é dado o nome de «joeirar» ou escolher o seu calibre.

A decoração já referida, nos nossos dias, é apenas efetuada na superfície externa dos objetos. Ao inquirir António Pequito, quanto à colocação das pedrinhas na superfície interna, com ar perplexo, retorquiu que nunca colocou pedrinhas na superfície interna porque era impossível dado o diâmetro do objeto, a menos que fosse de forma aberta.

Com as pedrinhas são feitos desenhos variados, que incluem ou alternam com motivos incisos. Este trabalho, em Nisa e noutros pontos de Portugal, é apenas feito por mulheres, as «pedradeiras» (figs. 4, 5 e 6). Apresenta três etapas, devendo ser executado quando a peça já iniciou o processo de secagem. Não pode estar seca, nem mole, para não ficar deformada.[4]

A pedradeira começa por «riscar» a peça com o auxílio de uma agulha de coser. A esta operação é dado o nome de «riscar». Utilizando tampas de pasta de dentes ou casquilhos de lâmpadas pode desenhar círculos. Continuando apenas com a agulha, pode riscar motivos como a «rosa dos didais», as parras, os cachos de uva, os corações, o «olho-de-mocho», estrelas de cinco, seis e oito pontas, o malmequer e outros motivos geométricos ou fitomórficos. Assim, vai «riscando», delineando os desenhos que, de seguida, são preenchidos[5] com os pequenos fragmentos de quartzo. Joaquina da Graça Nunes, mulher de António Pequito, efetua esta operação de «riscar». As pedrinhas vão sendo colocadas no contorno dos desenhos que foram riscados. Em cada peça, por exemplo, para um asado, moringues (fig. 7) a Sra. Joaquina utiliza apenas pedras do mesmo calibre. Não mistura, na mesma peça, pedra grossa de segunda ou de primeira. A peça está geralmente pousada no regaço da pedradeira. Excetuam-se os pratos que são colocados em cima de uma mesa. Quando

3. Hoje os três oleiros têm forno a gás porque não têm tanto trabalho a colocar ou retirar as produções e não há tanto risco de partir ou estragar a loiça.

4. Vasconcelos, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*, vol. V, 1967, p. 254, informa: *para pedrar a vasilha é necessário que esteja o barro em «meia sezão», isto é, não muito fresco nem muito duro, só consistente.*

5. Ainda referindo a obra de José Leite de Vasconcelos, mesma página: «para pedrarem a loiça procedem da forma seguinte: «metem os seixos no forno, onde estalam, tiram os pedaços que ficam e partem-nos com um seixo redondo «migam-nos» sobre uma pedra lisa até se transformarem em partículas minúsculas como sal. A pedra com que pisam o cascalho chama-se «bolhão» (a outro ouvi «bólhão»). Depois é peneirada para separar o pó...«desenha-se na vasilha com um alfinete o ramo, nome, que se quer e depois com os dedos índex e pólex fixa-se a pedra, isto é, a pedrinha e com a unha do pólex segura-se como quem quer matar um piolho». Note-se que tanto esta como a informação anterior de José Leite de Vasconcelos podem ser resultado de inquéritos diretos aí realizados (ano de sua morte: 1941), ou talvez de algum correspondente, desta região.

4, 5 e 6. Pedradeiras, Nisa.

7. Moringues.

está a pedrar, coloca junto a si uma tigela com água, que tem a função de ir molhando os dedos à medida que vai aplicando as pedrinhas, de modo a estas não ficarem sujas de barro. Para pedrar, escolhe uma pedrinha que é aplicada no risco, mas tem de «enterrar» a parte mais saliente ou pontiaguda para dentro, ficando a parte mais «lisa» virada para fora. De seguida, necessita de empurrar a pedrinha com alguma pressão, para o que usa a unha do polegar ou o dedo indicador, para ficar bem enterrada. Quando o tempo aquece, quando está mais calor, os objetos necessitam de estar protegidos por um plástico, que mantém a peça «húmida», não vá dar-se o caso de a peça secar. Após a conclusão desta operação, que tem o nome de «pedrar», a pedradeira executa um segundo risco que acompanha os motivos incrustados. Assim, o asado, por exemplo, encontra-se pronto para a secagem final e posterior cozedura.

Em Estremoz, Mário Lagartinho teve pouco tempo para conversar. Disse que os bugalhões, eram acompanhados também por incisões; informou que colocavam os pequenos mamilos de barro – bugalhões – nos quais se colocavam três pedrinhas no objeto (entrevista de 1993); informou ainda que a origem desta técnica não era de Estremoz mas sim de Nisa, onde se fabricavam peças com muita decoração. Apresenta-se o fundo de um moringue, fragmentado, com a legenda: «RECORDAÇÃO DE ESTREMOZ», encimado pelo escudo da cidade; apresenta mamilos com três pedrinhas, encontrado numas obras em Oledo, perto de Idanha-a-Nova. Também na publicação de Solange Parvaux, um grupo de quatro mulheres encontra-se a decorar com pedrinhas alguns objetos, como moringues, da olaria Alfacinha (imagem talvez de meados dos anos sessenta).

Solange Parvaux («La cerámique populaire du Haut – Alentejo», 1968) informa que em Cacheiro, aldeia situada a 10 km a oeste de Nisa, não se fabricavam objetos pedrados mas que, no início do século XX, fabricava-se alguma cerâmica mate para água.

Em Cacheiro, José Correia Lopes (1993) produzia objetos de cerâmica fosca e outros, incrustados com pequenos fragmentos de quartzo, todos do mesmo calibre. Informou que esta técnica tinha sido inicialmente utilizada em Cacheiro, tendo posteriormente transitado para Nisa[6].

Em 2002, fruto de uma informação de António Pequito, deslocámo-nos a Amieira do Tejo onde conversámos um pouco com Francisco Semedo, de 88 anos, que já não exercia a sua atividade há alguns anos e que tinha pedrado alguns objetos. Referiu que produziu pequenas talhas para azeite e que também tinha pedrado algumas peças como bilhas e cântaros, técnica que já não utilizava.

Solange Parvaux realizou inquéritos nesta região do país durante os meses de Agosto dos anos de 1959, 1960 e 1961, e menciona, na referida publicação (p. 21), o mesmo oleiro por nós inquirido (Francisco Semedo), mas referindo que não o pôde visitar.

Os centros de produção, no panorama português, no passado recente e na atualidade, cingem-se apenas a Nisa e Estremoz, sendo indubitavelmente mais relevantes em Nisa, onde laboram três oleiros.[7]

Aplicando uma perspetiva etno-arqueológica e recuando mais uma vez no tempo, pode concluir–se que muitos dos materiais provenientes de escavações sem contextos arqueológicos poderão ser datáveis do séculos XVII e XVIII. Referimo-nos a escavações arqueológicas em que muitos materiais não apresentam contexto preciso, por serem provenientes sobretudo de entulhos de obras; os objetos pedrados ou empedrados são encontrados com outros materiais, como tachos, panelas, tampas. Segundo as cronologias de alguns responsáveis de escavações, os artefactos cerâmicos são sobretudo datados dos séculos XVII e/ou XVIII. Muitos destes objetos já se encontram a ser estudados, mas, dado o facto de ainda não existir uma visão de conjunto (por serem objetos provenientes de entulhos), persiste a dificuldade na sua datação precisa, podendo mesmo abarcar vários séculos.

Como exemplo podemos referir os espécimes do acervo do atual Museu Nacional de Arqueologia, provenientes de uma escavação sem contextos precisos, realizada em finais do século XIX, no convento de Sta'Ana (Lisboa), na cerca do referido convento. Foi a partir do

6. Hoje já não trabalha e encontra-se num lar em Nisa.

7. Refira-se que este centro de produção oleiro se encontra ativo, sobretudo devido ao apoio que a Câmara Municipal de Nisa tem dado a esta atividade. Até à data não foram realizadas escavações arqueológicas no centro histórico. Aconselha-se uma visita ao Museu do Bordado e do Barro, entidades a quem agradecemos todo o apoio, nomeadamente à sua diretora Dra. Carla Sequeira, pelas imagens e informações disponibilizadas.
O Sr. Manuel Sales também trabalhou em Nisa, quando a Sra. D. Margarida Ribeiro aí fez inquéritos no terreno.

estudo de quatro exemplares pedrados (Sardinha, 1990-1992, série IV, volume 8/10 «O Arqueólogo Português») e das cerâmicas vermelhas finas do convento de Sta'Ana, estudo publicado em 2007 (Carlos Etchevarne, Olinda Sardinha, «Cerâmicas vermelhas finas do século XVII do convento de Sta'Anna»), que foi possível balizar uma cronologia o mais precisa possível. Os espécimes já estudados – taças – apontam para uma cronologia do século XVII.

Têm dado ao prelo alguns artigos que, após o estudo de materiais provenientes de escavações, contribuem para o avanço do estudo desta cerâmica seiscentista. Destacamos o trabalho de Ana Castro e Luís Sebastian subordinado ao título «Cerâmicas vermelhas finas não vidradas do mosteiro de S. João de Tarouca», de que divulgamos apenas uma jarra pedrada (fig. 8). Trata-se de uma jarra com duas asas, da primeira metade de seiscentos. As suas superfícies são engobadas, de cor vermelha, sendo que a decoração no exterior é constituída por incisões, incrustações na espessura das paredes, com quartzo leitoso e rosa, com cerca de 4 a 5 mm, em forma de botão ou mamilo, por sua vez decorado segundo a técnica do «areado» «pela incrustação difusa de pequenos fragmentos de quartzo com cerca de 0,8 a 1 mm».

Em 1600 o galeão espanhol San Diego, numa investida com a nau holandesa Mauritius, naufragou nos mares das Filipinas. Realizaram-se escavações subaquáticas que fizeram renascer cerca de 6000 objetos, desde porcelanas, peças em ouro, potes martabãn, cerâmica filipina.

Um estudo efetuado em 1996, de algumas taças e uma lamparina, provenientes deste galeão espanhol, alargou o tipo de matéria incrustada nos objetos, aspeto até então pouco conhecido por nós. Trata-se da incrustação com fragmentos de porcelana azul e branca no total de quinze objetos que, juntamente com outros, figuraram também numa exposição em Madrid. A quase totalidade apresentava pequenas incrustações de porcelana na superfície externa, com exceção da lamparina, também incrustada na sua superfície interna. O facto de as peças terem estado quatrocentos anos debaixo de água fez com que tivessem aparecido concreções, o que dificultou a identificação dos fragmentos de porcelana. Tenho conhecimento de terem sido encontradas, num bairro em Manila, peças semelhantes, com incrustações em quartzo. Não nos foram fornecidos quaisquer dados sobre esta escavação em que participou uma arqueóloga filipina que fazia parte da equipa franco – filipina e que colaborou – se não estou em erro – nos trabalhos e escavações subaquáticas do galeão. Sabe-se que a tripulação pode ter sido constituída por mercadores e tripulantes portugueses, espanhóis e talvez de outras nacionalidades. Sendo assim, quem teria encomendado estas taças e a lamparina? Os objetos foram publicados na «Arqueologia Medieval», volume 6, 1989, p. 183-192. Estas taças e a lamparina modeladas por construção, incrustadas com pequenos fragmentos de porcelana azul e branca, podem ter sido mandadas fazer por encomenda de um mercador que seguia na embarcação e feitas por um oleiro local.

8. Jarra pedrada de S. João de Tarouca.

A praça de Alcácer Seguer, situada no Norte de África (entre Ceuta e Tânger) foi conquistada aos muçulmanos no reinado de D. Afonso V, em 1439, tendo o domínio português terminado em 1533.

No século passado, o arqueólogo norte-americano Charles Redman publicou um estudo acerca das comunidades portuguesas e muçulmanas e respetivas escavações, deste período. Referiremos apenas a cerâmica portuguesa. Temos conhecimento de que existem objetos de cerâmica vermelha com incisões e incrustações, figurando incisões sob a forma de peixe, flor, pedrinhas e vidro colorido. O fragmento não identificado, que figura na sua publicação de 1986, apresenta incisões circulares, «provavelmente» de quartzo do mesmo calibre. Estes objetos pedrados, segundo opinião de Redman, podem ter sido trazidos de Portugal por um português, ou terem sido produzidos num centro secundário.

Assim, esta técnica decorativa em cerâmica já era conhecida, digamos com alguma certeza, pelos portugueses que viviam em Alcácer Seguer ou que por aí passavam.

Falemos agora da Catalunha. As últimas investigações arqueológicas em Barcelona têm-nos dado informações preciosas sobre o comércio com Portugal

nos séculos XVI e XVII. Nas escavações realizadas estão bem documentadas as cerâmicas portuguesas, nomeadamente os *pucarinhos,* uma produção típica portuguesa dos séculos XVI-XVII, cujo principal centro foi Estremoz, embora também se registasse em Nisa, Aveiro, Caldas da Rainha e Pombal e houvesse imitações fora de Portugal. Estas peças são muito barrocas, profusamente decoradas e com pequenas incrustações de fragmentos de quartzo.

Para o século XVII, e referimo-nos ao mercado de Barcelona, foram ainda encontrados fragmentos de peças de majólica, faiança, porcelana, vidro, provenientes de variados sítios, desde o sul de França, Espanha, Países Baixos, Boémia.

Os pucarinhos portugueses encontrados são datados da primeira metade do século XVII («The ceramics trade in Barcelona in the 16-17th centuries», Julia de Heredia e Nuria Miró alaix, Muhba textures n.º 2, Museu D´Historia de Barcelona).

Tomemos agora o rumo do Atlântico Sul e façamos uma paragem no Brasil, mais concretamente na cidade de Baía, sua primeira capital.

No sítio da igreja da Sé de S. Salvador da Baía foram realizadas escavações arqueológicas: «Estes fragmentos estão associados a material do século XVII, especificamente a faianças. São poucos os fragmentos que aparecem, provavelmente porque se tratava de um material frágil (paredes finas) e de difícil transporte». As informações e imagens foram gentilmente cedidas pelo Prof. Dr. Carlos Etchvarne e passamos a apresentá-las:

· Figura 9, tigela, esbotenada. A tigela é esbotenada no bordo, com três pétalas incisas cujas nervuras são fiadas de pedrinhas de quartzo; o fragmento não identificado apresenta incisões lineares e «areado».

· Figura 10, fragmento não identificado, com relevos acrescentados.

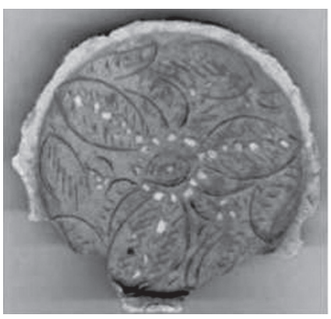
· Figura 11: dois púcaros, fragmentados; relevos acrescentados, um deles com «areado»; o fragmento não identificado apresenta relevos acrescentados e «areado».

· Figura 12: fragmento não identificado; sequência de pétalas, tendo ao centro uma pedrinha.

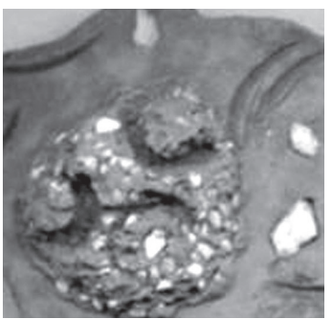
As referências iconográficas a cerâmicas pedradas limitavam-se, até há poucos anos, a alguns quadros de Josefa de Óbidos. No entanto, numa exposição realizada no centro Cultural Raiano, em Idanha-a-Nova, em que figuravam pinturas e esculturas de mestres pintores dessa região, Joaquim Caetano, então diretor do Museu de Évora e comissário dessa exposição subordinada ao título «As formas da Fé – 800 anos de Património Artístico nas Terras da Idanha», apresenta uma «Anunciação», da autoria do mestre do Rosmaninhal, com datação anterior a 1537. Podemos observar numa cena de interior a Senhora ajoelhada, ricamente vestida, com manto vermelho, tendo à sua direita o Anjo. Observa-se uma talha com tampa, com a técnica decorativa do pedrado, uma jarra com duas asas com pegas em S e remates vegetalistas e um púcaro com duas asas.

Assim, graças aos testemunhos de Josefa de Óbidos, recuamos mais de um século, ao primeiro quartel do século XVI, sendo evidente que nessa altura já figuravam em quadros objetos cerâmicos pedrados com quartzo. Até hoje, é a pintura mais antiga conhecida em Portugal em que figuram peças pedradas, e é muito curiosa pelo vestuário do anjo, da Virgem e a ocupação do espaço.

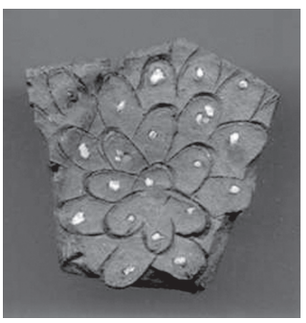
11. Púcaros e fragmento não identificado.



9. Tigela esbotenada.



10. Fragmento não identificado, com relevos acrescentados.



12. Fragmento não identificado.

Também alguns trechos literários nos fornecem dados importantes para o estudo das cerâmicas pedradas em Portugal (ver anexos).

Em síntese, podemos afirmar que a técnica decorativa do pedrado tem origem portuguesa. O Dr. Miguel Alba, diretor do Consorcio Monumental de Mérida, já o afirmou há vários anos e estamos de acordo. Será a partir de Portugal que os objetos cerâmicos terão sido comercializados para outros territórios do mundo, onde, ocasionalmente, se terá reproduzido esta técnica decorativa.

Na viagem que efetuámos, assim como as que faremos, mostrou-se e continuará a mostrar-se que os objetos provenientes de escavações desenham um mapa mais alargado da difusão do pedrado, dentro e fora da Península Ibérica.

Vamos, assim, aprofundando o conhecimento deste tipo de decoração com a ajuda da arqueologia, da etnografia, de alguma literatura e iconografia.

REFERÊNCIAS LITERÁRIAS A CERÂMICAS PEDRADAS

Descripção do reino de Portugal de Duarte Nunes de Real, 2.ª edição (1783), Lisboa

«Alem destes vieiros de pedras que ha de diferentes generos, há outros de barro fino, e de excellente cheiro de que se fazem pucaros e outros vasos maiores para beber e ter agoa de m…«Alem destes vieiros de pedras que há de diferentes generos, há outros de barro fino, e de e muitas feições, e de gentil talho, de que dam o primeiro lugar aos de Lisboa, por o bom cheiro que de si dam a quem por eles. Outros sam após estes os de Monte mor o nouo, que em cheiro lhes nam dam lugar, porque sam pucaros que nunqua sam velhos como os de outras partes: e a razão e que são feitos de barro mui cheiroso, e amassados com muitas o cheiro que pedrinhas, que parece que sam tantas as pedrinhas, como o barro: dos quaes quando querem usar, os roção primeiro com huma pedra, e fica novo barro: e assim cada vez os querem fazer novos, que tenham o cheiro que tinham quando novos, os tornam a roçar, e começam apparecer otras pedrinhas. Outros pucaros ha do Sardoal de barro grosseiro e semeado de algumas pedras mais grossas que as de Monte moor que para o verem sam muito frescos: porque reçuma por eles a agoa por serem mui porosos e assi a esfriam mui em breve.

Há outros da villa de Pombal quasi da mesma feiçam que tambem são muito estimados. Os pucaros de Extremoz nam se deixaram por de menos bondade. Antes sam de grande estima porque sam de um barro tam fino e tam coado e tam liso como se fosse de vidro e de excelente cheiro e sabor quando saõ novos, e em que se fazem muitas louçainhas por a fineza do barro o consinte: dentro dos quais se formão raãs e cobras e outras animais aquáticos, e vam semeados de pedrinhas tam muidas que parecem área que com humas pedras brancas mais grossas que lhes põe em que se quebra a agoa , saõ mui apraziveis: porque cada púcaro fica parecendo huma fonte. Pelo que se podem gabar os Portuguezes que bebem as melhores agoas e pelos mais apropriados vazos de matéria e de obra, porque se não dignaria beber um ladrador dos nossos: e são estes vasos taes , que os naturaes da India e de outras partes os mandão pedir a Portugal, e lhos mandam por mercadoria. E não he de espantar fazerem os Portugueses tanto caso de simples baixela de simples barro para eberem, porque (como deles escreve Strabão) sam naturalmente bebedores de agoa, e por isso buscão vasos da terra para que sempre lhes pareça que bebem da mesma fonte.» (p. 109).

Cartas de Vicente Nogueira, 1650

«Mas se antes V.S. me fizesse m, de mandarme outras seis dúzias de boas laranjas,também todas e fretes a minha conta, lhe pediria q no fundo da caixa se me metessem 4 pucaros chaons (1)simples, sem enfeites destremos que nenhu passe do meyo quartilho,mas algum de meyo, e os mais menores e de vários tamanhos, e quatro da mayA, DO MESMO Tamanho e quatro de Montemor, duns q são amassados com pedrinhas e mereja, a agua. mas estes de monntemor,seja um quartilho outro de meyo e os doyos mis pequeninos e sobtr estes, feito hum sobrado com as laranjas. Porq nestes tantos púcaros que V,E.mandou não há nenhum que não passe de hum quartilho e são todos de hum tamanho, e eu qu não bebo vez q. não passe de meyo quartilho e são, n.ao achei au me servisse: e foi necessário fazer hum buraco, em cada hu , para não levar mais, e parecefeo à vis».

«nos púcaros tive grande gosto, mas seria mayor, se delles me viera hua caixinha do tamanho das laranjas, e soo hũa dúzia dos da maya,e hua de Estremoz e Montemor, e ~q fossem de varios tamanhos, de quartilho meyo quartilho e pequeninos, mas todos são quasi dum tamanho…» (p. 222).

Ambas as cartas foram escritas em 1650. A última é de 5 de Março.

Cartas de D. Vicente Nogueira, publicadas e anotadas pelo diretor da biblioteca pública de Évora, A. J. Lopes da Silva, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.

Carta n.º XXVII de Filipe I a Suas Filhas, 25 de Outubro de 1582

«Enviei o Calabrês a Estremoz para fazer púcaros como aqueles em que ali tinha as flores e leva umas caixas que estavam cá para que nelas tragam peras-bergamotas, como há um ano, para que as envie dali e ele regresse. Para que não sigam vazias, numa envio porcelanas para vosso serviço e de vossos irmãos e uma pequena arca com outras porcelanas dentro dela, de um tipo novo,

pelo menos nunca a tinha visto ate agora.» (p. 172-173).

Carta n.º XXVIII de Filipe I a suas Duas Filhas Infantas, 8 de Novembro de 1582

«O Calabrês já voltou de Estremoz, mas deixou os púcaros lá a fazer e as arcas para as peras já deverão ter chegado quando esta chegar» (p. 174).

Cartas para duas infantas meninas. Portugal na Correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583). Organização, Int. e Notas de Fernando Bouza Álvarez. Apres. de António Hespanha, Anais da biblioteca de História. Publicações D. Quixote, Comissão Nacional dos Descobrimentos. 1998.

Carta de Guia de Casados – D. Francisco Manuel de Melo

A propósito das visitas que se faziam entre as damas, D. Francisco Manuel de Melo

«Uma coisa que antigamente entre as amigas se chamava púcaro de água, passou a ser merenda e de merenda a banquete; e de banquete tem já subido a tanto, que se lhe não acha nome, ou pelo menos não lho quero eu dar.» (p. 51).

D. Francisco Manuel de Melo terminou esta obra em 1650. Francisco Manuel de Melo, *Carta de Guia de Casados*. Ed. Europa – América, Grandes Obras, 1992.

AGRADECIMENTOS

Sr. António Cacharo Pequito e Joaquina da Graça Nunes, oleiro, agricultor e pedradeira,
Dra. Carla Semedo, responsável pelo Museu do Bordado e do Barro, Câmara Municipal de Nisa,
Doutor Carlos Etchevarne, Universidade Federal da Baía Comissão Executiva do Congresso,
Sr. Francisco Semedo, oleiro, Amieira do Tejo,
Dr. Jean-Ives Blot, arqueólogo naval,
Sr. José Lopes, Oleiro, Cacheiro,
Doutor Miguel Alba, Diretor do Consorcio de Mérida,
Dr. Paulo Longo, Centro Cultural Raiano, Idanha-a-Nova
Doutora Susana Gómez, UCEA-CAM,
Sr. Walter Vinagre, fotógrafo. Créditos fotográficos: A «Anunciação».

BIBLIOGRAFIA

ALBA, M. (1991) – *La alfarería tradicional alto extremeña – aspectos socioeconómicos. Trayectoria y problemática.* Cáceres: Cámara Oficial de Comercio e Industria de Cáceres.

ALBA, M. (1992) – Pervivencia de un rasgo de cultura material en la frontera luso-extremeña: el enchinado. *Revista de Extremadura*, Enero-Abril, n.º 7, Cáceres, p. 87-94.

ALBA, M. (s. d.) – Las producciones alfareras alentejano-extremeñas durante el antiguo régimen. *Mérida, ciudad e patrimonio,* n.º 1, separata, Mérida: Consorcio Ciudad Monumental, Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida.

CABRAL, C.B. (1991) – *Os contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.

CABRAL, C.B.(2003) – *A Coleção de barros pedrados do Museu Nacional de Arqueologia. Ensaio de contextualização no âmbito da olaria de Nisa,* IV, (21), p. 301-340.

CABRAL, C. B. (2011) – *Collaborative internet-mediated ICH inventorries in Internatinal Journal.of Intangilde Heritage. Seul*, The National Folk Museum of Korea, vol.8, p. 36-43.

CARNEIRO, E. L. (1989) – *Empedrado, Técnica de decoração cerâmica*. Barcelos: Museu de Olaria.

CHAVES, L. (s.d.) – *Arte Popular em Portugal – Cerâmica*. Direcção de F. Castro Pires de Lima. Lisboa: Editorial Verbo.

CORREIA, V. (1937) – *Etnografia Artística Portuguesa*. Barcelos.

ETCHVARNE, C. e SARDINHA, O. (2007) – Cerâmicas vermelhas finas do século XVII do convento de Sant'Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 25, p. 345-372.

LEPIERRE, C. (1912) – *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*. Lisboa: Boletim do Trabalho Industrial (2.ª edição, anotada).

ORTIGÃO, R. (1943) – *Arte Portuguesa – Tomo I – O culto da arte em Portugal*. 2.ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

PARVAUX, S. (1968) – *La Céramique Populaire du Haut-Alentejo*. Paris: Presses Universitaires de France / Fondation Calouste Gulbenkian.

PEIXOTO, R. (1995) – Indústrias Populares. As Olarias de Prado. *Etnografia Portuguesa* (Obra Etnográfica Completa), Lisboa: Publicações D. Quixote, p. 89-132.

PIZARRO, M. I. S. e VALENTÍN, M. I. O. (1985) – Artesanía Popular en Proceso de Transformación: la alfarería de Ceclavín (Cáceres). *Norba 6*, Espanha: Universidad de Extremadura.

RIBEIRO, E. (s.d.) – *Água Fresca (Apontamentos sobre olaria nacional),* Porto: Tipografia Sequeira Limitada.

RIBEIRO, M. (1961) – Cerâmica popular de Nisa. *Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares*, Tomo XVII, Cuaderno 4.º. Madrid: C. Bermejo, Impresor.

SARDINHA, O. (1990-1992) – Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo. 1. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos. *O Arqueólogo Português*, Série IV, Volume 8/10, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 487-512.

SARDINHA, O. (1999) – Notícia sobre as peças pedradas do galeão "San Diego" (1600). *Arqueologia Medieval,* Campo Arqueológico de Mértola: Edições Afrontamento, p. 183-192.

VASCONCELOS, C. M. (1957) – *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*. Lisboa: Revista Ocidente.

VASCONCELOS, J. L. (1923) – *Boletim de Etnografia*. n.º2. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. L. (1982) – Vida Tradicional Portuguesa. *Etnografia Portuguesa*, Vol. I, Livro III. Lisboa: Imprensa Nacional.

A IMPORTAÇÃO DE CERÂMICA EUROPEIA PARA OS ARQUIPÉLAGOS DA MADEIRA E DOS AÇORES NO SÉCULO XVI

ÉLVIO SOUSA Câmara Municipal de Machico, CHAM – FCSH - UNL | UAç

RESUMO Após o povoamento dos arquipélagos atlânticos (Madeira e Açores) e a consequente humanização do espaço, circuitos comerciais intercontinentais alimentados pelo ensaio e cultivo de novos produtos de exportação (açúcar e pastel) capitalizam a entrada e o fluxo de apetrechos que constituem a "civilização material" europeia.
Nos lares abastados das ilhas (Madeira, São Miguel, Terceira e Santa Maria) figuram novas séries cerâmicas de importação de origem castelhana, italiana, francesa, holandesa e alemã.

PALAVRAS-CHAVE Madeira, Açores, Atlântico, cerâmicas europeias, civilização material

"O mar só constitui um factor de isolamento maior que qualquer outro meio físico quando as ilhas estão fora dos grandes circuitos marítimos. Quando, pelo contrário, se encontram nesses circuitos, as ilhas tornam-se (muitas vezes por factores externos e de acaso) activos elos de ligação, fortemente abertas ao mundo exterior, e, em qualquer caso, muito menos isoladas que certas zonas montanhosas." (Braudel, 1983, p.173-74).

1. BREVE COMENTÁRIO PRÉVIO

O presente texto nasce de uma investigação que o signatário desenvolve nos últimos três anos tendo por objectivo central o estudo da civilização material da Época Moderna nos arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores (Sousa, 2011).
Os sítios arqueológicos que versam a presente reflexão são eminentemente espaços analisados em contexto terrestre, na sua maioria da Região Autónoma da Madeira (de Machico: Junta de Freguesia e Casa com a Porta Manuelina; de Santa Cruz: Convento da Piedade e Misericórdia; e do Funchal: Casa Colombo e Quinta dos Padres). Em relação aos Açores, destacam-se o Mosteiro de Jesus na Ribeira Grande (Sousa, 2010 p. 42-51 e 61-62) e os dados obtidos em Vila Franca do Campo (escavado desde os anos sessenta do século XX, por Manuel Sousa d'Oliveira).
Por razões de espaço não se abordam os grupos de cerâmica de importação portuguesa, nomeadamente: os objectos utilitários de Aveiro, os contentores para o fabrico do açúcar, as faianças brancas e pintadas, as esmaltadas sem decoração, a loiça vidrada, a cerâmica de construção, a loiça fina não vidrada, as séries empedradas e modeladas e pintadas e a cerâmica comum utilitária.

2. ALGUNS INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

Após o processo de ocupação dos arquipélagos da Madeira e dos Açores iniciou-se a assiduidade das transacções comerciais com o Reino e entre as ilhas. A pouco e pouco, os produtos ensaiados nas terras insulares – o açúcar da Madeira, o cereal e o pastel dos Açores – assumem a pujança de "mercadoria de exportação" e, consequentemente, foram abertos circuitos de comércio e de distribuição para os portos europeus, africanos e americanos. A situação geográfica dos arquipélagos abre a porta a novos produtos e mercadorias. Ganha, assim, novo expoente a vida e a civilização material.
A confluência de bens, gentes e produtos conferem às regiões insulares da Madeira e dos Açores uma quase dependência de longo-curso das manufacturas europeias em troca de produtos agrícolas, criando, na asserção de Chaunu, uma espécie de triângulo constituído pelos *"Azores al Norte, las Canarias al Sul, un fragmento de costa que va de Lisboa a Cádiz a Este. Es el cuello de botella, todo pasa por ahí y todo entra"* (Chaunu, 1983, p. 56). Este triângulo anotado por Chaunu, no qual também se inclui a Madeira, foi palco de relações comerciais entre os povos peninsulares, constituindo-se não só autênti-

cos pontos de escala no Atlântico mas, também, centros de dinamização da economia local. Dentro deste contexto, novos produtos inseridos nos circuitos locais multiplicam-se no recheio do quotidiano insular (conforme o poder de aquisição do comprador).

Os Açores, posicionados geograficamente nas rotas de regresso, tiraram partido dos produtos que vieram da Índia, África e América. João Marinho dos Santos escreve que o trigo e o pastel eram "*mercadorias suficientes só por si para animar o grande comércio e funcionarem como autênticas para-moedas. Através delas, embora recorrendo sempre a uma moeda de conta (o cruzado ou o real), efectuava-se a troca por azeite, sal, panos, loiças, vinhos, letras de câmbio e algum dinheiro de contado"* (Santos, 1989, p. 382). Gera-se uma nova economia de mercado activada por produtos endógenos e outros que, entretanto, foram sendo ensaiados para cultivo nas ilhas: madeiras, pastel, urzela, sangue-de-drago (resina de dragoeiro), cereais, cana-de-açúcar e vinho.

A Madeira, por sua vez, assentou o seu comércio com os centros europeus,[1] abrindo mais tarde, e com a cultura vinhateira, as transacções com a América, ganhando talvez o estatuto de "*Encruzilhada do Atlântico*", na visão de Albert Silbert (1954 e 1997). Nas ligações com os portos do Continente português (nomeadamente com Lisboa, Viana e Caminha) a Madeira nos séculos XV e XVI expedia madeiras, cereais e o açúcar. Em troca recebia um conjunto variados de bens, tais como tecidos, ferro, carne, peixe, sal, azeite, barro, louça, telha e ferramentas (Vieira, 1987, p. 148-149). O regimento do guarda-mor da Cidade do Funchal, de Janeiro de 1512, ilustra alguns dos produtos chegados do Continente: pescado, sardinha, carne, ferro, azeite, telha e barro. (AHM, 1974, p. 542).

A louça, em especial a utilitária ou comum, e pelo menos nos primeiros tempos do século XV, terá vindo de Lisboa, Porto e Setúbal. Esta situação poderá ser confrontada arqueologicamente com a análise macroscópica das pastas cerâmicas, e onde inclusive o grupo de Aveiro – bastante comum nos finais do século XVI e meados do XVII – é inexistente nos primeiros estratos antrópicos insulares.

Pelo lado açoriano, as transacções com o Reino assentavam com os portos de Lisboa, Aveiro, Tavira e Entre-Douro e Minho e Buarcos (actual freguesia da Figueira da Foz), fornecendo gado, cereais e pastel em troca de vestuário, sal, loiças, couros, azeite, vinhos, sardinha, frutos secos, e outros apetrechos (Santos, 1989, p. 366-385; Vieira, 1987, p. 149; Gil, 1981, p. 373; Gil, 1982, p. 368; Ferreira, 1984, p. 290-292; Godinho, 1985, p. 94). Hugo de Linschoot, no século XVI, referindo-se à Ilha Terceira, anotou a dependência da ilha em relação aos apetrechos quotidianos e a outros produtos: "*Há ali muito peixe, carne e outras coisas necessárias (...) Enquanto ao azeite trazem-no de Portugal, assim como os potes, pratos e louça de barro e outros utensílios, os quais não se acham na ilha*" (ed. Agostinho, 1943, p. 151).

Paralelamente a esta economia de mercado, os lucros rentáveis dos bens exportados, sobretudo do pastel e do açúcar, enriqueceram os intervenientes directos no comércio, que iniciam a assunção do gosto para bens de luxo importados do Norte de Itália, Sul de Espanha, Países Baixos, França, Flandres, Alemanha e Inglaterra. Além das loiças exóticas e de qualidade de fabrico europeu e oriental, a aristocracia insular passa a adquirir outros bens sumptuosos, caso das pinturas, esculturas e outros móveis flamengos[2] que ornamentaram as residências solarengas madeirenses, ou das jóias e tecidos adquiridos pela nobreza e pelos ricos comerciantes açorianos.[3] Neste aspecto, é fundamental precisar que, embora uma boa parte da historiografia insular sustente a aquisição de "obras de arte" flamengas pelos lucros do comércio transatlântico, a arqueologia tem vindo nos últimos tempos a sustentar a fruição de outros bens que também podiam garantir o "*status* social" do comprador, nomeadamente pelos serviços de loiça dourada de Valência e do Norte de Itália.

3. AS IMPORTAÇÕES CERÂMICAS EUROPEIAS

O estudo do espólio arqueológico associado a contextos arqueológicos quinhentistas da Madeira e dos Açores mostra a presença de peças de cerâmica de importação europeia, caso das faianças valencianas (tradicionalmente conhecidas pelo grupo de Paterna/Manises) e andaluzas (nomeadamente de Sevilha), a par das séries de majólicas italianas (Montelupo e Pisa) e das produções francesas e alemães.

O estudo deste grupo específico de cerâmica, independentemente do aspecto tecnológico relacionado com a sua produção, remete para o aspecto dos circuitos económicos subjacentes à sua distribuição, expressando, também, o valor económico, social e cultural que representaram nos diversos segmentos da sociedade insular que delas fizeram uso. A afluência de estrangeiros atraídos pelo florescente comércio das ilhas (açúcar, cereal, pastel, vinho), a partir dos finais do século XV, terá contribuído para a introdução de outros artigos de referência. Apesar do significativo silêncio das fontes

1. " *Para os portos nórdicos exportava-se quer açúcar, pastel e urzela, quer algodão e escravos; em troca, a ilha recebia os panos (Londres, Escócia, Rução), cereais e peixe seco ou salgado*"; "*Dos portos de Barcelona e Valência recebiam habitualmente os panos de Castela*" (Vieira, 1987, p. 152).

2. *Vide*, por exemplo, Zagallo, 1955, p. 7-19; Gouveia, 1991, p. 11-22 e Everaert, 1989, p. 442-63.

3. Por exemplo: "*12 travesseiros de linho de Rução*"; "*hum cobertor vermelho de pano de Londres*", "8 toalhas de mesa com lavor da Flandres", "*hua pedra bazar das Índias major* que *um ovo de pomba*" (Gil, 1979, p. 140-185).

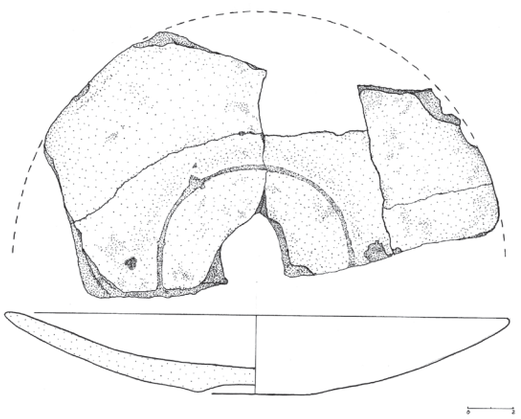
escritas em relação à louça corriqueira, os testamentos e os inventários quinhentistas e seiscentistas dos grupos sociais mais endinheirados suscitam elementos que nos servem para entender a presença de determinadas peças de importação, com afinidades a este específico *status* social local. Dentre dos sítios de proveniência destes bens móveis, a documentação localiza uma predominância do território actualmente espanhol, designadamente das comunidades autónomas da Andaluzia (Málaga, Sevilha)[4] da Catalunha (Talavera)[5] e da região Valenciana (Valência).[6]

3.1 A diversidade das produções sevilhanas

O grosso do conjunto de cerâmica esmaltada presente nos sítios arqueológicos em estudo aponta genericamente para dez tipos de produções da região de Sevilha do século XVI:
1 – Esmaltada a branco sem decoração, conhecida por "*Columbia Plain*" (Goggin, 1968, p. 117-26; Muñoz e Cambra, 1999, p. 160-61) "*Plain White*" ou "*Blanca lisa*";
2 – Esmaltada e decorada com motivos a azul e vinoso, "*Isabela polychrome"* (Goggin, 1968, p. 126-34) e "*azul y morada"* (Gutiérrez, 2000, p. 17-73);
3 – As produções de corda seca;
4 – Esmaltadas com azul liso, conhecidas pelas "*monocromas azules"* (Pleguezuelo e Lafuente, 1995, p. 217-44), "*Azul lisa*" (Muñoz e Cambra, 1999, p. 160-71) ou "*Caparra Blue"* (Gutiérrez, 2000, p. 17-73), com as congéneres a verde liso;
5 – Esmaltadas com cordões plásticos (Gutiérrez, 2000, p. 17-73);
6 – Esmaltadas a branco intercaladas a verde, as "*Columbia Plain withe and green*" (Deagan, 1987, p. 56-58 e Gutiérrez, 2000, p. 17-73);
7 – Esmaltadas a azul e branco, do tipo azul figurativa, "*Santo Domingo Blue on White*" (Goggin, 1968, p. 131-34 e Deagan, 1987, p. 9-61);
8 – Esmaltadas a branco com azul linear, "*Linear blue*" ou "*Yayal blue on White*" (Deagan, 1987, p.58-59) e a preto linear (Gutiérrez, 2000, p. 17-73);
9 – Esmaltadas azul sobre azul;
10 – As séries meladas, decoradas com óxido de manganés.

Um dos grupos mais representativos da cerâmica de importação é o da louça esmaltada, lisa e sem decoração, com paralelos que se enquadram nas diferentes séries andaluzas e que terá sido também produzida em Lisboa, na segunda metade do século XVI (Calado, 1988; Gomes, 1998, p. 345). É representado, essencialmente, pelos pratos com ônfalo e pelas escudelas carenadas. Em termos de quantificação é um tipo de loiça que surge em praticamente em todos os sítios arqueológicos em estudo dos Açores e da Madeira. As formas mais comuns são os pratos e as escudelas, embora também se tenham exumados os saleiros. Os pratos (figs. 1 e 2) são compostos por núcleos muito semelhantes às escudelas (bege ou rosa claro), com os bordos não espessados, combinando tipologias de lábios convexos ou afilados. Os fundos mostram, na parte inferior um ônfalo rodeado por um filete relevado e as bases côncavas. Os diâmetros da abertura variam entre os 180 e os 225 mm. Os exemplares mais íntegros foram recuperados das escavações do Convento da Piedade e dos estratos quinhentistas da Junta de Freguesia de Machico.
Relativamente ao tipo *Isabela polychrome*, decorada a azul e vinoso, estão identificados vários fragmen-

4. "*2 pratos finos cevilhanos*"; e "*1paroleira sevilhana*", do inventário seiscentista de uma família aristocrata de São Jorge, Açores (Gil, 1979, p.193).
5. "*9 pratos de talavera fina*" e *2 pratos brancos de Talavera", Ibidem* (Gil, 1979, p. 193).
6. "*malgas de Valencia*", *Ibidem* (Gil, 1979, p. 60).



1 e 2. Prato esmaltado (JFM/06-22-3043).

tos de pratos e escudelas, com uma correspondência cronológica a apontar para a segunda metade do século XVI[7]. A decoração exibe frequentemente motivos decorativos esquemáticos e florais pintados a azul-cobalto e vinoso sobre o esmalte claro e as pastas compactas de tonalidade clara (variando entre o creme e o rosa). As escudelas mostram as superfícies esmaltadas a branco ou rosa claro, também com decoração linear a azul, variando a base entre o pé de anel e de assentamento em aresta. Estas importações sevilhanas dos séculos XVI estão bem documentadas em Machico, na Ribeira Grande e em Vila Franca do Campo.

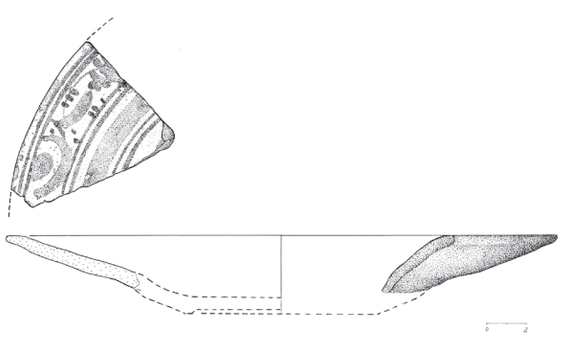
Os exemplares azuis e vinados sevilhanos encontrados na Cidade de Machico (figs. 3 e 4) encontram paralelos com as peças de Vila Franca do Campo e com as da Ribeira Grande (representadas essencialmente por pratos). Os pratos machiquenses afiguram graficamente diâmetros que oscilam entre os 282 e os 192 mm, com bordos ligeiramente extrovertidos e lábios afilados e convexos. As pastas são geralmente claras (K51) e de trama compacta e homogénea. As decorações são predominantemente de teor geométrico e floral, combinando os apontamentos a azul e cor de vinho. As escudelas são frequentemente carenadas (figs. 5 e 6), e com decoração geometricizante apenas na superfície estanhada interior. As pastas, tal como os congéneres pratos, são de textura compacta e de cor clara (K51) e apresentam um diâmetro máximo de 130 mm.

Temos, de seguida, as séries de louça de mesa decoradas a azul linear[8]. As formas mais características dentro desta decoração a azul linear são os pratos e as escudelas, exumados principalmente nos contextos da Junta de Freguesia de Machico, Santa Casa da Misericórdia, Quinta dos Padres e Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande. As peças mais comuns são os pratos (figs.7, 8 e 9), de pastas beges ou rosas claras (K51, M27, L47, L25, K71), com escassos desengordurantes.

As escudelas, por um lado, exibem as bases de assentamento de aresta ou anelar, com diâmetros a rondar os 164 mm e os bordos de tipologia ligeiramente

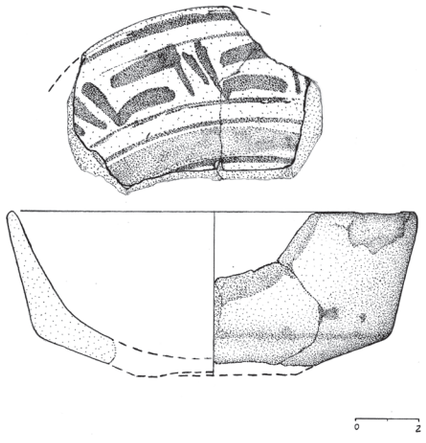
7. Com parelelos conhecidos nos estudos de Goggin (1968), de Pleguezuelo e Lafuente (1995, p. 230-33), de Katheleen Deagen (Deagan e Cruxent, 2002, p. 15 e Deagan, 1987, p. 58-59) e de Muñoz e Cambra (1999, p. 161).

8. Estas peças estão presentes em vários sítios portugueses (Mendes e Pimenta, 2007, p. 73; Cardoso e Rodrigues, 1991, p. 575-85 e Gomes e Gomes, 1991, p. 457-90).



3. Prato decorado a azul e vinoso (JFM/06-22-3026).

4. Prato decorado a azul e vinoso de Vila Franca do Campo (VFC/MSO-5).



5 e 6. Escudela com decoração geométrica a azul e vinoso da Junta de Freguesia de Machico (JFM/06-22-3027).

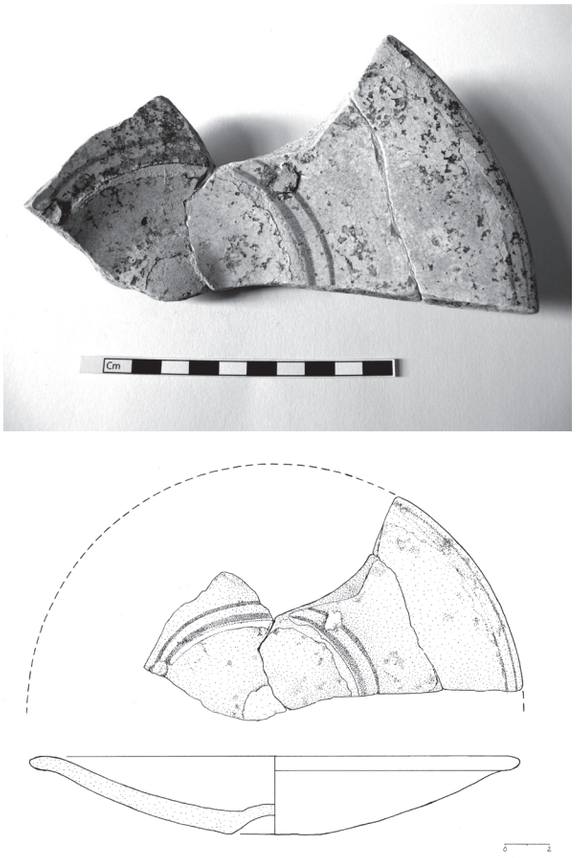
extrovertida e lábios afilados ou convexas. A decoração compõe-se, essencialmente, por linhas concêntricas na parte interna do bordo e no fundo, ocasionalmente com motivos simples (espirais ou estilizações geométricas ao centro). Os pratos, por outro lado, seguem não só o esquema decorativo das escudelas (duas linhas concêntricas na superfície interna, com espessura que variam entre 1 e 3 mm), como a textura das pastas é muito semelhante. Os diâmetros oscilam entre os 210 mm e os 223 mm (figs.7 e 8). Os bordos apresentam inflexão externa, combinando tipologias de lábios convexos ou afilados. Do ponto de vista morfo-tipológico são muito idênticos às séries esmaltadas lisas, sem decoração, característica bem vincada pela existência do ônfalo saliente rodeado por um filete relevado, com bases côncavas.

Algumas escudelas caracterizam-se, também, pelo núcleo da pasta rosa (M27), situação que levanta uma outra dificuldade quanto à caracterização do fabrico de origem, pois, tradicionalmente, as pastas mais rosadas são atribuídas às produções valencianas. No entanto, não deixamos de parte o facto de esta loiça também ter sido fabricada nas olarias portuguesas na segunda metade do século XVI pois observam-se variantes geométricas à base de linhas paralelas onduladas e concêntricas.

Este conjunto decorativo sevilhano, que se insere tradicionalmente no grupo mourisco (Muñoz e Cambra, 1999, p. 160-61), é frequentemente associado à influência directa das produções italianas no mercado europeu. O exemplo mais representativo da fase "italinizante" (AAVV, 1997, p. 129-57) com a evolução para paredes menos espessas, perfis mais sinuosos e bases de assentamento anelar (pratos e tigelas), assinala-se nas séries azul sobre azul, de imitação das cerâmicas lígures[9] (em que se representam diversos motivos decorativos no tom azul escuro sobre um fundo azul claro) (fig. 10).

Inserido na decoração linear e com um uso multifacetado na casa moderna, temos os alguidares vidrados a óxido de estanho (fig. 11), decorados no interior e área do bordo através de linhas paralelas, concêntricas e onduladas em tons de azul.[10] São peças que até ao momento estão referenciadas no recheio do Convento da Piedade de Santa Cruz e que tipologicamente apresentam um bordo com engrossamento externo, lábios semi-convexos ou ligeiramente aplanados.

A sétima tipologia do grupo sevilhano integra as esmaltadas a azul e branco, do tipo azul figurativa ("*Santo Domingo Blue on White*"), presentes nos sítios arqueológicos da Madeira (Junta de Freguesia e Convento da Piedade) e Açores (Mosteiro de Jesus). O número de fragmentos em estudo é reduzido (doze, entre os quais o da figura 12), permitindo a identificação morfo-tipológica (pratos de pastas compactas de cor creme,



7 e 8. Prato de mesa decorado a azul linear (JFM/06-22-3044).

9. Exemplares esmaltados a azul e linear do Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande (MJ-VW-99-207; MJ-VW-99-208 ; MJ-VW-99-209 ; MJ-VW-99-210 ; MJ-VW-99-211;MJ-VW-99-213; MJ-VW-99-214 ; MJ-VW-99-215; MJ-VW-99-216; MJ-VW-99-217; MJ-VW-99-218; MJ-VW-99-219; MJ-VW-99-220; MJ-VW-99-221; MJ-VW-99-222; MJ-VW-99-223; MJ-VW-99-224; MJ-VW-99-225).

9. Na segunda metade do século XVI, os modelos mais seguidos nas produções de Sevilha são os de tipo lígure, com séries branco, azul sobre branco e azul sobre azul, como técnica local da berettina italiana (Pleguezuelo e Lafuente, 1995, p. 240 e Muñoz e Cambra, 1999, p. 162).

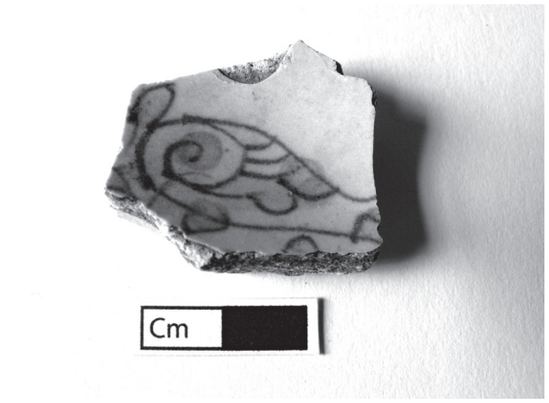
10. Com paralelos identificados nos exemplares recolhidos em Sevilha (Muñoz e Cambra, 1999, p. 167).

K71, e base de assentamento anelar). Nas decorações predominam os motivos zoomorfos (aves) e fitomórficos, à semelhança de outros recipientes estudados para as colónias da América e Ilhas Britânicas (Goggin, 1968, p. 131-34; Lister e Lister, 1982, p. 55-57; Deagan, 1987, p. 59-61 e Gutiérrez, 2000, p. 17-73).

O quinto tipo de cerâmica andaluza com cordões plásticos associados está unicamente presente nos estratos secundários da Junta de Freguesia de Machico, garantindo, assim, uma vez mais a qualidade dos estratos daquele sítio para a compreensão do perfil das importações nos primeiros tempos de povoamento na Madeira. Recolheram-se, para análise, alguns exemplares de bordo e bojo de escudelas (fig. 13), contendo as pastas de textura semi-compacta, de cor clara (L71 ou K30), com os típicos cordões verticais na área do bojo, pigmentados a verde[11]. Os bordos das escudelas são de orientação vertical e os lábios apresentam-se ligeiramente afilados.

Um outro fragmento de cerâmica esmaltada (figs. 14 e 15) levanta, no entanto, muitas interrogações no que respeita à sua origem e funcionalidade. Trata-se de um fragmento de bordo e parede de uma peça quadrangular, com as superfícies esmaltadas de cor amarelo pálido e pasta muito bem depurada de cor creme (L75), observando-se na superfície externa uma decoração do tipo relevado, com nuances a verde-claro. Pelo tipo de decoração, nomadamente os cordões verticais e a textura da pasta, parece tratar-se de uma peça esmaltada integrante neste tipo particular de produções sevilhanas do século XVI, de tradição morisca. A sua utilização na casa quinhentista é hoje discutível. Alguns exemplares dos Países Baixos, com vidrado interno, são cuspidores do século XVI (Janssen e Nijhof, 1992, p. 351).

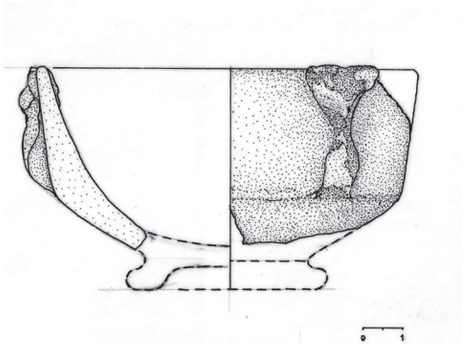
Algumas cerâmicas com as superfícies vidradas a verde, e individualizadas pelos alguidares, talhas, manilhas tubulares[12] e pias de água benta, podem antever também uma importação sevilhana. Um dos fragmentos de parede (fig. 16) com 12 mm de espessura e pasta de textura semi-compacta de cor acastanhada (N27), e com veio de 4mm alaranjado (N35), da unidade estratigráfica 22 da Junta de Freguesia de Machico, mostra equivalência com alguns exemplares recolhidos em Isabela na América do Sul ("*bizcocho, cream-colored unglazed*", Deagan e Cruxent, 2002, p. 159). Mostra possivelmente uma decoração geométrica, tratando-se provavelmente de recipientes de armazenagem e transporte de líquidos nos finais do século XV.



10. Fragmento de parede das séries azul sobre azul, de imitação das cerâmicas lígures (JFM/00-3-18a).

11. Fragmentos de alguidares com decoração a azul-cobalto, provenientes das escavações do Convento da Piedade, Santa Cruz (CP/-03-581; CP/03-583; CP/03-571; CP/03-579; CP/03-557).

12. Fragmento de parede das séries azuis figurativas sevilhanas (CP/03-576).



13. Perfil de escudela esmaltada com cordões plásticos (JFM/06-22-3040).

11. Com interessantes paralelos registados por Alejandra Guttiérrez, em http://www.dur.ac.uk/spanish.pottery/Page14.htm.

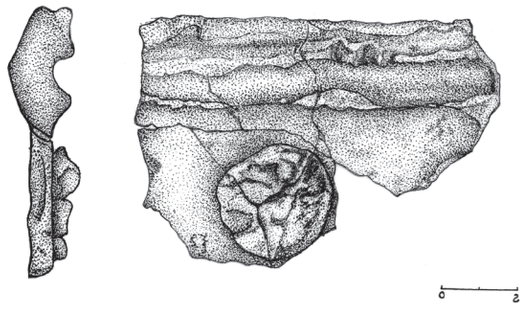
12. Estes itens são estudados no sub-capítulo "*3.3.Arquitecturas e equipamentos funcionais*", do estudo citado de Sousa, 2011.

Outros dois raros exemplares, e que possivelmente associamos ao culto religioso no Convento da Piedade (fig. 17) materializam evidências de possíveis pias de água benta com as superfícies profusamente decoradas na técnica incisa com gramática geométrica[13]. O bordo é de tipologia espessada e a pasta porosa e compacta de tonalidade cinza (M31). O diâmetro da abertura (385 mm) pode significar a funcionalidade da peça que, por estabelecimento de paralelos, pode integrar a tipologia das produções andalusas vidradas propostas por Florence e Robert Lister (1987, p. 114). Estas peças podem incluir outras produções sevilhanas que também identificámos como pertencentes às pias de água benta, resultantes do espólio arqueológico do Convento da Piedade escavado por António Aragão nos anos 60. Um dos fragmentos em causa (fig. 18), uma parcela de um fundo côncavo vidrado verde, exibe na superfície externa uma decoração a baixo-relevo (provavelmente uma figura humana), com um orifício de saída de líquidos. Os vestígios de argamassa existentes na pasta podem indiciar um uso no enchimento construtivo, tal como nos outros dois exemplares (fig. 17).

Outras produções muito particulares atribuídas às produções das oficinas sevilhanas, a partir do século XV, são as esmaltadas monocromas a azul e a verde (tipo 4). As séries em azul aparecem, singularmente, associadas a formas fechadas, normalmente recipientes de mesa, como sejam os jarros e os canudos para armazenagem de líquidos e sólidos (Muñoz e Cambra, 1999, p. 62 e Gutiérrez, 2000, p. 17-73). Destaca-se de um conjunto de quinze fragmentos (doze de paredes indeterminadas; um de uma tampa e um outros dois de uma asa), a exemplaridade da Unidade 22 da Junta de Freguesia de Machico[14] com vários fragmentos exumados, caracterizados pelas pastas de textura semi-compactas, de tonalidade clara, L71. Um componente associado a recipientes cerâmicos fechados (tampa, figs. 19 e 20) exibe o núcleo das pastas bege (K51), com a aplicação da tonalidade azul apenas na superfície externa. O exemplar de asa do Convento da Piedade, provavelmente

13. Sobre as pias baptismais sevilhanas consulte Perera, 1992, p. 191-212 e Suárez, 2000, p. 467-85).

14. Também nas escavações realizadas em 2000 no espaço da Alfândega de Machico (ALF/00-4-65, Sousa, 2006, p. 156).



14 e 15. Fragmento de parede de uma peça quadrangular com cordões plásticos (JFM/00-4-321).

16. Fragmento da parede de cerâmica vidrada, do tipo "bizcocho, cream-colored unglazed", (JFM/06-22-3452).

17. Fragmento de bordo e bojo de possíveis pias de água benta de tamanho reduzido do Convento da Piedade, Santa Cruz (CP/03-987; CP/03-989).

de um jarro (fig. 21), com uma espessura de 13 mm, revela também uma pasta de homogénea de tonalidade creme (L71), com escassos desengordurantes.[15] É bem possível que este tipo de cerâmicas esmaltadas com monocromia a azul corresponda às importações madeirenses de "*mea duzia de pucoros azus*", a que se refere o manuscrito do primeiro quartel do século XV.[16]

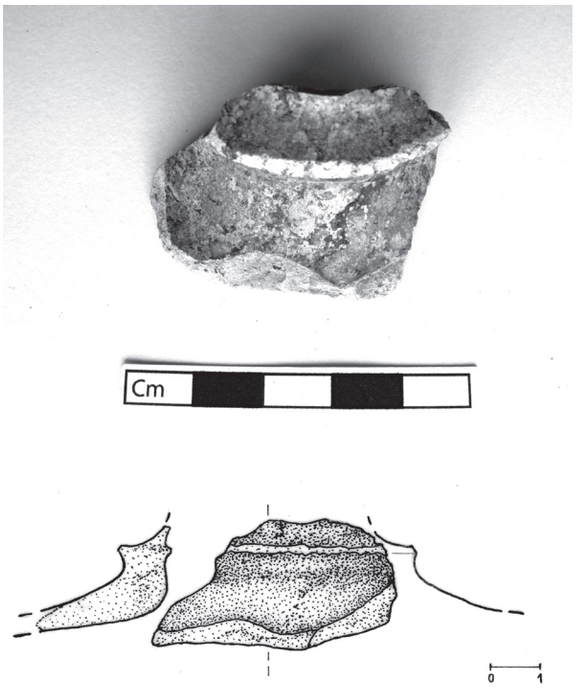
Outra forma com representação em Machico é o púcaro, com duas tonalidades distintas de verde em ambas as superfícies, bordos direitos com lábios arredondados e decoração plástica, em forma de mamilo no alinhamento do lábio (fig. 22). O verde mais intenso surge na expressiva maioria na superfície externa, exceptuando alguns fragmentos de escudelas e pratos de cerne rosado (M47), com as duas partes esverdeadas com idêntica intensidade. Segundo Alfonso Pleguezuelo e Pilar Lafuente, algumas produções a verde e branco andaluzas, em paredes finas e mais espessas, apresentam variantes de acabamento, nomeadamente com revestimento interior e exterior esmaltado a verde ou a verde por fora e branco por dentro (Plegezuelo e Lafuente, 1995, p. 236).

O tipo 3, ilustrando as produções de corda seca, representa-se apenas com um fragmento de base e de arranque de parede de um prato de cerâmica com tonalidades de azul, branco e amarelo-torrado (figs. 23 e 24). A coloração do núcleo é muito semelhante aos outros fabricos sevilhanos (K51) e tipologicamente a base é assentamento em aresta. São peças que se enquadram nas manufacturas sevilhanas dos finais do século XV, princípios do século XVI, com paralelos conhecidos (Suárez, 2007, p. 169 e Goggin, 1968, plate 5).

São também tradicionalmente atribuídas às oficinas de Sevilha os pratos (fig. 25) decorados com óxido de manganés (Pleguezuelo e Lafuente, 1995, p. 228-44). A decoração a óxido de manganês, conjugada predominantemente à base de motivos geométricos, surge individualizada na superfície interior dos pratos e escudelas de cor castanha, recolhidas predominantemente nos estratos arqueológicos do século XVI. As bases são reentrantes, algumas com uma fina incisão. A tonalidade do núcleo varia entre o bege (K91) e a vermelha ou rosa (N45, N57). É muito provável, não obstante a possível produção portuguesa, que algumas destas peças tenham sido importadas das oficinas andaluzas ou valencianas. Identificaram-se, também, modalidades de pratos, exibindo pastas de textura compacta e tonalidade creme (K75), com ambas as superfícies vidradas a verde (com brilho metálico) e outros exibindo nuances verdes.

15. Com paralelos situados em Alejandra Gutiérrez, 2011, http://www.dur.ac.uk/spanish.pottery/Page14.htm.
16. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 97, doc. 60, Microfilme 5867, fl.1, publicado inicialmente em Sousa, 2007, p. 24-29.

18. Fragmento de parede com decoração antropomórfica (CP/03-58).



19 e 20. Tampa das séries esmaltadas a azul liso da Junta de Freguesia de Machico (JFM/06-22-3012).

21. Fragmento de parede de um jarro de cerâmica esmaltada a azul liso (CP/03-549).

3.2 As séries douradas valencianas

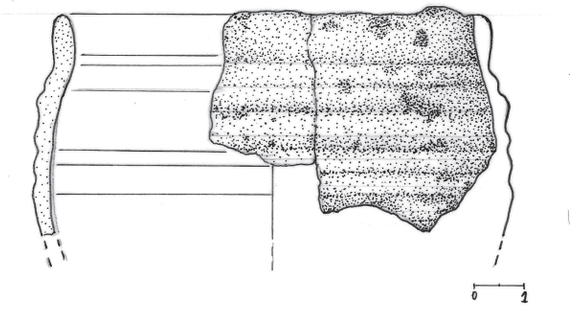
Com vários exemplares recolhidos de unidades estratigráficas com uma cronologia relativa atribuída aos finais do século XV (por exemplo, a unidade 22 da Junta de Freguesia de Machico), a cerâmica do grupo gótico-mudéjar valenciana [17] ou, como tem sido geralmente designada, louça de Paterna/Manises, marca presença nos espaços antropizados insulares. Trata-se de uma louça de excepcional qualidade, que se destaca pelos motivos decorativos a dourado com um brilho muito especial, muito provavelmente peças ao alcance das bolsas mais abastadas da sociedade dos séculos XV e XVII.

Segundo Mercedes Mesquida Garcia, o final de Quatrocentos foi um período de viragem na gramática decorativa valenciana, marcada por uma nova ideologia do "Renascimento", em que os contactos sociais, económicos e culturais com a Itália trouxeram "*un nuevo aire fresco*" que, por sua vez, ajudou a renovar "*las decoraciones de la cerámica dorada, desapareciendo por completo las últimas reminicencias musulmanas e introduciendo nuevas formas que imitan las vajillas de plata que comienzan a aparecer en las mesas de los Grandes de España, así como nuevos motivos animales y vegetales que recuerdan la flora y fauna del Nuevo Continente descubierto*" (García, 2002, p. 30-31).

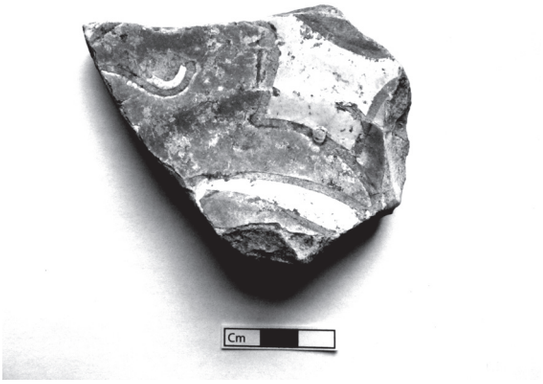
Estas produções gótico-mudejares, de reflexos dourados, estão referenciadas em Vila Franca do Campo, no Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande e na Junta de Freguesia de Machico. Nos Açores, e em particular nos despojos das escavações levadas a cabo por Manuel Sousa d'Oliveira em Vila Franca do Campo, aparece nas modalidades formais de pequenas tigelas e de pratos. Um dos exemplares que parece enquadrar-se na segunda metade do século XV, exibe decoração vegetal em azul e dourada (flores de breonia unidas pelas hastes), um motivo decorativo presente nas produções clássicas do século XV (Gutiérrez, 2000, p. 15-73). Estão, também, presentes nos escombros do Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande (Fig.26) e nas Casas de João Esmeraldo-Cristóvão Colombo, no Funchal.

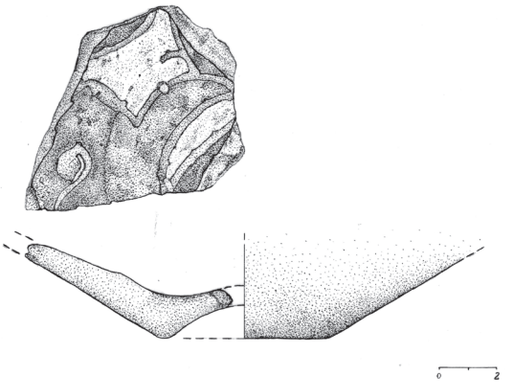
O fragmento da Ribeira Grande, constituindo uma porção de bordo e de parede de uma escudela de orelhas do grupo gótico mudéjar valenciano (fig. 26), exibe uma decoração dourada com tonalidades metálicas, combinado motivos geométricos e vegetalistas nas superfícies interna e externa. Apresenta uma base de vidrado estanífero de boa qualidade. Na superfície

17. Adoptando o conceito actualmente proposto por vários autores (Amigues, 1995, p. 141). Expressão que reforça o desempenho dos oleiros mudéjares no excepcional fabrico destas séries de louças caracterizadas essencialmente por dois grandes grupos decorativos: um grupo em que a cerâmica é pintada com dourado; e um outro que combina a pintura azul e dourada.

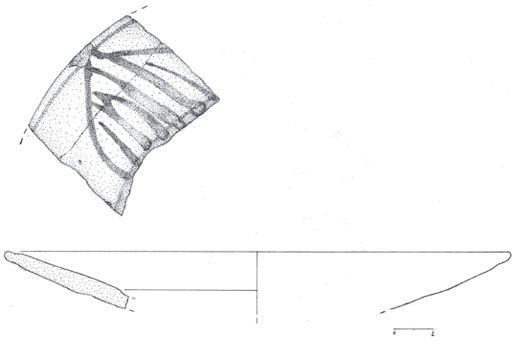


22. Púcaro a verde liso da Junta de Freguesia de Machico (CTM/03-23-26).





23 e 24. Prato de corda seca da Junta de Freguesia de Machico (JFM/06-22-3029).



25. Prato melado decorado a óxido de manganés (JFM/06-22-3388).

externa observa-se o arranque facturado de uma provável pega de orelhas, de orientação horizontal, factura que também deixa antever a qualidade e a tonalidade da pasta (compacta, com escassos desengordurantes e de tonalidade rosada, L35). O bordo é direito e o lábio surge ligeiramente afilado.

A Junta de Freguesia de Machico forneceu um conjunto mais numeroso e homogéneo, represado pelas escudelas (fig. 27) e pelos pratos. A escudela (fig. 27), ostentando uma decoração que pode deduzir a estilização de um pássaro deformado (observando-se a representação das penas), mostra paralelos com uma escudela dos finais do século XV e princípios do século XVI (Amigues, 2002, p. 70).

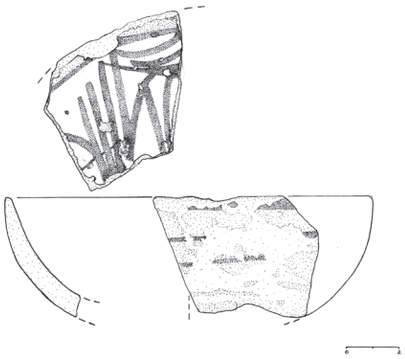
3.3 As importações italianas

As produções italianas de loiça de qualidade, estão documentadas arqueologicamente em vários sítios arqueológicos insulares (Convento de Jesus Ribeira Grande, Junta de Freguesia, Casa com Porta Manuelina, Misericórdia, Convento da Piedade, Quinta dos Padres e Casa do Esmeraldo).

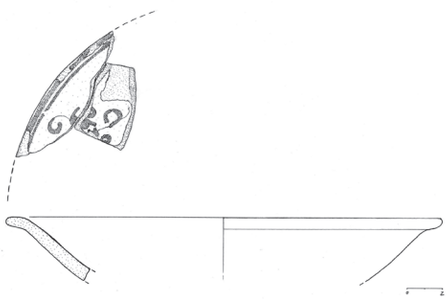
Desde muito cedo foi sentida a presença de italianos (oriundos de Génova, Veneza e Florença) nas ilhas atlânticas, com maior expressão na Madeira e nas Canárias, fortemente atraídos pelo comércio da urzela e do açúcar (Vieira, 1999). Nas relações com o espaço mediterrâneo, as cidades italianas de Génova, Veneza, Livorno e Pisa representavam centros de recepção do açúcar, de tábuas de cedro e vinhático, urzela e couro. Em troca remetiam tecidos, trigo e outros objectos de luxo (Rau, 1973).

Os estratos arqueológicos do século XVI forneceram alguns fragmentos de majólicas italianas, sobretudo produções da região de Montelupo, na Toscânia. Aquele centro produtor ganhou preponderância com a conjuntura político-económica do início do século XV, em que a supremacia de Florença sobre Pisa permitiu uma maior abertura comercial, em função do porto local de Pisa e da posição de Montelupo nas proximidades do Rio Arno (Milanese, 1994, p. 85). O período que medeia entre os finais do século XV e a primeira metade do século XVI foi, de facto, extraordinariamente relevante, quer no aspecto tecnológico e decorativo da indústria cerâmica, quer ao nível das exportações de Montelupo, grande parte por influência dos mercadores florentinos, para toda a área do Mediterrâneo e Noroeste europeu (Milanese, 1993, p. 32) e, também, para as ilhas do Atlântico. O conjunto mais comum e com representação nas ilhas da Madeira (Junta de Freguesia de Machico, Misericórdia e Convento da Piedade em Santa Cruz, Quinta dos Padres, no Funchal) e Açores (Mosteiro de Jesus, Ribeira

26. Escudela de orelhas do grupo gótico mudéjar do Mosteiro de Jesus, da Ribeira Grande (MJ-VW-99 – peça n.º 26).



27. Escudela com decoração dourada da Junta de Freguesia de Machico (JFM/06-22-3041).



28 e 29. Prato de majólica italiana montelupina (JFM/06-22-3017).

Grande) revela-se nas produções montelupinas da primeira metade do século XVI. As importações da região de Montelupo coincidem *grosso modo* com dois tipos de decoração. Um primeiro tipo, representado em particular pelos pratos decorados com orla a azul sobre esmalte branco, na técnica "*alla porcellana*" (Pannuzi, 2003, p. 104-05; Hurst, Neal e Beuningen, 1986, p. 21-22), descrevendo motivos florais, foi exumado nos estratos quinhentistas da Junta de Freguesia, em Machico e na Misericórdia, em Santa Cruz (figs. 28 e 29) e no Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande. É uma produção típica de Valdarno, iniciada na primeira metade do século XV. São peças que se encontram, também, disseminadas pelo comércio espanhol nas Américas, Sul do Mediterrâneo e no Norte da Europa (Lister e Lister, 1976, p. 28-41; Milanese, 1993, p. 32). A decoração dos pratos é cuidada e forma, geralmente, bandas fitomórficas circundadas por linhas paralelas. As pastas são homogéneas, de trama compacta, de cor creme (K33), com escassos desengordurantes visíveis a olho-nu. Os diâmetros variam entre os 224 e os 250 mm e os bordos são de inflexão externa e lábios boleados[18]. O outro conjunto, ainda mais expressivo, integra-se, efectivamente, nas séries polícromas da segunda metade do século XVI, exibindo uma maior profusão de cores (azul, vermelho, verde, laranja) e típicos motivos florais. Na sua maioria constituem fragmentos de parede de recipientes, cuja identificação tipológica é problemática, embora em determinados casos fosse possível caracterizar elementos pertencentes a pequenas taças e pratos. As pastas são claras, de textura compacta e muito bem depuradas com esmaltes finos de fraca aderência. Alguns fragmentos, também polícromos, podem pertencer às séries montelupinas do segundo quartel do século XVI com decoração do tipo "*blu graffito*" (Aliprandini e Milanese, 1986, p. 266), que são representadas por vários exemplares de pratos (fig. 30)[19]. As importações do Norte de Itália (Pisa)[20], do tipo marmoriado e esgrafitado (Berti, 2004, p. 355-92) dos séculos XVI e XVII, estão presentes fisicamente na área urbana de Machico (Junta de Freguesia e Casa com a Porta Manuelina), Santa Cruz (Convento da Piedade) e Ribeira Grande (Mosteiro de Jesus). As produções mais comuns são as da aplicação de técnica de revestimento marmoriado (listras amarelas, vermelhas alternadas, às vezes, com um toque de verde e vermelho), possivelmente fabricadas nas oficinas pisanas do século XVI (fig. 31). As pastas são de textura compacta, onde a decoração é feita sobre um engobe amarelado. É um tipo de produção que está atestada em escavações arqueológicas italianas (Pannuzi, 2003, p. 92; Milanese e Baldassarri, 2004, p. 293 e Tullio, 2004, p. 292) e nas "colónias" da América espanhola (Lister e Lister, 1987, p. 209). Berti sintetiza a decoração e a cronologia das produções policromas: "*Nelle versioni policrome si hanno quelle a tre e a quattro toni cromatici, com lâggiunta del marrone o del verde, oppure di entrambi. La fabbricazione di questo manufatti era sicuramente in atto nella seconda metà deo XVI secolo e nella prima del sucessivo*" (1997, p. 46). As esgrafitadas (fig. 32) fazem-se representar por fundos e bordos de pratos de alegadas produções pisanas do século XVI, de pastas vermelhas bem cozidas, formando motivos geométricos (círculos concêntricos) e estilizações zoomórficas e motivos botânicos polícromos (verde e amarelo). As superfícies estão esmaltadas a branco aderente e as pastas mostram raríssimas inclusões plásticas. Exemplares muito semelhantes, para efeitos de paralelos, estão referenciados na Itália (em Campania, Crescenzo e Pastore, 1994, p. 138 e em Valdievole, Milanese e Baldassarri, 2004, p. 191-343 e Berti, 2004, p. 355-92), Inglaterra (Aavv, 2002, p. 84) e na América do Sul[21] (Deagan e Cruxent, 2002, p. 159). Do ponto de vista da sua contextualização, o facto de ter sido identificada apenas nos contextos quinhentistas do Mosteiro de Jesus na Ribeira Grande e de não termos, até ao momento, outro termo de analogia no que respeita aos sítios das Ilhas Atlânticas em estudo, levanta a hipótese de se tratar de uma loiça de relevo em termos de aquisição. Por exemplo, os arqueólogos americanos que escavaram a povoação de La Isabela, hoje República Dominicana, chegaram à conclusão de que é um tipo de cerâmica associada à elite residencial da localidade (Deagan e Cruxent, 2002, p. 159). Marco Milanese e Giovanni Aliprandini anotam que em várias regiões italianas foram identificadas séries especializadas para o uso conventual, na atmosfera de Contra-Reforma, com figuras de santos (Aliprandini e Milanese, 1986, p. 266). Também do Noroeste da Itália, nomeadamente da Ligúria[22] são as peças pintadas a azul sobre azul identificadas no Mosteiro de Jesus, Convento da Piedade e na Junta de Freguesia de Machico. São importações que se fazem representar, essencialmente, por tigelas e pratos[23]. Os exemplares mostram os núcleos de pasta compacta homogénea de tonalidade creme (K71),

18. Pratos deste tipo estão documentados em Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 190).
19. O tipo decorativo representado pelo fragmento JFM/00-4-68 está referenciado nas exportações das "colónias espanholas" (Deagan, 1987, p. 108).
20. A documentação insular dos séculos XVI e XVII refere-se, por exemplo, às "malgas" e aos "saleiros" oriundas de Pisa (Gil, 1979, p. 60, 70).
21. *Cfr., Jamestown Ceramic Research Group*: http://www.preservationvirginia.org/rediscovery/page.php?page_id=273.
22. Note-se que Lisboa importava, na primeira metade do século XVIII, loiça pintada de Génova, (Vasconcellos, 1883, p. 271).
23. Alguns paralelos podem ser observados em: Blake, 1981, p. 99-124; Lister e Lister, 1976, p. 311-20; Hurst, Neal e Beuningen, 1986, p. 27, fig.10 e 19.

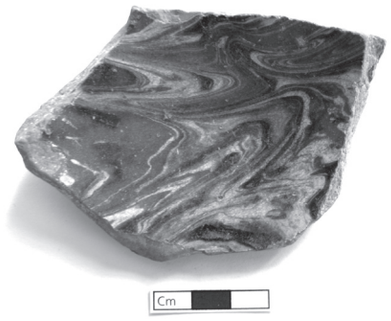
com as superfícies decoradas a azul-escuro sobre azul mais claro, na técnica "*berettino*" (Aliprandini e Milanese, 1986, p. 268), formando motivos geométricos e florais. Exceptuando os fragmentos disponíveis das séries azuis sobre azul da Junta de Freguesia de Machico e Mosteiro de Jesus, cujo fabrico atribuímos às fábricas da Ligúria, os restantes exemplares foram remetidos para o grupo de proveniência desconhecida.

3.4 As importações dos Países Baixos e da Alemanha

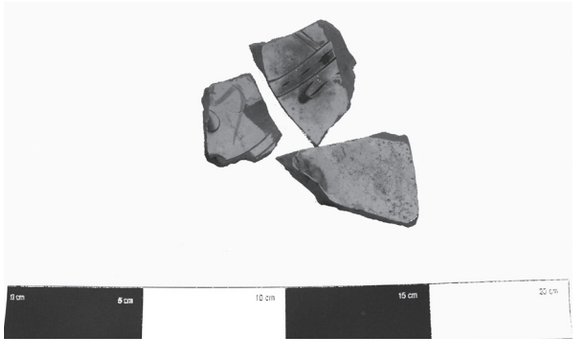
Importações dos Países Baixos e da Alemanha estão igualmente presentes nos sítios arqueológicos insulares dos séculos XVI e XVII. Alguns exemplares de pratos do Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande (fig. 33) inserem-se nas importações da loiça vidrada da Alemanha, nomeadamente da região de Werra. A figura 33, que caracteriza os pratos com a tipologia dos bordos com inflexão externa e bases mais ou menos côncavas, mostra uma tonalidade decorativa diversificada (amarelo, esverdeado e castanho), formando temas centrais de temática antropomórfica, zoomórfica, botânica e geométrica. Mostram bandas alternadas a castanho e a verde, verticais na aba, e ao centro motivos fitomórficos. As pastas apresentam-se de textura compacta, em tons de castanho avermelhado (M47), com escassos desengordurantes. Esta loiça vidrada insere-se nas produções utilitárias alemãs dos séculos XV e XVI, bem individualizada pela sua pasta vermelha, e teve um impacto significativo nos mercados locais (Wilcoxen, 1987, p. 77).
Ainda do ex-Mosteiro de Jesus são provenientes mais dois bordos e bojos de pratos da região de Werra (fig. 34). As pastas são semelhantes às anteriores (de trama compacta, em tons acastanhados avermelhado, M47), e as decorações sobre o vidrado castanho caracterizam-se por pinceladas a branco na área do bordo e círculos concêntricos no bojo, à semelhança de recipientes publicados por Hildyard (1999, fig. 15) e Hume (2001, p. 55-57 e p. 276-85).
Outras importações germânicas dos séculos XVI e XVII e que derivam, essencialmente, dos achados fortuitos na área urbana do Funchal, consubstanciam a evidência da aquisição e uso das típicas garrafas de grés características de várias localidades da Alemanha (Colónia, Raeren, Siegburg e Frechen). São exemplares conhecidos tecnicamente por "Greybeards", embora no meio do coleccionismo e dos arqueólogos tenham sido baptizados por "*Bellarmines*", na assunção da crença de que a representação da figura masculina barbuda representasse o rosto e a figura do cardeal Bellarmino, um feroz adversário do protestantismo no Norte da Alemanha e nos Países baixos[24].

24. A este propósito consulte-se Caiger, 1967, p. 8-12.

30. Prato das séries "blu graffito" (CTM/03-21-31).



31. Fragmento de importação pisana marmoriada (CP/03-538).



32. Exemplares esgrafitados do Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande (MJ/98-ValaW-Peça89; MJ/98-ValaW-Peça90; MJ/98-ValaW-Peça91).

33. Fragmentos de um prato da região de Werra (MJ/99-VW-Peça 60-61).

As duas excepcionais garrafas do Funchal FX/1998-3, fig. 35, semi-perfil de uma garrafa com asa lateral de secção circular e FX/1998-4, fragmento de parede com brasão) mostram a ornamentação da figura humana no gargalo e medalhões armoriados no corpo. As pastas são de coloração creme (L70) ou cinzenta (M73)[25]. Supomos que estes dois exemplos expressam as produções da segunda metade do século XVII, altura em que o fabrico perde a qualidade das séries quinhentistas e, gradualmente, a expressões faciais e os outros motivos são cada vez mais estilizados e menos marcantes.

Com um possível fabrico situado em Antuérpia, nos Países Baixos, situam-se três fragmentos de um prato policromo de faiança da segunda metade do século XVI (figs. 36 e 37). O bordo sujeito a análise exibe uma pasta de textura semi-compacta de cor creme (K30) e é detipologia extrovertida e lábio aplanado. A decoração aparece apenas na superfície interna, a azul e amarelo e de linhas paralelas com padrão semi-circular[26].

3. 5 As importações francesas

Sousa Viterbo escreveu que, antes do reinado de D. José – que acabou por proibir as importações de loiça europeias, exceptuando a chinesa em navios portugueses -, a louça ordinária era importada de Chincheos (China), da França, Holanda e Inglaterra (Viterbo, 1882, p. 544). Talvez se explique, por este passo a presença de produções esgrafitadas francesas na Madeira.

As importações da região de Beauvais do século XVI, Norte de França, estão bem presentes no recheio das habitações solarengas da actual Cidade de Machico (Junta de freguesia e Casa com a Porta Manuelina, fig. 38). O prato da Casa com a Porta Manuelina (fig. 38,CPM/06-5-36) e outros dois fragmentos (JFM/06--22-4233; JFM/06-22-4234, que também identificámos pertencentes a um prato) são confeccionados através da técnica grafitada, destacando-se os esverdeados e os castanhos. As pastas distinguem-se das congéneres alemãs de Werra (Hurst, Neal e Beuningen, 1986, p. 108-16), pelo facto de serem mais claras (Aliprandini e Milanese, 1986, p. 275), neste caso em particular de trama semi-compacta de cor creme (L70), com escassos elementos não plásticos. O bordo surge com um espessado externo e de inflexão extrovertida e o lábio é boleado.

34. Fragmentos de um prato da região de Werra (MJ/98-VW-62-63).

35. Garrafa de grés alemão da área urbana do Funchal (FX/1998-3).

36 e 37. Fragmentos de um prato policromo dos Países Baixos (JFM/06-22-3031; JFM/06-22-3525; JFM/06-22-3526).

25. Em termos de paralelismos é possível enquadrá-los nos exemplares publicados no guia dos artefactos da América (Hume, 2001, p. 56).

26. Colhe paralelos com um prato da majólica de Antuérpia (1550--1600) remetida por Alejandra Gutiérrez.

38. Fragmento de bordo e bojo de um prato francês decorado pela técnica grafitada (CPM/06-5-36).

Note-se que estas produções grafitadas de Beauvais tiveram o seu apogeu no século XVI, fabricando grandes quantidades de recipientes, ao que consta tendo por influência as séries italianas: "*i ceramisti locali (forse anonimi ceramisti italiani trasferitisi là?) fecere veramente i "salto mortali" pur di riuscire ad imitarei l vasellame graffito prodotto nella valle dell'Arno, che alimentava un fiorente mercado nelle zone costiere dell'Europa"* (Aliprandini e Milanese, 1986, p. 275).

COMENTÁRIO FINAL

A importação de bens cerâmicos europeus para os arquipélagos atlânticos no período após o achamento no século XV surge materializado no registo arqueológico. As ocorrências levantam inclusive novos dados sobre o consumo e o uso de cerâmicas de qualidade na casa insular, em particular nas habitações civis e de assistência do século XVI numa época de confluência de comerciantes e de produtos alimentados pela "economia de exportação" liderados pelo açúcar madeirense e pelo cereal e pastel açoriano.

Da vida material dos ilhéus, em partilha com a utilização das produções oláricas locais que a análise arqueológica suporta ter início na segunda metade do século XVI, fazem parte as loiças de qualidade oriundas de Espanha, Itália, Países Baixos, França, e Alemanha. Os dados servem de complemento à historiografia que sustenta a importação de "obras de arte" flamengas, e que é quase omissa na inventariação de peças cerâmicas desses locais.

O recheio da casa insular mais ou menos abastada é diversificado e reflecte não só a origem e o gosto emergente dos intermediários directos no comércio transatlântico como, também, o estatuto social da instituição individual e colectiva que usufrui do bem.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2002) – *Nevis Heritage Project Interim Report 2001*, Southampton: University of Southampton.

AAVV (1997) – Cerámicas de la Edad Moderna 1450-1632. *Intervención Arqueológica en el Real Monasterio de San Clement. Una Propuesta arqueológica*. Sevilha, p. 129-157.

AGOSTINHO, J. (tradução e notas) (1943) – História da Navegação do holandês João Hugo de Linschool, às Indias Orientais. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, n.º 1, p. 145-168.

AHM – *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. XVIII, doc. n.º 349, 10 de Janeiro de 1512, 1974, p. 538 -542.

ALIPRANDINI, G. e MILANESE, M. (1986) – *La Ceramica Europea. Introduzione alla tecnologia alla storia e all'arte*. Genova: Edizioni Culturali Internazionale.

AMIGUES, F. (1995) – La céramica gótico-mudéjar valenciana y las fuentes de inspiración de sus temas decorativos. *GERRARD, C.; GUTIÉRREZ, A. e VINCE, A. – Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles/Cerâmica medieval española en España y en las Islas Británicas*. Oxford. Tempos Reparatum (Bar Internacional series, 610), p. 141-158.

AMIGUES, F. (2002) – Las importaciones de Cerámicas doradas valencianas de los talleres de Paterna en el Languedoc-Rosellón. *La cerâmica de Paterna. Reflejos del Mediterrâneo*, Mercedes Mesquida García, dirección. Valencia. Museo de Bellas Artes (Museo de Bellas Artes de Valencia, del 19 de Abril al 9 Junio de 2002), p. 58-82.

ANTT *Corpo Cronológico, Parte II*, Maço 97, doc. 60, Microfilme 5867, fl.1.

BARROS, L; CARDOSO, G. e GONZALEZ, A. (2000) – Primeira Notícia do Forno de St.º António da Charneca- Barreiro. *Actas das Ias Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul*. Barreiro. Câmara Municipal do Barreiro, p. 72-87.

BERTI, G. (1997) – *Le Ceramiche Medievale e Post-Medievale*. Firense: All'Insegna del Giglio.

BERTI, G. (2004) – Ingobbiate e graffite di area pisana fine XVI -XVII secolo, *Atti XXVII Convegno Internazionale della cerâmica – La ceramica postmedievale in Italia. Il contributo dell' Archeologia*. Albisola.Centro Ligure per la storia della cerâmica, p. 355-392.

BLAKE, H. (1981) – Pottery exported from Northwest Italy between 1450 and 1830: Albisola, Genoa, Pisa and Montelupo. *Archaeology and Italian Society:Prehistoric, Roman and Medieval Studies*. G. Barker & R. Hodges, editors. Bristish Archaeological Reports International Series, CII, p. 99-124.

BRUDEL, F. (1983) – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, Vol. I, p. 173-174.

CAIGER, J. (1967) – Bellarmine jugs. *The Kent Archaeological Review*. Kent, n.º 7, p. 8-12.

CALADO, R. S. (1988) – Antecedentes históricos da faiança portuguesa. *Cerâmicas*, n.º 1, p. 9-12.

CHAUNU, P. (1983) – *Sevilha e América. Siglos XV y XVII*. Sevilha: Universidade de Sevilha.

CRESCENZO, C. e PASTORE, I. (1994) – Primi dati sull'evidenza archeologica della produzione post-medievale in Campania. *Atti XXVII Convegno Internazionale della cerâmica – La ceramica postmedievale in Italia. Il contributo dell' Archeologia*. Albisola. Centro Ligure per la storia della cerâmica, p. 138-139.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of Spanish Colonies of Florida and the Caribbean 1500-1800*. London, Washington: Smithsonian Institution Press, Vol. 1.

DEAGAN, K; CRUXENT, J. M. (2002) – *Archaeology at La Isabela. America's first European Tow*, New Haven & London: Yale University Press.

EVERAERT, J. (1989) – Marchands Flamands à Lisbonne et l'Exportation du Sucre de Madère (1480-1530). *I Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal, CEHA, Vol. 1, p. 442-463.

FERREIRA, A. M. P. (1984) – Os Açores e o corso Francês na primeira metade do século XVI: a importância estratégica do arquipélago (1521-1537), *Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII.* Angra do Heroísmo. Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 280-297.

FREIRE, A. B. (1914) – Inventario da Guarda-Roupa de D. Manuel., *Archivo Historico Portuguez*, vol IX, p. 64-110.

FREITAS, P. de (1989) – Azulejaria na Madeira. *Islenha*. Funcha, n.º4, l, p.25- 34.

GARCÍA, M. M., dirección (2002) – *La cerâmica de Paterna. Reflejos del Mediterrâneo*. Valência. Museo de Bellas Artes. (Museo de Bellas Artes de Valencia, del 19 de Abril al 9 Junio de 2002).

GIL, M. O. da R. (1979) – *O Arquipélago dos Açores no Século XVII. Aspectos sócio-económicos (1575-1675*). Castelo Branco: edição da autora.

GIL, M. O. da R. (1981) – Os Açores e a nova economia de mercado (séculos XVI-XVII), *Arquipélago, Série Ciências Sociais*. Ponta Delgada, III, p. 371-425.

GIL, M. O. da R. (1982) – *Os Açores – Comércio e Comunicações (séculos XVI-XVII). Separata da revista Arquipélago, Série Ciências Sociais*. Ponta Delgada. n. º IV, p. 371-415.

GODINHO, V. M. (1985) – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial.* Lisboa: Editorial Presença. 2.ª edição. Vol. IV.

GOGGIN, J. (1968) – *Spanish Majolica in the New World. Types of the sixteenth to eighteenth centuries.* New Haven: Department of Anthropology, Yale University.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do poço-cisterna de Silves. *Actas do IV Congresso Internacional – A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidenta*l (Lisboa, 16-22 Novembro de 1987). Lisboa. Campo Arqueológico de Mértola, p. 457-490.

GOMES, M. V e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do poço-cisterna de Silves. *XELB*. Silves n.º 3, p. 143-205.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1998) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela. Câmara Municipal de Tondela. p. 315-348.

GOUVEIA, D. F. de (1991) – O açúcar e a Economia Madeirense (1420-1550). Consumo de Excedentes. *Islenha*, n.º 8, Funchal, p. 11-22.

GUTIÉRREZ, A. (2000) – *Mediterranean Pottery in Wessey Households (12th to 17th centuries.* Oxford: British Archaeological Reports 306.

HILDYARD, R. (1999) – *European ceramics*, Philadelphia. Pennsylvania: Univrsit of Pennsylvania Press.

HUME, I. N. (2001) – *A Guide to Artifacts of Colonial America*. Philadelphia: University of Pennsylvania.

HURST, J.; NEAL, D. S. e BEUNINGEN, H. J. V, (1986) – *Pottery produced and traded in Northwest-Europe 1350-1650* (Rotterdam Papers VI). Rotterdam: Foundation Dutch Domestic Utensils.

JANSSEN, H. e NIJHOF, E. (1992) – Four 16th-century redware spit-supports from's s.Hertogenbisch. *Everyday and Exotic Pottery from Europe. Studies in honour of John G. Hurst, edited David Gaimster and Mark Redknap*. Oxbow books, p. 344-353.

LISTER, F. C. e LISTER, R. H. (1976) – Ligurian Maiolica in Spanish America, *Atti Convegno Internazionale della Ceramica*. Centro Ligure per la Storia della Ceramicam Albisola, IX, p. 311-320.

LISTER, F. C. e LISTER, R. H. (1976a) – Italian presence in Tin Glazed Ceramics of Spanish America. *Historical Archaeology*, X, p. 28-41.

LISTER, F. C. e LISTER, R. H. (1982) – *Sixteenth Century Maiolica Pottery in the Valley of Mexico*, Tucson: University of Arizona Press.

LISTER, F. C. e LISTER, R. H (1987) – *Andalusian Ceramics in Spain an New Spain.A Cultural Register from the Third Century B.C. to 1700*. Tucson: The University of Arizona.

LIZARDO, J. (1989) – Arte Mudéjar na Madeira. A pia baptismal da matriz da Ponta do Sol. Funchal. *Atlântico,* n.º 18, p. 149-152.

LIZARDO, J. (2006) A pia baptismal da Ponta do Sol. Uma "importante" oferta de D. Manuel I?. *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira*. Machico, n.º 6, p. 14-19.

MENDES, H. e PIMENTA, J. (2007) – *Contexto Quinhentista das escavações do Museu do Neo-Realismo*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

MILANESE, M. (1993) – Italian Pottery exported during the 15th and 16th centuries, *Medieval Ceramics*, Vol.17, p. 23-33.

MILANESE, M. (1994) – La ceramica postmedievale in Toscana: centri di produzione e manufatti alla luce delle fonti archeologiche. *Atti XXVII Convegno Internazionale della cerâmica – La ceramica postmedievale in Italia. Il contributo dell' Archeologia*. Albisola. Centro Ligure per la storia della cerâmica, p. 79-111.

MILANESE, M. e BALDASSARRI, M. (2004) – *Il Catlello e l'uliveto. Insediamento e trasformazsioni del paesaggio dalle indagini archeologiche a Massa in Valdinievole*. Comuni di Massa e Cozzile.

MUÑOZ, P. e CAMBRA, R. (1999) – La cerámica moderna en el Convento del Carmen (Sevilla), *Arqueología Medievalm,* n.º 6, p. 160-161.

PANNUZI, S. a cura (2003) – *Le ceramiche tardomedievali e rinascimentali del Castello di Ostia*. Roma: Campisano Editore.

PERERA, J. H. (1992) – Las primeiras pilas bautismales en Canarias. *ALMOGAREN.* 9, p. 191-212.

PLEGUEZUELO, A. e LAFUENTE, P. (1995) – Cerámicas de Andalucía Occidental (1200-1600) in GERRARD, C.; GUTIÉRREZ, A. e VINCE, A, *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles/Cerâmica medieval española en España y en las Islas Británicas*, Oxford, Tempos Reparatum (Bar Internacional series, 610), p. 217-244.

RAU, V. (1973) – *Portugal e o Mediterrâneo no século XV: alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha.

SANTOS, J. M. dos (1989) – *Os Açores nos séculos XV e XVI*. Ponta Delgada: SREC, Voll. I e II.

SILBERT, A. (1954) – *Un carrefour de l'Atlantique: Madère 1640-1820*. Lisboa.

SILBERT, A. (1997) – *Uma Encruzilhada do Atlântico. Madeira (1640-1820). Un carrefour de l'Atlantique: Madère 1640-1820*. Funchal: CEHA, 1.ª edição.

SIMÕES, J. M. dos S. (1963) – *Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I. Corpus da Azulejaria Portuguesa.

SOUSA, É. D. M. (2006) – *Arqueologia na Cidade de Machico. A construção do quotidiano nos séculos XV, XVI e XVII*. Machico: CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea.

SOUSA, É. D. M. (2007) – *500 anos de cerâmica na Madeira. Estudo tipológico de vinte e cinco peças arqueológicas*. Machico: ARCHAIS.

SOUSA, É. D. M. (2010) – A Loiça Utilitária das Escavações Arqueológicas do Convento de Jesus, Ribeira Grande. *A Ponte - Revista Cultural da Ribeira Grande*. Ribeira Grande, n.º 1, p. 42-51 e 61-62.

SOUSA, É. D. M. (2011) – *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII*). Lisboa: Vol.I e II, Julho de 2011 (Dissertação de Doutoramento em História Regional e Local, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

SUÁREZ, E. S (2000) – Pilas bautismales sevillanas en las islas Canarias. *XIV Coloquio de Historia Canario-Americana*: Las Palmas de Gran Canaria, p. 467-485.

SUÁREZ, E. S (2007) – La cerâmica de "Cuerda Seca" del antiguo convento de San Francisco de Asís de las Palmas de Gran Canaria, *Separata de CuPAUAM*, 33. Madrid, p. 155-174.

TULLIO, A. (2004) – Una "Discarica" del XVIII secolo nella torre nord del duomo di Cafalù, *Atti XXVII Convegno Internazionale della cerâmica – La ceramica postmedievale in Italia. Il contributo dell' Archeologia*. Albisola. Centro Ligure per la storia della cerâmica, p. 281-293.

VASCONCELLOS, J. de (1883) – A Exposição de Cerâmica, *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*. Porto, Vol. III, p. 265-281.

VIEIRA, A. (1987) – *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI (Madeira, Açores, Canárias*). Funchal:Centro de Estudos de História do Atlântico.

VIEIRA, A. (1999) – Os italianos na Madeira. Séculos XV-XVI. *Separata Arquipélago e História*. Ponta Delgada. 2.ª série, III.

VITERBO, S. (1882) – A Exposição D'Arte Ornamental. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 3.ª Série, n.º 9, p. 515-575.

ZAGALLO, M. C. (1955) – Introdução, *Pinturas dos séculos XV e XVI da Ilha da Madeira (Depois do seu Restauro).Catálogo de Exposição*. Maio de 1955, s. l., p. 7-19.

WILCOXEN, C. (1987) – *Dutch trade and ceramics in America in the seventeenth* century. Albany, N. York: Albany Institute of History & Art.

POTTERY IN CIDADE VELHA (CABO VERDE)

MARIE LOUISE SORENSEN Senior lecturer Department of Archaeology, Cambridge University. mlss@cam.ac.uk
CHRIS EVANS Cambridge Archaeological Unit. cje30@cam.ac.uk
TÂNIA CASIMIRO Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova e do Algarve. tania.casimiro@gmail.com

RESUMO Em 2006 arqueólogos da Universidade de Cambridge iniciaram escavações arqueológicas na Cidade Velha (Cabo Verde). Foram reconhecidas diversas estruturas, identificadas como casas, edifícios públicos e igrejas, e dentro delas muitos fragmentos de recipientes cerâmicos. A maior parte foi produzida em Portugal e apresenta características semelhantes a outros sítios portugueses, tendo sido igualmente identificadas produções europeias e chinesas. No entanto, foram encontradas outras cerâmicas sem paralelo com produções europeias, louça claramente africana, fabricada em Cabo Verde ou importada do continente africano.

PALAVRAS-CHAVE Cabo Verde, Cidade Velha, louça comum, utensílios de estanho e esmalte, cerâmica africana

INTRODUCTION

In 2006 archaeologists from the Cambridge University (M.L.S and C.E.) were invited by the Cape Verde Minister of Culture to supervise and perform archaeological rescue excavations in the Cidade Velha, the original capital of Cape Verde.

These would be made following a plan to replace and introduce sanitation facilities and water pipes along the city, necessary in a World Heritage site since 2009. The paradox is actually interesting since Cidade Velha's archaeological heritage was well preserved until it received the UNESCO's category (Evans, 2010). Although other parts of the city were excavated by Portuguese and Spanish archaeologists during several years, namely in the Old Church and in the São Filipe fortress, these were probably the largest areas to be excavated along the city so far (Amaro, 1990).

Several structures and buildings were excavated along the trenches dated from early 16th century up until the 18th century with the discovery of old cobbled streets and even what the archaeologists believe to be the old Customs House a large building subdivided into five rooms that unfortunately were not excavated very deep. Many cannon balls were recovered inside the building suggesting the remains of the French Corsair Cassard's raid of 1712 as well as quite a few slave manacles from the second compartment.

The trench-exposures revealed a dense urban site and, also, an array of 17th century mercantile facilities attesting to the early town's 'World Trade Depot' (Evans, 2010).

Excavations continued with the discovery of new buildings, and an early modern cemetery and many different types of pottery.

The contexts where the ceramics have been found are mostly from the trenches open in the streets of Cidade Velha and inside the buildings identified in those excavations and have revealed what can be considered as domestic remains resulting of the daily activities preformed by the city's habitants during post-medieval times.

THE POTTERY

The first analysis of the ceramics recovered in Cidade Velha permits to establish a division between three types of pottery: European, of which Portuguese productions have obviously a larger widespread, Oriental and African pottery.

Portuguese ceramics are represented in all of its known post-medieval productions. The most frequent are coarse ware recipients used in household daily activities. Forms such as cooking pots, cups, jugs, bowls, plates, bottles and large flared dishes were found in large amounts. A single find of a woman figurine head is very alike to the bells found in Santa Clara-a-Velha (Coimbra) reproducing feminine figures.

The fabrics are very variable between a light red-orange and a dark brown colour tempered with quartz and

micaceous inclusions. When discovered in Portugal these artefacts are usually classified as local productions, however in overseas contexts they are not easily identified.

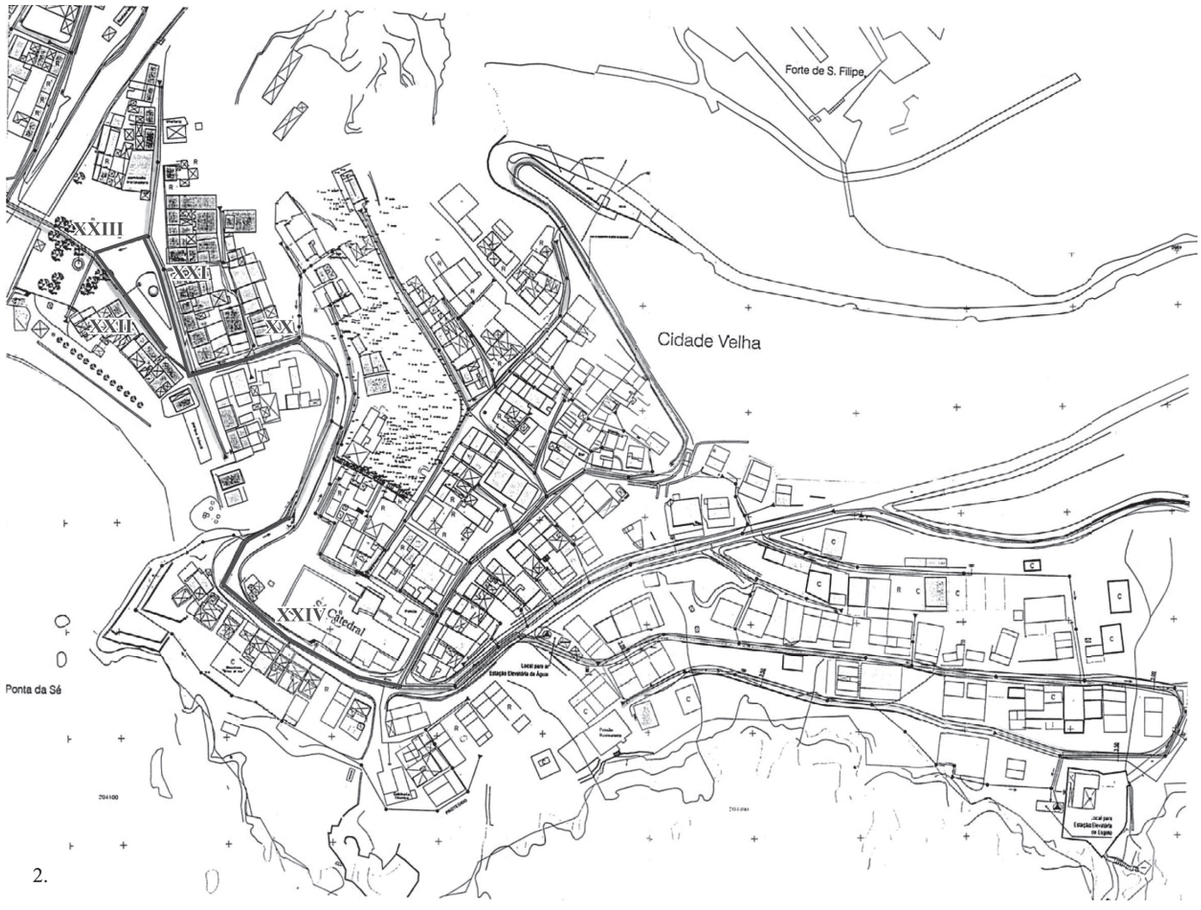
The Cidade Velha finds suggest that the majority of the coarse ware ceramics were produced in Lisbon. They present very reddish micaceous fabrics similar to the city's productions regularly found in post-medieval archaeological contexts (Diogo and Trindade, 2000; Casimiro, 2011). The same can be said about most of the exhumed forms very similar to the Lisbon finds. Even some decorations have a high resemblance with the Lisbon pottery, essentially in small modelled cups.

Although Lisbon was the largest production centre almost every Portuguese city had its own coarse ware pottery kilns producing everyday items such as cooking pots, water jars, plates, bowls, cups and all other necessary objects. Some of these centres such as Estremoz, Montemor-o-Novo or Aveiro developed very specific ceramics with peculiar decorations becoming well known and appreciated across the country. Productions from these places are regularly found many kilometres away.

In early 17th century Lisbon had 28 kilns producing faience and 49 producing red coarseware (Oliveira, 1804). It was one of the most populous cities in Portugal however these structures would produce much more than requested for the use of its population and surroundings. In this sense, many of the pottery was clearly sent overseas, especially but not exclusively to Portuguese colonies.

Lisbon was the major production centre but other places in Portugal were also sending coarse ware pottery to Cape Verde. One of these places was in fact Aveiro. The recognition was made based on small cups, bowls and bottles presenting the fabrics similar to the Aveiro productions as well as comparable forms recovered in terrestrial and underwater archaeological sites, namely in Rua Homem de Christo (Barbosa, Casimiro and Mania, 2008) and in the Ria de Aveiro A wreck (Alves *et al*, 1995 Bettencout and Carvalho, 2004).

The presence of such pottery in Cape Verde is archaeologically confirmed but also through written evidences. In the *Livros de Portagem do Cabido da Sé do Porto* it is recorded that in the 16th of December 1695 a boat sets off from Porto towards Angola passing through



2.

1. Plan of Cidade Velha with the trenches opened by Cambridge archaeologists.

Azores, Cape Verde and Guinea with pottery from Aveiro, Coimbra and Prado but also two hundred olive jars, among other commodities:

Em 16 de Dezembro de 1695
Despacho do navio São Domingos e São Cosme mestre Manuel de Leal vezinho de São João da foz que vai para Angola com escala pelo Faial, Cabo Verde, Costa da Guiné, com a carga seguinte:
João Nunes Gomes setenta e quatro quintais e meio de ferro cinco carros de louça de Aveiro três carros de louça do prado quatrocentas dúzias de louça de Coimbra noventa e um barris de aguardente com cento e vinte almudes três pipas de vinho maduro e duas em quinze barris setenta alqueires de sal trinta e sinco almudes de azeite em duzentas botijas quatro pacotes com quatrocentas varas de pano vizeu e setenta varas de pano pintado, quinze pacotes de sufilie, quatrocentas varas de panos de baixo, duzentas fivelas, oito pacotes de serafina, noventa quintais de arame, dois carros de arcos, duzentos e setenta chapéus da terra, trezentas e setenta dúzias de facas marinheiras, duzentos arráteis de buicos, duzentos maços de cadeados grandes e cinquenta e oito dúzias dos redondos de argola e meia de cascaeis, cinco milheiros de pedreneiras, quarenta dúzias de fuzis, doze dúzias de laminas de ferro, duas dúzias de trombetas, uma dúzia de balanças e quatro arráteis de lobas em peros e duas canastras de alhos, seis barris com cinquenta e oito arrobas de farinha.
Deve de malastostas trinta e seis reais e de Portagem sete mil e oitocentos reais que tudo faz soma de sete mil oitocentos e trinta e seis reais
Jurou o mestre não levar mais nada e assinou (ADP/CABIDO/183/40v.)

2. Large building walls interpreted as the Costums house.

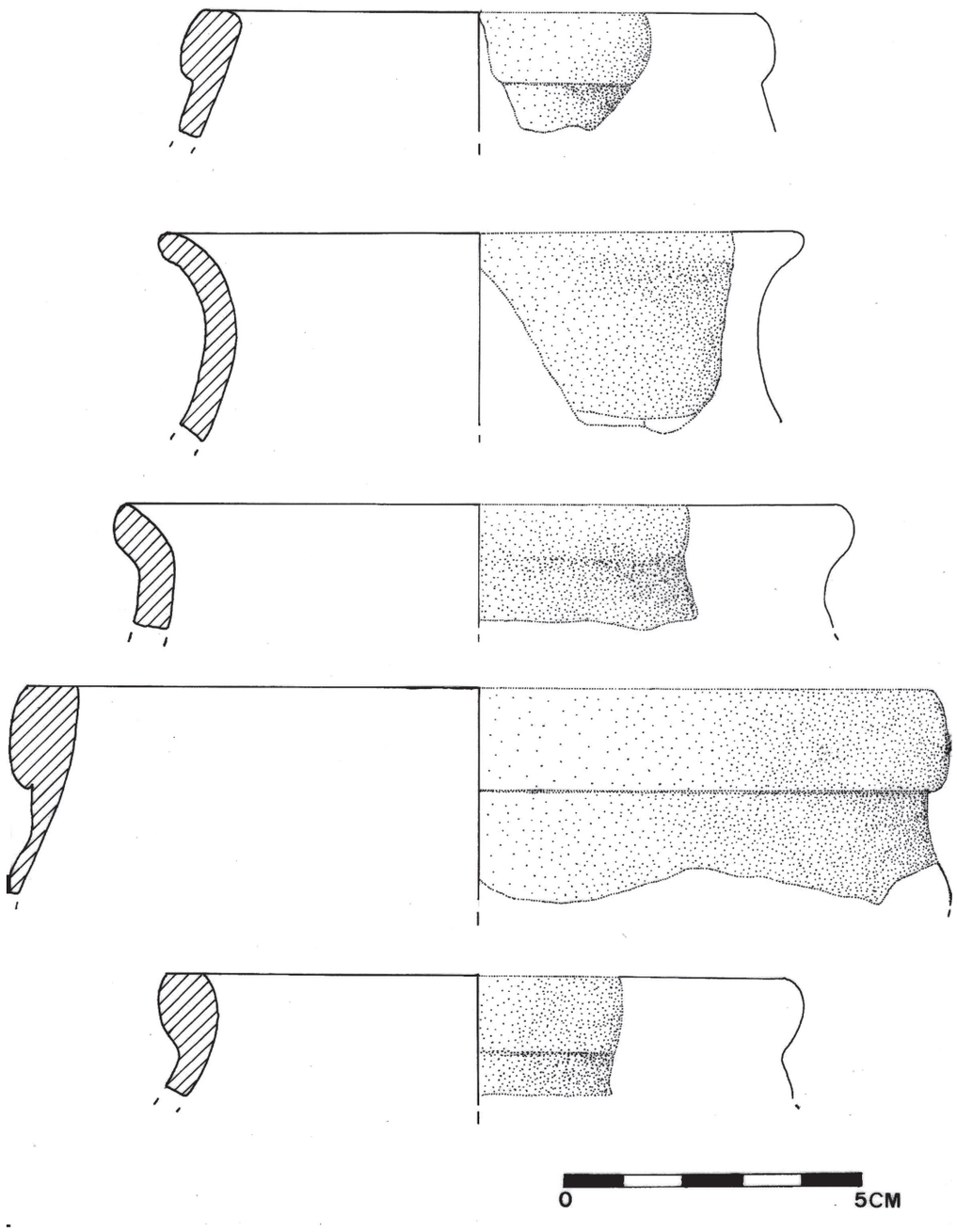
Many of these wares were lead glazed, especially bottles, large flared bowls and basins in green and yellow. The glaze covers inner and outer walls and waterproofs the recipients.
Several evidences of olive jars have been found in Cidade Velha, most of them with light buff pinkish fabrics. Recent studies have revealed that these recipients, originally believed to be exclusively manufactured in southern Spain were also produced in large quantities in Portugal, probably near port cities related to international trade. Although no kiln site was yet discovered evidences of these Portuguese pots are scattered across the globe transporting goods such as olive oil, vinegar, olives and other food items in different shapes and sizes.
Only two examples of the Cidade Velha finds can certainly be said to have been made in Portugal while all the others are not easily identifiable. Nevertheless they belong to the types A and B of Marken's classification (Marken, 1994) and Goggin's Middle style types A and B (Goggin, 1964) and clearly all produced in the 17th century. Written evidences only indicate that these recipients took olive oil, although other products could have been transported.
As for Portuguese faience there are large numbers of objects being recovered in Cape Verde. Once again the majority of the finds was produced in Lisbon with very thick and shiny tin glazes covering white homogenous fabrics with very few inclusions. Some examples of Coimbra productions were also recovered presenting a less quality glaze and pinkish fabrics. Vila Nova wares are yet to be discovered.
Plates are the most frequent form followed by bowls and bottles. This seems to be a rule for every Portuguese and overseas site where Portuguese faience has been found. In fact about 85% of Portuguese Faience production was of plates and bowls (Casimiro, 2010).
Despite the large quantity of finds no evidence of high quality productions was discovered. The tin glaze ware forms represent what in Portugal would be considered as the everyday wares, used by regular people in diverse household activities. The majority of finds presents half concentric circles and the Santiago Order sword in blue and the baroque garland in blue and

purple very similar to finds from Lisbon, namely in Rua dos Bacalhoeiros (Fernandes *et al*, 2006) and other finds from Cape Verde, especially in underwater sites (Gomes, Casimiro and Gonçalves, 2011).

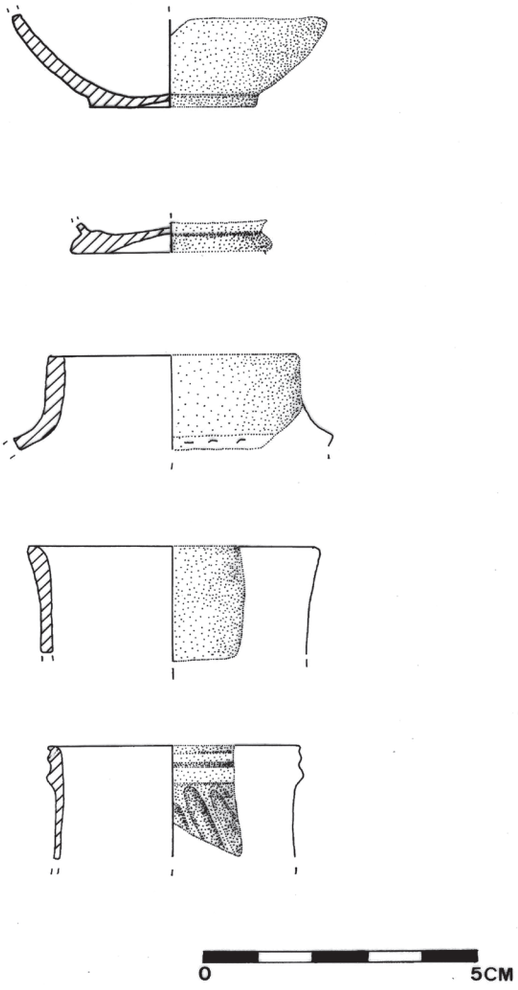
Very few fragments can be placed in the earlier stages of manufacture and the majority of the Cidade Velha finds were produced between 1660 and 1700 with some sherds that can be placed in 19th century factory production. Although Chinese inspiration decorations tend to be very frequent in European and North American sites in Portuguese colonies most of the finds present very plain decorations entering the category of useful artefacts without any aesthetical or decorative purpose.

A very curious clothing button was recovered among the faience finds. Although this is a frequent find in Portuguese archaeological contexts they are usually made to fulfil that purpose while the Cidade Velha find was made reusing a tin glaze ware plate shaped in a circular form and two holes were drilled at the centre. The possibility is that it could replace a lost button before they arrived from Portugal in some shipment.

Nevertheless and despite the quantity of the Portuguese faience sherds none of the finds can be considered a luxurious item. The desire for more valuable ceramics should be fulfilled by Italian, Spanish and North European productions. Montelupo and Liguria finds are the most frequent, dated from early and mid



3. Portuguese cooking pots found in Cidade Velha.



4. Portuguese cups found in Cidade Velha.

16th century up to mid 17th century with several large plates decorated in yellow, blue, green and orange "*a ovali e rombi*" and blue on blue (Carta, 2003). Quite remarkable when compared to all the ceramics recovered in Cidade Velha these are very regular finds in Europe and in Portugal. According to Rafaella Carta the presence of this majolica in Cape Verde may be related to the Florentine merchants established in Portugal who were a regular presence in slave trade with the Cape Verde archipelago.

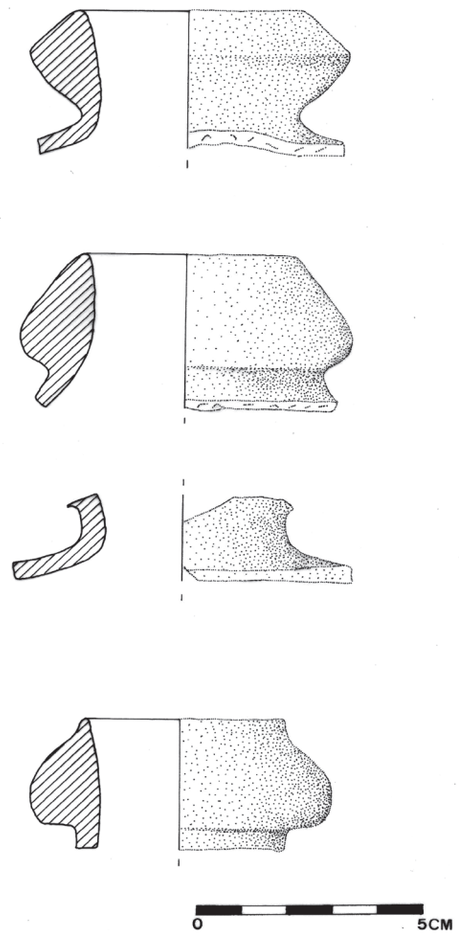
Only a single sherd of a much eroded lusterware bowl was recovered but, nevertheless, sufficient to support the presence of Spanish ceramics in Cape Verde. Similar finds were found in other previous archaeological excavations in this city.

German stonewares, although less frequent were equally found, especially part of a very beautiful jug with a man playing a flute but also parts of other vessels.

From China more than a few examples of porcelain were recovered dated from late 16th century up to the 18th century revealing to be very similar to what has been found in Portuguese archaeological contexts with bowls and plates decorated in blue.

Numerous tiles have also been found. These were supposed to cover the walls of religious and government buildings and were associated to chronologies that can go from early 16th century with "*aresta*" tiles to mid 18th century with blue figurative tiles, some of them found *in situ* still attached to some walls.

5. Decorated cup found in Cidade Velha.



6. Olive jars (anforetas) found in Cidade Velha.

7. Montelupo majolica found in Cidade Velha.

8. African pottery found in Cidade Velha.

A large quantity of handmade pottery was identified. This production was not similar to anything manufactured in Europe so the first impression was to be locally made. Fabrics analysis reveal that at least some recipients have very similar fabrics to what is still made today in Cape Verde so it was assumed that many of them, especially the brown dark ceramics were made in this city or its surroundings. The techniques used were coils or hand mold from a chunk of clay. The surface was made even with a cloth or a spatula. The vessels are almost bag shaped and the decoration preformed by incision or with red paint giving the idea of cloth bags or baskets and fired in an open fire. Since there is not an autochthonous group of people from Cape Verde it was important to understand where the people responsible for this pottery production were getting their major ideas.

However there is another type of handmade pottery with red light fabrics covered with a very reddish slip covering a burnished surface. These are mostly very large bowls with very little decoration. The presence of this red burnished ware made us wonder where was this pottery made.

The decoration is very scarce and when existing simply resembles bags and baskets so the major function of these vessels was certainly a domestic use to cook and store food. However in some African tribes pottery had sometimes other uses such as a bride's dowry or used in ceremonies such as burials (Rodrigues, 2006). It's not possible to know at this point if the African pottery used in Cape Verde during the 17th century had any of these purposes but one has to try to understand the symbolic uses of many ceramic artefacts.

The social analysis of the African people in Cape Verde demonstrates that many of them were brought from the coast of Guinea or from Angola, most as slaves. Although there is a substantial lack of bibliography where the authors could get parallels to these pottery productions for the 16th, 17th and 18th centuries, ethnographic studies have shown that similar pots were produced in the 20th century in Guinea and Angola. Even today in Cape Verde some women still produced similar shapes to the ones found in Cidade Velha (Barley, 1994; Correia, 1958 e Cardoso, 1997). Pottery production was in fact women attribute in many African tribes and probably also in Cidade Velha, a subject that the authors intend to develop a bit further.

Potters inspired their production in their homeland shapes and decorations and when possible would use original productions. The reddish bowls were most likely imported from Guinea although it's not possible to know if they were brought with the slaves when being sold or if it there was a proper trade of these items.

CONCLUSIONS

This paper tries a first analysis on the study of the pottery found in Cidade Velha in Cape Verde. More studies are being developed at the moment hoping to be able to identify the social groups that would consume such pottery.

However some conclusions can be advanced and one thing is certain, different people were using different types of pottery in the 17th and 18th centuries. From Portugal all kinds of ceramics were being sent to support everyday requests for European settlers. People could cook and consume food reproducing the same habits they had while living in their hometown. Coarsewares and tin glaze wares were used by a group of people who did not produced their own pottery and needed

to import it in order to supply their everyday demands. Although Portuguese pottery exists in large amounts these people would like to have a little bit of luxury on their home creating similar environments to the ones they had in Portugal so it's our believe that the imports from Italy, Spain, Germany and China were used to create that environment. Far from the luxurious European atmosphere that nobles and rich merchants were used to, they tried to maintain the same life style. The majority of the pottery presents domestic features, this is, was used in household daily activities such as cooking, eating, washing and storing. However the use of this low valued pottery is opposed by the recovery of many examples of European and Eastern imports revealing that the city had some inhabitants with the economical capacity to acquire such goods. The best hypothesis is that these commodities were taken by Portuguese merchants. This pottery represents the will of the Portuguese settlers to maintain a similar life style to the one they had in Portugal.

However although these ceramics were probably available to be used by African people they would certainly prefer to use their own pottery, importing it or bringing it from the midland or even to produced it own their own. There are many sherds of handmade pottery that were certainly used by this group, mostly composed of slaves.

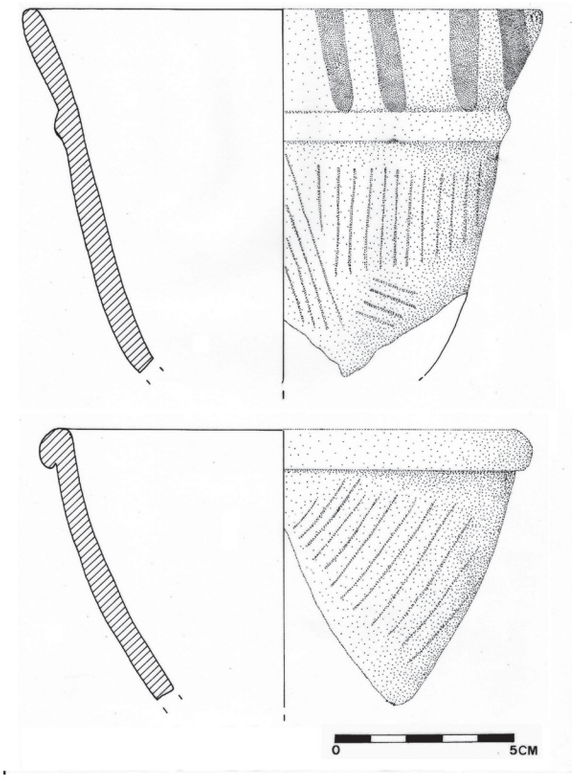
Considering the type of social divisions between Europeans and Africans it's not impossible but very unlikely that these people would use ceramics from the other group so pottery is just another social indicator of the differences between the Portuguese settlers and the African people.

Recent studies have demonstrated that although African Portuguese colonies were the original place of production and consumption of this pottery it sometimes reached Portugal in small quantities. Evidences of it have been found in Lisbon, Almada, Cascais and Cadaval (Barros and Cardoso, 2008).

Most of the Cidade Velha's pottery was recovered associated to 17th century structures. Although these are very interesting finds similar ceramics have been recovered in other archaeological excavations in Cape Verde, namely in the old church and in the São Filipe fortress (Amaro, 1990).

The records from Portuguese port books reveal that several types of pottery, from coarse red wares to tin glaze wares were taken into Cape Verde, among other goods such as wine, sugar, nails, olive oil... everything someone needed to subsist in that remote part of the world. A ship from 1695 was presented here, however there are records of other ships leaving from Porto towards Angola in 1681, 1686 and 1689, with pottery on their cargo which could have stopped in Cape Verde (Leão, 1999).

Although only pottery is present in this paper the archaeological excavations in Cidade Velha have revealed many other artefacts that are being studied such as metals, glass and bones.



9. African pottery found in Cidade Velha.

10. Faience button found in Cidade Velha.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M.; NEVES, M. e CAVACO, S. (2001) – Uma Oficina de Produção de Faiança em Gaia nos séculos XVII e XVIII. In *Itinerário da Faiança de Porto e de Gaia.* Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, p. 144-145.

ALVES, F.; PAULO, J.; GARCIA, C. e ALELUIA, M. (1997) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do Século XV, Ria de Aveiro A e da Zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval.* Tondela, p. 185-210.

AMARO, C. (1990) – Escavações arqueológicas na cidade velha. *Oceanos.* 5, p. 85-87.

BARBOSA, T.; CASIMIRO, T. e MANAIA, R. (2009) – A household pottery group from Aveiro (Portugal). *Medieval Ceramics*, 30. p. 119-136.

BARLEY, N. (1994) – *Smashing pots: works of clay from Africa*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.

BARROS, L. e CARDOSO, G. (2008) – Cerâmicas manuais dos séculos XVI a XVIII de Almada, Cadaval e Cascais. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 11 (2), p. 347-30.

BETTENCOURT, J. e CARVALHO, P. (2004) – O estudo da carga do navio Ria de Aveiro A (Ílhavo) – resultados preliminares dos trabalhos de escavação de 2002 e 2003. *História, Teoria e Método da Arqueologia. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Algarve, p. 95-104.

CALADO, R. (1980) – *Azulejos. Cinco Séculos do Azulejo em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CALADO, R. (2003) – *Faiança Portuguesa da Casa Museu Guerra Junqueiro, Séculos XVII-XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CARDOSO, G. (1997) – A cerâmica de fonte de Lima: factores de identidade histórica social e cultural. *Cultura*, n.º 1, p. 42-44.

CARTA, R. (2003) – *Cerámica italiana en la Alhambra*. Granada: Imprenta Comercial de Motril.

CASIMIRO, T. M. (2010) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas.* Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

CASIMIRO, T. M. (2011) – Espólio de habitação setecentista em Lisboa, *O Arqueólogo Português*, série V, vol. I.

CORREIA, B. (1958) – A cerâmica na vida dos Balantas e Manjacos, *Boletim Cultural da Guiné portuguesa*, Lisboa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. - vol.XIII, n.º 50, p. 133-148.

DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (2000) – Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3:2, p. 201-235.

EVANS, C. (2010) – *Cidade Velha, Cape Verde - Archaeological Fieldwork* (Dec. 2009/Jan. 2010). Cambridge Archaeological Unit/University of Cambridge (Texto policopiado).

FAGG, W. e PICTON, J. (1978) – *The potter's art in Africa,* London: British Museum.

FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. R. (1995) – Cerâmicas baixo-medievais da casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela). In *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela – 1992, p. 77-96.

FERNANDES, L.; MARQUES, A.; FILIPE, V. e CALADO, M. (2006) – Intervenção Arqueológica na Rua dos Bacalhoeiros, *Almadan*, 2.ª série, n.º 14, p. 60-65.

GOMES, M.V.; CASIMIRO, T. M. e GONÇALVES, J. (2011) – *Espólio do naufrágio da Ponta do Leme Velho (Ilha do Sal) – século XVII* (texto policopiado).

GOMES, M.V. e GOMES, R.V. (1995) – Cerâmicas dos séculos XV e XVII da Praça Cristóvão Colombo no Funchal in *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 315-348.

GOGGIN, J. M. (1964) – *The Spanish Olive Jar. An introductory study. Indian and Spanish selected writings*. Coral Gables: University of Miami Press.

GUTIERREZ, A. (2007) – Portuguese coarsewares in early modern England: reflections in an exceptional pottery assemblage from Southampton. *Post-Medieval Archaeology*, 41(1), p. 64-79.

JALMAR, R. (1968) – *Strandloper pottery from south and south west Africa*. Cape Town: South Africa Museum.

KRAUSE, R. (1985) – *The Clay Sleeps: an ethnoarchaeological study of three African potters*. Alabama: University of Alabama Press.

LAWTON, A. (1967) – *Bantu pottery of Southern Africa,* Cape Town, South African Museum - Instituto Investigação Cientifica e Tropical.

MARKEN, M. W. (1994) – *Pottery from Spanish Shipwrecks 1500-1800*. Gainesville: University Press of Florida.

MARTIN, C. J. M. (1979) – Spanish Armada Pottery. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Texas: Texas A&M University, 8, p. 279-302.

MARTINS, R. (1976) – *A estação arqueológica da antiga Banza Quibaxe: Dembos – Angola*. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, Contribuições para o estudo da Antropologia Portuguesa, vol. IX, fasc. 4.º.

LEÃO, M. (1999) – A *cerâmica* em Vila Nova de *Gaia*. Gaia: Fundação Manuel Leão.

OLIVEIRA, N. (1804) – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Impressão Régia.

OLIVEIRA, O. (1963) – *A cerâmica changa, Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, vol. 32, n.º 134.

PAIS, A. N.; PACHECO, A. e COROADO, J. (2007) – *Cerâmica de Coimbra. Do século XVI-XX*. Coimbra: Edições Inapa.

PRICE, C. (1976) – *Made in West Africa*, London: Studio Vista.

REDINHA, José (1968) – *A arte popular em Portugal, ilhas adjacentes e ultramar*. Lisboa: Editorial Verbo, p. 225-430.

REDINHA, José (1974) – *A Cerâmica Angolana*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.

WELLS, H. (1935) – *Ceramics in Southern Africa*. Porto: Impressa Portuguesa.

A CERÂMICA NO QUOTIDIANO COLONIAL PORTUGUÊS

O CASO DE SALVADOR DA BAHIA

CARLOS ETCHEVARNE Universidade Federal da Bahia
JOÃO PEDRO GOMES CEAUCP

RESUMO Algumas considerações sobre o quotidiano da cidade Salvador da Bahia, no século XVII, podem ser inferidas a partir dos vestígios cerâmicos coletados durante as escavações efetuadas na atual Praça da Sé. Esse setor da cidade era ocupado pela igreja primacial, com algumas dependências, e constituía, naquele período, um lócus de representação do poder religioso na capital da colônia com fortes vínculos com o staff administrativo da Coroa e a elite social. O próprio uso do espaço físico da antiga igreja da Sé de Salvador reproduzia, em termos sociais, a estrutura hierárquica de tal maneira que a localização dos sepultamentos estava marcada pela pertinência a um determinado estamento.
No que se refere ao adro da igreja, área também escavada, o conteúdo arqueológico, formado por acúmulos de resíduos domésticos e restos construtivos das residências das proximidades, permite apontar certos aspectos em termos de *modus vivendi*.
De fato, os vestígios cerâmicos, em especial, revelam as tendências dos hábitos e modismos de certos grupos sociais, de uma maneira que refletia os modelos da metrópole, mas com especificidades derivadas da própria situação colonial. O uso de objetos de cerâmica vermelha fina, pedrados e faianças mostram grupos sociais que se afirmavam na sua condição de elite e uma cidade que se consolida como centro de poder lusitano no Atlântico Sul.

PALAVRAS-CHAVE Salvador da Bahia, séculos XVI-XVII, cerâmica portuguesa, cerâmica europeia, porcelana chinesa, sociedade colonial

Apresentam-se aqui algumas considerações sobre três conjuntos cerâmicos, expressivos tanto em número como variedade, recolhidos entre os anos de 1978 e 2001, na cidade de Salvador da Bahia: no ano de 1978 foi identificada uma embarcação naufragada ao largo do Rio Vermelho que se veio a identificar como o Galeão *Santíssimo Sacramento*, nau capitânia da frota da Companhia Geral do Comercio do Brasil do ano de 1668 (já sob controlo estatal por meio da Junta do Comércio); entre os anos de 1998 e 2000 foi empreendida uma reformulação da Praça da Sé, coincidente com as comemorações dos 500 anos da fundação da cidade, que contou com o acompanhamento e realização de trabalhos arqueológicos[1] que permitiram a localização da antiga Sé de Salvador e a delimitação dos seus antigos adros, correspondentes a reformulações espaciais do local ocorridas nos século XVII, XVIII e XIX e, por fim, ainda no âmbito da reestruturação da Praça da Sé, outra campanha arqueológica foi empreendida junto da atual Sé de Salvador, no espaço onde se erigia o Pátios dos Estudos Gerais do extinto Colégio Jesuíta.
O conjunto artefatual recolhido na Praça da Sé é, notoriamente o mais numeroso e que maior diversidade tipológica, morfológica e decorativa apresenta: cerâmica comum de produção local e portuguesa, cerâmica pintada indígena, cerâmica vidrada a óxido de chumbo de produção local e portuguesa, faiança de origem portuguesa, espanhola, italiana, holandesa e inglesa e porcelana chinesa, produções cronologicamente balizadas entre meados do século XVI e inícios do século XIX. Até à data, foram realizados estudos sobre as produções de faiança portuguesa, espanhola e italiana e porcelanas chinesas, ainda que apenas sobre a faiança portuguesa se tenha realizado aprofundado o estudo.
Assim, no que a esta respeita, foram contabilizados na Praça da Sé 7007 fragmentos[2] que remetem para produções do século XVII, número que representa, aproximadamente, 25% a 30% do total de fragmentos cerâmicos recolhidos. Foram individualizados em 19 gramáticas decorativo-estilísticas, sendo elas: Acantos, Aranhão, Boninas, Contas, Decoração Simples, Desenho Miúdo, Especiais, Figurativo-Naturalistas, Filetes,

1. Da responsabilidade de Carlos Etchevarne, co-autor deste estudo.

2. A contabilização cingiu-se apenas a fragmentos maiores que 4 centímetros e sujeitos a tratamento prévio (triagem e lavagem). Supomos que, fora deste estudo, terão ficado de fora não mais de 500 fragmentos, que não constitui ameaça aos resultados por se tratarem de pequenos fragmentos que irião engrossam os resultados das decorações e morfologias indefinidas.

QUADRO 1. Contagem total dos fragmentos por decorações.

	Ac	Ar	Bo	Co	DS	DM	E	FN	Fi	Fitm	Fitg	He	In	M	R	RC	SD	SC	SP	Total
Praça da Sé	74	184	140	81	525	59	39	46	206	379	280	149	1879	443	276	161	706	1072	308	**7007**
Pátio dos Estudos Gerais	2	4	1	5	12	4	3	0	0	9	3	5	13	4	8	6	5	13	6	**103**
Galeão *Sacramento*	0	84	0	0	1	1	1	0	4	0	14	40	0	0	41	0	1	35	1	**223**
Total	76	272	141	86	538	64	43	46	210	388	297	194	1892	447	325	167	712	1120	315	**7333**

Acantos	Ac
Aranhão	Ar
Boninas	Bo
Contas	Co
Decoração Simples	Ds
Desenho Miudo	DM

Especiais	E
Figurativos-Naturalistas	FN
Filetes	Fi
Fitomórficos	Fitm
Fito-geométricos	Fitg
Heráldicos	He

Indefinido	In
Malegueira	Ma
Rendas	Re
Reservas Concêntricas	Rc
Sem decoração	SD
Semicírculos Concêntricos	SC
Sino-portugueses	SP

Fitomórficos, Fitogeométricos, Heráldicos, Indefinidos, Malegueira, Rendas, Reservas Concêntricas, Sem Decoração, Semicírculos Concêntricos e Sino-Portugueses (quadro 1). Estas decorações distribuem-se por variadas morfologias, a saber: Almofia de Bordo Boleado, Almofia de Bordo Extrovertido, Almofia Indefinida, Caixa/Tampa, Especiais, Especial, Fundo Indefinido, Prato de Aba Curta, Prato de Aba Média, Prato de Aba Curta, Prato de Fundo Côncavo, Prato Covo, Prato Indefinido e Tigela/Malga (quadro 2).

Ao Pátio dos Estudos Gerais correspondem 103 fragmentos (quadros 1 e 2), distribuídos pelas mesmas categorias morfológicas e decorativas. No que respeita ao Galeão *Sacramento*, a contagem dos fragmentos procedeu-se de forma distinta: os milhares de pequenos fragmentos (entre 1 e 3 centímetros) que ainda hoje ocupam os técnicos do Museu Náutico da Bahia na tentativa de recomposição de peças não permitiram uma contagem fiável. Por tal, foram apenas contabilizados os fragmentos que permitiram a categori-

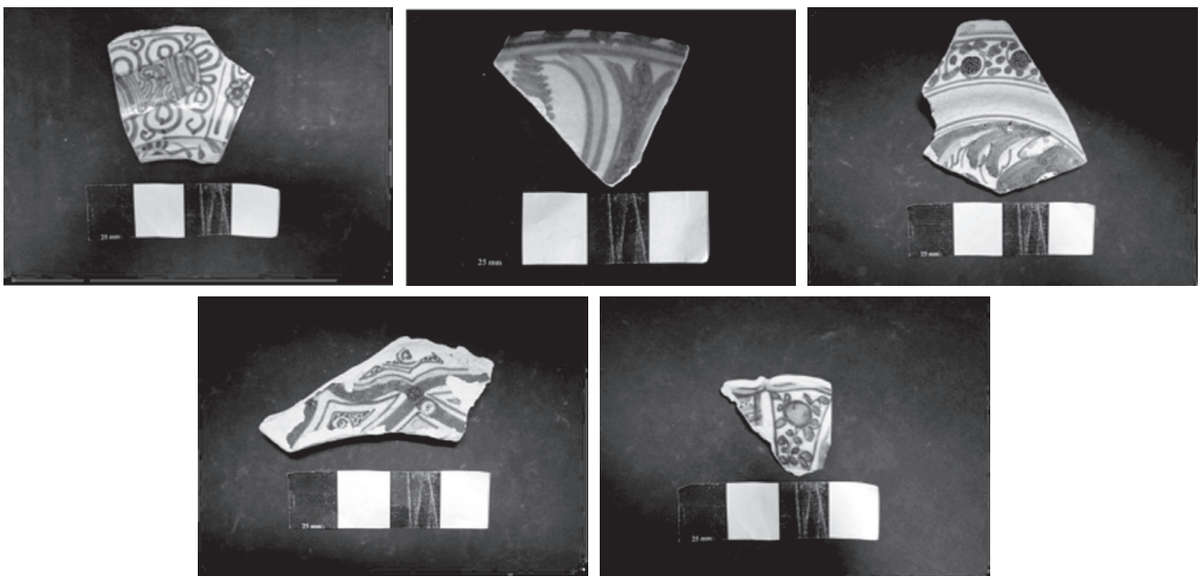
QUADRO 2. Contagem total dos fragmentos por morfologias.

	Sal	C/T	Esp	FI	Ind	PAC	PAL	PAM	PFC	PC	PI	ABB	ABE	ABEx	AI	T/M	Total
Praça da Sé	87	12	160	967	740	164	416	1225	190	57	1203	60	465	83	398	780	**7007**
Pátio dos Estudos Gerais	3	0	7	9	4	0	2	29	3	4	9	3	7	2	6	15	**103**
Galeão *Sacramento*	0	8	6	0	2	0	17	103	0	15	0	0	17	0	0	55	**223**
Total	90	20	173	976	746	164	435	1357	193	76	1212	63	489	85	404	850	**7333**

Salseira	Sal
Caixa/Tampa	C/T
Especial	Esp
Fundo Indefinido	FI
Indefinido	Ind
Prato de Aba Curta	PAC

Prato de Aba Média	PAM
Prato de Aba Larga	PAL
Prato de Fundo Côncavo	PFC
Prato Covo	PC
Prato Indefinido	PI
Almofia de Bordo Boleado	ABB

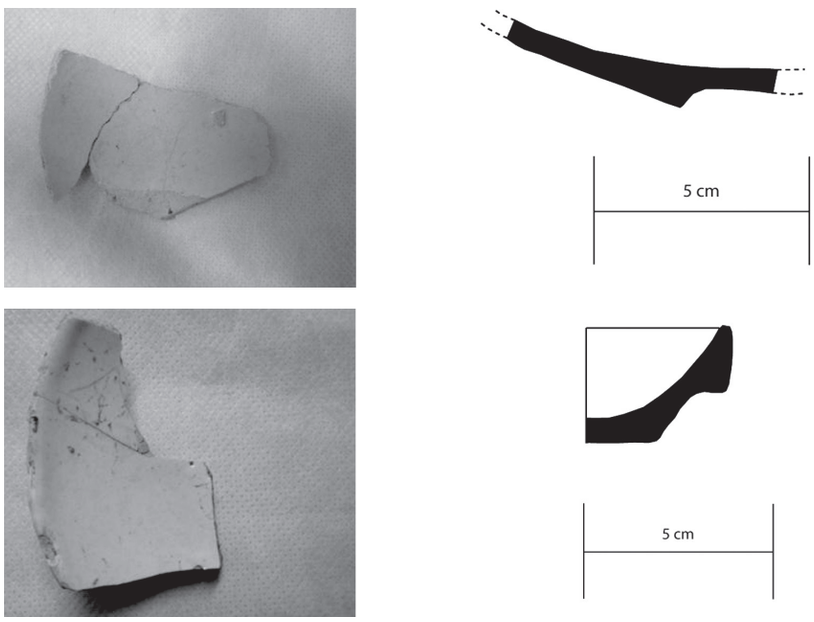
Almofia de Bordo Espessado	ABE
Almofia de Bordo Extrovertido	ABEx
Almofia Indefinida	AI
Tigela/Malga	T/M



1. Decoração associadas a produções entre finais do século XVI e a primeira metade do século XVII: Boninas, Fitomórficos, Fitogeométricos, Reservas Concêntricas e Sino-portugueses (da esquerda para a direita, de cima para baixo).

zação morfológica e/ou decorativa, totalizando assim 223 fragmentos/peças (quadros 1 e 2).

Pelas perturbações pós-deposicionais atrás referidas, a contextualização estratigráfica dos fragmentos da Praça da Sé, o conjunto mais numeroso, não permite aferições de teor crono-estratigráfico, pelo que nos é impossível avançar com cronologias relativas para os vestígios ou sua associá-los a momentos de deposição. No entanto, tratando-se de faiança portuguesa e com base nos estudos artísticos e decorativos de Arthur de Sandão, Reynaldo dos Santos e Rafael Salinas Calado e que, mais tarde, vieram a ser complementados com as investigações de âmbito arqueológico de Steven Pendery (América do Norte), Michiel Bartels (Países Baixos), Jan Baart (Amesterdão) e a equipa de arqueólogos que escavou a Casa do Infante (Porto), podemos associar determinadas gramáticas decorativas a períodos de produção/consumo mais ou menos restritos: assim, a um extenso grupo de fragmentos de Boninas, Fitomórficos, Fitogeométricos, Reservas Concêntricas e Sino-Portugueses (fig. 1), associamos cronologias entre o fim do século XVI e meados do século XVII, num total de 1474 fragmentos . Ao final do século XVI fazemos ainda recuar os fragmentos Malegueira que, apesar de não apresentarem decoração (exceto dois fragmentos), apresentam uma pasta que varia entre o amarelo e o vermelho e um esmalte amarelado, brilhante e poroso, associados a morfologias específicas como Prato de Fundo Côncavo (de aba curta de perfil côncavo e caldeira em calote) e Salseiras, totalizando 443 (fig. 2). A utilização do óxido



2. Produções Malegueira e morfologias associadas a produções de finais do século XVI: Prato de Fundo Côncavo e Salseira (de cima para baixo).

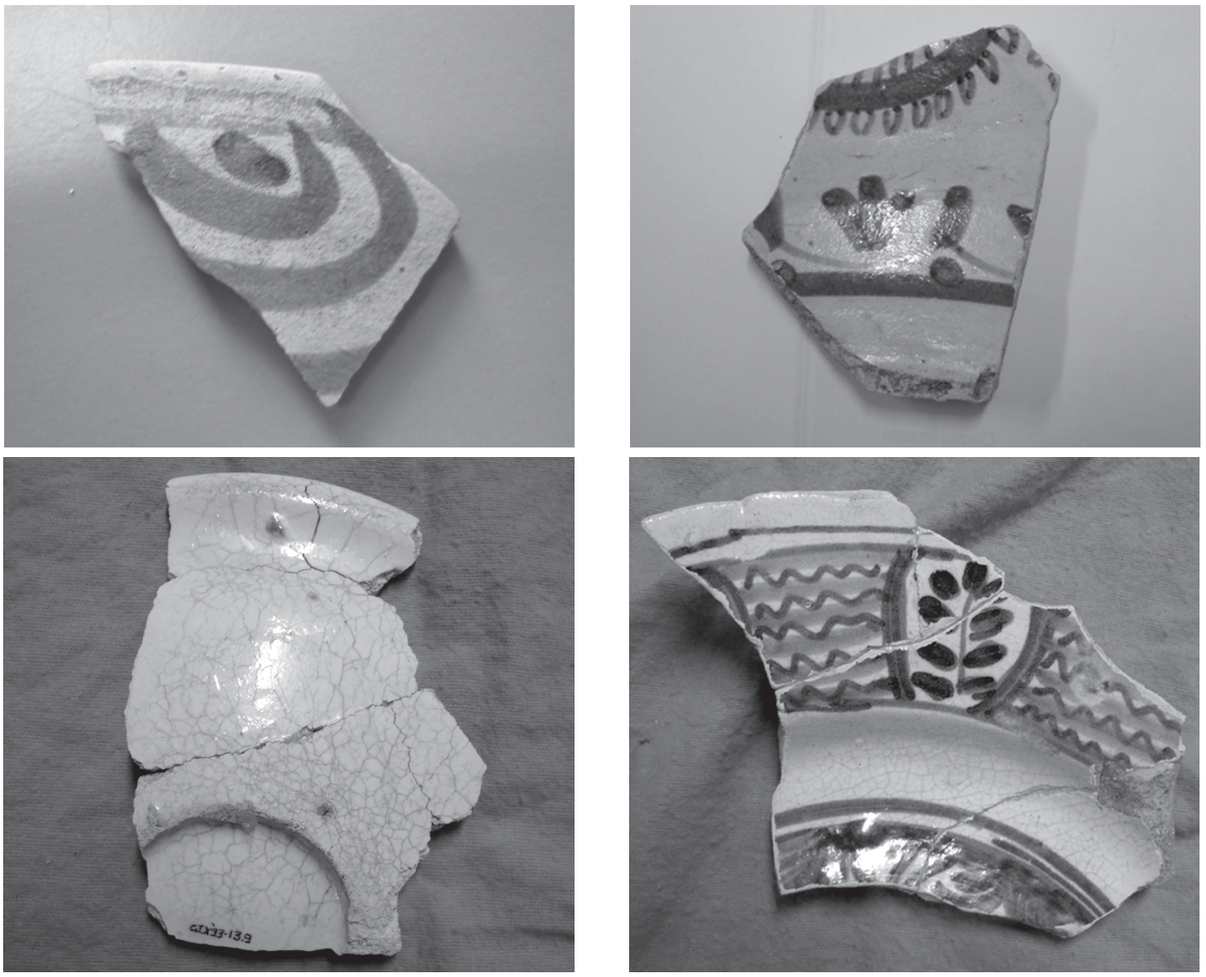
de manganês para obter tons vinoso, iniciada em meados do século XVII, não tem muita expressão neste conjunto: podemos observá-la nas gramáticas decorativas Acantos, Aranhão e Desenho Miúdo, que totalizam 217 fragmentos.

Estes dados, ainda que baseados em apreciações crono-decorativas, encontram no contexto histórico uma possível correspondência: a criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil em 1648 veio modificar o sistema e organização de transporte de mercadorias entre o espaço metropolitano e colonial. O domínio dos grandes investidores/mercadores no transporte e venda de vinho, azeite, farinha de trigo e bacalhau na colónia brasílica e consequente compra de açúcar para revenda nas praças europeias, com o intuito de grandes lucros, terá afastado dos circuitos comerciais as produções de faiança e demais cerâmica portuguesa, refletindo-se numa quebra de disponibilidade no mercado colonial e, assim, numa diminuição dos fragmentos associados a cronologias de segunda metade do século XVII. Desta forma, como produto de menor expressão lucrativa, a faiança portuguesa andaria associada a tratos comerciais de menor envergadura e de maior heterogeneidade de mercadorias.

A documentação de que dispomos não clarifica esta situação, mas sustenta-a: os dados recolhidos por Manuel Leão dos registos das sisas recolhidas pelo Cabido do Porto a todas as embarcações que entravam na Barra do Douro evidenciam a participação de pequenos e médios mercadores no tráfico de cerâmica para a colónia, para a qual terão sido transportadas entre 1681 e 1695 mais de 60.000 dúzias de "loiça branca"[3], num máximo de 9 caixões em cada embarcação, cuja capacidade poderia ascender aos 210 caixões[4]. Um número reduzido que prova a reduzida expressão que este produto teria no comércio ultramarino.

O conjunto do Pátio dos Estudos Gerais revela-se mais pobre no que respeita às gramáticas decorativas identificadas (quadro 1): os locais de exumação correspondem a silos colmatados com sedimentos durante a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII, quando se procedeu à construção do Pátio, reorganizando toda a área que antes faria parte do

3. Dados estimados através da consulta da listagem elaborada por Leão, 1999.
4. A capacidade de cada embarcação foi ponderada a partir da obra de Costa, 2002, p. 94.



3. Fragmentos recolhidos nas escavações do Colégio dos Jesuítas: Semicírculos Concêntricos, Rendas, Malegueira e Sino-portugueses (da esquerda para a direita e de cima para baixo).

terreiro da primeira igreja jesuíta (Costa, 2005), pelo que estamos perante um conjunto menor de descarte, resultado apenas de um grupo de religiosos e não de quarteirões urbanos, grupo que vivia modestamente e sem intenções de ostentação de riqueza e poder (a dimensão e proporção das instalações assim como das celebrações eucarísticas e festivas eram o meios utilizados na demonstração do seu poder e influência[5]), pelo que os vestígios de produções profusamente decoradas são escassos e de média/baixa qualidade (fig. 3), salvo raras exceções.

O conjunto do Galeão *Sacramento* é, até hoje, o único que apresenta uma grande quantidade de faiança portuguesa com uma datação de depósito absoluta (5 de Maio de 1668) (Mello, 1979) que, por esta mesma situação, apresenta grande quantidade de peças inteiras ou completamente restituídas à sua forma original: 233 fragmentos/peças distribuem-se, na sua maior parte, em quatro grupos decorativos: Aranhões, Heráldicos, Rendas e Semicírculos Concêntricos. Em todos eles se identificaram variadas morfologias: Pratos de Aba Média, Pratos Côvos, Tigelas, Malgas e Almofias de Bordo Espessado, proporcionando uma visão de conjunto de uma gramática decorativa aplicada a distintas morfologias. Assim, através deste espólio e pelas condições em que foi transportado, é-nos permitido perceber que a via comercial não era exclusiva e nem seria a mais importante para a introdução de peças cerâmicas portuguesas no espaço colonial, sendo o transporte pessoal, impossível de quantificar, uma via tão ou mais importante que as transações comerciais, não descartando a hipótese de estes "serviços" servirem também dentro da embarcação[6]. Ao transporte pessoal, que terá contribuído para a circulação de cerâmica metropolitana entre os espaços ultramarinos, ter-se-á associado o ato de encomenda de peças personalizadas, que podemos observar neste mesmo conjunto: Apesar de ser uma gramática heráldica profusamente replicada e até "banalizada" a elemento decorativo sem sentido heráldico, a representação do escudo peninsular com leão rampante coroado de elmo e paquife, associada às armas da família Silva, aparece em 26 fragmentos/peças, sob morfologias distintas: Pratos de Aba Média, Tigelas e Caixas/Tampas (fig. 4).

Ainda sem um estudo pormenorizado, vamos encontrar no conjunto da Praça da Sé um vasto conjunto de produções cerâmicas comuns e vidradas portuguesas. A permanência de morfologias ao longo do século XVI, XVII e XVIII e as perturbações estratigráficas não permitem uma visão mais clara da cronologia dos fragmentos, que só um estudo por paralelismo com outros conjuntos cronologicamente situados poderá clarificar. No entanto, a sua expressão no total do conjunto é notória e, mais uma vez, pode ser entendida à luz das pequenas trocas comerciais que se davam entre os dois espaços e cujos registos das sisas do Cabido do Porto sustentam: nestes, à parte da utilização de termos como "loiça branca", "loiça branca ordinária" e "loiça branca grosseira", que entendemos se tratar de faiança, as designações utilizadas são muito genéricas, apenas se referindo que determina embarcação

4. Fragmentos recolhidos no Galeão *Santíssimo Sacramento*, ostentando armas, atribuídas à família Silva.

5. Vejam-se as descrições de Fernão Cardim das instalações assim como das celebrações e alfaias litúrgicas utilizadas nos finais do século XVI, Cardim, 1997.

6. Lembramos o comentário de Fernão Cardim aos jantares entre o Padre Visitador e o Governador empossado Manuel Telles Barreto a bordo da nau Chagas de S. Francisco. Cardim, 1999, p. 215.

transporta "loiça". Ainda assim, casos há em que esta é especificada pela sua natureza, descrita como "louça da terra" ou "louça preta" (Leão, 1979), as quais entendemos se tratar de cerâmica comum de argilas vermelhas e pretas.

Faltando também a estes um estudo mais atento, os fragmentos/peças de cerâmica comum recuperados do Galeão *Sacramento* poderão clarificar este panorama, permitindo um ponto de comparação morfológica com cronologia de descarte absoluta. Certamente para utilização dentro da própria embarcação, poderiam, tal como as faianças, ser introduzidas nos circuitos coloniais.

Ainda dentro das produções portuguesas vamos encontrar vestígios de peças de paredes finas com decorações relevadas. A fragilidade destas peças associada às perturbações estratigráficas e rolamento dos fragmentos após descarte terão potenciado o reduzido número de fragmentos recolhidos. No entanto, a circulação destas produções terá se realizado em moldes distintos das demais produções portuguesas: normalmente associadas a mercados consumidores de alto poder aquisitivo e revestidas de um grande *valor social acrescentado*[7], terão estado ausentes nas transações comerciais ultramarinas, circulando entre o espaço metropolitano e colonial apenas através do transporte pessoal e em circuito social fechado.

Na Praça da Sé e no Pátio dos Estudos Gerais foram identificadas, em menor número, algumas produções esmaltadas oriundas de outros centros europeus: espanholas, italianas, holandesas e inglesas, sendo os vestígios desta última em menor número e correspondentes a produções do século XIX, fora do contexto colonial. No que respeita aos outros vestígios de produções europeias, remetem todos para cronologias entre a segunda metade do século XVII e final do século XVII.

As produções espanholas identificadas remetem para produções da segunda metade do século XVI, em menor número, como o exemplar de Malga de ou de Prato de Ônfalo, de origem sevilhana, denominada "S.Domingo Blue on White". No entanto, grande parte dos fragmentos é enquadrável no século XVII e remetem para o que pensamos se tratar de produções de contrafação de faiança azul *berettino* lígures, denominados "*blue on bue*", de origem sevilhana: pastas alaranjadas de grossa granulometria e elementos não plásticos médios, porosas, associadas a esmaltes azuis escuros espessos, com impurezas, porosos, com decorações, a azul mais escuro, fitomórficas e geométricas. Este tipo de produção, pouco documentada em Portugal[8], tem sido identificado em alguns locais da América Central, especificamente em antigas possessões coloniais espanholas e aparece associada, como no nosso caso, a produções originais lígures (Lister e Lister, 1976, p. 316).

Identificadas também no conjunto da Praça da Sé, podemos associar estas produções lígures às gramáticas decorativas, atualizadas por Carlos Varaldo, de *Calligrafico a volute tipo C* (Varaldo, 1992, p. 172) na sua maioria e alguns fragmentos associados a *Decorazione a quartiere* (Varaldo, 1992, p. 173), produzidas ao longo do século XVI[9]. Também de origem lígure, foi identificado um conjunto de fragmentos de produções de alta qualidade técnica e decorativa, de paredes finas, esmalte azul claro brilhante e decoração a azul escuro de traço fino, entre os quais puderam ser registados dois fundos com marca de centro produtor, remetendo para produções da segunda metade do século XVII da cidade de Savona.

Apenas três fragmentos com decoração policroma (azul, amarelo e verde) foram recuperados e associados a produções italianas do século XVI, atribuidas ao centro produtor de Montelupo.

Os fragmentos de origem holandesa são em número reduzido e, por não terem sido ainda foco de estudo atento, não nos é ainda permitido aferir balizas cronológicas ou centros produtores de origem, mas, através da comparação com peças de acervos museológicos portugueses, depreendemos que se poderão tratar de produções de meados do século XVII das olarias de Delft.

As produções inglesas recolhidas e identificadas remetem para cronologias já do século XIX e, portanto, fora do contexto social/material colonial que aqui expomos. Este tipo de produções são muito comuns em contextos arqueológicos do século XIX no espaço colonial brasílico e são testemunho da intensa atividade comercial que operou nesse território após a *Abertura dos Portos* por D. João VI em 1808.

Se a total dependência do Estado do Brasil perante o tráfico comercial com a metrópole justifica e explica a presença de tamanha quantidade de fragmentos de faiança portuguesa em contexto arqueológico, as produções europeias identificadas não podem ser entendidas da mesma forma. O tráfico comercial entre as demais potências europeias e a colónia brasílica era altamente controlado e restrito, apenas existindo com o

7. Conceito de Torres, 1994, p. 119.

8. Retemos para o estudo publicado nestas mesmas Atas por Paulo Botelho intitulado "Produções Sevilhanas – "blue on white" e "blue on blue". No contexto das relações econômicas e comerciais entre o litoral Algarvio e a Andaluzia".

9. Carlos Varaldo, através de vestígios destas produções recolhidos em escavações na catedral de Albengna e anteriores a 1582-86, atualiza as gramáticas decorativas estabelecidas por Farris e Ferrarese, 1969, p. 11-45.

consentimento das autoridades reguladoras (o Rei/Governo-Geral do Brasil e Governadores de Capitanias). São vários os exemplos da participação e autorização concedida a embarcações e investidores castelhanos, italianos e holandeses para aportar nos portos lusitanos e introduzir-se nas rotas comerciais ultramarinas: se a interdependência entre o mercado português e espanhol foi facto durante a União Dinástica, a uma escala global, a participação de italianos (genoveses especialmente) também o foi na constituição e manutenção das frotas da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Desta foram, criavam-se vias de introdução de produções de cerâmica esmaltada europeias no espaço colonial português que justificam a presença destas em contextos arqueológicos ultramarinos.

Para além de produções europeias, vamos encontrar no quotidiano colonial produções orientais, nomeadamente porcelana chinesa. Publicamos nestas Atas um estudo mais pormenorizado sobre um conjunto de 420 fragmentos recolhidos na Praça da Sé"[10]. Importa aqui referir que foram identificadas produções de um largo espectro cronológico: entre finais do século XVI e meados do século XVIII, em linha com o desenvolvimento de Salvador da Bahia, a partir de meados do século XVII, como porto de escala na volta da Rota do Cabo, proporcionando aos mercadores da cidade o acesso direto a bens orientais, gerando uma maior circulação destes no quotidiano colonial. A título de exemplo lembre-se a nau de António de Melo de Castro, Vice-Rei da Índia, que aportou no porto de Salvador, depois de sair de Goa em 1667, para reparações, só retomando o caminho para Lisboa em meados de 1668 ou o Galeão Santo André, naufragado em 1734 na Bahia de Todos os Santos vindo de Goa, cuja carga era composta por uma grande quantidade de porcelana chinesa de exportação, principalmente malgas, caixas e estatuetas[11].

Por fim, um grupo muito reduzido de fragmentos foi recuperado na Praça da Sé e atesta a presença de comunidades indígenas na cidade ou em redor desta, possivelmente fixadas na área de Sé e seu adro antes da construção destes.

Pelo que mostramos, a heterogeneidade cerâmica no quotidiano colonial evidencia grande proximidade com os modos de vida da sociedade metropolitana: afastados da sua terra-natal, os colonos tentavam recriar o modelo de vivência e organização social que tinham deixado em Portugal. Desta forma, a identificação de produções esmaltadas europeias em contexto colonial permite correlações com a sociedade fixada neste espaço: a sociedade moderna portuguesa (e, de um modo geral, europeia) hierarquizava-se com base em graus de nobreza, de dignidade, de proeminência social (Monteiro, 2005), conceitos necessariamente materializados na exclusividade de lugares em cerimónias públicas, penas aplicadas diferenciadas e na posse de determinados objetos e produtos que, além do seu valor monetário, possuíam um *valor social acrescentado*, como seriam as produções de maior qualidade de faiança portuguesa, produções espanholas, italianas e porcelanas chinesas. Estas, disponíveis em maior diversidade e qualidade na Metrópole, deveriam adquirir maior valor social em espaço colonial, pela menor disponibilidade inerente à sua circulação irregular e secundária nos circuitos comerciais[12]. Assim, a efetiva circulação no espaço colonial destas atesta a transposição do modelo social metropolitano para a colónia brasileira e a intenção de montar um esquema semelhante de organização e hierarquização da sociedade, potenciado pela organização político-administrativa da colónia e sua exploração económica.

Em suma, o decalque da estrutura social metropolitana no território colonial permitiu a criação de um mercado consumidor de bens cerâmicos, cuja razão de existência ultrapassava o caráter utilitário, revestindo-se, tal como em Portugal, de um determinado valor social.

10. Porcelana Chinesa em Salvador da Bahia (séculos XVI a XVIII)
11. Porcelana Chinesa em Salvador da Bahia (séculos XVI a XVIII).

12. Lembre-se que o comércio entre o Brasil e Portugal (ou outras potências europeias) se fazia pelo eixo do açúcar: era a importação de açúcar e sua revenda no espaço europeu que dominava as trocas comerciais. Os produtos europeus vendidos no espaço brasílico, à parte do vinho, azeite, farinha de trigo e bacalhau, de circulação monopolizada pela Companhia Geral do Comércio do Brasil a partir de 1649, raramente eram vendidos com o intuito do grande lucro (Costa, 2002).

BIBLIOGRAFIA

AA.VV (2005) – *Le ceramiche liguri*, coord. Loredana Pessa, Musei e Collezioni della cittá di Génova, Silvana Editoriale, Génova.

CARDIM, F. (1997) – *Tratados da terra e das gentes do Brasil*, transcrição, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

COSTA, C. (2005) – *A influência jesuítica na configuração da malha urbana de Salvador (1549-1760)*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco.

COSTA, L. F. (2002) – *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil 1580-1663*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

FARRIS, G. e FERRARESE A. V. (1969) – Contributto alla conoscenza della tipologia e della stilistca della maiolica ligure del XVI secolo, *in Albisola*, II, p. 11-45.

GOMES, M. V. e GOMES R. V. (1998) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal, *in Actas das 2.as Jornadas de Cerãmica Medieval e Pós-Medieval*,Tondela: Câmara Municipal.

LEÃO, M. (1999) – *A cerâmica em Vila Nova de Gaia*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia.

LISTER, F. C. e LISTER, R. H. (1976) – Ligurian Maiolica in Spanish America, in *Atti IX Convegno Internazionale della Ceramica*, Centro Ligure per la storia della ceramica, Albisola.

MELLO, U. P. (1979) – The shipwreck of the galleon *Sacramento* – 1668 in Brazil, *The Internacional Journal of nautical Archaeology and Underwater Exploration*, n.º 83.

MONTEIRO, N. G. (2005) – Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social, in *Almanak Brasileirense*, n.º 2.

TORRES, J. V. (1994) – Da Repressão à Promoção Social, *in Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, Outubro de 1994.

VARALDO, C. (1992) – La maiolica ligure del cinquecento nello scavo della cattedral di Albegna, in *Atti XXV Convegno Internazionale della ceramica*, Centro Ligure per La Storia della Ceramica, Albisola.

MODERN AGE PORTUGUESE POTTERY FIND IN THE BAY OF CADIZ

JOSÉ ANTONIO RUIZ GIL Universidad de Cádiz

RESUMO Neste artigo descreve-se o intercâmbio de cerâmica portuguesa com a baía de Cádiz durante a Idade Moderna. Estas cerâmicas foram detectadas nas escavações urbanas de Puerto de Santa Maria e no Teatro Romano em Cádiz, dois sítios com uma longa história de contactos entre Espanha e Portugal nos séculos XVI e XVII, sobretudo aquando da União Dinástica. A ligação entre Portugal (rio Tejo) e a Baía de Cádiz foi feita através de Sevilha. Estudam-se aqui sobretudo duas séries de cerâmica portuguesa: a de Estremoz e a de Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia, Idade Moderna, Baía de Cádiz, cerâmica portuguesa

1. POTTERY PRODUCTION IN MODERN AGE PORTUGAL

The following work presents an assemblage of ceramics which were found in four archaeological excavations carried out in the cities of El Puerto de Santa María and Cadiz (Spain) and classified as Portuguese productions. Now I am going to put forward the motives underlying such a classification.

It is a truism that pottery was produced in Modern Age Portugal. But my main interest is in the pottery that was exported, and more specifically, to Spain. The first issue is the acknowledgement of the artistic significance of Portuguese glazed ceramic tiles, which scarcely influenced Spain; despite this influence, for example, in Naples where Portuguese decorations on cobalt blue were emulated (Arbace, 1994) and dated at least from the end of the 17th century to the first half of the 18th century.

Among the Portuguese export pottery, according to the literature consulted, are the red micaceous ceramics from Estremoz with inclusions, glazed red ceramics (Martin, 1979), ceramics with cobalt blue-on-white decoration manufactured in Lisbon, and that of Portuguese generic origin. Out of such four groups, glazed pottery has not been associated to Spain in the literature but to the Spanish Armada wreck in 1588. In fact, its origin may be associated to Lisbon, where ships set sail (Martin, 1979).

There is another find, from the excavations at a 'solar' (backyard) at Calle Adriano (4 Adriano Street), in Santiponce, near Seville, in which a small bowl with a round and slightly flared rim, decorated with white and green marks below transparent cover was reported and attributed to Portugal (Vidal *et al*, 2003).

Several archaeologists who performed some excavations in Seville reported, though without providing any descriptions, some ceramics from Lisbon found in the excavations at the Monasterio de San Clemente (Monastery of San Clemente) (Tabales, 1995), the Islamic wall at 43-45 Menéndez and Pelayo Street (Tabales, 2002), at 115 San Vicente Street (Numismatics-based dating: Felipe IV) (Pecero and Babio, 2002). All of the finds, together with a plate found at 5 Almansa Street (Jiménez, Mosulán, Sánchez and Rodríguez, 2002, n.º 155), belong to the same period (late 18th century). In some cases, such as that of the Plaza de Armas (main square), the ceramics resemble some Italian productions from Savona (Mercado *et al*, 2002, fig. 3d).

The latter group, Estremoz, which has indeed been identified in the Bay of Cadiz, deserves special attention.

2. POTTERY FROM ESTREMOZ

The first data of this type of ceramics should be traced outside Portugal. In fact, there is some Portuguese coarseware pottery with characteristic red micaceous fabric which was found during archaeological excavations in Southampton (England), Dyfed (Wales) and the Netherlands. The excavated assemblages date to the 13th to 14th and 17th centuries in England, the 16th

century in Wales (Campbell, 1993), and the 15th century in the Netherlands, reaching its full expansion in the 16th century (Hurst, 1986).

This type of pottery is referred to as Merida-type in the literature (Platt and Coleman-Smith, 1975). Merida-type ceramics is a hard, brick-red fabric with micaceous inclusions. In this respect, Florence and Robert Lister has pointed to a red fabric with mica and other metamorphic rocks tempering which were produced in the Spanish region of Extremadura and/or in the High Alentejo in Portugal. Merida ware was present in amphora-like vessels, bowls, jugs and bacins with 12 mm thick walls (Lister and Lister, 1897) both on the Spanish Armada, in 1588 (Martin, 1979) and in the Portuguese fort in Mombasa (Kenya), between 1593 and 1640.

The term 'Merida' is a misnomer for the aforementioned ware. Spanish historical documents in those days, 'Tassa general de precios' of 1627 (Book of fees to be charged to merchandise) mentions earthenware from Portugal ('barros de una vez entera, de media vez, de seis en docena, de dos en docena'), as well as earthenware from Badajoz, Salvatierra and Olandilla (unknown place), or fine earthenware emulating Portuguese earthenware (Gestoso, 1903, p. 305; Pleguezuelo, 2000, p. 130). That is to say, of all Portuguese vases were chiefly sold and emulated. Alfonzo Pleguezuelo (Fernández, Martín y Moreda, 1995) has extended the same type of production to Spain, more specifically, to Valladolid, Herrera de Pisuerga (Palencia), Talavera (Toledo), Saelices (near Ciudad Rodrigo, Salamanca), Mérida and, possibly, to Plasencia in the region of Extremadura (Pleguezuelo, 200, p. 132).

In the Caribbean, K. Deagan refers to a scraped and smoothed, finger moulded surfaces of a ceramic series with an orange or red slip, and an impressed series as 'orange micaceous ceramics'. Decorations include 5-10 mm incised-lines which are vertical striations on the outside. Vessel forms are small and include tazas (small drinking cups), pocillos or vasitos (small, handless cups), platos (flat plates) and sugar moulds with lid. The vessels have 2-8 mm walls, being 3-5 mm walls the most frequent ones.

The great presence of such orange micaceous series of ceramics in both Portugal and Spain, as well as in Italy and the Americas is the feature of the distribution. This distribution indicates that such a series of ceramics was manufactured in Portugal (Michaëlis de Vasconcellos, 1921), and more specifically, in the High Alentejo, Estremoz, Montemor-o-Novo and Nisa. To this list, Pleguezuelo adds Sandoal, Averio, Caldas and Pombal (Pleguezuelo, 200, p. 131). In Silves (Varela and Varela, 1986), vase forms include two-handled jugs and jars. Surfaces are smoothed or decorated with burnished geometric motifs combined with incised designs, chips of white inclusions and colour glass fragments. At Moura's two archaeological sites, the castle and Convent of Santa Clara (Rego and Macías, 1993), vessel forms include wheel-thrown and annular-based drinking cups (Pleguezuelo, 2000, p. 134) with open forms; two-handled small cups; and vials with bands of shallow incised lines and burnished in some cases.

Pleguezuelo already mentions the presence of Portuguese examples in one of Josefa de Obidios' paintings (Pleguezuelo, 2000, p. 131): the series of Estremoz was very popular in Spain in those days, as the recurring image in the paintings of the time show. Likewise, the same series appears in Juan van der Hamen y Leon's (c. 1627) 'Bodegón con loza y dulces' ('Still Life with Porcelain and Sweets'), which is exhibited at the Museo Thyssen-Bornemisza in Madrid; in the 'Bodegón con dulces y recipientes de cristal' (1622), painted by the same author and exhibited in the Prado Museum; in a Zurbaran's oil painting dated 1630 and exhibited at the Cleveland Museum of Art (Ohio, U.S) and in El Verano (Summer) by Francisco Barrera at the Museum of Fine Arts Sevilla.

These ceramics can be found in the Charterhouse of Je-rez de la Frontera (la Cartuja de Jerez), in the Bay of Cadiz and date from the 16th century (Lister and Lister, 1987, figs. 54 and 117.d), whereas some others date from the 16th to 17th centuries and were found, according to the literature, in the Monasterio de San Clemente (Monastery of San Clemente) (Tabales, 1995) and on the Islamic wall excavations on Calle Aguiar 5-7 (Aguiar Street) (Pozo and Somé, 2002) in Seville. Regarding the contexts outside the Seville-Cadiz, I can only mention the example of Málaga, where some 17th-century 'incised red fabric' sherds of pitchers were recovered from Level 1 on Calle Tejon y Rodriguez (Tejon and Rodriguez Street) (Fernández, 1994).

A variety of the aforementioned ceramic series is the so-called 'redware with feldspar inclusions', as defined by American archaeologists. This is an orange to brick-red fabric ceramics with fine sand tempering. The vessels have scraped, incised and stamped decorations. Lister and Lister already reported similar ceramics present in Guadix, Granade. The style had been developed by Muslims who produced burnished red-paste small jugs decorated with white feldspar inclusions (Lister and Lister, 1987).

The piece from fragment 29 from Santa Clara de Moura (Rego and Macías, 1993) resembles the sample I am presenting (361), though it displays absence of inclusions. Portuguese archaeologists call such a variety of technique 'empedrado' (cobbled) (Sardinha, 1997): its most distinguishing feature is the decorative composition achieved through white quartz inclusions on the

vessel surface (Lapa, 1898). According to Pleguezuelo, this type of ceramics is typical of Estremoz and Nisa (Pleguezuelo, 2000, p. 134). The aforementioned technique has also been applied in some Spanish centres in Extremadura and León, close to the Portuguese border between the rivers Tagus and Duero. In these places such a technique is known as 'enchinado' (Lapa, 1989). Nowadays it is being used in Ceclavín, near the city of Cáceres.
The series dates to the first half of the 16th century in Morocco (Redman, 1980, fig. 3D.7), and later than 1550 in Nueva Cadiz, Venezuela and Mombasa's Fuerte Jesús in Kenya (Lister and Lister, 1987). Such ceramics started to be manufactured in the Americas and Philippine in the 17th century. In these places white feldspar was replaced by tiny Chinese porcelain fragments (Desroches and Goddio, 1995).

3. CERAMICS FROM ESTREMOZ IN THE BAY OF CADIZ

3.1 The Roman Theatre of Cadiz

The archaeological material I have studied belongs to the excavations in the Roman Theatre of Cadiz carried out by R.Corzo Sánchez between 1980 and 1987. The materials found in the 1980 post-excavation analysis do not date earlier than the 17th century. Deposits dating later than 1784 were excavated thanks to Alcora ceramics and 19th-century porcelain. However, the sugar bowl (Ruiz, 2004, fig. 1, 8) of the 6/83 house of the RT was found. The vessel, described as a thin-walled container with a mouth slightly narrower than the body, though of a small size, has a single vertical handle and a round moulding on the joint between the neck and the body and an unstable base. The vessel has an orange fabric with hard and thick micaceous tempering.
The 1993-1994 excavation campaign, Sector X-XI (also 'modern precinct'), is a deposit of archaeological objects (many of them complete) in which the thinned--wall red-paste series with burnished, moulded, and gilded decorations is present in the artefacts found. At the gradus, just before the vomitorium we also find red-paste ceramics; in this case it is an open vase with burnished slip on the interior.

3.2 El Puerto de Santa María, Calle Ganado 21 (21 Ganado Street)

Ceramics from Estremoz can be found in the so-called 'circular building' at Ganado Street in the city of El Puerto de Santa María. In fact, a structure of unknown functionality, together with green 'escudillas' with 'pinched' handles, green and honey-coloured jugs, flower pots and plates with black lines on honey dating to the 16th century. Also, among one of these examples we have found an incised sample with white rock inclusions on the 'exterior structure of the pit' at Ganado Street. At the same time we have reconstructed a vessel from fragments of blue and golden porcelain and a Montelupo-type plate, fragments of blue on blue porcelain with floral design, and fragments of 'soft-paste' porcelain vessels decorated with blue lines. Another red-paste micaceous sample decorated with burnished lines was found on the 'circular structure of the pit' (Ruiz, 2004, p. 266).

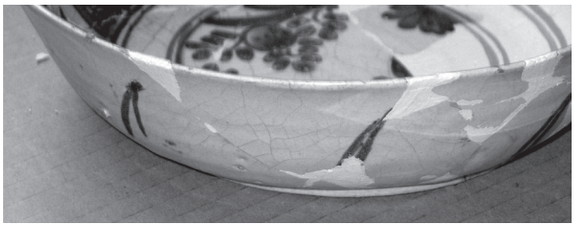
3.3

During the archaeological interventions at Monasterio de la Victoria in Puerto de Santa María City, the chorus vault was emptied and the archaeological work was carried out on the Main Altar and surrounding chapels. Among the Estremoz ceramics found there is (Ruiz, 2004, p. 266 and fig. 1.1) small handless jug with no mouth, biscuit-baked. The sample has an orange micaceous fabric with abundant mineral inclusions and red slip on the outside.
Jug171 has the same characteristics as those of the aforementioned honey-coloured vessels; not in vain, it is part of the Coro de la Victoria, despite it is biscuit--baked, and has orange fabric, yellowish slip and medium size tempering. This jug has a foot-ring base which swells into a broad pear shape and a long handle attached to a wide, though not an excessively long neck on the opposite side. The form is present in Portugal, though with a flat or trapezoid base (Ribeiro, 1984, pictures 9 and 10, 22 and 23).

3.4

The intervention at Plaza de Isaac Peral in Puerto de Santa María City was an archaeological excavation that was carried out in two stages: the first stage took place between January 10 and February 24 in 1994 and the second one in June 1994. Several pits were found at the excavated context. The aforementioned pits had been walled up with waste and their complete filling took place in the period of time in which the religious community moved from Calle Sardinería (Sardinería Street) to Calle Larga (Larga Street) and the building of the monastery in 1651, as shown in the analysis.
Red and orange-paste fragments with micaceous tempering are very frequent; mainly in Pit 5. Complete elements include a sugar bowl, a jug and a vase (Ruiz, 2004, fig. 1.2, 3, 4). The surface finish includes red

1. Portuguese 'faiança': inside hollow dish from Plaza Peral, Pozo 5 (El Puerto de Santa María, Spain).



2. Outside of the top dish.

slips, and, on rare occasions, burnished surfaces. The designs are, in all cases, on the exterior and include grooved, incised and impressed decorations.

The sugar bowl has been moulded-decorated, which gives the vessel a quatrilobed shape and rounded sections on the lower third division. The incised decorations are associated to white inclusions. The globular-body small jug found alternates white feldspar inclusions, and dipped and incised line lines decoration. Floral designs are made up of inclusions on the neck (of both big and small vessels). Sugar bowl 398 and vase 399, found at Pit 5 at Plaza de Isaac Peral (second half of the 17th century), belongs the aforementioned series. The sugar bowl has two handles, a quatrilobed-rim and deepened walls. This is an orange-paste vessel with fine micaceous tempering underlying the red engobe.

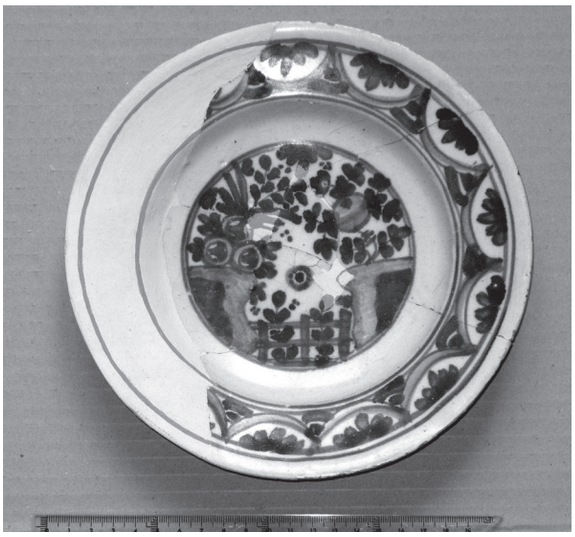
The vase has impressed decoration: semicircle design motifs, grooved and puntuated decoration. It has a red-paste fabric, red engobe and fine micaceous tempering. It boasts deep incised lines and displays a grooved, decoration with applique element and white feldspar inclusions on the neck. Examples 115 and 361 represent Estremoz ceramics (Portugal). The former is biscuit-baked and has a micaceous orange-paste fabric and a red slip on the exterior. The latter is a micaceous red-paste small jug which belongs to Pit 5 from Plaza Issac de Peral. Therefore, the attributes of the former relate this vessel to the early 16th century, and the latter one to late 17th century.

Example 155 is known in Montemor-o-Novo (Portugal), as well as in Cáceres city (Caballero and Sáez 1999, p. 249) as '2nd-type infusa', dating to a period earlier than 1565 (Ribeiro, 1984, picture 18). Vessels manufactured in Lisbon date back to the 17th century, are one-handled and are decorated with white quartz inclusions (Sardinha, 1997, p. 493).

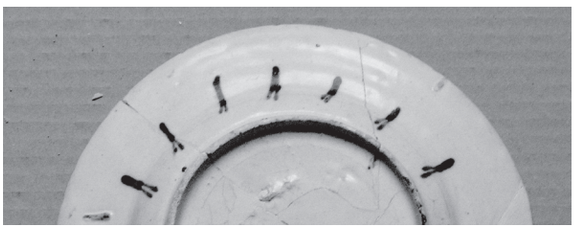
Ceramics like the ones recovered from La Cartuja de Nuestra Señora de la Defensión de Jeréz, which date back to the 16th century, resemble those found at Monasterio de los Descalzos and have already been reported by the Listers, as pointed out earlier.

4. CERAMICS FROM LISBON

Furthermore, two plates were recovered from Pit 5: a shallow and a deep one, and a flared-rim platter. All of them belong to the same series with yellow 'golden' paste, fine temper, inside decoration of floral motifs and blue China in inspiration: two tones of blue on the centre and a medallion on the rims of the shallow plate (Ruiz, 2004, fig. 2). Outside decoration of blue lace; undoubtedly a design motif inherited from the Italian 'cestello'. The yellowish-paste platter with cut-out

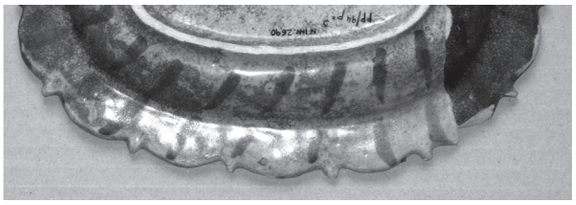


3. Portuguese 'faiança': inside flat dish from Plaza Peral, Pozo 5 (El Puerto de Santa María, Spain).



4. Outside of the top flat dish.

5. Internal view of the saucer. The greyish colour is produced by anaerobic action.



6. Details outside of the top soucer. Portuguese Faiança.

edges, fine tempering and blue on white decoration was recovered from the same pit and is decorated with 'panels', emulating Kraak porcelain, as in the case of the deep plate (Ruiz, 2004, fig. 2.6). The style corresponds undoubtedly with that of the Ichtucknee blue on white type defined by Goggin in the Caribbean (1968). The distinction between this ceramics type and the ceramics manufactured in Delft, which it emulates; its presence in the Americas (both in the Caribbean and in the Río de la Plata), owed it to Seville and was not assigned to this city made me think of the possibility that this Ichtuchnee ceramics is the Lisbon one. According to Goggin, the ceramics dates to the first half of the 17th century (Goggin, 1968), and, in Ireland, it is dated before 1660 (Hurst and Lewis, 1975, fig. 2.5); a reasonable dating since it was a period in which trade to the Americas was done through Seville.

This is the reason why I presented the hypothesis at the 'II Encontro de Arqueologia do Sudoest da Peninsula Iberica' held in Faro from November 7 to 9, 1996 (Ruiz, 2004). The Portuguese archaeologists attending the conference were indifferent to the suggestion.

Trade relations between Portugal and Flanders date back at least to the Middle Ages. During the middle of the 16th century, Flemish potters who immigrated to Portugal introduced the 'malega de Flandes' to Lisbon. Portuguese ceramics market stocked up on abundant Chinese pieces of pottery, and the aforementioned locally produced porcelain for low class people (Giacomotti, Frothingham and Dos Santos, 1990, p. 71).

Well into the beginning of the 16th and during the 17th century, Italian techniques were spreaded from Antwerp (modern Belgium) to Holland, England, France and Portugal, and going up the Tagus River, the techniques reached Talavera de la Reina; an old pottery centre which supplied the recently established Cortes of Madrid (parliament). In this sense, 16th-17th-Chinese porcelain was imported by the Spanish Crown. In the 18th century, Chinese porcelain imports were less frequent and high quality crockery from England and France was introduced. It was not until 1767 and 1824 that the Real do Rato factory was established in Lisbon, and the Vista Alegre pottery factory in Averio, respectively. The colonial expansion during the second half of the 18th and 19th centuries boosted pottery demand, which translated into the renaissance of polychrome, though with neoclassical motifs (Giacomotti, Frothingham and Dos Santos, 1990, p. 77).

Actually we do not have archaeological examples of such glazed ceramics of the Portuguese modern period. The dates, although not very precise, mentioned in the aforementioned 'Tassa general de precios' seem to suggest that some porcelain with blue-on-white decoration, which emulated Delft ceramics from Holland, was manufactured in the 17th century. However, such association and dating do not seem clear since there are no descriptions of concrete examples or dates to corroborate the information in the document.

The total number of Modern Age ceramics we have recovered from the excavations at Plaza de Isaac Peral amounts to 6.619 sherds, complete artifacts and/or

7. Estremoz Pottery.

8. 'Empedrada' fine red pottery.

9. Sugar cup in a Estremoz Pottery type.

objects that can be reconstructed. Most of these ceramics belonged to the Convento de San Antonio Real (Convent of San Antonio Real), also known as Convento de los Descalzos, which was built in the mid-17th century and pulled down in the 19th century for the construction of Plaza Peral. Several pits filled with waste were found at the site of the convent. The ceramics sherds associated to these pits are 689, out of which 112 sherds from Pit 5 deserve special attention.

In fact, we have identified three levels in Pit 3. Among the sherds found in the first pit there was a rim sherd from a raised-rim tinaja (storage jars) and sherds from a hand-made olla with burnished exterior wall. At the bottom of the pit there were blue tiles, which probably covered the dome mentioned by Brother San Juan del Puerto, and two terra cotta hands which undoubtedly belonged to a religious statue. 73.2% of the material was at the bottom of the pit; mainly jugs and clay pitchers (3.2% and 27.4%, respectively). The next level presented a considerable amount of pieces of porcelain. The third one is the closing level.

In Pit 5 and in the same batch, we have found a one-handled taza (small drinking cup) of white Holland porcelain next to an olla with a blue line decoration, two small escudillas, 4 brimmed plates (53 collected), 4 small jugs, a white glazed platter with impressed decoration with ovolo moulding (oval or egg-shape motifs), a Goggin-type amphora (1968), abundant sherds of 'alcarracería' (a series of thin walls decorated with applique element, mouldings and 'pellizcos' ('pinch technique'), and white and green small jugs and escudillas. Portuguese bucaro (close forms) and 'alcarracería' elements have been associated to water consumption by Pleguezuelo (Pleguezuelo, 2000), which is something not strange in a pit. We have also found grayish glaze ceramics due to the effect of firing temperatures. The ceramics are of a different glaze thickness, ranging from milky white to cream through which the paste can almost be seen. Not surprising is the presence of crazed glaze. With respect to lustre glazed pottery artefacts found in Pit 5, in his work about the glazed earthenware of Seville, José Gestoso mentions some Seville lustre glazed pottery manufactured in the 16th century. The 'pila benditera' sherds (decorative ceramic wall fonts), its 'brush-strokes' decorative technique and the use of the technique lead us to the 17th century Catalonian production of lustre glazed pottery.

5. POST-CONGRESS

This International Congress has allowed to review some us of the ceramic of the Bay of Cadiz. We begin chronological. The oldest ceramic are the common ones of grazes red of Aveiro: a fragment of handle of the street Landlords of the Port of Santa Maria [in Carvalho, Patricia and J. Bettencourt: "De Aveiro para todas as margens do Atlántico: a carga do navio Ria de Aveiro A no seu contexto histórico e cultural"]; and an almost complete mug, of the Monastery of the Victory, also of this city [in Pope, Peter E.: "Portugal and Terra Nova: Ceramic Perspectives on the Early Modern Cultural Atlantic Landscape"]. This group is the first time that is identified in the Bay of Cadiz.

Another group is represented by the common gray mud ceramic. The possible classification as Portuguese considers to us by the mouth. Indeed, 'has a characteristic open form; in tulipa', that I have seen in some Portuguese cases, for example in Fernandes, Isabel M.ª: "Um gosto decorativo: louça preta e vermelha polvilhada de branco (mica)".

Thirdly, to mention the fine red ceramic of Estremoz and 'empedradas'. Well-known and already catalogued well in Spain. Interesting the dating of aims of century XVI and principles of XVII in Brazil [in Carlos Etchevarre: "Bahía. Aportes para una arqueología das relaçoes transatlanticas no periodo colonial"] and Newfoundland [in Newstead, Sarah: Merida no More: Portuguese Redware in Newfounland"]. Although in

Coimbra they are something previous (1578-1592) [in Ricardo C. da Silva: "Primeira abordagem a um depósito moderno no Antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro): a cerâmica desde meados do século XV à consolidação da Renascença"]. On 'empedradas' to see the works in this Congress of Isabel M.ª Fernandes (above) and of Olinda Sardinha: "Considerações acerca da cerâmica pedrada e respectivo comércio".

And I cannot finalize this review by Velhos and Novos Mundos without mentioning the ceramic Delftware type. Our hypothesis on the Portuguese nature of the Ichtucknee is confirmed, at the same time as its limit is verified: there are many ceramic more than also they are Portuguese, for that reason we have had to review ' Modern enclosure'; of the Roman Theater of Cadiz. The revision has affected 14 plates (4 of deep them), two ' pocillos' or glasses and two cups. The decorations in blue, and some black case, on target; with floral reasons, geometric, figurative, birds, and Chinese. More likely we are speaking of ' faiança' produced in Lisbon, but there is at least up to four cities in Portugal [in Luis, Sebastian: "Faiança portuguesa: centros produtores, matérias, técnicas de fabrico e criterios de distinçao"]; without telling that in each of these cities several centers had to exist. The case of Lisbon is seen [in Batalha, L; Campora, A.; Cardoso *et al*: "Vestigios de um centro podutos de faiança dos seculos XVII e XVIII. Dados de uma intervençao arqueológica na Rua de Buenos Aires, nº 10, Lisboa"], whose chronology of the last quarter of century XVII and principles of the XVIII adjusts perfectly with the chronology which I propose for the ceramic of the Bay of Cadiz. These ceramic have been able to see much in the Congress, to mention the cases of Bay (already mentioned), and Cascaes [Severino, J.A.; C. Bolila; I. Ribeiro; J.P. Henriques; S. Simoes and V. Filipe: "As cerâmicas modernas da Fortaleza de N. Sª. da Luz, em Cascais. Historias fragmentadas"].

As far as the decorative reasons, most frequent in denominated Cadiz they are ' gombos' [in Anabela Pereira de Sá: "Elementos para a caracterização da faiança portuguesa do século XVII: a tipologia de Pendery aplicada à realidade da Casa do Infante (Porto); y en Inês Pinto Coelho: "Muito mais do que lixo: a cerâmica do sito arquéologico subaquático Ria de Aveiro B"].

With some reason we still have doubts, in particular the rosette of eight petals, that in Cadiz we found so much in blue as in black on target, although in this last case in a dirty target. We found them the rosettes in You whistle [in Mario Varela Gomes: "Espólio de lixeira seiscentista de Silves"] and in Bay (already mentioned), they accompany by reasons from brush-strokes the back.

But, besides the decorative reasons, we even found marks, as in the case mentioned of You whistle, mark that in we have it to Cadiz in the Modern Enclosure of the Roman Theater, and unpublished in another place of the city. This mark also appears in the pottery workshop of Jardín de Cano, in El Puerto de Santa Maria, a factory that was producing imitations of 'faiança' portuguese in the first years of century XVIII (Lopez and Ruiz, 2012).

DISCUSSION

Portugal and Spain monarchies were joined between 1580 and 1640. From our point of view, such a dynastic union influenced the distribution of some ceramic types; such as the ceramics from Estremoz, which were distributed through the port of Seville. We believe that this may well be the case of the blue-on-white porcelain. In this sense, the 'scratched' decoration present on the deep plate found in Pit 5 at Plaza de Isaac Peral is characteristically Portuguese and would have influenced 18th-century Talaveran ceramics.

However, the aforementioned decoration dates back to the 17th century and emulates that of late Ming porcelain. This is the style Goggin (1968) defined as Ichtucknee and believed to have originated in Seville; more specifically, in Triana. Notwithstanding, we have learnt, based on the literature, how some porcelain from Lisbon, though dating to the second half of the 17th century, is associated to Seville. My hypothesis does not point to such association toTriana but to the probable emulation of the pottery in this place.

Yet there is the clear idea that, as other authors have already pointed out, not all of the plates that have blue decoration and display a Chinese style have been manufactured in Delft. However, the finds in Pit 5 (Ruiz, 2004, fig. 1, 2-7) may be associated to Dutch ceramics (Ruiz, 2011) that were surely produced in the last quarter of the 17th century.

The fact is that we cannot date Pit 5 based on stratigraphic arguments. We must base our analysis on the content of the ceramics. Estremoz ceramics, in my opinion, should not be dated to earlier periods than 1651 (establishment of the convent), though the pit was filled around 1702. In this respect, I believe that the Ichtucknee type should be related to emulations of these Portuguese and Dutch pieces of porcelain manufactured in Triana without, in fact, disregarding the possibility of the real presence of such porcelain of the aforementioned nationalities. On the other hand, it seems that Dutch merchants may have been distributors of such ceramics, although this is not reflected in the distributions associated to their colonies.

In any case, all suggestions are welcomed.

BIBLIOGRAFIA

ARBACE, L. (1994) – *A Majólica no Reino de Nápoles do Século XV ao Século XVIII*; Museu Nacional do Azulejo, Electa, Milán.

BLANCO JIMÉNEZ, F. J. (1995) – Informe Arqueológico del Teatro Romano de Cádiz. Resultados obtenidos tras la campaña de excavación 1992-94; Texto policopiado. Delegación de Cultura de Cádiz.

CAMPBELL, E. (1993) – Post-medieval pottery in Wales: an archaeological survey; *Post-Medieval Archaeology* 27, p. 1-13.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the spanish colonies of Florida and the caribbean, 1500-1800*; Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.

DESROCHES, J.-P. e GODDIO, F.(Coord.) (1995) – *El San Diego. Un tesoro bajo el mar*. Madrid.

FERNÁNDEZ GUIRADO, M.ª I. (1994) – Informe del sondeo arqueológico realizado en calle Tejón y Rodríguez, no 7 y 8 (Málaga); *AAA*'90, III, p. 326-338.

GESTOSO PÉREZ, J. (1903) – *Historia de los barros vidriados sevillanos desde sus orígenes hasta nuestros días*; Sevilla.

GIACOMOTTI, J.; FROTHINGHAM, A. W. e DOS SANTOS SIMÕES, J. M. (1990) – Faïences et porcelaines France, Espagne, Portugal; *Antiquités & Objets d'art*, 13, París. Editions Fabbri.

GILES PACHECO, F.; GUTIÉRREZ LÓPEZ, J. M.; LAGÓSTENA BARRIOS, L.; LÓPEZ AMADOR, J. J.; LUCAS ALMEIDA, J. de; PÉREZ FENÁNDEZ, E. e RUIZ GIL, J. A. (1997) – *Aportación al proceso histórico de la ciudad de El Puerto de Santa María. La intervención arqueológica en la Plaza de Isaac Peral*; El Puerto de Santa María.

GILES PACHECO, F.; LÓPEZ AMADOR, J. J.; PÉREZ FENÁNDEZ, E.; RUIZ GIL, J. A.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. e TORRES QUIRÓS, J. (1996) – Resultados de la excavación arqueológica de urgencia en la c/Ganado no 21 de El Puerto de Santa María, *AAA*'92.III, p. 139-151.

GOGGIN, J. M. (1968) – *Spanish Majolica in the New World. Types of the sixteenth to eighteenth centuries;* YUPA, 72. New Haven.

HURST, J.G. (1986) – Late medieval iberian pottery imported into the Low Countries; *II Col. Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Toledo, 981, p. 347-ss.

HURST, J.G. e LEWIS, J.M. (1975) – The spanish olive-jar in Ireland; apéndice en A mid seventeenth-century pottery group and other objects from Ballyhack castle, co.Wexford; *Proceedings of the Royal Irish Academy*, 75, section C, n.º 6, p. 103-118 y pls. II-V.

JIMÉNEZ MAQUEDA, D.; MOSULÁN FERNÁNDEZ, G.; SÁNCHEZ LIRANZO, O. e RODRÍGUEZ CORDONES, R. (2002) – Informe de la intervención arqueológica de urgencia en Almansa no 5 (Sevilla), *AAA*'98'II, p. 677-682.

LAPA CARNEIRO, E. (1989) – Empedrado.Técnica de decoração cerâmica; *Fichas de olaria, 1*. Museu de Olaria. Barcelos. Portugal.

LISTER, F.C. e LISTER, R.H. (1987) – *Andalusian ceramics in Spain and New Spain. A cultural register from the third century BC to 1700*; Tucson, Arizona.

MARTIN, C.J. (1979) – Spanish Armada pottery; *International Journal of Nautical Archaeology and underwater Exploration*, 8, n.º 4, p. 279-302.

MERCADO HERVÁS, L. e OTROS (2002) – Seguimiento arqueológico de la antigua estación de ferrocarril conocida como 'Plaza de Armas', Sevilla. *AAA*'98'II, p. 715-721.

MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, C. (1921) – *Algunas palavras a respeito de púcaros de Portugal*; Subsídios para a Historia da Arte Portuguesa, II. Imprensa da Universidade. Coimbra. Portugal.

PECERO ESPÍN, J.C. e BABÍO LORENZANA, I. (2002) – Intervención arqueológica en c/ San Vicente 115, Sevilla: testimonios arqueológicos de una curtiduría del siglo XVI en la antigua manzana conventual de San Antonio de Papua; *AAA*'99, III.2, p. 839-850.

PLATT, C. y COLEMAN-SMITH, R. (1975) – *Excavations in Medieval Southampton 1953-1969*; Leicester University Press, 2 vols. Leicester.

POZO BLÁZQUEZ, F. e SOMÉ MUÑOZ, P. (2002) – Intervención arqueológica en solar de c/ Aguiar 5-7 (Sevilla); *AAA*'99, III.2, p. 790-806.

REDMAN, C. L. (1980) – Late medieval ceramics from Qsar es-Seghir. En Col.Valbonne (1978) – *La céramique médiévale en Mediterranée occidentale*, p. 252-263.

REGO, M. e MACÍAS, S. (1993) – Cerâmicas do século XVII do Convento de Sta. Clara (Moura); en *Arqueologia Medieval*, 3, p. 147-159, Oporto.

RIBEIRO, M. (1984) – Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI; Edição do Grupo dos amigos de Montemor-o-Novo, *Cuadernos de Etnología*, 1.

RUIZ GIL, J.A. (2003) – Cerámicas Portuguesas de la Edad Moderna en la Bahía de Cádiz, en *Actas do II encontro de arqueologia do sudoeste peninsular, Faro, 7 e 8 de Novembro de 1996. Universidade do Algarve*, *Promontoria Monográfica 01*, p. 265-268.

SARDINHA, O. (1997) – Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo. 1. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os--Santos; *O Arqueólogo Portugués*, Serie IV, 8/10, 1990-1992, p. 487-512.

TABALES RODRÍGUEZ, M. A. (1995) – Investigación histórico-arqueológica en el monasterio de San Clemente de Sevilla; *AAA*'91.1, p. 438-448.

TABALES RODRÍGUEZ, M. A. (2002) – Contribución al estudio de la muralla islámica de Sevilla investigación en c/ Menéndez y Pelayo 43-45; *AAA*'99, III.2, p. 716-734.

VARELA GOMES, R. e VARELA GOMES, M. (1986) – Cerámicas importadas dos séculos XV e XVI encontradas no Poço-Cisterna arabe de Silves; *Actas do 3.º Congresso sobre o Algarve*, vol. I, Lisboa, p. 35-44.

VIDAL TERUEL, N. de la O; CAMPOS CARRASCO, J. M.; RODRÍGUEZ PUJAZÓN, R.; GÓMEZ RODRÍGUEZ, A. e VERDUGO SANTOS, J. (2003) – Intervención arqueológica en la calle Adriano, n.º 4 (Santiponce, Sevilla). *AAA*'00, III.1, p. 1320-1335.

LA MAYÓLICA DEL CONVENTO DE SANTO DOMINGO (SIGLOS XVI-XVII), LIMA (PERÚ)

LA EVIDENCIA ARQUEOMÉTRICA

JAVIER G. IÑAÑEZ IKERBASQUE - Basque Foundation for Science. Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, Vitoria-Gasteiz (Spain)
JUAN GUILLERMO MARTÍN Universidad del Norte, Barranquilla (Colombia)
ANTONIO COELLO Universidad Nacional Mayor San Marcos, Lima (Perú)

RESUMO A construção do antigo convento de Santo Domingo da cidade de Lima foi oficialmente concluída em 1578, após várias décadas de obras. No entanto, vários terramotos danificaram repetidamente o edifício ao longo dos séculos XVII e XVIII, o que motivou diversas reconstruções. Nos nossos dias, o convento de Santo Domingo tornou-se um ícone histórico e arquitectónico do período colonial na cidade de Lima. Durante recentes pesquisas arqueológicas neste edifício foram recolhidas majólicas, das quais se analisaram quimicamente 68 amostras por análise de activação de neutrões (NAA), a fim de as caracterizar. Os resultados permitiram obter informação arqueológica em relação ao comércio de majólica para esta cidade durante o período colonial.

PALAVRAS-CHAVE Majólica, arqueología histórica, Perú, análises arqueométrico, AAN

BREVE INTRODUCCIÓN A LAS MAYÓLICAS AMERICANAS

Lister y Lister (1974), a partir de un amplio y detallado análisis de diferentes colecciones americanas, propusieron cinco complejos de mayólica en la América hispana durante la época colonial. Sin embargo en otros casos se han denominado "esferas" (ver Martín *et al*, 2007), siguiendo a Rice (1997), dado que implican producción, comercio y distribución.

De acuerdo con Lister y Lister (1974), la esfera del Caribe se compone por media docena de tipos manufacturados en Sevilla, con una amplia dispersión en esta región. Se asocia con asentamientos españoles tempranos como La Española, La Habana, San Juan de Puerto Rico, La costa de las Perlas de Venezuela, Cartagena de Indias, la costa norte del istmo de Panamá (Acla y Nombre de Dios), y la península de Yucatán. Temporalmente se ubica entre finales del siglo XV y el primer cuarto del siglo XVI (Lister y Lister, 1974; Martín *et al*, 2007). Recientemente, las investigaciones arqueológicas en el norte de Colombia identificaron el primer centro de mayólicas en Cartagena de Indias, entre 1533 hasta 1650 (Therrien *et al*, 2002).

En la Nueva España el desarrollo de la industria alfarera fue más temprano y cubrió un amplio mercado. Ciudad de México y Puebla fueron los focos principales de manufactura. Puebla, fundado en 1530, rápidamente se convirtió en un centro de producción artesanal importante. Incluso para 1653 contaba ya con regulaciones específicas sobre el quehacer alfarero. Aunque al inicio la producción presenta una clara influencia europea, para finales del siglo XVII se consolida una expresión propia que caracteriza la esfera mexicana. Para este siglo la distribución de estas mayólicas se extiende más allá del territorio mexicano, incluyendo el Caribe y la costa pacífica americana (Lister y Lister, 1974).

La ciudad de Santiago de los Caballeros (Antigua), en la audiencia de Guatemala, dado su aislamiento geográfico, poseía un carácter provincial. Las dos principales rutas comerciales eran con ciudad de México y Puebla, pero estuvo relegada a un papel secundario dentro de la organización colonial. Todo parece indicar que la producción cerámica en esta región se dio a finales del siglo XVI, con artesanos procedentes de Oaxaca. Debido al contacto directo con la Nueva España la mayólica producida en esta Real Audiencia revela una

1. Montalegre, 6, 08001 Barcelona (Catalonia, Spain).
2. 4210 Silver Hill Road, Suitland, Maryland 20746-2863 (USA).

fuerte influencia de la producción poblana pero con rasgos característicos en términos de pasta, acabado de superficie y diseños. Es importante anotar que los colores más frecuentes son el amarillo, verde y negro, siendo el azul rara vez utilizado (Lister y Lister, 1974).

Panamá Viejo, temprano asentamiento español en la costa pacífica americana (1519), se consolidó como un puerto clave en las relaciones comerciales entre Europa y el Nuevo Mundo, articulado a los caminos Real y de Cruces y a las fundaciones istmeñas en el Caribe como Nombre de Dios y, más tarde, Portobelo. Aunque no se cuenta con datos contundentes que confirmen la producción de cerámicas vidriadas en la antigua Panamá, se ha dado por hecho la manufactura de un conjunto cerámico de mayólicas, denominadas panameñas, con una amplia distribución en el Pacífico americano. Ciudades distantes como Santa Fe La Vieja en Argentina o Santiago de Chile, así como Lima (Perú), Cuenca (Ecuador) y Popayán en el suroccidente de Colombia, han reportado la presencia de este tipo de mayólicas (Rovira, 2001; Rovira *et al*, 2006). Se trata de un conjunto ampliamente documentado (ver Goggin, 1968; Long, 1967; Rovira, 1997) cuya producción parece circunscribirse entre mediados del siglo XVI y finales del XVII, relacionada con la destrucción de la ciudad en 1671 (Martín *et al*, 2007).

De acuerdo con Lister y Lister (1974), el epílogo de la producción de cerámicas panameñas a finales del siglo XVII, motiva el surgimiento de nuevos centros de producción de mayólicas en los virreinatos del sur del continente americano, específicamente en la región Andina. De igual manera las Reformas Borbónicas, que buscaron obtener mayores ingresos en las colonias a través de la organización de los territorios imperiales y la reactivación del comercio, tuvieron un impacto crucial en este aspecto (Brading, 1975). De tal suerte parecen consolidarse otros centros de producción, insuficientemente documentados, en Cuenca y Quito en Ecuador (Jamieson y Hancock, 2004), Lima, Cuzco, Moquegua, Arequipa y Santiago de Pupuja en Perú (Flores *et al*, 1981; Rice, 1997) y, el Altiplano Cundiboyacense (Therrien *et al*, 2002) y el Valle de Popayán en Colombia (Martín *et al*, 2007).

EL CASO DE LA MAYÓLICA PERUANA

La producción de mayólicas en Perú responde a un aumento en la demanda de este tipo de loza. El surgimiento de la industria local comienza a finales del siglo XVI. Desde muy temprano se instalan loceros españoles en Lima y otros asentamientos coloniales, impulsando la creación de talleres, incorporando la obra de mano indígena, de larga tradición alfarera, llegando a institucionalizarse el gremio de ceramistas ya en el siglo XVI (Acevedo, 1986, 2004be Harth-Terré, 1958).

Los mayores centros de producción alfarera en el Perú, y probablemente los más tempranos en la Colonia, son Lima y Cusco, seguidos de Puno, Ica, Pisco, Nazca y Arequipa, en donde también se produjeron las grandes botijas relacionadas con la producción vinícola del valle de Moquegua y las haciendas jesuitas en el siglo XVIII (Acevedo, 1986; Rice, 1997). Sin embargo las mayólicas se fabricaron también en otros centros que cubrían los mercados locales como Saña y Guadalupe (desde el siglo XVII), Huaylacucho (a partir del siglo XVIII) y Púcara y Santiago de Pupuja, en donde desde el siglo XVIII, se manufacturó loza comparada con la de Talavera (Tschopick, 1950).

La mayólica peruana presenta ciertas características estilísticas y formales que la hacen identificable en el contexto americano. Resulta particular el vidriado zonificado o parcial, así como el uso recurrente de tonalidades verdes y marrones en los diseños decorativos. En todos los casos la pasta es de color naranja o rojizo, contrastando con las cerámicas provenientes de Europa. Tradicionalmente se ha considerado que las mayólicas andinas se caracterizan, en términos generales, por una pasta poco calcárea y de color rojizo. Las vasijas son torneadas en una amplia variedad de formas como jarras, platos, albarelos, bacines y candelabros. En algunos casos presentan figuras moldeadas de aves o toros. El vidriado es visualmente opaco, con una tonalidad verdosa (Lister y Lister, 1974). En Arequipa se implementa el uso de los colores verde y marrón desde el siglo XVII, mientras que en Cusco la mayólica polícroma (verde, marrón y amarillo) se produce a partir del siglo XVIII. Las lozas polícromas en Lima se producen a partir del siglo XVI, mientras que en Puno se da un siglo después. En todos los casos resaltan los diseños de influencia occidental, es decir, cacerías, aves, flores, emblemas y escudos, sin embargo se observan motivos de tradición nativa, en los que resaltan animales como la llama. De igual forma son características las representaciones de toros (Acevedo, 1986, 2004; Rice, 1997).

En términos generales, los diseños se asemejan a los que presenta la producción de mayólicas de Teruel, España, la cual se concentró especialmente, durante el siglo XVI, en la elaboración exclusiva de loza verde y marrón (ver por ejemplo las colecciones del Museo de Artes Decorativas de Madrid) (Martín *et al*, 2007) aunque posee una iconografía propia que demuestra el sincretismo de ambas tradiciones culturales, no solo en los diseños y motivos decorativos, sino también en las formas utilizadas (Acevedo, 1986, 2004; Stastny y Acevedo, 1986).

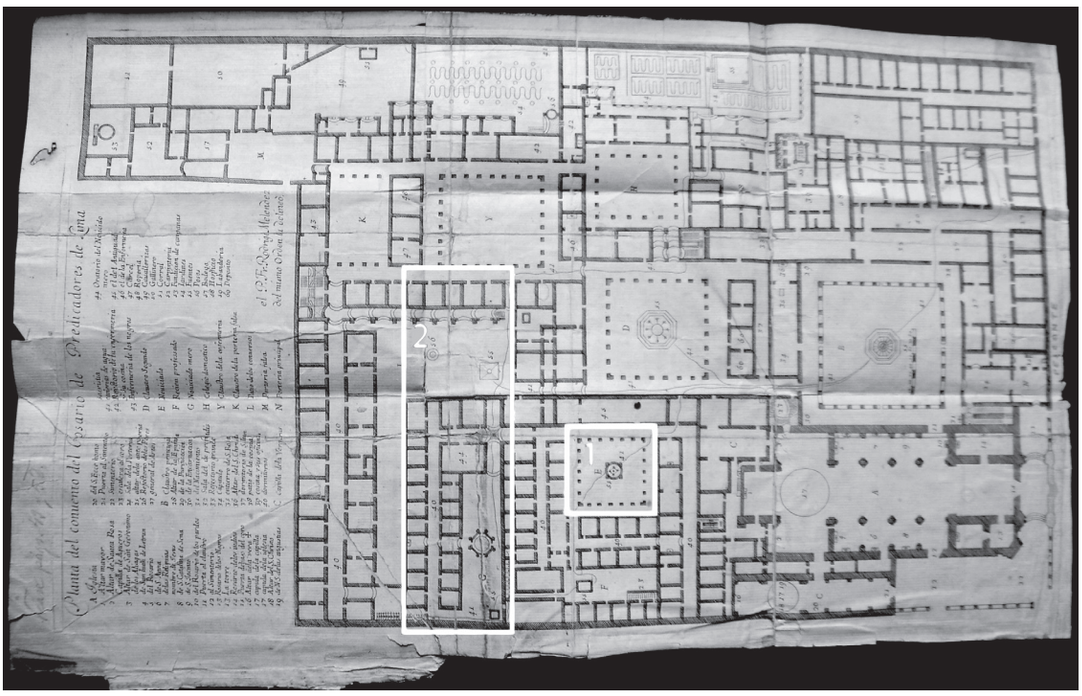
UNA PINCELADA SOBRE LA ARQUEOMETRÍA DE LA MAYÓLICA AMERICANA

La información histórica junto con los estudios arqueológicos, aunque proporcionando valiosos datos, carecen de la vertiente de conocimiento objetivo que el estudio mediante técnicas analíticas o físicas puede proporcionar. El registro arqueológico en general, y las cerámicas en particular, presentan una doble esfera de estudio: la cultural, en tanto que es la plasmación física de las costumbres e idearios de un grupo humano; y la natural, en tanto que están manufacturadas a partir de la explotación del entorno geológico de ese grupo humano (Neustupný, 1971). Teniendo en cuenta las virtudes y carencias de cada disciplina y sus respectivas aplicaciones, es entonces cuando el estudio interdisciplinar del registro arqueológico cobra una nueva dimensión, permitiendo alcanzar un conocimiento más profundo que permita la creación de modelos teóricos más sólidos. Para una discusión más profunda sobre estas cuestiones véase Buxeda y colaboradores (2008 y referencias).

A pesar de la gran importancia histórica, cultural y social de la producción de cerámica mayólica en el continente americano durante el periodo colonial europeo, el estudio arqueométrico de estas producciones ha sido escaso. Esta carencia contrasta con la mayor atención prestada por parte de la arqueología más tradicional, aunque con matices, ya que se hallan regiones donde éstos estudios han sido más prolíficos, como México (Lister y Lister, 1982), y otras donde escasean, como Colombia (Martín *et al*, 2007) o el mismo Perú (Acevedo, 2004). En referencia a la publicación de estudios arqueométricos sobre las mayólicas americanas, cabe decir que éstos configuran un panorama fragmentado. Por un lado, las producciones mexicanas son las que tradicionalmente han sido estudiadas en mayor detalle por métodos fisicoquímicos, desde las pastas a los vidriados (e.g. Blackman y Bishop, 2007; Blackman *et al*, 2006; Iñañez *et al*, 2010; Maggetti *et al*, 1984; Olin y Blackman, 1989; Olin *et al*, 2002, y referencias). Por otro, hallamos producciones de cerámica mayóli-ca desconocidas a nivel arqueométrico, como serían las de Lima. Si bien es cierto que ha habido intentos para caracterizar químicamente estas producciones a partir de cerámicas supuestamente atribuidas a Lima (Jamieson y Hancock, 2004), éste no ha sido determinado con absoluta certeza. En un punto intermedio hallaríamos producciones que han sido estudiadas en menor medida, como serían los casos de Panamá (Rovira *et al*, 2006), Ecuador (Jamieson y Hancock, 2004) o Guatemala (Iñañez y Speakman, 2011).

EL CONVENTO DE SANTO DOMINGO

El Convento de Santo Domingo, de la orden Dominicana, ubicado a escasos metros de la Plaza Mayor de Lima, fue desde los primeros años de la colonia un gran espacio ocupado originalmente por más de 4 manzanas (fig. 1). En sus inicios, este convento se extendió hasta la misma margen del rio Rímac, y con cada crecida del rio, su edificación original era inundada. Una



1. Fotografía del plano del Convento de Santo Domingo de Lima de Menéndez (1681), con indicación de las zonas de intervención arqueológica.

de las más tempranas descripciones del Convento de Santo Domingo, es la dejada por Juan de Meléndez (1681): "*El primer convento que se fundó en esta Ciudad de los reyes fue el de la sagrada religión de nuestro Padre Santo Domingo con titulo de Nuestra Señora del Rosario, y su fundación fue en el sitio que les señalo a sus Frayles el Marques Don Francisco Pizarro, Adelantado y Gobernador de estos Reinos el año 1535*".

Para entender los primeros años fundacionales del convento dominico, debemos utilizar dos fuentes muy tempranas, la primera es la dejada por el cronista dominico Juan Meléndez (1681), quien nos dice respecto al antiguo Convento de Nuestra Señora del Rosario, que la Iglesia medía 84 varas de largo (65 m. aprox.), 36 de ancho (29 m.) y 18 de alto (14 m. aprox.). Se dividía en 3 naves, la central medía 15 varas de ancho (12 m. aprox.) y estaba formada por 3 partes, capilla mayor, el cuerpo, que llaman de iglesia, y la gran pieza de Coro. La Capilla mayor comprende el presbiterio, el crucero y 2 capillas colaterales. También nos informa sobre la estructura interna del edificio, señalando que "*el segundo Claustro algo menor que el primero pero de la misma fábrica: tiene como el principal su fuente de agua en el medio: y del por distintos tránsitos, se pasa al Noviciado, que puede ser convento de por sí, con capilla en que está colocado el Santísimo Sacramento, Claustros, fuentes y dormitorios, y a otros 3 Claustros de la misma simetría, que los primeros dispuestos con lindo orden, y con ser tanto los frailes, que moran en el Convento, que es lo ordinario pasar de 250, es tan crecido el número de celdas, que no solo hay para todos si no que sobran varias celdas, para muchos más*".

Posteriormente, Cobo (1882), nos manifiesta la rica opulencia dominica, describiéndola de la siguiente manera: "*La Iglesia es muy grande y de costosa fábrica; de una nave con dos órdenes de capillas por los lados; estas son de bóvedas curiosamente labradas, y la nave de en medio cubierta de madera y luzeria (sic) curiosa; la capilla mayor es de bóveda y para tan grande iglesia es tenida por pequeña*". En cuanto al interior del Convento Dominico, comenta "*El Claustro principal es el más bien adornado de todos los de este reino; tiene las paredes y pilares bajos por más de estado y medio desde el suelo cubiertos de azulejos de variados y curiosos labores, los cuales se trajeron con gran costo de España ... en medio de este patio esta una hermosa fuente de piedra; sin este tiene el convento tres o cuatro patios menores, muchas celdas altas y bajas con todas las oficinas muy cumplidas; edificio todo de tan buena fabrica*" (Cobo, 1882).

Ambas fuentes tempranas nos hacen imaginar lo ostentoso y magnífico del convento de Nuestra Señora del Rosario. Sin embargo, este apogeo será mermado posteriormente debido a dos grandes terremotos que afectaron la ciudad de Lima: el primero en 1687 y el segundo en 1748, cuyos efectos ocasionaron grandes cambios a nivel estructural y funcional al Convento Dominico (Angulo, 1939).

Luego de proclamada la independencia del Perú, la población civil empieza a tomar nuevas oportunidades de desarrollo profesional, a la vez las órdenes religiosas decaen en cuanto a sus miembros y sus propiedades empiezan a ser alquiladas a terceros para poder así obtener recursos, los cuales empiezan a escasear cada vez más. A la vez, la ciudad de Lima va creciendo y necesita nuevas aéreas urbanas para su expansión. Es así que muchas de las antiguas edificaciones conventuales serán traspasadas, alquiladas y en otros casos convertidas en casa de vecindad, callejones, conventillos; este fue el caso particular de algunos claustros Dominicos que tuvieron un nuevo uso y cambiaron por completo su *modus vivendi*. Esto se agravó aún más con la ley de la Supresión de Conventos, por la cual se estipulaba que en los conventos donde quedasen pocos sacerdotes, ésta debía desaparecer o debían reagruparse para así poder tener una mayor población religiosa.

La investigación arqueológica del convento se desarrolló en dos aéreas dominicas: una el antiguo claustro del noviciado, hoy convertida en una casa de vecindad (callejón); y una segunda área excavada, el actual Claustro del Refectorio (Coello, 2009). En sendos sitios pudieron ubicar las diversas modificaciones arquitectónicas que obedecieron a los nuevos cambios de uso, asimismo recogieron importantes muestras de cerámica colonial y republicana peruana. Debemos también indicar que, mientras en la excavación practicada en la Casa de la Columna se hallaron objetos de uso cotidiano de la Lima Republicana (siglo XIX), en la excavación practicada en el Claustro del Refectorio se hallo cerámica del período colonial (siglos XVI-XVII). Esta diferenciación cronológica halló marcada por la continuidad como casa conventual de estos espacios, así como por una larga continuidad en los estilos de los menajes documentados.

OBJETIVOS Y MUESTRA

El principal objetivo del presente estudio es la determinación del origen de las cerámicas mayólica recuperadas durante la intervención arqueológica del conjunto eclesiástico de Santo Domingo a partir de la combinación de los estudios arqueológicos y la caracterización química de las pastas cerámicas. En este sentido, la principal pregunta que se puede realizar es si estas cerámicas fueron producidas en la propia ciudad de Lima ya durante el siglo XVI o, si por el contrario, fueron producidas en otro lugar y exportadas hacia la ciudad. Con respecto a este último escenario, la consiguiente cuestión planteada debería ser si estas cerámicas fue-

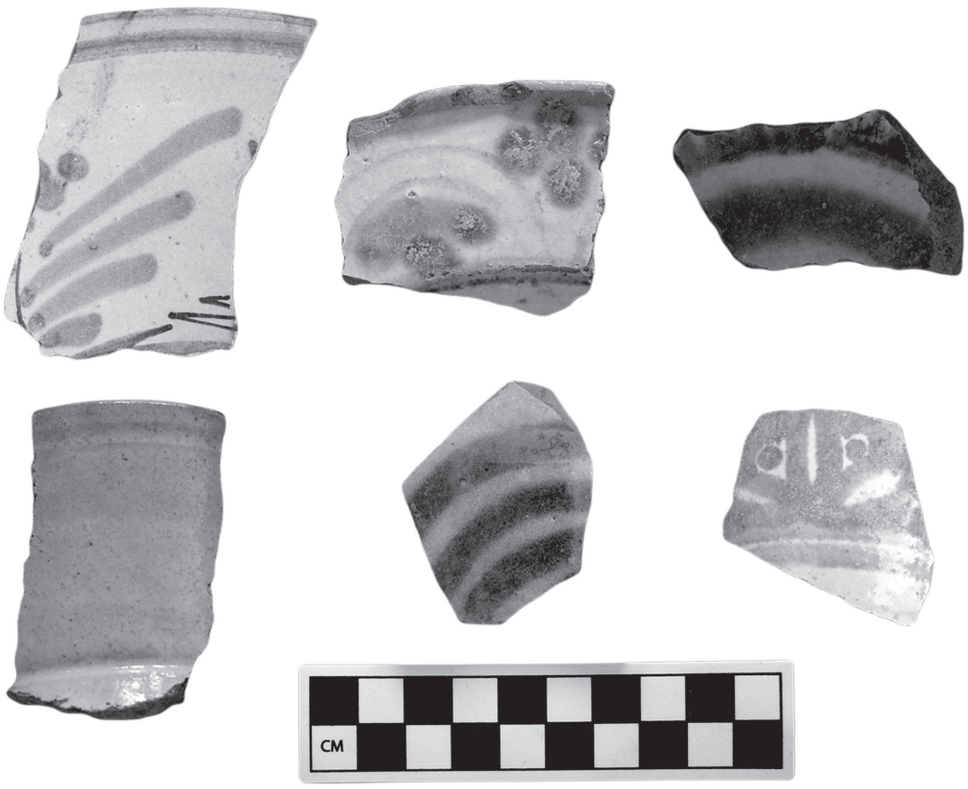
ron originalmente producidas en la Península Ibérica o, en cambio, su origen ha de ser buscado en otro centro productor, posiblemente americano.

El presente estudio comprende la caracterización química por Análisis de Activación Neutrónica (AAN) de las pastas de 68 cerámicas procedentes de las excavaciones arqueológicas llevadas a cabo en el antiguo Convento de Santo Domingo, en la ciudad de Lima. Las cerámicas fueron seleccionadas para análisis aleatoriamente, pero a la vez tratando de abarcar la máxima variedad tipológica y decorativa hallada en las excavaciones arqueológicas del convento. De esta manera, se han analizado cerámicas con vidriados opacos blancos, con decoraciones azules sobre blanco, con decoraciones verde sobre blanco y, predominantemente, con decoraciones verdes y amarillas sobre blanco (Tabla 1 y fig. 2). En el presente estudio en la caracterización química de las cerámicas realizada mediante AAN se han determinado 33 elementos químicos para su estudio estadístico: As, Al, Ba, Ca, Ce, Co, Cr, Cs, Dy, Eu, Fe, Hf, K, La, Lu, Mn, Na, Nd, Ni, Rb, Sb, Sc, Sm, Sr, Ta, Tb, Th, Ti, U, V, Yb, Zn y Zr (los detalles analíticos pueden ser consultados en Glascock *et al*, 2007).

RESULTADOS LA CARACTERIZACIÓN QUÍMICA

En el estudio de la composición química no se consideran los componentes Co y W ya que, al formar parte de la composición química principal de las brocas de carburo de tungsteno empleadas para la extracción y homogeneización de las muestras cerámicas, pueden estar contaminados, sin que esta contaminación pueda ser controlada y corregida durante el tratamiento estadístico. Por lo que respecta al Ni, éste también ha sido excluido del tratamiento estadístico de los datos químicos obtenidos por AAN debido a que muchos de los individuos analizados presentan contenidos inferiores al límite de regresión de AAN. Igualmente, los valores de Na y de K han sido utilizados con ciertas restricciones debido a la presencia documentada de un doble proceso de alteración de la fase vítrea de la cerámica con lixiviación de potasio y rubidio, y la subsiguiente cristalización de analcima, una zeolita sódica, con la fijación de sodio procedente de las aguas de circulación del suelo. De esta manera, la afectación de este doble proceso de alteración y contaminación es difícilmente cuantificable, otorgando valores de estos componentes imposibles de corregir hasta el momento (Buxeda *et al*, 2002; Iñañez, 2007 e Schwedt *et al*, 2006). Finalmente, y con el objetivo de poder comparar los datos disponibles en la literatura con los obtenidos para este estudio, el tratamiento estadístico será realizado para los elementos: Lu, Sm, Yb, Al, Ca, Dy, Mn, Ce, Cr, Eu, Fe, Hf, Sc, Sr, Ta, Th.

La rutina estadística utilizada consistió en la transformación de los datos químicos utilizados en logaritmos



2. Selección representativa de las cerámicas analizadas. De izquierda a derecha y de arriba a abajo: LIM032, LIM024, LIM025 (verde y amarillo sobre blanco); LIM002 (blanco); LIM038 (verde sobre blanco); LIM062 (azul sobre blanco).

de razones, según Aitchison (1986) y Buxeda (1999). Es decir, para cada individuo se dividen los valores de sus diversos elementos químicos por la media geométrica del conjunto de datos y de cada resultado se toma su logaritmo. Esta transformación permite corregir algunas de las variaciones inducidas por la temperatura de cocción, las contaminaciones y las alteraciones y permite obtener resultados directamente comparables entre los diversos individuos analizados.

Para el tratamiento de los datos composicionales obtenidos (Tabla 2), los 68 individuos estudiados procedentes del convento de Santo Domingo de Lima han

TABLA 1. Clasificación tipológica y procedencia arqueológica de los Ic del convento de Santo Domingo de Lima.

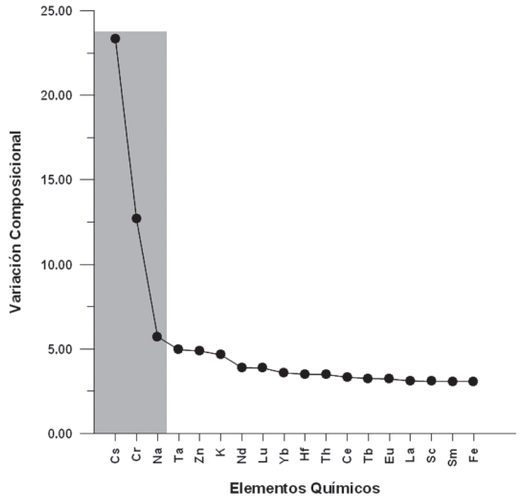
Muestra	Zona excavación	Tipología	Decoración	Muestra	Zona excavación	Tipología	Decoración
LIM001	Patio Refectorio	Jarra	blanco lisa	**LIM035**	patio Refectorio	plato	verde sobre blanco
LIM002	Patio Refectorio	Jarra	blanco lisa	**LIM036**	patio Refectorio	plato	verde sobre blanco
LIM003	Patio Refectorio	plato	blanco lisa	**LIM037**	patio Refectorio	sin forma identificable	verde sobre blanco
LIM004	Patio Refectorio	plato	blanco lisa	**LIM038**	patio Refectorio	copa	verde sobre blanco
LIM005	Patio Refectorio	plat	blanco lisa	**LIM039**	claustro	plato	verde y amarillo sobre blanco
LIM006	Patio Refectorio	plato	blanco lisa	**LIM040**	claustro	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco
LIM007	Patio Refectorio	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM041**	claustro	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco
LIM008	Patio Refectorio	Jarra	verde y amarillo sobre blanco	**LIM042**	claustro	sin forma identificable	verde y negro sobre blanco
LIM009	Patio Refectorio	Jarra	verde y amarillo sobre blanco	**LIM043**	claustro	sin forma identificable	verde y negro sobre blanco
LIM010	Patio Refectorio	copa	verde y amarillo sobre blanco	**LIM044**	claustro	sin forma identificable	verde y negro sobre blanco
LIM011	Patio Refectorio	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco	**LIM045**	claustro	sin forma identificable	verde sobre blanco
LIM012	Patio Refectorio	copa	verde y amarillo sobre blanco	**LIM046**	claustro	sin forma identificable	verde sobre blanco
LIM013	Patio Refectorio	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco	**LIM047**	claustro	sin forma identificable	verde sobre blanco
LIM014	Patio Refectorio	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM048**	claustro	sin forma identificable	verde sobre blanco
LIM015	Patio Refectorio	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco	**LIM049**	claustro	sin forma identificable	verde sobre blanco
LIM016	Patio Refectorio	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco	**LIM050**	claustro	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco
LIM017	Patio Refectorio	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco	**LIM051**	claustro	sin forma identificable	verde y negro sobre blanco
LIM018	Patio Refectorio	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco	**LIM052**	Celdas	plato	blanco lisa
LIM019	Patio Refectorio	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco	**LIM053**	Celdas	plato	blanco lisa
LIM020	claustro	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM054**	Celdas	plato	verde sobre blanco
LIM021	claustro	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM055**	Celdas	plato	blanco lisa
LIM022	claustro	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM056**	Celdas	plato	blanco lisa
LIM023	claustro	plato	blanco lisa	**LIM057**	Celdas	bacín	azul y negro sobre blanco
LIM024	patio Refectorio	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM058**	Celdas	copa	azul sobre blanco
LIM025	patio Refectorio	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM059**	Celdas	copa	azul sobre blanco
LIM026	patio Refectorio	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco	**LIM060**	Celdas	copa	azul sobre blanco
LIM027	patio Refectorio	sin forma identificable	verde y amarillo sobre blanco	**LIM061**	Celdas	plato	azul sobre blanco
LIM028	patio Refectorio	copa	verde y amarillo sobre blanco	**LIM062**	claustro	jarra	azul sobre blanco
LIM029	patio Refectorio	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM063**	claustro	Jarra	azul sobre blanco
LIM030	patio Refectorio	copa	verde y amarillo sobre blanco	**LIM064**	claustro	plato	azul sobre blanco
LIM031	patio Refectorio	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM065**	claustro	plato	azul sobre blanco
LIM032	patio Refectorio	plato	verde y amarillo sobre blanco	**LIM066**	Celdas	copa	azul sobre blanco
LIM033	patio Refectorio	copa	verde sobre blanco	**LIM067**	Celdas	copa	azul sobre blanco
LIM034	patio Refectorio	plato	verde sobre blanco	**LIM068**	Celdas	copa	azul sobre blanco

TABLA 2. Media y desviación estándar de los valores químicos de los individuos caracterizados del convento de Santo Domingo de Lima para cada elemento utilizado en el estudio. Todos los valores están expresados en ppm (µg·g-¹), excepto aquellas expresadas en porcentaje en peso (%).

Elementos	Media	Desv. est.
La (ppm)	28.16	1.22
Lu (ppm)	0.32	0.05
Nd (ppm)	25.67	2.58
Sm (ppm)	5.66	0.27
Yb (ppm)	2.14	0.20
Ce (ppm)	58.54	2.44
Cr (ppm)	26.42	2.03
Cs (ppm)	51.02	16.43
Eu (ppm)	1.23	0.06
Fe (%)	4.76	0.30
Hf (ppm)	4.76	0.31
Sc (ppm)	16.82	1.35
Ta (ppm)	1.40	0.85
Tb (ppm)	0.73	0.08
Th (ppm)	13.18	1.56
Zn (ppm)	162.42	21.59
K (%)	2.54	0.26
Na (%)	1.57	0.13

sido comparados con el banco de datos arqueométrico sobre cerámica mayólica del ARQUB. La mayoría de los individuos cerámicos que conforman el banco de datos de referencia corresponden a los principales centros productores de la Península Ibérica (Sevilla, Talavera de la Reina, Puente del Arzobispo, Paterna, Manises, Barcelona, Reus, Vilafranca del Penedès, Lleida, Teruel, Muel y Villafeliche), así como a dos centros receptores peninsulares (Mataró y Girona). Igualmente, contamos en este banco de datos con individuos cerámicos procedentes de las Islas Canarias y con materiales cerámicos coloniales americanos procedentes de la República Dominicana, Panamá, Estados Unidos y Guatemala. Para una visión más específica sobre el banco de datos, véase Iñañez (2007), Iñañez *et al* (2009; 2008; 2007) y Buxeda *et al* (2011). Además, también han sido comparados con los datos químicos por AAN publicados en otros trabajos sobre mayólicas de Panamá (Rovira *et al*, 2006) y México (Blackman y Bishop, 2007; Olin y Blackman, 1989).

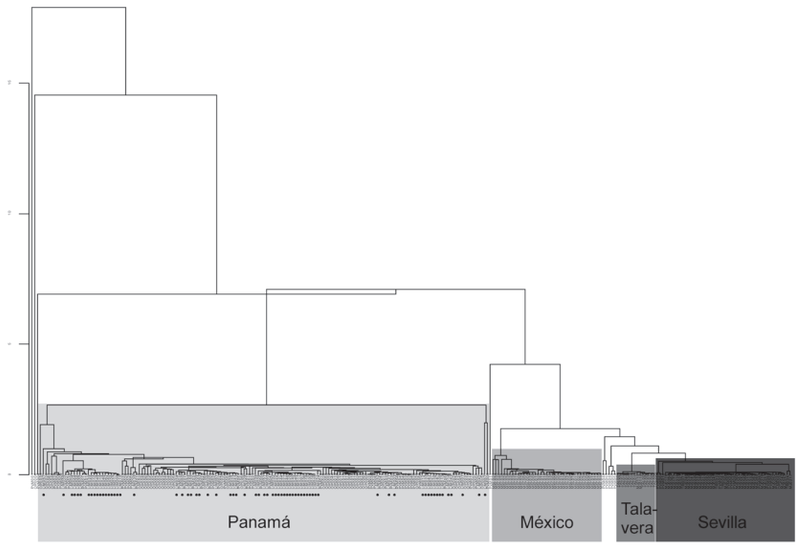
La matriz de variación composicional muestra una variación total (vt) de 2.689, denotando el carácter poligénico de las composiciones químicas de los diferentes grupos de referencia de pasta y los individuos cerámicos (Ic) desconocidos (Buxeda y Kilikoglou, 2003). Los elementos que pueden ser considerados principalmente como responsables de esta variación química son Cs, Cr y Na (vt/τ.i<o.5) (fig. 3).



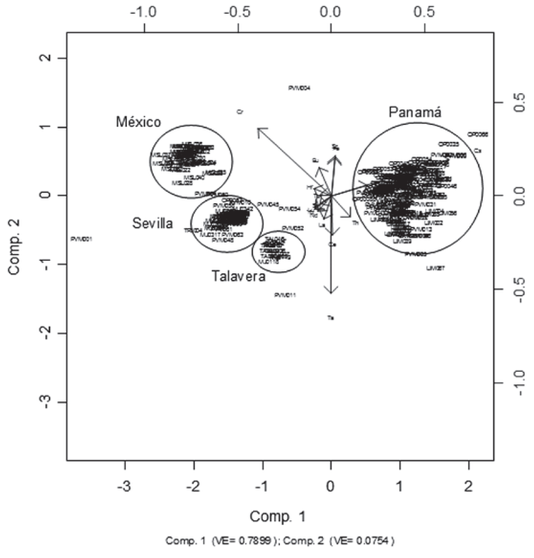
3. Diagrama expresando la variación química de los diferentes elementos utilizados en el tratamiento estadístico. vt/τ.$_i$=parte de la variación total en la matriz de covariancias de logaritmos de razones utilizando el componente xi como divisor respecto a la variación total.

Como resumen del tratamiento estadístico se presenta el dendrograma resultante del análisis de agrupamiento (AA) realizado con el programa S-Plus 2000 (MathSoft, 1999) utilizando la distancia euclidiana al cuadrado y el proceso de aglomeración del centroide sobre la subcomposición Lu, Sm, Yb, Al, Ca, Dy, Mn, Ce, Cr, Eu, Fe, Hf, Sc, Sr, Ta, Th, con su transformación en logaritmo de razones centrados (CLR) utilizando la media geométrica como divisor (fig. 4). En este gráfico, a partir de todos los individuos iniciales que se encuentran en su base, se establece un proceso jerárquico de aglomeración, esto es la unión en cada etapa de un individuo con otro o con otro grupo, o bien de un grupo con otro, hasta la obtención de un único grupo formado por todos los individuos analizados. De esta manera, cuanto más alejada de la base se produzca la unión, menos parecidos son los individuos que se unen en su composición química. En este caso en concreto, el estudio del dendrograma muestra una estructura compleja con la presencia de diversos grupos donde se engloba la práctica totalidad de los individuos estudiados (Tablas 1 y 2). Asimismo, el estudio del dendrograma de los individuos cerámicos analizados procedentes del convento de Santo Domingo (marcados con un círculo en la figura 4) y su contrastación estadística con los grupos de referencias de Panamá y de las principales producciones mexicanas y peninsulares (Sevilla y Talavera de la Reina) (fig. 4) sugiere la existencia de cuatro grandes agrupaciones en el conjunto de datos, los cuales están directamente relacionados con cada uno de los grupos

composicionales de pasta de referencia de los principales centros productores de loza de la Península Ibérica y de América conocidos. La primera agrupación, la mayor en número individuos, comprende los individuos del grupo de referencia de Panamá y la totalidad de los individuos del convento de Santo Domingo. El resto de grupos coinciden con los ya establecidos grupos de referencia mexicanos y peninsulares, sin que haya ningún individuo limeño incluido en los mismos.
Estos resultados se pueden contrastar con el Análisis de Componentes Principales (ACP) realizada sobre la misma subcomposición que el dendrograma de la figura 2: Lu, Sm, Yb, Al, Ca, Dy, Mn, Ce, Cr, Eu, Fe, Hf, Sc, Sr, Ta, Th, K y Na, con su transformación en logaritmo de razones centrados (CLR) utilizando la media geométrica como divisor (fig. 5). Este análisis nos permitirá observar la relación entre los grupos y los diversos componentes, hallando las combinaciones lineales de los componentes iniciales que maximicen la variabilidad en un número pequeño de componentes. De esta manera, conseguimos pasar de un número elevado de variables a un número más reducido de valores calculados como combinaciones de estas concentraciones.
En nuestro caso, los dos primeros componentes principales explican el 86.53% de la variancia. El ACP muestra que los valores de los coeficientes para el primer componente principal (Comp. 1) y que explica el 78.99% de la variancia, presentan atracción hacia sus valores negativos, principalmente de sus valores positivos de Cs y negativos de Cr, quienes ejercen una mayor influencia en la distribución de los individuos en el gráfico de la Figura 5 en sentido horizontal. Además, se observa una clara división entre los individuos provocada también, en menor medida, por la influencia del segundo componente principal (Comp. 2), que explica el 7.54% de la variancia, ejerciendo una atracción en sentido vertical hacia sus valores negativos del Ta y, en menor medida, hacia sus valores positivos de Fe, Sc y Eu. De esta manera, es fácil distinguir las pro-



4. Dendrograma resultante del análisis de conglomerados de los datos químicos obtenidos por AAN de los 68 I_c (LIM) y de los 201 I_c de los grupos de referencia de Panamá, México (Puebla), Sevilla y Talavera, utilizando la distancia euclidiana al cuadrado y el algoritmo aglomerativo del centroide sobre la subcomposición Lu, Sm, Yb, Al, Ca, Dy, Mn, Ce, Cr, Eu, Fe, Hf, Sc, Sr, Ta, Th, K y Na transformada en logaritmos de razones utilizando el Eu como divisor. Los círculos indican los I_c analizados procedentes del convento de Santo Domingo de Lima.



5. Biplot resultante del Análisis de Componentes Principales (ACP) sobre los 269 individuos representados, incluyendo los 68 individuos caracterizados del convento de Santo Domingo (LIM). Comp: Componente principal, VE: variancia explicada.

ducciones cerámicas peninsulares y mexicanas de las panameñas. Podemos apreciar, además, que todos los individuos del convento de Santo Domingo muestran un comportamiento químico compatible con las producciones de mayólica panameñas.

DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES PREVIAS

A modo de resumen del tratamiento estadístico de los datos químicos obtenidos, y de acuerdo al postulado de proveniencia según el cual la variabilidad de una fuente de materia prima ha de ser inferior a la variabilidad entre dos o varias fuentes de materia prima (Weigand *et al*, 1977), proponemos un origen panameño para las piezas cerámicas analizadas del convento de Santo Domingo. De esta manera, y a pesar de las evidencias documentales sobre la producción de mayólica en la ciudad de Lima en época colonial, ésta no ha podido ser determinada arqueométricamente. Consiguientemente, las cerámicas conventuales estudiadas fueron producidas en Panamá y transportadas a Lima, probablemente cuando se trajeron desde España, en la primera década del siglo XVII, 80 mil azulejos para adornar los conventos dominicos de Panamá y Lima (Rovira, 2002). De otra forma, cabría pensar que esta presencia se deba al intenso intercambio comercial que se dio entre la capital del virreinato del Perú, Lima, y la antigua ciudad de Panamá, puerto de importancia vital en el comercio colonial español hacia el Atlántico. Debido al origen panameño de las cerámicas del convento, se puede apuntar la idea sobre una cronología temprana de las mismas, en un momento en que la producción de mayólica en Lima no se hallaría plenamente desarrollada (finales de los siglos XVI y principios del XVII). No obstante, tampoco se debe olvidar que al tratarse de piezas procedentes de un edificio religioso, quizá debamos contemplar la posibilidad de que sean una particularidad. Si tal es así, el origen podría hallarse en un encargo particular por parte del convento a los ceramistas panameños, quizá por motivo de prestigio, aunque hay que indicar que ambas hipótesis no son excluyentes.

En cambio, el presente estudio arqueométrico abre nuevas incógnitas entorno a la producción y, sobre todo, distribución de las mayólicas panameñas en época colonial. Aunque la literatura actual sugiere su amplia distribución en el Pacífico, el presente estudio demuestra y confirma la exportación de mayólicas panameñas hacia Lima, a pesar de que tradicionalmente se ha pensado que el Virreinato del Perú se abasteció con la producción local. Además, se ha determinado la presencia de decoraciones en verde y amarillo, hasta la fecha tradicionalmente interpretadas por muchos como típicamente limeñas, como producciones químicamente pertenecientes al grupo de referencia de Panamá, ampliando las posibilidades estilísticas de este centro productor. De esta manera, se abren nuevas incógnitas sobre las que deberán tratar en profundidad próximos estudios.

AGRADECIMIENTOS

Agradecimientos al proyecto Marie Curie IOF "ARCH-SYMB" PIOF-GA-2008-221399 de la Comisión Europea, y al Patronato de Panamá Viejo y a las excavaciones del Convento de Santo Domingo por proporcionar las muestras.

BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO, S. (1986) – Trayectoria de la cerámica vidriada en el Perú, in *Vidriados y Mayólica del Perú*, 19-31, F. Stastny e S. Acevedo, eds., Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima.

ACEVEDO, S. (2004) – *La loza de la tierra: cerámica vidriada en el Perú*: Lima, Universidad Ricardo Palma. Instituto Cultural Peruano Norteamericano (ICPNA), 215 p.

AITCHISON, J. (1986) – The statistical analysis of compositional data: *Monographs on Statistics and Applied Probability:* London – New York, Chapman and Hall.

ANGULO, D. (1939) – El terremeto del año 1687, *Revista del Archivo Nacional*, 12(1), 1-70.

BLACKMAN, M. J. e BISHOP, R. L. (2007) – The Smithsonian--nist partnership: the application of neutron activation analysis to Archaeology, *Archaeometry*, 49(2), 321-341.

BLACKMAN, M. J.; FOURNIER, P. e BISHOP, R. L. (2006) – Complejidad e interacción social en el México colonial: la producción, intercambio y consumo de cerámicas vidriadas y esmaltadas con base en análisis de activación neutrónica, *Cuicuilco*, 36, 203-222.

BRADING, D. A. (1975) – *Mineros y comerciantes en el México Borbónico (1763-1810)*: México, D. F., Fondo de Cultura Económico.

BUXEDA, J. (1999) – Alteration and Contamination of Archaeological Ceramics: The Perturbation Problem, *Journal of Archaeological Science*, 26(3), 295-313.

BUXEDA, J.; IÑAÑEZ, J. G.; MADRID I FERNÁNDEZ, M. e BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2011) – La ceràmica de Barcelona. Organització i producció entre els segles XIII i XVIII a través de la seva caracterització arqueomètrica, *Quarhis - Quaderns d'Arqueologia i Història de la Ciutat de Barcelona*, 7, 192-207.

BUXEDA, J. e KILIKOGLOU, V. (2003) – Total variation as a measure of variability in chemical data sets, in *Patterns and Process, a Festschrift in honor of Dr. Edward V.Sayre*, 185-198, L. Van Zelst, ed., Smithsonian Center for Materials Research and Education, Suitland, Maryland.

BUXEDA, J.; MADRID I FERNÁNDEZ, M. e IÑAÑEZ, J. G., y VILA SOCIAS, L. (2008) – Arqueometria ceràmica: una arqueologia ceràmica amb més informació, *Cota Zero. Revista d'Arqueologia i Ciència*, 23, 38-53.

BUXEDA, J., MOMMSEN, H. e TSOLAKIDOU, A. (2002) – Alterations of Na, K and Rb concentrations in Mycenaean pottery and a proposed explanation using X-ray diffraction, *Archaeometry*, 44(2), 187-198.

COBO, B. (1882) – *Historia de la Fundación de Lima*: Lima, Imprenta Liberal.

COELLO, A. (2009) – *Informe final sobre el registro de catas y estudio de pisos arquitectónicos realizados al interior de la Casa de la Columna, Antiguo Claustro del Noviciado del Convento de Santo Domingo*, Instituto Nacional de Cultura, Lima.

FLORES, I.; GARCÍA, R. e HUERTAS, V. (1981) – *Investigación arqueológica-histórica de la casa Osambela (o de Oquendo), Lima:* Serie histórico-artístico: Lima, Instituto Nacional de Cultura, 101 p.

GLASCOCK, M. D.; SPEAKMAN, R. J. e NEFF, H. (2007) – Archaeometry at the University of Missouri Research Reactor and the provenance of obsidian artefacts in North America, *Archaeometry*, 49(2), 343-357.

GOGGIN, J. M. (1968) – *Spanish majolica in the New World. Types of the sixteenth to eighteenth centuries:* Yale University Publications in Anthropology, v. 72: New Haven, Department of Anthropology, Yale University, 240 p.

HARTH-TERRÉ, E. (1958) – Azulejos limeños, *Revista del Archivo Nacional del Perú*, 22(2).

IÑAÑEZ, J. G. (2007) – *Caracterització arqueomètrica de la ceràmica vidrada decorada de la Baixa Edat Mitjana al Renaixement dels principals centres productors de la Península Ibèrica:* Tesis Doctorals en Xarxa, Barcelona, Universitat de Barcelona.

IÑAÑEZ, J. G.; BELLUCCI, J. J.; RODRÍGUEZ-ALEGRÍA, E.; ASH, R.; MCDONOUGH, W. e SPEAKMAN, R. J. (2010) – Romita pottery revisited: a reassessment of the provenance of ceramics from Colonial Mexico by LA-MC-ICP-MS, *Journal of Archaeological Science*, 37(11), 2698-2704.

IÑAÑEZ, J. G.; BUXEDA I GARRIGÓS, J.; SPEAKMAN, R. J. e GLASCOCK, M. D. (2008) – Chemical characterization of majolica pottery from the main production centers of the Iberian Peninsula (14^{th}-18^{th} centuries), *Journal of Archaeological Science*, 35(2), 425-440.

IÑAÑEZ, J. G.; SCHWEDT, A.; MADRID I FERNÁNDEZ, M.; BUXEDA I GARRIGÓS, J. e GURT I ESPARRAGUERA, J. M. (2007) – Caracterización arqueométrica de los principales centros productores catalanes de cerámica mayólica de los siglos XVI y XVII, in *Avances en Arqueometría 2005. Actas del VI Congreso Ibérico de Arqueometría*, J. Molera, J. Farjas, P. Roura, y T. Pradell, eds., Universitat de Girona, Girona, 97-107.

IÑAÑEZ, J. G. e SPEAKMAN, R. J. (2011) – Technological Features of Colonial Glazed Pottery from el Convento de Santo Domingo (Antigua, Guatemala). Similarities and Differences between Colonial and Spanish Pottery, in *Proceedings of the 37^{th} International Symposium on Archaeometry* I. Turbanti-Memmi, ed., Springer-Verlag, Berlin Heidelberg, 77-82.

IÑAÑEZ, J.; SPEAKMAN, R. J.; BUXEDA I GARRIGÓS, J. e GLASCOCK, M. D. (2009) – Chemical Characterization Of Tin-Lead Glazed Pottery From The Iberian Peninsula And The Canary Islands: Initial Steps Toward A Better Understanding Of Spanish Colonial Pottery In The Americas, *Archaeometry*, 51(4), 546-567.

JAMIESON, R. W. e HANCOCK, R. G. V. (2004) – Neutron activation analysis of colonial ceramics from Southern Highland Ecuador, *Archaeometry*, 46(4), 569-583.

LISTER, F. C. e LISTER, R. H. (1974) – Maiolica in colonial Spanish Amercia, *Historical Archaeology*, 8, 17-52.

LISTER, F. C. e LISTER, R. H. (1982) – Sixteenth Century Maiolica pottery in the valley of Mexico: *Anthropological papers of the University of Arizona*, v. 39: Tucson, Arizona, University of Arizona press.

LONG, G. (1967) – *Archaeological Investigations at Panamá Vieja,* University of Florida, Gainesville.

MAGGETTI, M.; WESTLEY, H. e OLIN, J. S. (1984) – Provenance and technical studies of Mexican Majolica using elemental and phase analysis, in *Archaeological Chemistry* III, 151-191, J. B. Lambert, ed., Advances in Chemistry Series No. 205, American Chemical Society, Washington, DC.

MARTÍN, J. G.; CAICEDO, A.; ETAYO, B.; GARCÉS, A. e SANABRIA, P. (2007) – Producción y comercialización de cerámicas coloniales en los Andes: el caso de las mayólicas de Popayán, *Boletín Gabinete de Arqueología*, 6(6), 23-38.

MATHSOFT (1999) – *S-PLUS 2000. User's Guide:* Seattle, Data Analysis Products Division, MathSoft.

MELÉNDEZ, J. D. (1681) – *Tesoros Verdaderos de las Indias*: Roma.

NEUSTUPNÝ, E. (1971) – Wither Archaeology?, *Antiquity*, 45, 34-39.

OLIN, J. S. e BLACKMAN, M. J. (1989) – Compositional classification of Mexican majolica ceramics of the Spanish Colonial period, in *Archaeological Chemistry* IV, R. O. Allen, ed., Advances in chemistry series, 220, American Chemical Society, Washington DC, 87 - 112.

OLIN, J. S.; BLACKMAN, M. J.; MITCHEM, J. E. e WASELKOV, G. A. (2002) – Compositional analysis of glazed earthenwares from eighteen-century sites on the northern Gulf Coast, *Historical Archaeology*, 36(1), 79-96.

RICE, P. M. (1997) – Tin-Enameled Wares of Moquegua, Perú, in *Approaches to the Historical Archaeology of México, Central and South America*, J. Gasco, G. C. Smith, y P. Fournier, eds., The Institute of Archaeology, University of California, Los Angeles, 173-180.

ROVIRA, B. (1997) – Hecho en Panamá: la manufactura colonial de mayólicas, *Revista Nacional de Cultura*, 27, 67-85.

ROVIRA, B. E. (2001) – Presencia de mayólicas Panameñas en el mundo colonial: algunas consideraciones acerca de su distribución y cronología, *Latin American Antiquity*, 12, 291 - 303.

ROVIRA, B. E.; BLACKMAN, J.; VAN ZELST, L.; BISHOP, R.; RODRÍGUEZ, C. C. e SÁNCHEZ, D. (2006) – Caracterización química de cerámicas coloniales del sitio de Panamá Viejo. Resultados preliminares de la aplicación de activación neutrónica instrumental, *Canto Rodado*, 1.

SCHWEDT, A.; MOMMSEN, H.; ZACHARIAS, N. e BUXEDA I GARRIGÓS, J. (2006) – Analcime crystallization and compositional profiles - comparing approaches to detect post-depositional alterations in archaeological pottery, *Archaeometry*, 48(2), 237-251.

STASTNY, F. e ACEVEDO, S., eds. (1986) – *Vidriados y Mayólica del Perú*: Lima, Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

THERRIEN, M.; UPRIMNY, E.; LOBO-GUERRERO, J.; SALAMANCA, M.; GAITÁN, F. e FANDIÑO, M. (2002) – *Catálogo de cerámica colonial y republicana de la Nueva Granada: producción local, materiales foráneos (Costa Caribe, Altiplano Cundiboyacense-Colombia)*: Bogotá, FIAN-Banco de la República.

TSCHOPICK, H. (1950) – An Andean ceramic tradition in historical perspective, *American Antiquity*, 15(3), 196-218.

WEIGAND, P. C.; HARBOTTLE, G. e SAYRE, E. V. (1977) – Turquoise sources and source analysis: Mesoamerica and the Southwestern USA, in *Exchange systems in prehistory,* T. K. Earle e J. E. Ericson, eds., Academic Press, New York & London, 15-34.

MAJÓLICAS ITALIANAS DO TERREIRO DO TRIGO (LISBOA)

CRISTINA GONZALEZ Crivarque, Lda.

RESUMO Resultante de uma intervenção arqueológica que durante o ano de 2010 decorreu no Largo do Terreiro do Trigo (Lisboa) e algumas ruas adjacentes recolheu-se um conjunto de fragmentos de cerâmica desde o início identificados como majólica de produção italiana. A intervenção desenvolvida pela empresa Crivarque acompanhou as obras de construção de um troço da nova rede de saneamento promovida pela SIMTEJO em Lisboa, tendo proporcionado a escavação arqueológica em áreas consideráveis do Largo do Terreiro do Trigo e Rua do Terreiro do Trigo, atingindo os níveis de aterro do século XVI donde maioritariamente se recolheram estas cerâmicas.

O conjunto não é muito significativo do ponto de vista quantitativo, no entanto inclui na sua grande maioria repertório formal comum a todas as exportações feitas para o mundo ibérico (Portugal, Espanha e Novo Mundo). Estão presentes sobretudo produções de Montelupo, Deruta e Ligúria, que se afiguram como principais centros exportadores durante este período.

O estudo desta colecção é pertinente para a compreensão da evolução do comércio da cerâmica em Portugal durante o século XVI, porque revela uma viragem no gosto pela policromia em detrimento do monocromatismo da cerâmica valenciana com maior expressão na centúria anterior.

Não obstante a grande quantidade e diversidade de majólicas italianas existentes em contextos arqueológicos urbanos, a ausência do seu estudo sistemático tem vindo a revelar-se como uma lacuna na compreensão da extensão da importância deste tipo de objectos, tanto em termos de quotidiano como dos circuitos comerciais que compõem uma economia cada vez mais global.

PALAVRAS-CHAVE Cerâmica fina, estética renascentista, centro de importação, eixo mediterrânico

ENQUADRAMENTO E INTERPRETAÇÃO

Entre Fevereiro e Outubro de 2010 diversas ruas do bairro de Alfama (Lisboa) foram alvo de profundas escavações no seguimento de uma obra da SIMTEJO que tinha por objectivo a requalificação do sistema de saneamento da cidade, redireccionando os esgotos do Tejo para a ETAR de Alcântara. A elevada afectação do subsolo nas imediações mais próximas do antigo Chafariz de El-Rei e no lado exterior da Cerca Moura e Muralha Fernandina, fazia prever desde o início uma intervenção arqueológica sobre níveis de cronologia Moderna, que viria a ser conduzida pela CRIVARQUE[1].

O acompanhamento da abertura de valas que atingiam nalguns casos 3 a 5 m de profundidade, bem como a escavação arqueológica em três áreas distintas, uma na Rua do Terreiro do Trigo com a designação de CVM-RTT e duas no Largo do Terreiro do Trigo, respectivamente EE-TT e CVM-LTT[2], permitiram detectar níveis de aterros datáveis do século XVI onde se recolheu um conjunto significativo de majólicas italianas (Fig. 1).

INTERVENÇÃO NOS CONTEXTOS DA RIBEIRA DO SÉCULO XVI

A intervenção arqueológica incidiu sobre uma área compreendida entre a Rua do Cais de Santarém e sensivelmente metade da extensão da Rua do Terreiro do Trigo, incluindo o Largo do Terreiro do Trigo e o início da Travessa de São João da Praça, abrangendo algumas das freguesias mais nucleares da cidade de Lisboa: Sé, São Miguel e Santo Estêvão. Esta zona, já na base da encosta de Alfama que sobe até ao castelo, corresponde ao que até ao início da Idade Moderna se poderia caracterizar como praia, uma margem de terra exterior às muralhas da cidade, que encontrava o seu limite no rio Tejo e onde não existiriam estruturas portuárias propriamente construídas mas apenas alguns locais conhecidos onde as embarcações costumavam ancorar (Blot, 2003, p. 242). Aqui se desenrolariam actividades directamente ligadas ao rio e ao abastecimento de água, no qual o Chafariz de El-Rei desempenharia um papel fundamental, em associação com o Chafariz de Dentro um pouco mais a Este e como o nome indica no interior do perímetro amuralhado.

1. Para uma abordagem mais aprofundada sobre a intervenção veja-se *Uma aproximação à Ribeira de Lisboa através de uma intervenção no Largo do Terreiro do Trigo. Os novos espaços da cidade Moderna*.

2. O nome que usámos para identificar as áreas que foram alvo de escavação arqueológica respeita à forma como foram designadas no projecto da obra, onde seriam construídas infra-estruturas específicas do sistema de saneamento em questão. Assim, por CVM-RTT entenda-se Câmara de Válvula de Maré da Rua do Terreiro do Trigo, EE-TT significa Estação Elevatória do Terreiro do Trigo e CVM-LTT Câmara de Válvula de Maré do Largo do Terreiro do Trigo.

1. Locais da intervenção onde foram recolhidas majólicas italianas: 1 – Largo do Terreiro do Trigo, EE-TT; 2 – Rua do Terreiro do Trigo, CVM-RTT; 3 – Largo do Terreiro do Trigo, CVM-LTT; 4 – Travessa de S. João da Praça; 5 – Rua do Cais de Santarém, vala 4.2; 6 – Largo do Terreiro do Trigo, vala 4.4/5; 7 – Rua do Terreiro do Trigo, vala 3.

Entre os finais do século XV e inícios do século XVI esta zona, também conhecida como a *Ribeira*, vai receber grandes obras sob direcção régia, que implicam a realização de grandes aterros para conquistar terras ao rio e, terão como resultado uma profunda reestruturação da cidade. É na Ribeira que serão construídos os principais edifícios e equipamentos ligados às viagens e comércio ultramarino, e consequentemente os edifícios representantes do poder régio e municipal. Na Ribeira das Portas do Mar, a Este do Terreiro do Paço, Alfândega e Terreiro do Trigo manuelino, funcionará o principal mercado dos víveres a partir da segunda metade do século XVI (Caetano, 2004, p. 157-159). O actual Largo do Terreiro do Trigo, continuação para Este da área ocupada pelo mercado, teria a designação própria de Campo da Lã, onde teriam lugar actividades de curtimento, lavagem e secagem de peles (Silva, 1987, p. 114), que beneficiavam da proximidade das nascentes de água aqui existentes e do próprio rio.

O acompanhamento e escavação arqueológica revelaram sob níveis de ocupação datáveis genericamente entre o século XVII e o Terramoto de 1755, uma larga sucessão de camadas de aterro até ao substrato geológico de areolas, que apenas se observou no Largo do Terreiro do Trigo a cerca de 5 m de profundidade. Os depósitos pareciam suceder-se de forma bastante linear, intercalando-se entre sedimentos negros com elevada concentração de matéria orgânica e sedimentos esbranquiçados arenosos (fig. 2). Quer no caso da escavação na CVM-RTT quer no da CVM-LTT se detectou a existência de grandes infra-estruturas de saneamento em pedra não afeiçoada e ligada por uma argamassa extremamente arenosa sob depósitos que partilhavam estas mesmas características[3]. O espólio associado a estes depósitos centrava-se perfeitamente no século XVI e foi maioritariamente nestes contextos que se recolheu o conjunto de fragmentos de majólica italiana que iremos analisar.

MAJÓLICAS DO TERREIRO DO TRIGO

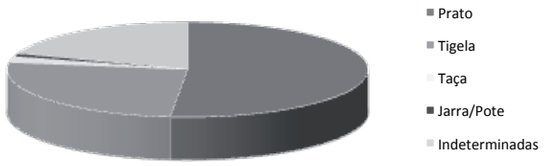
O conjunto é composto por noventa e sete indivíduos, dos quais não existe nenhuma peça completa, mas onde se incluem bastantes fragmentos de dimensões significativas para aferir formas e temas decorativos recorrentes neste tipo de cerâmicas.

As majólicas italianas distinguem-se facilmente entre as restantes produções que encontramos nos contextos quinhentistas desta intervenção. Caracterizam-se pelas suas pastas bastante depuradas e compactas, esmalte de boa qualidade, muito homogéneo e suave ao toque, e pela policromia e novos motivos utilizados na decoração, diferenciando-se claramente das produções sevilhanas mais sóbrias que têm também

3. Denote-se que o projecto da SIMTEJO visava interceptar um destes caneiros na CVM-LTT, que se encontrava ainda em funcionamento. Na CVM-RTT visava-se interceptar uma manilha do século XX que se encontrava exactamente ao lado de um grande caneiro que apenas se detectou na escavação arqueológica e por onde ainda circulavam pelo menos águas pluviais.

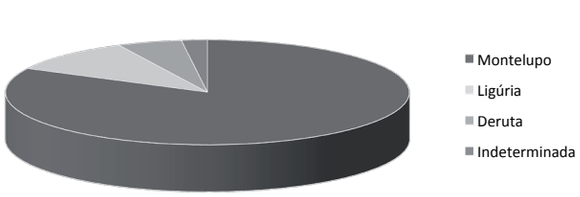
2. Depósitos de aterros enegrecidos no Largo do Terreiro do Trigo, onde se recolheu um número significativo de majólicas italianas.

Prato	Tigela	Taça	Jarra/Pote	Indeterminadas	Total
50	25	2	1	19	97



3. Distribuição de formas pelo total de n.º de indivíduos do conjunto.

Montelupo	Ligúria	Deruta	Indeterminada	Total
80	10	5	2	97



4. Distribuição dos centros produtores identificados pelo total de nº de indivíduos do conjunto.

lugar de destaque entre as importações observadas nesta fase. O repertório formal não é muito diversificado, assumindo-se principalmente como uma loiça para serviço de mesa onde se destacam as formas abertas (fig. 3), maioritariamente pratos e tigelas, de dimensões relativamente pequenas.

Os centros produtores identificados são comuns aos que maioritariamente se têm verificado nos destinos de exportação, à partida centros urbanos onde existam camadas de população mais abastada, próximos dos principais eixos comerciais marítimos. A grande maioria do conjunto consiste em produções da Toscânia, geralmente atribuídas a Montelupo, mas também de Deruta, na região da Úmbria, e da Ligúria, para além de alguns fragmentos cuja dimensão ou tipo de decoração não permitiu uma identificação segura (fig. 4)[4].

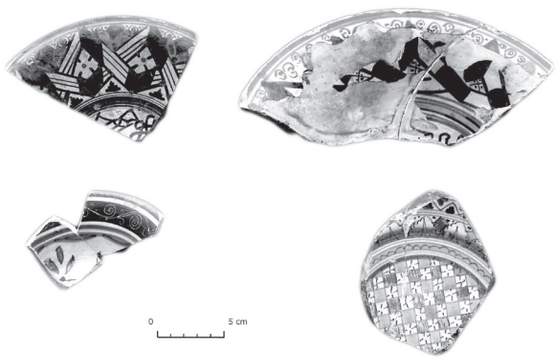
MONTELUPO

Distinguiram-se oitenta peças que, pelo tipo de pasta e decoração, se podem identificar como produções de Montelupo. Apresentam pastas extremamente depuradas, de textura suave e mesmo polvorenta, de coloração que pode variar entre o branco marfim e o bege rosado. Os esmaltes são de boa qualidade, homogéneos e brilhantes num tom branco leitoso.

As formas incluem os pratos, mais ou menos fundos, de bordo ligeiramente extrovertido e lábio arredondado, paredes bastante esvazadas e um característico fundo em disco de base plana. As tigelas são normalmente de bordo em aba, lábio arredondado, corpo hemisférico e fundo em ônfalo. Distinguiram-se duas taças, com diâmetro de bordo inferior ao da generalidade das tigelas, corpo mais profundo e cilíndrico e bordo ligeiramente extrovertido e lábio arredondado. Parece igualmente pertencer a este grupo o único fragmento que atribuímos a uma forma fechada, cujas dimensões reduzidas não permitem avançar com exactidão a que tipo de peça corresponderia, podendo tratar-se talvez de uma pequena jarra ou pote.

Estão representados neste conjunto alguns dos principais temas decorativos comummente associados às majólicas de Montelupo com produção entre os finais do século XV e os inícios do século XVII, que podem ser encontrados em centros de importação como o Porto (Dordio, Teixeira e Sá, 2001, p. 134, fig. 7), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 233, cat. 201 e 204), Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 185, 192-193), Santiago de Compostela (Castro Lorenzo, 2009, p. 142-143) ou Granada (Carta, 2003, p. 38-43).

O tema decorativo mais representado neste conjunto, sobre vinte e um exemplares, consiste em motivos vegetalistas estilizados ou simplesmente geométricos esgrafitados sobre uma banda horizontal azul escura, e por isso designado como decoração "a blu graffito". Conjuga-se muitas vezes com outras bandas a amarelo, verde e novamente azul. É mais frequente imediatamente abaixo do bordo de pratos (Est. I.1) ou sobre a aba das tigelas (Est. I.3), embora existam excepções e também se possa aplicar junto ao fundo (Est.



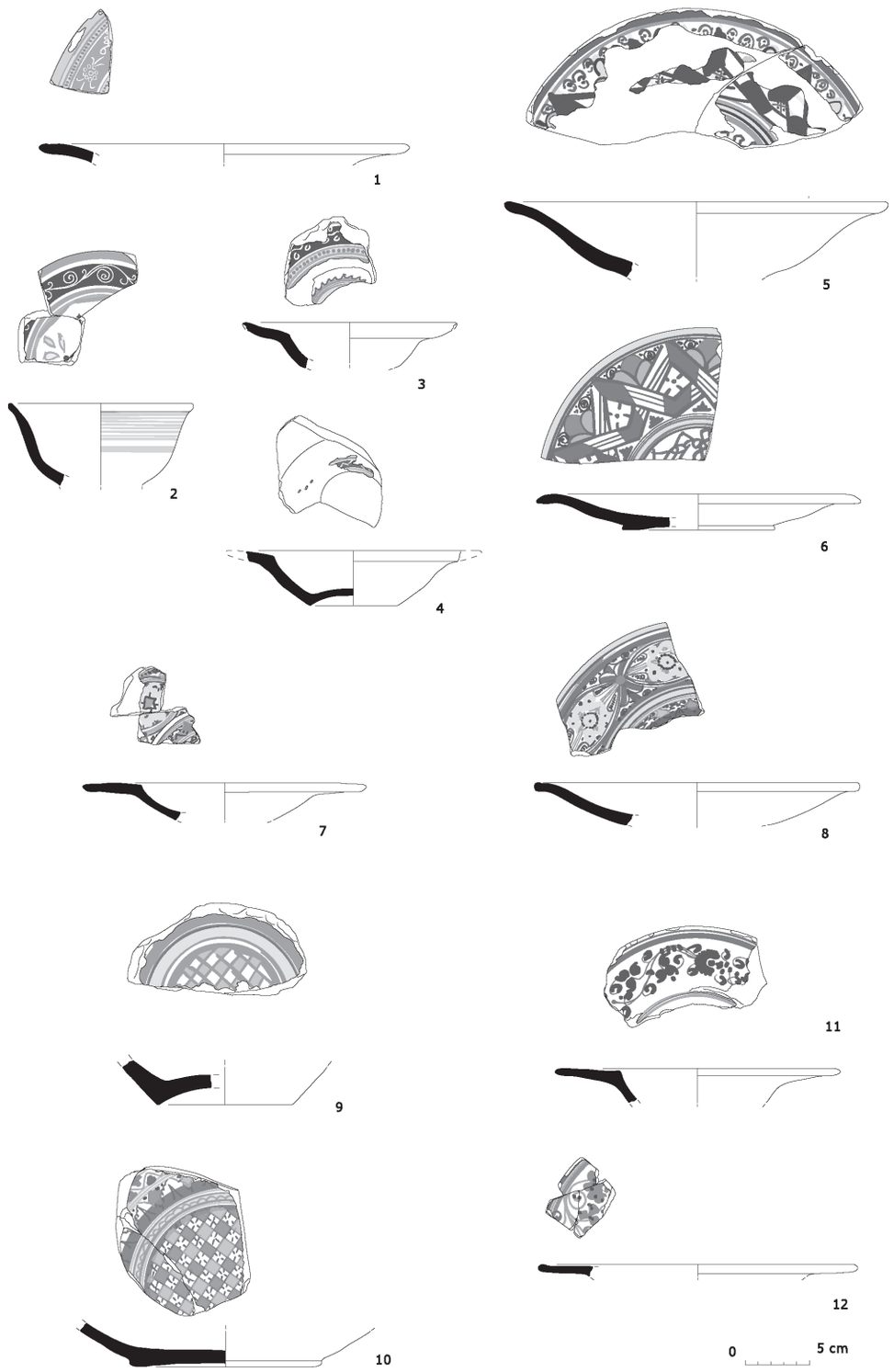
5. Majólicas de Montelupo decoradas "a nastri spezzati", "a blu graffito" e "a scacchiera policroma".

4. Utilizámos como referência fundamental para a classificação das majólicas o trabalho de Raffaella Carta (2003) sobre o conjunto recolhido no Alhambra, Granada, não só pelo volume significativo daquele espólio como também pelas semelhanças com o conjunto recolhido no decorrer desta intervenção, sendo exemplificativo das cerâmicas italianas que chegam aos centros de importação da Península Ibérica.

I.4). Inserem-se ainda neste grupo duas taças onde se observou decoração na face exterior, sob a forma de sucessivas bandas azuis horizontais (Est. I.2). Tem-se atribuído uma cronologia bastante restrita para a sua produção entre os finais do século XV e a primeira metade do século XVI (Carta, 2003, p. 40).

O motivo decorativo "a nastri spezzati" encontra-se representado sobre nove peças, todas elas pratos[5] (Est. I.5-6). A decoração consiste em duas largas bandas que-

5. Apenas um indivíduo levanta dúvidas quanto à sua forma por se tratar de um fragmento demasiado pequeno, tendo-se definido como "forma indeterminada".



Est. I – Majólicas de Montelupo: 1-4: decoração "a blu graffito"; 5-6: decoração "a nastri spezzati"; 7-8: decoração "a rombi e ovali"; 9-10: motivo central "a scacchiera policroma"; 11-12: decoração azul "alla porcellana".

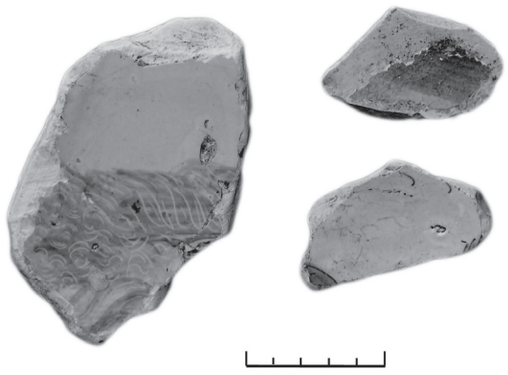
bradas a azul que se vão entrecruzando horizontalmente a toda a volta do interior das paredes, logo abaixo do bordo. Os pontos onde as bandas se cruzam são complementados por elementos semicirculares pintados a verde e vermelho e traços azuis estilizados em forma de pequenas espirais. Para estas produções, aponta-se uma cronologia alargada para todo o século XVI podendo chegar aos inícios do século XVII (*ibidem,* p. 39).

Sete peças apresentam decoração "a rombi e ovali", elementos dispostos horizontalmente abaixo do bordo que sugerem flores ou "diamantes" a amarelo inseridos em óvulos delimitados a azul (Est. I.7-8). Aparecem conjugados com pequenos losangos preenchidos a vermelho e verde junto ao fundo. Sabemos que se costumam conjugar com um motivo central sobre o fundo, tal como acontece nos temas anteriormente descritos, mas não dispomos de nenhum perfil completo para este caso. As cronologias centram-se nos finais do século XV e primeira metade do século XVI pela presença de vermelho (*ibidem*, 39). Do mesmo período se consideram os motivos centrais "a scacchiera policroma", axadrezado preenchido a verde e vermelho, dos quais temos quatro exemplares de fundos, desconhecendo os motivos que se estenderiam no restante da peça (Est. I.9-10).

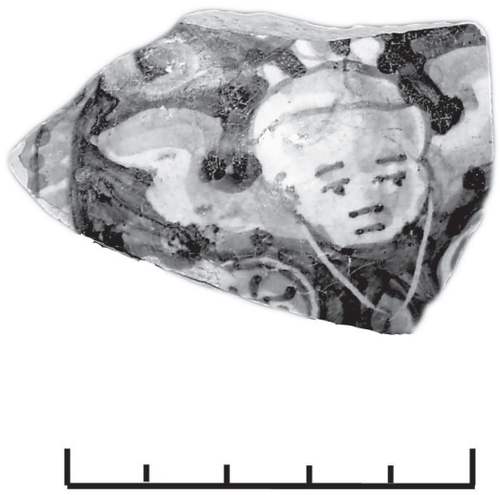
Sobre a aba do bordo de duas tigelas observa-se um tipo de decoração conhecido como "alla porcellana", composto de motivos vegetalistas estilizados pintados exclusivamente a azul (Est. I.11-12). São produções atribuídas igualmente aos finais do século XV e primeira metade do século XVI (*ibidem*, p. 41). Também pintados a azul são os motivos "a nodo orientale" e outros que parecem ser suas derivações, surgindo como tema central no fundo ou sobre as paredes, podendo pelo menos no primeiro caso conjugar-se com outros temas. É o caso de um prato decorado "a nastri spezzati" e "nodo orientale" sobre o fundo (Est. I.6).

Quatro fragmentos de fundos apresentam ainda motivos figurativos ou de paisagens com ondas do mar ou vento estilizado (fig. 6), em que as suas dimensões reduzidas não permitem uma compreensão mais completa sobre o motivo, podendo-se enquadrar num estilo mais tardio dos finais do século XVI e inícios do século XVII, precisamente apelidado de "figurato tardo" (*ibidem*, p. 42).

Finalmente, diversos exemplares possuem decorações que não conseguimos enquadrar propriamente num estilo definido. Destaca-se sobre a única forma fechada do conjunto a representação da face de um anjinho ("putto") sobre um fundo azul, com elementos amarelos e verdes (fig. 7), utilizando exactamente os mesmos tons característicos das produções de Montelupo do século XVI. É de notar também a presença de alguns pratos de fundo em disco com motivos centrais como uma flor (fig. 8), uma jarra ou escudo e um medalhão preenchido a amarelo com flores vermelhas. Sobre as paredes de alguns pratos desenham-se também motivos geométricos ou vegetalistas preenchendo a quase totalidade da superfície.



6. Majólica de Montelupo com decoração no estilo "figurato tardo".



7. Fragmento de forma fechada de majólica de Montelupo com figuração de "putto".

LIGÚRIA

As produções do século XVI da região da Ligúria também se encontram representadas no conjunto das majólicas recolhidas nesta intervenção, apesar de com muito menor expressão que as de Montelupo. Tratam-se de dez indivíduos, todos eles revestidos a esmalte azul claro designado de "berettino" com motivos decorativos pintados a azul escuro (Est. II.1-5).

Caracterizam-se pelas suas pastas compactas e depuradas, de textura ligeiramente rugosa, em tons bege

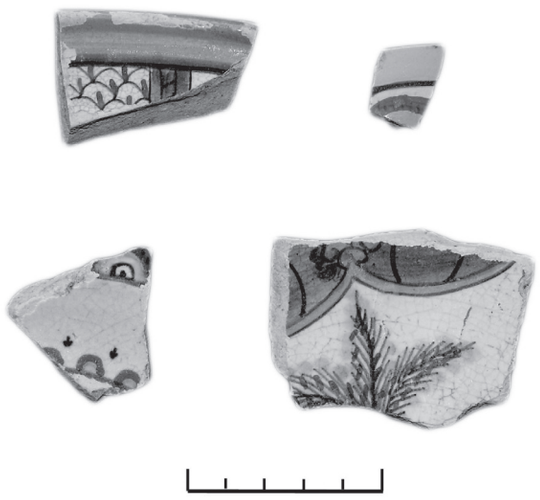
amarelados. O esmalte é espesso, homogéneo e bastante resistente, notando-se perfeitamente a linha de diferença entre este e a pasta. As formas presentes resumem-se a pequenos pratos fundos, de bordo extrovertido e lábio arredondado, com fundo de base plana e um pequeno pé anelar.

Este grupo de majólicas obteve também grande sucesso nos destinos de exportação e pode ser encontrado nos mesmos contextos que as cerâmicas de Montelupo, como sucede no Porto (Dordio, Teixeira e Sá, 2001, p. 134, fig. 7), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 233, cat. 202-203, 207), Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 187-188), Alcoutim (Gradim, 2005, p. 201, fig. 30) ou Granada, em Espanha (Carta, 2003, p. 31-34).

Os fragmentos mais completos de que dispomos apresentam decorações características destas produções. Sobre a face exterior das paredes entrecruzam-se sucessivas linhas curvas que terminam junto ao pé (Est. II.1-2, 5), motivo conhecido como "a cespo o a cestino" (*ibidem*, p. 34).

Na face interior das peças observa-se logo abaixo do bordo um tipo de decoração simples, formada por linhas horizontais completadas por sucessões de pequenos arcos (Est. II.1), ou no estilo "calligrafico a volute di tipo C" com duas sequências paralelas de folhas estilizadas sobre uma linha horizontal entre ambas (Est. II.2). Sobre o fundo afiguram-se temas decorativos centrais, dos quais temos os exemplos de um motivo em flor (Est. II.3) e um motivo "calligrafico a volute di tipo B", estilo de composição de linhas de forma bastante abstracta, fazendo lembrar uma "distorção" de caligrafia ou de motivos vegetalistas (Est. II.4).

8. Majólica de Montelupo com motivo decorativo central com uma flor.



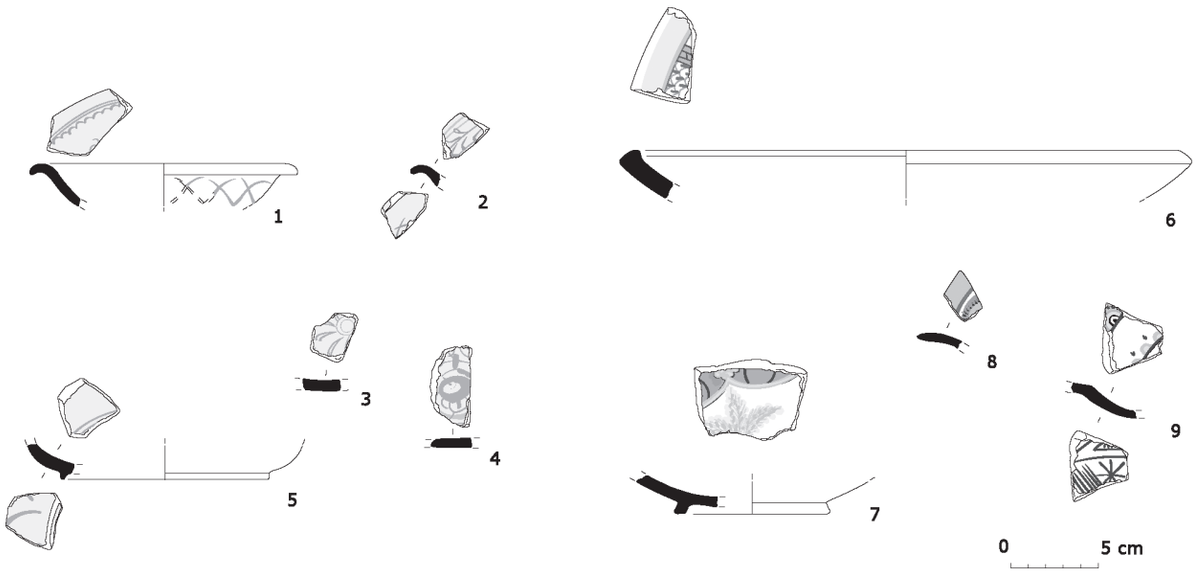
9. Majólicas de Deruta.

DERUTA

Deste centro produtor na região da Úmbria chegam-nos apenas cinco exemplares, o que aliás se coaduna com a fraca presença deste grupo também entre outros destinos onde se verifica a presença de majólicas italianas.

Diferenciam-se das outras produções pela sua pasta bege mais alaranjada ou rosada, bastante compacta e algo rugosa. Os esmaltes são homogéneos, bastante finos e brilhantes, encontrando-se por vezes ligeiramente estalados sobre as zonas brancas não pintadas. Tratam-se em todos os casos de formas abertas e apresentam decorações bastante diferenciadas (fig. 9).

Faz parte deste grupo um prato de bordo espessado e introvertido, de largo diâmetro com 33 cm, com decoração dividida por sectores ou "quartieri" sobre a parede (Est. II.6), que se atribui aos inícios do século XVI (*ibidem*, p. 44). Num destes sectores é visível um motivo de arcos azuis e pequenos traços a laranja, assemelhando-se a uma representação de escamas. A face exterior foi totalmente preenchida num tom amarelo pálido que se estendia ainda sobre o lábio. Existe um fragmento de fundo de um prato de pé anelar pronunciado (Est. II.7), com o mesmo tipo de decoração a amarelo no exterior e um motivo vegetalista no interior, que repete os pequenos traços a laranja sobre uma planta ou arbusto. Não se devem tratar da mesma peça, pois a espessura da parede do fragmento junto ao bordo é significativamente maior que a do junto ao fundo.



Est. II – Majólicas em esmalte "berettino" da Ligúria (1-5) e de Deruta (6-9).

Um motivo decorativo usual nestas produções é a representação de "olhos de penas de pavão", como surge também entre os exemplares de Granada, aparecendo sobre um fragmento de bordo de um pequeno prato ou tigela (Est. II.8) e sobre a parede de uma pequena tigela de bordo em aba (Est. II.9). Nesta, a face exterior da parede recebe uma decoração estilizada em traços paralelos e uma estrela pintados a azul, também dividida por sectores.

CONCLUSÕES

A presença de um conjunto de majólicas italianas do século XVI em contextos Modernos no centro histórico de Lisboa não é de todo um fenómeno não expectável. De facto, seria de prever que a uma cidade que funcionou como um dos principais portos dos eixos comerciais marítimos, sobretudo entre os finais do século XV e a primeira metade do século XVI, afluíssem com alguma facilidade os produtos que no resto da Europa eram vistos como objectos de algum prestígio e logo, se tornaram moda. Chegam aos mercados portugueses a par das abundantes cerâmicas sevilhanas, e mais raramente das produções de louça dourada valenciana, revelando o activo eixo comercial Mediterrânico que tem como Sevilha um centro produtor e distribuidor fundamental[6]. As rotas mediterrânicas continuam neste período a fazer circular algumas das cerâmicas de prestígio que chegam às mesas dos habitantes mais abastados de Lisboa, contrabalançado apenas pela introdução das altamente requisitadas porcelanas chinesas através da rota do Cabo.

O estudo desta colecção é pertinente para a compreensão não só do comércio da cerâmica em Portugal durante o século XVI, mas também do ambiente cultural que então se vivia. Para além do alargamento dos mercados, denota-se a aceitação de uma nova estética renascentista. O enorme sucesso das produções de Montelupo revela a descoberta pelo gosto da policromia, explorando tons de azuis intensos, amarelos e verdes. Simultaneamente a adopção dos motivos figurativos representados nas majólicas, quer de Montelupo, Ligúria ou Deruta, constituem uma novidade relativamente às cerâmicas valencianas de estética mudéjar em apogeu na centúria anterior.

Do ponto de vista arqueológico, a associação sistemática destas cerâmicas a contextos de aterros situados no exterior das muralhas medievais da cidade é um importante indicador cronológico das grandes obras efectuadas na *Ribeira* de Lisboa durante o século XVI. O aparecimento de um considerável conjunto de peças com decorações características da primeira metade do século XVI aliadas a outras, em muito menor volume, que apenas surgem após os seus meados, situa os mesmos contextos já nas primeiras décadas da segunda metade do século XVI, momento em que este espaço urbano começa a ser mais intensamente utilizado.

6. Ao invés da louça sevilhana extremamente sóbria, com um público muito mais abrangente, as cerâmicas valencianas continuam a ter ainda no século XVI alguma expressão nas mesas mais ricas, tendo-se recolhido no Terreiro do Trigo nos mesmos contextos que a majólica italiana, ainda que em número extremamente reduzido. Continuam a chegar a alguns dos outros centros urbanos do país, como é o caso do Porto (Dordio, Teixeira e Sá, 2001, p. 133).

BIBLIOGRAFIA

BLOT, M. L. (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

CAETANO, C. (2004) – *A Ribeira de Lisboa. Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora.

CARTA, R. (2003) – *Cerámica italiana en la Alhambra*. Granada: Grupo de Investigación Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada.

CASTRO LORENZO, M. L. (2009) – La vajilla de lujo en Santiago de Compostela en los siglos XVI y XVII: aportaciones de la arqueología. *Revista de Estudios Provinciais*. Pontevedra. 22, p. 123-158.

DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. e SÁ, A. (2001) – Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia. *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, p. 117-166.

FERNANDES, I. e CARVALHO, R. (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós*-Medieval. Tondela: Câmara Municipal, p. 211-255.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1996) - Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV - XVI do Poço-Cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 143–205.

GRADIM, A. (2005) – Um conjunto de Faianças da Vila de Alcoutim. *Portugalia*. Porto. Nova Série. Vol. XXVI, p. 175--205.

SILVA, A. V. da (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Vol. II. 2.ª edição. Lisboa: CML.

PRODUÇÕES SEVILHANAS – AZUL SOBRE BRANCO E AZUL SOBRE AZUL

NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS ENTRE O LITORAL ALGARVIO E A ANDALUZIA (SÉCULO XVI-XVII)

PAULO BOTELHO **Arqueólogo, AES Arqueologia, Lda.**

RESUMO No contexto arqueológico do litoral Algarvio surgem, com frequência, exemplares de produções sevilhanas azul sobre branco e azul sobre azul, enquadráveis entre a primeira metade do século XVI e segunda metade do século XVII. A investigação arqueológica mostrou-nos a necessidade de uma análise mais profunda das relações comerciais e económicas entre a Andaluzia e o litoral Algarvio neste período.

PALAVRAS-CHAVE **Algarve, Andaluzia, economia, cerâmica, Sevilha**

1. RELAÇÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS ENTRE O LITORAL ALGARVIO E A ANDALUZIA

Situado no extremo Sul de Portugal continental, entre o Mediterrâneo e o Atlântico, o Algarve surge como uma região particularmente dinâmica no mapa ibérico do período moderno.

Com a conquista das praças Norte africanas, no século XV, a região passa a assumir um papel de relevo na nova estratégica régia, transformando-se na principal plataforma logística de apoio a estes territórios.

A presença portuguesa em Marrocos passa a permitir um maior controlo sobre as águas do golfo ibero-marroquino, alargando as zonas de pesca e fomentando a navegação por cabotagem, favorecendo deste modo, a reabilitação das antigas rotas comerciais existentes entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa, anteriormente assoladas pela pirataria magrebina (Pereira, 2008, p. 90).

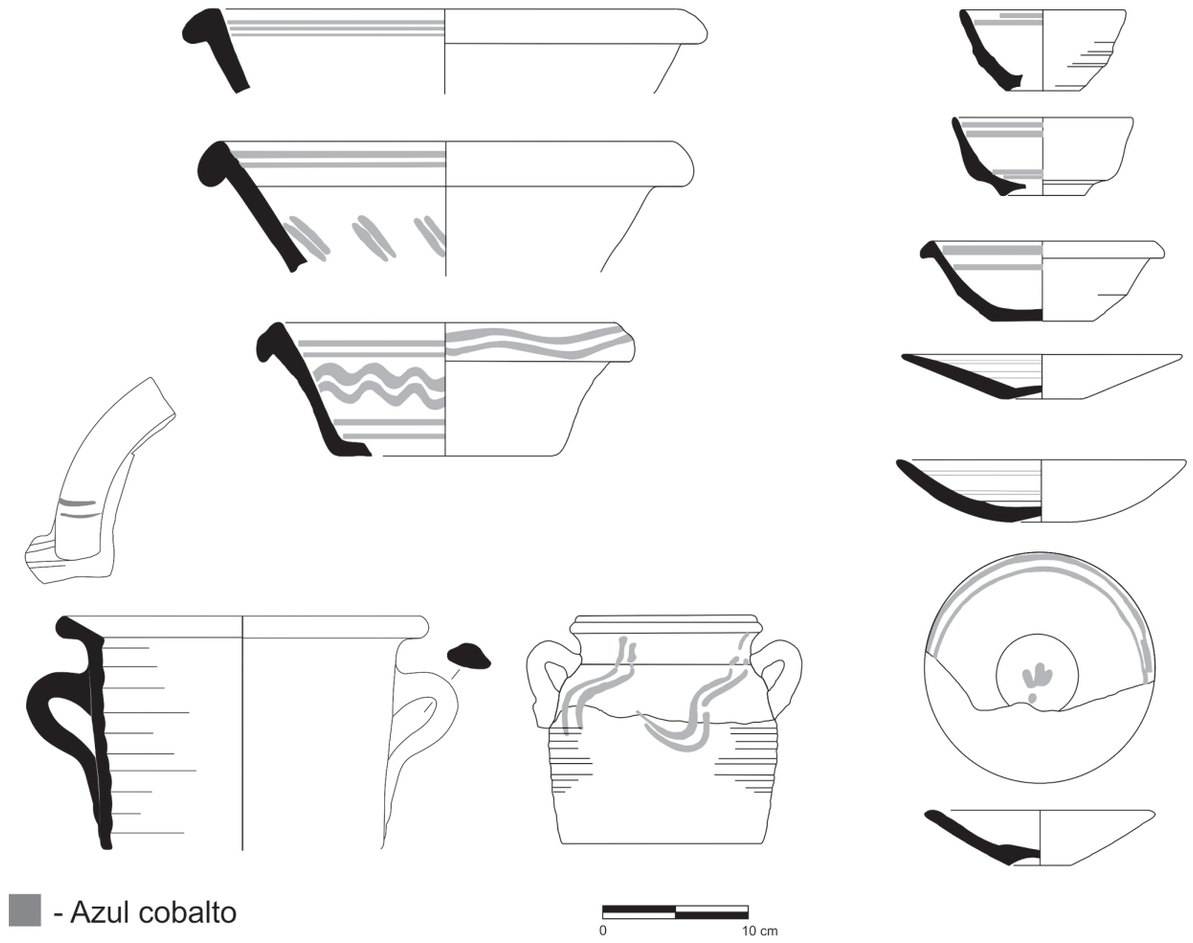
A proximidade geográfica do Algarve com a Andaluzia e a rede de interesses (Magalhães, 1970, p. 185 e Martins, 2007, p. 75) permitiram o estreitamento das relações económicas entre as duas regiões baseadas na exportação de frutos secos, azeite, vinho, atum e panos (Iria, 1988, p. 39) e na importação de trigo, elemento basilar na alimentação quotidiana da população e do qual a região não era auto-suficiente. Simultaneamente, ao longo dos séculos XV-XVI, a Andaluzia transforma-se progressivamente no principal "armazém" (Serrão, 1978, p. 327) do Sul de Castela, de abastecimento de Portugal e das novas praças, levando a instalação de uma rede de feitores por toda a Andaluzia, Cádiz, Málaga, Porto de Santa Maria, Sevilha, os quais comercializam sobretudo com o Algarve (Serrão, 1978, p. 327).

O abandono das praças no Norte de África, com D. João III (Serrão, 1978, p. 326) e a fuga dos agentes comerciais e económicos estabelecidos nos principais núcleos urbanos algarvios de Faro, Lagos, Tavira e Vila Nova de Portimão, para Sevilha, devido à elevada carga fiscal sobre maior parte dos produtos, levando o Algarve a entrar num período de contracção económica, progressiva ruralização (Curvelo e Pais, 2008, p. 94) e de perda de ligações comerciais.

Com a União Ibérica (1580-1640) e a consequente tomada dos principais portos algarvios pela frota castelhana em 1580, a região passa a ter um papel fulcral a nível geo-estratégico para Castela, no sistema de comunicações e comércio com as Índias Ocidentais (Lorenzo, 1999, p. 24), permitindo igualmente, um maior controlo sobre as rotas comerciais que união os Países Baixos, rebeldes com a Europa Meridional. No entanto, a sua presença não teve os resultados esperados, dado que a região rapidamente se converteu num forte foco de contrabando, enfraquecendo gravemente o monopólio de Castela sobre a Carreiras das Índias, durante o período vigente da União Ibérica (Lorenzo, 1999, p. 24).

2. UMA CIDADE, DOIS MUNDOS CERÂMICOS

As trocas comerciais entre o Algarve e Andaluzia não se cingiam somente aos bens designados de primeira ne-



1. Sevilha Azul Linear – Síntese formal e decorativa (Gutierrez, 2000, p. 55 e Pleguezuelo, 1995, p. 239).

cessidade, existiam igualmente uma série de produtos manufacturados, designadamente a louça e a cerâmica (Otte, 1982, p. 226) figurando esta em sexto lugar nas exportações sevilhanas, com certa de 14 carregamentos durante o século XVI, nove dos quais com destino a Lisboa e ao Algarve. Em 1495, há notícia de um oleiro do Bairro de Triana, o qual fretou um navio carregado com 600 vasos de louça com destino ao Algarve, de Castro Marim a Lagos (Otte, 1996, p. 54).

Com a conquista das Índias Ocidentais Sevilha sofre uma transformação profunda, convertendo-se no principal centro mercantil do reino, favorecendo a prosperidade dos mercadores estrangeiros ali estabelecidos, devido em grande parte à chegada do ouro e da prata do Novo Mundo a Castela. Com a ampliação do mercado, e subsequente aumento da procura levou ao desenvolvimento de algumas actividades artesanais, entre elas a produção de cerâmica, afectada pela alteração de gostos, fruto da entrada de pessoas e mercadorias oriundas das mais diversas proveniências. Com efeito, em meados do século XVI assiste-se a uma profunda transformação a nível tecnológico e estético, das produções sevilhanas. Com a chegada de oleiros italianos, na cidade de Sevilha estabelece-se uma dicotomia entre a tradição de influência mourisca e a modernidade introduzida pelos artífices italianos, com formas e decoração de matriz renascentista.

Ao longo do século XVI, assiste-se a uma crescente disseminação das produções sevilhanas um pouco por todo o Mediterrâneo, no Norte da Europa e sobretudo, pelas Índias Ocidentais.

As intervenções arqueológicas realizadas nas últimas décadas na região do Algarve proporcionaram a descoberta de um vasto espólio cerâmico ainda por estudar, sendo de destacar as produções de origem andaluza, evidenciando desta forma as fortes ligações comerciais entre as duas regiões.

Entre estas produções identificadas em contextos arqueológicos algarvios, datados dos séculos XVI-XVII, destacam-se dois grandes conjuntos: as de influência mourisca, onde se englobam as produções azul e morado ou "Isabela Polychrome", azul lisa ou "Caparra Blue", Columbia plain, azul figurativo ou "Santo Domingo Blue on White", azul linear ou "Yayal blue on White", preto

linear e melado; e as de influência italianizante, onde se englobam as produções loiça branca, Sevilha azul sobre branco "Sevilla blue on White", Sevilha azul sobre azul ou "Sevilla blue on blue", bicolor ou "Sevilla Polychrome".

Destes dois grupos, destacam-se duas produções, quer pela sua dispersão geográfica, quer pela sua representatividade a nível quantitativo nos conjuntos cerâmicos que as integram. As produções de azul sobre branco de tradição islâmica, as quais se encontram divididas em sub-grupos o azul figurativo ou *Santo Domingo Blue on White* e azul linear ou *Yayal Blue on White* e a produção de influência ligur, azul sobre azul.

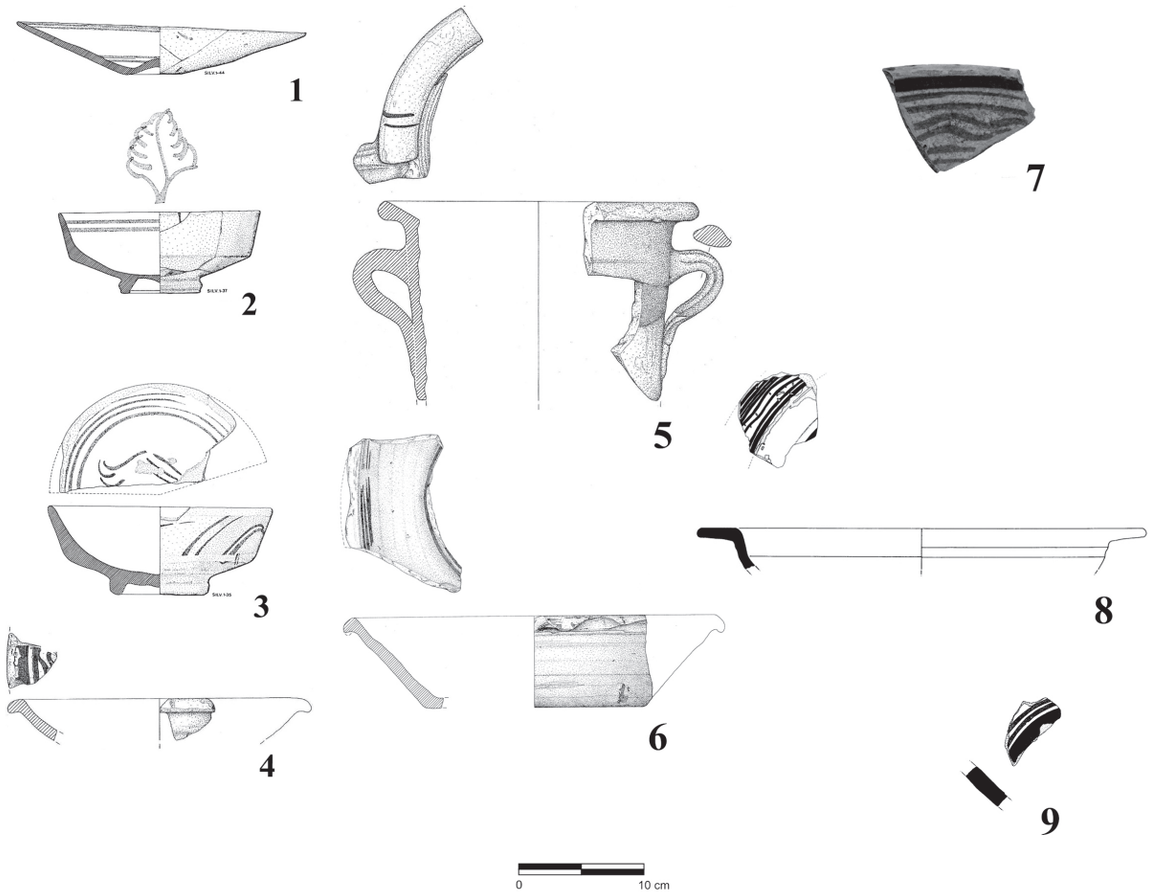
O conjunto em estudo não possui um carácter sistemático, nem é uma representação de um todo, dado que nos circunscrevemos as realidades registadas na bibliografia existente, em alguns exemplares por nós recolhidos por alguns investigadores que têm trabalhado um pouco por todo o Algarve.

2.1 Produções azul sobre branco de influência mourisca

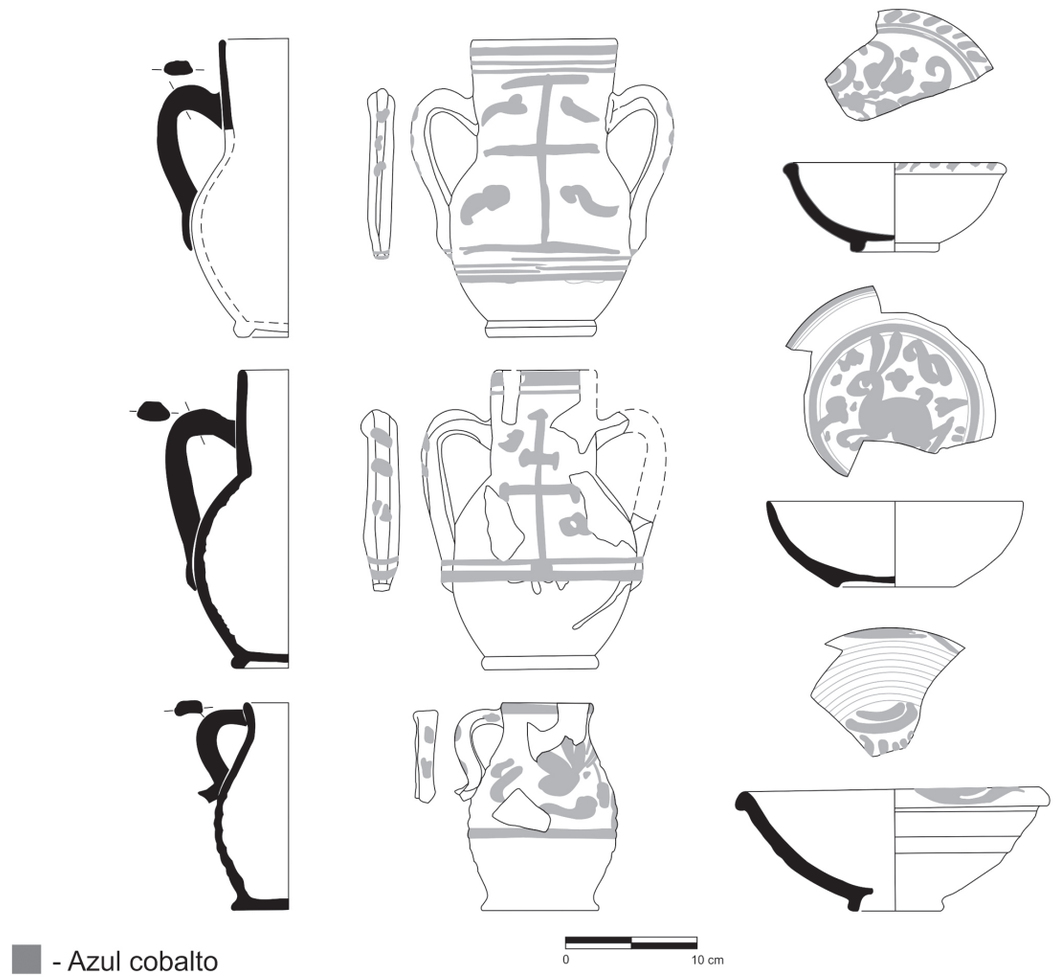
Os primeiros estudos sistemáticos destas produções foram realizados por John Goggin, o qual, após duas décadas de análises de diversos arqueosítios localizados na costa Sudoeste dos Estados Unidos da América e nas Caraíbas, publicou em 1968, o obra *Spanish Majolica in the New World. Types of the Sixteenth to Eighteenth Centuries,* tendo sido reeditada postriormente com contribuições de Lister e Lister (Lister e Lister, 1982), Deagen (Deagen, 1987) permanecendo até hoje como obra de referência no estudo das produções cerâmica sevilhana. Mais recentemente o desenvolvimento dos estudos arqueométricos – análises petrográficas e químicas – tem contribuído com novos dados para e estudo destas produções (Olin *et al*, 1978, Maggetti *et al*, 1984, Olin e Blackman, 1989).

Entre aquelas identificadas por J. Goggin, destacam-se as de influência mourisca, caracterizadas pela utilização de pastas de textura granulada, de cor amarelada ou bege e ambas as superfícies cobertas por vidrado à base de óxido de estanho (vidrado estanhifero).

O presente trabalho incide sobre as produções azul sobre branco, as quais foram subdividias em duas classes: *Azul Linear* (Pleguezuelo e Lafunte, 1995, p. 236) ou *Yayal Blue on White* (Goggin, 1968) *e Santo Domingo Blue on White* (Goggin, 1968) ou *Azul Figurativo* (Pleguezuelo e Lafunte, *op cit*, p. 237).



2. Sevilha Azul Linear (exemplares reconhecidos na região algarvia) – 1-3 Poço-Cisterna – Silves (Gomes e Gomes, 1996, p.); 4-5 Rua do Compromisso, n.º 24 - Faro (Botelho, Ferreira e Paes, 2008, p. 45-46); 6 Casa do Despacho – Tavira (Botelho e Paulo, 2010, p. 765); 7 Convento das Bernardas – Tavira (Cavaco e Covaneiro, 2010, p. 654); 8-9 Casa dos Condes – Alcoutim (Gardim, 2005, p. 201).



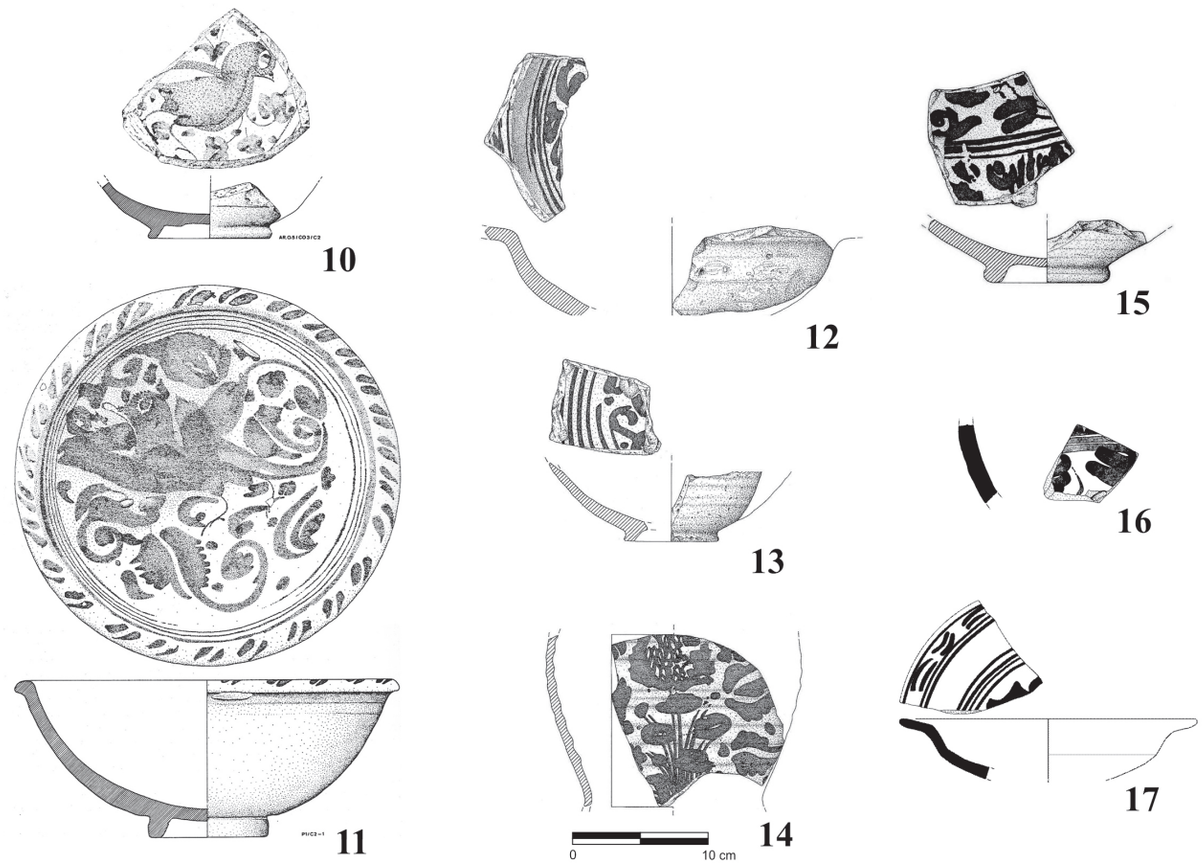
3. Sevilha Azul Figurativo – síntese formal e decorativa (Gutierrez, 2000, p. 54).

No primeiro grupo, talvez o mais difundido entre a segunda metade do século XV e ao longo do século XVI, surgem frequentemente documentados pratos com paredes oblíquas, sub-verticais e finas, bases côncavas, marcadas no interior com ônfalo, sem saliente e em alguns exemplares rodeados com ressalto que delimita o fundo; as escudelas apresentam genericamente duas tipologias, as hemisféricas achatadas, com fundos planos ou ligeiramente côncavos e as carenadas com bases reentrantes ou assentam em pé alto e anelar; as bacias apresentam paredes oblíquas que assentam em fundos planos; e vasos de noite ou bispotes os quais apresentam corpo de forma cilíndrica, bordo em aba e assentam em base plana.

A nível decorativo o anverso apresenta diversas variantes, entre linhas paralelas concêntricas, linhas onduladas – linhas concêntricas paralelas que alternam com linhas onduladas, formando em alguns casos linhas entrelaçadas, linear figurativo – linhas concêntricas paralelas que alternam com motivos figurativos, delimitando o bordo ou o fundo. Ocasionalmente, o fundo oferece medalhão demarcado por linha(s) concêntrica(s) preenchido por motivo central de carácter fitomórfico, heráldico ou linhas paralelas cruzadas. O reverso apresenta em alguns exemplares traços paralelos e arqueados.

Efectivamente, estas produções encontram-se bem representadas nas principais cidades comerciais algarvias, enquadradas em contextos da segunda metade do século XV e ao longo do século XVI. Estas, foram identificadas pela primeira vez nesta região por Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, na década de 90, na intervenção arqueológica levada a cabo no poço-cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 143-205).

Na última década, multiplicaram-se as intervenções arqueológicas em meio urbano no Sul de Portugal, permitindo alargar o conhecimento sobre este período e a presença destas produções na região. São disso exemplo os espécimes identificados em Faro, na Rua do Compromisso (Botelho, Ferreira e Paes, 2008, p. 45 e 46 – Exemplar U.E, [036] 5), em Tavira, na Casa do Despacho da Misericórdia de Tavira (Botelho e Paulo, 2010, p. 765, fig. 10), no Convento das Bernardas (Cavaco e Covaneiro, 2010, p. 652 e 654) e em Alvor no Rossio da Igreja (Oliveira e Filipe, 2010, p. 792). Surgem igualmente



4. Sevilha Azul Figurativo (exemplares reconhecidos na região algarvia) – 10 Arrochela, 11 Castelo de Silves – Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 271-277); 12-14 Rua do Compromisso – Faro (Botelho, Ferreira e Paes, 2008); 15 Largo do Carmo – Faro (Ferreira, 2009, p. 18); 16 Casa dos Condes – Alcoutim (Gardim, 2005, p. 184); 17 Rua São Gonçalo – Lagos (Oliveira, 2008, p. 324).

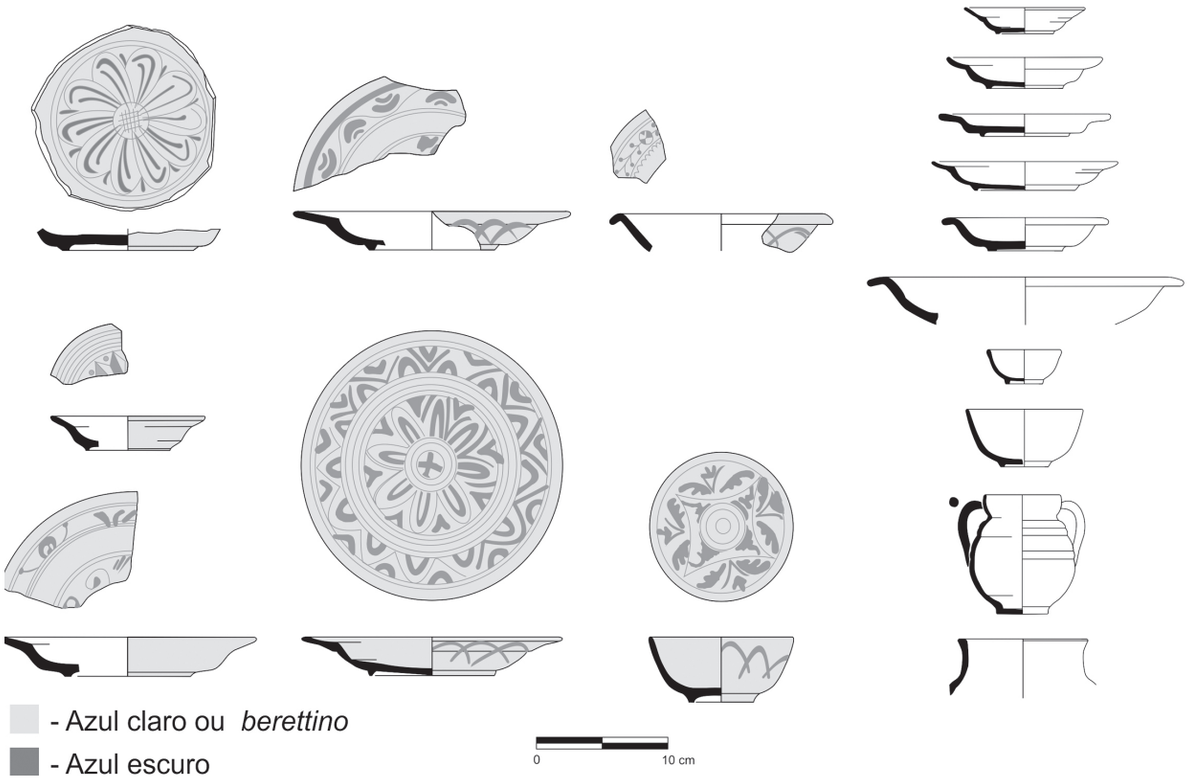
representadas em área afastadas do litoral como são os casos da "Casa dos Condes", em Alcoutim (Gardim, 2005, p. 201 – Exemplares N.º 19 Inv.C.C.96/S3; N.º 29 Inv.C.C.96/S18/22) e no castelo de Paderne (Catarino e Inácio, 2008, p. 323 – Exemplar CPAD/05 [33a] 66).

No que diz respeito ao segundo grupo designado de Azul Figurativo ou *Santo Domingo Blue on White* (Pleguezuelo e Lafunte, *op. cit.*, p. 217-244).

Têm sido identificadas em diversos contextos nas, antigas colónias espanholas das Caraíbas, datados entre 1550-1630 (Deagan, *op. cit.*, p. 61), em dois navios naufragados: o *Santo António* naufragado perto das Bermudas em 1621 e o *Atocha* a 1622, na costa da Florida. Produzidas entre a segunda metade do século XVI e o primeiro terço do século XVII, foram denominadas por John Goggin, de *Santo Domingo Blue on White*, tendo sido posteriormente designado por A. Pleguezuelo de *Azul Figurativo.*

Este grupo apresenta grande diversidade formal surgindo documentadas taças com corpo de forma hemisféricas achatada, assentes em pé alto e anelar ou bases côncavas; jarras de corpo globular, colo cilíndrico, lábio redondo; jarros de corpo de forma piriforme, com bico vertedor e assentam em pé alto e anelar, de lábio redondo. A nível decorativo apresentam-se pintadas em azul de cobalto, sob esmalte fresco, resultando em formas e contornos algo difusos. A decoração ocupa a totalidade do interior das peças, reconhecendo-se mais frequentemente motivos de cariz geométrico, fitomórfico e zoomórfico (pássaros e coelhos), observando-se igualmente, mais raramente outro tipo de motivos, como aqueles de cariz heráldicos e inscrições epigráficas.

Os primeiros exemplares publicados e classificados como pertencentes a estas produções são provenientes de diversas intervenções realizadas na área urbana de Silves, mais precisamente no Castelo de Silves e na zona da Arrochela (Gomes e Gomes, 1996, p. 271-277). Nos últimos anos tem vindo a ser identificados em outras cidades algarvias, diversos exemplares atribuíveis a estas produções: em Faro, na Rua do Compromisso (Botelho, Ferreira, Paes, 2008, p. 61, 63, 124, 126, 163, 164, 193, 194 – Exemplares U.E. [101] 30 e 31; U.E. [229] 75; U.E. [227] 107; U.E. [277] 107; U.E. [318] 144 e 145) e no Largo do Carmo (Ferreira, 2009, p. 18); em



5. Sevilha azul sobre azul – síntese formal e decorativa (Gutierrez, 2000, p. 56; Hervás, 1989; Piechotta, 1989, p. 435 e Pleguezuelo,1995, p. 243).

Lagos, no âmbito do programa POLIS na Rua da Casa do Governador e Rua São Gonçalo de Lagos, n.º 13-15 (Oliveira, 2008, p. 324 – n.º 306 da U.E. [214]). Foi possível identificar estas produções em núcleos urbanos de menos dimensão, como é o caso de Alcoutim, na "Casa dos Condes" (Gardim, 2005, p. 180-181, 184, 185, 187, 200 – N.º 16 Inv.C.C.96/S2; N.º 21 Inv.C.C.96/S12; N.º 22 Inv.C.C.96/S12; N.º 24 N.º 30 Inv.C.C.96/S2).

2.2 Produções azul sobre azul de influência italianizante

Tradicionalmente definidas como majólicas italianas, estas produções foram identificadas e classificadas pela primeira vez, por John Goggin, naquela classe, designando-as de "*Ichtuknee Blue on Blue*", cujo grupo englobava as conhecidas produções azul sobre azul, originárias da Ligúria. Contudo, na década de 80, Listers (Lister e Lister, 1980), reconheceu pela primeira vez a sua produção igualmente em Sevilha, agrupando-as com as outras produções desta cidade, designando-as de *Guadalquivir Ware.*

Nas últimas duas décadas, diversas intervenções realizadas na cidade de Sevilha, têm documentado arqueologicamente a produção deste tipo de peças, entre elas destacamos as escavações realizadas: na Calle Pureza, n.º 44, onde foram identificadas diversas estruturas de cariz industrial (Inanez, 2007), datadas do século XVI, nas quais se inclui vestígios de um forno, interpretadas como pertencentes ao atelier de Niculoso Pisano (Morrilla, *et al*, 1990, p. 574-580); no Real Monestir de San Clemente em Sevilha onde foi possível reconhecer uma entulheira de cerâmica, utilizada entre os finais do século XV e a primeira metade do século XVII, proporcionando um enorme manancial cerâmico (Pleguezuelo *et al*, 1997); Calle Betis n.º 36 e Pureza n.º 81 revelaram outra entulheira provavelmente pertencente uma olaria, dado ter sido identificada elevada quantidade de cerâmica com defeito de cozedura e vestígios de indústria oleira (Mesa Romero e Castaneda de La Paz, 2001) e na antiga estação ferroviária da Plaza de Armas a qual proporcionou um importante conjunto cerâmico, datados entre os séculos XVI e XVII, tendo sido interpretado com entulheira de uma das olarias mais destacadas, a olaria de Tomás Pesaro e seus descendentes (Piechotta e Prado, 1989, p. 432-436). Surgiram de igual modo, em diversas escavações, estruturas e indícios relacionados com a produção de cerâmica no Bairro de Triana, com a casa-olaria documentada na Calle Antillano Campos, n.º 30 (AAVV, 1998) e na Calle Cartuia (Amores, 1997).

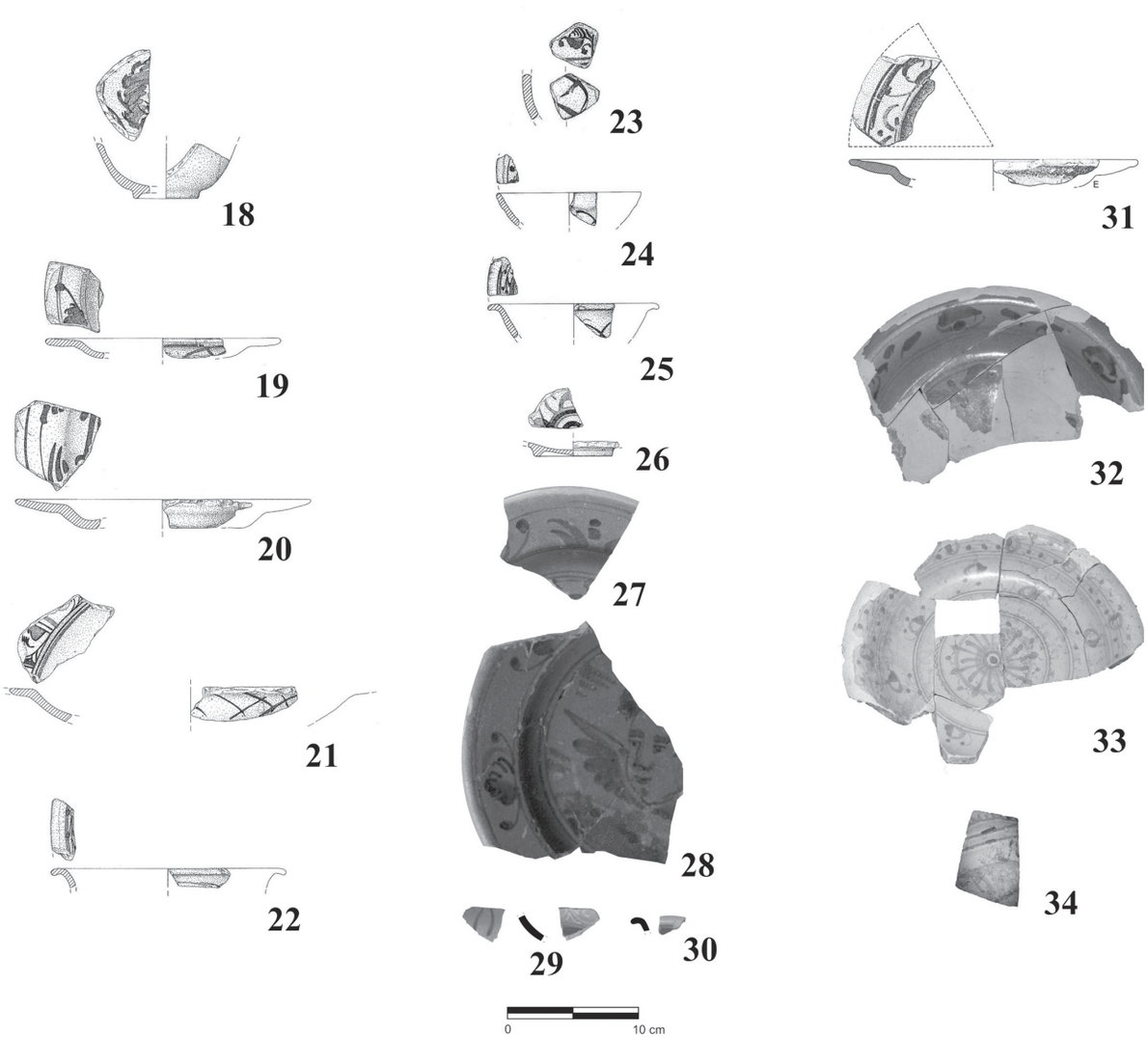
A partir de meados do século XVI, assiste-se a um movimento de emigração de oleiros italianos um pouco por toda a Europa. Atraídos pelo desenvolvimento

económico de Sevilha, estabelecem-se na cidade diversos oleiros italianos, entre os quais podemos destacar Francisco Niculoso Pisano e Tomás Pesáro. Para além das alterações morfológicas e estéticas, estes introduziram na Península Ibérica inovações tecnológicas, como é o caso da técnica de cozedura, abandonando o antigo sistema de separação no forno mediante a utilização de trempes, passando a utilizar-se as caixas cilíndricas ao modo veneziano, dentro das quais as peças estavam separadas por espigões nos quais assentava a parte inferior do bordo (Munoz e Cambra, 1999, p. 164).

O azul sobre azul sevilhano caracteriza-se por a nível formal surgem documentados pratos com aba assentes em pé baixo e anelar; taças de paredes curvas e divergentes e assentando em pé baixo e anelar; jarras de corpo de forma globular, colo curto e côncavo, duas asas e assentam em pé baixo e anelar. São produzidas com pastas bem depuradas, homogéneas e compactas, de cor amarelada ou rosada, apresentando por vezes, a nível macroscópico bastantes semelhanças com as pastas utilizadas nas congéneres italianas, sendo apenas possível distingui-las através da sua caracterização arqueométrica (Inanez, 2007; Inanez *et al*, 2008 e Inanez *et al*, 2009).

As superfícies são cobertas por esmalte estanífero, de cor azul claro, aderente e brilhante, espesso, sendo mais fino no fundo e decoração em azul mais escuro.

A nível decorativo o anverso apresenta um novo repertório mais naturalista, constituído por motivos lineares, esquemáticos, florais e arquitectónicos, sendo o reverso decorado com uma sucessão de arcos entrecruzados. Ocasionalmente surgem pequenas pinceladas, de cor amarela, laranja ou branco, sobre a superfície já cozida (Munoz e Cambra, *op. cit*., 164).



6. Sevilha Azul sobre Azul (exemplares reconhecidos na região algarvia) – 18-22 Rua do Compromisso – Faro (Botelho, Ferreira e Gomes, 2008); 23-25 Largo do Carmo – Faro (Ferreira, 2008, p. 18); 26 Casa do Despacho – Tavira (Botelho e Paulo, 2010, p. 765); 27 Convento das Bernardas – Tavira (Cavaco e Covaneiro, 2010, p. 654); 28 Rua 5 de Outubro – Lagos (Serra e Diogo, 2008, p. 215-222); 29-30 Rua dos Peixeiros (Oliveira, 2010, p. 828); 31 Castelo de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 278); 32 -34 Travessa do Pelourinho – Silves (Baptista, H., 2011 – Geoarque).

Tal como outras produções, estas encontram-se bem difundidas por todo o território algarvio, sendo patente na bibliografia existente e conforme informação oral de alguns investigadores, aos quais agradecemos publicamente[1], que têm trabalhado um pouco por todo o Algarve, constatamos que estas produções surgem bem representadas em diversos contextos dos séculos XVI-XVII.

Entre os exemplares identificados podemos referir os exemplares identificados em Faro, na Rua do Compromisso (Botelho, Ferreira, Paes, 2008, p. 62, 63, 93, 94, 184, 188, 194, 199 – U.E. [101] 32; U.E. [134] 34 e 35, U.E [313] 130; U.E. [318] 147) e Largo do Carmo (Ferreira, 2009, p. 18); em Lagos, na Rua 5 de Outubro, Rua Miguel Bombarda (Serra e Diogo, 2008, p. 215-222) e Rua dos Peixeiros (Oliveira, 2010, p. 828 – Exemplar n.º 16, complexo 82); em Silves, na Arrochela (Gomes e Gomes, 1996, p. 275 – Exemplar AR Q 2/CO3/C2), Castelo de Silves (Silo 3) (Gomes e Gomes, 1996, p. 278 – Exemplar Fig. 7-E) e na Travessa do Pelourinho (Baptista, 2011 – Geoarque); em Tavira, na Casa do Despacho (Botelho e Paulo, 2010, p. 765 – Exemplares n.os 40 e 42 da U.E. [186]), no Convento das Bernardas (Cavaco e Covaneiro, 2010, p. 652 e 654 – Exemplar DD28(68)149). Registamos também a presença de dois exemplares em Alcoutim, na casa dos Condes (Gardim, 2005, p. 201 – Exemplar N.º 18 Inv.C.C.96/S3/M1 e N.º 28 Inv.C.C.96/S3), os quais pelas suas características técnicas, poderão ser enquadráveis nas produções sevilhanas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede de interesses existente entre o Algarve e Andaluzia, ao longo da História, permitiu durante os séculos XVI e XVII, um profundo estreitamento das relações comercias entre as duas regiões atestada quer pelas fontes documentais disponíveis para a época, como são os casos da documentação produzida pela *Casa de la Contratacion*, quer pelas fontes arqueológicas, cuja materialidade é representada pela frequente ocorrência de produções de origem sevilhana em contextos deste período.

Este trabalho não pretendeu, nem ser um estudo sistemático, nem apresentar a globalidade da realidade existente, mas sim uma abordagem preliminar de um projecto mais abrangente, que tem como objecto de estudo a rede de relações comerciais existente entre o Algarve e o Mediterrâneo e a sua caracterização.

Entre as produções provenientes de Sevilha, destacam-se pela sua frequência e dispersão, as produções de azul sobre branco e azul sobre azul. As evidências arqueológicas permitem-nos inferir que estas produções surgem com mais frequência nos núcleos urbanos comerciais, sendo de destacar as ocorrências registadas nas cidades de Faro, Lagos e Tavira.

Se no caso das produções de azul sobre branco existe uma certa unanimidade em relação à classificação e caracterização das mesmas, em relação às azul sobre azul a realidade é bastante distinta. Os estudos realizados nas últimas três décadas demonstraram-nos que a utilização desta técnica azul sobre azul, não foi um fenómeno circunscrito à região Ligúria, tendo ultrapassado as suas fronteiras pelas mãos de artífices italianos que emigraram um pouco por toda a Europa, conforme é possível identificar a sua produção na Península Ibérica, em Sevilha, através da documentação coeva e pelo registo arqueológico, de peças com as mesmas características técnicas, morfológicas e decorativas sendo quase impossível diferencia-las macroscopicamente. Contudo esta realidade não se centra exclusivamente em Sevilha, sendo possível identificar estas produções noutros pontos da Península Ibérica, como é o caso de Lisboa onde se reconheceram na intervenção realizada no Largo de Santos vestígios da produção desta louça (Casemiro e Silva, 2010). Perante este facto questionamos a frequente atribuição às produções lígures de todos os exemplares que apresentam a referida técnica, sem a realização das respectivas análises. Defendemos portanto que a designação mais adequada a utilizar para designar genericamente estas produções, é de tipo ligur.

1. Alejandra Gutierrez (Durham University), Alexandra Gradim (Câmara Municipal de Alcoutim), Alfonso Pleguezuelo (Universidad de Sevilla), Carlos Oliveira e Hugo Baptista (Geoarque), Javier Inanez (Universitat de Barcelona), Luis Campos Paulo (Câmara Municipal de Albufeira), Miguel Serra (Palimpsesto), Sandra Cavaco (Câmara Municipal de Tavira) e Sónia Ferreira e Carla Paes (AES, Arqueologia, Lda.).

BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (1999) – *Plan Especial de Proteccion de Triana (sector 14)*. Gerencia Municipal de Urbanismo. Ayuntamiento de Sevilla. Sevilla.

AMORES, F. (1997) – Informe sobre las Actuaciones Arqueologicas de Apoyo a la Restauracion en la Cartuja de Sevilla (1987-92). *Anuario Arqueologico de Andalucia*, Sevilla: Consejeria de Cultura de la Junta de Andalucia, p. 594-608.

BOTELHO, P.; FERREIRA, S. e PAES, C. (2008) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica na Rua do Compromisso, n.º 24 (Faro)* – Relatório técnico, Silves: AES Arqueologia, Lda., p. 244 (texto policopiado).

BOTELHO, P. e PAULO, L. (2010) – Intervenção Arqueológica na Casa do Despacho (Tavira) – Arqueologia e Arquitectura. *Xelb*. Silves. 10, p. 757-766.

CARTA, R. (2008) – *Difusion e Influencia de la Producción de la ceramica italiana entre a Baja Edad Media y La Primera Edad Moderna. El caso de Granada*, Granada: Editorial de la Universidad de Granada, p. 1063.

CAVACO, S. e COVANEIRO, J. (2010) – Gostos e Sabores. O caso do Convento das Bernardas (Tavira). *Xelb*. Silves. 10, p. 635-655. Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve.

CASEMIRO, T. e SILVA, I. (2010) – *Faianças do Largo de Jesus. Núcleo Investigação Arqueológica*. Lisboa: ERA Arqueologia, Lda. Disponível em http://www.nia-era.org].

CATARINO, H. e INÁCIO, I. (2008) – A ocupação tardo-medieval e moderna no Castelo de Paderne. *Xelb*. Silves. 8, p. 307-332.

CURVELO, A. e PAIS, A. (2008) – Ecos do Norte e do Levante. Tavira na intercepção de rotas comerciais e artísticas nos séculos XV-XVIII. In *Tavira patrimónios do mar*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, p. 94-107.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribean, 1500-1800*. Ceramics,Glassware and Beads. Vol. I. London: Smithosion Institution Press, 222 p.

FERREIRA, S. (2009) – *Acompanhamento arqueológico da Rede de Gás Natural de Faro – Relatório técnico de Janeiro de 2009*, Silves: AES Arqueologia. Lda., 33 p. (texto policopiado).

GARDIM, A. (2005) – Um conjunto de Faianças da Vila de Alcoutim. *Portugalia*. Porto. [n.s.]:26, p.175-205.

GOGGIN, J. (1968) – *Spanish Majolica in the New World. Types of the Sixteenth to Eighteenth Centuries*, New Haven: Yale University Publications. Archaelogy, n.º 72, 240 p.

GOMES, R. V. e GOMES, M. V. (1996) - Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV a XVI do poço-cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 143-205.

GOMES, R. V. e GOMES, M. V. (1996) – Faiança do tipo Santo Domingo "Blue on White", do Funchal e de Silves. *Xelb.* Silves.3, p. 269-284.

GUTIÉRREZ, A. (2000) - *Mediterranean Pottery in Wessex Households (13th to 17th Centuries)*, Oxford: B.A.R. Brithis Series 306, 257 p.

INANEZ, J. (2007) – *Caracterització arqueolétrica de la cerámica vidrada decorada de la Baixa Edat Mitjana al Renaixement dels principals centres productors de la Península Ibérica.* Tesis Doctorals en Xarxa. Barcelona: Universitat de Barcelona.

INANEZ, J.; SPEAKMAN, R.; GARRIGO´S J. e GLASCOCK, M. (2008) – Chemical characterization of majolica from 14th to 18th century production centers on the Iberian Peninsula: a preliminary neutron activation study. *Jornal of archaeological science*. 35, p. 425-440.

INANEZ, J.; SPEAKMAN, R.; GARRIGO´S J e GLASCOCK, M. (2009) – Chemical characterization of tin-lead glazed pottery from the Iberian Peninsula and the Canary Island: initial steps toward a better understanding of spanish colonial pottery in the Americas. *Archaeometry*. Oxford. 51, p. 546-567.

IRIA, A. (1988) – O Algarve e a Andaluzia no Século XV. Documentos para a sua História (1466-1480). *Separata dos Anais*, II Série, Vol. 23, Tomo I, Lisboa: Academia Portuguesa da História.

LISTER, F. e LISTER, R. (1982) – *Sixteenth Century Maiolica Pottery in the Valley of Mexico*, Tucson: Anthropological papers of the University of Arizona, 39.

LORENZO, S. (1999) – El Algarve y la Carrera de Indias: marginalidad provechosa de un enclave geoestratégico en el corazón del comercio con las Indias de Castilla (siglos XVI-XVII). *Revista de historia naval*. Ano n.º 17, n.º 66, Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval, p. 23-38.

MAGALHÃES, J. (1970) – *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, Lisboa: Edições Cosmos, 288 p.

MAGGUETTI, M.; WESTLEY, H. e OLIN, J. (1984) – Provenance and Technical Studies of Mexican Majolica Using Elemental and Phase Analysis. In LAMBERT, J.B ed. – *ACS Advances in Chemistry Series*, n.º 205. Archaeological Chemistry III, American Chemical Society, p. 151-191.

MARKEN, M. (1994) – *Pottery from Spanish Shipwrecks, 1500-1800*, Gainesville: University Press of Florida, 264 p.

MARTINS, I. (1987) – O Algarve e a Andaluzia. In *Actas das I jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé: Câmara Municipal de Loulé, p. 27-33.

MARTINS, J. (2007) – *O Reino do Algarve nos finais da Idade Média. Os Concelhos Algarvios do Século XV*, [S.l.: s.n].

MORRILLA, L. *et al* (1987) – Intervencion arqueológica en calle Pureza n.º 44 de Sevilla. *Anuario Arqueologico de Andalucia*. Sevilla. vol. II, p. 574-580.

MUÑOZ, P. e CAMBRA, R. (1999) – La cerâmica moderna en el convento del Cármen (Sevilha). *Arqueologia Medieval*. Mértola. 6, p. 160-171.

OLIN, J. e BLACKMAN, M. J. (1989) – Compositional Classification of Mexican Majolica Ceramics of the Spanish Colonial Period. *Archaeological Chemistry IV*, Washington DC:America Chemical, Society, p. 87-112.

OLIN, J. S.; HARBOTTLE, G, e SAYRE, E. (1978) – Elemental compositions of Spanish and Spanish-colonial majolica ceramics in the identification of provenience. In CARTER, G. F. (ed.), *Archaeological chemistry II, advances in chemistry series* 171, Washington DC: American Chemical Society, p. 200-229.

OLIVEIRA, C. (2008) – A intervenção arqueológica na Rua São Gonçalo de Lagos, n.º 13-15. Um modesto contributo para a história da época moderna na cidade de Lagos. *Xelb*. Silves. 8, p. 315-324.

OLIVEIRA, C. (2010) – Um silo de Época Moderna na Rua dos Peixeiros (Lagos). Estudo do conjunto cerâmico. *Xelb*. Silves. 10, p. 821-839.

OLIVEIRA, C. e FILIPE, I. (2010) – Intervenção arqueológica no Rossio da Igreja (Alvor, Portimão). *Xelb*. Silves. 10, p. 789-795.

OTTE, E. (1982) – El Comercio Exterior Andaluz a Finales de la Edad Media. *Actas del II Coloquio de Historia Medieval Andaluza*, Sevilla, p. 193-240.

OTTE, E.; BERNAL, A. e COLLANTES DE TERRÁN, A. ed. lit (1996) – *Sevilla y sus mercaderes a fines de la Edad Media, Universidad de Sevilla. Fund. El Monte*, D.L. Sevilla, 339 p.

PEREIRA, J. (2008) – Tavira na Expansão Portuguesa. Catalogo. In *Tavira patrimónios do mar*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, p. 85-93.

PIECHOTTA, M. e PRADO, N. (1989) – La Torre de la Plata de Sevilla. Memoria de la escavation arqueológica practicada en su cámara inferior. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. Tomo III – Actividade de urgencia, p. 432-436.

PLEGUEZUELO, A. (1992) – Francisco Niculoso Pisano: dados arqueológicos. *Faenza*. LXXVIII, p. 171-189.

PLEGUEZUELO, A. (1999) – Lozas y Vida Monastica: las Vajillas de la Cartuja Jerez de la Frontera (Cadiz). *Analecta Cartusiana: Review for Carthusian History and Spirituality*. vol. 2, p. 245-256.

PLEGUEZUELO, A. e LAFUENTE, M. (1995) – Cerámicas de Andalucía Occidental (1200-1600). In GERRARD, C., GUTIÉRREZ, A., VINCE, A., eds. Lits. – *Spanish medieval ceramics in Spain and Brithis Isles*. Oxford: B. A. R., p. 215-244.

PLEGUEZUELO, A.; OJEDA, M. e HUARTE, R. et *al* (1997) – Cerámicas de La Edad moderna (1450-1632). M A Tabales. *El Real Monasterio de San Clemente. Una propuesta arqueológica*, Seville, p. 130-157.

RAMOS, A. (2010) – Intervenções no Centro Histórico de Lagos (2010). *Xelb*. Silves. 10, p. 725-734.

ROMERO, M. e PAZ, C. (2001) – Intervencion arqueológica de urgência en los solares de calle Betis 36 y 81 (Triana, Sevilla*). Anuario Arqueologico de Andalucia*. Sevilla: Consejeria de Cultura de la Junta de Andalucia.

SEBASTIAN, L. (2010) – *A produção oleira de faiança em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Doutoramento).

SERRA, M. e DIOGO, M. (2008) – Polis de Lagos. Resultados preliminares. *Xelb*. Silves. 8, p. 215-222.

SERRÂO, J. (1978) – *História de Portugal*, Vol. III, O Século de Ouro (1495-1590), Lisboa: Editorial Verbo, p. 326-327.

AS CERÂMICAS DA IDADE MODERNA DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA LUZ, CASCAIS

J. A. SEVERINO RODRIGUES Câmara Municipal de Cascais
CATARINA BOLILA IAP – UNL|UAlgarve
VANESSA FILIPE Arqueóloga
JOSÉ PEDRO HENRIQUES Arqueólogo
INÊS ALVES RIBEIRO Arqueóloga
SARA TEIXEIRA SIMÕES IAP – UNL|UAlgarve

RESUMO O processo de tratamento e inventário integral de todo o espólio arqueológico da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, em Cascais, foi iniciado pelo Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais no ano de 2005 e concluído no ano de 2010.
Pretendeu-se com esta acção sistematizar toda a informação relativa ao espólio arqueológico de todas as campanhas arqueológicas ali realizadas para que todas as informações recolhidas possam integrar o sistema de gestão de bens arqueológicos do município.
Os trabalhos arqueológicos iniciados em 1987 foram, amiúde, desenvolvidos no âmbito do projecto de musealização da fortaleza de Nossa Senhora da Luz cuja coordenação tem vindo a ser assegurada pela Dr.ª Margarida Magalhães Ramalho em estreita parceria com a autarquia.
O minucioso trabalho de colagem de todo este espólio e a consequente reconstituição das formas cerâmicas a partir de um número estimado de cerca de 35000 fragmentos veio a revelar uma importante colecção, bem demonstrativa das vivências nesta fortaleza, nomeadamente durante o período filipino, altura em que teve uma intensa ocupação.
O compilar de toda esta informação constituída por mais de 100.000 registos revelou um importante conjunto cerâmico que, embora associado a uma estratigrafia pouco consistente, permitiu caracterizar os usos e costumes do quotidiano desta guarnição e que encontram paralelo nos utensílios da mesma época recolhidos nas várias intervenções arqueológicas realizadas na vila de Cascais.

PALAVRAS-CHAVE Cascais, fortaleza de Nossa Senhora da Luz, cerâmica, Idade Moderna

A FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DURANTE A IDADE MODERNA

Muito do que sabemos sobre a história da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz encontra-se coligido no artigo intitulado "as fortificações marítimas do porto da nobre vila de Cascais, da autoria de Margarida de Magalhães Ramalho, integrado na extensa obra sobre "As fortificações marítimas da costa de Cascais (Ramalho, 2001).
É exactamente durante a Idade Moderna, mais precisamente entre os finais do século XVI e a construção da Cidadela de Cascais, que se vão desenrolar alguns dos acontecimentos históricos mais relevantes da história da vila de Cascais e desta fortificação.
Quando em Agosto de 1580 as tropas de Filipe II de Espanha desembarcam a poente de Cascais, comandadas pelo duque de Alba é esta fortificação, possivelmente ainda em construção, que vão encontrar a assegurar a defesa da vila.
Este é o início de uma longa história que se vai desenrolar nestas instalação fortificada e que só será possível desvendar através dos estudos arqueológicos que trarão certamente uma nova luz sobre os factos, devido à escassez de fontes históricas que relatem a intensa ocupação e os acontecimentos ocorridos no seu interior durante este período histórico.

AS CERÂMICAS DA IDADE MODERNA

A grande quantidade e diversidade de artefactos recolhidos ao longo de todas as intervenções arqueológicas, realizadas no interior e exterior desta fortaleza, obrigou a que durante o processo de inventário fossem desenvolvidos estudos sobre amostragens de conjuntos

tipológicos específicos de objectos em cerâmica (conjunto de potes do Baluarte Este, cachimbos de cerâmica, porcelanas e majólica) o que permitiu uma aferição mais fina de algumas das cronologias dos diferentes conjuntos.

A contrapor com os estudos cerâmicos foi também realizada uma investigação sobre uma amostragem significativa de vidros do período moderno para que através dos resultados coligidos por comparação dos intervalos de datas obtidas nos diferentes estudos se pudessem afinar melhor as cronologias.

Assim, o que passaremos a apresentar é apenas uma primeira abordagem formal a um dos conjuntos mais significativos, as cerâmicas da Idade Moderna, que reverterá, conjuntamente com os dados das análises dos restantes materiais de outras épocas, num estudo monográfico sobre este imóvel no qual não faltará também a investigação histórica e arqueológica.

A cerâmica de uso comum, fosca e vidrada

Muitos dos exemplares de cerâmica de uso comum, em loiça fosca ou em barro vidrado encontram paralelos nas cerâmicas que têm vindo a ser recolhidas nas várias escavações arqueológicas realizadas no subsolo da vila de Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1998, p. 193-212).

A grande diferença encontra-se apenas na quantidade de exemplares recolhidos e no seu estado de conservação, o que após a colagem dos fragmentos permitiu em muitos dos casos obter perfis completos.

É este o caso das almotolias, infusas e jarros (fig.1, n.º 1 a 3) alguns com tampa (fig. 2, n.º 22) que apesar das suas diferentes espessuras permitiu reconstituir e reconhecer diferentes tipologias, algumas das quais finamente decoradas com barbotina branca (fig.1, n.º 4) seguindo a tradição de formas de decoração mais antigas (Cardoso e Rodrigues, 2008, p. 96 e 100).

Este grupo estava integrado no conjunto funcional mais representativo, isto é os objectos de preparação e serviço de mesa e/ou de cozinha. São no entanto as panelas os exemplares que surgem em maior número, embora que sem grandes variantes quanto à sua forma (fig. 1, n.º 6). São exemplares com um bordo trapezoidal ligeiramente oblíquo, o que dá ao colo uma forma troncocónica, por vezes com uma ligeira aba pouco acentuada no lábio plano. O bojo é ovalado e o fundo fino é plano ou ligeiramente convexo. Maioritariamente as asas são de fita de secção oval. A estas estão associados também um elevado número de testos com pega central e todos com bordo boleado.

Ligada à preparação e serviço de cozinha registou-se um conjunto significativo de tachos e frigideiras de bordo perolado, bojo troncocónico invertido e pegas triangulares.

Também com elevada frequência surgiram os fogareiros embora sem grandes variações tipológicas (fig.2, n.º 19). Tanto em barro vermelho como em branco surgem exemplares dos tipos 1 e 2 (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 196) com grelhas do tipo bolacha aplicadas na parte superior da boca de ar (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 204), sendo a abdução de ar rectangular e o fundo plano aplicado e com areia na base.

Neste breve resumo não podemos deixar de referir o elevado número malgas ou com fundo em bolacha e o bordo perolado marcado no exterior por uma canelura e de taças vidradas com pé anelar (fig.1, n.º 9 a 11 e fig. 2, n.º 18). É no entanto escasso o número os pratos de barro não vidrado de forma cónica aberta que seriam já substituídos quer por pratos de faiança do século XVI quer pelas produções mais finas do século XVII.

No que se refere aos contentores de armazenamento reconheceram-se dois tipos. Um primeiro era constituído por pequenos potes vidrados de colo cilíndrico com nervuras bojo ovoide, estrangulamento na junção com o pé em bolacha e asas horizontais, forma muito comum no século XVII (Cardoso e Rodrigues, 2002, p. 274 e Est. 7-8) e um segundo tipo, em cerâmica não vidrada, bastante significativo pela sua quantidade e singularidade.

Todos os potes e/ou fragmentos de pote deste segundo tipo provêm do Baluarte Este, uma vez que em nenhuma outra das áreas da Fortaleza, alvo de trabalhos arqueológicos, foram recolhidos fragmentos desta "tipologia".

Fabricados com argilas bastante homogéneas, compactas e bem depuradas, com variações de coloração entre os tons de vermelho e castanho (10 R 5/8; 10 R 6/6; 5 YR 6/4; 6/6), a grande singularidade deste conjunto reside na forma das peças.

Trata-se de potes (fig. 1, n.º 16 e 17) com bordos extrovertidos e espessados externamente, com lábio de secção semicircular e gargalo baixo. A zona superior do bojo apresenta forma globular, sendo que as paredes do corpo têm forma troncocónica, podendo estreitar na zona junto ao fundo, que é plano, irregular e aplicado. Estes contentores têm ainda a particularidade de não apresentarem asas.

Os bordos mostram diâmetros internos que variam entre os 11 e os 12 cm e espessuras entre os 1,6 e 1,8 cm. Os fundos apresentam diâmetros entre os 23 e os 25 cm e são aplicados. Nos exemplares onde foi possível fazer essa observação, apresentam um diâmetro máximo do bojo de 32 cm. O único exemplar que nos permitiu reconstituir um perfil completo (fig. 1, n.º 17) apresenta uma altura máxima de 42 cm.

De referir a grande dificuldade que este conjunto nos ofereceu numa fase inicial de estudo, na medida em

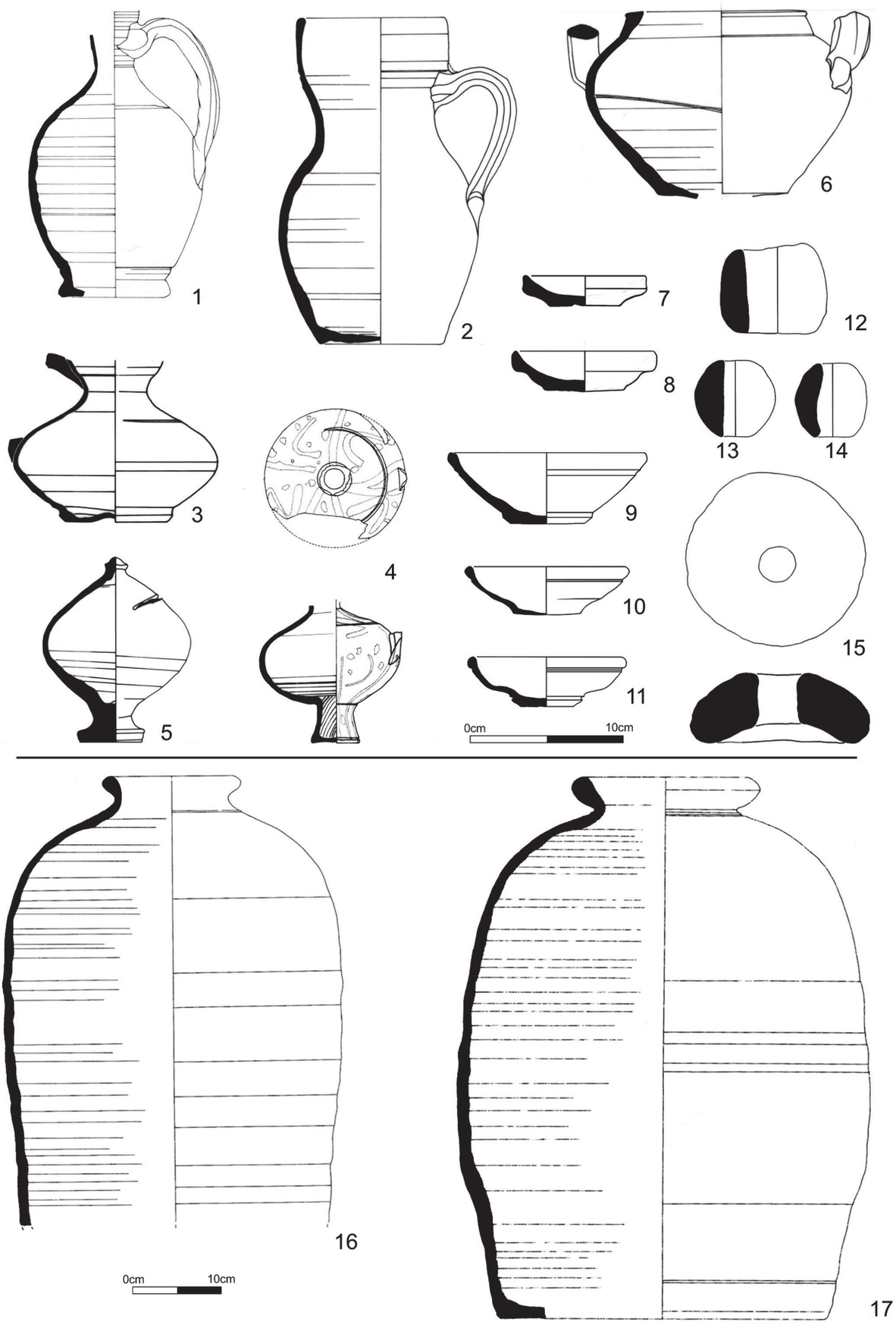


Fig. 1.

que, observando somente a zona do bordo e parte superior do bojo se assemelham a bilhas. Apenas nos foi possível perceber que se tratavam de potes ao longo do trabalho de colagem dos fragmentos, ao nos apercebermos das alterações na parede externa.

Embora não tenhamos encontrado registo de nenhuma fonte escrita que se refira à funcionalidade destes contentores, a análise exaustiva do conjunto material e do seu enquadramento parecem apontar algumas possibilidades.

Por um lado, trata-se de um conjunto cujas características conduzem, indubitavelmente, para potes de armazenamento. Por outro lado, todos os fragmentos foram recolhidos na área escavada que correspondia ao Baluarte Este da Fortaleza, num contexto tipicamente militar.

Outro dado essencial corresponde ao facto de na quase totalidade dos fragmentos observados, as paredes externas apresentarem um grande desgaste e corrosão, possivelmente causados pelo salitre (nitrato de potássio).

Como é sabido, um elevado grau de humidade (ambiente que se verifica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, dada a sua localização junto ao mar) penetra nas cerâmicas e posteriormente transporta para o exterior sais dissolvidos que através de um processo periódico de recristalização acabam por degradar as paredes externas e os seus revestimentos.

São estes dados que nos levam a lançar a hipótese deste conjunto corresponder a potes que teriam como função o armazenamento de pólvora, ou de algum dos seus componentes, designadamente, salitre.

Os únicos paralelos formais identificados correspondem a um conjunto de potes recolhido nos destroços dos naufrágios dos navios espanhóis *Nossa Senhora da Atocha* (1622) e *Santa Ana Maria* (1627) (Marken, 1994, p. 80-88).

Embora não concordemos com a analogia, por nos parecer demasiado forçada e pouco fundamentada, importa referir que o autor designa estes contentores de *flat bottomed olive jars,* baseando-se nas semelhanças das pastas e dos bordos das *olive jars.*

Quanto à cronologia deste conjunto, os paralelos formais acima referidos, bem como o contexto de recolha apontam para que se tratem de peças produzidas e utilizadas durante o século XVII.

Também o grande conjunto de exemplares, muitos dos quais com perfil completo, em cerâmica comum fina da Idade Moderna (Rodrigues, no prelo) só foi reconhecido após longos meses de trabalhos de selecção e colagem de vários milhares de fragmentos de pequenas dimensões e fina espessura.

No entanto a multiplicidade de formas e decorações registadas é de tal modo diversificada que a sua apresentação obrigará a uma investigação bastante mais extensa. Referimos, a título de exemplo, três taças com duas pequenas asas verticais, com paredes profusamente decoradas e, no entanto, com a aplicação de técnicas e decorações completamente distintas (fig. 2, n.º 21). Neste grupo incluíam-se ainda um largo conjunto de púcaros de água, não decorados, mas tão apreciados nesta época, até por Filipe II de Espanha.

Maior estranheza nos causou um conjunto de pequenos objectos que, embora reproduzindo algumas tipologias conhecidas para este período, apresentavam dimensões demasiado pequenas exibindo ainda decoração em barbotina branca (fig. 2, n.º 20). Se subsiste a dúvida relativamente à base do pequeno fogareiro que pode ser associada a um defumador (Cardoso e Rodrigues, 1998, p. 197-198 e 211) não nos restam dúvidas que os pequenos tachos são miniaturas possivelmente usadas como brinquedos.

Se este conjunto pode, de alguma forma, sugerir a presença de crianças neste espaço militar, esta fica mais atestada com a presença de vários pequenos mealheiros (fig.1, n.º 5), um claro incentivo à poupança dos mais novos (Cardoso e Rodrigues, 1998, p. 196 e 211).

Refira-se que faziam parte deste enorme conjunto de cerâmica de uso comum, fosca e vidrada, exemplares de alguidares, bispotes, bilhas, candeias e muitos outros utensílios que embora com uma menor expressão numérica se enquadram nas tipologias dos finais do século XVI até meados do século XVII.

Faianças

No extenso grupo de faianças contabilizado em todas as intervenções arqueológicas destacou-se uma unidade que pela coerência dos motivos decorativos podia ser balizada na primeira metade do século XVII. Trata-se das faianças recolhidas no baluarte este, constituídas na sua quase totalidade por pratos e taças.

Embora sem uma estratigrafia coerente[1], foi possível dividir este tipo de loiça em dois grandes grupos correspondentes às 1.ª e 2.ª fases das produções portuguesas de faianças do século XVII (1600-1625 e 1625-1650) definidas pelo saudoso Dr. Rafael Salinas Calado (Calado, 1987).

Refira-se que na primeira fase o discurso decorativo é inspirado em motivos europeus (Calado, 2003, p. 15) e apresentam no caso dos finos pratos uma separação nítida entre as decorações presentes na aba e o medalhão central. Coexistem ainda nesta fase, embora que em número reduzido, os modelos de pratos e taças carenadas de maior espessura tão em voga no século XVI (Cardoso e Encarnação, 2009, p. 234, 239-240).

1. Esta área foi utilizada neste período apenas como lixeira e consequentemente os materiais encontravam-se dispersos por todas as divisões do baluarte

Fig. 2.

Numa segunda fase, tanto as formas como as decorações têm maioritariamente inspiração nas produções de porcelana chinesa aumentando de forma significativa o número de exemplares exumados.
Pertencem a esta fase os dois pratos brasonados (fig. 2, n.º 30 e 31) e que estabelecem uma ligação directa com a sociedade religiosa e civil da vila de Cascais. Referimo-nos à representação do escudo da ordem dos carmelitas descalços de quem dependia o vizinho o convento de N. Sr.ª da Piedade e do brasão de armas da família Castro à qual pertencia D. António, senhor de Cascais em 1580 e dedicado partidário de Filipe II de Espanha.
Pela sua singeleza não podemos deixar de referir o pequeno jarro em faiança que apresenta sobre o bico vertedouro um mascarão relevado (fig. 2, n.º 32) em tudo idêntico às produções da oficina de produção de faiança em Gaia (Almeida, Neves e Cavaco, 2001, p. 145).
Foi exactamente através desta seriação inicial que se catalogaram muitas das restantes faianças provenientes de outros espaços intervencionados e que permitiram balizar no tempo a intensa ocupação que a fortaleza teve neste período uma vez que da 3.ª fase das produções portuguesas de faianças do século XVII (1650-1675) apenas se recolheram três exemplares.

CERÂMICAS DE IMPORTAÇÃO

Porcelanas

A existência de porcelana chinesa nos contextos arqueológicos da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz encontra-se igualmente atestada. Caracterizam-se essencialmente por produções de exportação, fabricadas durante a dinastia Ming, nos fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi, onde a decoração em azul e branco é comum a todos os exemplares, integrados num intervalo cronológico que corresponde à segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII. Do ponto de vista formal, as peças mais antigas são essencialmente pratos de média dimensão, na sua maioria com aba.
Datado de meados do século XVI apresentamos um prato com a figura de um dragão, por vezes conhecido por x*iangcao long* ou "dragão folha de orquídea", visto como um espírito do rio, símbolo da origem da vida e surge pela primeira vez na China por volta dos finais do século XIV, associado à difusão do budismo (fig. 3, n.º 33 e fig. 4, n.º 44). Esta representação apresenta semelhanças muito próximas com uma taça da Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves (Matos, 1996, p. 51). Da mesma época temos um prato decorado com motivos fitomórficos, com paralelos formais e decorativos na mesma instituição (fig. 3, n.º 35 e fig. 4, n.º 46) (ob. cit., p. 65).
Da segunda metade do século XVI recolheu-se um prato de média dimensão com bordo em forma de chaveta, decorado com paisagens aquáticas, em redor da aba, comum nas peças de exportação desta época (fig. 3, n.º 34 e fig. 4, n.º 45) (ob. cit., p. 89).
Contemporânea da anterior, é a marca com a representação de uma lebre branca, delineada a azul, normalmente associada a peças de muito boa execução (fig. 4, n.º 49) (ob. cit., p. 66).
Mais tardios, são os dois exemplares de *Kraakporselein*, produção associada ao reinado do imperador Wanli (1573-1619). Um dos exemplares trata-se de um fragmento de taça, com decoração de gamos entre troncos de pessegueiro e na superfície interna é possível observar a existência de ramos de pessegueiro em flor. Cada uma destas composições integra-se em cartelas separadas por um risco simples, em ambas as superfícies, características da transição do século XVI para o século XVII (fig. 4, n.º 50) (ob. cit., p. 115).
O segundo exemplar desta produção trata-se de fragmento de fundo de um prato, com o arranque de aba. Neste caso, a separação das cartelas é mais rebuscada, sendo realizada com decorações de pendentes de contas e outros objectos simbólicos, já dos inícios do século XVII (fig. 3, n.º 37 e fig. 4, n.º 47) (Matos e Salgado, 2002, p. 71).
Foi ainda possível identificar dois fragmentos de porcelana dos fornos de Zhangzhou, na província de Fujian, no sul da China (fig. 3, n.º 36 e fig. 4, n.º 48 e 51). Este tipo de produção caracteriza-se por apresentar decorações mais livres, com traços espessos sem contorno, feitos em tons de azul escuro ou acinzentado, de paredes espessas, vidrados de cor cinzenta ou amarelados e pastas de cor cinzenta. Os fragmentos em consideração pertencem a um prato de média dimensão e a outro de grandes dimensões, com paralelos decorativos com um exemplar da Fundação Baur, em Genéva, dos finais do século XVI ou inícios do XVII (Crick, 2010, p. 395, fig. 270).

Majólica

No que diz respeito à cerâmica majólica, o conjunto encontrado na Fortaleza de Nossa Senhora Luz é composto por um total de 177 fragmentos, dos quais dezassete pertencem a pratos (9,6%) e cinco a taças (2,8%). Os restantes 155 elementos não permitiram uma identificação formal dado o seu elevado estado de fragmentação (87,6%).
Quanto à sua morfologia, os pratos são caracterizados por bordos em aba ou pendentes, sendo que estes são geralmente mais fundos que os anteriores. As taças oferecem por vezes características semelhantes às dos pratos mas distinguem-se destes pelo diâmetro mais reduzido e maior concavidade, estando também presente o bordo vertical. O pé em anel é predominante em ambas as formas (fig. 3, n.º 38 a 43)

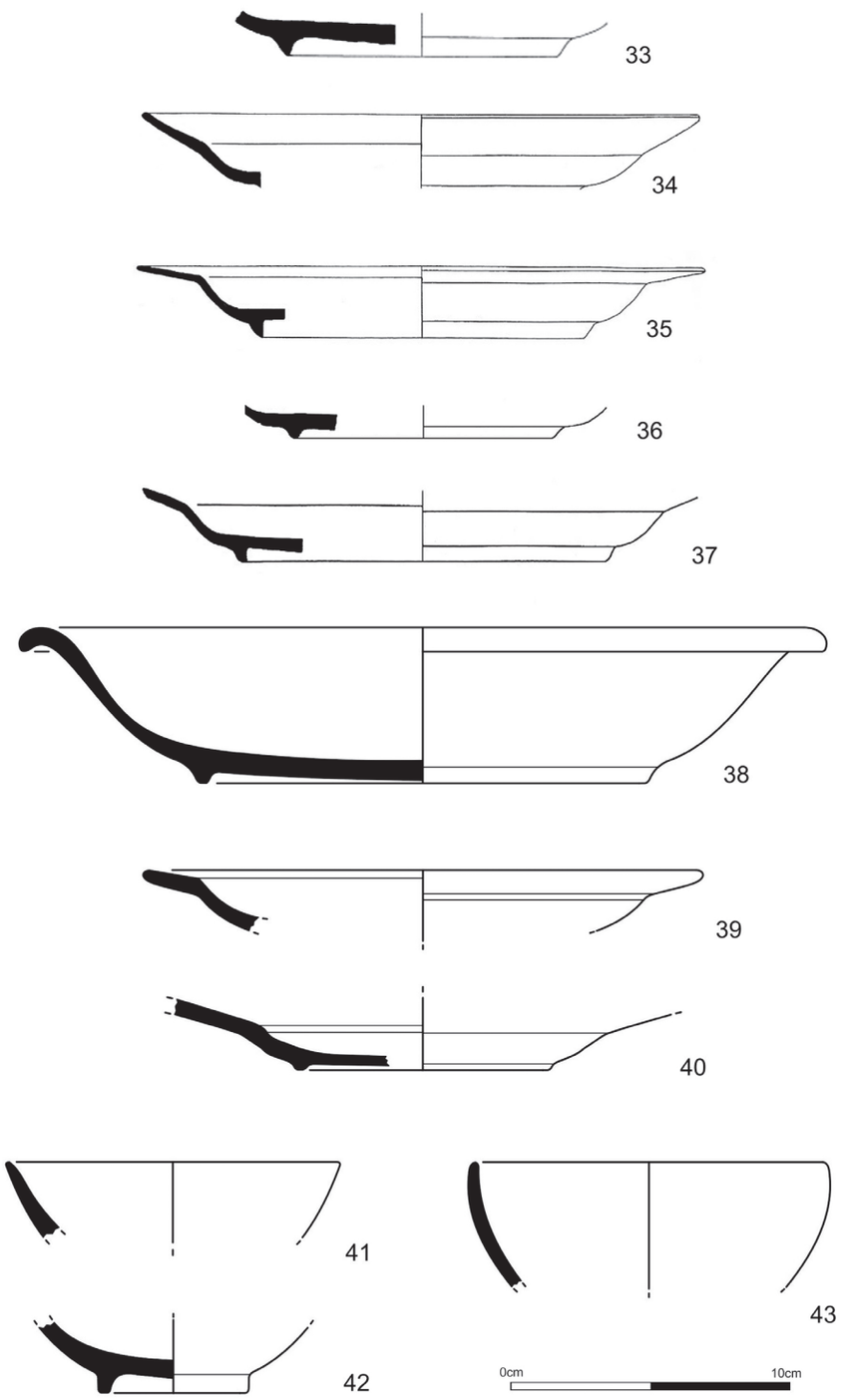


Fig. 3.

A maioria dos fragmentos apresentam uma pasta de coloração amarelada ou amarela clara (2.5Y 8/3, 2.5Y 8/4), compacta, homogénea e com poucos elementos não-plásticos. O esmalte é normalmente espesso e aderente, apresentando uma coloração azul clara ou turquesa, característica de alguns vasos deste tipo de cerâmica.

A decoração é policroma, elaborada a azul-escuro, como é comum, mas são também frequentes as pinceladas em tons de amarelo ou branco executadas sobre o vidrado. As temáticas decorativas são variadas, predominando os fragmentos que apresentam uma decoração vegetalista, composta por palmetas, rosetas ou ramos e folhas, por vezes enquadrados em cartelas que compõem a decoração a zona do bordo (fig. 4, n.º 52 a 57). No anverso do vaso é comum uma sucessão de arcos entrecruzados, também elaborados a azul escuro. Surgem ainda outros motivos decorativos, embora em

menores quantidades, de como é exemplo a representação de paisagens no medalhão central dos pratos, ou mesmo o busto de um "*putto*", ou anjo, naquele que é o fragmento mais representativo do conjunto de majólica (fig. 3, n.º 38 e fig. 4, n.º 52).

Não sendo possível a análise química das pastas, é difícil atribuir uma origem para estes vasos. Embora a decoração da majólica possa indicar uma proveniência, o tipo aqui presente foi elaborado em mais que um local. As produções são possivelmente andaluzas, destacando-se Sevilha como centro produtor, tratando-se de vasos de tradição ou imitação dos produzidos na zona da Ligúria, Itália, não excluindo o facto de alguns deles poderem ter sido aí elaborados.

Encontramos paralelos para estes vasos nos conjuntos identificados em Sevilha (Cuartel del Carmen), Granada (Alhambra, escavações urbanas) e ainda Silves, apenas para salientar alguns exemplos.

Tendo em conta características das pastas mas principalmente a temática decorativa, as cronologias apontam para um momento balizado entre o final do século XVI e meados do século XVII, estando por isso enquadrados com o historial do sítio onde foram encontrados.

Cachimbos

O conjunto de cachimbos de cerâmica da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz é composto por um total de 34 elementos, constituído por produções em caulino e em cerâmica comum, todos exumados nas intervenções arqueológicas ocorridas nos anos de 1988, 1990 e 2004.

Do total dos 34 elementos, 25 são de cachimbos em caulino, divididos por 4 fragmentos de fornalha e 21 de hastes. Destes elementos destacam-se 3 fornalhas e 1 haste decorada, sendo os restantes fragmentos, um conjunto sem qualquer expressão qualitativa.

Das fornalhas (fig. 5, n.º 58 a 60) evidenciam-se dois exemplares com pedúnculo ostentando marcas de produtor.

A fornalha n.º 58 de forma oval e alongada, também com decoração impressa no bordo, apresenta na base do pedúnculo a marca JG dentro de um pequeno círculo de pontos impressos, e numa das suas laterais um pequeno insecto voador. O bordo é ainda decorado por uma linha impressa de pequenos motivos quadrangulares e apresenta um diâmetro de 2 cm.

A marca está atestada nas produções de Jean Gambier, holandês que em 1780 abre a sua oficina em Givet, França, dando início a uma produção que ganhará muita notoriedade com o seu filho e os conhecidos cachimbos "Jacob". A tipologia do nosso exemplar coloca-o assim nas primeiras produções deste fabricante.

A fornalha n.º 59, de forma oval alongada e de produção holandesa do século XVIII. De produção holandesa apresenta na base do pedúnculo a marca numérica de 24 encimada por uma coroa, marca atestada no centro produtor de Gouda para os fabricantes Huijbert Lorjier (1731-1782), Mattijs de Munnik (1773-1782), Gillis Willebeek (1778-1803), Willem Bot (1788-1805) e Valentijn Simmers (1820) (Colom, 1997, p. 28, Cuadro 1). É visível ainda em cada lado do pedúnculo o brazão da cidade, composto por uma faixa vertical e três estrelas de cada lado, apesar de muito danificado. A prática de colocar o brazão na lateral do pedúnculo terá tido início em 1739-1740, e prevalecendo durante o século XIX (Calado, Pimenta e Silva, 2003, p. 87).

A fornalha n.º 60 é a mais danificada de todas tendo apenas uma pequena porção de bordo. O exemplar também não apresenta pedúnculo ou qualquer vestígio de marca ou decoração. O perfil aproxima-o das produções inglesas do século XVIII (1710 a 1820).

A única haste com decoração apresenta uma linha ondulada impressa em torno do tubo (fig. 5, n.º 61). As decorações em linhas de círculos e dentadas são comuns tanto nas produções holandesas como nas inglesas ou francesas, e com grande aceitação no século XVIII (Calado, Pimenta e Silva, 2003, p. 92).

O conjunto de hastes foi registado através de medições e desenhos dos cortes (fig. 5, n.º 62), de modo a aferir a existência ou não, de uma variação de diâmetros do tubo interno que possa levar a uma atribuição cronológica. Contudo, esta análise tem bastantes variáveis e pode não ser fiável no estudo deste conjunto (Alexander, L. T., 1983). Assim, os diâmetros registados variam entre 1 e 1,4mm, estando a maioria nos 1,25 mm.

A presença de 9 elementos de cachimbo em cerâmica comum é um dado a nível qualitativo e quantitativo de grande interesse, uma vez que na maioria dos contextos até ao momento estudados e publicados, este tipo de produção não ultrapassa os dois ou três elementos, quando não mesmo um ou nenhum.

No conjunto em análise identificámos 3 fornalhas (fig. 5, n.º 63 a 65) e 5 hastes (fig. 5, n.º 66 e 67), cuja análise macroscópica permitiu identificar pastas de tonalidades alaranjadas e cozedura oxidante, à excepção de um exemplar que apresenta uma cozedura redutora o que lhe confere um tom escuro. A pasta apresenta ainda uma pequena quantidade de calcites e micas de grão finíssimo, bem como pequenos vacúolos, sendo atribuível muito provavelmente, uma produção regional. Na maioria, existe vestígios de utilização. É ainda de salientar, que todos os fragmentos existentes apresentam um acabamento facetado.

Ao contrário do que é observável nos cachimbos em caulino, em que o diâmetro do tubo interno é uniforme ao longo de todo o seu comprimento, o mesmo já não ocorre nestes exemplares em cerâmica comum. Uma

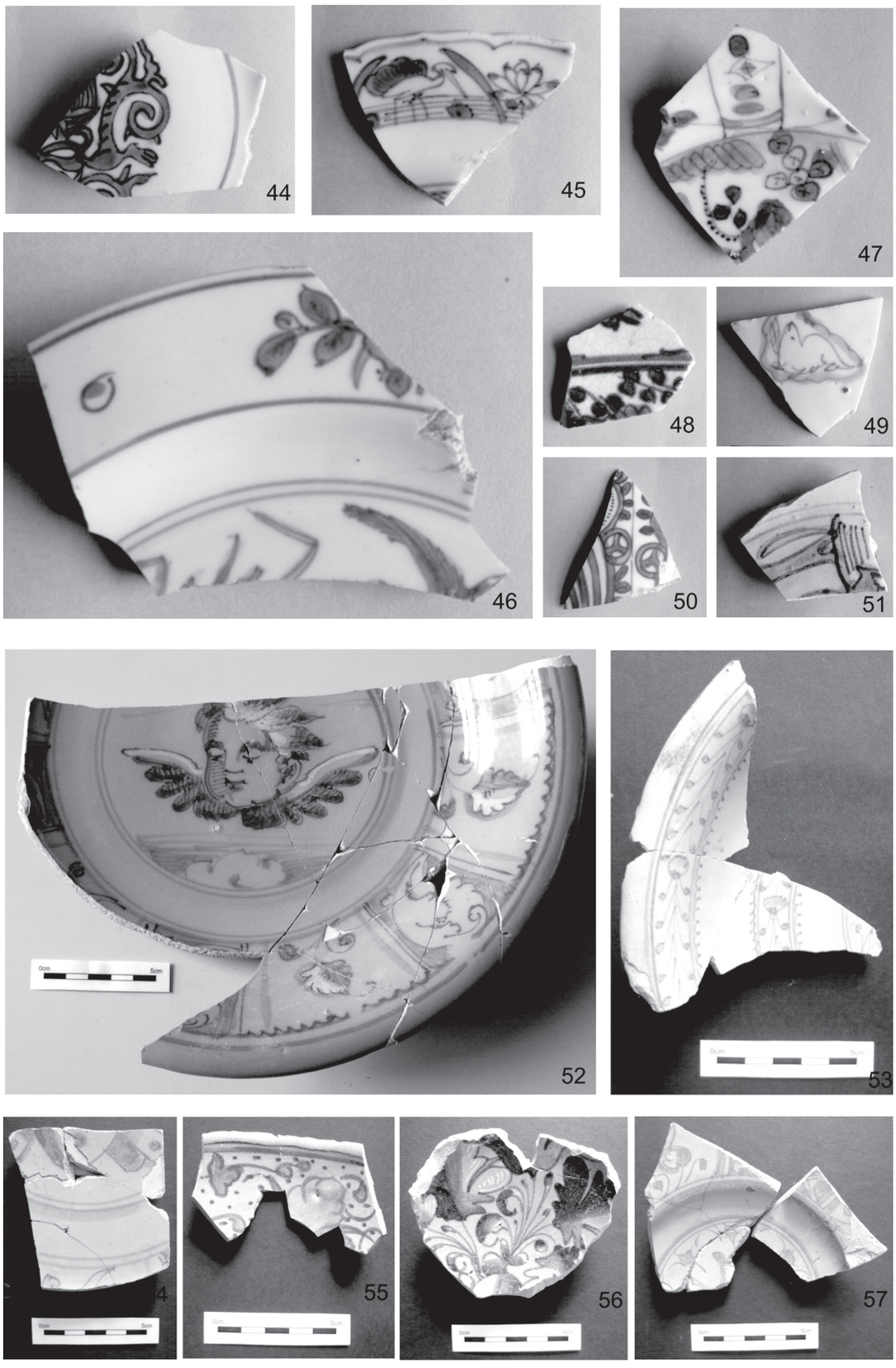


Fig. 4.

consequência das técnicas de produção distintas, utilizadas para cachimbos em caulino e cachimbos em cerâmica comum.

Vidros

Não menos relevante que o espólio cerâmico, o material vítreo exumado durante as intervenções arqueológicas, privilegiou um novo olhar sobre as actividades quotidianas e os âmbitos sociais e económicos que enquadravam a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz.

No que concerne ao repertório formal vítreo, ganha expressividade no conjunto estudado o grupo dos recipientes utilizados para conter líquidos. Neste âmbito, surgem inúmeros fragmentos de garrafas em vidro esverdeado escuro, reconhecíveis pelo seu fundo cónico ou pelo gargalo característico pela aplicação de forma irregular dos dois anéis que circundam o bordo (fig. 5, n.º 73). A morfologia das peças descritas incide directamente sobre o produto que recebe, o vinho, num sentido de conservação das suas características intrínsecas.

O consumo de vinho, considerado por muitos como bebida elementar presente numa mesa, e de outras bebidas finas são testemunho da existência de cálices em vidro nos contextos sociais mais elevados. Considerados como os recipientes favoritos no consumo de bebidas nobres, os fragmentos de cálice exumados atestam essa função ditada por preceitos sociais e simbólicos, nomeadamente pela qualidade de execução das peças como o demonstrado pelo fragmento de cálice em *cristallo* ornamentado horizontalmente no bojo com fio de vidro transparente plissado, com asa trabalhada oferecendo uma aplicação em relevo em forma de amora (fig. 5, n.º 71). Assumindo uma gramática decorativa mais simples, o fragmento de cálice em vidro transparente incolor (fig. 5, n.º 79), cujas paredes convexas são menos finas que o anterior recipiente descrito, e as bases discóides de cálice encontradas com botão emuldorado a unir à copa (fig. 5, n.º 81 e 82), compõe na sua maioria os exemplares de cálices recorrentes no sítio arqueológico.

Em associação com o serviço de mesa, encontramos os copos em vidro, utilizados normalmente para conter os líquidos menos nobres como a água. Esteticamente simples, destacamos formalmente dois tipos de copo existentes neste arqueossítio: os copos que apresentam paredes finas e ligeiramente convexas e o fundo côncavo (fig. 5, n.º 83) e os recipientes em vidro transparente incolor oferecendo paredes esvasadas de secção poligonal (fig. 5, n.º 75).

Os objectos vítreos utilizados na higiene e na cosmética encontram lugar neste contexto militar.

A vulgarização dos urinóis, ferramenta médica de diagnóstico, encontra exemplares no espólio exumado (fig. 5, n.º 83).

O universo feminino e/ou masculino presente na fortaleza constitui-se pelos artefactos relativos a objectos de adorno e à utilização de perfumes ou águas de cheiro. No que respeita aos objectos de adorno pessoais, identificámos um anel em vidro opaco negro (fig. 5, n.º 78), tal como fragmentos de braceletes igualmente em vidro opaco negro.

Referentes à utilização de perfumes identificamos uma taça de pequenas dimensões em vidro azul transparente possivelmente utilizada para conter algo com cheiro ou elementos cosméticos (fig. 5, n.º 80), e frasquinhos decorados, com atenção para o frasquinho em vidro incolor transparente em forma de cabaça ornamentado por pintura a branco na superfície e com aplicação em relevo de uma concha em vidro translúcido (fig. 5, n.º 70).

Em analogia com os exemplares encontrados no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, supomos deter um fragmento de um frasco em forma de cabaça (fig. 5, n.º 72), dada o formato em aba do bordo, a sua pequena dimensão e a coloração vítrea em verde esmerilado, apontarem para esta espécie de contentores de perfumes ou águas de cheiro. Outras formas decoradas como o fragmento de garrafa em vidro incolor (fig. 5, n.º 71), oferecendo bocal em forma de funil e colo estreito decorado com fios de vidro branco opaco engastados nas paredes formulando relevos oblíquos, e o fragmento de garrafa (fig. 5, n.º 69) ornamentado por caneluras oblíquas, exemplificam o gosto estético pelos recipientes e pelo seu conteúdo neste contexto militar.

Os fragmentos de botica exumados serviam para guardar pomadas ou loções (fig. 5, n.º 84).

Numa visão de conjunto, o espólio apresentado integra-se cronologicamente entre os séculos XVI e XVIII demonstrando uma classe social próspera economicamente, na medida em que a vulgarização dos recipientes vítreos só ocorreu no século XIX. Contudo, o espólio vítreo estudado em termos das técnicas de produção que efervesciam nas oficinas europeias caracteriza-se por ser um conjunto mais pobre, indicando uma produção portuguesa e também espanhola.

CONCLUSÃO

Esta breve abordagem baseada apenas numa observação transversal dos materiais da Idade Moderna e sustentada por cinco investigações realizadas sobre amostragens de conjuntos específicos levam a concluir que a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz teve uma intensa ocupação durante o período de ocupação filipina.

A coerência cronológica que os materiais apresentam, nomeadamente o conjunto proveniente do baluarte

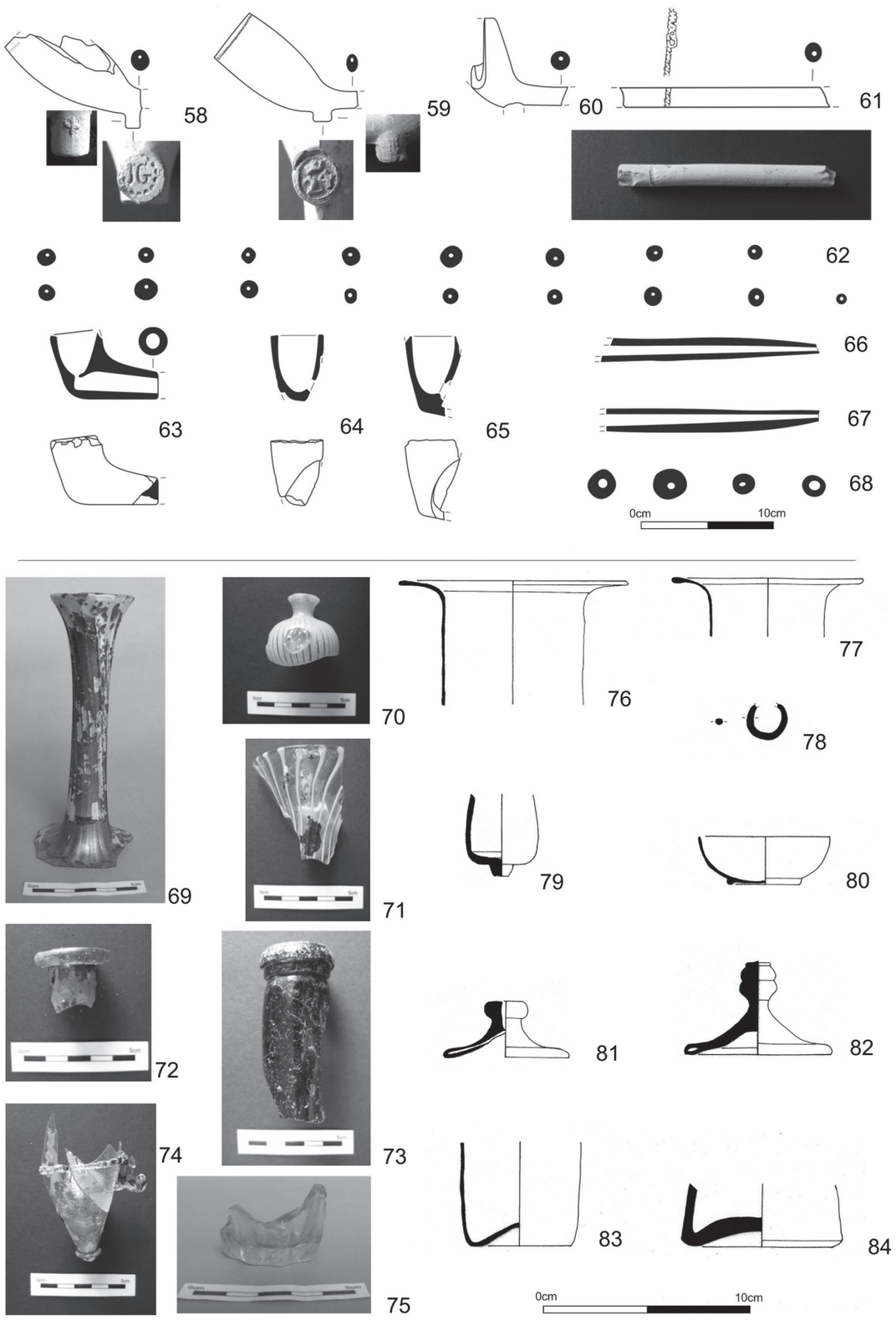

58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
0cm
10cm
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
0cm
10cm

Fig. 5.

este, acentua ainda a frequência neste espaço não só de uma guarnição militar mas também de uma elite nobilitada, constituída pelo governador e possivelmente pela sua família. Assim poderá ser explicada a presença de artefactos associáveis ao universo feminino e à presença quase que irrefutável de crianças.

Também os limites dos intervalos cronológico que se aferiram nesta observação encontram-se compreendidos no período que decorre entre os finais do século XVI e os meados do século XVII. No entanto e porque a guarnição nunca ficou abandonada, alguns dos conjuntos prolongam-se para além do século XVII demostrando uma presença militar continuada.

Procurámos principalmente demonstrar com esta primeira abordagem ao estudo dos materiais arqueológicos que o resultado das intervenções arqueológicas, através do estudo do espólio e da sua relação com a análise das estruturas identificadas poderá trazer uma nova visão sobre este espaço fortificado apoiando o conhecimento histórico e reforçando a importância do património histórico e cultural da vila de Cascais.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, L. T. (1983) – More Light on the theory of dating clay pipes by measuring stem hole diameters. America. In PETER DAVEY eds. – *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe VIII*. Oxford: B.A.R. (BAR International Series; 175).

ALMEIDA, M.; NEVES, M. J. e CAVACO, S. (2001) – Uma oficina de produção de faiança em Gaia nos sécs. XVII e XVIII. In *Itinerários da faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 144-145.

CALADO, M.; PIMENTA, J. e SILVA, R. B. da (2003) – Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Caminho de Ronda do Castelo de São Jorge em Lisboa. *Património – Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, Vol. 5, p. 83-95.

CALADO, R. S. (1987) – *Faiança Portuguesa*. Lisboa/Amesterdão: Secretaria de Estado da Cultura/ Amsterdams Historish Museum. 96 p.

CALADO, R. S. (2003) – *Faiança Portuguesa da Casa-Museu Guerra Junqueiro*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 112 p.

CARDOSO, G. e ENCARNAÇÃO, J. D. (2009) – Testemunhos do Subsolo nos finais do século XX, in *A Casa de Azulejos de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 201-242.

CARDOSO. G. e RODRIGUES, S. (1998) – Tipologia e Cronologia de Cerâmicas do século XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval.* Edições Afrontamento, 6, p. 193-212.

CARDOSO. G. e RODRIGUES, S. (2002) – Conjunto de peças de cerâmica do século XVI do Convento de N. Sr.ª da Piedade, Cascais, in *Actas dos 3.º Encontros de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 269-288.

CARDOSO. G. e RODRIGUES, S. (2008) – As cerâmicas do Poço Novo II, in *Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 95-108.

CARTA, R. (2008) – *Difusión e influencia de la producción de la cerámica italiana entre la baja edad media y la primera edad moderna: El caso de Granada*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Granada. 1076 p.

COLOM, M. del M. L. (1997) – Las pipas de arcilla y los bancos tipológicos postmedievales *Arkeolan*. Donostia-San Sebastián: Centro de Estudios e Investigaciones Histórico-Arqueológicas, n.º 3, p. 24-28.

COLOM, M. del M. L. (1999) – La datación de las pipas de Arcilla *Arkeolan*. Donostia-San Sebastián: Centro de Estudios e Investigaciones Histórico-Arqueológicas, n.º 7, p. 14-25.

CRICK, M. (2010) – *Chinese trade ceramics for South-East Asia from the 1st to the 17th century: collection of Ambassador and Mrs Charles Müller.* Genève: 5 Continents; Milan: Fondation Baur, musée des arts d'Extrême-Orient. 415 p.

CUSTÓDIO, J. (2002) – *A Real Fábrica de Coina (1719-1747) e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII: aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos.* Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

FERREIRA, F. E. R. (1983) – Escavações do Ossário de São Vicente de Fora. *Revista Municipal.* Lisboa. 2.ª Série, n.º 4, p. 5-36.

FERREIRA, M. A. (2003) – Vidro arqueológico da região de Sintra (séculos XVI e XVII). *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento, 8, p. 279-291.

FERREIRA, M. (2004) – Espólio vítreo proveniente da estação arqueológica do Mosteiro de Sta. Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 7:2, p. 541-583.

FRANCO, G. L. *et al* (1984-88) – Escavações no antigo Hospital da Confraria do Espírito Santo dos Pescadores e Mareantes de Sesimbra, in *Arqueologia e história*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, S. 10, vol. 1-2, p. 155-185.

GOMES, R. V. e GOMES, M. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV a XVI, do Poço-Cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 143-206.

MARKEN, M. W. (1994) – *Pottery from Spanish Shipwrecks, 1500-1800*. Gainesville. University Press of Florida.

MARTINS, M. (1988) – Três cachimbos do Hospital de Todos-os-Santos. *Revista Municipal.* Lisboa. 2.ª série, n.º 23, p. 16-18.

MATOS, M. A. P. de *et al* (1996) – *A Casa das Porcelanas: cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português de Museus; London: Philip Wilson. 287 p.

MATOS, M. A P. de e SALGADO, M. (2002) – *Porcelana Chinesa da Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Assírio e Alvim. 181 p.

RAMALHO, M. (2001) – As fortificações marítimas do porto e da nobre vila de Cascais, in *As fortificações marítimas da costa de Cascais*, Edições Quetzal, p. 27-56.

RODRIGUES, S. – Cerâmicas Comuns Finas Modernas: proposta de um novo conceito in *Actas dos VI Encontro de Olaria de Matosinhos*. Câmara Municipal de Matosinhos (no prelo).

SOMÉ MUÑOZ, P. e HUARTE CAMBRA, R. (1999) – La cerámica moderna en el Cuartel del Carmen (Sevilla). *Arqueologia Medieval*. Edições Afrontamento, 6, p. 160-171.

PRIMEIRA ABORDAGEM A UM DEPÓSITO MODERNO NO ANTIGO PAÇO EPISCOPAL DE COIMBRA (MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO)

A CERÂMICA DESDE MEADOS DO SÉCULO XV À CONSOLIDAÇÃO DA RENASCENÇA

RICARDO COSTEIRA DA SILVA **Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Investigador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP-CAM)**

RESUMO A riqueza dos vestígios arqueológicos e patrimoniais que o edifício do Museu Nacional de Machado de Castro congrega, implicou a prossecução de um programa de trabalhos arqueológicos prévios e decorrentes do projecto de ampliação e remodelação das suas instalações, recentemente concluído. As escavações realizadas na ala sul permitiram identificar um depósito de materiais modernos, interpretado como lixeira, selado pelos níveis das cavalariças do antigo paço episcopal e entre sólidas empenas do criptopórtico romano.

Estes contextos estratigráficos, de leitura clara e segura, notabilizam-se pela variedade, invulgar abundância e bom estado de conservação do material exumado que foi possível integrar em quatro momentos distintos de deposição (entre os séculos XV e XVI) tendo em conta a cronologia relativa oferecida pelos 354 numismas recolhidos.

Atendendo ao estado preliminar dos trabalhos, pretende-se neste texto expor as circunstâncias que envolvem o achado e apresentar, em linhas gerais, a evolução das formas e estilos representados no lote cerâmico exumado e que se baliza entre meados do século XV e finais do século XVI.

PALAVRAS-CHAVE **Cerâmica, Coimbra, Paço Episcopal, século XV, século XVI**

1. INTRODUÇÃO

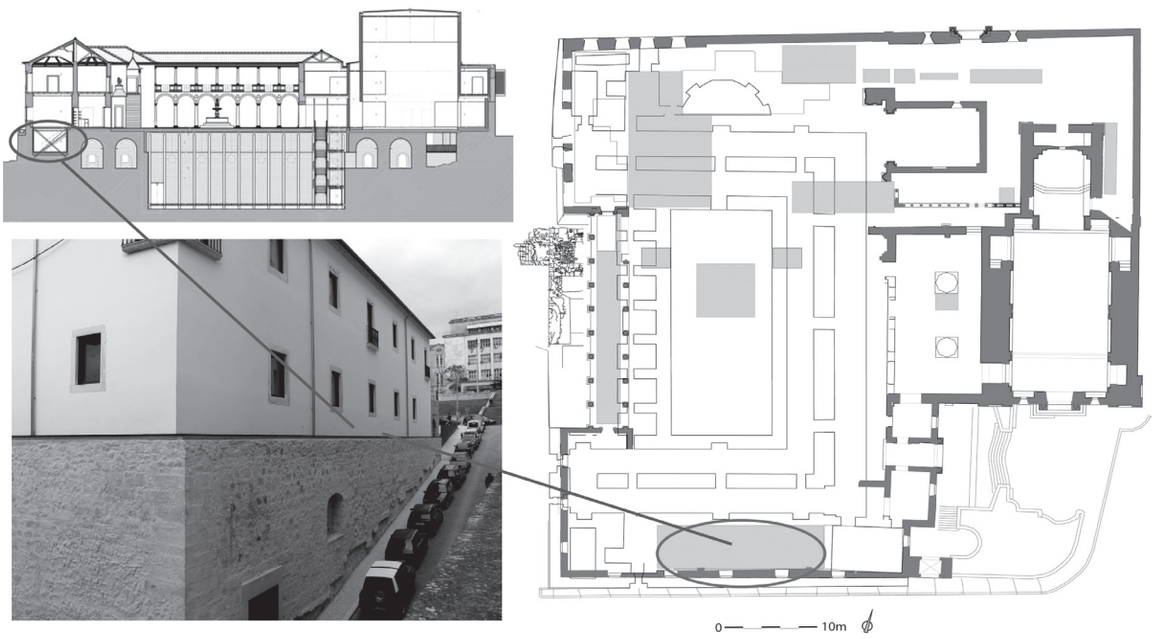
Instalado no ponto de maior centralidade da colina genética de Coimbra, que se debruça sobre o Mondego, encontra-se o espaço edificado com mais ampla e ininterrupta diacronia de ocupação atestada nesta urbe, ocupado desde 1912 pelo Museu Nacional de Machado de Castro. As instalações do corpo principal deste espaço museológico erguem-se sobre o criptopórtico dos fóruns da antiga cidade romana de *Aeminium* construído, numa primeira fase, durante o principado de Augusto (inícios do século I d.C.) e posteriormente remodelado e significativamente ampliado por Cláudio (meados do século I d.C.). Sobre esta plataforma artificial, constituída por dois pisos sobrepostos de galerias abobadadas, e após os períodos de ocupação visigótica e islâmica, inicia-se em finais do século XI o processo que levaria à conformação deste sítio como paço episcopal. A manutenção desta funcionalidade irá prolongar-se até ao advento da República e ao longo destes nove séculos a estrutura primária irá sujeitar-se a várias reformas e sucessivas transformações.

A notabilidade dos vestígios patrimoniais jazentes neste documento histórico construído, vivo e vivido permanentemente ao longo dos últimos dois milénios, implicou a prossecução de um programa de trabalhos arqueológicos de minimização de ocorrência de possíveis impactes negativos decorrentes do grande projecto de ampliação e remodelação deste museu, concluído em 2009. É neste contexto que, desde a década de 90 do século transacto, se desenvolveram um conjunto de intervenções arqueológicas prévias na área do complexo forense romano e na zona alvo do projecto de ampliação contígua a poente daquele edifício (Carvalho, 1998; Carvalho *et. al.*, 2010 e Alarcão *et. al.*, 2009). Estas acções preliminares de pré-avaliação permitiram

não só diagnosticar e caracterizar uma ampla parcela do espaço que viria a ser afectado pelo referido projecto, mas também delinear com maior rigor e detalhe o plano de intervenção prevista e a realizar em simultâneo com a fase de obra. Em Outubro de 2006 dava-se início ao projecto de execução de remodelação e ampliação das antigas instalações do museu e, em simultâneo, ao programa de acompanhamento arqueológico de salvaguarda que contemplava a realização de escavações preventivas. O conhecimento adquirido do sítio permitia reduzir a imprevisibilidade da ocorrência de vestígios patrimoniais relevantes nesta etapa do empreendimento. No entanto, fazendo justiça ao epíteto de "caixa de surpresas" atribuído por Vergílio Correia (1946) a este arqueossítio, mais uma vez fomos surpreendidos pelo aparecimento de elementos insuspeitos. Um destes casos, e aquele que aqui se releva, reporta-se à ala sul do criptopórtico claudiano. Entre espessas empenas daquela estrutura, onde as sondagens preliminares sugeriam a presença de um terrapleno composto por aterros de época romana coetâneos daquela construção, foi identificado um volumoso depósito de Época Moderna, selado pelos níveis das cavalariças do antigo Paço Episcopal e interpretado como lixeira. Estes contextos estratigráficos, de leitura clara e segura, destacam-se pela variedade, invulgar abundância e bom estado de conservação do espólio cerâmico exumado que foi possível integrar em quatro momentos distintos de deposição entre os séculos XV e XVI. O estado actual da investigação e a sua fase interpretativa não permitem, por enquanto, organizar esta colecção num quadro morfológico e tipológico definitivo e caracterizar fielmente a diversidade dos fabricos constatados e as práticas de consumo daquela cerâmica quinhentista. Estes serão alguns dos objectivos da dissertação de doutoramento intitulada "O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do *forum* augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco" que iniciámos recentemente. Neste sentido, o presente texto inscreve-se na tentativa de desenvolver um plano de divulgação preliminar que acompanhe progressivamente a realização daquele estudo. Atendendo a esta conjuntura, pretende-se expor as circunstâncias que envolveram este achado, tendo em conta a sua estratigrafia, fundamentar o quadro cronológico dos diversos momentos de deposição identificados e individualizados e apresentar uma breve e abrangente descrição do lote cerâmico exumado.

2. PROCESSO, CONTEXTO ESTRATIGRÁFICO E DATAÇÃO

Apesar do esforço empreendido na realização de trabalhos arqueológicos prévios que abrangessem o máximo de área afectada pelo projecto em causa, foi inevitável protelar a execução de determinadas escavações decorrentes do programa de remodelação das antigas instalações do museu para contexto de obra. No entanto, a implementação de extensivas fases de pré-avaliação e apreciação deste projecto de construção permitia reduzir a imprevisibilidade da ocorrência de vestígios patrimoniais relevantes em etapa avançada do projecto de construção e consentia o diagnóstico de áreas de maior ou menor potencial patrimonial ou arqueológico.



1. Localização da ala Sul do criptopórtico de *Aeminium* em planta (com indicação das áreas sondadas) e em perfil do projecto de remodelação do museu.

Neste sentido, tendo em conta esta premissa e os resultados da intervenção de P. Carvalho (1998) no extremo sudeste do edifício, a equipa projectista programou a construção de uma sala de reserva subterrânea na ala sul do museu (fig. 1). De facto, os dados de que dispúnhamos apontavam para a existência de uma sucessão de níveis de circulação composto por um pavimento em mosaico hidráulico do século XIX e um pavimento em calçada, constituído por seixos de rio rolados, datado de finais do século XVI[1] que, por sua vez, se sobrepunham a um grande terrapleno formado por aterros coetâneos à construção do criptopórtico romano claudiano e que colmatavam todo o espaço até ao extradorso da abóbada da cloaca *maxima* que cruza toda a sala de leste para oeste. Perante este cenário, previa-se que, após a escavação metódica de todos estes níveis estratigráficos nos restantes 100 m² da ala sul ainda não intervencionada, o projecto se pudesse concretizar. Não obstante, os trabalhos vieram expor uma realidade distinta daquela que se antecipara. Após a remoção dos vestígios do último nível de circulação (de finais do século XVI) verificou-se que todo este espaço se encontrava compartido transversalmente por quatro largos muros estruturais[2] (1,40 m de largura e 4,40 m de comprimento) e de contraforte interno do criptopórtico claudiano, apostos ao traçado intacto da cloaca *maxima*, e que se encontravam regularmente espaçados entre si, formando o que poderemos designar por quatro "compartimentos" (com 2,60 m de largura e 4,40 m de comprimento) (fig. 2). Os espaços intra-muros (conformados em quatro sondagens) encontravam-se totalmente preenchidos por volumosos aterros que se suspeitavam coetâneos da construção das espessas empenas romanas que os circunscrevem. Contudo, as evidências atestadas acabaram por demonstrar que tal premissa não era extensiva a todas as sondagens. Efectivamente, a análise desta intervenção comprova a contínua ocupação deste espaço e consequente readaptação e reestruturação destas pré-existências do século I d.C. nos períodos posteriores.

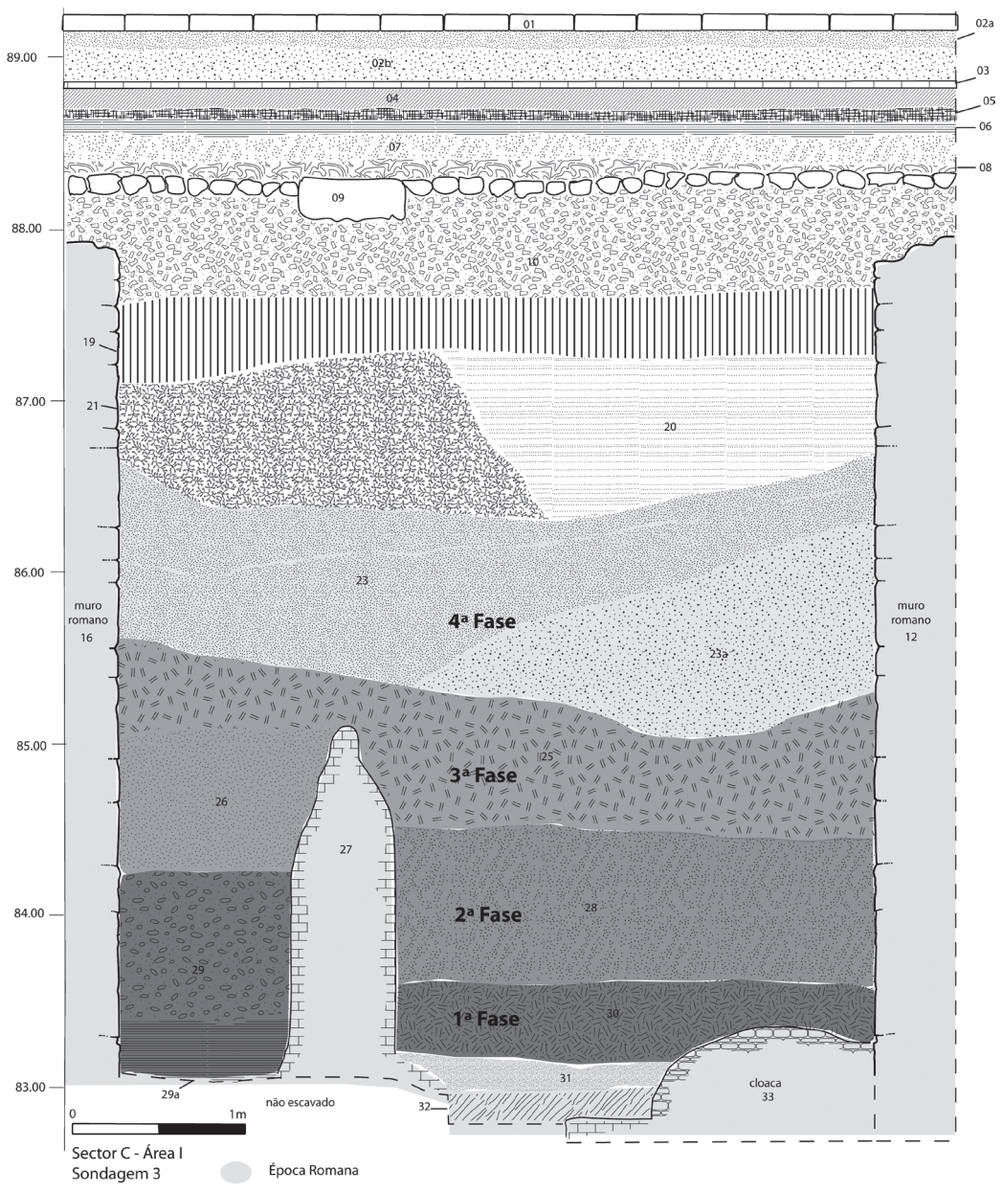
Com efeito, sob o pavimento da cocheira do paço episcopal e ao longo das sondagens/compartimentos, foi identificado um conjunto de três sapatas, de formato

1. Este pavimento é solidário com a estrebaria do Paço Episcopal que terá ocupado este espaço até época contemporânea e que se encontra correlacionado com as várias manjedouras, ainda hoje visíveis, que se encontram encastradas nos alçados Norte e Sul desta sala (fig. 2).

2. O aparecimento insuspeito destas estruturas de inegável valor patrimonial determinou a revisão do plano idealizado. Abandonou-se o projecto inicial de construção de uma reserva subterrânea e os trabalhos prosseguiram com o intuito de valorizar e integrar esta área no novo percurso de visita do museu.

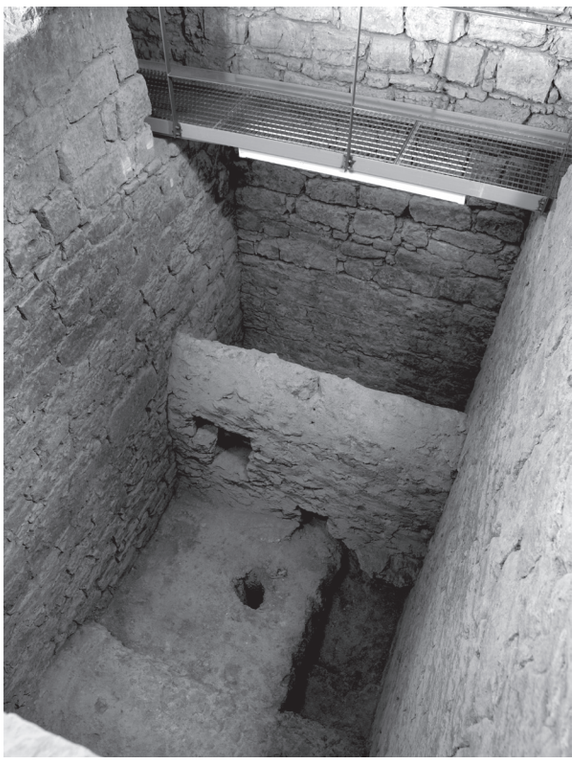
2. Vista geral da ala Sul do criptopórtico de *Aeminium* – muros de contraforte interno.

circular (com cerca de 1 m de diâmetro), implantadas no eixo da sala e que cortam os estratos inferiores de cronologia medieval e romana. Estas estruturas, datadas de finais do século XVI, encontram-se associadas à sustentação do sistema de vigas do nível de circulação do piso superior da ala sul, erigido simultaneamente ou em momento imediatamente anterior à construção da *Loggia*, projecto de F. Terzi, também ela composta por dois pisos e que na fachada ocidental une os corpos Norte e Sul do antigo Paço Episcopal. Toda esta reestruturação do paço, que lhe confere a forma actual, teve como promotor o bispo D. Afonso Castelo Branco que, para além da reformulação de todo o bloco Sul e do lançamento da varanda, substitui o portal de entrada onde coloca o seu brasão juntamente com o do bispo seu antecessor, D. Jorge de Almeida (que no início de Quinhentos procedera à primeira grande reforma na ala Norte) e onde faz questão de gravar a data de 1592 – ano que marca o final desta reforma. Este marco cronológico surge aqui valorizado pois dota-nos de um *terminus antequem* de todos os aterros que se encontram selados pelos níveis que envolvem as sapatas de suporte do sobrado do piso superior, com especial relevo para o depósito de Época Moderna que é tema principal desta exposição.



3. Perfil estratigráfico da sondagem 3 realizada na ala Sul do criptopórtico de *Aeminium*.

Centrando-nos no referido depósito, reportamo-nos à sondagem 3 onde os estratos que envolvem a sapata circular (u.e.s 20 e 21) se sobrepunham a um terrapleno (com cerca de 3,5 m de potência estratigráfica) composto por terras escuras, muito orgânicas, com abundância de carvões e restos osteológicos faunísticos, interpretado como lixeira. Esta volumosa zona de descarte é preenchida por vários níveis diferenciados de despejo (u.e.s 23, 23A, 25, 26, 28, 29, 29A, 30 – fig. 3) que assentam directamente no extradorso da cloaca romana (e a esta cota nos aterros seus contemporâneos) e envolvem uma estrutura hidráulica romana (u.m. 27) que atravessa longitudinalmente toda a sondagem (fig. 4). A exumação desta sucessão de estratos selados permitiu recolher um variado e numeroso lote cerâmico, bem como um significativo conjunto de peças metálicas, em vidro e em osso trabalhado. Para além destes, ganham particular relevância os 354 numismas recuperados, cujos dados cronológicos nos permitem agrupar as oito unidades estratigráficas de proveniência em quatro momentos distintos de deposição (fig. 3). Assim sendo, tendo em atenção a datação relativa proporcionada por estes elementos como *terminus postquem*, poderemos situar o período de actividade desta lixeira entre a segunda metade do século XV e o último quartel do século XVI (até 1592). Com efeito, enumeram-se as u.e.s 29, 29A e 30, como inscritas na primeira fase de depósito, que deverá ter ocorrido em meados do século XV, pois as moedas identificadas são emissões de D. Fernando e D. João I (1383-1433). O segundo momento de deposição deverá corresponder à unidade estratigráfica 28 onde as moedas predominantes são cunhagens de D. Fernando, pertencendo as mais recentes a D. João II (1481-1495), indicando uma cronologia de inícios do século XVI. A terceira fase, associada às u.e.s 25 e 26, parece ter ocorrido entre os finais do primeiro quartel e meados do século XVI, correspondendo a moeda mais recente a um meio real de D. Manuel (1495-1521). O último momento de utilização desta lixeira surge colmatado pelas u.e.s 23 e 23A onde as moedas mais recentes, emitidas por D. Sebastião, não ultrapassam o seu reinado (1557-1578). Relembramos que é sobre estas unidades que se abrem as fundações dos pilares de sustentação do piso superior do bloco sul de que é solidária a *Loggia*, projecto finalizado em 1592. Esta conjuntura leva-nos a circunstanciar esta última etapa de aterro entre 1578 e 1592. Por fim, não deixa de ser curioso a associação de algumas destas fases de deposição com as prelaturas dos bispos reformadores do antigo Paço Episcopal. Na verdade, a segunda e terceira fase parecem harmonizar-se com o bispado de D. Jorge de Almeida (1481-1543) que reestrutura todo o Bloco Norte, enquanto a quarta fase indicia uma contemporaneidade com a renovação do Bloco Sul promovida durante o episcopado de D. Afonso de Castelo Branco (1585-1615). Hipótese plausível e que a confirmar-se permitia refinar, ainda com maior precisão, a datação da última fase de aterro e balizá-la entre 1585 e 1592.



4. Plano final da sondagem 3 após remoção do depósito de Época Moderna.

3. ANÁLISE PRELIMINAR DO LOTE CERÂMICO

Do abundante espólio cerâmico recolhido nesta lixeira foi possível reconstituir mais de seis centenas de peças inteiras ou de perfil completo. O estado ainda embrionário da investigação em curso não autoriza, de momento, a apresentação de um exame completo da cerâmica, com caracterização de fabricos e exposição de todas as formas, tipos e subtipos representados. Estudo este, que aliás, não se compagina com este formato de publicação. A diversidade e quantidade da colecção é tal que permite documentar, com raras excepções[3], todo o repertório formal de baixela cerâmica reconhecida para o quotidiano da época. Deste modo, optou-se por retratar uma pequena amostragem das principais formas e tipos identificados em cada uma das fases de deposição individualizadas e que, embora ilustrativa, não se poderá considerar representativa de todo o conjunto.

3. A título de exemplo, regista-se a total ausência de fogareiros e vasos de noite.

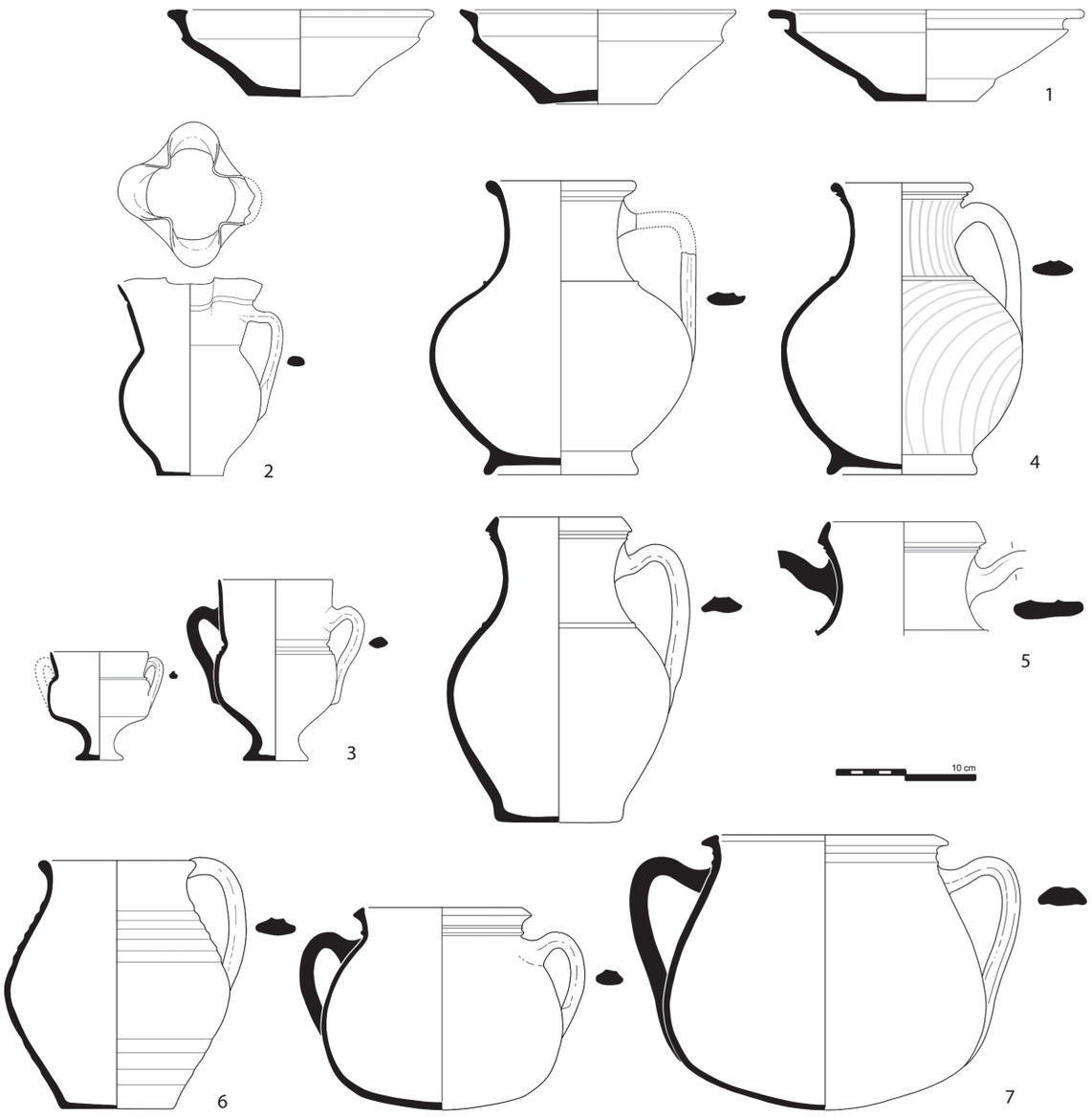
Relativamente ao fabrico da cerâmica doméstica comum, e de um modo geral, esta corresponde exclusivamente a louça de barro vermelho, torneada, com pastas compactas que oscilam entre o depurado, à inclusão de elementos não plásticos (essencialmente quartzo, mica e calcário) de pequeno e médio calibre bem distribuídos. A sua cozedura terá ocorrido em ambiente oxidante[4], como se constata pela tonalidade vermelha – alaranjada das pastas, embora nos lotes mais antigos se vislumbrem algumas peças com manchas escuras na superfície exterior, fruto das alternâncias de temperatura durante esse processo. O tratamento das superfícies abarca, como veremos, uma grande pluralidade de soluções que pode variar do simples alisado e polido, à aplicação de engobe, com ou sem brunido em linhas verticais e vidrado.

3.1 1.ª Fase – meados do século XV

Do primeiro nível de deposição dos contextos analisados resulta o conjunto cerâmico menos numeroso mas que, ainda assim, apresenta alguma variedade de formas, sobretudo entre a louça de mesa e de cozinha (fig. 5[5]).
Entre as primeiras, destaca-se a abundância de pucarinhos de duas asas, com pé tipo bolacha, corpo elipsoidal e colo alto, figurados por peças de diferentes dimensões.

4. Apenas se identificaram três panelas com pastas de tonalidade acinzentada produzidas em ambiente redutor.

5. Os desenhos das peças cerâmicas apresentados foram realizados por Sara Almeida, a quem agradecemos.



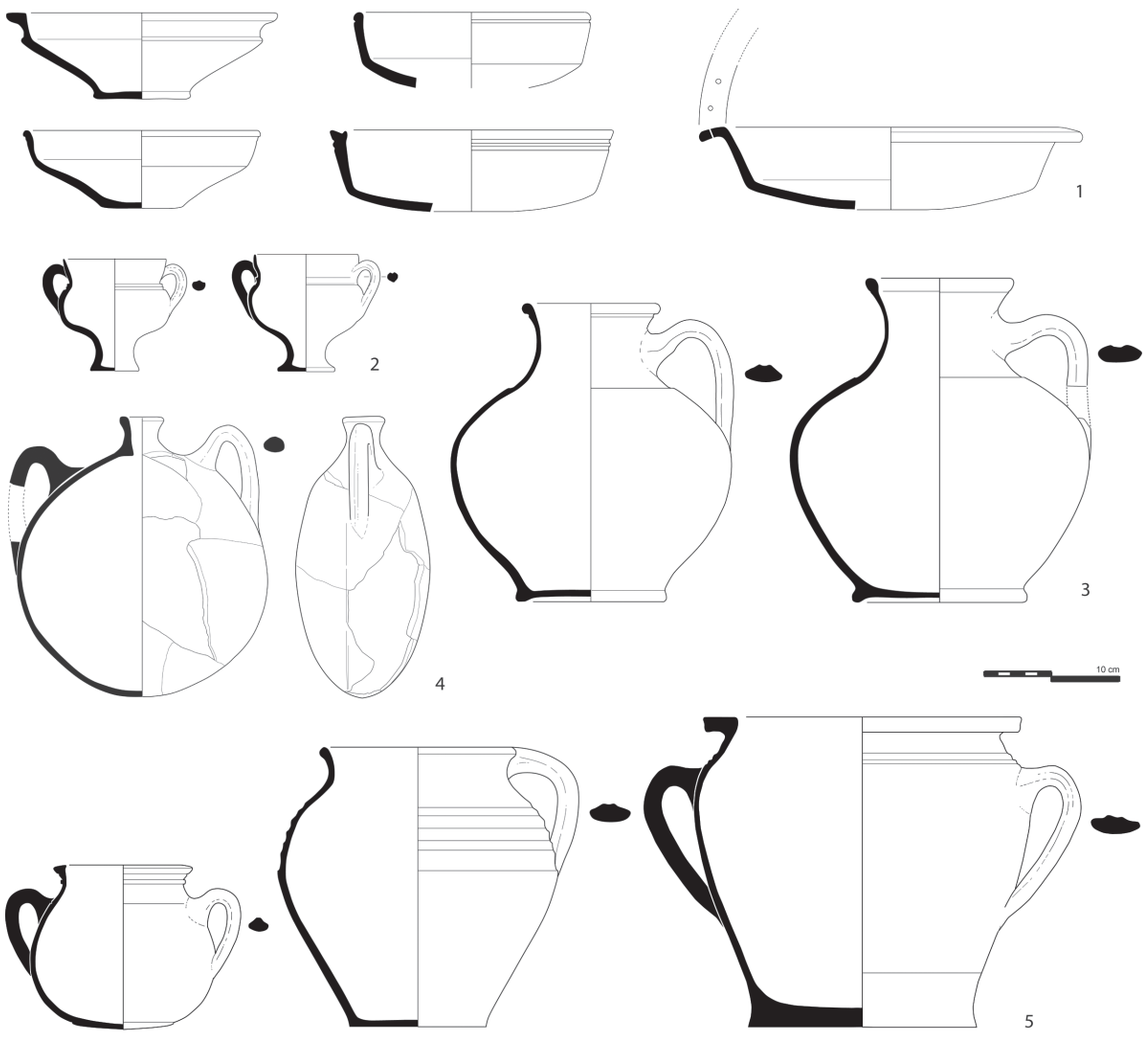
5. Cerâmicas da 1.ª Fase (meados do século XV): 1 - Taças; 2 - Jarro; 3 - Pucarinhos de duas asas; 4 - Cântaros de corpo globular; 5 - Cântaros de perfil ovóide; 6 - Panela de perfil ovóide; 7 - Panelas de corpo globular.

Os cântaros mais representados apresentam perfil globular, colo cilíndrico, bordos simples com lábios boleados, uma asa em fita e base com pé. A superfície externa destes recipientes é sempre muito polida, apresentando-se regularmente ornamentada com ténues traços brunidos. Menos frequentes são os cântaros de corpo ovóide, ombro curto, bordo de forma triangular com inflexão para o interior e fundo plano. Ostentam uma asa em fita, com ligeira depressão longitudinal que, por vezes, apresenta traços transversais pintados a branco. Registe-se igualmente a presença de um pequeno jarro de uma asa, com bordo tetralobado. Destaca-se ainda um conjunto de fragmentos de jarros de pasta branca revestida a vidrado verde de chumbo que se filiam numa longa tradição.

A par destas formas surge ainda bem representado o grupo das taças. O único tipo evidenciado caracteriza-se pelo ressalto na demarcação entre o corpo e o bordo com lábio, quase sempre, em aba horizontal.

Entre os recipientes de cozinha pontuam, quase em exclusivo, as panelas. O tipo mais comum comporta peças de bojo esferóide, base bombeada, bordo de perfil subtriangular e colo curto, normalmente demarcado por caneluras, abaixo do qual arrancam duas asas em fita que terminam junto ao fundo da pança. Para além deste, identificaram-se panelas de corpo ovóide de uma só asa que arranca do bordo ligeiramente extrovertido de lábio boleado e conflui a meia altura da pança cujas paredes se encontram profusamente marcadas por caneluras.

Por fim, assinalam-se ainda vários fragmentos de testos de paredes esvasadas com botão de preensão central e candeias de câmara aberta com bico bem definido, comuns em todos os lotes exumados e cuja morfologia não apresenta grandes alterações ao longo da diacronia definida e que, por isso mesmo, nos absteremos de voltar a enunciar.

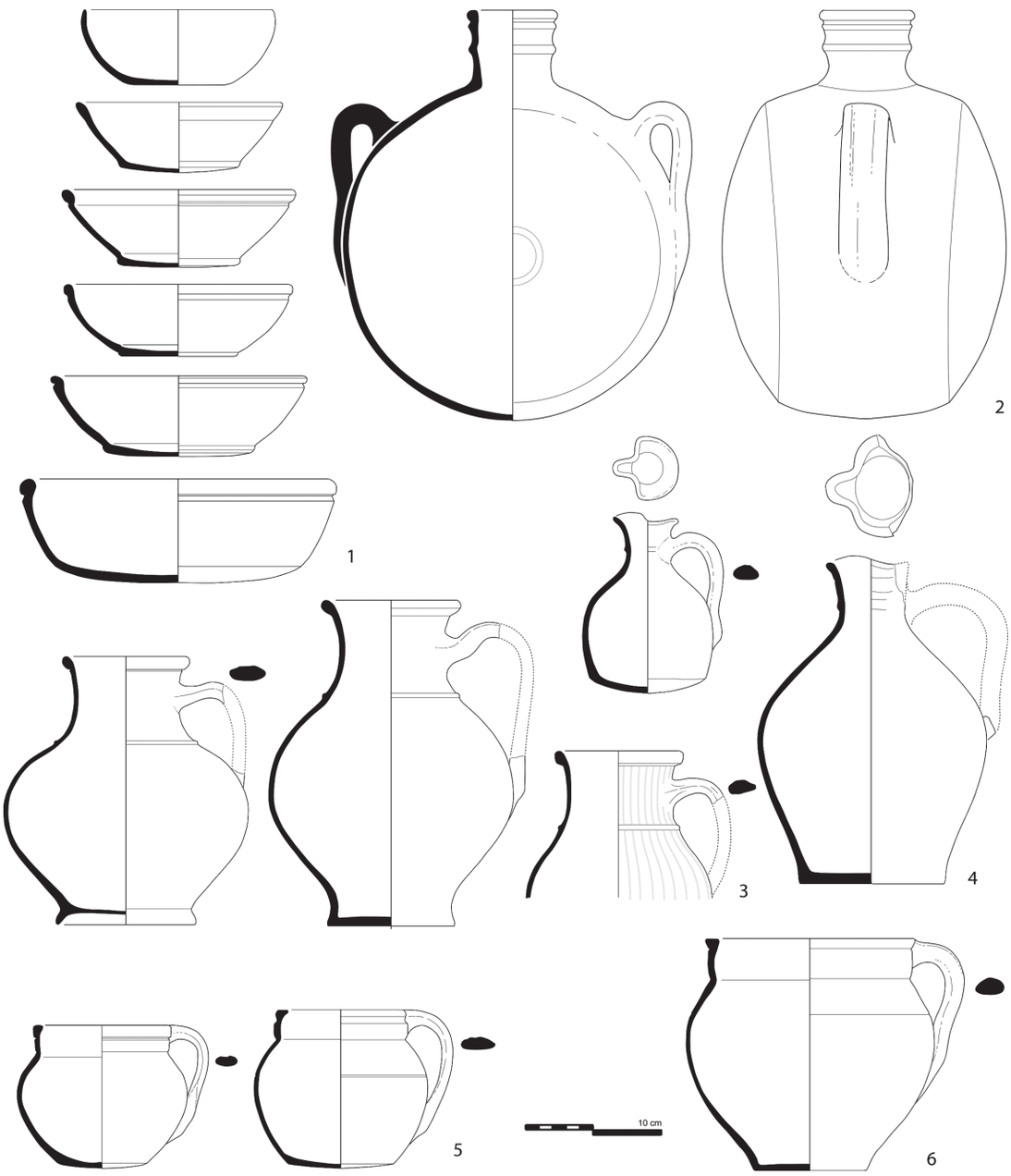


6. Cerâmicas da 2.ª Fase (inícios do século XVI): 1 - Taças; 2 - Pucarinhos de duas asas; 3 - Cântaros de corpo globular; 4 - Cantil; 5 - Panelas ou potes.

3.2 2.ª Fase – inícios do século XVI

As formas e tipos cerâmicos procedentes da segunda fase deste aterro não diferem muito das que se encontram representadas no nível inferior (fig. 6). Com efeito, e entre os recipientes de cozinha, continua a verificar-se a manutenção dos dois tipos de panelas atrás enunciados: panelas de duas asas de corpo esférico e fundo convexo e as panelas de uma asa (que arranca do bordo), de perfil ovóide marcado na parte superior por caneluras e base plana. Apenas se verifica a inclusão de um novo tipo constituído por panela ou pote de duas asas com bordo pendente e colo curto assinalado por conjunto de caneluras.

Denota-se a mesma similaridade relativamente às louças de mesa onde se assiste novamente a uma supremacia dos pucarinhos de duas asas e de cântaros de uma asa de perfil globular, fundo com pé e superfície exterior brunida. Não obstante, assiste-se a uma proliferação de tipos distintos de taças. Para além das taças de ressalto que figuravam no nível anterior, contam-se os vasos de fundo convexo com bordo pendente ou demarcado por caneluras e lábio bífido, as taças com carena e outras cuja inflexão interna individualiza o corpo inferior subtroncocónico do superior de matriz vertical.



7. Cerâmicas da 3.ª Fase (meados do século XVI): 1 - Taças; 2 - Cantil; 3 - Cântaros; 4 - Bilhas; 5 - Púcaros; 6 - Panela.

Destaca-se ainda a presença de um cantil de corpo discóide com duas asas em fita apensas à parte superior dos flancos. O gargalo é curto e o bordo simples com lábio boleado.

3.3 3.ª Fase – meados do século XVI

A colecção relativa ao terceiro momento de depósito volta a denotar um predomínio dos recipientes de cozinha e de mesa, embora pautada pela ampliação da respectiva panóplia tipológica. Não obstante a ausência de tipos comuns às duas fases anteriores, regista-se a permanência de outros modelos e acresce a emergência de novos perfis (fig. 7).

As panelas continuam a assumir preponderância entre a louça de cozinha. Denuncia-se o desaparecimento do tipo dominante nas fases anteriores e constituído por recipientes de duas asas, perfil globular e fundo convexo. Ao mesmo tempo, assiste-se à permanência, embora menos expressiva, das panelas de corpo ovóide demarcado, na parte alta, por caneluras. No entanto, surge um novo perfil imperante composto por peças de uma só asa, em fita, que se fixa a meio do bojo, ligeiramente globular assente em base plana, e com bordo, bem destacado, de lábio plano e espessado para o exterior. Esta forma irá prevalecer na fase posterior e parece influenciar, até certo ponto, o aparecimento de um novo tipo de púcaros que poderiam igualmente ter sido utilizados na manipulação ou confecção de alimentos. Com efeito, ao mesmo tempo que os pucarinhos de duas asas, bastante numerosos nos níveis precedentes, têm agora uma presença meramente residual, despontam os púcaros de uma asa, corpo globular, fundo ligeiramente convexo, bordo destacado com canelura e lábio introvertido.

Entre a louça de mesa as taças atingem uma maior expressividade, abrangendo uma grande diversidade tipológica. Embora todas de perfil tendencialmente esférico e maioritariamente de paredes encurvadas, expõem variações ao nível da base e bordo. O fundo pode ser plano, convexo ou em pastilha. Os bordos, demarcados por canelura ou linha incisa, apresentam lábios simples boleados, afilados, introvertidos ou espessados exteriormente.

Quanto aos cântaros, a par dos de corpo globular que subsistem das fases anteriores, sobrevém um novo tipo, de perfil mais alongado e fundo plano, onde as linhas verticais brunidas se tornam mais distintas. Assiste-se ainda à inclusão de bilhas de bocal trilobado, colo curto e fundo plano ou convexo, de diversas dimensões.

Finalmente, evidencie-se, pela excepcionalidade, o cantil de corpo discóide de grandes dimensões.

3.4 4.ª Fase – finais do século XVI (1578-1592)

O material exumado nos níveis correspondentes ao último momento de utilização desta lixeira marca uma ruptura, quase completa, com o correspondente dos níveis inferiores. Para além de um considerável aumento da quantidade e diversidade de cerâmica recolhida, esta, por sua vez, patenteia a inclusão de fabricos, produções e formas até agora não representados. Embora continuem a prevalecer os fabricos cerâmicos locais, assiste-se, pela primeira vez, à presença de

8. Cerâmicas da 4.ª Fase (finais do século XVI): potes e bilhas de superfícies vidradas.

um apreciável lote de importações de diferentes proveniências. Entre estas, merecem destaque a faiança de reflexo metálico proveniente de Paterna/Manises, o azulejo sevilhano, a candeia de pé alto vidrada originária do sul de Espanha, a majólica policroma, a de azul sobre azul e o "*smalto berettino*" de produção ou tradição italiana e a porcelana chinesa da dinastia Ming[6]. Para além destes, acresce um considerável número de louça de mesa, em chacota com ambas as superfícies vidradas a verde ou amarelo, composto por pratos, tigelas, potes e bilhas (fig. 8), cuja origem de produção nos suscita muitas incertezas, suspeitando-se que possam igualmente provir do sul peninsular.

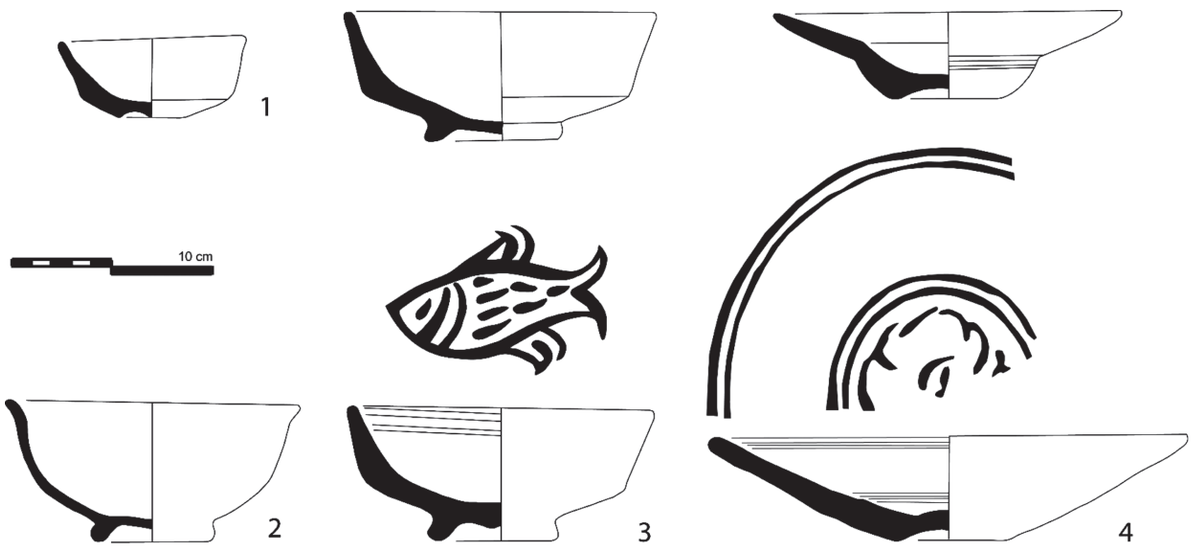
Neste conjunto destaca-se o aparecimento de um lote de faiança de pasta branca, lisa ou decorada a azul, composto por escudelas, pratos, tigelas, malgas (fig. 9) e uma saladeira. As escudelas apresentam um perfil convexo com copa carenada, bordo com lábio boleado, fundo côncavo e pé anelar. Apenas em 12% destas peças transparece a existência de decoração geralmente em duplo filete na superfície interior junto ao bordo e ou base, destacando-se a representação de um peixe pintado a cobalto azul sobre a face interna de um recipiente. Os pratos caracterizam-se pela recorrência do fundo em ônfalo. Apenas 7% dos exemplares ostenta a típica decoração com filetes concêntricos. Isentas de pintura encontram-se as malgas de pequenas dimensões, de bordo boleado, sem pé e perfil convexo carenado e as tigelas de bordo ligeiramente extrovertido e pé anelar. Este grupo converge com as peculiaridades observadas nas faianças sevilhanas do século XVI. Para além dos barros vermelhos apenas afagados, surgem novas produções como os barros pedrados e a cerâmica modelada (fig. 10).

A denominada cerâmica pedrada ou empedrada, caracterizada pela incrustação de pedras brancas de quartzo na superfície da peça, surge aqui representada através de formas adstritas a conter líquidos. Entre estas, realça-se, pela sua maior representatividade, as tacinhas de beber de duas asas, de perfil troncocónico e base convexa e os jarrinhos e/ou potinhos aos quais deverão pertencer uma vasta gama de tampas de coruchéu. Refira-se ainda a presença de um pote de média dimensão, de perfil globular, base plana e bordo extrovertido que se encontra profusamente decorado e em perfeito estado de conservação.

O lote de cerâmica modelada comporta exclusivamente louça de mesa onde sobressai uma vasta gama de tacinhas de duas asas de perfis sinuosos, com relevos e depressões, que embora homogéneas relativamente às técnicas decorativas aplicadas (incisões, excisões, decoração plástica) não oferecem um padrão figurativo e modelar unitário. A segunda forma mais expressa corresponde ao púcaro globular de uma asa, pé anelar e bordo vertical de lábio boleado ou em bisel, cujo bojo ostenta bandas oblíquas modeladas.

A par destas produções, pontua a cerâmica de uso doméstico mais corrente. Denota-se uma presença significativa de recipientes com superfície interna (e parte

6. A par das importações cerâmicas, refira-se a presença de uma colecção de vidros que ilustram formas e fabricos correntes ao longo do século XVI em Itália e no Norte da Boémia. Entre os mais numerosos encontram-se os cálices, em especial os de vidro opaco, vermelho-lacre.



9. Faianças (4.ª Fase – finais do século XVI): 1 - Malga; 2 - Tigela; 3 - Escudelas; 4 - Pratos.

10. Exemplos de cerâmica pedrada e modelada (4.ª Fase – finais do século XVI).

da face externa) vidrada. Esta solução encontra-se expressa em várias formas como os púcaros de uma asa, as sertãs com pega cilíndrica, caçoilas ou tachos de duas asas e panelas de corpo globular e bordo extrovertido de lábio boleado de uma ou duas asas (fig. 11). Não obstante, a cerâmica de barro vermelho é a mais frequente do conjunto (fig. 12), abarcando variado número de formas, tipos e subtipos de recipientes.

Entre a baixela de cozinha acentua-se o predomínio das panelas. Abarcando um largo espectro de perfis e dimensões, o tipo mais recorrente reporta-se às panelas de uma ou duas asas que arrancam sempre do bordo com lábio boleado e espessado para o exterior e se esbatem a meia altura do bojo globular. Parece existir uma certa correlação entre os recipientes de duas asas e o fundo ligeiramente convexo e as peças de uma só asa que assentam em bases planas. O segundo grupo mais representado comporta panelas de uma asa que erradica igualmente do bordo (bem destacado e marcado por canelura) e se adoça a um corpo mais alongado que o anterior assente em base plana. Deverá ainda mencionar-se a existência de grandes recipientes que, por revelarem fuligem exterior, deduzimos que possam ter servido ao fogo. Trata-se de panelas altas ou potes de duas asas com bordos de lábio boleado e espessado para o exterior, corpo ovóide e base plana que apresentam a particularidade de ostentar bandas de cordões plásticos digitados verticais que se sobrepõem parcialmente ao bordo e parte superior da pança que é realçada por canelura. Este modelo encontra-se também figurado em tachos de corpo esférico. Aliás, pela primeira vez, esta categoria formal surge bem representada por peças de duas asas com bordos de lábios amendoados simples ou extrovertidos e fundos planos ou convexos.

Nos serviços de mesa assiste-se a uma preponderância das taças ou tigelas, dos pratos e dos púcaros. Apesar de albergar um amplo e distinto conjunto que comporta pequenas variações, isolaram-se dois tipos mais representativos de taças de corpo hemisférico. O primeiro oferece peças carenadas com pé tipo bolacha e bordo aprumado de lábio boleado. O segundo apresenta taças de perfil subtroncocónico com bordo de lábio plano e espessamento exterior. É comum a evidência de brunido interno, descontínuo, formando linhas concêntricas.

11. Exemplos de cerâmica de uso comum com superfície interna vidrada (4.ª Fase – finais do século XVI).

Os pratos, embora de proporções muito variadas, assumem uma forma troncocónica de paredes extrovertidas, vincadas por acentuado estrangulamento no seu volume mediano que diferencia a aba larga e soerguida, de bordo simples ou extrovertido, da caldeira cova. A superfície interna destas peças revela igualmente indícios de brunimento descontínuo.

O grupo dos púcaros é um dos mais expressivos do conjunto. Distinguem-se três categorias tipológicas principais. O mais comum oferece corpo globular, bordo com lábio boleado, extrovertido e com canelura a meia altura. Apresenta uma asa vertical de secção subcircular que arranca do bordo e assenta num pé tipo bolacha. A superfície externa apresenta polimento intenso, evidenciando um aspecto lustroso. Outro dos tipos mais repetidos difere essencialmente daquele por apresentar um pé mais indistinto e por exibir decoração brunida na face exterior através de bandas ou traços verticais, oblíquos ou reticulados. A terceira série de púcaros de perfil mais bojudo apresenta uma asa de secção subelíptica que nasce igualmente no bordo mais vertical e marcado por canelura. Não dispõe de pé de assentamento e não mostra qualquer tipo de acabamento superficial para além do alisamento. Aliás, a ocorrência reiterada de fuligem exterior sugere a sua utilização ao lume.

Os recipientes de armazenamento e transporte de líquidos encontram-se bem figurados. A forma mais recorrente é o cântaro de perfil ovóide alongado, com bordo de lábio plano e asa vertical com depressão longitudinal. Este tipo, que contempla diversas dimensões, marca uma ruptura completa com os cântaros exumados nos níveis inferiores de corpo tendencialmente globular. Refira-se ainda a presença de bilhas tipo "cabaça" e gorgoletas de duas asas e gargalo que comungam com os primeiros o facto da superfície externa se encontrar coberta por linhas verticais paralelas brunidas.

As bilhas de bocal trilobado encontram-se igualmente documentadas por peças de várias simetrias. A ausência de tratamento superficial nestes recipientes, para além do simples alisamento, e a presença de vestígios de fuligem exterior advertem para a sua possível exposição ao fogo.

Alude-se por fim, à presença de bacias ou grandes alguidares de forma troncocónica e bordo extrovertido e pendente de secção triangular. Estes reproduzem dois tipos distintos de fabrico. Para além do barro vermelho em que a superfície interna revela a existência de engobe ou brunimento em forma de linhas concêntricas, contam-se alguns elementos com pasta em chacota branca e face interna enriquecida por vidrado verde ou amarelo.

Entre este diversificado lote cerâmico foi ainda possível identificar outras formas menos comuns (não reconhecidas nos estratos inferiores) como os almofarizes, mealheiros, copos, canecas, cálices e variadas tampas de coruchéu.

12. Cerâmica doméstica comum da 4.ª Fase (finais do século XVI): 1 - Pratos; 2 - Taças; 3 - Púcaros; 4 - Bilha; 5 - Cântaros; 6 - Panelas; 7 - Tachos; 8 - Panela ou Pote.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão poderá afirmar-se que o lote cerâmico exumado ilustra essencialmente modelos de louça de mesa e de cozinha, de produção local ou regional, muito comuns nos séculos XV e XVI um pouco por todo o território nacional, em lugares tão distintos como Aveiro (Alves *et. al.*, 1998), Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 193-211), Lisboa (Gaspar e Amaro, 1997; Gaspar *et. al.*, 2009; Ramalho e Folgado, 2002); Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998); Évora (Teichner, 1998; Teichner, 2003); Porto (Real *et. al.*, 1995; Barreira, Dórdio e Teixeira, 1998), entre outros.

Em termos genéricos é possível observar que os materiais recolhidos nos níveis inferiores denotam um certo conservadorismo de formas e fabricos, cujo leque se vai paulatinamente diversificando à medida que nos abeiramos dos finais do século XVI. Por contraste, a última fase de depósito expõe uma abrangente panóplia de produções onde se destaca a presença, inclusivamente, de conjuntos cerâmicos importados.

A relevância desta colecção assenta não só no bom estado de conservação, variedade e invulgar abundância de material, mas também na peculiaridade das circunstâncias que envolvem o achado, que autoriza a leitura clara e segura dos contextos estratigráficos de proveniência e permite a datação rigorosa do depósito. Com efeito, tendo por base um inventário volumoso, com um repertório variado de produções, formas e tipos importa prosseguir o estudo e procurar estabelecer a completa caracterização dos fabricos e seu quadro tipológico. Tendo em conta o carácter excepcional do espólio e a sua singularidade contextual no quadro histórico da cidade de Coimbra, marcado por assinaláveis hiatos que este repertório permite colmatar, aquele poderá converter-se numa referência local e regional colaborando analogamente para complementar o percurso e devir histórico das gentes locais que se encontram menos representadas ao nível do registo arquitectónico. Neste sentido, espera-se que a conclusão deste ensaio possa contribuir para adensar o conhecimento da cultura material, em especial da baixela de cerâmica comum, dos séculos XV e XVI das comunidades da região de Coimbra, que contrasta actualmente com outras áreas mais amplamente estudadas.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. *et. al.* (2009) – *O forum de Aeminium – a busca do desenho original*. Coimbra: IMC/MNMC/EDIFER.

ALVES, F.J.S. *et. al.* (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela, p. 185-210.

BARREIRA, P.; DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela, p. 145-184.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Porto. 6, p. 193-211.

CARVALHO, P. (1998) – *O Forum de Aeminium*. Coimbra: Instituto Português de Museus.

CARVALHO, P. *et. al.* (2010) – Caminhando em Redor do forum de Aeminium (Coimbra, Portugal). *Studia Lusitana*. Mérida. 4, p. 69-88.

CORREIA, V. (1946) – *Obras*. Coimbra. I, p. 30-35.

FERNANDES, I.C. e CARVALHO, A.R. (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela, p. 211-255.

GASPAR, A. e AMARO, C. (1997) – Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. *La céramique médiévale en Mediterranée*. Aix-en-Provence, p. 337-345.

GASPAR, A. *et. al.* (2009) – Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador – Castelo de S. Jorge, Lisboa. *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval*. Ciudad Real. II, p. 653-672.

RAMALHO, M. M. e FOLGADO, D. (2002) – Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa. *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana de Almada*. Almada, p. 247-268.

REAL, M.L. *et. al.* (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante-Porto: elementos para uma sequência longa séculos IV-XIX. *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, p. 171-186.

TEICHNER, F. (1998) – A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa). *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela, p. 17-31.

TEICHNER, F. (2003) – Dois conjuntos de cerâmicas quinhentistas, provenientes do Convento de São Domingos e do claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 501-520.

ALDEIA DA TORRE DOS FRADES (TORRE DE ALMOFALA) ATRAVÉS DA CERÂMICA EM ÉPOCA MODERNA

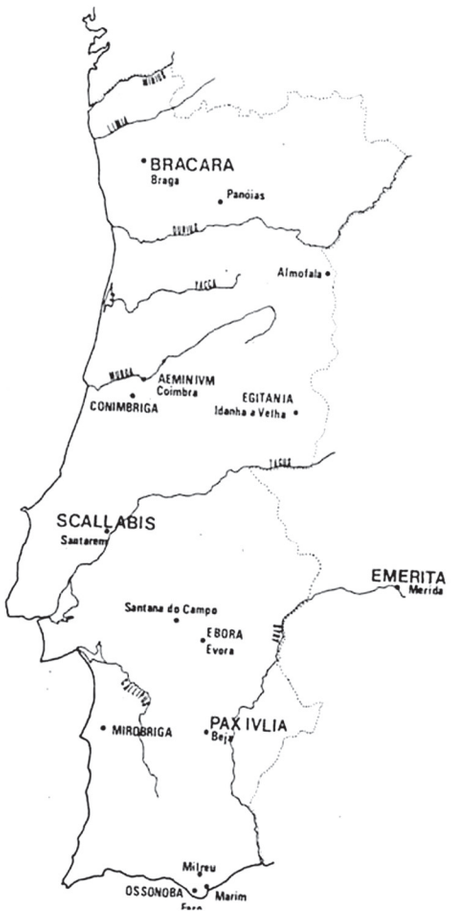
ELISA ALBUQUERQUE

RESUMO Conhecida como Casarão da Torre, a Torre de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo) começou a despertar o interesse dos investigadores desde os inícios do século XX. Os trabalhos arqueológicos esclareceram dúvidas que até então existiam sobre o monumento, tendo sido revelados elementos estruturais e material arqueológico que apontavam para uma longa diacronia de ocupação do local, desde horizontes enquadráveis na época romana até à época moderna.
Pretende-se, então, com esta comunicação relacionar as estruturas habitacionais, nomeadamente as registadas na zona sul e identificadas como pertencendo a esta última fase de ocupação do local, com análise da cerâmica proveniente do sítio. Assim, através do cruzamento destes elementos tentar-se-á recriar o quotidiano de um pequeno núcleo populacional, entendendo a cultura material como um meio para conhecer as vivências dos habitantes da Aldeia da Torre dos Frades.

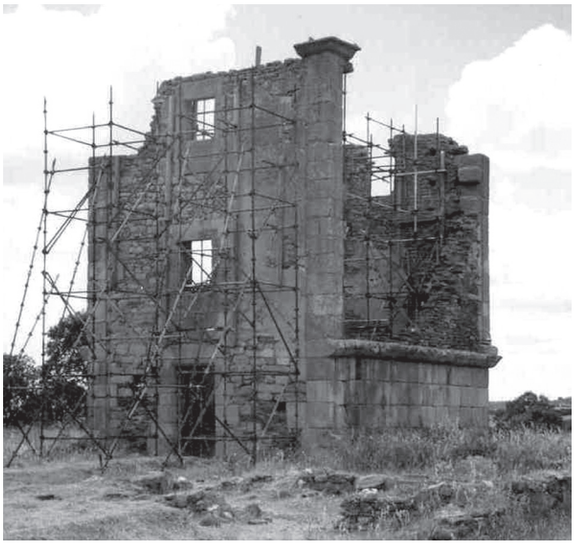
PALAVRAS-CHAVE **Torre de Almofala, Época Moderna, cerâmica, vivências, trocas comerciais**

1. LOCALIZAÇÃO

A Torre de Almofala, sítio arqueológico de grande importância, localiza-se na Beira Alta, na área administrativa da freguesia de Almofala, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, distrito da Guarda (fig. 1). Situa-se num planalto com altura média de 638 m e aparece indicado na Carta Militar n.º 162, na escala 1/25.000, edição de 1946 dos Serviços Cartográficos do Exército, como "Casarão da Torre", com as coordenadas UTM: 305,5; 434,2.
O monumento (fig. 2) encontra-se a 3 km da freguesia de Almofala, seguindo pela estrada proveniente de Figueira de Castelo Rodrigo, sendo o acesso às ruínas feito pelo lado esquerdo, por um caminho de terra batida, nas imediações da barragem de Santa Maria de Aguiar, a cerca de 5 km do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar.
A Torre de Almofala, edificada numa zona de formação xistenta, pertencente ao Complexo xisto-grauváquico ante-ordoviciano (Carvalhosa, 1959, p. 10), foi classificada como Monumento Nacional pelo Decreto-Lei 129/77, de 29 de Setembro, com aquela denominação. Esta construção foi apelidada, ao longo dos séculos da sua existência, com diversas designações, nomeadamente Torre das Águias, Torre de Aguiar e Aldeia da Torre dos Frades.



1. Localização da Torre de Almofala (retirado de Teichner, 1994, p. 89).



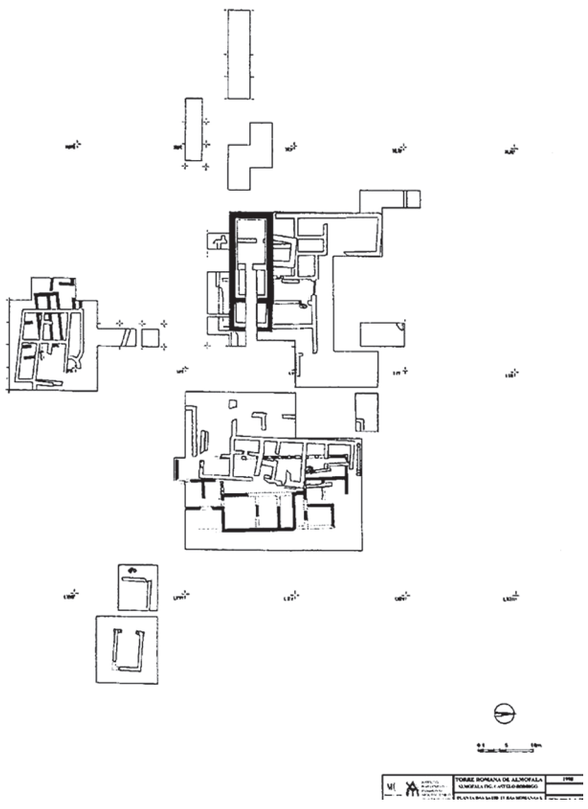
2. Torre de Almofala.

Os trabalhos arqueológicos efectuados na Torre de Almofala foram desenvolvidos por Helena Frade, técnica superior do DRCC (Frade, 1989; 1991; 1997). Considerando a degradação do edifício e uma futura recuperação do mesmo, procedeu-se à intervenção, uma vez que era necessário um estudo que esclarecesse a funcionalidade, cronologia e estruturas do local.
Iniciou-se uma série de campanhas arqueológicas, que decorreram nos anos de 1989, 1990, 1991, 1993, 1994, 1997, 1998, em que a área escavada foi, sucessivamente, ampliada pois as descobertas realizadas assim o legitimaram (fig. 3).

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

Assim, o edifício, denominado como Torre de Almofala, trata-se de uma construção de época romana, mais concretamente um templo integrado no *forum* de uma cidade, a *Civitas Cobelcorum*. Esta conclusão proveio da descoberta de uma ara votiva, datada dos inícios do século I, dedicada a Júpiter pela Cidade dos Cobelcos (Frade, 1998).
A mais antiga alusão à Torre surge em um documento medieval datado de 1174. Trata-se de uma carta de doação, de um local chamado *granjam Turris Aquilaris*, por Fernando II, rei de Leão, ao Abade Hugo do Mosteiro (Azevedo, 1910, p. 4-5). A doação fazia parte de um processo repovoador, protagonizado pelo Mosteiro de Santa Maria de Aguiar e pela Ordem do Pereiro, que, protegidos pelo rei leonês vão fundando pequenas granjas e aldeias (Gutierrez González *et al*, 1994, p. 383). Pode depreender-se, então, que o espaço foi ocupado pelos monges cistercienses no século XII, enquanto se procedia à construção do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar.

Outro facto a reter acerca do local e da sua história é a constante instabilidade política. A região do Riba-Côa foi palco, desde os tempos de D. Afonso Henriques, de lutas fronteiriças entre os reinos de Portugal e Castela. A solução pacífica chega no ano de 1297, através da assinatura do Tratado de Alcañices, entre D. Fernando IV de Castela e D. Dinis de Portugal, ajustando-se os limites fronteiriços. A pacificação da região, ainda que por período curto, trouxe momentos de estabilidade que se traduziram, num retorno da população à área Torre de Almofala.
Através do Numeramento de 1527-32, mandado efectuar por D. João III, é referida a existência da Aldeia da Torre dos Frades, constituída por vinte e um fogos, aproximadamente cerca de oitenta habitantes. Assim, no século XVI, existia uma pequena povoação no local, cuja designação é justificada pela ocupação do sítio por religiosos, séculos antes.
É também desta época que data a construção da parede leste da Torre e a consequente alteração da traça primitiva do antigo templo romano. Considerando o ponto estratégico onde se situa, foi usada como posto de vigia em termos militares, dando continuidade a uma função já empregue anteriormente, o que não é de estranhar, tendo em conta, o facto de se localizar no foco de permanentes contendas entre cristãos e muçulmanos e portugueses e leoneses.



3. Planta das escavações.

Mas, se em termos políticos e militares, as lutas eram uma constante na zona raiana, as relações pessoais e comerciais não parecem ter sofrido com essa situação. Pelo contrário, existia um contacto amigável e uma vida social próxima, alimentada através de casamentos e mantida por trocas comerciais com a participação em mercados do reino vizinho e trabalho para além fronteira, ou seja, é notório nestas populações um sentimento de afectuosidade e agrado em "vizinhar" (Cardoso, 1998, p. 475).

3. VIVÊNCIAS ATRAVÉS DA CERÂMICA

Nas várias campanhas de escavações realizadas na Torre de Almofala foi possível recolher um lote de espólio cerâmico cuja importância se reflecte na expressividade numérica, estado de conservação e nas informações que sugerem sobre o quotidiano das populações que ocuparam o local. De facto, em termos de época moderna regista-se uma grande porção de cerâmica e embora a comum fosse a maioria, a faiança encontra-se muito bem representada.

É através desta que podemos inferir os contactos comerciais com o reino vizinho, nomeadamente com a presença de faiança proveniente dos centros produtores de Olivares, localizado nas imediações de Zamora e com início de produção no século XV/XVI (fig. 4). Esta louça é caracterizada por ser apenas vidrada no interior, branco como fundo e decoração a verde e *morado* (cor de amora), numa primeira fase e posteriormente, utiliza-se o azul e o verde, acabando por ser, somente, pintada a azul (Moratinos Garcia *et al*, 2003, p. 71; Ramos Perèz, 1980, p. 187-188).

Desde 1290, que Zamora tinha feira franca e com isso integrava-se na rede das feiras de Castela (Turina Goméz, 1994, p. 22), conduzindo, por isso, a uma efectiva troca de produtos de diferentes centros oleiros.

Situação semelhante verifica-se relativamente à faiança produzida em Talavera de la Reina, pertencente, actualmente, à província espanhola de Toledo, centro produtor de cerâmica, com grande importância, durante a Época Moderna, cujos exemplares recolhidos nas intervenções realizadas na Torre de Almofala apresentam grande expressividade numérica. Pertencem às chamadas séries de *las mariposas* e tricolor, a primeira produzida na segunda metade do século XVI e a segunda desde metade do século XVI prolongando-se por todo o século seguinte (fig. 5). Os produtos talaveranos seriam escoados através da via que seguia desde a Meseta Sul até Portugal.

A Aldeia da Torre dos Frades estaria envolvida nessas rotas comerciais, quer por vendedores ambulantes que se deslocariam dos centros produtores, ou

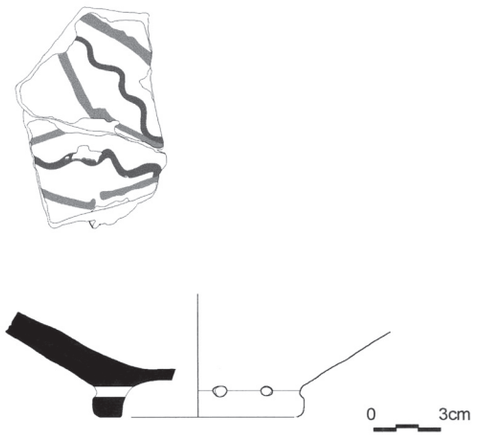
4. Faiança de Olivares.

5. Faiança de Talavera de la Reina.

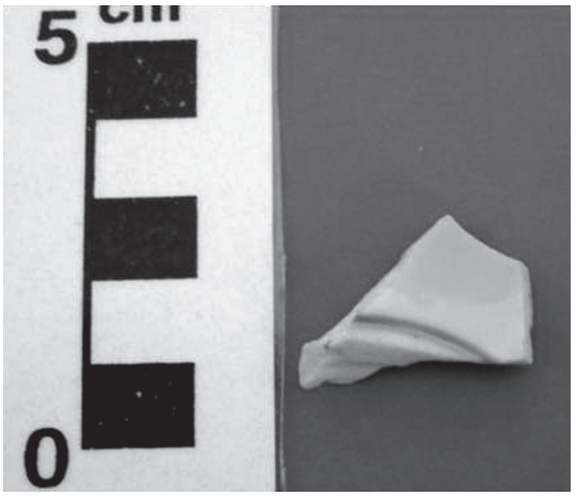
por compradores que iam aos mercados ou olarias do outro lado da fronteira. Independentemente da forma como obtinham os produtos, os contactos comerciais encontravam-se profundamente estabelecidos.

A quantidade de faiança exumada da Torre de Almofala, e sendo esta uma cerâmica de luxo, sugere um certo poder económico por parte dos habitantes da Aldeia da Torre dos Frades. Ao contrário da louça preta ou vermelha, tosca e vidrada, que era utilizada nas necessidades elementares da população, a função da faiança era dedicada ao serviço de mesa, cuidados de higiene, loiça de botica, ou mesmo como enfeite do lar. Os materiais utilizados na produção desta louça encareciam o seu custo final e, por isso, tornava-se num produto mais utilizado pelas classes sociais com maior poder financeiro (Fernandes, 2001, p. 29-30).

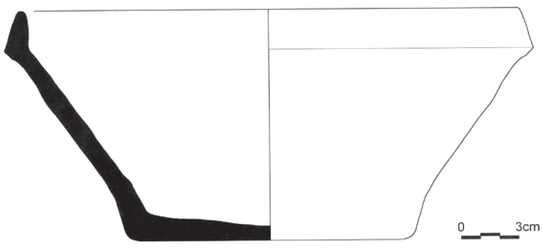
A propósito de uma das funções da faiança poder ser a decoração da casa não podemos deixar de referir um prato decorado a azul e verde, que apresenta no pé, dois furos (fig. 6). Trata-se de dois buracos feitos antes



6. Fragmento de faiança com dois orifícios no pé.



7. Fragmento de porcelana chinesa.



8. Alguidar (cerâmica comum).

da cozedura, para que a peça, depois de terminada, fosse pendurada. Ou seja, aventamos a hipótese de que seria possível haver alguns exemplares de faiança que apenas serviam para ser admirados, provavelmente colocados num local da casa à vista de todos.

Corroborando a questão do poder económico dos habitantes da Aldeia da Torre atestamos, ainda, a presença de vários fragmentos de porcelana chinesa (ainda em estudo) no conjunto da cerâmica recolhida no local (fig. 7).

Relativamente à cerâmica comum verificamos a existência de algumas formas recorrentes, com quase total ausência de paralelos, inserida numa tipologia por nós criada (Albuquerque, 2005, p. 96-101; 2008, p. 53-56), que incluía coadores, tigelas, malgas e alguidares. Foi possível verificar a recorrência de formas, pastas e fabricos idênticos entre si, o que conduz à colocação da hipótese de existir na Torre de Almofala, durante o período moderno, uma olaria. Para além deste aspecto, um outro elemento que, de alguma maneira, instiga a nossa suposição é o aparecimento de uma rela. Trata-se de uma pedra com uma concavidade onde encaixava o eixo da roda de oleiro (Alarcão, 2004, p. 46).

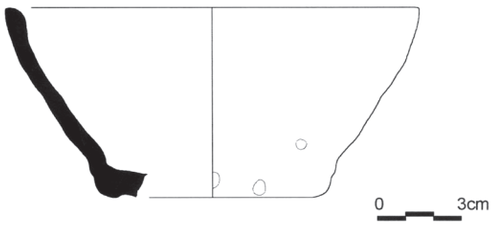
Uma das formas identificada em maior número é o alguidar (fig. 8), inserida na tipologia de Almofala, que embora tendo o mesmo fabrico (polimento no interior e alisamento no exterior) em todos os tipos, difere de tamanho, conforme a provável utilização do mesmo.

Das várias funções atribuídas a estas peças sugerimos hipoteticamente que os alguidares, serviriam para aparar o sangue durante a matança do porco e preparação de enchidos. Tendo em conta que considerámos a sala 3 e 6 como um pocilgo (fig. 9) com algumas características semelhantes com as *safurdas* alentejanas (Oliveira *et al*, 1994, p. 158 –des. 36) e não esquecendo que aí foi posto a descoberto um sarcófago reaproveitado como pia para animais, parece-nos haver a possibilidade de ter existido criação suína sendo esta uma das actividades a que se dedicavam os habitantes da Aldeia da Torre dos Frades.

Era também possível que a população se dedicasse à pastorícia. Esta questão é-nos sugerida pela presença de coadores (fig. 10), cuja função é filtrar líquidos. Pensamos que estas peças possam ser relacionadas com o fabrico de queijo, nomeadamente, após a ordenha, para coar o leite para um recipiente, utilizando, também um pano, ou funcionaria como um acincho ou cincho, onde era vertida a coalhada para logo ser espremida, de modo a que o soro saísse pelos buracos. A existência de rebanhos de ovelhas e cabras era também um ponto de relação com o reino vizinho pois comummente os pastores passavam a fronteira em busca de melhores pastagens para os animais (Araújo, 1998, p. 239).

Por outro lado, a presença de grandes contentores de armazenamento (fig. 11) indicia actividades relacionadas com a agricultura. Identificaram-se várias talhas e potes de grande dimensão que permitiam guardar e conservar alimentos como azeite, azeitonas, vinho ou cereais. Qualquer um destes alimentos tem por trás

9. Sala 3 com estrutura circular. Sarcófago, no interior da sala 6 (foto cedida por Helena Frade).



10. Coador (cerâmica comum).

trabalhos agrícolas que seriam mais umas das formas de sustentabilidade da população que ocupava a Aldeia da Torre dos Frades.

Entrando num outro domínio, o espiritual, é possível afirmar que os habitantes praticavam culto religioso. Durante as escavações foi posta a descoberto uma estrutura, denominada sala 66, que corresponde a uma capela (fig. 12). Pela tipologia das pedras do arco da entrada do edifício, que se encontraram no local, pode corresponder a uma cronologia do século XV/XVI, possivelmente da mesma época da construção da parede nascente da Torre.

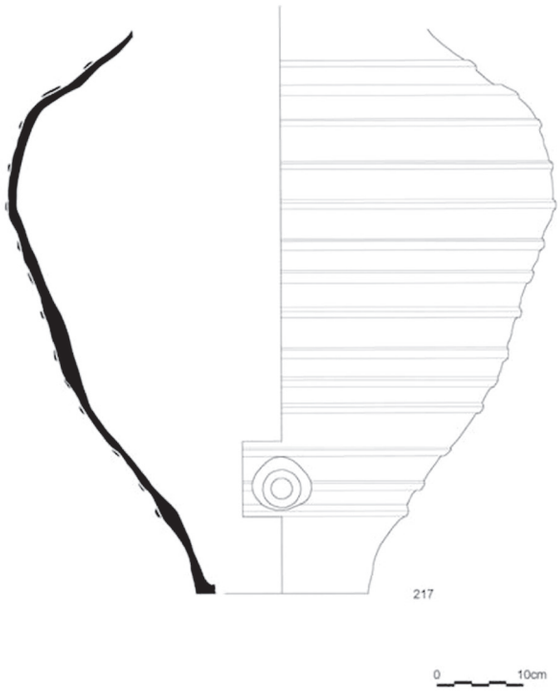
Por último, um outro aspecto igualmente interessante nesta abordagem da cerâmica numa vertente mais social, ou seja, as crianças. Assim, foi possível registar pequenas peças de cerâmica, semelhantes em forma e tipo de fabrico aos recipientes utilizados pelos adultos (fig. 13). Apresentamos um exemplar de uma pequena malga, semelhante às produzidas para serem utilizadas nas tarefas diárias, nomeadamente em termos de acabamento, com polimento no interior, alisamento no exterior e com forma semelhante, mas tamanho reduzido. Demonstram o quotidiano das meninas, um reflexo das tarefas das suas mães. Trata-se de miniaturas elaboradas pelo oleiro onde era colocado o mesmo cuidado que teria ao fazer as peças grandes, mas acrescentando um novo componente, um pouco de carinho.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

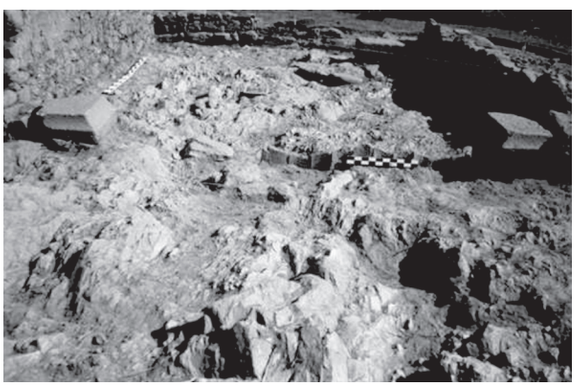
Através da análise da cerâmica e a leitura dos elementos estruturais postos a descoberto durante as intervenções arqueológicas foi possível recriar o quotidiano dos habitantes da Torre de Almofala, em época moderna. Ainda que sejam apenas hipóteses ou ideias que carecem de continuação de trabalhos tanto a nível de escavações arqueológicas como do estudo do restante espólio, podemos apresentar algumas ilações.

Deste modo, o núcleo populacional aí existente teria alguma importância, com um número expressivo de habitantes. Estes dedicavam-se a diversas actividades, nomeadamente a pastorícia e agricultura.

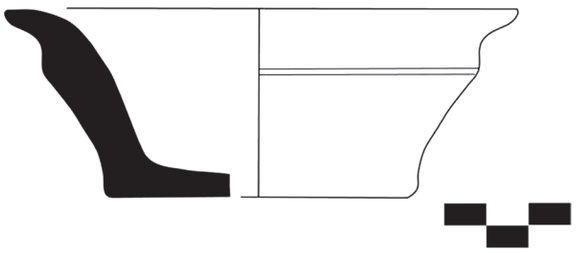
É provável que existisse uma pequena olaria na aldeia, tendo em conta a existência de formas e fabricos idênticos entre si.



11. Talha.



12. Capela (sala 66) (foto cedida por Helena Frade).



13. Brinquedo (cerâmica comum).

A transformação do antigo templo romano em torre de vigia, com funções de atalaia e estando esta localizada num ponto estratégico nas lutas fronteiriças, demonstra que parte dos habitantes participariam em actividades militares.

Por outro lado, é notório algum poder económico por parte dos habitantes e que é possível deduzir através da quantidade de faiança e alguma porcelana presente no conjunto de cerâmica analisado.

Mantinham-se as actividades comerciais e sociais com o reino vizinho, apesar dos confrontos políticos e em termos de comércio realizavam trocas e frequentavam feiras e mercados.

Por último, seria uma população que praticava culto religioso com presença de um local sagrado.

A Aldeia da Torre dos Frades terá sido destruída durante as Guerras da Restauração pelas tropas espanholas, deixando de ser referida nos documentos.

Relativamente à cerâmica analisada podemos dizer que corrobora esse facto pois a cronologia que lhe é atribuída não vai além do século XVII.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. de (2004) – Introdução ao estudo da Tecnologia Romana. *Cadernos de Arqueologia e Arte*, 7. Instituto de Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

ALBUQUERQUE, E. (2005) – *Entre* sigillata *e faiança: primeiro estudo sobre a cerâmica da Torre de Almofala.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia na área de especialização em Arqueologia Regional, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).

ALBUQUERQUE, E. (2008) – Torre de Almofala: Apontamentos sobre a Cerâmica de Época Moderna. *Actas do FORUM Valorização e Promoção do Património Regional*, Volume 1, p. 51-67.

ARAÚJO, J. (1998) – Relações de Fronteira na Idade Média: a Transumância. *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcanices,* Actas v. 1. Porto, p. 229-240.

AZEVEDO, P. A. de (1910) – Documentos de Santa Maria de Aguiar. *Revista Lusitana*, 13 (1-2). Lisboa, p. 1-17.

CARDOSO, I. V. de F. (1998) – Viver e conviver em terras raianas na Idade Média. *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcanices,* Actas v. 1. Porto, p. 475-483.

CARVALHOSA, A. (1959) – *Carta Geológica de Portugal, Nota explicativa da Folha 15-D, Figueira de Castelo Rodrigo*. Lisboa, 1959.

FERNANDES, I. M. (2001) – Formas e Funções da Faiança Portuense Oitocentista. *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia* (org. e coord. Museu Soares dos Reis). Lisboa, p. 19-51.

FRADE, H. (1989) – *Torre de Almofala. Relatório de escavações*. IPPAR, p. 1-10 (policopiado).

FRADE, H. (1991) – *Torre de Almofala. Relatório de escavações*. IPPAR, p. 1-17 (policopiado).

FRADE, H. (1997) – *Torre de Almofala. Relatório de escavações*. IPPAR, p. 1-39 (policopiado).

FRADE, H. (1998) – Ara a Júpiter da *Civitas Cobelcorum*. *Ficheiro Epigráfico*, 58, n.º 266. Coimbra.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A.; BENÉITEZ GONZÁLEZ, C. e LARRÉN IZQUIERDO, H. (1994) - Las pueblas fronteirizas entre León Y Portugal en los ss. XII y XIII: "ciudadelas" de Riba – Côa (Beira, Portugal). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (3-4). Porto, p. 381-404.

MORATINOS GARCIA, M. e VILLANUEVA ZUBIZARRETA, O. (2003) – La vida en clausura de las monjas de la Concepción. *389 Años de Convento de La Concepción* (comisaría: Hortensia Larrén Izquierdo). Junta de Castilla y León, p. 61-79.

OLIVEIRA, E. da V.; GALHANO, F. e PEREIRA, B. (1994) – *Construções primitivas em Portugal*. 3.ª Edição. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

RAMOS PÉREZ, H. (1980) – *Cerámica popular de Zamora desaparecida*. Zamora.

TEICHNER, F. (1994) – Acerca da Vila Romana de Milreu/Estói. Continuidade da Ocupação na época árabe. *Arqueologia Medieval*, 3. Mértola, p. 89-100.

TURINA GÓMEZ, A. (1994) – *Cerámica medieval y moderna de Zamora*. Colecção Monogramas, 1 – Arqueologia en Castilla y León. Zamora.

UM GOSTO DECORATIVO

LOUÇA PRETA E VERMELHA POLVILHADA DE BRANCO (MICA)

ISABEL MARIA FERNANDES **Doutoranda no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, técnica-superior do Museu de Alberto Sampaio. imf.isabel@gmail.com**

RESUMO Num texto de 1645 refere-se que em Prado "*se labra gran cantidad de basijas negras finas, con que se provee entre Duero y Miño*". Esta loiça preta *fina* teve o seu apogeu entre os séculos XVII e XVIII e tem aparecido em diversas escavações arqueológicas. Partindo de um conjunto de fragmentos cerâmicos encontrados no mosteiro de Tibães faz-se o levantamento e estudo desta loiça, vermelha e preta, decorada com mica, que se encontra quer em escavações arqueológicas quer em colecções de Museus.

PALAVRAS-CHAVE **Cerâmica, olaria, louça preta, louça vermelha, decoração com mica**

1. NO NORTE, LOUÇA PRETA OU VERMELHA FINA, DECORADA COM MICA

No livro "Poblacion General de España, publicado em 1645, refere-se que, em Prado[1], "*se labra gran cantidad de basijas negras finas, con que se provee entre Duero y Miño"* (Silva, 1645). Esta loiça preta "f*ina* de que fala Rodrigo Mendes Silva tem aparecido em diversas escavações do norte de Portugal, das quais poderemos citar, por exemplo, as escavações que decorreram no mosteiro de Tibães (Fontes, 2005), no distrito de Braga, e na Casa do Infante, no Porto (Real *et al,* 1995, fig. 13).

O estudo de um conjunto de fragmentos de louça preta, decorados com mica e encontrados no mosteiro de Tibães (Fontes, Fernandes e Castro, 1998), permitiu chegar à conclusão, em função dos resultados das análises químicas efectuadas, que estas peças devem ter sido produzidas com barro extraído das barreiras de Prado, situadas do outro lado do rio, bem em frente ao mosteiro de Tibães.

Esta loiça preta fina decorada com mica começa a aparecer na segunda metade do século XVI / primeiro quartel do século XVII, tendo uma maior difusão a partir de meados desse mesmo século e permanecendo em uso ao longo de todo o século XVIII, entrando depois numa fase de decadência.

Os dados arqueológicos coincidem com o texto citado no início deste artigo, datado de 1645, e no qual se caracteriza a loiça preta como sendo *fina*. Não andaremos longe da verdade se se entender este *fina* como sinónimo de peças com qualidade de fabrico e antónimo de peças grossas, servindo as primeiras para um uso mais requintado – conter alimentos de mais valor (como, por exemplo, compotas ou doces de colher) ou para o serviço e ingestão de líquidos –, enquanto as peças mais grosseiras serviriam na preparação e cozedura de alimentos.

O texto de Rodrigo Mendes Silva apenas refere loiça preta fina não fazendo menção a loiça vermelha, nem referindo a aplicação de mica. Porquê a referência unicamente a loiça preta fina quando sabemos que no local se produzia também loiça vermelha fina? Atente-se, por exemplo, na bilha de quatro asas, de louça vermelha (de tom bege) decorada com mica, que apareceu nas escavações de Tibães (N.º de Cat. 6 / Fontes, 2005, p. 79).

Recordemos que na Península Ibérica a loiça de qualidade estética reconhecida, e por isso mais valorizada, era a vermelha fina do Sul de Portugal e Estremadura. Loiça preta com a qualidade da de Prado parece só ter existido neste centro produtor, tanto quanto os dados até ao momento conhecidos nos permitem inferir. Talvez por isso, o que mais chamou a atenção do nosso cronista foi a loiça preta fina de qualidade, cuja existência no contexto peninsular seria pouco frequente. Provavelmente, como a loiça vermelha fina de Prado era semelhante na cor a outras produções peninsulares, o autor não a sobrelevou do modo que fez com a loiça preta.

O texto permite-nos também perceber que esta produção de loiça preta fina de Prado extravasa o mercado local e se distribui por todo o *Entre-Douro-e-Minho*. Sabemos que quanto mais valiosa é uma produção maior é a sua área de comercialização. Loiça de uso comum, sem grande valor acrescentado, vendia-se junto do

1. Até 1855 Prado foi concelho e dele fazia parte o grosso das freguesias onde ainda hoje se trabalha o barro, e que actualmente se distribuem pelos concelhos de Braga, Vila Verde e Barcelos. O seu solo é fértil em argilas que continuam a ser utilizadas na produção cerâmica. Desde o século XIII (Barroca, 1993) que na documentação encontramos referência a Prado, mas a qualidade das suas argilas permite antever que aqui se produziria louça muito antes desta data.

Manuel Correia

1. *Bilha com tampa*. Prado (?). Século XVI-XVII (?). Alt. (com tampa) 30,5 cm. Porto: Câmara Municipal do Porto, em depósito no Museu Nacional de Soares dos Reis.

Manuel Correia

2. Bilha sem tampa. Prado (?), Caldas da Rainha (?). Século XVI-XVII (?). Alt. 18 cm. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

local onde era produzida. Só quando as peças fabricadas têm mais-valia acrescentada é que possuem uma área de comercialização mais dilatada.

Nas escavações da Casa do Infante encontrou-se uma bilha de loiça preta decorada com mica (N.º de Cat. 5), que se assemelha, quer aos fragmentos de loiça preta, encontrados nas escavações de Tibães, quer à bilha de loiça vermelha também daí proveniente (N.º de Cat. 6). Esta bilha de louça preta comprova o que os dois textos acima citados referem – a área de comercialização desta loiça fina, preta ou vermelha, seria, grosso modo, o Entre-Douro-e-Minho.

Resumindo, podemos concluir que, em Prado, no século XVII, coexistiu a produção de louça vermelha e preta finas, decoradas com ou sem mica, correspondendo a diferença de cor ao gosto de cada comprador.

Esta coexistência numa mesma área e num mesmo período de tempo de peças de louça preta e vermelha, por vezes com a mesma tipologia e tamanho, sucedia também noutros centros produtores. Uma prova do que se afirma é a existência no barco afundado na ria de Aveiro, na segunda metade do século XV, de um carregamento de loiça vermelha e preta com tipologias semelhantes (Alves *et. al*, 1998; Lima, Milhazes e Dordio, 1997, p. 149-150, il. p. 151, 155-156).

A decoração de peças de louça preta e vermelha com mica continuou a fazer-se na área de Barcelos e Vila Verde[2] até ao final do século XIX inícios do século XX (Fernandes, 1997 e 1997a). José Queirós, por exemplo, refere a existência em Prado, no início do século XX, de peças de Prado decoradas com mica (Queirós, 1987a [1907], p. 43).

2. PATERNIDADE DOS FABRICOS ARCAICOS

Através da análise química dos fragmentos de loiça preta encontrados nas escavações de Tibães é possível concluir que esta se fabricava em Prado, importante centro produtor localizado perto do mosteiro de Tibães (Fontes, Fernandes e Castro, 1998).

Sabemos também que nas escavações efectuadas no norte do País, em contextos do século XVII, a loiça decorada com mica aparece com maior frequência do que a loiça empedrada, o que pressupõe que as primeiras seriam produções locais ou da região enquanto as segundas seriam produções provenientes de circuitos comerciais mais longínquos.

Por outro lado, quando se procuram locais de fabrico onde tenha sobrevivido o uso de olaria decorada com mica, apenas são referenciados no norte do País:

2. Ambos os concelhos (Vila Verde e Barcelos) englobam actualmente as freguesias que pertenceram ao extinto concelho de Prado nas quais se produzia loiça de barro.

Vila Verde, Barcelos, Lanheses, Guimarães, Bisalhães e Felgar. Para o resto do País não há nem referências documentais nem peças recolhidas em centros produtores. Analisemos os dados que possuímos sobre o fabrico de loiça decorada com mica nos locais acima enumerados.

2.1 Vila Verde (Braga)

O oleiro Júlio Alonso (Fernandes, 1997), nascido e criado em Parada de Gatim (Vila Verde, Braga), ele próprio filho de oleiro, lembra-se de ver o pai (a laborar na primeira metade do século XX) decorar com mica algumas das peças que produzia. E, em Parada, em trabalho de campo aí efectuado, foi recolhido um vaso de portão decorado com mica, o qual actualmente integra as colecções do Museu de Olaria (N.º de Cat. 10). Existe também no acervo deste museu uma caneca adquirida num antiquário barcelense e que deve ser produção de Parada de Gatim ou de S. Mamede de Escariz (N.º de Cat. 9) (Fernandes, 1997a: N.os de Cat. 8 e 73). José Queirós, em 1907, refere a existência em Prado, de peças decoradas com mica (Queirós, 1987a [1907], p. 43).

2.2 Barcelos (Braga)

Na freguesia de S. Romão da Ucha, o oleiro Sr. Júlio Faria ainda há alguns anos, década de 80 do século XX, fazia "*cantarinhas das prendas à moda de Guimarães*"[3], ou seja, cantarinhas de loiça vermelha decoradas com mica, que vendia a um comerciante vimaranense.

2.3 Lanheses (Viana do Castelo)

Neste local de produção de loiça preta, fundado no século XVIII por oleiros idos de freguesias do extinto concelho de Prado (actual concelho de Barcelos), também se decoravam peças com mica. De Lanheses conhecemos um cântaro de louça preta decorado com mica, que tem aposta na parede da peça a data *1902* (N.º de Cat. 11) (Fernandes, 1997b).

2.4 Guimarães (Braga)

Ainda hoje a aplicação de mica é usada na *cantarinha das prendas* (loiça vermelha) produzida em Guimarães (Fernandes, 2002), tendo merecido no início do século XX a atenção de Rocha Peixoto, que lhe dedicou um interessante artigo (N.º de Cat. 12) (Peixoto, 1995 [1906]).

Manuel Correia

3. *Bilha de segredo*. Prado (?), Prado (?), Caldas da Rainha (?). Século XVI-XVII (?). Alt. 26 cm. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

Manuel Correia

4. *Talha com quatro asas e quatro copos*. Prado (?). Século XVI-XVII (?). Porto: Casa Museu Guerra Junqueiro.

3. Deste oleiro existe no Museu de Olaria uma cantarinha das prendas à moda de Guimarães (N.º de Inv. MO 84.25.01).

5. *Bilha de quatro asas*. Prado, muito provavelmente. Século XVII, terceiro quartel. Porto: Escavações da Casa do Infante. Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Jorge Inácio

6. *Bilha de quatro asas*. Prado, muito provavelmente. Século XVII-XVIII. Escavações do Mosteiro de São Martinho de Tibães. Braga: Mosteiro de S. Martinho de Tibães.

2.5 Bisalhães (Mondrões, Vila Real)

O velho oleiro de louça preta, Joaquim Fernandes Fontes, já falecido, chegou a decorar peças com mica e possuía algumas das formas (moldes) que utilizava nessa tarefa (Fernandes, 2009).

2.6 Felgar (Torre de Moncorvo, Bragança)

Faz parte do espólio do Museu de Etnografia e História, do Porto, hoje em depósito no Museu de Olaria, em Barcelos, um conjunto de peças de loiça vermelha do Felgar, algumas das quais decoradas com a aplicação de mica e que foram recolhidas por J. R. dos Santos Júnior nos anos 20 do século XX (N.os de Cat. 14 a 16) (Santos Júnior, 1966, p. 9). Em 1986, Manuel Macedo e Graça Freitas, em trabalho de campo então realizado, ainda encontram em uso a aplicação de mica na decoração das peças (Macedo; Freitas, 1988, p. 15).

2.7 Em jeito de conclusão

Dos dados acima aduzidos concluímos que desde o final do século XVI se fabrica loiça preta em Prado (actuais concelhos de Barcelos, Vila Verde e Braga), e também loiça vermelha[4], decorada com mica, a qual se continuou a produzir ao longo dos séculos, tendo chegado até nós a sua aplicação na cantarinha das prendas que ainda se faz em Guimarães.

Mas, se é verdade que até ao momento possuímos elementos concretos que apontam para o fabrico de loiça vermelha e preta de qualidade, decorada com mica e fabricada no extinto concelho de Prado desde pelo menos o século XVII, isso não nos pode levar a concluir que todas as peças conhecidas aí terão sido fabricadas. A utilização da decoração de peças com mica em vários locais produtores do norte do País ainda durante o século XX (distrito de Braga – concelhos de Barcelos, Vila Verde e Guimarães; distrito de Vila Real – concelho de Vila Real; e distrito de Bragança – concelho de Torre de Moncorvo) indicia que estamos perante uma técnica difundida numa área mais vasta.

Na olaria, tal como noutras artes, a influência do gosto dominante determina o fabrico existente numa determinada época. A utilização de mica sobre as peças tornava-as vistosas, atraentes e bem de acordo com o gosto barroco que começa a imperar no século XVII. Na loiça, tal como no trajar, no mobiliário ou na ourivesaria,

4. Para além do estudo feito sobre a loiça preta encontrada no mosteiro de Tibães e que as análises químicas confirmam ter sido produzida em Prado, sabemos também que as análises químicas efectuadas a fragmentos de loiça vermelha, decorados com mica, encontrados em escavações do norte (por exemplo, Casa do Infante) indiciam a mesma proveniência de fabrico – Prado.

há uma *necessidade* de encher o campo sobre o qual se trabalha, há como que um horror ao vazio, um gosto pela aplicação profusa de elementos variados. E, todos sabemos que, quando um produto tem mercado porque goza da preferência dos consumidores, logo é copiado e produzido por outros fabricantes.

Pelo atrás exposto não nos admiraria que a aplicação de mica em peças seiscentistas e setecentistas fosse usada, para além de Prado, em vários locais produtores oláricos da região norte, detentores de produções e mercados mais reduzidos. É, no entanto, provável que Prado, centro produtor com mercados alargados desde há muitos séculos, tenha sido um dos locais produtores mais afamados tal como o atesta a citação de Rodrigo Mendes Silva, em 1645: *"[em Prado] se labra gran cantidad de basijas negras finas, con que se provee entre Duero, y Miño"* (Silva, 1645, fl. 179v).

Há também quem acredite, por exemplo, que a decoração com mica era aplicada em peças produzidas nas Caldas da Rainha, assunto sobre o qual nos debruçaremos no capítulo seguinte.

3. PEÇAS DE LOIÇA VERMELHA DECORADAS COM MICA: FABRICO DAS CALDAS DA RAINHA?

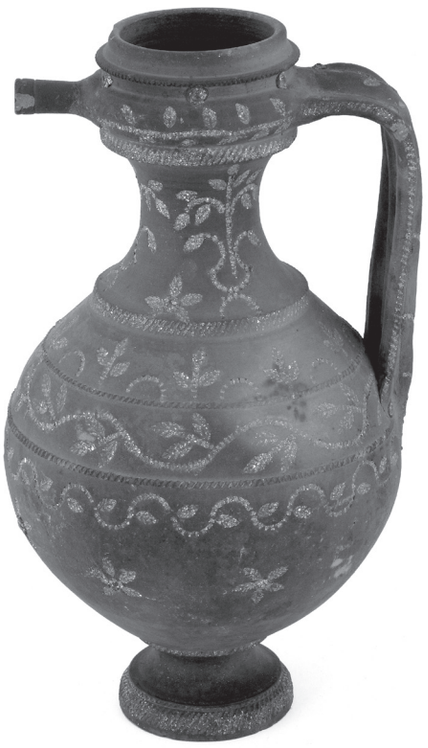
A atribuição de paternidade às Caldas da Rainha de peças de louça vermelha decoradas com mica prende-se com o facto de terem pertencido a Rafael Bordalo Pinheiro duas peças – uma bilha e uma bilha de segredo – que hoje integram o espólio da Fundação Ricardo Espírito Santo.

Comecemos por conhecer o que sobre a matéria foi escrito para entender qual a razão pela qual se associa incorrectamente o espólio encontrado no convento da Madre de Deus, em Lisboa, com as duas bilhas que pertenceram a Rafael Bordalo Pinheiro e, mais tarde, a seu filho Manuel Gustavo.

3.1 O espólio cerâmico do convento da Madre de Deus: loiça vidrada a verde

Tudo começa no último quartel do século XIX quando o arquitecto José Maria Nepomuceno dirige as obras de recuperação do Convento da Madre de Deus, em Lisboa, e recolhe um conjunto de peças que encontrou no edifício e que as últimas freiras lá terão deixado. Lembremos que o Convento da Madre de Deus foi fundado, em Lisboa, em 1509, pela Rainha D. Leonor (1458-1525), mulher de D. João II. Numa visita que Joaquim de Vasconcelos efectuou ao convento teve oportunidade de ver o referido acervo cerâmico e, sobre o facto teceu alguns comentários, em 1884 e de novo em 1907. De facto, este autor, ao tentar perceber que louça

Manuel Correia



7. *Bilha de segredo*. Barcelos, provavelmente. Século XIX (?). Alt. 40,5 cm. Barcelos: Museu de Olaria.

Manuel Correia

8. *Bilha com tampa* [peça não decorada com moscovite]. Caldas da Rainha, Fábrica de Faiança das Caldas da Rainha. C. 1884-1905. Alt. 14,5 cm. Marca FFCR. Porto: Museu de História Natural (Universidade do Porto).

Manuel Correia

9. *Infusa*. S. Mamede de Escariz (Vila Verde, Braga), provavelmente. Século XIX-XX, 1.ª metade. Alt. 23 cm. Barcelos: Museu de Olaria. N.º de Inv.: MO.86.2.1.

Manuel Correia

10. *Vaso de portão*. S. Mamede de Escariz (Vila Verde, Braga). Século XX, 1.ª metade. Alt. 40 cm. Barcelos: Museu de Olaria. N.º de Inv.: MO 85.6.1.

se fazia em Portugal nos séculos anteriores ao século XIX, refere a importância de se *olhar* para a pintura portuguesa para nela encontrar a nossa cerâmica mais arcaica, bem como para a necessidade de se preservar os exemplares mais antigos, lamentando o sucedido com o acervo encontrado pelo arquitecto Nepomuceno na Madre de Deus:

"É o caso: O sr. Nepomuceno que dirigia então (1874-1875) as obras de restauração do extinto convento da Madre de Deus tinha reunido numa das salas grandes do edifício toda a louça antiga que as freiras haviam deixado em estado. Era principalmente louça popular das Caldas, do século XVI e XVII, de barro vermelho escuro, com esmaltes verdes, mais de um cento de peças raras e de formas curiosas. Demos os parabéns ao Sr. Nepomuceno quando vimos aquela riqueza; passados tempos soubemos que este Sr. já não dirigia as obras. Uma mudança de ministério e de política produziu uma mesquinha vingança e o benemérito arquitecto, que havia salvado o célebre convento da ruína (um verdadeiro museu de todo o género de objectos), foi transferido. A colecção de louças foi desbaratada; cada um levou o que quis, e o resto quebraram-no em serviço diário os actuais inquilinos do convento, hoje asilo D. Maria Pia. (...). Vimos há poucas semanas, apenas, o último exemplar da Madre de Deus, uma bilha pequena, esmaltada de verde" (Vasconcelos, 1884, p. 31-32).

Vários anos depois, em 1907, volta a referir o acontecimento:

"Os tipos mais antigos do vasilhame doméstico que conhecemos não se encontram nas colecções públicas ou particulares. Vimo-los cerca de 1870 entre as relíquias do Convento da Madre de Deus, instituição da Rainha D. Leonor, esposa de D. João II (1481-1495). Esta princesa, que fundou as Misericórdias e protegeu poderosamente a arte tipográfica em Portugal, instituiu também o hospital das Caldas da Rainha. É muito provável que as preciosas e abundantes peças de vasilhame do convento houvessem saído das oficinas das Caldas. Eram mais de 100 objectos, reunidos por diligentes esforços do falecido arquitecto Nepomuceno; formas arcaicas, pesadas, em barro grosso, geralmente lisas, cobertas de esmalte verde. No decorrer dos anos fomos encontrar peças parecidas na região das Caldas. Outros exemplares podem ver-se nos quadros da Escola portuguesa do último terço do séc. XV e primeiro terço do séc. XVI. A decoração é ora em azul, ora em verde, sob esmalte branco, e geralmente muito apurada com lavores da Renascença. Representam esses produtos uma faiança mais delgada, mais perfeita e mais bem cozida do que as peças que vimos no convento da Madre de Deus. Alternam nos quadros citados com peças de louça popular, vermelha, não vidrada.

A colecção Nepomuceno desapareceu ou foi destruída por incúria, quando o arquitecto abandonou a direcção das obras de conservação do convento" (Vasconcelos, 1907, p. 6).

Pela leitura destes dois textos, os únicos que conhecemos em que Joaquim de Vasconcelos se refere ao espólio cerâmico da Madre Deus, podemos concluir que este acervo era composto por *"mais de 100 objectos"*, em *"barro vermelho escuro"*, com *"formas arcaicas, pesadas, em barro grosso, geralmente lisas, cobertas de esmalte verde"*, sendo *"raras e de formas curiosas"*. Acrescenta o autor que *"era principalmente louça popular das Caldas, do século XVI e XVII"*, e atribui o fabrico às Caldas da Rainha quer porque foi a Rainha D. Leonor quem fundou o convento da Madre de Deus e o Hospital Termal das Caldas da Rainha – pelo que *"é muito provável que as preciosas e abundantes peças de vasilhame do convento houvessem saído das oficinas das Caldas"*, quer porque *"no decorrer dos anos"*, Joaquim de Vasconcelos encontrara *"peças parecidas na região das Caldas"*. Sobre a tipologia das peças apenas sabemos que entre elas constava *"uma bilha pequena, esmaltada de verde"*.

Como vemos tratava-se de mais de cem peças de *"louça popular"*, grossa e pesada, feita em barro vermelho escuro e vidrada a verde.

Não nos parece correcta a atribuição destas peças às olarias das Caldas da Rainha só porque este convento e o hospital termal foram ambos fundados pela rainha D. Leonor. Lembremos que Lisboa, local onde se situa o Convento da Madre de Deus, era terra de barro e de oleiros, havendo vasta documentação a atestar a produção local de louça fosca e vidrada, como, por exemplo, o regimento quinhentista lisbonense de oleiros (1572) que refere a produção de telha, *"louça vermelha"*, *"louça vidrada verde"* e *"louça branca de Talavera"* (Correia, 1926, p. 142-147).

Qual seria a necessidade de o convento da Madre de Deus se abastecer de loiça nas Caldas da Rainha – para mais sendo loiça que Joaquim de Vasconcelos diz ser *"popular"*, *"pesada"* e *"grossa"* –, quando tinha à mão um mercado abastecedor dos mais importantes do País?

É verdade que nas Caldas da Rainha também se fabricava loiça vidrada a verde, sendo a referência documental mais antiga datada de 1656, ou seja, bem posterior à época da rainha D. Leonor. Sendo, no entanto, provável que o fabrico de loiça começasse antes do século XVII, pois Avelino Belo parece ter encontrado referência a oleiros, nas Caldas, no final do século XV[5].

5. Quem isto afirma é Julieta Ferrão (Ferrão, 1944, p. 75). No entanto, não conseguimos encontrar este texto de Avelino Belo, nem Julieta Ferrão diz onde foi publicado. O cuidadoso levantamento realizado por Fernando da Silva Correia (Correia, 1995) não faz referência a esta documentação, a qual é importante vir a encontrar para que melhor se conheça a cerâmica caldense e a sua antiguidade.

11. *Cântaro*. Lanheses (Viana do Castelo, Viana do Castelo). 1902. Alt. 41 cm. Ponte de Lima: Valdemar Pinto Agra.

Manuel Correia

12. *Cantarinha das prendas*. Creixomil (Guimarães; Braga). Oleiro: Gaspar José Machado (1875-1951). Ca 1945. Alt. conjunto 55 cm. Guimarães: Museu de Alberto Sampaio. N.º de Inv.: MAS. C 252.

É Frei Jorge de S. Paulo quem, em 1656, se refere à loiça vidrada caldense: "*Barro tão perfeito que serve de matéria para se obrar grande quantidade de louça vidrada todos os anos, e da verde se fazem peças de estremados feitios, recebem tal lustre e polimento como espelhos, e brilham como esmeraldas sem que lhes levem vantagem seus resplendores. Toda a pessoa de porte faz seus empregos nestes aprazíveis brincos quando se partem levando-se para a corte, e para a mesma casa real onde se apresentou à Rainha D. Luísa no ano de 1653 uma caçoila de tão peregrino artifício que estimou como se fora obrada nos metais de maior estimação*" (São Paulo, 1995, p. 24-25).

O que de facto sabemos é que o acervo cerâmico encontrado por Nepomuceno no Convento da Madre de Deus era composto por loiça popular grossa vidrada a verde, sendo a atribuição do seu fabrico às Caldas da Rainha sugerido, em 1884, por Joaquim de Vasconcelos.

Não há, no espólio encontrado na Madre de Deus e que infelizmente desapareceu, nada em que nos possamos basear para afirmar ser loiça de fabrico caldense. A loiça vidrada a verde fazia-se, no final do século XVI e XVII, em Coimbra e Lisboa, tal como o comprova a documentação.

O que nos parece mais plausível é que a loiça encontrada no convento da Madre de Deus fosse produção das olarias lisbonenses. Infelizmente trata-se apenas de uma suposição dado não ser possível conhecer esse interessante acervo cerâmico desaparecido devido à incúria dos homens.

Mas, o que podemos ter como seguro é o facto de as peças que Nepomuceno encontrou no convento da Madre de Deus não terem absolutamente nada a ver com as bilhas decoradas com mica sobre as quais este artigo se debruça. Tratou-se, com veremos a seguir, de uma confusão estabelecida por Julieta Ferrão.

3.2 Loiça vermelha decorada com mica: as peças pertencentes a Rafael e a Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro

Rafael Bordalo Pinheiro possuía na sua colecção duas peças – uma bilha e uma bilha de segredo, decoradas com aplicações de elementos moldados e com mica. Após a sua morte as peças passam a pertencer a seu filho Manuel Gustavo tendo posteriormente sido vendidas à Fundação Ricardo Espírito Santo. Julieta Ferrão informa que Rafael Bordalo Pinheiro adquiriu uma das peças, a bilha, "*na região caldense*" (Ferrão, 1945, p. 79). Tal como sucedeu com as peças encontradas no convento da Madre de Deus, também neste caso parece ser Joaquim de Vasconcelos quem atribui a proveniência de fabrico e a datação, apesar de não existir nenhum texto por ele escrito no qual as bilhas de Rafael Bordalo Pinheiro sejam mencionadas. O que se conhece são referências contidas em obras de diferentes autores nas quais se afirma que as duas peças pertencentes a Rafael Bordalo Pinheiro eram fabrico caldense, tal como advogava Joaquim de Vasconcelos.

O primeiro autor a referir estas duas peças é José Queirós, em 1907, publicando pela primeira vez a sua imagem, afirmando que baseia a sua atribuição, "*segundo a opinião de Joaquim de Vasconcelos*", não imputando, no entanto, o seu fabrico às Caldas da Rainha, considerando-as antes "*produtos da olaria portuguesa*" (Queirós, 1987a [1907], p. 40 e grv. 4 e 5).

Mais tarde, em 1916, volta a referir uma das vasilhas pertencentes a Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, a bilha, e ilustra esse artigo com o desenho não da bilha antiga na posse daquele senhor, mas antes com uma reprodução/cópia desta feita, nas Caldas da Rainha, no tempo de Rafael Bordalo Pinheiro. Afirmando ser a peça "*produto das Caldas (reprodução do citado modelo antigo), decorada com mascarões, rosetas e outros ornatos e a tampa estriada*" (Queirós, 1987 [1916], p. 489-490). Em nota diz que essa bilha reproduz "*o original [que] pertence ao meu amigo Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro e está reproduzido no meu trabalho Cerâmica Portuguesa*" (Queirós, 1987 [1916], p. 493). Na legenda da peça diz tratar-se de "*Bilha, barro vermelho esmaltado, Caldas da Rainha, Bordalo Pinheiro*" (Queirós, 1987 [1916], p. 489). Repare-se que José Queirós afirma ser a peça esmaltada, mas o que chegou até nós foi uma bilha em barro vermelho polido, feita a molde (N.º de Cat. 8), produzida na fábrica de faiança das Caldas da Rainha no período em que esta era dirigida por Rafael Bordalo Pinheiro, copiando o modelo da bilha antiga que pertencia a este artista. Ter-se-iam produzido destas bilhas quer em barro polido, como o exemplar que se encontra no Museu de História Natural (N.º de Cat. 8), quer em barro esmaltado, tal como refere José Queirós?

Em 1921, Carolina Michaelis de Vasconcelos refere que a menção mais antiga que encontra à loiça das Caldas data de 1745, apesar de, "*certo parece todavia que umas jarrinhas, em poder do célebre reformador da indústria cerâmica da localidade, são da época de D. Leonor, fundadora do hospício*" (Vasconcelos, 1921, p. 29-30, nota 74. Ver tb p. 64, nota 163).

É verdade que Joaquim de Vasconcelos descreve uma peça (Guia, 1902, p. 96), hoje existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, como sendo "*fabrico antigo das Caldas da Rainha*" (N.º de Cat. 1), podendo concluir-se que ele considerava este tipo de peças como sendo fabrico daquele centro cerâmico.

Passados alguns anos Julieta Ferrão refere a existência de uma destas peças decoradas com mica na colecção

de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, designando-a *bilha* e comparando-a com a que acima referimos, existente no espólio do Museu Nacional de Soares dos Reis (N.º de Cat. 2):

"Esta 'bilha de barro vermelho', que o Museu Municipal de Soares dos Reis expõe é igual à que há anos vi na colecção de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro. Guardava-a este ciosamente na sua casa das Caldas em um armário juntamente com as peças antigas de cerâmica caldense (...) Nas várias visitas que fiz à Fábrica "San Rafael" o seu fundador, Manuel Gustavo, ao mostrar-me os exemplares da sua colecção chamava a minha atenção, com grande entusiasmo para certos espécimes da louça antiga das Caldas que possuía, pondo sempre em destaque a 'bilha' do tempo da Rainha D. Leonor e umas garrafas e castiçais da época da afamada Maria dos Cacos, antecessora do fabricante Manuel Gomes Mafra.

Dizia-me ele que os 'entendidos' em cerâmica nacional (Joaquim de Vasconcelos, Ramalho Ortigão, José Queirós) classificavam a 'bilha' como produto dos oleiros das Caldas do tempo da Rainha D. Leonor. E assim, foi-se firmando no meu espírito a convicção de que aquela bilha era quinhentista. O facto de me ter dedicado ao estudo da personalidade de Rafael Bordalo Pinheiro e portanto à influência exercida pela faiança caldense na actividade do artista e à influência deste na principal indústria da região levou-me, pela vida fora, a tomar a famosa 'bilha' como ponto de partida para a história da louça das Caldas.

Desconheço os documentos em que se baseou Joaquim de Vasconcelos para identificar estas bilhas como sendo exemplares da época da rainha D. Leonor, identificação que foi corroborada por José Queirós, pois nas suas obras "Cerâmica Portuguesa" (1907) e "Arte na escola: Cerâmica" (1916), a elas se refere.

Seria o facto de terem aparecido em abundância nas obras de restauro do Convento da Madre de Deus, em Lisboa, feitas sob a direcção do Arquitecto J. M. Nepomuceno, vários exemplares de faiança de barro vermelho e em especial vidrado com o característico esmalte usado na faiança caldense, nas cores verde, azul e rebuçado, exemplares que foram observados e estudados por Joaquim de Vasconcelos e que formaram uma colecção organizada numa das dependências do convento pelo já citado Arquitecto Nepomuceno?

Não deve causar estranheza o facto dos produtos cerâmicos encontrados no Convento da Madre de Deus terem sido atribuídos à época de D. Leonor, sabido como é que a excelsa rainha foi fundadora da Vila das Caldas da Rainha em 1148 [sic] e instituidora do Convento da Madre de Deus em Lisboa, no ano de 1508. (...) Portanto o ter encontrado Joaquim de Vasconcelos na Madre de Deus 'bilhas' iguais às que Manuel Gustavo possuía e que Rafael Bordalo adquirira na região caldense é o bastante para hoje afirmarmos serem da época da rainha D. Leonor as já famosas 'bilhas'" (Ferrão, 1945, p. 78-80).

É também Julieta Ferrão a primeira autora a associar incorrectamente a bilha que pertencia a Manuel Gustavo com as peças que Nepomuceno havia encontrado no Convento da Madre de Deus, em Lisboa[6], fazendo uma leitura incorrecta do texto de Joaquim de Vasconcelos. Afirma esta autora ter aparecido: *"nas obras de restauro do Convento da Madre de Deus, em Lisboa (...) vários exemplares de faiança de barro vermelho e em especial vidrado com o característico esmalte usado na faiança caldense, nas cores verde, azul e rebuçado"* (Ferrão, 1945, p. 78-80).

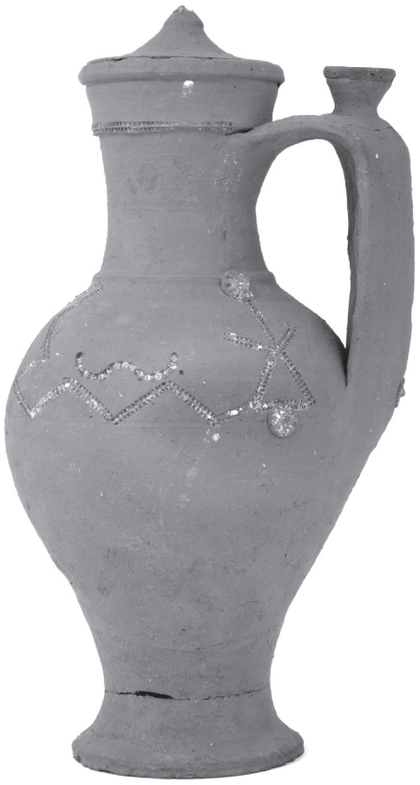
Ora, o que de facto Joaquim Vasconcelos encontrou na Madre de Deus foram unicamente peças vidradas a verde (ou seja loiça de vidrado plumbífero), não referindo peças com as cores *"azul e rebuçado".* Nesse artigo, no parágrafo a seguir àquele em que refere as peças plumbíferas da Madre de Deus, Joaquim de Vasconcelos informa que outro tipo de loiça, faiança, se pode encontrar *"nos quadros da Escola portuguesa do último terço do séc. XV e primeiro terço do séc. XVI"* [ver transcrição completa do texto feita anteriormente] (Vasconcelos, 1907, p. 6-7).

Pela leitura dos textos de Joaquim de Vasconcelos (Vasconcelos, 1884, p. 31-32 e 1907, p. 6-7) conclui-se que este autor não encontrou na Madre de Deus, nem peças na cor *"azul e rebuçado",* nem peças decoradas com mica como afirma Julieta Ferrão. O espólio encontrado no Convento da Madre de Deus era *"loiça popular",* grossa e pesada, feita em barro vermelho escuro e vidrada a verde (vidrado plumbífero), ou seja, sem nenhuma semelhança com as bilhas que pertenciam à colecção de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro as quais são em barro vermelho fino, decoradas com aplicação de elementos impressos e moldados, com incisões e mica.

Será que estas bilhas que pertenceram a Rafael Bordalo Pinheiro e depois a seu filho Manuel Gustavo eram, de facto, fabrico das Caldas? Temos dúvidas quanto a esta atribuição. A verdade é que se desconhecem textos quinhentistas ou seiscentistas que atestem a produção nas Caldas deste tipo de loiça fina não vidrada decorada com mica, e nem sequer sabemos qual o contexto de aquisição das peças que pertenceram a Rafael Bordalo Pinheiro. Por outro lado, os textos conhecidos e datados dos séculos seguintes referentes às Caldas da Rainha não fazem sequer uma breve alusão a esta

6. Russel Cortês, num artigo intitulado "A propósito da primitiva louça das Caldas: achegas para o esclarecimento dum problema terminológico", discorda da opinião da Julieta Ferrão e faz um apanhado das peças que conhece decoradas com mica (Cortês, 1945).

13. *Cantarinha de duas asas*. Felgar (Torre de Moncorvo, Bragança). 1927. Alt. 27,5 cm. Porto: Museu de Etnografia e História do Porto, em depósito no Museu de Olaria, Barcelos. N.º de Inv.: MEHP 11252.



14. *Cantarinha de encher pelo só*. Felgar (Torre de Moncorvo, Bragança). 1927. Alt. 26,5 cm. Porto: Museu de Etnografia e História do Porto, em depósito no Museu de Olaria, Barcelos. N.º de Inv.: MEHP 11249.

decoração com mica, nem sequer há conhecimento de que esta técnica tenha perdurado e sido usada nas olarias caldenses durante os séculos XIX e XX.
É certo que no período em que Rafael Bordalo Pinheiro dirigiu a fábrica retomou o fabrico do modelo das peças antigas decoradas com mica, num formato mais reduzido e sem a utilização de mica na decoração (veja-se N.º de Cat. 8), inspirando-se para o efeito na peça arcaica que possuía na sua colecção.

4. LOIÇA FINA, VERMELHA OU PRETA DECORADA COM MICA: ÁREA DE PRODUÇÃO

Podemos considerar o recurso à mica para decorar a faiança como uma *moda,* a qual, como todas as modas, abrangeu uma determinada área e uma determinada época (principalmente os séculos XVII a XVIII). Sabemos que a decoração com mica, tal como referimos nos dois primeiros capítulos deste artigo, se aplicou no século XX na cerâmica produzida em vários locais do Norte do país, continuando ainda hoje a ser usada pelos oleiros de Guimarães. Podemos, por isso, admitir que tivesse havido, durante a época moderna, para além de Prado, outros centros oláricos a fabricar esta loiça decorada com mica. No entanto, Prado é até ao momento o único local produtor onde podemos afirmar que se fez este tipo de loiça preta e vermelha decorada com mica, desde a segunda metade do século XVI (dados arqueológicos e laboratoriais apresentados neste texto) até ao século XX (dados etnográficos e documentais já atrás referidos).
Até ao momento não é conhecida nenhuma referência documental que ateste a produção de peças decoradas com mica no centro e sul do País, mas, é uma hipótese que não deve ser excluída. De facto, tratando-se de vasilhas que podemos considerar de qualidade superior, com maior valor acrescentado, usadas pelas elites, servindo usos específicos e camadas populacionais com maior poder de compra, é provável que possam ter sido realizadas em vários locais produtores.
No entanto, o que se verifica é que à produção no Norte de loiça preta e vermelha fina, com ou sem polimento e com decoração de mica branca, correspondia, no Sul, a produção de loiça vermelha fina, de um modo geral engobada a vermelho, e decorada com polimento, engobe branco e empedrado (Ferreira, 1995; Serrão, 1991).

5. LOIÇA FINA, VERMELHA OU PRETA DECORADA COM MICA: LOIÇA DE "LUXO" - USOS PROVÁVEIS E INFLUÊNCIAS

Esta loiça fina, de cor vermelha ou preta, profusamente decorada e recebendo aplicação de mica era provavel-

mente usada no serviço de líquidos – água ou vinho – mas também para conter e servir alimentos mais requintados – por ex., confeitos, compotas e outros doces de colher.

É verdade que até ao momento não conhecemos nenhuma pintura antiga que reproduza peças de loiça vermelha ou preta decoradas com mica, no entanto, se olharmos para a pintura de Josefa de Óbidos encontramos peças de loiça vermelha fina, com ou sem pedrado, servindo para beber ou para ir à mesa com compotas e outros doces. O mesmo uso deveria ter a loiça fina, vermelha ou preta, decorada com mica.

No conjunto das peças que nos foi dado observar verifica-se serem as vasilhas mais antigas as de melhor qualidade técnica e decorativa, correspondendo muito provavelmente a uma clientela mais exigente, que usava as peças para uso próprio ou para oferta, como *mimo* ou *brinco* com que se obsequiava uma visita que se estimava, ou que se levava quando se ia de visita a alguém.

Peças de loiça fina, preta ou vermelha, decoradas com mica, produzidas nos séculos XVI a XVIII devem ter servido, por exemplo, como serviam as caixas de madeira que aparecem nos quadros da Josefa de Óbidos, para conter doces que se ofereciam a alguém que se estimava – dava-se o doce e o seu receptáculo.

São peças para servir em contextos requintados, ombreando em certos usos com a baixela de ouro ou prata, tal como se parece perceber através da pintura de Josefa de Óbidos (século XVII).

A produção destas peças terá recebido que tipo de influências? Ter-se-á procurado copiar peças de ouro e prata então em voga entre as classes mais abastadas? Entroncarão as formas que conhecemos na tipologia de vasilhas feitas em materiais preciosos? Haverá nestas peças de loiça fina alguma influência da loiça que chegava do Oriente?

Sabemos que os processos de *imitação* acontecem com frequência e que a moda em voga numa época influencia as diversas artes a que o homem recorre. O gosto de uma época deixa a sua marca em tudo o que o homem toca e habita. Não será por isso de estranhar que esta loiça fina, de *luxo*, dos séculos XVI a XVIII sofra a influência ou imite peças de artes mais nobres e mais faustosas como, por exemplo, a ourivesaria ou a porcelana oriental.

Nos séculos que se seguem (XIX e XX) esta loiça começa a entrar em decadência, a pasta é mais grosseira e a decoração mais esparsa. Parece ser feita mais como memória de outros tempos, como um manter em uso uma técnica arcaica que se aprendeu e que se quer continuar a perpetuar. Fazem-se canecas, vasos, vasos de portões que se colocam nas entradas de quintas, cântaros para oferecer a alguém por quem se nutre especial estima ou para usar em ocasiões específicas e bilhas de segredo. Nestas peças, a decoração faz lembrar as rendas e bordados então em voga.

Hoje, o único local onde ainda se continuam a decorar peças com aplicação de mica é Guimarães. Com o recurso a esta técnica decoram-se cântaros (principalmente miniaturas de cântaros) e miniaturas de fornos de pão. São recordações para turistas, memória de uma arte ancestral que se pretende a todo o custo preservar.

15. *Bilha.* Felgar (Torre de Moncorvo, Bragança). 1927. Alt. 23,5 cm. Porto: Museu de Etnografia e História do Porto, em depósito no Museu de Olaria, Barcelos. N.º de Inv.: MEHP 11251.

16. *Assobio onomatopaico.* Felgar (Torre de Moncorvo, Bragança). 1927. Alt. máx. 10 cm. Porto: Museu de Etnografia e História do Porto, em depósito no Museu de Olaria, Barcelos. N.º de Inv.: MEHP 11352.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, F. J. S.; RODRIGUES, P. J. P; GARCIA, C. e ALELUIA, M. (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV: ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B: aproximação tipológica preliminar. In *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo: Tondela, 1995*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 185-210.

BARROCA, M. J. (1993) – Centros oleiros de Entre-Douro-e--Minho, século XIII: contributo para o seu inventário e cartografia. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 2, p. 159-170.

CORREIA, F. da S. (1995) – *Pergaminhos das Caldas*. Caldas da Rainha: Património Histórico.

CORREIA, V. (1926) – *Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos* …. Coimbra: Imprensa da Universidade (Subsídios para a História da Arte Portuguesa; 22).

CORTÊS, R. (1945) – A propósito da primitiva louça das Caldas. *Estremadura: Boletim da Junta de Província da Estremadura,* Lisboa. Série 2. 10, p. 383-391.

FERNANDES, I. M. (1997) – Júlio Alonso. Um percurso pelo barro. Matosinhos. *Actas do 2.º Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos (1996).* Matosinhos: Câmara Municipal, p. 60- 75.

FERNANDES, I. M. (1997a) – *A Louça Preta de Prado. Vila Verde, Braga. Catálogo*. Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos: Museu de Olaria (Colecções do Museu; 3).

FERNANDES, I. M. (1997b) – As oficinas de louça preta de Lanheses, Viana do Castelo: um fenómeno de migração. *Minia*. Braga: ASPA: Associação para a defesa, estudo e divulgação do património cultural e natural. 3.ª Série. 5, p. 199-216.

FERNANDES, I. M. (2002) – A olaria vimaranense: uma visão global. In *Património e Indústria no Vale do Ave: um Passado com Futuro*. 2 vol. Vila Nova de Famalicão: Adrave, Vol I, p. 300-320.

FERNANDES, I. M. (2009) – Oleiros de Bisalhães: as voltas que o barro dá = The potters of Bisalhães: the twists and turns of clay. In *A louça preta de Bisalhães: Mondrões, Vila Real = The black pottery of Bisalhães.* Vila Real. Barcelos: Museu de Arqueologia e Numismática. Museu de Olaria, p. 12-155.

FERRÃO, J. (1933) – *Rafael Bordalo Pinheiro e a faiança das Caldas da Rainha*. Gaia: Edições Pátria (Estudos Nacionais).

FERRÃO, J. (1944) – A loiça das Caldas. *Estremadura: boletim da Junta de Província*. Lisboa. 2: 5, p. 71-77.

FERRÃO, J. (1945) – Uma bilha das Caldas da Rainha. In Anotações e Verbetes. *Mvsev.* Porto. 3: 6, p. 79-80.

FERREIRA, M. A. (1995) – O barroco na cerâmica doméstica portuguesa. In *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós--medieval. Métodos e resultados para o seu estudo, 1992*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 151-161.

FONTES, L. (2005) – *S. Martinho de Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro: ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura.* Lisboa: IPPAR.

FONTES, L.; FERNANDES, I. M. e CASTRO, F. (1998) - Peças de louça preta decoradas com moscovite encontradas nas escavações arqueológicas do Mosteiro de S. Martinho de Tibães. In *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós--medieval: métodos e resultados para a seu estudo: Tondela, 1995*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 355-363.

Guia Municipal do Porto. Porto: Tipografia Central, 1902.

LIMA, A. C.; MILHAZES, C. e DORDIO, P. (1997) – Colecções de louça preta. In *A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: CRAT. Centro Regional de Artes Tradicionais, p. 148--189.

MACEDO, M. M. de e FREITAS, M. da G. (1988) – *Olaria do Felgar: Torre de Moncorvo: Catálogo.* Barcelos, Museu de Olaria (Colecções do Museu; 1).

PEIXOTO, R. (1995) – Indústrias populares: As olarias de Prado. In *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote (Portugal de Perto), p. 89-132 [1.ª edição, 1900].

PEIXOTO, R. (1995a) – Uma ornamentação cerâmica actual de carácter arcaico. In Rocha Peixoto – *Etnografia Portuguesa: obra etnográfica completa.* Lisboa: Publicações D. Quixote, p. 217-221. [Texto publicado em 1906 na Revista Portugalia].

QUEIRÓS, J. (1987) – Arte na escola: cerâmica. In *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. 3.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, p. 11-379 [1ª ed. 1916].

QUEIRÓS, J. (1987a) – Cerâmica Portuguesa. In *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. 3.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, p. 11-379 [1.ª ed. 1907].

REAL, M. L.; GOMES, P. D.; TEIXEIRA, R. J. e MELO, R. F. (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante, Porto: elementos para uma sequência longa, séculos IV-XIX. In *1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: Métodos e resultados para o seu estudo: 1992.* Tondela: Câmara Municipal, p. 171-186.

SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1966) – *Rocha Peixoto como cientista no âmbito da Etnografia e da Antropologia*. Póvoa de Varzim: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

SÃO PAULO, J. de, *Padre mestre* (1995) – A rainha D. Leonor e a fundação da vila. In Fernando da Silva CORREIA, *Pergaminhos das Caldas*. Caldas da Rainha: Património Histórico, p. 20-26.

SERRÃO, V. (coord.) (1991) – *Josefa de Óbidos e o tempo do Barroco*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 43, 132, 134, 155, 161, 204, 214.

SILVA, F. R. da (1988) – *O Porto e o seu termo: 1580-1640*. Porto: Arquivo Municipal, Vol. 2.

SILVA, R. M. (1645) – *Poblacion General de España*. Madrid, 1645.

VASCONCELOS, J. de (1884) – *Cerâmica Portuguesa: estudos e documentos inéditos.* Porto: Tipografia Elzeviriana (História da Arte em Portugal; 4) [1.ª ed. 1883].

VASCONCELOS, J. de (1891) – *A Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha*. Porto: Tipografia Ocidental.

VASCONCELOS, J. de (1907) – Preliminar à indústria cerâmica. In Pedro Prostes – *Indústria de Cerâmica*. Paris; Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, s.d. [O texto de Joaquim de Vasconcelos está datado de 1907].

VASCONCELOS, C. M. de (1921) – *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

OS POTES *MARTABÃ*

UM CONCEITO EM DISCUSSÃO

SARA TEIXEIRA SIMÕES **Arqueóloga, Assistente de Investigação do Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve**

RESUMO Desde o século XVI, no contexto das novas dinâmicas criadas pelas viagens de expansão ultramarina que nos chegam referências às grandes talhas asiáticas, fabricadas no Porto de Martabão, um antigo Reino do Pegu. Todavia, o actual conhecimento que temos desses contentores é escasso, fragmentário e sobre eles permanecem muitas interrogações. Uma das questões que desde o início do estudo nos pareceu essencial esclarecer foi a do próprio nome e, consequentemente, do conceito de *martabã*. De facto, se parece não existirem dúvidas quanto à origem da denominação destes potes como martabãs, ao longo dos séculos essa designação alargou-se, passando a ser aplicada a diversos tipos de potes com características técnicas, formais, decorativas e até mesmo funcionais, bastante distintas entre si. Chega até nós como uma designação muito difusa e pouco esclarecedora quanto às peças que, efectivamente, podemos considerar *martabãs*.
Foi desta forma que iniciámos o trabalho que agora apresentamos, no qual, através do estudo quer de espólio arqueológico e de colecções museológicas proveniente de contextos de uma área alargada em torno de Lisboa, quer de análise de diversas fontes escritas, procurámos estreitar as características definidoras deste termo. Assim, propomo-nos apresentar um novo conceito de *martabã*, um termo que contém em si toda uma representação abstracta que é necessário definir e compreender, e que procurámos clarificar e tornar mais aplicável aos arqueólogos e historiadores da actualidade.

PALAVRAS-CHAVE **Martabã, pote, contentores de transporte, conceito**

INTRODUÇÃO

Os vestígios materiais constituem um dos maiores testemunhos das lógicas de circulação e das transformações que ocorrem nas sociedades. De uma forma subtil e sem corresponder a um processo massificado, os *martabãs* terão sido também eles agentes difusores de diferentes marcas identitárias, contribuindo para a consciência de um novo mundo, sincrético, e para uma convergência de tradições culturais.
Desde o século XVI, no contexto das novas dinâmicas criadas pelas viagens de expansão ultramarina durante a Época Moderna, que chegavam a Portugal referências aos grandes potes asiáticos, fabricados no Porto de Martabão, no antigo Reino do Pegu e actual Birmânia, local onde os portugueses terão criado uma feitoria entre 1512 e 1514. Todavia, o que sabemos sobre esses contentores é ainda escasso, fragmentário e sobre eles permanecem muitas interrogações. Apesar de séculos de contactos marítimos entre Portugal e a Ásia e dos inúmeros registos de naufrágios de embarcações, os *martabãs* de que temos conhecimento provenientes de contextos arqueológicos subaquáticos, em Portugal, são ainda em número bastante reduzido. De uma forma geral, no Ocidente, têm vindo a ser encontrados e recolhidos entre o espólio de destroços de naufrágios de embarcações europeias vindas do Oriente, nomeadamente em embarcações portuguesas, espanholas e navios da Companhia das Índias Holandesas. Quanto às peças arqueológicas recolhidas em intervenções em meio terrestre, surgem igualmente de uma forma bastante esporádica, ou, pelo menos, são poucas as dadas à estampa.
O cruzamento das fontes documentais e do estudo do espólio material levou-nos a perceber que questões estruturais sobre estas peças continuavam ainda por esclarecer e definir, questões essas que aprofundámos no âmbito de um estudo por nós realizado anteriormente (Simões, 2009): Quais as características que definem um *martabã?* Quais os seus locais de origem e produção? A que funções se destinavam? Quais as especificidades que deveriam apresentar enquanto embalagens? Para que conteúdo, ou conteúdos, eram utilizados?
De facto, uma das principais conclusões à qual chegámos foi a de que *martabã* constitui um conceito demasiado abrangente, isto é, trata-se de um termo utilizado para definir um conjunto muito alargado de peças, muito heterogéneas entre si. Se por um lado não existia um entendimento quanto às características definidoras de um pote deste tipo, percebemos também que o próprio conceito que se foi criando ao longo dos séculos foi sofrendo alterações. Foi desta forma que embarcámos numa primeira tentativa de percepção do próprio conceito de *martabã.*
São poucas as páginas de que dispomos para aqui explorar de forma aprofundada todas estas questões, no

entanto, vamos procurar, de forma sucinta, definir um pouco mais estas sombras e silhuetas ainda difusas e pouco claras.

OS *MARTABÃS* E AS FONTES DOCUMENTAIS

Em Portugal o conhecimento acerca deste tipo de espólio encontra-se ainda numa fase embrionária. Durante décadas as peças de que tinhamos informação e às quais atribuiamos a designação de *martabã* pertenciam a colecções de museus de arte e a colecções privadas, sendo até há pouco tempo quase desconhecido este tipo de espólio com proveniência de contextos arqueológicos. Por outro lado, os trabalhos em torno dos *martabãs* têm tardado em aparecer, não só no contexto português como internacional.
As referências de europeus às grandes jarras fabricadas na cidade portuária de Martabão remontam ao século XVI. Não duvidamos de que os viajantes que as mencionaram sabiam de que objectos falavam, contudo constituem, para nós europeus do século XXI, relatos vagos e insuficientes para que saibamos como eram exactamente as *talhas Martabanas* (Góis, 1749, p. 543). Talvez seja esta uma das razões para que o termo tenha evoluído e alargado, passando a ser aplicado a vários tipos de potes que, de uma forma geral, se enquadram nas principais características que os viajantes deixaram por escrito. O termo *martabã* tornou-se aplicável a um conjunto de peças muito lato e que, de um modo geral, apresentassem características orientais.
Os relatos de viagens constituem fontes essenciais, registos escritos de quem, nos séculos XVI, XVII e XVIII viu os *martabãs* nos seus locais de produção, de quem viu a forma como eram utilizados e que produtos acondicionavam, de quem observou quem os utilizava. Por isso, estes foram elementos essenciais para a concretização de várias problemáticas.
Em Portugal, a referência mais antiga a *martabãs* encontra-se no *Livro Em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, datado de 1516. Ao descrever a sua viagem ao Porto de Martabão, o viajante português refere:

Também se fazem neste lugar muitas e grandes jarras de porcelana, mui grossas, rijas e formosas; há aí delas que levam uma pipa de água; são vidradas de preto e muito estimadas entre os mouros, e entre eles valem muito, as quais eles levam com muito benjoim em pães (Machado, 1946, p. 196).

E sobre as funções das referidas jarras, menciona umas *vasilhas de Martabão* utilizadas para transportar e vender gengibre verde em conserva:

Acha-se igualmente em Bengala muito gengibre beledi, do qual fazem muita e mui boa conserva com açúcar, e a levam a vender em vasilhas de Martabão ao país do Malabar (...) (Machado, 1946, p. 231).

Desde então, o nome deste porto tornou-se o local ao qual é associada a produção da grande maioria dos potes de grandes dimensões com características formais e decorativas de cariz oriental.
Habitualmente, a palavra *martabã* é aplicada a espólio muito diferente entre si e que corresponde, no geral, a potes de grandes dimensões, fabricados em grés e vidrados. Generalizou-se de tal forma que tem vindo a ser aplicado a peças muito divergentes a nível formal e decorativo, mas também de diferentes cronologias e de áreas geográficas bastante distintas. Também acerca das funções que desempenhariam quando trazidos nas embarcações entre a Ásia e a Europa as divergências existem.
De 1596 data a 1.ª edição do *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Trata-se do relato das viagens de um holandês pela Ásia, no qual compila todo o tipo de informação acerca desta área do globo (Linschoten, 1997). Sobre Martabão escreve:

(...) nesta cidade são feitas muitas das grandes jarras de barro a que na Índia chamam "martabanas" e que são levadas em grandes quantidades por toda a Índia. Há muita variedade delas, grandes e pequenas, algumas até com uma capacidade de duas pipas de líquido. São levadas em tamanha quantidade porque na Índia são usadas em todas as casas e navios em vez de barris, que lá não há, a não ser os que vêm de Portugal. Por isso, usam em seu lugar estas jarras que guardam óleo, vinho, água e coisas semelhantes, pois conservam-nos muito bem e são uma grande comodidade para o viajante. Muitas delas são também levadas para Portugal, pois usam-nas nas naus da carreira da Índia para guardar água, azeite, etc.

De salientar o facto de van Linschoten referir que é na Índia, e não no seu local de fabrico, que as jarras são denominadas de *martabanas*. Ora, aqui não estará já presente aquilo que podemos entender como a necessidade de associar um significado a um objecto? Isto é, parece-nos já ser notória a necessidade de, fora do local de produção, classificar peças exógenas para que, imediatamente, fossem identificadas. Certamente grandes jarras também as havia na Índia, contudo as fabricadas em Martabão apresentariam determinadas especificidades que se generalizaram a outras jarras que mostrassem características semelhantes. Assim, de forma natural e talvez involuntária, terá existido a necessidade de criar um nome que identificasse este

tipo de jarras, o que, em consequência, permitia a identificação imediata do seu significado. Da mesma forma, a um nível simbólico, se diferenciava este tipo de contentores e o identificava com uma cultura diferente.
No que se refere aos *navios mercantes que navegam de Goa para a China, Japão, Bengala, Malaca e por todas as partes do Oriente* (Linschoten, 1997, p. 179) diz ainda que:

O capitão, o mestre e o piloto, e os mercadores e passageiros, têm todos os seus próprios víveres e a sua água nas grandes jarras indianas a que chamam "martabanas" (Linschoten, 1997, p. 180).

Interessante notar que esta passagem revela-nos que, já no século XVI, os *martabãs* eram utilizados apenas por alguns, embora não nos esclareçam sobre as razões de tal distinção.
Outro importante relato é sobre a viagem do francês Pyrard de Laval ao Oriente, que decorreu entre os anos de 1601 e 1611, e que resultou na obra *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611) (...).* Sobre a forma como a água era conservada a bordo dos navios, escreve:

Somme qu'en toute l'Inde, ils n'ont point notre invention des pipes, mais usent seulement de jarres les plus belles, mieux vernies et façonnées que j'ai vues ailleurs. Il y en a qui tiennent autant qu'une pipe et plus. Elles se font au royame de Martaban, d'où on les apporte et d'où ells prennent leur nom par toute l'Inde. L'eau ne se gate et corrompt jamais là-dedans, et elles ferment avec la clef (Laval, 1998, p. 244-245).

Aqui Pyrard de Laval começa por relatar que em toda a Índia não são utilizadas pipas de madeira para conservar a água, como era costume próprio dos europeus. Seriam apenas usadas jarras, especificamente jarras fabricadas no Reino de Martabão, que se caracterizavam por serem as mais belas, as melhor vidradas e as melhor fabricadas, numa referência não só à sua beleza e valor estético, mas também à qualidade da sua tecnologia de fabrico, o que as distinguia de qualquer peça semelhante que já tivesse visto. Além de nos informar que se tratavam de jarras onde a água era conservada nos navios, indica-nos ainda que o eram por permitirem manter a sua qualidade. Na mesma frase refere que as jarras se fechavam à chave, o que julgamos poder tratar-se de uma estrutura metálica utilizada como tampa, ou até que envolvesse várias áreas da peça.
O que as fontes escritas nos parecem indicar é que, na realidade, já no século XVI na cidade portuária de Martabão se produziam peças com algumas diferenças formais entre si, embora existam características que se nos afiguram como transversais. Mesmo que no século XVI se fabricassem potes com variações formais e decorativas e mesmo que o termo *martabã* fosse aplicado a peças com essas mesmas diferenças, actualmente essa panóplia de peças consideradas e denominadas de *martabã* alargou-se para lá do que pensamos que seriam os limites originais. Verifica-se que as fontes escritas reflectem um processo de conceitualização destes objectos, durante o qual se passou a associar a designação *martabã* a objectos, não com origem em Martabão, mas cujas características gerais correspondessem às dos produzidos neste porto.
Contudo, a leitura das fontes e a análise do espólio permitiu-nos avançar com uma proposta de definição de *martabã* e que apresentaremos a seguir.

PARA UMA DEFINIÇÃO DE *MARTABÃ*

O espólio que estudámos e que esteve na base desta nossa primeira tentativa de definição de *martabã*, corresponde a uma amostragem centrada na presença destes objectos numa região alargada em torno de Lisboa[1]. Tomando esta cidade como o ponto central, são áreas onde foi possível determinar a existência de potes deste tipo, não se tratando de um critério de escolha baseado em nenhum perfil administrativo. Abarcámos diversos contextos que considerámos exemplificativos das possíveis proveniências dos *martabãs,* englobando potes de contextos museológicos e conjuntos provenientes de contextos arqueológicos terrestre e subaquático: escavação arqueológica do Mandarim Chinês – Rua Augusta, intervenção arqueológica urbana do Largo do Chafariz de Dentro – Alfama, intervenção na presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires*, integrada no Projecto de São Julião da Barra bem como colecções do Museu Nacional de Arte Antiga, colecções municipais de Cascais, Peniche e do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
Do ponto de vista formal, através do cruzamento entre as informações que as fontes escritas veiculam (fontes documentais, bem como artigos de especialidade que referem este tipo de formas) e a análise do espólio, elaborámos uma série de características que poderão definir o que seriam os limites originais definidores de um *martabã*, isto é, das peças realmente produzidas nos fornos cerâmicos de Martabão e que chegavam a Portugal nos séculos XVI e XVII.

1. Agradecemos a todas as pessoas e instituições públicas que disponibilizaram as suas colecções para estudo: Dr. Jacinta Bugalhão, Museu da Cidade de Lisboa, Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática – IGESPAR, Museu Nacional de Arte Antiga, Câmaras Municipais de Cascais, Peniche e Vila Franca de Xira.

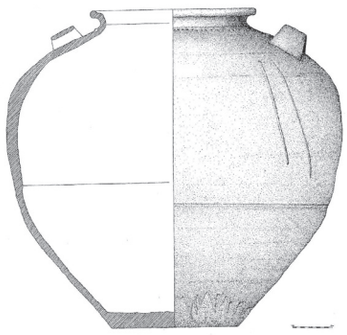
Através do que nos indicam as fontes escritas, percebemos que, a um nível funcional, um *martabã* desempenhava necessariamente a função de contentor. De facto, apesar das ressalvas que devam ser feitas por se tratarem de fontes literárias, como vimos, os viajantes que observaram e registaram estas peças, enaltecem sempre as propriedades destes potes enquanto contentores, propriedades essas que se encontram representadas em vários elementos dos conjuntos analisados.

Consideramos tratar-se de *martabãs* os potes de grandes dimensões (com uma altura máxima de referência que podemos considerar superior a 60 cm, podendo mesmo apresentar altura próxima dos 80 cm) e muito largos (com diâmetro máximo de referência superior a 50 cm e que poderá ultrapassar os 80 cm), frequentemente apresentando um diâmetro máximo do corpo superior às medidas da altura. Têm perfil cuja forma poderá ser hemisférica, globular ou ovóide (fig. 1).

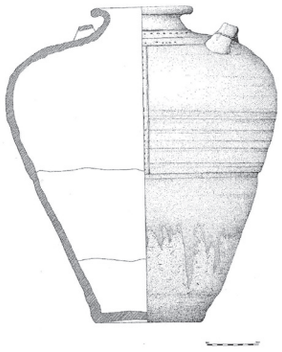
As marcadas estrias de modelação que observamos nas peças indicam tratar-se de potes fabricados a torno manual e as linhas de junção observadas em vários exemplares revelam as várias partes em que estes contentores eram construídos. Trata-se de potes fabricados em grés, com pastas de cor cinzenta, muito compactas e homogéneas, com elementos não plásticos em abundância, sendo o óxido de ferro o mais abundante. No espólio observado e que identificámos como *martabãs*, o grés é de tipo silicioso, bastante duro, compacto, impermeável e com um elevado grau de resistência. Apesar de constituir uma argila plástica, o grés é um barro mais difícil de trabalhar do que as argilas comuns e, por esta razão, apresentam paredes mais espessas.

De facto, uma das principais características do grés cerâmico é a sua resistência, que lhe é conferida pelos tipos de argila grosseira em que é fabricada. É ainda um tipo de material que por conter nas suas pastas feldspato e quartzo atinge altas temperaturas durante a cozedura, o que o torna mais sólido e lhe confere impermeabilidade. São estas características das pastas que explicam a utilização de peças de grés e os *martabãs*, como contentores de líquidos, entre os quais a água, o vinho e óleos. Apesar de se verificar que grande parte dos potes que consideramos *martabãs* não apresentam vidrado no fundo ou junto a esta parte da peça, pensamos que esse elemento não seria necessário para manter os líquidos conservados dentro do contentor, dada a impermeabilidade inerente ao grés.

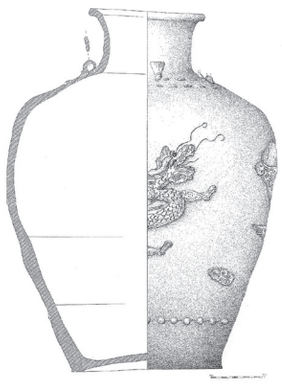
Por outro lado, esta mesma característica poderá explicar não só a sua utilização como contentor de líquidos, mas também de produtos sólidos, sobretudo no interior de uma embarcação.



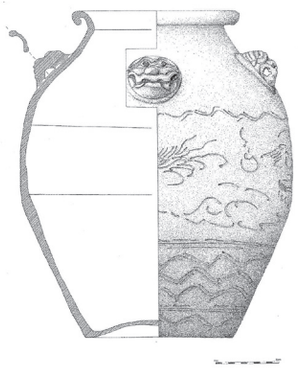
1. Pote martabã do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA, Inv: 469).



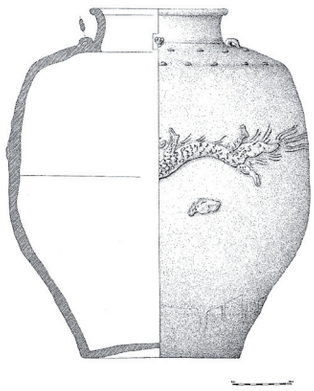
2. Pote martabã da colecção municipal de Cascais (E.359.04).



3. Pote do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA, Inv: 272).

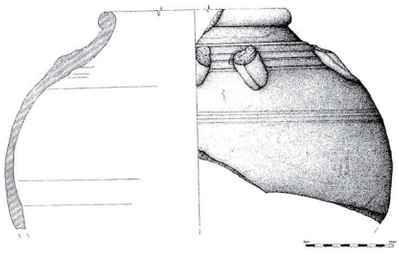


4. Pote do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA, Inv: 3305).

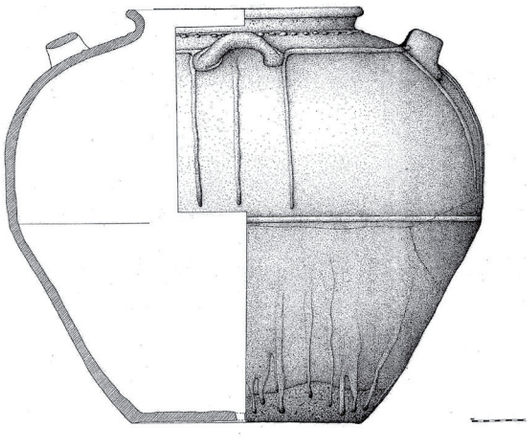


5. Pote do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA, Inv: 5870).

6. *Representação fiel da feira de Goa, com as suas lojas, mercadorias e comerciantes quotidianos* (Linschoten, 1997, Estampa 7).



7. Pote *martabã* proveniente da intervenção na presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires* (SJB n.º 190.01).



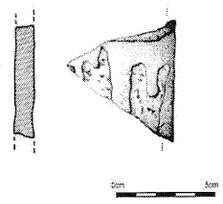
8. Pote *martabã* do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Habitualmente os *martabãs* são vidrados de castanho--escuro (quase negro) ou castanho, nos 2/3 superiores das superfícies exteriores da peça, mostrando com muita frequência marcas de escorrências no terço inferior, junto ao fundo (fig. 9). Apresentam fortes camadas vítreas, muito brilhantes e aderentes. Normalmente associado a um elemento impermeabilizante, contudo, no caso dos potes que identificámos como *martabãs*, não nos parece ter sido essa a razão que levou à aplicação dos vidrados, uma vez que as peças não são vidradas na totalidade. O fundo e o interior dos potes nunca se encontram vidrados, por esta razão, pensamos que este elemento não desempenharia a função de impermeabilizar os potes, uma vez que a sê-lo, as peças seriam totalmente vidradas, pelo menos, numa das faces. Este elemento teria o objectivo de tornar os contentores mais resistentes uma vez que, se tratavam de peças utilizadas para transporte de mercadorias. Ora, o que se observa é que o vidrado é aplicado sobretudo na área centrada em torno do diâmetro máximo do bojo, onde os potes estariam em maior contacto uns com os outros durante o transporte. O vidrado poderia evitar que os contentores estalassem ou se partissem com os embates causados por eventuais balanços durante o transporte.

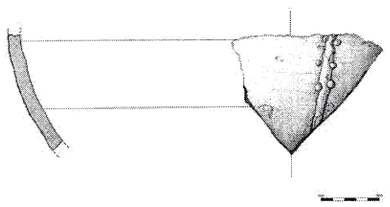
A colecção de *martabãs* pertencente ao acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, revelou-se essencial nesta primeira tentativa de definição de *martabã*. Em oposição aos exemplos que temos vindo a referir, alguns dos exemplares deste conjunto (fig. 3; fig. 4 e fig. 5) apresentam como principais características a forma ovóide ou globular e o facto de serem revestidos a finas camadas vítreas de cor castanho-melado. As asas são aplicadas, nuns casos moldadas em forma de *carranca* e noutros constituindo asas verticais de reduzidas dimensões na zona superior do bojo. Todos os casos apresentam fundos côncavos e são objectos profusamente decorados através de aplicações plásticas feitas a molde ou através de incisões, com motivos decorativos como dragões, dragões perseguindo a pérola de fogo e nuvens.

De facto, os exemplares pertencentes a esta colecção foram essenciais para contrapôr com os potes provenientes de contextos arqueológicos. Não só nos foi possível observar significativas diferenças ao nível formal e decorativo, mas distinguir entre potes que consideramos contentores e peças que terão desempenhado funções decorativas e não utilitárias.

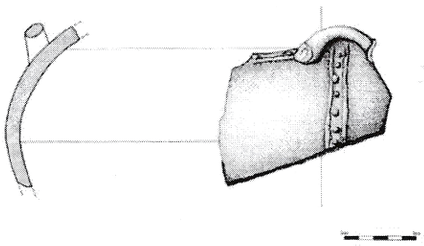
De notar que as referidas peças do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa apenas apresentam paralelos formais em colecções museológicas, não tendo até à data sido identificado qualquer exemplar exumado em contexto arqueológico.



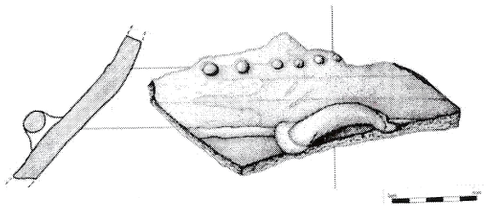
9. Fragmento de possível *martabã* da intervenção arqueológica urbana do Largo do Chafariz de Dentro – Alfama (LCD/07, Inv.3).



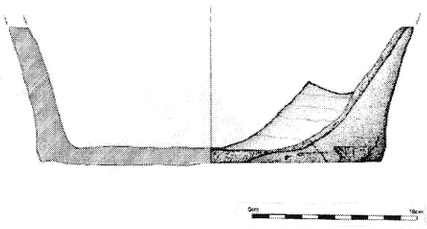
10. Pote *martabã* proveniente da intervenção na presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires* (SJB n.º 140.05).



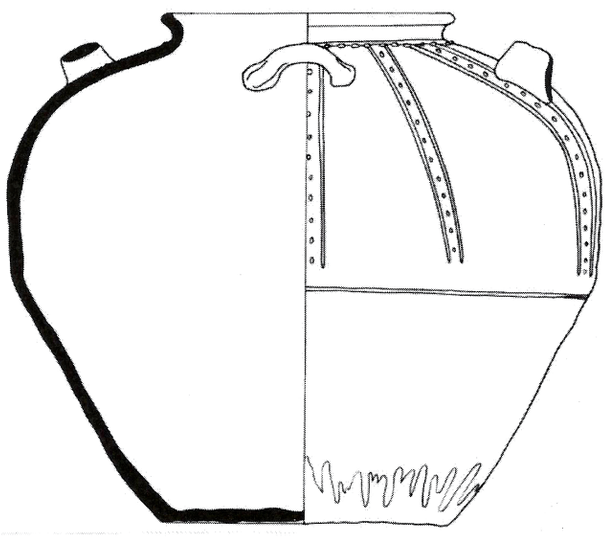
11. Pote *martabã* proveniente da intervenção na presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires* (SJB n.º 182.01.05).



12. Pote *martabã* proveniente da intervenção na presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires* (SJB n.º 182.01.03).



13. Pote *martabã* proveniente da intervenção na presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires* (SJB n.º 184.141/SJB n.º 184.1419).



14. Reconstituição hipotética do que na nossa concepção poderá definir um *martabã*.

Importa chamar a atenção ainda para o facto de os motivos decorativos, bem como as asas em *carranca*, encontrarem paralelos em representações datadas da Dinastia Ming, que governou a China entre 1368 e 1644. Em nenhum dos casos indicados nas fontes a China é apontada como um local de produção de *martabãs* nem as características enunciadas nos exemplares observados são coincidentes com as destes potes. Nenhum dos potes do Museu Nacional de Arte Antiga parece ter sido utilizado enquanto contentor, pelo menos de uma forma continuada, na medida em que não apresentam sinais de desgaste ou sujidade que indique utilização. Na nossa opinião, estas peças não terão sido utilizadas como contentores, terão sido adquiridas pelo seu valor estético e não utilitário.

A estanquicidade necessária para manter as provisões conservadas poderia ser garantida pelo tipo de bordos extrovertidos e com lábio de secção semicircular e colos baixos, os quais parecem permitir encaixe de tampa ou que estes fossem tapados com materiais perecíveis.

Outro dos elementos formais que nos pareceu essencial para distinguir entre os potes que seriam utilizados como contentor (e que podemos incluir na designação de *martabãs*) e os potes cujas funções terão sido sobretudo decorativas, foram as asas. As asas destes potes, horizontais e de secção rectangular, são aplicadas no início do bojo (fig. 11). Nenhum destes elementos parece ter sido realmente utilizado para preensão ou suspensão das peças, uma vez que são asas aplicadas, muito pequenas quando feita a relação com todo o pote e, por isso, demasiado frágeis. Contudo, em alguns casos, parece-nos que estas poderiam ser uma forma de prender as cordas que mantinham presa a cobertura, como ainda hoje se verifica em certas áreas asiáticas e como podemos observar na gravura de van Linschoten (fig. 6) e servir para segurar uma possível cobertura em fibras vegetais, que protegia a peça. Estas poderiam ser funcionais como forma de amarrar os potes uns aos outros durante as viagens, evitando que sofressem, mais uma vez, com os impactos causados pelo balanço das embarcações.

Os fundos de *martabã* seriam planos e irregulares, podendo ter servido como elemento de estabilidade, o que aumentaria o atrito entre o pote e a superfície em que se encontrava assente (fig. 13).

Com frequência apresentam decorações plásticas utilizando argilas de cor branca e formando caneluras horizontais e verticais (fig. 8), bem como aplicações de forma circular. Por vezes apresentam uma banda composta por dois ressaltos aplicados e, no centro, pequenas aplicações circulares, formando o que podemos designar de *efeito de pregaria* (fig. 2). Estes motivos decorativos recordam-nos estruturas metálicas e pregaria, o que pensamos poder constituir uma previvência de fases anteriores em que, de facto, os potes seriam envolvidos por elementos em metal que os tornariam mais resistentes, como refere Pyrard de Laval (Laval, 1998, p. 244-245).

PARALELOS E INTEGRAÇÃO CULTURAL

O espólio que estudámos enquadra-se em cronologias bastante latas e, embora não tenhamos conhecimento do ínicio e diferentes fases de produção de cada peça, sabemos que em Portugal a referência mais antiga a um *martabã* é a do já enunciado *Livro de Duarte Barbosa*, datado de 1516. É o espólio recolhido nos destroços da presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires* que oferece uma cronologia mais antiga e concreta, datando do ano de 1606, ano do naufrágio.

Terão começado a chegar a Portugal no século XVI, embora o século XVII tenha sido o período em que mais *martabãs* terão chegado a Portugal e à Europa, o que corresponde ao período mais intenso de viagens entre a Ásia e a Europa, durante a Época Moderna.

Ainda que não tenhamos conhecimento concreto dos locais de produção, sabemos que seriam contentores produzidos em olarias do Sudeste Asiático e, mais concretamente, nas regiões da Birmânia e Tailândia. Apesar destes dados, não dispomos de elementos que indiquem o ínicio do fabrico de *martabãs* nem tão-pouco dos fornos onde seriam produzidos. Por outro lado, também desconhecemos as possíveis fases de produção destas peças, bem como a evolução e características formais e decorativas de cada uma dessas fases. Importa então referir que as cronologias que podemos avançar são as de chegada a Portugal e as informações que obtivemos correspondem a dados de contexto, de utilização.

A Intervenção Arqueológica Urbana do Largo do Chafariz de Dentro, no Bairro de Alfama, localizado na zona ribeirinha da cidade de Lisboa[2] revelou dados estratigráficos e artefactuais situados entre meados do século XVI e a 2.ª metade do século XVII.

Encontramos correspondências formais para o fragmento proveniente da nau *Nossa Senhora dos Mártires* (fig. 7) nos destroços do galeão português *São João*, que naufragou em 1552 na costa sul de Natal (Maggs, 1984, fig. 11); no navio *São Bento*, naufragado em 1554 na costa Pondoland (Auret, Maggs, 1982, fig. 36). Nas intervenções arqueológicas realizadas num naufrágio na ilha Phu Quoc, Vietname (Blake, Flecker, 1994, fig. 16) existe um paralelo assinalado como produção

2. Contextos analisados detalhadamente na comunicação Largo do Chafariz de Dentro em Época Moderna, apresentada por Rodrigo Banha da Silva, Cristina Nozes, Pedro Miranda, António José Vicente, Vasco Vieira e Gonçalo Lopes durante a realização deste congresso.

tailandesa (fornos Mae Nam Noi, província de Singburi) entre os séculos XIV e XVII. Outra correspondência formal identificada pertence ao naufrágio de uma embarcação portuguesa do século XVI, ao largo das ilhas Seycheles (Blake, Green, 1986, fig. 15) e a Tailândia é a origem atribuída. Também no navio da V.O.C. *Risdam,* que naufragou na Malásia em 1727 (Green, 1986, fig. 16) existem paralelos, associados a produções do norte e centro da Tailândia, com uma cronologia de produção que aponta para o século XVI.

Com datações que apontam para o século XVII, são os vestígios arqueológicos do naufrágio do *Witte Leeuw,* em 1613 (Pijl-Ketel, 1982, p. 226-227), nos quais foi recolhido um pote similar ao exemplar proveniente das colecções de Cascais (fig. 2) bem como nas intervenções arqueológicas realizadas na fragata *Santo António de Tanna,* afundada em 1697 (Willoughby, 1991, p. 26). A Tailândia ou a Birmânia são as origens prováveis atribuídas a esta peça que, embora seja datada de finais do século XVII, segundo os autores, teria sido produzida desde o século XV. Encontramos ainda um outro paralelo para este pote no espólio do *Witte Leew* (Pijl-Ketel, 1982, p. 226), onde existem peças com motivos decorativos semelhantes, designadamente caneluras e aplicações plásticas circulares em relevo, alguns formando *efeito de pregaria*, motivos presentes também em vários fragmentos recolhidos nos destroços da *Nossa Senhora dos Mártires* (fig. 10 e fig. 12).

Importará referir também, que ainda hoje chegam à Europa, e no nosso caso em particular, a Portugal, potes *martabã* que são vendidos com grande regularidade por antiquários e comerciantes de arte. Porém, na realidade, nem todas as peças vendidas no mercado de antiguidades são, efectivamente, *antiguidades.* Isto é, a produção de potes baseada na tradição de fabrico de potes de Martabão previve na Birmânia e previve também o fabrico de peças com tecnologia semelhante um pouco por todo o Sudeste Asiático. Algumas das formas e decorações são perfeitamente coincidentes com as peças que conhe-cemos provenientes de contextos arqueológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não poderiamos deixar de aludir a uma questão que permanece ainda intimamente ligada aos *martabãs* e que se prende com a relação entre estes potes e as especiarias, persistindo ainda uma ideia colectiva de que estas peças tinham como função o transporte de especiarias durante as viagens marítimas entre a Ásia e a Europa. Não encontrámos provas arqueológicas nem documentais que suportem esta teoria, no entanto, são frequentemente classificados como *potes de transporte de especiarias*.

Apesar desta ligação atribuída a *martabãs* e especiarias, sabe-se que o transporte destes produtos se fazia recorrendo a várias formas de contentorização que não *martabãs*. Fazendo uma breve referência, apenas a título de exemplo, através da análise de documentos relativos à Feitoria de Antuérpia, existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT, Mf.7324 P.) é possível observar algumas listas de taxas alfandegárias a aplicar a produtos que aí passassem no final do século XVI e inícios de século XVII. Entre outras mercadorias, encontram-se taxadas várias especiarias, permitindo-nos conhecer a forma habitual como estes produtos eram embalados. De acordo com a documentação consultada, a maioria das cargas eram transportadas em contentores fabricados com materiais perecíveis e as diferentes formas de embalagem e acondicionamento dos produtos demonstram que não existia uma regra instituída. As cargas, de um modo geral, eram transportadas e acondicionadas em cestos, cestas, canastras, fardos, sacas, caixas e peças de tanoaria como barris, pipas e tonéis. Os produtos transportados no seu interior constituíam, também eles, um conjunto bastante vasto.

Se nos séculos XVI e XVII os potes *martabã* desempenhavam, de facto, funções de contentor, no século XX eles parecem estar associados a uma espécie de função ideológica. A representação que fazemos agora do objecto está ligada a uma época muito marcante da História portuguesa, ligada à Expansão ultramarina e ao comércio de especiarias. Contudo, uma questão que poderá estar relacionada com o *mito* que permanece, é a própria evolução do conceito de especiaria. Hoje em dia são sobretudo os produtos aromatizantes ligados à culinária que incluímos neste conjunto. Porém, historicamente, o termo *especiaria* era aplicado a um universo bastante mais lato, como produtos utilizados na culinária e na medicina, nos unguentos, cosméticos, corantes ou até mesmo à seda. Tradicionalmente, a palavra *especiaria* não era utilizada para designar produtos específicos utilizados em culinária, mas sim todos os produtos exóticos e com origens distantes (Flandrin, Montanari, 1998, p. 97). Se assim é, talvez os *martabãs* transportassem, de facto, *especiarias*, embora não o que, hoje em dia, consideramos como tal.

Não foi apenas ao nível do comércio que a chegada às terras das especiarias e gentes exóticas provocou impacto. Prova do que afirmamos foi a intensa produção literária que estes acontecimentos despoletaram. A revolução geográfica a que se assiste e a alteração das relações no mundo, conduziram à necessidade de dar a conhecer todas as transformações e o novo mundo que agora se mostrava. As primeiras visões do Oriente remetem-nos indubitavelmente para o exótico. Rela-

tos de homens como Tomé Pires e Duarte Barbosa, Fernão Lopes de Castanheda, Garcia da Orta, van Linschoten ou Pyrard de Laval dão-nos a conhecer um olhar antropológico e análises de cariz etnográfico de europeus face à Ásia, aos asiáticos, às suas práticas culturais, aos seus costumes e hábitos, descrevendo-nos uma realidade que se pretendia tão mais pormenorizada quanto possível. Não nos parece estranho que nessas narrativas, elementos do quotidiano dessas populações como são os *martabãs* não sejam deixados de fora e constituam, até, elementos que talvez pelo seu carácter identificativo dos novos espaços, mereçam alguma atenção por parte dos viajantes.

E se já desde o século XVI os viajantes europeus e portugueses dedicaram espaço nos seus relatos às produções de Martabão, em Portugal só há pouco tempo estes contentores recomeçaram a ser alvo de alguma atenção e os estudos acerca dos *martabãs* começam agora a dar os primeiros passos.

Existem ainda dúvidas no que se refere às quantidades de peças que chegariam a Portugal ou à Europa, persistem dúvidas sobre as suas funcionalidades durante as viagens marítimas, bem como quando já em terra, continuam as interrogações sobre o valor económico e simbólico destes potes. Por outro lado, continuamos sem saber concretamente quais os locais de produção e origem destes potes, tal como acontece com as suas cronologias.

Todavia, dar resposta a estas questões implicará não só futuras investigações de contextos de exumação em Portugal e na Europa, mas também o avanço das investigações arqueológicas nas regiões asiáticas onde estas peças seriam manufacturadas. Exigirá, necessariamente, um cruzamento mais abrangente dos resultados das investigações entre estes dois lados do mundo.

Importa sublinhar que com o trabalho que temos vindo a desenvolver não criámos um novo conceito de *martabã* uma vez que aquele que existe actualmente nos serve e é aplicável. Porém, o que nos levou a desenvolver este estudo que aqui apresentamos em forma de síntese, foi o facto desse mesmo conceito permanecer envolto em dúvidas e *ruídos*, *mitos* que é preciso *limpar*, questões às quais é necessário responder. Foi o que procurámos fazer ao clarificar as características do que consideramos um *martabã* e estreitar os limites do conceito actual, pouco específico e pouco elaborado (fig. 14).

Temos procurado re-equacionar o conceito de *martabã*, redefinindo-o teoricamente, moldando-o e clarificando-o, com o objectivo de o tornar mais aplicável de um ponto de vista formal e funcional, procurando conhecer o tipo de peças que podem ser classificadas como *martabã.* Embora tenhamos apresentado uma nova proposta, é possível que *martabã* permaneça relacionado com o anterior conceito, ainda que com uma nova perspectiva.

BIBLIOGRAFIA

AURET, C. e MAGGS, T. (1982) – The Great Ship São Bento: remains from a mid-sixteenth century Portuguese wreck on the Pondoland coast. *Annals of the Natal Museum.* Vol. 25 (1).

BLAKE, W. e FLECKER, M. (1994) – A preliminary survey of a South-East Asian wreck, Phu Quoc Island, Vietnam. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 23, Number 2. London and New York. Council for Nautical Archaeology.

BLAKE, W. e GREEN, J. (1986) – A mid-XVI century Portuguese wreck in the Seychelles. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 15, Number 1. London and New York. Council for Nautical Archaeology.

FLANDRIN, J. e MONTANARI, M. dir. (1998) – *História da alimentação.* 2 vol. Lisboa. Terramar.

GÓIS, D. (1749) – *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa. Na Officina de Miguel Manescal da Costa.

GREEN, J. N. (1986) – The Survey of the VOC *fluit Risdam* (1727), Malaysia. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration.* Volume 15, Number 2. London and New York. Council for Nautical Archaeology.

LAVAL, P. (1998) - *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611) contenant sa navigation aux Maldives, Moluques, & au Brésil; les divers accidens, aventures & dangers qui lui sont arrivés en ce voyage, tant en allant retournant, que pendant son séjour de dix ans en ce pays-là; avec un petit dictionnaire de la langue des Maldives; un traité des animaux & plantes des Indes; plus un bref avertissement & avis pour ceux qui entreprennent le voyage des Indes orientales*. Établissement du texte & notes de Xavier Castro. Paris. Chandeigne.

LINSCHOTEN, J. H. (1997) – *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas.* Edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

MACHADO, A. R. (pref.) (1946) – *Livro em que dá relação do que viu no Oriente Duarte Barbosa.* Lisboa: Agência Geral das Colónias.

MAGGS, T. (1984) – The Great Galleon São João: remains from a mid-sixteenth century wreck on the Natal South Coast. *Annals of the Natal Museum.* Vol. 26 (1).

Nossa Senhora dos Mártires: A última viagem (1998). Lisboa. Pavilhão de Portugal, Expo'98, Editorial Verbo.

PIJL-KETEL, C. L. (ed.) (1982) – *The Ceramic Load of the "Witte Leeuw" (1613).* Amsterdam. Rijksmuseum.

SIMÕES, S. (2009) – *Os potes* martabã – *contributo para o seu conhecimento*. Lisboa. Texto policopiado.

WILLOUGHBY, F. P. (1991) – The Martaban Jars. *INA Newsletter*, Volume 18 No.2.

FONTES MANUSCRITAS

Ministério dos Negócios Estrangeiros Feitoria Portuguesa de Antuérpia, ex.7, liv.6 (IANTT, MF 7324 P).

Ministério dos Negócios Estrangeiros Feitoria Portuguesa de Antuérpia, ex.8, liv.6 (IANTT, MF 7325 P).

Mandarim Chinês – Rua Augusta n.º 137 a 145. Processo S. 13488, IPA.

Projecto S. Julião da Barra – Relatório dos Trabalhos efectuados em 1994. CNANS.

CASTRO, F. (1999) – *SJB2 – Relatório dos Trabalhos efectuados em 1999.* College Station.

CASTRO, F. (1999) – *SJB2 – Relatório dos Trabalhos efectuados em 2000.* College Station.

DO ORIENTE PARA OCIDENTE: CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DA PORCELANA CHINESA NOS QUOTIDIANOS DE ÉPOCA MODERNA

ESTUDO DE TRÊS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DE LISBOA

JOSÉ PEDRO VINTÉM HENRIQUES

RESUMO Com base em três conjuntos de porcelana chinesa recuperados em escavações arqueológicas, procurámos trazer à discussão o papel desempenhado por este tipo de produções na cidade de Lisboa, recorrendo para tal à atribuição da funcionalidade que desempenhavam nos quotidianos dos séculoss. XVI, XVII e XVIII.

PALAVRAS-CHAVE **Cerâmica, porcelana chinesa, Lisboa, século XVI a XVIII**

1. INTRODUÇÃO

O aparecimento de porcelana chinesa nos contextos arqueológicos portugueses de Época Moderna revela-se uma constante, apesar disso, continua a não ter um papel de destaque na investigação arqueológica nacional, permanecendo sobretudo no domínio da História de Arte e do comércio de antiguidades.

Desta forma, entendemos que os objectos recuperados em contextos arqueológicos contribuem para uma leitura mais realista do papel que desempenham nesses quotidianos. Por não estarem sujeitos à artificialidade da formação de uma colecção privada, desfasada da contemporaneidade das peças que a constituem, permitem-nos um olhar mais acertado acerca do que chega a Portugal por via da Carreira da Índia.

Através da atribuição de cronologias e de centros produtores, pretendemos compreender a dinâmica comercial da porcelana na época em que começa a ser importada para a Europa analisando, ainda que de forma sumária, o papel dos portugueses no comércio deste produto.

Na totalidade do espólio estudado foi possível reconhecer um elevado número de peças com formas e produções muito distintas, distribuídas cronologicamente desde os inícios do século XVI até aos meados do século XVIII aquando da ocorrência do Terramoto de 1755.

2. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O conjunto estudado provem de três escavações arqueológicas realizadas na zona histórica da cidade de Lisboa.

A intervenção mais antiga é a que foi levada a cabo no Palácio do Conde de Penafiel, actual sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na Rua de S. Mamede, n.º 21, entre 1992 e 1993. Embora não exista o relatório dos trabalhos arqueológicos realizados, impossibilitando a compreensão do seu contexto, a importância e variedade do conjunto, actualmente em depósito no Museu da Cidade, levaram-nos a integrá-lo neste estudo.

Efectuada entre Outubro de 2004 e Maio de 2005, as escavações no edifício do Aljube em Lisboa, da responsabilidade do Dr. Clementino Amaro, colocaram a descoberto metade de um pátio quinhentista, abandonado nos finais desta centúria e colmatado com abundante espólio cerâmico, vítreo e faunístico, provavelmente na sequência de um grave surto de peste que ocorre na cidade de Lisboa na última década do século XVI, sendo por isso o contexto com datação mais circunscrita de que dispomos.

A escavação realizada na Rua de S. Mamede, n.º 5 A, também da responsabilidade do Dr. Clementino Amaro, efectuada na continuação do edifício do actual Museu

do Teatro Romano de Lisboa, permitiu a colocação a descoberto da estrutura do *postcaenium* em mais dois metros da sua extensão. A área intervencionada correspondia ao antigo espaço do Celeiro da Mitra que aí funcionou até ao terramoto de 1755, tendo sido posteriormente abandonado e colmatado com os entulhos provenientes da demolição e reconstrução da cidade de Lisboa. Deste contexto, foi possível recuperar algumas peças em porcelana chinesa, datadas de meados do século XVI até aos finais do século XVIII, a que também fazemos menção.

3. ESTUDO DE ESPÓLIO

A importação de porcelana chinesa pelos portugueses encontra-se documentalmente comprovada desde a primeira viagem à Índia realizada por Vasco da Gama. A partir dessa altura começa a desembarcar no reino português nas suas mais variadas formas e funcionalidades.

O comércio de porcelana sempre se mostrou muito intenso no sudeste asiático, tendo sido provavelmente nesses mercados que as primeiras peças foram adquiridas pelos navegadores portugueses, sobretudo até ao ano de 1511, data da conquista da cidade de Malaca. Esta cidade, importante entreposto comercial na região, passa a constituir a principal base de apoio à navegação portuguesa nos mares do sul da China, com a qual estabelece os primeiros contactos oficiais no ano de 1517.

No decurso deste estudo, identificámos um conjunto de peças em porcelana, datadas da transição do século XV para o século XVI, do reinado do imperador Zhengde (1506-1521). Trata-se de um conjunto de três pratos, três tigelas e uma caixa, todas com decoração a azul e branco, com excepção de um prato em porcelana branca, sem qualquer decoração.

Os pratos apresentam corpo feito em porcelana branca ou bege e vidrado com *craquelé*, com decorações típicas deste período, feitas com pinceladas fortes, sem contornos, com a representação de um *qilin* no centro do prato e decoração em arabescos na aba, idênticos a peças recuperadas no arquipélago das Filipinas, em Catalagan na ilha de Luzon, e na Fundação Baur, em Genebra (figs. 2 e 6) (Locsin e Locsin, 1970, p. 187; Crick, 2010, p. 275). As taças, apresentam decoração com peónias (fig. 1) e enrolamentos de lótus (fig. 3), afim às da Fundação Baur (Crick, 2010, p. 307, fig. 187 e p. 310, fig. 198) e de alguns exemplares recuperados no naufrágio do *Lena* (Goddio, 2002, p. 177, fig. 211), com excepção da taça de reduzidas dimensões que apresenta motivo fitomórfico não identificável, mas cujas características decorativas nos fazem integrá-la na mesma cronologia (fig. 5). A caixa, cuja forma não é possível determinar devido à exiguidade do fragmento, assenta num pé em forma de cabeça de elefante estilizada, em que a tromba serve de suporte, semelhante a caixa de forma circular, recuperada na ilha de Palawan, também nas Filipinas datada de finais do século XV e início do século XVI (fig. 10) (Locsin e Locsin, 1970, p. 189).

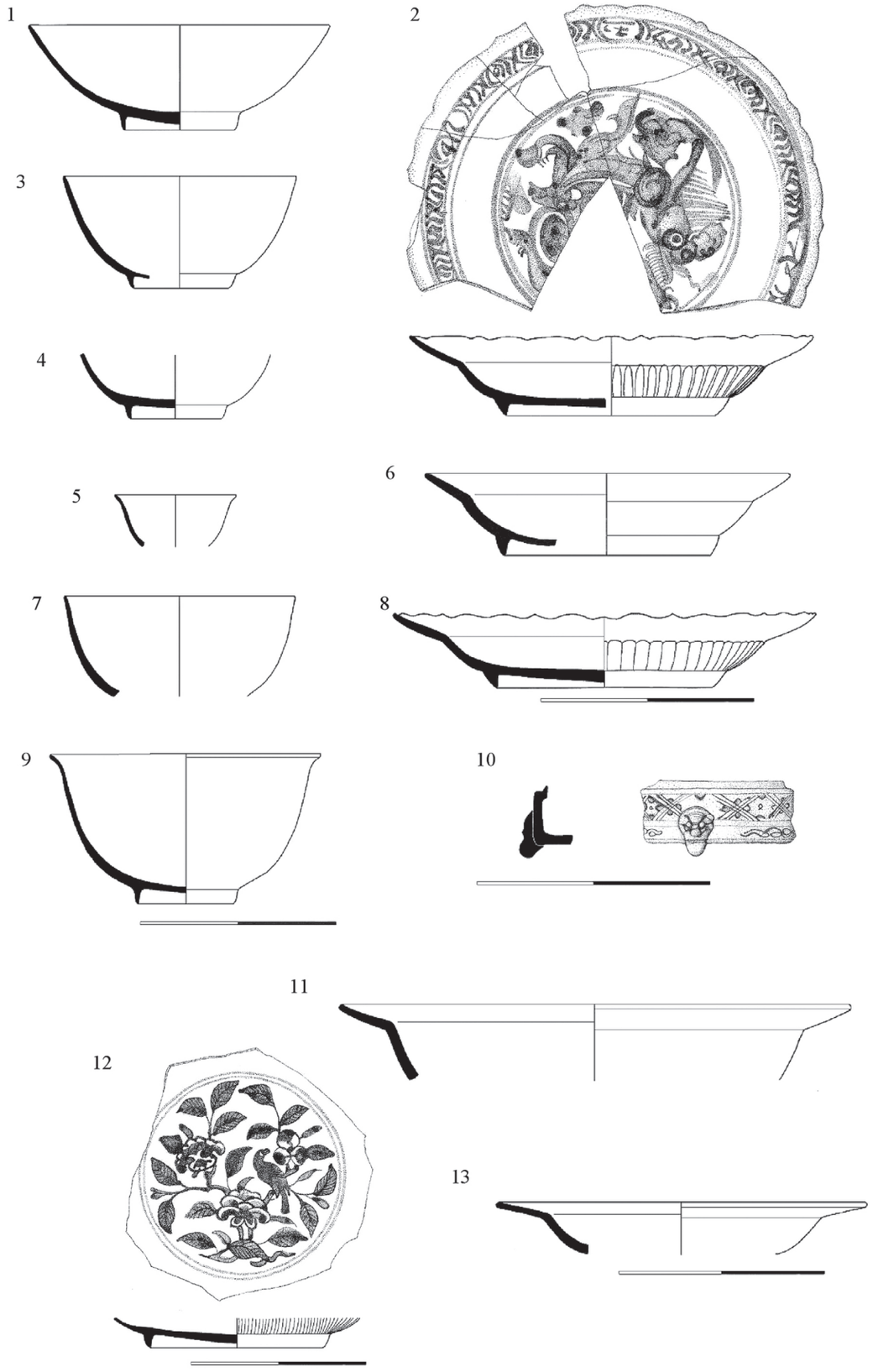
De facto, pudemos ainda identificar algumas peças com decorações semelhantes recuperadas no naufrágio do junco Lena, datado de finais do século XV (Goddio, 2002), justificando a sua precocidade, constituindo assim as mais antigas peças de porcelana chinesa identificadas até agora nos contextos arqueológicos nacionais.

O facto de nesta altura ainda não existir contacto directo entre os comerciantes portugueses e os portos da China, leva-nos a crer que a aquisição destas peças tenha sido realizada na cidade de Malaca ou nas diversas cidades comerciais do oceano Índico, ou do sudeste asiático, visto que se tratam de peças típicas de exportação para essas zonas, demonstrando assim a interferência dos portugueses nessas redes comerciais e que, salvo as excepções protagonizadas pelas peças de encomenda ligeiramente mais tardias, importavam para Lisboa os objectos que já circulavam nos mares do extremo oriente, aquando da sua chegada.

A baixa qualidade dos objectos acima enumerados, pode levar-nos a outras interpretações, sobretudo no que respeita ao seu consumo no local de chegada. De facto, a investigação sobre porcelana chinesa encontra-se muito ligada à História da Arte e ao comércio de antiguidades, que valorizam sobretudo os objectos de boa qualidade, associando-os a elites abastadas com capacidade para os adquirir, generalizando essa leitura para a realidade histórica, transformando desta forma a porcelana num elemento de distinção social.

Por outro lado, acreditamos que existia uma clara diferenciação entre as peças adquiridas pela família real e elites abastadas por um lado, e as que circulavam em maior número pelas classes sociais com capacidade económica inferior, mas que mesmo assim podiam adquirir alguns destes objectos exóticos.

Alguns autores, defendem que a quantidade de porcelana trazida para Portugal seria em escassa quantidade, com base nas listas alfandegárias, onde a maioria da carga correspondia a pimenta, estando os restantes artigos de luxo resumidos a uma percentagem reduzida do total, entre os quais se contam porcelanas, móveis e pedras preciosas (Santos, 2007, p. 55-56). No entanto, não devemos esquecer que os tripulantes das embarcações estavam autorizados a trazer e comerciar especiarias, como complemento do seu soldo.



ESTAMPA 1. Aljube (ALJ), figs. 1-8 e 10-13; Palácio do Conde de Penafiel (PCP), fig. 9.

Não estando a porcelana sujeita a monopólio régio, essas cargas particulares devem ter chegado ao reino sem um controlo efectivo da Casa da Índia, correspondendo provavelmente às peças mais abundantes nos contextos arqueológicos portugueses, normalmente de dimensões mais reduzidas e de qualidade inferior e por isso mais baratas, facilmente adquiridas e transportadas, e adaptáveis a uma utilização efectiva nos quotidianos da população de Lisboa, como as acima referidas, onde foi possível verificar a presença de marcas de uso através do desgaste do vidrado, sobretudo concentradas no fundo da superfície interna.

Devemos, no entanto, ter em conta a circulação de peças mais raras, de muito boa qualidade, que circulavam entre as classes mais abastadas. Exemplo disso são os pratos de grandes dimensões, datados do reinado do imperador Zhengde, existentes no tecto do Palácio de Santos, que chegou a ser residência real ao longo do século XVI, com cerca de 50 centímetros de diâmetro cada um (Lion-Goldschmidt, 1988, p. 16-18, figs. 12-17).

Uma das primeiras referências feitas à porcelana é da autoria de Gaspar Correia, que dá especial atenção às dimensões das peças de porcelana ofertadas ao rei D. Manuel. *"... huma panela de porcelana (com) cinquenta papos de almíscar, seis bacios de porcelana grandes como grandes gamelas, (...) e seis porcelanas couas, que quada huma leuaria dez canadas d'agoa..."* (Cit. por Dias, 1998, p. 438).

Outro exemplo documentado é a taça com inscrição em latim oferecida por Catarina de Áustria ao Núncio Papal Pompeo Zambeccari em 1554, actualmente no Museu Cívico de Bolonha (Antunes, 1998, p. 12). Como este, existem vários exemplos de peças com inscrições em latim ou insígnias, normalmente associadas a peças de boa qualidade e de maiores dimensões, exceptuando uma pequena taça, com a representação da Cruz de Cristo, recuperada nas intervenções arqueológicas do Largo do Chafariz de Dentro, em Lisboa.[1]

Também no casamento de Maria de Portugal e Alexandre Farnese em 1565, existe a referência à utilização de porcelanas como recipientes de ir à mesa (Santos, 2007, p. 57). Ou então, o caso das peças de porcelana de boa qualidade recuperadas durante as escavações do Convento de Santa Clara a Velha, um mosteiro de clarissas, geralmente vindas das principais famílias da nobreza (Santos, 2002).

Uma citação muito frequente nos principais estudos de porcelana é a de frei Bartolomeu dos Mártires, aquando da sua estadia na corte papal para a realização do Concilio de Trento em 1563. Esta é normalmente associada ao elevado valor social que a porcelana comporta, e não a uma atitude de recato e de contenção no aparato da Igreja, substituindo as pratas pela porcelana, que o Bispo de Braga através da sua intervenção, tentava amenizar, por estas serem igualmente dignas "por delicia e curiosidade" de príncipes e reis por toda a Europa (Cit. por Dias, 1998, p. 438).

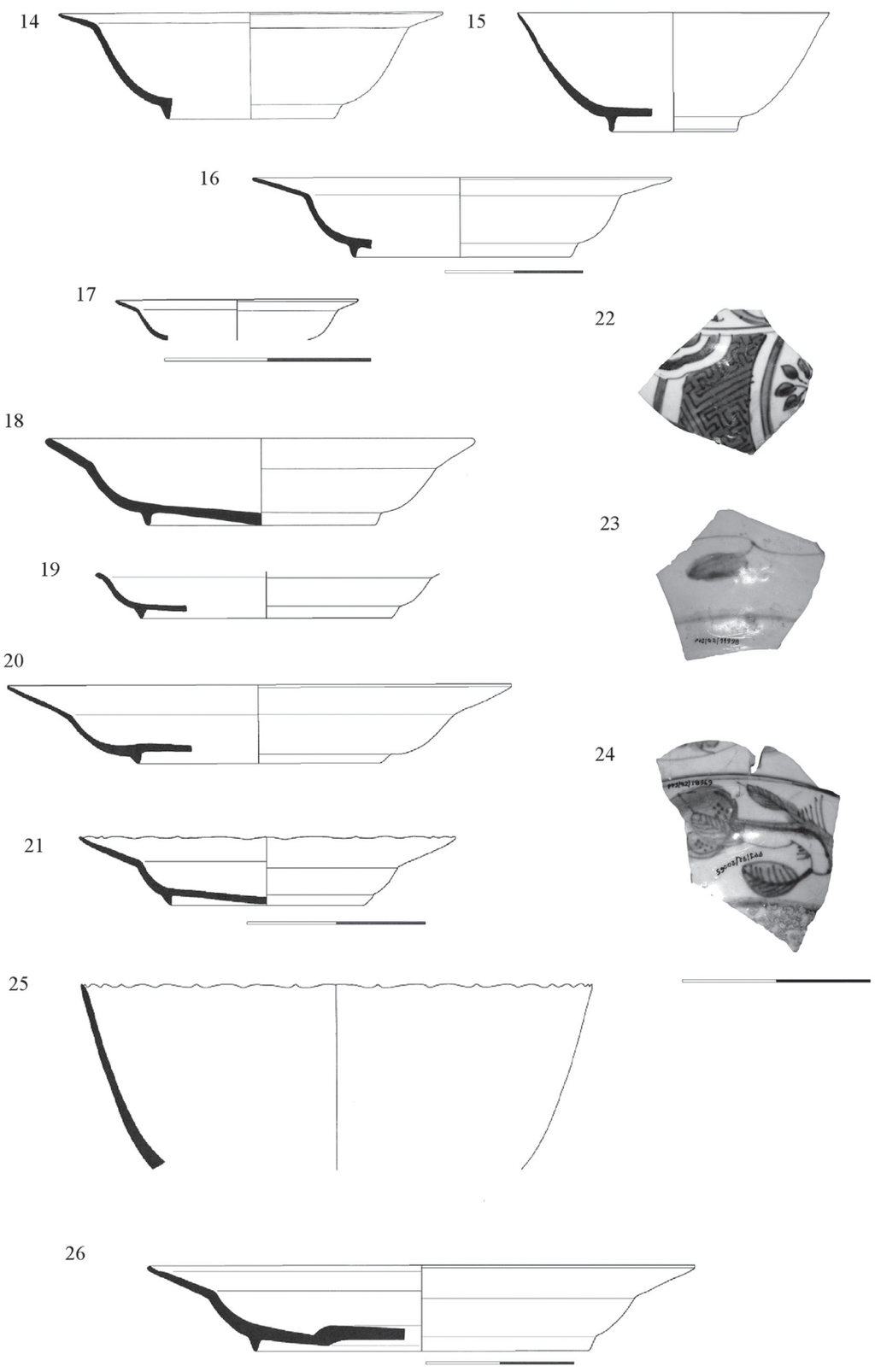
Desta forma, será plausível admitirmos, que desde o inicio do século XVI, existe uma clara diferença entre o tipo de peças adquiridas por classes sociais com maior poder de aquisição, raras nos contextos arqueológicos nacionais e aquelas, que devido às suas características mais modestas, seriam adquiridas em maior número por indivíduos com menor poder de compra, apresentando uma maior expressão nos contextos modernos de Lisboa, e que a ausência destas nas fontes documentais, não constitui um elemento comprovativo da sua ausência.

A partir de 1521, os portugueses estão proibidos de comerciar com a China, no entanto, estabelecem um comércio clandestino com base na cumplicidade das autoridades locais dos portos do sul da China, extremamente proveitoso para ambas as partes e que pouco afectou a importação de porcelana para Lisboa Em 1552, graças à pressão exercida pelas populações costeiras na corte imperial, esta proibição é levantada, tornando possível a fixação dos portugueses em Macau, que vai conhecer um fulgurante crescimento económico até à década de oitenta desta centúria.

Do espólio recuperado nas escavações arqueológicas do Aljube, foram ainda recuperados outros fragmentos de peças em porcelana, mais tardias que as anteriores, datadas do reinado do imperador Jiajing (1522-1566). No reinado deste imperador, a produção de porcelana conhece um franco desenvolvimento sobretudo na pintura e na qualidade das pastas, ganhando maior qualidade e definição dos desenhos. Este conjunto é formado por duas taças de reduzida dimensão e três pratos.

Uma das taças apresenta vidrado de cor amarelado, provavelmente produzida em fornos particulares onde o controlo da qualidade é menos cuidado, com desenhos feitos a traço esbatido, sem contorno, que mostra no interior decoração composta por paisagem com altos rochedos estilizados, ondas com jactos de espuma e nuvens, semelhante a peça recuperada no convento de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra (fig. 4) (Barreto, 2007, p. 28 fig. 14). O segundo exemplar apresenta decoração na superfície externa de vasos com ramos de peónias, que embora não tenhamos encontrado paralelo, a gramática decorativa apresenta claras afinidades com este período (fig. 7).

1. Informação apresentada na comunicação "O Largo do Chafariz de Dentro – Alfama em Época Moderna", durante a realização deste congresso.



ESTAMPA 2. Palácio do Conde de Penafiel (PCP), figs. 14-17 e 19-26; Rua de S. Mamede (RSM), fig. 18.

No conjunto dos pratos, um dos exemplares trata-se de um fundo com decoração de um pássaro entre folhagens, provavelmente ramos de peónias, para a qual não encontramos paralelos exactos (fig. 12). No entanto, as estrias que esta peça apresenta na superfície externa, tem claras afinidades com exemplar recuperado em Santa Clara-a-Velha, da mesma cronologia (Barreto, 2007, p. 27 fig. 12). Os restantes dois exemplares com bordo em aba, decorada com enrolamentos fitomórficos e entrecruzados desenhados sobre rectângulos azuis com quadrifólios inscritos, apresentam na superfície externa decoração de elementos fitomórficos em medalhões circulares, típicos dos meados do século XVI (figs. 11 e 13) (Barreto, 2007, p. 27 fig. 13).

Contemporâneas a estas, são as três taças recuperadas no Palácio dos Condes Penafiel (PCP), com os mesmos medalhões circulares. A taça com bordo em aba apresenta no interior desses medalhões um cavalo galopando entre chamas, similares a pratos da Colecção Amaral Cabral (fig. 14) (Matos, 1997, p. 72 a 74). O segundo exemplar apresenta decoração semelhante, mas constituída por elementos fitomórficos, para a qual não encontrámos paralelos decorativos (fig. 15), enquanto que o terceiro exemplar apresenta cartelas prismáticas, com os lados em forma de chaveta, decorada com paisagens no interior, e cercadura na superfície interna, abaixo do bordo, também com desenho de paisagens (fig. 25). A atribuição cronológica a este último exemplar é complicada, pois este tipo de peças mostra uma grande permanência temporal, como atestam os exemplares recuperados no junco Hatcher, naufragado entre 1643-46 (Sheaf e Kilburn, 1988, p. 59, fig. 79).

Da mesma época, é o prato também recuperado no PCP, com aba larga, onde figura decoração congénere à de um prato, com a mesma forma, do Palácio de Santos em Lisboa (fig. 16) (Lion-Goldsmith, 1984, p. 36, fig. 60).

Também do PCP, foi exumada uma taça, com pintura a azul de muito boa qualidade, com a representação de aves, voando entre um pessegueiro, apresentando no interior, um medalhão central com a representação de um pessegueiro com o tronco torcido em forma de caractér *shou*, integrável numa série de pratos do palácio Ardebil Shrine, com as mesmas características decorativas, datados de meados do século XVI (fig. 9) (Pope, 1956, Est. 80).

Foi também recuperado um prato de reduzidas dimensões com a característica decoração de paisagens aquáticas a preencher a caldeira da peça, para a qual se encontraram paralelos muito próximos, datados do terceiro quartel do século XVI, no convento de Santa Clara-a-Velha e na Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves (fig. 17) (Barreto, 2007, p. 30 fig. 18; Matos, 1996, p. 91).

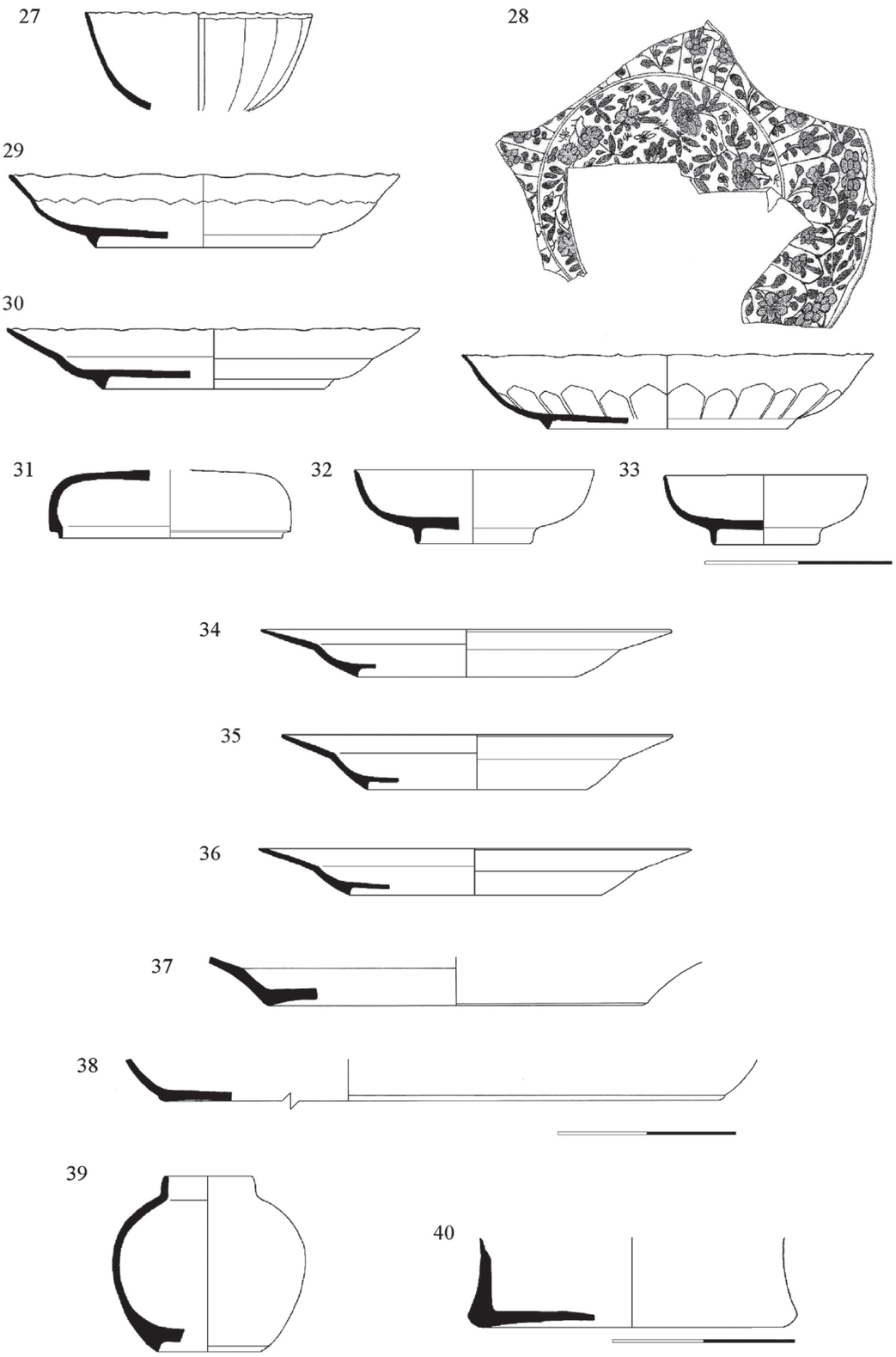
Dos finais do século XVI, na sequência das escavações realizadas na Rua de S. Mamede, foi exumado um prato com decoração dividida em cartelas, separadas por traço simples, original nas produções denominadas por *kraakporselein*, semelhante a vários exemplares existentes em diversas colecções museológicas nacionais (fig. 18) (Matos, 1996, p. 111 e 113). Também no PCP, foram recuperados dois pratos *kraakporselein*, neste caso com a separação das cartelas feita com motivos mais rebuscados, típicos dos inícios do século XVII (fig. 19 e 20) (Matos e Salgado, 2002, p. 71; Matos, 1996, p. 119) e um fragmento de pote (fig. 22) (Matos, 1996, p. 101).

Típica do reinado do imperador Wanli (1573-1619) a *kraakporselein* vai conhecer um grande sucesso nos Países-Baixos, sobretudo após o fecho dos portos portugueses, perpetrado por Filipe II, em 1595. A incorporação de Portugal no império Habsburgo, vai envolver o Estado da Índia nas suas rivalidades com a principal força naval do atlântico, a Holanda, que a partir de então se vai tornar no principal adversário comercial de Portugal no oriente.

Já em 1596 os holandeses têm em Bantam, no arquipélago indonésio, o seu principal entreposto comercial. Em 1602 a criação da Vereenigde Oostindische Compagnie (V.O.C.), vai iniciar o declínio da hegemonia portuguesa no comércio com a China. A transferência de Bantam para Fort Zeelandia, na Ilha Formosa em 1624 e a conquista de Malaca em 1641, vêm de uma vez por todas enfraquecer a posição de Macau como principal ponto de passagem dos produtos chineses para a Europa, situação da qual não voltará a recuperar.

Na realidade, foi possível verificar que a presença de *kraakporselein* nos conjuntos estudados não se mostra muito numerosa, facto a que não deve ser alheia a forte concorrência económica levada a cabo pela V.O.C. que neste período abastece todo o Norte da Europa com os produtos chineses.

No PCP, foi identificado um conjunto de peças, pertencentes a um tipo de produção totalmente diferente das que apresentamos até agora. Trata-se de três pratos comummente designados por porcelana de Zhangzhou, produzida no sul da China, na província de Fujian e na fronteira com a província de Guangdong. Caracterizam-se por apresentarem paredes grossas com corpo de cor bege ou cinza, com abundantes areias coladas no fundo das peças, cobertas por um vidrado espesso por vezes com *craquelé*, decorado normalmente a azul, pintado sem contornos com pinceladas vigorosas. Embora este tipo de porcelana seja exportado em grandes quantidades para o mercado



ESTAMPA 3. Palácio do Conde de Penafiel (PCP), figs. 27-36 e 39-40; Rua de S. Mamede (RSM), figs. 37 e 38.

asiático, algumas peças acabam por vir para a Europa. É normal surgirem peças que procuram imitar a decoração das produções de Jingdezhen, como o prato com decoração central com um par de gamos numa paisagem, similar a um exemplar do Palácio de Santos, datado dos finais do século XVI (Lion-Goldsmith, 1984, p. 40, fig. 68), ou já dos inícios do século XVII se atendermos aos exemplares recuperados do naufrágio da nau Nossa Senhora dos Mártires (fig. 21) (Coelho, 2008, p. 151-156). Os outros dois fragmentos pertencem a dois pratos de grandes dimensões, forma típica neste tipo de produção, datados do início do século XVII, onde as características referidas estão perfeitamente representadas (figs. 23 e 24) (Crick, 2010, p. 339).

No que respeita às produções do período de transição entre a dinastia Ming e a Qing (1620-1683), estas não foram identificadas nos contextos arqueológicos analisados, provavelmente devido à feroz concorrência da VOC neste período. Contudo, não é fácil fazer a distinção das peças do período de transição para aquelas que começam a ser produzidas já no início do reinado do imperador Kangxi (1662-1722), pois apresentam por vezes claras influências de épocas antecedentes.

Este imperador, considerado um grande protector das artes, vai ser responsável pela reconstrução da cidade de Jingdezhen, que a partir de 1683 volta a produzir largas quantidades de porcelana para o mercado externo, que até então era maioritariamente abastecido pela porcelana produzida nas províncias do sul da China e no Japão. A nomeação de Zang Yingxuan nesse ano, inaugura uma época de grande esplendor na produção de porcelana, que atinge a partir daí níveis de qualidade nunca antes conseguidos, contribuindo para o aumento das exportações e dinamização dos fornos privados. A partir desta época as formas produzidas adaptam-se cada vez mais ao gosto ocidental, deixando para trás as formas e decorações tipicamente chinesas.

No PCP, foi recuperado um conjunto de peças de origem japonesa, que atesta a importação deste tipo de porcelana para Lisboa. Terão sido provavelmente adquiridas através da V.O.C., ou nos mares do sul da China para onde eram exportadas, pois os portugueses estavam impedidos de comerciar com o Japão desde 1639, data da interdição de comerciar com Macau, após o massacre de Shimabara dois anos antes. A peça apresentada trata-se de um prato produzido nas oficinas de Arita, em porcelana muito branca de tom leitoso, decorada ao estilo *kakiemon*, com esmaltes de cor verde, amarelo, vermelho, ouro e azul, delimitados com finos traços a negro, pintados sobre um vidrado *nigoshide* muito característico destas produções. Apresenta paralelos decorativos e formais com uma peça datada de 1700 (Impey, 2002, p. 158). São geralmente fabricadas em moldes de madeira ou de barro para se conseguirem os bordos polilobulados que as caracterizam, sendo consideradas as mais refinadas produções de porcelana japonesa de exportação (fig. 62).

Contemporâneos desta são os dois pratos e uma taça de origem chinesa, igualmente produzidos em moldes de barro ou madeira, decorados com motivos fitomórficos em azul e branco, dispostos em cartelas polilobuladas em redor de um medalhão central, organização decorativa que terá antecedentes na decoração da *kraakporselein*. Impey refere que o tipo de decoração atípica destas peças se deve ao facto de serem destinadas ao mercado indiano e muçulmano, pelo que não será de estranhar a sua presença em Lisboa devido à forte presença portuguesa na Índia. Ao nível decorativo os paralelos mais próximos que encontrámos foram uma garrafa na Casa-Museu Guerra Junqueiro (Impey, 1992, p. 46). No entanto, foram recuperadas peças semelhantes de escavações arqueológicas em Macau, mostrando uma perfeita adaptação do gosto português às produções chinesas destinadas a outros mercados (figs. 27, 28 e 29).[2]

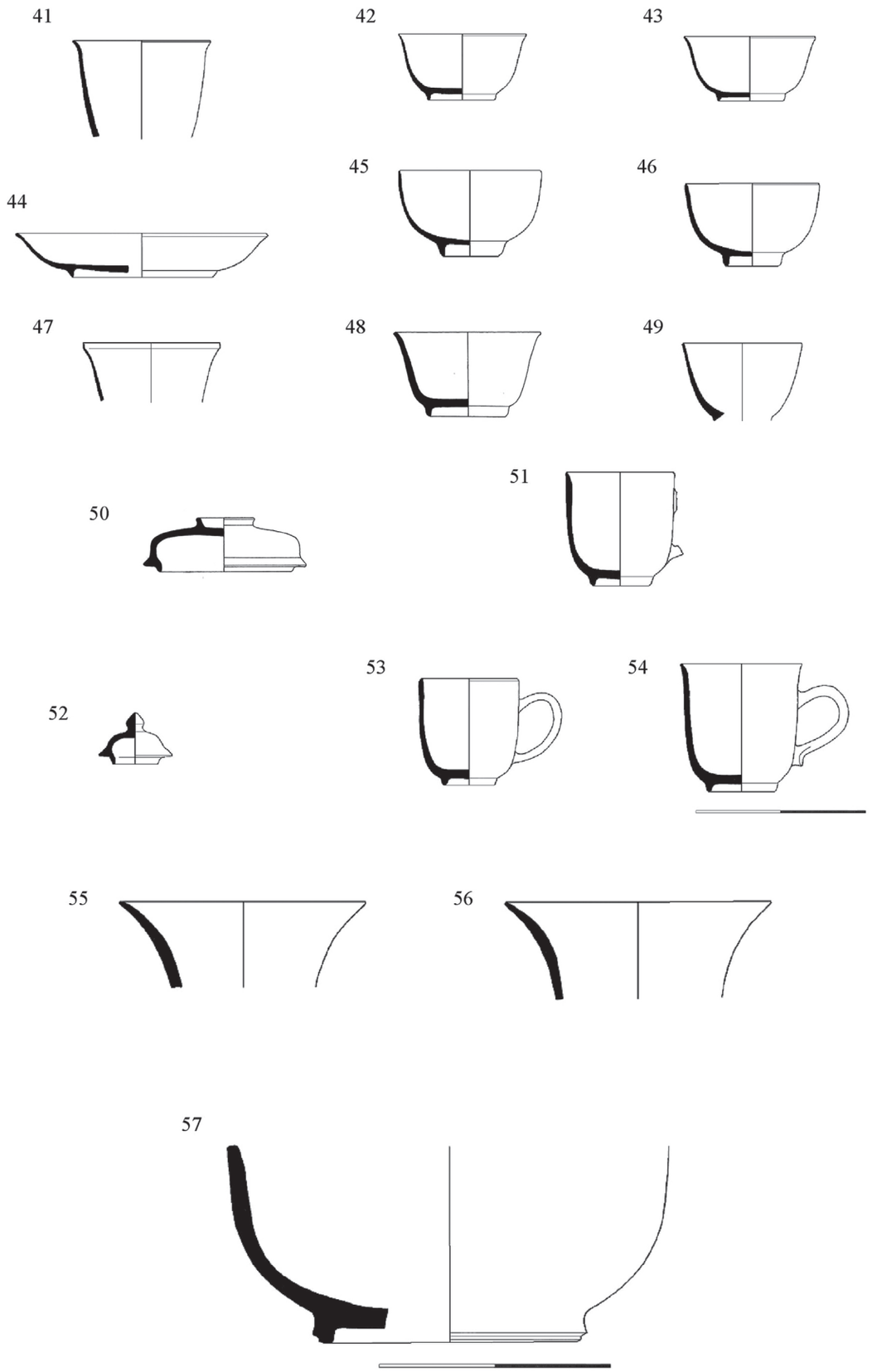
Também com a decoração disposta em cartelas na caldeira foi recuperado um prato raso com a representação de um cesto com um arranjo floral, no medalhão central, enquanto que nas cartelas figuram representações fitomórficas estilizadas (fig. 30). Apenas a organização decorativa nos permite atribuir uma cronologia dos finais do século XVII pelas semelhanças que apresenta com um prato publicado por Stephen Hartog e com um exemplar da Casa-Museu Guerra Junqueiro (Hartog, 1990, p. 60; Impey, 1992, p. 56).

O prato de grandes dimensões com fundo em ônfalo, apresenta forma bastante singular, para a qual não foi possível encontrar um paralelo formal. A aba é decorada com paisagens onde figuram indivíduos do sexo masculino e feminino, enquanto que o tardoz da peça apresenta representações fitomórficas de peónias e ramos de pessegueiro (fig. 26). A datação desta peça baseia-se apenas na decoração do medalhão central, com a representação de um banquete, semelhante às representadas num jarro de época Kangxi (Macintosh, 1986, p. 95).

Para a tampa de pote com decoração a azul com ramos e flores de pessegueiro a branco, encontramos um paralelo muito fiel na obra acima citada, datado de 1700 (1986, p. 96). Este tipo de peças desempenha funções sobretudo decorativas, como iremos ver mais adiante (fig. 31).

Também no PCP foram recuperadas várias taças de média dimensão, com a representação de peónias no

2. Informação apresentada na comunicação "Museu de Macau e o Território da Companhia de Jesus – Resultados e Integração dos Vestígios Arqueológicos", durante a realização deste congresso.



ESTAMPA 4. Palácio do Conde de Penafiel (PCP), figs. 41-47, 49 e 51-57; Rua de S. Mamede (RSM), figs. 48 e 50.

medalhão central, com paralelos muito próximos no Museu do Topkapi Saray datadas de meados a finais do século XVII (figs. 32 e 33) (Krahl, 1986, p. 973, fig. 2030, 2033 e 2034). As reduzidas dimensões destes exemplares levam-nos a crer que teriam funções de ir à mesa, contendo molhos ou outro alimento servido em pequenas porções.

Ao longo do século XVII, as encomendas europeias levam a produção de porcelana chinesa a tornar-se cada vez mais especializada neste mercado. No século XVIII, para além do advento das decorações policromas de exportação, como as denominadas família rosa e verde, surgem ainda decorações influenciadas pelas produções japonesas, como é o caso da paleta *imari*, e também peças esmaltadas a castanho Batávia, cada vez mais estilizadas e despojadas das características decorações chinesas.

No conjunto estudado foi possível identificar algumas formas específicas dos serviços de mesa, destinados ao mercado europeu. É o caso dos três pratos decorados em azul e branco do PCP. Um deles apresenta decoração muito preenchida de enrolamentos de peónias, semelhante a exemplares da Casa-Museu Guerra Junqueiro (fig. 35) (Impey, 1992, p. 53 e 55). Os dois restantes apresentam decorações fitomórficas esquemáticas que embora não tenhamos paralelos cronológicos, são integráveis na primeira metade do século XVIII (figs. 34 e 36).

As duas travessas decoradas a azul e branco apresentam afinidades decorativas com os serviços de mesa recuperados do navio *Gendermalsen*, naufragado em 1752 (figs. 37 e 38) (Sheaf e Kilburn, 1988, p. 98 e 127).

A presença de objectos relacionados com os serviços de chá, café e chocolate encontra-se bem atestado no conjunto do PCP, como chávenas com e sem asa lateral, pires, bules, taças e tampas de bule, onde convivem diferentes paletas decorativas.

A pequena tampa de bule, decorada a azul e branco, cuja decoração apresenta clara afinidade com uma peça congénere datada dos finais do século XVII (Martins. 2005, p. 111, fig. 14) constitui a peça mais antiga que identificámos, relacionada com o consumo de chá nestes contextos (fig. 52).

As chávenas que não apresentam asas laterais são imitações formais das utilizadas no oriente para beber chá. Dos sete exemplares apresentados, uma apresenta decoração a azul e branco onde são visíveis duas figuras femininas com vestes longas (fig. 42), e duas decoradas com esmaltes da família rosa, uma delas com a representação de elementos fitomórficos (fig. 47) e outra com a representação de um pássaro pousado num ramo (fig. 43), todas elas da primeira metade do século XVIII, atendendo às características decorativas.

Ligeiramente mais tardias são as duas chávenas decoradas em castanho Batávia, uma delas com a representação de paisagens aquáticas dentro de pequenas cartelas decoradas em azul e branco na superfície interna (fig. 48), semelhante às recuperadas no *Gendermalsen* (Sheaf e Kilburn, 1988, p. 146; Litzenburg, 2003, p. 50), e outra decorada com medalhões circulares em reserva na superfície externa, no interior dos quais se encontram paisagens aquáticas decoradas em azul e branco (fig. 49), ambas datadas de meados do século XVIII.

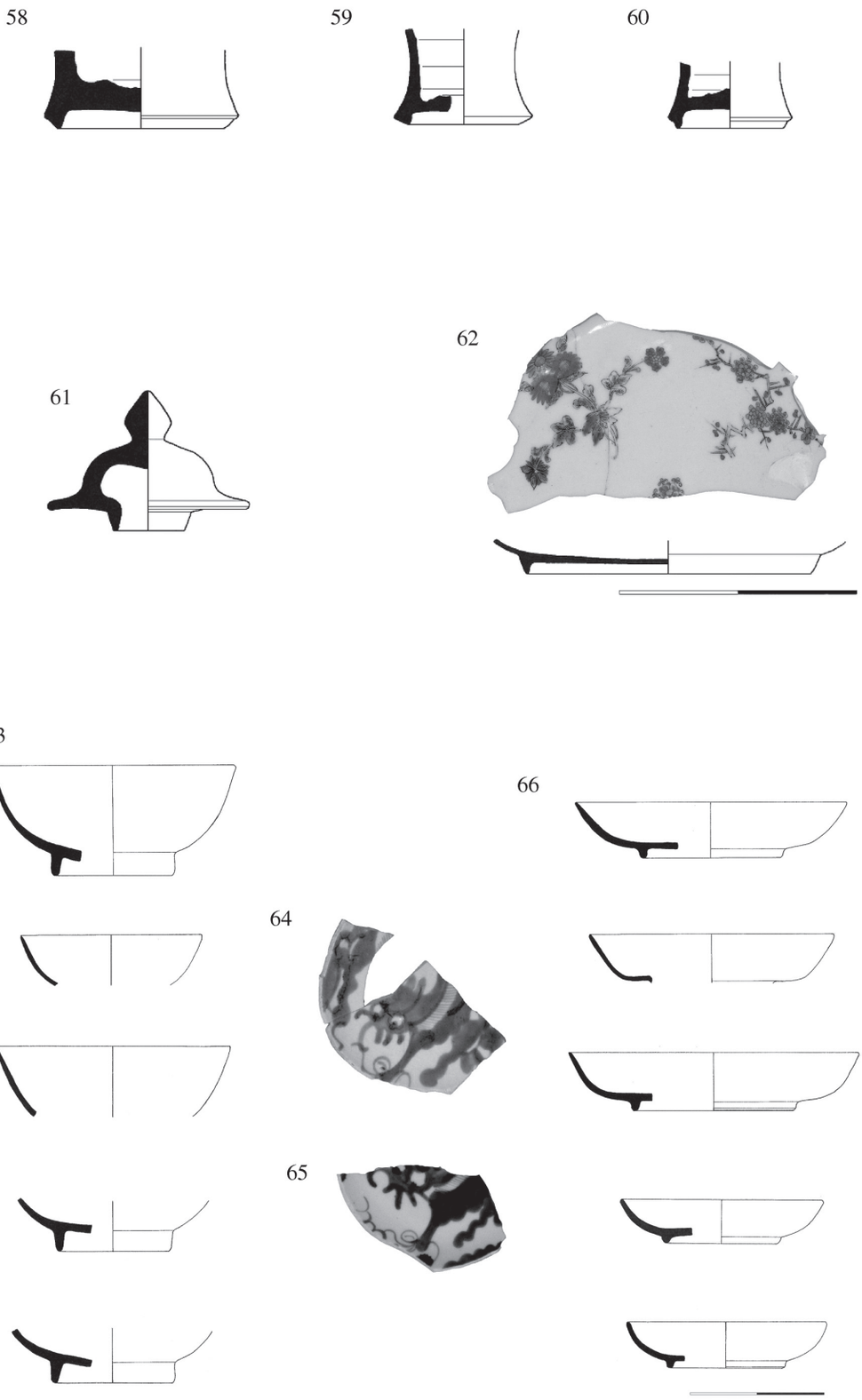
Decoradas na paleta *imari*, com esmaltes vermelho e ouro associados a pintura em azul e branco sob o vidrado, apresentamos mais duas chávenas em que a decoração se organiza em cartelas circulares ou em forma de cabeça de *ruy*, no interior das quais surgem representações de elementos fitomórficos, similares a pratos existentes nos Estados Unidos da América, produzidas ao longo da primeira metade do século XVIII (figs. 45 e 46) (Mudge, 1986, p. 116; Litzenburg, 2003, p. 76). Com decorações similares, apresentamos um bule ou pote globular (fig. 39), um pires (fig. 44) e uma pequena taça, provavelmente para conter açúcar (fig. 41), que nos parece pertencerem ao mesmo serviço.

No caso das chávenas com asa lateral, de clara influência europeia, foram recuperados três exemplares com decorações distintas. A primeira apresenta decoração fitomórfica, pintada com esmaltes da família rosa (fig. 51), semelhante à decoração de um bule datado do segundo quartel do século XVIII (Martins, 2005, p. 183, fig. 113). A segunda chávena é totalmente branca (fig. 53), não apresentando qualquer tipo de decoração, enquanto que a terceira, apresenta a superfície externa totalmente esmaltada a castanho, exceptuando duas cartelas em reserva com forma de folha, no interior das quais surgem pintadas flores estilizadas em esmaltes de cor rosa, verde e negro (fig. 54), temática esta comum à tampa de um pote recuperada na Rua de S. Mamede, que apresenta três folhas em reserva, pintadas com os mesmos motivos (fig. 50). Os paralelos encontrados datam estas peças dos meados do século XVIII (Litzenburg, 2003, p. 50).

A base de um pote em forma de balaústre, normalmente com funcionalidades decorativas, apresenta pintura em esmalte castanho e deverá tratar-se de uma peça com as mesmas características decorativas das anteriores, com cronologia semelhante (fig. 40).

Foram também identificadas algumas peças com funcionalidade decorativa. É o caso dos dois fragmentos de bordo de jarras (figs. 55 e 56), sem qualquer vestígio de pintura, o que inviabiliza uma datação acertada. Formalmente apresentam semelhanças com vários exemplares existentes na Casa-Museu Anastácio Gonçalves (Matos, 1996, p. 175).

Pertencentes a jarras ou a potes em forma de balaústre,



ESTAMPA 5. Palácio do Conde de Penafiel (PCP), figs. 58-62; Rua de S. Mamede (RSM), figs. 63-66.

identificámos três fundos, dois deles de dimensões mais reduzidas. Um dos fragmentos apresenta pintura a azul, vermelho e amarelo (fig. 60). Nos dois restantes a exiguidade dos fragmentos e o desgaste dos esmaltes não nos permitem perceber a decoração nem a aferição de cronologias seguras (figs. 58 e 59).

A tampa decorada com flores estilizadas pintadas em esmaltes da família rosa, deveria pertencer a um pote em forma de balaústre (fig. 61), à semelhança de algumas peças existentes na Casa-Museu Anastácio Gonçalves (Matos, 1996, p. 159).

O fundo de jarra ou de pote, apresenta igualmente decoração a azul e esmaltes policromos, que devido ao desgaste que apresenta não nos permite saber qual a paleta decorativa presente (fig. 57).

Trata-se de peças cronologicamente enquadráveis no século XVIII, utilizadas na decoração do mobiliário dos salões das classes abastadas. Todas elas foram recuperadas no PCP, onde provavelmente desempenhavam essa função.

O conjunto que de seguida apresentamos oferece características completamente distintas das até agora enumeradas. Todas as peças apresentadas foram recuperadas na escavação da Rua de S. Mamede, onde constituem quase metade de todos os fragmentos de porcelana exumados nessa escavação. Trata-se de produções do sul da China, da província de Fujian, realizadas em fornos privados, normalmente dirigidas para o mercado interno chinês. Apresentam decoração muito homogénea, pintada com traços vigorosos, onde a representação de um dragão a perseguir uma pérola em chamas se estende da superfície interna da peça, para a superfície externa onde figuram as patas traseiras e a cauda deste animal, levitando entre nuvens esquemáticas feitas com traços ondulados (figs. 64 e 65). O menor cuidado no controlo da cozedura deste tipo de produções gera grandes variações nos tons de azul, que pode ser escuro, claro, acinzentado, esverdeado e nalguns casos com tonalidades roxas, na qualidade das pastas, que podem ser em porcelana branca, cinzenta e nalguns casos de cor bege, assemelhando-se mais a grés porcelânico, bem como nos vidrados, que por vezes apresentam *craquelé*. Do ponto de vista formal apenas nos foi possível identificar dois tipos distintos com diferentes dimensões dentro de cada um deles: as tigelas hemisféricas, com pé anelar alto (fig. 63); e os pratos, com pé anelar baixo (fig. 66). Foram recuperadas peças similares a estas no naufrágio do *Gendermalsen*, em que os autores interpretam a sua presença como recordações trazidas pelos marinheiros, interpretação que devemos ter em conta (Sheaf e Kilburn, 1988, p. 148).

No entanto, o único paralelo que encontramos para estas peças é um prato existente no Museu Topkapi Saray, em Istambul, datado de meados do século XVIII (Krahl, 1986, p. 953, cat. 2611).

A presença de objectos destinados ao consumo interno chinês revela-se inédita nos contextos de época moderna na Europa, sobretudo numa altura em que a produção de porcelana chinesa já se encontrava completamente adaptada ao gosto ocidental. A fácil adaptação destas formas aos usos domésticos lisboetas e o grande número em que foram recuperadas, leva-nos a pensar que o seu consumo deva ser feito por classes sociais com menor capacidade económica, que adquiriam assim objectos que continuam a ser exóticos na sua forma e decoração, sendo igualmente mais asseados e limpos que as loiças vidradas ou as faianças.

Apenas a continuação do estudo deste tipo de porcelanas nos poderá trazer mais respostas acerca da sua utilização nos contextos setecentistas e perceber se a sua difusão se dá apenas na cidade de Lisboa, ou se é comum a outras cidades portuguesas.

4. CONCLUSÃO

O estudo destes três conjuntos visou a integração deste tipo de cerâmica de importação na sua vertente mais utilitária, procurando desta forma contribuir para a compreensão do papel desempenhado pela porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna, num quadro cronológico bastante abrangente.

Desta forma, foi-nos possível verificar a precocidade destas importações, e desmistificar a ideia da porcelana como um objecto de distinção social. Na verdade, foi possível fazer uma aproximação aos diferentes tipos de peças importadas e que tipo de população as adquire. O espólio recuperado no Palácio do Conde de Penafiel sugere algum cuidado na aquisição destas peças, sendo evidente não só a grande dimensão de algumas delas, como também o número e a variedade dos tipos recolhidos, comprovando a distinta posição social dos seus compradores.

No entanto, podemos admitir que a utilização de porcelana é muito mais transversal, não se fixando apenas em classes sociais abastadas. Também os indivíduos com menor poder de compra podiam possuir alguns objectos, de dimensões mais reduzidas e/ou em menor número.

A quase totalidade do conjunto tem a sua origem na China, e representa o tipo de porcelana importada para a Europa nas suas mais variadas formas, decorações e locais de produção. Contudo, foi possível identificar a presença de produções nipónicas, cronologicamente enquadradas num período em que as relações comerciais de Portugal com o Japão já tinham cessado.

A presença de produções provinciais para o mercado interno chinês também se verificou nos contextos arqueológicos de Lisboa, embora a função e dispersão deste tipo de cerâmica ainda não se encontre devidamente compreendida.

Torna-se assim indispensável aguardar por investigações futuras, que venham a dar resposta a estas questões, e levantar outras mais pertinentes.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C. e SANTOS, P. A. dos (2005) – *Acompanhamento arqueológico do Edifício do Aljube: Remodelação do R/C e Cave*. Relatório de escavação.

ANTUNES, M. S. L. (1998) – Caminhos da Porcelana. In *Caminhos da Porcelana: Dinastias Ming e Qing*. Lisboa Fundação Oriente. p. 11-15.

BARRETO, L. F. coord. (2007) – *Macau: O Primeiro Século de Um Porto Internacional.* Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.

CANEPA, T. (2006) – *Porcelana de Exportação de Zhangzhou: a porcelana conhecida por Swatow.* Lisboa; London: Jorge Welsh Books. Catálogo.

CARNEIRO, A. (2000) – *O Mundo Azul e Branco: Porcelana e Faiança da Casa do Brasil (Santarém)*. Casa do Brasil/ Casa Pedro Álvares Cabral: Comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Câmara Municipal de Santarém. p. 61-76.

COELHO, I. A. D. P. (2008) – *A Cerâmica Oriental da Carreira da Índia no Contexto da Carga de uma Nau – A Presumível Nossa Senhora dos Mártires.* Texto policopiado.

CRICK, M. (2010) – *Chinese trade ceramics for South-East Asia from the 1st to the 17th century: collection of Ambassador and Mrs Charles Müller*. Genève: 5 Continents; Milan: Fondation Baur, musée des arts d'Extrême- Orient. 415 p.

DIAS, P. (1998) – *História da Arte Portuguesa no Mundo. 1415--1822*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 1 *O espaço do Atlântico*. 551 p.

GODDIO, F. (2002) – *Lost at Sea: The strange route of the Lena Shoal junk.* London: Periplus. 288 p.

GOMES, R. V. e GOMES, M. V. (1996) – Cerâmicas Vidradas e Esmaltadas, dos séculos XIV a XVI do Poço-Cisterna de Silves. *Xelb*. Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. 3, p. 143-205.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1998) – Cerâmicas dos séculos XV a XVIII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Câmara Municipal de Tondela, p. 315-348.

GONÇALVES, J. L. M. e CARVALHO, E. (2006) – Convento dos Dominicanos da Serra de Montejunto (Cadaval). *Actas do 3.º Seminário do Património da Região Oeste*. Câmara Municipal do Cadaval e Associação Património Histórico, p. 67-78.

HARTOG, S. (1990) – *Pronken met Oosters porselein. Ts'ai hui tz'u ch'i.* Zwolle: Waanders. 153 p.

IMPEY, O. R. (1992) – *Cerâmica do Extremo Oriente. Casa--Museu Guerra Junqueiro.* Porto: Câmara Municipal. Divisão de Museus. 89 p.

IMPEY, O. R. (2002) – *Japonese export porcelain: catalogue of the Ashmolean Museum.* Oxford. Amsterdam: Hotei Publishing. 263 p.

KASSEL, S. K. (1990) – *Porzellan aus China und Japan: die Porzellangalerie der Landgrafen von Hessen-Kassel.* Berlin: D. Reimer. 588 p.

KRAHL, R. e AYERS, J. (1986) – *Chinese Ceramics in the Topkapi Saray Museum. Istambul: a complete catalogue. London: Sotheby's Publications.* Vol. III. Qing Dinasty Porcelains, p. 905-1381.

LEITE, J. R. T. (1986) – *As Companhias das Indias e a porcelana chinesa de encomenda.* Salvador: Fundação Cultural da Bahia. 256 p.

LION-GOLDSCHMIDT, D. (1984) – *Les porcelaines chinoises du palais de Santos. Arts asiatiques*. Paris. 39. p. 5-72.

LITZENBURG, T. e BAILEY, A. T. (2003) – *Chinese export porcelain in the Reeves Center Collection at Washington and Lee University.* London: Third Millennium Publishing. 288 p.

LOCSIN, L e LOCSIN, C. (1970) – *Oriental ceramics discoverd in the Philippines.* Tokyo : Charles E. Tuttle. 249 p.

MACINTOSH, D. (1986) – *Chinese blue & white porcelain.* London: Bamboo Publishing. 181 p.

MARTINS, M. M. d'O. coord. (2005) – *O Chá da China: Uma Colecção Particular.* Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau. 278 p. Catálogo.

MATOS, M. A. P. de (1996) – *A casa das porcelanas: cerâmica chinesa da Casa - Museu Dr. Anastácio Gonçalves.* Lisboa: IPM. 287 p. Catálogo.

MATOS, M. A. P. de (1997) – *Azul e Branco da China. Porcelana ao Tempo dos Descobrimentos: Colecção Amaral Cabral.* Lisboa: Instituto Português de Museus. 194 p. Catálogo.

MATOS, M. A. P. de e SALGADO, M. (2002) – *Porcelana chinesa da Fundação Carmona e Costa.* Lisboa: Assírio e Alvim. 181 p. Catálogo.

MUDGE, J. M. (1986) – *Chinese export porcelain in North America.* New York: C.N. Potter. 300 p.

POPE, J. A. (1956) – *Chinese porcelains from the Ardebil Shrine.* Washington: Freer Gallery of Art. 194 p.

SANTOS, A. V. (2007) – *Portugal na porcelana da China: 500 anos de comércio.* Lisboa: Artemágica. Vol. I. 259 p.

SANTOS, P. C. (2002) – As porcelanas da China no velho mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. *Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente. 3. p. 53-59.

SHEAF, C. e KILBURN, R. (1988) – *The Hatcher porcelain cargoes : the complete record.* Oxford: Phaidon. 192 p.

TROUSSELLE, Y. (2008) – *La voie du Imari: l'aventure des porcelaines à l'époque Edo.* Paris : CNRS. 227 p.

PORCELANA CHINESA EM SALVADOR DA BAHIA (SÉCULOS XVI A XVIII)[1]

CARLOS ETCHEVARNE Universidade Federal da Bahia
JOÃO PEDRO GOMES CEAUCP

RESUMO Escavações efetuadas na atual Praça da Sé permitiram a descoberta de um conjunto de material cerâmico cuja análise permite formular algumas considerações sobre o quotidiano da capital da colônia portuguesa do Brasil.
O espaço da Sé, local privilegiado de representação do poder religioso e de suas relações com a administração e a elite colonial, refletia e reproduzida a ordem social estamental estabelecida, à semelhança da metrópole, sendo, inclusive, a distribuição dos sepultamentos, encontrados nas áreas interna e externa da igreja, vestígios dessa estrutura hierárquica.
O adro da igreja, formado através da acumulação de resíduos urbanos, domésticos e construtivos, provenientes do casario envolvente foi igualmente escavado, possibilitando a coleta de um significativo grupo de porcelana chinesa, testemunho do consumo de determinados grupos sociais, seus gostos e tendências, no entanto, adaptados às condições específicas da sua situação como habitantes de colônia.

PALAVRAS-CHAVE Salvador da Bahia, séculos XVI-XVIII, porcelana chinesa

Durante as escavações arqueológicas realizadas na Praça da Sé de Salvador de Bahia, especialmente no adro da igreja, entre milhares de fragmentos de cerâmica comum e vidrada portuguesa, faiança portuguesa, espanhola, italiana e holandesa, foram recolhidos também 420 fragmentos de porcelana chinesa, cronologicamente enquadráveis entre meados do século XVI e meados do século XVIII.

Nesse universo restrito podem ser efetuadas algumas considerações derivadas do número absoluto, do percentual, do período e dos motivos decorativos. Assim, 73 fragmentos apresentam decoração azul sobre pasta branca e que, através de comparações e análise decorativa foram definidos como produções da dinastia Ming, maioritariamente dos reinados de *Jiajing* (1521--1566) e *Wanli* (1572-1620): 3 fragmentos são, seguramente, produções do reinado do imperador *Jiajing* e 35 de porcelana *Kraak*, produzida durante o reinado do imperador *Wanli*. Dos restantes 35 não foi ainda possível definir com maior precisão o período de produção, sendo que o tratamento decorativo de 13 fragmentos apontam para uma produção de finais da dinastia *Ming* ou posteriores a esta

Foram identificados 171 fragmentos cuja produção estará associada à instalação de uma nova dinastia no território chinês: a dinastia *Qing*. 61 fragmentos apresentam características morfológicas e decorativas específicas: tratam-se de fragmentos de pasta grosseira, porosa, de tom cinza clara, com decoração a azul cinza de traço fino com preenchimento a aguadas mais claras, produções normalmente associadas aos fornos de *Zhangzhou* e denominadas porcelanas *Swatow* ou "Zhangzhou ware" (Matos, 2002) . Em Salvador, no Museu Náutico da Bahia, estão expostos alguns exemplares semelhantes aos recolhidos na Praça da Sé, provenientes da nau Nossa Senhora do Rosário e Santo André, naufragada na Bahia de Todos os Santos em 1737, vinda de Goa.

Por outro lado, 40 fragmentos ostentam pintura de composições florais a vermelho, azul e dourado características de produções da dinastia do imperador *Kangxi* (1661-1722), de inspiração nas gramáticas decorativas japonesas imari (idem). As que ostentam vidrado exterior de tons castanhos, aliado a apontamentos florais a azul e vermelho (21 fragmentos) foram identificados como produções do reinado de *Yongzheng* (1723-1735) e encontram correspondente também em fragmentos da nau Nossa Senhora do Rosário e Santo André.

De 48 fragmentos a informação macroscópica não foi suficiente para ter uma maior certeza cronológica da sua produção. Cabe registrar, ademais, os 163 fragmentos que, pelo seu diminuto tamanho ou pela

1. A inexistência de ilustrações das tipologias cerâmicas enunciadas neste artigo prende-se com a total perda do registo fotográfico destas e à impossibilidade, até à data de entrega, de proceder a novo registo.

impossibilidade de identificação da sua decoração, não foram datados.

No que respeita às formas passíveis de serem identificadas, sem reservas, 5 fragmentos são de tampas, 100 de pratos, 97 de tigelas ou taças e dos restantes 218 fragmentos não houve como inferir a morfologia.

O contexto urbano de onde estes fragmentos foram exumados, como explicitado atrás, leva a crer que estamos perante o resultado do descarte de habitantes cujos recursos permitiam adquirir peças de porcelana. Estas, tal como em Portugal e na Europa do século XVI, possuíam um valor social acrescido (Torres, 1994, p. 119) ao seu valor monetário, que não seria baixo: alguns inventários *post-mortem* da região de São Paulo do século XVII avaliam peças de porcelana chinesa num mínimo de 160 réis e um máximo de 480 réis (Brancante, 1981, p. 283) por peça. Desta forma, terão se constituído como peças de excelência e intencionalmente distintivas do poder económico, político e social dos seus possuidores.

Se para o espaço metropolitano não rareiam os exemplos (a nível documental) da posse e utilização de porcelana pelos altos segmentos da sociedade[2], para os territórios coloniais os exemplos são escassos: além das referências em inventários paulistas, conhecemos os comentários de Fernão Cardim, entre 1583 e 1590, na sua viagem ao Brasil acompanhando o padre Provincial Sebastião de Morais, quando em visita a uma aldeia indígena são visitados por "uma índia vestida como elas costumam, com uma porcelana da Índia, cheia de queijadinhas de açúcar, com um grande púcaro de água fria" (Cardim, 1997, p. 228) ou quando foram presenteados com um banquete por um sacerdote, onde foram "servidos de várias iguarias com todo bom serviço de porcelanas da Índia e prata" (Cardim, 1997, p. 232) ou pelo feitor de Garcia d'Ávila, "providos de tudo o necessário com toda a limpeza de porcelanas e prata" (Cardim, 1997, p. 239).

Associada a indivíduos de posses, os exemplos que aqui se apresentam para o último quartel do século XVI evidenciam a existência de vias de circulação de bens de luxo fora dos circuitos comerciais que ligavam os centros produtores de porcelana a Lisboa: até meados do século XVII, as escalas de embarcações, saídas de Goa, em Salvador, eram maioritariamente ilegais e clandestinas (Russel-Wood, 2001, p. 17), aportando apenas nesta cidade sob autorização real, como no caso da nau de António de Mello e Castro, Vice-rei da Índia, que aportou em Salvador em Dezembro de 1667 e só retomando viagem para Lisboa em Abril de 1668, por estar demasiado danificada. Seria nestas raras paragens de naus da Carreira da Índia na cidade que entrariam nos circuitos comerciais algumas quantidades de porcelanas.

Seria anos mais tarde, em 1672, que, através de uma provisão ratificada em 1692, se iria legalizar e intensificar a aportamento de embarcações da Carreira da Índia na capital do Estado do Brasil, permitindo um maior fluxo de mercadorias na cidade, cuja venda seria legalizada e regulada em 1734, através de uma resolução régia (Russel-Wood, 2001, p. 19).

Os factos que aqui apontamos dialogam com os dados recolhidos da análise dos fragmentos de porcelana: os 73 fragmentos de produções dos últimos reinados *Ming* comprovam a circulação restrita deste produto na sociedade colonial, ao contrário do que aconteceria com as produções de finais do século XVII e inícios do século XVIII, mais numerosas e com paralelos achados em contexto "comercial" na mesma cidade, como o da nau Nossa Senhora do Rosário e Santo André.

É necessário que se tomem estas correlações entre factos históricos e os achados com as devidas reservas: falamos de contextos arqueológicos remexidos e que, estratigraficamente, não garantem cronologias relativas aos vestígios recolhidos. No entanto, e como referido no início, a Praça da Sé se constitui, paradoxalmente, como um lugar de enterramentos e de descarte de lixos urbanos, estes resultantes dos quarteirões próximos onde habitavam famílias de médio e alto poder económico. Estudos incidindo sobre a faiança portuguesa recolhida durante as escavações demonstrou que, a par das proibições levantadas pela Câmara da cidade ao descarte de lixo nessa área, os fragmentos de faiança recolhidos estão relacionados, em maior número, com produções da primeira metade do século XVII, sendo que as produções da segunda metade são em muito menor número, apesar dos registos de envio mais ou menos regular de pequenas quantidades de faiança durante as décadas de 80 e 90 de seiscentos (Leão, 1999). Assim, as proibições teriam, de alguma forma, condicionado o descarte de lixo nesta área a partir de meados do século XVII, levando a crer que o número de fragmentos de porcelana recolhidos não sejam reveladores da verdadeira circulação destes bens no quotidiano da cidade, que iniciava o seu período de ouro nesta metade do século (Vasconcelos, 1997). São, ainda assim, reveladores de hábitos de consumo de produtos de luxo/ostentação, característicos da sociedade colonial brasílica, diretamente decalcada do modelo social metropolitano.

2. Lembre-se o caso de Frei Bartolomeu dos Mártires no jantar com o Papa Pio IV (Calado, 2003, p. 7) ou de D. Constantino, Vice-Rei da Índia e tio de D. Maria de Portugal, e seu banquete em honra desta (Bertini, 1995).

BIBLIOGRAFIA

BRANCANTE, E. (1981) – *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo. (S. n).

CARDIM, F. (1997) – *Tratados da terra e gente do Brasil*, transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

LEÃO, M. (1999) – *A cerâmica em Vila Nova de Gaia,* Vila Nova de Gaia. Fundação Manuel Leão.

MATOS, M. A. P. (2002) – A *Casa das Porcelanas*. Cerâmica Chinesa da *Casa*-Museu Dr. *Anastácio* Gonçalves. Lisboa. IPM.

RUSSELL-WOOD, A. (2001) – Prefácio. FRAGOSO, J. e BICALHO, M.F.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.) – *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVIX-XVIII)*, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

TORRES, J. V. – Da Repressão à Promoção Social*, in Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, Outubro de 1994, p. 119.

VASCONCELOS, P. de A. (1997) – A 'Idade de Ouro' de Salvador. *Revista Território.* Rio de Janeiro. Revista do Laboratório de Gestão do Território – UFRJ, 1 (2).

FAIANÇA PORTUGUESA

CENTROS PRODUTORES, MATÉRIAS, TÉCNICAS DE FABRICO E CRITÉRIOS DE DISTINÇÃO

LUÍS SEBASTIAN **Doutorado em História com Especialização em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Membro integrado do Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve. luispereirasebastian@gmail.com**

RESUMO Recorrendo à documentação coeva disponível, paralelos etnográficos e análise de vestígios arqueológicos de contextos de produção e de consumo, procurou-se definir o que é faiança; quando, onde e como se deu o início do seu fabrico em território português; quais os centros oleiros que, anteriores à reforma pombalina, foram responsáveis pela sua produção durante os séculos XVI, XVII e XVIII; quais as matérias-primas e técnicas de produção envolvidas no seu fabrico, procurando isolar características diferenciadoras que permitam identificar as produções de cada centro oleiro.
Da investigação realizada entre 1998 e 2010, situou-se a génese do fabrico de faiança em Portugal nos inícios do século XVI, com profunda renovação nos meados dessa centúria, identificando-se de forma segura unicamente três centros oleiros anteriores à reforma pombalina – Lisboa, Coimbra e Vila Nova (Gaia). Por fim, determinou-se ser possível distinguir as produções de cada centro oleiro através das suas características macroscópicas, considerando as opções ao nível das pastas, esmaltes, pintura – tintas e técnica –, formas e decorações, ao qual se juntam as técnicas de separação empregues durante a cozedura de vidragem.

PALAVRAS-CHAVE **Portugal, faiança, início de produção, técnicas de produção, centros produtores, distinção entre centros produtores**

1. INTRODUÇÃO

Beneficiando da realização do encontro "Velhos e Novos Mundos – Congresso Internacional de Arqueologia Moderna" na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, organizado pelo Centro de História de Além-Mar (CHAM) e decorrido entre os dias 6 e 9 de Abril de 2011, aproveitamos então a oportunidade para apresentar as conclusões do trabalho de investigação que realizamos no âmbito da nossa tese de Doutoramento, intitulada "A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)", defendida na mesma faculdade em 18 de Fevereiro de 2011[1].
O trabalho então realizado teve como principais questões a responder:
· Determinação do momento exacto em que se deu o início da produção de faiança em território português.
· Identificação dos centros oleiros responsáveis pela produção de faiança em Portugal durante os séculos XVI, XVII e XVIII (olarias pré-reforma pombalina)
· Identificação dos métodos de fabrico:
  · Que matérias-primas e sua origem.
  · Técnicas de transformação.
  · Utensílios, estruturas, espaços e organização de produção.

E teve como objectivos:
· Contribuir directamente para a definição de critérios que permitam distinguir as produções dos diferentes centros oleiros de faiança portuguesa.
· Contribuir indirectamente para a futura constituição de um quadro tipológico de faiança portuguesa:
  · Centros produtores.
  · Cronologias.
  · Formas.
  · Decorações.
  · Influências.

Como fontes consideramos tanto as fontes escritas como as materiais. Dentro das fontes escritas consideramos a bibliografia nacional e estrangeira disponível e a documentação coeva, alargando esta a períodos

1. Tese de Doutoramento em História com Especialização em Arqueologia, intitulada "A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)", orientada pela Professora Doutora Rosa Varela Gomes. Apesar de defendida em 18 de Fevereiro de 2011, o trabalho ficou concluído e entregue em Julho de 2010, pelo que o seu conteúdo remete a essa data. Desde então novos vestígios arqueológicos de produção de faiança surgiram em território nacional, que por esse motivo não se encontram aqui incluídos.

mais recentes sempre que se referisse a práticas com paralelismo directo ao universo em estudo. Dentro das fontes materiais consideramos:

· Vestígios arqueológicos de produção de faiança.
· Colecções museológicas, privadas e arqueológicas.
· Análise comparativa com paralelos etnográficos.

A metodologia definida para o trabalho considerou:

· Identificação e leitura crítica do conjunto de bibliografia produzida por mais de 100 anos de investigação sobre faiança portuguesa.
· Identificação, transcrição e análise de toda a documentação já publicada com relação directa ou indirecta com o tema da faiança portuguesa.
· Identificação e análise de todos os vestígios arqueológicos de produção disponíveis.
· Identificação e análise comparativa de grandes colecções de faiança portuguesa.
· Registo e estudo da última olaria tradicional de faiança portuguesa: *Sociedade de Cerâmica Antiga de Coimbra*[2].

Dentro dos vestígios arqueológicos de produção de faiança em território nacional tiveram destaque:

· Barreiro.
  · Mata da Machada[3].
· Lisboa.
  · Largo de Jesus (Santos, 2005)[4].
  · Rua de Buenos Aires[5].

Coimbra.
  · Garagem Avenida[6].
  · Largo das Olarias[7].

Vila Nova de Gaia.
  · Casa Ramos Pinto[8].

A par das grandes colecções museológicas de faiança como as do Museu da Cidade de Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa), Museu Nacional de Soares dos Reis (Porto), Casa Museu Guerra Junqueiro (Porto) ou Museu Nacional de Machado de Castro (Coimbra), tiveram particular importância as colecções arqueológicas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra[9], da Casa do Infante no Porto e, especialmente, do Mosteiro de S. João de Tarouca[10].

2. RESULTADOS[11]

2.1 O início da produção de faiança em território português

A determinação do momento em que se terá dado o início da produção de faiança em território português esbarra, antes de mais, na imprecisão do próprio conceito de "faiança". Tendo-se assumido no trabalho realizado incluir na categoria de faiança toda a cerâmica recoberta de vidrado de chumbo opacificado pela adição de óxido de estanho, por regra aplicado sobre pastas calcárias, somos forçados a considerar a produção de faiança em Portugal como iniciada nos inícios da centúria de quinhentos. Os vestígios arqueológicos do forno da Mata da Machada, no Barreiro, assim o impõem, ainda que a documentação coeva não o espelhe.

A ambiguidade que encontramos na documentação no que se refere à produção e consumo de faiança é aliás, e novamente, reflexo da imprecisa categorização a que as louças de esmalte estanífero estiveram sujeitas mesmo até ao dealbar do século XX. Ainda que assistamos na segunda metade de oitocentos à importação e bem sucedido enraizamento do conceito francês de "faience", este apenas se dá ao nível do universo intelectual e académico, continuando até ao fim da última olaria quase ausente do discurso quer de quem a produziu, quer de grande parte do universo consumidor, por consequência extensível à maior parte dos registos administrativos.

Admitindo como correcta a ideia de que a produção de esmaltes estaníferos em território nacional seria já uma realidade nos princípios de quinhentos, provada com os resultados da escavação arqueológica da Mata da Machada, fica-nos antes de mais por explicar a dificuldade sentida até hoje pela investigação nacional em identificar com segurança exemplares atribuíveis

2. O registo material e oral da *Sociedade de Cerâmica Antiga de Coimbra* foi realizado em Julho de 2007 com a colaboração de Ana Sampaio e Castro e Hugo Pereira, destacando-se os testemunhos do oleiro Vitorino Miguel Ferreira e dos decoradores Armando Oliveira e Alice Coelho Dias. Infelizmente, em 2009, a *Sociedade de Cerâmica Antiga de Coimbra* fechou definitivamente portas.

3. Agradecemos a António Camarão, da Câmara Municipal do Barreiro, o acesso aos materiais da escavação arqueológica na Mata da Machada, Barreiro.

4. Agradecemos a Maria João Santos o acesso aos materiais da escavação arqueológica no Largo de Jesus, bem como ao seu relatório final.

5. Agradecemos a Nunes Neto, da empresa de arqueologia NeoÉpica, Arqueologia e Património, o acesso aos materiais da escavação arqueológica no n.º 10 da Rua de Buenos Aires, Lisboa.

6. Agradecemos a Carlos Batata, da empresa de arqueologia Ozecarus, o acesso aos materiais da escavação arqueológica no edifício Garagem Avenida, Coimbra.

7. Agradecemos a Maria João Neves, da empresa de arqueologia Dryas, e a Filipe Santos, da empresa de arqueologia Arqueohoje, o acesso aos materiais das escavações arqueológicas no Largo das olarias, Coimbra, realizadas no âmbito das obras de implantação do Metropolitano Ligeiro do Mondego.

8. Agradecemos a Maria João Neves, da empresa de arqueologia Dryas, o acesso aos materiais da escavação arqueológica na Casa Ramos Pinto, Vila Nova de Gaia.

9. Agradecemos a Artur Côrte-Real, da Direcção Regional de Cultura do Centro, o acesso aos materiais da escavação arqueológica no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra.

10. A escavação arqueológica do Mosteiro de S. João de Tarouca realizou-se entre Abril de 1998 e Novembro de 2007, tendo como responsável institucional o entretanto extinto Instituto Português do Património Arquitectónico, e como responsáveis científicos o autor e Ana Sampaio e Castro.

11. Optamos aqui por reproduzir o capítulo "Conclusões" da nossa Tese de Doutoramento, de forma actualizada e com nova organização, remetendo para as figuras o essencial do capítulo "Critérios de distinção".

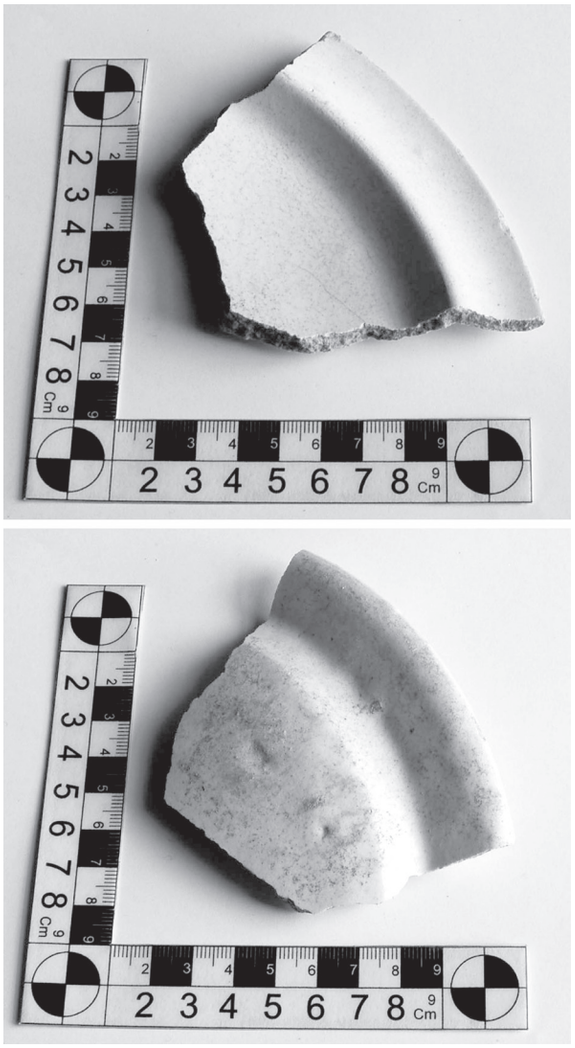
a essa centúria. Mesmo apenas aceitando a produção de faiança em Portugal a partir de 1565, quando a documentação o torna indiscutível (Correia, 1919, p. 8; Meco, 1989, p. 54)[12], não é credível que nenhum exemplar tenha chegado até nós entre o vasto acervo museológico distribuído pelos diversos museus nacionais com colecções de faiança. Menos credível ainda é que, entre as centenas de intervenções arqueológicas em território nacional com exumação de faiança, não se tenha até ao momento recuperado exemplares de faiança portuguesa de quinhentos, mesmo reconhecendo logo à partida que o volume de produção de faiança nessa centúria tenha sido muito inferior ao registado para os séculos seguintes.

Por lógica, temos de admitir que exemplares quinhentistas de faiança portuguesa tenham sido até agora erroneamente atribuídos ao século XVII, fruto do ainda reduzido conhecimento tipológico que possuímos sobre a faiança portuguesa, sobretudo a mais recorrente e produzida em maior quantidade, longe da excepcionalidade dos exemplares que por regra preenchem as vitrinas dos nossos museus. Este erro é para nós já indiscutível no que diz respeito às iniciais produções de louça esmaltada simples, de tom mate e paredes grossas, por regra em formas de prato de fundo de ônfalo, escudela ou especieiro, que em contextos arqueológicos têm sido quase sempre atribuídas a olarias espanholas, sobretudo sevilhanas. Não pretendemos que todo este vasto conjunto de peças tenha tido origem em olarias nacionais, mas que certamente parte dele corresponda às primeiras produções nacionais de esmaltes estaníferos, impondo-se ainda à investigação a definição de critérios seguros de distinção. Em menor medida, os característicos pratos brancos de bordo em aba côncava recolhidos na intervenção arqueológica de emergência no Largo de Jesus, em Lisboa (fig. 1), têm tendido igualmente a ser atribuídos a olarias espanholas, impondo a mesma análise crítica.

Independentemente desta questão, às iniciais produções de louça de esmalte estanífero ter-se-á sobreposto, em meados de quinhentos, o que poderíamos considerar como a refundação do fabrico deste género cerâmico em território português, muito provavelmente derivada da migração de oleiros de origem flamenga, sobretudo para Lisboa, que consigo trouxeram novas soluções e técnicas de tradição italiana relacionadas com a produção de majólica (Quadro I).

Contrariamente à ideia enraizada na historiografia nacional subordinada ao tema da faiança, sobretudo

Luís Sebastian



1. Intervenção arqueológica de emergência no Largo de Jesus, Lisboa. Aspecto geral de fragmento de prato de fundo de ônfalo e bordo em aba côncava produzido localmente.

QUADRO I

A Introdução da produção de faiança em Portugal

Introdução da "técnica italiana" em Portugal

- Itália, avançada técnica de produção de "majólica"

(Século XVI – inícios)
- Migração de oleiros italianos para a região flamenga e cidades espanholas de grande tradição oleira – Sevilha, Talavera de la Reina

(Século XVI – meados)
- União da Flandres, Portugal e Espanha sob a mesma coroa
- Política de favorecimento de Talavera de la Reina por Carlos V, desenvolvida por Filipe II de Espanha, I de Portugal
- Tensão religiosa nos Países Baixos agravada em meados de quinhentos
- Guerra de independência dos Países Baixos (1568-1648)
- Acentuar da migração de oleiros flamengos - de tradição técnica italiana - para os grandes centros oleiros espanhóis

1565 – Oleiro flamengo *«João de Gois, mestre de malega branca, em casas de Isabel guomes» na «Rua da Cruz da Esperança em diante», «Lisboa Oriental»*

no respeitante aos fornos, a reinvenção da produção de louça estanífera, segundo a importação indirecta das técnicas empregues no fabrico da majólica italiana, não se terá substituído totalmente às técnicas já previamente presentes e em uso.

A adopção de pastas calcárias (Quadros II, III, IV, V,

12. Referimo-nos à passagem do Livro do Lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el-rei nosso senhor o ano de 1565 onde se refere como morador na «Freguesia das Marteens, 5.º Rol – Rua da Cruz da Esperança em diante» um «João de Gois, mestre de malega branca...».

VI e VII), como mais próprias à constituição de corpos claros e leves com uma correcta relação mecânica em relação ao esmalte, dificilmente poderá ser vista como uma inovação, considerando as pastas, ainda que incipientemente calcárias, já empregues nas louças de esmalte estanífero da Mata da Machada e nas de cronologia mais recuada exumadas na Garagem Avenida em Coimbra (figs. 2, 3 e 4).

O apuramento do aspecto estanífero dos esmaltes foi certamente resultado da importação de técnicas de qualidade superior, que podemos atribuir a melhoramentos ao nível da selecção dos minérios e sua transformação, passando pelas técnicas de oxidação, frita, moagem e, sobretudo, doseamento, com elevação do teor plumbifero – chumbo – em detrimento do silicioso – areia –, produzindo bases vítreas mais translúcidas e brilhantes, e do teor estanífero – estanho –, produzindo superfícies mais brancas e opacas (Quadro VIII).

Ao nível das tintas, o azul de cobalto está já presente nas produções esmaltadas iniciais, ainda que de forma residual e aplicado em decorações simples, por norma listas ao longo do bordo ou preenchendo concentricamente o fundo. Apesar de não termos identificado, entre os espólios arqueológicos observados, a aplicação do castanho vinoso de manganés nas produções esmaltadas prévias à introdução das técnicas de tradição italiana, a sua vasta aplicação em produtos cerâmicos levantinos de tradição islâmica torna impossível afirmar ter-se tratado de uma introdução tão tardia. Sendo estas duas cores de grande fogo as mais comummente empregues na faiança oleira portuguesa durante os séculos XVI, XVII e XVIII, com vitrificação acima dos 900ºC, o emprego das cores de pequeno fogo como os amarelos de antimónio e laranjas de óxido de ferro, obrigando as mais das vezes a uma terceira cozedura de vidragem a temperaturas mais baixas entre 500-800ºC, afiguram-se de facto como uma importação a partir da variada palete cromática empregue na majólica italiana a partir de século XV. Surpreendentemente, os verdes de óxido de cobre, recorrentes nestas produções italianas, apenas nos surgem a partir da centúria de setecentos, tendo vindo a tornar-se extremamente comuns nas louças coimbrãs de baixa qualidade de século XIX.

A recorrente questão dos fornos empregues na cozedura de vidragem da faiança portuguesa, apontando-se tradicionalmente a introdução de novos fornos como condição essencial para a elevação da qualidade dos novos produtos, apresenta-se-nos como difícil de fundamentar[13]. Os mesmos fornos descritos para a

13. Para mais informação sobre esta questão ver Santos, 1951, p. 156; Simões, 1990, p. 101; Meco, 1989, p. 31; Calado, 2003, p. 8.

QUADRO II

Técnicas de fabrico — **Pasta**

Composta por: barro vermelho e barro branco

Barro vermelho

- Argilas ferruginosas
- Grande variedade cromática (inclusões minerais e orgânicas)
- Tanto mais pura quanto mais plástica e próxima da cor branca
- Cor natural mais ou menos vermelha ditada pela presença de óxidos ferruginosos
- Correntes no fabrico de cerâmica comum vermelha e negra

QUADRO III

Perante a ausência de margas calcárias pode-se dar a introdução do carbonato de cálcio através da moagem de matérias ricas neste elemento:
- Calcário
- Conchas de moluscos
- Ossos
- Cal
- Cré (Paterna, Valência, Espanha)

Solução sem registo em Portugal Antes do fabrico fabril

Técnicas de fabrico — **Pasta**

Composta por: barro vermelho e barro branco

Barro branco

- Margas calcárias
- Associação natural de argilas com carbonato de cálcio
- Diminuta variedade cromática (tons amarelos, cremes e brancos)
- Tanto mais pura quanto mais plástica e próxima da cor branca

QUADRO IV

Técnicas de fabrico — **Pasta**

Composta por: Barro vermelho e Barro branco

Dosagem média
- 3/4 de barro branco para 1/4 de barro vermelho

Barro branco ⇦ mais — mais ⇨ Barro vermelho

- Melhor relação mecânica com o esmalte	- Pior relação mecânica com o esmalte
- Menor fusibilidade - carbonato de cálcio	- Maior fusibilidade - óxido de ferro
- Clareamento da cor de queima final	- Coramento da cor de queima final
- Excessiva plasticidade na modelação	- Excessiva dureza na modelação
- Menor resistência mecânica final	- Maior resistência mecânica final

QUADRO V

Técnicas de fabrico — **Pasta** — **Desengordurantes**

- Todas as substâncias misturadas na pasta a fim de reduzir a sua plasticidade
- Redução de plasticidade excessiva
  - Dificuldade na modelação devida a excessiva plasticidade
- Redução do índice de contracção da pasta
  - Deformação, gretamento ou quebra da peça durante o enxugo ou cozedura

Principais desengordurantes: - Areias siliciosas

- Cerâmica moída

QUADRO VI

Técnicas de fabrico — **Pasta** — **Desengordurantes**

Areias siliciosas

- Aumento da dureza e infusibilidade (areias refractárias) da pasta necessária para suportar as elevadas temperaturas de vidragem
- Clareamento da cor da pasta
- Excesso de sílica eleva em excesso a temperatura de cozedura para além do comportado pelos fornos empregues e pelos esmaltes e tintas aplicados

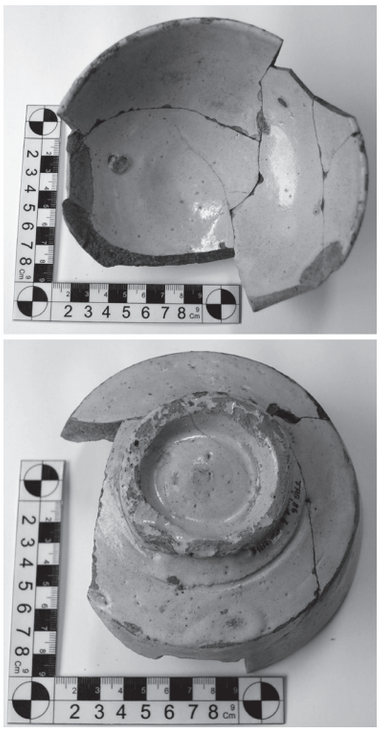
QUADRO VII

Técnicas de fabrico — **Pasta** — **Desengordurantes**

Cerâmica moída

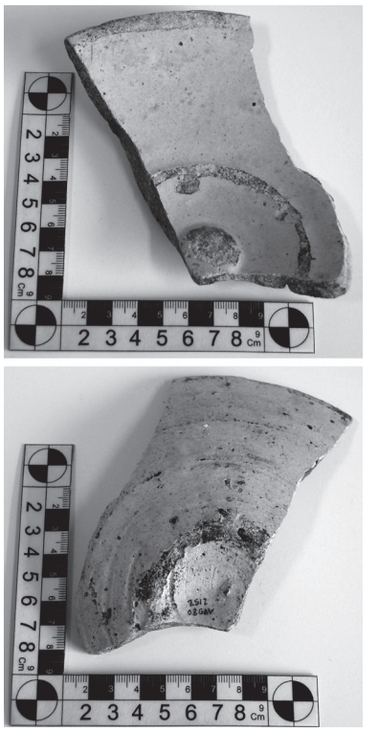
- Diminuição da contracção da pasta durante a secagem e cozedura
- A sua moagem constitui acréscimo de tempo, esforço e custos

Luís Sebastian



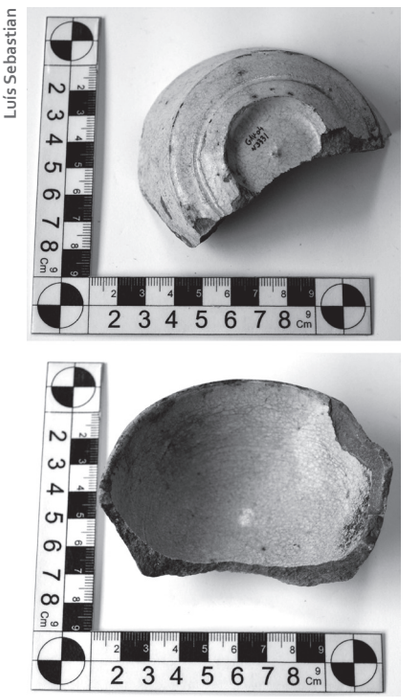
2. Intervenção arqueológica de emergência no edifício Garagem Avenida, Coimbra. Escudela carenada de paredes grossas e esmalte estanífero grosseiro atribuída ao século XVI, com destaque para a sua segunda metade.

Luís Sebastian



3. Intervenção arqueológica de emergência no edifício Garagem Avenida, Coimbra. Prato de ônfalo de paredes grossas e esmalte estanífero grosseiro atribuído ao século XVI, com destaque para a sua segunda metade.

Luís Sebastian



4. Intervenção arqueológica de emergência no edifício Garagem Avenida, Coimbra. Pequena "malga" carenada de paredes grossas e esmalte estanífero grosseiro atribuída ao século XVI, com destaque para a sua segunda metade.

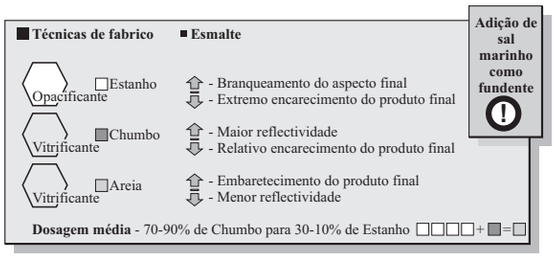
produção da majólica italiana por Vannoccio Biringuccio (Smith e Gnudi, 1990, p. 392-395)[14] ou Cipriano Piccolpasso (Piccolpasso, 1976; Piccolpasso, 2007)[15], nos meados de quinhentos, vamos encontrá-los em território nacional muito antes de século XVI, inicialmente apenas empregues no fabrico de cerâmica comum, com ou sem vidrado de chumbo, e seguindo uma evolução linear e coerente no sentido de plantas quadrangulares ou rectangulares e de grande volumetria, com consequente aumento das temperaturas máximas através de fornalhas de grande capacidade e câmaras de cozedura com saída de gases lateral, reaproveitando o fenómeno de reverberação por inflexão do fluxo de calor na sua cobertura. Mesmo a questão do controlo de temperatura e determinação dos diferentes estádios de maturação do esmalte e tintas, sempre tão sensível, não aparenta ter sofrido uma autêntica revolução com a importação dos métodos de tradição italiana. Sabendo-se estar o uso de amostras de controlo já em uso na região valenciana pelo menos desde o século XIII, afigura-se como pouco credível que se tratasse de uma solução completamente desconhecida em território português (fig. 5).

Este mesmo raciocínio pode ainda ser estendido ao fornilho, empregue na calcinação dos óxidos metálicos, sobejamente reconhecido nas produções de vidrado de chumbo, já para não falar do torno rápido empregue na modelação do barro.

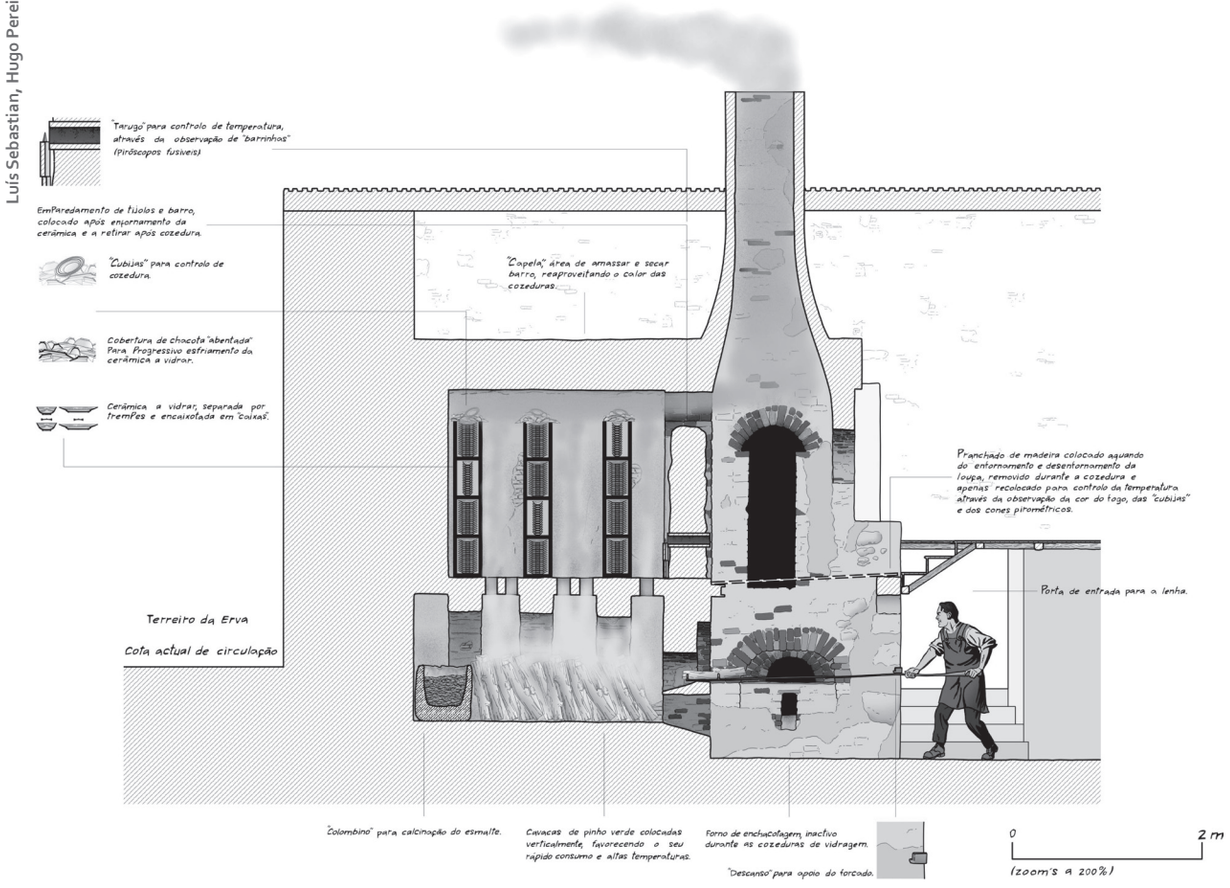
Assim, mais do que a questão das estruturas de produção, a revolução tecnológica trazida com a migração de oleiros flamengos passou pelo melhoramento da qualidade estética das produções estaníferas já presentes, com apuramento das pastas e dos esmaltes. Ao nível formal, terá comportado novas formas, incluindo assimetrias e ondulamentos permitidos pelo recurso a moldes, e sobretudo o adelgaçamento de paredes, com importante aumento da leveza física e estética

14. Referimo-nos à obra de 1540 *De la pirotechnia, li diece libri della pirotechnia*, onde Vannoccio Biringuccio descreve sucintamente o método de produção de majólica italiana no capítulo XIV do Livro IX.
15. Referimo-nos ao manuscrito produzido entre 1557 e 1559 por Cipriano Piccolpasso e intitulado *Li tre libri dell'arte del vasaio*, inteiramente subordinada ao método de produção da majólica italiana.

QUADRO VIII



Luís Sebastian, Hugo Pereira



5. Sociedade de Cerâmica Antiga de Coimbra. Registo gráfico do forno de vidragem - em corte - e do forno de enchacotagem – em alçado.

das peças. Ao nível da pintura, mais do que o alargamento da palete cromática, trouxe uma abordagem decorativa mais artística, mais desenhada, complexa e criativa, nunca deixando contudo de servir uma lógica de produção massiva em série, apenas permitindo por raras vezes a produção de verdadeiras obras de criação artística individual. Ainda que Cipriano Piccolpasso não refira, dentro da técnica italiana de meados de século XVI, o uso do papel picotado na transferência das linhas gerais da decoração, sabemos que em Portugal estaria em uso pelo menos desde meados de seiscentos, o que podemos pressentir pela frequente observação das mesmas composições decorativas aplicadas de modo invertido em diferentes peças, ficando por esclarecer o momento exacto da sua introdução (Quadro IX).

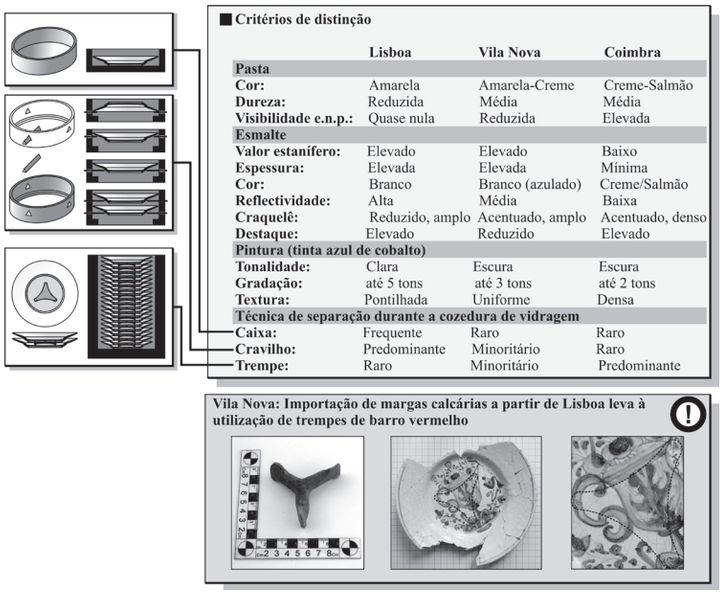
2.2 Centros produtores

A fixação destas novas técnicas em Lisboa terá levado ao desenvolvimento de um novo centro oleiro dentro da cidade (Quadro X). Opondo-se ao tradicional centro oleiro de raiz islâmica, na encosta Norte do Castelo de São Jorge (Quadro XI e Mapa A), este novo centro oleiro procura a proximidade dos barreiros da marga – "barro branco" – necessária à constituição das novas e finas pastas calcárias, para além da zona ribeirinha intimamente vocacionada para a actividade marítima e mercantil (Quadro XII, Mapa B e Mapa C). Estende-se por isso ao longo da linha ribeirinha, no extremo ocidental da cidade, nova zona de expansão urbana, iniciando-se em Santos-o-Velho e alongando-se até ao Bairro Alto de S. Roque.

Terá sido quase imediata a passagem de oleiros de faiança de Lisboa para outros centros de produção cerâmica, tendo vindo a destacar-se de forma natural Coimbra e, de forma mais surpreendente, Vila Nova, hoje Vila Nova de Gaia.

Contando já com uma actividade oleira extremamente desenvolvida, entende-se que Coimbra tenha adoptado de forma natural o fabrico de faiança (Quadro XIII e Mapa D). As condições para o fazer encontravam-se já aí reunidas, com presença de uma vasta e bem organizada comunidade oleira, abundante disponibilidade de matéria-prima e excelente posicionamento para escoamento da sua produção, beneficiando do papel de plataforma comercial que a cidade sempre representou entre o interior e o litoral e o Norte e o Sul,

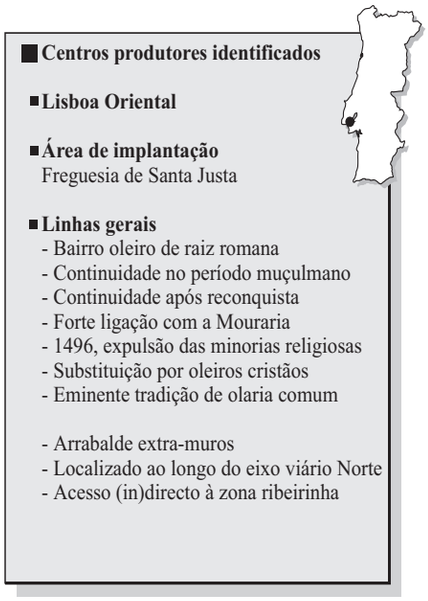
QUADRO IX

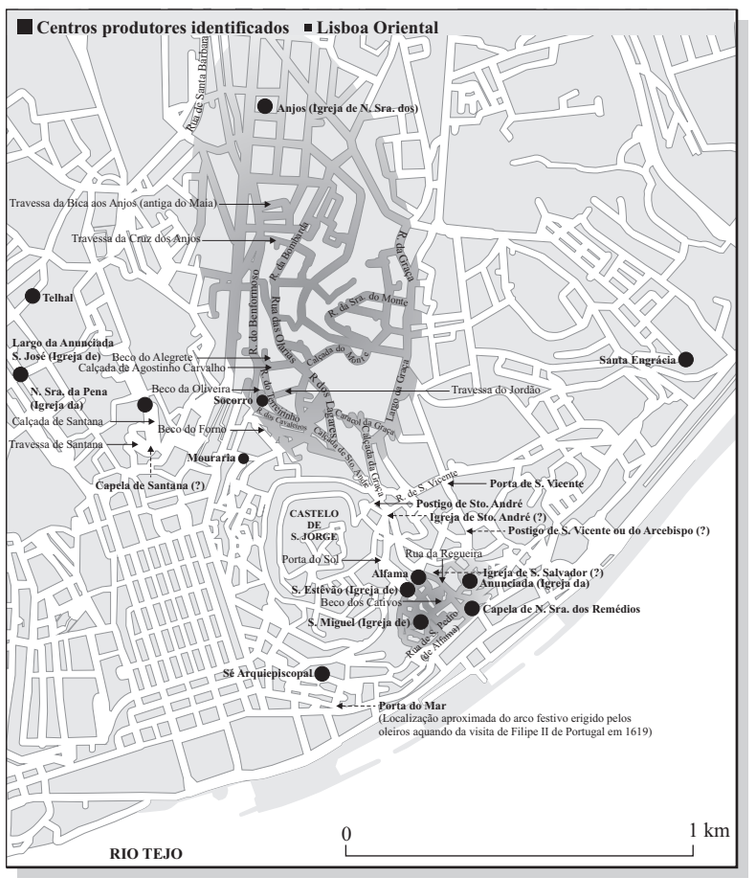


	Lisboa	Vila Nova	Coimbra
Pasta			
Cor:	Amarela	Amarela-Creme	Creme-Salmão
Dureza:	Reduzida	Média	Média
Visibilidade e.n.p.:	Quase nula	Reduzida	Elevada
Esmalte			
Valor estanífero:	Elevado	Elevado	Baixo
Espessura:	Elevada	Elevada	Mínima
Cor:	Branco	Branco (azulado)	Creme/Salmão
Reflectividade:	Alta	Média	Baixa
Craquelê:	Reduzido, amplo	Acentuado, amplo	Acentuado, denso
Destaque:	Elevado	Reduzido	Elevado
Pintura (tinta azul de cobalto)			
Tonalidade:	Clara	Escura	Escura
Gradação:	até 5 tons	até 3 tons	até 2 tons
Textura:	Pontilhada	Uniforme	Densa
Técnica de separação durante a cozedura de vidragem			
Caixa:	Frequente	Raro	Raro
Cravilho:	Predominante	Minoritário	Raro
Trempe:	Raro	Minoritário	Predominante

QUADRO X

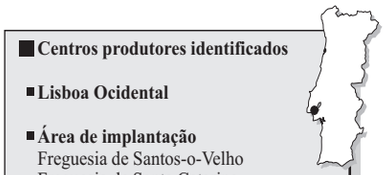
QUADRO XI





Mapa A. Áreas de localização das olarias orientais de Lisboa identificadas documentalmente e posicionadas na planta actual da cidade (cartografia com base em www.maps.google.com, 2009).

QUADRO XII



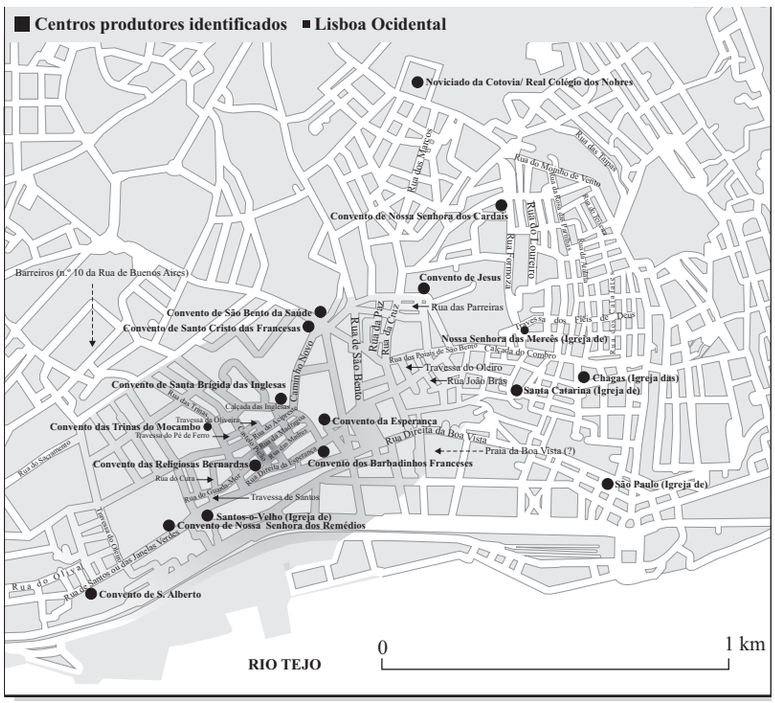
Centros produtores identificados

Lisboa Ocidental

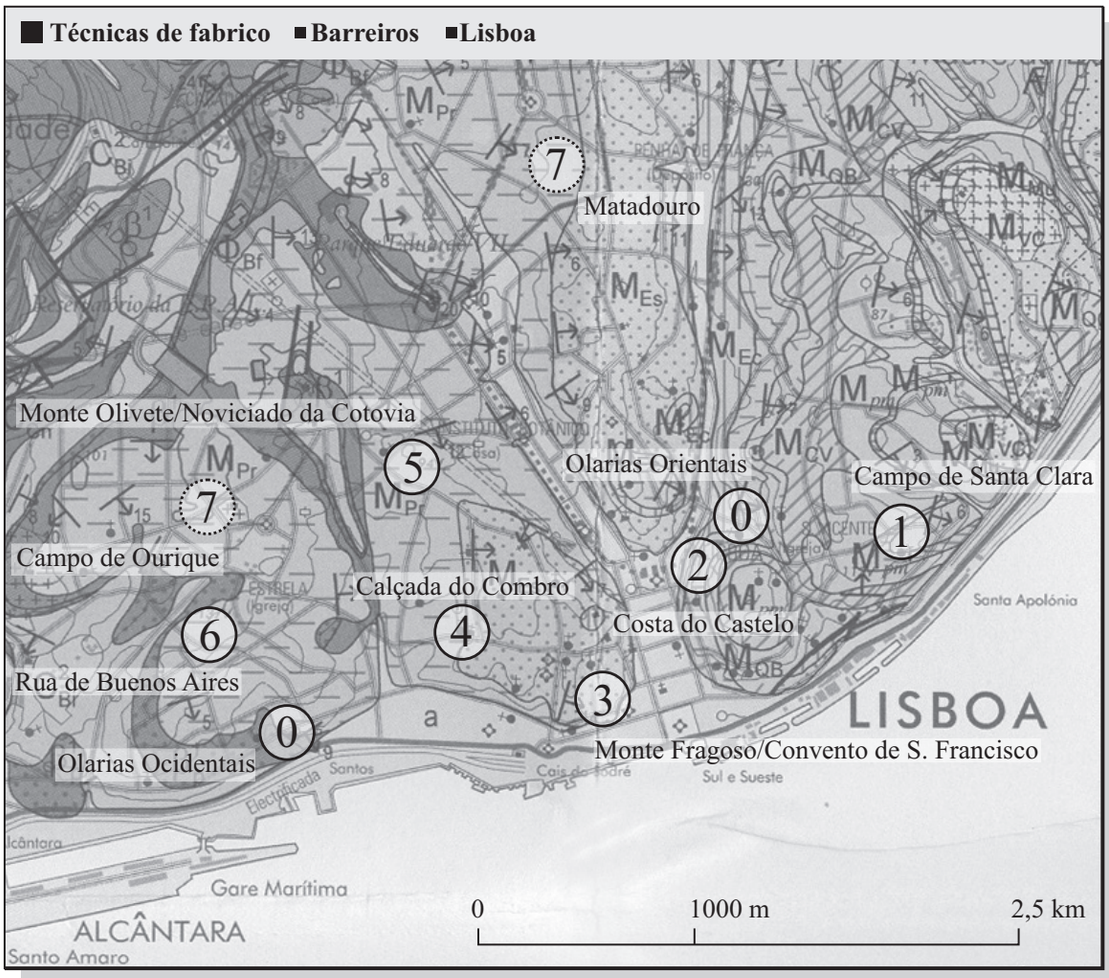
Área de implantação
Freguesia de Santos-o-Velho
Freguesia de Santa Catarina
Freguesia das Mercês

Linhas gerais
- Séc. XV, nova área de expansão urbana
- Área de concentração de artifícios
- Abundância de marga
- Fixação de oleiros de origem flamenga
- Eminente tradição de louça esmaltada
- Especialização em alta qualidade
- Vocação exportadora

Arrabalde extra-muros
Localizado ao longo do eixo viário Oeste
Acesso directo à zona ribeirinha
("Praia da Boavista")

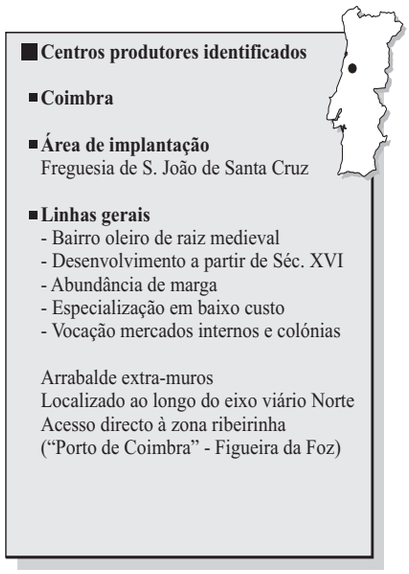


Mapa B. Área de localização das olarias ocidentais de Lisboa identificadas documentalmente e posicionadas na planta actual da cidade (cartografia com base em www.maps.google.com, 2009).



Mapa C. Barreiros de Lisboa identificados documentalmente e posicionados na Carta Geológica de Portugal, escala 1/50.000, Folha 34-D Lisboa, edição do Departamento de Geologia do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, 2.ª edição, 2005.

QUADRO XIII

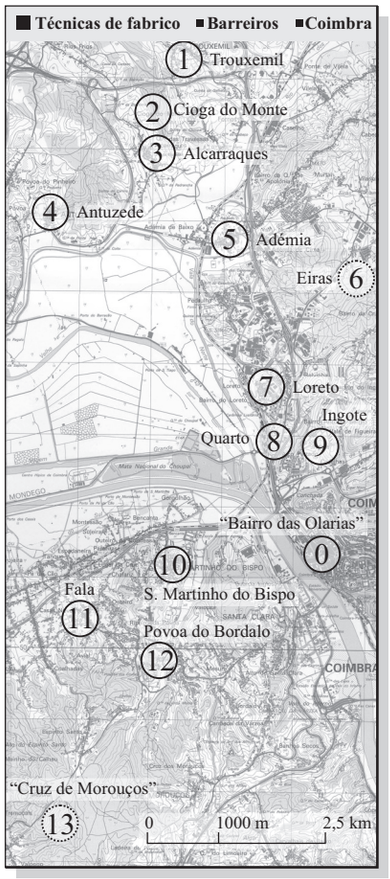


Mapa D. Área de localização das olarias de Coimbra identificadas documentalmente e posicionadas na planta actual da cidade (cartografia com base em www.maps.google.com, 2009).

com ligação indirecta ao mar através do rio Mondego (Mapa E). Ainda que os dados actualmente disponíveis não permitam de forma segura recuar o fabrico de louça de esmalte estanífero em Coimbra ao início da centúria de quinhentos, a presença na intervenção arqueológica de emergência na Garagem Avenida dos mesmos pratos de fundo de ônfalo e escudelas de esmalte mate e paredes grossas, verificadas para a Mata da Machada, sugere essa possibilidade, e logo, que os esmaltes estaníferos tenham passado nas olarias de Coimbra pela mesma refundação tecnológica e estética nos meados de século XVI, se não pelo menos no seu último quartel, através das constantes migrações e ligações familiares entre oleiros de ambas as cidades.

Já o centro oleiro desenvolvido em Vila Nova reveste-se de um carácter muito particular (Quadro XIV e Mapa F). Apesar de contar com acesso directo a diversos barreiros de barro vermelho, não conta localmente com a disponibilidade das margas necessárias à constituição das pastas calcárias da faiança, obrigando à sua dispendiosa importação dos barreiros de Lisboa, impondo-se ainda como uma fundação de raiz, sem beneficiar da prévia existência de uma estrutura de produção oleira (Mapa G). A especificidade do desenvolvimento destas olarias, no que seria inicialmente uma mera linha de passagem junto a um dos principais pontos de travessia do rio Douro e de entrada na cidade do Porto, parece prender-se sobretudo, se não apenas, com o benefício da proximidade da barra do Porto e da sua intensa actividade comercial, pondo-se mesmo a hipótese de que a fixação e desenvolvimento destas olarias não se tenha devido inicialmente a um movimento totalmente espontâneo, mas fruto de uma política camarária, iniciada pelo menos no século XV (Cruz, 1942, p. 136-137)[16], com o intuito de prover necessidades locais e regionais directas, bem como o aproveitamento do fluxo comercial das louças de Lisboa, e sobretudo Coimbra, com destino ao Norte da Europa e colónias atlânticas, quer portuguesas quer britânicas. Constatando-se uma permanente permuta de oleiros entre os três centros produtores, através de ligações familiares e comerciais, a ligação das olarias vila-novenses a Coimbra sugere-se como especialmente próxima, permitindo mesmo suspeitar terem estado os oleiros coimbrãos na génese deste novo centro oleiro.

16. Referimo-nos à reclamação feita em 1460 por Martim Gonçalves, oleiro vindo de Coimbra por requerimento do concelho de modo a exercitar o ofício *«aalém»*, e pelo qual se encontrava dispensado do serviço militar e restantes cargos do concelho, *«por bem do seu oficio»*, ameaçando o seu regresso a Coimbra caso esses privilégios não fossem respeitados, o que foi atendido pela Câmara do Porto por se tratar de *«bom oficial do seu oficio»*.

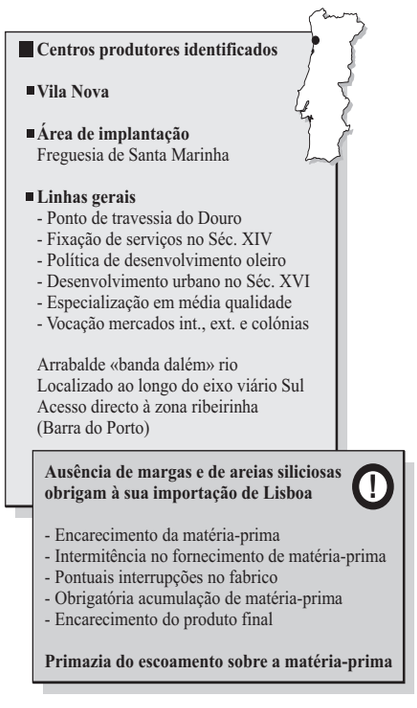


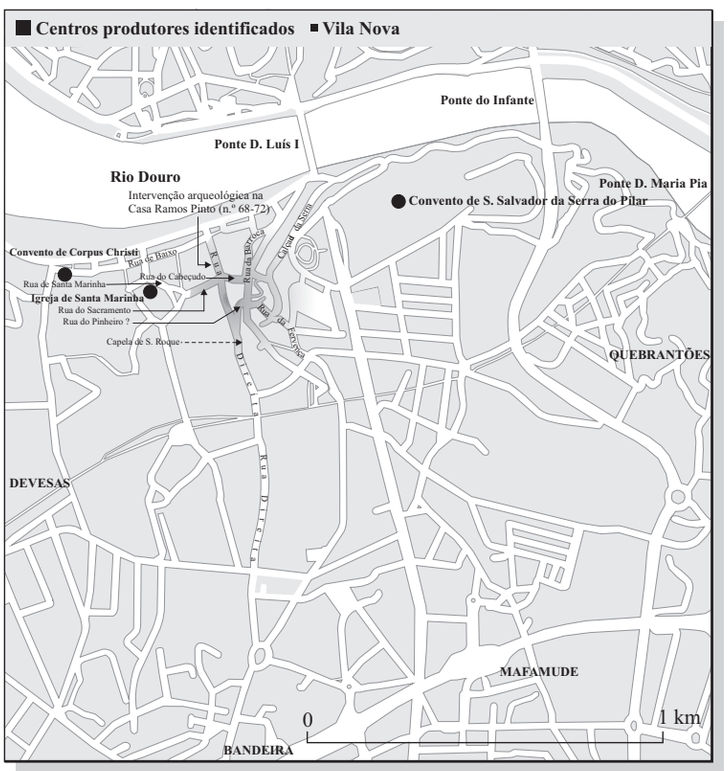
Mapa E. Barreiros de Coimbra identificados documental e oralmente e posicionados na Carta Militar de Portugal, escala 1/25.000, Folhas 230-Coimbra e 241-Coimbra-Sul, edição do Instituto Geográfico do Exército, 2002.

Em qualquer dos casos estamos perante uma mesma estratégia de implantação, procurando a proximidade de vias de acesso a importantes centros urbanos e comerciais, localizando-se pela natureza suja e perigosa da sua actividade já no termo da malha urbana. A proximidade directa a portos marítimos, ou indirecta através de portos fluviais, é igualmente ponto comum, traduzindo uma natural vocação do fabricante de faiança para a exportação do seu produto, contrariamente ao carácter eminentemente local da tradicional produção de cerâmica comum, vermelha, preta ou mesmo de vidrado de chumbo. A abundante disponibilidade da matéria-prima é, como em qualquer momento para a actividade oleira, um dos factores considerados. É pois natural constatarmos ser também a proximidade de um grande rio uma regra para qualquer um dos casos. A esta presença corresponde por norma a deposição de argilas, e margas no caso das regiões calcárias, e das areias necessárias ao fabrico cerâmico, para além do importante papel que o rio representa no acesso à importação de matérias ausentes, como chumbo, estanho e de mais colorantes, e escoamento final da produção.

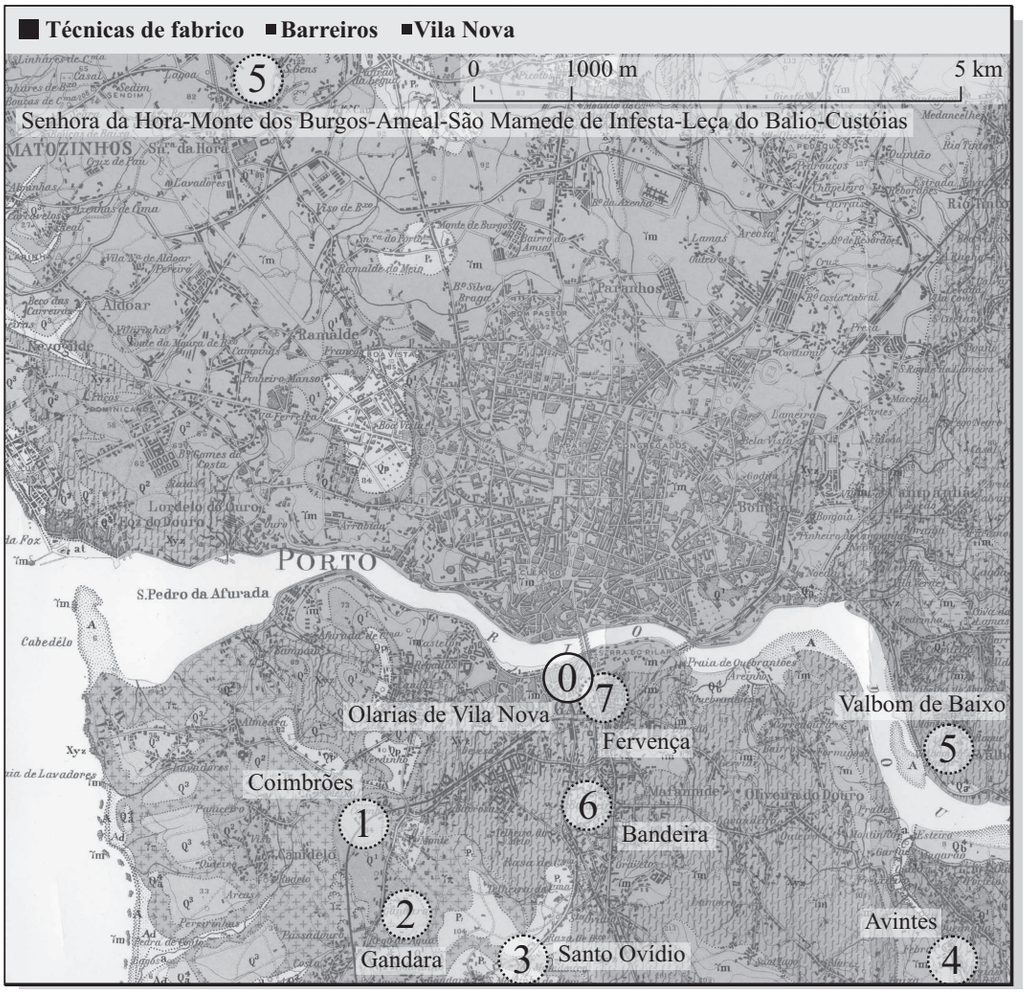
No entanto, o caso de Vila Nova, desprovida quer de margas locais quer da pré-existência de estruturas de produção cerâmica, vem ainda mais salientar a vocação comercial da produção de faiança em oposição às

QUADRO XIV





Mapa F. Área de localização das olarias de Vila Nova identificadas documentalmente e posicionadas na planta actual da cidade (cartografia com base em www.maps.google.com, 2009).



Mapa G. Barreiros de Porto e Vila Nova de Gaia identificados documentalmente e posicionados na Carta Geológica de Portugal, escala 1/50.000, Folha 9-C Porto, edição dos Serviços Geológicos de Portugal, 1957.

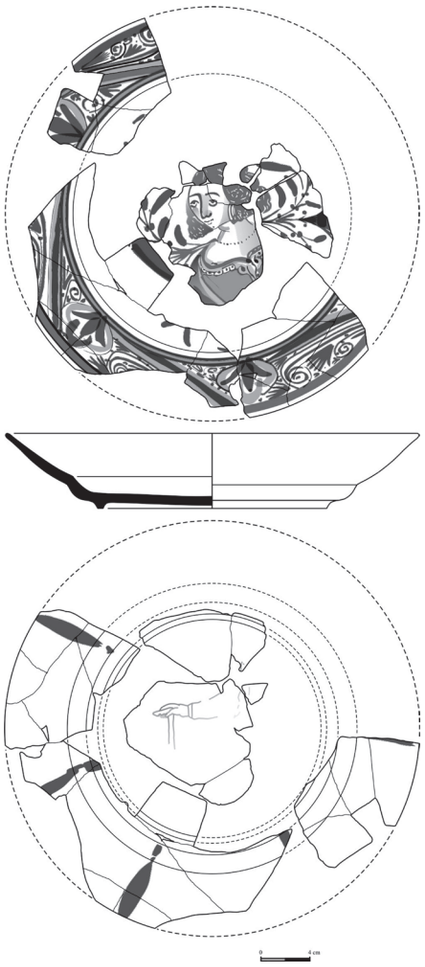
anteriores produções de cerâmica comum. Estamos pois perante um produto de produção em massa vocacionado para os mercados internacionais, assumindo-se como um bem de transacção comercial, mais do que um bem utilitário, ao qual se sobrepõe ainda o papel de afirmação e promoção social que algumas produções de luxo desempenharam no Norte da Europa e colónias. A faiança é neste aspecto um fenómeno do mundo Moderno que surge com a centúria de quinhentos, aberto a um alargado comércio europeu e transatlântico.

2.3 Características de produção

Independentemente da importação indirecta de novas técnicas de fabrico de tradição italiana, através da migração de oleiros flamengos, as soluções formais e decorativas da faiança portuguesa não deixaram desde o início de produzir e reproduzir soluções pré-existentes ou originais. Mesmo durante a primeira metade do século XVII, quando as olarias lisboetas se vocacionaram em grande medida para a contrafacção de porcelana oriental, as olarias coimbrãs permaneceram quase imunes a esta influência. Teremos que esperar pela segunda metade de seiscentos para que, com a absorção e livre reinterpretação dos motivos orientais originais, estes surjam nas faianças de Coimbra.

A influência da porcelana oriental, que tanto se fez sentir nas olarias lisboetas da primeira metade de seiscentos, é também residual nas produções de Vila Nova. Podemos no entanto por vezes reconhecer nestas um certo cunho italianizante, sobretudo das soluções decorativas periféricas, como abas de pratos e bordos de tigelas (fig. 6). Já a partir de meados de seiscentos, as suas soluções decorativas tendem a afunilar e a perder diversidade, com domínio de profusas rendas a emoldurar aves, frutos, flores e plantas (fig. 7), no mesmo movimento que verificamos em Coimbra, onde às rendas (fig. 8) se juntam os aranhões, como elemento reinventado a partir da porcelana oriental, acompanhando aí motivos centrais menos figurativos (fig. 9), sendo a espiral uma recorrência no preenchimento

Ana Castro, Sílvia Pereira

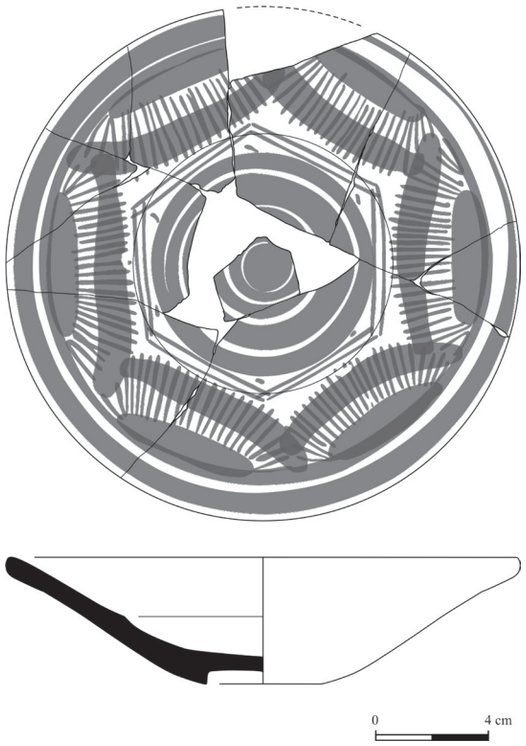


6. Intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca. Peça n.º 1056, atribuída às olarias de Vila Nova, primeira metade de século XVII.

Luís Sebastian, Ana Castro

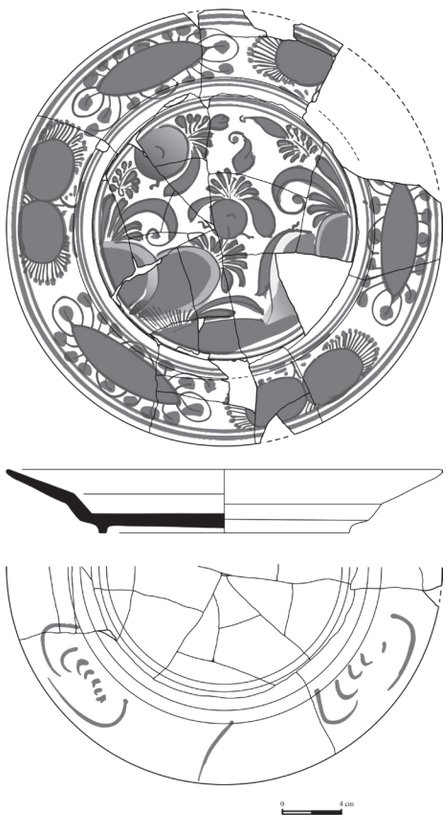
7. Intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca. Peça n.º 3770, atribuída às olarias de Vila Nova, segunda metade de século XVII.

Luís Sebastian, Sílvia Pereira



8. Intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca. Peça n.º 1011, atribuída às olarias de Coimbra, segunda metade de século XVII.

Sílvia Pereira



9. Intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca. Peça n.º 2258, atribuída às olarias de Coimbra, segunda metade de século XVII.

Luís Sebastian

10. Intervenção arqueológica de emergência no n.º 10 da Rua de Buenos Aires, Lisboa. Aspecto geral de fragmento de prato produzido localmente.

central das peças coimbrãs de fabrico massivo na segunda metade de século XVII, solução que não será aliás abandonada mesmo até aos alvores do século XX. Mais do que as influências exteriores, a evolução das diversas soluções formais e decorativas dos diferentes três centros produtores deveu-se a distintas estratégias comerciais. As olarias lisboetas, pelo menos até meados de seiscentos, procuraram desenvolver as melhores técnicas, produzindo um produto de qualidade superior, de elevado preço e cobiçado pelos abastados mercados norte-europeus. Admitindo que as cópias de porcelana oriental possam ter servido de sucedâneo ao produto original, de preço ainda mais elevado e de reduzida disponibilidade, o sucesso da exportação destas porcelanas contrafeitas de Lisboa ter-se-á baseado sobretudo na qualidade do produto em si, sendo pouco verosímil que tenha alguma vez servido de verdadeira contrafacção, mesmo considerando que apenas os mais abastados teriam o conhecimento directo da porcelana oriental.

Após os meados de seiscentos, a produção lisboeta, perdendo o domínio dos mercados internacionais para a concorrência das olarias neerlandesas de Delft, decai em quantidade e qualidade, redireccionando a sua produção para os mercados internos, conseguindo a redução do custo final através não só da perca de qualidade material, mas também da qualidade criativa, com diminuição e simplificação do elenco decorativo, menos figurativo e mais geométrico ou vegetal simples (fig. 10).

Já Coimbra aparenta ter assente quase toda a sua estratégia na produção de baixo custo, e consequentemente, no domínio dos mercados internos de menor poder de compra – incluindo a resposta à necessidade de grandes quantidades louça de faiança de uso corrente em grandes casas aristocráticas, monásticas ou conventuais –, e coloniais, onde a reduzida fluidez monetária terá sempre ditado um limitado acesso aos bens de consumo importados da metrópole. Esta estratégia, consistentemente mantida pelas olarias coimbrãs até ao seu tardio ocaso já na primeira metade de século XX, explica o seu enorme sucesso durante todo o século XVII, com gradual diminuição a partir de meados do século XVIII devido à crescente concorrência das produções nacionais de fábrica e de importação, com destaque para as produções de pasta de pó de pedra inglesas.

Ao nível da qualidade, Vila Nova coloca-se entre as excelentes produções de Lisboa da primeira metade de século XVII e as de reduzido custo de Coimbra. Esta qualidade intermédia, com respectivo reflexo no preço ao consumidor, não deixa de a poder posicionar ao nível dos mercados externos como um produto de qualidade. Contudo, não atingindo a excelência das porcelanas contrafeitas lisboetas, o seu preço não deixou de permitir o seu consumo mais ou menos alargado pelo mercado interno, sobretudo na região Norte. Tal como para as olarias de Lisboa ou Coimbra, a concorrência das produções fabris nacionais e estrangeiras contribuiu para o seu estrangulamento. Todavia, também no seu declínio Vila Nova apresenta um comportamento algo desviante, uma vez que o exponencial desenvolvimento do comércio do vinho a partir de 1756, com a criação da região demarcada do Douro, redireccionou a actividade produtiva de Vila Nova para o transporte, armazenamento e comercialização vinícola, o que aliado ao surgimento de inúmeras fábricas cerâmicas em ambas as margens do rio, levou a um rápido desaparecimento das suas olarias, não atingindo estas a centúria de oitocentos, ao contrário de alguma da produção de cerâmica estanífera em Lisboa e, sobretudo, em Coimbra, onde acaba oficialmente com o fecho das portas da *Sociedade de Cerâmica Antiga de Coimbra*, em 2009.

BIBLIOGRAFIA

CALADO, R. S. (2003) – *Faiança portuguesa da Casa Museu Guerra Junqueiro, século XVII-XVIII*. Porto: Câmara Municipal.

CORREIA, V. (1919) – Oleiros quinhentistas de Lisboa. *Águia*. Porto. Vol. XV. n.º 88-90. Separata.

CRUZ, A. (1942) – Oleiros do Porto e Vila Nova. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal. n.º 5, p. 135-144.

MECO, J. (1989) – *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Ed. Alfa.

PICCOLPASSO, C. (Transcrição de Giovanni Conti) (1976) – *Li tre libri dell'arte del vasaio*. Firenze: All'Insegna del Giglio.

PICCOLPASSO, C. (fac-simile, tradução e apresentação de Jean-Marie Lhôte) (2007) – *Les trois livres de l'art du potier*. Vendin-le-Veil: La Revue de la Céramique et du Verre.

SANTOS, A. V. (1951) – A cerâmica em Portugal. In *Arte Portuguesa*. Lisboa: Edições Excelsior. Vol. I – As Artes decorativas, p. 105-232.

SANTOS, M. J. (2005) – *Sondagens arqueológicas no Largo de Jesus (freguesia das Mercês, Lisboa) – Relatório final*. Lisboa: Geoarque, Consultores na Área do Património Cultural, Lda. (policopiado).

SIMÕES, J. M. dos S. (1990) – *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI. Introdução geral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (1.ª edição de 1969).

SMITH, C. S. e GNUDI, M. T. (translation and notes by) (1990) – *The pirotechnia of Vannoccio Biringuccio, The Classic Sixteenth-Century Tretise on Metals and Metallurgy*. New York: Dover Publications. 4.ª edição.

VESTÍGIOS DE UM CENTRO PRODUTOR DE FAIANÇA DOS SÉCULOS XVII E XVIII

DADOS DE UMA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA RUA DE BUENOS AIRES, N.º 10, LISBOA

LUÍSA BATALHA Arqueóloga
ANDREIA CAMPÔA Neoépica, Lda.
GUILHERME CARDOSO Assembleia Distrital de Lisboa
NUNO NETO, PAULO REBELO, RAQUEL SANTOS Neoépica, Lda.

RESUMO Durante o acompanhamento de uma obra, a cargo da empresa de arqueologia Neoépica, na Rua de Buenos Aires, n.º 10, zona do bairro da Estrela, em Lisboa, foram detectadas duas bolsas com materiais cerâmicos. Abertas no substrato geológico local, para extracção de argilas, foram posteriormente colmatadas com entulhos provenientes de actividade oleira. Entre os diversos vestígios, recolheram-se fragmentos de tijolo de fornos vitrificados pela acção do calor, caixas de vidragem com os seus cravilhos, abundantes fragmentos de cerâmica em chacota, placas para azulejo, pratos; malgas, taças, saladeiras, boiões, jarros, etc.
Em menor quantidade, é o conjunto de fragmentos de peças de refugo de faiança ali recolhidas, mas que possibilitaram registar os motivos decorativos aplicados pelos pintores nas produções da oficina ou das oficinas, que nos finais do século XVII ali extraíram a argila branca, utilizada para modelar as suas manufacturas.

PALAVRAS-CHAVE Olaria, chacota, faiança, decoração, vidrado

1. INTRODUÇÃO

Na sequência da reabilitação e ampliação do n.º 10 da Rua de Buenos Aires em Lisboa (fig. 1), foi realizado o acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos que implicaram movimentação de solos. No seu decurso, entre outros vestígios contemporâneos ao edifício existente, identificaram-se três fossas de forma oval alongada, escavadas no substrato geológico, que terão funcionado como áreas de extracção de argila para a produção de faiança. À época do seu funcionamento, as posturas camarárias exigiam que, após a sua abertura, estas "galerias" fossem fechadas, sendo as mesmas utilizadas pelos oleiros como lixeiras, onde eram depositados essencialmente os recipientes defeituosos.
O edifício alvo de acompanhamento foi edificado em 1860 para residência dos Visconde dos Olivais, passando desde então a ser conhecido como "Palacete dos Viscondes dos Olivais" (fig. 2). Tendo sido edificado em pleno período Romântico em Portugal (1835-1880), retira dessa corrente estético-artística muita da sua decoração e arquitectura. Apresenta na maioria das suas divisões (do corpo central do edifício) paredes, tectos e corredores estucados a branco e com motivos vege-

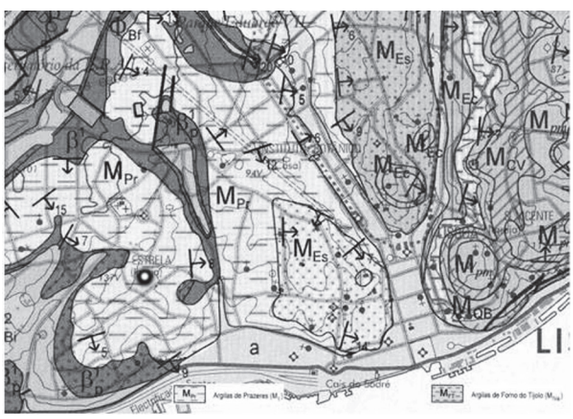
1. Localização da área alvo de acompanhamento na Carta Militar de Portugal n.º 431.

2. Imagem de satélite da área alvo de acompanhamento.

talistas, sendo impressionantes os seus salões nobres (como a "Sala Azul", "Sala dos Espelhos" ou a "Sala Branca") que apresentam paredes estucadas de branco profusamente decoradas com motivos vegetalistas, florais e heráldicos, em relevo ou rendilhadas, paredes pintadas de azul, ou com relevos banhados a ouro e frescos de cores suaves de temática "colonialista". De 1916 a 1969 o edifício foi utilizado como sede do Instituto Industrial de Lisboa e a partir de 1969 o espaço foi aproveitado pela Universidade Técnica de Lisboa como pólo do Instituto Superior de Economia. Mais tarde o edifício é abandonado ficando durante vários anos devoluto, sendo em princípios do corrente século vendido em hasta pública e adquirido pelos actuais proprietários, que têm para o local um projecto de reabilitação.
Os trabalhos de acompanhamento arqueológico e posterior escavação, foram da responsabilidade da empresa Neoépica Lda., tendo como arqueólogos responsáveis Nuno Neto e Andreia Campôa.

2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO

A área alvo dos trabalhos situa-se na Rua de Buenos Aires, n.º 10, pertencente à freguesia da Lapa, concelho de Lisboa. Encontra-se localizada na Carta Militar de Portugal n.º 431 (escala 1/25000), com as seguintes coordenadas: 9º 09' 67'' (longitude – W); 38º 42' 77'' (latitude – N), a uma altitude média de cerca de 79 m.
Geologicamente a área alvo de estudo localiza-se nas denominadas argilas das Camadas de Prazeres (fig. 3). Estas afloram apenas em Lisboa, estendendo-se desde Carnide até Santos, passando por Benfica, Palma de Baixo, Campo Pequeno, Praça Marquês de Pombal, Largo do Rato, Prazeres, Estrela e Lapa. Podemos ainda observar esta formação mais para Oeste, junto do forte do alto do Duque e de Algés (PAIS, J. *et al*, 2006, p. 13). Trata-se de argilas de coloração esverdeada a amarelada, que após cozedura dão pastas brancas a rosadas. São argilas de excelente qualidade, tendo sido extraídas ao longo do período Moderno e Contemporâneo para a execução da denominada Faiança de Lisboa.



3. Extrato da Carta Geológica de Portugal, folha 34-D – Lisboa, escala 1:50000.

3. VESTÍGIOS DE UM CENTRO PRODUTOR DE FAIANÇA DOS SÉCULOS XVII E XVIII

No decurso dos trabalhos de acompanhamento arqueológico foram identificadas diversas estruturas contemporâneas ao antigo palacete dos Olivais, tais como: um fontanário/lago, um poço, um tanque e várias outras que se inseririam na área correspondente ao jardim do palacete. Todas estas estruturas inserem-se cronologicamente na segunda metade do século XIX. Porém, no decorrer dos trabalhos foram identificadas três fossas escavadas no substrato geológico constituído por argilas amarelas e esverdeadas, cujos enchimentos permitiram a identificação de diversos fragmentos de cerâmica, do que consideramos serem vestígios de um Centro Produtor de Faiança dos séculos XVII e XVIII.
A primeira fossa [128] (fossa 0) foi detectada a cerca de 3 m da fachada NO do Palacete dos Viscondes dos Olivais e foi identificada aquando do rebaixamento daquela área a uma cota aproximada de 81m. As outras duas fossas foram detectadas no limite NO do terreno a uma cota aproximada de 78,52 m, na área a ocupar pela piscina do condomínio.

3.1 Fossa 0 – U.E. [128]

Os trabalhos de escavação desta fossa foram dificultados pelos trabalhos de execução de ancoragens do paredão de betão que suporta a fachada NO do palacete. Estes trabalhos não podiam ser interrompidos por questões relacionadas com a estabilidade do próprio edifício, pelo que foi necessário conciliar os trabalhos arqueológicos com estas contingências de obra.
Desde modo, numa primeira fase foram identificados os limites da fossa que se desenvolvia sobre o comprido em direcção ao talude NO da obra, sendo posteriormente escavado o seu enchimento com recurso a meios manuais. Metodologicamente, procedeu-se primeiro à escavação da metade SE da fossa e após o registo do corte resultante, efectuou-se a escavação da sua metade NO.
Os trabalhos de escavação da **fossa 0** (fig. 4), permitiram a detecção de uma estratigrafia bastante simples composta por uma única camada (U.E. 126), constituída por um sedimento de cor castanha clara com intrusões de argila esverdeada, de consistência compacta e granulometria fina. Envolto neste sedimento foi possí-

4. Fossa 0 (U.E.-128).

5. Valas de diagnóstico 1 e 2.

vel recolher diverso material arqueológico relacionado com a produção de faiança bem como diversas placas de cerâmica a utilizar na execução de azulejos de faiança (ver capítulo de materiais).

3.2 Fossa 1 e 2 – U.E. [133] e [135]

Mais uma vez os trabalhos de escavação destas fossas foram dificultados por contingências relacionadas com a segurança da obra. Um dos muros de sustentação da obra ameaçava ceder, pelo que se tornava urgente proceder à remoção das terras que criavam pressão sobre este. Essa operação era dificultada pelo aparecimento de mais duas fossas que impediam a circulação da maquinaria necessária à operação. Deste modo e de forma a procurarmos conciliar os necessários trabalhos arqueológicos com esta contingência de segurança, entrámos em contacto com o IGESPAR de fim de definir qual a melhor metodologia a utilizar nesta situação. Como resultado utilizou-se a conjugação de meios mecânicos mais expeditos com os meios manuais que possibilitaram a recolha de inúmero material cerâmico de características idênticas ao material já recolhido na fossa 0.

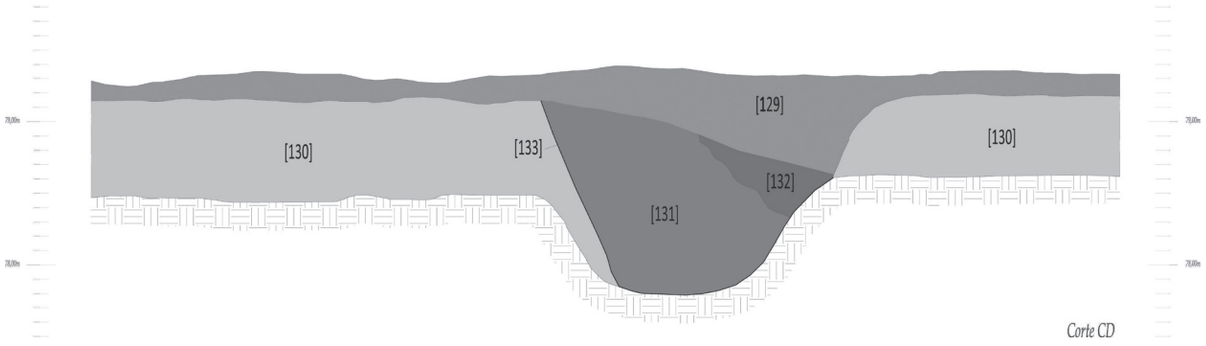
Numa primeira fase, os trabalhos de definição manual dos limites desta fossa foram dificultados pelas condições climatéricas adversas o que, em conjunto com as condições de segurança referidas, levou a que se optasse por remover mecanicamente os níveis superiores que se encontravam saturados de água de modo a possibilitar a delimitação da fossa. Os restantes trabalhos procederam de forma manual, embora os limites desta estrutura negativa não fossem claros, pelo que optámos pela abertura de duas sondagens mecânicas do tipo vala, abertas uma no sentido N-S e outra no sentido E-O (fig. 5).

Como resultado foi possível perceber que em vez de uma fossa, estávamos perante a presença de duas, ambas com uma orientação grosso modo E-O, sendo uma das fossas de maiores dimensões. A percepção desta realidade apenas foi possível após a abertura da vala efectuada no sentido E-O, pelo que até então o material recolhido foi identificado como pertencente a uma única fossa, denominado mais tarde como material proveniente dos enchimentos [132/134].

Após esta observação, foi possível manualmente delimitar com rigor as duas fossas, que apresentam uma forma ovalada, alongada, pelo que a fossa 1 apresentava um comprimento máximo de 3,42 m por 2,40 m de largura, possuindo a fossa 2 um comprimento máximo de 2,30 m por uma largura máxima de 0,98 m.

A continuação da escavação dos enchimentos destas fossas fez-se com recurso a meios manuais e mecânicos. Os trabalhos de escavação da fossa 1 permitiram a detecção de dois enchimentos de características semelhantes (figs. 6 e 7): Sedimento arenoso de cor alaranjada (U.E.-131) resultante da inúmera cerâmica de construção moída que se observa neste enchimento. Para além da cerâmica de construção foi possível recolher inúmero material arqueológico relacionado com a produção de faiança, bem como cerâmica fosca e

6. Fossa 1 (U.E.-133).



7. Fossa 1 – Corte Norte.

azulejo (ver capítulo de materiais);Sedimento arenoso de cor castanha acinzentada (U.E.-132), sendo visível vestígios de cinza. Foi ainda possível recolher inúmero material arqueológico relacionado com a produção de faiança, bem como cerâmica fosca e azulejo. A grande maioria do material arqueológico proveio desta unidade (figs. 8 e 9).

Os trabalhos de escavação da **fossa 2** permitiram a detecção de uma estratigrafia bastante semelhante à observada para a fossa 0, composta por uma única camada (U.E. 134), constituída por um sedimento de cor castanha clara com intrusões de argila esverdeada, de consistência compacta e granulometria fina. Envolto neste sedimento foi possível recolher, embora em percentagem inferior à observada nas restantes fossas, diverso material arqueológico relacionado com a produção de faiança, que adiante descreveremos (figs. 10 e 12).

4. AS CERÂMICAS

As entulheiras encontradas no decorrer dos trabalhos arqueológicos na Rua de Buenos Aires, apresentam-se como excepcional contributo para o estudo da loiça em faiança na região de Lisboa. A sua maior importância, advém do facto de grande parte da informação a que temos tido acesso, se basear em dados documentais, enquanto esta descoberta, vem efectivamente demonstrar de forma inequívoca, as formas, as pastas, as cozeduras e a decoração, das produções cerâmicas dos séculos XVII e XVIII.

O nosso estudo incide única e exclusivamente no contexto das produções de Lisboa. Seria inapropriado estabelecer paralelos com outras realidades, quando na verdade estamos perante um caso paradigmático que só por si vem dar alguma luz, a muitas dúvidas que se colocam, de cada vez que somos confrontados com contextos referentes a estas cronologias.

A nossa referência documental para o estudo deste relevante conjunto cerâmico foi o trabalho efectuado por António Celso Mangucci, sobre as olarias de Lisboa (Mangucci, 1996, p. 155).

Dos numerosos fragmentos oferecidos durante os trabalhos, após a sua inventariação, registámos que a maior percentagem de fragmentos, correspondia a louça em chacota, 58%, seguindo-se a faiança com 23%, a louça fosca vermelha a 11%, os azulejos vidrados a 7%.

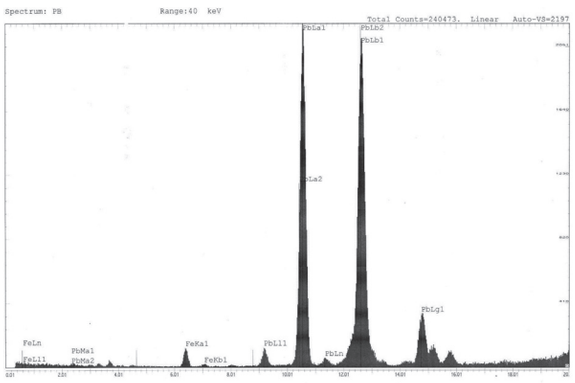
Quanto às placas de azulejo em chacota, grande parte exumada da fossa "0", dado o seu elevado número, foram registadas através de pesagem, donde resultou um conjunto bem significativo com 203,7 Kg.

Em relação aos fragmentos de cerâmica em chacota de faiança, a maior percentagem corresponde às saladeiras, seguindo-se os pratos, as malgas e indeterminados. Por outro lado, os fragmentos em faiança apresentam

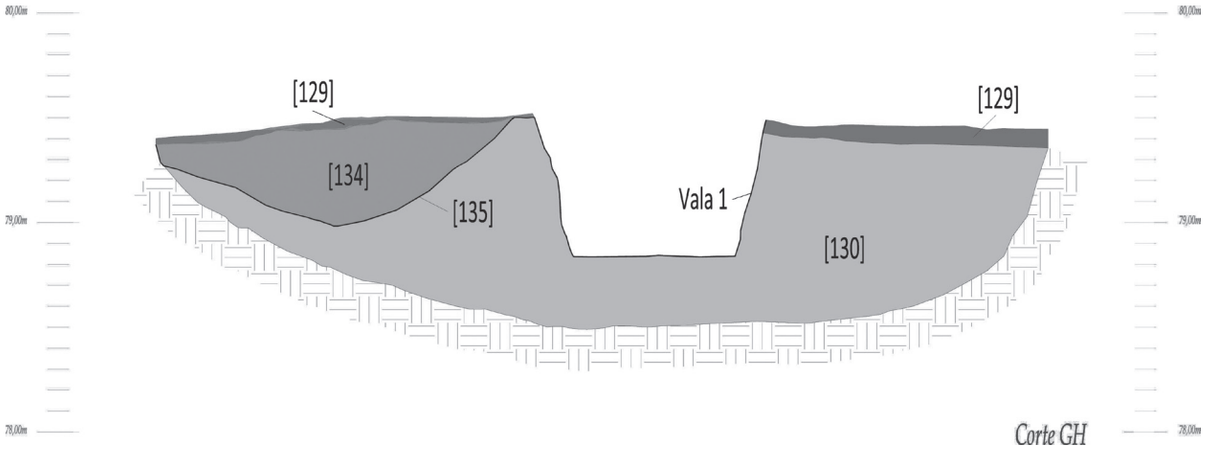
8. Fossa 1, U.E. – 132. Rejeitados em chacota e faiança.

9. Fossa 1, plano final, sendo visível o substrato escavado em degraus.

10. Fossa 2. Estratigrafia observada no corte Este.



11. Gráfico da análise efectuada no laboratório do Instituto de Tecnologia Nuclear, onde se vê os dois picos que conferem à amostra uma grande percentagem de chumbo.



12. Fossa 2. Estratigrafia observada no corte Este.

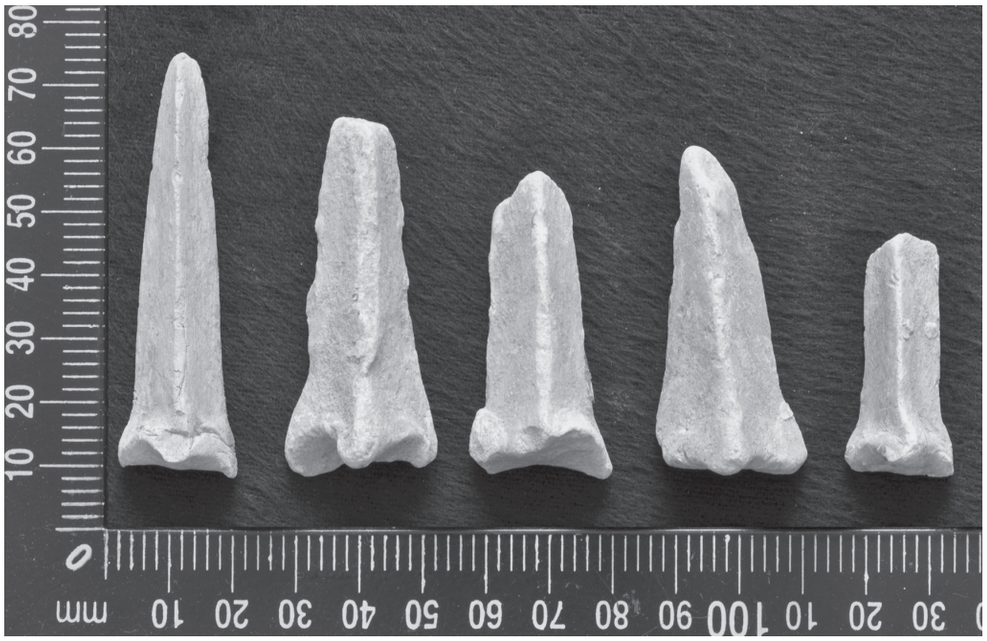
maior percentagem no conjunto de fragmentos indeterminados, seguindo-se, malgas, pratos, saladeiras, tigelas e rejeitados por colagem. No entanto, registámos ainda: bacias, covilhetes, escudelas, jarra, pires e taças.
Não incluímos neste estudo as cassetes utilizadas para conter as peças a levar ao forno para vidrar (fig. 13) bem como os cravilhos das mesmas (fig. 14), assim como a louça fosca.

5. PASTAS

As pastas cerâmicas, correspondentes à loiça de faiança, apresentam coloração entre o branco amarelado (Munsell 2.5Y8/3) e o rosa claro (Munsell 5YR8/4), enquanto nas peças em chacota, se registam pastas vermelhas (2.5YR5-6/8. É nítida uma proveniência de barreiros constituídos por bolsas de barra branco em contacto com outras de barro vermelho, fenómeno tão característico dos locais de extracção da região de Lisboa.

13. Fragmentos de cassetes.

A fractura é irregular, granulosa, fina, por vezes com aspecto foliáceo, apresentando alguns vacuolos devido a deficiente amassadura.
Observa-se que as peças de pasta mais clara não apresentam quartzo, salvo raras excepções; a mica é rara e



14. Cravilhos.

minúscula, mas são habituais os nódulos redondos ou laminares de óxido de ferro vermelho, muito duro. Por sua vez, as mais rosadas, contêm minúsculos grãos de quartzo que lhe conferem um aspecto vítreo.

5.1 O Vidrado

As peças em faiança apresentam o característico vidrado estanífero. Este, adquire o brilho que imita a porcelana quando lhe é adicionada uma certa percentagem de óxido plumbífero. São precisamente vestígios de óxido de chumbo que o Laboratório do Instituto Tecnológico Nuclear observou (fig. 11), durante a análise efectuada a um granulado fino, que se encontrava aglutinado às paredes de recipientes de louça fosca e que terá servido certamente para entrar na mistura final do vidro, peça n.º 175.
Neste significativo conjunto de artefactos provenientes de bolsas de entulheiras, podemos observar algumas patologias, para além das peças que sofreram fractura durante o processo de cozedura:
Fragmentos colados entre si, indevidamente separados no interior do forno.
Fragmentos com enrolamento no vidrado, fenómeno resultante de possível existência de pó na peça quando à chacota é dado o banho de vidro.
Fragmentos com efeito picado no vidrado. Esta foi a patologia mais frequente dos objectos em análise e que resulta na produção de gases no processo de arrefecimento após a cozedura.
Fragmentos apresentando efeitos de craquelê, não intencionais. Tal como no caso anterior, o fenómeno ocorre após o arrefecimento, em que se verifica discrepância entre o coeficiente de dilatação do vidrado e da chacota.
Fragmentos com marcas de trempes ocorrem esporadicamente, não sendo esta a patologia mais frequente.
Fragmentos com destacamento de vidrado também se observam nalgumas peças, mas decorrente de deficientes condições de jazida.
Fragmentos com desgaste por erosão ocorrem na generalidade das peças e tal como no caso anterior, por deficientes condições de jazida.
A maioria das peças analisadas ofereceu superfícies com abundantes vestígios de argila, devido ao meio argiloso que as envolveu desde que ali foram depositadas.

6. AS PRODUÇÕES

Neste capítulo, teremos em consideração os materiais oferecidos pelas duas fossas de rejeitados, identificadas como fossa 0, U.E [128] e fossa 1, U.E [133].
Nas duas fossas, identificámos tipologias formais semelhantes, com pequenas variantes, no entanto é na gramática decorativa que detectámos particularidades que nos ajudam a confirmar a cronologia das mesmas.

6.1 Espólio cerâmico da fossa 1, U.E [133]

6.1.1 As faianças

Saladeiras
Considerámos quatro formas. As peças n.os 1 e 2, com bordo e secção circular, paredes ligeiramente curvilíneas, assentam num pé baixo e anelar. Apresentam

decoração azul-cobalto sobre vidrado branco. Pinceladas oblíquas no bordo e uma banda de semi círculos concêntricos na superfície interna, entre dois filetes. O fundo revela decoração indefinida.
Os exemplares n.os 3 e 4, apresentam bordos semicirculares, paredes rectilíneas, assentes em pé baixo e anelar. A composição decorativa, azul sobre branco, apresenta um filete junto ao bordo e semi círculos concêntricos na superfície externa. No segundo exemplar, existe um filete na superfície interna.
Por último, o exemplar n.º 7 com bordo arredondado em aba, apresenta pinceladas largas em azul-cobalto ao longo do mesmo, sobre semicírculos concêntricos.

Bacias
As peças n.os 5 e 6 apresentam bordos planos de secção quadrangular, extrovertidos. A decoração dos bordos corresponde no primeiro caso a um único filete, enquanto no segundo exemplar se observam dois filetes azul-cobalto, de pincelada mais larga, enquadrando dois mais finos, interceptados por pinceladas largas na vertical.

Pratos
Os pratos representam um conjunto muito significativo, apresentando bordo de secção semicircular, paredes oblíquas com ressalto interno e ligeira carena, junto à base, assentes em pé baixo e anelar.
Nos exemplares n.os 8 e 9, a decoração é composta por filetes azul-cobalto sobre vidrado branco ao longo do bordo, bem como no fundo das peças, onde se subentende uma espiral azul no centro.
Os exemplares n.os 10, 11, 12, 13 e 14, tal como os anteriores apresentam a mesma forma. Quanto à gramática decorativa, azul sobre branco, regista-se um filete junto ao bordo nos fragmentos de perfil completo com semicírculos concêntricos, alternando com pinceladas em meia-lua, horizontais e uma pincelada vertical, formando um triângulo. A decoração do fundo dos pratos, apresenta uma espiral ao centro, com meias-luas, alternadas com pinceladas simétricas em triângulo invertido, como é o caso do exemplar correspondente a um fragmento de fundo, n.º 15.

Tigelas
Quanto à forma, as tigelas apresentam bordos biselados e corpo em calote esférica, assente num pé baixo em anel. Os exemplares n.os 16 e 17 oferecem decoração azul-cobalto e vinhático sobre vidrado branco, com motivos de rendas na superfície externa junto ao bordo, pinceladas em meia-lua e um filete junto à base. Trata-se de um motivo decorrente neste conjunto de taças, tal como podemos observar nos vários fragmentos de parede, entre os quais o exemplar n.º 18.
A decoração com semicírculos concêntricos em azul-cobalto sobre vidrado branco também é comum. Encontramo-la na superfície externa das peças nos 19, 20, 21. Um filete percorre as duas superfícies junto ao bordo e os exemplares n.os 19 e 20, apresentam ainda uma espiral no centro da peça.
A peça n.º 22, não oferece decoração externa, mas sim um filete com pinceladas oblíquas em azul-cobalto junto ao bordo e outro filete no fundo, circundando um motivo indeterminado.
O fragmento n.º 23 corresponde a parede de tigela de grande dimensão, apresentando uma decoração com pinceladas em meia-lua e ainda uma barra de meios círculos sobrepostos, em vinhático.
A tigela n.º 24 apresenta um filete ondulado em vinhático, no interior junto ao bordo. O centro possui decoração indeterminada devido a fractura.
Neste conjunto, realçamos ainda alguns fundos. Os fragmentos n.os 25 e 26 apresentam motivo vegetalista em azul-cobalto e vinhático. Também o fundo da peça n.º 27, oferece um motivo vegetalista estilizado, em vinhático. Na peça, n.º 28, a decoração é composta por um filete azul-cobalto sobre vidrado branco, envolvendo um motivo fitomórfico também no mesmo tom.
Nos exemplares n.os 29 e 30 é evidente a aplicação de vidrado, contudo, não se verificou a adesão do vidrado na superfície em chacota. Nesta última o bordo é ligeiramente afilado.

Fruteira
A peça n.º 31 é a mais relevante do ponto de vista da gramática decorativa. Trata-se de um fragmento de um fundo de peça indeterminada, de grandes dimensões, possivelmente uma fruteira.
As paredes, espessas, assentam num pé anelar, côncavo, alto e bem destacado. Este apresenta longas pinceladas oblíquas em azul-cobalto. O fundo oferece a representação de um busto e rosto feminino, em estilo "grotesco", envolvido por uma moldura de elementos vegetalistas, também em azul-cobalto sobre vidrado branco. Esta é uma peça bem datada cronologicamente, já que o uso dos grotescos é característico do repertório decorativo do século XVII.

6.1.2 Espólio cerâmico em Chacota. Fossa 1 e 2, enchimentos U.E [132] – [134]

Como ficou demonstrado, a louça em chacota, corresponde à maior percentagem de espólio cerâmico.
Considerámos, entre o vasto conjunto de peças, as mais representativas e que na sua maioria apresentam perfil completo.

Pratos

Foram considerados cinco exemplares com diâmetros diversos e que correspondem aos n.os 32, 33, 34, 35 e 36. Apresentam bordos de secção arredondada, paredes oblíquas e ressalto no interior. A peça n.º 4 difere das restantes, dado que não apresenta ressalto no interior. As paredes são também oblíquas, mas direitas. Todos assentam em pé baixo e anelar.

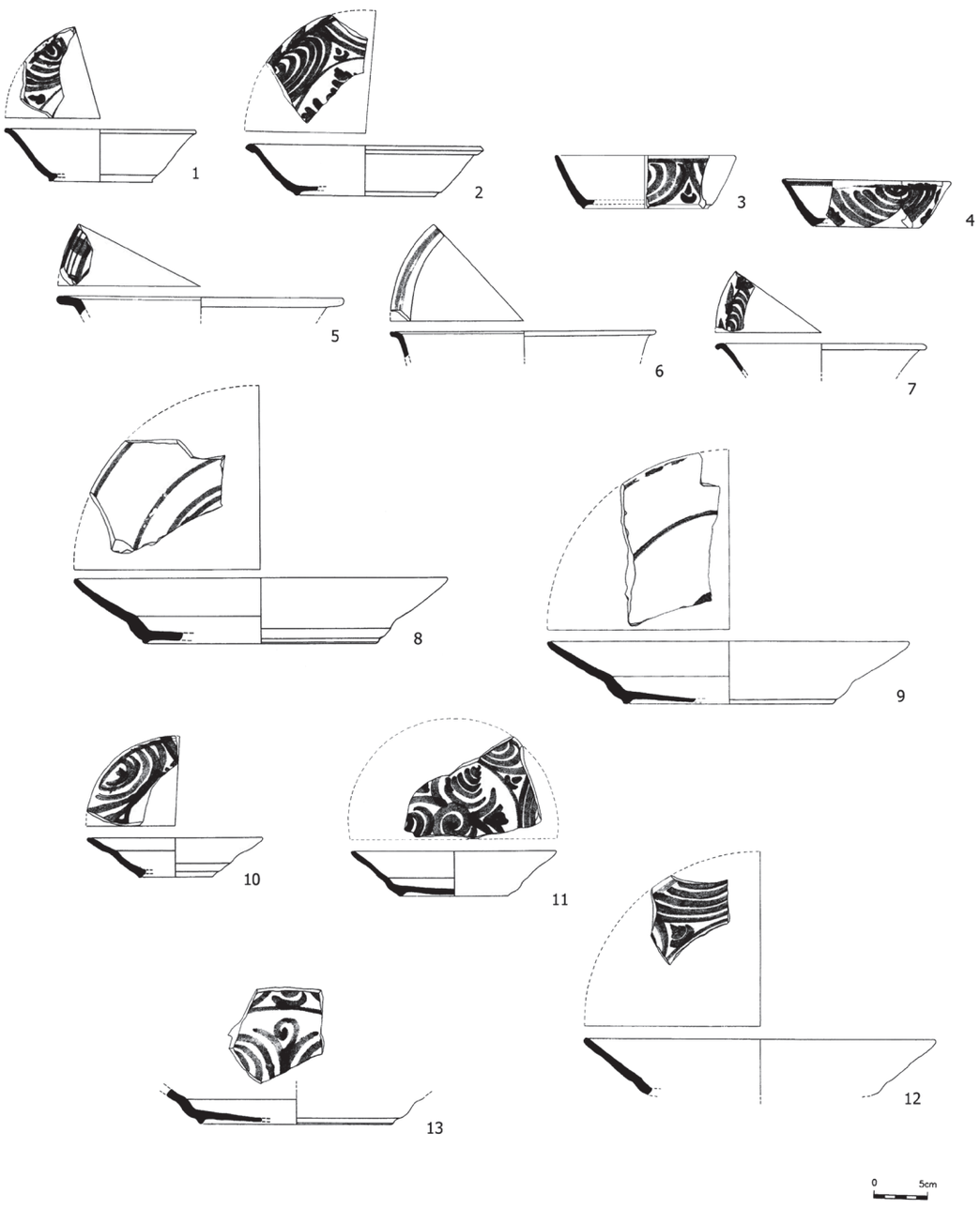
Saladeiras

No conjunto de saladeiras, considerámos duas formas, cuja diferença se regista ao nível do bordo. Os exemplares n.os 37, 38 e 39 apresentam bordos arredondados espessados e extrovertidos, paredes troncocónicas, assentes num pé baixo e anelar.

As de paredes semi-verticais assentam num pé baixo e anelar, n.os 40, 41, 42 e 43, muito semelhantes a cavilhes, integramos nas saladeiras mas também podiam servir de pratos covos.

Covilhetes

São formas muito idênticas aos exemplares referidos anteriormente, mas de menores dimensões, principal-



15. N.os 1 a 12, espólio cerâmico da fossa 1, U.E [133].

mente em relação à altura das peças. Os bordos são arredondados, por vezes biselados. As paredes semi-verticais assentam num pé baixo e anelar, tal como o demonstram as peças n.os 44, 46, 47 e 48.

Bacias

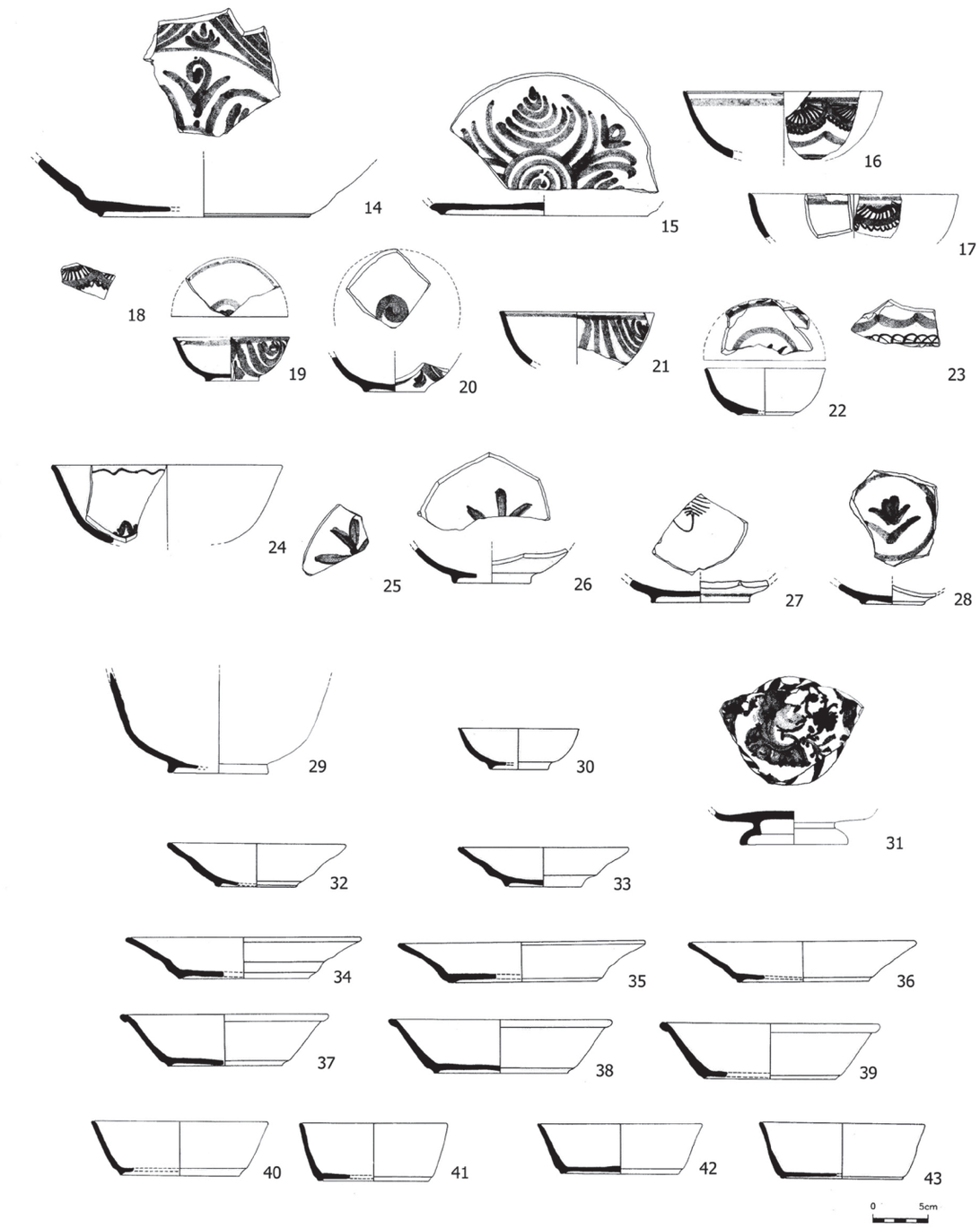
Apresentamos dois fragmentos de bacias, n.os 49 e 50, dos quais possuímos um bordo e um fundo. Serviam para lavar copos, ou as mãos no caso dos exemplares decorados.

Tigelas

Com excepção da peça n.º 51, três tigelas apresentam forma em calote esférica, com paredes espessadas. Os exemplares em presença possuem bordos de secção circular, n.os 51, 52, 53,e 54. Assentam em pés baixos, em anel, onde se regista depressão bem marcada entre estes e as paredes.

Taças

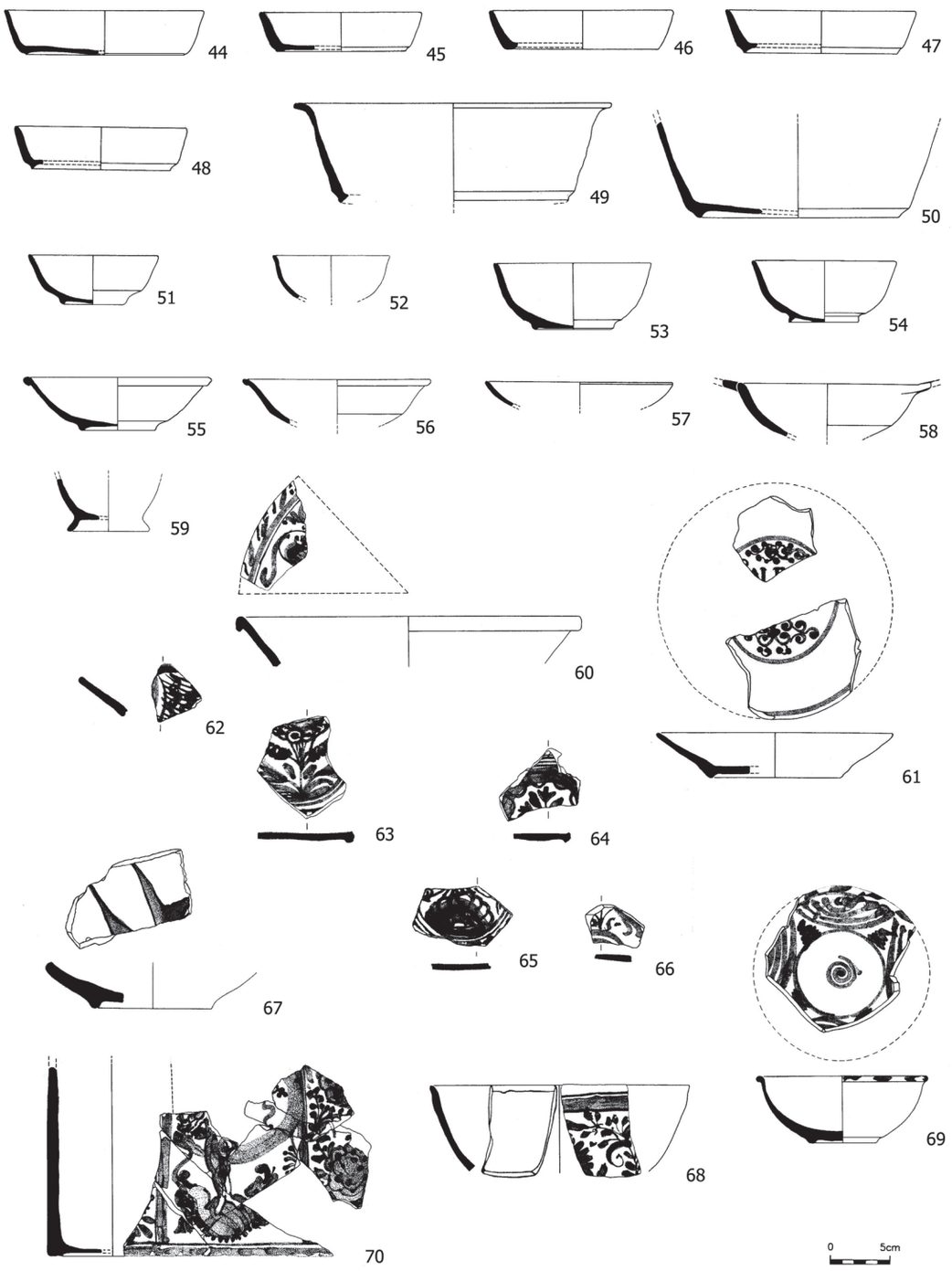
Apresentamos duas tipologias de taças. A peça n.º 55, apresenta perfil completo. O bordo é extrovertido. As



16. N.os 13 a 43; espólio cerâmico da fossa 1, U.E [133].

paredes curvilíneas assentam num pé baixo de secção anelar. A peça n.º 56, com bordo de secção circular, espessado e extrovertido, não possui a base, mas nas paredes ressalta uma ligeira carena.
A peça n.º 57 possui bordo de secção circular e paredes curvilíneas com grande abertura. Não apresenta base.

Escudela
Trata-se de fragmento com pega triangular incompleta, n.º 58, faltando-lhe o frete. As paredes, em calote esférica, espessadas, apresentam bordo de secção circular.



17. N.os 44 a 59, espólio cerâmico da fossa 1, U.E [133]; n.os 60-70, espólio cerâmico da fossa 0, U.E [128].

Jarro/medida

Este exemplar, corresponde a um fundo de um jarro medida, assente num pé anelar, côncavo e bem destacado, n.º 59. A peça foi sujeita a vidrado que não aderiu à chacota.

6.2 Espólio cerâmico da fossa 0, U.E [128]

Tal como na U.E [132] – [134], a U.E [126] ofereceu um número elevado de fragmentos de peças cerâmicas em faiança e em chacota.

Faremos aqui uma abordagem a alguns materiais em faiança, deixando para um segundo momento a análise dos materiais em chacota.

Saladeira

Um fragmento de bordo de saladeira, com bordo em aba, apresenta forma troncocónica, com ausência de base, n.º 60.

Esta decorada com motivos fitomórficos em azul-cobalto e vinhático sobre vidrado branco. Pinceladas azuis sobre o bordo, intercaladas por traços finos em vinhático sobre filete azul e filete vinhático muito fino.

Pratos

Fragmento de prato de perfil completo n.º 61. O bordo apresenta secção circular, parede direita, oblíqua, com ligeiro ressalto interno junto ao fundo. Assenta num pé baixo e anelar.

A gramática decorativa apresenta uma composição em azul-cobalto sobre vidrado branco, incompleta, dado só possuirmos dois fragmentos. O prato revela um filete junto ao bordo e outro delimitando a cartela no fundo, no interior da qual se observam dois conjuntos de espirais com pequenas pérolas envolvendo uma palavra não legível.

O fragmento n.º 62 corresponde a aba de prato incompleta. A gramática decorativa em azul-cobalto sobre vidrado branco, é indeterminada. Observam-se pinceladas onduladas interceptadas por traços paralelos muito finos.

Os fragmentos de fundos de pratos, n.^{os} 63, 64 e 65, apresentam decoração azul-cobalto sobre vidrado branco. Nos três exemplares, decorados com motivos vegetalistas, registam-se caules folhas e carola de flores, envolvidas por um filete de pincelada larga, com semi-círculos equidistantes sobre o mesmo, seguindo-se outros filetes mais finos.

Um outro fragmento de fundo de prato, n.º 66, apresenta motivos possivelmente vegetalistas em azul-cobalto e vinhático sobre vidrado branco.

Tigelas

A base da peça n.º 67, apresenta paredes muito espessas, assentes num pé baixo e anelar. Uma estrela azul-cobalto e vinhático preenche o campo interno em vidrado branco.

A peça n.º 68 apresenta bordo com secção circular e ligeira depressão junto do mesmo e ausência de base. A superfície externa apresenta uma barra de pincelada larga entre dois filetes mais finos. Trata-se de uma composição em desenho miúdo com motivos vegetalistas, em azul-cobalto e vinhático sobre vidrado branco. No interior, junto ao bordo, observa-se um filete muito fino em vinhático.

Ao último exemplar de tigelas, corresponde a peça n.º 69. Apresenta um bordo de secção circular bem acentuado, corpo em calote esférica e pé baixo, anelar. A gramática decorativa em azul-cobalto sobre vidrado branco, é composta por semi-círculos concêntricos e esquema de pequenos traços horizontais formando triângulos, entre dois filetes. No centro, desenha-se uma espiral. Ao longo do bordo, registam-se pinceladas oblíquas, equidistantes e ausência de decoração na superfície externa.

Jarra

Por último, a peça n.º 70, correspondendo a uma jarra muito fragmentada, apresentando paredes verticais espessas, com um fundo fino e ligeiramente côncavo.

Quanto à gramática decorativa, esta oferece uma grande profusão de elementos vegetalistas em azul-cobalto e vermelho sobre vidrado branco. Um dos campos apresenta uma composição de motivos fitomórficos, envolvendo um motivo antropomórfico, representando o "Nascimento de Vénus".

CRONOLOGIA

A única moeda que se recolheu durante toda a escavação encontrava-se completamente batida sendo impossível qualquer datação devido a se encontrar muito deformada.

Podemos no entanto calcular através dos modelos das peças encontradas e da sua gramática decorativa que estamos em presença de vazadouros de rejeitados que terão funcionado entre os meados do século XVII e o 1.º quartel do século XVIII, sendo a maior probabilidade entre 1675 e 1700.

7. CONCLUSÕES

A análise dos rejeitados destas entulheiras vem confirmar as opiniões de José Queirós (Queirós, 1983, p. 432) e Vergílio Correia (Correia, 1956, p. 114), quando

defendem a produção de diferentes tipos de materiais nas olarias de Lisboa. O autor contrapõe estas opiniões com as de José Meco (Meco, 1989, p. 54) e Santos Simões (Simões 1990, p. 38), que fazem a distinção, defendendo a especialização entre as olarias produtoras de faiança e as de azulejo.

Ora, no caso das bolsas de rejeitados da Rua de Buenos Aires, verificámos que azulejos, louça fosca e faiança, não surgem isolados, mas sim envolvidos entre si.

Em relação aos fragmentos de cerâmica em chacota de faiança, a maior percentagem corresponde às saladeiras, seguindo-se os pratos, as malgas e indeterminados. Por outro lado, os fragmentos em faiança apresentam maior percentagem no conjunto de fragmentos indeterminados, seguindo-se, malgas, pratos, saladeiras, tigelas e rejeitados por colagem. No entanto, registámos ainda: bacias, covilhetes, escudelas, jarra, pratelos e taças.

Se é verdade, como apontam estas percentagens, que as olarias produziram maioritariamente faiança, fica demonstrado que as restantes produções cerâmicas também se encontravam presentes, o que não invalida que de facto tenham coexistido olarias especializadas nas diversas produções. Tal deixa pressupor que uma mesma olaria empregava mão-de-obra especializada e individualizada, nos dois tipos de produção, facto que se confirma, segundo o autor, quando faz referência à olaria de Luís de Moura, sendo este, "*mestre de louça fina e azulejo*"(*ob. cit.*, p. 160).

Efectivamente, os vazadouros de rejeitados da rua de Buenos Aires, não são indicadores que nos possibilitem determinar qual a proveniência destas cerâmicas. Contudo, dado que os mesmos se encontram localizados na zona da Estrela, é possível que tenham tido origem, por exemplo, nas olarias mais próximas, como é o caso das produções da rua do Pé de Ferro, rua de S. Bento, ou a mais próxima, na rua da Bela Vista.

BIBLIOGRAFIA

CALADO, R. S. e BAART, J. (1988) – *Faiança Portuguesa 1600--1660*, Lisboa – Amesterdão.

CORREIA, V. (1918b) – *Oleiros e pintores de louça e azulejos de Lisboa, (Olarias, Anjos)*, Atlântida. Lisboa. 8.

CORREIA, V. (1956a) – *Oleiros Quinhentistas de Lisboa, Azulejos*. Coimbra, p. 97-112.

MANGUCCI, A. C. (1996) – *Olarias de Louça e Azulejo da Freguesia de Santos-O-Velho – dos meados do século XVI aos meados do século XVIII*. Al-madan. Almada, 2.ª Série. 5, p. 155-168.

MANGUCCI, A. C. (2003) – *A pesquisa e a análise de documentos como contributo para o estudo das olarias de Lisboa*. In Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Tondela, p. 425-433.

MECO, J. (1989) – *O Azulejo em Portugal*. Lisboa.

QUEIRÓS, J. (1987) – *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. Lisboa.

SIMÕES, J. M. S. (1990) – *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*. Lisboa.

ELEMENTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA FAIANÇA PORTUGUESA DO SÉCULO XVII

A TIPOLOGIA DE PENDERY APLICADA À REALIDADE DA CASA DO INFANTE (PORTO)

ANABELA P. DE SÁ

RESUMO A intervenção arqueológica realizada no edifício conhecido como *Casa do Infante* (coordenada pelo Dr. Paulo Dordio Gomes e pelo Dr. Ricardo Teixeira), deu origem a estudos realizados nas mais diversas áreas. O nosso objectivo é aqui dar a conhecer alguns dos resultados preliminares da investigação produzida no âmbito da Faiança Portuguesa do século XVII. O propósito principal da pesquisa foi o aperfeiçoamento de uma tipologia baseada na experiência realizada por Steven Pendery em 1999. Para o efeito foram seleccionados alguns depósitos considerados exemplificativos: dois do primeiro terço do século XVII (depósitos 2 e 5) e outros dois da segunda metade do mesmo período (depósitos 3 e 6).

PALAVRAS-CHAVE **Casa do Infante, faiança, tipologia**

1. INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica realizada no conjunto de edifícios que constituem o espaço designado como *Casa do Infante,* possibilitou a identificação de uma longa e bem conservada sequência estratigráfica e a exumação de um vasto espólio diversificado que permitiu reunir informações sobre o abastecimento de cerâmicas à cidade do Porto desde a época romana aos nossos dias (Real *et al*, 1995).

No decurso dos trabalhos realizados foi dado grande relevo ao estudo da cerâmica, sendo o objectivo principal da investigação a identificação dos grandes centros produtores. Recorreu-se, para o efeito, à pesquisa documental e à análise macroscópica e química deste género de espólio e os resultados foram sendo apresentados nos congressos de cerâmica medieval e pós medieval de Tondela (Real *et al*, 1995; Barreira, Dordio e Teixeira, 1998) e posteriormente no *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia* (Dordio; Teixeira; Sá, 2001).

Existem hoje outros estudos e publicações mais recentes que, do ponto de vista arqueológico, analisam a cerâmica e estabelecem as suas origens, caracterização, formas e decorações. Apesar de tudo, no caso da faiança nacional as obras de referência máxima continuam ainda a ser os catálogos de museus, elaborados a partir de peças de grande qualidade técnica e decorativa, que pelas suas características excepcionais não estariam ao alcance de grande parte da comunidade seiscentista portuguesa. Embora muito fragmentados e incompletos, são os materiais arqueológicos que permitem essa aproximação ao quotidiano, pois reflectem as vida, gostos e actividades desta sociedade.

Desta forma, é apenas justo sublinhar a importância que as cerâmicas recolhidas em intervenções urbanas detêm para a compreensão da população citadina, uma vez que são os resultados materiais mais visíveis de acções que reflectem comportamentos socioculturais e económicos relevantes.

O artigo que agora se publica integra-se numa investigação em curso desde 2002, com vista à publicação final dos resultados da intervenção arqueológica. Para este estudo foram seleccionados quatro conjuntos de faiança procedentes de contextos com cronologias bem definidas. O espólio neles contido, as relações estabelecidas entre estratigrafia e estruturas e sobretudo as referências documentais conferem a estes conjuntos balizamentos temporais relativamente precisos.

Assim, o **depósito 2** (D2) encontra-se relacionado com uma extensa obra de alteamento em cerca de um metro na cota do pavimento das casas do lado sul do "*Bairro da Moeda*", datável de cerca de 1628. O **depósito 3** (D3) corresponde ao enchimento de uma cavidade aberta no substrato, para a obtenção de saibros para argamassas, durante a obra de construção da Nova

Alfândega entre 1656 e 1677. O **depósito 5** (D5) está cronologicamente relacionado com o depósito 2, corresponde ao enchimento do espaço entre dois muros, a Oeste do acesso Norte à *Casa da Moeda* (Viela Norte); servia para criar uma plataforma associada a uma porta alta. O **depósito 6** (D6) resultou de uma obra contemporânea da que originou o depósito 3 e corresponde ao aterro para construção de umas escadas na Viela Norte; foi incluído neste estudo após se ter verificado que os fragmentos nele compreendidos pertenciam às mesmas peças do depósito 3, permitindo não só reconstitui-las mas também recuperar os motivos decorativos em análise (fig. 1).

2. ESTUDOS ANTERIORES

Pioneira, a publicação *Faiança Portuguesa* de Jan Baart expôs os resultados da escavação num bairro de Amesterdão onde no início do século XVII se exilaram judeus portugueses. Foi o sustentáculo de uma importante reestruturação a nível cronológico nos estudos posteriores (Faiança Portuguesa, 1987).

Inspirado por este trabalho e baseando-se em publicações de colecções de museus portugueses, entre as quais se encontram as obras e artigos de Rafael Salinas Calado e João Pedro Monteiro, o arqueólogo norte-americano Steven Pendery traçou uma nova linha orientadora no estudo deste tipo de cerâmica: concebeu a primeira tipologia para Faiança Portuguesa tendo por base fragmentos de louça exumada na costa atlântica dos Estados Unidos, principalmente na área de New England (Pendery, 1999).

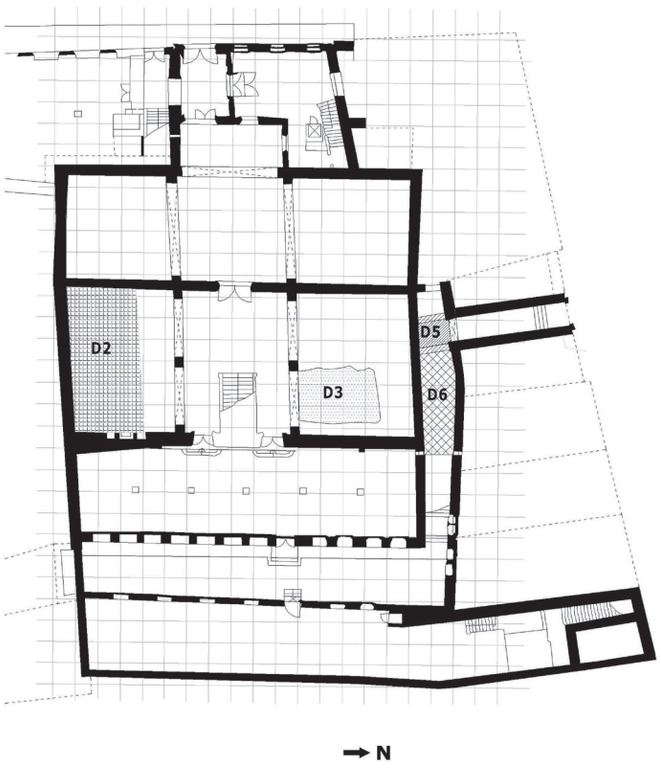
3. A METODOLOGIA

O principal objectivo do trabalho aqui apresentado foi o aperfeiçoamento da sistematização de Pendery de modo a que esta funcionasse como um impulso para a construção de uma tipologia abrangente, que se adequasse à realidade nacional, onde a faiança é um género de cerâmica bastante abundante.

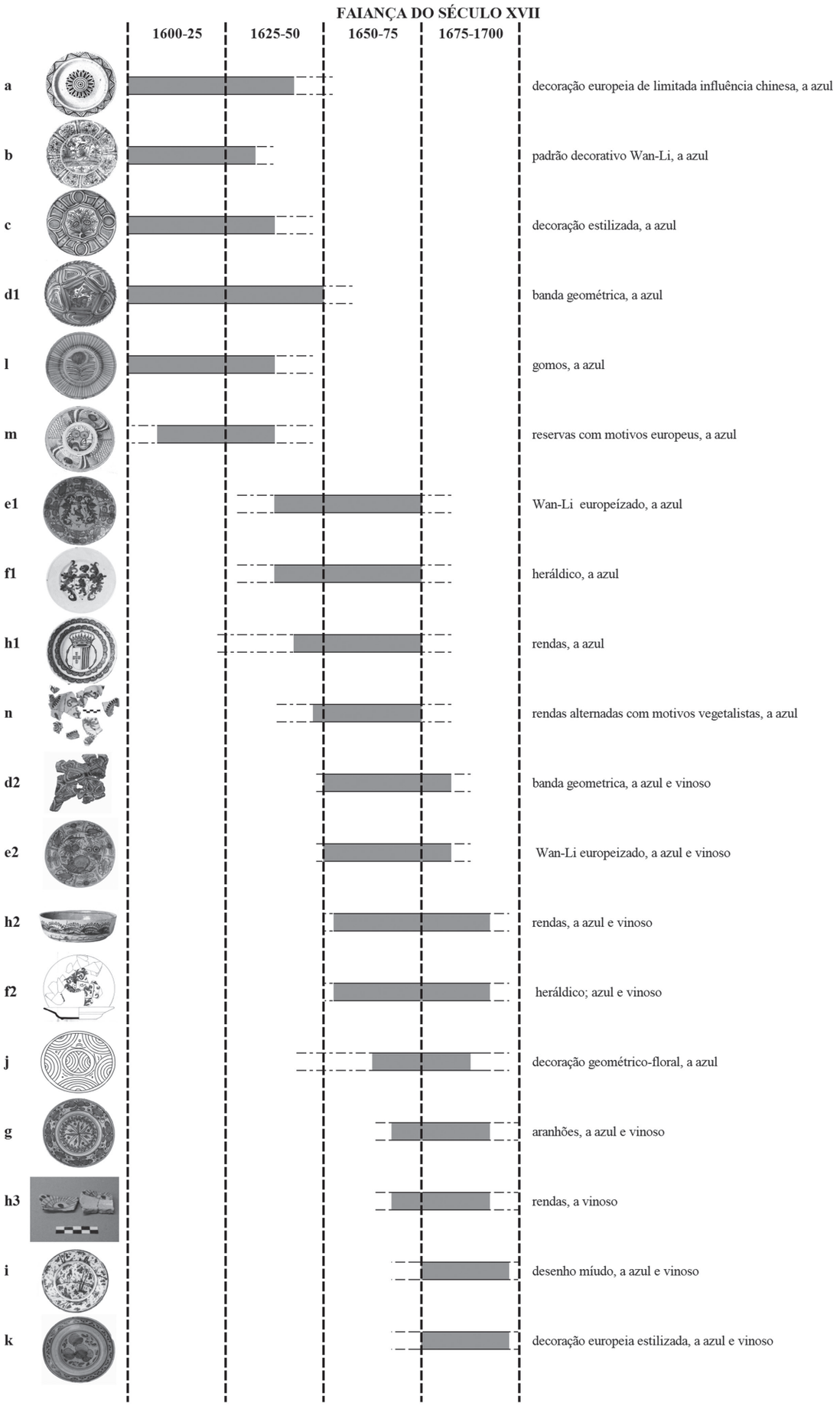
Na fase mais elementar da investigação iniciada na *Casa do Infante*, os fragmentos foram separados de acordo com os padrões decorativos apresentados. À medida que se foram reconstituindo peças e analisando as suas decorações, identificaram-se outros padrões que foram sendo sistematizados e que complementam a tipologia original.

Numa segunda fase de estudo, os fragmentos foram separados com base numa análise macroscópica: cor do cerne, textura e tonalidade do vidrado. Apesar de pouco produtiva, esta foi uma fase essencial para aproximar fragmentos que, aparentemente, não estariam relacionados a nível decorativo.

Os melhores resultados obtiveram-se numa terceira fase em que se combinaram ambos os critérios: a tecnologia/análise macroscópica dos fragmentos e a análise decorativa dos mesmos.



1. Planta da Casa do Infante com a localização dos depósitos estudados.



2. Tipologia da Casa do Infante.

Os tipos estudados de modo mais exaustivo são os que apresentam esquemas decorativos semelhantes aos exumados nos depósitos do primeiro terço do século XVII (depósitos 2 e 5) e que poderão ser, por esta razão, atribuídos ao primeiro quartel do século XVII. Tratou-se de um trabalho bastante difícil pois os dois depósitos que abrangem esta cronologia mais recuada (D2 e D5) possuem um reduzido número de fragmentos de faiança.

4. A TIPOLOGIA DA FAIANÇA DA *CASA DO INFANTE*

Como referimos anteriormente, o alicerce da tipologia que aqui apresentamos foi a de Pendery que conta com a identificação de onze tipos (1999, p. 62).
Ao longo dos anos procuramos ampliar e aperfeiçoar este trabalho. Neste sentido, a tipologia da Casa do Infante acrescenta três novos tipos à original. Para além destes foi ainda possível subdividir alguns com base em diferenças cromáticas (fig. 2).
Este reconhecimento permitiu-nos ampliar a tipologia existente dando-se continuidade às designações alfabéticas iniciadas por Pendery. No caso das variantes cromáticas dentro dos tipos já identificados, optámos por um fraccionamento dos mesmos (que designamos por *subtipos*), continuando estes a ter a designação original mas seguida de um número.
Aproveitamos para realçar que este não é um trabalho concluído. Trata-se de uma investigação que se tem revelado longa mas descontínua no tempo, pesando aqui factores diversos que foram limitando este processo.

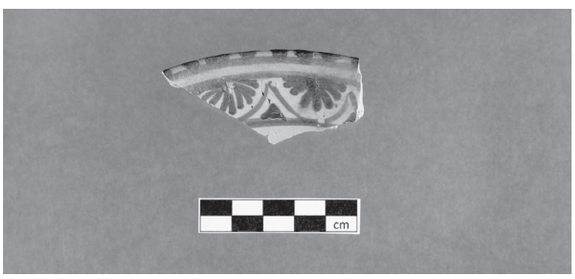
4.1 Tipo a

O **tipo *a***[1], *"decoração europeia de limitada influência chinesa, a azul"* (Pendery, 1999, p. 62: "European design with limited Chinese influence").
Caracteriza-se por uma decoração bem delimitada, circunscrita a uma "banda" (junto ao bordo) e ao fundo da peça, deixando, um espaço central livre de qualquer decoração. Ocasionalmente a banda é adossada ao medalhão central. A decoração do fundo insere-se frequentemente num medalhão central e, em casos raros, encontra-se sem qualquer delimitação. Embora os elementos decorativos sejam maioritariamente geométricos e de influência europeia (círculos concêntricos ou motivos vegetalistas), o esquema organizativo parece corresponder ao das peças de porcelana do período Jiajing da dinastia Ming.

1. Fig. 2; Faiança Portuguesa, 1987, p. 30.

Foi identificado nos depósitos 2, 3, 5 e 6 por um número considerável de fragmentos (figs. 3 a 6).
Ao longo desta investigação apercebemo-nos que os tipos em estudo apresentavam variações dentro de um mesmo padrão. Criamos então esquemas para desenvolver uma sistematização. Dentro do tipo *a* identificamos quatro esquemas organizativos principais, nos quais podemos incluir praticamente todas as peças

3. Peça CI/91/1507/018. Tipo a.



4. Peça CI/91/1722/004. Tipo a.

5. Peça CI/91/1079/146. Tipo a.

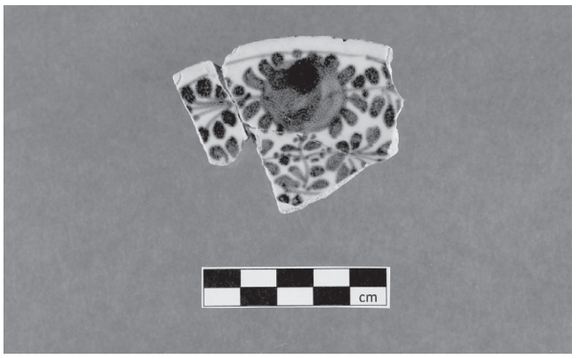
6. Peça CI/91/1050/154. Tipo a.

observadas na *Casa do Infante*: semicírculos, semicírculos contrapostos, arabescos e óvulos (Sá, 2002; Sá e Dordio, 2002).

4.2 Tipo b

O **tipo *b***[2], *"padrão decorativo Wan-Li, a azul"* (Pendery, 1999, p. 62: "Chinese Wan-Li pattern").
Caracteriza-se pela tentativa de reproduzir fielmente a técnica decorativa da porcelana Ming do período Wan-Li onde subsiste uma ausência de espaços vazios.

2. Fig. 2; Influência Oriental, 1994, p. 61.



7. Peça CI/91/5384/091. Tipo b.

8. Peça CI/91/ 1079/052. Tipo b.

9. Peça CI/91/1079/050. Tipo b.

O fundo da peça apresenta sempre um medalhão (redondo ou com forma geométrica sub-circular) com paisagens ostentando animais, que são motivos simbólicos recorrentes nos temas orientais. A decoração do fundo une-se completamente às reservas que preenchem as paredes da peça até ao bordo.
Apesar de existirem vários exemplares expostos em museus, nos depósitos da *Casa do Infante* este tipo encontra-se quase ausente. Facto este que parece apontar para o carácter de excepção e qualidade atribuído a peças deste género em que o traço do desenho é extremamente cuidado: há uma grande preocupação com a fidelidade e estética do mesmo (figs. 7 a 9).

4.3 Tipo c

O **tipo *c***[3] *"decoração estilizada, a azul"* foi denominado por Pendery "stylized Chinese design" (1999, p. 62), no entanto, a nossa investigação levou-nos a considerar que este tipo sofre menos influências da porcelana chinesa do que o inicialmente pressuposto por este autor. Parece-nos que os motivos são essencialmente de influência europeia.
Trata-se de um tipo com uma decoração profusa, bastante geometrizada, que apresenta como principal motivo "reservas concêntricas" delineadas com traços de diferentes espessuras e preenchidas com "encanastrados" e "espirais". O motivo do fundo é relativamente estilizado e inserido num medalhão (geralmente sub-circular), também ele delimitado por linhas concêntricas de espessuras variadas. Caracteriza-se pela ausência de espaços vazios; o medalhão do fundo une-se completamente às reservas que preenchem as paredes da peça até ao bordo. É um tipo bastante raro nos depósitos estudados, onde surge extremamente fragmentado (figs. 10 e 11).

3. Fig. 2; Influência Oriental, 1994, p. 66.

10. Peça CI/91/1708/038. Tipo c.

11. Peça CI/91/ 1728/014. Tipo c.

4.4 Tipo d

Identificado por Pendery como "geometrical border" (Pendery, 1999, p. 62) passou a ser por nós designado como *"banda geométrica, a azul"*. Muito semelhante ao tipo anterior, o **tipo *d***[4] possui algumas características particulares.

A decoração em reservas concêntricas é em tudo semelhante ao tipo *c* mas o seu preenchimento é ocupado exclusivamente por espirais e pontos de influência europeia. O fundo da peça pode apresentar decoração de influência chinesa, inserida em medalhão polilobado rodeado por linhas concêntricas, ou o motivo das "reservas concêntricas" com espirais e pontos disperso por toda a peça anulando o medalhão. Também aqui há uma ausência de espaços vazios. Nos depósitos estudados, as peças deste tipo surgem extremamente fragmentadas e, por esta razão, pode ser confundido com o tipo *c*.

Podemos subdividi-lo em ***d1***, *"banda geométrica a azul"*, identificado nos depósitos 2, 3, 5 e 6 por um reduzido número de fragmentos (figs. 12 e 13); e ***d2***[5], *"banda geométrica a azul e manganês"*: assemelha-se ao *d1* mas com contornos a manganês; foi identificado unicamente no depósito 3 (fig. 14).

4. Fig. 2; Influência Oriental, 1994, p. 80.

12. Peça CI/91/1050/096. Tipo d.

13. Peça CI/91/1149/219. Tipo d.

14. Peça CI/91/0625/017. Tipo d.

4.5 Tipo e

"Europeianized Wan-Li" (Pendery, 1999, p. 62) ou *"Wan-Li europeizado"* foi a designação atribuída ao **tipo *e***[6].

A decoração é, tal como no caso do tipo *b*, influenciada pelas peças do período Wan-Li da dinastia Ming, no entanto, esta é mais gestual e interpreta com alguma inocência os motivos típicos orientais. O fundo da peça pode apresentar paisagens chinesas ou motivos europeus (heráldica, corações, cartelas onomásticas, figuras humanas, etc...). Também neste tipo existe uma ausência de espaços vazios; o medalhão une-se completamente às reservas que preenchem as paredes da peça até ao bordo.

É um tipo bastante abundante nos depósitos 3 e 6 da *Casa do Infante*, embora o nível de fragmentação elevada tenha permitido apenas reconstruções parciais dos motivos (figs. 15 e 16).

A sua sub-divisão em ***e1***, "Wan-Li europeizado a azul",

5. Fig. 2; Peça CI/91/0625/017.
6. Fig. 2; Faiança Portuguesa, 1987, p. 76.

e ***e2***[7], "*Wan-Li europeizado a azul e manganês",* foi possível através do registo de alguns fragmentos com motivos delineados a manganês nos depósitos 3 e 6.

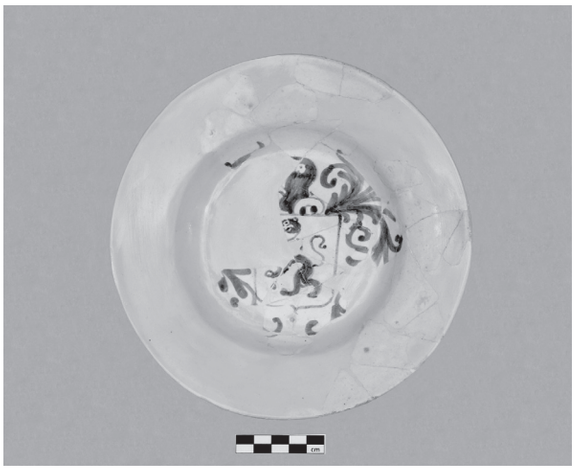
15. Peça CI/91/1142/102. Tipo e.

16. Peça CI/91/1142/102. Tipo e.

4.6 Tipo f

Possivelmente devido a uma presença mais frequente nas publicações nacionais, o **tipo *f*** foi assinalado por Pendery na sua versão bicromática "Armorial manganese purple outline" (Pendery, 1999, p. 62) ou "*Heráldico azul e manganês"*.
Caracteriza-se por uma decoração circunscrita quase exclusivamente ao fundo da peça, por vezes expandindo-se para as paredes, deixando a zona do bordo sem desenhos/decorações. O motivo heráldico pode variar, embora existam alguns que se parecem repetir frequentemente.
Nos depósitos 3 e 6 da *Casa do* Infante surgem também os motivos apenas azuis dando origem à sua subdivisão em ***f1***[8], "*heráldico a azul"* (fig. 18) e ***f2***[9], "*heráldico a azul e manganês"* (fig. 17).

7. Fig. 2; Influência Oriental, 1994, p. 109.
8. Fig. 2; Faiança Portuguesa, 1987, p. 82.
9. Fig. 2; Peça CI/91/1050/080.



17. Peça CI/91/1050/080. Tipo f.

18. Peça CI/91/5381/041. Tipo f.

4.7 Tipo g

O **tipo *g***[10] foi denominado "*Aranhões"* (Pendery, 1999, p. 62: "Aranhões and fruit border").
Caracteriza-se pela recuperação e reinterpretação de motivos orientais (dos tipos *b* e *e*) que se tornam mais esquematizados e de difícil reconhecimento devido à rude estilização dos mesmos. Com frequência, as reservas são abandonadas originando uma organização decorativa em forma de «banda» contínua. O fundo pode variar bastante e conter motivos simétricos, representações muito estilizadas de paisagens orientais ou até representações antropomórficas.
É um tipo raro na *Casa do* Infante, salientando-se duas peças provenientes dos depósitos 3 e 6 (figs. 19 e 20).

4.8 Tipo h

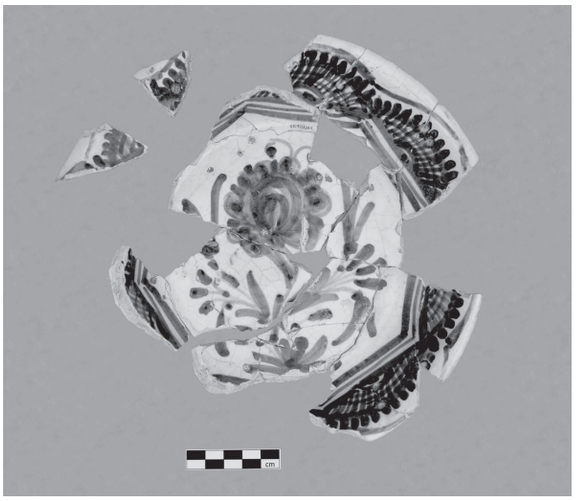
O **tipo *h***, um dos mais característicos da faiança portuguesa, foi denominado "Lace" por Pendery (1999,

10. Fig. 2; Influência Oriental, 1994, p. 139.

19. Peça CI/91/5361/014. Tipo g.

20. Peça CI/91/5361/015. Tipo g.

21. Peça CI/91/1149/216. Tipo h.



22. Peça CI/91/1149/218. Tipo h.

p. 62) de acordo com a designação comummente aceite para este padrão: "*Rendas*".

Caracteriza-se por uma decoração com motivos que procuram representar "rendas" ou melhor a parte dos seus remates semicirculares. Estas podem encontrar-se voltadas para o interior da peça ou para o seu exterior, ser organizadas de modo a delinear figuras circulares ou figuras geométricas de aresta (pentágonos, hexágonos, entre outros). O motivo do fundo pode variar bastante: motivos simétricos, representações vegetalistas com ramagens, rendas, heráldica ou motivos onomásticos.

Subdivide-se em ***h1***[11], "*rendas a azul*" (figs.21 e 22), ***h2***[12], "*rendas a azul e manganês*", ***h3***[13], "*rendas apenas em manganês*". Apesar da raridade e da necessidade de confirmação em estudos posteriores, existem alguns fragmentos no D3 e D6 que parecem apontar para a existência de um subtipo ***h4*** "*rendas a azul, manganês e amarelo*".

O único exemplar deste género detectado no depósito 2, pode inserir-se no subgrupo *h1* embora exiba rendas triangulares em vez das tradicionais semicirculares.

4.9 Tipo i

O **tipo *i***[14], tradicionalmente conhecido por "*desenho miúdo a azul e manganês*" (Pendery, 1999, p. 62: "Transitional Chinese design, manganese and purple outline"), encontra-se ausente dos depósitos estudados.

Ao que tudo indica, esta constatação remete-o para uma cronologia posterior ao 3º quartel do século XVII. Uma outra hipótese levantada por João Pedro Monteiro indica que este poderá ser um motivo decorativo proveniente de uma única oficina de Lisboa que se terá especializado nele (Monteiro, 2004, p. 63).

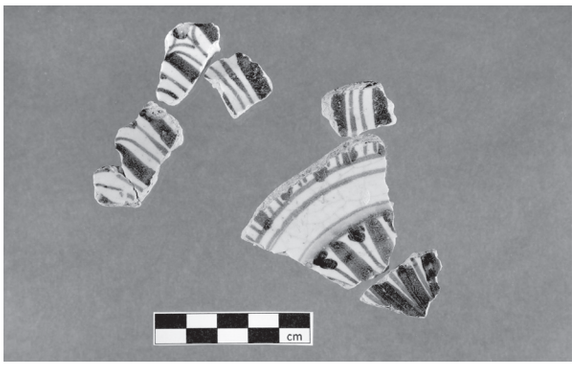
O padrão decorativo influenciado pela porcelana chinesa do período de transição (1620-1683), caracteriza-se pela utilização de pequenas figuras que preenchem toda a superfície da peça. Esta não apresenta quaisquer divisões ou reservas na aba que é decorada de forma contínua, a decoração do fundo inscreve-se num medalhão.

4.10 Tipo j

O **tipo *j***[15], "*decoração geométrico-floral*" (Pendery, 1999, p. 62: "floral-geometrical design"), é um motivo decorativo raro do qual se conhece uma possível peça que também podemos incluir no tipo *a*.

11. Fig. 2; Calado, 1992, p. 33.
12. Fig. 2; Faiança Portuguesa, 1987, p. 85.
13. Fig. 2; Fragmentos avulsos da Casa do Infante.
14. Fig. 2; Influência Oriental, 1994, p. 118.
15. Fig. 2; Bracante, 1931, p. 276 apud Pendery, 1999, p. 62.

23. Peça CI/91/5381/039. Tipo j.



24. Peça CI/91/1029/156. Tipo l.

25. Peça CI/91/1050/098. Tipo l.

26. Peça CI/91/1097/019. Tipo l.

Provavelmente poderá diferenciar-se deste pela decoração que ocupa a quase totalidade da peça e pelo motivo geométrico, com simetria bilateral que ocupa o medalhão central.
Como referimos, existe uma possível peça deste tipo, que também podemos enquadrar no tipo *a*, proveniente dos depósitos 3 e 6 (fig. 23).

4.11 Tipo k

O **tipo *k***[16], *"decoração europeia estilizada"* (Pendery, 1999, p. 62: "entirely European design"), não foi identificado nos depósitos estudados por pertencer a uma cronologia tardia dentro do século XVII.
Caracteriza-se por uma esquematização extremamente simplificada dos padrões decorativos chineses que se apresentam de um modo cada vez menos refinado. É comummente reconhecido nos estudos mais clássicos da faiança pelo motivo das "contas" que normalmente preenchem a estreita banda exibida na aba dos pratos.
A simbologia dos motivos chineses apaga-se definitivamente e os motivos são aqui reduzidos a um mínimo de linhas.

4.12 Tipo l

O **tipo *l***[17] *"gomos"* não existe na tipologia de Pendery. Foi identificado inicialmente nos depósitos mais antigos (o 2 e o 5) mas mais tarde encontraram-se também fragmentos nos depósitos 3 e 6. Caracteriza-se por uma decoração muito simples ostentando linhas verticais que ocupam a maior parte da peça.
Sendo de pequena dimensão, os fragmentos raramente permitiam a identificação da forma da peça. Optou-se, portanto, por uma sistematização tendo por base o remate junto ao bordo, uma vez que estes apresentavam uma grande diversidade e diferentes esquemas decorativos.
Praticamente não existem peças publicadas em catálogos de museus. As peças conhecidas são provenientes de outras intervenções arqueológicas (figs. 24 a 26).
Os "gomos" apresentam-se simples ovalados, com a linha espessa do interior ondulante, parcialmente preenchida ou com forma ogival. Podem ser separados entre si por pequenas pontas de flecha orientadas para a parte inferior, por linhas verticais que ascendem ao topo e terminando em forma de grinalda ou sendo cortadas por pequenos traços horizontais. Os remates superiores mais comuns são os triângulos que podem ser concêntricos com um ponto no interior ou totalmente preenchidos. Outros espaços intersticiais superiores podem

16. Fig. 2; Influência Oriental, 1994, p. 148
17. Fig. 2; Faiança Portuguesa, 1997, p. 25.

apresentar um único ponto (Sá, 2002; Sá e Dordio, 2002).

4.13 Tipo m

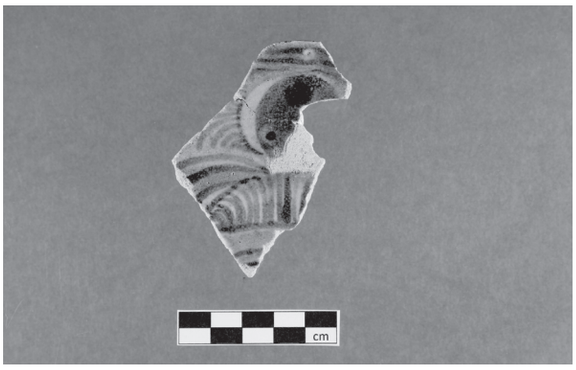
O **tipo *m***[18], *"reservas com motivos europeus a azul"* (inexistente na tipologia de Pendery), foi residualmente identificado nos depósitos mais antigos (o 2 e o 5), tendo sido detectados mais fragmentos no 3 e no 6. Caracteriza-se pela alternância de motivos geométricos com motivos florais ou vegetalistas estilizados, em reservas separadas por pequenas "cartelas" combinados com fundos de influência oriental.

A decoração deste tipo de peças apresenta diversas influências. Se por um lado podemos observar o mesmo esquema de encastrados na cerâmica hispano-árabe, por outro o medalhão do fundo apresenta-se, por vezes, com composições de inspiração chinesa (figs. 27 a 29).

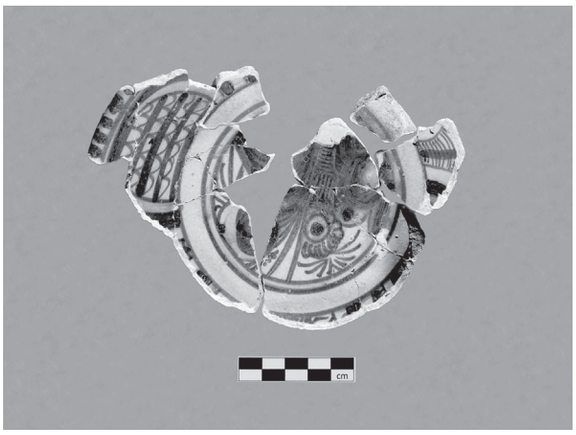
Um dos motivos mais recorrentes é uma flor que surge sempre representada do mesmo modo (fig. 27). Parece-nos que, mais tarde, terá servido de inspiração a um dos motivos decorativos recorrentes na faiança de inspiração Wan-Li produzida pelas oficinas de Delft, a partir de 1640.

Tal como no tipo anterior, também neste praticamente não existem peças publicadas em catálogos de museus. As peças conhecidas são provenientes de outras intervenções arqueológicas.

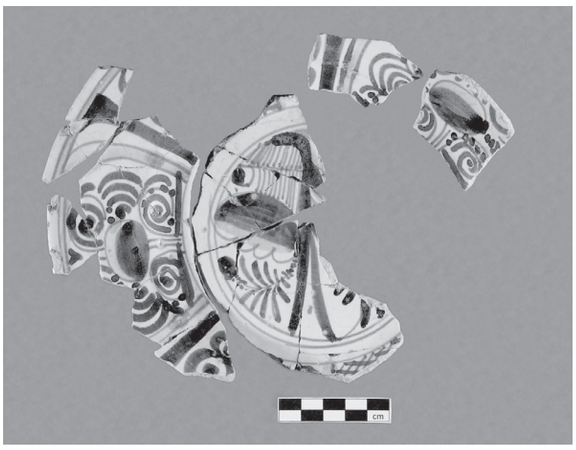
18. Fig. 2; Faiança Portuguesa, 1997, p. 24.



27. Peça CI/91/5004/009. Tipo m.



28. Peça CI/91/1050/174. Tipo m.



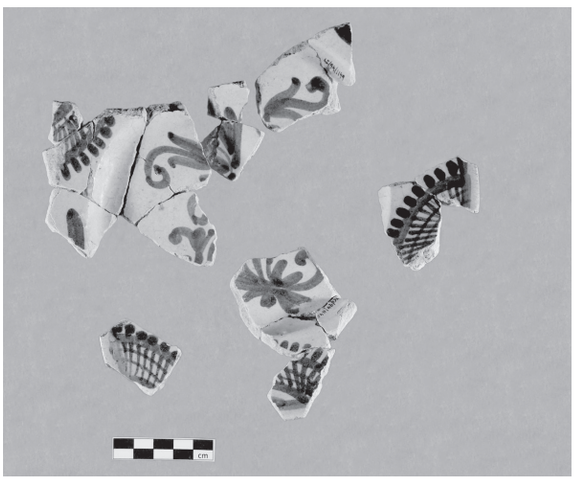
29. Peça CI/91/5361/016. Tipo m.

4.14 Tipo n

O **tipo *n***[19] denominado *"rendas alternadas com motivos vegetalistas a azul"* (inexistente na tipologia de Pendery) distingue-se do tipo *h* pois alterna o motivo "renda" com outro de carácter fitomórfico. O fundo da peça apresenta também motivos vegetalistas.

Aparenta ser, apesar de tudo, um padrão bastante raro que surge apenas no D3 e no D6. Poderá dar-se o caso existirem mais exemplares irreconhecíveis devido ao elevado nível de fragmentação das peças. Não se conhecem actualmente referências publicadas em catálogos de museus, sendo o tipo *n* apenas conhecido através de intervenções arqueológicas (fig. 30).

19. Fig. 2; Peça CI/91/1149/193.



30. Peça CI/91/1149/193. Tipo n.

5. CRONOLOGIAS E PROBLEMÁTICAS

A observação permite-nos inferir que se as faianças dos depósitos 2 e 5 corresponderão a peças do primeiro quartel do século XVII, os depósitos 3 e 6 incluirão cerâmicas de cronologia mais recente (do segundo e do terceiro quartéis deste século), Não podemos no entanto excluir que existe uma enorme possibilidade de nos D3 e D6 coexistirem fragmentos residuais de algumas peças coetâneas dos depósitos mais antigos. A presença de motivos decorativos análogos parece confirmar este facto e apontar, muito provavelmente, para uma sobrevivência destas decorações ao longo da primeira metade deste século.

Parece-nos, portanto, lógico considerar os tipos *a*, *b*, *c, d1*, *l* e *m* como os mais antigos, em voga durante o primeiro quartel do século XVII. A ausência ou raridade dos motivos *i*, *j* e *k* nos depósitos estudados poder-se-á ficar a dever ao facto de serem motivos mais tardios ou mais raros e pouco representativos do gosto decorativo da época. Os restantes pertencerão a um gosto decorativo em voga entre o segundo quartel e fins do terceiro quartel do mesmo século.

Os tipos *l* e *m* foram inicialmente uma incógnita devido à ausência de referências bibliográficas. Apenas se encontram publicadas duas peças no Catálogo do Ateneu Comercial do Porto provenientes de uma colecção legada por Arthur de Sandão a esta instituição (Faiança Portuguesa, 1997). Embora desconhecidas das colecções museológicas e muito fragmentadas nos depósitos estudados, peças destes dois tipos são relativamente comuns nos vários depósitos analisados e encontram-se mesmo representadas nos mais antigos.

Ainda durante a observação de peças e catálogos de museus impôs-se uma outra questão relacionada com a raridade dos fragmentos do tipo *d1* nos depósitos em estudo.

As razões para esta discrepância não são claras. Inicialmente pensámos que os tipos *l* e *m* poderiam ser de um gosto mais popular e daí não possuírem a qualidade ou a estética que agradavam às famílias mais abastadas ou às ordens religiosas cujas peças engrandecem actualmente os núcleos de faiança museológica. Contrariamente, o *d1* seria expressão desse gosto mais erudito sendo esta uma das razões da sua abundância nas salas de museus e raridade nos depósitos da Casa do Infante (Sá e Dordio, 2002). Não obstante, a constatação de que algumas das peças *l* e *m* presentes nos contextos estudados possuem muito boa qualidade técnica e decorativa, o que parece colocar de parte esta hipótese.

No campo das probabilidades podemos avançar com algumas teorias mas estas carecem de confirmação científica e terão de ser aferidas em estudos posteriores. Uma destas é a de que os tipos *l* e *m* e o tipo *d1* possam ser produtos de duas oficinas distintas ou mesmo (quem sabe) de zonas diferentes do país. A comprovação ou refutação desta teoria terá de ser efectuada através do estudo e observação de espólio procedente de outras cidades de modo a avaliar com exactidão a questão da abundância ou raridade destes três tipos. Mais uma vez se ressalva que o exame de depósitos de faiança de áreas urbanas distintas do Porto ainda não nos foi possível e que a hipótese avançada se trata de uma mera conjectura.

6. CONCLUSÃO

A investigação efectuada foi o resultado de uma análise da bibliografia existente, conjugada com a natureza cronológica dos contextos estudados.

Os objectivos a que nos propusemos, de ampliar a tipologia de Pendery e ajustá-la a uma realidade nacional foram cumpridos apenas parcialmente. Contribuímos com a identificação de outros tipos e com uma nova organização onde constam divisões em subtipos, no entanto, esta continua uma tarefa inacabada.

Salienta-se que, este trabalho por diversas vezes interrompido e retomado entre 2002 e 2006, resulta de elementos recolhidos apenas durante esse período e carece de um maior aprofundamento. Nos depósitos examinados, mesmo nos mais antigos, ainda subsistem decorações que poderão resultar numa ampliação desta tipologia. O grau de fragmentação das peças conjugada com a falta de tempo e de recursos não nos permitiu, na altura, avançar nesse sentido.

Esperamos que este estudo possa concorrer com novas linhas de orientação para trabalhos futuros sobre o mesmo tema e que as questões aqui colocadas possam servir de ponto de partida a novas pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

BARREIRA, P.; DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 22 a 25 de Março de 1995.* Tondela: Câmara Municipal, p. 145-184.

CALADO, R. S. (1992) – *Faiança Portuguesa: sua evolução até ao início do século XX. Portuguese Faience: its evolution up to the early 20th* century. Lisboa. Direcção de Serviços de Filatelia. Correios de Portugal, 120 p.

CALADO, R. S. (1993) – A Porcelana da China como Fonte de Inspiração da decoração da Faiança Portuguesa no século XVII. *Oceanos, número 14, Julho de 1993*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 76-83.

CALADO, R. S. (2001) – Breve Historial da Faiança em Portugal. In *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia* [s.l.]. Museu Nacional de Soares dos Reis, 2001, p. 15-25.

DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. e SÁ, A. (2001) – Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia. In *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia* [s.l.]. Museu Nacional de Soares dos Reis, 2001, p. 119-164.

FAIANÇA PORTUGUESA 1600-1660 / Portuguese faience, 1600-1660. Lisboa. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado da Cultura. Amesterdam. Amsterdams Historisch Museum. 96 p. Catálogo.

FAIANÇA PORTUGUESA do Ateneu Comercial do Porto / Portuguese faience of the Ateneu Comercial do Porto. Porto: Ateneu Comercial, 1997. 191 p.

INFLUÊNCIA ORIENTAL na Cerâmica Portuguesa do Século XVII. / Oriental Influence on 17th Century Portuguese Ceramics. Lisboa. Museu Nacional do Azulejo/Lisboa 94. Milão. Electa. 161 p. Catálogo.

ITINERÁRIO da Faiança do Porto e Gaia [s.l.]. Museu Nacional de Soares dos Reis, 2001. 304 p.

MONTEIRO, J. P. (2004) – A afirmação de um gosto nacional na Cerâmica nacional. *Céramique du Portugal du XVIe au XXe siècle. / Cerâmica Portuguesa do século XVI ao XX*. Ville de Genève – Département des affaires culturelles. Musée Ariana. 215 p.

PENDERY, S. R. (1999) – Portuguese Tin-glazed Earthenware in Seventeenth-Century New England: A Preliminary Study. *The Journal of the Society for Historical Archaeology, Vol. 33 (N.º 4)*. [s.l.]. Society for Historical Archaeology, p. 58-77.

REAL, M. L. *et al* (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. In *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 28 a 31 de Outubro de 1992.* Tondela, Câmara Municipal, p. 171-186.

SÁ, A. (2002) – *As Faianças do século XVII do Arquivo Histórico Municipal Casa do Infante. Relatório Final*. Texto policopiado.

SÁ, A. e DORDIO, P. (2002) – A Faiança Portuguesa do Século XVII da Intervenção Arqueológica na Casa do Infante: elementos para a sua caracterização. *Cale 1* (no prelo desde 2002 – texto policopiado).

TEIXEIRA, R. e DORDIO P. (1998) – Como pôr ordem em 500 000 fragmentos de Cerâmica? Ou Discussão da metodologia de estudo da cerâmica na intervenção arqueológica da Casa do Infante (Porto). in *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos 2*. Barcelos: Câmara Municipal, p. 115-124.

WILCOXEN, C. (1999) – Seventeenth-Century Portuguese Faiança and Its Presence in Colonial America. in *Northeast Historical Archaeology, vol. 28*. New York. Buffalo State University. Council for Northeast Historical Archaeology, p. 1-20.

AS PRODUÇÕES DE LOUÇA PRETA EM TRÁS-OS-MONTES

CARACTERIZAÇÃO ETNOGRÁFICA E QUÍMICA, SEU INTERESSE PARA O ESTUDO DAS CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS

ISABEL MARIA FERNANDES **Doutoranda no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Técnica-superior do Museu de Alberto Sampaio. imf.isabel@gmail.com**
FERNANDO CASTRO **Professor Catedrático da Universidade do Minho, investigador do CT2M, director do Laboratório de Análises Químicas da TecMinho. fcastro@dem.uminho.pt**

RESUMO Neste artigo caracterizar-se-ão as produções cerâmicas de louça preta dos distritos de Vila Real e Bragança, numa perspectiva etnográfica, tendo em conta a técnica usada e a tipologia das produções. O estudo contemplará também a apresentação de resultados de análise química dessas produções, obtidas por espectrometria de fluorescência de Raios X, procedendo-se ao tratamento estatístico dos resultados com vista a estabelecer padrões "*químicos*" característicos de cada localidade. Os locais de produção estudados são Vilar de Nantes (Chaves), Bisalhães (Mondrões, Vila Real), Telões (Vila Pouca de Aguiar) e Calvelhe (Bragança). Os resultados obtidos revelam-se com potencial interesse para a investigação arqueológica, nomeadamente tendo em vista a identificação de proveniências de fabrico dos fragmentos cerâmicos encontrados nas intervenções arqueológicas.

PALAVRAS-CHAVE **Loiça preta, roda baixa, torno, preparação do barro, Vilar de Nantes, Tourencinho, Bisalhães, Calvelhe, comercialização da loiça, cozedura da loiça, análises químicas**

No distrito de Vila Real, tanto quanto nos é dado alcançar a partir da bibliografia oitocentista consultada e do trabalho de campo efectuado, toda a loiça produzida era/é preta, cozida em atmosfera redutora (Fernandes, 1996 e 1997). Isso mesmo afirma Charles Lepierre no final do século XIX, "*parece até, segundo as minhas informações, que quase toda a loiça deste distrito é preta*" (Lepierre, 1912 [1899], p. 22, nota 1).

No século XIX produzia-se loiça preta em **Vilar de Nantes**, concelho de Chaves (Fernandes, 1997A), **Tourencinho**, lugar da freguesia de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar (Fernandes, 1997C) e **Bisalhães**, lugar da freguesia de Mondrões, concelho de Vila Real (Fernandes, 2009). Mas, quer em Vilar de Nantes quer em Bisalhães, a produção olárica chegou a extravasar os limites destas freguesias e dilatava-se pelas freguesias vizinhas correspondendo à área por onde se estendiam as barreiras e a consequente extracção de barro. Por isso detecta-se a presença de oleiros, já no século XVI em Lordelo (Dias, 1961-1969, II, 80; Santana, 1999, p. 257), freguesia vizinha de Mondrões e, no século XVIII (1796), em Samaiões, Agostém, Vidago e Selhariz, freguesias vizinhas de Vilar de Nantes (Mendes, 1995 [1981], p. 99; 376-379; 564-565). Mas, a referência mais antiga a oleiros no distrito de Vila Real reporta-se a Telões, pois, na carta de foro dada a esta localidade por D. Afonso III, a 10 de Julho de 1255, já aparece referido o topónimo "*Porto dos Oleiros*" (Chancelaria, 2006, I, p. 61).

Hoje, o fabrico de loiça preta no distrito de Vila Real encontra-se confinado a menos de meia dúzia de oleiros nas freguesias de Vilar de Nantes e de Mondrões, prenunciando, tudo o indica..., a morte destas olarias seculares.

No vizinho distrito de Bragança a situação inverte-se e a loiça fabricada no século XIX era vermelha fosca, tendo, no entanto, existido nas freguesias de Calvelhe e de Macedo de Cavaleiros, o fabrico de loiça preta, introduzido por oleiros de Vilar de Nantes que aí estabeleceram as suas oficinas.

É sabido, a partir de trabalho de campo realizado em Vilar de Nantes, que estes oleiros costumavam fazer percursos extensos para vender a sua loiça, chegando mesmo a atravessar a fronteira e a ir comercializá-la a Espanha. Nestes seus percursos de venda foram-se fixando em locais onde encontraram compradores e nos quais criaram as suas oficinas. Conhece-se a migração de oleiros de Vilar de Nantes para Calvelhe no século XIX e, no século XX, para Selhariz, Vilarandelo (Valpaços,

QUADRO I

Freguesia	Concelho, Distrito	Estado	Preparação da pasta	Tipo de roda	Tipo de forno	Modo de transportar a loiça antigamente
Vilar de Nantes	Chaves, Vila Real	**Activo**	Pedra de pisar o barro e foice	Torno	Forno com grelha, descoberto superiormente	Em muares; À cabeça, dentro de cestos
Selhariz	Chaves, Vila Real	Extinto	Pedra de pisar o barro e foice	Torno	Forno com grelha, descoberto superiormente	Em muares; À cabeça, dentro de cestos
Calvelhe	Bragança, Bragança	Extinto	Pedra de pisar o barro e foice	Torno	Forno com grelha, descoberto superiormente	Em muares

Vila Real) e Macedo de Cavaleiros (Bragança)[1]. É de notar que os oleiros de Vilar de Nantes mantiveram as suas técnicas de fabrico nos locais para onde migraram e criaram novas oficinas.

Neste texto analisar-se-á de modo sucinto a produção de louça preta em Vilar de Nantes, Telões, Bisalhães e Calvelhe, tendo em conta as técnicas utilizadas na preparação do barro, levantamento das peças, cozedura e comercialização da loiça (Quadro I).

Quando se analisa o **Quadro I** facilmente se comprova que, apesar de em todos estes locais se produzir loiça preta, as técnicas utilizadas variam. Constatando-se, no entanto, que nos locais de produção criados através de fenómenos migratórios se conservam as técnicas trazidas do local de origem. Ou seja, o modo de fazer a loiça em Vilar de Nantes manteve-se nos locais produtores criados por oleiros daí oriundos – Selhariz e Calvelhe.

Também é interessante constatar que em Telões, freguesia de Tourencinho, situada a meio caminho entre Vilar de Nantes (40 km) e Bisalhães (27 km), os oleiros preparam o barro do mesmo modo que em Bisalhães. No entanto, no levantamento das peças os oleiros de Telões recorrem ao torno, e, na cozedura da loiça ao forno de duas câmaras superiormente descoberto, tal como sucede em Vilar de Nantes. Telões parece, pois, ser um local de transição entre Bisalhães e Vilar de Nantes, um local de confluência de técnicas dos dois locais produtores que lhe ficam nas imediações – Vilar de Nantes e Bisalhães.

Seria interessante saber se as técnicas usadas nestes locais de produção se perpetuaram ao longo dos séculos ou se foi havendo alterações. Por exemplo, será que em Telões e Vilar de Nantes se utilizaria a roda baixa, substituída, em determinado período de tempo, pelo torno? Será que o forno de duas câmaras usado no distrito de Vila Real é uma evolução da soenga utilizada em locais produtores como Gondar (Amarante, Porto), Paus (Resende, Viseu) e Molelos (Tondela, Viseu)? Infelizmente a documentação de arquivo conhecida para épocas mais recuadas poucas informações faculta sobre o fabrico cerâmico e muito menos sobre as técnicas utilizadas.

Seguidamente analisa-se a preparação do barro, o levantamento das peças no torno e na roda baixa, a cozedura e a comercialização da loiça nestas olarias de loiça preta.

PREPARAÇÃO DO BARRO: USO DA PEDRA DE PISAR O BARRO E DA FOICE (VILAR DE NANTES, SELHARIZ, CALVELHE)

Analisa-se a preparação do barro em Vilar de Nantes, Selhariz e Calvelhe, locais onde se utilizava (e ainda se utiliza em Vilar de Nantes) a pedra de pisar o barro e a foice para preparar a pasta (Fernandes, 2004).

Chegado à oficina o barro é guardado a um canto, na *barreira*, e aí mesmo[2], com o auxílio da *enxada* ou *sachola*, partido em fragmentos mais pequenos retirando-se com as mãos as impurezas encontradas, misturando-se-lhe água e continuando-se a mexê-lo com a enxada.

Esta pasta mole é seguidamente colocada sobre a *pedra de pisar* ou *amassar o barro* – normalmente de granito – sendo energicamente batida, com o auxílio da *foice* – um ferro comprido.

Depois do barro bem batido com as mãos divide-se a pasta mole em *talhadas* – pedaços grandes de barro. Estas talhadas são guardadas a um canto da pedra de

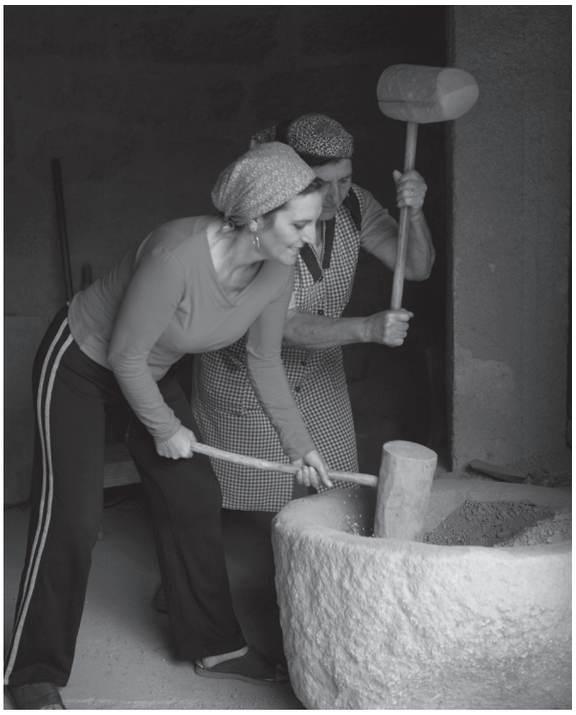
1. A referência à existência de oleiros em Calvelhe no século XIX é comprovada documentalmente (Rodrigues; Mascarenhas, 1997: 38-40. Ver tb. Rodrigues, 1996 e Rodrigues; Rebanda, 1995 e 1996). Nos outros locais é conhecida através do trabalho de campo efectuado em Vilar de Nantes e Selhariz.

2. A única alteração introduzida na preparação da pasta pelo oleiro Silvino da Silva quando montou a sua oficina em Selhariz foi passar a demolhar o barro num tanque criado expressamente para o efeito, enquanto em Vilar de Nantes era demolhado na própria *barreira*.

Isabel Maria Fernandes

1. O oleiro Luís da Silva Medeiros a pisar o barro com a foice na pedra de pisar o barro. Vilar de Nantes (Chaves). 11 de Junho de 1998.

Manuel Correia



2. Adorinda Martins Sigre e a filha Glória a pisar o barro no pio com os picos. Oficina do oleiro Cesário da Rocha Martins. Ano de 2008.

Revista Renascença

3. Oleiro a trabalhar no torno, mulheres e cesto com loiça. Vilar de Nantes (Chaves). Ca 1935.

pisar. É costume serem cobertas, sendo que antigamente se cobria com um pano e mais recentemente com um plástico. Quando necessita de barro o oleiro vai a uma das *talhadas* e subdivide-a em pedaços mais pequenos chamados *bolos* os quais correspondem à quantidade de barro necessária para levantar no torno a peça pretendida. Joaquim Sellés Pais de Vilas Boas informa que, se a peça que o oleiro pretendia produzir era pequena, este colocava sobre o *talho* (tampo da roda) um pequeno cilindro de barro – o *rodalho* – e era sobre este que colocava o bolo com que iniciava o levantamento da peça (Vilas Boas, 1942, p. 354).

A preparação do barro era tarefa de mulheres (mãe e filhas) e dos filhos que ainda não sabiam trabalhar convenientemente à roda.

PREPARAÇÃO DO BARRO: USO DO PIO/PIA E PICO/PIO (MONDRÕES E TELÕES)

O uso do pio/pia e do pico/pio para preparar a pasta era utilizado nos lugares de Bisalhães, freguesia de Mondrões (Fernandes, 2009) e Tourencinho, freguesia de Telões, continuando ainda hoje a usar-se na primeira localidade.

Quando têm necessidade de barro os oleiros colocam-no dentro do pio (Mondrões) ou *pia* (Telões) de pedra e aí é *piado* (=esmagado) com um *pio* (Telões) ou pico (Mondrões). Depois de *piado* é peneirado por um *crivo* para dentro de uma masseira também de pedra. Na masseira o barro é misturado com água e devidamente amassado com as mãos.

O preparo do barro é feito pelas mulheres dos oleiros.

LEVANTAMENTO DAS PEÇAS: O USO DO TORNO (VILAR DE NANTES, CALVELHE, SELHARIZ E TELÕES)

O torno utilizado pelos oleiros de Vilar de Nantes e Telões é semelhante ao utilizado em muitos outros locais produtores de loiça. Compõem-se de um *eixo* vertical solidário com dois discos. No disco superior, *talho*, o oleiro colocava o barro que vai torneando com o auxílio das mãos. No disco inferior, *sobrado da roda*, e de maiores dimensões do que o anterior, o oleiro imprime movimento à roda com o pé esquerdo, no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio. A estabilidade e verticalidade do eixo são mantidas pela junção do eixo a uma trave horizontal, a *sadeira*, preso com o auxílio dos *fechos da sadeira*. Inferiormente o eixo termina num espigão, *bio* ou *pião*, que gira sobre uma chapa de ferro (Vilas Boas, 1942, p. 352-353) ou uma tábua de madeira rija (Ferreira, 1983, p. 30 e 32). O oleiro trabalha no torno sentado num *assento* e apoiando

os pés no *descanso ou banco para os pés*. A estrutura do torno contempla também um *tabuleiro* no qual o oleiro dispõe os poucos utensílios que utiliza.
O trabalho de levantamento das peças é realizado pelos homens, nunca pelas mulheres.

LEVANTAMENTO DAS PEÇAS: O USO DA RODA BAIXA (MONDRÕES)

Os oleiros de Bisalhães (Mondrões, Vila Real) ainda hoje utilizam a roda baixa. A parte inferior da roda é constituída pelo *quiço*, tábua rectangular feita em madeira de freixo ou em pedra, e no qual encaixa o *trabulo* – eixo de madeira de giesta, oliveira ou carvalho e que termina em ponta aguçada. A parte superior da roda é constituída por uma cruz de quatro braços iguais, as *cruzes*, perfurada no centro, possuindo encaixada em cada um dos quatro braços uma haste curta de madeira, as *pombas*, que por sua vez encaixam na roda propriamente dita. Na face superior e central da roda está embutido um disco de madeira de pinho, o *tampo da roda*, com cerca de 25 cm de diâmetro, e sobre o qual o oleiro coloca o barro necessário para fazer a peça que pretende. Na parte inferior e central da roda existe uma concavidade, a *bucha*, onde encaixa a parte aguçada do *trabulo*. Este conjunto solidário tampo + pombas + cruzes encaixa sobre o conjunto inferior quiço + trabulo, constituindo deste modo o aparelho onde o oleiro torneia as peças. Sempre associada à roda anda a *banca* – banco de três pés (tripeça) no qual o oleiro se senta para trabalhar à roda, tendo de vez em quando de se levantar para lhe dar impulso.
A roda baixa utilizada em Bisalhães é similar à dos oleiros de loiça preta de Gondar, Fazamões e Ribolhos, apenas tendo sido talhadas a toda a volta do disco superior uns entalhes *agarras* ou *entalhas* – o que permite movimentá-la com mais facilidade e pô-la em movimento giratório.
O trabalho de levantamento das peças é realizado pelos homens, nunca pelas mulheres.

COZEDURA DA LOIÇA EM FORNO DE DUAS CÂMARA SUPERIORMENTE DESCOBERTO (VILAR DE NANTES, SELHARIZ, CALVELHE E TELÕES)

Os fornos escavados no solo, usados em Vilar de Nantes e Telões possuíam duas câmaras e eram superiormente descobertos[3] (Fernandes, 1996). A separar a câmara de combustão da de cozedura existe uma espécie de aranha constituída por um esteio vertical situado no centro da cova e cuja base apoiava no fundo da câmara de combustão. Sobre este esteio central assentam os topos de vários esteios colocados na horizontal, apoiando-se os outros topos na parede do forno. Os fornos localizavam-se numa zona em declive ficando a boca da câmara de enfornamento da loiça ao nível do solo, situando-se a porta da caldeira pela qual se introduzia a loiça a uma cota mais baixa.
Quando o oleiro tem loiça suficiente para encher o forno inicia a cozedura. Começa por colocar na câmara de enfornamento, borcadas, as peças de maiores dimensões acamando seguidamente todas as outras, separadas entre si por cacos de loiça já cozida. O acastelar da loiça é tarefa do oleiro e exige mestria. Quando o forno está cheio, podendo ou não ultrapassar os limites da

3. Já não existem fornos em Tourencinho (Telões, Vila Real). Terminada a arte os fornos entraram em ruína.

Marius

4. Oleiro a trabalhar na roda baixa e mulher a gogar a loiça. Bisalhães (Mondrões, Vila Real). Década de 60 do século XX.

boca do forno, ou seja da câmara de combustão, o oleiro cobre-o com folhas de bidões velhos (antes era com cacos de loiça), vedando com erva verde os buracos existentes. Feito isto inicia-se a cozedura.

Em baixo, junto à porta da caldeira, começa a chegar-se o lume ao combustível, o qual pode ser carqueja, giesta, urze ou ramos da poda da videira. Tem de ser um lume brando para que a loiça não estoire, aumentando-se aos poucos de intensidade. Entretanto o oleiro cobre a camada de loiça e folhas de bidão com terra previamente humedecida com água, começando da base para o topo e mantendo durante algum tempo a parte superior do castelo de loiça sem terra para que a combustão da lenha se fosse fazendo. Quando considera a loiça cozida inicia o seu abafamento. Começa então a encher a caldeira com combustível, tratando no final de isolar a porta com terra; enquanto na parte superior um outro oleiro ou ajudante começa a cobrir a loiça e as chapas de bidão também com terra. Deste modo permanece o forno coberto para que as peças ganhem a cor preta. De um modo geral o oleiro só desenforna a loiça no dia seguinte, tratando de abrir a porta da caldeira, retirando as brasas e estendendo-as no chão. Com um pouco de água acaba de apagar as brasas, deixa-as secar e guarda-as em sacos. Estas brasas eram usadas nas braseiras, *"para aquecer a gente no Inverno".* De seguida o oleiro tira a camada de terra e latas que cobrem a loiça, tratando de a desenfornar e transportar para a oficina.

Os fornos podiam ser comunitários (Vilar de Nantes) ou pertencerem a particulares (Telões) a quem se pagava pela sua utilização. Ainda hoje em Vilar de Nantes se continua a cozer a loiça num forno comunitário.

José Monteiro / Sinalvídeo

5. Cozedura da loiça em Bisalhães (Mondrões, Vila Real). Ano de 2008.

COZEDURA DA LOIÇA EM FORNO COM GRELHA RENOVÁVEL (MONDRÕES)

O forno de cozer a loiça que era utilizado em Bisalhães pelos oleiros Joaquim Fernandes Fontes (Quim Mestre) e Nascimento Ribeiro Capelas (ambos já falecidos), fazia a transição entre a soenga e o forno de duas câmaras com grelha, e é o único do seu género em Portugal[4]. De facto, ao contrário do forno de Vilar de Nantes ou de Parada de Gatim (Vila Verde, Braga), o forno usado há anos atrás pelos oleiros de Bisalhães não possui uma grade fixa a fazer a separação entre a câmara de combustão e a de enfornamento (Fernandes, 2009). Cada vez que o oleiro cozia a loiça necessitava de refazer a *grade* – feita com as *roncas*, ou seja com peças de barro (espécie de cântaros ou panelas sem asa) produzidas a maior parte das vezes para este fim, mas podendo também aproveitar-se peças defeituosas. No final da cozedura as roncas eram retiradas do forno e guardadas para voltarem a ser usadas em novas cozeduras – era como uma teia de Penélope que se fazia e desfazia sempre que necessário.

O forno usado pelo oleiro Joaquim Fernandes Fontes (hoje nenhum dos oleiros o usa) e que ainda se pode ver na povoação é escavado no solo, tem cerca de 1,50 m de profundidade por dois metros de diâmetro máximo, sendo apenas visível a face não enterrada no solo e na qual se situa a boca da caldeira. Esta é a única parede de alvenaria que o forno possui. Superiormente e ao nível do solo (em cima) fica a boca da câmara de enfornamento onde se colocava a loiça que ia cozer. O forno situa-se num terreno com uma certa inclinação e junto a um caminho em declive, o que explica a diferença de cotas existente entre a boca da câmara de enfornamento e a porta da caldeira. No interior do forno existe o *pião,* ou seja, uma espécie de «cotovelo» feito em granito, tijolo e barro que assenta uma das pontas no solo, apoiando-se a outra na parede do forno que tem a boca da caldeira. Este *pião* ajuda a suportar e a estruturar a grelha provisória que o oleiro cria com as roncas.

Acompanhem-se os passos efectuados pelo oleiro durante a cozedura. Manhã cedo transportava a loiça de casa para junto do forno ajudado por familiares e vizinhos. Na caldeira do forno acendia um lume muito brando destinado a retirar a humidade existente nas paredes. Começava então a criar a grade do forno com as roncas, tarefa em que podiam colaborar várias pessoas. Pronta esta grade provisória o oleiro, repetindo

4. Apesar de já não ter uso este forno ainda se mantém intacto.

gestos de décadas de labor, ia acastelando a loiça borcada, ou seja com as bocas para baixo e os fundos para cima. Colocava primeiro as peças maiores, depois as mais pequenas. Normalmente a loiça ultrapassava as paredes do forno podendo atingir um metro acima da boca do forno, constituindo-se como que um monte de peças sobrepostas umas sobre as outras. Chegava a altura de atiçar o lume na caldeira utilizando o oleiro, giesta, caruma, carqueja, etc. Quando considerava que a loiça estava cozida, começava a fase do abafamento da loiça. Na parte superior do forno, sobre a loiça acastelada, os oleiros e ajudantes lançavam ramos de giesta ou carqueja fazendo atiçar ainda mais o lume. Logo de seguida, com gestos expeditos lançavam terra já utilizada em anteriores cozeduras e negra de tanto uso, começando por cobrir da base para o topo. Durante algum tempo a loiça continuava a cozer mantendo-se superiormente um pequeno orifício que funcionava como chaminé. A certa altura, o olhar experiente do oleiro dizia-lhe ser chegado o momento de colocar a arder no alto da chaminé um punhado de caruma fazendo subir o lume, e que quase de imediato tapava com terra. Em baixo, a caldeira era também cheia de ramos de giesta, carqueja, etc., tapando-se de seguida a boca com terra. Por mais uns tempos se mantinha o oleiro vigilante para que a camada de terra que cobria a loiça não furasse deixando penetrar o oxigénio no interior, o que causaria *malhas* na loiça. Partia depois o oleiro descansado deixando a loiça a ganhar o tom preto que lhe é característico.

Hoje, os oleiros de Bisalhães já utilizam fornos de duas câmaras com grelha de ferro a fazer a divisão entre a câmara de combustão e a de enfornamento.

A LOIÇA PRODUZIDA POR ESTES OLEIROS

Em qualquer um destes locais de produção fazia-se principalmente *"loiça de cozinha"* necessária a uma comunidade rural que dependia da terra para a sua sobrevivência. No *armazenamento dos cereais*, água, mel, vinho, utilizavam-se as talhas; na *preparação dos alimentos*, os alguidares; no *transporte da água*, os cântaros; na *cozedura dos alimentos*, as panelas, os assadores de castanhas, as assadeiras, os púcaros, as chocolateiras e os alguidares de forno; no *serviço de líquidos*, os garrafões e as pichorras; na *ingestão dos alimentos*, as malgas; e na *ingestão de líquidos* os púcaros.

Não será viável num artigo desta natureza especificar a loiça produzida em cada um destes locais mas é importante mencionar que, se bem que em todos eles se produzisse toda ou parte da loiça acima referida, de local produtor para local produtor as peças possuem características tipológicas que permitem distinguir umas produções das outras.

Manuel Correia

6. Loiça de Bisalhães à venda à entrada de Vila Real. Ano de 2008.

Constata-se também, principalmente relativamente a Bisalhães (Mondrões) que a partir dos anos 20 do século XX, com a decadência do uso da loiça na cozinha (que começava a ser substituída por loiça feita noutros materiais), os oleiros encontram mercado de venda para uma nova produção – a *loiça fina*. Trata-se de peças de construção mais apurada, de paredes finas e profusamente decoradas. Começam então a fazer em maior quantidade, bilhas de várias formas e feitios, serviço de chá e de café, fruteiras, vasos e jarras (Fernandes, 2009).

A COMERCIALIZAÇÃO DA LOIÇA

Quanto mais importante era o centro produtor – em número de oleiros e em variedade das peças produzidas – maior era a área de comercialização da sua loiça. Dos locais produtores que vimos analisando podemos considerar como locais de produção de certa importância Vilar de Nantes e Bisalhães, pois ambos vendiam a sua produção numa área que ultrapassava em muito os limites dos concelhos em que se integravam. Já atrás referimos, por exemplo, que os oleiros de Vilar de Nantes costumavam ir vender para Espanha, deslocando-se também com frequência ao vizinho distrito de Bragança, tendo mesmo dado aí origem à criação

Arquivo Santos Júnior. Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo

7. Oleiros de Bisalhães (homem e mulher) com loiça à cabeça, metida dentro de cestos de quatro asas. Estação de caminho de ferro da Régua, Páscoa de 1955.

de um novo local de produção – Calvelhe.

Em Vilar de Nantes a loiça era transportada no dorso dos burros metida dentro de sacos. Cada oleiro tinha uma área mais ou menos estabelecida. Era costume, em percursos menores, as mulheres transportarem a loiça à cabeça, acamada em grandes cestos ou simplesmente metida uma dentro da outra. Nos anos 90 do século XX existia ainda o hábito de vender a troco, principalmente nos períodos do ano em que a terra produz os bens mais usados na alimentação: feijão, castanhas, batatas, azeite, fumeiro, etc.

Os oleiros de Bisalhães costumavam transportar a loiça à cabeça, metida dentro de cestos grandes de quatro asas. A loiça era acamada com fetos ou com *palhuço*. Os oleiros de Bisalhães não costumavam usar o burro no transporte da loiça como sucedia em Vilar de Nantes (Fernandes, 2009).

A loiça que sobrava da venda nas feiras iam as mulheres dos oleiros de Bisalhães transaccioná-la porta a porta, pelos povos, em grupos de duas ou três. Transportavam a loiça à cabeça metida dentro de cestos de quatro asas. Às vezes chegavam a uma aldeia, poisavam o cesto com a loiça num largo e daí partiam em busca de clientes pelas casas do povoado. Vendiam a troco ou a dinheiro.

CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA DA LOUÇA PRETA PRODUZIDA EM TRÁS-OS-MONTES

A caracterização química da louça preta produzida em Trás-os-Montes foi realizada no Laboratório de Análises Químicas da TecMinho, sito no Campus de Azurém da Universidade do Minho, em Guimarães. A técnica analítica utilizada foi a espectrometria de fluorescência de raios X. Para tal, as amostras cerâmicas ou de argilas foram secas e moídas, procedendo-se seguidamente à feitura de pérolas de vidro numa proporção ponderal de 10 % de amostra e de 90 % de uma mistura de tetraborato de lítio (66%) e de metaborato de lítio (34%). A análise foi efectuada recorrendo a um programa de calibração, seguindo a metodologia do Manual de Qualidade do Laboratório, o qual se encontra acreditado pelo IPAC, de acordo com o normativo ISO IEC 17025 (Castro, 1997).

Para cada um dos centros produtores estudados, recolheram-se amostras de cerâmicas de louça preta de produção garantidamente local. Garantia essa obtida através do testemunho de oleiros, no contexto de recolha etnográfica. Recolheram-se ainda algumas amostras de barros, a partir dos quais os oleiros produzem ou produziam louça preta. O quadro II apresenta o total de amostras analisadas, referentes a cada um dos centros produtores.

As análises foram efectuadas para os seguintes constituintes: SiO_2, Al_2O_3, CaO, MgO, Fe_2O_3, K_2O, TiO_2, Mn, Ba, Zr, Sr e Rb. Dos resultados obtidos, para cada local produtor, realizou-se um tratamento estatístico com vista a agrupar amostras de acordo com a sua similitude química, seguindo a metodologia estatística descrita em (Castro, 1997).

O quadro III resume os resultados obtidos, na forma dos teores médios obtidos para cada componente químico em cada grupo formado. No caso do centro produtor de Mondrões/ Bisalhães, formaram-se dois grupos ligeiramente diferentes, sendo que a amostra de barro agrupa no grupo 2 (Castro, 2009).

QUADRO II

Centro produtor	N.º de amostras de louça preta	N.º de amostras de barro
Vilar de Nantes – etnográficas	4	**5**
Selhariz	17	0
Calvelhe	2	0
Telões	6	5
Mondrões	13	1

QUADRO III

Local	Nº de amostras	SiO_2 (%)	Al_2O_3 (%)	Fe_2O_3 (%)	K_2O (%)	TiO_2 (%)	CaO (%)	MgO (%)	Ba (mg/kg)	Zr (mg/kg)	Sr (mg/kg)	Rb (mg/kg)	Mn (mg/kg)
Vilar de Nantes – etnográficas	4	62,91	23,00	5,99	4,59	0,86	0,34	1,49	622	243	67	256	343
Vilar de Nantes – barros	5	61,19	24,13	5,86	4,81	0,92	0,32	1,80	656	251	71	282	395
Selhariz	14	62,28	23,36	6,31	4,65	0,90	0,35	1,46	651	246	65	250	323
Calvelhe	2	61,26	21,75	8,51	1,91	1,11	0,83	2,29	937	341	71	62	447
Telões	5	59,45	29,64	4,43	3,90	0,58	0,33	0,69	345	233	68	475	308
Mondrões/ Bisalhães 1	7	67,17	19,14	5,01	3,64	0,60	0,88	1,57	366	153	93	328	472
Mondrões/ Bisalhães 2	6	69,33	18,30	4,58	3,95	0,64	0,47	1,20	481	189	75	294	387

Os grupos de amostras de Vilar de Nantes, sejam de material etnográfico sejam de barros, são estatisticamente semelhantes. Esses grupos são ainda muito semelhantes ao grupo de amostras produzidas em Selhariz, o que atesta a origem do barro utilizado no fabrico das peças neste último centro produtor, o qual seria proveniente de Vilar de Nantes.

As amostras de Calvelhe, Telões e Mondrões apresentam características químicas bem definidas, que se podem considerar específicas do local e dos barros utilizados no fabrico da olaria de louça preta desses locais.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO. F. (1997) – Statistical and analytical procedure for the estimation of the provenance of archaeological ceramics. *Actas do 4.º Congresso Europeu sobre Cerâmica Antiga*. Govern d'Andorra, p. 52-58.

CASTRO, F. (2009) – Chemical analysis of the Black pottery of Bisalhães. In *The Black Pottery of Bisalhães*, Mondrões, Vila Real, Museu de Arqueologia e de Numismática de Vila Real, Município de Vila Real, Museu de Olaria, Município de Barcelos, p. 242-250.

CHANCELARIA DE D. AFONSO III (2006) – Coordenação editorial de Leontina Ventura; António Resende de Oliveira. 2 vol. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

DIAS, L. F. de C. (1961-1969) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve*. 5 vol. Beja: Sociedade Editora Ala Esquerda Lda.

FERNANDES, I. M. (1996) – *Os centros produtores de louça preta da Região Norte.* Olaria. Barcelos, 1, p. 11-36.

FERNANDES, I. M. (1997) – Locais de produção de louça preta. In *A Louça Preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto, CRAT: Centro Regional de Artes Tradicionais, p. 29-32.

FERNANDES, I. M. (1997A) – Os pucareiros de Vilar de Nantes. In *A Louça Preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto, CRAT: Centro Regional de Artes Tradicionais, p. 34-36.

FERNANDES, I. M. (1997B) – Selhariz: um fenómeno de migração. In *A Louça Preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto, CRAT: Centro Regional de Artes Tradicionais, p. 37-38.

FERNANDES, I. M. (1997C) – Telões. In *A Louça Preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto, CRAT: Centro Regional de Artes Tradicionais, p. 41-42.

FERNANDES, I. M. (2004) – Os diferentes modos de preparar o barro nas olarias de louça preta portuguesas, extintas ou em laboração. In *Actas das III Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo: Tondela, 1997*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 333-350.

FERNANDES, I. M. (2009) – Oleiros de Bisalhães: as voltas que o barro dá = The potters of Bisalhães: the twists and turns of clay. In *A louça preta de Bisalhães: Mondrões, Vila Real = The black pottery of Bisalhães*. Vila Real. Barcelos: Museu de Arqueologia e Numismática. Museu de Olaria, p. 12-155. URL: http://hdl.handle.net/1822/12249.

FERREIRA, J. M. C. (1983) – *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento regional*. Lisboa: Imprensa Nacional (Temas Portugueses).

LEPIERRE, C. (1912 [1899]) – *Estudo químico e tecnológico sobre cerâmica portuguesa moderna*. Imprensa Nacional, Lisboa.

MENDES, J. M. A. (1995 [1981]) – *Trás-os-Montes nos fins do séc. XVIII: segundo um manuscrito de 1796*. Lisboa, INIC.

RODRIGUES, M. A. (1996) – A olaria tradicional no leste transmontano. In *II Edição do Programa Nacional de Bolsas de investigação para jovens investigadores historiadores e antropólogos: Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Alta e Beira Baixa*. Porto: Fundação da Juventude, p. 10-68.

RODRIGUES, M. A. e MASCARENHAS, A. (1997) – Calvelhe. In *A louça preta em Portugal*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, p. 38-40.

RODRIGUES, M. A. e REBANDA, N. (1995) – Centros oleiros do distrito de Bragança: olarias de Felgar e Larinho. In *Actas das Jornadas de Cerâmica medieval e Pós-medieval. 1, Tondela, 1992*. Tondela: Câmara Municipal, p. 207-220.

RODRIGUES, M. A. e REBANDA, N. (1996) – Produções de olaria na Terra de Miranda e seu enquadramento regional. *Tellus*. Vila Real, 25, p. 25-38.

SANTANA, M. O. R. (1999) – *Livro dos Forais Novos da comarca de Trás-os-Montes*. Mirandela, João Azevedo.

VILAS BOAS, J. S. P. de (1942) – O centro oleiro de Vilar de Nantes. *Ethnos*. Lisboa. 2, p. 348-358.

FÁBRICA DE CERÂMICA DE SANTO ANTÓNIO DE VALE DA PIEDADE (VILA NOVA DE GAIA)

ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS E ESPAÇOS DE LABORAÇÃO NO SÉCULO XVIII

LAURA CRISTINA PEIXOTO DE SOUSA[1] **Colaboradora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto/ Universidade do Minho), técnica superior de Arqueologia da Câmara Municipal de Penafiel/ Museu Municipal. laura_sousa@hotmail.com**

RESUMO A Fábrica de Santo António de Vale da Piedade foi fundada no último quartel do século XVIII, pelo genovês Jerónimo Rossi, no lugar de Gaia, junto ao rio Douro, e laborou até ao início da década de 1930. Afirmou-se como uma das principais unidades de produção cerâmica portuense gerada no contexto proteccionista do período pombalino, integrando o conjunto das primeiras manufacturas de louça criadas em Portugal.

Trabalhos arqueológicos realizados em terreno contíguo ao edifício principal da fábrica puseram a descoberto uma estrutura de cariz fabril inutilizada por um nível de aterro constituído por louça e outros materiais cerâmicos, maioritariamente datados do século XIX, que preenchiam o seu interior.

Tendo por base os resultados da intervenção arqueológica e apoiando-nos na documentação coeva, desenvolvemos um trabalho de investigação que pretende abarcar esta dupla realidade da FSAVP – estruturas/espaços e produção. A primeira, aqui tratada, tem como objectivo a recriação do complexo produtivo inicial criado e adaptado por Jerónimo Rossi, entre 1783 e 1821, alterado ou anulado por sucessivas reformulações, patentes na análise arqueológica do edificado e/ou datadas nos contextos de escavação.

PALAVRAS-CHAVE **Indústria cerâmica, Porto e Vila Nova de Gaia, Fábrica de Santo António de Vale da Piedade, estruturas e espaços de laboração, Jerónimo Rossi**

1. INTRODUÇÃO

A Fábrica de Santo António de Vale da Piedade (FSAVP) integra-se no conjunto das primeiras manufacturas de louça criadas em Portugal no século XVIII. Não obstante o clima privilegiado que marcou a sua fundação, revelou posteriormente viabilidade e capacidade de adaptação, sobrevivendo às difíceis vicissitudes que marcaram o dealbar e o final do século XIX, bem como o primeiro conflito mundial, tendo laborado até ao início da década de 1930.

A identificação de uma estrutura industrial durante a realização de trabalhos arqueológicos em terrenos da antiga FSAVP (Sousa, 2007), inutilizada por um nível de aterro composto por louça aí produzida, que preenchia todo o seu interior, alertou-nos para a necessidade de estudo e análise espacial desta manufactura pombalina, dado que o achado ocorreu numa área que se julgava não afecta àquela indústria (figs. 4, 9 e 10). Por outro lado, o testemunho da alienação daquela estrutura dá-nos conta das constantes reformulações a que estas fábricas estavam sujeitas caso quisessem sobreviver às exigências do mercado.

Esta ocorrência de campo incentivou-nos a desenvolver um trabalho de investigação documental e o regresso ao terreno para a *(re)identificação* das estruturas construídas e dos espaços de laboração que compunham o complexo fabril de Vale da Piedade ao longo do seu século e meio de existência.

Não é nossa intenção abordar as questões metodológicas subjacentes a um estudo deste tipo, todavia não queremos deixar de destacar a importância da Arqueologia para o conhecimento da realidade material dos centros produtores e distribuidores de louça dos períodos moderno e contemporâneo, quer dos seus espaços quer da produção.

1. Mestranda em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o tema de dissertação A Fábrica de Santo António de Vale da Piedade: Contributo da Arqueologia para o Estudo da Faiança e Azulejaria Oitocentistas, sob orientação da Professora Doutora Teresa Soeiro.

Geralmente olhadas como degradadas, repulsivas e sem valor histórico, estas amplas áreas industriais receberam na última década uma maior atenção por parte dos arqueólogos e dos serviços da tutela. Devido ao interesse urbanístico de remodelação dos espaços realizou-se um conjunto significativo de trabalhos arqueológicos em unidades situadas no Porto e em Vila Nova de Gaia, como é o caso das fábricas de Massarelos[2] (2002), das Devesas[3] (2002 e 2004), do Cavaquinho[4] (2003 e 2010), de Miragaia[5] (2004), de Santo António de Vale da Piedade[6] (2007 e 2010) e do Senhor d'Além[7] (2008). Algumas destas intervenções vieram mostrar que a informação do registo arqueológico ultrapassa os constrangimentos da documentação, a qual muitas vezes é omissa ou inconclusiva. Por outro lado, há forma mais fiável de conhecer a produção de uma determinada fábrica do que encontrar no local os vestígios do que aí se manufacturou?

A intervenção efectuada na FSAVP, que é objecto do presente texto, mostra-nos isso mesmo: o modo como os vestígios arqueológicos identificados nos "obrigaram" a reequacionar a distribuição dos espaços ocupados, a reler os autores que sobre a mesma dissertaram[8] e a procurar respostas nas fontes coevas (manuscritas[9], impressas[10], gráficas, cartográficas, fotográficas, etc.), numa primeira tentativa de reconstituição das estruturas e áreas que outrora pertenceram ao complexo produtivo original, criado e adaptado por Jerónimo Rossi, entre 1783 e 1821.

2. LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DAS PRIMEIRAS FÁBRICAS DE LOUÇA PORTUENSE

O surgimento das primeiras fábricas de louça nacionais enquadra-se no contexto proteccionista pombalino, usufruindo estas unidades de produção de vários privilégios, isenções e exclusivos que incentivaram o seu aparecimento. A FSAVP foi uma destas manufacturas e, conjuntamente com as fábricas de Massarelos, Miragaia e Cavaquinho, afirmou-se como uma das principais.

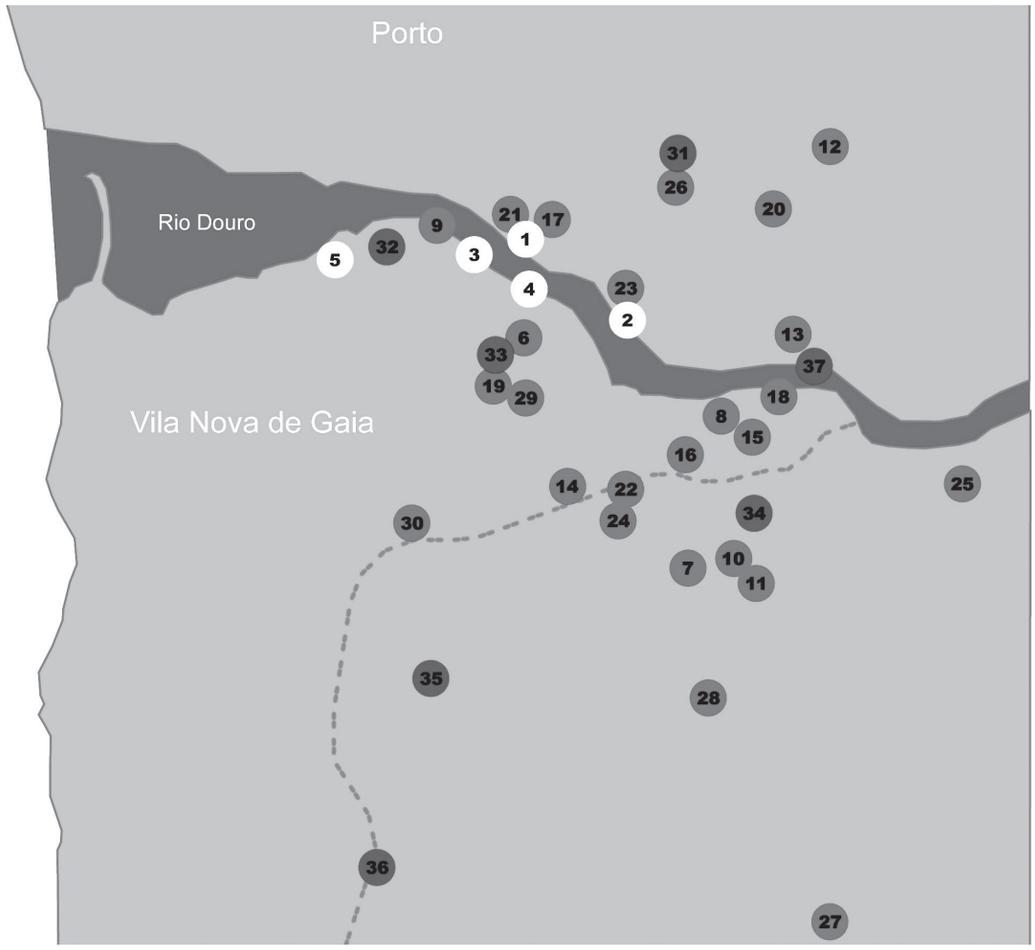
Vários parâmetros caracterizam e individualizam estas fábricas das suas sucessoras. Um deles é a escolha do local de implantação. No caso da indústria cerâmica portuense[11], a localização é feita em áreas ribeirinhas, nas duas margens do Douro, primeiro no Porto (Massarelos e Miragaia), depois em Gaia (Cavaquinho e Vale da Piedade).

A edificação junto ao rio não é, obviamente, casual, facilitava o abastecimento de matérias-primas e o escoamento de produtos. Apenas com a chegada do caminho-de-ferro vemos esta situação alterar-se, passando as instalações congéneres a preferirem a proximidade às linhas férreas, como é o caso das fábricas das Devesas e do Carvalhinho, em Gaia (fig. 1).

O elevado número de fábricas de louça, e não só, que se foram fixando na margem sul do Douro, actual concelho de Vila Nova de Gaia, tem também a sua fundamentação em outras circunstâncias favoráveis, como notaram os autores da *Descripção Topographica de Villa Nova de Gaya*: [...] *nestes ultimos tempos tem-se* [...] *desenvolvido aqui a Industria em tão largas proporçoens, e assumido um caracter tão importante, que faz augmentar notavelmente a riqueza, e importancia material desta Villa a multidão de Fabricas, que já possue, e em que se occupão muitos milhares de pessoas, e girão grossos capitães no emprego dos differentes ramos do seu vasto dominio. Além das que já havia antigamente, outras muitas se tem estabelecido de novo, preferindo os seus proprietarios este local por muitas razoens; como por exemplo: a grande quantidade de predios, que aqui ha com todas as proporçoens e circunstancias proprias para estes estabelecimentos; a abundancia, e boa qualidade das suas agoas, que são um poderoso motor, e ingrediente indispensavel de toda a Industria; a differença nos seus alugueres; a proximidade do rio; e por outras muitas razoens, que os favorecem.* (Azevedo; Santos, 1881, p. 183-184).

Além da concentração geográfica nas margens do Douro, outras características marcam estes complexos

2. Arqueologia & Património: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca – Arqueologia, Lda.
3. Historiográfica. Investigação e caracterização de edifícios, Lda. (2002) e *Mola Olivarum*. Património e Cultura (2004).
4. Carla M. Braz Martins (2003) e Empatia – Arqueologia, Lda. (2010).
5. Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto.
6. Empatia – Arqueologia, Lda.
7. Arqueologia & Património: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, Lda.
8. Da bibliografia que nos permitiu fazer uma primeira aproximação à análise arquitectónica e espacial da FSAVP destacam-se os estudos de Vasco Valente (Valente, 1931), Teresa Soeiro, Jorge Fernandes Alves, Silvestre Lacerda e Joaquim Oliveira (Soeiro *et al*, 1995 e 2001) e Manuel Leão (Leão, 1999 e 2003).
9. Relativamente às fontes manuscritas, merece especial referência o incansável trabalho realizado pelo Padre Manuel Leão que nas duas obras citadas coligiu grande parte da informação proveniente dos Fundos Notariais, guardados no Arquivo Distrital do Porto, que existe sobre as fábricas de louça do Porto e de Gaia. A partir da sua obra identificámos mais de uma centena de documentos alusivos à FSAVP e aos seus proprietários, dos séculos XVIII ao XX.
10. Nas fontes impressas sobressaem os testemunhos deixados por João António Monteiro d'Azevedo e Manoel Rodrigues dos Santos na *Descripção Topographica de Villa Nova de Gaya* (Azevedo; Santos, 1881, p. 183-186 – 1.ª ed. 1861), Pinho Leal na obra *Portugal Antigo e Moderno,* com uma entrada individualizada para a *Grande fabrica de louça de Val de Piedade* (Leal, 1882: vol. X, p. 78), e Charles Lepierre no seu estudo *Estudo chimico e technologico sobre a ceramica portugueza moderna* (Lepierre, 1899, p. 105-106). Não obstante a sua importância, estes autores coetâneos ao período de laboração da FSAVP falam-nos do edifício oitocentista, provavelmente distinto do primitivo.
11. O termo "indústria portuense" aplica-se às áreas do Porto e de Gaia, pois, como anotaram já vários autores, no século XVIII ambos os espaços se integravam no termo do Porto.



1. Distribuição das fábricas de cerâmica portuense (séculos XVIII-XX). Fonte: SOEIRO *et al* 1995

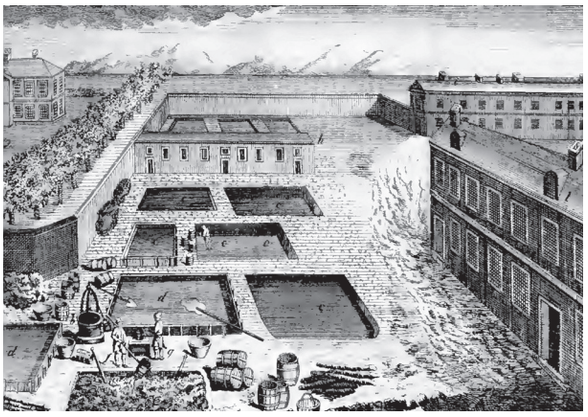
Século XVIII: 1 – Fábrica de Massarelos; 2 – Fábrica de Miragaia; 3 – Fábricas do Cavaquinho; 4 – Fábrica de Santo António de Vale da Piedade; 5 – Fábrica da Afurada.

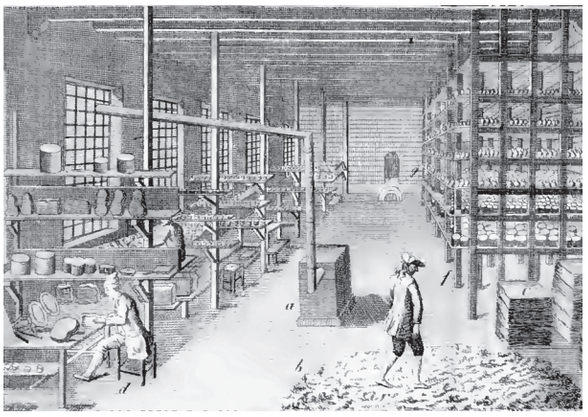
Século XIX: 6 – Fábrica das Regadas; 7 – Fábrica da Rasa; 8 – Fábrica da Fervença; 9 – Fábrica do Monte Cavaco; 10 – Fábrica da Bandeira; 11 – Fábrica das Palhacinhas; 12 – Fábrica do Alto da Fontinha; 13 – Fábrica da Rua do Sol; 14 – Fábrica do Carvalhinho; 15 – Fábrica da Torrinha; 16 – Fábrica do Choupelo; 17 – Fábrica de Entre Quintas; 18 – Fábrica do Senhor d'Além; 19 – Fábrica do Candal; 20 – Fábrica da Rua do Almada; 21 – Fábrica Nova do Arnaud; 22 – Fábrica das Devesas; 23 – Fábrica de Monchique; 24 – Fábrica de Pereira Valente; 25 – Fábrica de Oliveira do Douro; 26 – Fábrica de Mosaicos de José Fernandes Dias & C.ª Lda.; 27 – Fábrica de Vilar do Paraíso; 28 – Fábrica de Santo Ovídio ou do Senhor do Padrão; 29 – Fábrica de José Monteiro de Lima; 30 – Fábrica de Cerâmica do Fojo.

Século XX: 31 – Fábrica de Silva Moreira; 32 – Fábrica de São Paio, Afurada; 33 – Empresa Electro-Cerâmica; 34 – Fábrica de Cerâmica de Soares dos Reis; 35 – Fábrica da Madalena; 36 – Fábrica de Cerâmica de Valadares; 37 – Fábrica da Corticeira.

– – – – – Linha de caminho de ferro.

fabris iniciais. O edifício da *fábrica* do século XVIII referia-se, geralmente, a uma construção em altura (*arquitectura vertical*), de três ou quatro andares, com dupla função – habitação e produção, uma vez que servia também de casa de habitação do proprietário, *distribuindo-se o parque produtivo pelos andares inferiores e pelo* rocio*, ocupando pouco mais de duas ou três dezenas de trabalhadores* (Soeiro *et al,* 1995, p. 210). Todavia, tal como observou Isabel Fernandes (Fernandes, 2008, p. 17) ao fazer a análise espacial da Fábrica de Miragaia, edificada cerca de 1755, a imagem de uma fábrica-tipo de faiança reproduzida a propósito da *art de la cérámique* na obra *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (figs. 2 e 3), publicada entre 1751 e 1765, é distinta das que encontramos no Porto e em Gaia, provavelmente por estas sentirem a necessidade de adaptação aos terrenos íngremes das encostas do Douro e recorrerem ao aproveitamento de construções já existentes, quem sabe talvez devido a capitais de investimento inicial pouco avultados. Veremos como o caso aqui tratado se aproxima mais do modelo francês.





2 e 3. Representação de uma manufactura de faiança setecentista. Fonte: *ENCYCLOPÉDIE 2002: Arts de La Céramique – Fayancerie, Planche I e II.*

Estas fábricas não tinham ainda perdido o carácter oficinal típico da produção cerâmica, recorrendo sobretudo à força braçal. O termo *fábrica* que encontramos na documentação setecentista tem, por conseguinte, um significado particular, pois estas manufacturas nacionais mais não eram do que *situações oficinais alargadas* (Soeiro *et al,* 1995, p. 210).

Além do carácter estrutural arquitectónico semelhante, os espaços (interiores e exteriores) afectos à laboração destas primeiras fábricas eram idênticos. Todas possuíam um ou mais armazéns para depósito de matérias-primas e louça, o *terreiro* ou *terraço* para a preparação da argila, onde se encontravam os tanques e coadores, a *casa de pisar o barro*, a *casa da roda* ou *de fazer louça*, as áreas de secagem, os locais para pintura e vidrado e os fornos. Nas vizinhanças ficavam as azenhas para moagem do vidro, junto a pequenos cursos de água *que permitiam o funcionamento de engenhos hidráulicos, diminuindo a utilização do emprego de força braçal* (Soeiro *et al,* 1995, p. 211).

No processo de constante adaptação às exigências do mercado e às várias inovações técnicas e tecnológicas oitocentistas, muitas são as alterações e transformações que estas fábricas sofreram. Assim, próximo dos primitivos edifícios, também eles constantemente adaptados, começaram a surgir novas construções. Embora a tecnologia dominante fosse ainda a do trabalho braçal (Soeiro *et al,* 1995, p. 214), tornava-se necessário ampliar algumas áreas de laboração, como armazéns ou fornos, e criar condições de circulação e para a introdução de novos inventos, como a máquina a vapor.

3. A FÁBRICA DE SANTO ANTÓNIO DE VALE DA PIEDADE: ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS E ESPAÇOS DE LABORAÇÃO (1783-1821)

A FSAVP foi fundada no último quartel do século XVIII (Alvará de 1784), pelo genovês Jerónimo Rossi. O lugar escolhido para a sua implantação foi *Gaya*, em local ribeirinho na margem esquerda do Douro[12], fronteiro à cidade do Porto, situado nas imediações do Convento de Santo António de Vale da Piedade, do qual tomou o nome embora estivesse implantada na Quinta da Eira[13]. Em Agosto de 1783, Jerónimo Rossi tomou de arrendamento a João Ferreira Pinto da Silva[14], *Guarda-Mor da Alfandega da cidade da Bahia*, [...] ***quinta armazens e cazas*** *em o lugar de Gaya alem do Rio Douro junto ao convento de Santo Antonio de Valle de Piedade*, [...] *por tempo de tres nove annos*. O contrato iniciou-se no dia de São Miguel do mesmo ano e o valor anual a pagar seria *de vinte e seis moedas de ouro de quatro mil e outocentos reis cada hũa* (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/125v).

Entre as várias condições estabelecidas uma obrigava Jerónimo Rossi *a circuitar de muro a dita quinta e que seja seguro e em altura proporcionada*, para o qual retiraria *do aluguer de cada hum anno* [...] *onze moedas para se ir pagando da dita despeza e tambem satisfazer a decima respeciva* [sic] (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/125v). Uma outra cláusula salvaguardava *que não podera elle Jeronimo Rossi pedir mais*

12. Actual Cais de Capelo e Ivens e Rua de Viterbo Campos, freguesia de Santa Marinha e concelho de Vila Nova de Gaia. Na altura da fundação da FSAVP esta era uma das freguesias que pertencia ao termo do Porto, compreendendo duas povoações distintas, a saber: *Gaya, a povoação antiga*, com vestígios arqueológicos de ocupação humana que remontam à Idade do Bronze, junto à área do Castelo de Gaia, e *Villa Nova, a povoação sede*, de fundação medieval, na zona da Serra do Pilar e respectivo espaço ribeirinho. A união destas duas povoações e dos seus arrabaldes, em 1834, deu origem ao concelho de Vila Nova de Gaia, onde aquela freguesia se passou a integrar (Guimarães, 1995, p. 29-30).

13. Vasco Valente referiu ser este o nome da propriedade onde Rossi estabeleceu a sua fábrica (Valente, 1931, p. 27). A primeira vez que o vemos surgir na documentação consultada até ao momento é no inventário de bens realizado pelo falecimento de D. Teodora Fontana, esposa de Jerónimo Rossi, em Dezembro de 1813, onde figura entre as pertenças do casal: *a sua quinta chamada da Eira* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0438/67).

14. João Ferreira Pinto da Silva, ausente na Baía, dera ordem ao seu procurador Doutor José Ferreira Coelho Teixeira de Barbosa, em Junho de 1779, *para arrendar toda a dita propriedade a sojeito Estrangeiro* (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/125v).

bem feitorias do que travejar o sobrado do armazem com as traves que forem percizas as quaes sahirão da dita quinta e algum taboado que comprar para o solho[15] *do sobrado e tudo o mais que fizer sera por sua conta* (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/125v). E no caso de o arrendatário fazer *na quinta algũa caza ou mirante findo o tempo do arrendamento e sahindo podera desfazellas assim como as vidraças que puzer as podera tirar e dellas se utilizar* (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/126).

Do aspecto geral da quinta encontramos apenas uma referência vaga ao seu arvoredo, que devia ser extenso a julgar pela autorização concedida para dele se extrair a madeira para as traves do sobrado: *em quanto ao arvoredo não podera elle cazeiro cortar arvore pelo pé não sendo para fermozear rua ou alegrete* [?] *ou para plantar outra no seu lugar mais rendoza* (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/126).

Neste seguimento, Rossi requereu vistoria à Câmara do Porto porque pretendia *morar a propriedade que arrendou naquele sitio, e fazer mays outras obras* (AHMP/A-PUB/3418/L.º4.º/107v). No respectivo Auto de Vistoria, datado de 19 de Novembro daquele mesmo ano, podemos constatar a localização da dita propriedade – *sitio por sima do Caes de Gaia freguezia de Villa Nova de Gaia* – e as condições impostas ao requerente, explicando-se-lhe que *podia fazer o muro que pertendia não tomando parte algũa do caes, e servidão publica, continuando da quina do Almazem do Padre Jozé Pedro a concluir na quina das cazas da propriedade que pertende morar* (AHMP/A-PUB/3418/L.º 4.º/107v).

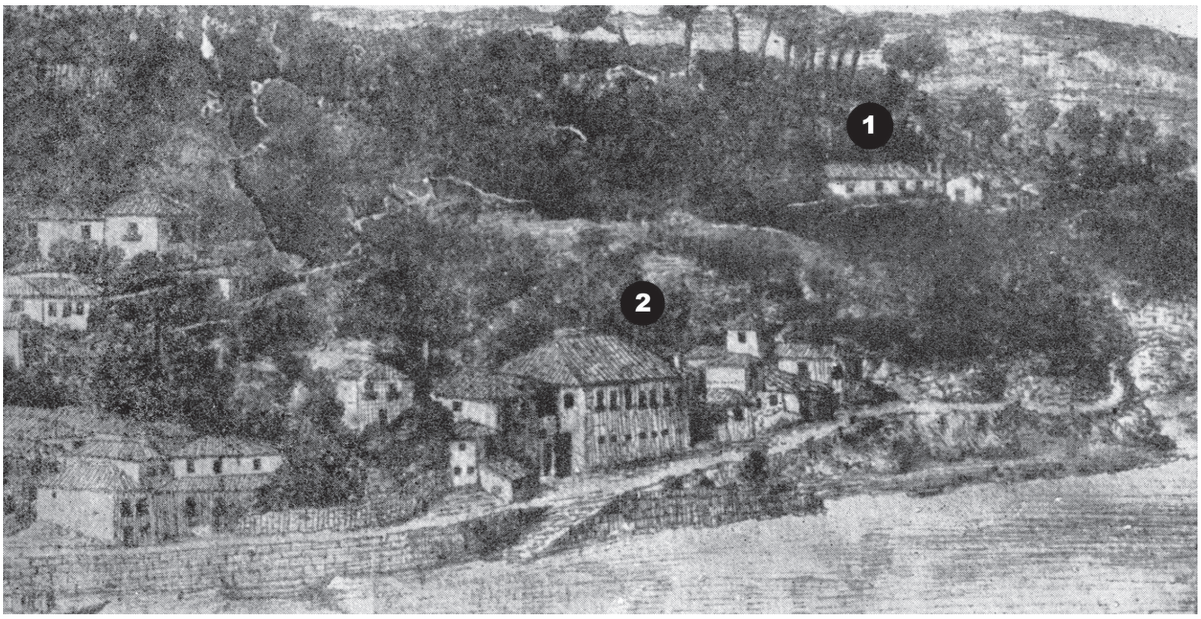
Confrontando estas informações documentais com a imagem mais antiga que conhecemos para a FSAVP, um desenho de finais do século XVIII publicado na obra de Vasco Valente[16] (Valente, 1931, p. 20), cremos ser possível retirar algumas conclusões sobre a fisionomia daquele espaço (fig. 5).

Primeiramente, a especificação de que Rossi arrendou *quinta armazens e cazas* indica-nos que a propriedade escolhida para instalação da fábrica possuía já construções e permite-nos vislumbrar algumas das suas características. Nesta análise é fundamental termos em conta a terminologia da época para melhor podermos caracterizar aquele espaço. No século XVIII, o termo *quinta* não difere muito do significado actual: alude

15. O mesmo que soalho – *Forro de taboas* (Bluteau, 1720, Tomo VII, p. 668 e 706).

16. Tentámos aceder à obra original, que certamente nos facultaria pormenores importantes da gravura, porém não foi possível localizar o seu paradeiro. Agradecemos a amável colaboração da Dra. Manuela Ribeiro (Câmara Municipal do Porto) e Dra. Margarida Rebelo Correia (Museu Nacional de Soares dos Reis) neste esforço.

4. Localização do edifício principal da Fábrica de Santo António de Vale da Piedade (FSAVP) e da área onde decorreu a intervenção arqueológica (sondagem – 2007; escavação em área – 2010). Confrontar figuras 6, 7 e 8. Fonte: Levantamento aéreo do *Google Earth*, realizado em 26 de Junho de 2007 (altitude de visualização: 244 metros).



5. Fábrica de Santo António do Vale da Piedade e Quinta da Eira nos fins do século XVIII. (Desenho à pena, da época, aguarelado, pertencente ao Ex.mo Sr. Alberto Aires de Gouveia). Fonte: VALENTE 1931: 20.
1 – Convento de Santo António de Vale da Piedade; 2 – Provável localização da Quinta da Eira e seu casario.

a uma *Casa de campo ou fazenda de lavoura no campo com sua casaria* (Bluteau, 1720, Tomo VII, p. 65), o que acentua o carácter rural da propriedade e a existência de estruturas habitacionais e funcionais. Já as palavras *armazem* e *caza* podem não corresponder a edificações individualizadas, mas antes a compartimentos de um edifício. O primeiro relacionado com o armazenamento de materiais em grande quantidade[17] e o segundo a áreas funcionais distintas[18], por exemplo *casa de pisar o barro* ou *da roda*.

O edificado existente na quinta foi, com certeza, aproveitado e adaptado para espaços de laboração da própria fábrica, como nos dá a entender a referência à pretensão do arrendatário para *travejar o sobrado do armazem* e colocar *taboado* [...] *para o solho do sobrado*, aquando do contrato de arrendamento. Murar a quinta, travejar o sobrado do armazém, arranjar o respectivo soalho e aplicar vidraças são as obras que Rossi inicialmente parece ter feito. Não sabemos qual a quantidade, tipologia e o estado das edificações da quinta, mas pelo menos um armazém serviu certamente para o primeiro arranque da produção. Terá alguma estrutura sido construída de raiz para esse fim? A documentação tal não nos indica. Somente após o falecimento de Jerónimo Rossi encontramos a primeira alusão a novas construções naquela propriedade erigidas pela sua filha Joana.

O sítio onde se localizava a propriedade arrendada é designado por *sitio por sima do Caes de Gaia*, aludindo à proximidade ao rio em local de atracagem. Esta proximidade é ainda mais explícita quando na continuação do *Auto de Vistoria* se explica que o muro que Rossi pretendia fazer podia ser construído desde que não afectasse *parte algũa do caes, e servidão publica*, deixando claro que um dos limites do terreno da fábrica ficava junto ao dito *Caes de Gaia* e de um caminho público, onde Rossi veio a edificar o muro de limite de propriedade.

Esta gravura de finais do século XVIII levanta-nos muitas dúvidas, pois, aparentemente, são poucas as semelhanças com as estruturas ainda existentes da FSAVP e não nos parece que esteja representado o prédio de cinco andares geralmente identificado com o edifício principal da fábrica (fig. 6).

Em Setembro de 1784, Jerónimo Rossi arrendou **uma azenha e duas *cazinhas*** junto à Fonte de Santo Antão, em Gaia, também por um período de nove anos (ADP/NOT/CNPRT08/001/0320/41-42). Santo Antão é um antigo topónimo relativo a parte da actual Rua António Granjo, anteriormente denominada Rua das Costeiras (Guimarães, 1995, p. 103-104). Este local é também referido na documentação coeva como *lugar das Azenhas*[19].

Ainda no final do mesmo ano, no dia 10 de Dezembro, Rossi contratou dois mestres para a sua fábrica, a saber: Manuel José de Castro, *como mestre que hé da Caza das Rodas* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0321/20v), e Amaro dos Reis e Matos, *como Mestre que hé de vidrado e pintura* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0321/21v).

17. *A casa em que se guardão* [...] *qualquer provizão, & quaesquer matérias em quantidade* (Bluteau, 1712, Tomo I, p. 269).
18. *Casa.* [...] *edificio* [...]. *Peça, ou parte do edifício. Aposento, & c* (Bluteau, 1712, Tomo II, p. 172-173).

19. O ribeiro das Azenhas ou de Santo Antão separava as povoações de Gaia e Vila Nova (Guimarães, 1995, p. 67).

6. O mesmo local na actualidade (Abril 2011).
1 – Convento de Santo António de Vale da Piedade; 2 – Provável localização da Quinta da Eira e seu casario; A e B – FSAVP, 1785-1843 (?); C – FSAVP, 1843-193- (?). A seta indica o local onde foi identificado o tanque. Confrontar figuras 4, 7 e 8.

Ambos eram moradores no lugar de Massarelos – o que nos leva a suspeitar que poderão ter colaborado na Fábrica de Massarelos – e o período de contrato era válido *pelo tempo de quinze annos completos e sucessivos que hão-de principiar no primeiro dia do mes de Janeiro do anno que vem de mil setecentos oitenta e sinco, se tanto durar a administração e existencia da mesma Fabrica* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0321/21v). Nestes dois documentos a única menção de espaços fabris diz respeito a **casa das rodas e fornos**.

Estes dois acontecimentos – arrendamento da azenha e contratação de dois mestres – mostram-nos que a FSAVP estava a preparar o seu arranque na produção de louça, tendo iniciado laboração provavelmente no primeiro dia de Janeiro de 1785, conforme ficou anotado naqueles contratos.

A propriedade arrendada por Rossi foi depois por ele arrematada em praça pública, a 4 de Julho de 1790, *por 2.250$000 rs.* (Valente, 1931, p. 27).

Posteriormente (1792) acertou um problema de servidão com o vizinho José Gomes dos Santos, proprietário de um armazém e campo chamado do Pombal, situados a poente da fábrica, cedendo-lhe algum terreno para a construção de um caminho junto à cerca do convento (ADP/NOT/CNPRT08/001/0347/107v-108v). Ficava José Gomes dos Santos com a obrigação de *mandar fazer á sua custa o muro que devide a terra que o dito Jeronimo Rossi lhe concedeo de boa pedra que fique bem siguro principiando da parte do Caes tudo asima athe a barreira tendo o dito Jeronimo Rossi nella meação e se obriga este a concorrer nessa despeza com a pedra de muro que elle tinha mandado fazer a annos da mesma parte e que premite se desfizese em consequencia desta convenção e contrato* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0347/108-108v). A área ocupada pela FSAVP vê-se assim diminuída, delimitando-se a propriedade com um novo muro e desfazendo-se o que Rossi havia feito anos antes.

No final da década comprou dois terrenos[20] que ampliaram novamente a propriedade, ambos adquiridos a Ana Clara da Costa Morais, viúva do antigo vizinho José Gomes dos Santos, e José Duarte Mansores, seu segundo marido. O primeiro, em 1799, descrito como *hum bocado de terra tambem sito em Gaia que parte do norte com o Caes que vai para Santo Antonio do sul com hua barreira*[21] *dos vendedores do poente com hum Armazem dos mesmos do nascente com o comprador* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0379/132v-133). O segundo, em 1800, relativo a um *pedasso de terra de Monte e Deveza com todas as suas pertenças entradas e sahidas novas e antigas, serventias e logradouros* (ADP/NOT/CNVNG05/001/1349/80v), o qual *parte do nascente* [norte?] *com terra da vendedora, sul com terra de João Salgado, nascente com Fabrica do comprador, e do puente com a cerca dos Relegiozos de Valle de Piedade* (ADP/NOT/CNVNG05/001/1349/81v).

Daqui inferimos que a propriedade inicial da Quinta da Eira foi significativamente aumentada pelas compras de terrenos que Rossi efectuou, recuperando também o terreno que voluntariamente cedera ao seu vizinho. Parece-nos que essa expansão física se terá feito sobretudo no

20. Ambos foreiros ao Convento de São Domingos da cidade do Porto, como se menciona na respectiva documentação.
21. Barreira – *Tea de madeira, ou estacada collateral a huma carreira* (Bluteau, 1712, Tomo II, p. 54-55).

sentido oeste, onde existiam terras de *monte e devesa*, em direcção à cerca do Convento de Vale da Piedade. Além do espaço, agora bastante ampliado, junto à fábrica, Rossi continuava a utilizar a **azenha da ribeira de Santo Antão**, que comprou em Junho de 1803 a Miguel da Silva Toscano (ADP/NOT/CNPRT09/001/4252/21v-23).

No dealbar do século XIX, o complexo produtivo inicial criado e adaptado por Jerónimo Rossi parecia estável, não havendo notícias de transformações desde 1807, situação a que não deve ser alheia a conturbado conjuntura das invasões francesas. Em 1814 há notícia da fábrica estar em *meia decadência* (Soeiro *et al,* 1995, p. 234). Dois *Autos de Exame* realizados em 1814 e 1818 fornecem-nos a melhor descrição que temos dos primórdios da fábrica (Soeiro *et al,* 1995, p. 234), dando-nos conta dos espaços e das estruturas de laboração existentes (Quadro I). No de 1814 menciona-se *huma grande propriedade edificada em terreno próprio do suplicante, e dentro della erecta a mesma fabrica*, composta de **três grandes fornos**, **sete rodas**, um **engenho de moer vidro**, **uma casa de pintura**, **um escritório** e **vários armazéns**. Estavam empregadas vinte e uma pessoas (Soeiro *et al,* 1995, p. 234, nota 139). No de 1818, verifica-se a manutenção dos espaços e estruturas anteriormente enumerados: *fazendo-se o dito exame, se achou constar de huma grande propriedade, e dentro della estabelecida a mesma fabrica, a qual se compoem de* ***tres grandes fornos*** = ***sete rodas*** = ***hum engenho para moer vidro*** = ***huma caza de pintura*** = ***varios armazens*** = ***hum escritorio****, ocupando-se nestas manufacturas hum administrador; hum mestre de roda com quatro officiaes; quatro trabalhadores; tres forneiros; tres trabalhadores dos mesmos; hum em moer vidro; tres officiaes para a pintura; e hum trabalhador*. (Soeiro *et al,* 1995, p. 234).

4. O OCASO DA FÁBRICA DE JERÓNIMO ROSSI (1821-1846)

O fundador da FSAVP faleceu em Novembro de 1821, deixando o seu legado às *seis filhas solteiras*[22]. Foi em Joana, a mais velha, que nomeou a *quinta da Eira com todas as suas pertenças* [...]*, e o dito pedaço de terra foreiro aos Dominicanos*, e em Jacinta a *azenha com armazem e sobrado* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0438/67v). O progenitor ressalvou, contudo, que a *Fabrica, e privilegios nomeia em todas as suas seis filhas solteiras para que todas juntas possam continuar com a manufactura da mesma fábrica depois da morte dêle autorgante, e supliquem em nome de todas a sua Alteza Real a continuação da mesma graça, e privilégios* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0438/67v).

Como anteriormente referimos, foi Joana Rossi a responsável pela construção de novas estruturas naquela propriedade – *um armazem grande e outros mais pequenos*, pedindo para esse efeito um empréstimo a sua irmã, Maria Tomázia (ADP/NOT/CNPRT08/001/0453/211--211v).

Em Janeiro de 1830, Joana e Jacinta Rossi arrendaram a fábrica e azenha a Francisco de Sousa Galvão (ADP/NOT/CNPRT08/001/0458/88v-89v), passando poucos meses depois para a mão dos seus fiadores, um dos quais era Francisco da Rocha Soares da Fábrica de Miragaia (ADP/NOT/CNPRT08/001/0458/168v-169). Novo contrato de arrendamento foi celebrado com Bonifá-

22. Jerónimo Rossi e Teodora Maria Fontana tiveram nove filhas, a saber: Francisca Firmina (n. 1774), falecida ainda em vida do pai, em 1814; Maria Tomázia (n. 1776); Joana (n. 1777); Jacinta (n. 1779); Teresa (n. 1780); Rita (n. 1781); Rosa Emília (n. 1783); Joaquina (n. 1784); e Ana (n. 1785).

QUADRO I – Espaços e estruturas de laboração da Fábrica de Santo António de Vale da Piedade (1814 e 1818)

ESPAÇOS/ ESTRUTURAS[1]	QUANTIDADE	NÚMERO DE TRABALHADORES AFECTOS
Forno(s)	3 (*grandes*)	3 forneiros e 3 trabalhadores
Roda(s)	7	1 mestre de roda com 4 oficiais
Engenho para moer vidro	1	1 trabalhador
Casa de pintura	1	3 oficiais e 1 trabalhador
Armazém(ns)	Vários (não quantificados)	—
Escritório	1	1 administrador
—	—	4 trabalhadores sem associação a um espaço específico

[1] Referidos pela ordem enumerada no documento.

7. Edifício onde decorreu a intervenção arqueológica, provável casa e *armazém* da Quinta da Eira (Outubro 2010). Confrontar figuras 4 e 6, letra B.

8. Edifício contíguo ao anterior, provável *armazém* da Quinta da Eira (Maio 2011). Confrontar figuras 4 e 6, letra A.

9. Perfil estratigráfico nordeste da sondagem arqueológica realizada, vendo-se o nível de aterro que preenchia a estrutura identificada (Janeiro 2007).

10. A mesma estrutura industrial (tanque) após a escavação (Setembro 2010).

cio José de Faria e Costa e João de Araújo Lima em 1834, o qual principiou em Fevereiro do ano seguinte (ADP/NOT/CNPRT02/001/0449/26-27). Nesse mesmo ano (1835), *achando* [Joana Rossi] *mais próprio a seus interesses vender a dita quinta, com todas as* [...] *propriedades e suas pertenças, se contratou com suas irmãs* e ajustou com Joaquim Augusto Kopke[23] a referida venda, na qual se incluía a fábrica (ADP/NOT/CNPRT04/001/0512/39-42v).

A década de 1840 marca um ponto de viragem na história desta manufactura, iniciando-se um novo ciclo de actividade, cujo principal promotor será Araújo Lima. Nesta altura a fábrica terá sido reedificada após um incêndio, ocorrido no Natal de 1843, no seguimento do qual o então proprietário, Joaquim Augusto Kopke, acordou com Araújo Lima *em lhe dar de arrendamento tão somente o terreno, sendo a reedificação da Fabrica feita á custa* dele, arrendatário. Assim podemos ler no contrato de venda efectuado entre ambos, em 1846, momento em que Araújo Lima adquiriu *o terreno em que a dita reedificação se acha feita com os terrenos cultivados e serventia de porta de carro para o caminho que vai do Caes do Rio Douro para Gaia* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0474/43v-45).

No mesmo documento ficou estabelecido que uma das obrigações do comprador seria *demolir os tanques que actualmente existem junto da mina do primeiro outorgante* [Kopke]. Esta acção de demolição parece estar registada na intervenção arqueológica por nós realizada. As razões que assim nos levam a pensar prendem-se com os seguintes factos: a estrutura revelada identifica-se com um tanque, ou dois considerando a ranhura de encaixe que apresenta (fig. 10); a sua localização corresponde a casa, armazéns e terreno (figs. 4, 7 e 8) que permaneceram na posse da família Kopke até ao início do século XX (Valente, 1931, p. 28, nota 2); as características da louça e dos restantes produtos cerâmicos que serviram de aterro apontam para uma

23. Barão de Massarelos; casado com uma neta de Jerónimo Rossi – Carolina Augusta da Fonseca e Gouveia (n. 1810), em Novembro de 1834 (Valente, 1931, p. 32, 50-52), e por isso também sobrinho de Joana Rossi.

cronologia de meados de Oitocentos. Por conseguinte, acreditamos ser possível datar entre 1843 e 1846 o ocaso da fábrica de Jerónimo Rossi e o surgimento de uma nova e moderna unidade de produção, a qual, de facto, funcionou no edifício alto de fachadas azulejadas que ainda hoje se destaca na paisagem ribeirinha de Gaia (fig. 6).

Será após esta *reedificação* que a FSAVP atingirá o auge da laboração, sendo considerada um estabelecimento de excelência por dois autores coevos: *a qual tem o primeiro logar entre todas as outras deste genero pela vastidão do seu estabelecimento, montado em grande escala, e aonde se empregão para cima de cem pessoas diariamente* (Azevedo; Santos, 1881, p. 184) e *é pois uma das mais importantes e prosperas fabricas de louça, d'este reino* (Leal, 1882, vol. X, p. 78).

5. EPÍLOGO

Muitas vezes motivo de discórdia entre os ceramólogos, a data de fundação desta unidade não nos oferece dúvidas. Nos anos de 1783 e 1784, Rossi procedeu a vários preparativos para pôr a funcionar a sua fábrica de louça em Vale da Piedade, Gaia: arrendou uma propriedade – a Quinta da Eira, com armazéns e casas onde realizou obras; tratou da emissão do alvará; e, finalmente, a fechar o ano de 1784, contratou dois mestres – um *da roda* e outro *de vidrado e pintura*. O primeiro dia de laboração da FSAVP foi, muito provavelmente, o primeiro dia do ano de 1785.

Se recordarmos o que atrás foi dito sobre as características espaciais das manufacturas do clima pombalino – edifícios em altura (*arquitectura vertical*), de três ou quatro andares, com dupla função – habitação do proprietário e produção, é curioso notar que a primitiva FSAVP parece afastar-se deste modelo. Por um lado, os edifícios que inicialmente terão estado afectos à sua laboração seriam armazéns, talvez no máximo com dois andares, como ainda hoje é comum encontrar no Centro Histórico de Gaia, área onde está implantada, servindo os amplos espaços exteriores da quinta provavelmente para outras funções ligadas à preparação do barro. Por outro lado, Jerónimo Rossi nunca teve habitação na sua fábrica de Vale da Piedade, residindo sempre na cidade do Porto, onde faleceu e foi sepultado (Valente, 1931). Talvez esta circunstância se prenda com a ligação que manteve à indústria têxtil, documentada desde 1771, integrando a firma *Fontana, Filho & Rossi* ainda em 1797 (Leão, 2003, p. 30-31).

Acreditamos, por isso, que a fábrica de Rossi talvez se aproximasse mais da imagem da *Encyclopédie*, tirando partido talvez da extensão que a Quinta da Eira proporcionava, do que da figura estereotipada do edifício alto e estreito, de acesso íngreme e difícil circulação como nos habituamos a ver na indústria portuense da época.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital do Porto

Cartório Notarial do Porto

ADP/NOT/CNPRT02/001/0359, fl. 125-126v

ADP/NOT/CNPRT08/001/0320, fl. 41-42

ADP/NOT/CNPRT08/001/0321, fl. 20v-22

ADP/NOT/CNPRT08/001/0347, fl. 107v-108v

ADP/NOT/CNPRT08/001/0379, fl. 131v-133

ADP/NOT/CNPRT09/001/4252, fl. 21v-23

ADP/NOT/CNPRT08/001/0438, fl. 66v-68

ADP/NOT/CNPRT08/001/0453, fl. 211-211v

ADP/NOT/CNPRT08/001/0458, fl. 88v-89v e 168v-169

ADP/NOT/CNPRT02/001/0449, fl. 26-27

ADP/NOT/CNPRT04/001/0512, fl. 39-42v

ADP/NOT/CNPRT08/001/0474, fl. 43v-45

Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia

ADP/NOT/CNVNG05/001/1349, fl. 80-82v

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Vistorias

AHMP/A-PUB/3418, Livro 4.º, fl. 107v

FONTES IMPRESSAS

AZEVEDO, J. A. M. d' e SANTOS, M. R. dos (1881) – *Descripção Topographica de Villa Nova de Gaya…* 2.ª ed. Porto: Imprensa Real de Pereira da Silva.

BLUTEAU, R. (1712-1728) – *Vocabulario Portuguez & Latino…* Coimbra; Lisboa: No Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Officina de Pascoal da Sylva. Tomos I, II e VII.

ENCYCLOPÉDIE, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers (2002) – *Arts de La Céramique.* Paris: Inter-Livres. Edição fac-similada do original publicado entre 1751-1765.

LEAL, A. S. de A. B. de P. (1882) – Val de Piedade. *In Portugal Antigo e Moderno…* Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Cardosos, Vol. X, p. 78.

LEPIERRE, C. (1899) – *Estudo chimico e technologico sobre a ceramica portugueza moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, I. M (2008) – A Fábrica de Louça: análise social, processos de fabrico e conspecto social. *In* Correia, M. R., coord. – *Fábrica de Louça de Miragaia: Catálogo da Exposição*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, p. 16-47.

GUIMARÃES, J. A. G. (1995) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média: Arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Universidade Portucalense.

LEÃO, M. (1999) – *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

LEÃO, M. (2003) – Jerónimo Rossi – Apontamentos. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. Vila Nova de Gaia: ACAG, n.º 57, p. 30-32.

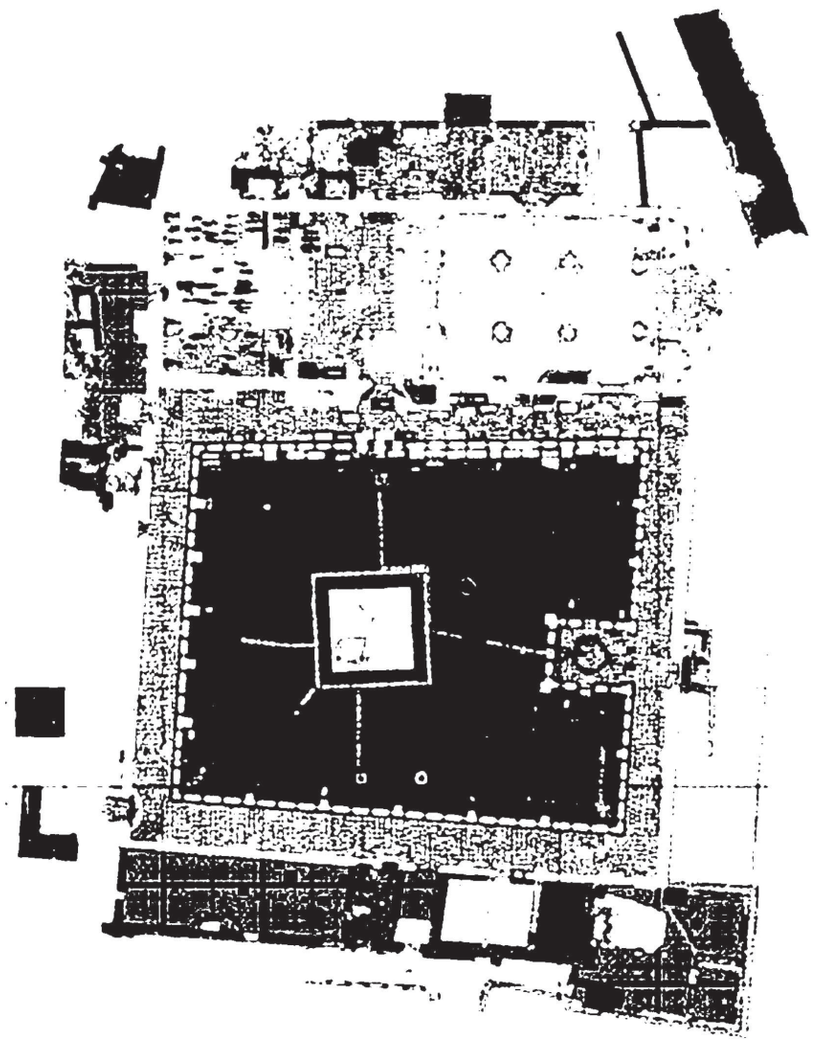
SOEIRO, T.; ALVES, J. F.; LACERDA, S. e OLIVEIRA, J. (1995) – A Cerâmica Portuense: Evolução empresarial e estruturas edificadas. *In Portugália*. Nova Série, vol. XVI. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, p. 203-287.

SOEIRO, T.; LACERDA, S. e OLIVEIRA, J. (2001) – Roteiro das Fábricas de Cerâmica Portuense. *In Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: IPM, p. 53-115.

SOUSA, L. C. P. de S. (2007) – *Cais do Capelo e Rua de Viterbo Campos n.os 2, 10, 28 e 36 (Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, Porto): Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos*. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda. Disponível online em http://www.empatiaarqueologia.pt/projectos/17.

VALENTE, V. (1931) – *Jerónimo Rossi: Fidalgo Ceramista*. Gaia: Edições Pátria.

GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-VELHA

DA LUZ DOS ARCHOTES AOS MOMENTOS DA CONTEMPORANEIDADE
PROJETO E FRUIÇÃO[1]

ARTUR CÔRTE-REAL **Coordenador da Equipa de Projeto do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Direção Regional de Cultura do Centro)**

RESUMO Santa Clara-a-Velha, após cerca de 16 anos de trabalhos de investigação, abriu as suas portas em Abril de 2009, coincidindo com o "Dia Internacional dos Monumentos e Sítios".
Decorridos cerca de dois anos após este importante ato, entendemos que o sítio está a cumprir de uma forma assinalável a sua missão de carácter público – quer pelo número de visitantes que acolheu – cerca de 120 000, quer pelo manifesto interesse que demonstram face ao projeto global em geral e às propostas museológicas em particular, quer pela creditação dos conteúdos resultante da atribuição de numerosos prémios nacionais e internacionais, quer pela investigação que potencia e desenvolve. Tomando como ponto de partida esta experiência ainda recente faz-se o balanço, apontam-se estratégias e aborda-se esta operação no quadro do desenvolvimento sustentável de uma região.

PALAVRAS-CHAVE **Mosteiro de santa Clara-a-Velha, Coimbra, gestão de património, projeto museológico**

O Projeto de Valorização de Santa Clara-a-Velha revestiu-se de aspetos peculiares que não encontramos em intervenções noutros monumentos (fig. 1). Da inicial requalificação do acesso e percurso de visita à igreja semi-alagada, passou-se à descoberta de um conjunto monástico de elevado valor arquitetónico e artístico[2] (fig. 2), determinando a decisão da manutenção do espaço a seco com a construção de um dispositivo de contenção das águas, vulgo ensecadeira.

A particularidade da intervenção arqueológica, realizada em ambiente adverso – húmido, e as dificuldades metodológicas subjacentes, determinaram que se estabelecessem prioridades no âmbito da investigação do sítio, pelo que, e concluída a escavação, se iniciaram trabalhos de gestão dos acervos recolhidos (fig. 3), de qualidade e quantidade assinaláveis. Sabendo que a visibilidade do sítio, a par da sua importância simbólica e patrimonial se sedimentaria com a divulgação dos dados científicos da escavação, entendeu-se dar a conhecer os resultados preliminares da mesma, com uma particular preocupação na componente metodológica[3] e da arquitetura[4], vindo a ser apresentados, até ao momento, diversos trabalhos em congressos e revistas da especialidade[5].

Considerada a operação suficientemente divulgada em termos genéricos, iniciou-se um processo de investigação setorial, direcionada para as coleções dos acervos exumados e inventariados, tendo sido desenvolvidos estudos dos vidros, das cerâmicas, do material lítico, da azulejaria, dos enterramentos, do sistema hidráulico, da numismática, dos adornos, etc.. Outras áreas de conhecimento foram implementadas, em particular no âmbito das arqueociências[6].

1. O conteúdo geral deste texto foi publicado, salvo alterações e atualizações, no último número da revista Estudos, n.º 11 (2011) do Igespar.
2. Coimbra ansiava, há largas décadas, que a velha Igreja do Mosteiro de Santa Clara e as histórias que o conjunto encerra, entre mistérios de vivências monásticas, de uma luta desigual com as gentes que aqui sobreviveram e as tormentosas águas do Mondego, de uma senhora Rainha de Portugal e patrona desta Cidade – D.ª Isabel de Aragão, de uma Inês de Castro martirizada (cuja dignidade tem vindo a ser recentemente restituída) – Coimbra aguardava que este objeto patrimonial lhe fosse devolvido.
3. Este tema foi aprofundado na tese de mestrado de Côrte-Real, 2001.
4. A investigação desenvolvida sobre a história construtiva do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em particular da igreja e do claustro, permitiu conhecer o que poderíamos designar de idades do mosteiro, isto é, as etapas mais marcantes da sua edificação, desde a construção, no século XIV, até ao seu enterramento e abandono. Sobre esta matéria foram elaborados vários estudos, dos quais destaco a tese de doutoramento de Francisco Pato Macedo, 2006.
5. Foram já publicadas diversos estudos, dos quais sublinho: Côrte-Real e Macedo, 2002; Gambini e Côrte-Real, 2011; Gambini, 2011; Côrte-Real, Gambini e Trindade, 2009.
6. Contámos com a participação do então Centro de Investigação de Paleoarqueologia, do Igespar, com a coordenação de projeto de José Mateus e Paula Queiroz. No quadro da arqueozoologia de referir a investigação desenvolvida por Marta Morena e Cleia Detry.

Artur Côrte-Real, 1996

1. A Igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha no seu ambiente singular, antes da operação de requalificação.

Luis Afonso, 2011

2. A igreja (parte inferior) e o claustro maior postos a descoberto na sequência das escavações arqueológicas.

Artur Côrte-Real, 2000

3. A quantidade, variedade e qualidade dos materiais exumados da escavação determinaram um rigoroso plano de gestão no sentido da potenciação da informação para conceção dos conteúdos.

O projeto de valorização do antigo mosteiro, lançado em 2004 e após anos de profunda intervenção, contemplou a continuação das escavações arqueológicas (fig. 4), a conservação da ruína (fig. 5) e o arranjo do espaço intra-muros da cerca, os circuitos de visita, a construção de um edifício destinado a albergar o Centro Interpretativo do sítio (fig. 6), com auditório, loja, laboratórios, depósitos de materiais, espaço pedagógico, entre outras áreas funcionais, conforme o programa de concurso, previamente elaborado pela nossa equipa. O projeto de valorização integrou ainda a conclusão das escavações arqueológicas e uma extensa operação de conservação e restauro no monumento.

Pretendeu-se que esta intervenção de requalificação resultasse articulada de forma eficaz com a realidade física do monumento, com a especificidade das ruínas, com a existência de dispositivos de contenção aquática, com o sistema hidrológico da zona e que se harmonizasse com a paisagem envolvente.

A transversalização de ideias e interesses no âmbito do planeamento do território, determinou um cuidado particular com a envolvente de Santa Clara-a-Velha, pelo que os projetos abrangidos pelo Programa Pólis (fig. 7) foram objeto de discussão entre os responsáveis intervenientes, pretendendo-se desta forma otimizar recursos, como fossem as acessibilidades, infra-estruturas várias, etc., traduzindo a requalificação do conjunto monástico numa ideia de Projeto de Cidade[7], e cuja recetividade pelos responsáveis autárquicos foi bem entendida.

A operação de requalificação desenvolvida pelo então IPPAR no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, iniciada no ano de 1995 e que culminou com a abertura ao Público em 2009, agora sobre a alçada da Direção Regional de Cultura do Centro, consubstanciava a ideia de que as decisões tomadas assumiriam um carácter fundamental para a atual conjuntura de relação efetiva e afetiva com os Públicos. De facto, a etapa correspondente à apresentação pública deste espaço, acontecida, como já referimos, em 18 de Abril desse ano, é visível com a execução do projeto de valorização, da autoria do Atelier 15.

O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha oferece, agora, uma área de desfrute público de cerca de 28.000 m², que engloba a visita à ruína através de amplo espaço ao ar livre, e ao centro interpretativo.

Neste espaço de arquitetura contemporânea, procede-se à conservação, estudo e apresentação do espólio arqueológico resultante das escavações.

O conjunto monumental, considerando a Igreja e o Claustro, são os principais elementos de referência do sítio, e

7. A abertura ao público, verificada no dia 18 de Abril de 2009, respondeu, perante a Cidade e os cidadãos em geral, à enorme expectativa criada em torno deste projeto, sendo expressa na enorme adesão de visitantes, na aceitação da programação e nos galardões atribuídos.

Artur Côrte-Real, 2007

4. Trabalhos de desenho na nave oeste do claustro. A concentração de expressivas bolsas de materiais ceramológicos evidencia a potência arqueológica do sítio.

Artur Côrte-Real, 2007

5. Intervenção de conservação e restauro na Casa do Lavabo.

Artur Côrte-Real, 2010

6. Vista tirada a sul do novo Centro Interpretativo. A água, elemento de vida e morte do mosteiro, está presente através de vários elementos simbólicos, como seja o espelho de água, junto da esplanada da cafetaria.

cuja compreensão, quer nas valências da arquitetura quer na componente das vivências monásticas se estabelece mais facilmente com o público considerando os conteúdos museológicos anteriormente postos à disposição, fruto de investigações multidisciplinares.

A criação de um discurso museológico aglutinou os estudos multidisciplinares, a interpretação dos testemunhos materiais (imóveis, móveis e documentais) da comunidade, conjugados para conceber e desenvolver os guiões concetuais e formatar as mensagens a comunicar ao público, ao longo do percurso expositivo e de visita, que se inicia no núcleo museológico e termina na própria ruína.

O princípio conceptual desta exposição integra-se, desta forma, na museologia da ideia, na medida em que a exploração/fruição das colecções arqueológicas se faz em estreita relação com a história e a vivência da comunidade monástica, desejando-se um cruzamento na criação de *conhecimento* e *inspiração* a que acrescenta emoção e deleite.

Desta forma, e na medida do possível, procurou-se que a exibição dos objetos estabelecesse uma ponte entre o observador e as intérpretes do passado vivido no mosteiro, com as suas pulsões e escolhas, no âmbito de uma visão pós-estruturalista, deixando para segundo plano a abordagem funcionalista, valorizadora das características dos artefactos ao nível da identificação das formas, técnicas, materiais, cronologia, origem, etc. Pela conceção da sala de exposição, de total transparência a norte, os objetos expostos mantêm o diálogo com a mole arquitetónica do antigo mosteiro.

Em suma, o programa museológico abordou a história do sítio/mosteiro/comunidade e uma cultura material de contornos essencialmente femininos, tendo ainda incorporado a importância da proteção e conservação do património arquitetónico, com o objectivo de contribuir de forma válida para a assimilação destes valores pelo público.

Luis Afonso, 2010

7. A operação de requalificação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha compreendeu um processo de discussão transversal com os responsáveis do programa Pólis, sendo visível, à direita da igreja, um território qualificado coerente na solução.

As temáticas abordadas, tanto no que respeita à história do sítio como à vivência da comunidade, permitem ainda fazer a ponte para interações pluridisciplinares no campo do conhecimento e cumprir assim outra função deste centro interpretativo na sua componente científica, educativa e pedagógica, como espaço de formação prática e experimental (Gambini, 2011).

No alinhamento da estratégia que ao longo dos anos se construiu para Santa Clara-a-Velha e, tendo em consideração o novo enquadramento orgânico do sítio, foram considerados três vetores essenciais: a investigação, os Públicos e as dinâmicas culturais (programação).

Um sítio arqueológico como se assume Santa Clara-a-Velha tem que prosseguir, no quadro das muitas valências presentes, nas áreas que dele derivam, tais como o desenho de campo e gabinete, a organização dos espólios – que contabilizam largos milhares de objetos e fragmentos – a inventariação em base de dados, a importante imprescindível área de conservação e restauro dos acervos e da ruína, os estudos dos materiais, a investigação em História de Arte, da Arquitetura, entre outras.

Desde o início que, para além dos trabalhos desenvolvidos pela equipa do sítio, se entendeu prestar apoio e incentivo ao desenvolvimento de teses académicas, o que permitiu exponenciar interesses científicos em diversas matérias, com resultados evidentes no aprofundamento dos conhecimentos sobre este conjunto monástico. No sentido de reforçar a componente de investigação no sítio foram feitas e aprovadas candidaturas a bolsas da Fundação para a Ciência e Tecnologia[8], nas áreas da conservação e restauro, na georeferenciação dos espólios e levantamento paleográfico. O conceito de Centro de Investigação pretende estar assim presente, em articulação com outros núcleos de investigação[9].

Encontra-se ainda em desenvolvimento um plano com vista à prossecução de trabalhos arqueológicos, no sentido de dar resposta à multiplicidade de questões interpretativas que este complexo espaço patrimonial ainda levanta.

A montagem da máquina administrativa deu-se em grande parte no ano de 2009, permitindo que a abertura do espaço se realizasse com toda a normalidade, dentro do quadro orgânico existente[10]. Foi organizado um modelo de gestão que permitiu dar uma resposta eficaz à multiplicidade de exigências de um espaço com estas características, quer no que toca à especificidade de receção de públicos, protocolos e parcerias, quer no concernente à vertente do Centro de Investigação, estrutura que determina uma constante e transversal relação.

Ao acolhimento normal de visitantes, cuja estratégia de divulgação assentou num contacto regular e formal com as entidades que tutelam o turismo local e nacional, em particular com o Turismo Centro de Portugal e a Empresa Municipal de Turismo – com a qual Santa Clara-a-Velha esteve presente em cinco feiras internacionais do sector e acolheu regularmente jornalistas internacionais, assim com outros agentes (guias intérpretes, agências de viagens, Câmara Municipais, órgãos de comunicação nacionais e internacionais, etc.) acresce uma preocupação em estabelecer uma aproximação ao universo do ensino, fruto de uma estratégia de divulgação junto das escolas do distrito com a colaboração da DREC e cujos resultados ultrapassaram as expectativas, tendo sido realizadas constantemente visitas guiadas a grupos e professores.

Este interesse traduz-se e amplia-se na realização de oficinas temáticas, que cumprem os objetivos inerentes e acolhem grande recetividade por parte do público jovem. Destacamos as experiências recentes intituladas "*Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. E se eu fosse arqueólogo*", "*Construção do B.I. do Mosteiro*", "*Dia de Santo António*" ou "*Aprendendo na horta*". A conceção das oficinas temáticas assume um carácter de grande rigor no plano dos conteúdos, de forma a que os objetivos de uma aprendizagem se transversalizem com o carácter lúdico das iniciativas, no quadro do funcionamento do Serviço Educativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Também as visitas temáticas contribuem para um acréscimo de visitantes, ampliando os conteúdos e fomentando novos e diversificados interesses. Exemplificamos com o Projeto "*Horta Monástica. Entre a prática antiga e a agricultura biológica*." (fig. 8). Tendo por base as vivências inerentes à vida no Mosteiro e o património encontrado, o projeto centra-se, especificamente, nas descobertas relacionadas com a alimentação e botica das Clarissas e as culturas que terão existido no

8. As candidaturas apresentadas em 2008, para quatro bolseiros na área referida, contam com a orientação de docentes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do Instituto Politécnico de Tomar.

9. Entidades como a Universidade de Coimbra, a Universidade Nova de Lisboa, a Escola Superior Agrária de Coimbra, o Instituto Politécnico de Tomar, a Escola Superior de Educação de Coimbra, Museus e Centros de investigação fazem parte do núcleo de contactos regulares e de projetos comuns.

10. O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi pensado com o modelo de funcionamento dos Serviços Dependentes do IPPAR, tendo ficado sobre a alçada da Direção Regional de Cultura do Centro após as alterações orgânicas resultantes do Decreto-Lei 215/2006, de 27 de Outubro.

espaço envolvido pela cerca monástica[11]. Implementámos, em paralelo, uma visita intitulada "Do outro lado da clausura", a qual assenta no contato dos públicos com a realidade "escondida" das pesquisas, como seja o centro de investigação das cerâmicas, as reservas e o gabinete de conservação e restauro.

Tivemos uma particular sensibilidade para os visitantes com dificuldades, nomeadamente motoras, visuais e intelectuais. Foram desenvolvidos vários projetos de parceria que determinaram contactos formais e alguns protocolados com instituições como a APPCDM, ACAPO, Fundação Salvador; Fundação Portuguesa de Cardiologia, AMI, Centro Hospitalar de Coimbra (pedopsiquiatria), Estabelecimento Prisional de Coimbra entre outras, no entendimento de que este segmento de público deve preencher um importante espaço na perspetiva de um Património aberto a todos e com uma função social assumida, no plano de uma participação dinâmica com as entidades que os representam. É neste quadro que surge o projeto "Património para Todos. Todos têm Direito a terem Direitos" (fig. 9), numa clara oposição aos estigmas sociais que encontramos do designado público excluso. Os resultados serão apresentados ainda este ano, em evento que se encontra em fase de construção.

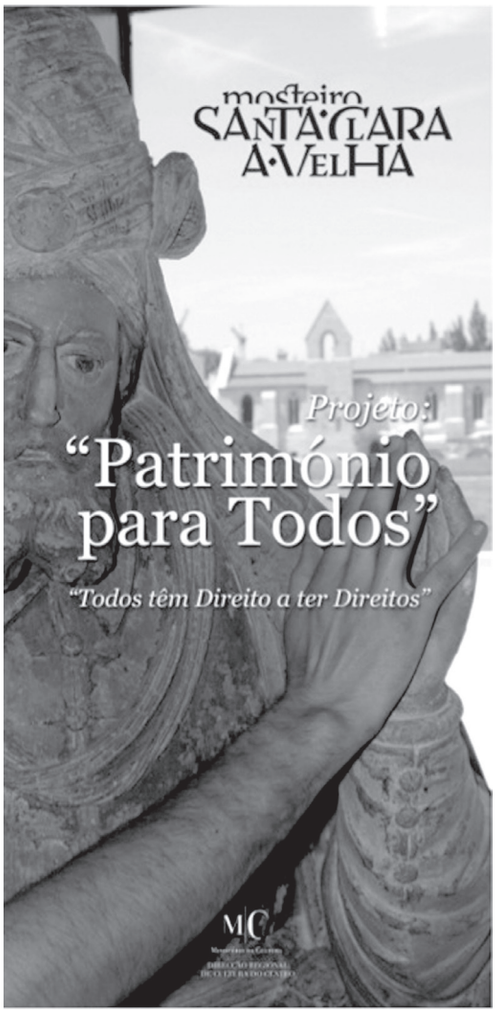
A sala de exposições temporárias assumiu as suas funções de complemento de conteúdos do sítio, tendo estado patente, entre Julho a Dezembro de 2009, a exposição de artes plásticas "*Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Ressurreição*". Outras mostras entretanto foram realizadas, nomeadamente exposições integradas no Festival das Artes[12], em parceria com a Fundação Inês de Castro. Também houve lugar, neste espaço, para a execução de trabalhos de conservação e restauro ao vivo, num ato de comunicação transversal entre a ciência e o incondicional interesse dos visitantes.

A criação de uma linha de merchandising para a loja do Centro Interpretativo, cuja linha gráfica é validada pela equipa do Mosteiro, assume-se como mais um polo de atração turística e de encaixe financeiro significativo.

Miguel Munhós, 2011

8. A Horta monástica, resultado de uma parceria com a Escola Superior Agrária de Coimbra, assume hoje um importante e inovador pólo museológico do sítio, o que potenciou o desenvolvimento de visitas guiadas, ateliers e outras iniciativas, com enorme adesão do público.

Artur Côrte-Real, 2010



9. O Projeto "Património para Todos. Todos têm direito a ter direitos." assume um caráter social abrangente, tendo como objetivo contribuir para a eliminação dos vários tipos de barreiras por parte do designado público excluso.

11. Os resultados da investigação efetuada durante o projeto de valorização do mosteiro indicam que existiam pomares e hortas na envolvente do imóvel. Assim o permitiram concluir, uma quantidade surpreendente de sementes, raízes e pólens encontrados. Tornava, por essa razão, pertinente a conceção de uma horta que nos transporte para esse passado monástico, indissociável do quotidiano das Clarissas, numa ideia inovadora de o aliar ao presente e aos conceitos de uma agricultura biológica sustentável.

12. A contemporaneidade, numa relação harmoniosa com o Mosteiro está muitas vezes presente nas iniciativas culturais implementadas. O caso do Festival das Artes é paradigmático, como aconteceu este ano, com as exposições de Maria Gambina "Vestir Inês" e de Mónica Ramos com as suas jóias e intitulada "Porque o amor é cego".

O projeto "Réplicas"[13], que como o nome indica se caracterizou pela produção de exemplares de peças oriundas do sítio e cujos primeiros exemplares se encontram disponíveis na loja do Centro Interpretativo, resultam de um profundo trabalho experimental concebidos pelos técnicos do MSCV e outros parceiros, estruturado em investigação multidisciplinar. Peças em calcário, cerâmica vidrada e azeviche estão incluídas nesta ação.
Cruzando as componentes de investigação, colaboração com parceiros e a divulgação turística referenciamos o projeto "*As Clarissinhas de Coimbra*", que consistiu na criação de um doce conventual contemporâneo[14], o qual faz hoje parte do património gastronómico da cidade.
A apresentação do Projeto Vinho Santo, a acontecer no âmbito das Jornadas Europeias do Património (24 e 25 de Setembro) integra-se nesta dinâmica de divulgação do sítio. Serão realizadas várias conferências abordando o tema do vinho e a sua ligação à Cultura, como a ligação deste produto às vivências do Mosteiro.
Em resumo, diremos que as expectativas foram amplamente ultrapassadas quer com o número de visitantes do mosteiro em cerca de dois anos – cerca de 120 000, quer pelos galardões nacionais e internacionais atribuídos ao sítio[15]. Sublinhamos a entrega do prémio

Artur Côrte-Real, 2011

10. Cena da peça "Inês de Portugal" (do grupo Fatias de Cá) que o Mosteiro acolheu, com sessões esgotadas contínuas, nos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 2001, Uma forma de vivenciar o espaço com manifestações artísticas.

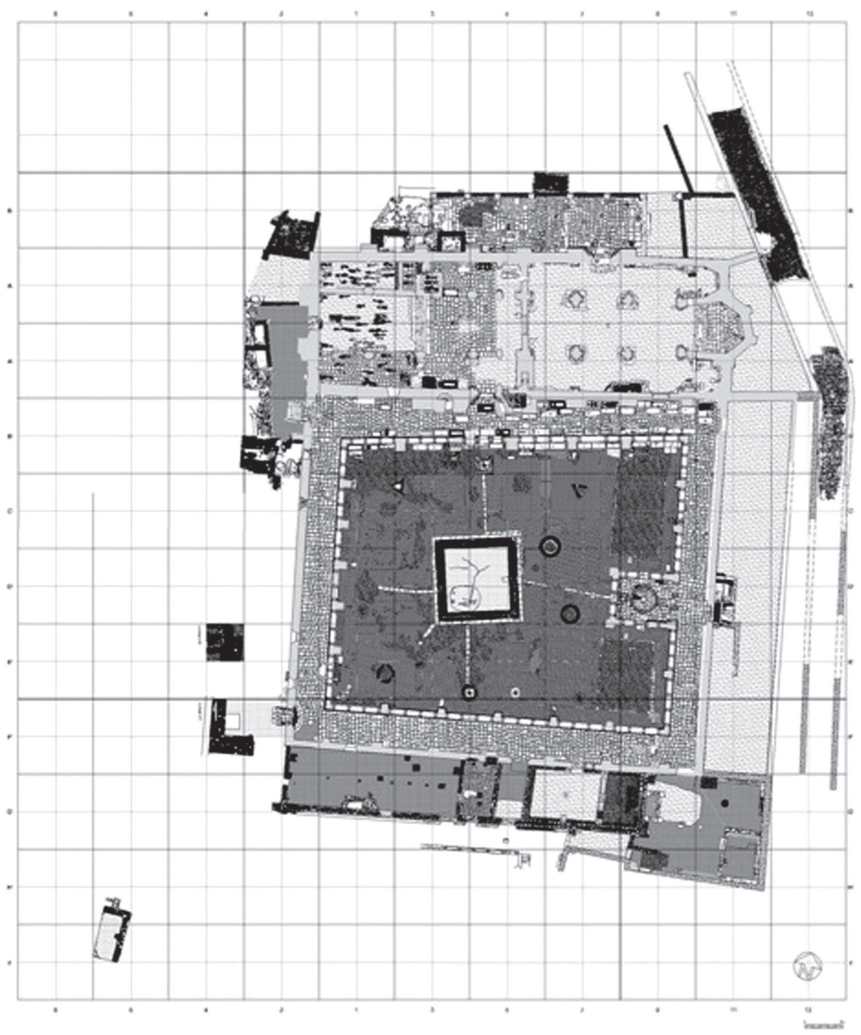
Europa Nostra 2010 (na Categoria de Conservação), dada no European Heritage Awards Ceremony 2010, em Istambul, assim como a nomeação para o melhor museu europeu no quadro do European Museum Forum, cuja cerimónia decorreu em Bremerhaven (Alemanha) em Julho do presente ano.
Não poderemos deixar de referir ainda o "guest book", no qual os visitantes manifestam a sua opinião, após fruir o espaço e os conteúdos museológicos. Trata-se de um instrumento democrático e participativo, revelador da opinião dos públicos, verdadeiro barómetro dos seus juízos. Entre turistas nacionais e estrangeiros, o espelho das suas opiniões é revelador da consistência do projeto, deixando aqui o testemunho de uma das muitas visitas, realizada pelo Embaixador de França em Portugal, Dennis Delbourg.

"Trés impressioné à la fois par l´admirable architecture du Monastère, et par la remarquable entreprise de restauration et de muséographie, qui font de ce site un centre d´intérê majeur en Europe.
Merci à tous pour cette visite passionannte." (2010)

.

Um dos mais expressivos resultados do projeto de recuperação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em termos de enquadramento e revitalização urbana, passa seguramente pela relação harmoniosa entre o

13. No âmbito do Projecto "Réplicas", foi produzida uma peça com base num original em calcário, que representa uma cabeça feminina. São objectos numerados e enquadrados em séries, aos quais se associou a devida memória descritiva:
Portugal; oficina de Coimbra | Finais do séc. XV – 1.ª met. do séc. XVI
Calcário (originalmente policromado)
Alt. 198 mm; Larg. 168 mm; Prof. 131 mm
Coimbra, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, inv. E-15
Rosto feminino em escultura de vulto redondo, de grande qualidade, e cuja conceção delicada contrasta com a solidez aparente. Apresenta traços simples, mas realistas e expressivos: olhos profundos e amendoados, nariz perfeito e boca entreaberta. Emoldurado por um toucado com véu curto sobre a testa, e que revela, sobre as orelhas, a malha entrecruzada das tauplas."
14. As "Clarissinhas de Coimbra" resultaram de uma ideia que combina passado e contemporaneidade, numa fusão entre a investigação e a gastronomia criativa. Reza o texto que as acompanha:
"A produção de doces conventuais foi uma prática corrente nos conventos femininos, tendo chegado até aos nossos dias saborosas receitas. As cozinhas monásticas fervilhavam de atividades criativas para preservar durante mais tempo os géneros que entravam nas portarias dos mosteiros. As " Clarissinhas de Coimbra " são uma criação contemporânea do Chefe Albano Lourenço, um novo doce conventual, feito a partir de produtos que marcaram presença na mesa das clarissas de Coimbra. Pinhão, abóbora de chila, grão de bico e ovos são alguns dos ingredientes identificados quer nas escavações arqueológicas deste Mosteiro, quer nos géneros provenientes das rendas dos contratos de aforamento e emprazamento das terras do convento, que se estendiam pela região centro do reino. O açúcar, esse vinha como oferta da Casa Real. Passado e contemporaneidade conjugam se nestes deliciosos paladares..."
15. Outros prémios: 5.ª Edição dos Prémios Turismo de Portugal. Foi entregue uma menção Honrosa tendo o Projeto de Recuperação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha sido considerado como um os três principais projetos turísticos nacionais para 2009, no quadro da recuperação de projetos públicos. Foi igualmente galardoado com o prémio Diogo Castilho, atribuído pela Câmara Municipal de Coimbra à equipa de projetistas (Arq. Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e Luis Urbano) assim como uma menção honrosa à Direção Regional de Cultura do Centro como reconhecimento relevante em prol da promoção, defesa e engrandecimento do património da cidade de Coimbra. Igualmente o galardão ibérico ARPA 2010 foi atribuído ao projeto de recuperação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.



11. Planta da área escavada – Igreja e claustro, à escala 1:100.

património histórico construído e o contemporâneo.

De facto, a relação da Igreja e Claustro com a cidade antiga, encimada pela vetusta Torre da Universidade, criou as aptidões cénicas para uma utilização privilegiada, aliás pensada previamente em projeto, como espaço de eventos (fig. 10).

Assim foram desenvolvidas, com base numa programação cultural da responsabilidade da DRCC, várias manifestações artísticas e sociais no interior da igreja e no espaço exterior circundante, desde música (clássica, jazz), teatro, bailado, coros infantis (nacionais e internacionais), etc.

As iniciativas mais significativas inserem-se numa dinâmica transversal com outras entidades da Cidade, das quais saliento, mais uma vez, a Fundação Inês de Castro – cujo programa do Festival das Artes integrou, pelo segundo ano, a realização de atividades culturais de diversa índole no mosteiro, desde exposições, conferências, projeções fílmicas – e a Câmara Municipal de Coimbra, no âmbito das Festas da Cidade, confirmando o potencial enorme que Santa Clara-a-Velha apresenta.

Também as conferências e apresentação de livros tiveram expressão neste espaço renovado.

Numa perspetiva de uma ligação cada vez mais sedimentada na oferta cultural da cidade, sublinho, entre outras ações, os ciclos de cinema que decorrem no auditório do Centro Interpretativo[16], com uma adesão cada vez mais significativa de cinéfilos.

Os equipamentos e infra-estruturas com que Santa Clara-a-Velha ficou dotada encontram-se disponíveis, funcionais e operativos para que o sítio se consolide como um pólo cultural aberto à cidade, ao país e ao mundo, de modo que, numa ótica de colaboração com instituições nacionais e estrangeiras se potencie o desenvolvimento do conhecimento científico multidisciplinar que este sítio arqueológico permite (nas áreas

16. O Centro Interpretativo acolhe uma cinematografia de grande qualidade, com ciclos de autores importantes como Luis Buñuel, Werner Herzog, Ingmar Bergman, entre outros. A colaboração com a FilaK Cineclube de Coimbra vai ser reforçada em 2012, com o desenvolvimento de outras iniciativas, como produção de documentários temáticos, cinema ao ar livre, conversas em torno do cinema, etc.

da história, arqueologia, arqueociências, antropologia, conservação e restauro, história da arte e da arquitetura, etc.) e numa perspetiva de programação cultural renovada, direcionada para que a sociedade dinamize a difusão e absorção dos valores culturais pelos cidadãos. Para tal o modelo orgânico de funcionamento deverá ser reavaliado, no sentido de ultrapassar os problemas estruturais que conflituam com uma equilibrada gestão do sítio, em particular no quadro dos meios humanos disponíveis e naturalmente da sua necessária qualificação.

Coimbra ampliou, desta forma, os recursos patrimoniais de que dispõe, capitalizando mais públicos e renovando interesses. Consideramos que a investigação e os resultados publicamente apresentados, a par naturalmente da importância do sítio nas suas mais variadas componentes – simbólica, patrimonial, urbana – têm permitido criar a visibilidade pública e política que faz emergir a intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a--Velha " (...) *como uma das mais importantes revelações no quadro da arqueologia medieval (fig. 11) e da conservação e revitalização monumental em Portugal, e ao que cremos, na Europa* (...) (Pereira, 2002, p. 176).

BIBLIOGRAFIA

CÔRTE-REAL, A. (2001) – *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Novos dados para o seu conhecimento. Operação arqueológica.1995/1999.* Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CÔRTE-REAL, A.; GAMBINI, L. I. e TRINDADE, S. D. (2009) – *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*. Coimbra: Direção Regional de Cultura do Cento, 2ª Edição.

CÔRTE-REAL, A. e MACEDO, F. P. (2002) – Récupération et étude du cloître de Sainte Claire l'Ancienne de Coimbra (XVI siècle). *Révue de l'Art*, 133, p. 19-28.

GAMBINI, L. I. (2011) – Museologia (quase) do feminino: o programa museológico do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. *Património Estudos*, 11, p. 62-67.

GAMBINI, L. I. e CÔRTE-REAL, A. (2011) – Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Passado e Contemporaneidade. *Património Estudos*, 11, p. 55-61.

MACEDO, F. P. M. (2006) – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

PEREIRA, P. (2002) – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Programa de recuperação, reabilitação, restauro e valorização, in *Património. Balanço e Perspectivas – 2000-2006*. Lisboa: IPPAR.

PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS

TOBIAS VILHENA DE MORAES Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

RESUMO Este artigo toma como ponto de partida uma breve trajetória de idéias e conceitos de Preservação de remanescentes de cultura material que se desenvolveram durante a Gestão do Patrimônio Arqueológico nos quatro Sítios Arqueológicos missioneiros (São Nicolau, São Lourenço Mártir, São João Batista e São Miguel Arcanjo). A partir da arqueologia, observando-se suas normativas legais e técnicas específicas, se tentará estabelecer um canal de interface com uma das áreas que integram o campo cultural daqueles sítios: a educação. Perspectiva ampla, mas que reconhece a complexidade do ser humano em suas diferentes formas de conhecer e agir e que considera a Ciência Arqueológica e a Educação interlocutoras ativas no desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o passado.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia histórica, missões jesuítico-guaranis, preservação arqueológica

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL[1]

Desde a segunda metade do século passado, com a necessidade crescente de vias de circulação no país, a Arqueologia Brasileira teve um grande impulso em suas atividades. Mais especificamente na região sul, uma das questões prioritárias levantadas pelos arqueólogos era a contínua destruição de sambaquis por meio da retirada de terra para a construção de estradas de rodagem. Nesse contexto, a preservação, e não mais apenas o interesse científico do bem arqueológico, tornou-se um dos principais focos de atuação dos pesquisadores brasileiros, fenômeno que culminou com a consolidação da Lei de Arqueologia (Lei n.º 3924/61) e a definição do patrimônio arqueológico como bem da União (Prous, 1992; Funari, p. 27 e 28, 1994; Souza, 1991).

Lei esta que simbolizava, dentre outras conquistas, o início da defesa do método científico como o mais eficaz e seguro para o conhecimento e salvaguarda daquele patrimônio (Souza, 1991, p. 108).

No campo arqueológico, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, a ação de pesquisadores, em trabalhos pontuais ou sistemáticos, com a criação dos primeiros núcleos, vinculados a universidades, precede tanto à Lei da Arqueologia (1961), quanto ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o PRONAPA (1965-1970). Esse conhecido programa de registro e documentação do patrimônio arqueológico brasileiro contribuiu para a ampliação do número de técnicos nessa área, influindo na criação de museus especializados na região, como o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Eurico Miller, 1966) e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (1969). No mesmo sentido, foi significativo, também, para instalação de novos centros de pesquisa, que passaram a contribuir para a formação de novos profissionais.

No âmbito institucional, a coordenação dos assuntos de Arqueologia, na região sul do país, era atendida por profissionais da área central do IPHAN. Dentre os profissionais, destacam-se Edna June Morley, Regina Coeli Pinheiro da Silva, Catarina Eleonora Ferreira da Silva e Rossana Najar. Estes eram apoiados através das atividades de consultoria prestadas por arqueólogos, como Pedro Ignácio Schimitz (IAP/UNISINOS).

Uma presença marcante, na história da Arqueologia de Santa Catarina, foi o trabalho de João Alfredo Rohr, a partir da década de 50 do século XX. Este deixou uma valiosa coleção arqueológica no Colégio Catarinense.

A partir de 1985, Rossano Lopes Bastos assumiu o setor de Arqueologia de Santa Catarina. Ele, então, iniciou uma série de projetos, em diferentes áreas do estado, destacando-se trabalhos de valorização de sítios arqueológicos ligados aos sambaquis e às oficinas líticas, inscrições rupestres, além de registro e documentação de sítios arqueológicos.

Foi instalado, na sede, em Porto Alegre, um laboratório de Arqueologia onde trabalharam os arqueólogos Vera Lúcia Trommer Thaddeu (1988-89), José Otávio

1. O presente artigo pretende desenvolver e aprofundar as reflexões que venho realizando na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil (PUC/RS).

Catafesto de Souza (1989-91) e Cláudio Batista Carle (1992-1993), dando oportunidade para formação de acadêmicos. Claudio Batista Carle desenvolveu, nesse local, parte da sua pesquisa sobre o material metálico missioneiro. Por outro lado, a arqueóloga Vera Thaddeu, num trabalho integrado com os arquitetos da regional, organizou uma exposição didática com o material proveniente de São Nicolau e dos trabalhos realizados em São Lourenço Mártir e São João Batista.

Para organizar o gerenciamento arqueológico no estado do Rio Grande do Sul, foi realizado o projeto Inventário de sítios arqueológicos (1991), com a proposta de elaboração de bases de dados de sítios, projetos de pesquisa e de pesquisadores. Este foi um trabalho desenvolvido pelo setor de Arqueologia, com o apoio e participação da arqueóloga Catharina Torrano Ribeiro (CEPA-UNISC) e recursos da FAPERGS. Entre 1997 e 1998, com a implantação do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) , foi contratada a arqueóloga Beatriz dos Santos Landa, para transcrever as fichas de registros de sítios para base informatizada. Para contribuir com conteúdos sobre a pré-história e o patrimônio arqueológico, foi desenvolvida a publicação didática, destinada à rede escolar, *Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul* (Custódio; Souza, 2004). A publicação foi elaborada a partir de pesquisas e com a colaboração de profissionais de diferentes instituições, entre eles educadores.

Após essa breve trajetória do setor de Arqueologia no estado, é importante salientar que, devido ao grande número de profissionais e instituições acadêmicas existentes na região, e, sobretudo, ao empenho depreendido, a quantidade de registros de sítios (já publicados) no Rio Grande do Sul é expressivamente maior do que a média dos outros estados, atingindo 2.115 unidades. Mais recentemente, em trabalho executado pela arqueóloga Gislene Monticelli, foram identificados cerca de 800 novos sítios arqueológicos, que constam atualmente no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

A ARQUEOLOGIA MISSIONEIRA

No Rio Grande do Sul, além dos trabalhos de pesquisadores pioneiros em diferentes regiões, o tema Missões[2] se destaca, em função do tombamento de São Miguel (1938) e, posteriormente, de São Nicolau, São João Batista e São Lourenço Mártir.

Os primeiros informes que se têm notícia sobre escavações em São Miguel das Missões datam de 1937, quando o Governo Federal passou a intervir nesse local. Nos documentos, Lúcio Costa destacava que fragmentos de esculturas e arquitetura deveriam ser direcionados para São Miguel das Missões[1].

Ao mesmo tempo, começavam os trabalhos de consolidação da Igreja e da Torre de São Miguel. A falta de acompanhamento arqueológico, no entanto, levou à perda de um enorme manancial de informações para o pesquisador contemporâneo. Sob essa mesma perspectiva e com os mesmos danos ao patrimônio arqueológico, ocorreu a construção do Museu das Missões, que, pese a sua beleza estética, alterou definitivamente o substrato arqueológico local.

Arquivo IPHAN/RS

1. Consolidação das ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo (Brasil/RS).

Os registros das primeiras prospecções, realizadas por arqueólogos, informam que elas foram efetuadas na região pelo padre Luis Gonzaga Jaeger, do Instituto Anchietano de Pesquisas, no fim dos anos 50 do século passado. Sem utilizar uma metodologia específica, o pesquisador abriu parte dos espaços urbanos das reduções de São Luiz Gonzaga, São Borja e São Nicolau (Barcellos, 2000).

O mesmo pesquisador ainda atuou no município de Lavras (a cerca de 400 km da região das Missões), tentando entender o alcance da influência da redução, e escavou também no interior da Igreja de São Miguel das Missões, depositando o material encontrado na quinta (posteriormente esse material seria escavado pelo arqueólogo Claudio Batista Carle, no fim do século passado).

A rigor, o primeiro trabalho arqueológico nas Missões foi incumbido a José Proenza Brochado (1967-69), tendo sido desenvolvido, posteriormente, por um conjunto de profissionais, a partir das escavações de La Salvia (1979). Segundo La Salvia, esse primeiro trabalho ficou restrito à análise da cerâmica e considerações tecnológicas, estabelecendo, para ela, uma Fase Missões. Os trabalhos buscavam fixar uma padronização da cerâmica produzida na época, comparando-a com ou-tras fases do Rio Grande do Sul e Paraná. Cabe lembrar que essa visão se encaixava perfeitamente no enfoque do PRONAPA, que buscava localizar os remanescentes, com vistas a obter

2. Lúcio Costa foi incumbido, pelo Governo Federal, para estabelecer as diretrizes para a consolidação dos remanescentes da Igreja de São Miguel das Missões.

antigas rotas migratórias (Dias, 1995; Funari, 1994).
Desde a década de 1970, São Miguel, São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir eram objeto de várias escavações. Organizadas por José Saia, representante da SPHAN para a região sul do país, o objetivo dessas escavações era compreender o alcance dos remanescentes arqueológicos. Segundo Barcelos (2000), vários equívocos foram cometidos, como a localização de estruturas e a aberturas de sondagens que danificaram as camadas arqueológicas.
No início da década de 1980, foi realizado o projeto *Diretrizes para o desenvolvimento físico da cidade de São Miguel das Missões,* entre a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, a SPHAN e o município de Santo Ângelo (visto que à época São Miguel era subdistrito deste). O objetivo deste projeto era estabelecer os limites do sítio arqueológico e permitir o gerenciamento das áreas de entorno. Critérios paisagísticos e espaciais (alturas dos edifícios, bacias visuais, linhas d'água, entre outros) prevaleceram durante aquelas análises e nas posteriores.
Na mesma época, foram realizadas escavações em São Nicolau. O trabalho, coordenado por Fernando La Salvia, foi decorrente de convênio firmado entre o SPHAN[3] e a Subsecretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Governo do Estado, com o objetivo de promover escavações arqueológicas nos remanescentes da antiga redução jesuítico-Guarani, na cidade de São Nicolau. Esse trabalho, uma escavação ampla (cerca de 4500 m²), no centro da cidade, descobrindo estruturas de igreja, colégio, adega, casas de índios e cabildo, pode ser considerado um marco para a Arqueologia Histórica brasileira. A falta dos trabalhos de consolidação e estabilização dos remanescentes encontrados, no entanto, acarretou em perda de boa parte da área escavada, e expôs parte dos vestígios e estruturas às intempéries e à ação humana. Tal fato levou a uma mudança de perspectiva nas práticas futuras de escavações arqueológicas.
Com a saída do Professor La Salvia, foi estruturado o projeto *Arqueologia Histórica Missioneira* (1985), por meio de um acordo de cooperação técnica entre UFRGS, PUC-RS e SPHAN. O trabalho teve coordenação técnica dos professores Arno Alvarez Kern e Pedro Augusto Mentz Ribeiro, e institucional, do arquiteto Julio Curtis. A partir de então, os trabalhos arqueológicos se desenvolveram em diferentes ocasiões nos sítios de São Lourenço, São João Batista e São Miguel Arcanjo. Destaque para o Sítio Escola Internacional Missões e para o significativo conjunto de pesquisas – monografias, dissertações e teses produzidas a partir dos resultados das escavações. Um dos principais

Arquivo IPHAN/RS

2. Trabalhos de escavação em São Nicolau, RS.

objetivos era reconhecer o espaço das reduções, para cercá-las posteriormente. O isolamento dos vestígios em uma ilha de preservação passou a ser visto como a melhor forma de proteção (Kern, 1998; Funari, 1994).
Vários artigos relacionados ao projeto *Arqueologia Histórica Missioneira* começam a ser lançados em revistas de circulação acadêmica. A participação de profissionais ligados àquele projeto, em eventos científicos, também ajudou na divulgação dos resultados.
Cabe destacar que, desde o fim da década de 1970, a Arqueologia Brasileira encorpava os seus quadros profissionais. Além do crescimento de instituições de formação, vários eventos realizados em Universidades e Museus ajudavam a solidificar a Arqueologia em nosso país (Souza, 1991).
Portanto, essa crescente profissionalização, somada a uma postura científica, levou o pesquisador-arqueólogo a encarar de forma diferente a produção de seus resultados em campo. Inicialmente, o interesse do cientista-arqueólogo era descrever, detalhadamente, o material identificado. De acordo com La Salvia e Brochado (1989) tal fato se devia "[...] à preservação diferencial da cultura material nos depósitos arqueológicos". Isto forçava "[...] a definir a expressão cultural guarani quase que somente através dos atributos da cerâmica e do material lítico encontrado no sítio". O estudo se concentrava, sobretudo, no artefato, onde as partes componentes do todo eram estudadas e integradas, de forma a compreender o todo e a sua cultura original (Brochado; & La Salvia, 1989, p. 5; Souza, 1991).
Uma importante mudança de eixo na investigação, entretanto, estava para surgir. No lugar das publicações com uma descrição infindável dos itens recuperados e da constituição de verdadeiro corpus de artefatos, como prioridade, agora, os estudos interpretativos ganham espaço nos estudos.
A própria publicação *Arqueologia Histórica Missioneira,* lançada em 1998, é um reflexo desse novo enfoque. Além de apresentar dados sobre os sítios prospectados, a publicação traz um apanhado geral das principais conclusões, obtidas através do estudo de temas

3. Antiga denominação do IPHAN.

específicos, como a metalurgia missioneira, a cerâmica guarani, etc.. Para tanto, foram convidados especialistas e estudantes que participaram do Projeto (Kern, 1998).[4] O texto final reunia artigos produzidos em diferentes momentos na década de 1990.

Até essa época, o foco de pesquisa nas Missões tinha se restringido a, quando muito, um levantamento sobre a ocupação indígena e a colonização ibérica (La Salvia; Brochado, 1989). Com o novo projeto, Arno Kern buscava uma explicação geral sobre a ocupação humana na região. Tanto os subprojetos criados, como as escavações em determinados sítios serviriam para a elaboração de uma verdadeira síntese histórica. Como método de campo, as escavações seguiram o sistema de open área, buscando recuperar a organização espacial de cada ocupação (Kern, 1998; Souza, 1991).

Depois de instalado um olhar científico nos projetos de pesquisa em Arqueologia, nas Missões, passou a entrar em discussão uma nova etapa de reflexão sobre o tema da Preservação tem início. Ao mesmo tempo, a ampliação dos contatos com instituições dentro e fora do país começou a ser vista como elemento necessário para o desenvolvimento científico. Foram assinados convênios e atividades de intercâmbios como o *Workshop Brasil-EUA* (1993), com o apoio institucional da Universidade do Arizona e do National Park Service (NPS), do IPHAN de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Dentre os projetos desenvolvidos no território missioneiro e que usaram como fonte de inspiração os resultados obtidos durante o programa do *Arqueologia Histórica Missioneira*, estavam o Sítio Escola Internacional/Missões, de 1993, e o Programa Integrado de Valorização (PIV), realizado entre 1994 e 1998.

O primeiro projeto tomava como base a Convenção da UNESCO, relacionada à proteção do patrimônio cultural da Humanidade. Esta Convenção afirmava a necessidade de treinamento e a criação de um centro regional para pesquisa científica. O SEI permitiu a formação de um grande número de profissionais e realizou escavações em vários sítios arqueológicos da região platina (Kern, 1994).

Quanto ao PIV, este projeto envolveu universitários de diferentes cursos, em trabalhos práticos, nos diferentes sítios arqueológicos. Outro projeto que envolveu o setor de Arqueologia foi o de *Informatização do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo*, com apoio da IBM e da Associação Amigos das Missões. Esse projeto promoveu o encontro *Arqueologia e Informática*, no qual participaram convidados do MERCOSUL. Posteriormente, foi desenvolvido o Boletim *Arqueologia e Informática*, a bases de dados, os programas multimídia e um *site*, sendo coordenados por José Otávio Catafesto de Souza, Francisco Noeli, Luiz Felipe Escosteguy.

Entre 2003 e 2005, foi realizado o Projeto de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural das Missões Jesuíticas dos Guaranis, nos sítios arqueológicos de São Lourenço Mártir e São João Batista.

Por fim, nos anos de 2008 e 2009, sob minha coordenação e com a participação da arqueóloga Vera Thaddeu, deu-se continuidade ao projeto de identificação da área conhecida como Fonte Missioneira, que havia sido anteriormente pesquisada em na décadade noventa do século passado. Várias estruturas que provavelmente compunham o abastecimento hídrico local foram identificadas (como, por exemplo, o espaço utilizado para armazenar água) e estudadas (técnica de construção de tanques d'água, etc.). Todos estes novos projetos inspiravam-se na alternativa proposta durante a execução das atividades do *Arqueologia Histórica Missioneira,* que apontava para a necessidade de também focar a pesquisa em subtemas da área estudada. Mesmo com a atenção do pesquisador voltada para um estudo concentrado, como a cerâmica guarani como identificador étnico (Fernanda Tochetto), ou a utilização do metal no mundo guarani-missioneiro (Claudio Carle), as investigações se caracterizaram por uma preocupação em compor um panorama geral da ocupação.

O capítulo intitulado "O conhecimento e o uso de metais nas Missões, RS-Brasil", de Claudio Carle, é esclarecedor a esse respeito. Partindo de pontos de reflexão/discussão, o investigador concentra o seu estudo, tentando observar o processo de produção do metal, desde a busca pela matéria-prima até o uso do metal, querendo compreender como ele se degrada e depois se valoriza, quando encontrado (Kern, 1998).

Mais recentemente (2002), foi estabelecido um Termo de Cooperação Internacional com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH-Espanha), com o objetivo de realizar, no território compreendido pelos Sete Povos das Missões, um amplo estudo da paisagem cultural regional. Esse acordo prevê o "[...] estabelecimento

4. Parte dos capítulos que compõem a obra já constavam em publicações do início da década de 1990, na Revista Ibero-americana.

Arquivo IPHAN/RS

3. Projeto Arqueologia Histórica Missioneira.

Arquivo IPHAN/RS

4. Fonte Missioneira descoberta em 1993.

de relações de cooperação de caráter científico, tecnológico, formativo e cultural, em relações com a documentação, a conservação, a formação e a difusão do patrimônio histórico" (Informe, 2007, p. 2). O projeto integra várias áreas (patrimônio imaterial, arqueologia imaginária missioneira etc.) e objetiva recuperar e valorizar parte do patrimônio arqueológico missioneiro.

O projeto é denominado Guia da Paisagem Cultural para a Gestão do Desenvolvimento do Território das Missões Jesuíticas no Brasil, um dos seus enfoques é a Arqueologia. Mais precisamente, é a aplicação de prospecções geofísicas e de sondagens arqueológicas, como forma de se compreender a ocupação territorial na redução.

Ao longo desta trajetória, a Arqueologia, pouco a pouco, foi sendo inserida no projeto de gestão dos sítios

Arquivo IPHAN/RS e Zanettini Arqueologia

5. Escavação Fonte Missioneira.

Arquivo IPHAN/RS

6. Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo.

arqueológicos missioneiros. Ao mesmo tempo, consolidou-se o conceito de trabalho integrado, retornando a proposta inicial do projeto Arqueologia Histórica Missioneira, que tinha como objetivo agregar colegas de diferentes profissões, especializados na preservação de bens culturais, nos quais o patrimônio arqueológico também se insere. A tentativa era aperfeiçoar práticas de arqueologia de preservação e integrar as fontes de investigação (Lima, 2002; Kern, 1998). "Um trabalho de tal envergadura exige a participação de equipes interdisciplinares de pesquisadores, dentre os quais arqueólogos, historiadores e etnólogos" (Kern, 1998, p. 14).

Além desses pesquisadores, em diferentes momentos, diferentes profissionais como arquitetos, geógrafos, engenheiros florestais, historiadores, museólogos e educadores, assim como uma dezena de arqueólogos, contribuíram para a discussão. Tratou-se de um movimento de aproximações entre diferentes ciências, que buscavam reunir informações sobre nosso passado.

Esta visão, de acordo com Kern, vinculava-se diretamente ao novo paradigma que marcava as Ciências Sociais, na década de 90 do século passado e que apontava o diálogo multidisciplinar como uma das principais características para a construção do conhecimento (Kern, 1998).

BIBLIOGRAFIA

BARCELOS, A. e HENRIQUE, F. (2000) – *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-EDIPUCRS, v. 600.

BARRETO, E. A. (Org.) (2008) – *Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.

BASTOS, R. L. e FUNARI, P. P. (2008) – A. Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William H. (Orgs.). In *Handbook of South American Archaeology.* New York: Springer, p. 1127-1133.

BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C. e GALLO, H. (Org.) (2005). *Normas e Gerenciamento do patrimônio arqueológico.* São Paulo: SSR/IPHAN.

BRASIL (1993) – *Manual de gerenciamento do patrimônio arqueológico.* Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IBPC, s/p.

___ (2006) – *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro: Iphan.

CARLE, C. B. (1998) – O conhecimento dos metais nas Missões. RS-Brasil. In: KERN, A., *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

CUSTÓDIO, L. A. B. – *A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao Estudo da Tipologia Urbana Missioneira*. 199pg. Dissertação (Mestrado em 2002) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

___ – Missões jesuíticas: arquitetura e urbanismo. *Cadernos de História,* n.º 21. Online. http://www.memorial.rs.gov.br/projetos-cadernos.htm. Disponível em: 05 jan. 2009.

FUNARI, P. P. (1994) – Rescuing ordinry people's culture: museums, material culture and education in Brazil. In: STONE, P. G. e MOLYNEAUX, B. L. *The presented past – Heritage, museums and education.* Londres: Routledge, p. 120-135.

___ (*2003*) – *Arqueologia.* São Paulo: Contexto. 126 p.

___; DOMÍNGUEZ, L. (2002) – La Arqueologia urbana en América Latina: el caso de Habana Vieja, ciudad arqueológica. *Estudos Ibero-Aamericanos*, Porto Alegre, v. 28, n.º 2, p. 113-124.

___; ZARANKIN, A. (2005) – Cultura material escolar: o papel da arquitetura. *Pro-Posições*, Campinas, v. 16, n.º 1, p. 135-144.

___; PELEGRINI, S. C. A. (2006) – *Patrimônio Histórico e Cultural***.** São Paulo: Jorge Zahar, 80 p.

HOLTORF, C. (2007) – *Archaeology is a brand.* Oxford: Archaeopresse, 196 p.

HOWARD, M. (2002) – *Clausewitz: a very short introduction.* Oxford: Oxford University Press, 96 p.

INTERNATIONAL COMMITTEE ON ARCHAEOLOGICAL HERITAGE MANAGEMENT (ICAHM) – *Carta Internacional para la Gestión del Patrimônio Arqueológico*, 1990. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/charters/arch_sp.htm>. Acesso em: 23 jan. 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. (IPHAN) (1998) – *O patrimônio cultural no âmbito do licenciamento ambiental.* Relatório de Grupo Interdisciplinar de Trabalho. Brasília: IPHAN. s/p.

KERN, A. A. (Org.) (1998) – *Arqueologia histórica missioneira.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 194 p.

___ (1995) – A *carta internacional da Arqueologia ICOMOS*. Porto Alegre: SAB.

___ (1994) – A arqueologia e o Sítio-Escola Internacional do curso de pós-graduação em História da PUCRS. *Veritas*, v. 39, n.º 154, p. 199-209.

KING, M. E. E. (1980) – Curators: Ethics and Obligations. *Curator,* v. 23, n.º 1, p. 10-18.

LIMA, T. A. (2001) – A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. *Revista de Arqueologia Americana*, México, v. 20, p. 53-79.

___ (2002) – Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica: possibilidades e limites. *Revista Estudos Ibero Americanos*, Porto Alegre, v. XXVIII, n.º 2, p. 7-23.

___ (2006) – Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana. *Revista de Arqueologia* (Belém), v. 19, p. 125-141.

LIMA, T. A. e SILVA, R. C. P. da (2002) – O conceito de sítio arqueológico histórico: implicações legais. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 35/36, p. 12-20.

MCDAVID, C. (2004) – From Tradicional Archaeology to Public Archaeology to Community Action. The Levi Jordan Plantation Project. In: SHACKEL, P. A e CHAMBERS, E. J. *Places in mind: Public Archaeology as Apllied Anthropology*. New York: Routledge, Cap. 2.

MERRIMAN, N. (2004) – Introduction – diversity and dissonance in public archaeology. In: MERRIMAN, Nick (Org.) – *Public archaeology.* Londres: Routledge, 320 p.

MONTES, A. M. (1998) – *Considerações sobre a restauração arquitetônica em arqueologia.* Tradução: IPHAN/DEPROM. Tese (Doutorado em 1998) – Escola Nacional de Antropologia e História, Cidade do México, 83 p.

MORAES, T. V.; FRIZZO, R. e CUSTÓDIO, L. A. B. – Avaliação sobre práticas de preservação do patrimônio arqueológico no licenciamento ambiental – 12.ª SR do IPHAN. In: *Congresso Nacional da SAB: Arqueologia Etnicidade e Território,* 14, 2007. Florianópolis. Anais do XIV Congresso Nacional da SAB: Arqueologia Etnicidade e Território. Florianópolis, 2007.

MORAES, T. V. e MORAES, C. A. (2008) – Reserva Técnica do Escritório Técnico I - Missões (IPHAN/ Rio Grande do Sul). In: Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas: Interacciones y Sentidos de la Conversación, 12., 2008. Buenos Aires. *Anais da XII Misiones Jesuíticas Jornadas Internacionales: interacciones y sentidos de la conversión.* Buenos Aires: Bibliografika de Voros.

MORLEY, E. J. M. (Org.) (1994) – *Métodos arqueológicos e Gerenciamento de bens culturais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Iphan (Departamento de Promoção). (Caderno de Debates).

NOWATZKI, C. H. (Org.) (2004) – *O sítio arqueológico de São Miguel das Missões: uma análise sob o ponto de vista da geologia*. São Paulo: AllPrint, 92 p.

ORSER Jr., C. E. (1992) – *Introdução à arqueologia histórica.* Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 142p.

PARDI, M. L. F. (2002) – *Gestão do Patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação.* Dissertação (Mestrado Profissionalizante em 2002) – UCG. Goiânia: IGPA.

PROUS, A. (1992) – *Arqueologia brasileira.* Brasília: Editora da UNB, 613 p.

RENFREW, C. e BAHN, P. (1998) – *Arqueología: teorías, métodos y prática*. 2. ed. Madrid: Akal, 576 p.

RODRIGUEZ, M. A. T. (2002) – *Sistema de análisis arqueológico de edifícios históricos* Sevilha: Secretariado de Publicaciones/Universidade de Sevilla e Instituto Universitario de Ciencias de la Construcción.

SHANKS, M. e TILLEY, C. (1987) – *Reconstructing archaeology.* Cambridge: Cambridge University Press.

SOCIETY HISTORY ARCHAEOLOGY (SHA) (1993) – The society for historical archaeology. Standarts and Guidelines for the Curation of Archaeological Collections. *The Society for Historical Arcaheology Newsletter,* v. 26, n.º 4.

TRIGGER, B. G. (2004) – *História do pensamento arqueológico.* São Paulo: Odysseus, 504 p.

ZANETTINI, P. E. (2004) – *A retomada dos acervos das Casas Bandeiristas.* Relatório Técnico. São Paulo: Departamento de Cultura do município de São Paulo.

___ (2005) – *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista*. Tese (Doutorado em 2006) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 424 p.

___ (2008) – *Organização da Reserva Técnica de São Miguel das Missões, RS*. Projeto de Catalogação e Armazenamento. Relatório de Atividades, IPHAN, n.º 1.

MONUMENTOS RESTAURADOS E HISTÓRIAS EM RUÍNAS

O PROGRAMA MONUMENTA E A PROBLEMÁTICA DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA NO BRASIL

TON FERREIRA Universidad Autónoma de Madrid

RESUMO Nas últimas décadas as restaurações arquitetônicas dirigidas pelo Programa Monumenta, suscitaram inúmeros confrontos entre arqueólogos e arquitetos. Se por um lado estes embates evidenciaram a perda da instância histórica de diversos monumentos, por outro, trouxe à arqueologia a necessidade de buscar novas bases metodológicas que contribuíssem para tomada de decisões no processo de restauro e na construção de um discurso arqueológico sobre arquitetura teoricamente orientado. Neste sentido, a introdução da metodologia da *archeologia dell'architettura*, cujos princípios e práticas foram estabelecidos por arqueólogos e arquitetos italianos a partir da introdução do método Harris de analise estratigráfica, se apresenta como uma via plausível, desde que sejam revistas as bases teóricas explicativas que orientam o seu discurso assim como se construam ferramentas que possibilitem uma leitura estratigráfica da arquitetura vernácula, evitando a continuidade dos estudos que por muito fomentou a política patrimonial "da pedra e cal", excluindo diversos grupos que também conformaram o que hoje chamamos de Brasil.

PALAVRAS-CHAVE Restauração arquitetônica, arqueologia, Brasil

O programa *Monumenta*, cuja fase de estruturação ocorreu entre os anos de 1995 e 2000 possuía como filosofias que lastreava sua construção as ideias defendidas na conferência de Quito em 1967. A partir desta conferência, instituições como BID e UNESCO passaram a apoiar em diversos países da América Latina projetos que objetivavam a exploração econômica do patrimônio cultural sob uma filosofia sustentável.

As ações do Monumenta atingiram 26 cidades, localizadas em 17 Estados da federação brasileira. A maior parte das ações foi realizada em conjuntos históricos, ou em monumentos isolados "entre o acervo selecionado estão centenas de monumentos como museus, igrejas, fortificações, casas de câmara e cadeia, palacetes, conjuntos escultóricos, conventos, fortes, ruas, logradouros, espaços públicos e edificações privadas em todas as áreas tombadas pela União". (Disponível em http://www.monumenta.gov.br/site/aceso en 05.09.2009).

Com o aumento das ações do Monumenta, a problemática da arqueologia na restauração arquitetônica tomou proporção nacional. O discurso, por parte dos arqueólogos que ocupavam postos de trabalhos nos Institutos do patrimônio, parecia unívoco em sinalar que os projetos de restaurações arquitetônicas eram levados a cabo sem a participação da arqueologia. Contudo, quando a arqueologia estava presente, os projetos eram marcados por uma insatisfação, por parte dos arqueólogos que reclamavam uma abordagem interdisciplinar em todo o processo.

Por outro lado, os arquitetos reclamavam que o tempo da prática arqueológica atrasava a dinâmica dos projetos e em muitos casos defendiam que a participação do arqueólogo não influenciava na tomada de decisões projetuais. Casos de embates entre estes profissionais seriam ainda maiores, quando a arqueologia, equivocadamente, era chamada a participar da restauração quando na remoção de pisos eram encontrados artefatos que os arquitetos, ou mesmo os fiscais do IPHAN, julgavam de interesse arqueológico. Neste último caso, a arqueologia sempre era pensada como uma pedra no caminho do andamento da obra.

Embates diretos com os arquitetos durante a obra de restauração; a frustrante incapacidade de aplicar metodologias arqueológicas capazes de contribuir para a tomada de decisões no processo de restauro e mais frustrante ainda a impossibilidade de abordar o monumento como construto de um processo culturalmente construído. Com os desmontes desorientados

do restauro se foram códigos da cultura não falada, não documentada.

Como profissionais que se interessam por um mesmo objeto, era preciso pensar onde se encontrava o ponto de paradoxo entre o arquiteto restaurador e o arqueólogo, vislumbra-los como sujeitos que passaram por um processo disciplinar onde aprenderam com seus pares a técnica e o ser profissional. Qual o papel que cada disciplina abarcou no seu processo de construção do objeto restauração? Como os arqueólogos poderiam contribuir de forma eficiente para o processo de restauração do patrimônio edificado?

ARQUEOLOGIA E RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA NO BRASIL

A arqueologia histórica brasileira começou os seus trabalhos realizando intervenções em restaurações arquitetônicas, justamente quando o IPHAN buscou nesta parceria agregar uma sistemática "cientificamente" orientada nas escolhas dos monumentos por ele tombado[1]. No entanto, os arqueólogos que começavam a praticar uma arqueologia mais interpretativa, fugindo da influência teórica histórico cultural, se distanciaram cada vez mais do tema, ou executavam projetos que em pouco contribuíam para o momento da restauração do edifício.

Os trabalhos que foram desenvolvidos nesses primeiros momentos buscavam a identificação de estruturas arquitetônicas e o resgate dos artefatos. Seus resultados quase sempre eram resumidos em relatórios técnicos arqueológicos de identificação de materiais e estruturas. Em alguns casos as estruturas arquitetônicas evidenciadas, quase sempre pertencentes a edifícios anteriores ou mesmo a modificações do edifício em processo de restauro, eram musealizadas e integradas na proposta final do restauro.

Pouca preocupação havia por parte dos arqueólogos com as informações que poderiam aclarar a evolução construtiva dos monumentos edificados. Os arqueólogos se limitavam a realizar faixas de escavações de rebocos, expondo paredes, quase sempre em busca de portas e janelas "cegadas". Muitas vezes em pouco diferiam do desmonte realizado pela obra do restauro.

Certamente uma das características marcantes dessas primeiras intervenções no Brasil, que se perpetuam até a problemática atual advinda do embate entre arquitetos restauradores e arqueólogos, é a incapacidade do arqueólogo de olhar para cima, de enxergar as paredes do edifício como continuidade da estratigrafia de solo, por outro lado os arquitetos se sentiam cômodos com essa perspectiva na qual eles somente tinham que se preocupar com um edifício sem "raízes" e estilisticamente homogeneizado (figs. 1 e 2).

Em publicação de 1996, Marcos Albuquerque deixava claro sua inquietude em relação às críticas dos arqueólogos que reivindicavam uma arqueologia teoricamente orientada fosse pelo viés processual ou pós-processual. Segundo sua visão de pesquisador, era necessário parar e pensar na dicotomia que uma arqueologia histórica cognitiva trazia. Dando a entender que os novos discursos teóricos pareciam ir de encontro com a prática arqueológica virgente no país:

"Discute-se na atualidade, por exemplo, tendências processuais ou pós-processuais para a arqueologia, discussões oportunas, inegavelmente, mas que parecem acentuar uma dicotomia entre a teoria e a prática arqueológica. Dicotomia esta que parece ter origem nas diferenças entre a velocidade alcançada por estes dois segmentos. Velocidade maior na teoria que na operacionalização. Poder-se-ia imaginar, que este distanciamento se encontraria corretamente posicionado na construção do conhecimento. Afinal, o modo operacional deverá estar não apenas direcionado, mas, sobretudo balizado, pelo invólucro maior, que se constitui no bojo teórico da arqueologia. Ocorre, entretanto, que em função da diferença de velocidade alcançada nestes dois patamares, não se encontrando ainda sanados os problemas operacionais que efetivamente atendam a uma arqueologia pré-processualista torna-se praticamente impossível o salto pretendido por estas etapas teóricas. Parece que a arqueologia histórica necessita, em caráter de urgência, refletir sobre suas posturas operacionais." (Albuquerque, 1992).

As intervenções realizadas por arqueólogos na restauração seguiram, na década de 1990, sem muita alteração: uma arqueologia histórica praticada dentro de um edifício que seria restaurado, com pouco ou nenhum impacto sobre a fase projetual. Com as pressões advindas do aumento da especialização e divulgação da arqueologia, um tema que antes poderia ser simplesmente ignorado passou a ser vislumbrado como

1. Em texto que objetivava revisar percurso da disciplina no Brasil Lima ressaltava em 1993 que ate o inicio da década de 1980 diversos trabalhos da arqueologia em restaurações arquitetônica havia sido levados a cabo, quase todos em parceria com o IPHAN "Escavações nas Reduções jesuítas do Rio Grande do Sul (repassadas à Universidade); no Paço Imperial, no Rio de Janeiro; na Casa da Fundição do Ouro de Goiás; no antigo cais da Praça XV, no Rio de Janeiro (repassada ao município); na Casa dos Pilões, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (executada pela 6a DR); em Vila Flor, no Rio Grande do Norte (repassada à Universidade); na Praça do Pelourinho, no centro histórico de Salvador; nas fortificações de Santa Catarina. Prospecções na Casa de Banho de D. João VI, no Rio de Janeiro; em Tiradentes, Minas Gerais; no centro histórico de Alcântara, Maranhão; nas dependências do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro". (Lima, 1993). No nordeste podemos aferir que o maior numero de trabalhos nesse primeiro momento foram levados a acabo pelo arqueólogo Albuquerque, ver http://www.brasilarqueologico.com.br.

Arquivo IPHAN-SE

1. Escavações arqueológicas no quintal do sobrado do IPHAN-SE em processo de restauro, desassociado do projeto de restauro.

uma falha de operacionalização por parte do IPHAN, de modo que no último grande programa de restauração arquitetônica no Brasil, foi publicado um manual com objetivo de orientar as intervenções em projetos de restauração arquitetônica (Najjar *et al*, 2002).

O manual trabalha com a visão do edifício histórico como um artefato, uma perspectiva que vem sendo duramente criticada por arqueólogos e arquitetos que tem se debruçado sobre o estudo do edifício, especificamente no momento da restauração (Brogiolo, 2002; Azkarate, 2002). Estes profissionais reivindicam o status de sítio arqueológico, pois a interpretação da estratigrafia das paredes seguem os mesmo critérios da leitura estratigráfica arqueológica proposta por Harris (1991) para a interpretação de uma estratificação antropologicamente concebida.

Pensar na edificação como um artefato preso no tempo e espaço é justificar interferências metodológicas

2. Desmonte e restauração de reboco sem leitura estratigráfica.

que busquem trazer a tona determinadas características estéticas que se julga está aprisionada na edificação. Neste sentido, a ideia do edifício histórico como artefato, leva o arqueólogo a incorrer no equívoco de buscar elementos estilísticos originais, descartando assim toda uma base material que exemplifica as "mudanças nas relações sociais" que por sua vez não são estáticas e podem ser visualizadas nas diversas interferências pelas quais passou o monumento no decorrer dos séculos.

Assim, em 2008 foi publicado, também pelo programa Monumenta, um livro com caráter de manual técnico pelo arquiteto restaurador Mario Mendonça (2008). O autor tráz a nossa discussão dados bastante importantes: a visão de um arquiteto que se posiciona reflexivamente sobre o tema e não a partir do choque direto com o arqueólogo em campo.

Primeiramente esclarece o papel da arqueologia na restauração arquitetônica como disciplina que pode dá bases para o arquiteto restaurador. O labor acurado do arqueólogo pode trazer uma boa memória evolutiva sobre o "organismo arquitetônico sobre o qual estamos debruçados, fundamentando as decisões da nossa intervenção". O autor ressalta ainda que os achados frutos dessas descobertas evolutivas seriam integrados ou não na tomada de decisões finais da restauração, e ressalta que essa é uma tarefa da qual o arquiteto não deve abrir mão. "As investigações arqueológicas vão nos permitir, também, evitar que, com uma abertura de cava indevida ou ocupação inadequada do terreno, cancelemos algum achado importante da memória do bem cultural que estamos procurando resgatar ou dificultemos futuras escavações esclarecedoras" (Mendonça, 2008, p. 110).

Mesmo não citando nenhum trabalho sobre arqueologia da arquitetura o autor é bastante coerente no que pode o arqueólogo contribuir para o projeto de restauração arquitetônico. Da mesma forma que deixa claro que em muitos trabalhos os métodos e técnicas da arqueologia tem deixado a desejar no que se refere a sensibilidade ao abordar o monumento como objeto de estudo. Ressalta ainda, que os problemas atuais são decorrentes da vaidade pessoal dos profissionais envolvidos no restauro, especificamente arqueólogos e arquitetos que por desconhecimento da área do outro acabam agindo como se o seu trabalho fosse melhor e mais importante que a do outro profissional.

Ainda que não reflexione diretamente sobre a arqueologia e o restauro arquitetônico, os trabalhos realizados pelo arqueólogo Zarankin devem ser inseridos nessa discussão, pois como assinalamos anteriormente os arqueólogos ligados à vertente pós-processual acabaram influenciando indiretamente os estudos da arqueologia no restauro arquitetônico. A abordagem consiste na utilização da metodologia de autores como Hillier e Hanson (1984), para realizar análise da conformação da arquitetura criada e seus significados na organização do cotidiano de grupos determinados. No caso da tese em questão, o objeto analisado foi a estrutura das escolas de Buenos Aires no inicio do século XX. Na aplicação da metodologia o autor especifica as categorias por ele utilizadas: "forma – morfologia da estrutura arquitetônica, função – relacionada com o tipo de atividades que são pensadas e que se realizam dentro dessa estrutura arquitetônica, organização espacial – a organização espacial tem haver com a maneira como os espaços se vinculam e se relacionam entre si e dentro da estrutura arquitetônica" (Zarankin, 2001, p. 119).

Estas categorias são aplicadas a uma análise do espaço construído, buscando nas suas configurações as relações de conectividade ou não, as quais induziriam o indivíduo por estes espaços previamente pensados. "Assim, medindo as análises de variáveis como forma, função e organização espacial, é possível obter-se um panorama básico sobre o modo como os mecanismos de controle e poder encontram-se presentes em uma determinada estrutura" (Idem, p. 123).

Embora esta abordagem forneça uma rica interpretação do edifício, em nada contribui para as decisões do restauro. Este seria a nosso ver um segundo momento do trabalho do arqueólogo sobre o edifício a ser restaurado. A compreensão da materialidade construída e suas modificações são de suma importância para a tomada de decisões no processo de restauro.

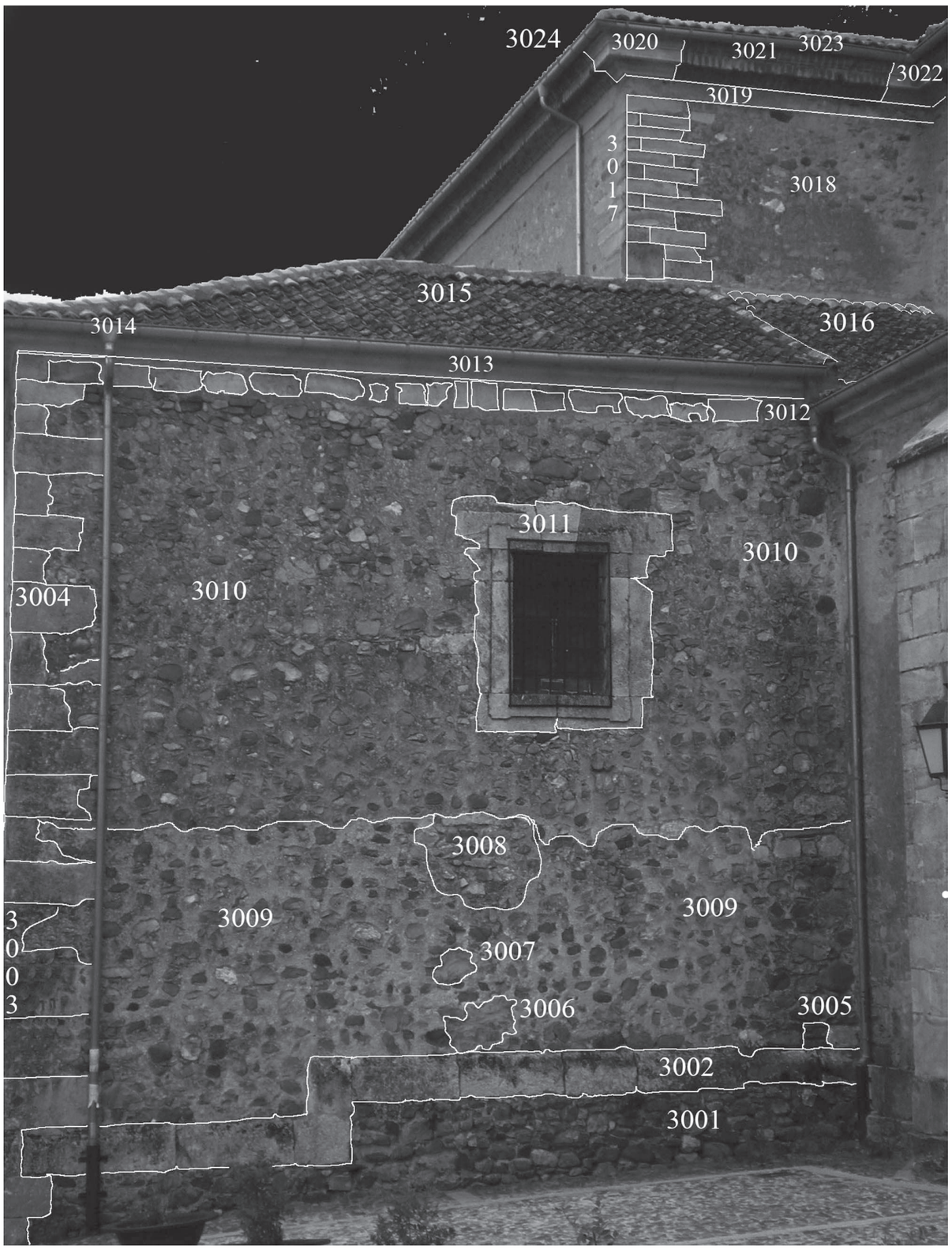
A evolução construtiva do edifício é uma informação que o arqueólogo perde quando não entra diretamente em contato com a materialidade construída, seja análise micro ou macro, o autor vai estar preso à planta, quando sabemos que muitas vezes projetos não são levados a cabo como cogitados, sejam econômicos e até mesmo sociais. Neste sentido, essa é uma análise que desafia o arqueólogo na especialização para lidar metodologicamente com uma abordagem tátil do edifício.

Em outras palavras, um arqueólogo que se propõe a trabalhar sobre o signo da arqueologia da arquitetura, no mínimo precisa dominar as ferramentas básicas do conhecimento arquitetônico, justificando sua presença num momento tão delicado como a restauração. E a partir de então realizar as abordagens de interpretação simbólicas, contribuindo assim para o avanço na construção do conhecimento teoricamente orientado.

Em síntese, podemos afirmar que atualmente a abordagem arqueológica que se realiza na restauração arquitetônica no Brasil, possui duas vertentes: A primeira que se propõe a um contato direto sobre o

edifício, escavando paredes e solo e com pouca, ou mesmo nenhuma diferença da metodologia aplicada nos primórdios da disciplina. A segunda orientada pelos estudos pós-processuais tem abordado o edifício como uma estrutura carregada de simbolismos, analisando espacialmente sobre suas plantas, sem intervir em sua materialidade. Essa abordagem tem sido feita independente da restauração arquitetônica.

Ton Ferreira



3. Modelo de leitura estratigráfica, parede Oeste da Iglesia de Riaza-Segovia-ES.

ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA: PONTO DE CONVERGÊNCIA DE INTERESSES ENTRE ARQUEÓLOGOS E ARQUITETOS ?

Se tivéssemos que sinalar um marco para a gênese da arqueologia da arquitetura, este seria a publicação do livro de Eduard Harris em 1979, no qual o autor defendeu a existência de uma estratigrafia arqueológica com comportamento e formação que em muito diferia da estratigrafia clássica pensada sob leis naturais e que durante muitas décadas foi à chave para a interpretação da estratigrafia dos sítios arqueológicos escavados.

A obra expõe com clareza as principais características dos estratos e horizontais ou verticais. Contudo será especificamente na explanação sobre os *estratos verticais* e suas respectivas *interfaces* que independente de estarem soterrados ou erigidos sobre superfície possuía uma formação estratigráfica e podiam ser sistematizados como os extratos horizontais (Harris, 1991, p. 77)

Comentando os esquemas estratigráficos de wheller 1954, Harris demonstra como a metodologia de trabalho pode dá distintas interpretações ao pensar os estratos verticais de modo distintos dos horizontais. Ao vislumbrar essa verticalidade na estratigrafia do solo, Harris foi capaz de extrapolar o pensamento estratigráfico as paredes erigidas acima da superfície dando margem para que futuramente os arqueólogos encontrassem nesse argumento o fundamento para o construto de uma prática arqueológica sobre as mesmas.

Ainda nessa perspectiva, Harris chamaria atenção para as especificidades das paredes e suas possibilidades de sistematização (fig. 3): Las *intelfacies de estrato verticales* forman la superfície de um estrato vertical, generalmente un muro. El hecho de ser superficies verticales hace que no tengan curvas de nivel a la manera de las interfaces horizontales. Normalmente contienen numerosos detalles arquitectónicos, que se registran en los alzados (Idem, p. 89) Na última edição de sua obra, Harris já assinalava alguns autores anglo-saxões que começavam a fazer uso para os estudos da arquitetura histórica através da sistematização dos seus estratos e interfaces verticais, sintetizados em matrix harris.

Será na Europa continental, mais precisamente na Itália que as ideias de Harris tomaram nova dimensão. Os arqueólogos pioneiros na área, aplicariam tais ideias sobre os estudos do período medieval. Segundo Manno-ni o interesse dos arqueólogos que trabalham com o período medieval pela arqueologia da arquitetura se dá pelas transformações sócioeconômicas do período, cujos resultados de tantas mudanças culturais foram refletidos na arquitetura. Por outro lado, não se pode negar que este seja um dos períodos onde existe uma maior interdisciplinaridade na abordagem arquitetônica (Mannoni, 1998, p. 41).

Na década de 1990 sob o rótulo de arqueologia da arquitetura a produção do conhecimento gerado sobre a arquitetura através da analise estratigráfica ganharia espaço com a publicação da revista de mesmo nome *Archeologia dell'Architettura*. A ação não somente consolidava o nome dado por Mannoni à prática da leitura arqueológica da edificação histórica por meio do sistema estratigráfico, como lançava as bases do que se propunha ser uma disciplina capaz de sistematizar dados sobre a evolução construtiva do edifício e refletir sobre os aspectos sócioeconômicos e culturais que os geraram: "Questo impegno ha però portato a trascurare l'obiettivo prioritario dell'archeologo: recuperare dalle sequenze di un edificio informazioni storiche, per le quali servono anzitutto corpora e censimenti esaustivi, e studi che pongano in relazione le architetture con l'organizzazione agraria, le trasformazioni dei paesaggi antropici, le trasformazioni economiche e sociali" (Brogiolo, 2002, p. 19).

A arqueologia da arquitetura se consolidou como uma revolução no que se refere à possibilidade aplicativa na restauração arquitetônica. O novo método de abordagem arqueológico colocou em cheque elementos básico sobre os quais a restauração arquitetônica havia fincado seus princípios. O domínio da história da arte e consequentemente dos antigos esquemas estilísticos, bases na formação de qualquer arquiteto restaurador, começaram a ser questionados. O reencontro direto com a materialidade , através da sistematização dos dados estratigráficos colocou em evidencia a fragilidade de conhecimento produzido por arquitetos e arqueólogos ao longo de décadas da disciplina restauração

O DESAFIO DA APLICAÇÃO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA NO BRASIL

O percurso percorrido para entender as atuais dificuldades da aplicação da arqueologia na restauração arquitetônica, bem como o impasse entre arqueólogos e arquitetos, nos levou a entender que a problemática se centra em fatores historicamente construídos: a exacerbação do valor econômico do edifício na lógica do restauro, a exaltação da estética em detrimento do valor histórico, a restauração como fator de valorização do monumento para as políticas do turismo cultural e a apropriação social do monumento desvinculado do seu valor histórico.

A sistematização de dados proporcionados pela leitura estratigráfica murária é certamente uma das grandes chaves nesse processo. Sua utilização na fase anterior as intervenções ou mesmo aliada a fase do desmonte

(orientado e controlado por ambos os profissionais envolvidos no processo) é uma das grandes ferramentas na construção de justificativas que orientam a fase do projeto de restauração arquitetônica.

O controle na tomadas de dados e o devido registro das unidades estratigráficas murarias possuem duas facetas nesse processo de construção do conhecimento aliado ao momento do restauro: primeiro estabelece uma evolução construtiva do edifício com base na sua própria materialidade, dando base para construção de justificativas na tomada de decisões sobre o projeto de restauração. Em segundo constitui um dossiê que evita que se percam completamente as informações da evolução construtivas e dos vestígios do passado materializado na edificação.

A importação da leitura estratigráfica de paredes para o contexto brasileiro tal qual há sido pensada e sistematizada na Europa, requer uma série de adaptações e de superação de entraves que advém da própria conformação arquitetônica local. Não podemos negar que o fato de haver experimentado todo um desenvolvimento na área medieval, tenha dotado o arcabouço da arqueologia da arquitetura para uma maior apreensão do patrimônio em pedra

Desta forma, o arqueólogo brasileiro que enverede por este caminho terá um árduo labor na construção de bases de conhecimento locais em matéria de estudos da evolução construtivas da arquitetura vernácula e sobre tudo de materiais e de soluções construtivas para as construções em terra.

Negar esta especificidade ou insistir na exclusão dessas construções é incorrer em um erro secular no que se refere aos estudos da arquitetura histórica, pois exclui uma parcela considerável de culturas que conformaram o que hoje chamamos de Brasil. O privilégio pelo estudos da construção em "Pedra e cal" que num passado chegou a fazer parte dos critérios do IPHAN, forjou durante anos uma identidade luso-brasileira em detrimento de outras culturas como africanas e nativas, cujas características construtivas foram parcamente estudadas, ou simplesmente negadas na tentativa de construção de uma identidade brasileira homogenea e livre de contradições.

Ainda no que se refere aos estudos arqueológicos da arquitetura no Brasil, seria um retrocesso pensar na inserção de uma metodologia cujo fim seja apenas uma estratificação de momentos evolutivos do monumento. O peso da arqueologia pós-processual no Brasil é algo que não se pode negar na atualidade.

Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar uma questão que nos parece primordial no que se refere a participação do arqueólogo no projeto de restauração arquitetônica: a formação de arqueólogos brasileiros com capacidade de entender o arcabouço construtivo da arquitetura. Entendemos que historicamente a arqueologia brasileira voltou seu olhar para o período pré-histórico. Fato que explica o parco interesse por temas de períodos mais recentes e claramente de preparo para lidar com a arquitetura como objeto de estudo. Essa característica dos arqueólogos brasileiros se pode notar mesmo nos que começaram suas carreiras pelos estudos históricos, por influência da abordagem pós-processual se voltaram mais para um estudo simbólico e suas vertentes.

As atuais controvérsias sobre a obrigatoriedade dos estudos arqueológicos nos centros urbanos e em restaurações arquitetônicas não possui razão de ser. A legislação é clara no que se refere a salvaguarda da materialidade histórica que denote ser testemunho factível de construção de conhecimento sobre o passado brasileiro.

A própria história da relação do IPHAN com a arqueologia vai de encontro à política atualmente gerada dentro de alguns setores da instituição que procuravam negar essa obrigatoriedade. Como vimos, a arqueologia histórica no Brasil e os estudos de arqueologia voltada para a arquitetura iniciou no ceio do IPHAN e foi esta instituição quem apoiou e investiu nesses primeiros estudos, fomentando inclusive eventos com objetivo de divulgar e disseminar os estudos arqueológicos da arquitetura, pois no momento ainda desconhecido e inclusive visto de forma discriminatório pelos arqueólogos que se dedicavam ao período pré-histórico.

A reestruturação do IPHAN após o desmantelamento sofrido na década de 1990, parece ter esquecido esta especificidade. Acreditamos que esse esquecimento nada gratuito, ancora suas razões de ser da dinâmica mercadológica na qual se estabeleceram as lógicas restaurativas do *programa Monumenta*.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, M. (1992) – Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. *Clio- Série Arqueologia- Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife (8), p. 131- 151.

AZKARATE, A. (2002) – Intereses cognoscitivos y praxis social en Arqueología de la Arquitectura. *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria, p. 55-71.

BROGIOLO, G. P.(2002) – L'Archeologia dell'architettura in Italia nell'ultimo quinquenio (1997-2001). *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria, p. 19-26.

HARRIS, E.C. (1991) – *Princípios da Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona. Ed. Crítica.

LIMA, T. A. (1993) – Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *An. mus. paul.*, vol. 1, n.º 1, p. 225--262.

MANNONI, T. e MILANESE, M. (1988) – Archeologia della produzione. In Francovich, Ricardo e Parenti, Roberto. *Archeologia e Restauro Dei Monumenti*. Edizione All'insegna del giglio. Fiorenze. p. 383-402.

MENDOÇA, M. (2008) – *A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória: Cadastro, Fotografia, Fotogrametria e Arqueologia. Cadernos Técnicos*. Brasília. IPHAN.

NAJJAR, R.(2002) – *Arqueologia Histórica – Manual*. Brasília. IPHAN.

PROGRAMA MONUMENTA. Acesso a 10 de Maio de 2007. Em http://monumenta.gov.br/site/).

ZARANKIN, A. (2001) – *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires*. Tese de doutorado. Universidade de Campinas.

PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO

UMA QUESTÃO DE VISIBILIDADE

MARGARIDA GÉNIO

RESUMO Os navios que um dia se perderam por acaso, acidente ou acto de guerra assumem-se como expressão máxima dos saberes do mar, e são hoje testemunho de vidas que se fixaram na actividade marítima.
Portugal, tendo sido responsável pela descoberta de novos mundos, divulgação e troca de bens e ideias, foi o principal palco desta actividade na Idade Moderna, e actualmente conta com mais de 7000 registos de navios naufragados na sua Carta Arqueológica Subaquática.
Infelizmente, este património está à mercê da invisibilidade que o mar lhe confere, ameaçado por caçadores de tesouros mas mais ainda pela falta de conhecimento e divulgação de que é vítima.
No sentido de combater esta ameaça foi desenvolvido um projecto de valorização da componente Património Cultural Subaquático no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar, o *Profundis*.
Em colaboração com a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar na salvaguarda deste património, o *Profundis*, a sua missão e o trabalho já desenvolvido serão apresentados pela autora, no sentido de promover o envolvimento da comunidade científica e do público em geral num tema que certamente tem muitas respostas a dar à Arqueologia Moderna.

PALAVRAS-CHAVE **Património cultural subaquático**

MAR PORTUGUÊS – MAR ESTRATÉGICO

Portugal precisa de uma estratégia para o mar. Isto mesmo tem sido reconhecido através de inúmeras iniciativas que lançaram as bases para a discussão de como o mar poderá tornar-se num dos principais factores de desenvolvimento do País, se devidamente explorado e salvaguardado.[1]

Assim se inicia um instrumento político que concretiza a *Estratégia Nacional para o Mar,* criada em Agosto de 2005 pela Resolução do Conselho de Ministros, concentrada na criação de mecanismos de atracção de investimento, baseados em informação sólida e credível.
Uma vez reconhecida a importância do Mar perspectiva-se todo um conjunto de acções sobre os rios, estuários e sobre o mar português – uma das maiores zonas económicas exclusivas (ZEE) da Europa, que corresponde a cerca de dezoito vezes a área terrestre do nosso país.
Tendo sido Portugal responsável pela descoberta de novos mundos, divulgação e troca de bens e ideias, foi o principal palco da actividade marítima na Idade Moderna e, actualmente conta com mais de 7500 vestígios de natureza arqueológica, em contexto Subaquático, vestígios esses que na sua maioria são de natureza náutica, numa cronologia que se espraia desde a pré-história até à Idade Contemporânea.
Deste modo, e considerando o impacto que a dimensão do Mar assume na cultura marítima portuguesa, urge olhar para o Património Cultural Subaquático como um dos fortes mecanismos de atracção, como mais um elemento sólido e credível que integrado no riquíssimo património natural carece de acções de preservação e valorização.
Declarada a especificidade singular deste mecanismo, Portugal contemplou na sua Estratégia Nacional para o Mar a promoção da *"preservação e valorização do PCS, arqueológico e histórico bem como do estudo e da salvaguarda dos testemunhos arqueológicos subaquáticos, protegendo-os da delapidação e degradação e apoiando a sua investigação"*[2] como também foi um dos primeiros signatários da Convenção da Organização das Nações Unidas (UNESCO) sobre a protecção do PCS, ficando assim delineada – pelo menos no plano das intenções – uma política aparentemente coerente de salvaguarda, estudo e valorização do PCS, assumindo o nosso país constituir esse conjunto de sítios submersos um recurso cultural estratégico não renovável e da maior importância, como factor identitário e promotor

1. *Estratégia nacional* para o Mar, Ministério da Defesa – Estrutura de Missão para os assuntos do Mar (2005).

2. *Estratégia nacional* para o Mar, Ministério da Defesa – Estrutura de Missão para os assuntos do Mar (2005).

de um desenvolvimento sustentável, e governação responsável nas componentes económicas, sociais, culturais e institucionais.

Encarando o Património Cultural Subaquático como uma força motor para esta aposta sobre o Mar, importa saber exactamente do que estamos a falar, entendendo-se por Património Cultural Subaquático (PCS) – o conjunto de todos os vestígios da existência do homem de carácter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente submersos há, pelo menos, 100 anos, nomeadamente: sítios, estruturas edifícios, artefactos e restos humanos, bem como o respectivo contexto arqueológico natural; navios, aeronaves e outros veículos, ou parte deles, a respectiva carga ou outro contudo, bem como o respectivo contexto arqueológico natural e, artefactos de carácter pré-histórico.[3]

UMA QUESTÃO DE VISIBILIDADE

A notoriedade pública atribuída ao Património Cultural Subaquático, uma vez integrado na Estratégia Nacional para o Mar, não é suficiente sem um plano de acção permanente.

Infelizmente, este património está à mercê da invisibilidade que o mar lhe confere, é vítima de uma destruição silenciosa, ameaçado pelas acções deliberadas de empresas de caça ao tesouro, por mergulhadores amadores em pilhagens ocasionais, pelo desenvolvimento de obras na frente marítima, por dragagens e, pela pesca de arrasto, sendo que a maior ameaça surge na falta de conhecimento e divulgação de que é vítima.

No entanto, e para além destas ameaças a arqueologia subaquática portuguesa depara-se com muitas dificuldades, mergulhada num ambiente político e orçamental avesso à manutenção e premente reforço das competências técnicas e científicas adquiridas desde 1996, pelo ex – Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), recentemente despromovido a Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática do IGESPAR. Torna-se árdua a tarefa de fiscalização arqueológica das nossas costas, de verificação dos autos de achados fortuitos e, de inventariação, localização e classificação dos sítios arqueológicos submersos nos mares e nos rios de Portugal.

Contudo, o problema não é exclusivo da tutela. De uma forma geral as instituições académicas nacionais não têm interesse significativo por esta área da arqueologia, nem oferecem pós-graduação neste ramo (à excepção das Universidades Nova de Lisboa, Autónoma de Lisboa e o Instituto Politécnico de Tomar) e, não se estabelecem acções concretas de prospecção e escavação em meio subaquático.

Apesar da fraca visibilidade sobre este património, há um valioso conjunto suspeitado e comprovado de sítios arqueológicos, resultante dos mais diversos naufrágios ocorridos quer em águas sob jurisdição portuguesa, quer em águas sob a alçada de países alvejados pela epopeia portuguesa e, que merecem ser caracterizados como zonas ricas em vestígios de Património Cultural Subaquático.

Sugerem-se os seguintes casos:

- Nau espanhola "*Nuestra Señora del Rosário*" da frota das Índias Ocidentais que a 7 de Dezembro de 1589 impeliu de encontro ao areal de Tróia, afogando-se cerca 120 pessoas, das 240 que seguiam a bordo, assim como quase toda a carga que a nau trazia, cerca de 23 toneladas de ouro e prata... "*depois de cortar os mastros, deu à costa rijamente em Setúbal, onde se partiu um bocados, com alguns homens a salvarem-se a nado e a darem a notícia de que o resto se teria afogado".*[4]

- O naufrágio do navio holandês "*Shoonhoven"*. Fazia a sua terceira viagem em direcção à Ásia, num percurso que se vê tragicamente interrompido pelo seu naufrágio na costa de Portugal a 23 de Janeiro de 1626. Documentação inédita pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino e aos arquivos holandeses, permite-nos identificar a zona a sul de Melides como o local da ocorrência deste naufrágio, como também nos dá as diligências desenvolvidas pelas mais variadas instituições locais no sentido de arrecadar os salvados arrojados à costa.[5]

- O afundamento do "*l' Océan".* Navio de guerra francês encalhado propositadamente pela tripulação junto à protecção neutral da fortaleza portuguesa de São Luís de Almadena, Boca do Rio, Algarve. Fora bombardeado pelos navios ingleses que o perseguiram, a 19 de Agosto de 1759. O mesmo acontecera com outro navio da mesma frota francesa, o "*Redoutable",* igualmente abrasado quando encalhado na praia do Zavial, naquela que ficaria conhecida como a Batalha de Lagos.[6]

- O naufrágio na Austrália da galera portuguesa "*Correio d' Ásia",* descoberto em 2004 pelos arqueólogos do Western Australian Maritime Museum. Era uma galera de bandeira portuguesa da propriedade do negociante da praça de Lisboa, José Nunes da Silveira. Em 1816, nessa sua derradeira viagem directa de Lisboa a Macau, tinha João Joaquim de Freitas, capitão tenente

3. *Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático.* Texto adoptado pela 31.ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) em Paris, no dia 2 de Novembro de 2001. Lisboa, 2004.

4. Monteiro, A. e Pinheiro, S. (2010) – *O naufrágio da nau da prata Nuestra Senora del Rosário (Tróia, 1589).* Relatório de Pesquisa apresentado a DANS. Documentos de trabalho da DANS. Lisboa.

5. Com. pessoal Alexandre Monteiro.

6. Com. pessoal Alexandre Monteiro.

do Departamento da Marinha de Goa como comandante. Nos reservados da Sociedade de Geografia de Lisboaencontra-se o maior acervo documental referente a José Nunes da Silveira.[7]

No litoral português, e de natureza perigosa, o notável Cabo da Roca, constituído como ponto de charneira entre a costa sul e a costa norte, mais sujeito a regime de nortada e agitação marítima, reúne vários episódios de naufrágios:

- 1611, vinda de Porto Rico e comandada pelo capitão Pedro Rebolo, naufraga a Nau espanhola de 90 toneladas "*Nuestra Señora de la Encarnació*".
- Aos dois dias do mês de Novembro de 1636 naufraga a nau portuguesa da Índia, "*Santa Catarina de Ribamar"*. Quase um século depois viria a naufragar, entre a Roca e Cascais, uma tartana francesa, que saíra de Marselha no dia 1 de Janeiro de 1731 com várias mercadorias para Lisboa, naufragando cerca de um mês mais tarde, a 3 de Fevereiro.
- No ano de 1871, no dia 26 de Agosto a caminho de Trieste, o vapor inglês "*Lunfield* " ou "*Munfield"*, que vinha de Cardiff com rails de caminhos-de-ferro;
- A 20 de Janeiro de 1875, "*Insulano"*, o vapor português construído em 1868, da empresa Insulana de Navegação, com 877 toneladas, abalroado pelo vapor inglês City of Meca.

A par do Cabo da Roca, que conta com muitos outros casos para além dos referidos, destaca-se o Rio Arade. Sendo a mais importante linha de água do Algarve desde a mais remota antiguidade, desempenhou um papel de charneira e de traço de união entre o Mediterrâneo e o Atlântico. A mais antiga fonte escrita sobre navios naufragados em águas hoje portuguesas refere-se a este rio – numa data aliás precisa - *"o 1º Rágebe do ano de 355"* (23 de Julho de 996), data em que uma frota viking subiu o rio para tomar de assalto Silves, mas foi atacada, incendiada e parcialmente destruída. Em 2005 é promovido pelo CNANS um rastreio de magnetometria e de sonar de varrimento lateral com vista à prevenção e minimização de eventuais impactes negativos das futuras dragagens do canal de acesso e de alargamento da bacia de rotação do Porto de Portimão sobre o PCS. Foram localizados cerca de 200 alvos de presumível natureza antrópica, alguns dos quais com eventual significado arqueológico.

Um outro caso excepcional é o do naufrágio do *"Lidador"* em 1878 ao largo da Horta, na ilha do Faial, Açores. Construído no ano de 1873, em Londres, pelos estaleiros navais de William Walker & Co., rumou até à ilha Terceira onde embateu num recife submerso numa tempestade de vento carpinteiro no dia 7 de Fevereiro. O seu incrível estado de conservação permitiu transformá-lo naquilo que é hoje, o único Parque Arqueológico Subaquático português, em Angra do Heroísmo.

Descoberto na costa de Oranjemund, em 2007, o navio da Namíbia reúne todas as características de um navio português da Carreira da Índia, incluía moedas espanholas e portuguesas dos séculos XV e XVI, em elevado número e raridade. Portugal, enquanto país de bandeira foi convidado a colaborar na investigação histórica e arqueológica deste naufrágio.

Por último, o naufrágio do navio negreiro " *Esperança"*, português, perdido nas ilhas Turks and Caicos em 1837.[8]

Os naufrágios jazentes nas águas territoriais portuguesas constituem vestígios arqueológicos, frágeis e finitos, que no seu todo corporizam o PCS que se encontra à guarda do nosso país. São hoje testemunhos tangíveis não só de uma herança marítima milenar, como também das tragédias e de pequenos actos do quotidiano de sobrevivência das mais variadas gentes, que um dia buscaram o nosso território para aí se fixarem, como ponto de passagem, local de conflito, porto de abrigo ou praça do comércio.

No sentido de combater a apatia que paira sobre este elemento de real importância para a cultura portuguesa, foi elaborada uma proposta assente na premissa da Estratégia Nacional para o Mar e que tem como objectivos gerais: qualificar e valorizar as condições de conhecimento do PCS; salvaguardar o PCS enquanto recurso finito, frágil e não renovável; promover o binómio património/educação; estimular o envolvimento e a participação dos cidadãos na salvaguarda do PCS (como factor de identidade e elevação da auto-estima, de cidadania e de interacção no desenvolvimento sustentável dos territórios e das comunidades; criação de programas e de acções educativas e formativas), incentivando as acções de valorização do PCS no âmbito de grandes campanhas oceanográficas científicas, bem como a criação de pequenos projectos de investigação académica na mesma área, gerindo a informação histórico-arqueológica capitalizando meios já existentes e dados já recolhidos, elaborando itinerários turístico-culturais e promovendo a respectiva divulgação dos valores patrimoniais inseridos nesses circuitos turísticos.

Este plano de intervenção seria pautado por diferentes e, sucessivas fases de trabalho, estabelecendo-se cinco momentos principais: a preparação – fase dedicada à investigação histórica, à elaboração de um pedido de licenciamento e à implementação de uma logística que permita realizar uma campanha de prospecção; a

7. Com. pessoal Alexandre Monteiro.

8. Com. pessoal Alexandre Monteiro.

prospecção – a decorrer no terreno e que visa localizar locais onde se encontre PCS; a escavação – a decorrer numa ou mais campanhas e que visa caracterizar arqueologicamente os sítios detectados, maximizando-se a recolha de informação; a conservação e o restauro – a fase mais demorada que visa estabilizar e preparar os artefactos eventualmente recolhidos de modo a que os mesmos possam ser estudados, contextualizados e musealizados; e por fim, a divulgação pública – fase em que se inicia com a preparação e que se prolonga no tempo, sem fim conhecido, tendo como objectivo divulgar aos mais diferentes públicos, especializados e não especializados, os resultados das diferentes fases de investigação realizadas ao longo deste projecto.

A elaboração da proposta realizou-se em 2010, prevendo-se no mesmo ano fazer a identificação, posicionamento, cartografia, estudo e divulgação de vestígios arqueológicos relevantes, já localizados ou presumidos, correspondentes a embarcações naufragadas nas águas marítimas sob jurisdição portuguesa ou a navios portugueses perdidos em águas internacionais ou de outros países. Nos anos seguintes (2011 e 2012) perspectiva-se dar seguimento a estes trabalhos continuando a investigação documental, a análise da cartografia local, sua digitalização e tratamento, entrevistas a pescadores, marítimos, práticos e demais habitantes locais, utentes do mar, para identificação de peguilhos e recolha de relatos de eventual ocorrência de achados fortuitos; prospecções visuais e por geofísica do leito marinho, em zonas de relevante interesse, até à batimétrica dos 35 metros com recurso aos meios de exploração submarina ao dispor de Portugal, integração e georeferenciação de todos os dados adquiridos em suporte informático específico.

Considerando a especificidade do projecto mas, em simultâneo, a ambivalência inerente a um assunto que reúne diversas áreas profissionais e que assume um alcance muito vasto, de norte a sul do país, estão envolvidas e é pretendido envolver várias entidades, desde instituições académicas, nomeadamente as Universidades Nova de Lisboa, de Aveiro e do Texas A&M; a Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática do IGESPAR; associações Locais ou Regionais de Defesa do Património; a UNESCO; a Marinha Portuguesa; Orgãos de gestão autárquica, nomeadamente as Câmaras de Ílhavo, Grândola, Setúbal, Cascais e Lagos; Governos Regionais; Autoridade Marítima e outras a definir.

A proposta é exigente mas deveras aliciante para quem considera o Mar Português, um mar de potencialidades.

Uma vez concluída esta proposta, que sintetiza tudo o que deve integrar um projecto em arqueologia subaquática, foi apresentada à Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM), que se encontra a arquitectar um projecto no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar, no sentido de valorizar a componente Património Cultural Subaquático – o *Profundis,* bem como à autarquia de Grândola no sentido de realizar a carta arqueológica subaquática do concelho.

À semelhança deste projecto, muitos outros podem ser desenvolvidos no sentido de valorizar e preservar o Património cultural Subaquático, bem como a própria Arqueologia Subaquática, que está na linha da frente nesta batalha pela defesa de um património frágil e finito que pertence a toda a humanidade.

ABSTRACTS

Armando Lucena was responsible for the abstracts in English, except for those sent by the authors.

VOL. I

CONFERÊNCIAS

From español to criollo: an archaeological perspective on spanish-american cultural transformation, 1493-1600

Kathleen Deagan

Keywords: Ibero-America, criollo, Spain, identity, colonization

Historical archaeology has made major contributions to understanding the development of the global modern world. In the case of Ibero-America, archaeological information has revealed the ways in which a Hispanic-colonial identity developed at a community scale in response to local circumstances. At the same time, the diversity of local experience can be shown to share certain general consistencies of practice at the scale of empire. This paper uses the contrasts between diversity at a local scale and shared understandings at an imperial scale to consider the transformation of identity from that of "Spaniards in America" to the "Spanish criollo Americans". Archaeological research has shown that the roots of this transformation lie in the early colonial era.

Bahia: aportes para uma Arqueologia das relações transatlânticas no período colonial

Carlos Etchevarne

Keywords: Portugal, Brazil, Salvador, primatial see, urban archaeology, daily life, colonization

The city of Salvador da Bahia, in north-western Brazil, is a good example of what might be considered the actual implementation of the Portuguese south Atlantic colonization program. The city was founded in mid-16th century, aiming to support navigation to India but also as a point of control of extractive activities. This territory became an essential component of Portuguese economy, and the city prospered in the scope of a transcontinental mercantile capitalism. From these origins, Salvador da Bahia grew into the first colonial capital of Portuguese America.

Throughout the 17th century the city strengthened its strategic position and received considerable investments in urban equipments, from the Crown but also from religious orders, particularly the Jesuits, and from private initiatives. The monumental constructions that would grant the city its prestige amongst other cities were erected during this period, and the guidelines of urban expansion were defined. One might say that this is the time of the ultimate acquisition of its own physiognomy, and the definite establishment of the network of relations with the rest of the colonial territories and other parts of the European and Oriental world.

Archaeological works were carried out at Salvador da Bahia's historical centre, during the refurbishment of Praça da Sé, on the spot where Brazil's first Sé Primacial (Primatial See) used to stand and on its surroundings. The results disclosed some sociohistorical aspects related to the inhabitants' daily life on the 17th century. This urban sector is clearly associated to the core facilities of the political and/or religious colonial power. Apart from the foundations of architectural structures, remains of archaeological materials have also been found, providing direct evidence for the citizens' habits during that period, as well as for the specific use of certain products and for the circulation of goods between the colony, the metropolis and other countries.

Of sundry colours and moulds: imports of early modern pottery along the atlantic seaboard

Alejandra Gutierrez

Keywords: Mediterranean imports, pottery, identity, consumption

The beginning of the early modern period saw a shift in trading patterns and contacts between North-West Europe and the Mediterranean. This paper explores the role of ceramic imports in charting these transformations, investigating changes in supply, acquisition and use through a variety of documentary and archaeological sources. The findspots and frequency of imports are used as a means to explore the social context of their consumption.

Velhos e novos mundos em uma perspectiva arqueológica

Marcos Albuquerque

Keywords: Historical archaeology, Euro-American contact

The archaeological perspective of the Old and New Worlds issue is addressed by the author in terms of contact between two major systems: the American System, involving the intracontinental articulation of different peoples and economies, and the European System, linked to the peoples and cultures from other continents. The clash produced by the expansion of the European Cultural System is addressed from several points of view: clashes of different nature and intensity and their repercussions on different aspects of the involved societies, both American and European. The author draws attention to a particular view, according to which the expansion of the European Colonial System brought the American System into what would become the World System, when interdependence

became a two-way relationship. Furthermore, some subsystems that suffered more traumatic impacts are also addressed, like ideology or repercussions on productive and defence systems. This analysis stresses the fact that attractive contact had an impact on both sides. Some aspects of European technology generated a strong attraction or even immediate needs on local groups; on the other hand though, many other aspects of life in Europe, and even in the whole World, are a consequence of that ancient contact phase, in the 16th century. American products and technologies became an important part of the Old World, like potatoes, chocolate, rubber, avocados and many other products absorbed by the European System. Likewise, a number of tropical, Indian or African fruits had a strong repercussion on the American food system. The notion that History stands for society as psychiatry stands for the individual is sustained and strengthened by the author. The joint understanding of a society's past enables a better understanding of oneself and consequently leads to better understanding between peoples. Moreover, attention is drawn to modern Archaeology, which is interdisciplinary by nature and seeks to interpret society through the material elements of culture, overcoming the restrains of historical documentary sources: the winners, the rulers. The analysis of material elements allows for an assessment of masters and slaves, winners and losers, generals and soldiers. Finally, some examples of results from different studies on Historical Archaeology (Post-Medieval Archaeology in Europe) are given, illustrating the experience of the author's team in the study of some New World functional units, which are the result of a re-engineering of systems, either adapting the systems to a new environment, or transforming the environment to cope with new needs. This archaeological approach to the process does not focus on the contact between systems, or on the formation of new systems, as a whole. Instead, it seeks to highlight aspects and reflexes of this process in the material remains recovered during the archaeological study of specific functional units.

CIDADES: URBANISMO, ARQUITECTURA E QUOTIDIANOS

Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna

Rodrigo Banha da Silva, Pedro Miranda, Vasco Noronha Vieira, António Moreira Vicente, Gonçalo C. Lopes and Cristina Nozes

Keywords: Cerca Fernandina, Modern Age pottery, Alfama, Lisbon, 16th / 17th centuries

This paper reports on the results of an urban archaeological intervention, carried out in 2007, at the Largo do Chafariz de Dentro (Lisbon). The main purpose of archaeological works was minimising the negative impact on heritage, resulting from town council works on the remnants of the Cerca Fernandina (city wall). A well preserved section of the original wall from the thirteen hundreds was identified, along with evidence for profound urban refurbishment, which affected the monument in late 16th century. This refurbishment had not been documented before, and it might well be interpreted as a campaign to "monumentalise" the area. The exuberant set of artefacts includes imported oriental vases, such as Chinese porcelain, celadons and Martaban pottery. Artefacts of European origin include Italian glass and majolica, German stoneware products, and pottery from Valencia, Seville, the Netherlands and France. These items show the residents' buying power, which in turn indicates the importance of riparian Lisboa, the imperial capital.

Os novos espaços da cidade moderna: uma aproximação à Ribeira de Lisboa através de uma intervenção no Largo do Terreiro do Trigo

Cristina Gonzalez

Keywords: Ribeira de Lisboa, urban archaeology, public space, civil construction

In 2010, an archaeological intervention was undertaken to ensure the monitoring of construction works on a section of a new sewage network. This new section will convey sewage coming from the centre of Lisboa towards Alcântara's ETAR (WWTP); the work is promoted by SIMTEJO. This paper presents the section that was monitored by CRIVARQUE Archaeological Company, from Rua do Terreiro do Trigo to Rua do Cais de Santarém and the beginning of Travessa de São João da Praça, in Alfama's riparian area. A deep archaeological excavation was carried out at Largo do Terreiro do Trigo, almost over the entire square. Two areas of significant dimension were excavated, providing a meaningful contribution for understanding that space between the 16th and mid-18th centuries. The excavation disclosed structures possibly related to one or more buildings that once stood here, at least from the second half of the 17th to mid-18th centuries, probably destroyed by the 1755 earthquake. Older evidence revealed the existence of a paved public space extending from Largo do Terreiro do Trigo to Rua do Cais de Santarém. This area witnessed the movement and activities that made up daily life at the Ribeira de Lisboa, as a zone of intense economic and social dynamics. The site's diachrony is clearly visible; the older deposits are thick levels of 16th century landfill, used to gain more land from the river and thus make better use of the river front.

O mobiliário do Palácio Marialva (Lisboa): discursos socioeconómicos

Andreia Torres

Keywords: Lisbon, furniture, Marquis of Marialva, Loreto hovels, trade, syncretism

This paper offers some thoughts on the furniture elements unearthed during the excavation of the Palácio dos Marqueses de Marialva (Marquis of Marialva Palace), in Lisbon, undertaken by the Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade. The particular circumstances of the site's occupation – first by the Marialva family and later on turned into hovels - provide an insight into the evolution of furniture used at the Capital. Thus, it seemed relevant to establish a relation between its presence and the social and economical aspects that characterize Modern Age, as well as the cultural dialogues originated by globalization and expressed in this realm of material culture.

Um celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do século XVI à actualidade

Lídia Fernandes and Rita Fragoso de Almeida

Keywords: Roman theatre, Lisbon, architecture, earthquake, Pombaline reconstruction

This paper aims at shedding some light over a building in the city of Lisboa, belonging to the old Cabido da Sé of Lisboa (chapterhouse), and called Celeiro da Mitra (Mitra's barn); certainly one of the numerous barns that once existed in Modern Age Lisbon. The new data that will be presented are a compilation of scattered historical data; information from a copy of the old 1755 *Tombo* by José Valentim de Freitas stands out as a major contribution (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Nevertheless, the documental information available so far is rather scarce. Thus, results from several archaeological field seasons are of undeniable relevance. The archaeological program that is being implemented since 2001 is part of the *Teatro Romano* of Lisbon (Roman theatre) research project, directed by one of the authors. Indeed, it ought to be stressed that one of the structures from the Roman theatre of the ancient *Felicitas Iulia Olisipo* city was used for the construction of the Celeiro da Mitra building. The location of the barn to the south of the Roman scenic building's rear structure was totally unsuspected prior to the first interventions in 2001. Further excavations focused on the study of this space and on recording the constructive phases that marked the building's history over more than two centuries. For the first time and partly due to its unique location, we have the opportunity of observing its history, evolution and constructive peculiarities. The associated materials that have been recovered since 2001 enable a depiction of Modern Age moments, as part of a daily life we are now starting to discern.

Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria /Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística

António Marques, Eva Leitão and Paulo Botelho

Keywords: Quarry, kiln waste, kneader, pottery workshop, blacksmith's workshop

This paper will present the results of archaeological works carried out at Rua do Benformoso (Mouraria neighbourhood, Lisbon) in 2004 and 2006/2007. Works led to the identification of a limestone quarry, on top of which a kiln waste heap accumulated, resulting from 15th and 16th century's pottery production on the slope area. Structures probably related to a pottery workshop were found nearby, covered by the remains of a 17th-18th century blacksmith's workshop.

Espólio vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, Portugal)

Carlos Boavida

Keywords: Glass, well, *Hospital Real de Todos-os-Santos*

Archaeological works undertaken at Praça da Figueira (Lisbon) between 1999 and 2001 revealed a significant part of the Hospital Real de Todos-os-Santos (All Saints Royal Hospital). The building's ruinous condition after the 1755 earthquake led to its demolition in 1775. The south-western cloister, which featured a well, was one of many unearthed structures. This paper will focus on the glass artefacts found during the total excavation of that context.

Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria

Tiago Nunes and Iola Filipe

Keywords: Mouraria, economy, pottery production, imported pottery

Archaeological works carried out at *Quarteirão dos Lagares*, in Lisbon, revealed preserved Modern Age archaeological contexts, mostly interpreted as dump areas or kiln waste heaps. A ditch identified in test pit no. 3 was filled by deposits containing ash, materials with glazing defects and trivets, which supports the interpretation of this zone as a waste dump related to pottery production. There is further evidence for pottery making activities in the area, resulting from other archaeological works and from street toponymy. Regarding imported pottery found during the excavation, we would highlight Valencian faience (more abundant), as well as faience imports from the Seville area, Italian majolica, and a scarce presence of porcelain imported from China. The preliminary analysis of the materials indicates that the formation of these contexts can be dated to the Modern Age, with a higher incidence around the 16th/17th centuries. Test pit no. 9 is an exception, the formation of the identified deposits dating from late 19th/early 20th century.

Vestígios modernos de uma intervenção de emergência na Rua Rafael de Andrade (Lisboa)

Sara Brito and Regis Barbosa

Keywords: Urban archaeology, Lisbon, pottery, 17th/18th centuries

The archaeological intervention undertaken at Rua Rafael Andrade (Lisbon) is a good example of salvage archaeology. Despite the fact that the archaeological record was severely damaged, it was possible to identify a waste dump context dating from between late 17th and early 18th centuries.

Alterações urbanísticas na Santarém pós-medieval: a diacronia do abandono de uma Rua no planalto de Marvila

Helena Santos, Marco Liberato and Ricardo Próspero

Keywords: Urbanism, religious segregation, Middle Ages, Modern Age, Santarém

An archaeological excavation on the far eastern side of the Planalto de Marvila, in the city of Santarém, revealed an old street, abandoned since the beginning of the 17th century. The spatial reorganization sequence of street-side buildings was also determined. This process started by late 15th century and there were obvious differences in the evolution of the two street sides, depending on the ability to reach the interior of the buildings from the street. This fact supports the possibility that the identified street structure, as well as its evolution, is directly related to its location, inside the dwelling space of the Jewish minority by the end of the Middle Ages.

Fragmentos do quotidiano urbano de Torres Vedras, entre os séculos XV e XVIII: um olhar através dos objectos do poço dos Paços do Concelho

Guilherme Cardoso and Isabel de Luna

Keywords: Well, metal, wood, bone, pottery

An archaeological intervention was undertaken in 2000, on a rectangular plant well located in a small yard close to an old bakery, during refurbishment works at the old Paços do Concelho (town hall), in the centre of the city of Torres Vedras,. The excavation was carried out with help from members of the Espeleo Clube de Torres Vedras, in July and August, when the underground water level was low. But even so, below a depth of 10 meters water had to be drained on a daily basis. Therefore, works were always done in a wet environment and materials were recovered by means of wet sieving. The study of hundreds of recovered artefacts, dated from the 15th to the 20th centuries, has provided not only important information on the objects themselves – their typologies and evolution over time - but also an insight into the daily life of Torres Vedras during the last five centuries. From this point of view, the Paços do Concelho well provided a small open window into the city's past.

A modernidade em Leiria: imagens da vida pública e privada na antiga judiaria. O caso do Centro Cívico de Leiria

Iola Filipe and Marina Pinto

Keywords: Leiria, Jewish Quarter, urban archaeology, buildings, oven

H15 Several archaeological contexts were identified during works carried out in the area where the city of Leiria's Centro Cívico (civic centre) is going to be built. The discoveries provide evidence for the intense occupation of this space, where the ancient *judiaria* (Jewish Quarter) once stood. Three major constructive phases stand out, related to building construction at different moments between the Late Middle Ages and Modern Age, prior to the construction of the contemporary building. Despite the buildings' different functional (kitchen, storage, oven) and architectural features, according to their respective chronologies, the block kept its overall features, as defined since medieval times.

Arqueologia das cidades de Beja: onde a cidade se encontra com a sua construção

Maria da Conceição Lopes

Keywords: Urban archaeology, urban landscapes, urban fabric, Pax Iulia, archaeogeography

Through the *Arqueologia das Cidades de Beja* project, the city meets its own construction. The long-term analysis of the interaction process between the city's inhabitants and the urban space – the fabric of the city – drives us into a city where the re-creation of space is fundamentally recycled according to the city's functional needs, even though the powers' ideology logics can be recognized. From Iron Age to the present day.

Fragmentos de vida e morte da Idade Moderna no centro histórico de Elvas

Teresa Ramos Costa, Cristina Cruz, Gonçalo Lopes and Ana Braz

Keywords: Urban archaeology, urban drainage infrastructures, military structures, funerary archaeology

Archaeological works in Elvas historical center revealed architectonic and anthropologic finds from Early Modern Age. They refer to the city's military characteristics in military structures and occupation floors in Parada do Castelo, Largo do Salvador necropolis and drainage systems from Largo de São Vicente.

A intimidade palaciana no século XVII: objectos provenientes de um esgoto do Paço dos Lobos da Gama (Évora)

Gonçalo Lopes and Conceição Roque

Keywords: Évora, palace, sewage pipe, daily life materials

The present-day Paço dos Lobos da Gama was built in the early 17th century, close to the monastery of Santa Clara, to house the family it was named after, who had been living in the city of Évora since the previous century. An open area excavation was undertaken in 2008, due to the rehabilitation works required to convert the old palace to a condominium. The archaeological potential thus revealed was unsuspected, as this is a rather marginal area, in relation to the Cerca Velha (old wall). The excavation of the area where the gardens once stood revealed a good number of structures from different periods, from Late Roman to present day. A sewage pipe was found on the

north-eastern section of the Paço, probably a lateral conveying the palace's waste water. Hundreds of fragments were unearthed here – glass, pottery and toiletries. The Modern Age glass and pottery materials are particularly meaningful and provide significant insights into the material components of private daily life in a noble household during this period.

Evidências de época moderna no castelo de Castelo Branco (Portugal)

Carlos Boavida

Keywords: Pottery, metal, glass, leather, funerary stelae

In February 1979, a landslide caused by a storm uncovered several archaeological remains in the vicinity of the church of Santa Maria, at the Castelo Branco *alcáçova* (castle). A medieval necropolis was identified during the archaeological intervention undertaken between 1979 and 1984, to provide insights into local history. The necropolis stayed in use at least until Late Modern Age; most of the archaeological materials belong to this period. The excavation also unearthed the foundations of structures, though their function could not be determined. Despite the fact that no stratigraphic recording methods were applied and that results were rather modest in terms of the structures found, abundant and diverse archaeological materials were recovered. Apart from the ubiquitous ceramics, findings include metallic, glass, bone, jet and leather objects, along with coins, funerary *stelae* and mammal bones. Almost three decades after, the author wrote his Master's thesis in Archaeology, studying the materials from this excavation and from a small preventive intervention carried out in 2000.

Crise e identidade urbana: o *Jardim Arcádico* de Braga de 1625

Gustavo Portocarrero

Keywords: Arcadia, Braga, identity crisis, nostalgia, Roman past

Arcadian spaces generally belong to the realms of literature and painting. But they can sometimes be found in urban landscapes. This paper aims at studying an urban intervention that took place at a tiny oak wood, on the outskirts of the city of Braga in 1625. Roman archaeological remains were incorporated in the transformation of this space into a Jardim Arcádico (Arcadian garden), as it will be argued. The event follows the 1580 Iberian union, which challenged the Primaz da Hespanha (Primate of Spain) status claimed by Braga against Toledo and caused an identity crisis in Braga. The organization of a Jardim Arcádico on the outskirts of the City aimed at setting up a space of nostalgia for a more perfect age, sheltered from the anxieties of the present and, simultaneously, expected to return.

Ao som da bigorna: os ferreiros no quotidiano urbano de Arrifana/Penafiel no século XVIII

Teresa Soeiro

Keywords: Arrifana de Sousa, Penafiel, blacksmiths, iron work, crafts' regiments, swords dance

During the 18th century, in Arrifana de Sousa (Penafiel), most of the master craftsmen were blacksmiths who filled urban daily life with their noises, as visitors noted, constantly hammering on their anvils. They made all kinds of objects, either essential for other professional activities and domestic use or used on building architecture, thus filling the streets with the typical *grades de sacada* (balcony railings), *espelhos de porta* (door handle plates) and *batentes decorados* (decorated doorjambs). They were not ignored by municipal authorities, who established professional regulations and penalized misuse of public space, which sometimes happened, leading to complains from other citizens. But during the festivities, in the *procissão do Corpo de Deus*, they had a special role – apart from performing the *dança das espadas* (the swords dance), the *baile dos ferreiros* (the blacksmiths' ball) also had the privilege of being the civil and religious authorities' guard of honour. These Penafiel smithies also supplied nailing surplus and thousands of iron oil lamps, to be sold at the market or gathered by businessmen (from Porto) to be distributed nationwide, shipped to Brazil and exported. Archaeological materiality and documentary information on the practice of that profession, architectural impact, technology and the immateriality of social intervention in identity construction are the objects of this study.

A paisagem de Arrifana de Sousa descrita pelo Arruamento de 1762

Maria Helena Parrão Bernardo

Keywords: Arrifana de Sousa, Penafiel, urbanism, architecture, 18th century

This study addresses the analysis of the physical occupation and urban evolution of a town called Arrifana de Sousa, nowadays a parish of Penafiel, some 6 leagues from the city of Porto. The town developed close to the old medieval road that connected Porto with the regions of Trás-os-Montes and Beiras. The chronological scope of this study is the 17th century; research is mainly based on the *Livros de Cobrança da Décima* (tithe books), particularly the 1762 *Livros de Arruamento* and the 1763 *Lançamento da Décima*, kept at the Arquivo Municipal de Penafiel. The 1762 and 1763 *Lançamentos da Décima* belong to a period of important transformations pertaining to the construction and political and administrative organization of the territory ruled by this town, which becomes a *vila* (town) in 1741. Three decades later, Arrifana de Sousa becomes a city, a small municipality, an Episcopal see and the head of the Penafiel County. Streets, buildings and the inhabitants of the town and its surroundings are some aspects of the Arrifana de Sousa's urban landscape we can have a glimpse of, through the analysis of sources. A depiction of Arrifana de Sousa's urban structure by mid-18th century can be achieved, by combining documentary data with the analysis of extant elements and contrasting the results, whenever possible, with data from archaeological interventions carried out at the historical centre of the city of Penafiel.

Uma taça de porcelana branca e uma asa de grés na "Arca de Mijavellas": História e estórias reveladas pela construção da Estação do Campo 24 de Agosto do Metro do Porto

Iva Teles Botelho

Keywords: Porto underground, Mijavelhas, Ming, white porcelain

Fernão Lopes had already mentioned this *pequeno espaço da çidade* (small part of the city) and its Mijavelhas *chafariz* (fountain). Since then, the Mijavelhas spring and its reservoir, which bears the royal coat of arms, was not forgotten by those who managed water in Porto. The site and the stream, to which the toponym was first applied, were obviously not unknown to Porto´s Historians. And yet all of this was disregarded by the *Estudo de Impacte Ambiental para a I.ª Fase da Construção do Metro do Porto*. Therefore, the *Obra do Metro do Porto* (Porto underground project) ended up revealing an unsuspected archaeological potential: a multisecular stratification, out of which pops the importance and the novelty of a Modern Age constructive phase! But at the very heart of this question, there's the "Depósito 006f", a *taça branca de porcelana* (white porcelain cup), identified by means of a fragmented fifth part of the object, and a marginal *asa de grés porcelânico* (stoneware porcelain handle). This "Depósito 006f" is integrated on a phase that consists on transforming a *fonte de mergulho* into a *fonte de espaldar*, along with improving the surrounding pavement. *Terminus post quem* element: the royal coat of arms on the fountain's frontispiece, which actually dates from the *Portugal Moderno*; *terminus ante quem* element: the *prazo de fateuzim* (contract of use) concluded between the Town Council and António de Madureira, in 1548. A "Depósito 006f" that was sealed by the 16th century stone pavement… and unsealed by 20th century public works… but unearthed in the 21st century! A singularly early deposition? The result of contamination by works? How should this porcelain entry in the *registo arqueológico do Campo 24 de Agosto* be understood? That is the *leitmotiv* of this paper; and, by the way, some History will be revealed and some stories on the *Metro do Porto* works will be told.

O aqueduto da Mãe d'Água: Vila Franca do Campo

N'zinga Oliveira and Joana Rodrigues

Keywords: Mãe d'Água, aqueduct, Vila Franca do Campo, Azores

Some aspects of the history of Vila Franca do Campo can only be addressed through archaeological interpretation, which will confirm or infirm the existing historiography. The Aqueduto da Mãe d'Água was identified during preventive archaeology works, in the scope of the construction of the *Scut dos Açores, variante a Vila Franca do Campo* (toll-free motorway project). Locally known as the *Arco*, it is located on the Mãe d'*Água* path and has conveyed water from a spring on the northern slope into the town, for the last 200 years. The exhaustive record of the structure was carried out, along with documentary and field research. The inscription engraved in the springing of one of the structure's arches sustains information from written sources, except for the 1779 date. However, it was possible to identify and describe two separate construction phases, and interpret the ways in which they melted through time.

La ocupación moderna del Teatro Romano de Cádiz (España): nuevos datos a luz de las recientes intervenciones arqueológicas

J. M. Gutiérrez, M. Bustamante, V. Sánchez, D. Bernal and A. Arévalo

Keywords: Archaeological excavation, Roman theatre of Cádiz, modern occupation, Posada del Mesón, port

This paper will present the first results from the archaeological excavations undertaken by the *Área de Arqueología* of the Universidad de Cádiz at the Roman theatre of Cádiz since 2010. We shall focus on the modern and present day occupation of the monument, which undoubtedly reflects the economical importance of the city, as port of entry for foreign goods. This issue shall be addressed from an archaeological and historical point of view, taking into consideration a major architectural legacy visible in that area – the *Posada del Mesón.*

El acueducto de la Matriz de Gijón: investigación documental y arqueológica

Cristina Heredia Alonso

Keywords: Aqueduct, Simón Pérez Tío, Miranda de Avilés

This paper highlights the importance of works undertaken in Gijón, aiming to supply water to the inhabitants in the 17th century. The implementation of a supply system to bring water from the Matriz aqueduct, promoted by the city council, brought the town right into the Modern Age. The aqueduct was built by Cantabrian master architects. Their cooperation with the *maestros de caños* (master plumbers) from Avilés enabled the distribution of water to the town's critical usage points, thus meeting the population's urgent needs.

Processo de contato e primórdios da colonização na baixa bacia do Amazonas: séculos XVI-XVIII

Rui Gomes Coelho and Fernando Marques

Keywords: Brazil, Amazonian territory, contact, archaeological black earth

From the 16th century onwards, the mouth of the Amazon river has been the European explorers' entrance to one of the world's largest tropical areas. Considering the natural and human circumstances of the Amazonian territory, we seek to understand the material means that were, simultaneously, the engine and the result of the process of *contact* between the natives and the colonization agents. Therefore, we shall focus more specifically on information pertaining to the first interactions, the organization of colonial space, the settlement patterns and the possible European dependence relationships regarding indigenous pre-existences and expectations. The

city of Belém, founded in 1616, and its surroundings shall be the starting point of our survey, which will extend to the lower Amazon Basin, from the island of Marajó to Santarém.

Crise e rebelião colonial: uma perspectiva urbana (Minas Gerais / Brasil – século XVIII)

Carlos Magno Guimarães, Mariana Gonçalves Moreira, Gabriela Pereira Veloso, Anna Luiza Ladeia and Thaís Monteiro de Castro Costa

Keywords: Urban archaeology, *Inconfidência Mineira*, Padre Toledo

From the second half of the 18th century onwards, the gold-mining crisis in the Minas Gerais region (inland Brazil) generated a framework within which the actions of the Portuguese colonial state caused dissatisfaction, threatening interests of local groups. One of the consequences of this process was the organization of a movement that brought together different social categories in a clear reaction to the impositions of the colonial state. A key member and one of the more expressive representatives of the movement's clerical wing was Padre Toledo, the parish priest of the locality of São José d'El Rei, where he lived. His residence, now a museum, is the object of this research, which aims at rescuing aspects of daily life that might contribute to the understanding of that context.

Arqueologia e arquitecturas daqui e d'além-mar

Maria de Magalhães Ramalho

Keywords: Archaeology of Architecture, architectural heritage, overseas

The Archaeology of Architecture, as a discipline of heritage studies, is an innovative challenge that offers an approach of the historical building in its full complexity. It seeks to understand its particular, unique and unrepeatable history in an integrated manner, bringing together historical and archaeological data, pathology studies, structural behaviour, building materials characterization, etc. The methodology is the same as in Archaeology, only in this case, it is adapted to architectural heritage, mostly post-medieval. Portuguese, or of Portuguese origin heritage is a true case study, due to the potential it still offers today.

ESPAÇO RURAL: PAISAGENS E MEIOS DE PRODUÇÃO

A paisagem como fonte histórica

David Ferreira, Paulo Dordio and Alexandra Cerveira Lima

Keywords: Heritage value of landscapes, last millennium, environmental and heritage impact assessment, "heritage" descriptor

The surroundings of monuments must be taken into account for their adequate safeguard and for understanding territories as cultural realities. This requirement has long been included in scientific discourse and doctrinal texts. However, there are barriers and implementation difficulties in the scope of territorial planning and management, particularly in environmental impact assessment (EIA) processes. Thus, the evident discrepancy between heritage theory and management and safeguard practices in the framework of EIA ought to be discussed. This debate necessarily requires discussing the concept of landscape and pondering its heritage value. Furthermore, one should also give some consideration not only to heritage elements in the landscape but also to the connections between these heritage elements, leading towards the configuration of a comprehensive and integrating study object. Most of the time attention is focused on the so-called traditional rural landscape, dating from between the 11th century and the 1950-60 decades. Countless transformations occurred during this long period of time, the last millennium, but there is a consistency that can be followed, in terms of its process of establishment, ripening and disruption. This debate has a markedly practical interest: we must address such issues as the heritage value of landscapes, their transformations and the consequent and adequate mitigation measures. It is critical to identify useful parameters for environmental and heritage impact assessment and to build effective territorial planning and management tools. We need to know how to address landscape today, and rethink the role of Archaeology and the descriptor Heritage in this approach.

Cabeço do Outeiro (Lousada, Portugal): um núcleo rural da Idade Moderna

Manuel Nunes, Joana Leite and Paulo Lemos

Keywords: Lousada, Modern Age, 17th/18th centuries, rural habitat

An occupation level corresponding to a 17th-18th century rural habitat was identified following an archaeological sondage carried out in 2005 at Cabeço do Outeiro, in the parish of Nespereira (municipality of Lousada – Portugal). The unearthed materials allowed for a more precise determination of the chronological context and revealed the economical power associated to that occupation. Despite the scarcity of structural remains, the excavation showed that this space included three different areas: a food-related area, a movement area and an outside area possibly featuring a porch. Cross refe-rencing with historical sources from the private archives of *Casa do Cáscere*, the estate owners, supports the archaeological views on the site.

O ciclo do linho no concelho de Penafiel

Ana Dolores Leal Anileiro

Keywords: Linen life cycle, weaver's craft, artisanal culture, linen breaking machine, stitching, textures

This paper will present a study of the *Ciclo do Linho* (linen life cycle) in the municipality of Penafiel, the subject of the author's Master's thesis in Archaeology. The first stage consists on field observation of the remaining artisanal linen production in Penafiel and Vale do Sousa; historic industrialization attempts are also addressed. Flax cultivation, as a traditional agricultural activity, is described by means of a brief analysis of its yearly cycle, taking into account the types of land ownership and the social relationships favouring its endurance. Secondly, flax will be described as a plant – its varieties, land selection, ground preparation for sowing, irrigation system, weeding, harvesting, and threshing, which will allow the cycle to be restarted the following year. Once the raw material is available, the preparation of fibers follows, through *empoçamento* or *curtimenta* (retting) and *maçagem* (breaking), either manually or using an *engenho* (breaking machine). Special attention will be paid to these important facilities, used from the second half of the 19th century onwards, and to the former dressing procedures, without machinery. The introduction of *engenhos* and their advantages will be put into context, along with the characterization of the animal-powered and hydraulic variants, their different components and operation; the architecture of buildings housing this machinery shall be recalled, as well as the types of land ownership and use, and the payment of services provided. The *espadelagem* (scutching) and *assedagem* (heckling) are further fiber preparation (dressing) tasks, and the last stages of the process that are carried out at the farmer's facilities. The *fiação* (spinning), performed at home or outsourced, is the actual fabrication of thread, which will be turned into cloth by a domestic or external *tecedeira* (weaver). Finally, a comprehensive description of the *urdidura* (warp), *montagem da teia no tear* (warping the loom) and *tecelagem* (weaving) is included, paying special attention to textures and *pontos* (stitching), and thus contributing to typifying regional productions.

As pontes de Pretarouca (Lamego): registo arqueográfico no âmbito de processos de avaliação de impactes ambientais

Carla Alves Fernandes and Cristóvão Pimentel Fonseca

Keywords: Impact mitigation, Lamego, Balsemão River, bridges, Middle Ages, Modern Age

Archeosfera, Estudos e Consultoria em Arqueologia, Lda. carried out impact mitigation works in 2006, in the scope of the *Descritor Património Arqueológico Arquitectónico e Etnográfico do Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução da Barragem de Pretarouca* (Lamego). This paper will focus on the systematic recording and study of two medieval/Modern Age bridges – descriptive document; exhaustive graphical, photographic and topographic survey. These works assured the recording for future memory of the built heritage identified in the affected area.

Engenho de açúcar da alcaidaria de Silves

Rosa Varela Gomes

Keywords: Sugar, alcaidaria, Silves, D. Henrique

An archaeological intervention in the western sector of the Castelo de Silves revealed remains of the *alcaidaria* (the governor's house), which featured an adjacent *engenho de açúcar* (sugar mill). It is similar to other known examples, found during archaeological excavations, from the site of Couvoucle-Stavros, in Cyprus and dating from late 13th century, as well as from the so-called Castello de Piscopia, from the following century and also located close to the palatial area. The first attempts to produce sugar were probably promoted by Infante D. Henrique, the *alcaide-mor* of Silves, who would control that production, initially in Algarve and later in the island of Madeira.

Imagens, memórias, ruínas nos tempos do lugar: a biografia de uma paisagem urbana

Silvio Luiz Cordeiro

Keywords: Brazilian archaeology, sugar mill, historical heritage, landscape, documentary

An experimental education project on Brazilian archaeology reopened the doors of a relevant, formerly closed archaeological site: young students from the vicinity of the so-called *Engenho São Jorge dos Erasmos* took part in a Video Workshop that included study activities related to the production of a documentary on the ruins of one of Brazil's first *engenhos de açúcar* (sugar mills), a national historical heritage site. This experiment used several sources, from archaeological evidence to oral history, and brought the community closer to those remnants of the 1500s. Video is both a device that can be used for recording documentary data and an instrument for the study of audiovisual narrative production; its use enabled new viewpoints on the ruins. Students revisited a period of Brazilian history by means of a whole new way of excavating the memories of human relations in the transformation of the environment, seeing themselves as partaking in the biography of the urban landscape they live in.

Da aldeia guarani à cidade colonial: o processo de urbanização e as missões jesuíticas platinas nas frentes de colonização ibérica

Arno Alvarez Kern

Keywords: Urban archaeology, colonial missions, missionary's settlements

This paper presents a study of Ibero-American urban colonial settlements founded by missionaries on the Rio da Prata, and of the transition from village to town, based on their indigenous and European historical origins. Interpreting the transition from pre-urban to

urban forms means, first of all, trying to understand when an ethnic group and its social groups become sedentary and start identifying themselves in terms of a community identity. The answer to this question is not simple, neither for archaeologists nor for historians. However, some evidence of the growth and development of these new urban settlements may be gathered from historical documents and from the remaining material culture.

O café, a escravidão e a degradação ambiental: Minas Gerais / Rio de Janeiro – Brasil – século XIX e XX

Carlos Magno Guimarães, Mariana Gonçalves Moreira, Gabriela Pereira Veloso, Elisângela de Morais Silva and Camila Fernandes Morais

Keywords: Brazil, historical archaeology, coffee, slavery, environmental degradation

This paper is part of a broader Environmental Archaeology project that studies impacts generated by economical activities in the Minas Gerais and Rio de Janeiro regions during the 19th-20th centuries. The coffee industry, which developed from the second half of the 19th century onwards, created an immense amount of wealth. On the other hand, it also caused a broad and intense process of environmental degradation that can be identified nowadays through the archaeological remains found on the wide areas occupied by coffee farms. The environmental consequences of coffee production will be analysed from an interdisciplinary perspective, combining information from documentary/bibliographic research, iconography and archaeological remains.

FORTIFICAÇÕES, ESPAÇOS DE GUERRA E ARMAMENTO

Excavaciones arqueológicas en la muralla real de Ceuta: persistencias y rupturas (1415-1668)

Fernando Villada Paredes

Keywords: Ceuta archaeology, Portuguese fortifications, 16th century, royal wall

The conquest of Ceuta in 1415, under the leadership of D. João I, sets a turning point in the city's history. Separated from the Portuguese kingdom by the sea, isolated in a hostile environment and always short in men, weapons and supplies, Ceuta turns defensive concerns into the critical axis of its survival throughout the centuries of Portuguese domination. The answer to the challenges of the external threat is not homogenous, and it changes with the evolution of the art of war's tactics and techniques, and with the evolution of the incipient Portuguese overseas empire. The analysis of these adaptations is not an unprecedented historical subject; quite the opposite, in fact. A remarkable number of studies have attempted to explain this process, using the textual and cartographic information that has reached our days as a fundamental source. On this occasion we would like to address the issue from a different perspective, that is, on the basis of the results from recent archaeological excavations, mostly still unpublished, which provide new data for the understanding of this process. Our work is structured in three well defined sections. Firstly, we must consider the broad terms of this evolution. Secondly, we will summarize the results from the main archaeological excavations carried out on the surroundings of the *Muralla Real* (Royal wall) between 2003 and 2009. And finally, we shall offer a reconstruction of the evolution of the fortification's western front, in the light of this new information.

La coracha de Tanger

Abdelatif El-Boudjay

Keywords: Tangier, Morocco, *couraça*, defensive structure

This paper examines the *couraça*, a defensive element found at some cities and towns once occupied by the Portuguese in Morocco, like Ceuta, Ksar es-Seghir, Asilah, Mazagaon and Safi. Several references indicate the existence of such a structure in Tangier but it was not known until now. Following a documentary and iconographic study, this paper will present the results of field work undertaken in the scope of the Tangier port redevelopment project, which led to a relocation of the *couraça*.

Villalonso: un castillo medieval en la transición hacia la modernidad

Angel L. Palomino, Manuel Moratinos, José M. Gonzalo, José E. Santamaría and Inés M. Centeno

Keywords: *Castillo* Señorial, Villalonso, artillery, fortress of transition, military architecture

The Villalonso Castillo Señorial (Zamora, España) is located in the surroundings of the town of Toro. It is a major example of a fortress's military architecture, clearly featuring the constructive transition processes that took place between late medieval times and Modern Age (15th and 16th centuries). The origin of these architectural changes is related to the significant development of artillery from the second half of the 15th century onwards. The following text aims to disclose the history of the fortress, by means of a diachronic analysis of its architecture, based on data from archaeological excavations and studies of facings. This will enable situating the fortress within the gunnery transition context ant drawing parallels with contemporaneous fortresses.

Pólvora y cal: evidencias arqueológicas de las fortificaciones costeras de época moderna en Luarca (Asturias--España)

Valentín Álvarez Martínez, Patricia Suárez Manjón and Jesús Ignacio Jiménez Chaparro

Keywords: Fortification, Modern Age, artillery, Luarca, Asturias, GIS

In Asturias, studies focusing on Modern Age material culture are rather scarce and always have an ethnographic perspective. Thus, this paper offers a new approach, both from the methodological point of view (the archaeological discipline) and regarding the object of study – the Modern Age fortifications (16th-18th centuries). Evidence of coastal defences on the *rada de Luarca* (bay), one of the main harbours in the western Asturian coast, will be addressed by means of archaeological analysis. So far, studies were based on written documents, disregarding the material remains, movable and immovable, still visible in the vicinity of Luarca´s harbour. The defensive positions we refer to are located on both sides of the Negro river mouth and are part of a poliorcetic complex dating back to the 16th century, at least. Starting from the study of the visible remains of El Paso and La Atalaya batteries, an historical evolution of such structures will be proposed, on the basis of poliorcetic and pyroballistic criteria.

Museu de Macau e o território da Companhia de Jesus: resultados e integração dos vestígios arqueológicos

Clementino Amaro and Armando Sabrosa

Keywords: Macau, Company of Jesus, musealization, trade, porcelain

Starting from the Portuguese traders' approach course to the Peninsula de Macau, this paper simultaneously offers an approach to the participation of the Company of Jesus in the missionary work and settlement processes in the Far East. Secondly, the unsuspected heritage remains of the Jesuit buildings, recovered and enhanced during the construction of the *Museu de Macau*, are highlighted. Finally, the porcelain unearthed at the *Fortaleza do Monte* will be addressed and contextualized.

Do papel da Arqueologia para o conhecimento da expansão portuguesa: notas a partir de algumas estruturas fortificadas no Oriente

João Lizardo

Keywords: Portuguese expansion, local remains, marginality, Diu, Bahrein, Ormuz, Quíloa, Zanzibar

This paper aims at drawing attention to the important role that archaeology should play in the study of Portuguese expansion. To that end, a few examples of still recognizable, better preserved fortified structures were selected, and compared to contemporaneous pictorial representations, to weigh the credibility of the latter. Depictions of the fortresses of Diu in 1538 and 1546, of Ormuz in 1515 and of Bahrein in 1538 were used. A reference to older, native structures that were re-used by the Portuguese, such as Diu's *Couraça do Mar* is also included. There is a further reference to the role of Portuguese nationals who placed themselves in a relatively marginal position regarding the kingdom's power – a probable example are the so-called *casas portuguesas* (Portuguese houses), in the island of Zanzibar. However, the paper's limitations and shortcomings are quite obvious; indeed, it barely reaches beyond a mere appeal in favour of the development of archaeological research in this scope.

O papel do Forte do Guincho na estratégia de defesa da costa de Cascais

Soraya Rocha and Guilherme Sarmento

Keywords: Fortification, coast defense, Modern Age

The 17th century Forte do Guincho or Forte das Velas played an important role in the defense of the coast of Cascais. Its construction was ordered by D. António Luís de Menezes, the governor of the town of Cascais, as part of the network of coastal defence fortifications during the *Restauração* war. This paper's approach of the monument will address its function and importance in the context of Modern Age coastal defences. Furthermore, the paper will focus on the constructive method and on the relation with contemporaneous fortifications. The importance of Forte do Guincho is related not only to its strategic defensive role during post-*Restauração* wars and the *lutas liberais* (liberal wars), but also to the fact that this is a monument that endured throughout time, until it was decommissioned and lost its defensive function.

EDIFÍCIOS RELIGIOSOS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS

Sé da Cidade Velha, República de Cabo Verde: resultados da 1.ª fase de campanhas arqueológicas

Clementino Amaro

Keywords: Cape Verde, cooperation, Ribeira Grande, slave trade, Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago

The Cape Verde archipelago is a key strategic location to support the Orient and South America sea routes. During the second half of the 15th and the 16th century, the city of Ribeira Grande (Santiago Island) became a choice location for the management of slave populations in the east coast of Africa. Slave groups would spend an adaption period here ("ladinization") prior to being sent elsewhere. It will equally be used for the adaption of plants and domestic animals. With the end of the slave trade monopoly from mid-17th century onwards, the city suffered rapid social and economical decline, which affected its built heritage too. Archaeological interventions may

complement, in a way, our architectural knowledge of the emblematic *Sé* ruins and provide materials that reflect the confluence of trade routes. Moreover, it might reveal some economical and traditional manifestations introduced by the African population.

Divindade, governante ou guerreiro? O personagem Kukulcán nas crônicas do século XVI e o registro arqueológico de Chichén Itzá, México

Alexandre Guida Navarro

Keywords: Maya archaeology, historical archaeology, iconography, material culture, colonial chronicles

The chronicles written by 16th century Spanish missionaries are a set of ethnographic documents pertaining to the Maya communities living in the Yucatan peninsula during the period of contact. On the other hand, and due to ethnological analogy, many indigenous costums recorded during the *Conquista* (Spanish colonization of the Americas) were used to explain Maya daily life of previous times, like the Classic Period (AD 300-900), particularly concerning religious aspects, many of which would have survived after the arrival of the *conquistadores* (conquerors). The Kukulcán character is an example from several chronicles, like Bishop Diego de Landa's report included in his famous work *Relación de las* cosas de *Yucatán* (1566). This paper aims at explaining how this character appears in 16th century chronicles and comparing that information with the archaeological record of Chichén Itzá, a Maya city which reached its peak in the Terminal Classic Period (AD 800-1050). Despite its complete abandonment in the 16th century, the city was the source of the descriptions included in Landa's work, based, above all, in the oral tradition of Yucatan natives. On broader terms, our purpose is discussing the use of archaeological and written documentary sources as a methodology for the study of the Maya civilization. In this context, is information concerning Kukulcán in agreement or in disagreement when comparing both types of sources?

Andrés de Madariaga's mausoleum-church: former Jesuit College in Bergara (Gipuzkoa, Basque Country, Spain)

Jesús-Manuel Pérez Centeno and Xabier Alberdi Lonbide

Keywords: Basque Country, mausoleum-church, burial usages, material culture, baroque mentality

Between 2009 and 2010, historical-archaeological research on the church of the former Jesuit College in Bergaran shown it to be a unique monument in the modern history of Gipuzkoa. Sir Andrés de Madariaga gave a resolute boost to the building works of the church of the Jesuit's College, which allowed accomplishing it between 1673 and 1678. In fact, this church was conceived as a magnificent burial place for sir Madariaga and his family, by following typical mausoleum-churches' pattern. Indeed, even if he remains a barely known person, Andrés de Madariaga actually played an essential role in economic administration of the Spanish Empire in the second half of the 17th century. This research revealed several fundamental aspects of Gipuzkoan modern history, such as burial usages, material culture and baroque mentality.

Os Passos da Paixão de Cristo – Setúbal

João Ferreira Santos, Daniela dos Santos Silva and José Luís Neto

Keywords: Setúbal, Counter Reformation, Irmandade de Santa Cruz, procession, Passos (architecture)

The city of Setúbal features five small *ermidas* (chapels), which correspond to five *Passos de procissão* (Stations of the Cross), scattered in the urban network. Defining what they were used for and what they mirrored is the purpose of this paper. These sacred infra-structures could be an asset to social archaeology.

O lugar da Torre dos Sinos (Convento Velho de S. Domingos), Coimbra: notas para o estudo da formação dos terrenos de aluvião, em época moderna

Sara Almeida, Ricardo Costeira da Silva, Vítor Dias and João Perpétuo

Keywords: Mondego River, aggradation, Modern Age, Convento Velho de S. Domingos

Different records provide evidence for the instability of the Mondego River banks in the city of Coimbra. Since medieval times, the river has repeatedly overflown its banks due to riverbed silting. Several written and cartographic documents, as well as photos and illustrations, bear witness to this fact. Actually, the river's popular nickname is *Basófias*, due to stream irregularity. The evolution of topographic modelling of the Zona da Baixa (downtown) is a key aspect for understanding the occupation strategies on this part of the city, which are characterized by a strong determination to match environmental adversities and flood onslaught. Preventive archaeology works close to Avenida Fernão de Magalhães disclosed remains of the Convento Velho de S. Domingos, some nine meters below present-day surface. The stratigraphic package delimited by the levels corresponding to the formation of the Avenida (20th century) and to the final abandonment of the friary (in the 16th century) offers a privileged vision of sedimentation processes in this location and its surrounding areas. Thus, this paper's objective is an analysis of the identified deposition phenomena (anthropic and fluviatile) to enable an outline of the main sedimentation phases that shaped the ground during Modern Age.

Cerca de Santo Agostinho, Coimbra: estudo preliminar das fases evolutivas e linhas para a sua recuperação

Sara Almeida, Susana Temudo, Joana Mendes, Sofia Ramos and António Cunha

Keywords: Urban archaeology, collegial fence, urban landscape

Located on a hill that corresponds to the most ancient part of Coimbra, the Cerca do Colégio de Santo Agostinho brilliantly reflects the precepts of Santo Agostinho's principals and the constraints imposed by terrain morphology and the lack of available space they were

faced with. The result of this effort is a physical discontinuity between the collegial building and its grounds, connected by means of a walkway over the public road that could be reached through a door in the city wall. Thus, the college grounds are an enclosed space subject to major topographic constraints, the first of which is its location below the city wall, on a stretch of land featuring abrupt slopes. The archaeological intervention undertaken prior to the design of a recovery project enabled a *grosso modo* outline of the precinct's evolution, from its beginnings to present day. Based upon these results, this paper offers a dynamic perspective of the main constructive moments setting the organization of the Cerca (from the 17th to the 20th centuries). Special attention is paid to the fact that its original configuration is also the result of incorporating/absorbing previous elements of the former Cerca do Mosteiro de Santa Cruz and Cerca da Judiaria, which makes the interpretation of built elements even more complex.

Convento de São Francisco da Ponte: novas perspectivas arquitectónicas

Mónica Ginja and António Ginja

Keywords: Convento de São Francisco da Ponte, Coimbra, interior courtyard and balcony, chapel, chimneys, bell tower, main cloister

Building restoration works at the Convento de São Francisco da Ponte (Coimbra) required two archaeological interventions to be carried out, from November 2008 onwards. The building's architecture had never been studied before; its constructive process was totally unknown. Thus, a comprehensive archaeological study of its architecture was initiated, resulting in new and unexpected archaeological views on the building.

O último convento da Ordem de Santiago em Palmela: dados arqueológicos da intervenção no pátio fronteiro à igreja

Isabel Cristina Ferreira Fernandes

Keywords: Palmela, Ordem de Santiago, convent, archaeology

The 2003 archaeological intervention carried out at the front yard of the Convento de Santiago's church, in Palmela, confirmed that the last convent of the Ordem de Santiago was built between the second half of the 17th and the beginning of the 18th centuries and refurbished in several occasions during the 18th and 19th centuries. Most of the unearthed structures and artefacts belong to those periods, particularly to the 16-1700s. This part of the modern convent features workplaces, including workshops and storerooms. This paper will present a reading of the identified compartments and some views on the evolution of this conventual space, particularly after the works undertaken during the last quarter of the 18th century.

Convento quinhentista do Bom Jesus de Peniche: primeira intervenção arqueológica

Claudia Cunha, Carlos Vilela, Sónia Simões, Tiago Tomé, João Moreira, Mónica Ginja and Gerardo Gonçalves

Keywords: Franciscan convent, Peniche, rescue archaeology, Modern Age

The archaeological intervention undertaken at the Convento do Bom Jesus de Peniche revealed occupation levels and material culture that bear evidence to urban evolution in this part of the town since late 16th century. The highlight of this context is the evidence of constructive dynamics and the abundance of material culture, bearing witness to the site's importance during Modern Age, as one of the main buildings of the then growing town of Peniche. This paper is a preliminary report on the rescue archaeological intervention at the convent site.

Cerâmica dos séculos XV a XVIII do Convento de Santana de Leiria: História e vivências em torno da cultura material

Ana Rita Trindade

Keywords: Leiria, convent, sisters, Portuguese faience, Chinese porcelain, fine pottery

Founded in 1494 by D. Catarina, Countess of Loulé, the Convento de Santana was established at Leiria, in the old Rossio area close to the River Lis, as a community of Dominican sisters. This community was extinguished in 1880, after the last sister died. The building was demolished in 1916 to make way for the construction of present-day Mercado de Santana (market). The integration of the convent in socioeconomic and religious local and regional dynamics was developed at different levels, such as: daughters of bourgeois elite families and some members of aristocracy were received as novices; *recolhimento* (shelter) for secular women; emphyteutic management of rural estate by small and mid-sized farmers; capitalizing dowries with interest rates, as a credit institution; assisting the population during epidemics; spiritual assistance by means of masses and by setting up chapels for which the faithful donated varying amounts of goods/wealth. The institution had its peak during the 17th and early 18th centuries, declining afterwards. The archaeological pottery remains found during the 1999-2000 archaeological intervention at the Mercado de Santana might reflect this context and its evolution. This paper presents the collection of Portuguese faience from Lisboa and Coimbra, dated from the 15th to the 18th centuries, of fine pottery from the workshops of Lisboa and Estremoz, and of Chinese porcelain dated from Ming and Qing dynasties, from Jiajing to Kangxi reigns. The functional attribution ranges from dispensary to tableware, the latter being predominant. There is a wide variety in terms of typology, stile and quantitative distribution, particularly in 17th century levels, for the faience and fine pottery, and in 16th century levels for Chinese porcelain.

Mosteiro de São Francisco de Lisboa: fragmentos e documentos na reconstrução de quotidianos

Joana Torres

Keywords: Convento de S. Francisco de Lisboa, glazed pottery, Portuguese faience, Chinese porcelain, Modern Age

This paper aims at achieving a deeper study on the construction of the Convento de S. Francisco, in Lisboa, as well as rendering its everyday consumption, by means of combining documentary sources and archaeological artefacts. Thus, the study's starting point was the analysis of the ceramic materials (some 4 753 shards of glazed pottery, Portuguese faience and Chinese porcelain) recovered from a waste dump context located at one of the cisterns from the old Convento de S. Francisco, currently the Faculdade de Belas Artes de Lisboa, Museu do Chiado and Governo Civil. Along with increased awareness of daily life at the Convento de S. Francisco, this study also resulted in the compilation of a complete catalogue of ceramic objects used and kept by the friars – 286 images, including drawings and descriptions, some of which are presented in this paper. The selected pottery specimens are ascribed to the 17th century.

Os painéis de azulejo do adro da Igreja de São Simão (Azeitão)

Mariana Almeida and Edgar Fernandes

Keywords: Church of São Simão, churchyard, modern glazed tiles, industrial glazed tiles

The church of São Simão, in the homonymous parish of Azeitão region (Setúbal), was founded by the Portuguese nobleman Brás de Albuquerque (the son of Afonso de Albuquerque, *o Terríbil*), in 1570. It currently houses a meaningful collection of polychrome glazed tiles (*azulejos*) panels broadly dating from mid-17th century; one of them bears the date of 1648. The churchyard is a quadrilateral structure with gates, which also features the same type of facing – 22 panels of different sizes and morphologies. Some doubt still persists regarding the chronology of the panels. However, many patterns identified in the churchyard occur inside the temple as well. It is a known fact that the church of São Simão saw some interior decorative refurbishments over time. Even though its internal structure did not suffer major damage from the 1755 earthquake, a significant refurbishment was undertaken in 1959, which possibly transfigured some parts of the temple. We therefore wonder if the churchyard's glazed tiles might have been brought from the interior, due to some refurbishment, and reused afterwards. Another possibility that should not be disregarded is that some farms from the surroundings of the São Simão church (Quinta da Bacalhôa and Quinta das Torres; both are outstanding examples of decorative glazed tiles from the second half of the 16th century) might have totally or partially supplied the churchyard's decorative elements. This study aims at analysing the decoration of São Simão churchyard from two different perspectives, as follows: assessing the motives and their chronologies; understanding the original placement of the glazed tiles, by means of approaches related to the Archaeology of Architecture.

Para as mulheres pobres, mas honradas: os recolhimentos em Setúbal

José Luís Neto and Nathalie Antunes Ferreira

Keywords: Setúbal, shelter, dowry, Carmelitas Calçados, cloistered model (architecture)

D. António Domingos de Sousa, the son of the third *marquês de Minas*, decided to build the *recolhimento da Soledade*, at a cost of 10 000$000. This chapel and *recolhimento* (shelter) was the only protection for widows. The building evokes the more deprived women, both socially and economically, during the *Antigo Regime* (Ancient Regime) in the once salt-producing town of Setúbal.

Contributo para o conhecimento da população na época moderna na Madeira: abordagem antropológica aos casos de Santa Cruz

Rafael Fabrício Nunes

Keywords: Archaeology, anthropology, Santa Cruz, past populations, Madeira

In the course of rehabilitation works carried out at the facilities of the Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz (Holly House of Mercy) and the Igreja de Santa Cruz, several archaeological remains were unearthed, which led to a detailed scientific analysis. Excavation results include the exhumation of osteological remains, with a rich and diverse associated material culture. This deposit, and particularly pottery, metal and bone items, enable a more accurate chronological attribution of the assemblage, its connection to the burials and the corresponding sociocultural, economic and religious implications. This paper aims at presenting a preliminary overview of the osteological remains and associated finds unearthed at the Região Autónoma da Madeira, using the Santa Cruz city excavations as a case study, to confirm their chronological context, thus contributing to improve our knowledge of the archipelago's past populations.

O registo arqueológico de uma superstição: o signo-Salomão no Alentejo – séculos XV-XVIII

Andrea Martins, Gonçalo Lopes, Helena Santos, Manuela Pereira, Marco Liberato and Pedro Carpetudo

Keywords: Sign of Solomon, apotropaic elements, food storage, Alentejo, Modern Age

This paper will present three examples of depictions of the *signo-salomão* (sign of Solomon) on materials related to food storage, recovered from contexts located on the southern part of the country. Those materials were deposited between the 15th and the 17th century, which seems to prove that this symbol had a key role in superstitions related to food deterioration.

VOL. II

PAISAGENS MARÍTIMAS, NAVIOS E VIDA A BORDO

O navio como *Fait Social Total*: para uma epistemologia da arqueologia em contexto náutico

Jean Yves Blot

Keywords: Epistemology, transdisciplinarity, ship archaeology, maritime archaeology

Half a century after John Goggin's (1960) pioneer approach of north-american colonial contexts, the recent epistemological debate about «maritime archaeology» (Ransell, 2005; Flatman, 2007) leads to a re-evaluation of the role of ships and the material reality that concerns them, meeting the epistemological universe defined half a century ago by British archaeologist Mortimer Wheeler, who researched «not artefacts but people».

Projecto N-utopia: tratados, nomenclaturas náuticas e construções navais europeias

Tiago Miguel Fraga, Brígida Baptista, António Teixeira and Adolfo Silveira Martins

Keywords: Nautical archaeology, virtual reconstruction, naval treatises, naval shipbuilding

Tratados, Nomenclaturas Náuticas e Construções Navais Europeias is a Universidade Autónoma de Lisboa's CIDMar research line, directed by Dr. Adolfo Silveira Martins. This project has promoted the study of European shipbuilding treatises, in the light of new technologies. *N-Utopia* is the acronym of the virtual modelling of nautical proposals included in the treatises, aimed at assessing the reliability of written sources and their contribution to improving the interpretation of modern European vessels.

Paisagens culturais marítimas: uma primeira aproximação ao litoral de Cascais

Jorge Freire and António Fialho

Keywords: Maritime cultural landscape, coastal archaeology, Cascais

The discussion of the Maritime Cultural landscape concepts is, in Portuguese maritime archaeology, very recent. We present, in this paper, the research impact that this type of approach can lead to, in the heavily diverse and morphologically complex Cascais' coastline. A shoreline shaped from influences of the Atlantic Ocean and the Tagus River estuary. The seaside town of Cascais, located next to Lisbon, is the epistemological paradigm of this approach. Forts, fortresses, lighthouses, harbors, anchorages and shipwrecks are part of a range displayed in a *longue durée* perspective. This is based upon Braudel's *Mediterranean* influences, but with the uniqueness of having been understood and applied to the Portuguese Atlantic culture. These relationships and networks between man´s direct and indirect cultural heritage traces, are presented in this paper in a nautical diachronic approach centered in Early Modern Period, focusing the earlier historical influences and later period constraints. This analysis, based on Chister Westerdahl, Ben Ford and Brad Duncan studies, utilizes the investigation made by the Archaeology research project "Underwater archaeological chart of Cascais shore" of Centro de História de Além-Mar. This research was furthered in the academic field in the scope of the master's degree in archaeology at the Universidade Nova de Lisboa.

Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbano

César Augusto Neves, Andrea Martins, Gonçalo Lopes and Maria Luísa Blot

Keywords: Urban archaeology, Lisbon, pre-Pombaline Lisbon, port structures, nautical archaeology, geomorphology

Several archaeological remains were identified in the scope of the *Empreitada de Construção do Sistema de Intercepção e Câmara de Válvulas de Maré do Terreiro do Paço*, promoted by SIMTEJO. These remains provide insights into life in that part of the city of Lisboa by mid-16th century. The subsoil was deeply affected by works on present-day Praça do Comércio, revealing a vast array of heritage features. Several archaeological interventions were undertaken to ensure their comprehensive recording and safeguard. One of those features was a harbour structure, which was built by mid-17th century and remained in use until the 1755 earthquake, probably a riverfront stone wharf associated to a large wall. A wide range of artefacts were recovered during the archaeological excavation, due to the site's outstanding location in a wet environment that enabled the preservation and recovery of perishable materials such as rope, shoe soles, leather, seeds and remains of shrubby species. Despite all the limitations inherent to a salvage archaeological intervention in urban context, at one of the country's most emblematic sites, the study of this structure will provide insights into the urban environment of pre-Pombaline Lisboa riverfront area.

Ribeira das Naus hoje: a perene relação de Lisboa com o Tejo. Dos estaleiros navais do Renascimento ao antigo Arsenal da Marinha. Subsídios da arqueologia

Rui Carvalho do Nascimento

Keywords: Ribeira das Naus, Arsenal da Marinha, Doca Seca, Doca da Caldeirinha, shipyard, fluviatile-maritime archaeological contexts

At a time when multiple urban requalification projects are being implemented in Lisboa's riverfront, it is necessary to stress the critical importance of an archaeological safeguard strategy for the fluviatile-maritime relation contexts. Over the last few years, company Era

– Arqueologia, S.A. has been involved in several study and preservation projects focusing on this heritage, which is uniquely and undoubtedly relevant for the history of the Portuguese capital. This paper will present a global frame for the port infrastructures identified at Avenida da Ribeira das Naus since 2009, based upon the results of researches carried out at that site – a complex shipyard, directly connected with other port facilities like the *Armazéns da Guiné* (Guinea warehouses) and the *Casa da Índia* (House of India). This shipyard was the thriving hub of multiple, highly specialized crafts, including - in the 16th century - over two hundred shipwrights and one hundred caulkers, apart from other craftsmen, like *cordoeiros* (rope makers), *remolares* (oar makers) or *ferreiros* (blacksmiths). Ammunition stores, weapons, powder and other goods were kept here, and became part of the Portuguese ocean adventure. The shipyards were the primatial industry of Portuguese Renaissance, a true Crown priority, a development pole and a major population attraction vector.

Angra, uma cidade portuária no Atlântico do século XVII: uma abordagem geomorfológica

Ana Catarina Garcia

Keywords: Azores, Angra do Heroísmo, port systems, ports, Atlantic navigations

The study on the Angra port system during the 17th century focuses, amongst other aspects, on the geomorphic characteristics of that space and on how they contributed to the importance of the port of Angra during Modern Age. This was deemed critical to understand how this space was perceived by the first seamen and to what extent did those characteristics influence the choices of settlers, as they decided on the location of the island's main port. Angra's geomorphic characteristics must have had an effect on the first men to arrive in Terceira Island. The harbour's morphology, both terrestrial and underwater, was decisive for the election of this space as the port of choice for supporting Atlantic navigation. The choice of the first landing/boarding locations that originated the early settlements should match the need for safe harbours, on one hand, and the need to find suitable grounds for land clearing, on the other hand. In this sense, studying the port of Angra, as a structure that was created in early Modern Age and under its own geographic constraints, might contribute to understanding other ports that already lost their "roots". This approach is complemented by means of a detailed analysis of the available cartographic information, not only coeval but also slightly older or younger than the period under study. Jan Huygen van Linschoten's 1595 *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, is a valuable resource as a document that includes detailed information on the structural elements and different realities directly observed by the author during his stay in Angra in 1588. Linschoten's chart was essential to the cartography of Angra in the 17th century, as it provided inspiration for a good number of contemporaneous charts.

Caractérisation et typologie du Cimetière des Ancres: vers une interprétation des conditions de mouillage et de la fréquentation de la Baie d'Angra do Heroísmo, du XVI au XIX siècle. Ile de Terceira, Açores

Christelle Chouzenoux

Keywords : Anchors, port, anchorage, Azores, Angra

D9 The underwater archaeological intervention carried out in June-July 2009 enabled the analysis and interpretation of the Cemitério das Âncoras (Anchor Graveyard), one of the areas defined as Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra de Heroísmo in 2006, on Terceira island, Archipelago of the Azores. The main purpose of this study was the enhancement of the historical and archaeological interest of this immersed cemetery, while highlighting the peculiarities of each of the 44 anchors of an atypical site. This objective required the definition and application of a systematized methodology for recording archaeological data of anchors lying in an underwater environment and building a typology based upon the morphological study of the specimens. The interpretation of these new data allowed for more precise chronological, functional and provenance analysis of the anchors from the Angra do Heroísmo bay site. This was also an opportunity to determine which type of ships might have carried those anchors and to consider the possible reasons for their abandonment at this location. In broader terms, this study aimed at defining the role of Angra's old harbour in international exchanges, between the 16th and the 19th centuries.

La Rucha: deconstruyendo el origen de la piratería de costa en el Cabo Peñas (Gozón-Asturias-España)

Nicolás Alonso Rodríguez, Valentín Álvarez Martínez and José Antonio Longo Marina

Keywords: Coastal Piracy, shipwrecks, archaeology, oral tradition, Asturias

A popular belief persists amongst the local population of the territory surrounding the Bañugues *ensenada* (Gozón, Asturias, España), according to which the inhabitants are descendents of former coastal pirates. At some point in the past, this rather unique group would display lights on the cliffs to make ships run aground so that they could loot them, as tradition has it. Until now, these popular legends never had any documental support that might explain such practices or confirm their historical accuracy. However, the discovery of new Modern Age documentation, the review of several manuscripts and the finding of archaeological sites (terrestrial and underwater) allowed for the identification of the possible origin and evolution of this belief, so extended in the Cabo Peñas region. This paper presents a contribution that seeks to offer another view of the legend, based on the study of the material and immaterial evidence still existing in the maritime territory of the municipality of Gozón.

Santo António de Tanná: uma fragata do período moderno

Tiago Miguel Fraga

Keywords: Frigates, nautical archaeology, naval shipbuilding, Santo António de Tanná

Santo António de Tanná is the perfect example of how the combination of Archaeology and History may produce results that provide insights into Modern Age Portuguese society and seamanship. The loss of the Portuguese frigate *Santo António de Tanná* on October 20th 1698, in Mombassa, Kenya, is an important subject in Portuguese nautical history. The author seeks to elaborate on how this Portuguese "time capsule" was used to bring the ship, crew and passengers back to life. Special emphasis is given to this archaeological site's reconstruction work and to the results derived therefrom. This was the subject of the author's Master's thesis, with support from the Fundação Calouste Gulbenkian and the Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Cada botão sua casaca: indumentária recuperada nas escavações arqueológicas do *Santo António de Taná*, naufragada em Mombaça em 1697

André Teixeira and Luís Serrão Gil

Keywords: Indian Ocean, Portuguese, shipwreck, garments, religiosity

In 1697, the frigate *Santo António de Tanná* sailed towards the east coast of Africa with a small squadron under the leadership of General Luís de Melo Sampaio, to help the fortress of São Jesus de Mombaça, under siege by Omani Arabs for several months. Yet, this aid attempt came to a tragic end for this ship, which sank close to the fortification that same year. The wreckage of the *Santo António de Tanná* remained virtually untouched until the 1970s, when a team from the Institute of Nautical Archaeology (INA), led by Robin Piercy, carried out archaeological excavations at the site. Countless artefacts were identified and recovered - everyday items used by the crew at the time of the shipwreck. These include garments worn by the seamen, a distinctive element in a society where visual aspect had a strong impact upon interpersonal relationships and social differentiation, even aboard a ship; garments also revealed aspects related to the religiosity of those who were aboard.

Projecto de carta arqueológica subaquática do concelho de Lagos

Tiago Miguel Fraga

Keywords: Heritage management, methodology, nautical archaeology

The concelho de Lagos underwater archaeological survey and inventory project aims at locating, identifying and assessing the municipality's underwater cultural heritage and, at the same time, increasing our knowledge of Lago's maritime interface and its traffic. This paper presents some results of the project's archaeological field seasons and the still unfulfilled goals. The project is promoted by the Câmara Municipal de Lagos (Lagos City Council), with support from several local, regional and international institutions.

Conservação das estruturas em madeira de um navio do século XV escavado na Ria de Aveiro: resultados preliminares

João Coelho, Pedro Gonçalves and Francisco Alves

Keywords: Wet wood, conservation, polyethylene glycol, underwater archaeology

Archaeological objects recovered in aquatic environments were inevitably subject to deterioration phenomena, and particularly susceptible to environmental changes, as they move from a "wet", often anaerobic environment to a dry, oxygenated environment. Whenever an artefact is recovered and brought to the surface without any conservation measures, irreversible changes occur, affecting its physical structure and chemical composition and mostly resulting in loss of information and even in the loss of the artefact itself. Therefore, it is indispensable that all necessary means to ensure conservation of recovered artefacts are made available during any archaeological works. Regarding archaeological wood from aquatic environments, during the immersion period its structural components are destroyed by microorganisms and, simultaneously, by chemical reactions, thus creating interior hollow spaces which are then filled with water. This is why deteriorated wood keeps its volume and original shape, as long as it is kept wet. If exposed to air without any treatment, direct drying will occur, causing changes in structural dimensions and, consequently, distortion and splitting. Ensuring that wooden archaeological artefacts keep their original characteristics, in terms of volume and shape, requires a treatment that enables the removal of water without damaging the structure. Such are the presuppositions of the conservation works concerning the 15th century ship from Ria de Aveiro, designated *Ria de Aveiro A*, immediately following the excavation of its structure between 1996 and 1999 and the total recovery of wooden structures. Since 2003, these structures have been going through a hectic two stage process of polyethylene glycol (PEG) impregnation. During the first stage, it is used with two different molecular weights, PEG 400 and PEG 4000; the second stage is controlled drying.

CERÂMICAS: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO

A olaria renascentista de Santo António da Charneca – Barreiro: a louça doméstica

Luís Barros, Luísa Batalha, Guilherme Cardoso and António Gonzales

Keywords: Rejected material, glazed, domestic, pottery, ceramic

Between late 15th and early 16th centuries, a pottery produced quality glazed and unglazed ceramics, using local red and white clay pastes, at Santo António da Charneca, Barreiro. The production included a considerable array of forms, ranging from industrial pottery to domestic ware. This paper addresses the latter, as the former was the subject of another study, already presented, on *formas de pão de açúcar* (sugarloaf moulds). The proximity of a Tejo river inlet, about a kilometre away, enabled product distribution by means of inland and maritime waterways.

As formas de pão-de-açúcar da Mata da Machada, Barreiro

Filipa Manuel Pestana Galito da Silva

Keywords: Sugar archaeology, Portuguese expansion, Olaria da Mata da Machada, sugarloaf moulds, sugar techonology

In a period of consolidation of Portuguese overseas conquests, sugar cultivation and production added value to the new Atlantic spaces. The colonization of uninhabited regions, lacking conditions for human survival, required logistical, food and administrative efforts. The *Olaria da Mata da Machada* (pottery) addressed yet another shortcoming – the lack of quality clay. Thus, it provided the first sugar-producing centres with *formas de pão-de-açúcar* (sugarloaf moulds). The assemblage of sugarloaf moulds recovered during the *Olaria da Mata da Machada* excavation featured a morphological variety that enabled the identification of three different-sized typologies: type I (mid-sized moulds), type II (large moulds) and type III (small moulds).

A cerâmica moderna do Castelo de S. Jorge: Produção local de cerâmica comum, pintada a branco, moldada e vidrada e de faiança

Alexandra Gaspar and Ana Gomes

Keywords: Modern ceramic, Castelo de São Jorge

This paper will present the Modern Age ceramic productions recovered at the Castelo de S. Jorge *alcáçova* (alcazar), in Lisboa. These ceramics are found in contexts associated to "noble houses" and coeval waste dumps. The modern productions addressed hereby are locally produced faience and white painted, moulded and glazed common ware. Excepting faience, all types seem to correspond to a single manufacture, very characteristic of productions from Lisboa. The highlights amongst the imported ceramics are Valencian productions of gold and blue-and-gold ware, present at the *alcáçova* since the 14th century; imports increase during the 15th and 16th centuries, along with Italian majolica productions from mid-16th century onwards.

De Aveiro para as margens do Atlântico: a carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cêramica na Época Moderna

Patrícia Carvalho and José Bettencourt

Keywords: Common ware, Ria de Aveiro, underwater archaeology, maritime trade

The remains of a wooden ship, radiocarbon dated to mid-15th century and holding a cargo of common ware, were casually found on the Ria de Aveiro, in 1992. Between 1996 and 2005 the remains were partially excavated and recovered in two work phases. The first phase focused on the excavation and recovery of the wooden structure, while the second, from 2000 onwards, targeted the study and characterization of the scattered cargo.

Portuguese coarsewareware in Newfoundland, Canada

Sarah Newstead

Keywords: Newfoundland, Portugal, coarseware, 17th century

This paper discusses Portuguese coarseware which has been found on the island of Newfoundland, Canada. Portuguese coarseware, or *cerâmica comum*, is commonly found in late 16th - through 17th century English contexts on the island and is also found in sites elsewhere which had an association, either directly or indirectly, with 17thcentury Portuguese trade. The ranges in form and fabric of Portuguese coarseware found in Newfoundland will be presented along with a brief discussion of the socioeconomic factors underlying the movement of this ceramic type across the Atlantic.

Muito mais do que lixo: a cerâmica do sítio arqueológico subaquático Ria de Aveira B-C

Inês Pinto Coelho

Keywords: Aveiro/Ovar, Ria de Aveiro B-C, underwater archaeology, pottery

The pottery assemblage from the Ria de Aveiro B – C archaeological site is one of the largest collections of Portuguese common ware found in underwater contexts. It includes regional productions, faience and *grés* (stoneware), featuring a chronology that extends from the 15th to the 18th centuries. The common ware assemblage is the most abundant and homogenous in terms of production – local manufacture from the Aveiro/Ovar region, where numerous potteries once existed. The assemblage further includes imports from southern and northern European regions. The study of these materials is a contribution for the knowledge of Aveiro's productions and trade, and highlights the region's outstanding role in Portuguese maritime expansion.

A cerâmica do açúcar de Aveiro: recentes achados na área do antigo bairro das olarias

Paulo Jorge Morgado, Ricardo Costeira da Silva and Sónia Jesus Filipe

Keywords: Sugar pottery, Aveiro, State of the Art, pottery production

The region of Aveiro has large reserves of high quality clay. The presence of this raw material led to the early inclusion of pottery in the productive activities of local communities. This fact is confirmed by the recurring documental and oral references to the Bairro das Olarias (the potteries quarter) and by the frequent findings of modern pottery, unearthed from preserved archaeological levels and also identified in secondary contexts. A remarkable exemple is the so-called *cerâmica do açúcar* (sugar pottery), that is, the *formas de pão de açúcar* (sugarloaf moulds). These ceramic vessels can be found all over Aveiro's historical centre, reused as construction elements in the facings of older buildings. However, recent archaeological works carried out at the old Bairro das Olarias enabled the identification of sugarloaf shards in sealed archaeological stratigraphy, dating from the 16th century. The analysis of those deposits bears evidence to the chronological frame of their production and confirms their local or regional origin.

Portugal and Terra Nova: ceramic perspectives on the early-modern Atlantic

Peter E. Pope

Keywords: Portugal, Newfoundland, settlements, pottery, faience

Archaeological finds of Portuguese ceramics support the tradition that crews from Porto, Aveiro and Viana, exploited the east coast of Newfoundland's Avalon Peninsula, in the 16th century. We need, however, to recognize a confounding factor: Portuguese ceramics are also common on English sites in Newfoundland. English crews were not significant participants in the Newfoundland fishery until about 1565. They then aggressively occupied fishing stations on the east coast of the island until, by 1620, they had displaced not only the Portuguese but also the Bretons, Normans and Basques. England's West Country fisherfolk now had an exclusive *English Shore* and, by 1620, had begun to settle this part of Newfoundland. Over the last 20 years, excavations at Ferryland, Cupids and St John's have illuminated these early settlements. Archaeological assemblages suggest that Portuguese ports were key landmarks in the Atlantic economic and cultural landscape. Dry fish came in annual convoys to Portugal, while wine flowed to London, Amsterdam, Newfoundland and, later, New England. English ships brought Portuguese ceramics to Newfoundland, including *louça vermelha*, decorated *faiança*, and even elegant *ceramica pedrada*. Each can be read, in its own way, for perspective on the early modern transatlantic cultural landscape. It is proposed here that Portuguese *faiança* is a marker, on Newfoundland sites, of permanently settled planter households.

Considerações acerca da cerâmica pedrada e respetivo comércio

Olinda Sardinha

Keywords: *Pedrado or empedrado*, Nisa, Estremoz, ethnography, archaeology, literature, iconography

This paper will focus on the production of *pedrados* ceramic objects, highlighting specimens recovered during archaeological excavation (the oldest known so far in the Portuguese territory – Mata da Machada, in Barreiro; and Mérida, in the Spanish territory). Further consideration is given to maritime trade, namely with Spain, North Africa and Brazil. Identifying this type of cargo's route is rather difficult, as under Spanish rule ships carried a wide variety of objects to several regions. We shall focus on the Spanish galleon *San Diego* and on Nisa and Estremoz pottery. Recognizing Portuguese 16th and 17th centuries maritime trade and navigation dynamics requires combining the study of iconography, literature, archaeology and ethnography with the analysis of diverse *pedrados* ceramic objects, such as porcelain, faience and unglazed pottery.

A importação de cerâmica europeia para os arquipélagos da Madeira e dos Açores no século XVI

Élvio Sousa

Keywords: Madeira, Azores, Atlantic, European ceramics, material civilization

Following the settlement of the Atlantic archipelagos (Madeira and Azores) and the subsequent humanization of that space, intercontinental commercial circuits boosted by the testing and cultivation of new export products (*açúcar* and *pastel* – sugar and woad) capitalize the arrival and flow of those implements that make up European "material civilization". The wealthy homes of the islands (Madeira, São Miguel, Terceira and Santa Maria) feature new series of imported potteries of Castilian, Italian, French, Dutch and German origin.

Pottery in Cidade Velha (Cabo Verde)

Marie Loiuse Sorensen, Chris Evens and Tânia Casimiro

Keywords: Cape Verde, Cidade Velha, common ware, tin glazed ware, African pottery

In 2006 archaeologist from Cambridge University started archaeological excavations in Cidade Velha (Cape Verde). Many structures, identified with houses, public buildings and churches were identified and inside them many sherds of pottery recipients, Most of them were produced in Portugal and present similar characteristics to other finds from Portuguese sites but also with European and Chinese productions. However other ceramics were found without any parallels in European productions clearly African wares made in Cape Verde or imported from midland Africa.

A cerâmica no quotidiano colonial português: o caso de Salvador da Bahia

Carlos Etchevarne and João Pedro Gomes

Keywords: Salvador da Bahia, 16th/17th centuries, Portuguese pottery, European pottery, Chinese pottery, colonial society

Some considerations on 17th century daily life in the city of Salvador da Bahia may be inferred from the pottery remains recovered during excavations undertaken at present-day Praça da Sé. That part of the city was occupied by the *igreja primacial* (primatial see) and some annexes. In that period, it was a locus that represented religious power at the colony's capital, strongly linked to the crown's administrative staff and the social elite. The very use of the old igreja da Sé de Salvador's physical space replicated, in social terms, the hierarchical structure to such an extent that the location of graves was determined by the estate. The churchyard was excavated as well; its archaeological contents resulted from accumulation of domestic waste and building remains from nearby dwellings, providing some insights into the *modus vivendi*. Pottery remains, in particular, reveal the tendencies of certain social groups in terms of habits and trends, which reflected the metropolis' models but kept specificities resulting from the colonial situation. The use of fine red pottery objects, *pedrados* and faience indicates social groups that affirm their elite status and a city that stands as a Lusitanian power centre in south Atlantic.

Modern Age Portuguese pottery find in the Bay of Cadiz, Spain

José-Antonio Ruiz Gil

Keywords: Archaeology, Modern Age, Bay of Cadiz, Portuguese pottery

In this paper I'll describe the Portuguese ceramic assemblage interchange with the Cadiz Bay during the Modern Age. These ceramics are excavated in the urban excavations at El Puerto de Santa Maria and in the Roman Theatre at Cadiz. They are cities in the Cadiz Bay, with a long term History between Spain and Portugal kingdoms, from beginnings 16th to 17th ends, especially in the Iberian crowns union. The link between Portugal (Tagus River) and the Cadiz Bay was Seville. In my study two pottery series are studied: Estremoz and Lisbon.

La mayólica del convento de Santo Domingo XVI-XII, Lima (Perú): la evidencia arqueométrica

Javier G. Iñañez, Juan Guillermo Martín and Antonio Coello

Keywords: Majolica, historical archaeology, Peru, archeometric analysis, neutron activation analysis

The construction of the ancient convent of Santo Domingo officially was finished in the 1578 after several decades of construction works in the city of Lima. However, several earthquakes repetitively damaged the building along the 17th and 18th centuries, which resulted in subsequent reconstructions. Nowadays, the convent of Santo Domingo has become a historical and architectural icon of the colonial period in the city of Lima. Sixty-eight majolica sherds unearthed at the convent of Santo Domingo in Lima during recent archaeological surveys were chemically analyzed by Neutron Activation Analysis (NAA) in order to characterize their chemical fingerprint. The results allow inferring archaeological information regarding the majolica trade to Lima during the Colonial Period.

Majólicas italianas do Terreiro do Trigo (Lisboa)

Cristina Gonzalez

Keywords: Fine pottery, Renaissance aesthetics, import center, Mediterranean axis

The archaeological monitoring of a section of the new sewage network promoted by SIMTEJO was carried out by archaeological company Crivarque in 2010. At Largo do Terreiro do Trigo (Lisboa) and some adjoining streets, works affected 16th century landfill levels, mostly featuring pottery shards identified as Italian majolica productions. Even though the assemblage is relatively small, the formal repertoire includes some shapes that are common to all exports to the Iberian world (Portugal, Spain and the New World). Most of the recovered specimens are Montelupo, Deruta and Liguria productions; these were the main export centres during that period. The study of this assemblage is a relevant contribution to understanding the evolution of 16th century pottery trade in Portugal, as it reveals a new taste for polychromy, as opposed to the monochromatic Valencian pottery of the previous century. Despite the abundance and diversity of Italian majolica in urban archaeological contexts, and due to the absence of systematic studies, there is a gap in our understanding of the importance of this type of objects, in daily life and in terms of the trade circuits of an increasingly global economy.

Produções sevilhanas – azul sobre branco e azul sobre azul: no contexto das relações económicas e comerciais entre o litoral algarvio e a Andaluzia (século XVI-XVII)

Paulo Botelho

Keywords: Algarve, Andalusia, economy, pottery, Seville

In the archaeological context of coastal Algarve it is not infrequent to find examples of Sevillian blue-on-blue and blue-on-white potteries, which can be dated to between the first half of the 16th and the second half of the 17th centuries. Archaeological research has shown the need for a deeper analysis of the commercial and economical relations between Andalusia and the littoral of Algarve during this period.

As cerâmicas da Idade Moderna da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais

J. A. Severino Rodrigues, Catarina Bolila, Vanessa Filipe, José Pedro Henriques, Inês Alves Ribeiro and Sara Teixeira Simões

Keywords: Cascais, Fortaleza Nossa Senhora da Luz, pottery, Modern Age

Total recording and treatment of the archaeological remains from *Fortaleza de Nossa Senhora da Luz* (fortress), in Cascais, was undertaken by the *Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais*, between 2005 and 2010. The purpose of this action was systemising all the information pertaining to archaeological remains from all archaeological field seasons, so that all the information gathered could be included in the municipal archaeological heritage management system. Archaeological work at the site began in 1987 and was often carried out in the scope of a project that aims to "museumize" the *Fortaleza de Nossa Senhora da Luz*, directed by Dr. Margarida Magalhães Ramalho in close cooperation with the municipality. The precise gluing of all remains and the consequent rendering of pottery forms, based on some 35 000 potshards, revealed an important collection that bears evidence to aspects of life in this fortress, particularly during the Iberian Union, a period of intense occupation. Compiling all this information – over 100 000 records – revealed an important pottery assemblage, even though the associated stratigraphy was somewhat inconsistent. Nevertheless, it was possible to characterize the garrison's everyday costums and habits, which are paralleled by contemporaneous implements recovered during archaeological interventions carried out in the town of Cascais.

Primeira abordagem a um depósito moderno no antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro): a cerâmica desde meados do século XV à consolidação da Renascença

Ricardo Costeira da Silva

Keywords: Pottery, Coimbra, Episcopal palace, 15th / 16th centuries

The rich collection of heritage and archaeological items housed at the Museu Nacional de Machado de Castro required the enlargement and refurbishment of its facilities, in the scope of a recently completed project. Archaeological interventions took place prior to project works; excavations carried out on the building's south wing disclosed a deposit of modern materials interpreted as a waste dump, amidst the solid gables of the Roman cryptoportico and sealed by the stables of the old Episcopal palace. The clear and safe stratigraphic contexts feature an outstanding abundance and variety of well preserved materials, which were ascribed to four different deposition episodes (between the 15th and the 16th centuries), according to relative chronology based on 354 recovered coins. As an output of a preliminary phase, this paper will address the circumstances that surround these findings and present, in global terms, the evolution of the forms and styles included in the unearthed ceramic assemblage, dating from between mid-15th and late 16th centuries.

Aldeia da Torre dos Frades (Torre de Almofala) através da cerâmica em época moderna

Elisa Albuquerque

Keywords: Torre de Almofala, Modern Age, pottery, lifeways, trade

Known as *Casarão da Torre*, the *Torre de Almofala* (Figueira de Castelo Rodrigo) has been raising interest amongst researchers since the beginning of the 20th century. Archaeological works have shed some light over doubts concerning the monument, as some structural elements were revealed, along with archaeological materials indicating a long occupation diachrony, from horizons attributable to the Roman period until Modern Age. This paper addresses the relation between the analysis of pottery found at the site and the dwelling structures, particularly those identified on the southern area and belonging to the last occupation phase. Crossing these data will enable an attempt at recreating the daily life of a small population group, taking material culture as a means of knowing the lifeways of Aldeia da Torre dos Frades' inhabitants.

Um gosto decorativo: louça preta e vermelha polvilhada de branco (mica)

Isabel Maria Fernandes

Keywords: Ceramic, pottery, black and red ware, mica-decorated

A 1645 text refers that, at Prado, "*se labra gran cantidad de basijas negras finas, con que se provee entre Duero y Miño*" ("a large amount of fine black pottery vessels are produced, supplying the region of Entre-Douro-e-Minho"). This "fine" black pottery had its peak between the 17th and 18th centuries and has been found in several archaeological excavations. Starting from an assemblage of shards found at the Tibães monastery, this paper surveys and studies this mica-decorated, red and black ware, which can be found both in archaeological excavations and museum collections.

Os potes "martabã": um conceito em discussão

Sara Teixeira Simões

Keywords: Martaban, jar, transportation container, concept

In the context of the new dynamics created by overseas expansion voyages since the 16th century, references are made to the large Asian jars made in the port of Martaban, an ancient Pegu kingdom. Our knowledge of those vessels is still scarce, fragmentary, and many questions remain unanswered. A key issue to be addressed from the beginning of this study was the name itself, and consequently the very concept of martaban. In fact, there seems to be no doubt concerning the origin of the martaban designation for these jars. Still, over the years the designation widened and was given to several types of pots, with diverse technical, formal, decorative and even functional characteristics. Thus, it reaches us as a diffuse and unclear designation in terms of the objects that really ought to be considered martabans. This was the start of the study presented in this paper, which aims at narrowing the designation's defining attributes. This can be achieved by means of studying materials from museum collections and archaeological sources, from contexts located in a wide area surrounding Lisboa, and through the analysis of written sources. Thus, this paper offers a new concept of martaban, a designation that includes an abstract depiction, which must be defined and understood so that it becomes clearer and easier to apply by present-day archaeologists and historians.

Do Oriente para Ocidente: contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa

José Pedro Vintém Henriques

Keywords: Pottery, Chinese porcelain, Lisbon, 16th/18th centuries

Based upon three sets of Chinese porcelain recovered during archaeological excavations, this paper seeks to discuss the role of this type of pottery in the city of Lisboa, by means of its functional attribution in 16th, 17th and 18th centuries' daily life.

Porcelana chinesa em Salvador da Bahia (séculos XVI e XVIII)

Carlos Etchevarne and João Pedro Gomes

Keywords: Salvador da Bahia, 16th/18th centuries, Chinese porcelain

Excavations carried out at present-day Praça da Sé resulted in the recovery of a pottery assemblage. Its analysis enabled some considerations on daily life at the capital of the Portuguese colony of Brazil. The *Sé* (see) area was an outstanding location that represented the religious power and its relationships with the administration and the colonial elite. It reflected and replicated estate and the established social order, as in the metropolis; traces of that hierarchical structure can be seen even in the distribution of graves found inside and outside the church. The churchyard was excavated as well; its archaeological contents resulted from accumulation of urban, domestic and building remains from nearby dwellings. A significant assemblage of Chinese porcelain was recovered, bearing witness to the consumption habits of certain social groups and to their tastes and trends, adapted to the specific conditions of their situation as inhabitants of a colony.

Faiança portuguesa: centros produtores, matérias, técnicas de fabrico e critérios de distinção

Luís Sebastian

Keywords: Portugal, faience, production start, production techniques, pottery centres, distinction between production centres

Using the available coeval documentation, ethnographic parallels and archaeological remains from production and consumption contexts, this paper seeks to define: what faience is; when, where and how did its production start in the Portuguese territory; which pottery centres, prior to the Pombaline reforms, were the producers during the 16th, 17th and 18th centuries; which raw materials and production techniques were used in its manufacturing, seeking to pinpoint distinctive characteristics that might identify each pottery's productions. Research carried out between 1998 and 2010 indicates that faience production in Portugal had its genesis by early 16th century, a profound renewal following by mid-century. Only three pottery centres prior to the Pombaline reforms were securely identified - Lisboa, Coimbra and Vila Nova (Gaia). Finally, it was confirmed that productions from different pottery centres can be distinguished through their macroscopic characteristics, the different choices in terms of pastes, enamels, painting – paints and technique –, shapes and decoration, and also the separation techniques applied during glaze firing.

Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.º 10, Lisboa

Luísa Batalha, Andreia Campôa, Guilherme Cardoso, Nuno Neto, Paulo Rebelo and Raquel Santos

Keywords: Pottery, biscuit shards, faience, decoration, glazed

Two pits containing ceramic materials were found during monitoring works carried out by archaeological company Neoépica at 10 Rua de Buenos Aires, in the neighbourhood of Estrela (Lisboa). The pits were dug into the bedrock for clay extraction and filled with pottery waste afterwards. The recovered remains included oven bricks vitrified by heat, kiln furniture and setters used in glazing, abundant biscuit shards, plaques for glazed tiles, plates, bowls, cups, salad bowls, pots, jars, etc. Faience waste was also recovered, in smaller amounts but enough to document the decorative motifs used by painters from the pottery or potteries which used that white clay, by the end of the 17th century.

Elementos para a caracterização da faiança portuguesa do século XVII: a tipologia de Pendery aplicada à realidade da Casa do Infante (Porto)

Anabela Sá

Keywords: Casa do Infante, faience, typology

The archaeological intervention carried out at the building known as *Casa do Infante*, coordinated by Dr. Paulo Dordio Gomes and Dr. Ricardo Teixeira, originated several studies on different subjects. This paper reports on some preliminary results concerning the research on Portuguese 17th century faience. The main research objective was improving a typology based on experiments undertaken by Steven Pendery in 1999. Some deposits deemed significant were selected for that purpose: two from the first third of the 17th century (deposits 2 and 5) and two other from the second half of the same century (deposits 3 and 6).

As produções de louça preta em Trás-os-Montes: caracterização etnográfica e química, seu interesse para o estudo das cerâmicas arqueológicas

Isabel Maria Fernandes and Fernando Castro

Keywords: Black ware, low wheel, potter's wheel/lathe, clay preparation, Vilar de Nantes, Tourencinho, Bisalhães, Calvelhe, ware trade, ware production/cozedura da loiça, chemical analysis

This paper addresses the characterization of black ware ceramic productions from the districts of Vila Real and Bragança, from an ethnographic perspective and taking into account the typology and the production techniques. The study also includes results from the chemical analysis of those productions, by means of x-ray fluorescence spectrometry. A statistical analysis of data was performed in order to define the "chemical" patterns that characterize each locality. The studied production sites are Vilar de Nantes (Chaves), Bisalhães (Mondrões, Vila Real), Telões (Vila Pouca de Aguiar) and Calvelhe (Bragança). The results have a potential interest for archaeological research, particularly for identifying the pro-venance of pottery shards recovered during archaeological interventions.

Fábrica de Cerâmica de Santo António de Vale da Piedade (Vila Nova de Gaia): estruturas construídas e espaços de laboração no século XVIII

Laura Cristina Peixoto de Sousa

Keywords: Ceramic industry, Porto, Vila Nova de Gaia, Fábrica Santo António de Vale da Piedade, structures/areas of production, Jerónimo Rossi

The Fábrica Santo António de Vale da Piedade (factory) was founded in the last quarter of the 18th century by Jerónimo Rossi, a Genovese, in Gaia, near the river Douro. The factory remained open until the early 1930s. It became one of the main ceramic production units in the Porto area, after its creation in the protectionist context of the Pombaline period as one of the first Portuguese dishware manufacturers. Archaeological works carried out at a lot adjoining the factory's main building revealed an industrial structure covered by a dump of mostly 19th century dishware and other ceramic materials, which filled its interior. Based upon results from the archaeological intervention and coeval documentation, a research project was developed, aiming to embrace the twofold reality of the FSAVP – structures/spaces and production. The first issue is addressed in this paper; the objective is to recreate the initial production plant created and adapted by Jerónimo Rossi between 1783 and 1821, altered or obliterated by successive refurbishments, identified through the archaeological analysis of built elements and/or dated in excavation contexts.

GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: da luz dos archotes aos momentos da contemporaneidade. Projeto e fruição

Artur Côrte-Real

Keywords: Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, heritage management, museological project

After nearly 16 years of research works, Santa Clara-a-Velha opened its doors in April 2009, coinciding with the International Day for Monuments and Sites. Two years after this important act, we believe the site is fulfilling its public mission in a remarkable way, judging from the number of visitors – some 120 000 – and from their interest in the global project and in specific museological proposals; from the number of national and international awards granted; and from the amount of research it boosts and develops. Taking this still recent experience as a starting point, this paper offers an assessment, points out some strategies and addresses this operation in the framework of a region's sustainable development.

Preservação arqueológica nas missões jesuítico-guaranis

Tobias Vilhena de Moraes

Keywords: Historical archaeology, Jesuit Guarani missions, archaeological preservation

This paper's starting point is a short trajectory of concepts and ideas for the preservation of material culture remains, developed during Archaeological Heritage Management at four mission archaeological sites (São Nicolau, São Lourenço Mártir, São João Batista and São

Miguel Arcanjo). Starting from archaeology and according to its specific legal requirements and techniques, an attempt will be made to establish an interface channel with one of the areas which integrate the cultural scope of those sites: education. This is a wide perspective, but it recognizes the complexity of the human beings' different forms of knowing and acting; and it considers Archaeological Science and Education as active interlocutors in the development of critical reflections on the past.

Monumentos restaurados e histórias em ruínas: o programa Monumenta e a problemática da intervenção arqueológica na restauração arquitetônica no Brasil

Ton Ferreira

Keywords: Architectural restoration, archaeology, Brazil

Over the last few decades, architectural restorations performed under the *Programa Monumenta* were the cause of countless arguments between archaeologists and architects. On one hand, these clashes show how certain monuments lost their historical condition. On the other, this issue stresses the need for searching new methodological bases for archaeological interventions that might contribute to decision making in restoration processes and to a theoretically oriented archaeological discourse on architecture. In this sense the introduction of the *archeologia dell'architettura* methodology could be a plausible solution. Its principles and practices were established by Italian archaeologists and architects after the introduction of the Harris method of stratigraphic analysis. However, the explanatory theoretical bases of its discourse should be reviewed. Furthermore, there is a need for tools that enable stratigraphic reading of vernacular architecture, thus avoiding the continuity of studies promoted by the "*pedra e cal*" ("brick-and-mortar") heritage policy, excluding several groups that also shaped what we now know as Brazil.

Património cultural: uma questão de visibilidade

Margarida Génio

Keywords: Underwater cultural heritage

Ships that were lost by chance, accident or acts of war are assumed as the maximum expression of seamanship and bear witness to the lives dedicated to maritime activity. Portugal was responsible for the discovery of new worlds, for the dissemination and exchange of goods and ideas, and thus the main stage for this activity in Modern Age. The country's *Carta Arqueológica Subaquática* (Underwater Archaeological Inventory) currently counts more than 7 000 records of sunken ships. Unfortunately, this heritage remains hidden by the sea, threatened by treasure hunters but even more by the lack of knowledge and divulgation. In order to fight this threat, the *Profundis* project was developed in the scope of the *Estratégia Nacional para o Mar* (National Strategy for the Sea), to enhance the Património Cultural Subaquático (Underwater Cultural Heritage). In collaboration with the *Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar* (Mission Structure for Maritime Affairs) for the safeguard of this heritage, the author will present the *Profundis* project, its mission and the work already accomplished, to promote the involvement of the scientific community and the general public in a subject that will certainly provide Modern Archaeology with many answers.

Centro de História de Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores